



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1945 — VOLUME I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE JANEIRO A MARÇO

1945

IMPRENSA NACIONAL

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

	Págs.
9 — LEI CONSTITUCIONAL — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — De 28 de fevereiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1945	3
7.222 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 5.600.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	9
7.223 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 66.460,80, para classificação de despesa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	10
7.224 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.846.509,60, para pagamento do passivo da Rádio Ipanema S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de janeiro de 1945	10
7.225 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.500.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	11
7.226 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Suspende a vigência do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	12
7.227 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal; concede-lhe o aforamento condicional, com isenção de foros, à Sociedade Nacional de Agricultura, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	12

	Págs.
7.228 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1945 — Fixa o efetivo do Quadro de Estado Maior General do Exército e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	13
7.229 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1945 — Reorganiza o Departamento do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1945.	14
7.230 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 69.964,30, para pagamento de diferença de vencimentos e vantagens de magistério. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1945	14
7.231 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1945 Dispõe sobre o regime escolar nas Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária — Publicado no <i>Oficial</i> de 8 de janeiro de 1945	15
7.232 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80.400,00, para pagamento de gratificação de representação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de janeiro de 1945	15
7.233 — GUERRA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.708, de 18 julho de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de janeiro de 1945	16
7.234 — TRABALHO — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Renova a prorrogação do mandato da Comissão Censitária Nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de janeiro de 1945	16
7.235 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$.. 59.950.000,00, para subscrição de ações do Banco de Crédito da Borracha S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de janeiro de 1945	16
7.236 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Dá a garantia do Tesouro Nacional ao empréstimo que realizar a Companhia Vale do Rio Doce S. A. com o Export-Import Bank, de Washington — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de janeiro de 1945	17
7.237 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1945 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5.696, de 22 de julho de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de janeiro de 1945	17
7.238 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de janeiro de 1945 — Transfere o Campo Experimental de São Borja, do Ministério da Agricultura, para o Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1945.	18

7.239 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre o pessoal do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de janeiro de 1945	18
7.240 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.840.000,00, para despesas da Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1945	20
7.241 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1945	20
7.242 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre o crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 6.999, de 30 de outubro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de janeiro de 1945	21
7.243 — TRABALHO — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1945 — Dispensa, enquanto durar o estado de guerra, do pagamento da anuidade e obrigações contidas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.955, de 31 de dezembro de 1941, os profissionais habilitados de acôrdo com o Decreto n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de janeiro de 1945	22
7.244 — TRABALHO — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1945 — Considera associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos os trabalhadores por conta própria que servem a bordo dos navios e embarcações nacionais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de janeiro de 1945	22
7.245 — TRABALHO — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1945 — Modifica a forma de administração dos IAP dos Empregados em Transportes e Cargas dos Marítimos e dos Bancários, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de janeiro de 1945 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de fevereiro de 1945	23
7.246 — EXTERIOR — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1945 — Cria o cargo de Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1945	24
7.247 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1945 — Altera as carreiras de Contador e Guarda-livros do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945	25

	Página.
7.248 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1945 — Altera o art. 11 do Decreto-lei n.º 2.869, de 13 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o serviço de abastecimento d'água do Distrito Federal e cancela débitos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1945..	28
7.249 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1945 — Autoriza a manutenção, pelas empresas, de Postos de Abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1945	28
7.250 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de janeiro de 1945 — Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1945	29
7.251 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 17 de janeiro de 1945 — Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1945..	32
7.252 — JUSTIÇA — TRABALHO — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Abre créditos especiais para classificação de despesa proveniente dos aumentos e do regime do salário-família, de que trata o Decreto-lei número 5.976, de 10 de novembro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	32
7.253 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Autoriza a realização de um empréstimo interno em apólices da Dívida Pública Fundada, denominado "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa", e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	33
7.254 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 17.400.000,00, para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945.	34
7.256 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre o cancelamento de dívidas do imposto territorial e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	34
7.256 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Autoriza a permuta dos imóveis que menciona, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	35

7.257 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto de doação, concorrente com o de compra e venda, na aquisição de prédio para moradia da viúva e do filho menor de Augusto do Monte Teixeira, 3.º Maquinista do "Cabedelo", navio brasileiro torpedeado na guerra atual — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	36
7.258 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Altera a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	36
7.259 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1945 — Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945	38
7.260 — TRABALHO — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1945 — Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1945	38
7.261 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Dispensário São José do pagamento do imposto que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1945.	40
7.262 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1945 — Cria funções gratificadas para o Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de janeiro de 1945	40
7.263 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de empregados dos estabelecimentos bancários de que trata o Decreto-lei n.º 4.612, de 24 de agosto de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de janeiro de 1945.	41
7.264 — TRABALHO — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre as operações imobiliárias realizadas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de janeiro de 1945.	41
7.265 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1945 — Cria uma taxa para financiamento dos serviços da Comissão Executiva Têxtil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de janeiro de 1945	41
7.266 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1945 — Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de janeiro de 1945	42

	Págs.
7.267 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1945 — Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de janeiro de 1945	43
7.268 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1945 — Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de janeiro de 1945	44
7.269 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre as férias dos Ministros do Tribunal de Se- gurança Nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1945	44
7.270 — MARINHA — GUERRA — AERONÁUTICA — TRA- BALHO — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1945 — Regula os casos de invalidez e de incapacidade física, para o serviço militar, dos Oficiais da Reserva de 2. ^a Classe, praças, talfeiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados, em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativas; cria a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1945	44
7.271 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de ja- neiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 para inde- nização de despesas efetuadas com exposição — Publi- cado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1945	49
7.272 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1945 — Abre, ao Ministério do Trabalho, In- dústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 7.794.397,20 para o fim que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1945	50
7.273 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Pú- blicas, o crédito especial de Cr\$ 1.361.736,80 para paga- mento a "Metropolitan Vickers Electrical Export Com- pany Limited" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1945	51
7.274 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1945 — Estabelece que os depósitos feitos em virtude do Decreto- lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, não rendem juros em favor dos respectivos titulares, e dá outras provi- dências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de janeiro de 1945	51
7.275 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1945 — Estende aos médicos, enfermeiros e serventes dos Gabinetes de Radiologia dos Serviços de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as gratifica- ções de que trata o art. 117 do Decreto-lei n.º 3.759, de 25 de outubro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de janeiro de 1945	52

7.276	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1945 — Altera a carreira de Almoxarife do Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1945	52
7.277	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1945 — Prorroga por 60 dias o prazo para execução do Decreto-lei n.º 7.219-A, de 30 de dezembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1945	54
7.278	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1945 — Estabelece novo prazo para que os atuais posseiros e ocupantes de terrenos de marinha regularizem sua situação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1945	54
7.279	— GUERRA — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1945 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.763, de 10 de novembro de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1945	54
7.280	— TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1945 — Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 698.400,00, às dotações que especifica do Orçamento vigente — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1945	55
7.281	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1945 — Altera a redação do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.578, de 28 de março de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de janeiro de 1945	57
7.282	— JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1945 — Cria no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores cargos isolados de Polícia Especial e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de fevereiro de 1945	58
7.283	— FAZENDA — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1945 — Institui pensão especial em benefício da viúva e dos descendentes de Clóvis Beviláqua — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de fevereiro de 1945	58
7.284	— TRABALHO — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1945 — Dispõe sobre funções gratificadas na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em São Paulo e exercício dos funcionários atingidos pelo Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de fevereiro de 1945	59
7.285	— GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1945 — Concede pensão especial a Maria Maika, viúva do cabo do Exército — Simão Maika — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de fevereiro de 1945	59
7.286	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1945 — Modifica artigo do Código Nacional de Trânsito — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de fevereiro de 1945	60

	Págs.
7.287 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1945 — Manda aplicar a primeira parte do art. 2.º do Decreto n.º 24.630, de 9 de julho de 1934 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de fevereiro de 1945	60
7.288 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Carmo da Mata, no Estado de Minas Gerais e dá outras providi- dências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945.	61
7.289 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Santa Maria de Itabira, no Estado de Minas Gerais, e dá outras provi- dências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945	62
7.290 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1945 — Autoriza a permuta de imóveis da União, por terrenos pertencentes no Estado de Pernambuco, que menciona, situados em diversos Municípios daquele Estado, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945.....	62
7.291 — JUSTIÇA — TRABALHO — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRI- CULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1945 — Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 4.937, de 9 de novembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945.	63
7.292 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de feve- reiro de 1945 — Concede pensão especial à mãe viúva de um sub-oficial da Armada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945	64
7.293 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1945 — Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1945	65
7.294 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 235.165,30, para paga- mento à Legião Brasileira de Assistência. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de fevereiro de 1945	66
7.295 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1945 — Cria cargo em comissão no Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de fevereiro de 1945	67
7.296 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1945 — Cria função gratificada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> . de 5 de fevereiro de 1945	67

7.297 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1945 — Autoriza a aquisição de terrenos na Ilha do Governador — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de fevereiro de 1945.	68
7.298 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1945 — Prorroga o prazo de que tratam o art. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro do mesmo ano — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de fevereiro de 1945	68
7.299 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1945 — Cria cargo e funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de fevereiro de 1945	69
7.300 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de fevereiro de 1945 — Autoriza a modificação dos quadros territoriais dos Estados de Pernambuco, Paraná e Minas Gerais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de fevereiro de 1945	70
7.301 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 32.400.000,00 para a Fábrica Nacional de Motores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de fevereiro de 1945	70
7.302 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 6 de fevereiro de 1945 — Modifica a redação do art. 42 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1945	71
7.303 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1945 — Torna sem aplicação o Decreto-lei n.º 7.241, de 11 de janeiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de fevereiro de 1945	72
7.304 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre o financiamento da safra de lã de 1944-45, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de fevereiro de 1945 ..	72
7.305 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre os regimes de benefícios de família e de aposentadoria dos servidores civis dos Territórios Federais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de fevereiro de 1945.	73
7.306 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a exportação de artigos têxteis — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945.	74
7.307 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Reorganiza o Quadro Unico do funcionalismo civil do Território do Acre — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de fevereiro de 1945.	77

	Págs.
7.308 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Concede aumento geral de vencimentos aos funcionários civis e ao pessoal militar do Território do Acre e institui o regime de salário-família para os funcionários civis — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945 Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945 ..	82
7.309 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Interpreta o art. 35, do Decreto-lei n.º 1.202, de 3 de abril de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945.	85
7.310 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 3.718.645,20, para despesas a cargo do Território Federal do Guaporé — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945..	85
7.311 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Cria, no Ministério da Fazenda, os Cursos de Aperfeiçoamento, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945	85
7.312 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Transfere ao Estado da Paraíba do Norte o imóvel, móveis e semoventes, pertencentes à Fazenda de Sementes de Pendência, sediada no município de Joazeiro, no mesmo Estado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945.	87
7.313 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Autoriza a permuta, entre a União e o Estado do Pará, do domínio pleno das áreas de terrenos que menciona, situados no município de Belém, no Estado do Pará, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945	87
7.314 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para pagamento de material destinado ao abastecimento d'água em Rio Branco, no Estado de Pernambuco — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945	88
7.315 — EXTERIOR — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Aprova o Protocolo entre o Brasil e o Uruguai para o estabelecimento de uma Agência do Banco do Brasil, em Montevidéu, firmado em Montevidéu, a 22 de dezembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1945.	89
7.316 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1945 — Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 628.968,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1945	89

7.317 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1945 — Aprova contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil S. A., para execução do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1945	90
7.318 — MARINHA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre concessão de gratificação de magistério, a professor do Ministério da Marinha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1945	91
7.319 — JUSTIÇA — TRABALHO — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre julgamento das condições de sanidade e capacidade física para fins de posse e exercício, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de fevereiro de 1945	92
7.320 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1945 — Cria e altera carreiras nos Quadros Permanente e Suple- mentar, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de fevereiro de 1945	93
7.321 — TRABALHO — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 5.821, de 16 de setembro de 1943, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de fevereiro de 1945	97
7.322 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, In- dústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 2.200.000,00, à dotação que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de fevereiro de 1945	98
7.323 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1945 — Faz doação à Prefeitura do Distrito Federal, do terreno que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de fevereiro de 1945	98
7.324 — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1945 — Permite a remarcação de sacos no pôrto do destino, das mercadorias, quando verificada a não indelebilidade da tinta de marcação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1945	99
7.325 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de feve- reiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para construção de rodovias a cargo da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de fevereiro de 1945	99
7.326 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1945 — Prorroga o prazo concedido aos brasileiros naturalizados para deixarem o exercício das atividades remuneradas re- servadas, no art. 149, da Constituição, aos brasileiros natos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de fevereiro de 1945	100

	Págs.
7.327 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 7.286, de 31 de janeiro de 1945 Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1945	100
7.328 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1945 — Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1945	101
7.329 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1945 — Fixa novo efetivo para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de fevereiro de 1945	102
7.330 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre os prazos para a revisão da nomenclatura das estações ferroviárias e para a apresentação dos novos mapas municipais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de fevereiro de 1945	103
7.331 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1945 — Dá nova aplicação aos recursos destinados ao Estádio Nacional, e outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de fevereiro de 1945	104
7.332 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre as subvenções federais a entidades desportivas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de fevereiro de 1945	104
7.333 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1945	105
7.334 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados isenção do pagamento do imposto que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1945	106
7.335 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 24.167,30, para pagamento de fornecimentos feitos ao Ministério da Agricultura, em 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1945	107
7.336 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1945	107
7.337 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a transformação de cargo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1945	108

7.338 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Cria função gratificada no Ministério da Fazenda, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de fevereiro de 1945	111
7.339 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a aposentadoria de Antônio Luís de Freitas Pereira — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de fevereiro de 1945	111
7.340 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 900.000.000,00, para despesas decorrentes da execução do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de fevereiro de 1945.	112
7.341 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Ministério da Guerra — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de fevereiro de 1945	112
7.342 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Autoriza a alteração do contrato assinado com o Banco do Brasil para financiamento, amparo e defesa do açúcar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de fevereiro de 1945	113
7.343 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1945 — Aprova novas disposições sobre o serviço militar, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de fevereiro de 1945 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de março de 1945	113
7.344 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a atividade funcional dos Despachantes da Prefeitura do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1945	116
7.345 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1945 — Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1945	117
7.346 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Autoriza a doação da área de terreno que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	118
7.347 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para aquisição de material flutuante, pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945.	118
7.348 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Internacional da Fundação Rockefeller — Publicado no Aprova o contrato celebrado com a Divisão Sanitária <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	119

	Págs.
7.349 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Dispõe sobre a distribuição das ações para cobrança da dívida ativa da Fazenda do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	119
7.350 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Autoriza o Ministério da Fazenda a alienar, mediante concorrência pública, imóveis de propriedade da União, situados nos Municípios de Porto Alegre e Tupaceretã, no Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	120
7.351 — AGRICULTURA — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1945 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.392,00, para pagamento de aluguéis devidos à Administração do Porto do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	121
7.352 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de março de 1945 — Extingue cargos de Coletor e de Escrivão de Coletoria, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1945.	121
7.353 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 2 de março de 1945 — Autoriza a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito em favor da Administração do Porto do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1945	122
7.354 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de março de 1945 — Extingue cargos de Coletor e de Escrivão de Coletoria, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1945	122
7.355 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir o Banco da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1945	123
7.356 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de março de 1945 — Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de março de 1945	126
7.357 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 5 de março de 1945 — Eleva o vencimento do Superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de março de 1945	126
7.358 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 5 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o espólio do Dr. Casper Líbero, do pagamento dos impostos que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de março de 1945.	127

7.359 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de março de 1945 — Modifica o regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de março de 1945..	127
7.360 — JUSTIÇA — GUERRA — Decreto-lei de 6 de março de 1945 — Cria, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de março de 1945	128
7.361 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de março de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de março de 1945.	128
7.362 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para prosseguimento da construção da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1945.	129
7.363 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, dando nova redação ao art. 2.º, na aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 7.218, de 30 de dezembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1945	129
7.364 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Autoriza a permuta de imóvel da União, por terrenos pertencentes a Primo Tedesco, situados no Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1945.	130
7.365 — MARINHA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto n.º 20.923, de 8 de janeiro de 1932, que instituiu o Fundo Naval. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1945	131
7.366 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Dispõe sobre a elevação de capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1945 ...	132
7.367 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Altera a classe 6.ª da Nova Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1945	132
7.368 — MARINHA — Decreto-lei de 9 de março de 1945 — Autoriza a aquisição, pela União, de um terreno em Santos. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de março de 1945 ..	144
7.369 — MARINHA — Decreto-lei de 9 de março de 1945 — Autoriza a aquisição de terrenos em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de março de 1945	145

	Págs.
7.370 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar de impostos a instituição que menciona. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de março de 1945	145
7.371 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de março de 1945 — Suspende, pelo prazo de seis meses, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre o charque, milho e cebola, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de março de 1945	146
7.372 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de março de 1945 — Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de março de 1945..	146
7.373 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 3.070, de 20 de fevereiro de 1941. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	150
7.374 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Regula a situação dos militares considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, concede pensão a seus herdeiros, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	150
7.375 — FAZENDA — JUSTIÇA — AGRICULTURA — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Dá nova redação ao art. 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	152
7.376 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Transfere a data de vigência do Decreto-lei n.º 7.105, de 30-11-44, abre crédito especial, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	153
7.377 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Dispõe sobre o ativo das sociedades mútuas de seguros. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	153
7.378 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Prorroga o início da vigência do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	154
7.379 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Dispõe sobre a inalienabilidade dos imóveis financiados pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para seus segurados ou associados. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	154
7.380 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Estende aos aposentados e pensionistas das instituições de previdência social os benefícios da assistência médica, hospitalar e farmacêutica, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	155

7.381 —	TRABALHO — Decreto-lei de 13 de março de 1945 — Autoriza a instituição da Fundação Rádio Mauá e dispõe sobre o seu funcionamento. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1945	156
7.382 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 782.529,40, para pagamento de indenizações decorrentes de requisições. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	156
7.383 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Autoriza a emissão de papel-moeda até Cr\$ 4.500.000.000,00. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	157
7.384 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945 ...	157
7.385 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945..	158
7.386 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Joaquim Távora, no Estado do Paraná, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	158
7.387 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, o imóvel que menciona. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	159
7.388 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar dos impostos que menciona o PEN Clube do Brasil. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	160
7.389 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de março de 1945 — Autoriza o Montepio dos Empregados Municipais a executar imediatamente as operações de que trata a letra c do art. 2.º do decreto legislativo municipal n.º 175, de 28 de janeiro de 1937. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1945	160
7.390 —	FAZENDA — Decreto-lei de 16 de março de 1945 — Dispõe sobre emissão de obrigações ao portador. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de março de 1945	161
7.391 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto, em favor da instituição de beneficência que menciona, destinada a crianças desamparadas. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de março de 1945	161
7.392 —	FAZENDA — Decreto-lei de 16 de março de 1945 — Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para despesas da Comissão de Planejamento Econômico, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de março de 1945 ..	161

7.393 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de março de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 263.955.735,40, para pagamento a Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de março de 1945	162
7.394 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Acrescenta um parágrafo ao art. 3.º do Decreto-lei número 7.333, de 22 de fevereiro de 1945. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	163
7.395 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 436.961.600,00, para pagamento de ações da Companhia Siderúrgica Nacional. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	164
7.396 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.862, de 30 de setembro de 1943. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	164
7.397 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 6.067, de 3 de dezembro de 1943. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	165
7.398 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Cria cargos e funções gratificadas para o C.N.E.P.A., no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	165
7.399 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Prorroga, por dois anos, a locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de março de 1945	169
7.400 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 19 de março de 1945 — Cria a carreira de Arquivista no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de março de 1945	169
7.401 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 20 de março de 1945 — Institui uma junta especial com atribuições referentes à aplicação dos Decretos-leis n.º 5.545, de 4 de junho de 1943, n.º 6.273, de 14 de fevereiro de 1944, e n.º 6.896, de 23 de setembro de 1944. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de março de 1945	170
7.402 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de março de 1945 — Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de março de 1945	171
7.403 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de março de 1945 — Altera a carreira de Conferente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, inclui na mesma carreira os cargos isolados de Conferente de Valores, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de março de 1945	174

7.404 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Dispõe sobre o Imposto de Consumo. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	176
7.405 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Prorroga o prazo para a isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945	277
7.406 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Concede pensão especial à viúva de Juliano Moreira. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945 ...	277
7.407 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Concede pensão especial à viúva de Luís Ribeiro. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945	278
7.408 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar, do pagamento do imposto que menciona, o Orfanato "Casa de Lucía". — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945	278
7.409 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 22 de março de 1945 — Prorroga os prazos para a habilitação de credores do Estado do Amazonas. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1945	279
7.410 — EXTERIOR — Decreto-lei de 23 de março de 1945 — Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo, transporte e diárias aos funcionários diplomáticos e consulares, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	279
7.411 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1945 — Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de — José Martins de Sá e Benevides. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	280
7.412 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1945 — Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Oscar da Silva. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	280
7.413 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1945 — Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Elpidio Tito Melo. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	281
7.414 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de março de 1945 — Concede adiantamento à Navegação Aérea Brasileira S. A., e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1945	281
7.415 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	282

7.416 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Dispõe sobre a Divisão de Orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público; altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	283
7.417 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Concede aos extranumerários diaristas e tarefeiros da Prefeitura do Distrito Federal as vantagens relativas a férias e licenças. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	284
7.418 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 83.660.000,00, para pagamento de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	286
7.419 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Art. 1.º O § 1.º do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.171, de 19 de dezembro de 1944. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	287
7.420 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Dispõe sobre a carreira de Arquivista do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	287
7.421 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945 ..	290
7.422 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o o crédito especial de Cr\$ 2.757.254,30, para construção de um sub-ramal na Estrada de Ferro D. Teresa Cristina — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	290
7.423 — Decreto — Ainda não foi remetido à publicação.....	290
7.424 — TRABALHO — Decreto-lei de 27 de março de 1945 — Extingue a Comissão Reorganizadora do I.A.P.C. e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de março de 1945	291
7.425 — Decreto-lei de 29 de março de 1945 — Autoriza a Rêde de Viação Federal do Rio Grande do Sul a alienar o imóvel que menciona — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	292
7.426 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de março de 1945 — Define caso de utilidade pública, nos termos da letra p do art. 5.º do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1945 ..	292
7.427 — EXTERIOR — Decreto-lei de 31 de março de 1945 — Dispõe sobre a jurisdição das Repartições consulares do Ministério das Relações Exteriores. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1945	292

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.
7.014 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1944 — Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 257.900,00 para pagamento de pessoal extranumerário do Departamento Federal de Segurança Pública. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de janeiro de 1945	295
7.141 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 7 de dezembro de 1944 — Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências. — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1945	296
7.190 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1944 — Transforma, cria e suprime cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1945 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de janeiro de 1945	296
7.191 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1944 — Orçamento Geral da República para o exercício de 1945. — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1945	298
7.197 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1944 — Estabelece a classificação comercial de lã de ovinos e dispõe sobre o comércio dessa matéria prima. — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de fevereiro de 1945	299
7.216 — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Altera a carreira de Bibliotecário do Quadro Único do do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cria a carreira de Bibliotecário-auxiliar e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de janeiro de 1945	303
7.217 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Extingue, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, cria no Departamento Administrativo do Serviço Público, o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e dispõe sobre os recursos necessários ao início dos trabalhos deste último. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de janeiro de 1945	303

	Págs.
7.218 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 391.140.000,00, para aquisição de locomotivas e de material metálico, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de janeiro de 1945	304
7.219 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Prorroga, até 31-12-1946, a vigência do Decreto-lei n.º 5.542, de 3-6-1943, que abriu, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.... 2.480.500,00 para atender às despesas com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de janeiro de 1945	305
7.219-A — Fazenda — Decreto de 30 de dezembro de 1944 — Dispõe sobre o Imposto de Consumo. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de janeiro de 1945	306
7.220 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Altera o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de janeiro de 1945	406
7.221 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1944 — Dispõe sobre a eletrificação do trecho de São Paulo a Jundiá, da linha de Santos a Jundiá — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de janeiro de 1945.....	406

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1945, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

LEI CONSTITUCIONAL N.º 9 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que se criaram as condições necessárias para que entre em funcionamento o sistema dos órgãos representativos previstos na Constituição;

Considerando que o processo indireto para a eleição do Presidente da República e do Parlamento não somente retardaria a desejada complementação das instituições, mas também privaria aqueles órgãos de seu principal elemento de força e decisão, que é o mandato notório e inequívoco da vontade popular, obtido por uma forma acessível à compreensão geral e de acordo com a tradição política brasileira;

Considerando que um mandato outorgado nestas condições é indispensável para que os representantes do povo, tanto na esfera federal como na estadual, exerçam, em toda sua amplitude, a delegação que este lhes conferir, máxime em vista dos graves sucessos mundiais da hora presente e da participação que nêles vem tendo o Brasil;

Considerando que a eleição de um Parlamento dotado de poderes especiais para, no curso de uma legislatura, votar, se o entender conveniente, a reforma da Constituição, supre com vantagem o plebiscito de que trata o art. 187 desta última, e que, por outro lado, o voto plebiscitário implicitamente tolheria ao Parlamento a liberdade de dispor em matéria constitucional;

Considerando as tendências manifestas da opinião pública brasileira, atentamente consultadas pelo Governo, decreta:

Art. 1.º Os artigos 7.º, 9.º e parágrafo, 14, 30, 32 e parágrafo, 33, 39 e parágrafos, 46, 48, 50 e parágrafo, 51, 53, 55, 59 e parágrafos, 61, 62, 64 e parágrafos, 65 e parágrafo, 73, 74, 76, 77, 78 e parágrafos, 79, 80, 81, 82 e parágrafo, 83, 114 e parágrafo, 117 e parágrafo, 121, 140, 174 e parágrafos, 175, 176 e parágrafo e 179 da Constituição ficam redigidos pela forma seguinte, respectivamente:

“Art. 7.º A administração do atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será organizada pela União.”

“Art. 9.º O Governo Federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um interventor que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem

ao Poder Executivo, ou as que, de acôrdo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus poderes estiver impedido de funcionar;

d) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais:

1, forma republicana e representativa de governo;

2, governo presidencial;

3, direitos e garantias assegurados na Constituição;

e) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

"Parágrafo único. A competência para decretar a intervenção será do Presidente da República, nos casos das letras a, b e c; da Câmara dos Deputados, no caso da letra d; do Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, no caso da letra e.

"Art. 14. O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização da administração federal e o comando supremo e a organização das forças armadas.

"Art. 30. O Distrito Federal será administrado por um prefeito de nomeação do Presidente da República, demissível *ad nutum*, e pelo órgão deliberativo criado pela respectiva lei orgânica. As fontes de receita do Distrito Federal são as mesmas dos Estados e Municípios, cabendo-lhe tôdas as despesas de caráter local.

"Art. 32. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) criar distinções entre brasileiros natos ou discriminações e desigualdades entre os Estados e Municípios;

b) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;

c) tributar bens, renda e serviços uns dos outros.

"Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo a que lhes fôr outorgada, no interesse comum, por lei especial.

"Art. 33. Nenhuma autoridade da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios recusará fê aos documentos emanados de qualquer delas.

"Art. 39. O Parlamento reunir-se-á na Capital Federal, independentemente de convocação, a três de maio de cada ano, se a lei não designar outro dia, e funcionará durante quatro meses a partir da data da instalação, podendo somente ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da República".

"§ 1.º Nas prorrogações, assim como nas sessões extraordinárias, o Parlamento só pode deliberar sobre as matérias indicadas pelo Presidente da República no ato de prorrogação ou de convocação.

“§ 2.º Cada legislatura durará quatro anos.

“§ 3.º As vagas que ocorrerem serão preenchidas por eleição suplementar.

“Art. 46. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sufrágio direto.

“Art. 48. O número de deputados será proporcional à população e fixado em lei, não podendo ser superior a trinta e cinco nem inferior a cinco por Estado, ou pelo Distrito Federal. O Território do Acre elegerá dois deputados.

“Art. 50. O Conselho Federal compõe-se de dois representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos por sufrágio direto. A duração do mandato é de seis anos.

“Art. 51. Só podem ser eleitos para o Conselho Federal os brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos.

“Art. 53. Ao Conselho Federal cabe legislar para os Territórios, no que se referir aos seus interesses peculiares.

“Art. 55. Compete ainda ao Conselho Federal:

a) aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) aprovar os acordos concluídos entre os Estados.

“Art. 59. Cabe ao Presidente da República designar, dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial, até três membros para cada uma das seções do Conselho da Economia Nacional.

“§ 1.º Das reuniões das várias seções, órgãos, comissões ou Assembléias Gerais do Conselho poderão participar, sem direito a voto, mediante autorização do Presidente da República, os Ministros, diretores de Ministério e representantes de governos estaduais; igualmente, sem direito a voto, poderão participar das mesmas reuniões representantes de sindicatos ou associações de categoria compreendida em algum dos ramos da produção nacional, quando se trate do seu especial interesse.

“§ 2.º A presidência do Conselho caberá a um conselheiro eleito por seus pares.

“Art. 61. São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

a) estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos;

b) editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;

c) emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional;

d) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquéritos sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;

e) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do país, tenham por objeto:

I, racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;

II, estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho;

f) emitir parecer sobre tôdas as questões relativas à organização e ao reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais.

“Art. 62. As normas a que se referem as letras a e b do artigo antecedente só se tornarão obrigatórias mediante aprovação do Presidente da República.

“Art. 64. A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao Governo. Em todo caso, não serão admitidos como objeto de deliberação projetos ou emendas de iniciativa de qualquer das Câmaras, desde que versem sobre matéria tributária ou que de uns ou de outras resulte aumento de despesa.

“§ 1.º A nenhum membro de qualquer das Câmaras caberá a iniciativa de projetos de lei. A iniciativa só poderá ser tomada por um quinto de deputados ou de membros do Conselho Federal.

“§ 2.º Qualquer projeto iniciado em uma das Câmaras terá suspenso o seu andamento, desde que o Governo comunique o seu propósito de apresentar projeto que regule o mesmo assunto. Se dentro de trinta dias não chegar à Câmara, a que fôr feita essa comunicação, o projeto do Governo, voltará a constituir objeto de deliberação o iniciado no Parlamento.

“Art. 65. Todos os projetos de lei que interessem à economia nacional em qualquer dos seus ramos, antes de sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho da Economia Nacional.

“Parágrafo único. Os projetos de iniciativa do Governo, obtido parecer favorável do Conselho de Economia Nacional, serão submetidos a uma só discussão em cada uma das Câmaras. Antes da deliberação da Câmara legislativa, o Governo poderá retirar os projetos ou emendá-los, ouvido novamente o Conselho da Economia Nacional se as modificações importarem alteração substancial dos mesmos.

“Art. 73. O Presidente da República, autoridade suprema do Estado, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país.

“Art. 74. Compete privativamente ao Presidente da República:

- a) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua execução;
- b) expedir decretos-leis, nos termos dos arts. 12, 13 e 14;
- c) dissolver a Câmara dos Deputados no caso do parágrafo único do artigo 167;
- d) adiar, prorrogar e convocar o Parlamento;
- e) manter relações com Estados estrangeiros;
- f) celebrar convenções e tratados internacionais, *ad referendum* do Poder Legislativo;
- g) exercer a chefia suprema das forças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos do alto comando;
- h) decretar a mobilização;
- i) declarar a guerra, depois de autorizado pelo Poder Legislativo, e, independentemente de autorização, em caso de invasão ou agressão estrangeira;
- j) fazer a paz *ad referendum* do Poder Legislativo;
- k) permitir, após autorização do Poder Legislativo, a passagem de forças estrangeiras pelo território nacional;
- l) intervir nos Estados e nêles executar a intervenção, nos termos constitucionais;

- m) decretar o estado de emergência e o estado de guerra;
- n) exercer o direito de graça;
- o) nomear os Ministros de Estado;
- p) prover os cargos federais, salvo as exceções previstas na Constituição e nas leis;
- q) autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;
- r) determinar que entrem provisoriamente em execução, antes de aprovados pelo Parlamento, os tratados ou convenções internacionais, se a isto o aconselharem os interesses do país.

“Art. 76. Os atos oficiais do Presidente da República serão referendados pelos Ministros de Estado.

“Art. 77. O Presidente da República será eleito por sufrágio direto em todo o território nacional.

“Art. 78. São condições de elegibilidade à Presidência da República ser brasileiro nato e maior de trinta e cinco anos.

“Art. 79. O período presidencial será de seis anos.

“Art. 80. A eleição do Presidente da República realizar-se-á noventa dias antes de terminado o período presidencial.

“Art. 81. Nos casos de impedimento temporário ou visitas oficiais a países estrangeiros, o Presidente da República designará, dentre os membros do Conselho Federal, o seu substituto.

“Art. 82. Vagando por qualquer motivo a Presidência da República, o Conselho Federal elegerá dentre os seus membros, no mesmo dia ou no imediato, um Presidente provisório.

“§ 1.º Caso a eleição não se efetue no prazo acima, o presidente do Conselho será o Presidente provisório até que o eleito pelo Conselho assuma o poder.

“§ 2.º Noventa dias após a vacância do cargo realizar-se-á a eleição de novo Presidente da República, salvo no caso de já haver Presidente eleito nos termos do artigo 80 ou se a vaga ocorrer durante os noventa dias imediatamente anteriores ao termo do período presidencial.

“§ 3.º O Presidente eleito começará novo período presidencial.

“Art. 83. O Conselho Federal decretará vaga a Presidência da República se o Presidente eleito não assumir o poder até sessenta dias depois de proclamado o resultado da eleição, ou de iniciado o novo período presidencial.

“Art. 114. Para acompanhar, diretamente, ou por delegações organizadas de acôrdo com a lei, a execução orçamentária, julgar das contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e da legalidade dos contratos celebrados pela União, é instituído um tribunal de Contas, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República. Aos Ministros do Tribunal de Contas são asseguradas as mesmas garantias que aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

“Parágrafo único. A organização do Tribunal de Contas será regulada em lei.

“Art. 117. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei e estiverem no gôzo dos direitos políticos.

Os militares em serviço ativo, salvo os oficiais, não podem ser eleitores.

"Art. 121. São inelegíveis os que não podem ser eleitores.

"Art. 140. A economia da produção será organizada em entidades representativas das forças do trabalho e que, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas de poder público.

"Art. 174. A Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou da Câmara dos Deputados.

"§ 1.º O projeto de iniciativa do Presidente da República será votado em bloco, por maioria ordinária de votos da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal, sem modificações ou com as propostas pelo Presidente da República, ou que tiverem a sua aquiescência, se sugeridas por qualquer das Câmaras.

"§ 2.º O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, de iniciativa da Câmara dos Deputados, exige, para ser aprovado, o voto da maioria dos membros de uma e outra Câmara.

"§ 3.º O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, quando de iniciativa da Câmara dos Deputados, uma vez aprovado mediante o voto da maioria dos membros de uma e outra Câmara, será enviado ao Presidente da República. Este, dentro do prazo de trinta dias, poderá devolver à Câmara dos Deputados o projeto, pedindo que o mesmo seja submetido a nova tramitação por ambas as Câmaras. A nova tramitação só poderá efetuar-se no curso da legislatura seguinte, salvo quanto ao projeto elaborado na primeira legislatura, o qual tramitará durante esta e prevalecerá se obtiver o voto de dois terços dos membros de uma e outra Câmara.

"§ 4.º No caso de ser rejeitado o projeto de iniciativa do Presidente da República, ou no caso em que o Parlamento aprove definitivamente, apesar da oposição daquele, o projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, o Presidente da República poderá, dentro de trinta dias, resolver que o projeto seja submetido ao plebiscito nacional. O plebiscito realizar-se-á noventa dias depois de publicada a resolução presidencial. O projeto se transformará em lei constitucional se lhe fôr favorável o plebiscito.

"Art. 175. O atual Presidente da República exercerá o mandato até a data da posse do seu sucessor para o segundo período.

"Art. 176. O mandato dos Governadores eleitos dos Estados, que tenha sido confirmado pelo Presidente da República, será exercido até o início do primeiro período de governo, a ser fixado nas Constituições estaduais.

"Art. 179. O Conselho da Economia Nacional deverá ser constituído até a instalação do Parlamento Nacional."

Art. 2.º Ficam suprimidos os artigos 47 e parágrafo, 52, 56, 63 e parágrafo, 75, 84 e parágrafo, a 2.ª parte do art. 178 e a segunda parte e a alínea do art. 187 da Constituição.

Art. 3.º Nos Estados onde, por não ter sido confirmado o mandato dos Governadores, foi decretada a intervenção, esta durará até a posse dos novos Governadores. Revoga-se o parágrafo único do art. 176 da Constituição.

Art. 4.º Dentro de noventa dias contados desta data serão fixadas em lei, na forma do artigo 180 da Constituição, as datas das eleições para o segundo período presidencial e Governadores dos Estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembléias Legislativas. Considerar-se-ão

eleitos e habilitados a exercer o mandato, independentemente de outro reconhecimento, os cidadãos diplomados pelos órgãos incumbidos de apurar a eleição. O Presidente eleito tomará posse, trinta dias depois de lhe ser comunicado o resultado da eleição, perante o órgão incumbido de proclamá-lo. O Parlamento instalar-se-á sessenta dias após a sua eleição.

Art. 5.º A Lei Constitucional n.º 2 ficara revogada a partir do dia em que se realizar a eleição presidencial.

Art. 6.º A Constituição será republicada no texto resultante das modificações feitas por esta e pelas leis constitucionais anteriores.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

José Roberto de Macedo Soares.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.222 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 5.600.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 5.600.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas relativo ao exercício de 1944 (Anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 6.143, de 29 de dezembro de 1943), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras despesas com pessoal

S/c. n.º 27 — Outras despesas

03 — Salário-família

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal..... Cr\$ 5.600.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e aplicado na classificação das despesas a que se destina.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.223 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 66.460,80, para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 66.460,80), para classificação da despesa (Material) decorrente do arrendamento, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1944, do imóvel de propriedade do Banco do Brasil S. A. denominado "Cabana Cinco Cruzes", sito no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, ocupado pela Divisão de Fomento da Produção Animal, do mesmo Ministério.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional e considerado no exercício de 1944, para efeito da classificação da despesa a que se destina, a qual figurará nas contas do mesmo exercício.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.224 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.846.509,60, para pagamento do passivo da Rádio Ipanema S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil. quinhentos

e nove cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 1.846.509,60), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) do passivo apurado na liquidação da Rádio Ipanema S.A.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.225 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.500.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.500.000,00), em refêrço da Verba 1 — Pessoal, do orçamento do Ministério da Fazenda relativo ao exercício de 1944 (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 6.143, de 29 de dezembro de 1943), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras despesas com pessoal

S/c. n.º 27 — Outras despesas

03 — Salário-família

24 — Diretoria da Despesa Pública

b) Para inativos Cr\$ 4.500.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional para efeito de classificação da despesa a que se destina.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.226 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Suspende a vigência do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, enquanto durar o estado de guerra a que se refere o Decreto n.º 10.538, de 31 de agosto de 1942, a vigência do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.227 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal; concede-lhe o aforamento condicional, com isenção de foros, à Sociedade Nacional de Agricultura, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluído das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha, que constitui o lote número oito (8) da quadra doze (12), da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n.º 3.085, situados na freguesia de São José, na Capital Federal, e que constituirá o lote número cinco (5), da mesma quadra doze (12), se for aprovado o projeto de reoteamento das quadras 11, 12, 12-B, 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A, da mesma Esplanada do Castelo, modificativo do projeto n.º 3.085.

Art. 2.º À “Sociedade Nacional de Agricultura”, com sede na Capital Federal, (sociedade civil declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 3.549, de 16 de outubro de 1918), fica reconhecido o aforamento do terreno de acréscimo de marinha constituído pelo lote n.º 8 ou 5, de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. O terreno será exclusivamente utilizado para a construção de um edifício que se denominará “Casa da Agricultura” e servirá de sede da “Sociedade Nacional de Agricultura” e da “Confederação Rural Brasileira”, sociedade civil também com sede na Capital Federal.

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal, assinar-se-á, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 159.898, de 1944, o contrato de aforamento, com a cláusula de que há isenção do foro que se calcular enquanto o domínio útil do terreno aforado fizer parte do patrimônio da “Sociedade Nacional de Agricultura”.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de sêlo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum ônus ou contribuição fiscal, federal ou municipal, gravará a qualquer título o terreno aforado pelo presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os favores dêste artigo estender-se-ão às benfeitorias e construções que no mesmo terreno se fizerem.

Art. 5.º O domínio útil do terreno mencionado nos arts. 1.º e 2.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a construção do edifício indicado no art. 3.º não se iniciar dentro de três (3) anos, contados da data da assinatura do contrato citado no art. 3.º;

b) se a Sociedade Nacional de Agricultura não der ao terreno o destino previsto no parágrafo único do art. 2.º;

c) se a mesma Sociedade não preencher as suas finalidades sociais; ou

d) se, ainda, se extinguir, excetuada a eventualidade de substituição por outra sociedade, com as mesmas finalidades sociais e reconhecimento de sua utilidade pública.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.228 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Fixa o efetivo do Quadro de Estado-Maior General do Exército e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Quadro de Estado-Maior General do Exército passa a ser constituído de:

- 15 Generais de Divisão
- 30 Generais de Brigada
- 1 General Médico
- 1 General Intendente
- 4 Generais de Brigada Técnicos.

Art. 2.º São transferidos para o Quadro de Estado-Maior General e computados nos efetivos fixados no artigo anterior todos os Oficiais Generais dos Quadros "QA" e "Q", os quais serão colocados no respectivo Quadro, por antiguidade de posto.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.229 — DE 5 DE JANEIRO DE 1945

Reorganiza o Departamento do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Departamento do Interior e Justiça (D.I.J.), órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (M.J.N.I.), diretamente subordinado ao respectivo Ministro de Estado, tem por finalidade estudar as questões e os atos concernentes a cidadania e estatuto, a exercício de direitos políticos e garantias constitucionais, a relações entre os poderes do Estado e a prerrogativas do Presidente da República, examinar em colaboração com os Estados, os problemas legais de interesse recíproco ou de âmbito nacional, assim como apreciar tôdas as questões relativas à administração dos Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal e oferecer a devida assistência aos respectivos governos.

Art. 2.º O D.I.J. compõe-se de:

Divisão de Assuntos Políticos (D.A.P.);
Divisão de Justiça (D.J.);
Divisão do Interior (D.I.);
Seção de Administração (S.A.).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.230 — DE 5 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 69.964,30, para pagamento de diferença de vencimentos e vantagens de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 69.964,30 (sessenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento da diferença de vencimentos e vantagens de magistério a que fez jús, em virtude de sentença judiciária, o Coronel reformado Elias Coelho Cintra, Professor Catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 11 de fevereiro de 1938 e 31 de dezembro de 1941.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.231 — DE 5 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre o regime escolar nas Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O regime escolar na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de Veterinária se regerá pelas normas estabelecidas no art. 1.º e parágrafo único do Decreto-lei n.º 7.082, de 27 de novembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.232 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80.400,00, para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80.400,00 (oitenta mil e quatrocentos cruzeiros), para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação de representação de US\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco dólares) mensais, no período de 12 (doze) meses, a Ezequiel Martins da Silva, telegrafista, classe J, do Quadro III — Parte Suplementar — do mesmo Ministério, que obteve autorização para se afastar do país, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de beneficiar-se com bolsa de estudos oferecida pela Federal Communications Commission, em Washington, e estudar, pormenorizadamente, a organização das telecomunicações naquela Comissão.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.233 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.708 — de 18 de julho de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.708, de 18 de julho de 1944 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º As disposições do artigo anterior aplicam-se também às praças desertoras pertencentes à Força Expedicionária Brasileira que se apresentarem ou forem capturadas em território da 1.ª Região Militar, após a partida de suas unidades para o estrangeiro.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.234 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Renova a prorrogação do mandato da Comissão Censitária Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando o que propõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista as disposições legais em vigor sobre a responsabilidade da Comissão Censitária Nacional na aprovação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até a publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, de conformidade com o disposto nos arts. 7.º e 9.º do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, o mandato da Comissão Censitária Nacional mantida sua atual composição.

Art. 2.º Na vigência do presente Decreto-lei a Comissão se reunirá mediante convocação do respectivo presidente, revogados o art. 8.º do Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.235 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 59.950.000,00, para subscrição de ações do Banco de Crédito da Borracha S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$

59.950.000,00), para classificação da despesa (Serviços e Encargos) com a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta (59.950) ações do Banco de Crédito da Borracha S. A., na conformidade do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.651, de 5 de julho de 1943.

Parágrafo único. Para os fins a que se refere este artigo, será o crédito considerado como distribuído ao Tesouro Nacional no exercício de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.236 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Dá a garantia do Tesouro Nacional ao empréstimo que realizar a Companhia Vale do Rio Doce S. A. com o Export-Import Bank, de Washington

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Tesouro Nacional solidariamente responsável, na qualidade de fiador, pelo pagamento das notas promissórias que forem emitidas pela Companhia Vale do Rio Doce S. A., em virtude de contrato a ser firmado com o Export-Import Bank, da Washington, até o valor total de cinco milhões de dólares (US\$ 5.000.000,00) e mais os juros de quatro por cento (4 %) a. a. pelo prazo de vinte e cinco (25) anos, para o financiamento da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas e aquisição de material ferroviário à mesma destinado.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.237 — DE 8 DE JANEIRO DE 1945

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5.696, de 22 de julho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1945, a vigência do crédito especial de setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 700.000,00), aberto ao Ministério da Fazenda pelo Decreto-lei n.º 5.696, de 22 de julho de 1943, para atender às despesas com o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.238 — DE 9 DE JANEIRO DE 1945

Transfere o Campo Experimental de São Borja, do Ministério da Agricultura, para o Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir de 1 de janeiro de 1945, o Campo Experimental de São Borja, situado no município do mesmo nome e subordinado à Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, fica transferido para o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Os terrenos ocupados pelo Campo, a que se refere o artigo anterior, adquiridos por compra de Martins Gonçalves Portugal e sua mulher, em 26 de abril de 1933, conforme escritura passada no 2.º Cartório de Notas de São Borja, ficam igualmente transferidos para o patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com todos os bens móveis e imóveis nos mesmos existentes e pertencentes ao Governo Federal, bem como os servidores que ali têm exercício.

Parágrafo único. A presente doação é feita sob a condição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul instalar um patronato agrícola para menores desamparados, no referido Campo e continuar este prestando a necessária assistência aos lavradores da região.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1945, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.239 — DE 10 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As atividades a cargo do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S.N.A.A.P.P.) serão executadas por empregados mensalistas e diaristas e por pessoal marítimo.

Art. 2.º Os mensalistas serão admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por Decreto do Presidente da República.

§ 1.º É indispensável, para a admissão, a comprovação de habilitação por meio de provas ou de provas e títulos, organizadas com a colaboração do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às funções em comissão.

§ 3.º Para as funções de serviços industriais, a habilitação poderá ser comprovada exclusivamente por meio de títulos.

§ 4.º As promoções obedecerão, no que couber, ao sistema em vigor no Serviço Público Federal.

Art. 3.º Os diaristas serão admitidos, exclusivamente, para o desempenho de funções de natureza braçal ou subalterna.

Parágrafo único. Fica fixado em Cr\$ 40,00 o salário diário máximo destes empregados.

Art. 4.º O pessoal marítimo será regido por normas próprias, de acordo com as leis e regulamentos em vigor.

Parágrafo único. A remuneração do pessoal marítimo obedecerá ao disposto pela Comissão de Marinha Mercante.

Art. 5.º Além do pessoal a que se refere o artigo 1.º, poderão ser admitidos empregados contratados e pessoal eventual.

Art. 6.º A admissão de contratados só poderá ser feita para o desempenho de funções reconhecidamente especializadas.

Parágrafo único. Aos contratados aplicar-se-á, no que couber, a legislação referente aos extranumerários-contratados do Serviço Público Federal.

Art. 7.º A admissão de pessoal eventual poderá ser feita apenas para atender a necessidades urgentes ou de caráter transitório.

§ 1.º Ao pessoal eventual não poderão ser pagos salários superiores aos fixados para os mensalistas e diaristas, observada a equivalência ou analogia de funções.

§ 2.º Além do salário da função, o pessoal eventual só poderá perceber gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de acordo com a regulamentação que fôr expedida.

Art. 8.º Os empregados mensalistas, diaristas e contratados só poderão perceber, além do salário da função:

- a) salário-família;
- b) gratificação de função, prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 2.º;
- c) gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de acordo com a regulamentação que fôr expedida; e
- d) diárias e ajuda de custo, nos casos previstos nos Capítulos IV e V do Título II do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Parágrafo único. Ao pessoal que servir nas Agências de Bôca do Acre e Pôrto Velho poderá ser concedida uma gratificação até um máximo de 20% sobre o salário.

Art. 9.º Ficam elevados para Cr\$ 78.000,00 e Cr\$ 66.000,00, respectivamente, os vencimentos anuais de Diretor-Geral e de Superintendente, fixados pelos artigos 8.º e 11 do Decreto-lei n.º 2.154, de 27 de abril de 1940.

Art. 10. O presente Decreto-lei vigorará a partir de 1 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.240 — DE 11 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.840.000,00, para despesas da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de um milhão, oitocentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.840.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender a despesas da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington, sendo:

		Cr\$
Pessoal		1.570.000,00
Material		
Permanente	40.000,00	
Consumo	100.000,00	
Diversas Despesas	130.000,00	270.000,00
		<hr/>
		1.840.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.241 — DE 11 DE JANEIRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas, do Orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" (Decreto-lei n.º 6.145, de 29 de dezembro de 1943), ficam introduzidas as seguintes modificações, sem aumento de despesa:

Consignação I — Obras

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização: instalações, aparelhamento e equipamentos.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

01 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

h) Prosseguimento da construção		
Mombaga-Sousa		
Passa de	Cr\$	1.500.000,00
Para	Cr\$	500.000,00
j) Prosseguimento da construção		
Contendas-Brumado-Monte Azul		
Passa de	Cr\$	10.500.000,00
Para	Cr\$	13.500.000,00
l) Prosseguimento da construção		
Palmeira dos Índios a Colégio		
Passa de	Cr\$	11.900.000,00
Para	Cr\$	8.900.000,00
m) Prosseguimento da construção		
Itaiba-Mundo Novo		
Passa de	Cr\$	1.500.000,00
Para	Cr\$	2.500.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.242 — DE 15 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre o crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 6.999, de 30 de outubro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A parcela de cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 5.400.000,00), a que se refere a letra b do art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.999, de 30 de outubro de 1944, se destina também a atender às mesmas despesas de pessoal, material, obras e encargos durante o exercício de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.243 — DE 15 DE JANEIRO DE 1945

Dispensa, enquanto durar o estado de guerra, do pagamento da anuidade e obrigações contidas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.955, de 31 de dezembro de 1941, os profissionais habilitados de acôrdo com o Decreto n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto durar o estado de guerra os profissionais, diplomados ou não, habilitados de acôrdo com o Decreto n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e que já estiverem ou forem incorporados às Forças Armadas, ficam dispensados, no período da incorporação, do pagamento da anuidade estabelecida no art. 1.º e das obrigações contidas nos parágrafos 1.º e 2.º do mesmo artigo do Decreto-lei n.º 3.955, de 31 de dezembro de 1941.

Art. 2.º O conselho Federal de Engenharia e Arquitetura baixará resolução fixando as condições em que se procederá o restabelecimento do pagamento da anuidade a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.244 — DE 15 DE JANEIRO DE 1945

Considera associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos os trabalhadores por conta própria que servem a bordo dos navios e embarcações nacionais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São obrigatoriamente associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e, neste caráter, seus contribuintes, os trabalhadores por conta própria, excetuados os estivadores, que servem a bordo dos navios e embarcações nacionais empregados nos serviços mencionados no artigo 2.º do Decreto n.º 22.872, de 29 de junho de 1933.

Parágrafo único. Os trabalhadores a que se refere este artigo pagarão ao Instituto, calculada sobre o salário-base dos taifeiros dos navios ou embarcações em que trabalharem, a contribuição estabelecida no art. 2.º da Lei n.º 159, de 30 de dezembro de 1935.

Art. 2.º Os armadores dos navios e embarcações em que sirvam trabalhadores por conta própria são obrigados a contribuir para o Instituto e nêles realizar o seguro de acidente do trabalho, referente aos mesmos, como se fossem seus empregadores.

Art. 3.º O trabalhador por conta própria que haja servido a bordo dos navios e embarcações nacionais a que alude o art. 1.º poderá contar, para efeito de aposentadoria ou pensão, o tempo de embarque anterior à vigência do presente Decreto-lei, desde que o requeira ao Instituto, até 15 de fevereiro de 1945, juntando certidão de idade e demais documentos exigidos para a ins-

crição, substituída a prova de tempo de serviço por atestado fornecido pela empresa no qual esta especifique o tempo de embarque do requerente e o salário atribuído aos taifeiros na época, nos navios em que esteve embarcado, e se responsabilize pelo pagamento das contribuições de empregador, calculadas de acordo com este Decreto-lei as referentes ao aludido trabalhador, como se ele tivesse sido seu empregado.

Parágrafo único. Inscrito o novo associado, o Instituto dará comunicação da inscrição ao empregador que houver fornecido o atestado, a fim de que, no prazo de oito dias, recolha aos cofres da instituição as contribuições pelas quais se responsabilizou.

Art. 4.º O trabalhador inscrito de acordo com o art. 3.º, deverá pagar ao Instituto, em prestações mensais em importância nunca inferior a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) e em número não superior a 60 (sessenta), as contribuições relativas ao tempo de embarque computado na inscrição.

Art. 5.º No cálculo de aposentadoria ou pensão o tempo de embarque apurado pela forma indicada no art. 3.º será reduzido de um terço.

Art. 6.º O trabalhador que for aposentado antes de integralizar o pagamento das contribuições, estabelecido no art. 4.º, continuará a pagá-las em prestações mensais, descontadas da importância da aposentadoria.

Parágrafo único. No caso de falecer, ele, antes da integralização do pagamento, não haverá desconto na importância da pensão, a título das aludidas contribuições.

Art. 7.º Aos trabalhadores que requererem sua inscrição na forma do artigo 3.º será dispensado exame médico.

Art. 8.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.245 — DE 15 DE JANEIRO DE 1945

Modifica a forma de administração dos IAP dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Marítimos e dos Bancários, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A administração dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Marítimos e dos Bancários, será exercida, a partir da vigência deste Decreto-lei, na forma do art. 11 da Lei n.º 367 de 31 de dezembro de 1936, e nos termos dos Capítulos X a XII do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1918 de 27 de agosto de 1937.

Art. 2.º Aos atuais funcionários dos Institutos referidos no art. 1.º é garantida a estabilidade no emprego, desde que contem mais de dez anos de serviço, na data deste Decreto-lei, ou venham a completá-los em data posterior, salvo se já a houverem antes adquirido, por qualquer outra disposição legal.

§ 1.º O disposto neste artigo não se aplica aos cargos exercidos em comissão.

§ 2.º A contar da data deste Decreto-lei, só poderão ser admitidos funcionários, nos referidos Institutos, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3.º Os funcionários admitidos de acôrdo com o disposto no parágrafo anterior adquirirão estabilidade no emprêgo depois de dois anos de serviço.

§ 4.º Não havendo candidatos aprovados ou enquanto se não realizarem os concursos, poderão ser preenchidas, em caráter interino, as vagas que se verificarem.

Art. 3.º Aos funcionários dos Institutos a que se refere o presente Decreto-lei aplica-se o disposto no Capítulo XV do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1918, de 27 de agosto de 1937, em matéria disciplinar.

Art. 4.º Aos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, além das atribuições que lhes são conferidas pelas leis vigentes, caberá a de colaborar com o Conselho Nacional do Trabalho, na realização das tomadas de contas das respectivas instituições.

Art. 5.º O Presidente do Conselho Nacional do Trabalho expedirá as normas que forem necessárias à adaptação das condições atuais dos Institutos mencionados no art. 1.º ao disposto neste Decreto-lei, assim como à sua execução, entrando êle em vigor a 2 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.246 — DE 16 DE JANEIRO DE 1945

Cria o cargo de Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, o cargo isolado; de provimento em comissão, padrão M, de Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho.

§ 1.º A remuneração desse cargo é constituída do vencimento e gratificação de representação.

§ 2.º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a função é equiparada às de ministro conselheiro e cônsul geral.

§ 3.º Na tabela anual de gratificações de representação, a que se refere o § 2.º do art. 26 do Decreto-lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938, será incluída a cidade onde estiver a sede da Repartição Internacional do Trabalho.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando destacadas, do saldo da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério, a importância de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), para fazer face ao pagamento do vencimento do cargo.

Art. 3.º Ficam revogados o Decreto-lei n.º 3.820, de 13 de novembro de 1941, e demais disposições em contrário.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.247 — DE 16 DE JANEIRO DE 1945

Altera as carreiras de Contador e Guarda-livros do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Contador e Guarda-livros do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Será levada a crédito da conta-corrente do Quadro a importância correspondente a 59 cargos da classe G e 98 da classe F da referida carreira de Guarda-livros.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
QUADRO PERMANENTE

26

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Contador</i>						<i>Contador</i>				
35	L	—	13	—	40	L	—	18	—
60	K	—	20	—	70	K	—	30	—
90	J	—	15	—	110	J	—	35	—
130	I	—	—	—	160	I	—	30	—
169	H	—	11	68	226	H	—	—	113
484				59	68	606				113	113
							<p><i>Observações — Os cargos vagos e provisórios serão providos com recursos da conta corrente do Quadro.</i></p> <p><i>Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que os seus ocupantes forem sendo promovidos à classe superior, não podendo o número de cargos ocupados na carreira ser superior a 606.</i></p>				

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Guarda-livros					Guarda-livros						
100	G	—	—	—	30	G	11	—	—
110	F	—	—	—	60	F	—	48	—
126	E	—	2	—	124	E	—	—	37
336				2		214			11	48	37
					<p>Observações — Os cargos vagos e provisórios serão providos com recursos da conta corrente.</p> <p>Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que os seus ocupantes forem sendo promovidos, não podendo o número de cargos ocupados na carreira ser superior a 214.</p>						

DECRETO-LEI N.º 7.248 — DE 16 DE JANEIRO DE 1945

Altera o art. 11 do Decreto-lei n.º 2.869, de 13 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o serviço de abastecimento d'água do Distrito Federal e cancela débitos

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 11 do Decreto-lei n.º 2.869, de 13 de dezembro de 1940, que dispõe sobre a concessão dos serviços de abastecimento d'água, atualmente a cargo do Serviço Federal de Águas e Esgotos, passa a constituir o § 1.º do mesmo artigo, ao qual ficam acrescentados os os parágrafos seguintes:

“§ 2.º Ficam isentos do pagamento de taxas devidas pelo serviço de abastecimento d'água e pelo de esgotos as missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, desde que sejam instaladas em edifícios pertencentes a seus respectivos governos.

§ 3.º O disposto no parágrafo anterior, aplicar-se-á exclusivamente aos países que concederem reciprocidade de tratamento ao Governo brasileiro.”

Art. 2.º Ficam cancelados os débitos existentes até a data deste Decreto-lei, referente ao pagamento das taxas dos imóveis, cuja isenção foi estabelecido no § 2.º do artigo 11 do Decreto-lei n.º 2.869 de 13-12-1940.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.249 — DE 16 DE JANEIRO DE 1945

Autoriza a manutenção, pelas empresas, de Postos de Abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as empresas que empreguem mais de 300 trabalhadores autorizadas a manter Postos de Abastecimento, destinados ao suprimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade aos seus empregados e aos respectivos dependentes.

Parágrafo único. Nos Postos a que se refere o presente artigo só poderá ser feita a venda dos seguintes produtos: arroz, açúcar, azeite, banha, batata, café, carne seca, cebola, farinha, feijão, macarrão, manteiga, sabão e sal.

Art. 2.º O fornecimento de gêneros alimentícios será feito na proporção do número de dependentes do trabalhador, declarados em sua Carteira Profissional, e não poderá exceder mensalmente de 50% do salário registrado na mesma Carteira.

Parágrafo único. Não possuindo ainda o trabalhador sua Carteira Profissional, será permitido apresentar declaração de dependentes, válida por 90 dias.

Art. 3.º O fornecimento dos gêneros alimentícios será feito pelo preço de aquisição aos atacadistas ou às fontes produtoras, com o acréscimo máximo de 10% (dez por cento), para a cobertura das despesas de instalação e administração, respeitados os limites fixados pelos órgãos competentes para os artigos tabelados.

Art. 4.º Os Postos de Abastecimento destinados a fornecimentos a trabalhadores e mantidos por empresas empregadoras, ficam isentos de quaisquer impostos federais, estaduais e municipais, não sendo sua manutenção considerada como atividade econômica, para todos os efeitos legais.

Art. 5.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou autoridade por ele expressamente delegada, poderá autorizar a organização de Postos de Abastecimento mantidos por mais de uma empresa, em regime de colaboração, destinados ao suprimento dos respectivos trabalhadores, desde que seu total atinja ao mínimo a que se refere o artigo 1.º

Art. 6.º Os fornecimentos feitos aos trabalhadores quando não forem pagos em dinheiro, terão o caráter de adiantamento de salário, para os efeitos dos necessários descontos.

Art. 7.º Compete ao Serviço de Alimentação da Previdência Social fiscalizar a execução do presente Decreto-lei e, também, prestar às empresas a colaboração que fôr necessária para a instalação e manutenção dos Postos.

Art. 8.º A prática de qualquer ato contrário às determinações do presente Decreto-lei importará no fechamento do Posto, determinada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ou autoridade por ele expressamente delegada, sem prejuízo da aplicação de outras penas cabíveis pela legislação vigente.

Art. 9.º O presente Decreto-lei terá a vigência de seis meses, prorrogáveis por igual período, em todas ou em determinadas regiões do país, se necessário.

Art. 10. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.250 — DE 17 DE JANEIRO DE 1945

Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos cruzeiros), será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Arquivista</i>						<i>Arquivista</i>				
1	H	—	—	Q.P.	2	H	—	1	
1	G	—	—	Q.P.	2	G	—	1	
1	F	—	—	Q.P.	2	F	—	1	
2	E	—	1	Q.P.	4	E	—	3	
5			—	1		10			—	6	

DECRETO-LEI N.º 7.251 — DE 17 DE JANEIRO DE 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde (S.E.E.S.), as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe de Seção (S.E.P. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.E.G. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A.C. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A.U. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A.M. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.E.A. — S.E.E.S.) com	Cr\$ 6.000,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A. — S.E.E.S.) com ..	Cr\$ 4.200,00 anuais

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos cruzeiros), correrá, no atual exercício, à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, Anexo do Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.252 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Abre créditos especiais para classificação de despesa proveniente dos aumentos e do regime do salário-família, de que trata o Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam abertos os seguintes créditos especiais, no total de dezenove mil, trezentos e oitenta e um cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 19.381,30), para classificação dos pagamentos (Pessoal) efetuados pela Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, no exercício de 1944, relativos ao mês de dezembro de 1943, provenientes dos aumentos e do regime do salário-família, de que trata o Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943:

	Cr\$
Ao Ministério da Aeronáutica	900,00
Ao Ministério da Agricultura	680,00
Ao Ministério da Educação e Saúde	400,00
Ao Ministério da Fazenda	50,00
Ao Ministério da Guerra	2.925,00

Ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores	200,00
Ao Ministério da Marinha	100,00
Ao Ministério das Relações Exteriores	13.826,30
Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	300,00
	<hr/>
	19.381,30

Art. 2.º Os créditos a que se refere o artigo anterior serão automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional e considerados no exercício de 1944, para efeito de classificação da despesa a que se destinam, a qual figurará nas contas do mesmo exercício.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.253 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Autoriza a realização de um empréstimo interno em apólices da Dívida Pública Fundada, denominado "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa", e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contrair um empréstimo interno, denominado "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa", até a importância de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.800.000.000,00), para atender à execução do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, no que toca:

- a) aos pagamentos em dinheiro decorrentes das opções pelo "Plano B";
- b) à liquidação dos empréstimos incluídos no "Grau VIII"; e
- c) aos pagamentos de juros atrasados.

Art. 2.º O empréstimo a que se refere o artigo anterior será feito em apólices da Dívida Pública Fundada, do tipo "Diversas Emissões", ao portador, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, aos juros de cinco por cento (5%) ao ano, pagáveis semestralmente, em janeiro e julho, na Caixa de Amortização e nas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados.

Art. 3.º O empréstimo a contrair na forma dêste Decreto-lei será amortizado anualmente, a partir do exercício de 1950, na base de um por cento (1%), no mínimo, sobre o valor dos títulos emitidos, mediante dotação própria que constará, para êsse fim, do Orçamento Geral da República.

§ 1.º A amortização far-se-á por sorteio, quando a cotação dos títulos estiver ao par ou acima dêle, e por compra na Bolsa ou como fôr mais conveniente, quando abaixo do par.

§ 2.º O sorteio realizar-se-á em 15 de agosto de cada ano e o resgate, em qualquer de suas modalidades, terá início no mês de setembro seguinte.

§ 3.º Sendo o dia 15 domingo ou feriado, proceder-se-á ao sorteio no primeiro dia útil imediato.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.254 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 17.400.000,00, para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de dezessete milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 17.400.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos), inclusive às realizadas até a presente data e ainda não liquidadas, com o prosseguimento e conclusão da construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sobre o rio Uruguai.

Art. 2.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.255 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre o cancelamento de dívidas do imposto territorial e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96 de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a mandar cancelar as dívidas de valor igual ou inferior a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por

exercício, do imposto territorial dos exercícios anteriores a 1938, referentes a imóveis situados nas zonas rural e suburbana, mediante a apresentação de requerimento subscrito pelos respectivos proprietários ou usufrutuários, acompanhado da ficha de inscrição dos referidos imóveis, de acordo com o impresso que para esse fim será fornecido gratuitamente pelo Departamento da Renda Imobiliária.

§ 1.º O cancelamento de que trata este artigo é extensivo aos demais tributos e contribuições cobrados juntamente com o imposto territorial.

§ 2.º Quando se tratar de dívidas ajuizadas, o seu cancelamento não importará exoneração das custas judiciais respectivas, por acaso devidas.

Art. 2.º Os proprietários de terrenos situados nas zonas mencionadas no artigo precedente e ainda não inscritos para o pagamento do imposto territorial, ficam obrigados a inscrevê-los dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência deste Decreto-lei, sob pena de se agravarem em 50 % as multas de mora cominadas no art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.807, de 28 de novembro de 1939.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado a juízo do Prefeito.

Art. 3.º Fica o Prefeito igualmente autorizado a mandar conceder alvará de licença de legalização a prédios proletários, residenciais, construídos sem licença, em logradouros reconhecidos das zonas suburbana e rural, mediante requerimento dos respectivos proprietários, parecer favorável da Secretaria Geral de Viação e Obras e pagamento dos emolumentos previstos na legislação em vigor.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.256 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Autoriza a permuta dos imóveis que menciona e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar a permuta de parte do imóvel de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, situado na Avenida Pasteur, com as dimensões aproximadas de 16m,00 (dezeses metros) de testada e 27m,00 (vinte e sete metros) de profundidade, pelo prédio de n. 47 da Avenida Pasteur e o terreno contíguo, compreendido entre esse prédio e a City Improvements, ambos de propriedade do Doutor Jaime Gonçalves Perdigão.

Art. 2.º A presente permuta será feita mediante o pagamento, à Prefeitura, da diferença dos valores dos imóveis em aprêzo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.257 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto de doação, concorrente com o de compra e venda, na aquisição de prédio para moradia da viúva e do filho menor de Augusto do Monte Teixeira, 3.º Maquinista do "Cabedelo", navio brasileiro torpedeado na guerra atual

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder isenção do imposto de doação sobre Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), concorrente com o de compra e venda, na aquisição do prédio e terreno da Avenida Suburbana n.º 2.960, na Freguesia de Inhaúma, com os recursos fornecidos pelo Lloyd Brasileiro, a título de indenização, imóvel esse destinado a moradia da viúva e do filho menor de Augusto do Monte Teixeira, 3.º Maquinista do "Cabedelo", navio brasileiro torpedeado em 14 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.258 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Altera a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E. F. C. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							<i>Desenhista</i>				
						3	L	—	3	Os cargos vagos serão providos com recursos da C/corrente do Quadro.
2	Desenhista	K	—	—	II	4	K	—	2	
5	Desenhista	J	—	—	II	6	J	—	1	
6	Desenhista	I	—	—	II	8	I	—	2	
6	Desenhista	H	—	—	II	10	H	—	4	
10	Desenhista	G	—	—	II	10	G	—	—	
6	Desenhista	F	—	—	II	6	F	—	—	
35						47				12	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N.º 7.259 — DE 18 DE JANEIRO DE 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, para o Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe de Seção (S.P.E. — S.E.P.), com ...	Cr\$ 5.400,0 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A.P. — S.E.P.), com ...	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.C.R. — S.E.P.), com ...	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.E.A. — S.E.P.), com ..	Cr\$ 6.000,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.A. — S.E.P.), com	Cr\$ 4.200,00 anuais
1 — Chefe de Seção (S.M. — S.E.P.), com	Cr\$ 4.200,00 anuais

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos cruzeiros) correrá, no atual exercício, à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.260 — DE 19 DE JANEIRO DE 1945

Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) anuais, será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º A dotação correspondente a dois cargos provisórios, ora suprimidos, será levada a crédito da conta corrente do Quadro.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Médico do Trabalho</i>						<i>Médico do Trabalho</i>				
3	M	—	3	—	3	M	—	3	—
4	L	—	3	—	4	L	—	3	—
5	K	—	4	—	5	K	—	4	—
6	J	—	6	—	6	J	—	6	—
7	I	—	1	18	8	I	—	2	16
25				17	18	26				18	16

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos das classes M, L, K e J. O número total de cargos ocupados não poderá exceder a 26.

DECRETO-LEI N.º 7.261 — DE 19 DE JANEIRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Dispensário São José do pagamento do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar, na forma dos artigos 15 e 16 do Decreto n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, a partir do exercício de 1938, o Dispensário São José do pagamento do imposto predial correspondente ao imóvel n.º 592 da Rua Vinte e Quatro de Maio, enquanto o mesmo imóvel fôr de propriedade do aludido Dispensário e servir de sede para as respectivas instalações.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.262 — DE 22 DE JANEIRO DE 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$
1 Chefe de Serviço (S.D. — D.A.)	7.800,00 anuais
1 Chefe da Mapoteca (Map. — S.D. — D.A.)	5.400,00 anuais
1 Chefe do Arquivo Histórico (A.H. — S.D. — D.A.)	5.400,00 anuais
1 Chefe de Seção (S.Pb. — S.D. — D.A.)	5.400,00 anuais
1 Chefe de Seção (S.I. — S.D. — D.A.)	5.400,00 anuais

Art. 2.º Fica suprimido, nos mesmos Quadro e Ministério, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão N, de Chefe do Serviço de Documentação.

Art. 3.º O Chefe do Serviço de Documentação será designado pelo Presidente da República e escolhido dentre os funcionários da carreira de Diplomata.

Art. 4.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com as funções gratificadas criadas por força do disposto neste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.263 — DE 22 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de empregados dos estabelecimentos bancários de que trata o Decreto-lei n.º 4.612, de 24 de agosto de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não se aplica o disposto no art. 497 da Consolidação das Leis do Trabalho à rescisão de contrato de trabalho de empregados beneficiados pelo Decreto-lei n.º 5.576, de 14 de junho de 1943.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.264 — DE 22 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre as operações imobiliárias realizadas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nas operações destinadas à construção ou aquisição de residência para segurado, mediante hipoteca ou promessa de venda, fica o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado autorizado a operar independentemente das exigências de limitação ou entrada inicial contidas nos §§ 2.º e 3.º do art. 14 do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, as quais serão, neste caso, substituídas por um seguro de suplemento de garantia imobiliária, realizado na forma do art. 6.º do mesmo Decreto-lei.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.265 — DE 24 DE JANEIRO DE 1945

Cria uma taxa para financiamento dos serviços da Comissão Executiva Têxtil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a taxa de trinta centavos (Cr\$ 0,30) por mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), ou fração, sobre o valor do faturamento de todos os

artigos produzidos para o mercado interno ou externo, por estabelecimentos ou fábricas de fio natural ou sintético, tecelagens, malharias, ou de acabamento têxtil, existentes ou que venham a se estabelecer no território nacional.

Parágrafo único. Ficam isentos os estabelecimentos ou fábricas, cujo faturamento mensal de sua produção seja igual ou inferior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00).

Art. 2.º A prova de quitação da taxa relativa aos faturamentos do mês anterior será exigida para a concessão de cotas e também para habilitação às concorrências públicas ou administrativas.

Art. 3.º As repartições federais, estaduais ou municipais não concederão licença para renovação de atividades às empresas a que se refere este Decreto-lei, sem a prova estabelecida no artigo anterior.

Art. 4.º A arrecadação da taxa ora criada far-se-á de acordo com as instruções que forem expedidas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional.

Art. 5.º A fiscalização da taxa compete especialmente ao Ministério da Fazenda, e, em geral, a todos que exerçam funções públicas federais, estaduais e municipais, de caráter fiscal.

Art. 6.º A falta de pagamento da taxa, nos prazos fixados, importará na imposição da multa de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) a dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00).

Parágrafo único. A instauração, preparo e julgamento dos processos da contravenção prevista neste artigo, bem assim os recursos das decisões de primeira instância, obedecerão às normas estabelecidas na legislação do imposto de consumo.

Art. 7.º O produto da arrecadação da taxa, de que trata este Decreto-lei, será incorporado à Receita da União e escriturada em Renda Extraordinária, sob a rubrica — Taxa para financiamento dos serviços da Comissão Executiva Têxtil.

Art. 8.º No fim de cada trimestre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio requisitará ao da Fazenda a entrega, como adiantamento à conta da dotação própria, ao Presidente da Comissão Executiva Têxtil, do produto arrecadado.

Parágrafo único. No mês adicional de cada exercício serão ajustadas as diferenças que houver entre a arrecadação e as entregas, abrindo-se, nesse período, quando for o caso, o crédito suplementar necessário para regularização da despesa.

Art. 9.º A dotação orçamentária que for inscrita no orçamento da despesa do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com base na estimativa da receita correspondente, será automaticamente distribuída ao Tesouro Nacional.

Art. 10. O Presidente da Comissão Executiva Têxtil aplicará os adiantamentos que receber no financiamento dos serviços e encargos decorrentes da execução do Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944, e da Portaria n.º 249, de 31, também de julho de 1944, do Coordenador da Mobilização Econômica, e deles prestará contas, até o dia 31 de janeiro de cada ano, ao Presidente da República, por intermédio do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 11. A cobrança da taxa terá início em 1 de fevereiro do corrente ano, vigorando este Decreto-lei enquanto permanecer a mobilização industrial determinada pelo Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.266 — DE 24 DE JANEIRO DE 1945

Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 24.502, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, 1 cargo de Coletor, classe E e 1 cargo de Escrivão de Coletoria, classe D, correspondentes à 1.ª Coletoria de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, extinta pelo Decreto-lei n.º 4.095, de 6 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.267 — DE 24 DE JANEIRO DE 1945

Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 24.502, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, 1 cargo de Coletor, classe F e 1 cargo de Escrivão de Coletoria, classe E, correspondentes à 2.ª Coletoria de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, extinta pelo Decreto-lei n.º 4.095, de 6 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.268 — DE 24 DE JANEIRO DE 1945

Extingue cargos de Coletor e de Escrivão (de Coletoria) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 24.502, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, 1 cargo de Coletor, classe E e 1 cargo de Escrivão de Coletoria, classe D, correspondentes à 3.ª Coletoria de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, extinta pelo Decreto-lei n.º 4.095, de 6 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.269 — DE 25 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre as férias dos Ministros do Tribunal de Segurança Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Ministros do Tribunal de Segurança Nacional terão direito a dois meses de férias, que gozarão coletivamente, em fevereiro e março de cada ano.

Parágrafo único. Durante o período de férias, sempre que se fizer necessário, o Presidente do Tribunal poderá convocá-lo extraordinariamente.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.270 — DE 25 DE JANEIRO DE 1945

Regula os casos de invalidez e de incapacidade física, para o serviço militar, dos oficiais da reserva de 2.ª classe, praças, taiteiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados, em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativas; cria a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A invalidez e incapacidade física definitiva para o serviço militar poderão ser provenientes de:

a) moléstia adquirida ou ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou moléstia dêla decorrente;

- b) moléstia adquirida ou ferimento recebido em desastre ou acidente causado por quaisquer atos de agressão do inimigo e em naufrágio;
- c) desastre ou acidente em serviço ou na instrução;
- d) moléstia contraída em tempo de paz, com relação de causa e efeito às condições inerentes ao serviço ou à zona onde estiver servindo;
- e) moléstia contagiosa e incurável;
- f) acidente fora do serviço ou moléstia não adquirida no mesmo.

Parágrafo único. Os casos de que tratam as alíneas a, b, c e d serão comprovados por meio de atestado de origem, inquérito sanitário de origem, termo de acidente ou ficha de evacuação.

Art. 2.º No processamento dos casos de invalidez e de incapacidade física para o serviço militar, dos oficiais da reserva de 2.ª classe, praças, taifeiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados, em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativas, aplica-se a legislação vigente, respeitadas as disposições do presente Decreto-lei.

Art. 3.º Para os efeitos do presente Decreto-lei e de acôrdo com o artigo 85, § 2.º, do Estatuto dos Militares, aprovado pelo Decreto-lei n.º 3.864, de 24-11-41, os militares são classificados nas seguintes categorias:

- a) oficiais;
- b) praças (aspirantes a oficial) guardas-marinha; subtenentes; suboficiais; sargentos; cabos; marinheiros e taifeiros da Armada; soldados graduados e taifeiros graduados da Aeronáutica);
- c) taifeiros da Aeronáutica, soldados e grumetes.

Art. 4.º Verificada a invalidez ou a incapacidade física para o serviço militar, nos termos do art. 1.º, serão adotadas as seguintes providências:

A — Quanto aos oficiais da reserva de 2.ª classe, quando convocados ou em estágio;

1 — Promoção ao pôsto imediatamente superior e reforma:

- a) nos casos das alíneas a e b;
- b) nos casos das alíneas c e d, quando forem julgados também impossibilitados total e permanentemente para qualquer trabalho;

2 — Reforma no mesmo pôsto, nos demais casos das alíneas c e d e nos da alínea e.

3 — Reformados os oficiais nos casos das alíneas a, b, c, d e e, serão eles apresentados à Comissão de que trata o art. 13 (C.R.I.F.A.), a fim de ser verificado o grau de incapacidade individual, tendo em vista a atividade anteriormente exercida no meio civil, e, em seguida, readaptados em função compatível com as suas aptidões ainda presentes.

4 — Quando, após a readaptação, não conseguirem, devido à sua produtividade reduzida, remuneração igual à que teriam direito se pertencessem às forças Armadas ativas, serão obrigadas a aceitar as funções que lhes forem designadas, compatíveis com suas aptidões; e, nessa hipótese, o Governo entrará com a diferença necessária para completar os vencimentos a que teriam direito se pertencessem às Forças Armadas ativas.

5 — Na hipótese de ser verificada a impossibilidade de readaptação, perceberão os oficiais os vencimentos do pôsto, na forma da legislação vigente para os oficiais da ativa, podendo, quando se tratar de servidores públicos ou de contribuintes de instituições de previdência social, optar por aposentadoria na forma das respectivas legislações.

B — Quanto às praças, taifeiros da Aeronáutica, soldados e grumetes:

1 — Aplicam-se as mesmas disposições dos ns. 1 e 2 da letra A dêste artigo, nos casos aí indicados.

2 — Aos militares com 10 ou mais anos de serviço e aos da Reserva Remunerada será concedida, também, reforma na mesma graduação, nos casos da alínea f do art. 1.º

3 — Consideram-se, para fins de promoção, como pôsto ou graduação superior:

- a) o de 2.º *tenente* para aspirantes a oficial, guardas-marinha, subtenentes, suboficiais, sargentos-ajudantes e primeiros sargentos;
- b) a de 1.º *sargento* para os segundos sargentos;
- c) a de 2.º *sargento* para os terceiros sargentos;
- d) a de 3.º *sargento* para as demais graduações.

4 — Os convocados da Reserva não remunerada, os sorteados, os voluntários e os militares que, pertencendo ao serviço ativo, tenham menos de 10 anos de serviço, serão, após a reforma, apresentados à C.R.I.F.A., a fim de ser verificado o grau de incapacidade individual e, em seguida, readaptados em função compatível com as suas aptidões ainda presentes, procedendo-se como o previsto para os oficiais da Reserva de 2.ª classe.

5 — Os militares com 10 ou mais anos de serviço ativo e os da Reserva Remunerada serão reformados com os vencimentos e vantagens nos termos da legislação militar vigente.

Art. 5.º Os casos de incapacidade temporária serão regulados pela legislação em vigor para as Forças Armadas.

Art. 6.º Os militares de que trata o art. 4.º, quando julgados definitivamente incapazes para o serviço ativo, terão, até decisão final da C.R.I.F.A., quando fôr o caso, os vencimentos que percebiam na data da declaração da incapacidade ou da invalidez.

§ 1.º Após a decisão final da C.R.I.F.A., terão o prazo de sessenta (60) dias para assumir o emprêgo indicado, com os vencimentos acima previstos, e, caso não o façam, terão as seguintes reduções:

- a) metade (1/2) dos vencimentos, durante os primeiros sessenta (60) dias após o prazo acima indicado;
- b) perda total dos vencimentos, caso tenham sido esgotados os prazos anteriores.

§ 2.º Não haverá redução de vencimentos caso a C.R.I.F.A. verifique ter sido impossível assumir o exercício.

Art. 7.º Os militares de que trata este Decreto-lei, excetuados os com mais de 10 anos de serviço e os da Reserva Remunerada, que forem pela C.R.I.F.A. julgados não estar em condições de exercer trabalho lucrativo, serão obrigados, durante os primeiros cinco (5) anos, a se submeter a inspeção de saúde, a critério da C.R.I.F.A. e por órgão que ela designar.

Parágrafo único. Caso não se apresentem para inspeção de saúde, terão suspensão o pagamento dos seus proventos de reforma ou aposentadoria, até que seja a mesma efetuada.

Art. 8.º A Junta Militar de Saúde, que executar a perícia relativa aos incapazes para as Forças Armadas, emitirá seu parecer:

- a) estabelecendo os diagnósticos segundo a classificação da "Nomenclatura Padrão Classificada de Doenças", tradução brasileira da "Standard Classified Nomenclature of Diseases";
- b) obedecendo à "Tabela dos Defeitos Físicos e Perturbações Funcionais", que vier a ser oficialmente adotada.

§ 1.º As Juntas Militares de Saúde das Forças Armadas, para os fins do disposto no presente Decreto-lei, não emitirão parecer de "invalidez" e sim de "incapacidade definitiva para o serviço ativo".

§ 2.º As Juntas Militares de Saúde deverão anexar aos laudos todos os documentos e elementos que servirem de base à sua decisão.

Art. 9.º A readaptação dos militares que, antes da convocação, estágio ou incorporação às Forças Armadas ativas, exerciam cargo, função ou emprego nas administrações federal, estaduais, municipais, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal e de entidades paraestatais de natureza autárquica, será feita:

a) dentro da mesma esfera de administração, com direito de preferência para o preenchimento dos cargos, funções ou empregos; ou

b) de uma esfera de administração para outra, após entendimento entre os respectivos governantes ou dirigentes.

§ 1.º Verificada a impossibilidade de readaptação, serão aposentados nos cargos, funções ou empregos de origem, podendo optar:

a) pelos proventos da reforma ou da aposentadoria; e

b) pela aplicação da legislação relativa a pensões, montepio, benefícios de família e outras modalidades de previdência social, em vigor no serviço público civil ou nas Forças Armadas.

§ 2.º Em caso de falecimento, antes da opção pelo militar, será facultado aos herdeiros ou beneficiários a escolha do regime de previdência social que mais lhes convier, em vigor no serviço público civil ou nas Forças Armadas.

Art. 10. A readaptação dos militares que, antes da convocação, estágio ou incorporação às Forças Armadas ativas, exerciam trabalho remunerado a serviço de empregadores de qualquer natureza, sob regime de previdência social, será feita:

a) dentro das profissões, ofícios ou funções de origem, ou em grupos profissionais afins, sob a proteção da mesma instituição de previdência social; ou

b) de um grupo profissional para outro, sob a proteção de diferente instituição de previdência social, procedendo-se, à transferência de contribuições, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Verificada a impossibilidade de readaptação, serão aposentados pela instituição de previdência social de origem, podendo optar:

a) pelos proventos da reforma ou da aposentadoria; e

b) pela aplicação da legislação relativa a pensões, montepio, benefícios de família e outras modalidades de previdência social, em vigor para as Forças Armadas ou para as classes trabalhistas.

§ 2.º Em caso de falecimento, antes da opção pelo militar, será facultada aos herdeiros ou beneficiários a escolha do regime de previdência social que mais lhes convier, em vigor para as classes trabalhistas ou para as Forças Armadas.

Art. 11. Os militares que, antes da convocação, estágio ou incorporação às Forças Armadas ativas, não exerciam cargo ou função pública, nem trabalho remunerado a serviço de empregador de qualquer natureza, sob o regime de previdência social, ou ainda no caso de os terem exercido mas estarem deles afastados há mais de 5 anos, serão, depois de verificadas pela C.R.I.F.A. as condições de habilitação profissional, nomeados, contratados, admitidos ou designados para cargo ou função pública, ou emprego de qualquer categoria em entidade paraestatal de natureza autárquica ou estabelecimento de natureza privada, nos termos da legislação vigente, tendo, porém, direito de preferência.

Parágrafo único. Em caso de falecimento, anterior à readaptação, aplica-se-lhes a legislação sobre pensões e montepio, em vigor nas Forças Armadas.

Art. 12. Os empregadores, públicos ou privados, serão obrigados a aceitar um número de readaptados, que será no mínimo de dois por cento (2 %) do total de servidores ou empregados de cada categoria em serviço na repartição ou estabelecimento.

§ 1.º Os empregadores, públicos ou privados, que tiverem número de servidores ou empregados superior a vinte e cinco (25) e inferior a cinquenta (50), obrigatoriamente aceitarão no mínimo um (1) readaptado.

§ 2.º Os mesmos empregadores serão obrigados a prestar à C.R.I.F.A. todas as informações que lhes sejam solicitadas, quanto ao número e natureza das vagas existentes.

Art. 13. Fica criada a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (C.R.I.F.A.), diretamente subordinada ao Presidente da República, incumbida de:

a) estudar a situação dos incapazes a que se refere o presente Decreto-lei, bem como solicitar a cooperação das administrações públicas, federal, estaduais, municipais, de territórios, da Prefeitura do Distrito Federal e de entidades paraestatais de natureza autárquica;

b) dar execução ao procedimento técnico de readaptação, através de serviços de seleção e de readaptação já existentes;

c) estudar problemas de readaptação profissional, quando solicitada;

d) propor as medidas ulteriores, necessárias à uniformização da técnica pericial.

Parágrafo único. Serão criadas Subcomissões estaduais, segundo as conveniências do serviço.

Art. 14. A C.R.I.F.A. será composta de representantes dos Ministérios da Aeronáutica, da Educação e Saúde, da Guerra, da Marinha, do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 15. Os membros da C.R.I.F.A. serão designados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado e do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, e escolhidos dentre pessoas com conhecimento técnico da matéria.

Parágrafo único. O Presidente da C.R.I.F.A. será designado pelo Presidente da República, dentre os seus membros.

Art. 16. O militar que não quiser submeter-se ao tratamento recomendado ou a pequenas intervenções cirúrgicas, indicadas como meio único de cura, não terá o amparo previsto neste Decreto-lei.

Art. 17. A C.R.I.F.A. poderá utilizar-se dos serviços públicos de readaptação, assim como quaisquer outros serviços de natureza técnica ou médico-hospitalar, aí compreendidos os que sejam necessários à aplicação do presente Decreto-lei, após entendimentos com as autoridades competentes.

Art. 18. A C.R.I.F.A. poderá também utilizar-se dos serviços particulares de natureza técnica ou médico-hospitalar, julgados indispensáveis ao seu funcionamento, mediante indenização.

Art. 19. Os serviços de seleção, de readaptação e outros de natureza técnica, se necessário, ampliarão suas instalações para atender às necessidades técnicas de readaptação prevista no presente Decreto-lei.

Art. 20. Para efeito de aproveitamento dos readaptados em trabalho remunerado, a C.R.I.F.A. os encaminhará, em cada caso, às seguintes autoridades:

a) para o serviço público civil:

- Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público;
- Diretores Gerais dos Departamentos do Serviço Público, estaduais;
- Chefes do Poder Executivo Estadual, onde não houver Departamento do Serviço Público;
- Departamentos de Municipalidades, estaduais;
- Governadores dos Territórios;
- Secretário Geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal; e
- Dirigentes de órgãos autárquicos.

b) para empresas de natureza privada:

- Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 21. A C.R.I.F.A., após sessenta (60) dias de exercício, proporá a regulamentação do presente Decreto-lei.

Art. 22. Todos os processos em andamento, ou já resolvidos a partir de 31 de agosto de 1942, de incapacidade ou de invalidez dos oficiais da Reserva de 2.^a classe, praças, taifeiros da Aeronáutica, soldados e grumetes com menos de dez (10) anos de serviço, serão revistos e adaptados ao que dispõe o presente Decreto-lei.

Art. 23. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.271 — DE 25 DE JANEIRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 para indenização de despesas efetuadas com exposição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), que será automaticamente distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da indenização devida a José de Oliveira Barros, pelos Serviços executados para a exposição de quadros e livros chilenos.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.272 — DE 25 DE JANEIRO DE 1945

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 7.794.397,20 para o fim que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 7.794.397,20 (sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e sete cruzeiros e vinte centavos) para, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1945, atender ao pagamento de despesas com pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, conforme discriminação abaixo:

	Cr\$
Pessoal Permanente	6.505.800,00
Pessoal Extranumerário:	
Contratados	21.600,00
Mensalistas	1.092.600,00
Diaristas	60.000,00
	<hr/>
Funções gratificadas	41.400,00
Gratificação adicional por tempo de serviço	27.397,20
Diferença de vencimentos	45.600,00
	<hr/>
	7.794.397,20

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior é considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.273 — DE 25 DE JANEIRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.361.736,80 para pagamento a "Metropolitan Vickers Electrical Export Company Limited"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de um milhão, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 1.361.736,80), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para pagamento (Serviços e Encargos) a "Metropolitan Vickers Electrical Export Company Limited", de juros relativos aos compromissos decorrentes do contrato da eletrificação parcial da Estrada de Ferro Central do Brasil, na conformidade do processo protocolado no mesmo Tesouro sob n.º 65.912-44.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.274 — DE 26 DE JANEIRO DE 1945

Estabelece que os depósitos feitos em virtude do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, não rendem juros em favor dos respectivos titulares, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As importâncias recolhidas em depósitos vinculados por força do disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, não rendem juros em favor dos respectivos titulares.

Art. 2.º A conta especial aberta no Banco do Brasil S.A. para centralização dos recolhimentos de que trata o artigo anterior vencerá juros de seis por cento (6%) ao ano, que o mesmo Banco transferirá, semestralmente, para crédito do Tesouro Nacional na conta "Receita da União".

§ 1.º Aplicam-se as disposições deste artigo aos juros creditados a partir de 10 de junho de 1942, data fixada pelo Decreto-lei n.º 4.353, de 2 de junho de 1942, para os recolhimentos previstos no de n.º 4.166, de 11 de março de 1942.

§ 2.º Os juros abonados pelas entidades que, em virtude da autorização contida na Circular n.º 25, de 27 de maio de 1942, do Ministro da Fazenda, detenham depósitos vinculados, serão pelas mesmas semestralmente recolhidos ao Banco do Brasil S.A. para crédito da conta "Receita da União".

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.275 — DE 27 DE JANEIRO DE 1945

Estende aos médicos, enfermeiros e serventes dos Gabinetes de Radiologia dos Serviços de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as gratificações de que trata o art. 117 do Decreto-lei n.º 3.759, de 25 de outubro de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º São extensivas, a partir desta data, ao pessoal militar — médicos, enfermeiros e serventes — dos Gabinetes de Radiologia dos Serviços de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as gratificações de que trata o art. 117 do Decreto-lei n.º 3.759, de 25 de outubro de 1941, fixadas, respectivamente, em Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.276 — DE 29 DE JANEIRO DE 1945

Altera a carreira de Almojarife do Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Almojarife do Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros), será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO III — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
—	K	1	—	Q. III	—	K	1	—	—
2	J	—	—	Q. III	2	J	—	—	—
3	I	—	—	Q. III	3	I	—	—	—
5	H	—	2	Q. III	5	H	—	2	—
8	G	—	8	Q. III	8	G	—	8	—
12	F	—	—	Q. III	13	F	—	1	10
30			1	10		31			1	11	10

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que seus ocupantes forem sendo promovidos à classe superior.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 31.

DECRETO-LEI N.º 7.277 — DE 29 DE JANEIRO DE 1945

Prorroga por 60 dias o prazo para execução do Decreto-lei n.º 7.219-A, de 30 de dezembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por sessenta (60) dias o prazo para execução do Decreto-lei n.º 7.219-A, de 30 de dezembro de 1944 (Lei do Imposto de Consumo), com exceção do seu Capítulo III, que continua em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.278 — DE 29 DE JANEIRO DE 1945

Estabelece novo prazo para que os atuais posseiros e ocupantes de terrenos de marinha regularizem sua situação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O prazo de que trata o art. 9.º do Decreto-lei n.º 5.666, de 15 de julho de 1943, para que os atuais posseiros e ocupantes de terrenos de marinha e seus acrescidos regularizem sua situação, requerendo os respectivos aforamentos, será igual ao fixado no art. 3.º do citado Decreto-lei.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.279 — DE 29 DE JANEIRO DE 1945

Prorroga o prazo a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.763, de 10 de novembro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais 90 dias o prazo a que se refere o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 1.763, de 10 de novembro de 1939, para que os ocupantes, por qualquer título, de imóveis na zona situada acima da cota 80 dos morros da Babilônia, São João e adjacências, apresentem os seus títulos e a relação das benfeitorias à Comissão destinada a regularizar a transferência definitiva daqueles imóveis para o Ministério da Guerra.

§ 1.º A Comissão será reorganizada pelo Ministério da Guerra, com constituição análoga à que foi criada pelo § 1.º do art. 4.º acima referido.

§ 2.º O cálculo da indenização será feito na forma prescrita nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 5.º e no art. 6.º do Decreto-lei n.º 1.763, mencionado.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.280 — DE 29 DE JANEIRO DE 1945

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 698.400,00 às dotações que especifica do Orçamento vigente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 698.400,00 (seiscentos e noventa e oito mil e quatrocentos cruzeiros), às dotações do Anexo 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Orçamento vigente (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c. 12 — Gratificação por serviço extraordinário	
04 — Departamento de Administração	
	Cr\$
06 — Divisão do Pessoal	30.000,00

Consignação IV — Indenizações

S/c. 22 — Ajuda de Custo	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	20.000,00
S/c. 23 — Diárias	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	120.000,00

VERBA 2 MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 03 — Livros, fichas bibliográficas, impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	6.000,00

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência.	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	150.000,00
S/c. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação.	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	10.000,00
S/c. 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho, tecidos e artefatos.	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	30.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	8.000,00
S/c. 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo.	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	9.000,00
S/c. 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis.	
15 — Delegacias Regionais	140.000,00
S/c. 32 — Assinatura de órgãos oficiais	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	3.000,00
S/c. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	2.400,00
S/c. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	
15 — Delegacias Regionais	6.000,00
S/c. 37 — Iluminação, força motriz e gás	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	20.000,00
S/c. 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	6.000,00

S/c. 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	
15 — Delegacias Regionais	120.000,00
S/c. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	18.000,00
Total	698.400,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.281 — DE 30 DE JANEIRO DE 1945

Altera a redação do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.378, de 28 de março de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.378, de 28 de março de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º O D.F.S.P. compõe-se de:

Divisão de Polícia Política e Social (D.P.S.);
 Divisão de Polícia Técnica (D.P.T.);
 Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (D.P.M.);
 Divisão de Intercâmbio e Coordenação (D.I.C.);
 Corregedoria (C.);
 Delegacia de Defraudações e Falsificações (D.D.F.);
 Delegacia de Roubos e Furtos (D.R.F.);
 Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações (D.T.M.);
 Delegacia de Jogos e Diversões (D.J.D.);
 Delegacia de Vigilância (D.V.);
 Delegacia de Menores (D.M.);
 Guarda Civil (G.C.);
 Instituto Félix Pacheco (I.F.P.);
 Instituto Médico Legal (I.M.L.);
 Serviço de Administração (S.A.);
 Serviço de Trânsito (S.T.);
 Serviço Médico (S.M.);
 Polícia Especial (P.E.);
 Serviço de Transportes (S.Tp.);
 Trinta Distritos Policiais (D.P.)”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.282 — DE 30 DE JANEIRO DE 1945

Cria no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores cargos isolados de Polícia Especial e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, trinta e cinco (35) cargos isolados, de provimento em comissão, de Polícia Especial, sendo um (1) de padrão L, quatorze (14) de padrão K e vinte (20) de padrão J, e aumentados, de um (1) para vinte e cinco (25), os de padrão I, de dez (10) para sessenta (60), os de padrão H, de dez (10) para cento e trinta (130), os de padrão G, e de duzentos (200) para duzentos e cinquenta (250), os de padrão F.

Art. 2.º Fica elevado, de M para N, o padrão de vencimentos do cargo isolado de provimento em comissão, de Comandante da Polícia Especial do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apostilado o respectivo título de nomeação do atual Comandante pelo órgão de pessoal.

Art. 3.º Para atender, no presente exercício, à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo 18 do Orçamento Geral da República) o crédito suplementar de Cr\$ 3.826.900,00 (três milhões oitocentos e vinte e seis mil e novecentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de fevereiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.283 — DE 30 DE JANEIRO DE 1945

Institui pensão especial em benefício da viúva e quatro descendentes de Clóvis Bevilacqua

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Amélia de Freitas Bevilacqua, Amélia Florisa de Freitas Bevilacqua, Deris Teresa de Freitas Bevilacqua, Velleda de Freitas Bevilacqua e Vitorio Ciriaca de Freitas Bevilacqua, viúva e descendentes de Clóvis Bevilacqua, uma pensão especial de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) mensais, da qual caberá um terço à viúva e quinhentos cruzeiros (Cr\$ (500,00) a cada uma das quatro descendentes.

Parágrafo único. O benefício instituído neste artigo substitui o montepio civil deixado pelo de cujus.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da

verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.284 — DE 30 DE JANEIRO DE 1945

Dispõe sobre funções gratificadas na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em São Paulo e exercício dos funcionários atingidos pelo Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As funções gratificadas de Assistente do Delegado Regional em São Paulo (uma) e Chefe de Seção (sete), constantes da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, correspondem, respectivamente, as gratificações de função de Cr\$ 7.200,00 e Cr\$ 3.600,00 anuais cada uma.

Art. 2.º Os funcionários e extranumerários que optarem pelo serviço público estadual, na forma prevista no art. 8.º do Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, deverão aguardar, em exercício na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado de São Paulo, até despacho final do requerimento de opção.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.285 — DE 31 DE JANEIRO DE 1945

Concede pensão especial a Maria Maika, viúva do cabo do Exército — Simão Maika

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a Maria Maika, viúva do cabo do Exército — Simão Maika, falecido em consequência de moléstia resultante de ferimento adquirido em campanha, a pensão especial de cento e oito cruzeiros (Cr\$ 108,00) mensais, de acordo com o resolvido no processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 89.997-41.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir de novembro de 1944, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A parte da despesa relativa aos meses de novembro e dezembro de 1944 será liquidada à conta da verba concedida no atual orçamento para atender ao pagamento das dívidas de "Exercícios Findos".

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.286 — DE 31 DE JANEIRO DE 1945

Modifica artigo do Código Nacional de Trânsito

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 135 do Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941), modificado pelo Decreto-lei número 5.464, de 7 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135. Compõem o Conselho Nacional de Trânsito:

a) o diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o diretor do Serviço de Tráfego do Departamento Federal de Segurança Pública e o diretor do Departamento de Concessões da Prefeitura do Distrito Federal;

b) um representante do Estado Maior do Exército, um do Touring Clube do Brasil, um do Automóvel Clube do Brasil e um da Federação Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.287 — DE 31 DE JANEIRO DE 1945

Manda aplicar a primeira parte do art. 2.º do Decreto n.º 24.630, de 9 de julho de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos Aspirantes a Oficial e aos Sargentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que houverem concluído o Curso da Escola

de Sargentos, durante o ano de 1934, o disposto na primeira parte, do artigo 2.º, do Decreto n.º 24.630, de 9 de julho de 1934.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.288 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Carmo da Mata, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Carmo da Mata, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezoito mil e setecentos cruziros (Cr\$ 18.700,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (anexo n.º 16 — do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	6.600,00
S/c. n.º 02 — Percentagens	12.100,00
	<hr/>
	18.700,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.289 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Santa Maria de Itabira, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Santa Maria de Itabira, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezoito mil e setecentos cruziros (Cr\$ 18.700,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (anexo n.º 16 — do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Conservação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	6.600,00
S/c. n.º 02 — Percentagens	12.100,00
	<hr/>
	18.700,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.290 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a permuta de imóveis da União, por terrenos pertencentes no Estado de Pernambuco, que menciona, situados em diversos Municípios daquele Estado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pelo Serviço do Patrimônio da União, autorizado a permutar, com o Estado de Pernambuco, os terrenos de sua propriedade, situados na Avenida Martins de Barros, em Recife, onde existiu o antigo quartel General e que constituem os lotes denominados "A",

"B", "C" e "D", como também o terreno da Rua Transversal e parte da Praça Circular, com a área de 4.571,5 651 m², pelos seguintes imóveis pertencentes àquele Estado: 1.º) — terreno sito na Rua do Hospício, onde se encontra edificado o Quartel General da 7.ª Região Militar, com a área de 1.988,00 m²; 2.º) — terrenos do antigo engenho "Sapé", situados no Município de Barreiros, com a área de 4.234 048,9 372 m²; 3.º) — terreno no Município de Jaboatão, ocupando prédio e instalações da Vila Militar "Florian Peixoto", com a área de 717 107,4 352 m²; 4.º) — terreno de parte do engenho Ibura no Município de Recife, ocupado com o Campo e Instalações da Aviação Militar Federal, com a área de 700.000,00 m².

Art. 2.º No Serviço do Patrimônio da União assinar-se-á o contrato de permuta do domínio pleno dos imóveis mencionados no artigo anterior, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 106.863, de 1942.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição local e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão verbo *ad verbum*.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição far-se-á gratuitamente.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.291 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1945

Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 4.937, de 9 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º do Decreto-lei n.º 4.937, de 9 de novembro de 1942, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 3.º O disposto no art. 2.º d'este Decreto-lei aplica-se igualmente a quaisquer empregados de estabelecimento civil, considerado de interesse militar, reservistas ou não, continuando a vigorar, porém, quanto aos demais aspectos da relação de emprego, os preceitos da legislação do trabalho, desde que sua aplicação não contrarie o estatuido nesse artigo.

Parágrafo único. Excluída a matéria sob a jurisdição dos tribunais competentes para o julgamento dos delitos previstos neste Decreto-lei, continúa a Justiça do Trabalho competente para conhecer dos demais dissídios suscitados entre empregador e empregados de estabelecimentos civis a que o mesmo se refere".

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.292 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1945

Concede pensão especial à mãe viúva de um suboficial da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a Alcina Joaquina de Faria, mãe, viúva, de Lincoln Antônio de Faria, suboficial da Armada, falecido em 9 de setembro de 1927, uma pensão mensal de duzentos e quinze cruzeiros (Cr\$ 215,00) correspondente à metade do sôlido que percebia o referido militar ao falecer.

Art. 2.º A pensão especial a que se refere o artigo precedente substitui a do montepio comum deixado pelo *de cujus* e é devida a partir do mês de fevereiro de 1944, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda, salvo a parte relativa ao ano de 1944, que será liquidada por "exercícios findos", na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.293 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, diretamente subordinada ao Ministro da Fazenda, a Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central.

Art. 2.º A Superintendência da Moeda e do Crédito terá um (1) Diretor Executivo, nomeado por decreto do Presidente da República, e será orientada por um Conselho, a que presidirá o Ministro da Fazenda, constituído dos seguintes membros: — Presidente do Banco do Brasil S. A., Diretor da Carteira de Câmbio, Diretor da Carteira de Redescoto e Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, e Diretor Executivo da Superintendência.

Art. 3.º Enquanto não fôr convertido em lei o projeto de criação do Banco Central, à Superintendência da Moeda e do Crédito incumbe as seguintes atribuições:

- a) requerer emissão de papel-moeda ao Tesouro Nacional até o limite máximo de que trata o art. 2.º do Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942, e para os fins previstos neste Decreto-lei;
- b) receber, com exclusividade, depósitos de bancos;
- c) delimitar, quando julgar necessário, as taxas de juros a abonar às novas contas, pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas;
- d) fixar, mensalmente, as taxas de redescoto e juros dos empréstimos a bancos, podendo vigorar taxas e juros diferentes, tendo em vista as regiões e peculiaridades das transações;
- e) autorizar a compra e venda de ouro ou de cambiais;
- f) autorizar empréstimos a bancos por prazo não superior a cento e vinte (120) dias, garantidos por títulos do Governo Federal até o limite de noventa por cento (90 %) do valor em Bolsa;
- g) orientar a fiscalização dos bancos;
- h) orientar a política de câmbio e operações bancárias em geral;
- i) promover a compra e venda de títulos do Governo Federal em Bolsa;
- j) autorizar o redescoto de títulos e empréstimos a bancos nos termos da legislação que vigorar.

Art. 4.º Independentemente do fato de manterem em caixa o numerário julgado indispensável ao seu movimento, são os bancos obrigados a conservar em depósito no Banco do Brasil S. A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, sem juros:

- a) oito por cento (8 %) sobre o valor dos depósitos à vista;
- b) quatro por cento (4 %) sobre o valor de importâncias depositadas a prazo fixo ou mediante aviso prévio superior a noventa (90) dias.

Parágrafo único. A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá alterar, para mais ou para menos, até o máximo de setenta e cinco por cento (75 %) das percentagens indicadas a obrigatoriedade referida neste artigo, sendo-lhe ainda facultado usar para isso o critério discriminatório de que trata o art. 3.º, letra d, deste Decreto-lei.

Art. 5.º A Superintendência da Moeda e do Crédito fixará o prazo para integral cumprimento do disposto na letra b do art. 3.º e no art. 4.º antecedentes.

Art. 6.º A Superintendência da Moeda e do Crédito baixará, sempre que fôr necessário, instruções para perfeita execução do presente Decreto-lei.

Art. 7.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., a execução dos serviços da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1.º O contrato, previamente lavrado no livro próprio de termos existente no Gabinete do Ministro, dependerá de aprovação por decreto do Governo.

§ 2.º Das cláusulas do contrato constará que o Diretor Executivo da Superintendência terá idênticas vantagens às que usufruem os diretores do Banco do Brasil S. A.

Art. 8.º No fim de cada ano financeiro, se as rendas auferidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito não derem para cobrir os encargos decorrentes da execução do contrato a que se refere o artigo anterior, a diferença será atendida e classificada, dentro do respectivo exercício, à conta de crédito especialmente aberto ao Ministério da Fazenda para tal fim.

Parágrafo único. Em caso contrário, o excesso de receita será escriturado como renda eventual da União.

Art. 9.º Ficam revogadas as atribuições legais que competiam às Carteiras de Câmbio e de Redesconto do Banco do Brasil S. A. e à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, ora atribuída à Superintendência da Moeda e do Crédito por este Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.294 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 235.165,30 para pagamento à Legião Brasileira de Assistência

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de duzentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e cinco cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 235.165,30), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) das contribuições devidas à Legião Brasileira de Assistência, nos exercícios de 1942 e 1943, pelas seguintes estradas de ferro da União:

Estrada de Ferro de Bragança	11.171,30
Estrada de Ferro S. Luís a Teresina	24.814,80
Réde de Viação Cearense	48.253,60
E. F. Central do Rio Grande do Norte	12.265,90

E. F. Bahia a Minas	15.173,00
Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	123.486,70
	<hr/>
	235.165,30

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.295 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria cargo em comissão no Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão M, de Chefe de Serviço (S.C. — D.A.).

Art. 2.º Fica suprimida, no Quadro a que se refere o artigo anterior, a função gratificada de chefe de Serviço de Comunicações, com Cr\$ 6.600,00 anuais.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto no artigo 1.º do presente Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.296 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria função gratificada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a seguinte função gratificada para a Divisão do Material da Diretoria-Geral da Fazenda Nacional:

1 — Encarregado de Depósito (D.M. — D.G.F.N.) com Cr\$ 5.400,00 anuais.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.297 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a aquisição de terrenos na Ilha do Governador

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, dos lotes de terrenos situados na Ilha do Governador, sob números 56, com uma casa em ruínas, pertencente à Companhia de Mineração Serra da Moeda S. A. e 58 de propriedade de Felisberto Cordeiro Feitosa Montenegro e sua esposa, medindo: o primeiro — 20,00 m pela estrada do Quilombo; 18,50 m pela travessa Teotônio Freire e de profundidade, por um lado 28,82 m e por outro 24,80 m; o segundo — 14,00 m de frente para a estrada do Quilombo; 20,30 m nos fundos e de profundidade de um lado 26,60 m e do outro 28,00 m.

Art. 2.º Esses imóveis destinam-se à ampliação de instalações navais, no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º A despesa resultante, nas importâncias, respectivamente, de Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros) e Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) deverá correr à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.298 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1945

Prorroga o prazo de que tratam o art. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro do mesmo ano

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por sessenta (60) dias o prazo de que tratam os arts. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.299 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria cargo e funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um cargo de provimento em comissão, de Diretor de Divisão, (D.I. — D.I.J.), padrão N.

Art. 2.º Ficam criadas, nos mesmos Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas para o Departamento do Interior e da Justiça:

	Cr\$	
1 Chefe de Seção (S.A. — D.I.J.)	5.400,00	anuais
1 Auxiliar do Diretor-Geral (D.I.J.)	3.000,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.C. — D.J. — D.I.J.)	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.I. — D.J. — D.I.J.)	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.L. — D.J. — D.I.J.)	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.N. — D.A.P. — D.I.J.)	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.A.P. — D.A.P. — D.I.J.) ..	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.E. — D.A.P. — D.I.J.) ..	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.N.E. — D.I. — D.I.J.) ..	6.600,00	anuais
1 Chefe de Seção (S.A.T.P. — D.I. — D.I.J.) ..	6.600,00	anuais
1 Secretário de Diretor de Divisão (D.I. — D.I.J.)	4.200,00	anuais

Art. 3.º Para atender à despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.300 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a modificação dos quadros territoriais dos Estados de Pernambuco, Paraná e Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º O governo do Estado de Pernambuco fica autorizado a, dentro de 30 dias, contados da publicação desta lei, baixar decreto-lei fazendo as seguintes alterações no quadro territorial do Estado :

a) restituição ao município de Limoeiro do distrito de Urucuba (ex-Cedro), que foi anexado ao município de Bom Jardim ;

b) criação das comarcas de Carpina, Ipojuca, Paudalho, Ribeirão, Sirinhaém, Jurema, São Caetano, Camaratuba, Moreno e Taquatinga do Norte, com jurisdição nos respectivos municípios.

Art. 2.º O governo do Estado do Paraná, fica, igualmente, autorizado a, dentro do mesmo prazo e pela mesma forma, modificar o quadro territorial do Estado, para o fim de transferir de Araiporanga para Conguinhas a sede do atual município de Araiporanga e desta cidade para Assaí a sede da respectiva comarca.

Art. 3.º O governo do Estado de Minas Gerais fica, também, autorizado a, da mesma maneira, modificar o quadro territorial do Estado para criar um distrito no povoado denominado São Bento, no município de Hervália, dando ao mesmo o nome de Estevão de Araújo.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS...

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.301 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 32.400.000,00 para a Fábrica Nacional de Motores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trinta e dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 32.400.000,00), para ocorrer às despesas com o prosseguimento da construção, instalações e operação da Fábrica Nacional de Motores, sendo:

	Cr\$
Pessoal	6.000.000,00
Material:	

Para aquisição de materiais nos Estados Unidos,
pagamento da licença de fabricação a Wright Aero-

nautical Corporation, transporte e seguros de materiais dos Estados Unidos para o Brasil.....	1.650.000,00
Obras, desapropriações e equipamentos.....	24.750.000,00
	<hr/>
	32.400.000,00
	<hr/>

Parágrafo único. As parcelas do crédito indicadas neste artigo serão automaticamente distribuídas: a primeira, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; a segunda, à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York; e a última, ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.302 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1945

Modifica a redação do art. 42 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 42 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 — Os comandos das Bases Aéreas serão exercidos, respectivamente, por:

Base Aérea de 1.ª classe — Tenente-Coronel Aviador do Q.O.A.;

Base Aérea de 2.ª classe — Major Aviador do Q.O.A.;

Base Aérea de 3.ª classe — Major ou Capitão Aviador do Q. O. A.”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.303 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1945

Torna sem aplicação o Decreto-lei n.º 7.241, de 11 de janeiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam sem aplicação as modificações feitas, pelo Decreto-lei n.º 7.241, de 11 de janeiro de 1945, no anexo 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para 1944 (Decreto-lei n.º 6.145, de 29 de dezembro de 1943).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.304 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre o financiamento da safra de lã de 1944-45 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, autorizado a financiar, por intermédio de cooperativas de produtores de lãs, existentes ou que se venham a organizar, legalmente constituídas e com a responsabilidade delas, a safra de lã de ovinos de 1944-45, na base de oitenta por cento (80 %) de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) brutos por arroba de quinze quilos (15 kg) para o tipo alta, da classe merina, da categoria lã de velo, de acôrdo com as classificações estabelecidas no Decreto-lei n.º 7.197, de 27 de dezembro de 1944.

Art. 2.º A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial só realizará financiamento quando o produto for entregue devidamente classificado e enfiado, de acôrdo com as normas de classificação e embalagem estabelecidas no Decreto-lei n.º 7.197, de 27 de dezembro de 1944, e em condições de ficar assegurada a sua perfeita conservação.

Art. 3.º Entende-se por safra de 1944-45 aquela cuja tosquia se iniciou, na zona Norte e na zona Sul, em julho e outubro de 1944, respectivamente.

Parágrafo único. Entende-se por safra na zona Sul do país a produzida nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo; e na zona Norte, a produzida desde o Estado do Pará ao da Bahia.

Art. 4.º Os Serviços de Produção Animal do Ministério da Agricultura e dos Estados produtores de lã de ovinos ficam obrigados a remeter, para exame da Comissão de Financiamento da Produção, as informações indispensáveis ao perfeito conhecimento da produção lanígera do país bem como todos os esclarecimentos necessários às operações de financiamento.

Art. 5.º A fim de manter a estabilidade dos mercados do país nos níveis decorrentes do financiamento previsto neste Decreto-lei, o Governº Federal, quando necessário, tomará as providências para impedir movimentos especulativos suscetíveis de, alterando a estabilidade, prejudicar os interesses ligados à economia lanígera do país.

Art. 6.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A. as medidas necessárias ao financiamento de que trata este Decreto-lei.

Art. 7.º As instruções para execução deste Decreto-lei, na parte relativa ao financiamento das diversas categorias, classes e tipos de lãs do país estabelecidas no Decreto-lei n.º 7.197, de 27 de dezembro de 1944, serão imediatamente baixadas pelo Banco do Brasil S. A. depois de aprovadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 8.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.305 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre os regimes de benefícios de família e de aposentadoria dos servidores civis dos Territórios Federais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os funcionários públicos civis e os extranumerários dos Territórios Federais são obrigatoriamente segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), a eles se aplicando o disposto no Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941.

Art. 2.º Os extranumerários dos Territórios Federais terão direito a aposentadoria nos termos dos Decretos-leis ns. 3.768, de 28 de outubro de 1941, 6.193, de 10 de janeiro de 1944, e 6.632, de 27 de junho de 1944.

Art. 3.º Para atender às despesas da aposentadoria instituída neste Decreto-lei, será incluída, em cada exercício, entre as dotações orçamentárias dos Territórios Federais, uma correspondente a 8% do total da despesa orçada, no mesmo exercício, para pessoal extranumerário.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.306 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre a exportação de artigos têxteis

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A exportação de artigos têxteis só poderá ser realizada por fábricas, firmas ou empresas exportadoras, devidamente registradas na Comissão Executiva Têxtil, por intermédio dos Sindicatos das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral, ou órgão por ela designado.

Parágrafo único. Para o fim de que cogita o artigo, considera-se fábrica, firma ou empresa exportadora a entidade que efetivamente realiza a exportação.

Art. 2.º O registro de que trata o artigo anterior será concedido às fábricas, firmas ou empresas têxteis consideradas moral e tecnicamente idôneas pela Comissão Executiva Têxtil. Em se tratando de exportadores de tecidos de algodão ou lã, será indispensável, ainda, que possuam as fábricas, firmas ou empresas capital não inferior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

§ 1.º A idoneidade moral e técnica será apreciada tendo-se em vista os seguintes elementos em relação a cada fábrica ou empresa a ser registrada:

- a) informações do Banco do Brasil S.A.;
- b) outras referências bancárias;
- c) prática do ramo têxtil e de exportações;
- d) tempo de existência.

Parágrafo 2.º A Comissão Executiva Têxtil poderá autorizar o registro de exportadores de tecidos de algodão ou lã que, possuindo capital não inferior a Cr\$ 500.000,00 tenham efetivamente exportado, nos dois últimos anos, essas mercadorias em valor mínimo de Cr\$ 2.000.000,00 e satisfaçam os demais requisitos do artigo.

Art. 3.º Todos os negócios de exportação deverão ser registrados na Comissão Executiva Têxtil, ou órgão por ela designado, mediante as seguintes informações:

- 1) — nome e endereço do exportador;
- 2) — estação ou porto por onde vai ser efetuada a exportação;
- 3) — nome e endereço do importador, e do agente, representante ou intermediário do exportador, no mercado de destino;
- 4) — quantidade vendida, em metros, jardas, quilos ou unidades;
- 5) — qualidade, tipo e classificação do artigo vendido;
- 6) — preço FOB por metro, jarda, quilo ou unidade, em moeda brasileira e na moeda estrangeira em que fôr realizado o negócio;
- 7) — peso do tecido por metro quadrado e jarda quadrada;
- 8) — quantidade de fios de urdimento, e trama, por polegada quadrada, em tecido acabado;
- 9) — número de fios em titulação inglesa, de urdimento e trama;
- 10) — largura em centímetros e polegadas, do pano acabado;
- 11) — acabamento e arranjo das peças;
- 12) — comprimento médio, em metros e jardas, das peças;
- 13) — embalagem das peças para a remessa da mercadoria (fardos ou caixas);
- 14) — indicação do sortimento e do grau de solidez do corante, em se tratando de tecidos tintos ou estampados;

- 15) — prazo da entrega;
- 16) — indicação do nome e enderêço do fabricante do produto;
- 17) — condições de pagamento.

Art. 4.º Todos os negócios de artigos têxteis ficarão sujeitos ao regime de tolerâncias que fôr estabelecido pela Comissão Executiva Têxtil, no que se refere a quantidade, pêso, dimensões, resistência, número de fios, defeitos e corantes.

Parágrafo único. A Comissão Executiva Têxtil fornecerá ao Ministério das Relações Exteriores, para conhecimento das missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil no exterior, cópia do regime de tolerâncias que fôr estabelecido.

Art. 5.º Nenhum exportador poderá solicitar, da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A., "Licença de Exportação" para artigos têxteis, que a ela estejam ou venham a estar sujeitos, sem que apresente prova de ter sido o negócio correspondente registrado na Comissão Executiva Têxtil.

Art. 6.º Independentemente da licença concedida pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A., a exportação de qualquer artigo têxtil fica subordinada à obtenção, pelo respectivo exportador, de "Certificado de Verificação" expedido pela Comissão Executiva Têxtil, ou órgão por ela designado, no qual se declare terem sido cumpridas as especificações do registro do negócio.

§ 1.º O "Certificado de Verificação", de que trata o artigo, substituirá, quanto aos produtos têxteis, qualquer outro certificado congênera que atualmente esteja sendo exigido pelas repartições fiscais.

§ 2.º Somente à vista do "Certificado de Verificação" e "Licença de Exportação" — esta última quanto aos artigos têxteis que a ela estejam ou venham a estar sujeitos expedirá a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S.A. a competente "Guia de Embarque".

Art. 7.º Para ser concedido o "Certificado de Verificação", deverá o exportador indicar o número do registro do negócio, bem como apresentar três amostras do tecido acabado, com todos os padrões, nas dimensões mínimas de 10 x 20 centímetros ou de cada um dos tipos dos artigos a serem exportados, indicando o local em que a mercadoria estiver depositada.

Art. 8.º Dentro do prazo máximo de cinco dias, a Comissão Executiva Têxtil, ou órgão por ela designado, fornecerá o "Certificado de Verificação", caso conclua pelo exame das amostras apresentadas, estar a mercadoria de acôrdo com as especificações constantes do registro do negócio, observadas as tolerâncias que vierem a ser adotadas.

Parágrafo único. Esse exame poderá estender-se ao da mercadoria no todo ou em parte, a critério da Comissão Executiva Têxtil, ou órgão por ela designado, quando sobre negócio anterior do exportador tenha sido apresentada reclamação. Nesse caso, o prazo para a expedição do "Certificado de Verificação" será de 10 dias.

Art. 9.º O "Certificado de Verificação", além de sua numeração própria, mencionará o número do registro do negócio, número este que, obrigatoriamente, constará das respectivas faturas e da marcação externa dos volumes.

Parágrafo único. Na marcação externa dos volumes, o número do registro do negócio deverá ser inscrito num losango, precedido da designação "CETex".

Art. 10. As reclamações não solucionáveis por acôrdo direto entre as partes, serão submetidas à arbitragem da Comissão Executiva Têxtil sempre que o importador assim o desejar.

§ 1.º Caso a arbitragem deva se realizar no estrangeiro, funcionarão como árbitros, representando a Comissão Executiva Têxtil, os Agentes Consulares do Brasil nos lugares de destino da mercadoria, acompanhados pelos delegados das partes e assistidos por peritos de comprovada idoneidade quando uma destas o solicitar.

§ 2.º A Comissão Executiva Têxtil suprirá os Agentes Consulares com recursos necessários ao desempenho da incumbência de que trata este artigo.

Art. 11. Além do cumprimento das obrigações decorrentes do laudo arbitral, poderá ser aplicado ao exportador nacional multa até 20 % do valor da exportação quando se verifique ter sido esta realizada em desacôrdo com as declarações prestadas à Comissão Executiva Têxtil.

Art. 12. A penalidade prevista no artigo anterior poderá ser aplicada em dôbro, quando verificada pela Comissão Executiva Têxtil, irregularidade total na exportação ou no caso de ser o exportador infrator reincidente.

Art. 13. Apurada uma terceira infração da mesma firma exportadora será suspenso seu registro, o qual poderá ser definitivamente cassado pela "CETex", depois de inquérito, sem prejuízo da penalidade pecuniária correspondente.

Parágrafo único. Igual penalidade incidirá sôbre os exportadores que deixarem de cumprir as conclusões do laudo arbitral, ficando, por outro lado suspensos todos os negócios de artigos têxteis com importadores que reincidirem na mesma falta.

Art. 14. A apuração das infrações e a aplicação das penalidades, compete à Comissão Executiva Têxtil.

Art. 15. A Comissão Executiva Têxtil designará os Sindicatos da Indústria de Fiação e Tecelagem que terão a incumbência da realização do registro de exportadores, do registro dos negócios de exportação e da expedição do "Certificado de Verificação".

§ 1.º Os Sindicatos referidos no artigo anterior deverão enviar, no prazo de 48 horas, à Comissão Executiva Têxtil, uma cópia dos registros de exportador e dos negócios de exportação bem como do "Certificado de Verificação" que houver expedido.

§ 2.º O registro de exportador só será considerado efetivo depois de ratificado pela Comissão Executiva Têxtil.

§ 3.º Das decisões do Sindicato, caberá recurso, dentro do prazo de dez dias, para a Comissão Executiva Têxtil.

Art. 16. As despesas de registro de exportadores, registro de negócios de exportação e expedição do "Certificado de Verificação", correrão por conta dos respectivos interessados e serão arbitradas pela Comissão Executiva Têxtil.

Art. 17. Não se aplicarão os dispositivos deste Decreto-lei às pequenas exportações destinadas às populações fronteiriças de países vizinhos e em relação às quais já vigorem ou venham a vigorar disposições especiais, decorrentes de acôrds internacionais firmados pelo Brasil.

Art. 18. A Comissão Executiva Têxtil fica com a faculdade de adiar, até o prazo máximo de um ano, o cumprimento das exigências deste Decreto-lei sempre que, em determinados ramos de indústria têxtil, fôr julgada necessária a concessão de prazo para que eles se ajustem, tecnicamente, ao regime instituído nesta Lei.

Art. 19. As dúvidas que se suscitarem na execução deste Decreto-lei serão resolvidas pelo Presidente da Comissão Executiva Têxtil, *ad-referendum* da Comissão.

Art. 20. A Comissão Executiva Têxtil baixará, no prazo de 30 dias, as instruções necessárias à execução dêste Decreto-lei.

Art. 21. Êste Decreto-lei entrará em vigor 60 dias após a data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.307 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Reorganiza o Quadro Único do funcionalismo civil do Território do Acre

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º O quadro único do funcionalismo civil do Território do Acre, criado pelo decreto territorial n.º 82, de 1 de junho de 1942, fica substituído pelos quadros das tabelas anexas ao presente decreto, as quais compreendem :

I — Quadro Permanente (Q.P.)

II — Quadro Suplementar (Q.S.)

Art. 2.º O Q.P. é constituído de :

- a) cargos isolados, de provimento em comissão;
- b) cargos isolados e de carreira, de provimento efetivo; e
- c) funções gratificadas.

Art. 3.º O Q.S. é integrado pelos cargos isolados e de carreira, considerados extintos.

Art. 4.º Os cargos isolados do Q.S. serão suprimidos à medida que vagarem; os de carreira, à medida que vagarem os de menor vencimento, feitas as promoções à classe imediatamente superior.

Art. 5.º Os ocupantes em comissão de cargos isolados, que passarem a integrar carreiras, perdem a comissão voltando aos seus cargos efetivos.

Art. 6.º Aos ocupantes de cargos isolados, que passam a formar carreiras, são assegurados os direitos e vantagens de que estão investidos nos cargos que ocupam.

Art. 7.º Serão apostilados pelo secretário do Govêrno, de acôrdo com as tabelas anexas, os decretos de nomeação dos funcionários cujos cargos foram atingidos pelo disposto neste decreto-lei.

Art. 8.º As disposições dêste decreto-lei entram em vigor, para todos os efeitos, a partir de 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

I — QUADRO PERMANENTE

Cargos	Classe ou padrão	Efetivos	Excedentes	Vagos	Observações
a) Cargos isolados de provimento em comissão :					
Representante no Rio de Janeiro..	N	1			
Chefe do Gabinete do Governador	M	1			
Consultor Jurídico	M	1			
Diretor	M	7			
Diretor	K	2			
Administrador da Penitenciária ...	K	1			
Chefe do Almoxarifado	K	1			
Delegado Auxiliar	K	1			
Representante em Manaus	K	1			
Delegado Auxiliar	J	1			
Chefe dos Serviços de Administração	J	1			
Delegado	I	3			
Delegado	H	5		2	
Delegado	G	7		2	
b) Cargos isolados e de carreira, de provimento efetivo: Cargos isolados :					
Professor	K	25			Ginásio e Escola Acreana de Comércio.
Professor	G	10			Escola Normal "Lourenço Filho".
Carreiras :					
Agrônomo	L	1		1	
Agrônomo	K	1		1	
Agrônomo	J	1			

Agrônomo	I	2		1
Agrônomo	H	3		3
Comissário de Polícia	G	1		
Comissário de Polícia	F	2		1
Comissário de Polícia	E	5		
Dactilógrafo	E	3		
Dactilógrafo	D	7		1
Dactilógrafo	C	10		10
Dentista	K	1		1
Dentista	J	1		
Dentista	I	1		
Dentista	H	3		
Dentista	G	3		
Desenhista	I	1		1
Desenhista	H	1		
Desenhista	G	1		
Escriturário	H		1	
Escriturário	G	3	1	
Escriturário	F	5		2
Escriturário	E	12		3
Escrivão de Polícia	H	1		1
Escrivão de Polícia	G	3		
Escrivão de Polícia	F	5		1
Escrivão de Polícia	E	8		
Estatístico	L	1		1
Estatístico	K	1		
Estatístico	J	1		
Estatístico	I	2		
Estatístico	H	3		
Estatístico Auxiliar	G	4	1	
Estatístico Auxiliar	F	4	2	
Estatístico Auxiliar	E	6		6
Inspetor do Ensino Primário	J	1		1
Inspetor do Ensino Primário	I	2		2
Inspetor do Ensino Primário	H	5		1
Médico	L	1		1

Cargos	Classe ou padrão	Efetivos	Excedentes	Vagos	Observações
Médico	K	2	5		Os excedentes eram médicos isolados de provimento efetivo.
Médico	J	3			
Médico	I	5			
Médico	H	6		6	Já foi supresso um cargo excedente.
Oficial Administrativo	L	2		2	
Oficial Administrativo	K	3	3		
Oficial Administrativo	J	4		1	
Oficial Administrativo	I	6		1	
Oficial Administrativo	H	10		1	
Professor do Ensino Primário	F	8		7	Já foram supressos 3 cargos excedentes.
Professor do Ensino Primário	E	12		4	
Professor do Ensino Primário	D	30	7		
Professor do Ensino Primário	C	50		28	
Professor do Ensino Primário	B	80			
Veterinário	J	1			
Veterinário	I	1		1	
Veterinário	H			1	

Nomes	Número	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
<i>c) Funções gratificadas :</i>			
<i>Departamento de Administração</i>			
Secretário do Diretor	1	350,00	4.200,00
Chefe da Seção do Pessoal	1	350,00	4.200,00
Chefe da Seção do Material	1	350,00	4.200,00
Chefe da Seção de Contabilidade	1	350,00	4.200,00
Chefe da Seção de Pagamentos	1	350,00	4.200,00
<i>Departamento de Saúde :</i>			
Chefe do Serviço de Assistência Den- tária	1	250,00	3.000,00
<i>Imprensa Oficial :</i>			
Diretor	1	550,00	6.600,00
<i>Conselho Técnico Administrativo :</i>			
Secretário do CTA	1	350,00	4.200,00
<i>Departamento de Educação e Cultura :</i>			
Diretor do Ginásio Acreano	1	550,00	6.600,00
Secretário, idem	1	350,00	4.200,00
Diretor da Escola Técnica A. Comércio	1	550,00	6.600,00
Secretário, idem	1	350,00	4.200,00
Diretor da E. Normal "Loureço Filho"	1	550,00	6.600,00
Secretário, idem	1	350,00	4.200,00
Diretores dos Grupos Escolares	8	250,00	24.000,00
<i>Departamento de Estatística e Geografia :</i>			
Chefe da Seção de Estatística Militar..	1	350,00	4.200,00

II — QUADRO SUPLEMENTAR

*Carreiras e cargos extintos cujas funções serão exercidas, oportunamente,
por extranumerários*

Cargos	Classe ou função	Efetivos	Observações
Auxiliar de Ensino	B	22	Já foram supressos 3 cargos.
Contínuo	F	1	
Contínuo	E	2	
Contínuo	D	4	Já foi supresso 1 cargo.
Eletricista	H	2	
Enfermeiro	H	1	
Enfermeiro	G	5	
Enfermeiro	F	1	
Enfermeiro	E	3	
Farmacêutico	I	1	

Cargos	Classe ou função	Efetivos	Observações
Fotógrafo	E	1	
Guarda de Presídio	F	6	
Guarda de Presídio	E	1	
Guarda de Presídio	D	1	
Guarda Sanitário	E	2	
Guarda Sanitário	D	5	
Identificador	F	1	
Identificador	E	1	
Inspetor de Alunos	D	2	
Mecânico Especializado ..	H	1	
Redator	I	1	
Secretário	F	1	
Servente	E	6	
Servente	D	7	Já foi supresso 1 cargo.
Tipógrafo	H	1	

DECRETO-LEI N.º 7.308 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Concede aumento geral de vencimentos aos funcionários civis e ao pessoal militar do Território do Acre e institui o regime de salário-família para os funcionários civis

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos dos funcionários civis e do pessoal militar do Território do Acre ficam elevados nos termos dêste Decreto-lei.

Art. 2.º Os padrões alfabéticos de vencimentos dos funcionários públicos territoriais, adotados pelo Decreto Territorial n.º 82, de 1 de junho de 1942, passam a vigorar com os valores constantes da escala que acompanha êste Decreto-lei.

Art. 3.º As gratificações de função dos servidores civis ficam elevadas de acôrdo com a seguinte tabela:

Gratificação mensal (em Cr\$)	Aumento (em Cr\$)
Até 650	50
De 700 a 1.300	100
De 1.500 a 1.900	200

Art. 4.º Além dos aumentos previstos nos artigos anteriores, fica ainda instituído para os servidores civis o regime de salário-família.

Parágrafo único. O salário-família será concedido a todo o servidor que tiver dependentes, à razão de Cr\$ 50,00 mensais por dependente.

Art. 5.º Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente às expensas do servidor:

- a) o filho menor de 21 anos;
- b) o filho inválido de qualquer idade.

Parágrafo único. Compreendem-se nas alíneas a e b os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos.

Art. 6.º Quando pai e mãe tiverem ambos a condição de servidor e viverem em comum, o salário-família será concedido ao pai.

§ 1.º Se não viverem em comum será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2.º Se ambos o tiverem, será concedido a ambos, de acôrdo com a distribuição dos dependentes.

§ 3.º Ao pai e à mãe equiparam-se os padrastos e a madrasta.

Art. 7.º O salário-família será pago independentemente da freqüência e produção do servidor e não será percebido nos casos em que o servidor deixar de perceber o respectivo vencimento ou remuneração.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e penais, nem aos casos de licenças por motivo de doença, inclusive em pessoa da família.

Art. 8.º Excetuado o impôsto de renda, nenhum outro impôsto ou taxa gravará o salário-família, que não poderá sofrer qualquer desconto, nem será objeto de transação, consignação em folha de pagamento, arresto, seqüestro ou penhora.

Art. 9.º Os atuais vencimentos do pessoal militar da ativa da Polícia Militar do Território do Acre ficam majorados na forma da tabela anexa.

Art. 10. As disposições dêste Decreto-lei vigorarão, para todos os efeitos, de 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

ESCALA-PADRÃO DE VENCIMENTOS, QUE SUBSTITUI OS PADRÕES
ADOTADOS PELO DECRETO TERRITORIAL N.º 82, DE 1 DE
JUNHO DE 1942

Padrão	Vencimento mensal	Vencimento anual
A	Cr\$ 350,00	Cr\$ 4.200,00
B	Cr\$ 450,00	Cr\$ 5.400,00
C	Cr\$ 550,00	Cr\$ 6.600,00
D	Cr\$ 650,00	Cr\$ 7.800,00
E	Cr\$ 750,00	Cr\$ 9.000,00
F	Cr\$ 900,00	Cr\$ 10.800,00
G	Cr\$ 1.100,00	Cr\$ 13.200,00
H	Cr\$ 1.300,00	Cr\$ 15.600,00
I	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 18.000,00
J	Cr\$ 1.800,00	Cr\$ 21.600,00
K	Cr\$ 2.200,00	Cr\$ 26.400,00
L	Cr\$ 2.600,00	Cr\$ 31.200,00
M	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 36.000,00
N	Cr\$ 3.500,00	Cr\$ 42.000,00

TABELA DE VENCIMENTOS DOS OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA
MILITAR DO TERRITÓRIO DO ACRE

VENCIMENTO MENSAL	
Antigo Cr\$	Novo Cr\$
197,00	296,00
228,00	342,00
450,00	660,00
520,00	758,00
600,00	870,00
700,00	1.000,00
1.000,00	1.380,00
1.300,00	1.730,00
1.600,00	2.060,00
2.100,00	2.610,00
2.600,00	3.160,00
3.000,00	3.600,00

DECRETO-LEI N.º 7.309 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Interpreta o art. 35, do Decreto-lei n.º 1.202, de 3 de abril de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não estão compreendidos nas limitações do parágrafo único, letra c, do artigo 35 do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, modificado pelo de n.º 5.511, de 21 de maio de 1943, os terrenos urbanos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.310 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 3.718.645,20, para despesas a cargo do Território Federal do Guaporé

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de três milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 3.718.645,20), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Material) proveniente de fornecimentos efetuados e a efetuar ao Governo do Território Federal do Guaporé, pela "Rubber Development Corporation".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.311 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria, no Ministério da Fazenda, os Cursos de Aperfeiçoamento, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Ministério da Fazenda, diretamente subordinados ao Diretor-Geral da Fazenda Nacional, os Cursos de Aperfeiçoamento (C.A.F.), com as seguintes finalidades:

a) formar pessoal habilitado para ingresso nas carreiras e séries funcionais específicas do Ministério da Fazenda; e

b) promover o aperfeiçoamento e a especialização dos servidores lotados naquele Ministério.

Parágrafo único. Os C.A.F. funcionarão em permanente articulação com o Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda e com o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Para preencher as suas finalidades, os C.A.F. promoverão, independentemente do ensino das disciplinas regulamentares, a realização de cursos avulsos e de conferências destinados a seus alunos e ao público em geral, na forma estabelecida no respectivo regulamento.

Art. 3.º Os Cursos serão dirigidos por um Coordenador, designado pelo Ministro da Fazenda, por indicação do Diretor-Geral da Fazenda Nacional, dentre funcionários públicos.

Art. 4.º Os serviços administrativos serão executados, sob a supervisão do Coordenador dos Cursos, pelo Secretário dos Cursos, por funcionários lotados nos mesmos ou por extranumerários admitidos na forma da lei.

Parágrafo único. O Secretário dos Cursos será designado pelo Diretor-Geral da Fazenda Nacional, por indicação do Coordenador dos Cursos.

Art. 5.º O ensino será ministrado por professores designados pelo Diretor-Geral da Fazenda Nacional, mediante proposta do Coordenador dos Cursos, escolhidos dentre especialistas nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Os professores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º Os funcionários designados na forma dêste artigo poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3.º Os professores não compreendidos nos casos de que tratam os §§ 1.º e 2.º dêste artigo, perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários nunca superiores a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana.

Art. 6.º A organização dos Cursos, sua duração, regime escolar, condições de matrícula, e demais disposições referentes ao seu funcionamento serão fixados em regulamento.

Art. 7.º Ficam criadas, no Quadro Permanente (Q.P.) do Ministério da Fazenda, as funções de Coordenador e de Secretário dos C.A.F., com as gratificações anuais de Cr\$ 7.800,00 e de Cr\$ 4.200,00, respectivamente.

Art. 8.º Para ocorrer às despesas com a execução do presente Decreto-lei, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros).

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.312 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Transfere ao Estado da Paraíba do Norte o imóvel, móveis e semoventes, pertencentes à Fazenda de Sementes de Pendência, sediada no município de Joazeiro, no mesmo Estado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido ao Estado da Paraíba do Norte, a título definitivo e sem qualquer ônus, o imóvel denominado "Pendência" ou "Angico", com tôdas as suas benfeitorias, instalações, animais e tudo que existir na antiga Fazenda de Sementes de Pendência, com sede em Joazeiro, Estado da Paraíba do Norte.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.313 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a permuta, entre a União e o Estado do Pará, do domínio pleno das áreas de terrenos que menciona, situados no município de Belém, no Estado do Pará, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a permuta do domínio pleno de uma área de terreno nacional interior, com um milhão quatrocentos e oitenta e um mil trezentos e dez metros quadrados, seis mil duzentos e cinquenta e nove centímetros quadrados (1.481.310,625,9 m²), parte das terras das fazendas Murucutu e Utinga, situadas no município de Belém, no Estado do Pará, adquiridas pela União, para o Instituto Agronômico do Norte, do Ministério da Agricultura, a Álvaro Adolfo da Silveira e sua mulher Dona Raimunda Ferreira da Silveira, por escritura pública de 11 de setembro de 1939, designada essa área sob o n.º 3, da planta de fls. 11 do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 101.186, de 1944, e de acôrdo com os característicos técnicos constantes do mesmo processo, pelo domínio pleno de duas áreas de terrenos, designadas sob os ns. 2 e 4, da planta antes citada, respectivamente com cento e três mil novecentos e oitenta e três metros quadrados, mil setecentos e setenta e três centímetros quadrados (103.983,177,3 m²) e trezentos e vinte e sete mil oitocentos e dezenove metros quadrados, oito mil quatrocentos e sessenta e um centímetros quadrados (327.819,846,1 m²), pertencentes ao Estado do Pará, sob a jurisdição do seu Serviço de Águas, limítrofes dos terrenos nacionais acima mencionados, e também de acôrdo com os característicos técnicos constantes do processo antes citado.

Art. 2.º A permuta ora autorizada tem por finalidade atender a melhor aproveitamento e perfeita localização dos terrenos sob a jurisdição respectiva do Instituto Agronômico do Norte e do Serviço de Águas do Estado,

modificando-se os respectivos limites atuais, sem ônus financeiro para qualquer dos permutantes, em face da conveniência da permuta.

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado do Pará, assinar-se-á o contrato da permuta dos terrenos citados no artigo primeiro, lavrado em livro da repartição o que valerá como escritura pública para efeito da transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 1.º A União será representada no contrato pelo chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de sêlo ou emolumentos e sua transcrição no Registro de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.314 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para pagamento de material destinado ao abastecimento d'água em Rio Branco, no Estado de Pernambuco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para pagamento do material destinado aos serviços de abastecimento d'água em Rio Branco, no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A despesa proveniente da aquisição do material a que se refere este artigo será considerada dentre as que correm à conta dos recursos previstos no Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.315 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Aprova o Protocolo entre o Brasil e o Uruguai para o estabelecimento de uma Agência do Banco do Brasil, em Montevidéu, firmado em Montevidéu, a 22 de dezembro de 1944

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Protocolo entre o Brasil e o Uruguai para o estabelecimento de uma Agência do Banco do Brasil em Montevidéu, firmado em Montevidéu, a 22 de dezembro de 1944.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.316 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 628.968,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 628.968,00), em refôrço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n.º 21. do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis

02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis

04 — Departamento de Administração

07 — Administração do Palácio do

Trabalho Cr\$ 628.968,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.317 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1945

Aprova contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil S. A., para execução do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil S. A., em 5 de fevereiro de 1945, para execução dos serviços da Superintendência da Moeda e do Crédito, de que trata o Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere este artigo e vai anexo, por cópia, ao presente Decreto-lei, foi lavrado a fls. 143 v. usque 144 v. do Livro de Atas e Termos do Gabinete do Ministro da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Cópia do contrato a que se refere o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.317, de 10 de fevereiro de 1945

TÉRMO DE CONTRATO ENTRE O GOVÊRNO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, presentes, no Gabinete do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, o respectivo titular, Senhor Artur de Sousa Costa, nesta qualidade e como Presidente do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, e o Doutor João Marques dos Reis, Presidente do Banco do Brasil, sociedade anônima, com sede nesta Capital, à Rua Primeiro de Março número 66, o primeiro representando a União Federal e o segundo o Banco do Brasil S. A., ajustaram e contrataram o que se contém nas cláusulas a seguir, tendo em vista a autorização contida no art. 7.º do Decreto-lei número 7.293, de 2 deste mês, que criou a Superintendência da Moeda e do Crédito.

Fica estabelecido que, para simplicidade, a União Federal, o Banco do Brasil S. A. e a Superintendência da Moeda e do Crédito serão mencionados neste contrato respectivamente por "União", "Banco" e "Superintendência".

PRIMEIRA

O Banco aceita os encargos de agente executor da Superintendência e se obriga:

- a) a instalar em suas dependências a Superintendência;
- b) a receber em conta-corrente, com exclusividade, até que se organize o Banco Central, os depósitos de bancos e casas bancárias; a que se refere a letra b do art. 3.º do Decreto-lei referido, abonando aos depositantes juros à taxa de um por cento ao ano (1 % a. a.), contados nos semestres do anc civil;

c) a receber em conta à ordem da Superintendência, os depósitos a que se refere o art. 4.º, letras a e b do mesmo Decreto-lei abonando a favor da Superintendência juros à taxa que convencionar;

d) a custear as despesas de instalação, expediente e pessoal da Superintendência;

e) a atender às requisições de funcionários do Banco necessários aos serviços da Superintendência;

f) a atender a todos os pedidos de informações que a Superintendência fizer, colaborando com a mesma, por toda a sua rede de Agências, na execução das ordens e instruções da Superintendência.

SEGUNDA

O Diretor Executivo da Superintendência terá vantagens idênticas às que usufruem os Diretores do Banco.

TERCEIRA

O Diretor Executivo da Superintendência representará esta em todas as suas relações com o Banco.

E, por assim haverem acordado, eu, Boanerges Neto Ribeiro, oficial administrativo, classe 23, do Quadro Suplementar, lavrei o presente termo, que, lido e achado conforme, vai assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Doutor Artur de Sousa Costa, e pelo Presidente do Banco do Brasil, Excelentíssimo Senhor Doutor João Marques dos Reis, bem como pelas testemunhas Jaime de Oliveira Guimarães, oficial administrativo, classe J, do Quadro Permanente, e José da Silveira Primo, oficial administrativo, classe 23, do Quadro Suplementar, que a tudo presenciaram.

(aa) A. de Sousa Costa.

Marques dos Reis.

Jaime de Oliveira Guimarães.

José da Silveira Primo.

DECRETO-LEI N.º 7.318 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre concessão de gratificação de magistério, a professor do Ministério da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O disposto no parágrafo único do art. 13 do Decreto-lei número 4.532, de 30 de julho de 1942, aplica-se a qualquer professor catedrático da Escola Naval, que, na data da vigência do referido Decreto-lei, estivesse regendo uma das cadeiras daquela Escola, embora não investido no respectivo cargo civil de professor catedrático.

Parágrafo único. A gratificação de magistério, prevista no mesmo dispositivo legal, será devida, a partir da nomeação regular para professor catedrático da aludida Escola, na forma do citado Decreto-lei n.º 4.532, cujo art. 15 se observará na respectiva concessão e seu processamento.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.319 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre julgamento das condições de sanidade e capacidade física para fins de posse e exercício e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No julgamento das condições de sanidade e capacidade física dos candidatos a cargo ou função do Serviço Público Federal, as autoridades competentes para dar posse ou exercício ficam adstritas ao resultado do exame levado a efeito de acordo com o Decreto-lei n.º 5.848, de 23-2-1943, salvo recurso na forma do artigo seguinte.

Art. 2.º Em grau de recurso, o julgamento das condições de sanidade e capacidade física será exercido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.).

§ 1.º Quando necessário, o D.A.S.P. submeterá o candidato a novo exame, de preferência por uma junta de que participe o médico ou um representante do órgão que tenha realizado o exame anterior.

§ 2.º Os recursos poderão ser interpostos pelo candidato ou pela autoridade competente para dar posse ou exercício.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.320 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria e altera carreiras nos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Escriurário do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Ficam criadas, nos mesmos Quadro e Ministério, na forma da tabela anexa, as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar.

Art. 3.º Fica incluído, na forma da tabela anexa, na carreira de Bibliotecário a que se refere o artigo anterior, o cargo de Bibliotecário, padrão J. isolado, de provimento efetivo, dos mesmos Quadro e Ministério.

Art. 4.º Fica transferida, na forma da tabela anexa, para o Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundida na de Oficial Administrativo dêsse Quadro, a carreira de igual denominação do Quadro Suplementar dêsse Ministério.

Art. 5.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério.

Art. 6.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 7.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
—	—	—	—	—	1	Bibliotecário	L	—	1	—
—	—	—	—	—	1	K	—	1	—
1	Bibliotecário	J	—	—	Q. P.	1	J	—	—	—
—	—	—	—	—	1	I	—	1	2
						4	Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que seus ocupantes forem sendo promovidos. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 4.			3	2

							<i>Bibliotecário-auxiliar</i>				
						1	H	—	1	—
						1	G	—	1	—
						2	F	—	2	—
						2	E	—	2	4
						6			—	6	4
							<p><i>Observações:</i> Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que seus ocupantes forem sendo promovidos.</p> <p>O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 6.</p>				
	<i>Escriturário</i>						<i>Escriturário</i>				
75	G	—	31	Q. P.	75	G	—	31	—
130	F	—	90	Q. P.	130	F	—	90	—
215	E	—	6	Q. P.	215	E	—	6	121
420			—	127		420	<p><i>Observações:</i> Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que seus ocupantes forem sendo promovidos.</p> <p>O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 420.</p>		—	127	121

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
							<i>Oficial Administrativo</i>				
10	Oficial Administrativo.	L	—	—	Q. P.	17	L	—	1	
6	Oficial Administrativo.	L	—	—	Q. S.						
20	Oficial Administrativo.	K	—	10	Q. P.	28	K	4	—	
22	Oficial Administrativo.	K	—	—	Q. S.						
30	Oficial Administrativo.	J	—	22	Q. P.	40	J	—	4	
28	Oficial Administrativo.	J	—	—	Q. S.						
40	Oficial Administrativo.	I	—	19	Q. P.	61	I	—	8	
32	Oficial Administrativo.	I	—	—	Q. S.						
60	Oficial Administrativo.	H	—	—	Q. P.	92	H	—	8	
24	Oficial Administrativo.	H	—	—	Q. S.						
272			—	51		238			4	21	

DECRETO-LEI N.º 7.321 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 5.821, de 16 de setembro de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e,

Considerando que o Decreto-lei n.º 5.821, de 16 de setembro de 1943, sujeitou o processamento de dissídios coletivos, enquanto perdurar o estado de guerra, à prévia audiência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para dizer da oportunidade dos mesmos, podendo sobrestar seu andamento;

Considerando que o Estado objetivou, com essa restrição, evitar choques de interesses entre as classes trabalhadoras e produtoras, oriundas do processamento de dissídios coletivos de natureza econômica;

Considerando, na verdade, que inútil seriam as controvérsias coletivas em matéria de salário, por isto que o Estado chamara a si o dever de elevar a remuneração dos trabalhadores, programa que vem realizando direta e indiretamente;

Considerando, todavia, que existem questões peculiares a certos grupos de trabalhadores, as quais devem ser solucionadas pela Justiça do Trabalho, mediante instauração de dissídio coletivo;

Considerando, assim, que não mais se justifica a vigência das condições exigidas, em caráter excepcional, pelo aludido Decreto-lei;

Considerando que por força do estatuído no art. 138 da Constituição Federal, somente o Sindicato tem o direito de representação dos que participam da respectiva categoria, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 5.821, de 16 de setembro de 1943, que estabeleceu condições especiais para o processamento de dissídios coletivos enquanto perdurar o estado de guerra.

Art. 2.º Os processos encaminhados ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para os fins previstos nos arts. 1.º e 8.º do mencionado Decreto-lei, serão imediatamente remetidos aos órgãos competentes para seu processamento.

Art. 3.º Os arts. 857 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, revogados os respectivos parágrafos, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 857. A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prerrogativa das associações sindicais, excluídas as hipóteses aludidas no art. 856, quando ocorrer suspensão do trabalho.

Art. 859. A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada a aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.”

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.322 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 2.200.000,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros) à dotação do Anexo 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 31 — Representação e Propaganda no Exterior

18 — Departamento Nacional de Indústria e Comércio

01 — Diretoria

03 — Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil

a) Para custeio de todas as despesas dos escritórios de propaganda no exterior Cr\$ 2.200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.323 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1945

Faz doação à Prefeitura do Distrito Federal do terreno que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica doado à Prefeitura do Distrito Federal o domínio pleno do terreno situado entre os ns. 40 e 50 da Rua Lopes de Moura, antiga da Alegria, com fundos para a Rua Teresa Cristina, em Santa Cruz, deste Distrito Federal, e constituído dos lotes 20 e 21.

Parágrafo único. A donatária indenizará o ex-foreiro do terreno ou seus sucessores do valor das benfeitorias no mesmo existentes, liquidado de acôrdo com o que preceitua o Decreto-lei n.º 893, de 26 de setembro de 1938.

Art. 2.º No terreno doado, a donatária construirá prédio destinado a um Posto de Puericultura, dentro do prazo de dois anos, e aí manterá êsse Serviço.

Art. 3.º O terreno doado reverterá à União se não fôr aproveitado dentro do prazo mencionado ou se tiver destino diferente do consignado no artigo anterior.

Art. 4.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.324 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1945

Permite a remarcação de sacos no pôrto do destino das mercadorias, quando verificada a não indelebilidade da tinta de marcação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto perdurar a situação decorrente do estado de guerra é permitida a remarcação de sacos que servem de envoltórios às mercadorias importadas, no pôrto do destino dos volumes, quando verificada a não indelebilidade da tinta de marcação ou a falta de outras exigências regulamentares na conformidade do disposto na Circular n.º 30, de 19 de setembro de 1935 do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.325 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para construção de rodovias a cargo da Inspeção Federal de Obras contra as Secas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00), para atender

às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos) com o prosseguimento da construção de rodovias a cargo da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, a saber:

	Cr\$
Rodovia Campina Grande-Caruarú	3.000.000,00
Rodovia João Pessoa-Natal	1.000.000,00
	<hr/> 4.000.000,00 <hr/>

Parágrafo único. As despesas a que se refere este artigo serão consideradas dentre as que correm à conta dos recursos previstos no Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.326 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1945

Prorroga o prazo concedido aos brasileiros naturalizados para deixarem o exercício das atividades remuneradas reservadas, no art. 149, da Constituição, aos brasileiros natos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por mais três anos o prazo a que se referem o artigo único do Decreto-lei n.º 988, de 28 de dezembro de 1938 e o art. 4.º do Decreto-lei n.º 3.760, de 25 de outubro de 1941; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.327 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 7.286, de 31 de janeiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.286, de 31 de janeiro de 1945 e restabelecida a vigência do Decreto-lei n.º 5.464, de 7 de maio de 1943, que modificou a redação do art. 135 do Código Nacional do Trânsito (Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.328 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, destinada ao estudo de todos os assuntos que se prenam à alimentação da população brasileira.

Art. 2.º Essa Comissão, que será presidida pelo Diretor Geral do Conselho, compor-se-á de oito especialistas designados por decreto do Presidente da República, cabendo ao Diretor Geral organizar as listas para a competente escolha.

§ 1.º O mandato dos Membros da Comissão será anual, podendo ser renovado.

§ 2.º A função de Membro da Comissão não será remunerada, constituindo, porém, serviço relevante de interesse público.

§ 3.º Considerar-se-á resignatário o Membro da Comissão que, sem causa justificada, faltar a três reuniões consecutivas.

Art. 3.º Deverão fazer parte da Comissão Nacional de Alimentação técnicos escolhidos nas repartições especializadas dos Ministérios da Educação e Saúde, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura, dos serviços militares de Intendência e um representante da indústria de alimentação e três de livre escolha entre os conhecedores da tecnologia alimentar.

Art. 4.º Sempre que houver necessidade, a Comissão poderá pedir a presença, às suas sessões, de diretores de serviços de alimentação e outros técnicos, para que a sua atividade se caracterize como função realmente de coordenação de todos os esforços e trabalhos tendentes à melhoria de nosso padrão alimentar.

Art. 5.º A Comissão disporá de um secretário, funcionário público federal, requisitado, na forma da legislação em vigor, pelo Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, que terá direito a uma gratificação de função de Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros mensais).

Art. 6.º Fica aberto ao Conselho Federal de Comércio Exterior o crédito de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) para atender à despesa com o pagamento da gratificação de função criada pelo artigo anterior.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 7.º Caberá à Comissão Nacional de Alimentação:

- a) estudar e propor as normas da política nacional de alimentação;
- b) estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida;

- c) acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários ou convenientes;
- d) trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas;
- e) concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação dos alimentos no Brasil.

Art. 8.º Caberá ainda à Comissão Nacional de Alimentação para dar cumprimento ao disposto na alínea e do artigo sétimo:

- a) acompanhar a montagem de fábricas de desidratação, para que se tornem efetivas as garantias de zona de abastecimento e não seja prejudicado o consumo de mercadorias;
- b) opinar sobre os projetos para a instalação de fábricas de desidratação, tendo em vista a localização da indústria, os processos que vão ser usados e os tipos de produtos que tenciona fabricar;
- c) promover todo auxílio à implantação dessa indústria, propondo subvenções ou assistência às pesquisas e trabalhos de ordem técnica;
- d) superintender os trabalhos de divulgação dos processos de aproveitamento dos produtos desidratados, principalmente destinados ao uso dos internatos, asilos, hotéis e cozinhas coletivas em geral;
- e) solicitar tôdas as prioridades necessárias para a obtenção dos materiais indispensáveis à construção de usinas, assim como para o transporte das matérias primas indispensáveis e dos produtos elaborados;
- f) estabelecer a especificação exigida para cada tipo de alimento, a fim de que a indústria se mantenha num alto nível técnico;
- g) pleitear os favores alfandegários que considere necessários à implantação, ou desenvolvimento, da indústria de desidratação de alimentos.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.329 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1945

Fixa novo efetivo para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica fixado o efetivo do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, de acordo com o mapa que a este acompanha, assinado pelo Ministro de Estado e Negócios de Aeronáutica.

Art. 2.º Fica suspenso o licenciamento pelo prazo de 180 dias a contar da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 3.º O Ministro da Aeronáutica distribuirá o pessoal de acôrdo com os quadros de efetivos aprovados, e, para o preenchimento dos claros verificados nas diversas graduações, resultantes do efetivo fixado por este Decreto-lei, ficam autorizadas tôdas as providências que no caso couberem.

Art. 4.º A despesa com o aumento do efetivo ora fixado correrá, no presente exercício, por conta dos créditos já distribuídos ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Mapa do efetivo do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica a que se refere o Decreto-lei n.º 7.329, de 20 de fevereiro de 1945

Sub-Oficiais	406	
Primeiros Sargentos	1.195	
Segundos Sargentos	2.018	
Terceiros Sargentos	3.166	6.785
<hr/>		
Cabos	2.551	
Soldados de 1.ª Classe.....	5.396	
Soldados de 2.ª Classe.....	6.010	13.957
<hr/>		
Músicos de 1.ª Classe.....	230	
Músicos de 2.ª Classe.....	150	
Músicos de 3.ª Classe.....	90	470
<hr/>		
Taifeiros-mor	262	
Taifeiros de 1.ª Classe.....	906	
Taifeiros de 2.ª Classe.....	1.029	2.197
<hr/>		
		23.409

DECRETO-LEI N.º 7.330 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre os prazos para a revisão da nomenclatura das estações ferroviárias e para a apresentação dos novos mapas municipais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1945, o prazo previsto no art. 11.º do Decreto-lei n.º 5.901, de 21 de outubro de 1943, para que o Conselho Nacional de Geografia ultime a revisão da nomenclatura das estações ferroviárias.

Art. 2.º Dentro do prazo fixado no artigo anterior, deverão os municípios que sofreram alteração no limite ou nas divisas interdistritais na nova divisão territorial em vigor, apresentar os mapas dos respectivos territórios como prescreve o art. 13 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.331 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1945

Dá nova aplicação aos recursos destinados ao Estádio Nacional e outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto o fundo criado em benefício do Estádio Nacional e decorrente do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940.

Art. 2.º O saldo do fundo de que trata o artigo precedente será recolhido ao Tesouro Nacional, como receita extraordinária, acrescido dos juros contados até a data do recolhimento.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para aplicação em obras e equipamentos, de acordo com os programas aprovados pelo Presidente da República.

Art. 4.º O crédito a que se refere o artigo anterior terá a vigência de 3 (três) anos, ficará no Banco do Brasil à disposição do diretor da Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, e será movimentado segundo regime análogo ao estabelecido pelo Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, que instituiu o "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.332 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre as subvenções federais a entidades desportivas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As regras estabelecidas nos arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto-lei n.º 5.698, de 22 de julho de 1943, alterado pelo Decreto-lei

n.º 6.889, de 21 de setembro de 1944, são aplicáveis às subvenções federais a entidades desportivas, cabendo ao Conselho Nacional de Desportos organizar a relação a que se refere o art. 14.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.333 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. Poderá ser admitido pessoal para obras, ao qual se aplicará, no que couber, a legislação referente ao pessoal para obras da União.

Art. 2.º Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas ou provas e títulos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados da Caixa.

Art. 3.º Os empregados da Caixa serão admitidos pelo seu presidente, na forma do art. 2.º, e por ele promovidos, removidos, transferidos, demitidos, designados para exercer funções gratificadas e licenciados, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de dezembro de 1934.

Parágrafo único. As transferências obedecerão ao sistema que vigorar no Serviço Público Federal.

Art. 4.º Os empregados da Caixa, além do salário da função, só poderão perceber:

- a) salário-família;
- b) gratificação de função prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 1.º;
- c) gratificação semestral;
- d) ajuda de custo;
- e) diárias;
- f) auxílio para compensar diferenças de caixa;
- g) gratificação pela prestação de serviços extraordinários;
- h) gratificação de representação para serviço ou estudo no estrangeiro; e
- i) cotas-partes de multas na forma do § 3.º deste artigo.

§ 1.º A despesa total com a gratificação semestral a que se refere a alínea c deste artigo não poderá ser superior a 30 % dos resultados apurados nos balanços semestrais.

§ 2.º O regime de salário-família, a concessão de ajuda de custo, diárias, auxílio para compensar diferenças de caixa, gratificação pela prestação de serviços extraordinários e gratificação de representação para serviço ou estudo no estrangeiro, obedecerão às disposições legais correspondentes que vigorarem para os servidores públicos civis da União.

§ 3.º A metade do saldo das multas contratuais, resultante de execução judicial promovida pela Caixa, poderá ser rateada entre os ocupantes das funções de natureza jurídica, de acordo com o Regimento Interno da Caixa.

§ 4.º Aos atuais empregados é assegurado o pagamento das gratificações adicionais por tempo de serviço a que fizerem jus na data da publicação deste Decreto-lei.

§ 5.º Os atuais diretores e presidente da Caixa poderão continuar a perceber, a título precário, o auxílio para condução que lhes vem sendo concedido.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.334 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados isenção do pagamento do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado, nos termos do art. 15 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, a isentar a Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados, com sede na Avenida Henrique Valadares n.º 158, do pagamento de 50 % (cinquenta por cento) do imposto predial incidente sobre a parte daquele imóvel ocupada exclusivamente por serviços de assistência social não remunerados, enquanto a mesma Instituição atender aos fins de benemerência e de socorro aos necessitados e o referido imóvel for de sua propriedade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.335 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 24.167,30, para pagamento de fornecimentos feitos ao Ministério da Agricultura em 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de vinte e quatro mil, cento e sessenta e sete cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 24.167,30), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Dívida Pública) proveniente de fornecimentos feitos em 1943 em proveito do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, de que trata o processo fichado no mesmo Tesouro sob n.º 164.128-44.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Apolônio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.336 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 2.º Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas ou provas e títulos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados da Caixa.

Art. 3.º Os empregados serão admitidos pelo seu presidente, na forma do art. 2.º e por ele promovidos, removidos, transferidos, demitidos, designados para exercer funções gratificadas e licenciados, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de dezembro de 1934.

Parágrafo único. As transferências obedecerão ao sistema que vigorar no Serviço Público Federal.

Art. 4.º Os empregados da Caixa, além do salário da função, só poderão perceber:

a) salário-família;

b) gratificação de função prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 1.º;

- c) gratificação semestral;
- d) ajuda de custo;
- e) diárias;
- f) gratificação pela prestação de serviços extraordinários;
- g) cotas-partes de multas na forma do § 3.º dêste artigo.

§ 1.º A despesa total com a gratificação semestral a que se refere a alínea c dêste artigo não poderá ser superior a 30% dos resultados apurados nos balanços semestrais.

§ 2.º O regime de salário-família, a concessão de ajuda de custo, diárias e gratificações pela prestação de serviços extraordinários obedecerão às disposições legais correspondentes que vigorarem para os servidores públicos civis da União.

§ 3.º A metade do saldo das multas contratuais, resultante de execução judicial promovida pela Caixa, poderá ser rateada entre os ocupantes das funções de natureza jurídica, de acôrdo com o Regimento Interno da Caixa.

§ 4.º Aos atuais empregados é assegurado o pagamento das gratificações adicionais por tempo de serviço a que fizerem jus na data da publicação dêste Decreto-lei.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.337 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sôbre a transformação de cargo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformado, de acôrdo com as tabelas anexas, um cargo de Médico, classe J, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, padrão K, e incluído no Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º O Decreto de nomeação do funcionário atingido pelo disposto neste Decreto-lei será apostilado pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Para atender à despesa com o disposto no art. 1.º, fica aberto o crédito suplementar de vinte e quatro mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 24.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c 01 — Pessoal Permanente..... Cr\$ 24.200,00

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
QUADRO PERMANENTE

110

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
2	Médico	M	—	2	Q. P.	2	<i>Médico</i>	M	—	2	
3	Médico	L	—	—	Q. P.	3	L	—	—	
4	Médico	K	—	2	Q. P.	4	K	—	2	
4	Médico	J	—	—	Q. P.	5	J	—	1	
8	Médico	I	—	—	Q. P.	8	I	—	—	
12	Médico	H	—	—	Q. P.	12	H	—	—	
33			—	5		34			—	6	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

QUADRO SUPLEMENTAR

1	Médico	J	—	—	Q. S.	1	Diretor	K	—	—	O cargo ora transformado continuará provido por Meton de Alencar Neto.
---	--------------	---	---	---	-------	---	---------------	---	---	---	--

DECRETO-LEI N.º 7.338 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Cria função gratificada no Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, uma função gratificada de auxiliar de guarda-mor da Alfândega de Fortaleza, com a gratificação anual de Cr\$ 4.200,00.

Art. 2.º Para atender à despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.339 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria de Antônio Luís de Freitas Pereira

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aposentado, a partir de 26 de dezembro de 1944, no cargo que exerce, com os proventos mensais de Cr\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta cruzeiros), o funcionário do Ministério da Guerra, Antônio Luís de Freitas Pereira.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.340 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 900.000.000,00, para despesas decorrentes da execução do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de novecentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 900.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Dívida Pública) com a execução do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, no que toca, relativamente aos empréstimos federais, aos pagamentos em dinheiro decor-

rentes das opções pelo "Plano B" e aos pagamentos de juros atrasados, inclusive imposto de 5 % sobre as remessas para o exterior.

Parágrafo único. À conta do crédito de que trata este artigo serão classificadas as despesas de idêntica natureza, realizadas no exercício de 1944, as quais figurarão nas contas do mesmo exercício.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.341 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no vigente orçamento do Ministério da Guerra (Anexo n.º 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c 25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação.

17 — Diretoria de Intendência:

Passa de	Cr\$ 85.113.697,00
Para	Cr\$ 95.113.697,00

(Aumento: Cr\$ 10.000.000,00)

Consignação I — Material Permanente

S/c 04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios:

17 — Diretoria de Intendência:

Passa de	Cr\$ 33.173.013,00
Para	Cr\$ 23.173.013,00

(Redução: Cr\$ 10.000.000,00)

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.342 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a alteração do contrato assinado com o Banco do Brasil para financiamento, amparo e defesa do açúcar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam os Ministros de Estado dos Negócios da Agricultura e da Fazenda autorizados, por parte do Governo da União, a alterar o contrato assinado com o Banco do Brasil para financiamento, amparo e defesa da indústria do açúcar e do álcool, previsto no Decreto-lei n.º 4.825, de 12 de outubro de 1942, observadas a respeito as disposições legais em vigor.

Art. 2.º O contrato a que se refere o artigo anterior poderá ser renovado com o prazo e as alterações que entre si ajustarem as partes interessadas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.343 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Aprova novas disposições sobre o serviço militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Do sorteio militar

Art. 1.º Fica extinto o sorteio militar.

Da convocação geral

Art. 2.º Todo brasileiro, alistado ou não é obrigado a apresentar-se, dentro do ano civil em que completar 21 anos de idade nos lugares e datas fixados pelo Ministro da Guerra, a fim de atender à convocação geral da classe para a prestação inicial do serviço militar.

§ 1.º Os convocados procurarão, independentemente de quaisquer prévios avisos, conhecer o destino, ponto de concentração e unidade onde devam apresentar-se e receber instrução militar.

A êsse respeito serão informados pelas repartições do serviço de recrutamento, repartições alistadoras, delegados do serviço de recrutamento, coletores e outros funcionários federais para isto instruídos pelas chefias das Circunscrições de Recrutamento.

§ 2.º A falta de editais ou avisos jamais justificará a não apresentação de qualquer convocado.

§ 3.º Ficam isentos da convocação geral de sua classe, os reservistas de 1.ª categoria que serviram no Exército voluntariamente de acôrdo com o disposto no Capítulo XI da Lei do Serviço Militar.

Art. 3.º O convocado que ainda não tenha sido alistado o será no ato da apresentação (art. 34 da Lei do Serviço Militar), recebendo, nessa ocasião, o certificado de alistamento, indispensável para que possa ser encaminhado à inspeção de saúde.

Art. 4.º O convocado que ainda não tenha sido registrado civilmente, ou cujo assento de nascimento não haja sido suprido na consonância do Decreto-lei n.º 4.782, de 5 de outubro de 1942, será, ao apresentar-se, alistado de acôrdo com as declarações que fizer (nome, filiação, data e lugar de nascimento, residência).

§ 1.º Essas declarações serão averbadas em livro especial e servirão, exclusivamente e em caráter provisório, para fins do serviço militar.

§ 2.º O convocado nas condições dêste artigo, quando incorporado, ficará obrigado, dentro do prazo da incorporação, a registrar-se civilmente, devendo a autoridade a que estiver diretamente subordinado providenciar nesse sentido.

Art. 5.º Quando o convocado, ao apresentar-se, ignorar se foi ou não registrado civilmente, qual o lugar em que foi, ou alegar não possuir prova de seu assentamento, proceder-se-á na conformidade do disposto no artigo anterior, devendo-se, no caso de incorporação, apurar os fatos e circunstâncias alegados e promover a regularização definitiva de sua situação em face do registro civil.

Art. 6.º Todo aquele que, ao alistar-se na forma do disposto nos artigos 4.º e 5.º dêste decreto-lei, agir de má fé, ou fizer falsas declarações, ficará sujeito às penas estabelecidas no artigo 189, combinado com o artigo 208 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar), e caso tenha sido incorporado, será excluído se já houver prestado o serviço militar ou, na hipótese contrária, continuará servindo até o licenciamento da classe a que declarou pertencer.

Art. 7.º Por motivo de interesse público ou do próprio serviço militar, o Ministro da Guerra, mediante prévia autorização do Presidente da República, poderá resolver que a convocação a realizar-se abranja sòmente determinados distritos de recrutamento.

Parágrafo único. Pelos mesmos motivos, poderá ainda dispensar da convocação os habitantes de distritos de recrutamentos,

- de fraca densidade de população;
- de deficientes meios de comunicações;
- onde as atividades agro-pecuárias e a indústria extrativa de interesse militar não devam sofrer alteração no seu ritmo de trabalho.

Da inspeção de saúde

Art. 8.º As inspeções de saúde dos convocados serão reguladas por instruções especiais elaboradas pela Diretoria de Saúde do Exército e aprovadas pelo Ministro da Guerra.

§ 1.º De acôrdo com essas instruções os inspecionados serão classificados, conforme seu estado físico, em cinco grupos distintos; grupo "A", grupo "B", grupo "C", grupo "D" e grupo "E", cujas características serão fixadas nas referidas instruções.

§ 2.º No certificado de alistamento do inspecionado registrar-se-á, em lugar bem visível, o grupo em que ficou classificado na inspeção de saúde.

Art. 9.º Os inspecionados julgados incapazes serão imediatamente desembaraçados, fornecendo-lhes os recursos (transporte e diárias) para o regresso a seus lares.

Da incorporação

Art. 10. A incorporação iniciar-se-á pelos convocados do grupo "A", recorrendo-se aos grupos imediatos "B" e "C", sucessivamente, desde que haja claros a preencher.

§ 1.º Os elementos dos grupos "A", "B", ou "C" que não fôrem incorporados por já terem sido preenchidos os claros das unidades e formações de serviço são considerados excedentes.

§ 2.º Os excedentes que residam em lugar onde haja centro de formação de reservistas de 2.ª categoria são obrigados a frequentar êsse centro e a concluir o curso com aproveitamento, dentro do período fixado pelo Ministério da Guerra.

Art. 11. No caso de o contingente do grupo chamado para prestação do serviço militar exceder às necessidades previstas, terão preferência para a dispensa de incorção :

- 1.º os casados, dando-se, ainda preferência aos que tiverem filhos;
- 2.º os que, embora não tenha sido considerados arrimo de família na ocasião regulamentar, evidenciem, posteriormente, essa condição, não dispondo de meios nem de recursos para comprová-lo e uma vez que se trate de profissões humildes, tais como pequenos lavradores e agricultores, de cujo trabalho braçal dependa o sustento da família;
- 3.º os pequenos proprietários agrícolas;
- 4.º os alistados espontâneos.

Das disposições gerais

Art. 12. Nenhum brasileiro de mais de 19 anos de idade, poderá, sem prévia apresentação da prova de que está em dia com suas obrigações concernentes ao serviço militar, praticar qualquer rdos seguintes atos :

- a) obter passaporte ou prorrogação de sua validade;
- b) ingressar como funcionário, empregado ou associado em instituição, empresa ou associação oficial ou oficializada subvencionada ou cuja existência ou funcionamento dependa da autorização ou reconhecimento do governo federal, estadual ou municipal;
- c) assinar contrato com o govêrno federal, estadual ou municipal;
- d) prestar exame ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino;
- e) obter carteira de identidade;
- f) obter carteira profissional, matrícula ou inscrição para o exercício de qualquer função e licença de indústria e profissão;
- g) inscrever-se em concurso para provimento de cargo público ou exercê-lo;
- h) ser eleitor ou exercer cargos eletivos;
- i) exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público ou :

1. estipendiado pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais;

2. de entidades paraestatais, bem assim das subvencionadas ou mantidas pelo poder público.

j) receber qualquer prêmio ou favor do govêrno federal, estadual ou municipal;

k) adquirir, alienar ou hipotecar imóveis, assim como figurar como outorgado ou outorgante em escrituras de anticrese, permuta ou troca de bens dessa natureza;

l) pleitear o empregador ou o empregado o reconhecimento de qualquer direito, favor ou prerrogativa, com fundamento nas leis trabalhistas.

Art. 13. Nenhum brasileiro poderá fazer-se reservista de 2.^a categoria fora das unidades das Forças Armadas ativas, antes do início do licenciamento da classe a que pertencer.

Das disposições transitórias

Art. 14. Da convocação geral da respectiva classe ficam dispensados os brasileiros que, na data da publicação deste Decreto-lei, forem reservistas de 2.^a categoria ou estiverem matriculados em centros de formação de reservistas dessa categoria e concluíam com aproveitamento o respectivo curso.

Art. 15. Ressalvado o disposto no art. 161 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939, a quitação ou isenção do serviço militar exigida pelas disposições anteriores à vigência do presente decreto-lei deve ser entendida como sendo o estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar.

Das disposições finais

Art. 16. Fica o Ministro da Guerra autorizado a baixar as instruções necessárias à execução deste decreto-lei.

Art. 17. Entram em vigor os arts. 10, 15, 28, 30, 167 e 191 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar).

Art. 18. Este decreto-lei entrará em vigor sessenta dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.344 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre a atividade funcional dos Despachantes da Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os Despachantes da Prefeitura do Distrito Federal, em número de cento e sessenta, passam a ter a sua atividade funcional regida pelas disposições deste decreto-lei e da regulamentação que for expedida de acordo com o art. 10.

Art. 2.º Os Despachantes constituem órgão de ligação entre a Prefeitura do Distrito Federal e aqueles que tenham interesses fiscais a tratar na mesma; desempenham suas funções como mandatários tácitos dos interessados, podendo, para isso, promover e praticar todos os atos necessários nas fases preparatória, incidente e final.

Art. 3.º Fica assegurada aos Despachantes, na falta dos próprios interessados, de seus representantes legais ou seus procuradores, a exclusividade da execução dos atos mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único. Não se incluem nessa exclusividade as operações elementares de efetivação de pagamento e a obtenção de informações nos protocolos.

Art. 4.º Compete ao Prefeito nomear os Despachantes, depois de submetidos à prova de capacidade por concurso. A admissão se fará mediante assinatura de termo de responsabilidade garantido por fiança.

Art. 5.º Cada despachante poderá requerer ao Prefeito a nomeação de dois prepostos, que funcionarão sob sua exclusiva responsabilidade.

Art. 6.º Os prepostos são os substitutos eventuais dos Despachantes e seus auxiliares imediatos.

A êles compete:

1.º — praticar, nos casos de afastamento temporário do Despachante, todos os atos ao mesmo atribuídos.

2.º — auxiliar os Despachantes nos serviços subsidiários relativos ao andamento de processos e efetivação de pagamentos.

Art. 7.º Aplicam-se aos Despachantes e prepostos, no que couber, as disposições punitivas a que estão sujeitos os servidores da Prefeitura, e, especificamente, as penas de suspensão e exoneração, conforme determinar o Regulamento, tendo em vista acautelar os interesses da Prefeitura e garantir os direitos dos comitentes e o exercício da função.

Art. 8.º Os despachantes e prepostos são responsáveis pelos prejuízos causados, respondendo a fiança do Despachante pelos danos resultantes de atos praticados por si e seus prepostos.

Art. 9.º Os honorários dos Despachantes obedecerão à tabela que fôr expedida de acôrdo com o que determinar o Regulamento.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data em que de acôrdo com o art. 7.º, item III, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, fôr baixado, pelo Prefeito do Distrito Federal, o necessário Regulamento.

Art. 11. Ficam revogadas, a partir dessa data, tôdas as disposições anteriores, relativas à atividade funcional dos Despachantes da Prefeitura do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.345 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1945

Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a função gratificada de chefe da Secretaria (C. E. N. E.), com Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.346 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a doação da área de terreno que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a doação aos "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada" da área de terreno pertencente ao patrimônio do Município de Guajará-Mirim, no Território do Guaporé, com 10.000 m2, situada na zona rural da referida cidade, limitado pelas avenidas Rolim de Moura, Engenheiro Pimenta Bueno, Dr. Mendonça Lima e Leopoldo de Matos, para o fim especial e exclusivo de construção das instalações necessárias à escala de seus aviões.

Art. 2.º A doação subsistirá enquanto o terreno tiver a utilização prevista no art. 1.º, ficando, porém, de nenhum efeito, desde que cesse esta ou se a construção das ditas instalações deixar de ser iniciada dentro do prazo de um ano, contado da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.347 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para aquisição de material flutuante, pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com a aquisição, pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, do vapor "Capitão Heitor" e das chatas "Suzy" e "Julieta", de propriedade da firma Heitor Mendes Gonçalves & Filho.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.348 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Aprova o contrato celebrado com a Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o contrato entre o Ministério da Educação e Saúde e a Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, firmado em 14 de fevereiro de 1945, para a continuação, durante 1945, dos serviços que, no país, vêm sendo executados pelo Serviço de Estudos e Pesquisas sobre a Febre Amarela.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.349 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a distribuição das ações para cobrança da dívida ativa da Fazenda do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A distribuição das ações para cobrança da dívida ativa promovidas pela Fazenda do Distrito Federal, entre os três escrivães do 2.º Ofício da Fazenda Pública, far-se-á alternadamente, por número da certidão da dívida, cabendo ao cartório da 1.ª Vara as cobranças relativas à certidão número um, ao da 2.ª a de número dois, ao da 3.ª a de número três e daí por diante, até completar a série; ao da 1.ª as que forem múltiplos de três mais um, aos da 2.ª as que forem múltiplos de três mais dois e aos da 3.ª as que forem múltiplos de três.

Art. 2.º Ficam excluídas do regime de distribuição de que trata o artigo precedente as ações relativas à cobrança do imposto predial referente a exercícios que já tenham sido parcialmente ajuizados à data deste Decreto-lei, as quais se subordinarão ao regime atual.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogados o art. 107 do Decreto-lei n.º 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.350 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Ministério da Fazenda a alienar, mediante concorrência pública, imóveis de propriedade da União, situados nos Municípios de Porto Alegre e Tupacreretã, no Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda pelo Serviço do Patrimônio da União autorizado a alienar, mediante concorrência pública, pelo preço mínimo da avaliação judicial já realizada, os seguintes imóveis de propriedade da União, situados nos Municípios de Porto Alegre e Tupacreretã, no Estado do Rio Grande do Sul:

a) prédio e terreno na Avenida Italiana, n.º 916, 1.º Distrito do Município de Porto Alegre, confrontando ao Sul com a Avenida Italiana; ao Norte com propriedade de Hugo Keil; a Leste com propriedade de Américo Guimarães; a Oeste com propriedade de Afonso B. Dulhos, avaliados em três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00);

b) prédio e terreno na Rua José do Patrocínio n.º 1.197, no Município de Porto Alegre, confrontando ao Norte com propriedade do Governo Federal — Praça Garibaldi n.º 71; ao Sul com terreno baldio; a Leste com a Rua José do Patrocínio; a Oeste com propriedade de Serafim Blanco, avaliados em vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00);

c) prédio e terreno na Rua Olavo Bilac n.º 21, antiga Rua Lôbo da Costa, no Município de Porto Alegre, confrontando ao Norte com a Rua Olavo Bilac; ao Sul com propriedade de José Diaz; a Leste com propriedade da viúva Jamil Cecil; a Oeste com propriedade da União Federal, prédio n.º 1.194, da Rua José do Patrocínio, avaliados em doze mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00);

d) prédio e terreno na Rua José do Patrocínio n.º 1.194, no Município de Porto Alegre, confrontando ao Norte com a Rua Olavo Bilac; ao Sul com terreno de José Diaz; a Leste com imóvel pertencente à União Federal — prédio 21 da Rua Olavo Bilac; a Oeste com a Rua José do Patrocínio, avaliados em trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00);

e) prédio e terreno na Rua Olavo Bilac n.º 192, 1.º Distrito do Município de Porto Alegre, confrontando ao Norte com propriedade da viúva Marília Campos Velho; ao Sul com propriedade da viúva Francisca Pelegrino; a Leste com a Rua Olavo Bilac; a Oeste com o terreno que foi de Corina da Silva Evangelista, avaliados em quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00);

f) prédio e terreno na Praça Garibaldi n.º 71, no Município de Porto Alegre, confrontando ao Norte com a Praça Garibaldi; ao Sul com propriedade da União — prédio n.º 1.197 da Rua José do Patrocínio; a Leste com a Rua José do Patrocínio; a Oeste com propriedade de Ernestina Porto, avaliados em trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00);

g) Campo do Boqueirão da Palma, situado no lugar denominado Boqueirão, 2.ª zona do 4.º Distrito de Jari, no Município de Tupacreretã, confrontando ao Norte com a Estrada Geral de Tupacreretã a Santiago; a Leste com campos de Calixto Teixeira, Marcial Terra e Horácio Viana; ao Sul com campos de Marcial Terra; a Oeste com a Estrada denominada "Corredor dos Melos", com a área de 2.475.018,031 3 m2, avaliado em trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 34.650,00).

Art. 2.º A receita proveniente da alienação dos imóveis mencionados no artigo anterior, será recolhida e escriturada como "Renda Extraordinária" sob a rubrica "Herança Jacente" — "Proteção às famílias numerosas", na forma do Decreto-lei n.º 2.859, de 12 de novembro de 1940.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.351 — DE 1 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 40.392,00, para pagamento de aluguéis devidos à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quarenta mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros (Cr\$ 40.392,00), para atender ao pagamento devido à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, proveniente de aluguéis da área ocupada pelo Pôrto de Fiscalização da Exportação do Serviço de Economia Rural, nos anos de 1943 e 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.352, — de 2 DE MARÇO DE 1945

Extingue cargos de Coletor e de Escrivão de Coletoria e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 24.502, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de Coletor, classe B e 1 (um) cargo de Escrivão de Coletoria, classe A, correspondentes à Coletoria de Jataí, no Estado de São Paulo, extinta pelo Decreto n.º 6.569, de 6 de dezembro de 1940.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.353 — DE 2 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito em favor da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para a abertura, no Banco do Brasil S. A., de um crédito até o limite de trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e sete mil cruzeiros (Cr\$ 39.827.000,00), em favor da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, nas condições que forem ajustadas pelas partes contratantes, para o financiamento da construção e instalação de uma Estação de Expurgo no Pôrto do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.354 — DE 2 DE MARÇO DE 1945

Extingue cargos de Coletor e de Escrivão de Coletoria e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 24.502, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de Coletor, classe B e 1 (um) cargo de Escrivão de Coletoria, classe A, correspondentes à Coletoria de Guaraquessaba, no Estado do Paraná, extinta pelo Decreto n.º 6.382, de 3 de outubro de 1940.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.355 — DE 2 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir o Banco da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a constituir o Banco da Prefeitura do Distrito Federal, sob a forma de Sociedade Anônima, de economia mista, nos termos da legislação vigente, e de acordo com o preceituado neste Decreto-lei.

Art. 2.º O Banco da Prefeitura do Distrito Federal terá por sede a cidade do Rio de Janeiro (D.F.).

Art. 3.º A duração da sociedade será de 50 anos, a contar da sua instalação, podendo esse prazo ser prorrogado nos termos da lei.

Art. 4.º Os recursos do Banco da Prefeitura do Distrito Federal serão constituídos do seguinte:

- a) capital social;
- b) depósito a prazo fixo;
- c) emissão de cédulas hipotecárias;
- d) empréstimos;
- e) fundo de reserva.

Art. 5.º O capital do Banco da Prefeitura do Distrito Federal será de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) dividido em 500.000 ações nominativas de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) das quais a Prefeitura do Distrito Federal subscreverá 60% (sessenta por cento) no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) ficando a parte restante aberta à subscrição pública.

Parágrafo único. Para realização do capital entregue à subscrição pública, terão preferência o Montepio dos Empregados Municipais e os servidores da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 6.º O Banco da Prefeitura do Distrito Federal será administrado por uma diretoria, composta por um diretor-presidente, um diretor da Carteira de Financiamento, um diretor da Carteira Hipotecária e um diretor da Carteira de Títulos, Depósitos e Consignações.

Art. 7.º Além da diretoria haverá um conselho de administração, com cinco conselheiros, e um conselho fiscal com três membros efetivos e três suplentes.

Art. 8.º Ao Conselho de Administração incumbe opinar, quando ouvido pela diretoria, sobre matéria não regulamentada, e sobre os limites das operações financeiras que excedam a alçada da diretoria.

Parágrafo único. Das deliberações do Conselho de Administração, que terão efeito suspensivo, caberá à Diretoria recurso para a Assembléia Geral.

Art. 9.º O Banco da Prefeitura do Distrito Federal realizará, por intermédio das suas carteiras, as seguintes operações:

- 1) — empréstimos sob hipoteca, a curto prazo, de propriedades situadas no Distrito Federal e em regiões circunvizinhas;
- 2) — empréstimos a agricultores, sob penhor agrícola, *Warrants*, conhecimentos de embarque ou outros papéis de crédito;
- 3) — empréstimos garantidos por caução de letras hipotecárias;
- 4) — empréstimos à Prefeitura do Distrito Federal por antecipação de sua receita;

5) — financiamento de obras públicas da Prefeitura de caráter reprodutivo;

6) — empréstimos aos servidores da Prefeitura, mediante consignação em folha;

7) — desconto e cobrança de cupões de juros de títulos da Prefeitura do Distrito Federal;

8) — recebimento de receitas e pagamento de despesas da Prefeitura do Distrito Federal, mediante mandato desta;

9) — adquirir terras incultas ou não, dividi-las, demarcá-las e revendê-las aos adquirentes, por intermédio da Carteira Hipotecária, com facilidades de pagamento;

10) — empréstimos hipotecários a prazo máximo de 20 anos, com amortizações mensais, garantidos por propriedades rurais situadas no Distrito Federal e em regiões circunvizinhas;

11) — financiamento de casa própria aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal;

12) — financiamento de outras iniciativas de iminente interesse público e imediatamente relacionadas com o bem estar da população, como colégios, hospitais, teatros, hotéis;

13) — financiamento de construções em terrenos resultantes dos planos de urbanização do Distrito Federal, quando tais construções sejam de interesse imediato da Prefeitura;

14) — financiamento, sob garantia hipotecária das indústrias no Distrito Federal e regiões circunvizinhas, especialmente as novas e as pequenas indústrias destinadas à produção de utilidades de consumo, para desenvolvimento das mesmas e aquisições ou renovação de máquinas e equipamentos;

Art. 10. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal poderá contrair empréstimos hipotecários, até o décuplo do capital realizado, tendo a faculdade de emitir letras hipotecárias, fundadas em hipotecas de propriedades rurais situadas no Distrito Federal e regiões circunvizinhas e hipotecas urbanas situadas nesta Capital, com a garantia da Prefeitura do Distrito Federal, nos termos do contrato que será celebrado entre a referida Prefeitura e o Banco.

Art. 11. Os empréstimos hipotecários, serão realizados em dinheiro ou em letras hipotecárias, ao par, da emissão do Banco. Quando os empréstimos forem feitos em letras, o Banco poderá negociá-las de acordo com os mutuários, e quando em dinheiros, o Banco transacionará quando e como lhe aprouver.

Art. 12. A Prefeitura do Distrito Federal depositará as suas disponibilidades financeiras no Banco da Prefeitura do Distrito Federal em conta corrente à ordem ou a prazo fixo.

Art. 13. Os estatutos do Banco da Prefeitura do Distrito Federal serão aprovados pela assembléia de constituição que será convocada pelo Prefeito, logo que do capital, inteiramente subscrito, estejam realizados 50%.

Art. 14. A remuneração dos diretores, conselheiros e membros do conselho fiscal, será fixada pela Assembléia Geral.

Art. 15. O diretor-presidente do Banco será nomeado pelo Prefeito do Distrito Federal *ad-referendum* do Presidente da República, e os demais diretores serão eleitos pela Assembléia Geral de acionistas.

Art. 16. O prazo do mandato da diretoria, será de 4 anos, o do conselho de administração de 2 anos e do conselho fiscal será de 1 ano. Os diretores e os membros do conselho de administração e do conselho fiscal podem ser reconduzidos para o período seguinte.

Art. 17. Para as funções de diretor e de membro do conselho de administração e do conselho fiscal poderão ser nomeados ou eleitos, funcionários da Prefeitura, que, em consequência, serão licenciados pelo tempo do mandato.

Parágrafo único. Para o exercício de funções técnicas em comissão, poderão ser requisitados funcionários da Prefeitura, a juízo do Prefeito, respeitadas as disposições do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941.

Art. 18. A seleção dos empregados do Banco, será feita mediante concurso de provas.

Parágrafo único. Será aplicável aos empregados do Banco a legislação que regule o trabalho privado.

Art. 19. A distribuição dos resultados obedecerá às seguintes normas:

I — Dos lucros serão separados:

- a) 5% para Fundo de Reserva;
- b) 5% para Fundo de Previsão;
- c) 5% para gratificação à Diretoria, em partes iguais aos diretores;
- d) 10% para gratificações ao pessoal do Banco, a critério da diretoria;
- e) 75% para distribuição de dividendos até o limite de 12% ao ano do capital.

II — Se o dividendo for inferior a 6%, não se fará a distribuição referida nas letras c e d do item anterior.

III — As gratificações, nos casos referidos nas letras c e d do item I, não serão superiores, num ano, a seis vezes a remuneração fixa mensal dos diretores e empregados do Banco.

IV — As sobras serão acumuladas aos resultados dos exercícios subsequentes.

V — O prejuízo apurado em balanço será liquidado pela Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 20. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a nomear a Comissão incorporadora do Banco, abrir os créditos necessários à execução deste Decreto-lei e a promover e concluir os acordos autorizados neste Decreto-lei.

Art. 21. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal promoverá os entendimentos e acordos necessários com a Prefeitura do Distrito Federal e com o Montepio dos Empregados Municipais para a encampação da Caixa Reguladora de Empréstimos, cujos serviços passará a executar, salvo quanto a empréstimos de emergência, que ficarão a cargo do Montepio dos Empregados Municipais.

Art. 22. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.356 — DE 5 DE MARÇO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para o Conservatório Nacional do Canto Orfeônico, as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Disciplina (CNCO-DNE) Cr\$ 4.200,00 anuais.

1 Chefe de Portaria (CNCO-DNE) Cr\$ 3.000,00.

Art. 2.º Para atender à despesa, no corrente exercício, com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto-ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.357 — DE 5 DE MARÇO DE 1945

Eleva o vencimento do Superintendente da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada para Cr\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros) o vencimento mensal do Superintendente da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, fixado no art. 12 do Decreto-lei n.º 3.198, de 14 de abril de 1941.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.358 — DE 5 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Espólio do Dr. Casper Líbero do pagamento dos impostos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar o Espólio do Dr. Casper Líbero do pagamento dos impostos e taxas, inclusive o de transmissão "causa-mortis", incidentes sobre os imóveis pertencentes ao mesmo Espólio, situados no Distrito Federal e que constituem, por legado, o patrimônio da "Fundação Casper Líbero", com sede na cidade de São Paulo, instituição de finalidades culturais e cívicas, enquanto os referidos bens se destinarem aos fins para que foram legados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.359 — DE 6 DE MARÇO DE 1945

Modifica o regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, com as modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os respectivos parágrafos:

"Art. 3.º A Ordem compreende 27 seções, sendo uma no Distrito Federal, uma em cada Estado e uma em cada Território, exceto no de Fernando de Noronha, com sede nas respectivas capitais".

Art. 2.º Aos provisionados e solicitadores que exerciam a advocacia nas áreas dos Estados que passaram a constituir Territórios, é permitido prosseguir no exercício da advocacia nestes.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, nos casos previstos na lei vigente, conceder e renovar as provisões de solicitador para o exercício de atividade profissional nos Territórios.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.360 — DE 6 DE MARÇO DE 1945

Cria, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil, nos termos do art. 4.º, n.º X, do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, na qual serão aproveitadas, obrigatoriamente, as praças de pré da Polícia Militar do Território e, facultativamente, os oficiais da Corporação, garantidos os atuais vencimentos, tempo de serviço e demais direitos e vantagens.

Art. 2.º Serão aproveitados na Polícia Militar do Distrito Federal, com as garantias previstas no artigo anterior, os oficiais que não optarem pela sua inclusão na Guarda Territorial. Na Polícia Militar do Distrito Federal os aludidos oficiais constituirão um quadro especial, ao qual se aplicarão, subsidiariamente, as disposições legais relativas ao quadro A do Exército Nacional.

Art. 3.º Fica o Governador do Território do Acre autorizado a conceder reforma aos oficiais da Polícia Militar local que não aceitarem o aproveitamento previsto nos artigos 1.º e 2.º deste Decreto-lei.

Art. 4.º A tropa do Exército localizada no Território do Acre prestará ao respectivo Governo o auxílio que fôr necessário para a manutenção da ordem.

Parágrafo único. Salvo em caso de manifesta urgência, a utilização da tropa do Exército pelo Governo do Território será precedida de autorização do comandante da respectiva Região Militar.

Art. 5.º E' extinta a Polícia Militar do Território do Acre, sendo o respectivo material transferido à Guarda Territorial do mesmo Território.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entra em vigor cento e oitenta dias depois de publicado; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.361 — DE 7 DE MARÇO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Secretário de Diretor de Divisão (D.M. — D.A.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.362 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para prosseguimento da construção da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial, de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), para atender à despesa (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento da construção da estrada de rodagem Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, a cargo da Comissão Construtora de Estradas de Rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.363 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, dando nova redação ao artigo 2.º, na aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 7.218, de 30 de dezembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.218, de 30 de dezembro de 1944 passa a ter a seguinte redação e distribuição:

“Art. 2.º Para atender às aquisições a que se refere o art. 1.º e mais às referentes a 12 automotrizas a serem construídas no Brasil, bem como às

despesas complementares, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 391.140.000,00, com a seguinte aplicação:

Para aquisição de 50 locomotivas FOB-Nova York US\$ 5.286.400,00 equivalente, na base do dólar a Cr\$ 20,00	Cr\$ 105.728.000,00
Para importação de material metálico necessário à construção no País de 2.900 vagões.	Cr\$ 124.000.000,00
Para transporte, seguro e armação das locomotivas no Brasil	Cr\$ 12.500.000,00
Para construção no País de 2.900 vagões e 12 automotri- zes	Cr\$ 148.912.000,00
Total	Cr\$ 391.140.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.364 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a permuta de imóvel da União, por terrenos pertencentes a Primo Tedesco, situados no Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a permutar, com o Sr. Primo Tedesco, o terreno de propriedade da União, situado no 1.º distrito do Município de Caçador, em Santa Catarina, e que constitui o lote "A", com a área de setenta e nove mil, seiscentos e trinta e sete metros quadrados (79.637 m²), pelos seguintes terrenos pertencentes ao Sr. Primo Tedesco:

1.º — terreno situado no lugar denominado Castelhanos, 1.º distrito do Município de Caçador, em Santa Catarina, confrontando-se ao Norte e Leste com terrenos da Usina Hidro-Elétrica da Estação Experimental de Trigo; ao Sul e Oeste, com terras de Walsin Nunes Garcia e sua mulher, com a área de quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados (48.400 m²);

2.º — terreno situado no lugar acima mencionado, confrontando-se ao Norte e Oeste com terrenos da Estação Experimental de Trigo; ao Sul e Leste com terras de Walsin Nunes Garcia e sua mulher, com a área de trinta e um mil, duzentos e trinta e sete metros quadrados (31.237 m²).

Art. 2.º No Serviço do Patrimônio da União assinar-se-á o contrato de permuta do domínio pleno dos imóveis constantes do artigo anterior, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 48.136-42.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição local e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição far-se-á gratuitamente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.365 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 20.923, de 8 de janeiro de 1932, que instituiu o Fundo Naval

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º e suas alíneas do Decreto n.º 20.923, de 8 de janeiro de 1932, passam a ter a seguinte redação:

Art. 3.º O Fundo Naval será aplicado:

- a) Na aquisição de material flutuante, em geral compatível com os seus próprios recursos, e em quaisquer outras realizações e serviços que, a juízo do Ministro da Marinha, se tornem necessários;
- b) Nas obras de construção civil, pagamento de pessoal de qualquer categoria funcional, na compra de imóveis e de materiais de toda espécie, desde que a rapidez da aquisição se faça necessária, a juízo do Ministro da Marinha, e para cujo pagamento não haja dotação orçamentária ou seja esta deficiente;
- c) Na aquisição de material fixo e móvel para a defesa dos portos, rios e litoral;
- d) Nos serviços de socorro marítimo, faróis e balizamento.

Parágrafo único. As aplicações constantes das alíneas a e b ficam sujeitas à aprovação do Presidente da República.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.366 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a elevação de capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os estabelecimentos bancários existentes na data da vigência do Decreto-lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944, poderão realizar parceladamente a elevação do capital para atingir os limites mínimos a que se refere o art. 5.º do mesmo Decreto-lei, modificado pelo de n.º 6.541, de 20 de maio de 1944.

Art. 2.º Findo o prazo de cinco (5) anos contados a partir da data da publicação deste Decreto-lei, os estabelecimentos bancários que não houverem usado da faculdade concedida pelo artigo anterior ficam obrigados a satisfazer a exigência do capital mínimo pela forma indicada no Decreto-lei número 6.419, de 13 de abril de 1944.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.367 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Altera a classe 6.ª da Nova Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações na Nova Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940:

CLASSE 6.ª — LÃ

Em bruto ou preparada

			Direitos	
Arts.	Mercadorias	Unidades	Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	<i>Em bruto:</i>			
133	Comum	Kg. P.B.	1,70	1,40
	Fina	Kg. P.B.	3,40	2,80
134	<i>Lavada ou desgordurada, simples ou carbonizada, blousses ou resíduos da cardagem ou pen- teagem:</i>			
	Branca ou de côr natural	Kg. P.B.	9,20	8,00
	Tinta	Kg. P.B.	14,50	13,50
135	Em pó	Kg. P.B.	9,40	8,50

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais	Mínimos
			Cr\$	Cr\$
136	<i>Cardada, penteada ou preparada de qualquer forma, inclusive Tops e mechas:</i>			
	Crua	Kg. P.B.	16,80	15,00
	Tinta	Kg. P.B.	21,80	20,00
137	<i>Em fio preparado em meadas, novelos, bobinas ou carretéis de qualquer qualidade:</i>			
	Simples, de uma ou mais pernas ou cabos, para tecelagem ou para obras de sirgueiro com ou sem mescla de algodão:			
	Cru ou branco	Kg. P.L.	21,10	20,00
	Tinto, colorido ou estampado ..	Kg. P.L.	27,30	26,00
	Frouxo para bordar, crochet tricot e semelhantes:			
	Cru ou branco	Kg. P.L.	48,60	43,60
	Tinto, colorido ou estampado ..	Kg. P.L.	56,70	50,00
	Nota n.º 27 — Os fios que tiverem mescla de seda ou rayon pagarão mais 30 %; excetuados os frouxos para bordar, cujo aumento será de 15 %.			
	A mescla só é admitida no fio de mais de duas pernas ou cabos.			
	Os de pernas ou cabos em número par, sendo a metade de outra matéria, pagarão a taxa da matéria mais tributada ou de maior taxa, por isso que se consideram em partes iguais.			
	Não serão considerados tintos os fios crus mordentados, que revelarem pela análise simples traços de sais de ferro que lhes são peculiares.			
	<i>Em obras:</i>			
138	<i>Alamares, borlas, barbicachos, dragonas, fiadores, jugulares, passadores, fitas, tranças, frócos, galões, gregas, requifes, soutaches, tranças, trancelins e obras semelhantes de passama-neiro ou sirgueiro, com ou sem vidrilhos, preparos ou guarni-ção de metal ordinário; doura-do ou prateado</i>	Kg. P.L.	128,00	104,00

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
139	<i>Alcatifas e tapetes:</i>			
	Grossos, próprios para escadas e corredores	Kg. P.B.	25,60	20,80
	Aveludados:			
	De pêlo alto grosseiro, com fundo ou assento de estopa ou cânhamo (capachos)	Kg. P.R.	30,80	25,00
	De pêlo alto ou curto, macio:			
	Apresentando pelo avêso, fôrro ou assento de tecido grosso, de algodão, linho ou cânhamo, ainda que apareçam alguns fios aveludados	Kg. P.R.	51,20	41,60
	Sem o sobredito avêso, fôrro ou assento	Kg. P.R.	51,20	41,60
	Próprios para calçado	Kg. P.R.	39,20	31,20
	Não especificados:			
	Nota n.º 27-A — Os tapetes com tela ou cadeia de cânhamo, algodão ou linho, que apresentarem o avêso encoberto por fios de lã, reproduzindo os desenhos do aveludado, ficarão sujeitos às taxas correspondentes aos desprovidos de avêso, fôrro ou assento grosseiro.			
	Os tapetes com franjas da mesma matéria, algodão ou linho, não sujeitos à agravação prevista na segunda parte da nota n.º 37.			
140	<i>Almotadas, acolchoados, colchões e travesseiros:</i>			
	Com fôrro ou capa de couro, ou de tecido de seda ou rayon ..	Kg. P.R.	102,40	83,20
	Idem de outro tecido	Kg. P.R.	32,00	26,00
141	<i>Bandas para militares</i>	Kg. P.L.	102,40	83,20
142	<i>Bandeiras, galhardetes e estandartes:</i>			
	Lisos ou simples — Os direitos do tecido respectivo mais 10 %.			
	Bordados ou enfeitados — Os direitos do tecido bordado mais 10 %.			
143	<i>Barretes, boinas, carapuças, gorros e toucas:</i>			
	Simples:			
	De baeta ou baetão	Kg. P.L.	38,40	31,20

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	De ponto de maia ou malharia: Com ou sem guarnição ou fôrro de qualquer tecido, menos seda ou rayon	Kg. P.L.	102,40	83,20
	Idem e mescla de seda ou rayon. Bordados ou enfeitados — Os direitos acima com as sobre- taxas estabelecidas na nota nú- mero 37.	Kg. P.L.	153,60	124,80
	Nota n.º 28 — São extensivas a este artigo as notas ns. 5 ao artigo 17 e 29 ao art. 144.			
143-A	Bolsas de mão e a tiracolo .. Nota n.º 28-A — As bôlsas que tiverem aros, fechos ou guar- nições de ouro, platina ou prata, pagarão o triplo da taxa acima. E' extensiva a este artigo a primeira parte da nota n.º 14 ao artigo 46.	Kg. P.L.	51,20	41,60
144	Bonés e quépis: Simples: Com galões de ouro ou prata fal- sos	Um	76,80	62,40
	Não especificados	Um	25,60	20,80
	Bordados ou enfeitados — os direitos acima com as sôbretaxas estabelecidas na nota n.º 37. Nota n.º 29 — Os artefatos dêste artigo al da que semelhan- tes aos barretes, boinas, carapu- ças, gorros e toucas, são dotados de pala ou viseira. E' extensiva a este artigo a nota n.º 5 ao artigo 17.			
145	Botões ou marcas	Kg. P.L.	44,80	36,40
146	Cabeçadas e rédeas: Simples ou com guarnição de me- tal ordinário	Kg. P.L.	76,80	62,40
	Com guarnição de metal doura- do ou prateado	Kg. P.L.	99,80	81,20
	Para prisão ou cabrestos	Kg. P.L.	76,80	62,40
147	Cadarços e cordões: Grosseiros, próprios para cilhas, denominadas precintas, e os de mais de 4 centímetros de lar- gura	Kg. Q.L.	38,40	31,20
	Não especificados	Kg. P.L.	77,80	62,40

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
148	Capas para guardar chapéus de sol, para cobrir pianos, móveis e outros objetos e animais, e tampos para almofadas, travesseiros e semelhantes — Lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10% — bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
148-A	Carteiras e portas-moedas — os mesmos direitos das de algodão. Nota n.º 29-A — E' extensiva a este artigo a nota n.º 17 ao artigo 51.			
149	Chales, cachecols, cachenez, écharpes, lichus, lenços (cortados ou por cortar), mantas, mantilhas, palas e ponchos: Lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%. Nota n.º 30 — Os artefatos dêste artigo que tiverem franjas de seda ou rayon pagarão mais 10 % sobre os direitos respectivos.			
150	Chapéus, galotas, carcaças ou fôrmas: Simples: De feltro De qualquer tecido Idem com molas Enfeitados — o triplo dos direitos dos simples, segundo sua qualidade. Nota n.º 31 — E' extensiva a este artigo a nota n.º 5 ao artigo 17.	Um Um Um	51,20 40,80 71,60	41,60 33,20 59,20
151	Cilhas	Kg. P.L.	39,40	31,20
152	Cintos, faixas, ligas, suspensórios, talabartes e talins	Kg. P.L.	153,60	124,80
153	Cobertores para cama, com ou sem debrum: Ordinários ou grosseiros, ásperos. Finos de pêlo alto e macio e outros não especificados	Kg. P.R. Kg. P.R.	32,00 64,00	26,00 52,00

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais	Mínimos
			Cr\$	Cr\$
	Nota n.º 31-A — Os artefatos desde que apresentarem simples debrum de seda ou rayon pagarão mais 10% sobre os respectivos direitos.			
154	Coberturas e rosetas para chapéus de sol:			
	Lisas ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordadas ou enfeitadas — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
155	Cortes de calçados:			
	Lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
156	Cortinas, cortinados, reposteiros, saneias, stores e semelhantes:			
	Lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
157	Escovas para fricções e semelhantes	Uma	6,40	5,20
158	Feltro:			
	Compacto de mais de 5 milímetros de espessura, para qualquer fim	Kg. P.R.	76,80	62,40
	Idem de 5 milímetros ou menos para chapéus, roupas e outros usos	Kg. P.R.	30,80	25,00
	Idem com camadas superpostas de tecido de algodão para fabricação de cardas	Kg. P.R.	24,00	19,60
	Frouxo para calafeto, isolamento, vedação e semelhantes, alcatroado, betumado ou não ...	Kg. P.B.	7,60	6,20
	Nota n.º 32 — O feltro bordado ou enfeitado com qualquer matéria, menos seda ou rayon, pagará mais 40% e o bordado ou enfeitado a seda rayon, mais 60% sobre a taxa que lhe competir.			

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais	Mínimos
			Cr\$	Cr\$
159	<i>Gachetas e arruelas de feltro ou tecido, com ou sem metal ...</i>	Kg. P.L.	25,60	20,80
160	<i>Gravatas, singelas ou tubulares:</i> Lisas ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordadas ou enfeitadas — os direitos do tecido bordado mais 10 %.			
161	<i>Luvas com ou sem baguetes:</i> Até 30 centímetros de comprimento De mais de 30 até 45 centímetros, idem De mais de 45 centímetros, idem Grossas, para trabalhos manuais, felpudas, para fricções e semelhantes Nota n.º 33 — E' extensiva a este artigo a nota n.º 18 ao artigo 66.	Par Par Par Par	6,40 7,60 8,80 3,20	5,20 6,20 7,20 2,60
162	<i>Mantas, xergas, baixeiros e coxinilhos, para montaria:</i> De feltro simples De tecido de xerga ou grosseiro, idem De outro qualquer tecido: Liso ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%. Bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10 %.	Kg. P.L. Kg. P.B.	38,40 23,00	31,20 18,80
163	<i>Manteletes, golas, peitilhos e outros objetos de moda, lisos ou simples, bordados ou enfeitados:</i> De renda De qualquer outro tecido — os direitos da respectiva roupa feita não especificada, simples, mais 30 %.	Kg. P.R.	998,40	811,20
164	<i>Meias com ou sem frisos ou baguetes:</i> Curtas: Até 20 centímetros de comprimento no pé De mais de 20 centímetros, idem	Par Par	3,20 6,40	2,60 5,20

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	Compridas:			
	Até 20 centímetros de comprimento no pé	Par	5,60	4,60
	De mais de 20 centímetros, idem	Par	11,60	9,40
	Nota n.º 34 — As meias deformadas seja no calcanhar ou no peito do pé, ou que trouxerem outro artifício para iludir a classificação, pagarão direitos pela taxa mais elevada da respectiva divisão.			
165	<i>Obras não classificadas de ponto de crochet; malharia, rede ou tricô:</i>			
	Simples:			
	Com ou sem guarnição ou fôrro de qualquer tecido, menos sêda rayon	Kg. P.L.	102,40	83,20
	Idem e mescla de sêda ou rayon	Kg. P.L.	153,60	124,80
	Bordadas ou enfeitadas — os direitos acima com aumento de 30 %.			
	Nota n.º 35 — As obras acima são as constituídas inteiramente pelo entrelaçamento de pontos ou malhas, formados por fio único, sem recortes e sem costuras.			
166	<i>Oleados:</i>			
	Em peças	Kg. P.L.	25,60	20,80
	Em galões ou tiras, recortados ou não	Kg. P.L.	30,80	25,00
167	<i>Panos murais, para mês e guarnições para móveis:</i>			
	De feltro	Kg. P.R.	80,60	65,60
	De qualquer tecido, lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10 %.			
	Idem. bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10 %.			
168	<i>Piças cilíndricas e pedaços de qualquer tecido, com acabamento, próprios para máquinas</i>			
		Kg. P.L.	14,00	11,40

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	Bordada ou enfeitada — os direitos da roupa feita, não especificada simples e mais 30%.			
173	Sacos:			
	De viagem	Um	40,80	33,20
	Não especificados, lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%.			
	Idem, bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
174	Sapatinhos ou borzeguins sem sola:			
	De ponto de meia ou de malharia — os direitos das obras respectivas.			
	De qualquer outro tecido, lisos ou simples	Par	7,60	6,20
	Idem, bordados ou enfeitados..	Par	10,40	8,40
175	Tecidos:			
	Alpacas, cachemiras, cassas, crepes, gorgorões, kashas, merinós, setins, de ponto de mais ou de malharia, voiles, e semelhantes, lisos ou entrançados, lavrados ou adamascados, próprios para vestuário feminino:			
	Até 250 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	144,00	117,00
	De mais de 250 até 450 grs., idem	Kg. P.R.	115,20	93,60
	De mais de 450 grs., idem	Kg. P.R.	96,00	78,00
	Baetas e baetões	Kg. P.R.	28,00	22,80
	Barêges, escomilhas, filões, gazes e outros abertos ou transparentes:			
	Até 80 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	172,80	140,40
	De mais de 80 grs., idem	Kg. P.R.	144,00	117,00
	Casemiras e cassinetas com ou sem mescla de seda ou rayon e cheviots, diagonais flanelas			

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	americanas, gabardines, panos, sarjas e semelhantes, para roupas de homem e outros fins:			
	Até 250 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	144,00	117,00
	De mais de 250 até 450 grs., idem	Kg. P.R.	115,20	93,60
	De mais de 450 grs., idem	Kg. P.R.	96,00	78,00
	Filele	Kg. P.R.	76,80	62,40
	Flanelas e baetilhas, lisas entrançadas ou lavradas:			
	Até 250 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	144,00	117,00
	De mais de 250 até 450 grs., idem	Kg. P.R.	115,20	93,60
	De mais de 450 grs., idem	Kg. P.R.	96,00	78,00
	Frescos, <i>palm-beachs</i> , tropicais e semelhantes, lisos ou lavrados:			
	Até 250 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	144,00	117,00
	De mais de 250 grs., idem	Kg. P.R.	115,20	93,60
	Sarçanetas, seriguihas e outros próprios para máquinas de estamparia, compressão e filtração de matérias graxas e mais fins industriais, com ou sem mescla, trama ou urdidura de outras matérias, menos seda ou rayon, lisos, entrançados ou lavrados:			
	Singelos ou até 450 grs. por metro quadrado	Kg. P.R.	28,80	23,40
	Dobrados ou de mais de 450 grs., idem	Kg. P.R.	24,00	19,60
	Veludos ou riscos, pelúcias e outros, imitando peles com pêlo, tipo astrakan, e semelhantes:			
	Com tela de lã	Kg. P.R.	96,00	78,00
	Idem, de outra matéria, menos seda ou rayon	Kg. P.R.	76,80	62,40
	Idem, de seda ou rayon	Kg. P.R.	192,00	156,00
	Não especificados	Kg. P.R.	102,40	83,20

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais Cr\$	Mínimos Cr\$
	Nota n.º 36 — Os tecidos que forem bordados ou enfeitados com qualquer matéria, menos seda ou rayon, pagarão mais 40% e os bordados ou enfeitados com essas matérias mais 60% sobre os direitos que lhes competirem.			
176	<i>Tiras, entremeios e aplicações, cortados ou por cortar:</i>			
	Com bordados de algodão, lã ou linho	Kg. P.R.	256,00	208,00
	Idem, de seda ou rayon	Kg. P.R.	384,00	312,00
177	<i>Transparentes para portas e janelas, com ou sem rodízios ..</i>	Um	64,00	52,00
178	<i>Tapas, ourelos, aparas e desperdícios de fios</i>	Kg. P.B.	2,00	1,60
179	<i>véus:</i>			
	De renda	Kg. P.R.	448,00	364,00
	De qualquer outro tecido lisos ou simples — os direitos do tecido respectivo mais 10%.			
	Idem, bordados ou enfeitados — os direitos do tecido bordado mais 10%.			
180	<i>Quaisquer obras não classificadas</i>	Kg. P.L.	128,00	104,00

Nota n.º 37 — Salvo disposição especial, os direitos das mercadorias desta classe aplicam-se tanto às que forem de lã pura, como às que tiverem mescla de qualquer matéria, menos seda ou rayon.

As obras desta classe que forem bordadas ou enfeitadas com qualquer matéria, menos seda ou rayon, pagarão mais 40% e as bordadas ou enfeitadas com essas matérias mais 60% sobre os direitos que lhes competirem, se assim não estiverem classificadas.

Arts.	Mercadorias	Unidades	Direitos	
			Gerais	Mínimos
			Cr\$	Cr\$

Os tecidos e obras com bordadura ou enfeites de ouro ou prata pagarão o triplo dos direitos que lhes competirem.

Não se consideram bordadas ou enfeitadas as obras desta classe que trouxerem emblema ou qualquer figura de tamanho reduzido e uniforme, de qualquer tecido, exceto seda ou rayon, constituindo marca de fábrica.

Art. 2.º As encomendas feitas até a data do presente Decreto-lei ficam subordinadas à taxação da pauta anterior.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.368 — DE 9 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a aquisição, pela União, de um terreno em Santos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, do terreno medindo 35,80 m de frente para a Rua Braz Cubas e 47,00 m, para a Rua São Francisco, formando ângulo na Praça José Bonifácio, de propriedade do Centro Espanhol de Santos.

Art. 2.º Esse terreno destina-se a instalações navais no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º A despesa resultante, na importância de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), deverá correr à conta dos recursos do "Fundo Naval".

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.369 — DE 9 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a aquisição de terrenos em Natal, Estado do Rio Grande do Norte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, dos terrenos de propriedade da firma comercial Viúva M. Machado, Sucessora, e do Sr. Afrodísio Varela Pacheco, com as áreas, respectivamente, de 5.684.511,66 m² e 5.234,55 m², situados em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Destinam-se esses terrenos a instalações navais, no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º A despesa resultante, na importância total de Cr\$ 852.785,20 (oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), correrá à conta dos recursos do "Fundo Naval".

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.370 — DE 9 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar de impostos a instituição que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Associação Balbina Fonseca, com sede na Cidade de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro, do pagamento de todos os tributos devidos pela aquisição do edifício sito na Rua Correia Dutra n.º 56, no Distrito Federal, avaliado em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), que o Senhor José de Siqueira Silva da Fonseca vai doar à referida Instituição, em amparo de sua finalidade, de educar e instruir crianças pobres.

Art. 2.º A presente autorização é extensiva a quaisquer tributos que onerem ou venham a onerar o imóvel referido no art. 1.º, enquanto pertencer à mencionada Associação e tiver sua renda aplicada, exclusivamente, na manutenção dos educandários "Lar José Fonseca" e "Lar Balbina Fonseca", os quais deverão abrigar 60 (sessenta) crianças pobres nascidas no Distrito Federal, como obrigação permanente que terá a instituição, de acordo com a proposta que fez seu fundador à Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.371 — DE 12 DE MARÇO DE 1945

Suspende, pelo prazo de seis meses, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre o xarque, milho e cebola, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, pelo prazo de seis meses, a partir da data da publicação desta lei, a cobrança dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, que incidem sobre a carne seca ou xarque, classificada no art. 86, classe 4.ª, da atual Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º Iguais favores serão concedidos, pelo mesmo prazo, ao milho comum de qualquer qualidade, em grão, do art. 237, classe 8.ª, e às cebolas, soltas, em résteas ou em molhos, do art. 259, classe 9.ª da citada Tarifa.

Art. 3.º O disposto nos artigos anteriores poderá compreender os mencionados produtos que já estiverem em portos nacionais, submetidos ou não a despacho, mas ainda não desembaraçados pelas repartições aduaneiras.

Art. 4.º A isenção estabelecida nesta Lei fica condicionada à apreciação preliminar do Serviço de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica, de maneira a resguardar os interesses da produção nacional e as conveniências de preços para os consumidores.

Art. 5.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.372 — DE 12 DE MARÇO DE 1945

Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com as tabelas anexas, as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei, constantes da relação anexa, serão apostilados pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão
49	Marinheiro	4	—	—	S.	49	<i>Marinheiro</i>	4
14	Marinheiro	3	—	—	S.	14	3
12	Marinheiro	2	—	—	S.	12	2
75						75		

5	Patrão	10	—	—	S.		Patrão	
5	Patrão	8	—	—	S.	5	10
7	Patrão	6	—	—	S.	5	8
7	Patrão	5	—	—	S.	7	6
4	Patrão	4	—	—	S.	7	5
2	Marinheiro	4	—	—	S.	6	4
2	Patrão	3	—	—	—	2	3
32						32		

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N.º 7.372 DE 12 DE MARÇO DE 1945

Nome	SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
	Carreira	Classe	Quadro	Carreira	Classe	Quadro
1) Augusto de Paula	Marinheiro	4	Suplementar	Patrão	4	Suplementar
2) Cícero José das Chagas	Marinheiro	4	Suplementar	Patrão	4	Suplementar

DECRETO-LEI N.º 7.373 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei n.º 3.070, de 20 de fevereiro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporadas ao texto do Decreto-lei n.º 3.070, de 20 de fevereiro de 1941, as alterações constantes do presente Decreto-lei.

Art. 2.º O § 4.º do art. 15 fica assim redigido:

“Homologado o concurso serão exonerados todos os interinos”.

Art. 3.º Fica assim redigido o art. 16:

“Após o encerramento das inscrições do concurso, as nomeações em caráter interino só poderão recair em candidatos inscritos”.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamennon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.374 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Regula a situação dos militares considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, concede pensão a seus herdeiros e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos herdeiros dos militares pertencentes à Fôrça Expedicionária Brasileira e considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, será concedida uma pensão condicional igual ao vencimento do posto que tinham na ocasião da prisão, do desaparecimento ou do extravio.

Parágrafo único. A pensão condicional a que se refere este artigo é devida a partir do dia da publicação, em Boletim do Exército, da prisão, do desaparecimento ou do extravio.

Art. 2.º A consignação de família dos militares pertencentes à Fôrça Expedicionária Brasileira e considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, será paga até o mês da publicação, no Boletim do Exército, da prisão, do desaparecimento ou do extravio.

Parágrafo único. Do saldo a destinar ao Fundo de Previdência do militar considerado prisioneiro, desaparecido ou extraviado, será deduzida qualquer importância paga a maior a título de consignação de família.

Art. 3.º O Fundo de Previdência a que tenham direito os militares pertencentes à Fôrça Expedicionária Brasileira e considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, será posto à disposição dos herdeiros habilitados à pensão condicional estipulada no art. 1.º, mediante comunicação, logo após a expedição do título de pensão condicional, do Chefe da Pagadoria Central da F.E.B. ao Estabelecimento Bancário em que estiver depositado o dinheiro.

Parágrafo único. Para movimentação do Fundo de Previdência, será exigida dos herdeiros a prova de identidade com a respectiva carteira fornecida pelo Serviço de Identificação do Exército ou pelas repartições da Polícia Civil.

Art. 4.º Cessará o pagamento da pensão condicional do art. 1.º com o reaparecimento do militar, que receberá os vencimentos e vantagens assegurados aos demais elementos da Fôrça Expedicionária Brasileira, desde que fique provada, em processo, sua conduta.

§ 1.º A Diretoria das Armas ou dos Serviços providenciará, dentro do prazo de oito dias, o processo a que se refere este artigo, caso o militar se apresente em qualquer guarnição do País.

§ 2.º Na hipótese da apresentação do militar efetuar-se no teatro de operações, caberá ao Comando da Fôrça Expedicionária Brasileira providenciar sobre o processo, dentro do prazo referido no parágrafo anterior.

§ 3.º Provada em processo a conduta do militar, serão descontadas dos vencimentos e vantagens referidos neste artigo as quantias pagas aos herdeiros a título de pensão condicional.

Art. 5.º Terminada a campanha e não se apresentando o militar considerado prisioneiro, desaparecido ou extraviado, a seus herdeiros será concedida a pensão do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941.

§ 1.º A pensão condicional será paga aos herdeiros até seis meses após a terminação da Campanha, prazo durante o qual deverá ser requerida ao Chefe da Pagadoria Central da Fôrça Expedicionária Brasileira a expedição do título de pensão especial referida neste artigo.

§ 2.º O pagamento da pensão especial será feito aos herdeiros dos militares considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, a partir do dia da publicação, em Boletim do Exército, da prisão, do desaparecimento ou do extravio, devendo ser descontadas as quantias pagas a título de pensão condicional.

Art. 6.º A cópia autenticada do ato publicado no Boletim do Exército dando a prisão, o desaparecimento ou extravio do militar, substituirá, no processo de habilitação, a certidão de óbito.

Art. 7.º Para os efeitos do presente Decreto-lei, o aspirante a oficial e o sub-tenente são equiparados ao segundo tenente.

Art. 8.º São considerados herdeiros dos militares, para o fim de gozarem os benefícios concedidos neste Decreto-lei, os que a legislação em vigor define como tais para a percepção do montepio militar, com os mesmos direitos de preferência e reversão.

Art. 9.º O processo de habilitação às pensões concedidas pelo presente Decreto-lei, que competirá à Pagadoria Central da F.E.B., é de natureza urgente e se processará de acôrdo com o Decreto n.º 3.695, de 6 de fevereiro de 1939, no que lhe fôr aplicável.

§ 1.º A Secretaria Geral do Ministério da Guerra remeterá à Pagadoria Central da F.E.B. cópia da declaração de herdeiros do militar prisioneiro, desaparecido ou extraviado, independente de solicitação e dentro de oito dias da publicação no Boletim do Exército que der a prisão, o desaparecimento ou o extravio do militar.

§ 2.º Os processos de habilitação à pensão condicional do art. 1.º ficarão arquivados na Pagadoria Central da F.E.B., para cumprimento da exigência do art. 5.º.

Art. 10. Os militares desaparecidos em naufrágio, acidente ou quaisquer atos de agressão causados por inimigo, bem como os considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, serão agregados aos respectivos quadros, após a publicação em Boletim do Exército, por proposta da Diretoria das Armas ou dos Serviços.

§ 1.º Decorridos 2 anos da agregação, os militares a que se refere o presente artigo, caso não se tenham apresentado, serão excluídos do almanaque por decreto ou portaria, conforme se trate de oficial, sub-tenente ou sargento.

§ 2.º No caso de reaparecimento do militar, terá este todos os seus direitos assegurados, provada, em processo, a sua conduta.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.375 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Dá nova redação ao art. 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e

Considerando que o Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940 que dispõe sobre as sociedades por ações, prevê, para a Diretoria das mesmas sociedades, um prazo de gestão fixado nos respectivos estatutos;

Considerando, no entanto, que a lei faculta à assembléia geral destituir os direitos a qualquer tempo;

Considerando que o exercício dessa faculdade deve cercar-se de condições que impossibilitem prejuízos à boa administração social através da manifestação de uma restrita maioria. Decreta:

Art. 1.º O art. 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 105. As deliberações serão tomadas de conformidade com a regra do art. 94, sendo, entretanto, necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do capital, com direito de voto, para deliberação sobre:

- a) criação de ações preferenciais ou alterações nas preferências ou vantagens conferidas a uma ou mais classes delas ou criação de nova classe de ações preferenciais mais favorecidas;
- b) criação de partes beneficiárias;
- c) criação de obrigações ao portador;
- d) mudança do objeto essencial da sociedade;
- e) incorporação da sociedade em outra ou sua fusão;
- f) proposta de concordata preventiva ou suspensiva de falências;
- g) cessação do estado de liquidação, mediante reposição da sociedade em sua vida normal.

Parágrafo único. Para a destituição de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão criado nos estatutos, é necessária a aprovação de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital, com direito de voto.”

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Agamennon Magalhães.

Apolonio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.376 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Transfere a data de vigência do Decreto-lei n.º 7.105, de 30-11-44, abre crédito especial e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para 1 de fevereiro de 1945 a data de vigência do Decreto-lei n.º 7.105, de 30 de novembro de 1944.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos cruzeiro) para atender à despesa com o pagamento das funções gratificadas de Delegado Regional do Trabalho, no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.377 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre o ativo das sociedades mútuas de seguros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As sociedades mútuas de seguros poderão considerar, no seu ativo, a propriedade imóvel até seu valor venal, mediante autorização prévia da repartição fiscalizadora das suas operações, à qual caberá exigir a revisão desse valor sempre que julgar conveniente.

Art. 2.º A faculdade de que trata o artigo anterior poderá ser usada nos inventários e balanços do último exercício ainda não submetidos à deliberação da assembléia geral.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.378 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Prorroga o início da vigência do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por sessenta dias, o início da vigência do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Acidentes do Trabalho).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.379 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a inalienabilidade dos imóveis financiados pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para seus segurados ou associados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os imóveis financiados pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, de acordo com plano destinado especialmente aos seus segurados ou associados, desde que o financiamento seja superior a 2/3 do valor do imóvel na data da transação, ficam onerados com a cláusula de inalienabilidade em vida dos mesmos segurados ou associados, seu cônjuge, se casado pelo regime de comunhão de bens, ou filhos até 18 anos de idade, sendo isentos de execução por dívidas de qualquer espécie, salvo as decorrentes do próprio contrato de financiamento.

Parágrafo único. Excetua-se do princípio geral estabelecido neste artigo, unicamente a transferência dos referidos imóveis, entre segurados ou associados das instituições, a qual dependerá, entretanto, de prévia aprovação do Instituto ou Caixa financiador, que poderá negá-la sempre que verificar a existência de finalidade exclusivamente especulativa na operação.

Art. 2.º Na hipótese prevista no parágrafo único do art. 1.º e bem assim em todos os casos de liquidação antecipada de financiamento concedido por Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, ou ainda, de

compra à vista de imóvel de propriedade dos mesmos, será sempre cobrada pela instituição uma taxa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor ou o valor da venda à vista, que reverterá a favor do seu órgão imobiliário.

Art. 3.º Os dispositivos deste Decreto-lei aplicam-se também aos contratos em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.380 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Estende aos aposentados e pensionistas das instituições de previdência social os benefícios da assistência médica, hospitalar e farmacêutica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as instituições de previdência social autorizadas a conceder assistência médica, hospitalar e farmacêutica aos seus aposentados e pensionistas, nos moldes da que é prestada aos seus associados ou segurados.

§ 1.º Os aposentados e pensionistas inválidos devem submeter-se aos processos terapêuticos que forem julgados indispensáveis à remoção das causas determinantes da incapacidade para o trabalho, sendo-lhes aplicável, naquilo que não fôr incompatível com as normas deste Decreto-lei, o disposto no capítulo XIV do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944.

§ 2.º Para esse fim, as instituições de previdência social manterão, de preferência em comum, serviços de readaptação e reeducação dos aposentados e pensionistas inválidos, sob a orientação da Consultoria Médica do Departamento de Previdência Social.

Art. 2.º Para cobrir as despesas que se tornarem necessárias para a execução deste Decreto-lei, o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá elevar, até 0,5% do salário dos segurados, a taxa de contribuição vigente nas instituições de previdência social que lhe houverem proposto majoração dessa taxa, para fazer face a assistência facultada no art. 1.º.

Art. 3.º As instituições de previdência social poderão dispender com o custeio dos respectivos serviços de assistência médica, hospitalar e farmacêutica, além das importâncias estipuladas para este fim nas leis e requerimentos que lhes concernem, o produto do acréscimo de contribuição que fôr fixado na forma do artigo anterior.

Art. 4.º O Presidente do Conselho Nacional do Trabalho expedirá as instruções destinadas a dar cumprimento ao disposto no presente Decreto-lei.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.381 — DE 13 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a instituição da Fundação Rádio Mauá e dispõe sobre o seu funcionamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a instituir, com o acervo da Rádio Ipanema S. A., adquirido pelo Governo Federal, uma fundação denominada "Fundação Rádio Mauá", destinada a servir à educação, cultura e recreação dos trabalhadores nacionais, divulgar a legislação social brasileira, estimular a harmonia das classes e concorrer para o aperfeiçoamento cívico da coletividade.

Art. 2.º A Fundação será administrada na forma dos estatutos que serão aprovados, por portaria, do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Procurador Geral do Distrito Federal.

Art. 3.º A Fundação poderá receber, além das rendas provenientes das suas atividades radiofônicas, contribuições correspondentes à execução dos serviços de publicidade prestados a órgãos da administração pública, entidades para-estatais e sociedades de economia mista.

Art. 4.º A administração da Fundação será constituída por um presidente, um diretor, um conselho técnico-administrativo e um conselho fiscal. O presidente, o diretor e os membros dos conselhos serão nomeados pelo Presidente da República.

Art. 5.º A Fundação gozará dos privilégios atribuídos às instituições de utilidade pública e aqueles que, em matéria de comunicações, transporte e sêlo assistem às autarquias federais.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.382 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 782.529,40, para pagamento de indenizações decorrentes de requisições

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 782.529,40), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de indenizações julgadas procedentes pela Comissão Central de Requisições e relacionadas no processo n.º 21.839-45, do Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.383 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a emissão de papel-moeda até Cr\$ 4.500.000.000,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir papel-moeda até a importância de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.500.000.000,00).

Art. 2.º A importância total dessa emissão será destinada à amortização do débito do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S. A. pela compra de ouro.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.384 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezessete mil cruzeiros (Cr\$ 17.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	6.000,00
S/c. n.º 02 — Percentagens	11.000,00
	<hr/>
	17.000,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.385 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezessete mil cruzeros (Cr\$ 17.000,00), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	6.000,00
S/c n.º 02 — Percentagens	11.000,00
	<hr/>
	17.000,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 7.386 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Joaquim Távora, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Joaquim Távora, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezessete mil cruzeiros (Cr\$ 17.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	6.000,00
S/c n.º 02 — Percentagens	11.000,00
	<hr/>
	17.000,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.387 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, o imóvel que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender, em concorrência pública, na forma do disposto no Decreto-lei n.º 5.708, de 29 de julho de 1943, o terreno com a área de 1.071,00 m2, (mil e setenta e um metros quadrados), situado nos fundos dos imóveis ns. 61, 67 e 75 da Rua José Clemente e que constitui remanescente dêsses imóveis com a abertura da Avenida Brasil (Variante da Estrada Rio-Petrópolis).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.388 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar dos impostos que menciona o PEN Clube do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder ao PEN Clube do Brasil, associação de escritores, isenção dos impostos de transmissão e de transcrição, a fim de que possa receber, do atual Presidente, Senhor Cláudio de Sousa, em doação, para sua sede, a sala n.º 1.301 e dependências, sitas no 13.º pavimento do Edifício Sul-Americano, na Avenida Nilo Peçanha n.º 26, Esplanada do Castelo.

Art. 2.º A presente isenção não abrange a taxa de serviços municipais.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.389 — DE 15 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Montepio dos Empregados Municipais a executar imediatamente as operações de que trata a letra c do art. 2.º do decreto legislativo municipal n.º 175, de 28 de janeiro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Montepio dos Empregados Municipais autorizado a realizar imediatamente as operações de que trata a letra c do art. 2.º do decreto legislativo municipal n.º 175, de 28 de janeiro de 1937.

Parágrafo único. O Prefeito do Distrito Federal, por proposta da Administração do Montepio dos Empregados Municipais, fixará as normas e planos necessários à execução deste Decreto-lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.390 — DE 16 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre emissão de obrigações ao portador

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As companhias ou sociedades que explorem a indústria frigorífica e tenham instalações apropriadas para exportação de carnes e de derivados manufaturados ou não, ficam autorizadas a emitir obrigações ao portador (debêntures) em quantia superior ao capital estipulado nos seus estatutos, e até o valor dos bens constitutivos do respectivo patrimônio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.391 — DE 16 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto, em favor da instituição de beneficência que menciona, destinada a crianças desamparadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar do imposto de transmissão de propriedade "inter-vivos", e somente dêste, sobre Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), a aquisição dos imóveis sítos na Avenida Cesário de Melo ns. 1.512-1.514, em Campo Grande, que faz a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, a fim de neles serem mantidos, pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras, instituição de beneficência para crianças desamparadas, e estabelecimento de ensino.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.392 — DE 16 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para despesas da Comissão de Planejamento Econômico, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000,00), para ocorrer às

despesas (Serviços e Encargos), a partir de 1 de janeiro de 1945, de instalação e manutenção da Comissão de Planejamento Econômico.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda providenciará no sentido de que, mensalmente, seja pôsto no Banco do Brasil S. A., à disposição do Presidente da Comissão de Planejamento Econômico, um doze ávos (1/12) do crédito.

Art. 3.º Trinta (30) dias após a publicação do presente Decreto-lei, submeterá o Presidente da Comissão de Planejamento Econômico à aprovação do Presidente da República o orçamento administrativo, contendo a discriminação do crédito especial a que se refere o art. 1.º.

Parágrafo único. O orçamento poderá ser revisto e alterado durante a vigência d'este Decreto-lei, mediante proposta do Presidente da Comissão, aprovada pelo Presidente da República.

Art. 4.º O Presidente da Comissão de Planejamento Econômico prestará contas, anualmente, perante o Tribunal de Contas, das despesas que efetuar até 31 de dezembro de cada ano, dispondo para isso do prazo de três (3) meses, a contar daquela data.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.393 — DE 16 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 263.955.735,40, para pagamento a Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de duzentos e sessenta e três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 263.955.735,40), para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) devido, como contribuição do Estado, aos seguintes Institutos de Aposentadoria e Pensões:

Dos Industriários	Cr\$	Cr\$
1938	1.469.913,10	
1939	68.530.086,90	
1940	76.955.026,70	
1941	88.828.046,70	235.783.073,40
<hr/>		
Dos Bancários	Cr\$	Cr\$
1940	3.547.636,70	
1941	6.269.282,20	9.816.918,90
<hr/>		

Dos Empregados em Transportes e Cargas

1940	3.000.000,00	
1941	15.355.743,10	18.355.743,10
		<hr/> 263.955.735,40 <hr/>

Parágrafo único. O pagamento de que trata este art. será feito em apólices da Dívida Pública Interna, ao portador, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, juros de cinco por cento (5%) ao ano, na base do valor nominal dos títulos.

Art. 2.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir apólices da Dívida Pública Interna, do tipo "Diversas Emissões", ao portador, até a importância de duzentos e sessenta e três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 263.956.000,00), para os fins de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.394 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Acrescenta um parágrafo ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.333, de 22 de fevereiro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.333, de 22 de fevereiro de 1945, cujo parágrafo único passa a 1.º:

"§ 2.º Quando não houver equivalência de salários, a transferência poderá efetuar-se para a referência de salário superior mais próximo, desde que a diferença não exceda de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) mensais."

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.395 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 436.961.600,00, para pagamento de ações da Companhia Siderúrgica Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e um mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 436.961.600,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, subscritas pelo Tesouro Nacional, na conformidade do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.601, de 19 de junho de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.396 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.862, de 30 de setembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.862, de 30 de setembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Dentro da zona que a seguir se limita, no território do Estado de Mato Grosso, somente se permitirá a faiscação e garimpagem durante o primeiro trimestre de cada ano: ao Norte, pelas divisas com os Estados do Amazonas e do Pará; a Oeste, pelos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e a linha divisória com a Bolívia até o marco de Boa Vista; ao Sul, a partir desse marco e pelo espigão divisor das águas dos rios Guaporé e Jaurú, até à nascente do rio Piquiri e desse ponto, pelo espigão divisor das águas das bacias do Amazonas e do Prata, até à cabeceira mais oriental do rio Paranatinga; a Leste, pelo espigão divisor dos rios Teles Pires e Xingú, desde a cabeceira do rio Paranatinga até à linha divisória com o Estado do Pará.”

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.397 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 6.067, de 3 de dezembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.067, de 3 de dezembro de 1943, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3.º Os serviços de análises, no caso previsto no parágrafo anterior, poderão ser feitos, também, nos laboratórios oficiais dos Estados, quando previamente autorizados pelo Ministro da Fazenda.”

Art. 2.º A Diretoria Geral da Fazenda Nacional expedirá as instruções necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.398 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Cria cargos e funções gratificadas para o C.N.E.P.A., no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 1 Chefe de Serviço (S. Méd. — C.N.E.P.A.) padrão N.
- 1 Superintendente (S.E.P. — C.N.E.P.A.) padrão N.
- 1 Chefe de Serviço (S.D. — U.R. — C.N.E.P.A.) padrão M.
- 1 Diretor (I.A. Sul — S.N.P.A.) padrão O.

Art. 2.º Ficam criadas, nos mesmos Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas, para o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agro-nômicas:

1	Chefe de Serviço (S.A. — C.N.E.P.A.).....	Cr\$	9.600,00	anuais
1	Chefe da Biblioteca (B. — C.N.E.P.A.).....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe de Serviço (S.E. — U.R.).....	Cr\$	7.200,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — U.R.).....	Cr\$	4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.A.C. — S.E.U.R.).....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.A.E. — S.E.U.R.).....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.O.P. — S.E.U.R.).....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe da Zeladoria (Z. — S.E. — U.R.)....	Cr\$	3.000,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.E.E. — S.N.P.A.).....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — S.N.P.A.).....	Cr\$	4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.B.A. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$	5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.C.A. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$	5.400,00	anuais

1	Chefe de Seção (S.F.S. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.G. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S. Fit. — I.E. Exp. A.)..	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.E.A. — I.E. Exp. A.)..	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.H. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.P.T. — I.E. Exp. A.)..	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.D.C. — I.E. Exp. A.)..	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Central — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Deodoro — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Campos — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Botucatu — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. S. Simão — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Ipanema — I.E. Exp. A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — I.E. Exp. A.)....	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.B. — I.O.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.A.F.Q. — I.O.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.T.I. — I.O.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — I.O.).....	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.P. — S.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.M. — S.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.O. — S.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.C. — S.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.S. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.Q.V. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.Q.A. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.F.Q. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.A.A. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.T.A. — I.Q.A.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — I.Q.A.).....	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.P.I. — I.F.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.Q. — I.F.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.C.I. — I.F.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.Z. — I.F.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Seção (S.A.C. — I.F.).....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Turma (T.A. — I.F.).....	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. En. Jundiá — I.F.)..	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. En. B. Gonçalves — I.F.)	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. En. Parreiras — I.F.)	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Caxias — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Baependi — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Urussanga — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Andradas — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. S. Roque — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Campo Largo — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. En. Perdizes — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais

1	Chefe de Subestação (S.E. En. Pôrto Alegre — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — Recife — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — Salvador — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — N. Iguaçú — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — S. Paulo — I.F.)	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — Santos — I.F.)	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — Curitiba — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Pôsto (P.A.V. — Rio Grande — I.F.)	Cr\$ 3.600,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Belém — I.A. Norte)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. exp. Cameté — I.A. Norte)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Seridó — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Alagoinha — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Curado — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Surubim — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Recife — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Itapirena — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. S.G. dos Campos — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. União — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Quissamã — I.A. Nordeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. — Barbalha — I.A. Nordeste)	Cr\$ 4.800,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. — Aracaju — I.A. Nordeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe do Laboratório de Fibras (J. Pessoa — I.A. Nordeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Curitiba — I.A. Sul)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Ponta Grossa — I.A. Sul)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Rio Caçador — I.A. Sul)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Pelotas — I.A. Sul)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Passo Fundo — I.A. Sul)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Coronel Pacheco — I.A. Oeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Sete Lagoas — I.A. Oeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Estação (E. Exp. Patos — I.A. Oeste)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. Lavras — I.A. Oeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. Machado — I.A. Oeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais

1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. Pomba — I.A. Oeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Chefe de Subestação (S.E. Exp. Anápolis — I.A. Oeste)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Diretor (S.N.P.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Secretário de Reitor (U.R. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 5.400,00	anuais
1	Secretário de Chefe (S.E.P. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Chefe (S.A. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Chefe (S. Méd. — C.N.E.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Diretor (I.Q.A. — S.N.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Diretor (I.O. — S.N.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Diretor (I.E. Exp. A. — S.N.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais
1	Secretário de Diretor (I.F. — S.N.P.A.)	Cr\$ 4.200,00	anuais

Art. 3.º Fica elevada de Cr\$ 5.400,00 a Cr\$ 6.000,00 anuais, nos mesmos Quadro e Ministério, a gratificação da função de Secretário do Diretor-Geral do C.N.E.P.A.

Art. 4.º Ficam suprimidas, nos mesmos Quadro e Ministério, as funções gratificadas de Secretário da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Nacional de Veterinária.

Art. 5.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura, Anexa n.º 14, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 484.200,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

Cr\$ 126.000,00.

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 09 — Funções Gratificadas

Cr\$ 358.200,00

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de abril de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.399 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Prorroga, por dois anos, a locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É assegurada a prorrogação, pelo prazo de dois anos, da locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.400 — DE 19 DE MARÇO DE 1945

Cria a carreira de Arquivista no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na forma da tabela anexa, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Arquivista.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos cruzeiros), será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO I — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO PROPOSTA

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Arquivista. .</i>				
1	H	—	1	—
1	G	—	1	—
1	F	—	1	—
1	E	—	1	3
4			—	4	3
Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que os seus ocupantes forem sendo promovidos à classe superior não podendo o número de cargos ocupados ser superior a quatro.					

DECRETO-LEI N.º 7.401 — DE 20 DE MARÇO DE 1945

Institui uma junta especial com atribuições referentes à aplicação dos Decretos-leis n.º 5.545, de 4 de junho de 1943, n.º 6.273, de 14 de fevereiro de 1944, e n.º 6.896, de 23 de setembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituída uma junta especial, constituída de cinco membros designados pelo Presidente da República, com competência para resolver tôdas as questões de caráter geral ou individual suscitadas pela aplicação dos Decretos-leis n.º 5.545, de 4 de junho de 1943, n.º 6.273, de 14 de fevereiro de 1944, e n.º 6.896, de 23 de setembro de 1944.

Art. 2.º Incumbe ainda à junta especial de que trata o presente Decreto-lei propor ao Ministro da Educação e Saúde projetos de regulamento e de instruções referentes à matéria de que tratam os decretos-leis citados no artigo anterior, e bem assim as sugestões que julgue adequadas à rápida normalização da vida escolar dos antigos alunos dos estabelecimentos de ensino superior incluídos nos dispositivos dos mesmos decretos-leis.

Art. 3.º A junta especial de que tratam os artigos anteriores funcionará durante três meses. Se fôr necessário, poderão os seus trabalhos ser prorrogados pelo Ministro da Educação, até mais três meses no máximo.

Art. 4.º Aos membros da junta especial são assegurados os mesmos pagamentos a que têm direito os membros do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.402 — DE 21 DE MARÇO DE 1945

Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma da tabela anexa, as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Para atender à despesa com o disposto neste decreto-lei, no período de 1 de abril a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 167.400,00 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de abril de 1945.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
QUADRO PERMANENTE

172

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Bibliotecário</i>						<i>Bibliotecário</i>				
5	L	—	2		6	L	—	3	
9	K	—	4		10	K	—	5	
14	J	—	7		15	J	—	8	
20	I	—	—	13	21	I	—	1	16
48				13	13	52	Observações:			17	16

Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes superiores à inicial.
O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 52.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

<i>Bibliotecário-auxiliar</i>					<i>Bibliotecário-auxiliar</i>				
10	H	—	2	12	H	—	4
15	G	—	—	17	G	—	2
20	F	—	14	23	F	—	17
25	E	—	4	29	E	—	8
70				20	19	81			31
					<p>Observações:</p> <p>Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vãos das classes superiores à inicial.</p> <p>O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 81.</p>				

DECRETO-LEI N.º 7.403 — DE 21 DE MARÇO DE 1945

Altera a carreira de Conferente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, inclui na mesma carreira os cargos isolados de Conferente de Valores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Conferente, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e nela incluídos os 25 cargos isolados de provimento efetivo, padrão J, de Conferente de Valores, dos mesmos Quadro e Ministério.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro, de cujo saldo fica destacada a importância de Cr\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil cruzeiros), para fazer face à elevação de 45 cargos da classe E e 25 da classe F, à classe G.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
25	Conferente de Valores	J			Q. P.	10	Conferente	K		10	
10	Conferente	H			Q. P.	15	J	10		
16	Conferente	G			Q. P.	22	I		22	
25	Conferente	F			Q. P.	32	H		22	
45	Conferente	E			Q. P.	42	G			44
121						121	Observação:		10	54	44
							Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes H e I. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 121.				

DECRETO-LEI N.º 7.404 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre o Imposto de Consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte

LEI DO IMPÔSTO DE CONSUMO

Primeira Parte

NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O imposto de consumo incide sobre os seguintes produtos nacionais ou estrangeiros, discriminados nas Tabelas anexas :

TABELA "A"

- I — Aparelhos, Máquinas e Artefatos de Metais;
- II — Armas, Munições e Fogos de Artifício;
- III — Artefatos de Matérias de Origem Animal e Vegetal;
- IV — Brinquedos, Artigos de Esporte e Jogos;
- V — Cerâmica e Vidro;
- VI — Chapéus;
- VII — Cimento e Artefatos de Cimento, de Gesso e de Pedras Naturais e Artificiais;
- VIII — Eletricidade;
- IX — Escovas, Espanadores e Pincéis;
- X — Jóias, Obras de Ourives e Relógios;
- XI — Papel e seus Artefatos;
- XII — Produtos Alimentares Industrializados;
- XIII — Produtos Farmacêuticos e Medicinais;
- XIV — Tintas, Esmaltes, Vernizes e outras Matérias;
- XV — Velas.

TABELA "B"

- XVI — Calçados;
- XVII — Móveis.

TABELA "C"

- XVIII — Alcool;
- XIX — Bebidas;
- XX — Cartas de Jogar;
- XXI — Lâmpadas Elétricas;
- XXII — Vinagre.

TABELA "D"

- XXIII — Fósforos e Isqueiros;
- XXIV — Fumo;
- XXV — Gasolina, Querosene, Óleos e Carburato de Cálcio;
- XXVI — Guarda-chuvas;
- XXVII — Perfumaria e Artigos de Toucador;
- XXVIII — Sal;
- XXIX — Tecidos, Malharias e seus artefatos; Passamanarias, Cordoalhas e Linhas.

Art. 2.º O imposto é devido pelos contribuintes definidos nesta lei, antes da saída dos produtos das fábricas, estabelecimentos comerciais, Alfândegas e Mesas de Renda, devendo o seu valor ser incorporado ao dos produtos e cobrado do consumidor, de acordo com as disposições que se seguem.

Art. 3.º As Observações e as Notas constantes das Tabelas A, B, C e D, anexas, e de suas alíneas regem os processos de cálculo, pagamento ou recolhimento do imposto, as obrigações de produtores, importadores e comerciantes e as penalidades. As Recebedorias, Alfândegas, Mesas de Renda, Coletorias e Postos Arrecadores cumpre vender as fórmulas necessárias e receber o imposto arrecadado por aqueles que estiverem a isto obrigados.

Art. 4.º Sempre que um mesmo produto estiver compreendido em mais de uma alínea das Tabelas desta lei e esta circunstância não decorra da matéria de que fôr composto, sua incidência será a da alínea em que estiver nominalmente indicado.

Art. 5.º Quando um produto não estiver nominalmente citado nas alíneas e se compuser de mais de uma matéria prima, o imposto devido será o que incidir sobre a matéria de tributação mais elevada; se o imposto fôr igual para tôdas as matérias, considerar-se-á o produto como sendo da matéria para a qual se tenha registrado o fabricante.

Art. 6.º O produto *transformado* fora da fábrica produtora ficará sujeito ao imposto integral correspondente à nova classificação; e o *beneficiado*, uma vez feita a prova de pagamento do imposto originário, ficará sujeito somente à diferença entre o imposto já pago e aquele que fôr devido em virtude do beneficiamento, obedecidas as normas e restrições estabelecidas nas Tabelas desta lei.

Art. 7.º Entende-se por *transformação* a operação de que resulte uma nova classificação fiscal para o produto, isto é, o deslocamento do produto de uma para outra das alíneas enumeradas nas Tabelas; e por *beneficiamento* a operação que, não modificando essa classificação, o sujeitar a imposto mais elevado; sendo considerados fabricantes, para todos os efeitos legais, os que operarem *transformação* ou *beneficiamento*.

Parágrafo único. Não constitui beneficiamento a simples moagem do café e refinamento do açúcar, desde que tais operações sejam realizadas por firmas diferentes e fora das fábricas produtoras.

CAPÍTULO II

DAS ISENÇÕES

Art. 8.º Além das isenções especiais consignadas nas alíneas das Tabelas anexas, são ainda isentos de imposto:

1.º, os objetos importados diretamente pelas mesas administrativas dos estabelecimentos de caridade e de assistência hospitalar, quando se destinarem ao uso e tratamento gratuito dos assistidos, bem como os produzidos e impor-

tados pela "Fundação Rockefeller", para seu uso, de acôrdo com o art. 2.º do Decreto n.º 24.171, de 25 de abril de 1934;

2.º, os artigos fabricados em estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais, quando não se destinarem a fornecimento ao comércio ou a particulares;

3.º, os produtos dos estabelecimentos particulares de ensino ou de caridade, quando para fornecimento gratuito aos alunos ou assistidos;

4.º, os artigos que a fábrica produzir e aplicar, no próprio estabelecimento, para composição ou manufatura de seus produtos;

5.º, as amostras de diminuto ou nenhum valor comercial, assim se considerando os fragmentos ou parte de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza, espécie e qualidade, para distribuição gratuita, desde que tragam em caracteres bem visíveis declarações nesse sentido, atendidas as restrições desta lei;

6.º, os produtos exportados para o estrangeiro, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Para regular o serviço de exportação de mercadorias isentas de imposto para o estrangeiro, fica o Ministro da Fazenda autorizado a baixar as necessárias instruções e dispor sôbre as penalidades aplicáveis, guardando o limite prescrito neste capítulo.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que deixarem de cumprir as instruções a que se refere o inciso 6.º, desde que não ocorra falta de pagamento de imposto;

b) importância igual ao valor do imposto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de fazer prova, dentro do prazo estatuído, da entrada da mercadoria exportada em território estrangeiro ou da saída do território nacional, ou que não derem baixa nos termos que para tal fim assinares.

CAPÍTULO III

DA "PATENTE DE REGISTRO"

Sua cobrança e fiscalização

Art. 9.º Além do imposto de consumo de que tratam as alíneas das Tabelas desta lei, serão cobrados, para fim de contrôlê, emolumentos de "Patente de Registro" dos fabricantes e comerciantes.

Art. 10. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá fabricar, beneficiar, transformar, vender, expor à venda ou ter em depósito para êsses fins produto sujeito ao imposto de consumo, sem se achar habilitada com a "Patente de Registro", salvo os casos especiais previstos nesta lei.

Art. 11. Constitui a "Patente de Registro" um certificado expedido pela repartição arrecadadora local, mediante pagamento dos respectivos emolumentos, ou gratuitamente.

Art. 12. São obrigados a habilitar-se com a "Patente de Registro":

a) os fabricantes;

b) os comerciantes, inclusive os comerciantes por grosso de fumo em corda, fôlha, ou pasta, de origem nacional, os de artefatos de papel, de tecidos e os mercadores ambulantes;

- c) os escritórios comerciais, representantes, agentes, ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes;
- d) os depósitos fechados.

Art. 13. Os fabricantes e comerciantes, que também tiverem venda ambulante, pagarão pelo comércio ambulante, embora feito por grosso, os emolumentos do art. 44, letra c, inciso I.

Art. 14. As salinas em que a evaporação ao sol e ao vento fôr o único processo industrial e os engenhos de açúcar, cuja produção não exceder a 10.000 quilogramas anuais, pagarão os emolumentos do art. 44, letra a, inciso I.

Parágrafo único. Quando a produção fôr superior a 10.000 quilogramas até 100.000 anuais, as salinas e engenhos pagarão os emolumentos de acôrdo com o art. 44, letra a, inciso II e, se ultrapassarem de 100.000 quilogramas, pagarão os emolumentos do inciso III da mesma letra.

Art. 15. Os lavradores que produzirem até 10.000 litros anuais de vinho, grapa, álcool, aguardente de cana ou de mandioca pagarão os emolumentos do art. 44, letra a, inciso I; quando produzirem mais de 10.000 litros até 100.000, pagarão os emolumentos do inciso II da mesma letra, ficando sujeitos aos emolumentos do inciso III, quando produzirem mais de 100.000 litros.

Parágrafo único. Servirá de base para o cálculo da produção a média dos três anos anteriores, ou, quando se tratar de indústria nova, o confronto com a produção de estabelecimentos semelhantes.

Art. 16. Os fabricantes de vinhos compostos, a que se refere o Decreto n.º 22.480, de 20 de fevereiro de 1933, deverão requerer os favores dessa lei ao Diretor das Rendas Internas, e, da "Patente de Registro" para tal fim fornecida pela repartição arrecadadora competente, deverá constar o número da ordem de concessão.

Art. 17. A "Patente de Registro" de fabricante dá direito somente à venda de seus produtos na própria fábrica, e é exigível, para efeito de controle, dos que fabricarem artefatos das alíneas XI e XXIX, com produtos adquiridos de terceiros, não sendo, entretanto, obrigados às demais exigências desta Lei.

§ 1.º No cálculo para cobrança de emolumento de registro de fábrica de mais de um produto, servida por aparelho ou força motora, serão computados os aparelhos ou a força empregados na produção de mercadorias tributadas, calculada esta pela média dos três últimos anos, em confronto com o número de operários capazes de igual produção. Nas fábricas de mais de uma espécie tributada, o cálculo será relativo aos aparelhos, força ou operários empregados em cada espécie.

§ 2.º No número dos operários serão computados os que trabalharem fora do estabelecimento e que forem portadores da caderneta de que trata esta lei.

Art. 18. Os escritórios comerciais, representantes, agentes ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes, e os mercadores ambulantes, que mantenham estoque de mercadoria, são considerados comerciantes, sujeitos aos emolumentos da "Patente de Registro", atendida a categoria do comércio que exerçam.

Art. 19. Os escritórios comerciais, representantes, agentes ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes, que negociem por meio de amostras ou encomendas, além das "Patentes de Registro" a que eventualmente estejam sujeitos, ficam obrigados a habilitar-se com a "Patente de Registro" para aquelas atividades, pagando os emolumentos de acôrdo com o art. 44, letra c, obedecido o seu capital.

Parágrafo único. Os construtores ficarão sujeitos aos emolumentos previstos no art. 44, letra c, embora mantenham depósitos de materiais para em-

pregar nas construções, ficando tais depósitos sujeitos à "Patente" de que trata o art. 21.

Art. 20. Os emolumentos da "Patente de Registro" a que estão sujeitos os tintureiros que receberem tecidos para alvejar, tingir, estampar, acabar ou para, de qualquer outro modo, beneficiar, são os do artigo 44, letra a.

Art. 21. Os depósitos fechados de fabricantes ou comerciantes ficam sujeitos aos emolumentos da "Patente de Registro" de acordo com o art. 44, letra c, inciso I.

Art. 22. Os comerciantes por grosso de uma ou mais espécies tributadas, que também negociarem a varejo com outra ou outras espécies, pagarão sobre o comércio a varejo emolumentos correspondentes às espécies excedentes das de comércio por grosso, respeitada a ordem de incidência e a categoria do comércio, isto é, os comerciantes de uma só espécie por grosso e outras a varejo pagarão, por aquela, conforme o capital, os emolumentos constantes de art. 44, letra b e seus incisos, e pelas demais a varejo, os da letra c, a partir da segunda espécie; os de duas espécies por grosso e outras a varejo, os emolumentos da letra b e seus incisos, também conforme o capital, e pelas demais a varejo, os da letra c, a partir da terceira espécie; e assim sucessivamente. Da mesma forma proceder-se-á em relação aos fabricantes.

§ 1.º O comerciante que, depois de registrado, modificar o seu comércio de varejista para grossista em uma ou mais espécies, pagará os emolumentos calculados como se se tratasse de registro inicial, de acordo com a sua nova situação, deduzidos do total os emolumentos anteriormente pagos.

§ 2.º As firmas, sociedades ou companhias comerciais autorizadas a funcionar no Brasil, desde que não tenham capital registrado no país, pagarão os emolumentos da "Patente de Registro" de acordo com as incidências máximas da classe respectiva.

Art. 23. As empresas ou firmas comerciais que mantiverem mais de um estabelecimento, seja filial, agência, sucursal ou simples posto de venda, para os quais o contrato social ou os estatutos não tenham fixado cota de capital, poderão atribuir aos referidos estabelecimentos, para efeito do pagamento da "Patente de Registro", um determinado capital, que servirá de base à cobrança dos respectivos emolumentos.

Art. 24. São obrigados à "Patente de Registro" gratuita:

a) os estabelecimentos particulares de educação que fabricarem artigos para a venda aos próprios alunos;

b) os asilos e casas de caridade ou de assistência, particulares, que fabricarem produtos para comércio.

Art. 25. Não será concedida "Patente de Registro" para fabrico dos produtos das alíneas III, inciso 2, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIV, XXVI, XXVII e XXIX aos estabelecimentos cuja seção de venda a varejo tenha qualquer comunicação interna com a seção de fabricação.

Art. 26. O prazo para pagamento da "Patente de Registro" ou obtenção de "Patente de Registro" gratuita será:

a) antes de iniciado o comércio ou fabrico — para os que pretenderem comerciar ou fabricar produtos tributados pagando o emolumento integral, qualquer que seja a época do início do comércio ou fabrico;

b) de 2 de janeiro a 31 de março — para os que tiverem de renovar as respectivas "Patentes de Registro", desde que tenham solicitado a renovação até o último dia útil de fevereiro de cada ano, pagando o emolumento integral, de acordo com o do ano anterior, se, antes de vencido aquele prazo, terminarem

o comércio ou o fabrico; os contribuintes que não tenham pago os emolumentos da "Patente de Registro" até 28 de fevereiro, deverão pagá-los, de acordo com a letra inicial de sua firma, dentro dos seguintes períodos: de 1 a 5 ou de 16 a 20 de março, os de letras "A" a "H"; de 6 a 10 ou de 21 a 25 de março, os de letras "I" a "O"; de 11 a 15 ou de 26 a 31 de março, os de letras "P" a "Z"; as repartições arrecadadoras locais ficam obrigadas a fornecer aos comerciantes as guias de pedido de registro, inteiramente processadas, três dias antes de expirar o primeiro período para pagamento; nas Recebedorias Federais, os respectivos Diretores, dentro dos prazos citados, organizarão as instruções necessárias à regularização do pagamento das "Patentes";

c) antes da alteração ou da adição — para os que alterarem a categoria ou a classificação do comércio ou fabrico, de modo a torná-lo sujeito a emolumento maior, ou adicionarem ao comércio ou fabrico espécie ainda não registrada, salvo quando se tratar de modificação do capital social, caso em que a diferença de emolumento da "Patente de Registro" será paga dentro de 60 dias da data da referida modificação.

Art. 27. Para obter a "Patente de Registro", os interessados apresentarão à estação fiscal competente uma guia, organizada em duas vias, conforme modelo 1, na qual declararão o número da "Patente de Registro" anterior, se se tratar de casa já estabelecida, declarando sempre o capital registrado e, pelos títulos constantes do art. 1.º, os produtos de seu comércio ou fabrico, devendo os mercadores ambulantes mencionar também o número da caixa, chapa, ou veículo, e os fabricantes o número de operários, aparelhos e máquinas, ou a quantidade em quilos ou litros quando fôr o caso, bem como a força motora e a sua natureza.

§ 1.º Não será concedida "Patente de Registro" para fabrico a quem não tiver instalação suficiente e adequada aos fins da fabricação.

§ 2.º Com a guia de que trata este artigo, será apresentada a patente do ano anterior, quando se tratar de renovação.

§ 3.º Para a obtenção da "Patente de Registro" de estabelecimento novo, os interessados deverão exibir ao encarregado do respectivo serviço a prova de constituição legal, se se tratar de sociedade comercial de qualquer espécie, ou a carteira de identidade, se se tratar de firma individual.

§ 4.º Para fábricas de fumo e bebidas, além das demais exigências deste artigo, somente será concedida "Patente de Registro" mediante prova de propriedade de toda a instalação fabril; para o fabrico de bebidas será exigida, ainda, mediante declaração na guia respectiva, a indicação da quantidade e capacidade dos depósitos ou declaração de não existência destes, sendo esta última exigência extensiva aos comerciantes de bebidas por grosso.

Art. 28. Quando se tratar de contribuinte que não tenha capital registrado ou contrato social que permita a sua verificação e sobrevenha dúvida em torno do que fôr indicado na guia de pedido de "Patente de Registro", considerar-se-á o seu capital como sendo correspondente a 40% do volume de vendas durante o ano civil anterior. Em se tratando de contribuinte novo, os emolumentos serão calculados de acordo com o art. 44, letras b ou c, inciso I, conforme a sua categoria de comércio.

Art. 29. Na guia para obtenção da "Patente de Registro", o agente fiscal da circunscrição ou da seção própria indicará a importância a ser cobrada, discriminando os produtos e respectivos emolumentos.

§ 1.º Preenchida essa exigência, a "Patente de Registro" será concedida sem mais formalidades, fornecendo-se o certificado de acordo com o modelo 2, o qual mencionará especificada e minuciosamente, pelos títulos referidos no art. 1.º, os produtos para os quais foi concedido o registro pago ou gratuito,

bem como o capital, quando comerciante, o número de operários e força motriz total, a produção em litros ou quilos, quando fabricante, e o número do veículo, caixa ou chapa, do mercador ambulante.

§ 2.º Quando houver dúvida sobre a concessão da "Patente de Registro", a guia, depois de informada e processada convenientemente, será submetida ao chefe da repartição.

Art. 30. A "Patente de Registro" para o comércio por grosso só será concedida a quem vender por atacado. Para fins desta lei, considera-se atacadista o negociante que, habitualmente, vender por atacado ou a revendedor.

Art. 31. Os comerciantes e fabricantes, que tiverem venda ambulante ou em feiras, são obrigados a tantas "Patentes de Registro" quantas forem as pessoas ou veículos empregados nessa venda, e a "Patente de Registro" expedida para esse fim, assim como a que fôr expedida para comerciante ambulante, só será válida na zona fiscal da repartição que a houver concedido, salvo quando no mesmo município houver mais de uma repartição arrecadadora.

Parágrafo único. Os comerciantes e fabricantes, nos casos deste artigo, são obrigados a mencionar no verso da "Patente de Registro" o nome por extenso do encarregado da venda ou o número do veículo.

Art. 32. Os contribuintes que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, isto é, que estiverem condenados por decisão passada em julgado, assim como os responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido os seus compromissos no prazo legal, não poderão obter, renovar, ou transferir para outrem a sua "Patente de Registro", nem alterar a firma concessionária do mesmo, sem prévio pagamento ou depósito da multa e do imposto devido na repartição arrecadadora competente. Também não será fornecida "Patente de Registro" a firma nova de que faça parte sócio cotista gerente, sócio solidário, ou diretor gerente, de sociedade anônima, ou sócios gerentes ou diretores de comandita por ações, que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, nos termos deste artigo.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, as repartições que tiverem aplicado multa a contribuintes estabelecidos em zona fora de sua jurisdição enviarão diretamente, até 31 de dezembro, a relação desses contribuintes à respectiva repartição.

§ 2.º As repartições arrecadadoras deverão ter fichário de todos os contribuintes multados por infração desta lei ou devedores à Fazenda Pública, com indicação do número do processo, nome e localização do contribuinte, dispositivos infringidos, importância da multa imposta, data do seu pagamento ou depósito, ou data e número da certidão de dívida.

§ 3.º Nas fichas serão anotadas as alterações decorrentes dos julgados proferidos pelas instâncias superiores.

Art. 33. O comprador é responsável pelas dívidas do vendedor, exceto se houver adquirido o estabelecimento em hasta pública.

Art. 34. As transferências de "Patente de Registro" por aquisição de estabelecimento ou alteração de firma deverão ser requeridas pelos novos proprietários à estação fiscal competente, no prazo de 30 dias, instruído o pedido com a "Patente de Registro" da antiga firma e os documentos justificativos da transferência.

Parágrafo único. Quando não fôr anexada a "Patente de Registro" ou sua certidão, o agente fiscal da seção poderá notificar o contribuinte para a extração em nome da nova firma.

Art. 35. A transferência ou alteração de firma que houver sido autuada por infração de regulamentos fiscais será autorizada mediante petição do novo

proprietário, na qual se declare responsável por qualquer processo ou débito do antecessor, podendo o chefe da repartição exigir garantia idônea que reforce essa responsabilidade.

Art. 36. A mudança de local de fabricante ou de comerciante ou de número de chapa, caixa, ou veículo, de seus mercadores ambulantes, deverá ser comunicada à repartição arrecadadora competente, dentro de 30 dias, em requerimento acompanhado da respectiva "Patente de Registro" ou sua certidão, e só aproveitará, para validade da mesma "Patente de Registro", em qualquer ponto do país para onde se verificar a mudança, quando esta se der com tôdas as mercadorias e utensílios.

Parágrafo único. No caso de mudança para localidade fora de jurisdição da repartição arrecadadora, deverá o interessado solicitar guia de transferência, conforme modelo 3.

Art. 37. As transferências de firmas, as mudanças de local, as alterações de número de caixa, chapa, ou veículo, depois de autorizadas, serão averbadas em todos os efeitos fiscaes, inclusive os de que cogitam as leis ns. 22.061, de 9 de novembro de 1932, 187, de 15 de janeiro de 1936 e Decreto-lei n.º 915, de 1938, na própria repartição arrecadadora, por funcionário para tal fim designado.

Art. 38. A "Patente de Registro" ficará sem efeito:

- a) quando não tiver sido pedida em nome do verdadeiro proprietário do estabelecimento;
- b) quando tiver sido obtida em desacôrdo com os arts. 14 e parágrafo único, 15 e parágrafo único, 25 e 27 e seus parágrafos;
- c) quando o estabelecimento houver adquirido em leilão ou hasta pública;
- d) quando dela não constar a exigência do art. 31, parágrafo único, ou fôr encontrada em poder de pessoa diferente da mencionada no verso da "Patente de Registro";
- e) quando ficar apurado que faz parte da firma concessionária da "Patente de Registro" sócio cotista gerente, sócio solidário, diretor-gerente de sociedade anônima, sócio-gerente de sociedade anônima, sócio-gerente ou diretor de comandita por ações, devedor à Fazenda Nacional de qualquer imposto ou multa;
- f) quando, de qualquer outro modo, houver sido obtida indevidamente.

Art. 39. O contribuinte que houver pago "Patente de Registro" de classe superior à do seu comércio ou fabrico, por erro seu ou exigência da repartição, não gozará das vantagens inerentes à mesma "Patente de Registro" e poderá requerer restituição do excesso de emolumento.

Art. 40. É contravenção registrar fábrica inexistente ou em nome de empresa ou firma fictícia.

Art. 41. As "Patentes de Registro" ou suas certidões serão exibidas aos agentes fiscaes, sempre que reclamadas, para o que deverão ser conservadas em um quadro ou em lugar que permita exibição imediata por quem estiver à testa do negócio.

Art. 42. O mercador ambulante encontrado sem a respectiva "Patente de Registro" será imediatamente notificado para pagamento dos emolumentos devidos, no prazo de oito dias, efetuando-se ao mesmo tempo a apreensão das mercadorias em seu poder, as quais só serão restituídas mediante exibição da "Patente" e da prova do pagamento da multa respectiva.

Parágrafo único. Se, esgotado o prazo, não fôr satisfeito o pagamento dos emolumentos devidos e da multa, a repartição providenciará sobre a venda em leilão das mercadorias apreendidas.

Art. 43. As estações arrecadadoras incumbidas da concessão do registro terão um livro, no qual farão o cadastro geral dos estabelecimentos e pessoas registrados, averbando, quando se tornar mister, as alterações ocorridas.

Art. 44. Os emolumentos de registro obedecem à seguinte tabela:

a) *FABRICAS* — de acôrdo com o número de operários, aparelhos ou fôrça motora equivalente, calculando-se cada cavalo (H.P.) como equivalente a três operários :

I	
Até 3 operários,	Cr\$
Em uma só espécie tributada	50,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	5,00
II	
De mais de 3 operários até 6,	
Em uma só espécie tributada	100,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	10,00
III	
De mais de 6 operários até 12,	
Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00
IV	
De mais de 12 operários até 25,	
Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00
V	
De mais de 25 operários até 50,	
Em uma só espécie tributada	800,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	80,00
VI	
De mais de 50 operários até 100,	
Em uma só espécie tributada	1.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	150,00
VII	
De mais de 100 operários até 200,	
Em uma só espécie tributada	2.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	200,00
VIII	
De mais de 200 operários até 500,	
Em uma só espécie tributada	3.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	300,00

IX

De mais de 500 operários até 1.000,

Em uma só espécie tributada	3.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	350,00

X

De mais de 1.000 operários até 2.000,

Em uma só espécie tributada	4.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	450,00

XI

De mais de 2.000 operários,

Em uma só espécie tributada	5.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	500,00

b) COMÉRCIO POR GROSSO

I

Com capital até Cr\$ 10.000,00,

Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00

II

Com o capital superior a Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 50.000,00,

Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00

III

Com o capital superior a Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 200.000,00,

Em uma só espécie tributada	600,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	60,00

IV

Com capital superior a Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 500.000,00,

Em uma só espécie tributada	800,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	80,00

V

Com capital superior a Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00,

Em uma só espécie tributada	1.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	100,00

VI

Com capital superior a Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	1.200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	120,00

VII

Com capital superior a Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	2.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	200,00

c) COMÉRCIO A VAREJO

I

Com capital até Cr\$ 10.000,00,	
Em uma só espécie tributada	100,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	10,00

II

Com o capital superior a Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 50.000,00,	
Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00

III

Com o capital superior a Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 200.000,00,	
Em uma só espécie tributada	300,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	30,00

IV

Com capital superior a Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 500.000,00,	
Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00

V

Com capital superior a Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	50,00

VI

Com capital superior a Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	600,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	60,00

VII

Com capital superior a Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	1.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	100,00

Parágrafo único. Para fins estatísticos, os estabelecimentos compreendidos nos incisos I e II da letra a deste artigo são considerados "Oficina", devendo como tal ser extraída a "Patente de Registro".

Art. 45. São dispensados da "Patente de Registro":

a) as fábricas, usinas, oficinas e outros estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais; as escolas de educação profissional, asilos e recolhimentos de menores e estabelecimentos semelhantes, nos quais se fabriquem artigos sujeitos ao imposto de consumo, como meio de aprendizagem ou para consumo exclusivo nos mesmos estabelecimentos;

b) os armazéns, farmácias e dispensários de instituições de caridade, desde que funcionem nos respectivos estabelecimentos e se destinem à distribuição gratuita de produtos tributados aos seus assistidos;

c) os botequins, restaurantes e outros estabelecimentos de instalação e funcionamento provisório, durante festas públicas, tais como: romarias, manobras e paradas militares, excursões turísticas ou desportivas e semelhantes;

d) os caixeiros viajantes, praticistas e empregados de estabelecimentos registrados, incumbidos de agenciamento e venda por meio de amostras, com caráter itinerante e sem instalação;

e) os estabelecimentos e os profissionais que tiverem produtos destinados exclusivamente aos misteres de sua atividade;

f) os estabelecimentos industriais que fabricarem, adquirirem, ou tiverem em depósito, artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprêgo, como matéria prima ou secundária, ou para seu uso, na composição de outros artigos de sua própria indústria, tributados ou não;

g) as empresas fornecedoras de eletricidade que tiverem contrato com os poderes públicos para a execução de seus serviços.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 10,00 — os que solicitarem ou obtiverem a "Patente de Registro" grátis ou requererem a sua transferência fora dos prazos estabelecidos nos artigos 26, 34 e 36;

b) 30% da importância dos emolumentos devidos — os que solicitarem ou pagarem a "Patente de Registro" depois dos prazos estabelecidos no art. 26 ou os que requererem a transferência fora dos prazos indicados nos arts. 34 e 36;

c) importância igual aos emolumentos devidos, não inferior a Cr\$ 150,00 — os que forem notificados para registrar o seu estabelecimento ou para pagar a diferença de emolumentos da "Patente de Registro" de seu comércio ou fabrico;

d) Cr\$ 150,00 a Cr\$ 300,00 — os que infringirem o disposto no parágrafo único do art. 31 e no art. 41;

e) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 40.

CAPÍTULO IV

DAS ESTAMPILHAS E SUA VENDA

Art. 46. As estampilhas serão de duas côres:

a) verde — para os produtos nacionais;

b) encarnada — para os produtos estrangeiros.

Art. 47. As estampilhas terão a declaração genérica — *imposto de consumo* — e serão aplicadas aos produtos de acordo com a procedência, obedecendo aos seguintes formatos:

a) cintas especiais — para charutos nacionais;

- b) cintas comuns — para bebidas, álcool e vinagre;
- c) retangulares especiais — para maços, pacotes, caixas e carteiras de cigarros e cigarrilhas;
- d) retangulares comuns — para os demais produtos.

Art. 48. As estampilhas serão feitas na Casa da Moeda, onde ficarão depositadas.

Art. 49. A Diretoria das Rendas Internas superintenderá o serviço de fornecimento de estampilhas, e indicará os valores para aprovação do Diretor Geral da Fazenda Nacional, depois de preparados os desenhos pela Casa da Moeda.

Parágrafo único. A mesma Diretoria poderá determinar o fornecimento a qualquer repartição dos Estados e autorizar a requisição direta das estampilhas, quando se tornar necessário ao serviço da arrecadação do imposto.

Art. 50. A Casa da Moeda organizará álbuns contendo espécimes de tôdas as fórmulas em circulação, cabendo à Diretoria das Rendas Internas distribuí-los às repartições interessadas na arrecadação.

Art. 51. Ao Diretor Geral da Fazenda Nacional compete expedir circular divulgando o formato e côr das estampilhas, bem como sua emissão e recolhimento.

Art. 52. Para cobrança do imposto, as estampilhas serão vendidas:

- a) na Capital Federal, pela Recebedoria do Distrito Federal e pela Alfândega do Rio de Janeiro;
- b) nos Estados e Territórios, pelas repartições arrecadadoras, nas respectivas zonas.

Art. 53. As repartições encarregadas da venda e suprimento das estampilhas requisitarão o fornecimento necessário:

- a) as Recebedorias Federais, as Alfândegas do Rio de Janeiro e de Santos e as Delegacias Fiscais — à Casa da Moeda;
- b) as estações arrecadadoras dos Estados e dos Territórios — às respectivas Delegacias Fiscais, exceto as Mesas de Renda alfandegadas que serão supridas por intermédio das repartições a que se subordinarem, ou por onde determinar, em casos excepcionais, a Diretoria das Rendas Internas.

Art. 54. As estampilhas serão vendidas mediante guia (modelos 4 e 5) :

- a) aos fabricantes, aos comerciantes importadores e aos que tiverem a faculdade de receber produtos com o imposto a pagar — com a apresentação da "Patente de Registro";
- b) aos estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais e aos leiloeiros — em face de requisição;
- c) para os produtos apreendidos, adquiridos em hasta pública, havidos de inventário ou falência, ou para suprir qualquer falta devidamente justificada — mediante requerimento.

Parágrafo único. As repartições arrecadadoras competentes, nos casos de apreensão de mercadorias estrangeiras sem o pagamento do devido imposto, requisitarão às Alfândegas ou Delegacias Fiscais as estampilhas próprias.

Art. 55. A aquisição de estampilhas obedecerá aos seguintes limites:

- a) pelos importadores — importância correspondente à quantidade e qualidade de fato verificadas na conferência dos artigos submetidos a despacho, ou importância necessária de acôrdo com o preço a ser marcado para venda no varejo, quando se tratar de importador de perfumarias e artigos de toucador;

- b) pelos fabricantes — importância nunca inferior a Cr\$ 50,00;
- c) pelos estabelecimentos públicos — qualquer importância;
- d) para os demais casos previstos neste regulamento — importância necessária.

Art. 56. As guias para aquisição de estampilhas serão organizadas em 3 vias: a primeira acompanhará o processo de despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda, ou ficará arquivada nas repartições quando se tratar de produtos nacionais; a segunda constituirá documento de receita; a terceira será entregue ao contribuinte.

Art. 57. Terminada nas Alfândegas e Mesas de Renda a conferência das mercadorias submetidas a despacho, a guia será visada se estiver exata, ou nela se anotará, bem como na nota de despacho, a diferença verificada.

Art. 58. O imposto referente a mercadorias importadas por particulares, para seu consumo, e industriais, para emprêgo em suas indústrias, será recolhido por meio de guia.

Art. 59. Os retalhos dos pacotes de fumo selados, que acompanharem as guias de aquisição de estampilhas para cigarros e cigarrilhas, serão inutilizados com a data, por meio de carimbo da repartição, e acompanharão os balanços mensais remetidos às Delegacias Fiscais, e, após a necessária conferência, serão destruídos, lavrando-se termo que ficará anexado ao balanço.

§ 1.º Os retalhos recebidos pelas Recebedorias Federais serão destruídos nessas repartições.

§ 2.º Nos “Caixas” de estampilhas far-se-á histórico circunstanciado dos retalhos selados que tenham sido recebidos, discriminando-se quantidade, estampilhas nêles apostas e total da importância que lhes fôr equivalente.

Art. 60. A repartição, ao vender estampilhas a contribuinte que receba produto com o imposto a pagar, fará o confronto da nota de remessas apresentada pelo comprador com a que houver recebido da repartição de procedência.

§ 1.º Quando, por qualquer motivo, o comprador não apresentar a nota de que trata este artigo, a venda das estampilhas será feita de acôrdo com a mercadoria descrita na nota ou telegrama recebido pela repartição.

§ 2.º Na ausência de nota ou telegrama, as estampilhas serão fornecidas após verificação fiscal dos produtos recebidos.

Art. 61. Quando as estampilhas que acompanharem os produtos não corresponderem ao imposto dos novos volumes em que tiverem de ser expostos à venda, poderão ser trocadas na repartição local pelos comerciantes, por ocasião da transferência dos volumes. Os que receberem produtos já estampilhados poderão adquirir novas fórmulas mediante requerimento.

§ 1.º O pedido das estampilhas será formulado nas guias próprias, onde o interessado mencionará a quantidade, espécie, valor unitário e total das estampilhas que der em troca, bem como as características de que se acharem revestidas em virtude da inutilização, fazendo-as acompanhar da “nota fiscal” do vendedor, a qual será restituída uma vez verificada a exatidão das declarações.

§ 2.º O chefe da repartição fará examinar se os volumes correspondem às declarações da “nota” e às estampilhas apresentadas.

§ 3.º As estampilhas recebidas em troca serão inutilizadas na forma desta lei.

Art. 62. Não serão vendidas estampilhas:

- a) às firmas devedoras de impostos, taxas e multas que não os tiverem pago ou depositado na repartição fiscal competente, uma vez esgotados os prazos regulamentares;

b) aos responsáveis ou fiadores que, devidamente intimados, não houverem solvido no prazo legal os seus compromissos com a Fazenda.

Art. 63. Só serão vendidas estampilhas que correspondam — na côr, formato, valor e espécie — aos produtos a estampilhar.

Art. 64. Ninguém poderá vender, trocar, ou ceder, por qualquer forma, as estampilhas adquiridas, salvo quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento comercial ou industrial.

Art. 65. Não é permitida a compra, venda ou troca de estampilhas senão nos casos previstos nesta lei, perdendo os possuidores, independentemente da multa que couber, o direito àquelas cuja procedência legal não fôr justificada.

Art. 66. Nenhum comerciante poderá ter estampilhas em quantidade excedente de 5% à necessária ao estampilhamento das mercadorias existentes em seus estabelecimentos, sob pena de serem apreendidas as excedentes.

§ 1.º Constitui contravenção a posse de estampilhas que pertenceram a produtos já consumidos, bem como a de estampilhas extraídas de produtos consumidos ou não.

§ 2.º Constitui também contravenção, independentemente da ação criminal que no caso couber: vender, comprar, empregar ou possuir, sôltas ou applicadas, estampilhas falsas.

Art. 67. As estampilhas recebidas com a mercadoria que tenha sido empregada na confecção ou preparo dos produtos serão recolhidas mensalmente, mediante guia, à repartição arrecadadora local, até o décimo dia útil do mês subsequente, mencionando-se no livro fiscal o seu recebimento e recolhimento, a entrada da mercadoria e a quantidade empregada na indústria.

Parágrafo único. As estampilhas recolhidas pelos contribuintes serão incineradas nas Delegacias Fiscais e Recebedorias, mediante as cautelas necessárias.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 66;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 66, § 1.º;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 64, 65 e 66, § 2.º;
- d) importância igual ao valor das estampilhas, não inferior a Cr\$ 500,00 — os que infringirem o disposto no art. 67.

CAPÍTULO V

DO ESTAMPILHAMENTO E PAGAMENTO DO IMPÔSTO

Art. 68. Compete o estampilhamento dos produtos estrangeiros:

a) aos comerciantes retalhistas, quando tiverem de iniciar a venda a retalho ou quando venderem em volumes intatos os produtos que receberam acompanhados de estampilhas; obedecido, quanto aos produtos sujeitos ao impôsto de acôrdo com o preço no varejo, o que estabelecem as alíneas respectivas;

b) aos importadores atacadistas e comerciantes grossistas, por ocasião da venda, quando o comprador fôr particular, ambulante, ou contribuinte não registrado para o comércio do produto, quando venderem a mercadoria a retalho, ou quando a expuserem como amostra ou à venda; obedecido, quanto aos produtos sujeitos ao impôsto de acôrdo com o preço no varejo, o que estabelecem as alíneas respectivas;

c) aos donos ou seus representantes legais, por ocasião do recebimento, quando se tratar de mercadoria apreendida.

Art. 69. Aos leiloeiros cumpre estampilhar os produtos por ocasião de sua entrega, quando vendidos a particular ou a comerciante não devidamente registrado; ou cobrar e recolher o imposto à repartição arrecadadora local, por meio de guia, dentro de cinco dias contados da realização do leilão, quando se tratar de "jóias, obras de ourives e relógios" ou de outros produtos não sujeitos à selagem direta que procederem de estabelecimentos fabris sem prova de pagamento do imposto.

Parágrafo único. Os leiloeiros deverão examinar se a mercadoria que recebem para leilão procede de fabricante, comerciante ou particular, zelando pelo pagamento do imposto, sob pena de responsabilidade.

Art. 70. As amostras que não gozarem de isenção, conduzidas por caixeiros viajantes ou empregados de estabelecimentos registrados, deverão estar estampilhadas ou acompanhadas de prova de pagamento do imposto.

Art. 71. As amostras a que se refere o artigo anterior deverão, quando em poder de representantes de estabelecimentos comerciais ou fabris, ser acompanhadas de notas ou faturas discriminativas.

Art. 72. As estampilhas serão aplicadas de acôrdo com o disposto nas notas às alíneas das Tabelas anexas, permitido nos sabões e sabonetes em barra, pão, ou fôrma, e em qualquer outro produto que não traga o invólucro, o estampilhamento em fôlha ou fita de papel, desde que a falta de aderência ou ações químicas prejudiquem a selagem ou a estampilha.

Art. 73. Para complemento do imposto poderá ser empregada mais de uma estampilha da mesma espécie, não sendo computadas as que se acharem sotopostas, com o valor encoberto.

Parágrafo único. Não se compreendem na disposição dêste artigo os volumes contendo mais de uma vintena de cigarros ou cigarilhas, nos quais só serão aplicadas estampilhas dos valores correspondentes ao preço de venda de cada vintena.

Art. 74. Consideram-se não estampilhados os produtos a que forem aplicadas fórmulas:

- a) destinadas a produtos nacionais, quando se tratar de produtos estrangeiros e vice-versa;
- b) especiais destinadas a outro produto;
- c) comuns, quando houver fórmulas especiais para o estampilhamento;
- d) de formato diverso do destinado ao estampilhamento;
- e) não inutilizadas ou não marcadas de acôrdo com esta lei;
- f) que não estiverem em circulação;
- g) que tiverem emendas, rasuras, ou borrões;
- h) que estiverem em desacordo com as prescrições dêste capítulo.

Parágrafo único. Consideram-se também sem efeito legal as estampilhas que acompanharem os produtos nos casos dêste artigo.

Art. 75. Constitui contravenção o emprêgo de estampilha já usada, bem como a venda ou exposição à venda de mercadorias assim estampilhadas.

Parágrafo único. Provada a boa-fé do expositor, a responsabilidade recairá apenas sobre o vendedor.

Art. 76. Os fabricantes, importadores e outros adquirentes de estampilhas para produtos nacionais ou estrangeiros, são obrigados a assinalá-las, no lado impresso, por ocasião de aplicá-las ou remetê-las ao comprador, com a firma ou as iniciais e o número, em algarismos arábicos ou romanos, da alínea.

de incidência em que o produto estiver compreendido, à tinta, picote ou outro qualquer processo mecânico, contanto que a indicação do valor da estampilha e as marcações exigidas fiquem visíveis.

Parágrafo único. Os que acondicionarem mercadorias de modo diferente do recebido contramarcarão as estampilhas de acôrdo com este artigo.

Art. 77. As estampilhas que acompanharem os produtos remetidos ou vendidos por industriais ou comerciantes, nos casos previstos nesta lei, serão marcadas no verso, pelo remetente, com indicação, a carimbo, tinta ou lápis tinta, do número, capacidade ou peso dos volumes (conforme o caso), data da entrega ou remessa, número da "nota fiscal" respectiva, firma e sua localização, de maneira a abranger a totalidade das fórmulas correspondentes a cada volume.

Tratando-se de remessa feita a comerciante por grosso do produto, devidamente registrado, a indicação poderá ser feita sem abranger a totalidade das fórmulas contidas em cada fôlha de estampilhas ou parte da fôlha.

Parágrafo único. Na inutilização a que se refere este artigo é obrigatória a repetição, por extenso, do algarismo ou algarismos indicativos do dia da inutilização.

Art. 78. Nos casos de estampilhamento em globo dos volumes, as estampilhas serão inutilizadas, na parte impressa, por meio de traço forte, de tinta ou lápis tinta, e com a data do dia da venda, observada a exigência do parágrafo único do artigo anterior.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 76 e seu parágrafo, 77 e seu parágrafo, e 78;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 68, 69, primeira parte, 70, 71, 72, 73 e 74;
- c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 73, parágrafo único, e 75;
- d) Importância igual ao valor do impôsto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que infringirem o art. 69, segunda parte.

CAPÍTULO VI

DO RECOLHIMENTO DO IMPÔSTO POR MEIO DE GUIA

Art. 79. O recolhimento de impôsto por meio de guia se processará na forma da Observação 2.^a da Tabela "A". A repartição arrecadadora, que receber importâncias provenientes de impôsto devido por guia, terá os livros indispensáveis ao contrôlê dos recebimentos, com títulos próprios para cada contribuinte e espécie tributada, de acôrdo com as Tabelas anexas, obedecidas as instruções que forem baixadas pela Diretoria das Rendas Internas.

Parágrafo único. Não será facultado pagamento do impôsto por guia às firmas devedoras de impostos, taxas e multas que não os tiverem pago ou depositado na repartição fiscal competente, uma vez exgotados os prazos regulamentares e, bem assim, as responsáveis ou fiadores que, devidamente intimados, não houverem solvido no prazo legal os seus compromissos com a Fazenda.

Art. 80. Aos contribuintes será fornecido, pela repartição arrecadadora, conhecimento extraído de talão especial indicando nome e endereço do contribuinte, número da "Patente de Registro" e da guia de recolhimento do imposto, espécie de produto de acordo com as Tabelas, importâncias recebidas, data, carimbo e assinatura do tesoureiro, coletor ou funcionário autorizado.

Art. 81. As importâncias serão recebidas acompanhadas das guias modelos 6, 7 ou 8, de acordo com a espécie do produto, em três vias, devendo a terceira via ser restituída ao contribuinte depois de carimbada e assinada na repartição.

Art. 82. Não será permitido recolhimento de importância inferior a Cr\$ 50,00, a não ser em caso especial, a critério do chefe da repartição arrecadadora e justificado no verso das três vias da guia de recolhimento.

Art. 83. A diferença de imposto entre produtos nacionais e estrangeiros será cobrada por verba, na própria guia de aquisição de estampilhas ou de recolhimento de imposto, devendo nela figurar especificadamente e assim ser escriturada nos livros da repartição.

Parágrafo único. Quando se tratar dos produtos da Tabela A e de outros sujeitos ao imposto *ad valorem*, o recebimento se processará por guia, na sua totalidade.

CAPÍTULO VII

DOS RÓTULOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 84. O fabricante é obrigado a rotular ou marcar os seus produtos ou os volumes que os acondicionarem, em lugar visível, indicando a situação da fábrica (rua e número), nome do fabricante ou da empresa fabril registrada na estação arrecadadora competente, ou marca fabril devidamente registrada, e a expressão "Indústria Brasileira".

§ 1.º São dispensados da rotulagem ou marcação os produtos das alíneas I, V, VII, VIII, X, XXV, e as cordoalhas do inciso 2 da alínea XXIX, constantes das Tabelas anexas.

§ 2.º Os que fabricam o mesmo produto em mais de um estabelecimento fabril ficarão obrigados a indicar, nos rótulos ou em etiquetas, o local da fábrica produtora.

§ 3.º As indicações deste artigo serão feitas em cada unidade, por processo de gravação, estamparia ou impressão à tinta, ou por meio de etiquetas coladas, ou ainda, costuradas, quando se tratar de tecidos ou artefatos de tecidos produzidos pelas fábricas produtoras do pano, e bem assim nos de que trata o inciso 2 da alínea III da Tabela A.

§ 4.º Os tecidos, além das indicações deste artigo, conterão, obrigatoriamente, na orela a expressão "Indústria Brasileira", por meio de decalcomania, carimbo ou textura, em distância não maior de três metros, ou por meio de frisos ou fios verde e amarelo, devendo os de lã conter obrigatoriamente as indicações deste artigo.

§ 5.º Nos tecidos de seda, nos de filô e nos de tipos "Madras" e "Bagdá", as indicações deste artigo serão gravadas por meio de decalcomania, carimbo, etiqueta ou textura, em espaço de dimensões nunca inferiores a 5 x 10 centímetros, nas duas extremidades de cada peça, não podendo o vendedor cortar essas indicações do fim da peça.

§ 6.º Nas perfumarias e artigos de toucador, as exigências deste artigo poderão ser distribuídas entre o rótulo e a etiqueta apostos ao produto.

Art. 85. Não é permitida a importação de tecidos e panos contendo, nas orelas ou junto delas, frisos ou fios com as cores verde e amarela.

Art. 86. Os expositores de mercadorias acondicionadas de modo diferente do recebido são obrigados a aplicar ao novo volume rótulos nas condições do art. 84, indicando o nome do país produtor se estrangeiro, e o do Estado em que foi produzido se nacional. Excetuam-se os produtos reacondicionados em vidros, latas ou outros recipientes, não fechados, para assim serem vendidos ao consumidor.

Art. 87. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto em razão do pêso deverão mencionar nos rótulos ou etiquetas apostos aos seus artigos o pêso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; e os de álcool e de bebidas alcoólicas, a respectiva gradação.

Art. 88. Poderão ser aplicados aos produtos carimbos ou etiquetas mencionando marca, firma e local dos vendedores do artigo, desde que o rótulo não fique alterado ou encoberto.

Art. 89. É proibido importar, fabricar, possuir, vender ou expor à venda, rótulos, etiquetas, cápsulas ou invólucros que se prestem a inculcar como estrangeiras quaisquer mercadorias de produção nacional.

§ 1.º Na proibição de importar rótulos, cápsulas, ou invólucros, a que se refere este artigo, não se compreendem os que forem importados pelas casas comerciais que sejam filiais de outras estabelecidas no estrangeiro, contanto que os rótulos, cápsulas ou invólucros contenham a designação das localidades em que estiverem estabelecidas a casa matriz, no estrangeiro, e a filial, no Brasil.

§ 2.º As filiais são obrigadas, no caso do parágrafo anterior, a provar, por contratos, devidamente registrados, que se acham em condições de gozar das vantagens ali estabelecidas e a fazer acompanhar os seus despachos de importação de atestados, em que as autoridades consulares brasileiras nas localidades exportadoras declarem que as casas remetentes são sedes ou matrizes.

§ 3.º Se os rótulos, cápsulas ou invólucros forem importados juntamente com as mercadorias a que se destinem, somente se concederá o despacho dos mesmos em quantidade estritamente necessária às mercadorias importadas.

§ 4.º Os rótulos, etiquetas, cápsulas e invólucros, bem como as chapas, matrizes, carimbos e objetos semelhantes, destinados à confecção de rótulos de fábricas inexistentes, apreendidos em contravenção desta lei, serão destruídos mediante as formalidades legais, depois de passadas em julgado as respectivas decisões e de retirados os exemplares necessários ao processo criminal.

Art. 90. Não é permitido assinalar, vender ou expor à venda mercadorias nacionais com rótulos escritos no todo ou em parte em língua estrangeira, salvo se contiverem estes, em português, os dizeres exigidos pelo art. 84, com a expressão "Indústria Brasileira" em lugar destacado e letras maiores do que quaisquer outras.

Parágrafo único. Excetuam-se os nomes de bebidas e outros que não tenham correspondência em português, como "Champagne", "Bitter", "Brandy", "Cognac", "Vodka", "Whisky", "Kirsch", etc., desde que os rótulos contenham as indicações do art. 84.

Art. 91. É proibida a importação de produtos estrangeiros que tragam rótulos, no todo ou em parte, em língua portuguesa, sem mencionar o país de origem.

Parágrafo único. É proibido vender ou expor à venda, como estrangeira, mercadoria produzida, fabricada ou transformada no Brasil.

Art. 92. Os fabricantes a que se referem os incisos I, II e III da letra a do art. 44 e os de "Patente de Registro" gratuita são obrigados a rotular seus produtos logo depois de acabados.

Parágrafo único. Os fabricantes incluídos nos incisos IV a X da letra a do mesmo artigo deverão rotular os respectivos produtos antes de lhes darem

saída ou de remetê-los para a seção de venda a varejo, salvo quanto aos que estão sujeitos a estampilhamento imediato ao acabamento, os quais seguem o regime deste artigo.

Art. 93. Os rótulos de marca, firma, ou local diferente do da fábrica poderão ser adaptados por meio de carimbo impresso com tinta diversa da anterior, a fim de evitar confusões, e pela mesma forma corrigidos os que não estiverem nas condições do art. 84.

Art. 94. Considera-se contravenção o emprêgo de rótulo de fábrica não existente ou indicando falsa procedência ou qualidade, bem como a venda de mercadorias com rótulos nas mesmas condições, e a venda, ou exposição à venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, inculcadas como estrangeiras, ou vice-versa.

Art. 95. Os rótulos serão aplicados:

1.º — à tinta indelével ou a fogo nos barris de qualquer espécie, nas barricas e nos caixões;

2.º — por meio de dizeres colados, impressos ou gravados:

a) nas caixas, latas, maços, carteiras, pacotes, peças e em qualquer outro envoltório;

b) nas unidades em que forem apostas as estampilhas e nos envoltórios em que as mesmas unidades forem expostas à venda;

c) em qualquer parte visível do objeto ou invólucro nos demais casos.

Art. 96. O nome e o domicílio de pessoa autorizada pelo Diretor das Rendas Internas a mandar preparar produtos em qualquer estabelecimento fabril deverão figurar também no rótulo que, juntamente com os dizeres do art. 84, fôr aposto pelo fabricante, assumindo este as responsabilidades decorrentes das prescrições da presente lei.

Art. 97. Para os casos não previstos nesta lei, em relação aos rótulos, será aplicada a legislação em vigor.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 84 e seus parágrafos, 85, 87, 88, 92 e seu parágrafo, 93, 95 e 96;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 85 e 90;

c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 89 e seus parágrafos, 91 e seu parágrafo e 94.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98. Nenhum produto sujeito a imposto de consumo poderá sair das fábricas, das Alfândegas ou Mesas de Renda, nem ser exposto à venda ou vendido, sem que o imposto tenha sido previamente recolhido, ou sem que esteja devidamente estampilhado, atentos os dispositivos e as exceções desta lei e mais as seguintes:

a) as mercadorias adquiridas das fábricas produtoras pelas beneficiadoras, desde que estejam acompanhadas da “nota fiscal” e da fatura ou das respectivas estampilhas, conforme o processo de incidência;

b) as mercadorias existentes nos estabelecimentos comerciais, acondicionadas nos volumes em que foram recebidas, acompanhadas da “nota fiscal” ou fatura e das estampilhas correspondentes.

Parágrafo único. O imposto correspondente aos produtos ligados a circunstância de preço, que forem objeto de doação, será pago na base do preço normal da fábrica.

Art. 99. O imposto, quando *ad valorem*, figurará obrigatoriamente em parcela separada na "nota fiscal" e será cobrado do primeiro comprador, pelo fabricante, ficando, a partir deste momento, incorporado ao preço do produto.

Art. 100. Estão subordinadas à fiscalização e ao regime fiscal previsto nesta lei todas as pessoas físicas ou jurídicas que fabricarem, beneficiarem, transformarem, expuserem à venda, transportarem ou tiverem em depósito para esses fins mercadorias sujeitas ao imposto de consumo.

Art. 101. Quando nos estabelecimentos comerciais por grosso, que receberem estampilhas para aplicação nos produtos, e nas fábricas, houver venda a varejo, a seção desta será inteiramente separada, de modo a evitar confusão e promiscuidade, sob pena de serem considerados expostos à venda a varejo todos os produtos que se acharem no estabelecimento, observadas ainda as restrições desta lei.

Art. 102. Os produtos remetidos de uma para outra fábrica, para beneficiamento, ou acabamento, ou quando devolvidos, transitarão sempre acompanhados da guia modelo 9.

Art. 103. A fábrica recebedora, que pertencer à mesma firma remetente, poderá vender o produto que beneficiar ou acabar, desde que o inclua na sua escrita, ou no seu boletim de produção, anotando o fato nas colunas próprias e satisfazendo o necessário imposto. A fábrica dará aviso por escrito, com indicações precisas, ao estabelecimento de origem do produto, onde serão feitas, no livro fiscal ou no boletim de produção e no canhoto do talão respectivo, as devidas anotações.

Art. 104. O fabricante de produtos sujeitos à selagem direta, que mandar preparar seus produtos em outra fábrica, remeterá a matéria prima, os rótulos e as estampilhas já inutilizadas, acompanhados da guia modelo 9, cumprindo ao estabelecimento recebedor mencionar nos seus livros fiscais ou no seu boletim de produção a entrada da guia e das estampilhas, bem como a devolução dos produtos preparados e estampilhados, fazendo-os acompanhar da guia do mesmo modelo. As guias ficarão arquivadas para efeitos fiscais, após a necessária escrituração.

Quando se tratar de produto sujeito a imposto por meio de guia, tanto a matéria prima e os rótulos, como o produto já fabricado transitarão acompanhados da guia modelo 9, cumprindo ao fabricante preparador, até o 5.º dia útil do mês subsequente, comunicar a execução da encomenda à repartição arrecadadora situada no local da fábrica de origem.

Art. 105. Os representantes de fábricas, marcas ou produtos estrangeiros, desde que tenham para tal fim a autorização competente, poderão fabricar ou mandar fabricar ditos produtos, mediante licença essencial da Diretoria das Rendas Internas.

Art. 106. Todos os comerciantes e fabricantes que adquirirem, como matéria prima ou para comércio, produtos sujeitos ao imposto de consumo, deverão examinar cuidadosamente se os mesmos produtos, assim como as estampilhas, guias, rótulos, "notas fiscais" ou faturas que os acompanharem, obedecem a todas as prescrições desta lei. As "notas fiscais", faturas e guias serão datadas e assinadas, no dia da entrada dos produtos nos estabelecimentos, pelos seus adquirentes.

§ 1.º Verificada qualquer falta, os interessados, a fim de se eximirem de responsabilidade, darão conhecimento à repartição fiscal competente, antes do início do consumo ou da venda dos produtos, avisando ao remetente por meio de carta registrada.

§ 2.º Quando a falta fôr verificada por agentes do fisco, responderão:

a) dentro dos primeiros 10 dias, contados da data do recebimento, apenas o remetente, desde que não esteja iniciado o consumo ou a venda da mercadoria, cabendo, em caso contrário, responsabilidade ao expositor;

b) decorridos os primeiros 10 dias, tanto o remetente como o recebedor ou expositor, cessando a responsabilidade do remetente no caso de falta ou insuficiência de imposto diretamente verificada em produto apreendido depois de um ano da data do recebimento.

§ 3.º A responsabilidade dos fabricantes de produtos do inciso 1.º da alínea XXVII cessará, quanto à marcação de preço e insuficiência de imposto, decorridos 10 dias da data do recebimento pelo comerciante.

Art. 107. As "notas fiscais" que os fabricantes e comerciantes por grosso são obrigados a fornecer com os produtos, ainda que os compradores sejam particulares ou comerciantes não registrados, serão extraídas do talão nota fiscal modelo 11, com as folhas numeradas tipográfica e seguidamente, ficando cópia, tirada a carbono, no talão. A numeração da "nota fiscal" poderá ser reiniciada anualmente ou quando atingir o número 999.999. Poderão ser utilizados tantos talões quantos sejam necessários, desde que se distingam por seriação alfabética.

§ 1.º A "nota fiscal" modelo 11 poderá, mediante declaração feita na mesma pelo emitente, substituir, para todos os efeitos legais, as faturas, podendo nela ser incluídas outras indicações, além das exigidas nesta lei, para servir de elemento à emissão de duplicatas, nos termos da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936.

§ 2.º É permitido o uso da "nota fiscal" emitida mecanicamente ou dactilografada com os dizeres do modelo 11, desde que seja copiada em Copiador revestido das formalidades legais e contenha ainda o número deste e o da respectiva folha.

§ 3.º Na "nota fiscal", as mercadorias serão discriminadas pela quantidade, espécie e qualidade, mencionado o preço por que forem vendidas, salvo as restrições constantes das respectivas alíneas, e com a declaração de se acharem estampilhadas ou acompanhadas de estampilhas, bem como a quantidade e valor destas; serão indicados ainda o preço de venda no varejo, a dimensão ou o peso, sempre que a incidência estiver ligada a estas circunstâncias e, finalmente, a espécie de unidade em que forem faturadas e o total das unidades, quando se tratar de produtos sujeitos ao imposto *ad valorem*.

Art. 108. Os produtos sujeitos a imposto de consumo não serão admitidos a despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda, nem poderão sair das fábricas ou ser expostos à venda, fora dos maços, carteiras, latas, caixas, sacos, recipientes e outros envoltórios, nos termos das disposições atinentes a cada um deles, consignadas nesta lei.

Art. 109. Nos casos de estampilhamento em globo, se os volumes forem abertos para exposição à venda, os produtos permanecerão nos seus envoltórios de maneira que se possam verificar as estampilhas, as quais serão inutilizadas com a data do início do retalhamento.

Art. 110. É vedada, em qualquer estabelecimento, a existência de vasilhame contendo torneira ou tubo para a venda a tórno de bebidas, álcool e vinagre.

Art. 111. Os fabricantes a que se refere o art. 25 não poderão ter seção de venda a varejo no mesmo prédio ou em prédio que tenha comunicação interna com o do fabrico.

Art. 112. Os produtos sujeitos à selagem direta que forem devolvidos ao fabricante, transitarão acompanhados de "nota fiscal". Se a devolução fôr parcial, serão acompanhados de memorando explicativo, visado pela repartição arrecadadora local, em face da "nota fiscal" respectiva em que será feita menção

desta circunstância. Cumprirá ao fabricante colar ao talão ou bloco correspondente o documento devolvido e registrar os produtos na coluna das observações, com os esclarecimentos necessários.

Parágrafo único. Tratando-se de produto cujo imposto seja recolhido por meio de guia, será novamente incorporado à produção do fabricante e ficará sujeito a novo imposto quando for vendido, salvo quando a venda for feita aos Governos Federal, Estadual ou Municipal e houver prova da devolução do produto. Nesta hipótese o industrial anotará na coluna própria do livro modelo 15 a devolução feita e deduzirá o imposto que houver lançado na coluna correspondente a ele.

Art. 113. Os fabricantes e os comerciantes por grosso deverão numerar os volumes seguidamente, por ocasião da saída do estabelecimento, devendo a numeração ser anualmente reiniciada. Aquêles que tiverem mais de uma seção de venda poderão usar tantas numerações seguidas quantos forem os estabelecimentos, contanto que as numerações se distingam por série alfabética. São dispensados dessa numeração os engradados, as barricas, as caixas de madeira e quaisquer outros envoltórios abertos, destinados a simples transporte.

Art. 114. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto por *dimensão*, *pêso*, ou *volume*, indicarão nos volumes a metragem, o pêso ou o número de litros que contiverem.

Art. 115. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto de consumo deverão:

a) apresentar, mensalmente, à repartição arrecadadora local, até o último dia útil do mês subsequente, duas cópias autênticas do resumo do livro fiscal da produção e consumo ou do livro modelo 15;

b) entregar à repartição, até o dia 30 de janeiro de cada ano, ou oito dias depois de qualquer alteração, uma relação dos operários que trabalhem fora da fábrica, com indicação de suas residências;

c) entregar aos operários que trabalhem fora da fábrica uma caderneta, com as folhas numeradas seguidamente, autenticada na repartição fiscal, para ser apresentada, quando exigida, nela mencionando a matéria prima entregue ao operário e os produtos manufaturados restituídos à fábrica;

d) dar conhecimento à repartição fiscal competente, dentro do prazo de 5 dias, quando suspenderem por período superior a 10 dias o movimento dos estabelecimentos fabris e quando recommencarem a trabalhar.

Parágrafo único. Os comerciantes de jóias, obras de ourives e relógios deverão observar o disposto na letra a deste artigo.

Art. 116. As pessoas a que se refere o art. 100 exhibirão aos agentes fiscais, sempre que exigido, os produtos, os livros fiscais e comerciais, o boletim de produção, os canchotos dos talões de "notas fiscais", as faturas e outros documentos fiscais e comerciais julgados necessários à fiscalização.

§ 1.º As pessoas a que se refere este artigo franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências aos agentes fiscais, a qualquer hora do dia e da noite, — se à noite estiverem funcionando, — assim como o exame dos livros das escritas fiscal e comercial, constituindo embargo à ação fiscal a recusa a qualquer dessas exigências.

§ 2.º As empresas de transporte ficam obrigadas a permitir o exame e a verificação das mercadorias, livros e documentos que os funcionários fiscais julgarem necessários.

Art. 117. Os comerciantes e importadores de mercadorias, nas localidades em que houver repartição arrecadadora, apresentarão ao "visto" e exame dos agentes fiscais ou, na ausência destes, aos chefes da repartição, as "notas fiscais", guias de recolhimento do imposto, faturas e outros documentos que receberem com os produtos por via marítima, fluvial, terrestre ou aérea, antes da retirada dos mesmos produtos das respectivas estações.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 115 e seu parágrafo;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 99, 102, 104, 105, 106, segunda parte, 107 e seus parágrafos, 110, 112 e seu parágrafo, 113, 114, 116 e 117;
- c) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 98, 103, 106, primeira parte, 108, 109 e 111;
- d) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 116.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS E DO EXAME DAS ESCRITAS FISCAL E COMERCIAL

Art. 118. Os livros da escrita fiscal, exigidos por esta lei, terão as folhas numeradas tipográfica e seguidamente, devendo ser antes de sua utilização, autenticados pela repartição competente, que rubricará tôdas as fôlhas.

§ 1.º E' exigida também a autenticação do talão "nota fiscal" dos fabricantes de produtos previstos na Tabela "A" e nas alíneas XVII, XX, XXIV, inciso 1.º, XXVII, inciso 2.º, XXVIII e XXIX das demais Tabelas, bem como das tinturarias, dos beneficiadores ou transformadores, dos comerciantes atacadistas de "fumo em corda, fôlha, ou pasta", de "álcool", de "aguardente" e de "sal", dos comerciantes por grosso ou a varejo de "jóias, obras de ourives e relógios" e dos que venderem produtos com isenção do imposto.

§ 2.º Poderá ser autenticado mais de um livro ou talão de cada vez, desde que tenham numeração seguida à do último de cada série, devendo, então, ser este apresentado à repartição, ainda que não utilizado.

§ 3.º Os livros e talões serão autenticados mediante prova de início de negócio, de autenticação de igual livro ou talão anterior, ou por motivo justificado, desde que estejam de acôrdo com o modelo regulamentar.

Art. 119. Os livros e boletins de produção das fábricas serão distintos para cada uma das espécies enumeradas no art. 1.º, podendo ter apenas as divisões necessárias ao movimento do estabelecimento, respeitada a ordem para cada alínea do imposto descrita no art. 1.º e nas Tabelas anexas.

§ 1.º A escrituração será organizada com clareza, asseio e exatidão, de modo a não deixar dúvidas, devendo os lançamentos ser feitos diariamente, encerrados mensalmente os livros até o 10º dia útil. Numa mesma fôlha de cada livro poderão ser lançados diversos meses, desde que o movimento de cada mês seja encerrado destacadamente, de forma a evitar confusão, consignando-se somente os dias em que houver movimento, inutilizados os espaços em branco, das colunas referentes à tributação.

§ 2.º O boletim de produção poderá ser substituído por fichas de produção e estoque, desde que ofereçam todos os elementos de contrôlê exigidos nesta lei.

§ 3.º Os dados constantes do boletim de produção estão sujeitos à tolerância de quebras admissível para cada espécie tributada.

Art. 120. Os livros, boletins de produção e talões de que trata esta lei serão conservados nos respectivos estabelecimentos, mesmo em caso de transferência de firma ou de local, fazendo-se, quando necessárias, as devidas anotações para continuidade da escrituração.

Parágrafo único. Os Delegados Fiscais e Diretores de Recebedorias poderão autorizar a inutilização dos livros fiscais, talões de notas fiscais e boletins de produção, decorridos mais de dez anos, ouvido o agente fiscal da circunscrição ou seção.

Art. 121. No interesse da Fazenda Nacional, os agentes fiscais procederão a exame da escrita geral dos contribuintes, sendo obrigatória a apresentação dos livros que possuírem: Diário, Copiadores de cartas e de faturas e demais livros auxiliares, tais como "Contas-correntes", "Razão", "Borrador", "Costaneira", talões de "notas fiscais" ou de faturas e quaisquer outros.

§ 1.º Se fôr recusada a exibição dos livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Juntas Comerciais e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou dos livros auxiliares, o agente fiscal intimará o contribuinte a apresentá-los no prazo de 72 horas, lavrando o competente auto, se não fôr cumprida essa exigência, e levando o fato ao conhecimento do chefe da repartição, para o devido procedimento. Quando houver recusa de apresentação de qualquer livro fiscal ou comercial não registrado, a lavratura do auto independêrá da referida intimação.

§ 2.º Se, pelos livros apresentados, não se puder apurar convenientemente o movimento comercial do estabelecimento, colher-se-ão os elementos precisos no exame de livros ou documentos de estabelecimentos que com aquele se relacionem, ou nos despachos, livros e papéis de estações ou agências de empresas de transporte, ou em outras fontes subsidiárias.

Art. 122. Tornando-se necessário o exame da escrita geral do estabelecimento sob a jurisdição de outra repartição arrecadadora, será solicitado diretamente a essa repartição.

Art. 123. O funcionário que tiver de recorrer ao exame da escrita geral convidará o proprietário do estabelecimento, ou seu representante, a acompanhar o exame ou indicar pessoa que o assista e, em caso de recusa, fará constar do processo essa ocorrência.

§ 1.º Se o comerciante ou fabricante, mesmo que tenha firmado por si ou seu representante o auto ou termo respectivo, não se conformar com o resultado do exame, o chefe da repartição designará outro funcionário, para, como perito da Fazenda, proceder, em companhia do perito que fôr designado pelo interessado, a novo exame, do qual será lavrado laudo.

§ 2.º Se as conclusões dos peritos coincidirem com as do funcionário que realizar o primeiro exame, não terá lugar nova perícia; se, porém, houver discordância, será nomeado funcionário do Ministério da Fazenda, e, na sua falta, de qualquer outro Ministério, para desempatar, cabendo a nomeação aos Diretores de Recebedorias e aos Delegados Fiscais.

§ 3.º Por qualquer exame requerido fora dos casos previstos neste artigo serão abonados, à custa dos interessados, aos peritos da Fazenda, que não poderão exceder de dois, honorários fixados pelo chefe da repartição, tendo em vista a importância do trabalho e a distância a percorrer da sede da repartição ao local da diligência.

§ 4.º Os livros fiscais e os da escrita geral do estabelecimento não são passíveis de apreensão; as faltas nêles verificadas serão tomadas por termo, — as da escrita fiscal, no próprio livro, e as da escrita geral, em fôlha avulsa que será anexada ao processo salvo quando essa apreensão se tornar indispensável à defesa dos interesses da Fazenda Nacional.

§ 5.º Não são passíveis de apreensão o "Diário" e outros livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Juntas Comerciais, ou nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o art. 118 e seu § 1.º, e art. 119 e seus §§ 1.º e 2.º;
- b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 120;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que recusarem a exibição dos livros a que se refere o art. 121.

CAPÍTULO X

DAS MERCADORIAS, OBJETOS E EFEITOS EM CONTRAÇÃO OU EM TRÂNSITO

Art. 124. As mercadorias, estampilhas, rótulos, “notas fiscais” ou faturas e guias em contração às disposições desta lei, bem como embarcações e veículos que não pertençam a empresas transportadoras, os aparelhos, máquinas, vidros, cápsulas, rôlhas e tudo quanto se tornar necessário a comprovar as infrações serão apreendidos e apresentados à repartição arrecadadora local, mediante as formalidades legais.

§ 1.º Se não fôr possível efetuar a remoção das mercadorias ou objetos apreendidos, o apreensor incumbirá da guarda ou depósito dos mesmos pessoa idônea ou o próprio infrator, mediante termo de depósito, conforme modelo 37, o qual será assinado pelo depositário, pelo apreensor e por testemunhas, se houver, e acompanhará o auto de infração, devendo as máquinas ou aparelhos ser lacrados de forma a não poderem funcionar, e as mercadorias convenientemente autenticadas.

§ 2.º Se não houver quem aceite o encargo de depositário, o apreensor mencionará no auto esta circunstância, fazendo conduzir para a repartição, quando possível, um espécime, que constituirá a prova material da infração, providenciando, também, para que fique o estabelecimento guardado por força pública, até que se efetive a apreensão.

Art. 125. Havendo prova ou suspeita de que em casas particulares, habitadas ou não, em dependências de casas comerciais, ocupadas por pessoas da família do proprietário, ou em edifícios ocupados por empresas ou instituições de qualquer natureza, se ocultam mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, aí fabricadas ou retiradas de estabelecimentos fabris ou comerciais ou das Alfândegas ou Mesas de Renda sem terem pago o imposto devido, os agentes fiscais intimarão pessoalmente o detentor a entregar as mercadorias em contração, lavrando o necessário auto.

§ 1.º Essa providência estende-se aos casos de outros objetos sujeitos à fiscalização do imposto.

§ 2.º Recusada a entrega da mercadoria ou dos objetos em contração, os agentes levarão imediatamente o fato ao conhecimento da autoridade fiscal. A fim de que promova a apreensão judicial e tome todas as cautelas, de maneira a impedir a retirada clandestina daqueles artigos, providenciando ainda sobre a lavratura do auto que servirá de base ao processo.

Art. 126. No caso de suspeita de não estarem devidamente estampilhadas ou não estarem de acordo com outras exigências desta lei as mercadorias que devam ser expedidas nas estações de empresas ferroviárias, fluviais, marítimas, ou aéreas, os agentes fiscais ou os empregados das mesmas empresas não impedirão o transporte dos respectivos volumes, mas tomarão as seguintes precauções :

- a) marcarão os volumes de maneira que não possam ser violados sem deixar vestígios;

b) afixarão nos mesmos volumes nota declaratória, para que sejam retidos na estação do destino, até que o agente fiscal ou o chefe da repartição da localidade se apresente para examiná-los, o que deverá ser feito dentro de três dias e sempre que possível com assistência do consignatário ou seu representante legal, e na falta destes, em presença de duas testemunhas.

§ 1.º Da nota aludida na letra b será dado conhecimento ao chefe da estação expedidora e ao guarda ou condutor da mercadoria, e avisado, por telegrama, o chefe da repartição do destino.

§ 2.º No caso de não estar o produto devidamente legalizado, o empregado que fizer a diligência no ponto do destino lavrará contra o remetente auto de infração e apreenderá a mercadoria.

§ 3.º No caso de suspeita, os volumes em descarga ficarão retidos até que sejam abertos, conforme o disposto na letra b deste artigo.

Art. 127. Os diretores, administradores, gerentes e mais empregados das linhas e empresas de transporte, particulares ou não, prestarão aos funcionários fiscais, sob pena de responsabilidade, todo o seu concurso para facilitar-lhes a inspeção das mercadorias em despacho ou já despachadas, sendo as certidões de que necessitarem fornecidas independentemente de contribuição.

Parágrafo único. Quando, para sua ressalva, a administração das linhas de transporte o exigir, o funcionário lavrará termo declaratório da diligência que houver efetuado.

Art. 128. As estampilhas, guias, "notas fiscais" ou faturas que os fabricantes e os comerciantes são obrigados a fornecer com os produtos vendidos ou remetidos para beneficiamento, deverão acompanhá-los em poder do condutor do veículo ou pessoa que os transportar, para serem entregues ao destinatário, tôdas as vezes que as mercadorias não se destinem a despacho pelas estradas de ferro e companhias de navegação, e serão apresentadas em trânsito aos agentes do fisco, sempre que exigidas.

§ 1.º Cada expedição deverá ser acompanhada dos documentos fiscais e, quando efetuada por mais de um veículo, estes deverão seguir juntos, de modo a serem fiscalizados em comum, sob pena de responsabilidade exclusiva do transportador.

§ 2.º No caso de devolução de mercadorias, os documentos fiscais deverão acompanhá-las na forma indicada neste artigo. Quando a devolução fôr parcial, observar-se-á o estabelecido no art. 112, 2.º parte.

§ 3.º Quando ficar provado que o remetente das mercadorias entregou os documentos fiscais ao transportador, recairá sobre o último a responsabilidade pelo seu extravio ou não exibição ao agente fiscal.

Art. 129. Os operários que trabalharem fora das fábricas não poderão conduzir matéria prima ou produtos fabricados, sem que estejam munidos das respectivas cadernetas, para apresentação aos agentes fiscais, quando exigida.

Art. 130. As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, quando transportadas por via marítima, terrestre, aérea ou fluvial, não serão entregues se não se encontrarem em situação regular, nos termos desta lei.

§ 1.º Essa fiscalização incumbe às repartições arrecadoras e, no caso de não terem sido satisfeitas as exigências legais, serão lavrados autos de infração e apreensão pelos agentes fiscais do ponto de destino.

§ 2.º Nas localidades em que houver repartição fiscal, os destinatários das mercadorias, antes de retirá-las, submeterão os respectivos documentos ao exame e "visto" das autoridades fiscais, sem o que as mercadorias não lhes serão entregues.

Art. 131. As mercadorias em trânsito para embarque em estrada de ferro, companhias de navegação ou empresas de transporte, poderão ser apreendidas, uma vez verificada qualquer contravenção.

Art. 132. Quando a prova das faltas verificadas em notas, faturas ou guias independer da verificação da mercadoria, será feita apreensão somente do documento em contravenção.

Art. 133. As mercadorias apreendidas poderão ser restituídas a requerimento da parte, depois de sanadas as irregularidades que motivaram a apreensão, e mediante depósito, na repartição competente, da multa que no caso couber, ou prestação de fiança idônea, na hipótese de exigência superior a Cr\$ 5.000,00, ficando retidos os espécimes necessários ao esclarecimento do processo.

§ 1.º Tratando-se de mercadoria de fácil deterioração, a retenção do espécime poderá ser dispensada, consignando-se minuciosamente no termo da entrega, com a assinatura do interessado, o estado da mesma mercadoria e as faltas determinantes da apreensão.

§ 2.º As mercadorias e os objetos que, depois do julgamento definitivo do processo, não forem retirados dentro de 30 dias, contados da data da intimação do último despacho, serão considerados abandonados e vendidos em leilão e o produto deste recolhido aos cofres públicos. Os que não obtiverem comprador serão distribuídos aos estabelecimentos de caridade.

§ 3.º Os produtos falsificados ou adulterados e os deteriorados não serão restituídos nem vendidos, devendo ser inutilizados, logo que o processo tiver passado em julgado.

Art. 134. Quando a mercadoria apreendida fôr de fácil deterioração, a repartição convidará a quem de direito a retirá-la no prazo que fixar, sob pena de perda da mesma, procedendo neste caso de conformidade com o § 2.º do artigo anterior.

Art. 135. As notas e outros documentos juntos ao processo e necessários à sua elucidação, poderão ser restituídos, mediante recibo, ficando no processo cópia autêntica.

Art. 136. As estampilhas apreendidas por qualquer transgressão, exceto por insuficiência de valor e irregularidades de inutilização, não serão restituídas, devendo os interessados adquirir novas, em importância integral, para os respectivos produtos.

Parágrafo único. Serão restituídas as estampilhas aplicadas em produtos que, por motivo de incêndio, naufrágio, ou qualquer outro acidente devidamente comprovado, não sejam dados a consumo.

Art. 137. As mercadorias e os objetos apreendidos por infração de regulamentos fiscais e depositados em poder de negociante que vier a falir não serão arrecadados na massa, cumprindo ao chefe da repartição arrecadadora providenciar, perante o Juiz, sobre a remoção para outro local.

Art. 138. Os condutores de mercadorias em contravenção cuja procedência não seja logo apurada serão detidos à ordem do chefe da repartição e encaminhados à autoridade policial, até que declarem, ou se verifique com segurança, a origem das mercadorias e o responsável pela falta, ficando retidos os veículos até final apuração.

Parágrafo único. Se no prazo de 48 horas não houver sido feita a declaração, ou conhecido o responsável, o veículo e as mercadorias serão vendidos em hasta pública e o produto recolhido aos cofres públicos, lavrando-se, de tudo os necessários termos.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 200,00 a 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 129;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 128 e seus parágrafos, e 130;
- c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que deixarem de cumprir o disposto no art. 127.

CAPÍTULO XI

DAS MERCADORIAS IMPORTADAS

Art. 139. As guias para aquisição de estampilhas destinadas a produtos estrangeiros e as de recolhimento de imposto serão organizadas conforme a nota de despacho, consignando, além dos elementos necessários ao cálculo dos direitos de importação, como determina o art. 476 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, todos os dados para a cobrança do imposto de consumo.

§ 1.º Se o imposto a cobrar estiver em relação com o preço das mercadorias submetidas a despacho, a nota mencionará os valores globais, mas a guia os consignará especificadamente, de acôrdo com as faturas consular e comercial ou elementos outros subsidiários da verificação e fiscalização.

§ 2.º A aquisição de estampilhas pelos importadores de artigos estrangeiros fica limitada à importância correspondente à quantidade, qualidade, e valor resultantes da verificação feita pelo agente fiscal.

§ 3.º O funcionário que houver de desembaraçar e dar saída aos volumes despachados confrontará as declarações da guia visada pelo agente fiscal com as mercadorias conferidas e com a 1.ª via da nota do despacho, visando também aquela, se estiver exata, ou anotando a diferença de quantidade, qualidade, preço e taxa que verificar em relação direta com o imposto devido.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 139 e seu § 1.º.

CAPÍTULO XII

DO PROCESSO FISCAL

Art. 140. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base a notificação, quando se tratar de faltas relativas a "Patente de Registro", e o auto ou a representação nos demais casos.

Art. 141. Os autos, representações e notificações serão lavrados com clareza, sem entrelinhas, rasuras ou emendas, relatando minuciosamente a infração, mencionando o local, dia e hora da lavratura, bem como o nome da pessoa em cujo estabelecimento fôr verificada a falta, as testemunhas, se houver, e tudo mais que ocorrer na ocasião e possa esclarecer o processo.

§ 1.º As incorreções ou omissões do auto, representação ou notificação não darão motivo à nulidade do processo, quando dêste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

§ 2.º Se de exames posteriores à lavratura do auto ou representação, ou por qualquer diligência no curso da ação se verificar outra falta, além da inicial, lavrar-se-á no processo termo que a consigne, intimando-se a seguir o autuado.

§ 3.º Os autos, representações ou notificações poderão ser inteira ou parcialmente dactilografados, ou ainda impressos em relação às palavras invariáveis, devendo, neste caso, os claros ser preenchidos à mão ou à máquina, e as linhas em branco inutilizadas por quem os lavrar.

Art. 142. Os autos, representações e notificações serão lavrados no local da verificação da falta, ainda que aí não residam os infratores, e submetidos à sua assinatura ou de seus representantes, ou ainda, na falta destes, de pessoas presentes ao ato, não implicando a assinatura, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta argüida, nem a recusa em sua agravação.

Parágrafo único. Se, por motivos imprevistos, o auto, a representação ou a notificação não forem lavrados no local ou não puderem ser assinados pelo contribuinte, far-se-á menção de tais circunstâncias.

Art. 143. A lavratura da notificação e da representação compete aos agentes fiscais do imposto de consumo.

Os autos serão lavrados pelos agentes fiscais ou por polícias fiscais ou funcionários públicos, devendo, neste último caso, ser assinado por duas ou mais testemunhas, se houver.

Art. 144. Aos autuados se facilitarão todos os meios legais de defesa.

Art. 145. O prazo para a apresentação da defesa será de 30 dias úteis, a contar da intimação, feita esta pelo autuante, no próprio auto ou representação, quando a lavratura se der no local em que fôr verificada a falta e em presença do faltoso ou de seu representante.

Nos demais casos, fará a intimação a repartição arrecadadora local.

Parágrafo único. Em seguida à lavratura do auto, o autuante deixará em poder do autuado, ou de quem o representar, uma intimação escrita, na qual mencionará as infrações capituladas.

Art. 146. Quando no decorrer da ação fiscal se indicar, como responsável pela falta, pessoa diversa da que figure no auto ou representação, ou forem apurados novos fatos envolvendo o autuado ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado prazo para defesa no mesmo processo. De igual modo se procederá sempre que, para elucidação de faltas, se tenham de submeter a verificação ou exames técnicos os documentos, estampilhas, livros, objetos ou mercadorias, a que se referir o processo.

Art. 147. Em casos especiais, se a parte alegar motivos imperiosos que a impeçam de apresentar defesa dentro do prazo marcado, poderá este ser dilatado por dez dias.

Art. 148. A repartição fará a intimação dentro do prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade:

a) pessoalmente, provada com o *ciente* no respectivo processo, datado e assinado pelo interessado, no caso em que compareça à repartição;

b) por notificação escrita, em portaria da repartição, provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada pelo contínuo designado na mesma portaria;

c) por notificação verbal, provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada no próprio processo pelos escrivães das Mesas de Renda e Coletorias ou seus prepostos e ajudantes;

d) por notificação feita pelo Correio, comprovada pelo recibo (A.R.), datado e firmado pelo destinatário e que será anexado ao processo.

Art. 149. Se não fôr possível fazer a intimação por qualquer dos meios indicados no artigo anterior, será efetuada por publicação de edital no *Diário Oficial*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade nos Estados e Territórios, ou por meio de edital afixado em lugares públicos, juntando-se ao processo, no primeiro caso, a fôlha do jornal que houver inserido a publicação e, no segundo, cópia do edital, com indicação do lugar em que foi afixado, considerando-se a intimação feita, no caso de edital, no dia seguinte ao da publicação ou afixação.

Art. 150. No caso de não residir o infrator na zona fiscal da repartição onde tem curso o processo, far-se-á a intimação por intermédio da estação arrecadadora da residência do infrator, para o que as repartições se corresponderão diretamente.

Art. 151. Esgotado o prazo marcado, se a parte interessada não apresentar defesa, far-se-á menção desta circunstância no processo, seguindo o mesmo seus trâmites regulares.

Art. 152. Nas petições redigidas em termos menos comedidos, ou contendo insultos, injúrias, ou calúnias, o chefe da repartição mandará cancelar as expressões julgadas ofensivas, seguindo o processo sua marcha regulamentar.

Art. 153. As "notas fiscais", faturas, guias, ou quaisquer outros documentos apresentados pelos atuados como elemento de defesa, serão por estes rubricados e reunidos no auto ou representação como prova contra o fornecedor das mercadorias ou das estampilhas em contravenção.

Art. 154. Os processos fiscais serão organizados na forma de autos forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres presos por meio de clipe, em ordem cronológica.

Art. 155. As análises dos produtos apreendidos ou quaisquer outras diligências necessárias serão, pela repartição em que tiver curso o processo, solicitadas diretamente ao Laboratório Nacional de Análises ou a qualquer outra repartição de que dependa a providência, dentro de 10 dias, sob pena de responsabilidade, contados da data da apreensão, não importando em nulidade do processo a remessa da mercadoria fora do citado prazo.

§ 1.º As análises poderão ser solicitadas a outros laboratórios federais, como também aos estaduais ou municipais, quando houver dificuldade na remessa dos espécimes ao Laboratório Nacional de Análises.

§ 2.º As análises solicitadas pelos particulares serão por eles pagas.

§ 3.º Quanto às análises, deverá ainda ser obedecido o seguinte:

a) a fiscalização do impôsto de consumo, quando o julgar necessário, retirará amostras dos produtos suscetíveis de falsificação, a fim de lhes verificar a pureza, devendo os laudos ser arquivados para os confrontos necessários;

b) recebidas as amostras, devidamente lacradas e autenticadas, deverão as repartições, no prazo de cinco dias, remetê-las aos laboratórios a que se refere este artigo, os quais terão o prazo de 15 dias para procederem à análise;

c) dos produtos apreendidos, ou a examinar, em virtude deste artigo, serão tiradas três amostras, devidamente lacradas e autenticadas, sendo duas enviadas aos laboratórios incumbidos da análise, e uma conservada na repartição para suprir qualquer falta, e, não sendo utilizada, só deverá ser destruída depois de concluído o processo, acarretando o seu extraviio responsabilidade do chefe da repartição ou estação arrecadadora em que se encontrar, ou de quem competir sua guarda.

Art. 156 O preparo e o julgamento dos processos compete:

a) aos Coletores e Administradores de Mesas de Renda — quanto às notificações;

b) aos Delegados Fiscais, Diretores de Recebedoria e Inspetores de Alfândegas — quanto aos autos, representações e notificações instaurados nas zonas que lhes sejam diretamente subordinadas.

§ 1.º As consultas, em geral, serão julgadas dentro de 10 dias pelos Diretores de Recebedorias, Inspetores de Alfândegas e Delegados Fiscais, estes quanto às consultas originárias de Coletorias e Mesas de Renda com recurso voluntário, dentro de 20 dias, ou "ex-officio", para o Diretor das Rendas Internas, seguindo o processo, quanto aos demais trâmites, o que prescrevem os arts. 148 e 149.

As consultas serão acompanhadas do respectivo espécime, desde que não seja possível a descrição minuciosa do produto.

§ 2.º Os autos, representações e consultas originários de zonas fiscais subordinadas às Coletorias e Mesas de Renda serão preparados pelos Coletores e Administradores e julgados pelos Delegados Fiscais.

§ 3.º Os autos que, na falta de agente fiscal, forem lavrados por Administradores de Mesas de Renda, Coletores ou escrivães federais, serão preparados nas próprias repartições e julgados pelos Delegados Fiscais.

§ 4.º Ultimada a preparação do processo, com a defesa e a informação, ou mencionada a circunstância de revelia, os Coletores e Administradores, dentro de 5 dias, o encaminharão à instância julgadora.

§ 5.º Os processos instaurados nas zonas sob a jurisdição de Coletorias, em localidades servidas por Alfândegas, serão por estas julgados.

§ 6.º Os processos instaurados por pessoa ou contra pessoa, a respeito da qual o chefe da repartição se deva dar por suspeito, serão preparados e julgados, em todos os seus trâmites, pelo substituto legal.

Art. 157. Quando se tratar de infrator revel será lavrado o respectivo termo de revelia e, sem outra qualquer informação, subirá o processo a julgamento.

Art. 158. Quando o processo fôr instaurado em virtude de auto lavrado por funcionário público não incumbido de função fiscal, será instruído, depois de recebida a defesa, pelo agente fiscal designado para tal fim, se o chefe da repartição entender necessário e, em seguida, julgado.

Art. 159. As notificações serão julgadas dentro de 10 dias, independentemente de audiência ou informação, e os autos e representações, dentro de 30 dias, depois de recebida a defesa do autuado e ouvido o autuante.

§ 1.º Se as autoridades que tiverem de julgar os processos desobedecerem, sem causa justificada, aos prazos estabelecidos neste artigo, a decisão deverá ser proferida pelos seus substitutos legais, observados os mesmos prazos, sob pena de responsabilidade, e mencionado o ocorrido na decisão que fôr proferida.

§ 2.º Se, lavrada a notificação por falta de pagamento da "Patente de Registro", o contribuinte provar que efetuara o pagamento antes do procedimento fiscal, resultando, assim, apenas a falta de exibição da mesma "Patente de Registro", será ouvido o agente fiscal e julgado o processo independente de nova defesa.

§ 3.º O contribuinte que, fora do prazo legal, mas antes de notificado, der entrada a guia para pagar a "Patente de Registro" ou diferença da mesma, será admitido a fazê-lo, devendo o agente fiscal ou funcionário informante declarar as importâncias devidas, o valor da multa e o exercício a que se referir a "Patente de Registro".

§ 4.º O recolhimento da importância devida será feito, sob pena de notificação, dentro de 10 dias, contados da data em que a guia, depois de informada, estiver pronta para ser paga na seção competente.

§ 5.º Quando o contribuinte requerer a alteração, transferência de local ou de firma, fora dos prazos estabelecidos nesta lei, a multa será imposta no próprio requerimento, por ocasião do despacho final.

§ 6.º Proferida a decisão, serão feitas dentro de 10 dias, as necessárias intimações, devolvendo-se o processo quando fôr o caso, à repartição de origem.

Art. 160. Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas, será imposta a cada uma a pena relativa à falta cometida.

Art. 161. Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição desta lei, pela mesma pessoa ou firma, será aplicada somente uma pena, a maior das em que houver incorrido.

Art. 162. Quando se tratar da mesma infração pela qual forem lavrados diversos autos ou representações, serão reunidos em um só processo para imposição da multa. Não se considera infração continuada a repetição da falta, depois de já autuada no próprio estabelecimento, ou depois de intimação em virtude de auto ou representação lavrado em outro local.

Art. 163. Quando do processo se apurar falta ou insuficiência de pagamento do imposto, ou sonegação, o infrator, além da multa que no caso couber, ficará obrigado a indenizar a importância do imposto devido.

Parágrafo único. Considera-se sonegação :

a) a ocultação, dentro de estabelecimentos comerciais ou fabris, de mercadorias cujo imposto, já devido, não tenha sido pago, nos termos das disposições desta lei;

b) a apreensão, fora dos referidos estabelecimentos, de mercadorias nas mesmas condições da letra a;

c) a verificação feita, em virtude de exame de escrita fiscal ou comercial, ou por qualquer outra forma, da saída de mercadorias de estabelecimentos fabris ou comerciais, sem o pagamento do imposto no todo ou em parte, com artifício doloso ou evidente intuito de fraude.

Art. 164. Instaurado o processo, o contribuinte, conformando-se com o procedimento fiscal, poderá requerer o pagamento imediato das importâncias devidas, caso em que o processo será julgado sem outras formalidades, aplicando-se ao acusado o mínimo da multa.

§ 1.º O deferimento do pedido porá fim ao processo administrativo.

§ 2.º Se o infrator, depois de intimado, não efetuar o pagamento do seu débito dentro de três dias, extrair-se-á certidão da dívida, para cobrança executiva.

Art. 165. Das decisões condenatórias, nas notificações, cabe pedido de reconsideração, dentro de 15 dias úteis, para a repartição que as houver proferido, independente de depósito das quantias exigidas e sem prejuízo do recurso voluntário.

Art. 166. Das decisões contrárias aos contribuintes em autos, representações, ou notificações, cabe recurso voluntário para o Segundo Conselho de Contribuintes, dentro do prazo de 20 dias úteis contados da data da intimação, mediante prévio depósito das quantias exigidas, na repartição encaminhadora do recurso, perimindo o direito do recorrente se não o fizer dentro do prazo fixado neste artigo.

Art. 167. Quando a importância total exigida for superior a Cr\$ 5.000,00 e o processo não envolver casos de posse ou emprêgo de estampilhas falsas, aproveitadas de outros produtos ou servidas, de falsificação ou adulteração de mercadorias, será permitida fiança idônea, cabendo ao chefe da repartição onde a mesma tiver de ser prestada julgar da idoneidade do fiador oferecido. No despacho que autorizar a lavratura do termo deverá ser marcado prazo entre 5 e 10 dias para sua assinatura.

§ 1.º O requerimento indicando fiador para a interposição do recurso deverá conter a aquiescência expressa do indicado, sob pena de não produzir efeito.

§ 2.º Não serão aceitas como fiadores as pessoas físicas, as que façam parte da firma recorrente e as que não estiverem quites com a Fazenda Nacional.

§ 3.º Se a firma indicada para fiador for considerada inidônea, ou estiver proibida de prestar fiança em virtude de disposição contratual ou estatucional, intimar-se-á o interessado a oferecer novo fiador, dentro de prazo igual ao que restava no dia em que foi protocolada a petição indicando a primitiva firma.

Art. 168. Das decisões favoráveis aos contribuintes, decorrentes de desclassificação de contravenções descritas em autos, representações, ou notificações, que envolvam litígio de importância superior a Cr\$ 5.000,00, bem como das que se referirem a consultas, haverá sempre recurso *ex-officio*.

Parágrafo único. Não haverá recurso *ex-officio* das decisões de segunda instância confirmando as de primeira favoráveis às partes.

Art. 169. O recurso *ex-officio* será interposto no próprio ato de ser lavrada a decisão, ou posteriormente, no caso do art. 172, parágrafo único.

Art. 170. Se dentro do prazo legal não fôr apresentada petição de recurso, será feita declaração neste sentido, mencionando o número de dias decorridos a partir da ciência da intimação, seguindo o processo os trâmites regulares.

Art. 171. Os recursos, em geral, mesmo peremptos, serão encaminhados diretamente pelas instâncias inferiores às superiores, cabendo a estas julgar da perempção.

Art. 172. Nenhuma reconsideração de decisão de primeira instância será permitida, salvo quanto às notificações.

Parágrafo único. Tratando-se de decisão da qual coubesse recurso *ex-officio* e este, por qualquer motivo, não tenha sido interposto, cumpre ao funcionário autor da diligência representar à autoridade prolatora da decisão, propondo a interposição do recurso.

Art. 173. Das decisões condenatórias serão intimados os autuados. Aos autuantes será dada ciência, qualquer que seja a decisão, logo que o processo esteja findo administrativamente.

Art. 174. No despacho que impuser multa será ordenada a intimação do multado para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias úteis, contados da data da intimação.

§ 1.º Findo esse prazo, se a dívida não estiver depositada ou paga, na repartição arrecadadora competente, salvo o direito de recurso, será extraída certidão para cobrança executiva, cumpridas as disposições legais vigentes. As dívidas oriundas de "Patentes de Registro" serão, antes da extração de certidão para cobrança executiva, remetidas à seção de cobrança amigável pelo prazo de 60 dias.

§ 2.º As guias para o recolhimento, às repartições arrecadadoras, de importâncias cobradas por intermédio do Juízo da Fazenda Pública conterão, obrigatoriamente, o número e a data do processo fiscal originário (auto, representação, ou notificação).

§ 3.º Antes de arquivadas, essas guias serão presentes aos encarregados dos protocolos de autos ou de notificações, a fim de que façam nos protocolos e nos processos as necessárias anotações, dando-se ciência aos autuantes.

Art. 175. Ao contribuinte que fôr notificado e multado por falta de "Patente de Registro" e tenha apresentado pedido de reconsideração ou recurso, não será recusada nova "Patente de Registro" no ano seguinte e, conseqüentemente, não poderá ser novamente notificado enquanto não solucionado o processo.

Art. 176. As decisões por equidade são da competência privativa do Ministro da Fazenda, mediante proposta do 2.º Conselho de Contribuintes.

Parágrafo único. A proposta de aplicação da equidade só terá lugar em casos excepcionais e deverá ser encaminhada ao Ministro da Fazenda acompanhada de informações sobre os antecedentes do contribuinte.

Art. 177. As intimações obedecerão ao preceito do art. 148, sendo os autos, representações e notificações convenientemente protocolados, de forma a se conhecer o histórico dos respectivos processos.

Art. 178. Os prazos a que se refere esta lei, relativos ao processo fiscal, serão contados a partir do dia seguinte ao da intimação, e, quando o último dia recair em domingo ou feriado nacional, terminarão no primeiro dia útil subsequente.

Art. 179. Estão isentas do impôsto do sêlo as petições de defesa em processos de primeira instância administrativa e os documentos que as acompanharão.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SÔBRE FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 180. A direção do serviço do impôsto de consumo incumbe, em geral, à Diretoria das Rendas Internas e sua fiscalização compete :

- a) na Capital Federal, à Recebedoria do Distrito Federal e à Alfândega do Rio de Janeiro;
- b) nos Estados, às Delegacias Fiscais, em todo o Estado, e às repartições arrecadadoras, nos limites de suas jurisdições.

Art. 181. A fiscalização do impôsto será exercida :

- a) em tôdas as repartições fiscais e arrecadadoras;
- b) nos trapiches e entrepostos e nas estações e depósitos de quaisquer emprêsas de transporte;
- c) nos estabelecimentos fabrís e casas comerciais, onde se fabricarem, beneficiarem, venderem ou depositarem produtos sujeitos ao impôsto;
- d) nos veículos ou pessoas que conduzirem mercadorias.

Art. 182. A fiscalização será exercida, não só pelos chefes das repartições referidas no art. 180, como, especialmente, por agentes fiscais do impôsto de consumo, que se farão reconhecer pelo decreto de nomeação ou carteira de identidade fornecida pela repartição fiscal competente.

Art. 183. A corporação dos agentes fiscais do impôsto de consumo compõe-se de oitocentos e trinta e seis funcionários, distribuídos de acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei n.º 5.425, de 27 de abril de 1943.

Art. 184. Os agentes fiscais do impôsto de consumo perceberão remuneração constituída de uma parte fixa e outra variável (percentagem), conforme dispõe o Decreto-lei n.º 5.436, de 30 de abril de 1943.

Parágrafo único. A parte variável será calculada mensalmente, de acôrdo com as regras estabelecidas nesta lei.

Art. 185. A percentagem será paga da seguinte forma :

- a) aos agentes fiscais da circunscrição do Distrito Federal, dividindo-se entre os mesmos a importância total da percentagem sôbre a renda do dito impôsto, efetivamente arrecadada na circunscrição;
- b) aos agentes fiscais de cada Estado, dividindo-se por todos, em partes iguais, a importância total da percentagem sôbre a renda do dito impôsto, arrecadada em todo o Estado.

Parágrafo único. As importâncias de que trata o art. 163, que forem recolhidas aos cofres públicos como receita, não serão compreendidas no cálculo da percentagem da renda a abonar aos agentes fiscais, mas delas se deduzirá a mesma percentagem para ser entregue ao funcionário ou funcionários a cuja diligência se deva a verificação da falta.

Art. 186. Para os efeitos das letras a e b do artigo antecedente, a Alfândega do Rio de Janeiro comunicará, no 1.º dia útil de cada mês, à Recebedoria do Distrito Federal, e as repartições arrecadadoras nos Estados às respectivas Delegacias, a importância da renda do impôsto de consumo do mês anterior.

Art. 187. Conhecida a percentagem que, em cada mês, deve caber aos agentes fiscais, as Delegacias Fiscais pagarão aos mesmos agentes, mediante comunicação de exercício pela repartição da sede, a parte fixa e percentagem a que tiverem direito, sendo, quanto aos do Distrito Federal, o pagamento feito pelo órgão competente, observando-se em qualquer caso a legislação em vigor.

§ 1.º Quando o total da percentagem não puder ser conhecido dentro dos oito primeiros dias do mês, poderá ser paga a parte fixa, aumentada da parte variável (percentagem) conhecida, sem prejuízo da liquidação da diferença, que deve ser incorporada à remuneração do mês posterior.

§ 2.º Para a comunicação de exercício ter-se-á em vista se o agente fiscal assinou o ponto, fez plantão e se desobrigou dos serviços que lhe foram atribuídos.

Art. 188. As infrações para as quais não haja penalidade especial estabelecida nesta lei serão punidas de acordo com as normas seguintes:

1) Multa de importância igual ao valor do imposto, não inferior a Cr\$ 500,00 — aos que deixarem de satisfazer o pagamento do imposto, no todo ou em parte, uma vez que a falta tenha sido apurada em virtude de apreensão da mercadoria e quando não fique provada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude;

2) Multa de importância igual ao valor do imposto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — aos que sonegarem mercadorias ao pagamento do imposto, nos termos do art. 163, parágrafo único, letras a e b, ou quando a falta seja apurada mediante exame de escrita de qualquer natureza, fiscal ou comercial, ou de documentos que com ela se relacionem, e desde que não fique provada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude;

3) Multa de importância igual ao dobro do imposto, não inferior a Cr\$ 5.000,00 — aos que sonegarem mercadorias ao pagamento do imposto, nos termos do art. 163, parágrafo único, letra c, desde que se apure do processo a ocorrência de artifício doloso ou intuito de fraude;

4) Multa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00:

a) aos que simularem, viciarem, ou falsificarem documentos ou a escrituração de seus livros fiscais ou comerciais para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do imposto;

b) aos que, por qualquer forma, embarçarem a ação fiscal;

c) aos síndicos, tabeliães, leiloeiro ou outros responsáveis que não cumprirem o disposto no art. 197.

Parágrafo único. Aos contribuintes que reincidirem em infração decorrente das normas estatuídas nas Obs. 3.ª e 4.ª da Tabela "A", além das sanções estipuladas nesta lei, será cancelada a respectiva "Patente de Registro".

Art. 189. O conferente que houver de desembaraçar e dar saída aos volumes despachados confrontará as declarações da guia visada pelo agente fiscal com as mercadorias conferidas e com a 1.ª via da nota do despacho, visando também aquela, se estiver exata, ou anotando a diferença de quantidade, qualidade, preço e incidência que verificar e tenha relação direta com o imposto devido.

Parágrafo único. A multa que tiver de ser imposta ao importador de produtos estrangeiros, por motivos de diferença a que se refere este artigo, obedecerá ao regime aduaneiro, incidindo sobre o valor da diferença, desde que seja superior a Cr\$ 50,00 ou a mais de 2% do faturado, e terá por base as declarações da guia visada pelo agente fiscal em confronto com o resultado da verificação nela averbado pelo conferente.

Art. 190. Os que importarem produtos estrangeiros sujeitos ao imposto de consumo e antes da conferência da mercadoria não apresentarem as respectivas guias de recolhimento do imposto ou de aquisição de estampilhas, ou as organizarem com insuficiência de valor ou de qualidade, ficam sujeitos à multa de importância igual ao valor do imposto ou da diferença apurada pelo confronto entre a guia de aquisição das estampilhas, a nota de despacho e demais documentos aduaneiros, ou entre a mesma guia de aquisição e a

mercadoria importada, qualquer que seja o valor do imposto, ainda que apurado, posteriormente, em revisão de despachos, cabendo a multa ao agente fiscal ou ao conferente que verificar a falta.

Art. 191. As multas impostas em virtude de auto, representação ou notificação serão, em caso de reincidência, aplicadas em dobro. Considera-se reincidência a repetição da mesma contravenção pela mesma pessoa ou firma, depois de passada em julgado, administrativamente, a respectiva decisão condenatória.

Art. 192. As multas serão impostas, observando-se o grau mínimo, médio, ou máximo, conforme a gravidade da contravenção.

Art. 193. A aplicação das multas a que se referem as normas antecedentes não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 194. Os agentes e inspetores fiscais, e quaisquer funcionários, terão direito à metade da importância efetivamente arrecadada das multas que forem impostas em virtude dos autos, representações ou notificações que lavrarem, com exceção daqueles que as impuserem ou confirmarem.

§ 1.º As multas impostas, nos diversos casos previstos nesta lei, em importância igual ao valor do imposto ou em virtude de sonegação, (artigo 188, incisos 1, 2 e 3) serão abonadas integralmente aos funcionários que tenham verificado a falta.

§ 2.º Nos casos previstos no art. 126 a quota da multa será dividida igualmente entre o agente do fisco, que tiver feito o aviso, e o agente fiscal da estação do destino que houver lavrado o auto.

§ 3.º Quando em processo instaurado não ficar de todo apurada a importância do imposto devido à Fazenda Nacional e essa apuração for feita em virtude de exame de escrita procedido por agentes fiscais a quota da multa será distribuída na proporção de 50% para o autuante ou autuantes, e 50% para o agente fiscal ou agentes fiscais que tenham feito a apuração.

§ 4.º Quando a multa provier da reunião de diversos autos em um só processo, a quota será repartida pelos autuantes proporcionalmente.

§ 5.º Das multas impostas em virtude de diligência procedida por mais de um funcionário, a quota será repartida igualmente entre os que, como autuantes, subscreverem o auto.

§ 6.º Das multas impostas em virtude de denúncia de qualquer origem, devidamente assinada e dirigida ao chefe da repartição, a quota a repartir caberá em partes iguais ao denunciante e aos funcionários que fizerem a diligência e subscreverem o auto, salvo quando o denunciante o fôr de firma de que seja ou tenha sido auxiliar ou preposto, casos em que não terá direito a qualquer participação nas multas, cabendo tôdas aos funcionários diligenciantes.

§ 7.º Das multas resultantes de comunicação de empregado de empresa de transporte à estação fiscal, a divisão será feita de conformidade com o parágrafo anterior.

§ 8.º Quando em virtude de auto de infração, baseado em exame de escrita de qualquer natureza, resultar o recolhimento do imposto simples e a não obrigatoriedade, por qualquer circunstância, do pagamento da multa a que se refere o § 1.º deste artigo, aos respectivos autuantes será abonada a importância de dez por cento sobre o total do imposto efetivamente recolhido.

§ 9.º Das importâncias arrecadadas em virtude de leilão de mercadorias apreendidas, 50% serão abonadas ao funcionário que houver feito a apreensão e instaurado o processo.

Art. 195. Nenhuma imposição de multa haverá contra contribuinte que tiver agido ou pago o imposto de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de última instância administrativa irrecorrível, ou ainda de decisão em grau de recurso.

Parágrafo único. Também não haverá procedimento fiscal por motivo de contravenção já inteiramente sanada por ocasião da visita fiscal.

Art. 196. Os que desacatarem, por qualquer maneira, os funcionários incumbidos da fiscalização no exercício de suas funções, ou por qualquer meio impedirem a fiscalização, além da multa prevista no art. 188, inciso 4, letra b, serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o funcionário ofendido o competente auto, acompanhado do rol das testemunhas, a fim de ser remetido ao Procurador da República pela repartição local.

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses mencionadas neste artigo, o funcionário poderá prender o ofensor ou infrator e solicitar para este fim auxílio da força pública ou das autoridades policiais.

Art. 197. Nenhuma concordata, falência, venda, alteração contratual ou liquidação de firma comercial ou fabril será processada sem que disto seja dado, à repartição arrecadadora local, conhecimento por escrito, dentro de 48 horas, pelas pessoas indicadas no art. 188, inciso 4, letra c, cabendo a esta providenciar imediatamente junto às autoridades competentes no sentido de acautelar os direitos e interesses da Fazenda Nacional.

Art. 198. Os contribuintes que, esgotados os prazos para recurso administrativo ou ao Poder Judiciário, não pagarem os seus débitos ou não liquidarem compromissos decorrentes de termos de fiança que tiverem assinado, serão proibidos de transigir com qualquer repartição pública do país, cumprindo ao chefe da repartição a que estiverem subordinados promover a cobrança da dívida executivamente.

Parágrafo único. O chefe da mesma repartição baixará portaria a respeito, providenciando a sua publicação nos órgãos oficiais, e tomará as providências previstas em lei para acautelar os interesses da Fazenda.

Art. 199. O Diretor das Rendas Internas, por conveniência do serviço fiscal ou atentas as peculiaridades da indústria, poderá prescrever regime especial de fiscalização, ficando, para este fim, autorizado a estabelecer a adoção de um livro de "Registro de Compras" segundo modelo próprio, baixando instruções para a sua escrituração. Estas instruções terão por objeto o controle geral das operações do contribuinte, com fundamento nos elementos da sua escrita comercial, no da de seus fornecedores e compradores e nos elementos constantes das declarações do imposto de renda.

Art. 200. Os contribuintes que procurarem espontaneamente a repartição arrecadadora, antes de qualquer procedimento fiscal, para sanar qualquer irregularidade ou recolher imposto devido à Fazenda Nacional, poderão ser atendidos dentro de dez (10) dias, contados da data do requerimento, independente de qualquer penalidade.

Art. 201. Os Inspetores e Agentes Fiscais, Coletores, Administradores de Mesas de Renda, Escrivães e outros funcionários, que lavrarem auto sem os requisitos exigidos nesta lei, ficam sujeitos à multa de até 15 dias de vencimentos, imposta, no Distrito Federal, pelo Diretor das Rendas Internas, e, nos Estados e Territórios, pelos Delegados Fiscais.

Art. 202. O direito de impor penalidades por infrações a esta lei prescreve em cinco anos contados da data da infração.

§ 1.º O prazo de cinco (5) anos estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou exigência administrativa feita ao contribuinte e referente a imposto que tenha deixado de pagar ou recolher, ou relativa a infração que haja cometido, começando a correr novamente a partir da data em que esse procedimento se tenha verificado.

§ 2.º Não corre o prazo de cinco anos enquanto o processo de cobrança estiver pendente de decisão.

Penalidades

Ficam sujeitos à multa de :

- a) Cr\$ 500,00 a 1.000,00 — os que deixarem de escriturar o livro de "Registro de Compras" a que se refere o art. 199, e os que o fizerem irregularmente ou com rasuras ou borrões ;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que não possuírem o livro de "Registro de Compras" depois de intimados a adotá-lo;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que escriturarem o livro de "Registro de Compras" com evidente intuito de fraude.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 203. Continuam em vigor os Decretos n.ºs 19.827, de 2 de abril de 1931, 21.030, de 2 de fevereiro de 1932, e 24.058, de 28 de março de 1934, bem como as disposições dos Capítulos XI, XII, XIII e XVII, do Decreto-lei n.º 739 de 24 de setembro de 1938, no que não tenham sido revogadas ou alteradas por esta lei e pelos seguintes Decretos-leis que ficam também mantidos : 2.609, de 20 de setembro de 1940, alterado pelo de n.º 2.663, de 3 de outubro de 1940; 2.658, de 2 de outubro de 1940; 3.014, de 1 de fevereiro de 1941, alterado pelo de n.º 6.448, de 28 de abril de 1944; 3.461, de 25 de julho de 1941; 4.028, de 16 de janeiro de 1942; 4.132, de 26 de fevereiro de 1942; 5.425, de 27 de abril de 1943; 5.436, de 30 de abril de 1943, alterado pelo de n.º 6.416, de 13 de abril de 1944; e 5.546, de 4 de junho de 1943.

Parágrafo único. Continúa em vigor a taxa adicional de 5% sobre bebidas, destinada ao "Fundo Nacional do Ensino Primário", de que trata o Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944.

Art. 204. A fim de opinar sobre as questões decorrentes da interpretação e aplicação desta lei, fica criada, junto à Diretoria das Rendas Internas, e sob a presidência do respectivo Diretor, a *Junta Consultiva do Imposto de Consumo*, composta de 6 membros, sendo três funcionários da Fazenda e três representantes dos contribuintes.

§ 1.º O Presidente da República nomeará, mediante indicação do Ministro da Fazenda, funcionários especializados que devam fazer parte da Junta Consultiva; os representantes dos contribuintes serão indicados pela Federação das Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria.

§ 2.º A Junta Consultiva funcionará de acordo com o regimento que será baixado por decreto, até 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 205. A partir de 2 de abril de 1945 nenhum produto sujeito ao imposto de consumo poderá sair das fábricas e seus depósitos, nem das Alfândegas e Mesas de Renda, sem que tenham sido observadas as exigências desta lei.

Parágrafo único. Os produtos da Tabela A e os sujeitos ao imposto ad valorem da Tabela D, que na data da vigência desta Lei se encontrarem nas fábricas ou seus depósitos com o tributo pago, poderão ser assim dados ao consumo desde que por ocasião da saída dos produtos seja satisfeita a diferença do imposto devido.

Art. 206. Os contribuintes que possuírem estoque de estampilhas, de que não mais necessitem, poderão requerer à repartição arrecadadora local a restituição da quantidade correspondente ou a sua substituição por crédito de imposto, se os seus produtos, por esta Lei, estiverem sujeitos ao imposto "ad valorem".

Art. 207. O Diretor das Rendas Internas dirigirá os trabalhos de estatística fiscal em todo o país, inclusive os serviços contratados para tal fim. Para execução das novas disposições desta Lei fica também autorizado a baixar instruções, criar modelos ou alterar os que se encontrem a ela anexados.

Art. 208. Esta Lei entrará em vigor a 2 de abril de 1945, exceptuado o seu Capítulo III, que terá execução imediata, devendo ser cobrados desde já os emolumentos de registro de acôrdo com as tabelas constantes do art. 1.º.

Art. 209. Ficam revogados o art. 57 da Lei n.º 4.984, de 31 de dezembro de 1925, o regulamento anexo ao Decreto-lei n.º 739, de 24 de setembro de 1938, ressalvado o que dispõe o art. 203 da presente Lei, o Decreto-lei n.º 3.013, de 1.º de fevereiro de 1941, o Decreto-lei n.º 7.219-A, de 30 de dezembro de 1944, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Segunda Parte

ÍNDICE DAS TABELAS

"A"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO "AD VALOREM"

- I — Aparelhos, máquinas e artefatos de metal
- II — Armas, munições e fogos de artifício
- III — Artefatos de matérias de origem animal e vegetal
- IV — Brinquedos, artigos de esporte e jogos
- V — Cerâmica e vidros
- VI — Chapéus
- VII — Cimento e artefatos de cimento, de gesso e de pedras naturais e artificiais
- VIII — Eletricidade
- IX — Escovas, espanadores e pincéis
- X — Jóias, obras de ourives e relógios
- XI — Papel e seus artefatos
- XII — Produtos alimentares industrializados
- XIII — Produtos farmacêuticos e medicinais
- XIV — Tintas, esmaltes, vernizes e outras matérias
- XV — Velas

"B"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR PREÇO TABELADO

- XVI — Calçados
- XVII — Móveis

"C"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO EM RAZÃO DE QUANTIDADE OU DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- XVIII — Alcool
- XIX — Bebidas
- XX — Cartas de jogar
- XXI — Lâmpadas elétricas
- XXII — Vinagre

"D"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR MAIS DE UM REGIME OU
POR SISTEMA ESPECIAL

- XXIII — Fósforos e isqueiros
- XXIV — Fumo
- XXV — Gasolina, querosene, óleos e carbureto de cálcio
- XXVI — Guarda-chuvas
- XXVII — Perfumarias e artigos de toucador
- XXVIII — Sal
- XXIX — Tecidos, malharias e seus artefatos; passamanarias, cordoalhas e linhas.

TABELA "A"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO "AD VALOREM"

Observações

1.ª) O imposto será calculado :

a) quando se tratar de produto nacional — sobre o preço de venda da fábrica, constante da "nota fiscal", deduzidos os descontos, diferenças, bonificações ou abatimentos, excetuados os subordinados à condição de prazo para pagamento e incluídas as despesas de embalagem e, caso não sejam debitadas em separado, as de frete, utilização de porto, frete, seus adicionais, respectivas taxas e seguros;

b) quando se tratar de produto de procedência estrangeira — sobre o preço de importação calculado nas Alfândegas e Mesas de Renda, ao câmbio do dia do pagamento do despacho, deduzidas as bonificações e descontos constantes da fatura comercial e incluídas as despesas de frete e respectivas taxas e adicionais e seguros (exceto nas vendas CIF) e mais os direitos aduaneiros, taxas e seus adicionais, indispensáveis à entrada do produto no país. Nos casos de ausência de fatura, o preço que servirá de base para pagamento do imposto será aquele que for arbitrado pelo funcionário aduaneiro no momento do despacho, ou pela Comissão de Tarifa;

c) quando se tratar de produtos vendidos em leilão, nas Alfândegas e Mesas de Renda, ou ainda em hasta pública ou concorrência — sobre o preço da arrematação ou venda.

2.ª) O imposto será recolhido :

a) quando se tratar de produto nacional — pelo fabricante à repartição arrecadadora local, por meio de guia modelo 6, organizada em três vias, antes de iniciada a entrega do produto a consumo, de forma que nenhum produto saia da fábrica sem que o imposto tenha sido previamente recolhido; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias, pelo movimento diário, no livro modelo 15, com indicação do imposto aplicado, o qual será deduzido do que houver sido recolhido adiantadamente, transpostos os saldos por ocasião do encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 7 organizada em três vias.

3.ª) O imposto será devido sobre o preço de venda dos depósitos ou dos revendedores, nos seguintes casos :

a) quando a fábrica mantiver depósito de sua propriedade para venda de seus produtos;

b) quando a fábrica vender a firmas das quais façam parte a própria firma fabricante ou algum de seus sócios, diretor-gerente ou acionista-controlador (possuidor de mais de 50% das ações), na qualidade de sócios, diretor-gerente ou acionista-controlador;

c) quando a fábrica vender ou consignar a um mesmo estabelecimento comercial mais de 50% do volume de suas vendas anuais, baseado no movimento do ano anterior;

d) quando um estabelecimento comercial for o único adquirente, por qualquer forma ou título, de um ou mais de um dos produtos da fábrica, venda ou não mercadorias semelhantes ou diferentes, de outras procedências;

4.^a) Nos casos da Obs. anterior cumpre ao fabricante indicar na "nota fiscal" (mod. 11), além do seu preço de venda, o do depósito ou do revendedor, pagando o imposto nesta base; quando a revenda for feita por preço superior ao mencionado pelo fabricante na "nota fiscal" e houver, assim, diferença de imposto a favor da Fazenda, cumprirá ao revendedor comunicar o fato ao fabricante, por meio de carta devidamente copiada, dentro de oito dias para que este recolha, dentro de igual prazo, a diferença em questão; no caso da letra c, o imposto será devido sobre o volume total das vendas ou consignação na mesma referida.

5.^a) Os fabricantes e revendedores de que trata a Obs. 3.^a ficam obrigados a manter, em sua contabilidade, títulos próprios para lançamento, por partidas diárias ou mensais, das importâncias que, reciprocamente, venderem e comprarem.

6.^a) Os fabricantes de produtos incluídos nesta Tabela, além da instrução constante da Obs. 4.^a, das demais exigências de caráter geral desta lei e das obrigações especiais estabelecidas nas alíneas, são obrigados:

a) a ter para cada alínea o livro modelo 15 e o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções nêles contidas;

b) a ter o boletim modelo 14 e a nêle escriturar dentro de três dias, pelo movimento diário, a produção e o consumo dos produtos, por unidade, peso ou dimensão, conservando-o no estabelecimento, para fim de fiscalização, assinado por pessoa autorizada, excetuados dessa exigência os produtores e beneficiadores de açúcar, de vez que já se acham obrigados à escrituração do livro referido no art. 25 do Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

7.^a) O imposto que incide sobre os produtos previstos nas alíneas VIII e X será regulado, para todos os efeitos, pelas normas especiais constantes de cada uma das respectivas alíneas.

8.^a) Os industriais de produtos sujeitos ao imposto, que fabricarem também artigos isentos, ficam obrigados a ter um talão especial de "notas fiscais" (modelo 11), para as vendas de produtos expressamente isentos, e a mencionar nas "notas", tipograficamente, em caracteres bem visíveis, a declaração — "*Nota de Produto não Tributado*" — sob pena de pagarem o imposto sobre todos os produtos de sua fabricação.

9.^a) Os fabricantes e comerciantes compreendidos na Obs. 3.^a — aqueles nos seus depósitos e estes nos seus estabelecimentos — terão o livro modelo 39, destinado ao registro da entrada e saída dos produtos recebidos das fábricas e farão a sua escrita de acordo com as indicações nele contidas.

10) Os fabricantes de produtos de uma determinada alínea, sujeitos ao imposto sob percentagens diferentes, são obrigados a adotar séries especiais de notas fiscais para cada grupo de produtos sujeitos a percentagem idêntica, escriturando o consumo nas colunas próprias do livro modelo 15, ou em livros separados para cada grupo, sob pena de pagar o imposto de consumo pela percentagem mais elevada dos produtos que fabricarem.

11) Além das penalidades especiais previstas nas alíneas desta Tabela, incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Observação 2.^a, letra a, *“in fine”*, Obs. 5.^a, Obs. 6.^a, letra a, e Obs. 9.^a e os fabricantes que deixarem de indicar o seu preço de venda ou o do revendedor, nos termos da Obs. 4.^a, primeira parte;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Obs. 6.^a, letra b;
- c) importância igual ao imposto devido, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de fazer a comunicação de que trata a Obs. 4.^a *in fine*, ou não pagarem o imposto, no todo ou em parte, assim considerada, também, a saída do produto da fábrica sem que haja saldo de imposto, nos termos da Obs. 2.^a, letra a.

I

APARELHOS, MÁQUINAS E ARTEFATOS DE METAL

O imposto incide sobre :

1

acumuladores ou baterias para automóveis e outros fins, de procedência estrangeira;

alcoômetros; odenômetros e semelhantes;

amplificadores de som;

aparelhos elétricos de uso doméstico; acendedores, almofadas térmicas, aquecedores de água, aspiradores de pó, aparelhos para massagem, para ar condicionado e semelhantes, batedores para “cocktail” ou massa, bebedouros, bules, caçarolas, cafeteiras, chaleiras, chuveiros, enceradeiras, exaustores, ferros de engomar, fogareiros, fogões, frisadores e secadores de cabelos e aparelhos semelhantes, geladeiras, lanternas acionadas a pilha e semelhantes, máquinas de lavar e passar roupa, radiadores de calor, rádio receptores e rádios com ou sem dispositivo para reprodução de discos, refrigeradores, sorvetadeiras, secadores de qualquer espécie, inclusive os centrífugos, torradores de fátias e semelhantes, ventiladores, vibradores;

aparelhos electro-cirúrgicos, electro-terápicos, electro-diagnósticos, radioterápicos e rádio diagnósticos; aparelhos de raios X, de raios ultra-violeta e outros de alta ou baixa frequência, de cataforese, de cauterização, de diatermia, de eletrólise medicinal, termogêneos e semelhantes; aparelhos oxigenadores, de pneumotorax, de pressão arterial, esfimógrafos e semelhantes; aparelhos para transfusão de sangue; aparelhos fisioterápicos (caçarolas, garrafas, jarros e quaisquer outros), revestidos ou não, para conservação de temperatura;

balanças; barômetros, binóculos e bússolas;

conta-fios, conta-passos, conta-segundos, edômetros, passímetros e pedômetros;

densímetros ou areômetros, dinamômetros, ditafones e aparelhos semelhantes; duplicadores e semelhantes;

enteroscópios, entestoscópios, esterilizadores e semelhantes; escalas dimensionais lineares (metros, trenas, etc.); grafímetros, grafômetros; gramofones, vitrolas e semelhantes e discos, rolos e fios para os mesmos;

hidrômetros, higrômetros ou higroscópios; hipsômetros;

lentes para qualquer fim;

manômetros, máscaras para anestesia; máquinas cinematográficas e fotográficas e papel albuminado ou cloruretado, para fotografia; placas e filmes fotográficos de qualquer espécie; máquinas de descascar batatas, cortar ali-

mentos, de calcular, contabilizar, endereçar, escrever, furar, grampear e costurar papéis, registrar dinheiro, selar, timbrar cheques; medidores ou contadores; microfones; microscópicos;

óculos, monóculos, "lorgnons", "pince-nez" e suas respectivas armações; óculos de alcance; oitantes;

pantógrafos; pilhas elétricas secas; planímetros, pluviômetros e semelhantes; planógrafos; potenciômetros;

sextantes;

taxímetros; telefones, fonovox e outros aparelhos para transmissão de som; telêmetros; termômetros;

válvulas para rádios e outros fins; velocímetros, verascópios.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

2

todo e qualquer artefato de metal, inclusive os fios e cabos isolados por qualquer processo.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Incluem-se no inciso 2 as agulhas para costura ou injeção, de qualquer metal e os pertences e sobressalentes que acompanharem os produtos discriminados no inciso 1.

2.^a

Os brinquedos que forem fabricados inteiramente de metal pelos industriais destes produtos estão sujeitos ao impôsto desta alínea, inciso 2.

3.^a

Os artefatos previstos no inciso 2, beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar, ficarão sujeitos a novo impôsto, pago pelo beneficiador, independente do que houver sido pago pelo fabricante. Os beneficiadores, reformadores e transformadores dos produtos desta alínea são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

4.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do impôsto, acompanhados da guia modelo 9, devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o impôsto poderá ser pago na do beneficiamento, quando aí forem vendidos os produtos.

5.^a

Os artefatos confeccionados com partes de ouro, prata, platina e respectivas ligas ou de outro qualquer metal, ornamentados com pérolas, pedras preciosas ou semi-preciosas, ficam sujeitos ao impôsto da alínea X.

6.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a mencionar na "nota fiscal" modelo 11, que acompanhar os produtos, o seu peso, dimensão ou quantidade, conforme o elemento básico de venda, bem como o preço e o total do imposto pago, quando a entrega se realizar fora do município do produtor.

7.^a

Não será considerado fabricante de óculos o comerciante que operar a montagem de lentes e vidros nas respectivas armações.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) os arames e fios nus de qualquer espécie e formato; barras, vergalhões, cantoneiras, laminados, trefilados ou perfilados de qualquer espécie e formato; tubos de qualquer espécie e suas conexões; trilhos; chapas, discos e tiras de qualquer espécie não fundidos; blocos, pacotes, pães e pedaços destinados a fusão ou transformação;
- b) as máquinas operatrizes e aparelhos destinados à produção industrial, agrícola e pecuária;
- c) os transformadores, dinamos e geradores de energia, inclusive as caldeiras;
- d) os motores a vapor de explosão, elétricos e de ar comprimido;
- e) os veículos de qualquer espécie, "chassis" ou carrocerias, inclusive os elevadores;
- f) o conserto, a reforma ou o beneficiamento por qualquer processo de galvanoplastia ou pintura, de objetos usados;
- g) as latas ou outros recipientes de folha de Flandres ou ferro prêto, gravados, pintados, litogravados ou não, destinados ao acondicionamento de venda de quaisquer produtos;
- h) as obras de escultura, quando vendidas por seus autores;
- i) as agulhas para máquina de costura.

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a e 6.^a.

II

ARMAS, MUNIÇÕES E FOGOS DE ARTIFÍCIO

O imposto incide sobre :

clavinas, espingardas, mosquetões, rifles e outras armas para caça e esporte, não compreendidas as armas de guerra; garruchas, pistolas, revólveres e outras semelhantes; balas de ferro ou chumbo, com ou sem camisamento e chumbo de munição, de qualquer modo acondicionados; espoletas e detonadores em cartuchos vazios ou deles separados ou em cartuchos carregados de pólvora, bala ou chumbo, não compreendidos os estojos e os detonadores ou porta detonadores para granadas; fogos e foguetes de artifício, de qualquer qualidade, próprios para festas joaninas e outras, para campo ou salão.

Imposto de 10% para os produtos nacionais e de 15% para os produtos estrangeiros.

Nota

As "armas brancas" estão sujeitas ao impôsto de acôrdo com a alínea 1.

III

ARTEFATOS DE MATÉRIAS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

O impôsto incide sôbre :

1

todo e qualquer artefato de resinas naturais ou artificiais (borracha, natural ou sintética, baquelite, eleonite, trolon e semelhantes, com ou sem outra matéria); de celuloide; de galalite; de couro e peles; de cascos; de chifres; de marfim; de osso; de conchas; de ambar; de madeiras; de bambú; de cana; de junco; de rafia; de vime; de sementes; de frutos e cascas de vegetais.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

2

boás, pelos, peles de agasalho (incluídos os casacos, pelerines e "manteaux"), "manchons" e semelhantes e outros agasalhos de peles com pêlos, preparados ou curtidos, com ou sem acabamento ou fôrro, e em peça ou metro.

Impôsto de 6% para os produtos nacionais e de 10% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Os brinquedos que forem fabricados inteiramente com as matérias desta alínea pelos respectivos industriais estão sujeitos ao impôsto aqui estabelecido.

2.^a

Os artefatos beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar, ficam sujeitos a novo impôsto, pago pelo beneficiador, independente do que tiver sido pago pelo fabricante.

Os beneficiadores e reformadores são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

3.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do impôsto, acompanhados da guia modelo 9. devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o impôsto poderá ser pago na do beneficiamento quando ai forem vendidos os produtos.

Isenções

Estão isentos do impôsto :

- a) os lençóis de borracha crépe, pura ou regenerada, de produção nacional;
- b) a madeira em toras, serrada, aplainada ou compensada e suas fôlhas;
- c) os artefatos de madeira bruta ou simplesmente debastada ou serrada;
- d) os barrís, barricas, pipas, caixões, caixotes, engradados, tambores e tonéis de madeira;
- e) os carretéis para linha;
- f) os veículos de qualquer espécie, inclusive os elevadores e as carrocerias;
- g) o carvão animal ou vegetal;
- h) os pneumáticos e câmaras de ar, de produção nacional, quando vendidos diretamente pelos respectivos fabricantes à empresas montadoras de automóveis e destinados exclusivamente à rodagem dos mesmos veículos importados novos ou fabricados no país, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Diretor das Rendas Internas.

Penalidades

Incorrem na multa de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 3.^a;
- b) Cr\$ 2.500,00, além do dobro do impôsto não pago, se houver, os que não cumprirem as instruções a que se refere a isenção h.

IV**BRINQUEDOS, ARTIGOS DE ESPORTE E JOGOS**

O impôsto incide sôbre :

brinquedos, simples ou em conjuntos, inclusive artigos para esporte e jogos.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

V**CERÂMICA E VIDRO**

O impôsto incide sôbre :

todo e qualquer artefato de cerâmica ou de vidro.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

*Notas***1.^a**

Os artefatos beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar ficam sujeitos a novo impôsto, pago pelo beneficiador, independente do que tiver sido pago pelo fabricante. Os beneficiadores, reformadores e transformadores são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

2.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do impôsto, acompanhados da guia modelo 9, devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o impôsto poderá ser pago na do beneficiamento, quando aí forem vendidos os produtos.

3.^a

Os brinquedos fabricados inteiramente de cerâmica ou vidro pelos industriais dêstes produtos estão sujeitos ao impôsto desta alínea.

4.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a mencionar na "nota fiscal" modelo 11, que acompanhar os produtos, o peso, dimensão ou quantidade, conforme o elemento básico da venda, bem como o preço e o total do impôsto pago, quando a entrega se realizar fora do município.

Isenções

Estão isentos do imposto:

- a) os artefatos de uso doméstico fabricados de barro bruto, apenas umerdecido e amassado em pipa ou maromba vertical, com ou sem vidramento de sal, cujo preço de venda do produtor não exceda de Cr\$ 4,00;
- b) as telhas e os tijolos de barro bruto, apenas umerdecido e amassado em pipa ou maromba vertical sem qualquer prensagem mecânica;
- c) as manilhas e tubos (retas, curvas, derivações, sifões, ralos, tês, luvas, selins, virolas, caixas de gordura, reduções, condutos, diminuições, cotovelos e tôda e qualquer peça correlata);
- d) os tijolos, as peças de qualquer formato, terras, argamassas e cimentos, refratários.

Penalidade

Incorrem na multa de:

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a e 4.^a.

'VI

CHAPÉUS

O impôsto incide sôbre:

barretes, bonés, capacetes, carapuças, chapéus, embastidos, fôrmassas ou carcassas, gorros, quepes e turbantes para homens, mulheres e crianças, de qualquer formato e qualquer que seja o material de que tenham sido confeccionados.

Impôsto de 5% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

Nota

O impôsto incide, igualmente, sôbre as reformas executadas nos chapéus de senhoras e de crianças.

Isenções

Estão isentos do imposto :

a) os chapéus de palha ou fibra, de produção nacional, sem carneira, fôrro ou guarnição, desde que o preço de venda do produtor não exceda de Cr\$ 3,00;

b) os chapéus de couro, próprios para tropeiros; as toucas e as carapuças para recém-nascidos.

VII**CIMENTO E ARTEFATOS DE CIMENTO, DE GÊSSO E DE PEDRAS NATURAIS E ARTIFICIAIS**

O imposto incide sobre :

1

cimento de qualquer qualidade.

Imposto de 10% para os produtos nacionais e de 15% para os produtos estrangeiros.

2

alabastro, arenito, granito, mármore, ônix e pórfiro, em bruto, blocos, lâminas ou placas simplesmente serradas, de procedência estrangeira.

Imposto de 2%.

3

todo e qualquer artefato de alabastro, arenito, granito, mármore, ônix, pórfiro, cimento e de gesso, simples ou composto com estas ou outras matérias.

Imposto de 3% para os produtos nacionais e de 5% para os produtos estrangeiros.

*/Notas***1.^a**

Os industriais de alabastro, arenito, granito, mármore, ônix e pórfiro, terão o livro modelo 16, no qual registrarão diariamente as faturas ou notas de entrada do dia anterior, dos blocos, chapas, lâminas e placas, isentas do imposto ou de procedência estrangeira, pelas suas respectivas dimensões e preços totais, dispensados do boletim de produção.

2.^a

Os industriais de que trata a nota anterior são dispensados de mencionar na "nota fiscal" modelo 11 o preço e o total do imposto pago, quando a entrega de seus produtos se realizar dentro do município produtor.

Isenções

Estão isentos do imposto :

a) as lâminas ou placas simplesmente serradas, sem qualquer polimento e quando vendidas a industriais devidamente registrados;

b) o granito para "guia" (meio fio), paralelepípedos e brita;

c) as placas ou chapas onduladas ou lisas, as fossas asséticas e os tubos, de cimento simples ou misto, e respectivos pertences;

- d) os pisos e quaisquer revestimentos quando inteiramente confeccionados no local da aplicação;
- e) as obras de arte, quando vendidas por seus autores.

Penalidade

Incorrem na multa de:

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 1.^a

VIII

ELETRICIDADE

O imposto incide sobre:

o consumo de luz e força elétricas.

Imposto de 3% sobre as importâncias cobradas mensalmente pelo consumo de eletricidade.

Notas

1.^a

O imposto será arrecadado na conta que as empresas ou entidades ficam obrigadas a expedir e será recolhido à repartição arrecadadora local ou às Delegacias Fiscais a que estiverem subordinadas, dentro dos vinte primeiros dias do mês subsequente ao da expedição da conta, mediante guia modelo 8, em três vias.

2.^a

Na contabilidade dos que explorarem os serviços de força e luz, serão escrituradas, em títulos próprios, por partidas que abranjam período não superior a 30 dias, as importâncias das contas expedidas mensalmente e o total do imposto devido.

Isenções

Estão isentos do imposto:

- a) os kilowatts-hora consumidos em seus próprios serviços e respectivas oficinas, pelas empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;
- b) o fornecimento de energia feito pelas empresas geradoras aos distribuidores;
- c) o consumo de eletricidade em oficinas e serviços da União, Estados e Municípios e o fornecimento gratuito a hospitais e instituições de caridade;
- d) o consumo de luz até 20 kwh mensais.

Penalidade

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.^a;
- b) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 1.^a.

IX

ESCÔVAS, ESPANADORES E PINCÉIS

O imposto incide sobre :

brochas, escôvas, escovões, espanadores, enceradeiras não elétricas, pincéis, ródos de borracha, com ou sem cabo, vasculhadores, vassouras e vassourões, de qualquer matéria e feição e para qualquer fim.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

X

JÓIAS, OBRAS DE OURIVES E RELÓGIOS

O imposto incide sobre :

1

pedras preciosas ou semi-preciosas, lapidadas; pérolas, cultivadas ou não, e toda e qualquer obra ou objeto fabricado ou ornamentado, no todo ou em parte, com as referidas pedras e pérolas ou com ouro, prata, platina e respectivas ligas, compreendidos os objetos usados.

Imposto de 8%, sobre o preço de importação ou de venda, pago: 4% pelo fabricante ou importador e 4% na revenda a consumidor, nos termos da primeira parte da Nota 1.^a; ou, totalmente, nos casos da parte final da mesma Nota.

2

relógios marcadores de tempo, de qualquer espécie, com ou sem caixa, em cuja confecção não entrem as matérias especificadas no inciso 1.

Imposto de 5%, pago pelo importador ou pelo fabricante, nos termos das Notas 7.^a e 8.^a.

Notas

1.^a

O imposto sobre os produtos do inciso 1 será calculado à razão de 4%: — nos que forem importados por comerciante e fabricante; nos vendidos pelo próprio fabricante ou lapidário a comerciante; nos que, adquiridos de particular, forem revendidos a comerciante e, ainda, nos revendidos por este último a consumidor. E será calculado à razão de 8% — nos produtos vendidos pelo próprio fabricante ou lapidário a consumidor; nos que forem importados por particular e nos que, adquiridos deste último, forem revendidos a consumidor.

2.^a

Os fabricantes, lapidários e comerciantes a que se refere a primeira parte da Nota 1.^a, quando se tratar de venda a revendedor, verificarão se o adquirente de seus artigos se encontra registrado para tal fim. Em caso negativo, será considerado como consumidor.

3.^a

Incluem-se entre os fabricantes de relógios os que fizerem a montagem do maquinismo em caixas.

4.^a

Não se consideram ornatos ou partes integrantes, a que se refere o inciso 1, os acabamentos de ouro, platina ou prata, por meio de galvanoplastia, folheamento (plaqué), pintura ou processos semelhantes.

5.^a

Nas obras feitas por encomenda e nas transformações, consertos ou beneficiamento de objetos, com o emprêgo de matérias primas constantes do inciso 1 e pertencentes a terceiros, o impôsto será calculado sôbre o valor total da obra, inclusive tais matérias. Quando a encomenda fôr feita por comerciante registrado, do cálculo do valor total da obra se excluirá o das pérolas cultivadas ou não, pedras preciosas ou semi-preciosas.

6.^a

O impôsto incide sôbre as vendas em geral e sôbre as importações efetuadas por fabricante, lapidário, importador, comerciante, mercador ambulante e particular, qualquer que seja a procedência dos objetos, incluindo-se nesta obrigação os leiloeiros, os Clubes de Mercadorias e as Caixas Econômicas, tanto nas vendas diretas que fizerem como nas arrematações.

7.^a

O impôsto será calculado e recolhido de acôrdo com as Obs. 1.^a e 2.^a desta Tabela, mesmo quando devido por comerciante.

8.^a

Os que fabricarem produtos desta alínea ou que venderem os compreendidos no seu inciso 1, terão o livro modelo 15, escriturando-o de acôrdo com as instruções nêle contidas; terão também o livro modelo 17 ou 18 para registro diário das entradas e saídas dêsses artigos, produzidos ou adquiridos, excetuados de tal obrigação os leiloeiros, as Caixas Econômicas e os lapidários. Os livros dos mercadores ambulantes servirão para todos os lugares que percorrerem.

9.^a

Os que fabricarem ou venderem produtos desta alínea, terão ainda o talão "nota fiscal" modelo 11, devidamente autenticado pela repartição arrecadadora local, e, de toda e qualquer venda que fizerem, fornecerão ao comprador a "nota" respectiva. Nas vendas feitas a consumidor é dispensada a indicação do nome e enderêço do comprador.

10.^a

O mercador ambulante fica obrigado a exhibir, mensalmente, até o 10.^o dia útil do mês subsequente, à repartição arrecadadora da localidade em que se encontrar, tanto a "Patente de Registro" como os seus livros fiscais. Nestes, o agente fiscal de plantão ou, em sua ausência, o chefe da repartição, aporá o "visto", depois de conferidas as vendas e o imposto pago, o mesmo fazendo na "Patente de Registro".

11.^a

O ambulante que fôr encontrado sem a "Patente de Registro" ou com a mesma sem o "visto" referido na Nota anterior ou, ainda, com mercadorias

cujas procedências não estejam devidamente documentadas, além da multa de que for passível, terá os objetos que transportar imediatamente apreendidos, correndo, a partir dessa apreensão, o prazo de oito dias para que o infrator apresente defesa à repartição arrecadadora competente. Decorrido esse prazo, seja ou não apresentada a defesa, será o auto julgado e, no caso de o ser procedente, os objetos apreendidos serão postos em leilão, observando-se as formalidades desta lei.

12.^a

Não se aplica aos viajantes e representantes legais de firmas registradas para o comércio dos produtos desta alínea, quando no exercício dessas funções, o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a, desde que possam exibir documentação da firma que representem, referentes às mercadorias que transportarem.

13.^a

Os que fabricarem ou venderem os produtos compreendidos no inciso 1, são ainda obrigados:

a) a ter, autenticado pela repartição competente, um livro-nota especial, com cópias a carbono, para o registro de encomendas, consertos ou beneficiação de objetos de terceiros, no qual, em cada caso, serão esclarecidas as características do trabalho a fazer, o valor da matéria prima recebida (se houver), a estimativa do preço da obra, o nome e o endereço do cliente, ao qual será fornecida uma cópia da referida nota;

b) a classificar os objetos por meio de etiqueta ou envoltório com o número de ordem de entrada no estabelecimento, número este oriundo do respectivo registro no livro modelo 17 ou 18, com exceção dos objetos destinados a conserto, os quais deverão ter etiquetas ou envoltórios especiais com o nome do cliente ou o número da "nota" respectiva, comprobatórios de sua procedência.

14.^a

Os Clubes de Mercadorias, os leiloeiros e as Caixas Econômicas, desde que vendam, de qualquer forma, os produtos do inciso 1, estão sujeitos às determinações e respectivas penalidades desta alínea.

Isenção

Estão isentos do imposto:

as obras e objetos compreendidos no inciso 1, quando os metais ali especificados tenham sido empregados exclusivamente por necessidade técnica ou científica.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 10.^a e 13.^a, letra a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 13.^a, letra b.

XI

PAPEL E SEUS ARTEFATOS

O imposto incide sobre:

cartolina, cartão, mata-borrão, papel, papelão e produtos semelhantes, de qualquer matéria, feição e qualidade e para qualquer fim.

Imposto de 2% para os produtos nacionais e de 3% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

O imposto incide sobre qualquer produto desta alínea que fôr beneficiado na fábrica produtora. Incide ainda sobre: — lixa, papel higiênico, "stencil", carbono (exceto os impressos carbonados), *couché*, prateado, dourado, laminado, oleado, parafinado, especial para forrar casa ou mala e o próprio para guarnição — quando assim preparados por meio de beneficiamento, alteração ou transformação fora do estabelecimento de origem do papel.

2.^a

O imposto incide sobre qualquer artefato de papel de procedência estrangeira, bem como sobre o de produção nacional, quando confeccionado na própria fábrica produtora do papel ou em edifício que com ela se comunique internamente.

3.^a

Não se incluem nas alíneas I, III e XXIX os artefatos de papel (livros, aluns, escarcelas, folhinhas, etc.), contendo ornatos, cantos, ilhoses, armações ou partes acessórias de tais matérias.

4.^a

Os brinquedos fabricados inteiramente com papel pelos industriais deste produto estão sujeitos ao imposto desta alínea.

Isenção

Está isento do imposto o papel com linha d'água destinado à imprensa, quando importado com isenção ou redução de direitos aduaneiros. É proibida a aplicação desse papel a fim diferente, salvo a cessão, devidamente autorizada, para o mesmo fim, a outro jornal ou revista, correndo, entretanto, sob a responsabilidade do primeiro cedente qualquer infração verificada.

Penalidade

Incorrem na multa de:

importância igual ao imposto não pago e não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que aplicarem o papel de que trata a Isenção a fins diferentes do seu destino.

XII

PRODUTOS ALIMENTARES INDUSTRIALIZADOS

O imposto incide sobre :

1

cereais e farináceos, de procedência estrangeira, que se apresentarem moídos ou semi-moídos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados; farinhas alimentícias compostas, assim consideradas as misturas de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, leite, ovo ou outra substância que modifique suas propriedades alimentares; biscoitos e bolachas;

conservas de carnes e peixes, e carnes e peixes em conserva de qualquer qualidade e em qualquer embalagem, de procedência estrangeira; carnes e peixes em conserva acondicionados em barricas, caixas, latas ou tinas de peso até 10 quilogramas, de produção nacional; conservas de carne de qualquer espécie, simples ou adicionadas de outros produtos, chouriços, galantine, geléias, línguas secas em fumeiro, em salmoura ou afiambradas; linguiças, mortelas, mortadelas, presuntos, queijo porco, salchichas, salames, salpicão, toucinho de fumeiro acondicionado (Bacon); caldas, extratos, pastas e outras preparações não medicinais; camarões, mariscos, ostras e outros crustáceos conservados por meio de azeite, vinagre ou qualquer outro processo, gorduras animais ou vegetais, simples ou mistas, em estado pastoso ou emulsivo, de qualquer procedência.

Imposto de 3% para os produtos nacionais e de 4% para os produtos estrangeiros.

2

azeite de oliveira e azeites ou óleos de qualquer outra qualidade adequados à alimentação; açúcar de qualquer qualidade; banha de porco, manteiga animal e leite condensado ou concentrado em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, de procedência estrangeira, queijos e requeijões.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

3

legumes, frutas e frutos em conserva, simples ou mistos, em massa, extrato, salmoura ou de qualquer outro modo preparados; salgados para aperitivos (mandioca e batata em raspa, amendoim, castanha e semelhantes); mostarda em massa ou em pó, pimenta e canela em pó, simples ou composta; fermentos em pó (Baking Powder), tais como "Royal", "Bhering" e outros condimentos culinários; mólho de tipo inglês, "Maggi" e semelhantes; colorantes; fermentos vivos, de tipo "Fleischmann", "Cruz Quebrada" e outros, de qualquer modo acondicionados;

doces de qualquer espécie, preparados em calda, massa, geléia, e em açúcar cristalizado; frutas secas ou passadas, em calda ou em compota; chocolate de qualquer espécie ou qualidade e seus derivados, de qualquer forma apresentados; bombons, "fondants", crocantes, "nougats"; confeitos com ou sem recheio de qualquer qualidade; balas, caramelos, "marrons glacés", pastilhas de goma e outras, comprimidas ou não, e produtos semelhantes; café torrado ou moído e chá.

Imposto de 5% para os produtos nacionais e de 7% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Incluem-se entre os derivados do chocolate as farinhas alimentícias que contiverem mais de 30 % de cacau.

2.^a

Entende-se por "chouriço" a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca em fumeiro; por linguiça, o chouriço delgado; e por morcela, a tripa cheia de sangue de porco.

3.^a

A "nota fiscal" de que trata a letra a da Obs. 6.^a desta Tabela será substituída, quando se tratar de fabricante de açúcar, pela nota de remessa criada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (art. 36 do Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939), devendo da mesma constar o valor total da mercadoria.

4.^a

Os fabricantes de açúcar são ainda obrigados a ter o livro modelo 19 e a escriturá-lo de acordo com as instruções nele contidas.

5.^a

Os fabricantes dos produtos desta alínea são ainda obrigados a fazer acompanhar do manifesto modelo 13 a mercadoria entregue aos ambulantes, para distribuição, os quais fornecerão em cada venda a "nota fiscal" modelo 11, que conterá número e data do manifesto, a fim de que na volta à fábrica, nelle sejam deduzidas as vendas efetuadas.

6.^a

Os fabricantes de café torrado ou moido e os moedores de café torrado são obrigados a ter os livros modelos 20 e 21, assim como o boletim diário de estoque de café cru a que se refere o Decreto n.º 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, para confronto com o boletim previsto na letra b, da Obs. 6.^a desta Tabela.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) o melado ou mel de engenho; o mel de abelha e a rapadura, de produção nacional;
- b) a farinha de trigo;
- c) o charque e o toucinho de produção nacional;
- d) as salsichas, linguiças, morcelas e os salgados para aperitivo, não acondicionados em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, latas, caixas, sacos ou envoltórios de apresentação de pano, de "silcome" e de papel impermeável;
- e) os peixes e crustáceos secos ou salgados, a granel, de produção nacional;
- f) os biscoitos e bolachas a granel, assim considerados os que forem vendidos pelos fabricantes em caixões ou barricas não herméticamente fechados,

em latas sem tampa, cestos, sacos não impermeáveis e papel comum para embrulho, recipientes ou envoltórios esses que se destinarem ao simples transporte;

g) os doces chamados de confeitaria, de fácil deterioração;

h) o mate de produção nacional;

i) a banha de porco, o leite condensado ou concentrado em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, a manteiga animal, o requeijão, e o queijo de produção nacional.

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas notas 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a.

XIII

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E MEDICINAIS

O imposto incide sobre :

adesivos sólidos ou líquidos (inclusive esparadrapo); água inglesa; água oxigenada; águas aromáticas ou destiladas, sem perfume; alcoólatos; alcoola-turas; algodão hidrófilo; algodão termogêneo ou outros, compostos com substâncias revulsivas, iodadas e semelhantes; analgésicos; antivírus e arrobes;

bacteriofagos; balas; bálsamos sólidos, líquidos ou pastosos; bastões; bastonetes; biscoitos; buco-vacinas; bugias;

cacau; "cachets"; caldos vacinantes; cápsulas; cataplasmas e se-melhantes; chás compostos ou não; chocolates; cigarros; comprimidos; confeitos; conservas; cremes; creolina e outros produtos semelhantes;

dentifícios em geral; desinfetantes e desodorantes sem perfume; drágeas; elixires; embrocões; emplastos porosos de qualquer qualidade para qualquer fim; emulsões; extratos;

farinhas; fermentos medicinais; filtrados microbianos; fomentações; "fondants";

gáse; geléias; géulas; glóbulos; gotas de qualquer espécie, inclusive as de produtos homeopáticos; granulados de qualquer variedade — esféricos, granuliformes, vermiculados, efervescentes ou não; grânulos;

hidrolatos;

injeções parenterais, uretrais; inseticidas; intratos;

lapis; leite de bismuto e semelhantes; licores; linimentos; líquidos de Dakin; lisofórmio e outros produtos de finalidade semelhante; lísol; loco-vacinas;

magnésias leitosas, fluidas e outras; melitos;

óleos; opoterápicos; oro-vacinas; ouataplasma e semelhantes; ovoides; óvulos;

papéis e envelopes contendo produto de qualquer composição; papéis sinapizados; pastas; pastilhas; pensos protetores para calos e outros fins, simples ou compostos; pérolas; pessários solúveis; pílulas; pomadas; pós medicinais, simples ou compostos, efervescentes ou não; produtos injetáveis por qualquer via e de qualquer natureza; produtos veterinários; produtos homeopáticos;

revulsivos;

sacaretos e sais granulados de qualquer variedade, efervescentes ou não; sementes (Psidium e outros); sinapismos; soluções medicinais de qualquer

natureza para uso interno ou externo, inclusive para injeções; soros biológicos; substâncias sólidas destinadas a injeção por qualquer via, acompanhada ou não de solução dissolyente; suspensões; supositórios;

tabletes; tablóides; tampões medicinais; tinturas; topo-vacinas; trociscos como os de mentol, cristais japoneses e outros;

ungüentos;

vacinas; velas; vermífugos; vinhos;

xaropes;

e todo e qualquer outro produto alopático, homeopático ou veterinário aqui não discriminado, de aplicação interna ou externa, qualquer que seja sua embalagem, acondicionamento ou apresentação.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

O impôsto incide sôbre os produtos de que trata esta alínea, vendidos em embalagem destinada a consumidor sob denominação especial ou de fantasia, dependendo ou não de licença da Saúde Pública.

2.^a

Ficam os fabricantes nacionais dos produtos desta alínea obrigados a imprimir nos rótulos interno e externo das amostras que distribuírem gratuitamente, em tôda a face ou parte que contiver o nome do produto, uma faixa vermelha, com o mínimo de 1/4 da dimensão maior do rótulo ou da face ou parte do envoltório, que terá em negativo a expressão: "Amostra gratis" — em caracteres bem visíveis. Nas ampoulas, permite-se a simples indicação da expressão "Amostra gratis", por gravação, etiquetagem, etc..

3.^a

E' facultado aos fabricantes colocar nas "Amostras gratis" outros dizeres além do que dispõe a nota anterior, no sentido de melhor caracterizá-las.

4.^a

E' proibida a venda de "Amostras gratis".

5.^a

Só é permitida a existência de "Amostras gratis" nas fábricas respectivas, seus depósitos e agentes, nos consultórios médicos e dentários, nos estabelecimentos hospitalares, constituindo contravenção a sua existência em quaisquer outros estabelecimentos.

6.^a

As "Amostras gratis" só poderão sair das fábricas respectivas acompanhadas de notas discriminativas, extraídas de talão numerado seguida e tipográficamente, copiadas a carbono e indicando o nome do destinatário (agente ou visitador, médico, dentista ou hospital).

7.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

- a) a imprimir no rótulo e na bula dos seus produtos as indicações exigidas pelo Departamento Nacional de Saúde;
- b) a lançar na coluna das observações do livro modelo 15 a quantidade e espécie das amostras distribuídas gratuitamente.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) os produtos oficiais injetáveis ou não. Entende-se por produto oficial todo aquele alopático ou homeopático, de fórmula e preparações fixas, inscritos nas farmacopéias ou formulários adotados pelo Departamento Nacional de Saúde e cuja fabricação ou venda independa de licença dessa repartição, sem nome de fantasia, desprovido de bula e de indicações terapêuticas.
- b) as amostras de fabricação nacional para distribuição gratuita a médicos, dentistas e hospitais pelos fabricantes, diretamente ou por intermédio de seus agentes e visitantes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a, 6.^a e 7.^a;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a e 5.^a.

XIV

TINTAS, ESMALTES, VERNIZES E OUTRAS MATÉRIAS

O imposto incide sobre :

tintas, esmaltes, vernizes, massas, pastas, preparações e composições com base de água, álcool, óleo, piroxilina (nitrocelulose), betume, pixe ou alcatrão e de qualquer outra qualidade, para conservação e preparo de superfícies e pinturas em geral, para impressão, para carimbo, para escrever, para desenho ou para outros fins ;

líquidos impermeabilizantes, mordentes e líquidos empregados como veículo de purpurina ou de pós metálicos para dourar, pratear, bronzear e aluminar; dopes, thinners, redutores, retardadores, removedores, solventes, dissolventes e diluentes de qualquer espécie, água-rás, óleo de linhaça, caseína em pó, secantes de qualquer espécie ;

tintas químicas de qualquer cor, cores ou corantes minerais, naturais ou artificiais; anil, anilinas, pigmentos em geral, alvaide de chumbo, de titânio, de zinco, barita ou baritina, blanc fixe (sulfato de bário artificial), carbonato de cálcio, gesso crê, litopônio, negro de fumo, óxido de chumbo (zarcão), de cobre, de ferro, de mercúrio, pós de sapato, pós metálicos para dourar, pratear, bronzear e aluminar; e outras matérias de características semelhantes, para o preparo de tintas, esmaltes, vernizes e outros fins ;

ceras, cera-vernizes, líquidos ou tintas, pomadas, emulsões, cremes, pós pastas, tijolos, tabletes, graxas, saponáceos e quaisquer outras preparações semelhantes servindo para limpar, polir, amaciar ou conservar metais, móveis, soalhos, madeiras, ladrilhos, mármore, correias, couros, calçado, utensílio de

cozinha ou para quaisquer outros fins semelhantes; goma arábica, goma laca, goma sandaraca, pasta para colar; substâncias para tingir, de uso doméstico, tais como "Tintol", "Guarany", "Sucury", e semelhantes;

acetatos ou pirolenhitos de qualquer espécie; produtos intermediários de origem estrangeira para a fabricação de anilinas e outros fins, tais como: ácidos orgânicos I e E, naftiônico, salicílico, sulfanílico, sulfônico, Gama, H, I, R, Neville Winther e semelhantes, aminoantrachinonas, aninofenóis, óleo de anilina, anisidinas, benzidinas, carbazol, cloranilinas, cloridratos de alfanaftilamina, de anilina, de benzidina, de metafeniliendianina, de paraamidofenol, cloroben-zinas, clorofenóis, dianizidina, difenilamina, dimetilaminoazobenzol, dinitrobenzeno, dinitroclorobenzeno, dinitrofenol, dinitrotolulol, etilanilinas, etilbenzilaminas, fenilendiaminas, fenol, fenolftaleína, metanitroanizidina, metatoluiden-diamina, metilanilinas, metilantrachinonas, monoetilortotoluidina, monoetilpara-aminofenolsulfato, naftilaminas, naftóis, nitroanilinas, nitro naftalinas, nitroso-fenol, nitrotoluenos, nitrotoluidinas, resorcina, sulfanilato de sódio, tolidina, to-luidinas, trinitroanisol, xilidina.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os estrangeiros. pago pelo fabricante ou importador.

Notas

1.^a

Os industriais que adquirirem de produtores nacionais ou importarem produtos desta alínea para empregarem como matéria prima de suas indústrias e quiserem gozar de isenção do impôsto farão uma caução, em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal, para garantia da Fazenda Nacional no caso de falta de pagamento do impôsto ou multa, caução que será de 2% sobre o capital da firma, não podendo a mesma ser inferior a Cr\$ 10.000,00, nem superior a Cr\$ 100.000,00. Esta caução poderá ser substituída, a juízo do Diretor das Rendas Internas, por fiança prestada por banco que não esteja em dívida com a Fazenda Nacional por impostos, multas ou responsabilidades assumidas em nome de terceiros.

Serão dispensados dessa caução os industriais que houverem feito a de que cogita a Nota 15.^a, da alínea XXVII.

2.^a

Os produtos adquiridos de fábricas nacionais ou importados com isenção de impôsto não poderão ser vendidos a não ser em casos especiais, mediante permissão da repartição arrecadadora local, a indústria habilitado, nos termos da Nota anterior. Os industriais de que trata esta Nota ficam obrigados a ter e escriturar, diariamente, o livro modelo 22, de acordo com as instruções nele contidas.

Isenções

Estão isentos do impôsto:

- a) os artigos importados ou adquiridos a produtores nacionais, por indústrias, para aplicação exclusiva em produtos de sua fabricação, na forma da Nota 1.^a;
- b) os produtos de origem mineral referidos no Código de Minas;
- c) os esmaltes *vitrificáveis* (fritas metálicas).

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.^a

XV**VELAS**

O imposto incide sobre :

as de cêra, espermacete, estearina, parafina, sêbo ou de quaisquer outras matérias e de qualquer formato.

Imposto de 5% para os produtos nacionais e de 7% para os produtos estrangeiros.

TABELA "B"**PRODUTOS SUJEITOS AO IMPOSTO POR PREÇO TABELADO***Observações*

1.^a O imposto será calculado :

a) quando se tratar de produto nacional — em cada unidade — sobre o preço de venda da fábrica, ou sobre o preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante;

b) quando se tratar de produto de procedência estrangeira — sobre o preço de importação de cada unidade, calculado na forma da letra *b* da Obs. 1.^a da Tabela "A".

2.^a O imposto será pago :

a) nos casos da letra *a* da Obs. anterior pelo fabricante, por meio de estampilhas retangulares comuns adquiridas à repartição arrecadadora local, mediante guia modelo 4, organizada em três vias, e aplicadas em lugar visível de cada unidade tributada, antes da saída da mercadoria do estabelecimento, respeitadas as normas especiais previstas nas alíneas desta Tabela;

b) no caso da letra *b* da Obs. anterior, pelo importador, por meio de estampilhas retangulares comuns adquiridas às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 5, organizada em três vias e aplicadas na forma e na ocasião indicadas na letra *a* desta Obs.; a diferença de imposto entre o produto nacional e o estrangeiro, quando percentual, será recolhida por verba, na própria guia modelo 5.

3.^a Os fabricantes dos produtos desta Tabela, além das demais exigências de caráter geral desta lei e das obrigações especiais estabelecidas nas alíneas, são obrigados a ter o livro modelo 23 e o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas.

4.^a Além das penalidades especiais previstas nas alíneas desta Tabela, incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Obs. 3.^a e os que não aplicarem a estampilha em lugar visível do produto;

b) importância igual ao valor do imposto devido, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de pagar o imposto no todo ou em parte.

XVI

CALÇADOS

O imposto incide sobre :

os de qualquer espécie, tipo, formato, qualidade ou matéria, inclusive as galochas, as perneiras e as polainas, por par, de acordo com o preço de venda no varejo marcado pelo fabricante :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 5,00.....	0,10
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 12,00.....	0,25
De mais de Cr\$ 12,00 até Cr\$ 20,00.....	0,60
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 30,00.....	0,90
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 50,00.....	2,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00.....	3,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00.....	5,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00.....	7,50
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00.....	10,00
De mais de Cr\$ 200,00 por Cr\$ 50,00 ou fração excedente.....	5,00
Artigos de procedência estrangeira, de qualquer preço.....	20,00

Notas

1.^a

O preço de venda no varejo, que servir de base ao estampilhamento, será marcado pelo fabricante na parte interna de cada perneira ou polaina e na externa do solado dos demais produtos, em cada pé, por forma indelével, em caracteres visíveis, de altura não inferior a oito milímetros.

Nos calçados com solado de "crepe-sola" ou lâmina de borracha superposta poderão essas indicações ser feitas por meio de etiquetas de lâminas de borracha ou de couro, com os dizeres estampados ou impressos de modo indelével e de forma a que fiquem, com segurança, colados na parte externa; e nos de solado de fibra ou corda, por meio de rótulos de papel. Os produtos de origem estrangeira ficam dispensados desta marcação de preço.

2.^a

O fabricante poderá marcar o calçado por preço maior do que o recebido do comprador, desde que não exceda o limite da base de incidência imediatamente superior e pague o imposto nesta base.

Isenções

Estão isentos do imposto :

a) os sapatos de ponto de malha de qualquer espécie, para recém-nascidos;

b) os pés isolados de calçados, quando conduzidos por viajantes das respectivas fábricas, como mostruário, desde que contenham nas solas a declaração "amostra para viajante".

Penalidades

Incorrem na multa de :

Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas.

XVII

MÓVEIS

O imposto incide sobre:

os de qualquer matéria e feitio, simples ou mistos, para qualquer fim, desmontados ou não, tais como:

armações; armários; arquivos;
 balanços; balcões; bancos; barracas ou tendas para campo, jardim ou praia;
 bagatelas; bilhares e semelhantes; berços para crianças; biombo; "buffets";
 burras;
 cabides de madeira; cadeiras para qualquer fim; camas; canapés; carrinhos
 berços; carteiras; casas para animais; cavaletes; cestas para papéis, para roupa,
 para serviço de padaria e outros misteres; cofres; cômodas; criados-mudos; con-
 solos; cristaleiras; cúpulas e docéis para cama;
 divãs;
 escadas portáteis; escrivaninhas; estantes; espreçigueadeiras;
 gaiolas para aves; guarda-roupas;
 jardineiras de madeira;
 lavatórios de madeira;
 mancebos; manequins; mesas; mochos;
 paraventos e semelhantes; porta-"bibelots"; porta-chapéus; porta-pratos
 de madeira;
 sapateiras; secadores de roupa; secretárias; sofás; tripés;
 vitrines.

Por unidade ou peça, ainda que se trate de guarnição, conjunto ou mo-
 bília, pelo preço de fábrica ou de importação:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 5,00.....	0,20
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 10,00.....	0,40
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 25,00.....	1,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00.....	2,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00.....	3,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00.....	4,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00.....	6,00
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00.....	8,00
De mais de Cr\$ 200,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente.....	4,00

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50 % calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

Os beneficiadores, reformadores e transformadores são considerados fabri-
 cantes para todos os efeitos legais, cumprindo-lhes pagar a diferença do imposto
 verificada entre a taxa primitiva e aquela a que, de acôrdo com o preço por
 que fôr vendido, ficar sujeito o móvel beneficiado, salvo se do beneficiamento
 resultar o desaparecimento das estampilhas já apostas, hipótese em que ao be-
 neficiador incumbirá o pagamento integral do imposto.

2.^a

Os fabricantes são obrigados a marcar em lugar visível do arca-bouço de cada peça, por ocasião do estampilhamento, em caracteres de altura não inferior a 8 milímetros, o preço da venda que serviu de base ao estampilhamento; e ainda a discriminar na "nota fiscal" modelo 11 o preço de cada peça, em concordância com o que foi marcado, mesmo que se trate de grupo, guarnição ou mobília.

3.^a

Aos fabricantes e comerciantes dos produtos desta alínea aplicam-se o disposto nas Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a, da Tabela "A", e as respectivas penalidades.

4.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a remeter à repartição arrecadadora da localidade do comprador, dentro do prazo de 15 dias, contados da data da emissão, a 2.^a via, tirada a carbono, da "nota fiscal", referente às vendas de produtos inacabados ou destinados a beneficiadores;

b) a ter, quando beneficiadores, reformadores ou transformadores, os livros modelos 24 e 25 e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas.

5.^a

Aos industriais de móveis, quando fabricarem artefatos de madeira e metais, é facultado pagar o imposto pela forma prevista nesta alínea.

Isenção

Estão isentos do imposto os cabides que façam parte integrante de armários, guarda-vestidos e guarda-casacas em número máximo de 12 para cada móvel e quando vendidos conjuntamente com estes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 4.^a;
b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.^a.

TABELA "C"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPOSTO EM RAZÃO DE QUANTIDADE OU DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Observações

1.^a) O imposto será calculado de acôrdo com as bases de incidência previstas nas alíneas desta Tabela e quando fôr devido por meio de estampilhas — será pago pela forma estabelecida na Obs. 2.^a da Tabela "B", respeitadas as disposições especiais previstas em cada alínea.

2.^a) E' aplicável aos fabricantes de produtos desta Tabela o disposto nas Obs. 3.^a e 4.^a da Tabela "B".

XVIII

ÁLCOOL

O imposto incide sobre :

o de uva, cana, mandioca, milho ou batata, ou de qualquer fruta ou planta assim considerado o produto de mais de 74° Gay Lussac.

	Cr\$
Por 0,33 L (meia garrafa)	0,04
Por 0,50 L (meio litro)	0,06
Por 0,66 L (garrafa)	0,08
Por 1 L (litro)	0,12

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

O imposto incide sobre o álcool que fôr empregado no próprio estabelecimento destilador, no preparo de misturas carburantes.

2.^a

O imposto que incide sobre os produtos desta alínea, ressalvados os casos da Nota 3.^a, será recolhido :

a) quando se tratar de venda a industriais — pelo fabricante, à repartição arrecadadora local, antes de iniciada a entrega do produto a consumo por meio da guia modelo 6 organizada em três vias, de forma que nenhum produto saia da fábrica sem que o imposto tenha sido previamente recolhido, e por meio da guia modelo 4, nos outros casos; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias no livro modelo 26, com indicação do imposto pago, o qual será deduzido do que houver sido recolhido adiantadamente, transportados os saldos por ocasião de encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 5 ou 7, conforme o caso, organizada em três vias.

3.^a

O álcool vendido a comerciante varejista ou a particular é sujeito à selagem direta; a estampilha é a "cinta comum" que será aplicada parte na rolha, cápsula ou tampo e parte no recipiente.

4.^a

Não é permitido o desdobramento do álcool em aguardente.

5.^a

E' vedada a baldeação de álcool acondicionado em barris, latas e garrafões de mais de 5 litros, no ato da entrega ao comprador, salvo quando fôr transportado em vagões tanques, tonéis, pipas ou meias pipas.

6.^a

O álcool simples vendido ou remetido a negociante varejista, registrado ou não, ou a consumidor, deverá estar acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro, excluídos desta restrição os estabelecimentos hospitalares e as repartições públicas.

7.^a

A verificação do teor alcoólico será feita sempre calculando-se a percentagem do álcool, em volume, pelo alcoômetro de Gay Lussac, de controle oficial, com divisões decimais, à temperatura de 15.^o C, obedecidas as regras analíticas legais.

8.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei e do que dispõem as Notas anteriores, são obrigados :

a) a remeter ou entregar ao comprador comerciante por grosso as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica;

b) a colar as estampilhas no recipiente que contiver o produto vendido a estabelecimento hospitalar ou repartição pública, inutilizando-as com a data da venda e número da nota fiscal respectiva;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharão os produtos vendidos, além das declarações exigidas nesta lei, a numeração e a capacidade dos volumes em litros;

d) a mencionar na nota fiscal, que são obrigados a extrair, as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade dos recipientes, expressa em litros;

e) a gravar a marca, a procedência, o número do recipiente e sua capacidade expressa em litros : nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo com tinta indelével; nas latas e garrações com mais de cinco litros, por meio de rótulos;

f) a ter o livro modelo 26 e o talão-nota de expedição modelo A, criado pelo artigo 2.^o do Decreto-lei n.^o 5.998, de 18 de novembro de 1943, e a escriturá-los de acordo com as indicações nêles contidas.

g) a utilizar o medidor automático e cumprir as disposições do Decreto-lei n.^o 3.494, de 13 de agosto de 1941.

9.^a

Os que receberem álcool com isenção do imposto para aplicação na indústria ficam obrigados a escriturar todo o movimento do produto em livro próprio.

10.^a

As estampilhas de álcool vendido por comerciante e empregado como matéria prima de qualquer outro produto ou aplicado na indústria serão recolhidas à repartição arrecadadora respectiva, na forma desta lei.

11.^a

Os comerciantes por grosso de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

- a) a engarrafar, selar e rotular o produto e somente assim vendê-lo a varejista ou a consumidor, salvo se o receberem em recipientes até 5 litros ou se o venderem a fabricantes, para aplicação na sua indústria ou a outro comerciante por grosso;
- b) a não abrir para venda a varejo os recipientes até 5 litros;
- c) a ter o livro modelo 23 e o talão-nota fiscal modelo 11, registrando diariamente a entrada e saída dos produtos, o movimento das estampilhas recebidas e o das empregadas ou remetidas ao comprador.

12.^a

Aos comerciantes a varejo de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, cumpre ter todo o estoque do produto acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro.

Isenção

E' isento do imposto :

o álcool aplicado como matéria prima de produtos químicos ou de vinhos licorosos e compostos, desde que os estabelecimentos fabris pertençam à mesma razão social, embora situados em locais diferentes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1 000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 3.^a, 5.^a, 8.^a, 9.^a e 11.^a, letra c;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a, 6.^a, 10.^a, 11.^a, letras a e b e 12.^a;
- c) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior, a Cr\$ 2.500,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 1.^a e 2.^a.

XIX

BEBIDAS

O impôsto incide sôbre :

1

Cerveja:

- a) de alta fermentação:

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,20
0,50 L (meio litro)	0,30
0,66 L (garrafa)	0,40
1 L (litro)	0,60

- b) de baixa fermentação e "chopp":

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,36
0,50 L (meio litro)	0,54
0,60 L (garrafa)	0,72
1 L (litro)	1,08

2

aguardente em geral :

de qualquer modo obtida

a) simples, de graduação alcoólica até 54.º por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,20
0,50 L (meio litro)	0,30
0,66 L (garrafa)	0,40
1 L (litro)	0,60

b) simples, de graduação superior a 54.º; as de alcoólatos de plantas e as compostas, assim consideradas a "laranjinha" e outras adicionadas de caramelo, cascas, ervas, raízes ou essências, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,40
0,50 L (meio litro)	0,60
0,66 L (garrafa)	0,80
1 L (litro)	1,20

c) as rotuladas com as denominações de "armagnac", "genebra", "cognac", "whisky", "gin", "rhum", "brandy", "kirch", "korn", "ron", "wodka", "guetsch" e outras internacionalmente conhecidas, que lhes possam ser assemelhadas, de qualquer graduação alcoólica e ainda as que tiverem as propriedades organoléticas e índices analíticos característicos dessas bebidas, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,00
0,50 L (meio litro)	1,50
0,66 L (garrafa)	2,00
1 L (litro)	3,00

3

aperitivos e bebidas semelhantes :

aperitivos, amargos, "fernets", "bitters", "vermouths", quinados, ferro-quinás, gemados, guaranádos, licores, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,00
0,50 L (meio litro)	1,50
0,66 L (garrafa)	2,00
1 L (litro)	3,00

4

bebidas fermentadas:

a) obtidas exclusivamente pela fermentação alcoólica do suco de frutas ou de plantas :

— até 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

— de mais de 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,16
0,50 L (meio litro)	0,24
0,66 L (garrafa)	0,32
1 L (litro)	0,48

b) obtidas por qualquer fermentação, artificialmente preparadas e obrigatoriamente rotuladas com essa indicação, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,80
0,50 L (meio litro)	1,20
0,66 L (garrafa)	1,60
1 L (litro)	2,40

5

suco integral não fermentado, inclusive o concentrado pelo processo de vácuo, de uva ou de qualquer outra fruta, tolerada a percentagem de álcool até 1%, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

6

vinhos :

a) vinhos, assim considerado exclusivamente o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco de uva madura :

— até 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

— de mais de 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,16
0,50 L (meio litro)	0,24
0,66 L (garrafa)	0,32
1 L (litro)	0,48

b) champagne e outros vinhos espumantes naturais ou gaseificados, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,80
0,50 L (meio litro)	2,70
0,66 L (garrafa)	3,60
1 L (litro)	5,40

7

águas de mesa artificiais, as minerais artificiais e as denominadas "sifão" (assim considerada a água potável adicionada de gás carbônico), "soda", "ginger-ale", "água tônica" e outras, refrescos gasosos e de frutas ou plantas e outras que se lhes possam assemelhar, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,18
0,50 L (meio litro)	0,27
0,66 L (garrafa)	0,36
1 L (litro)	0,54

8

xaropes próprios para refrescos, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,30
0,50 L (meio litro)	0,45
0,66 L (garrafa)	0,60
1 L (litro)	0,90

9

Produtos sólidos para o preparo de águas de mesa (hidrolitol e semelhantes) e outros próprios para o fabrico de refrescos de qualquer qualidade e de qualquer modo acondicionados :

Por 5 gramas ou fração Cr\$ 0,05

Notas

1.^a

Para os fins desta lei considera-se "chopp" o produto do inciso 1 quando acondicionado em barris e "automáticos".

2.^a

Os produtos de procedência estrangeira incluem-se, para pagamento do imposto, na base de incidência mais elevada do respectivo inciso, ficando ainda sujeitos aos acréscimos abaixo indicados, calculados sobre o total das estampilhas a serem adquiridas, recolhidos por verba na própria guia modelo 5: — os dos incisos 1, 2, 3, 5, 7 e 8, com o acréscimo de 100%; os do inciso 4, letra b, com o de 150%; os do inciso 6, letra b, com o de 250%; os do inciso, 4, letra a, com o de 500% e os do inciso 6, letra a, com o de 400%.

3.^a

Os "vermouths", quínados, ferro-quinas, gemados, guaranados e outras bebidas compostas, da mesma espécie, quando produzidos no país, com o emprêgo de 70% no mínimo, de vinho ou de vinho natural de frutas nacionais e de açúcar e álcool, também nacionais, com graduação alcoólica não superior a 18%, pagarão o imposto previsto no inciso 3 desta alínea, com 50% de redução, quando a sua fabricação tenha sido previamente autorizada pela Diretoria das Rendas Internas.

4.^a

Os vinhos nacionais, licorosos ou especializados, adocicados ou secos e alcooolizados, tais como "moscatel", "malvasia", "velho" e semelhantes, estão sujeitos ao imposto do inciso 6 como vinhos de mais de 12% de álcool.

5.^a

Sôbre as bebidas a que se refere o inciso 7, gaseificadas ou não, acondicionadas em recipientes de capacidade de 2 decilitros (1/5 de litro), incide o imposto de Cr\$ 0,07 por unidade, desde que sejam de produção nacional e não contenham qualquer percentagem de álcool.

6.^a

A aguardente convertida em outra bebida, fora da fábrica produtora, fica sujeita ao imposto integral correspondente ao novo produto.

7.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta.

8.^a

As estampilhas são :

a) retangulares comuns — para os produtos sólidos (inciso 9) — coladas em lugar visível, de maneira a inutilizarem-se uma vez aberto o volume;

b) cintas comuns — para os barris e "automáticos" de "chopp" — coladas em uma placa de madeira, cartolina, papel ou papelão, considerando-se selados, quando assim saírem das fábricas; — para os demais barris — aplicadas ao corpo dos mesmos; — para os garrafões de capacidade até 5 litros, garrafas, botijas, frascos, vidros e outros recipientes semelhantes — aplicadas parte na rolha, cápsula ou tampo e parte no gargalo, de modo a romperem-se ao ser aberto o recipiente, ficando as extremidades ao mesmo aderidas; para as latas — coladas no tampo das mesmas.

9.^a

As estampilhas que acompanharem os barris de "chopp" serão assinadas no lado impresso, por ocasião de serem aplicadas, com o nome da firma ou suas iniciais e o número desta alínea, a tinta, picote ou qualquer outro processo mecânico, contanto que o valor das estampilhas e marcações exigidas fiquem visíveis, devendo também conter, de forma a abranger a placa acima referida, a numeração e capacidade do barril, data e número da nota fiscal ou manifesto, permitido o uso de carimbo.

O estampilhamento dos produtos referidos no inciso 9 recairá diretamente sôbre cada unidade de 5 gramas ou fração, quando se tratar de sólidos, e sôbre o total das unidades contidas em cada volume, quando se tratar de outros produtos.

10.^a

Para os recipientes de louça ou vidro de capacidade até 1 L (um litro), é concedida uma tolerância de 10%.

11.^a

A verificação de teor alcoólico de tôdas as bebidas far-se-á calculando-se a percentagem do álcool em volume, pelo alcoômetro Gay Lussac, oficialmente aferido, com divisões decimais, à temperatura de 15.º C, obedecidas as regras analíticas legais.

12.^a

Constitui contravenção a existência em estabelecimentos comerciais ou fabris, de ingredientes que sirvam para adulterar ou falsificar bebidas nacionais ou estrangeiras; e, ainda, desdobrar, colorir e de qualquer forma modificar o estado em que as bebidas saíram das fábricas ou foram importadas. E' permitida aos industriais a posse de tais ingredientes, desde que se destinem, comprovadamente, ao emprêço na fabricação legítima de seus produtos.

13.^a

Os fabricantes e comerciantes que receberem vinho não poderão filtrá-lo nem pasteurizá-lo, salvo se os primeiros o empregarem como matéria prima de outras bebidas ou de vinagre.

14.^a

O disposto na Nota anterior não atinge os cantineiros e beneficiadores que receberem, na zona vinícola, vinho inacabado.

15.^a

As bebidas, quando remetidas ou vendidas por fabricantes ou comerciantes por grosso a negociante varejista, registrado ou não, ou a consumidor, serão acondicionadas em recipientes cuja capacidade não exceda de um litro, excetuados o "chopp" em barril ou automático e o vinho acondicionado em recipiente de capacidade até 5 litros, que assim tenha de ser vendido.

A exigência da obrigatoriedade do engarrafamento do vinho (nacional, natural de uva) fica adstrita aos prazos que forem estabelecidos pelo Ministério da Agricultura para o funcionamento dos entrepostos de que trata o Decreto n.º 2.499, de 16 de março de 1938.

16.^a

E' proibida a venda a torno de bebidas, com exceção do "chopp" acondicionado em barris ou automático.

17.^a

E' proibida a baldeação de bebidas no ato de entrega ao comprador, quando acondicionadas em barris, latas ou garrações de mais de 5 litros, salvo quando se tratar de acondicionamento em vasilhame adaptável à condução por cargueiro ou em vagões tanques, tonéis, pipas ou meias pipas, respeitadas as restrições da Nota 15.^a desta alínea. Em tais casos, será feita menção dessa circunstância na nota fiscal, independente das demais exigências desta lei.

18.^a

Os fabricantes, exceto os de cerveja ou "chopp", além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modelo 23 e o talão nota fiscal modelo 11, escriturando-os de acordo com as indicações nêles contidas, facultando-se aos fabricantes de aguardente optar pelo livro modelo 26;

b) a remeter ou entregar ao comprador as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharem os produtos vendidos, as declarações exigidas por esta lei;

d) a mencionar na nota fiscal que são obrigados a extrair, as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade das vasilhas, expressa em litros;

e) a gravar a marca, a procedência, o número da vasilha e sua capacidade expressa em litros: nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo, com tinta indelével; e por meio de rótulos, nas latas e garrações de mais de cinco litros;

f) a utilizar o medidor automático e cumprir as disposições do Decreto-lei n.º 3.494, de 13 de agosto de 1941, quando fabricarem aguardente de cana;

g) a cumprir, no que lhes forem aplicáveis, as exigências das letras a, b e c da nota 32.^a

19.^a

Os fabricantes de cerveja ou "chopp", além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modelo 27, escriturando-o de acordo com as instruções nêle contidas;

b) a dar saída aos barris e automáticos de "chopp" acompanhados da respectiva nota fiscal ou manifesto, contendo, além das demais exigências desta lei, a data da saída do produto da fábrica;

c) a dar saída à cerveja de que trata o inciso 1, alínea a, com as estampilhas apostas aos recipientes inutilizadas na forma do art. 76, trazendo sempre a indicação da data (dia, mês e ano), da sua saída da fábrica; devendo essa indicação ser feita por meio de carimbo, com tinta indelével ou a picote. Só os recipientes de cerveja desse tipo devolvidos às fábricas poderão sair destas com as respectivas estampilhas inutilizadas com a data do dia anterior;

d) a cumprir o que dispõem as letras d e e da Nota 18.^a.

20.^a

Vinho é o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, ficando proibida a venda, sob tal denominação, de produtos obtidos por outra qualquer forma. Quando o líquido fôr obtido pela fermentação alcoólica do suco produzido por qualquer outra fruta ou cana, a designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se logo o nome do suco fermentado. Exemplos: "vinho de caju", "vinho de laranja", "vinho de cana", etc. (Lei n.º 549, de 29 de outubro de 1937, artigo 2.º e seus §§ 1.º e 2.º).

21.^a

Considera-se matéria prima para o vinho, o mosto, isto é, o produto do esmagamento da uva, com ou sem a presença de bagaço, bem como o mosto concentrado, quando empregado exclusivamente nas zonas vinícolas, para a correção do vinho.

22.^a

São proibidos todos os processos empregados para imitar o vinho natural ou produzir vinho artificial. Os vinhos importados do estrangeiro somente poderão ser consumidos em espécie, não podendo sofrer qualquer transformação que altere sua marca, classe ou tipo.

23.^a

Considera-se falsificar vinhos:

- a) desdobrar, colorir e de qualquer forma modificar o estado em que saírem das fábricas ou forem importados;
- b) aproveitar para vinho o bagaço de uva já fermentado;
- c) obter vinhos, inculcando-os como naturais de uva, pela fermentação de mostos concentrados, passas de uva ou de qualquer outra fruta, bem como, fora da zona vinícola, pela fermentação de mostos conservados por qualquer processo.

24.^a

Os lavradores elaborantes de vinho natural, empregando produtos da própria lavoura, poderão remetê-los acompanhado da guia modelo 10, com o imposto a pagar, desde que a remessa seja feita a fabricante registrado para o fabrico de vinho, estabelecido na mesma circunscrição fiscal.

25.^a

A venda de estampilhas para selagem de vinhos estrangeiros só será feita quando a respectiva guia de aquisição estiver visada por um funcionário do Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura.

26.^a

Aos fabricantes que infringirem a Nota 22.^a não serão fornecidas estampilhas para selagem de vinhos.

27.^a

Os fabricantes de vinho que também receberem o produto com o imposto a pagar, na forma do disposto na Nota 24.^a, ficam obrigados a lançar, no mesmo dia, na coluna de produção do seu livro de escrita fiscal modelo 23, desdobrada para este fim, a entrada do vinho, com a declaração da sua quantidade, do número e data da guia de remessa modelo 10, do nome do remetente e da procedência da mercadoria.

28.^a

Os lavradores elaborantes de vinho que também derem saída ao produto com o imposto a pagar, na forma da Nota 24.^a, deverão possuir, além do talão-guia modelo 10, o livro de escrita fiscal modelo 28, no qual discriminarão os produtos vendidos com o imposto pago ou a pagar.

29.^a

Os mesmos lavradores elaborantes do vinho, quando derem saída ao produto com o imposto a pagar, são obrigados a remeter uma via da guia modelo 10 à repartição fiscal a que estiverem subordinados e outra ao destinatário da mercadoria.

30.^a

Os fabricantes de vinhos compostos, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

- a) a fabricá-los de acôrdo com as exigências da Nota 3.^a e a usar, no engarrafamento e encaixotamento, exclusivamente frascos e caixas nacionais;
- b) a dar saída dos vinhos compostos que fabricarem, acondicionados em recipientes de capacidade não superior a um litro, selados e rotulados, mesmo quando vendidos a atacadistas;
- c) a ter o livro modelo 29, e a escriturá-lo de acôrdo com as instruções nêle contidas;
- d) a anotar na coluna das observações dêsse livro as compras de frascos e caixas que fizerem em obediência à letra a, devendo conservar as notas fiscais ou faturas, para exhibi-las aos agentes do fisco, quando solicitadas.

31.^a

A fabricação de vinhos compostos em desacôrdo com a Nota 3.^a e com a letra a da Nota 30.^a, determinará, além da multa, a cassação imediata da autorização concedida ao fabricante pela Diretoria das Rendas Internas, passando a incidir os produtos no imposto total do inciso 3, letra a desta alínea.

32.^a

Os comerciantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

— os grossistas :

- a) engarrafar, selar e rotular os produtos nacionais ou estrangeiros, e somente assim vendê-los a varejistas ou a consumidores, salvo quanto aos importados ou recebidos em recipientes até 5 litros;
- b) a não abrir para venda a varejo os recipientes até 5 litros;
- c) a rotular os produtos que engarrafarem, indicando, além da marca, o país estrangeiro ou Estado do Brasil de sua produção, a firma do engarrafador e o local do engarrafamento (cidade, rua e número);

— os de aguardente, por grosso:

- d) a ter o livro modelo 30, onde registrarão diáriamente a entrada e saída dos produtos, bem como o movimento das estampilhas empregadas ou remetidas ao comprador;
- e) a observar o que dispõe o art. 115, letra a;

— os varejistas, em geral:

- f) a fazer o estampilhamento dos produtos no mesmo dia em que abrirem os volumes fechados adquiridos de comerciantes grossistas;
- g) a fazer o engarrafamento dos líquidos de forma que, iniciado em relação a um determinado volume, fique todo o conteúdo acondicionado, rotulado e selado no mesmo dia;

h) a conservar em seu poder as notas fiscais recebidas com a cerveja ou "chopp" enquanto existir no estabelecimento a mercadoria a que corresponderem, a fim de serem examinadas pela fiscalização em confronto com a referida mercadoria e as respectivas estampilhas;

i) a só vender em recipientes, cuja capacidade não exceda de um litro, devidamente selados e rotulados, os vinhos que importarem diretamente do estrangeiro em vasilhame de capacidade de mais de 5 litros;

j) a só dar entrada em seu estabelecimento a bebidas acondicionadas em recipientes de capacidade até um litro, salvo o caso da letra i desta Nota e o "chopp" acondicionado em barris ou automáticos, destinado à venda a tórno no próprio estabelecimento, não podendo possuir estoque de qualquer outro modo acondicionado;

k) a só vender em sua embalagem original o vinho acondicionado em recipientes cuja capacidade não exceda de 5 litros, não sendo permitida a sua abertura para venda a varejo, excetuado dessa proibição o retalhamento do vinho nacional, natural de uva, contido em recipiente de capacidade até um litro, desde que o produto tenha de ser consumido no próprio estabelecimento varejista.

Isenções

Estão isentos do imposto:

a) a aguardente nacional requisitada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para ser redestilada e transformada em álcool;

b) os vinhos empregados como matéria prima na fabricação do alcool e do vinagre, quando os respectivos estabelecimentos fabris estiverem localizados na mesma circunscrição fiscal e pertencerem à mesma firma;

c) as águas minerais sob o regime do Código de Minas, ainda que gasificadas com gás da própria fonte.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 17.^a, 18.^a, letras a, c, d e e, 19.^a, letras a, b e d, 24.^a, 25.^a, 27.^a, 28.^a, 29.^a, 30.^a, letras c e d, e 32.^a, letras d, e, f e g;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 12.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, letra f, 19.^a, letra c, 20.^a, 21.^a, 22.^a, 23.^a, 30.^a, letras a e b, 31.^a e 32.^a, letras a, b, c, h, i, j e k.

XX

CARTAS DE JOGAR

O imposto incide sobre:

baralhos e cartas de jogar de qualquer matéria e para qualquer fim:
por maço de 56 cartas ou fração Cr\$ 1,50

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 100%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

*Notas**1.^a*

Os baralhos e cartas de jogar de produção nacional, até 5 centímetros na maior dimensão de cada carta, ficam sujeitos ao imposto de Cr\$ 0,10.

2.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta, devendo as estampilhas ser apostas no envoltório, de maneira a se romperem por ocasião da abertura.

3.^a

Os baralhos e cartas de jogar não poderão permanecer na fábrica depois de acabados, nem ser submetidos a despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda sem se acharem acondicionados e fechados em caixas, maços ou outros invólucros.

4.^a

O estampilhamento se fará ao sair da fábrica quando se tratar de produto nacional, ou dentro do prazo de 8 dias, contados da data da sua saída da Alfândega, quando de procedência estrangeira.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 4.^a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 3.^a.

XXI

LÂMPADAS ELÉTRICAS

O imposto incide sobre :

lâmpadas de qualquer qualidade para iluminação.

Por unidade :

	Cr\$
Até 60 "watts"	0,12
Até 600 "lúmens"	0,12
Mais de 60 "watts" até 75 "watts"	0,40
Mais de 600 "lúmens" até 1.000 "lúmens"	0,40
Acima de 75 "watts", por 75 "watts" ou fração	0,50
Acima de 1.000 "lúmens" por 1.000 "lúmens" ou fração	0,50

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o total do imposto a ser recolhido de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

O impôsto que incide sôbre os productos desta alínea será recolhido :

a) quando se tratar de producto nacional — pelo fabricante à repartição arrecadadora local, antes de iniciada a entrega do producto a consumo por meio de guia modelo 6 organizada em três vias, de fórma que nenhum producto saia da fábrica sem que o impôsto tenha sido prèviamente recolhido; as guias, conhecimentos e notas fiscaes serão lançados dentro de três dias no livro modelo 23 com indicação do impôsto applicado, transportados os saldos por ocasião do encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de producto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, na ocasião do despacho, por meio de guia modelo 7 organizada em três vias.

2.^a

As lâmpadas marcadas em “velas” ou “C.P.” (candlepower) ficam sujeitas ao mesmo impôsto das marcadas em “watts” à base de 1 “Watt” por “vela” ou “C.P.”, e as lâmpadas para iluminação pública, em sistema série, de corrente constante, na base de “lúmens”.

XXII

VINAGRE

O impôsto incide sôbre :

1

vinagrè para uso alimentar, inclusive o composto para conserva, o aromatizado “à l'estragon” e semelhantes :

a) obtido pela fermentação acética do vinho, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,02
0,50 L (meio litro)	0,03
0,66 L (garrafa)	0,04
1 L (litro)	0,06

b) obtido pela fermentação acética do vinho de outras frutas ou de cana por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,04
0,50 L (meio litro)	0,06
0,66 L (garrafa)	0,08
1 L (litro)	0,12

c) obtido pela fermentação acética de outros líquidos alcóolicos por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

2

vinagre industrial, por :

1 L (litro) ou fração 0,60

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao impôsto de 30%, calculado sôbre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

Só se considera "vinagre" o produto de fermentação acética do vinho (natural de uva).

2.^a

Quando o vinagre fôr o obtido pela fermentação acética dos vinhos de frutas (excetuada a uva) ou de cana, ou pela fermentação acética de líquidos alcoólicos, a sua designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se em seguida à palavra "vinagre" o nome da substância que o produziu. Exemplos: "Vinagre de vinho de laranja", "Vinagre de vinho de cana", "Vinagre de álcool", etc. (Lei n.º 549, de 20 de outubro de 1937, art. 12, parágrafo único).

3.^a

Considera-se "vinagre industrial" o produto obtido pela diluição em água ou líquido fermentado ou não, do ácido acético, líquido ou sólido, ácido pirolenhoso ou semelhante, para fins industriais e que assim fôr rotulado ou marcado.

4.^a

E' proibida a venda, para uso alimentar dos vinagres de que trata o inciso 2, sendo obrigatória, nos rótulos dêsses produtos, a indicação — "Para fins industriais" — em caracteres bem visíveis, de dimensões não inferiores a oito milímetros.

5.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta.

6.^a

A estampilha é a cinta comum, que será aposta parte no tampo e parte no corpo do objeto.

7.^a

O vinagre sômente será vendido em recipiente de capacidade superior a um litro, a negociantes por grosso registrados para tal fim, a industriais, hospitais, asilos, colégios, corporações militares e departamentos oficiais.

8.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a indicar no rótulo o número do registro no Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura ou repartição federal competente;

b) a cumprir, respeitadas as restrições desta lei, o disposto nas Notas 16.^a, 17.^a e 18.^a, letras a, b, c, d, e e g da alínea XIX.

9.^a

Os comerciantes por grosso de vinagre, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

- a) a engarrafar, rotular e selar o vinagre nacional ou estrangeiro, em recipiente de capacidade até um litro, e somente assim vendê-lo a varejista ou a consumidor;
- b) a indicar no rótulo do vinagre que engarrafarem, a marca, o país estrangeiro ou Estado do Brasil de sua produção, a firma do engarrafador e o local do engarrafamento.

10.^a

Os comerciantes varejistas de vinagre, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

- a) a cumprir o disposto nas letras a e b, da Nota anterior, quando importarem vinagre do estrangeiro;
- b) a só vender vinagre em recipientes cuja capacidade não exceda de um litro;
- c) a cumprir, respeitadas as restrições desta lei, e sujeitos às mesmas penalidades, o disposto na Nota 32.^a, da alínea XIX;
- d) a só dar entrada em seu estabelecimento, a vinagre nacional acondicionado em recipiente de capacidade até um litro.

Penalidades

Incorrem na multa de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a, 4.^a, 6.^a, 8.^a e 9.^a letra b;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 7.^a, 9.^a, letra a e 10.^a, letras b e d.

TABELA "D"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR MAIS DE UM REGIME OU POR SISTEMA

ESPECIAL

Observação

A incidência, cálculo do imposto, processo de pagamento, obrigações dos fabricantes e respectivas penalidades, referentes aos produtos desta Tabela, serão regulados:

- a) quando se tratar de produto sujeito ao imposto "ad valorem" — pela forma estabelecida nas Obs. à Tabela "A";
- b) quando se tratar de produto sujeito ao imposto por preço tabelado — pela forma estabelecida nas Obs. à Tabela "B";
- c) quando se tratar de produto sujeito ao imposto em razão de quantidade ou de características técnicas — pela forma estabelecida na Obs. à Tabela "C";
- d) quando se tratar de produtos sujeitos ao imposto por sistema especial — pela forma prevista na respectiva alínea.

XXIII

FÓSFOROS E ISQUEIROS

O imposto incide sobre:

1

fósforos de madeira, de cera ou de qualquer espécie, por unidade:

	Cr\$
Carteira ou caixa, contendo até 20 palitos	0,08 ^b
Carteira ou caixa, contendo mais de 20 até 60 palitos	0,10 ^c
Cada 60 palitos a mais ou fração dessa quantidade, contida na mesma carteira ou caixa, mais	0,10 ^c

2

bolinhas acendedoras ou fósforos em pílulas ou de qualquer outra forma ou feitio, por unidade:

Carteira ou caixa, contendo até 20 bolinhas ou pílulas	0,08 ^b
Carteira ou caixa, contendo mais de 20 até 60 bolinhas ou pílulas	0,10 ^c
Cada 60 bolinhas ou pílulas a mais ou fração dessa quantidade na mesma carteira ou caixa, mais	0,10 ^c

3

metais e metalóides e pedras de tamanho até 5 milímetros, preparados para isqueiros ou acendedores automáticos de qualquer forma acondicionados, *por unidade*: Cr\$ 0,10, cobrando-se mais Cr\$ 0,10, por 5 milímetros ou fração excedente dos aludidos objetos.

4

isqueiros ou acendedores não elétricos e quaisquer outros aparelhos semelhantes destinados a fins idênticos, por unidade:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 5,00	0,50
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 10,00	1,00
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 25,00	3,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00	10,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00	20,00
De mais de Cr\$ 100,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente	20,00

Notas

1.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta.

2.^a

Os produtos do inciso 3 poderão ser acondicionados em envoltórios com a venda da fábrica ou da importação.

3.^a

O processo de pagamento do imposto, de escrituração e as penalidades, regulam-se pelo disposto nas Obs. 2.^a, 3.^a e 4.^a da Tabela "B".

4.^a

Aos fabricantes e comerciantes dos produtos do inciso 4, aplica-se ainda o disposto nas Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a, da Tabela "A".

5.^a

É vedado o comércio a granel dos produtos dos incisos 1 e 2, os quais só poderão transitar, ser expostos à venda ou vendidos, em carteiras ou caixas.

6.^a

É vedada a transferência de fósforos para acabamento ou beneficiamento fora da fábrica produtora.

7.^a

Os produtos do inciso 4 estão sujeitos ao imposto de acôrdo com o prêço tendo no máximo 10 unidades, devendo as estampilhas, neste caso, ser apostas no envoltório.

Penalidades

Incorrem na multa de :

Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 os que infringirem o disposto nas Notas 5.^a e 6.^a.

XXIV

FUMO

O impôsto incide sôbre :

1

charutos, com base no preço de venda do fabricante, por unidade :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 200,00 por milheiro.....	0,03
De mais de Cr\$ 200,00 até Cr\$ 400,00, idem.....	0,06
De mais de Cr\$ 400,00 até Cr\$ 700,00, idem.....	0,15
De mais de Cr\$ 700,00 até Cr\$ 1.000,00, idem.....	0,30
De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 1.400,00, idem.....	0,45
De mais de Cr\$ 1.400,00 até Cr\$ 1.800,00, idem.....	0,70
De mais de Cr\$ 1.800,00 até Cr\$ 2.500,00, idem.....	0,90
De mais de Cr\$ 2.500,00 até Cr\$ 3.000,00, idem.....	1,20
De mais de Cr\$ 3.000,00 até Cr\$ 3.500,00, idem.....	1,50
De mais de Cr\$ 3.500,00 até Cr\$ 5.000,00, idem.....	2,00
De mais de Cr\$ 5.000,00.....	2,50
Estrangeiros, de qualquer preço.....	2,50

2

cigarros e cigarrilhas, com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 0,80.....	0,24
De mais de Cr\$ 0,80 até Cr\$ 1,00.....	0,34
De mais de Cr\$ 1,00 até Cr\$ 1,20.....	0,44
De mais de Cr\$ 1,20 até Cr\$ 1,50.....	0,56
De mais de Cr\$ 1,50 até Cr\$ 2,00.....	0,84
De mais de Cr\$ 2,00 ou sem preço marcado.....	1,34
Estrangeiros, de qualquer preço.....	2,50

3

	Cr\$
rapé, por 125 gramas ou fração, pêso líquido.....	0,10

4

	Cr\$
fumo desfiado, picado, migado ou em pó, por 25 gramas ou fração, pêso líquido.....	0,15

5

	Cr\$
fumo estrangeiro em corda, em fôlha ou em pasta, por quilograma ou fração, pêso líquido.....	0,60

Notas

1.^a

Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas, preparados com fumo manipulado na própria fábrica, além da importância das estampilhas para êsses produtos, recolherão, por verba lançada nas respectivas guias pela repartição arrecadadora, o impôsto relativo ao fumo a empregar, na razão de Cr\$ 0,12 por vintena ou fração, representada na quantidade das estampilhas pedidas.

2.^a

Entende-se por cigarrilha o produto feito com capa de fôlha de fumo envolvendo fumo desfiado, picado, migado ou em pó; e por charuto, o produto semelhante envolvendo fôlhas de fumo, inteiras ou partidas.

3.^a

Considera-se matéria prima o fumo em bruto, a saber : em corda, em rôlo, em pasta ou em fôlha.

4.^a

São admitidas as seguintes quebras para o fumo em bruto, quando preparado :

a) fumo em fôlhas, inclusive o "chinês", quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso :

destalo	18 %
pó	2 %
total	<u>20 %</u>

b) fumo em corda ou em rôlo :

pó	10 %
--------------	------

c) fumo em molhos, assim considerado o acondicionamento peculiar aos Estados do Amazonas e Pará : 28 %;

d) nos depósitos, somente quando se tratar de fumos importados :

fumo em fôlha	3 %
fumo em rôlo	5 %

5.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta; exceto o fumo em fôlha, em corda ou em pasta, estrangeiro, cujo impôsto será recolhido por meio de guia, em três vias, por ocasião do despacho.

6.^a

As estampilhas são :

a) retangulares especiais para maços, pacotes, caixas, latas, potes e carteiras de cigarros e cigarrilhas, para pacotes de fumo, de qualquer procedência e para os charutos estrangeiros, aplicadas em lugar visível, de maneira a inutilizarem-se uma vez aberto o volume; nos pacotes contendo 100 ou mais gramas de fumo, serão utilizadas duas ou mais estampilhas coladas ao fêcho de ambas as extremidades do volume;

b) cintas especiais para charutos nacionais, aplicadas em cada um de per si, em forma de anel.

7.^a

As estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas preparados com fumo manipulado noutra fábrica, requererem às repartições fiscais, serão vendidas à razão de 50 vintenas de cigarros e cigarrilhas por quilograma de fumo. As guias deverão ser acompanhadas dos retalhos dos pacotes de fumo em que estiverem coladas as estampilhas e conter a declaração do valor destas.

8.^a

Nos volumes contendo mais de uma vintena de cigarros ou cigarrilhas, é obrigatória a aplicação de tantas estampilhas quantas sejam as vintenas ou fração.

Os maços e pacotes de cigarros e cigarrilhas serão envolvidos em papel, fechados e colados, devendo sobre o papel ser aposta a estampilha.

9.^a

Cada maço, lata, carteira, caixa ou invólucro de cigarros ou cigarrilhas nacionais só poderá conter uma vintena, ou seus múltiplos, de tais produtos.

10.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado, para ser vendido a consumidor, somente em pacotes bem ajustados, caixas ou latas, devidamente fechadas, que tenham o peso mínimo de 25 gramas e o máximo de um quilograma;

b) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, somente em pacotes de papel, devidamente ajustados e fechados, com o peso de cinco quilogramas;

c) a vender fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas unicamente a fabricante desses produtos, devidamente registrado;

d) a ter o livro modelo 31 para lançamento do fumo vendido a fabricante de cigarros ou de cigarrilhas, do qual constarão o nome e residência deste, assim como o número e a data da respectiva "Patente de Registro";

e) a carimbar ou marcar com a data da entrega ou remessa os pacotes de fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, de forma que fique parte do carimbo sobre as estampilhas e parte sobre o papel do pacote;

f) a recolher o imposto do fumo desfiado, picado ou migado empregado em cigarros ou cigarrilhas, de conformidade com a Nota 1.^a, sendo considerado fabricante de fumo desfiado, picado ou migado o que praticar estes processos, embora para emprêgo do fumo assim preparado somente nos seus produtos;

g) a mencionar no livro modelo 32 o imposto pago por verba sobre o fumo empregado em cigarros e cigarrilhas;

h) a apresentar, no mínimo, uma produção de fumo desfiado, picado ou migado, que corresponda a 80 % do fumo em folha, inclusive o "chinês", quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso, e a 90 % do fumo em corda ou em rôlo, de acordo com a Nota 4.^a;

i) a ter o livro modelo 33, para o lançamento da entrada e saída do fumo em corda ou em folha.

11.^a

Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas, com fumo de produção alheia, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a adquirir as estampilhas para todo o fumo constante da nota ou fatura, devendo esta ser apresentada à repartição, a fim de ser visada, juntamente com as guias de aquisição das estampilhas e com o retalho selado dos pacotes do aludido fumo;

b) a não retirar dos pacotes de fumo o retalho selado, senão quando tiverem de adquirir selos para os cigarros e cigarrilhas a serem fabricados;

c) a não retirar o fumo dos respectivos pacotes, senão quando tiverem de iniciar a fabricação dos cigarros ou das cigarrilhas;

d) a apresentar ao agente do fisco, sempre que fôr exigido, as estampilhas para cigarros ou cigarrilhas correspondentes aos pacotes de fumo, dos quais já tenha sido retirado o retalho selado;

e) a empregar o fumo adquirido unicamente no fabrico de cigarros ou de cigarrilhas.

12.^a

Os comerciantes atacadistas, comissários e consignatários de fumo em bruto, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a ter o talão-nota fiscal modelo 11 e o livro modelo 34, no qual lan-

çarão diariamente a entrada e saída do fumo de qualquer procedência, mencionando o imposto pago sobre o de procedência estrangeira;

b) a lançar, na coluna das observações do livro da escrita fiscal, a quantidade, espécie e destino do fumo exportado para o estrangeiro;

c) a apresentar ao agente do fisco, sempre que lhe for exigido, o livro referido na letra a, e bem assim as notas ou faturas de compra de fumo nacional, as guias de pagamento do imposto do fumo estrangeiro e as guias dos despachos de exportação;

d) os comerciantes atacadistas, comissários e consignatários de fumo em bruto, ficam obrigados a entregar, mensalmente, à repartição fiscalizadora, cópia fiel dos lançamentos feitos no livro modelo 34.

13.^a

Os fabricantes de cigarros e de cigarrilhas são obrigados a marcar no rótulo de cada maço, carteira, lata, caixa ou invólucro, de forma indelével, em caracteres bem visíveis, cuja altura não seja inferior a cinco milímetros, o respectivo preço de venda no varejo, que serviu de base ao estampilhamento, de acordo com a tabela do inciso 2 e pela seguinte forma :

“Preço no varejo Cr\$...”.

14.^a

Os cigarros e cigarrilhas nacionais não poderão ser vendidos por preço superior ao que for indicado pelo fabricante e que servir de base ao estampilhamento.

15.^a

Aos fabricantes e comerciantes de charutos aplicam-se as disposições das Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a da Tabela “A”.

16.^a

Quando os preços dos produtos do inciso 1 variarem segundo a maior ou menor quantidade em que forem vendidos, tomar-se-á por base, para pagamento do imposto, o preço exigido pela menor quantidade.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) o pó de fumo ou de tabaco sem preparo;
- b) o pó de fumo correspondente à quebra de que trata a Nota 4.^a, bem assim o que for desnicotizado ou desnaturado por qualquer processo, de modo a não poder ser fumado;
- c) o fumo em corda ou em folha, de origem nacional.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 6.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a, letras d, e, g e i e 12.^a;
- b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 13.^a e 14.^a;

c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 os que infringirem o disposto nas Notas 10.^a, letras a, b e c e 11.^a;

d) Importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 2.500,00, os que infringirem o disposto na Nota 10.^a, letras f e h.

XXV

GASOLINA, QUEROSENE, ÓLEOS E CARBURETO DE CÁLCIO

O imposto incide sobre :

1

gasolina e óleos

de produção nacional, por quilograma ou fração, pêsos líquidos :

	Cr\$
a) — gasolina	0,62
b) — querosene	0,28 ⁵
c) — óleos refinados combustíveis para motores de combustão interna ("Diesel") e óleos iluminantes para fabricação de gás ("gás oil") e para lamparinas de mecha ("sinal oil")	0,06 ⁵
d) — óleos refinados combustíveis para fornos e caldeiras de vapor.	0,05
e) — óleos lubrificantes simples, compostos e emulsivos	0,35

2

	Cr\$
carbureto de cálcio, de qualquer procedência, por quilograma ou fração, pêsos líquidos	0,04

Notas

1.^a

Os produtos do inciso 1, quando de procedência estrangeira, ficam sujeitos ao imposto único instituído pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940.

2.^a

Para o comércio dos produtos do inciso 1, de procedência estrangeira, continuam em vigor as disposições do Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940.

3.^a

O imposto que incide sobre os produtos do inciso 1, quando de produção nacional e sobre os do inciso 2, de qualquer procedência, será satisfeito de acordo com o disposto na Obs. 2.^a, letras a e b da Tabela "A".

4.^a

Os fabricantes ficam obrigados às exigências previstas nas letras a e b da Obs. 6.^a da Tabela "A", sujeitos às penalidades respectivas.

XXVI

GUARDA-CHUVAS

O impôsto incide sôbre :

guarda-chuva ou guarda-sol, por unidade :

Cr\$

a) — com varetas até 25 centímetros de comprimento, cobertos qualquer tecido ou matéria, excetuados a seda e os tecidos de fios químicos.....	0,30
b) — idem, cobertos com seda e tecidos de fios químicos ou renda	1,00
c) — com varetas de mais de 25 até 70 centímetros de comprimento, cobertos com qualquer tecido ou matéria, excetuados a seda e os tecidos de fios químicos.....	2,00
d) — idem, cobertos com seda e tecidos de fios químicos ou renda..	5,00
e) — com varetas de mais de 70 centímetros de comprimento, cobertos com qualquer tecido ou matéria.....	10,00

Notas

1.^a

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao impôsto de 60 %, calculado sôbre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

2.^a

O produto com cabo de prata, ouro ou platina, guarnecido ou não de pedras preciosas ou semi-preciosas, fica sujeito ao impôsto de Cr\$ 25,00, além do impôsto devido, de acôrdo com a alínea X da Tabela "A".

3.^a

O estampilhamento será feito imediatamente depois de fabricado o produto, considerando-se ultimado o guarda-chuva ou guarda-sol já coberto e ao qual não tenha sido ainda adaptado o cabo, ponteira ou biqueira, incidindo, outrossim, o impôsto sôbre a cobertura nova aplicada ao guarda-chuva ou guarda-sol.

4.^a

Aos fabricantes e importadores de produtos desta alínea aplica-se o disposto nas Obs. 2.^a e 4.^a da Tabela "B". bem como as multas respectivas. Os fabricantes ficam obrigados a ter o livro modelo 23 e o talão-nota fiscal modelo 11 e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas.

5.^a

O fabricante que receber guarda-chuva ou guarda-sol para reforma terá, autenticado pela repartição competente, um talão especial, de onde extrairá nota por meio de carbono para ser entregue ao proprietário, indicando nome e residência dêste.

6.^a

Entende-se por fio químico o que assim é definido nos arts. 8.º e 9.º do Decreto-lei n.º 2.630, de 5 de maio de 1938.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o dispôsto nas Notas 4.^a “in-fine” e 5.^a;

b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o dispôsto na primeira parte da Nota 3.^a.

XXVII

PERFUMARIAS E ARTIGOS DE TOUCADOR

O impôsto incide sôbre:

1

águas de Colônia, de quina, de rosas quando preparadas em álcool e de alfazema; águas de “maquillage” e de beleza; amônias para “toilette”;

bandolinas; batons; brilhantinas;

carmins; “crayons” para “maquillage”, cremes, pastas e pomadas, próprias para amaciar, embelezar, limpar ou preservar a pele, o cabelo ou a barba;

depilatórios; desodorantes preparados com perfume; destruidores de pêlculas;

esmaltes e outros produtos para conservação ou embelezamento das unhas; extratos;

fixadores de cabelo e preparações semelhantes;

lança-perfumes, lentilhas perfumadas, loções;

óleos perfumados artificialmente;

pastilhas perfumadas; pós de arroz e de sabão; pós para uso de toucador; preparados para proteger ou colorir a pele e os destinados a frisar ou alisar o cabelo;

“rouges”;

sabões e sabonetes de qualquer forma preparados, inclusive os de óleo de côco, fabricados a frio; sais perfumados para banhos e outros fins; saquinhos, almofadas e cabides perfumados;

tabletes e trociscos ou troquiscos perfumados; talco com ou sem perfume e adicionado ou não de substâncias aderentes ou medicamentosas; tinturas e tônicos;

vernizes para conservação ou embelezamento de unhas; vinagres aromáticos;

e todo e qualquer outro produto similar aos mencionados nesta alínea, que se destine a uso de toucador ou que seja indicado como tal pelo fabricante.

Impôsto com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, ou importador, *por unidade* :

Até Cr\$ 2,00	Cr\$ 0,10
De mais de Cr\$ 2,00 até Cr\$ 3,00	Cr\$ 0,20
De mais de Cr\$ 3,00 até Cr\$ 4,00	Cr\$ 0,30
De mais de Cr\$ 4,00 até Cr\$ 5,00	Cr\$ 0,40
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 7,50	Cr\$ 0,60
De mais de Cr\$ 7,50 até Cr\$ 10,00	Cr\$ 0,80
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 15,00	Cr\$ 1,20
De mais de Cr\$ 15,00 até Cr\$ 20,00	Cr\$ 2,00
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 35,00	Cr\$ 3,80
De mais de Cr\$ 35,00 até Cr\$ 50,00	Cr\$ 6,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00	Cr\$ 10,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00	Cr\$ 14,00
De mais de Cr\$ 100,00, por Cr\$ 100,00 ou fração excedente	Cr\$ 15,00

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas, de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

2

Óleos essenciais, simples ou combinados, naturais ou artificiais, compreendidos os produtos químicos aromáticos, que constituam matéria prima básica de perfumaria.

Imposto de 40% calculado sobre o preço de venda ou da importação, pago pelo fabricante, ou importador.

Notas

1.^a

Os produtos incluídos nesta alínea, mesmo considerados especialidades farmacêuticas pelo órgão competente, ficam sujeitos ao imposto como perfumaria e artigos de toucador.

2.^a

Ficam também sujeitos ao imposto referido nesta alínea as loções, tônicos e preparações semelhantes, perfumados, mesmo indicados para avigorar os cabelos e a barba ou curar doenças do couro cabeludo, bem como os não perfumados que não forem considerados especialidades farmacêuticas pelo órgão competente.

3.^a

As amostras de extratos, loções, tinturas, tônicos, batons, depilatórios, desodorantes, destruidores de películas, esmaltes e vernizes para unhas, pastilhas e lentilhas, rouges, trociscos e troquiscos, águas de Colônia, de quina, de rosas, de alfazema, que tiverem o peso bruto máximo de 5 gramas, bem como as dos demais produtos do inciso 1 que tiverem o peso bruto máximo de 10 gramas e trouxerem, umas e outras, no rótulo ou no próprio objeto, em letras maiores que as da respectiva marca, a expressão "Amostra Grátis", de produção nacional, ficarão sujeitas apenas ao imposto de Cr\$ 0,02 por unidade.

4.^a

O talco (silicato de magnésio hidratado, sem mistura) de procedência estrangeira, quando importado em volume de peso superior a 1 quilograma, ficará sujeito ao imposto previsto no inciso 2.

5.^a

Os produtos do inciso 1 estão sujeitos à selagem direta de acordo com o preço de venda no varejo, feita a marcação, em cada unidade, pelo fabricante ou importador; e os do inciso 2, ao imposto por verba que será recolhido mediante guia modelo 6 ou 7, em três vias, pelo fabricante ou pelo importador, quando se tratar de mercadoria estrangeira.

6.^a

Aos produtos do inciso 1, aplica-se o disposto nas Obs. 2.^a, 3.^a e 4.^a da Tabela "B"; aos produtos do inciso 2, aplica-se o disposto nas Obs. da Tabela "A".

7.^a

A estampilha será aplicada no próprio objeto ou no seu envólucro de apresentação. O estampilhamento dos pequenos estojos para bolsa poderá ser feito no fêcho do objeto, desde que o imposto corresponda ao total das incidências.

8.^a

A marcação de preço de venda no varejo será impressa tipograficamente ou gravada pelo fabricante ou importador (até Cr\$), no produto, no rótulo, em etiqueta ou na própria estampilha, em caracteres não inferiores a três milímetros de altura, vedado neste último caso o emprêgo de mais de uma fórmula.

9.^a

Os fabricantes dos produtos do inciso 1, incluídos na letra a do art. 44, números 1 e 2, ficam obrigados a marcá-los e estampilhá-los imediatamente depois de ultimada a fabricação; os demais fabricantes procederão à marcação e estampilhamento antes da saída dos produtos de seus estabelecimentos.

Os importadores farão obrigatoriamente o estampilhamento e a marcação dos produtos antes de expô-los à venda ou vendê-los, não sendo permitida a existência, no estabelecimento, de volumes abertos, nem a sua venda, sem a marcação e estampilhamento de cada unidade.

10.^a

Os fabricantes e comerciantes dos produtos do inciso 2, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a extrair em três vias, por meio de papel carbono, a "nota fiscal" do produto, remetendo a 3.^a via à repartição arrecadadora da zona fiscal em que estiver situado o comprador, dentro do prazo de 15 dias, contados da data da venda, indicando o nome do adquirente, local, inclusive rua e número, quantidade, embalagem e preço do produto e o valor do imposto, ou mencionando o número da caução do adquirente quando fôr o caso da letra c das Isenções.

11.^a

Os fabricantes e comerciantes de essências que importarem ou que adquirirem de produtores ou de comerciantes nacionais as matérias de que trata o inciso 2, ficam obrigados a ter os livros modelos 40, 40 A e 40 B e o talão "nota fiscal" modelo 11, e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas, cumprindo ao comerciante comprador de óleos essenciais naturais a que se refere a isenção d recolher o imposto devido sobre o seu preço de venda, quando operar com pessoa não habilitada nos têrmos da Nota 15.^a

12.^a

Os produtos do inciso 2 só poderão permanecer nos estabelecimentos comerciais, sair das fábricas, ser expostos à venda, vendidos ou importados, em vidros, latas, botijões e outros recipientes originais, contendo no mínimo 100 gramas, devidamente fechados, lacrados, timbrados ou com sêlo de segurança, rotulados, com indicação do fabricante e do importador, do pêso bruto e do pêso líquido, não sendo permitido aos comerciantes, para qualquer fim, abrir os vidros, latas e demais recipientes.

13.^a

Os produtos destinados à distribuição gratuita para experiências pelos industriais habilitados na forma da Nota 15.^a, contidos em recipientes até 20 centímetros cúbicos, bem como as amostras em poder de comerciantes por grosso ou de representantes de fábricas, em vidros contendo até 3 centímetros cúbicos, circularão sem o limite de peso a que se refere a Nota anterior, desde que acompanhados da "nota fiscal" modelo 11, no primeiro caso, ou do despacho de importação, no segundo, permitida a cópia fotostática devidamente autenticada, em substituição do despacho de importação. Do rótulo das amostras constará ainda a declaração de gratuidade e a quantidade contida em centímetros cúbicos, peso bruto e líquido.

14.^a

Os produtos do inciso 2, constantes da farmacopéia brasileira, poderão ser adquiridos por farmácias devidamente registradas, em recipientes contendo no mínimo 100 gramas, para emprêgo em suas manipulações ou para a venda a varejo, sendo permitida a existência no estabelecimento apenas de um vidro, lata, botijão ou outro recipiente de cada tipo de produto, aberto e destinado a tal fim; desobrigados êsses estabelecimentos da escrita a que se refere a Nota 11.

15.^a

Os industriais que adquirirem a produtores nacionais ou importarem os produtos referidos no inciso 2, bem como o sabão em pó, em lâminas, em flocos, em raspas e em creme, sem perfume, de procedência estrangeira, para aplicação em sua indústria e quiserem gozar dos benefícios consignados nas letras b, c e d, das Isenções, farão uma caução em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal, para garantia da Fazenda Nacional, no caso de falta de pagamento do imposto ou multa, caução que será de 2% sobre o capital da firma, não podendo a mesma ser inferior a Cr\$ 10.000,00, nem superior a Cr\$ 100.000,00. Os produtos comprados a fábricas nacionais ou importados com isenção do imposto, não poderão ser vendidos ou cedidos, salvo casos especiais, mediante permissão da repartição arrecadadora local, a industrial habilitado nos termos desta Nota. A caução de que trata esta Nota poderá ser substituída, a juízo do Diretor das Rendas Internas, por fiança prestada por banco que não esteja em dívida com a Fazenda Nacional por impostos, multas ou reponsabilidades assumidas em nome de terceiros.

Serão dispensados desta caução os industriais que houverem feito a de que cogita a Nota 1.^a da alínea XIV.

16.^a

Quando os fabricantes dos produtos indicados no inciso 2 também os adquirirem de terceiros para beneficiamento, desdobramento ou complemento de suas composições, ficarão obrigados a lançá-los no boletim de produção, em coluna especial, conservando, para o fim de fiscalização, a denominação correspondente.

17.^a

Cs produtos do inciso 1 não poderão ser vendidos por preço superior ao que fôr indicado em cada unidade, pelo fabricante ou importador e que servir de base ao estampilhamento, salvo os nacionais de preço até Cr\$ 10,00 os quais poderão ser vendidos fora do Estado produtor, por preço até o limite da base de incidência imediatamente superior.

18.^a

E' proibida a venda das amostras a que se referem as Notas 3.^a e 13.^a e a letra c das Isenções.

Isenções

Estão isentos do impôsto :

a) os sabões sem perfume, grosseiros, adicionados ou não de matéria corante, com carga ou não de caulim ou qualquer silicato alcalino, que não sejam prensados ou preparados em raspas, lâminas ou flocos, que não tragam qualquer envoltório de apresentação e se destinem exclusivamente à lavagem de roupas, casas e utensílios domésticos;

b) o talco (silicato de magnésio hidratado, sem mistura) de produção nacional, e o sabão em barra, em pó, em lâminas, em flocos, em raspas e em creme, sem perfume, de qualquer procedência, destinados à aplicação na indústria, quando importados ou adquiridos a fabricantes nacionais por pessoa habilitada na forma da Nota 15.^a, em volume de 25 quilogramas ou maiores, considerando-se infração perfazer êsse pêso reunindo num envoltório volumes de pêso inferior, permitido aos produtores de talco (silicato de magnésio hidratado sem mistura) realizar a venda por intermédio de seus agentes distribuidores;

c) os produtos do inciso 2, quando importados ou adquiridos a fabricantes extratores nacionais por pessoa habilitada na forma da Nota 15.^a, para aplicação em sua indústria, bem como as amostras dêsses produtos importados para experiência por industriais de produtos do inciso 1 ou por êstes para o mesmo fim recebidos de fabricantes nacionais;

d) os óleos essenciais naturais sem mistura, de produção nacional, quando extraídos em instalações localizadas em zona rural, vendidos pelo próprio extrator a comerciante por grosso registrado que haja feito, exclusivamente para tal fim, a caução a que se refere a Nota 15.^a desta alínea;

e) as amostras dos produtos do inciso 1, de produção nacional, para distribuição gratuita, que, além de terem o pêso bruto máximo de metade dos pesos fixados na Nota 3.^a, satisfaçam as demais exigências previstas no citado dispositivo, desde que o seu diminuto valor comercial seja previamente reconhecido pela Diretoria das Rendas Internas.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 10.^a e 11.^a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 3.^a, 5.^a, 8.^a, 9.^a, 12.^a, 13.^a, 14.^a, 16.^a, 17.^a e 18.^a.

XXVIII

SAL

O impôsto incide sôbre :

1

sal ou cloreto de sódio grosso, impuro ou de qualquer outra qualidade, refinado, moído ou triturado, purificado ou de qualquer modo beneficiado, acondicionado em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, por 250 gramas ou fração, pêso líquido :

de produção nacional	Cr\$ 0,03
de procedência estrangeira	Cr\$ 0,06

2

idem, idem, de qualquer outro modo acondicionado ou a granel, por quilograma ou fração, pêso bruto :

de produção nacional	Cr\$ 0,03
de procedência estrangeira	Cr\$ 0,12

Notas

1.^a

O sal de qualquer qualidade ou procedência que, tendo pago o impôsto estabelecido no inciso 2. fôr, posteriormente acondicionado em recipientes de louça, vidro ou matérias plásticas, ficará sujeito ao pagamento do impôsto integral, estabelecido no inciso 1.

2.^a

Será cobrado com 50% de abatimento o impôsto sôbre o sal nacional adquirido pelos criadores de gado, por intermédio e sob contrôlo do Instituto do Sal, bem como o que se destinar ao salgamento de peixe, quando adquirido aos produtores, por colônias, sindicatos ou sociedades cooperativas de pescadores.

3.^a

Quando ocorrer diferença para menos, entre a quantidade declarada no manifesto, conhecimento, guia ou fatura e a do sal descarregado, o impôsto será cobrado pela quantidade manifestada.

4.^a

E' admitida nas salinas a quebra de 10% sôbre a colheita anual do sal, cumprindo ao salineiro indicar na coluna das observações do seu livro fiscal a diferença verificada.

5.^a

O sal é sujeito à selagem direta quando acondicionado em recipiente de matérias plásticas, louça ou vidro. O impôsto será recolhido mediante guia, nos demais casos.

6.^a

A estampilha é a retangular comum, que será aplicada parte no tampo e parte no corpo do recipiente.

7.^a

O impôsto será recolhido mediante guia, por ocasião da saída do produto da salina, ou por ocasião do despacho quando de procedência estrangeira.

8.^a

O recolhimento do impôsto no caso da segunda parte da Nota 5.^a, far-se-á mediante guia modelo 6, organizada em quatro vias pelo salineiro, antes da saída do produto do estabelecimento.

9.^a

O salineiro que operar o refinamento do sal em estabelecimento de sua propriedade, subordinado à mesma repartição arrecadadora, só poderá remeter o produto acompanhado da guia modelo 9, pagando no local do beneficiamento o impôsto devido.

10.^a

O sal conduzido em uma embarcação só poderá ser baldeado para outra, mediante licença da repartição do pôrto de reembarque, e exibição à mesma dos documentos necessários, onde serão feitas as devidas anotações.

11.^a

Quando na conferência do sal, por ocasião da descarga, fôr encontrada diferença superior a 10% entre a quantidade verificada e a manifestada ou a indicada nos documentos fiscais que acompanharem o produto, o funcionário que houver procedido ao exame anotarà essa diferença em todos os documentos e representará ao chefe da repartição, para que este determine ao destinatário o recolhimento imediato da diferença do impôsto e da multa respectiva.

12.^a

O comandante da embarcação que transportar sal será obrigado, não só a conduzir os documentos fiscais referentes ao produto e a apresentá-los à repartição do lugar em que tiver de desembarcá-lo, como também a facilitar as investigações fiscais necessárias.

13.^a

Em qualquer hipótese, nenhuma embarcação ou veículo transportando sal será desembarcado no lugar de descarga sem a assistência e exame do agente fiscal da circunscrição, devendo este visar e datar os documentos fiscais e comerciais que acompanharem o produto.

14.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a ter o livro modelo 35, no qual lançarão a colheita e consumo do sal e o movimento do impôsto, e o talão "nota-fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas;

b) a fazer acompanhar o sal que venderem, da 4.^a via da guia modelo 6 (prova de pagamento do impôsto) e da nota D.E. 64, constante do comunicado n.º 43/78, de 18-6-43, do I.N.S., contendo todos os elementos necessários à identificação do produto;

c) a apresentar ao "visto" da repartição arrecadadora do pôrto de saída, antes do embarque, a guia modelo 6 e a nota D.E. 64, referida na letra b relativa ao sal a ser embarcado;

d) a marcar as embarcações destinadas ao transporte do sal com o número ou o nome e a respectiva tonelagem, fornecendo à repartição fiscal competente a relação das mesmas;

e) a mencionar na guia modelo 6 o número ou o nome e a tonelagem da embarcação que transportar o sal, não podendo descarregá-la sem a presença do agente fiscal, desde que transporte menor carga que a da sua tonelagem, sob pena de ser calculado o carregamento pela tonelagem da embarcação;

f) a apresentar à repartição fiscal, nas localidades que tiverem pôrto de exportação e estabelecimentos exportadores, as guias que acompanharem as embarcações, antes de serem estas descarregadas;

g) a pagar o impôsto integral do sal que acondicionarem em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro;

h) a ter o livro modelo 23, quando produzirem o sal para acondicionamento em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, nêle escriturando a entrada do produto recebido a granel ou em sacos, a quantidade empregada para beneficiamento e o movimento das estampilhas.

15.^a

Os comerciantes por grosso de sal (exportadores ou não), além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modêlo 36, quando receberem o sal diretamente do salineiro, escriturando-o de acôrdo com as instruções nêle contidas;

b) a apresentar à repartição arrecadadora do pôrto de saída, antes do embarque, a "nota fiscal", contendo indicação do nome do salineiro ou comerciante vendedor e da quantidade do produto, nela consignando a quantidade do sal revendido;

c) a cumprir o disposto na Nota 14.^a, letra d;

d) a não descarregar, em seus armazens ou nos navios de exportação, sal das pequenas embarcações procedentes das salinas, senão depois de estarem de posse dos documentos exigidos nesta alínea.

Isenção

Está isento do impôsto o sal empregado na fabricação de soda cáustica, desde que extraído pelo próprio fabricante.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 6.^a, 14.^a, letras a, d e h, e 15.^a, letras a e c;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 9.^a, 10.^a, 12.^a, 13.^a, 14.^a, letras b, c, e e f, e 15.^a, letras b e d;

c) Importância igual ao impôsto não recolhido ou não pago, não inferior a Cr\$ 1.000,00 aos que infringirem o disposto na Nota 11.^a.

XXIX

TECIDOS, MALHARIAS E SEUS ARTEFATOS; PASSAMANARIAS, CORDOALHAS E LINHAS

O impôsto incide sôbre :

1

Tecidos, inclusive os oleados, os panos couro, as telas isolantes, a lona e os de tipo linoleum e congoleum; filôs, feltros, pastas, jérseis ou qualquer outro ponto de meia ou de malha; passadeiras, tapêtes e capachos, de qualquer fio ou fibra animal, vegetal ou sintética; de fios químicos; de fios metálicos dourados ou prateados; simples ou mistos de qualquer matéria;

Artigos de passamanaria de qualquer fio ou fibra animal, vegetal ou sintética, de fios químicos, de fios metálicos dourados ou prateados, simples ou mistos de qualquer matéria, tais como: alamares, alças, aplicações, ataduras, borlas, cadarços, "cordolières", correias de tecidos, cordões trançados, elásticos trançados ou tecidos, entremeios e rendas feitas a máquina, etiquêtas, faixas, iscas para isqueiros; letras, monogramas e números; fitas de qualquer espécie e para qualquer fim, franjas, galões, golas e palas feitas a máquina; mangueiras, pingentes, precintas, rosetas, "soutaches", tecidos com elástico, tiras, tranças, trancelins, vivos.

Impôsto de 6% para os produtos nacionais e de 9% para os produtos estrangeiros, pago pelo fabricante ou importador.

2

Cordoalha (amarras, barbantes, cabos, cordéis, estais) e fitilho gomado de algodão, cabelo, cânhamo, cairo, caroá, esparto, juta, linho, pêlo ou lã, piassava, pita, ou outras fibras, simples ou mistos com outras matérias; cordões, fios, linhas e retroses para bordar, coser, "crochet", serzir, "tricot" de qualquer matéria, simples ou misto, retorcidos ou frouxos.

Imposto de 3% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros, pago pelo fabricante ou importador.

3

Tecidos, filôs e feltros, quando de sêda natural ou artificial (fios químicos), de acôrdo com o preço de venda do fabricante ou do importador, por metro ou fração:

	Cr\$
Até Cr\$ 6,00.....	0,50
De mais de Cr\$ 6,00 até Cr\$ 10,00	0,70
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 15,00	1,00
De mais de Cr\$ 15,00 até Cr\$ 20,00	1,40
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 30,00	2,10
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 40,00	2,80
De mais de Cr\$ 40,00 até Cr\$ 50,00	3,50
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 80,00	5,60
De mais de Cr\$ 80,00 até Cr\$ 100,00	7,00
De mais de Cr\$ 100,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente.....	7,00

Notas

1.^a

O imposto que incide sobre os produtos do inciso 3 será pago por meio de selagem direta, de acôrdo com a respectiva tabela, ficando, ainda, os de procedência estrangeira sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com a tabela, cobrado por verba, na própria guia modelo 5; os produtos previstos nos incisos 1 e 2 terão seu processo de incidência, cálculo do imposto e respectivo pagamento, obrigações dos fabricantes e penalidades, regulados pelas Obs. à Tabela "A".

Aos fabricantes e comerciantes dos produtos do inciso 3 aplicam-se as disposições das Observações 1.^a, 3.^a e 5.^a da Tabela A.

2.^a

Os artefatos de procedência estrangeira, e os de produção nacional quando feitos na própria fábrica dos produtos referidos nos incisos 1 e 2, pagarão o imposto pela forma estabelecida nestes mesmos incisos, concedida a redução de 30% sobre o valor do imposto aos artefatos de tecidos de lã, simples ou mista, de produção nacional, incluídos no inciso 1, confeccionados nas mesmas condições. Os artefatos de tecidos de sêda, de filô ou de feltro, de procedência estrangeira, e os de produção nacional quando produzidos na própria fábrica de tecido de sêda, pagarão o imposto pela forma estabelecida no inciso 3 e respectiva Tabela, atendida a disposição da nota 1.^a, equiparando-se a um metro cada unidade.

3.^a

Não se incluem na tributação os fios vendidos a industriais devidamente registrados ou por êstes importados ou produzidos, para servirem de matéria prima de artigos de sua indústria.

4.^a

Para fins desta lei, considera-se tecido de sêda o que fôr confeccionado com mais de 20 % desta matéria (sêda animal ou fio químico), sendo a proporção, entre as matérias componentes, aferida pelo número total de fios, contados na trama e na urdidura, em espaço que contenha todo o padrão, na dimensão máxima de 1 metro, devendo ser considerados totalmente de sêda os fios contendo mescla de sêda em proporção superior a 10% do peso das matérias componentes dos mesmos.

5.^a

Os retalhos de tecido de sêda, quando não excederem 0,30 m, pagarão o impôsto de Cr\$ 6,00 por quilo ou fração.

Os retalhos dos demais tecidos pagarão o impôsto nos termos do inciso 1.

6.^a

Os retalhos de tecido de sêda serão acondicionados em sacos ou em volumes, devidamente fechados, de peso até o máximo de 2 quilos.

7.^a

A estampilha é a retangular comum, adquirida à repartição arrecadadora local ou às Alfândegas e Mesas de Renda por meio de guia, modelo 4 ou 5, organizada em três vias e será aplicada:

a) nos tecidos de sêda, de três em três metros, adaptada por meio de cola e costura ou cola e clipe, envolvendo a orela do pano em ambas as faces, a partir do início do primeiro metro da peça ou corte, sendo que nos três últimos metros a aplicação das estampilhas será feita metro a metro;

b) nos retalhos desses mesmos tecidos, coladas e clipadas ou coladas e costuradas no fêcho dos volumes, de modo a se inutilizarem ao serem os mesmos abertos.

8.^a

E' vedada a existência em estabelecimentos comerciais, de qualquer quantidade dos tecidos de que trata o inciso 3, de qualquer procedência, sem o devido estampilhamento, salvo os retalhos medindo menos de um metro de comprimento.

9.^a

E' vedada a existência nas fábricas, de qualquer quantidade de tecidos de procedência estrangeira, sem o devido estampilhamento ou documentação que faça prova de sua origem e pagamento do impôsto.

10.^a

Os que importarem os tecidos de que trata o inciso 3 diretamente do estrangeiro, são obrigados ao estampilhamento dentro do prazo de oito dias, contados da data de sua saída da Alfândega.

Tratando-se de estabelecimento situado em cidade diferente daquela por cujo pôrto foi recebido o tecido, não será levado em conta o tempo relativo ao transporte da Alfândega até o estabelecimento do importador, desde que seja feita a comprovação necessária.

11.^a

O fabricante terá o livro especial modelo 37, em que deverá escriturar a saída do tecido para a tinturaria, bem como o retorno à fábrica, indicando a sua espécie e a quantidade por metro.

Quando, por qualquer motivo, ocorrer devolução à tinturaria, deverá ser feita nota na coluna própria do referido livro.

O tecido deverá sair da fábrica acompanhado de nota, extraída do talão especial, modelo 9, com cópia a carbono, indicando a espécie, a quantidade em metros e o valor.

12.^a

A tinturaria deverá ter livro e talão modelos 38 e 9. No primeiro mencionará a entrada e a saída dos tecidos recebidos para beneficiamento e outros fins (indicando espécie e metragem).

Do segundo se servirá para encaminhar à fábrica de origem os tecidos beneficiados, com as mesmas indicações e mais a espécie de beneficiamento operado.

13.^a

O tecido que tiver de ser beneficiado ou acabado em outra fábrica e voltar à de origem, poderá transitar sem pagamento do imposto, cumprida a formalidade da Nota 14.^a. Quando ambas as fábricas pertencerem à mesma firma, o imposto poderá ser pago na do beneficiamento, se aí fôr vendido o produto.

14.^a

O tecido remetido por estabelecimentos comerciais para beneficiamento, transitará sempre acompanhado da guia modelo 9.

15.^a

A fábrica beneficiadora que operar a venda do tecido dará aviso, por escrito, com indicações precisas, ao estabelecimento de origem, fazendo-se, aí, no canhoto do talão respectivo, as necessárias anotações sobre o imposto pago.

16.^a

As tinturarias que operarem beneficiamento, transformação, empacotamento ou acabamento de tecidos, serão consideradas fabricantes para os efeitos desta lei.

17.^a

O fabricante que remeter ou entregar matéria prima para confeccionamento de tecido "a feição", além da caderneta a que alude esta lei, remeterá também uma nota retirada de talão especial, devidamente autenticado pela repartição arrecadadora, com indicação da espécie, do peso e do valor da mesma matéria prima.

O "facionista", por sua vez, devolverá o produto que confeccionar, com uma nota retirada do talão próprio, também autenticado pela repartição, indicando o número dos volumes, o peso, a metragem e a espécie do produto.

18.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter os livros modelos 23, quando se tratar de produtos do inciso 3, e 15 quando se tratar dos produtos dos demais incisos, bem como o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas;

b) a lançar na coluna das observações do livro fiscal, com os necessários esclarecimentos, os produtos remetidos e recebidos, no caso de beneficiamento ou acabamento fóra da fábrica;

c) a ter no depósito, onde façam vendas por grosso ou a varejo, o livro modelo 39, destinado ao registro da entrada e saída dos produtos recebidos da fábrica;

d) a organizar, diariamente, um boletim contendo a produção e o consumo do dia anterior, por espécie e por metro, conservando-o no estabelecimento para fim de fiscalização, assinado por pessoa autorizada, não se aplicando ao caso o disposto no art. 119, § 2.º.

19.ª

Os tecidos remetidos por comerciantes a fábricas ou tinturarias, para qualquer beneficiamento, estão sujeitos a novo imposto pago pelo beneficiador de acordo com as Notas 1.ª e 2.ª e transitarão sempre acompanhados da guia modelo 9.

20.ª

Os tecidos de juta e fibras similares, próprios para confecção de sacaria de aniagem, pagarão o imposto referido no inciso 2 desta alínea.

Isonções

Estão isentos do imposto:

a) as amostras até 0,30 m de comprimento, de qualquer largura, contendo a indicação impressa ou a carimbo no tecido — “Sem valor comercial” — podendo as de tecido estampado de algodão ter até 0,45 m de comprimento, ficando dispensadas desta indicação as amostras de dimensão até 0,25 x 0,15 m.

b) os sacos de procedência estrangeira, contendo mercadorias.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 11.ª, 12.ª, 13.ª, 14.ª, 15.ª, 17.ª e 18.ª, letras a, b e c;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 5.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 18.ª, letra d.

Terceira Parte

ÍNDICE DOS MODELOS

- 1 — Guia para pedido de registro.
- 2 — Patente de registro.
- 3 — Guia de transferência de local.
- 4 — Guia para aquisição de estampilhas para produtos nacionais.
- 5 — Guia para aquisição de estampilhas para produtos estrangeiros.
- 6 — Guia para recolhimento de imposto dos produtos nacionais.
- 7 — Guia para recolhimento de imposto dos produtos estrangeiros.
- 8 — Guia para recolhimento do imposto de eletricidade.
- 9 — Guia de remessa ou devolução para beneficiamento.
- 10 — Guia para remessa de vinho.
- 11 — Nota fiscal.

- 12 — Nota de remessa de açúcar.
- 13 — Manifesto para saída de produtos para ambulantes.
- 14 — Boletim de produção.
- 15 — Livro de escrita fiscal para produtos "ad valorem".
- 16 — Livro de controle de alabastro, granito, mármore, pórfiro, onix, etc.
- 17 — Livro de estoque de jóias (varejistas).
- 18 — Livro de estoque de jóias (atacadistas).
- 19 — Livro de produção de açúcar.
- 20 — Livro de produção de café torrado.
- 21 — Livro de entrada de café torrado.
- 22 — Livro de registro de matéria prima isenta do imposto (tintas e vernizes).
- 23 — Livro modelo geral (selagem direta).
- 24 — Livro de entrada de móveis para beneficiamento.
- 25 — Livro de saída de móveis beneficiados.
- 26 — Livros de movimento de fábrica de álcool e aguardente.
- 27 — Livro de movimento de fábrica de cerveja.
- 28 — Livro de movimento de fábrica de vinho.
- 29 — Livro de movimento de fábrica de vinho composto.
- 30 — Livro de movimento de aguardente por grosso.
- 31 — Livro de movimento de venda de fumo para fabrico de cigarros.
- 32 — Livro de movimento de produção e consumo e estampilhas de fábrica de fumo.
- 33 — Livro de movimento de entrada e saída de fumo em folha.
- 34 — Livro de movimento de entrada e saída de fumo em bruto.
- 35 — Livro de movimento da colheita e saída do sal.
- 36 — Livro de movimento da entrada e saída do sal em estabelecimento exportador.
- 37 — Livro auxiliar da sala de pano.
- 38 — Livro do movimento de tecidos recebidos para beneficiamento.
- 39 — Livro de entrada e saída de produtos da seção de vendas dos depósitos.
- 40 — Livro de entrada e saída de essências.
- 40A — Livro de entrada e saída de essências.
- 40B — Livro de entrada e saída de essências.
- 41 — Livro de movimento da produção e consumo de perfumaria.
- 42 — Termo de depósito.
- 43 — Notificação e respectiva decisão.
- 44 — Notificação.
- 45 — Auto de infração e apreensão.
- 46 — Auto de infração, apreensão e depósito.
- 47 — Intimação.
- 48 — Auto de desacato.
- 49 — Cadastro dos estabelecimentos registrados.

N. do S.Pb. — Os modelos referidos no presente decreto-lei constam de avulsos expostos à venda, a partir de hoje, na Seção de Vendas da Imprensa Nacional e nas Agências 1 e 2.

DECRETO-LEI N.º 7.405 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Prorroga o prazo para a isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por seis (6) meses, o prazo da suspensão imposta pelo Decreto-lei n.º 6.686, de 13 de julho de 1944, sobre a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina em substância ou em preparação para uso terapêutico.

Art. 2.º O produto que já estiver em portos nacionais gozará do regime fiscal de isenção previsto naquele Decreto-lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange o produto que, submetido a despacho, ainda não tenha sido desembaraçado pela repartição aduaneira.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.406 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Concede pensão especial à viúva de Juliano Moreira

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Augusta Peick Moreira, viúva do professor Juliano Moreira, a pensão especial de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) mensais, de acordo com o resolvido no processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 216.807, de 1944.

Parágrafo único. O benefício instituído neste artigo substitui o montepio civil deixado pelo "de cujus".

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.407 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Concede pensão especial à viúva de Luís Ribeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida à viúva de Luís Ribeiro, ex-guarda civil, classe D, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, em 27-3-40, uma pensão especial na importância de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Parágrafo único. A pensão especial de que trata este artigo é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.408 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar, do pagamento do imposto que menciona, o Orfanato "Casa de Lucía"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder isenção do pagamento do imposto de transmissão, e somente deste, relativo à aquisição do imóvel sito na Rua Carolina Santos n.º 47, pelo Orfanato Casa de Lucía, condicionada a referida isenção à satisfação das exigências seguintes:

a) Um representante do Orfanato Casa de Lucía assinará, devidamente autorizado pela Assembléia Geral, um termo de responsabilidade, no qual a sociedade se comprometa a destinar o imóvel, em caso de dissolução, a associação congênere, com aprovação da Prefeitura do Distrito Federal.

b) No conhecimento de cobrança do imposto de transmissão e taxas de serviços municipais, devidas pela operação, será transcrito o inteiro teor do citado termo de responsabilidade, a fim de o mesmo constar da escritura de compra.

Art. 2.º Caso a sociedade queira dispor livremente do imóvel ou, em caso de dissolução, transferi-lo para outra associação sem a aprovação da Prefeitura do Distrito Federal, deverá pagar antes o imposto devido pela aquisição do prédio e mais os juros de mora.

Parágrafo único. Na mesma condição incorrerá a associação se mudar os seus estatutos, transformando a finalidade da instituição, para o que deverá sempre que os reformar, obter a aprovação do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.409 — DE 22 DE MARÇO DE 1945

Prorroga os prazos para a habilitação de credores do Estado do Amazonas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam prorrogados por sessenta dias os prazos estabelecidos pelo art. 9.º e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 6.763, de 3 de agosto de 1944, para a habilitação de credores do Estado do Amazonas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.410 — DE 23 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo, transporte e diárias aos funcionários diplomáticos e consulares e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A concessão de ajuda de custo, auxílio para transporte e diárias, aos embaixadores, funcionários da carreira de Diplomata, Conselheiros Comerciais e ocupantes dos cargos de Auxiliar de Consulado, obedecerá ao disposto em regulamentação própria, que será baixada pelo Presidente da República, nos casos de deslocamento no exterior, para o exterior ou para o Brasil, e nos de aposentadoria, exoneração, demissão ou disponibilidade, que atinja o funcionário quando em exercício no exterior.

Parágrafo único. Nos casos de deslocamento em território brasileiro, a concessão de ajuda de custo, transporte e diárias obedecerá ao disposto na legislação geral relativa aos funcionários civis da União.

Art. 2.º Quando ocorrer, no exterior, o falecimento de qualquer dos funcionários a que se refere o art. 1.º, à sua família serão concedidas as vantagens que lhe caberiam no caso de remoção para o Brasil e, mais, a quantia correspondente à sua remuneração de um mês, para despesas de funeral e transporte do féretro.

Art. 3.º No corrente exercício, as despesas com auxílio para transporte, a que se refere este Decreto-lei, correrão à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação IV — Indenizações, Subconsignação 22 — Ajuda de Custo, do Anexo n.º 20 — Ministério das Relações Exteriores, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 4.º Ficam revogados o Decreto-lei n.º 497, de 15 de junho de 1938, e demais disposições em contrário.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.411 — DE 23 DE MARÇO DE 1945

Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de — José Martins de Sá e Benevides

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida à viúva e aos filhos menores de — José Martins de Sá e Benevides —, ex-servidor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial, a que se refere este artigo, é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.412 — DE 23 DE MARÇO DE 1945

Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Oscar da Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida à viúva e aos filhos menores de Oscar da Silva, ex-servidor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial, a que se refere este artigo, é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à

conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.413 — DE 23 DE MARÇO DE 1945

Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Elpidio Tito Melo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida à viúva e aos filhos menores de Elpidio Tito Melo, ex-servidor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial, a que se refere este artigo, é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.414 — DE 24 DE MARÇO DE 1945

Concede adiantamento à Navegação Aérea Brasileira S. A., e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedido à Navegação Aérea Brasileira S. A. (N.A.B.) o adiantamento de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00), que será resgatado em dez (10) prestações anuais iguais, a partir de 1945.

Parágrafo único. As prestações e juros de seis por cento (6%) ao ano sobre o saldo devedor serão descontados da subvenção federal atribuída à Companhia.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer à despesa (Serviços e encargos) com a execução do presente Decreto-lei.

Art. 3.º No sistema patrimonial, a Contadoria Geral da República debitará a Navegação Aérea Brasileira S. A. (N.A.B.) pela importância adiantada e juros respectivos, a cuja conta creditar-se-ão os recolhimentos posteriores, que, no sistema financeiro, serão escriturados como renda da União.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.415 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o Departamento Nacional do Trabalho, as seguintes funções gratificadas:

1	Secretário de Diretor de Divisão (D.O.A.S. — D.N.T.)	Cr\$ 4.200,00 anuais
1	Secretário de Diretor de Divisão (D.H.S.T. — D.N.T.)	Cr\$ 4.200,00 anuais
1	Secretário de Diretor de Divisão (D.F. — D.N.T.)	Cr\$ 4.200,00 anuais
1	Auxiliar do Diretor-Geral (D.G. — D.N.T.)	Cr\$ 3.000,00 anuais

Art. 2.º Ficam elevadas, de Cr\$ 4.200,00 para Cr\$ 5.400,00 anuais, as gratificações de função de Secretário do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho e do Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para atender à despesa com o disposto neste Decreto-lei, o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de abril de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.416 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a Divisão do Orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público; altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Divisão do Orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, a que se refere o parágrafo único do art. 3.º do Decreto-lei n.º 579, de 30 de julho de 1938, passam as atribuições transitória-mente conferidas à Comissão de Orçamento pelo Decreto-lei n.º 2.026, de 21 de fevereiro de 1940.

Art. 2.º O acervo da Comissão de Orçamento, compreendendo instalações, material, arquivos e documentos, é incorporado à Divisão do Orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 3.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, um cargo, em comissão, de Diretor de Divisão, padrão R, e uma função gratificada de Secretário de Diretor de Divisão, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 4.º A despesa com a execução do disposto no artigo anterior correrá à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando destacada, do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, a importância de Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros), para fazer face ao pagamento do vencimento do cargo.

Art. 5.º Ficam suprimidas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, as seguintes funções gratificadas, tôdas da Comissão de Orçamento:

- 1 — Chefe da Divisão da Receita;
- 1 — Chefe da Divisão da Despesa;
- 1 — Secretário da Comissão;
- 1 — Secretário do Chefe da Divisão da Receita; e
- 1 — Secretário do Chefe da Divisão da Despesa.

Art. 6.º O pessoal extranumerário-contratado da Comissão de Orçamento fica transferido para o Departamento Administrativo do Serviço Público, independentemente de termo editivo aos contratos ou qualquer outra formalidade.

Art. 7.º Ficam sem aplicação as seguintes parcelas de dotações orçamentárias do Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945:

VERBA 1 — PESSOAL

Consiguação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 138.000,00

05 — Mensalistas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 404.100,00

06 — Diaristas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 35.775,00

07 — Tarefeiros

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 10.000,00

Consignação III — Vantagens

09 — Funções gratificadas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 48.600,00

Art. 8.º Fica aberto, ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Anexo n.º 3 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 626.475,00 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados

08 — Serviço de Administração Cr\$ 138.000,00

05 — Mensalistas

08 — Serviço de Administração Cr\$ 404.100,00

06 — Diaristas

08 — Serviço de Administração Cr\$ 35.775,00

Consignação III — Vantagens

09 — Funções gratificadas

08 — Serviço de Administração Cr\$ 48.600,00

 Cr\$ 626.475,00

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de abril de 1945.

Art. 10. Ficam revogados o Decreto-lei n.º 2.026, de 21 de fevereiro de 1940, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.417 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Concede aos extranumerários diaristas e tarefeiros da Prefeitura do Distrito Federal as vantagens relativas a férias e licenças.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96 de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º As licenças e férias dos extranumerários diaristas e tarefeiros da Prefeitura do Distrito Federal serão concedidas na forma deste Decreto-lei.

DAS LICENÇAS

Art. 2.º O diarista ou tarefeiro poderá ser licenciado:

- a) para tratamento de saúde;
- b) quando acidentado no exercício de suas funções ou quando tenha adquirido doença profissional;
- c) quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia;
- d) no caso previsto no art. 5.º.

Art. 3.º Quando licenciado para tratamento de saúde o diarista ou tarefeiro sofrerá, nos seis primeiros meses, desconto de 30% do salário; excedendo este prazo sofrerá o desconto de 50% do sétimo até o décimo segundo mês; e de 70% nos doze meses seguintes.

Art. 4.º O diarista ou tarefeiro acidentado no exercício de suas funções, ou que tenha adquirido doença profissional, ou que esteja acometido das doenças especificadas no item c do art. 2.º, será licenciado com salário integral.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo será convertida em aposentadoria na forma do artigo 6.º, embora antes do prazo ali estabelecido, quando considerada definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do servidor.

Art. 5.º A servidora gestante, diarista ou tarefeira, será concedida licença, por três meses, com salário integral.

Art. 6.º O diarista ou tarefeiro não poderá permanecer em licença por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1.º Decorrido esse prazo, o servidor será submetido a inspeção médica e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para o serviço público em geral e se houver completado o período de carência, nos casos em que é exigido.

§ 2.º O diarista ou tarefeiro será dispensado do serviço público se, terminada a licença, continuar em condições de saúde que o impeçam de trabalhar e não tiver o período de carência para aposentadoria, nos casos em que é exigido.

Art. 7.º Em gozo de licença, o diarista ou tarefeiro não contará tempo para qualquer efeito, exceto para completar o período de carência necessário à aposentadoria.

Parágrafo único. Serão computados para todos os efeitos, como de efetivo exercício, os períodos de licença à gestante e ao servidor acidentado em serviço ou atacado de doença profissional.

Art. 8.º A concessão de licença aos diaristas e tarefeiros dependerá de um período de carência de 90 (noventa) dias de efetivo exercício.

Parágrafo único. É dispensável o período de carência para os servidores acidentados no exercício de suas funções ou acometidos de doença profissional.

Art. 9.º Os salários mensais devidos aos diaristas e tarefeiros, durante o período de licença, serão calculados na base de 25 (vinte e cinco) vezes o salário diário.

DAS FÉRIAS

Art. 10. O diarista ou tarefeiro adquirirá direito a férias depois de um ano de efetivo exercício.

§ 1.º As férias serão concedidas obrigatoriamente, observada a escala que for organizada e terão a duração de 20 (vinte) dias consecutivos por ano.

§ 2.º E' proibido levar à conta de férias qualquer falta no trabalho.

§ 3.º E' proibida a acumulação de férias.

Art. 11. Os diaristas e tarefeiros perceberão, durante o período de férias, dezessete dias de salário, quaisquer que sejam os domingos e feriados intercalados.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Na concessão das licenças e férias aos diaristas e tarefeiros serão observadas, no que couber e não contrariar as disposições dêste Decreto-lei, as normas que regulam a matéria em relação a funcionários, extranumerários mensalistas e contratados.

Art. 13. Para efeito do que dispõem os artigos 9.º e 11, considera-se salário diário de tarefeiro a média aritmética dos salários percebidos em cada dia de exercício, nos últimos 3 (três) meses.

Art. 14. Estendem-se aos diaristas e tarefeiros, na parte referente a férias, as disposições do Decreto n.º 7.384 de 3 de novembro de 1942, do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 15. Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.418 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 83.660.000,00, para pagamento de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oitenta e três milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 83.660.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) das ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A. subscritas pelo mesmo Tesouro, na conformidade do art. 3.º do Decreto-lei número 6.605, de 20 de junho de 1944.

Art. 2.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.419 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Art. 1.º O § 1.º do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.171, de 19 de dezembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O § 1.º do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.171, de 19 de dezembro de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1.º A despesa com a gratificação semestral a que se refere a alínea c d'êste artigo não poderá ser superior a trinta por cento (30%) dos resultados apurados nos balanços semestrais.”

Art. 2.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.420 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a carreira de Arquivista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, na forma da tabela anexa, para o Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e fundida com a de Protocolista d'êsse Quadro, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente d'êsse Ministério.

Art. 2.º Fica criada, na forma da tabela anexa, no Quadro Permanente do mesmo Ministério, a carreira de Arquivista.

Art. 3.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei serão apostilados pelo Serviço de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 5.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO SUPLEMENTAR

288

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Arquivista</i>				
7	Arquivista	J	—	5	Q.P.	7	J	—	5	
10	Arquivista	I	—	3	Q.P.	10	I	—	3	
13	Arquivista	H	—	—	Q.P.	13	H	—	—	
16	Arquivista	G	—	—	Q.P.	41	G	—	—	
25	Protocolista	G	—	—	Q.S.						
20	Arquivista	F	—	6	Q.P.	20	F	—	6	
28	Arquivista	E	—	—	Q.P.	28	E	—	—	
119			—	14		119				14	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Arquivista</i>				
						14	H	—	14	Trinta e nove cargos da classe inicial poderão ser providos imediatamente, e os demais cargos da carreira, à medida que forem sendo suprimidos os cargos da carreira de Arquivista do Q. S.
						24	G	—	24	
						48	F	—	48	
						72	E	—	72	
						158			—	158	

DECRETO-LEI N.º 7.421 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Chefe do Serviço de Construção da Universidade do Brasil (D. Ob. — D.A.) com Cr\$ 20.400,00 anuais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.422 — DE 26 DE MARÇO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.757.254,30, para construção de um sub-ramal na Estrada de Ferro D. Tereza Cristina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no Decreto-lei n.º 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 2.757.254,30), para atender à despesa (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos) com a construção, na Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, do sub-ramal da Mina do Mato, ligando o ramal de Treviso à bacia carbonífera do Município de Cresciúma, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO N.º 7.423

Ainda não foi remetido à publicação.

DECRETO-LEI N.º 7.424 — DE 27 DE MARÇO DE 1945

Extingue a Comissão Reorganizadora do I.A.P.C. e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a Comissão Reorganizadora do Instituto de Apontadoria e Pensões dos Comerciantes criada pelo Decreto-lei n.º 3.502, de 14 de agosto de 1941, cessando o período de administração provisória do instituto e restabelecida a competência plena do seu Presidente e do Conselho Fiscal.

Art. 2.º Os artigos 29, 39 e 55 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. A Administração Central compor-se-á dos seguintes órgãos:

- a) Serviço Jurídico;
- b) Serviço de Estatística e Atuária;
- c) Serviço de Assistência médica;
- d) Departamento de Serviço Gerais;
- e) Departamento de Contabilidade;
- f) Departamento de Aplicação de Fundos;
- g) Departamento de Arrecadação e Benefícios;
- h) Tesouraria Geral;

§ 1.º Junto ao presidente do Instituto funcionarão os auxiliares técnicos ou administrativos que forem necessários.

§ 2.º A estrutura e as atribuições dos órgãos centrais serão determinadas em regimento ou em instruções especiais.

Art. 39. Ao presidente é facultado fazer delegações de competência expressas e especificadas aos servidores e, excepcionalmente, outorgar poderes a pessoas estranhas para fins determinados.

Art. 55. O pronunciamento do Conselho Fiscal, nos casos das alíneas a, b, c e d do artigo anterior deverá se verificar dentro de 20 (vinte) dias, contados da data da entrada do processo em sua secretaria.

Art. 3.º O art. 40 do mesmo regulamento passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os seus atuais parágrafos:

Art. 40. Nos impedimentos do Presidente, até 30 (trinta) dias, responderá pelo expediente do Instituto um dos diretores do Departamento ou Serviço que por ele for designado, em cada caso, com aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 4.º Ficam revogados os Decretos-leis n.º 3.502, de 14 de agosto de 1941, e n.º 4.618, de 26 de agosto de 1942, e os arts. 42 e 45 e 233 e 235 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940, e demais disposições em contrário.

Art. 5.º Não serão prejudicados os recursos interpostos na forma do disposto no art. 235 do regulamento, ora revogado, os quais continuarão a ser julgados pela autoridade a que alude o mesmo artigo.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor dez (10) dias após sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.425 — DE 29 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a Rede de Viação Federal do Rio Grande do Sul a alienar o imóvel que menciona.

Ainda não foi publicado no "Diário Oficial".

DECRETO-LEI N.º 7.426 — DE 31 DE MARÇO DE 1945

Define caso de utilidade pública, nos termos da letra "p" do art. 5, do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para os efeitos e nos termos da alínea p do art. 5, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, é considerado de utilidade pública a aquisição de bens destinados ao exercício das atividades da entidade a que se refere o Decreto-lei n.º 6.693, de 14 de julho de 1944, ou à simples constituição ou ampliação do seu patrimônio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.427 — DE 31 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a jurisdição das Repartições consulares do Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto perdurar o estado de anormalidade proveniente da presente guerra, fica sem efeito o artigo 24 do Decreto-lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938, no que diz respeito à jurisdição das Repartições consulares.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Velloso.

APENSO

Figuram neste apenso

- I - os decretos-leis que expedidos em trimestres anteriores foram publicados depois do segundo dia útil do primeiro trimestre de 1945.
- II - as reproduções e as retificações publicadas no primeiro trimestre de 1945, referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1944

DECRETO-LEI N.º 7.014 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1944

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 257.900,00, para pagamento de pessoal extranumerário do Departamento Federal de Segurança Pública

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1944), para ocorrer ao pagamento de pessoal extranumerário-mensalista e diarista do Departamento Federal de Segurança Pública, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, o crédito suplementar de Cr\$ 257.900,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros), em refôrço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

Subconsignação 06 — Diaristas	Cr\$ 167.800,00
Subconsignação 05 — Mensalistas	Cr\$ 90.100,00
	<hr/>
	257.900,00

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.141 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1944

Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

RETIFICAÇÃO

Na tabela de Bibliotecário-auxiliar, onde se lê:

Na situação atual:

12 — G — 5 excedentes.

16 — F — 15 vagos.

20 — E — 4 excedentes.

Na situação proposta:

15 — G — 2 excedentes.

20 — F — 19 vagos.

25 — E — 1 vago — 21 provisórios.

Leia-se:

Na situação atual:

12 — G — 3 excedentes.

16 — F — 13 vagos.

20 — E — 1 excedente.

Na situação proposta:

15 — G —

20 — F — 17 vagos.

25 — E — 4 vagos — 19 provisórios.

DECRETO-LEI N.º 7.190 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1944

Transforma, cria e suprime cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam estabelecidos, para os cargos de professor das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais, do Ministério da Educação e Saúde, os vencimentos do padrão K, para o ensino técnico; do padrão J, para o ensino de mestria e práticas educativas; e do padrão I, para o ensino industrial básico.

Art. 2.º Fica alterado, na conformidade das tabelas anexas, o Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, com a criação, supressão e transformação de cargos isolados, de provimento efetivo, de professor das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais.

§ 1.º Os ocupantes dos cargos transformados, constantes da relação nominal anexa, terão seus títulos de nomeação apostilados pela Divisão do Pessoal.

§ 2.º Os ocupantes efetivos dos cargos suprimidos serão postos em disponibilidade, de acordo com o item II, do art. 193 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 3.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções gratificadas:

- | | |
|--|---------------|
| 11 — Professor-chefe (Português — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. S. Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia, E.T. Curitiba), com a gratificação anual de | Cr\$ 5.400,00 |
| 11 — Professor-chefe (Matemática — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia, E.T. Curitiba), com a gratificação anual de | Cr\$ 5.400,00 |
| 11 — Professor-chefe (Geografia e História — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia, E.T. Curitiba), com a gratificação anual de | Cr\$ 5.400,00 |
| 11 — Professor-chefe (Desenho ornamental — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia, E.T. Curitiba), com a gratificação anual de | Cr\$ 5.400,00 |
| 10 — Professor-chefe (Desenho de máquinas e de eletrotécnica — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia, E.T. Curitiba), com a gratificação anual de | Cr\$ 5.400,00 |
| 10 — Professor-chefe (Português — E.I. Belém, E.I. Teresina, E.I. Fortaleza, E.I. Natal, E.I. João Pessoa, E.I. Maceió, E.I. Aracajú, E.I. Campos, E.I. Florianópolis, E.I. Cuiabá), com a gratificação anual de | Cr\$ 4.200,00 |
| 10 — Professor-chefe (Matemática — E.I. Belém, E.I. Teresina, E.I. Fortaleza, E.I. Natal, E.I. João Pessoa, E.I. Maceió, E.I. Aracajú, E.I. Campos, E.I. Florianópolis, E.I. Cuiabá), com a gratificação anual de | Cr\$ 4.200,00 |
| 10 — Professor-chefe (Desenho ornamental — E.I. Belém, E.I. Teresina, E.I. Fortaleza, E.I. Natal, E.I. João Pessoa, E.I. Maceió, E.I. Aracajú, E.I. Campos, E.I. Florianópolis, E.I. Cuiabá), com a gratificação anual de | Cr\$ 4.200,00 |
| 11 — Professor-chefe (Canto orfeônico — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Curitiba, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia), com a gratificação anual de | Cr\$ 4.200,00 |
| 11 — Instrutor-chefe (Educação física — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Curitiba, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia), com a gratificação anual de | Cr\$ 4.200,00 |
| 11 — Professor-chefe (Ciências físicas e naturais — E.T.N., E.T. Manaus, E.T. São Luiz, E.T. Recife, E.T. Salvador, E.T. Vitória, E.T. São Paulo, E.T. Curitiba, E.T. Pelotas, E.T. Belo Horizonte, E.T. Goiânia), com a gratificação anual de | Cr\$ 3.600,00 |

Parágrafo único. A designação para a função gratificada de "professor-chefe" será feita pelo Diretor da respectiva Escola e recairá em professor da disciplina correspondente.

Art. 4.º Os professores de cultura geral, de práticas educativas e de cultura técnica (cadeiras teóricas) das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais ficam sujeitos ao regime de 18 horas de trabalho semanais.

Art. 5.º Os professores de cultura técnica (cadeira de oficina) das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais ficam sujeitos ao regime de 40 horas de trabalho semanais.

§ 1.º A disciplina "Tecnologia" dos cursos do ensino industrial e do ensino de mestria será lecionada pelo respectivo chefe.

§ 2.º A disciplina "Tecnologia" dos cursos do ensino técnico será lecionada por um dos professores de disciplina de cultura técnica do respectivo curso, designado pelo Diretor da Escola.

Art. 6.º A despesa com a transformação, criação e supressão de cargos, na importância de Cr\$ 11.551.200,00 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) anuais, e com a criação de funções gratificadas na importância de Cr\$ 549.600,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e seiscentos cruzeiros) anuais, correrá a conta do orçamento do Ministério da Educação e Saúde para 1945.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.191 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

Orçamento Geral da República para o exercício de 1945

(Publicado no Suplemento ao n.º 303 — Seção I, do *Diário Oficial* de 30 de dezembro de 1944)

RETIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Pág. 301.

Onde se lê :

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente

83 — Quadro III — Departamento dos Correios e
Telégrafos

117.646.305

85 — Quadro V — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	6.316.800
--	-----------

Leia-se :

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente

83 — Quadro III — Departamento dos Correios e Telégrafos	115.945.305
85 — Quadro V — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	8.017.800

DECRETO-LEI N.º 7.197 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944

Estabelece a classificação comercial de lã de ovinos e dispõe sobre o comércio dessa matéria prima

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica estabelecida a classificação comercial da lã de ovinos, produzida, negociada, consumida e exportada, de acôrdo com as especificações abaixo.

Art. 2.º Para efeito de classificação, a lã de ovinos será baseada na origem, finura e comprimento das fibras e dividida em nove categorias assim denominadas:

- 1.ª — Lã de velo
- 2.ª — Lã de borrêgo
- 3.ª — Lã de retosa
- 4.ª — Lã de pelego
- 5.ª — Lã de aparas ou ponta de mesa
- 6.ª — Lã de pata e barriga
- 7.ª — Lã de capacho
- 8.ª — Lã de campo
- 9.ª — Lã preta ou moura.

Art. 3.º Denomina-se lã de velo aquela produzida nas diversas regiões do corpo de um ovino, com exceção das patas e barriga, durante o período de 12 meses.

Art. 4.º A lã de velo compreenderá cinco classes com as seguintes denominações:

- 1.ª — Merina
- 2.ª — Amerinada
- 3.ª — Prima
- 4.ª — Cruza
- 5.ª — Crioula.

Parágrafo único. Para efeito de distinção entre as classes indicadas neste artigo, será tomado em consideração apenas o comprimento das fibras e a finura estabelecida pela escala Bradford.

Art. 5.º Considera-se *Merina* a lã proveniente de ovinos da raça *Merina*, com a finura mínima de 64 s”

Parágrafo único. Esta classe será dividida em três tipos assim especificados:

Alta — Quando apresentar mechas, não estiradas com o comprimento mínimo de 4 centímetros.

Corrente — Quando apresentar mechas, não estiradas, com o comprimento de 2 a 4 centímetros.

Curta — Quando o comprimento das mechas não estiradas, fôr inferior a 2 centímetros.

Art. 6.º Considera-se *Amerinada* a lã produzida por ovinos em que predomina o sangue merino, com a finura de 60 s a 64 s, e com o comprimento mínimo de 5 centímetros.

Art. 7.º Considera-se *Prima* a lã produzida por ovinos de raças puras ou mestiças que ainda evidenciem o sangue merino, com finura de 58 s a 60 s.

Parágrafo único. Esta classe compreende dois tipos assim especificados:

Prima A — Quando o comprimento das mechas fôr, no mínimo de 6 centímetros e finura de 60 s.

Prima B — Quando o comprimento das mechas fôr, no mínimo, de 7 centímetros e finura de 58 s.

Art. 8.º Considera-se *Cruza* a lã produzida por ovinos puros ou mestiços, diferindo das classe anteriores por já apresentar mechas alongadas, com finura de 58 s a 40 s.

Parágrafo único. Esta classe divide-se em cinco tipos.

Cruza I — Mechas com o comprimento mínimo de 8 centímetros e finura de 56 s.

Cruza II — Mechas com o comprimento mínimo de 10 centímetros e finura de 50 s.

Cruza III — Mechas com o comprimento mínimo de 11 centímetros e finura de 48 s.

Cruza IV — Mechas com o comprimento mínimo de 12 centímetros e finura de 46 s.

Cruza V — Mechas com o comprimento mínimo de 13 centímetros e finura de 40 s a 44 s.

Art. 9.º Considera-se *Crioula* a lã produzida por ovinos da primitiva raça crioula, com ausência de mechas propriamente ditas e existência de grande quantidade de pelos que acompanham as fibras, destacando-se no velo em forma de extensas pontas, cujo comprimento atinge até 15 centímetros.

Art. 10. Denomina-se *Lã de Borrêgo* aquela produzida pela primeira tosquia de um ovino que ainda não alcançou a idade de um ano, com mechas pouco consistentes e sem ligação entre si.

Parágrafo único. Esta categoria compreende três classes:

Merina — Com o comprimento mínimo de 2 centímetros e finura mínima de 60 s.

Cruza — Com o comprimento mínimo de 3 centímetros e finura entre 40 s e 60 s.

Grossa — Com o comprimento mínimo de 4 centímetros e finura abaixo de 40 s.

Art. 11. A *Lã de Retosa* é constituída por lãs sôltas, de comprimento reduzido, proveniente da tosquia dos animais antes do período normal de crescimento da lã, que é de 12 meses.

Parágrafo único. Esta categoria compreende três classes:

Retosa Merina — Proveniente da classe merina e finura mínima de 60 s.

Retosa Cruza — Proveniente das classes cruza e finura variável de 58 s a 40 s.

Retosa Grossa — Proveniente das classes cruza, porém de finura abaixo de 40 s.

Art. 12. Chama-se *Lã de Pelego* a lã retirada mecânica ou quimicamente da pele dos ovinos abatidos para consumo.

§ 1.º Esta categoria compreende duas classes, que se distinguem unicamente pelo processo de extração, assim denominados:

Tosquia — Quando obtida mecanicamente.

Cortume — Quando obtida pelo processo químico usado nos cortumes.

§ 2.º Cada uma dessas classes pode ser dividida nos três seguintes tipos:

Lã curta — Quando constituído por lã com menos de 3 meses de crescimento.

Um quarto de lã — Quando constituído por lã correspondente a 3 a 6 meses de crescimento.

Meia lã — Quando constituído de lã de 6 e mais meses de crescimento.

Art. 13. Chamam-se *Aparas* ou *Pontas de Mesa*, os pedaços de lã provenientes dos trabalhos de classificação e limpeza de outras lãs, nas mesas de classificação.

Art. 14. Denomina-se *Lã de Patas e Barriga* aquela produzida nas pernas e barriga dos ovinos.

Parágrafo único. A lã de patas e barriga compreenderá uma única classe com os seguintes característicos: fibras geralmente crespas, sem formar mechas, porém entrelaçadas, de finura e coloração variáveis, suada em elevada quantidade, misturada com impurezas que lhe emprestam aspecto desagradável.

Art. 15. Chama-se *Lã de Capacho* a lã de velo que sofreu intensa feltagem a ponto de tornar difícil a divisão das suas diferentes partes.

Art. 16. Denomina-se *Lã de Campo* a proveniente de animais encontrados mortos e que sofreram a ação das intempéries. Caracteriza-se pela cor branco-escuro, com tons esverdeados.

Art. 17. Denomina-se *Lã Preta* ou *Moura* a que provém de ovelhas pretas, pardas ou mouras.

Parágrafo único. Esta categoria comporta duas classes:

Fina — Quando se tratar de fibras com finura de 50 s ou acima.

Grossa — Quando se tratar de fibras com finura abaixo de 50 s.

Art. 18. De acordo com seu grau de uniformidade nos velos, qualquer classe ou tipo terá ainda as seguintes denominações:

Especial — Quando apresentar mais de 75 % do tipo referido e menos de 25 % dos tipos imediatos.

Boa — Quando apresentar de 65 a 75 % do tipo referido e o excedente dos tipos imediatos.

Corrente — Quando a uniformidade de tipo estiver compreendida entre 50 a 65 % e o excedente dos tipos imediatos.

Mista — Quando se tratar de lã com menos de 50 % de uniformidade.

Art. 19. Desde que atenda às conveniências de comprador e vendedor, será facultado o agrupamento de dois tipos ou classes imediatas.

Art. 20. Além da especificação das classes, tipos e uniformidade, na classificação da lã, deverão constar os defeitos que de certa maneira depreciam o produto.

Parágrafo único. Serão considerados defeitos:

a) *Lã com sarna* — lã impregnada de partículas provenientes da escamação epitelial, ocasionada pelo *Psoroptes ovis* (sarna). Apresenta-se geralmente ressequida, sem elasticidade e sem resistência;

b) *Lã queimada* ou *manchada* — lã prejudicada pelo banho sarnicida, apresentando coloração variável;

c) *Lã epidêmica* — lã proveniente de animais que sofreram transtornos fisiológicos. Descoloridas, sem brilho, quebradiças, sem elasticidade e resistência. Mechas geralmente emaranhadas com pontas retorcidas até quase a metade;

d) *Lã terrosa* — lã com elevada quantidade de pó terroso, reduzindo a suarda e respectivo rendimento;

e) *Lã arenosa* — lã com elevada quantidade de areia;

f) *Lã com semente* — lã com sementes aderidas às fibras;

g) *Lã rosada* — lã com terra vermelha que modifica a coloração natural.

Art. 21. A lã classificada será acondicionada solta ou em velos atados, sendo para estes obrigatório o emprego do fio de papel.

Art. 22. A embalagem de lã será feita em fardos de anagem ou algodão, em bom estado e resistentes, de seção retangular e capacidade variável.

Art. 23. A classificação a que se refere este Decreto-lei será feita exclusivamente nos entrepostos devidamente licenciados e por classificadores registrados no Serviço de Economia Rural.

Art. 24. O resultado da classificação da lã destinada ao comércio ou ao consumo, será mencionado, com a responsabilidade do classificado, nos documentos comerciais (fatura, romaneio, etc.) e marcado nos volumes correspondentes.

Art. 25. Quando for solicitado por uma das partes interessadas, o classificador poderá emitir um certificado oficial de classificação, de acordo com as normas já estabelecidas.

Art. 26. As possíveis divergências que surgirem entre comprador e vendedor, com referência à classificação da lã negociada, serão resolvidas por meio de arbitragem.

Parágrafo único. As arbitragens serão efetuadas por meio de uma comissão de dois árbitros que serão indicados pelas partes interessadas e um terceiro pelo Serviço de Economia Rural.

Art. 27. No Estado de produção, as lãs destinadas aos entrepostos, em acondicionamento original do produtor, terão livre trânsito, respeitadas as instruções que forem baixadas para este fim.

Art. 28. Para dar cumprimento ao presente Decreto-lei, o Serviço de Economia Rural fiscalizará a classificação, o comércio, o trânsito e o consumo, a importação e a exportação de lã de ovinos em todo o território nacional, baixando os regulamentos e as instruções que para esse fim se tornarem necessários e que serão assinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. As atribuições deste artigo poderão ser delegadas aos serviços especializados dos Estados produtores.

Art. 29. Para custear os serviços referidos no artigo 28, serão cobradas as seguintes taxas:

	por quilo
Fiscalização no Estado produtor	Cr\$ 0,05
Fiscalização para exportação	Cr\$ 0,01

Art. 30. O certificado de fiscalização da exportação somente será emitido, e cobrada a respectiva taxa, quando as lãs se destinarem ao estrangeiro.

Art. 31. As fraudes e infrações constatadas pelo Serviço de Economia Rural ou pelos serviços estaduais competentes, sem prejuízo da ação criminal a que estiverem sujeitas, serão punidas com aplicação de multa de Cr\$ 1.000,00 a 5.000,00, podendo ser elevados ao dôbro nas reincidências.

Art. 32. O presente Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1945.

Art. 33. Fica com este revogado o Decreto-lei n.º 6.604, de 19 de junho de 1944 e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.216 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Altera a carreira de Bibliotecário do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cria a carreira de Bibliotecário-auxiliar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Bibliotecário do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Fica criada, no Quadro Único — Parte Permanente — do referido Ministério, a carreira de Bibliotecário-auxiliar, na forma da tabela anexa.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto no presente Decreto-lei, na importância de Cr\$ 234.600,00 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) anuais, será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro Único do aludido Ministério.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.217 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Extingue, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, cria no Departamento Administrativo do Serviço Público, o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e dispõe sobre os recursos necessários ao início dos trabalhos deste último

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, criada pelo art. 15 da Lei n.º 452, de

5 de junho de 1937, e organizada pelo Decreto-lei n.º 1.075, de 26 de janeiro de 1939.

Art. 2.º Para o planejamento e a execução das obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, que obedecerão aos preceitos dos Decretos-leis ns. 6.749 e 6.751, de 29 de julho de 1944, fica constituído um Escritório Técnico na Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 3.º O Escritório Técnico previsto no artigo anterior será dirigido por um chefe, com a gratificação mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), e que terá um corpo de auxiliares admitidos na forma do art. 2.º, inciso I, do aludido Decreto-lei n.º 6.749.

Art. 4.º Fica extinto o fundo criado em benefício da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, e decorrente do art. 17 e seu parágrafo único da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937.

Art. 5.º Fica aberto ao Departamento Administrativo do Serviço Público um crédito especial de Cr\$ 10.171.073,30 (dez milhões cento e setenta e um mil setenta e três cruzeiros e trinta centavos), para aplicação em estudos, projetos e trabalhos preliminares de construção, relativos à Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Art. 6.º O crédito a que se refere o artigo antecedente terá a vigência de 3 (três) anos, ficará no Banco do Brasil à disposição do chefe do Escritório Técnico de que trata o art. 3.º deste Decreto-lei, e será movimentado segundo regime análogo ao estabelecido pelo Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, que instituiu o "Plano de Obras e Equipamentos".

Parágrafo único. Correrão ainda à conta do crédito especial a que se refere este artigo, a instalação e a manutenção do Escritório Técnico criado no art. 2.º, inclusive o pagamento da gratificação instituída no art. 3.º.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.218 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 391.140.000,00, para aquisição de locomotivas e de material metálico, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a adquirir, nos Estados Unidos da América do Norte, o seguinte material:

40 locomotivas tipo 4-8-4, de 13 toneladas por eixo;

10 locomotivas tipo 2-6-6-2, até 12 toneladas por eixo, e o material metálico e acessórios destinados à construção, no País, de 2.900 vagões de bitola de 1m,00.

Art. 2.º Para atender às aquisições a que se refere o artigo 1.º e outras despesas complementares, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trezentos e noventa e um milhões, cento e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 391.140.000,00), com a seguinte aplicação:

Aquisição de 50 locomotivas a vapor, FOB—Nova York, pelo preço total de US\$ 4.432.000,00 ao câmbio de Cr\$ 20,00	Cr\$ 88.640.000,00
Aquisição, CIF-Rio, de material metálico e acessórios destinados à construção de vagões no total US\$ 7.250.000,00, ao câmbio de Cr\$ 20,00	Cr\$ 145.000.000,00
Transporte, seguro e montagem de 50 locomotivas ..	Cr\$ 12.500.000,00
Despesas de fabricação, no País, de 2.900 vagões ...	Cr\$ 145.000.000,00
	<hr/>
	Cr\$ 391.140.000,00

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.219 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Prorroga, até 31-12-1946, a vigência do Decreto-lei n.º 5.542, De 3-6-1943, que abriu, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.480.500,00 para atender às despesas com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos, atual Instituto de Óleos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1946, a vigência do Decreto-lei n.º 5.542, de 3 de junho de 1943, que abriu o crédito especial de dois milhões quatrocentos e oitenta mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.480.500,00) para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos, atual Instituto de Óleos, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.219-A — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Dispõe sobre o Impôsto de Consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte

LEI DO IMPÔSTO DE CONSUMO**Primeira Parte****NORMAS GERAIS****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º O impôsto de consumo incide sobre os seguintes produtos nacionais ou estrangeiros, discriminados nas Tabelas anexas :

TABELA "A"

- I — Aparelhos, Máquinas e Artefatos de Metais;
- II — Armas, Munições e Fogos de Artifício;
- III — Artefatos de Matérias de Origem Animal e Vegetal;
- IV — Brinquedos, Artigos de Esporte e Jogos;
- V — Cerâmica e Vidro;
- VI — Chapéus;
- VII — Cimento e Artefatos de Cimento, de Gesso e de Pedras Naturais e Artificiais;
- VIII — Eletricidade;
- IX — Escóvas, Espanadores e Pincéis;
- X — Jóias, Obras de Ourives e Relógios;
- XI — Papel e seus Artefatos;
- XII — Produtos Alimentares Industrializados;
- XIII — Produtos Farmacêuticos e Medicinais;
- XIV — Tintas, Vernizes e outras Matérias;
- XV — Velas.

TABELA "B"

- XVI — Calçados;
- XVII — Móveis.

TABELA "C"

- XVIII — Alcool;
- XIX — Bebidas;
- XX — Cartas de Jogar;
- XXI — Lâmpadas Elétricas;
- XXII — Vinagre.

TABELA "D"

- XXIII — Fósforos e Isqueiros;
- XXIV — Fumo;
- XXV — Gasolina, Querosene, Óleos e Carburato de Cálcio;
- XXVI — Guarda-chuvas;
- XXVII — Perfumaria e Artigos de Toucador;
- XXVIII — Sal;
- XXIX — Tecidos, Malharias e seus artefatos; Passamanarias, Cor-doadhas e Linhas.

Art. 2.º O imposto é devido pelos contribuintes definidos nesta lei, antes da saída dos produtos das fábricas, estabelecimentos comerciais, Alfândegas e Mesas de Renda, devendo o seu valor ser incorporado ao dos produtos e cobrado do consumidor, de acôrdo com as disposições que se seguem.

Art. 3.º As Observações e as Notas constantes das Tabelas A, B, C e D, anexas, e de suas alíneas regem os processos de cálculo, pagamento ou recolhimento do imposto, as obrigações de produtores, importadores e comerciantes e as penalidades. As Recebedorias, Alfândegas, Mesas de Renda, Coletorias e Postos Arrecadadores cumpre vender as fórmulas necessárias e receber o imposto arrecadado por aquêles que estiverem a isto obrigados.

Art. 4.º Sempre que um mesmo produto estiver compreendido em mais de uma alínea das Tabelas desta lei e esta circunstância não decorra da matéria de que fôr composto, sua incidência será a da alínea em que estiver nominalmente indicado.

Art. 5.º Quando um produto não estiver nominalmente citado nas alíneas e se compuser de mais de uma matéria prima, o imposto devido será o que incidir sobre a matéria de tributação mais elevada; se o imposto fôr igual para tôdas as matérias, considerar-se-á o produto como sendo da matéria para a qual se tenha registrado o fabricante.

Art. 6.º O produto *transformado* fora da fábrica produtora ficará sujeito ao imposto integral correspondente à nova classificação; e o *beneficiado*, uma vez feita a prova de pagamento do imposto originário, ficará sujeito sômente à diferença entre o imposto já pago e aquêles que fôr devido em virtude do beneficiamento, obedecidas as normas e restrições estabelecidas nas Tabelas desta lei.

Art. 7.º Entende-se por *transformação* a operação de que resulte uma nova classificação fiscal para o produto, isto é, o deslocamento do produto de uma para outra das alíneas enumeradas nas Tabelas; e por *beneficiamento* a operação que, não modificando essa classificação, o sujeitar a imposto mais elevado; sendo considerados fabricantes, para todos os efeitos legais, os que operarem *transformação* ou *beneficiamento*.

CAPÍTULO II

DAS ISENÇÕES

Art. 8.º Além das isenções especiais consignadas nas alíneas das Tabelas anexas, são ainda isentos de imposto :

1.º os objetos importados diretamente pelas mesas administrativas dos estabelecimentos de caridade e de assistência hospitalar, quando se destinarem ao uso e tratamento gratuito dos assistidos, bem como os produzidos e impor-

tados pela "Fundação Rockefeller", para seu uso, de acôrdo com o art. 2.º do Decreto n.º 24.171, de 25 de abril de 1934;

2.º os artigos fabricados em estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais, quando não se destinarem a fornecimento ao comércio ou a particulares;

3.º os produtos dos estabelecimentos particulares de ensino ou de caridade, quando para fornecimento gratuito aos alunos ou assistidos;

4.º os artigos que a fábrica produzir e aplicar, no próprio estabelecimento, como matéria prima ou secundária, na composição de seus produtos;

5.º as amostras de diminuto ou nenhum valor comercial, assim se considerando os fragmentos ou parte de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza, espécie e qualidade, para distribuição gratuita, desde que tragam em caracteres bem visíveis declarações nesse sentido, atendidas as restrições desta lei;

6.º os produtos exportados para o estrangeiro, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Para regular o serviço de exportação de mercadorias isentas de imposto para o estrangeiro, fica o Ministro da Fazenda autorizado a baixar as necessárias instruções e dispor sobre as penalidades aplicáveis, guardando o limite prescrito neste capítulo.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que deixarem de cumprir as instruções a que se refere o inciso 6.º; desde que não ocorra falta de pagamento de imposto;

b) importância igual ao valor do imposto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de fazer prova, dentro do prazo estatuído, da entrada da mercadoria exportada em território estrangeiro ou da saída do território nacional, ou que não derem baixa nos termos que para tal fim assinarem.

CAPÍTULO III

DA "PATENTE DE REGISTRO"

Sua cobrança e fiscalização

Art. 9.º Além do imposto de consumo de que tratam as alíneas das Tabelas desta lei, serão cobrados, para fim de controle, emolumentos de "Patente de Registro" dos fabricantes e comerciantes.

Art. 10. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá fabricar, beneficiar, transformar, vender, expor à venda ou ter em depósito para esses fins produto sujeito ao imposto de consumo, sem se achar habilitada com a "Patente de Registro" salvo os casos especiais previstos nesta lei.

Art. 11. Constitui a "Patente de Registro" um certificado expedido pela repartição arrecadadora local, mediante pagamento dos respectivos emolumentos, ou gratuitamente.

Art. 12. São obrigados a habilitar-se com a "Patente de Registro":

a) os fabricantes;

b) os comerciantes, inclusive os comerciantes por grôso de fumo em corda, fôlha, ou pasta, de origem nacional, e os mercadores ambulantes;

c) os escritórios comerciais, representantes, agentes, ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes;

d) os depósitos fechados.

Art. 13. Os fabricantes e comerciantes, que também tiverem venda ambulante, pagarão pelo comércio ambulante, embora feito por grosso, os emolumentos do art. 44, letra c, inciso I.

Art. 14. As salinas em que a evaporação ao sol e ao vento fôr o único processo industrial e os engenhos de açúcar, cuja produção não exceder a 10.000 quilogramas anuais, pagarão os emolumentos do art. 44, letra a, inciso I.

Parágrafo único. Quando a produção fôr superior a 10 000 quilogramas até 100.000 anuais, as salinas e engenhos pagarão os emolumentos de acôrdo com o art. 44, letra a, inciso II e, se ultrapassarem de 100.000 quilogramas, pagarão os emolumentos do inciso III da mesma letra.

Art. 15. Os lavradores que produzirem até 10.000 litros anuais de vinho, grapa, álcool, aguardente de cana ou de mandioca pagarão os emolumentos do art. 44, letra a, inciso I; quando produzirem mais de 10 000 litros até 100.000, pagarão os emolumentos do inciso II da mesma letra, ficando sujeitos aos emolumentos do inciso III, quando produzirem mais de 100.000 litros.

Parágrafo único. Servirá de base para o cálculo da produção a média dos três anos anteriores, ou, quando se tratar de indústria nova, o confronto com a produção de estabelecimentos semelhantes.

Art. 16. Os fabricantes de vinhos compostos, a que se refere o Decreto n.º 22 480, de 20 de fevereiro de 1933, deverão requerer os favores dessa lei ao Diretor das Rendas Internas, e, da "Patente de Registro" para tal fim fornecida pela repartição arrecadadora competente, deverá constar o número da ordem de concessão.

Art. 17. A "Patente de Registro" de fabricante dá direito somente a venda dos produtos da própria fábrica.

§ 1.º No cálculo para cobrança de emolumento de registro de fábrica de mais de um produto, servida por aparelho ou força motora, serão computados os aparelhos ou a força empregados na produção de mercadorias tributadas, calculada esta pela média dos três últimos anos, em confronto com o número de operários capazes de igual produção. Nas fábricas de mais de uma espécie tributada, o cálculo será relativo aos aparelhos, força ou operários empregados em cada espécie.

§ 2.º No número dos operários serão computados os que trabalharem fora do estabelecimento e que forem portadores da caderneta de que trata esta lei.

Art. 18. Os escritórios comerciais, representantes, agentes ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes, e os mercadores ambulantes, que mantenham estoque de mercadoria, são considerados comerciantes, sujeitos aos emolumentos da "Patente de Registro", atendida a categoria do comércio que exerçam.

Art. 19. Os escritórios comerciais, representantes, agentes ou prepostos de fabricantes ou de comerciantes, que negociem por meio de amostras ou encomendas, além das "Patentes de Registro" a que eventualmente estejam sujeitos, ficam obrigados a habilitar-se com a "Patente de Registro" para aquelas atividades, pagando os emolumentos de acôrdo com o art. 44, letra c, obedecido o seu capital.

Parágrafo único. Os construtores ficarão sujeitos aos emolumentos previstos no art. 44, letra c, embora mantenham depósitos de materiais para em-

pregar nas construções, ficando tais depósitos sujeitos à "Patente" de que trata o art. 21.

Art. 20. Os emolumentos da "Patente de Registro" a que estão sujeitos os tintureiros que receberem tecidos para alvejar, tingir, estampar, acabar ou para, de qualquer outro modo, beneficiar, são os do artigo 44, letra a.

Art. 21. Os depósitos fechados de fabricantes ou comerciantes ficam sujeitos aos emolumentos da "Patente de Registro" de acôrdo com o art. 44, letra c, inciso I.

Art. 22. Os comerciantes por grosso de uma ou mais espécies tributadas, que também negociarem a varejo com outra ou outras espécies, pagarão sobre o comércio a varejo emolumentos correspondentes às espécies excedentes das de comércio por grosso, respeitada a ordem de incidência e a categoria do comércio. Isto é, os comerciantes de uma só espécie por grosso e outras a varejo pagarão, por aquela, conforme o capital, os emolumentos constantes do art. 44, letra b e seus incisos, e pelas demais a varejo, os da letra c, a partir da segunda espécie; os de duas espécies por grosso e outras a varejo, os emolumentos da letra b e seus incisos, também conforme o capital, e pelas demais a varejo, os da letra c, a partir da terceira espécie; e assim sucessivamente. Da mesma forma proceder-se-á em relação aos fabricantes.

§ 1.º O comerciante que, depois de registrado, modificar o seu comércio de varejista para grossista em uma ou mais espécies, pagará os emolumentos calculados como se se tratasse de registro inicial, de acôrdo com a sua nova situação, deduzidos do total os emolumentos anteriormente pagos.

§ 2.º As firmas, sociedades ou companhias comerciais autorizadas a funcionar no Brasil, desde que não tenham capital registrado no país, pagarão os emolumentos da "Patente de Registro" de acôrdo com as incidências máximas da classe respectiva.

Art. 23. As emprêsas ou firmas comerciais que mantiverem mais de um estabelecimento, seja filial, agência, sucursal ou simples pósto de venda, para os quais o contrato social ou os estatutos não tenham fixado cota de capital, poderão atribuir aos referidos estabelecimentos, para efeito do pagamento da "Patente de Registro", um determinado capital, que servirá de base à cobrança dos respectivos emolumentos.

Art. 24. São obrigados à "Patente de Registro" gratuita:

a) os estabelecimentos particulares de educação que fabricarem artigos para a venda aos próprios alunos;

b) os asilos e casas de caridade ou de assistência, particulares, que fabricarem produtos para comércio.

Art. 25. Não será concedida "Patente de Registro" para fabrico de fumo e seus preparados, bebidas, perfumarias e artigos de toucador, chapéus de sol ou de chuva e de qualquer outros produtos sujeitos ao pagamento do imposto *ad valorem*, aos estabelecimentos cuja seção de venda a varejo tenha qualquer comunicação interna com a seção de fabricação, salvo os casos expressos nesta lei.

Art. 26. O prazo para pagamento da "Patente de Registro" ou obtenção de "Patente de Registro" gratuita será:

a) antes de iniciado o comércio ou fabrico — para os que pretenderem comercial ou fabricar produtos tributados pagando o emolumento integral, qualquer que seja a época do início do comércio ou fabrico;

b) de 2 de janeiro a 31 de março — para os que tiverem de renovar as respectivas "Patentes de Registro", desde que tenham solicitado a renovação até o último dia útil de fevereiro de cada ano, pagando o emolumento integral de acôrdo com o do ano anterior, se, antes de vencido aquêlê prazo, terminarem

o comércio ou o fabrico; os contribuintes que não tenham pago os emolumentos da "Patente de Registro" até 28 de fevereiro, deverão pagá-los, de acôrdo com a letra inicial de sua firma, dentro dos seguintes períodos: de 1 a 5 ou de 16 a 20 de março, os de letras "A" a "H"; de 6 a 10 ou de 21 a 25 de março, os de letras "I" a "O"; de 11 a 15 ou de 26 a 31 de março, os de letras "P" a "Z"; as repartições arrecadadoras locais ficam obrigadas a fornecer aos comerciantes as guias de pedido de registro, inteiramente processadas, três dias antes de expirar o primeiro período para pagamento; nas Recebedorias Federais, os respectivos Diretores, dentro dos prazos citados, organizarão as instruções necessárias à regularização do pagamento das "Patentes";

c) antes da alteração ou da adição — para os que alterarem a categoria ou a classificação do comércio ou fabrico, de modo a torná-lo sujeito a emolumento maior, ou adicionarem ao comércio ou fabrico espécie ainda não registrada, salvo quando se tratar de modificação do capital social, caso em que a diferença de emolumento da "Patente de Registro" será paga dentro de 60 dias da data da referida modificação.

Art. 27. Para obter a "Patente de Registro", os interessados apresentarão à estação fiscal competente uma guia, organizada em duas vias, conforme modelo 1, na qual declararão o número da "Patente de Registro" anterior, se se tratar de casa já estabelecida, declarando sempre o capital registrado e, pelos títulos constantes do art. 1.º, os produtos de seu comércio ou fabrico, devendo os mercadores ambulantes mencionar também o número da caixa, chapa, ou veículo, e os fabricantes o número de operários, aparelhos e máquinas, ou a quantidade em quilos ou litros quando fôr o caso, bem como a força motora e a sua natureza.

§ 1.º Não será concedida "Patente de Registro" para fabrico a quem não tiver instalação suficiente e adequada aos fins da fabricação.

§ 2.º Com a guia de que trata este artigo, será apresentada a patente do ano anterior, quando se tratar de renovação.

§ 3.º Para a obtenção da "Patente de Registro" de estabelecimento novo, os interessados deverão exhibir ao encarregado do respectivo serviço a prova de constituição legal, se se tratar de sociedade comercial de qualquer espécie, ou a carteira de identidade, se se tratar de firma individual.

§ 4.º Para fábricas de fumo e bebidas, além das demais exigências deste artigo, somente será concedida "Patente de Registro" mediante prova de propriedade de toda a instalação fabril; para o fabrico de bebidas será exigida ainda, mediante declaração na guia respectiva, a indicação da quantidade e capacidade dos depósitos ou declaração de não existência destes, sendo esta última exigência extensiva aos comerciantes de bebidas por grosso.

Art. 28. Quando se tratar de contribuinte que não tenha capital registrado ou contrato social que permita a sua verificação e sobrevenha dúvida em torno do que fôr indicado na guia de pedido de "Patente de Registro" considerar-se-á o seu capital como sendo correspondente a 40% do volume de vendas durante o ano civil anterior. Em se tratando de contribuinte novo, os emolumentos serão calculados de acôrdo com o art. 44, letras b ou c, inciso I, conforme a sua categoria de comércio.

Art. 29 Na guia para obtenção da "Patente de Registro", o agente fiscal da circunscrição ou da seção própria indicará a importância a ser cobrada, discriminando os produtos e respectivos emolumentos.

§ 1.º Preenchida essa exigência, a "Patente de Registro" será concedida sem mais formalidades, fornecendo-se o certificado de acôrdo com o modelo 2, o qual mencionará especificada e minuciosamente, pelos títulos referidos no art. 1.º, os produtos para os quais foi concedido o registro pago ou gratuito,

bem como o capital, quando comerciante, o número de operários e força motriz total, a produção em litros ou quilos, quando fabricante, e o número do veículo, caixa ou chapa, do mercador ambulante.

§ 2.º Quando houver dúvida sobre a concessão da "Patente de Registro" a guia, depois de informada e processada convenientemente, será submetida ao chefe da repartição.

Art. 30. A "Patente de Registro" para o comércio por grosso só será concedida a quem vender por atacado. Para fins desta lei, considera-se atacadista o negociante que, habitualmente, vender por atacado ou a revendedor.

Art. 31. Os comerciantes e fabricantes, que tiverem venda ambulante ou em feiras, são obrigados a tantas "Patentes de Registro" quantas forem as pessoas ou veículos empregados nessa venda, e a "Patente de Registro" expedida para esse fim, assim como a que for expedida para comerciante ambulante, só será válida na zona fiscal da repartição que a houver concedido, salvo quando no mesmo município houver mais de uma repartição arrecadadora.

Parágrafo único. Os comerciantes e fabricantes, nos casos deste artigo, são obrigados a mencionar no verso da "Patente de Registro" o nome por extenso do encarregado da venda ou o número do veículo.

Art. 32. Os contribuintes que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, isto é, que estiverem condenados por decisão passada em julgado, assim como os responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido os seus compromissos no prazo legal, não poderão obter, renovar, ou transferir para outrem a sua "Patente de Registro", nem alterar a firma concessionária do mesmo, sem prévio pagamento ou depósito da multa e do imposto devido na repartição arrecadadora competente. Também não será fornecida "Patente de Registro" a firma nova de que faça parte sócio cotista gerente, sócio solidário, ou diretor gerente, de sociedade anônima, ou sócios gerentes ou diretores de comandita por ações, que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, nos termos deste artigo.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, as repartições que tiverem aplicado multa a contribuintes estabelecidos em zona fora de sua jurisdição enviarão diretamente, até 31 de dezembro, a relação desses contribuintes à respectiva repartição.

§ 2.º As repartições arrecadadoras deverão ter fichário de todos os contribuintes multados por infração desta lei ou devedores à Fazenda Pública, com indicação do número do processo, nome e localização do contribuinte, dispositivos infringidos, importância da multa imposta, data do seu pagamento ou depósito, ou data e número da certidão de dívida.

§ 3.º Nas fichas serão anotadas as alterações decorrentes dos julgados proferidos pelas instâncias superiores.

Art. 33. O comprador é responsável pelas dívidas do vendedor, exceto se houver adquirido o estabelecimento em hasta pública.

Art. 34. As transferências de "Patente de Registro" por aquisição de estabelecimento ou alteração de firma deverão ser requeridas pelos novos proprietários à estação fiscal competente, no prazo de 30 dias, instruído o pedido com a "Patente de Registro" da antiga firma e os documentos justificativos da transferência.

Parágrafo único. Quando não for anexada a "Patente de Registro" ou sua certidão, o agente fiscal da seção poderá notificar o contribuinte para a extração em nome da nova firma.

Art. 35. A transferência ou alteração de firma que houver sido autuada por infração de regulamentos fiscais será autorizada mediante petição do novo.

proprietário, na qual se declare responsável por qualquer processo ou débito do antecessor, podendo o chefe da repartição exigir garantia idônea que reforce essa responsabilidade.

Art. 36. A mudança de local de fabricante ou de comerciante ou de número de chapa, caixa, ou veículo, de seus mercadores ambulantes, deverá ser comunicada à repartição arrecadadora competente, dentro de 30 dias, em requerimento acompanhado da respectiva "Patente de Registro" ou sua certidão, e só aproveitará, para validade da mesma "Patente de Registro", em qualquer ponto do país para onde se verificar a mudança, quando esta se der com tôdas as mercadorias e utensílios.

Parágrafo único. No caso de mudança para localidade fora de jurisdição da repartição arrecadadora, deverá o interessado solicitar guia de transferência, conforme modelo 3.

Art. 37. As transferências de firmas, as mudanças de local, as alterações de número de caixa, chapa, ou veículo, depois de autorizadas, serão averbadas em todos os efeitos fiscaes na própria repartição arrecadadora, por funcionário para tal fim designado.

Art. 38. A "Patente de Registro" ficará sem efeito:

- a) quando não tiver sido pedida em nome do verdadeiro proprietário do estabelecimento;
- b) quando tiver sido obtida em desacôrdo com os arts. 14 e parágrafo único, 15 e parágrafo único, 25 e 27 e seus parágrafos;
- c) quando o estabelecimento houver sido adquirido em leilão ou hasta pública;
- d) quando dela não constar a exigência do art. 31, parágrafo único, ou for encontrada em poder de pessoa diferente da mencionada no verso da "Patente de Registro";
- e) quando ficar apurado que faz parte da firma concessionária da "Patente de Registro" sócio cotista gerente, sócio solidário, diretor-gerente de sociedade anônima, sócio-gerente de sociedade anônima, sócio-gerente ou diretor de comandita por ações, devedor à Fazenda Nacional de qualquer imposto ou multa;
- f) quando, de qualquer outro modo, houver sido obtida indevidamente.

Art. 39. O contribuinte que houver pago "Patente de Registro" de classe superior à do seu comércio ou fabrico, por erro seu ou exigência da repartição, não gozará das vantagens inerentes à mesma "Patente de Registro" e poderá requerer restituição do excesso de emolumento.

Art. 40. É contravenção registrar fábrica inexistente ou em nome de empresa ou firma fictícia.

Art. 41. As "Patentes de Registro" ou suas certidões serão exibidas aos agentes fiscaes, sempre que reclamadas, para o que deverão ser conservadas em um quadro ou em lugar que permita exibição imediata por quem estiver à testa do negócio.

Art. 42. O mercador ambulante encontrado sem a respectiva "Patente de Registro" será imediatamente notificado para pagamento dos emolumentos devidos, no prazo de oito dias, efetuando-se ao mesmo tempo a apreensão das mercadorias em seu poder, as quais só serão restituídas mediante exibição da "Patente" e da prova do pagamento da multa respectiva.

Parágrafo único. Se, esgotado o prazo, não for satisfeito o pagamento dos emolumentos devidos e da multa, a repartição providenciará sobre a venda em leilão das mercadorias apreendidas.

Art. 43. As estações arrecadoras incumbidas da concessão do registro terão um livro, no qual farão o cadastro geral dos estabelecimentos e pessoas registrados, averbando, quando se tornar mister, as alterações ocorridas.

Art. 44. Os emolumentos de registro obedecem à seguinte tabela:

a) *FABRICAS* — de acôrdo com o número de operários, aparelhos ou fôrça motora equivalente, calculando-se cada cavalo (H.P.) como equivalente a três operários :

I	
Até 3 operários,	Cr\$
Em uma só espécie tributada	50,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	5,00
II	
De mais de 3 operários até 6,	
Em uma só espécie tributada	100,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	10,00
III	
De mais de 6 operários até 12,	
Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00
IV	
De mais de 12 operários até 25,	
Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00
V	
De mais de 25 operários até 50,	
Em uma só espécie tributada	800,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	80,00
VI	
De mais de 50 operários até 100,	
Em uma só espécie tributada	1.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	150,00
VII	
De mais de 100 operários até 200,	
Em uma só espécie tributada	2.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	200,00
VIII	
De mais de 200 operários até 500,	
Em uma só espécie tributada	3.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	300,00

IX

De mais de 500 operários até 1.000,

Em uma só espécie tributada	3.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	350,00

X

De mais de 1.000 operários até 2.000,

Em uma só espécie tributada	4.500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	450,00

XI

De mais de 2.000 operários,

Em uma só espécie tributada	5.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	500,00

b) COMÉRCIO POR GROSSO

I

Com capital até Cr\$ 10.000,00,

Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00

II

Com o capital superior a Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 50.000,00,

Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00

III

Com o capital superior a Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 200.000,00,

Em uma só espécie tributada	600,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	60,00

IV

Com capital superior a Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 500.000,00,

Em uma só espécie tributada	800,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	80,00

V

Com capital superior a Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00,

Em uma só espécie tributada	1.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	100,00

VI

Com capital superior a Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	1.200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	120,00

VII

Com capital superior a Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	2.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	200,00

c) COMÉRCIO A VAREJO

I

Com capital até Cr\$ 10.000,00,	
Em uma só espécie tributada	100,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	10,00

II

Com o capital superior a Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 50.000,00,	
Em uma só espécie tributada	200,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	20,00

III

Com o capital superior a Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 200.000,00,	
Em uma só espécie tributada	300,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	30,00

IV

Com capital superior a Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 500.000,00,	
Em uma só espécie tributada	400,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	40,00

V

Com capital superior a Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	500,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	50,00

VI

Com capital superior a Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	600,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	60,00

VII

Com capital superior a Cr\$ 2.000.000,00,	
Em uma só espécie tributada	1.000,00
Pelas excedentes, cada uma, mais	100,00

Parágrafo único. Para fins estatísticos, os estabelecimentos compreendidos nos incisos I e II da letra a deste artigo são considerados "Oficina" devendo como tal ser extraída a "Patente de Registro".

Art. 45. São dispensados da "Patente de Registro":

a) as fábricas, usinas, oficinas e outros estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais; as escolas de educação profissional, asilos e recolhimentos de menores e estabelecimentos semelhantes, nos quais se fabriquem artigos sujeitos ao imposto de consumo, como meio de aprendizagem ou para consumo exclusivo nos mesmos estabelecimentos;

b) os armazéns, farmácias e dispensários de instituições de caridade, desde que funcionem nos respectivos estabelecimentos e se destinem à distribuição gratuita de produtos tributados aos seus assistidos;

c) os botequins, restaurantes e outros estabelecimentos de instalação e funcionamento provisório, durante festas públicas, tais como: romarias, manobras e paradas militares, excursões turísticas ou desportivas e semelhantes;

d) os caixeiros viajantes, praticistas e empregados de estabelecimentos registrados, incumbidos de agenciamento e venda por meio de amostras, com caráter itinerante e sem instalação;

e) os estabelecimentos e os profissionais que tiverem produtos destinados exclusivamente aos misteres de sua atividade;

f) os estabelecimentos industriais que fabricarem, adquirirem, ou tiverem em depósito, artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprego, como matéria prima ou secundária, ou para seu uso, na composição de outros artigos de sua própria indústria, tributados ou não;

g) as empresas fornecedoras de eletricidade que tiverem contrato com os poderes públicos para a execução de seus serviços.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 10,00 — os que solicitarem ou obtiverem a "Patente de Registro" grátis ou requererem a sua transferência fora dos prazos estabelecidos nos artigos 26, 34 e 36;

b) 30% da importância dos emolumentos devidos — os que solicitarem ou pagarem a "Patente de Registro" depois dos prazos estabelecidos no art. 26 ou os que requererem a transferência fora dos prazos indicados nos arts. 34 e 36;

c) importância igual aos emolumentos devidos, não inferior a Cr\$ 150,00 — os que forem notificados para registrar o seu estabelecimento ou para pagar a diferença de emolumentos da "Patente de Registro" de seu comércio ou fabrico;

d) Cr\$ 150,00 a Cr\$ 300,00 — os que infringirem o disposto no parágrafo único do art. 31 e no art. 41;

e) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 40

CAPÍTULO IV

DAS ESTAMPILHAS E SUA VENDA

Art. 46. As estampilhas serão de duas cores:

a) verde — para os produtos nacionais;

b) encarnada — para os produtos estrangeiros.

Art. 47. As estampilhas terão a declaração genérica — *imposto de consumo* — e serão aplicadas aos produtos de acordo com a procedência, obedecendo aos seguintes formatos:

a) cintas especiais — para produtos nacionais;

- b) cintas comuns — para bebidas, álcool e vinagre;
- c) retangulares especiais — para maços, pacotes, caixas e carteiras de cigarros e cigarrilhas;
- d) retangulares comuns — para os demais produtos.

Art. 48. As estampilhas serão feitas na Casa da Moeda, onde ficarão depositadas.

Art. 49. A Diretoria das Rendas Internas superintenderá o serviço de fornecimento de estampilhas, e indicará os valores para aprovação do Diretor Geral da Fazenda Nacional, depois de preparados os desenhos pela Casa da Moeda.

Parágrafo único. A mesma Diretoria poderá determinar o fornecimento a qualquer repartição dos Estados e autorizar a requisição direta das estampilhas, quando se tornar necessário ao serviço da arrecadação do imposto.

Art. 50. A Casa da Moeda organizará álbuns contendo espécimes de tôdas as fórmulas em circulação, cabendo à Diretoria das Rendas Internas distribuí-los às repartições interessadas na arrecadação.

Art. 51. Ao Diretor Geral da Fazenda Nacional compete expedir circular divulgando o formato e côr das estampilhas, bem como sua emissão e recolhimento.

Art. 52. Para cobrança do imposto, as estampilhas serão vendidas:

- a) na Capital Federal, pela Recebedoria do Distrito Federal e pela Alfândega do Rio de Janeiro;
- b) nos Estados e Territórios, pelas repartições arrecadadoras, nas respectivas zonas.

Art. 53. As repartições encarregadas da venda e suprimento das estampilhas requisitarão o fornecimento necessário:

- a) as Recebedorias Federais, as Alfândegas do Rio de Janeiro e de Santos e as Delegacias Fiscais — à Casa da Moeda;
- b) as estações arrecadadoras dos Estados e dos Territórios — às respectivas Delegacias Fiscais, exceto as Mesas de Renda alfandegadas que serão supridas por intermédio das repartições a que se subordinarem, ou por onde determinar, em casos excepcionais, a Diretoria das Rendas Internas.

Art. 54. As estampilhas serão vendidas mediante guia (modelos 4 e 5) :

- a) aos fabricantes, aos comerciantes importadores e aos que tiverem a faculdade de receber produtos com o imposto a pagar — com a apresentação da "Patente de Registro";
- b) aos estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais e aos leiloeiros — em face de requisição;
- c) para os produtos apreendidos, adquiridos em hasta pública, havidos de inventário ou falência, ou para suprir qualquer falta devidamente justificada — mediante requerimento.

Parágrafo único. As repartições arrecadadoras competentes, nos casos de apreensão de mercadorias estrangeiras sem o pagamento do devido imposto, requisitarão às Alfândegas ou Delegacias Fiscais as estampilhas próprias.

Art. 55. A aquisição de estampilhas obedecerá aos seguintes limites:

- a) pelos importadores — importância correspondente à quantidade e qualidade de fato verificadas na conferência dos artigos submetidos a despacho, ou importância necessária de acordo com o preço a ser marcado para venda no varejo, quando se tratar de importador de perfumarias e artigos de toucador;

- b) pelos fabricantes — importância nunca inferior a Cr\$ 50,00;
- c) pelos estabelecimentos públicos — qualquer importância;
- d) para os demais casos previstos neste regulamento — importância necessária.

Art. 56. As guias para aquisição de estampilhas serão organizadas em 3 vias: a primeira acompanhará o processo de despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda, ou ficará arquivada nas repartições quando se tratar de produtos nacionais; a segunda constituirá documento de receita; a terceira será entregue ao contribuinte.

Art. 57. Terminada nas Alfândegas e Mesas de Renda a conferência das mercadorias submetidas a despacho, a guia será visada se estiver exata, ou nela se anotar, bem como na nota de despacho, a diferença verificada.

Art. 58. O imposto referente a mercadorias importadas por particulares, para seu consumo, e industriais, para emprêgo em suas indústrias, será recolhido por meio de guia.

Art. 59. Os retalhos dos pacotes de fumo selados, que acompanharem as guias de aquisição de estampilhas para cigarros e cigarrilhas, serão inutilizados com a data, por meio de carimbo da repartição, e acompanharão os balanços mensais remetidos às Delegacias Fiscais, e, após a necessária conferência, serão destruídos, lavrando-se termo que ficará anexado ao balanço.

§ 1.º Os retalhos recebidos pelas Recebedorias Federais serão destruídos nessas repartições.

§ 2.º Nos "Caixas" de estampilhas far-se-á histórico circunstanciado dos retalhos selados que tenham sido recebidos, discriminando-se quantidade, estampilhas nêles apostas e total da importância que lhes fôr equivalente.

Art. 60. A repartição, ao vender estampilhas a contribuinte que receba produto com o imposto a pagar, fará o confronto da nota de remessas apresentada pelo comprador com a que houver recebido da repartição de procedência.

§ 1.º Quando, por qualquer motivo, o comprador não apresentar a nota de que trata este artigo, a venda das estampilhas será feita de acôrdo com a mercadoria descrita na nota ou telegrama recebido pela repartição.

§ 2.º Na ausência de nota ou telegrama, as estampilhas serão fornecidas após verificação fiscal dos produtos recebidos.

Art. 61. Quando as estampilhas que acompanharem os produtos não corresponderem ao imposto dos novos volumes em que tiverem de ser expostos à venda, poderão ser trocadas na repartição local pelos comerciantes, por ocasião da transferência dos volumes. Os que receberem produtos já estampilhados poderão adquirir novas fórmulas mediante requerimento.

§ 1.º O pedido das estampilhas será formulado nas guias próprias, onde o interessado mencionará a quantidade, espécie, valor unitário e total das estampilhas que der em troca, bem como as características de que se acharem revestidas em virtude da inutilização, fazendo-as acompanhar da "nota fiscal" do vendedor, a qual será restituída uma vez verificada a exatidão das declarações.

§ 2.º O chefe da repartição fará examinar se os volumes correspondem às declarações da "nota" e às estampilhas apresentadas.

§ 3.º As estampilhas recebidas em troca serão inutilizadas na forma desta lei.

Art. 62. Não serão vendidas estampilhas:

- a) às firmas devedoras de impostos, taxas e multas que não os tiverem pago ou depositado na repartição fiscal competente, uma vez esgotados os prazos regulamentares;

b) aos responsáveis ou fiadores que, devidamente intimados, não houverem solvido no prazo legal os seus compromissos com a Fazenda.

Art. 63. Só serão vendidas estampilhas que correspondam — na côr, formato, valor e espécie — aos produtos a estampilhar.

Art. 64. Ninguém poderá vender, trocar, ou ceder, por qualquer forma, as estampilhas adquiridas, salvo quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento comercial ou industrial.

Art. 65. Não é permitida a compra, venda ou troca de estampilhas senão nos casos previstos nesta lei, perdendo os possuidores, independentemente da multa que couber, o direito àquelas cuja procedência legal não fôr justificada.

Art. 66. Nenhum comerciante poderá ter estampilhas em quantidade excedente de 5% à necessária ao estampilhamento das mercadorias existentes em seus estabelecimentos, sob pena de serem apreendidas as excedentes.

§ 1.º Constitui contravenção a posse de estampilhas que pertenceram a produtos já consumidos, bem como a de estampilhas extraídas de produtos consumidos ou não.

§ 2.º Constitui também contravenção, independentemente da ação criminal que no caso couber: vender, comprar, empregar ou possuir, sôltas ou applicadas, estampilhas falsas.

Art. 67. As estampilhas recebidas com a mercadoria que tenha sido empregada na confecção ou preparo dos produtos serão recolhidas mensalmente, mediante guia, à repartição arrecadadora local, até o décimo dia útil do mês subsequente, mencionando-se no livro fiscal o seu recebimento e recolhimento, a entrada da mercadoria e a quantidade empregada na indústria.

Parágrafo único. As estampilhas recolhidas pelos contribuintes serão incineradas nas Delegacias Fiscais e Recebedorias, mediante as cautelas necessárias.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 66;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 66, § 1.º;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 64, 65 e 66, § 2.º;
- d) importância igual ao valor das estampilhas, não inferior a Cr\$ 500,00 — os que infringirem o disposto no art. 67.

CAPÍTULO V

DO ESTAMPILHAMENTO E PAGAMENTO DO IMPÔSTO

Art. 68. Compete o estampilhamento dos produtos estrangeiros:

- a) aos comerciantes retalhistas, quando tiverem de iniciar a venda a retalho ou quando venderem em volumes intatos os produtos que receberem acompanhados de estampilhas; obedecido, quanto aos produtos sujeitos ao impôsto de acôrdo com o preço no varejo, o que estabelecem as alíneas respectivas;
- b) aos importadores atacadistas e comerciantes grossistas, por ocasião da venda, quando o comprador fôr particular, ambulante, ou contribuinte não registrado para o comércio do produto, quando venderem a mercadoria a retalho, ou quando a expuserem como amostra ou à venda; obedecido, quanto aos produtos sujeitos ao impôsto de acôrdo com o preço no varejo, o que estabelecem as alíneas respectivas;

c) aos donos ou seus representantes legais, por ocasião do recebimento, quando se tratar de mercadoria apreendida.

Art. 69. Aos leiloeiros cumpre estampilhar os produtos por ocasião de sua entrega, quando vendidos a particular ou a comerciante não devidamente registrado; ou cobrar e recolher o imposto à repartição arrecadadora local, por meio de guia, dentro de cinco dias contados da realização do leilão, quando se tratar de "jóias, obras de ourives e relógios" ou de outros produtos não sujeitos à selagem direta que procederem de estabelecimentos fabris sem prova de pagamento do imposto.

Parágrafo único. Os leiloeiros deverão examinar se a mercadoria que recebem para leilão procede de fabricante, comerciante ou particular, zelando pelo pagamento do imposto, sob pena de responsabilidade.

Art. 70. As amostras que não gozarem de isenção, conduzidas por caixeiros viajantes ou empregados de estabelecimentos registrados, deverão estar estampilhadas ou acompanhadas de prova de pagamento do imposto.

Art. 71. As amostras a que se refere o artigo anterior deverão, quando em poder de representantes de estabelecimentos comerciais ou fabris, ser acompanhadas de notas ou faturas discriminativas.

Art. 72. As estampilhas serão aplicadas de acôrdo com o disposto nas notas às alíneas das Tabelas anexas, permitido nos sabões e sabonetes em barra, pão, ou fôrma, e em qualquer outro produto que não traga o invólucro, o estampilhamento em folha ou fita de papel, desde que a falta de aderência ou ações químicas prejudiquem a selagem ou a estampilha.

Art. 73. Para complemento do imposto poderá ser empregada mais de uma estampilha da mesma espécie, não sendo computadas as que se acharem sobtopostas, com o valor encoberto.

Parágrafo único. Não se compreendem na disposição dêste artigo os volumes contendo mais de uma vintena de cigarros ou cigarrilhas, nos quais só serão aplicadas estampilhas dos valores correspondentes ao preço de venda de cada vintena.

Art. 74. Consideram-se não estampilhados os produtos a que forem aplicadas fórmulas:

- a) destinadas a produtos nacionais, quando se tratar de produtos estrangeiros e vice-versa;
- b) especiais destinadas a outro produto;
- c) comuns, quando houver fórmulas especiais para o estampilhamento;
- d) de formato diverso do destinado ao estampilhamento;
- e) não inutilizadas ou não marcadas de acôrdo com esta lei;
- f) que não estiverem em circulação;
- g) que tiverem emendas, rasuras, ou borrões;
- h) que estiverem em desacordo com as prescrições dêste capítulo.

Parágrafo único. Consideram-se também sem efeito legal as estampilhas que acompanharem os produtos nos casos dêste artigo.

Art. 75. Constitui contravenção o emprêgo de estampilha já usada, bem como a venda ou exposição à venda de mercadorias assim estampilhadas.

Parágrafo único. Provada a boa-fé do expositor, a responsabilidade recairá apenas sobre o vendedor.

Art. 76. Os fabricantes, importadores e outros adquirentes de estampilhas para produtos nacionais ou estrangeiros, são obrigados a assinalá-las, no lado impresso, por ocasião de aplicá-las ou remetê-las ao comprador, com a firma ou as iniciais e o número da alínea de incidência em que o produto

estiver compreendido, à tinta, picote ou outro qualquer processo mecânico, contanto que a indicação do valor da estampilha e as marcações exigidas fiquem visíveis.

Parágrafo único. Os que acondicionarem mercadorias de modo diferente do recebido contramarcarão as estampilhas de acôrdo com êste artigo.

Art. 77. As estampilhas que acompanharem os produtos remetidos ou vendidos por industriais ou comerciantes, nos casos previstos nesta lei, serão marcadas no verso, pelo remetente, com indicação, a carimbo, tinta ou lápis tinta, do número, capacidade ou pêso dos volumes (conforme o caso), data da entrega ou remessa, número da "nota fiscal" respectiva, firma e sua localização, de maneira a abranger a totalidade das fórmulas correspondentes a cada volume.

Parágrafo único. Na inutilização a que se refere êste artigo é obrigatória a repetição, por extenso, do algarismo ou algarismos indicativos do dia da inutilização.

Art. 78. Nos casos de estampilhamento em globo dos volumes, as estampilhas serão inutilizadas, na parte impressa, por meio de traço forte, de tinta ou lápis tinta, e com a data do dia da venda, observada a exigência do parágrafo único do artigo anterior.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 76 e seu parágrafo, 77 e seu parágrafo, e 78;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 68, 69, primeira parte, 70, 71, 72, 73 e 74;
- c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 73, parágrafo único, e 75;
- d) Importância igual ao valor do imposto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que infringirem o art. 69, segunda parte.

CAPÍTULO VI

DO RECOLHIMENTO DO IMPÔSTO POR MEIO DE GUIA

Art. 79. O recolhimento de imposto por meio de guia se processará na forma da Observação 2.^a da Tabela "A". A repartição arrecadadora, que receber importâncias provenientes de imposto devido por guia, terá os livros indispensáveis ao contrôlo dos recebimentos, com títulos próprios para cada contribuinte e espécie tributada, de acôrdo com as Tabelas anexas, obedecidas as instruções que forem baixadas pela Diretoria das Rendas Internas.

Art. 80. Aos contribuintes será fornecido, pela repartição arrecadadora, conhecimento extraído de talão especial indicando nome e endereço do contribuinte, número da "Patente de Registro" e da guia de recolhimento do imposto, espécie de produto de acôrdo com as Tabelas, importâncias recebidas, data, carimbo e assinatura do tesoureiro, coletor ou funcionário autorizado.

Art. 81. As importâncias serão recebidas acompanhadas das guias modelos 6, 7 ou 8, de acôrdo com a espécie do produto, em três vias, devendo a terceira via ser restituída ao contribuinte depois de carimbada e assinada na repartição.

Art. 82. Não será permitido recolhimento de importância inferior a Cr\$ 50,00, a não ser em caso especial, a critério do chefe da repartição arrecadadora e justificado no verso das três vias da guia de recolhimento.

Art. 83. A diferença de imposto entre produtos nacionais e estrangeiros será cobrada por verba, na própria guia de aquisição de estampilhas ou de recolhimento de imposto, devendo nela figurar especificadamente e assim ser inscrita nos livros da repartição.

Parágrafo único. Quando se tratar dos produtos da Tabela A e de outros sujeitos ao imposto *ad valorem*, o recebimento se processará por guia, na sua totalidade.

CAPÍTULO VII

DOS RÓTULOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 84. O fabricante é obrigado a rotular ou marcar os seus produtos ou os volumes que os acondicionarem, em lugar visível, indicando o nome ou a razão social da empresa fabril, o local da fábrica (cidade, rua e número), podendo esta última indicação ser substituída pela da marca fabril registrada, sendo obrigatória, em qualquer caso, a expressão "Indústria Brasileira".

§ 1.º São dispensados da rotulagem ou marcação os produtos das alíneas I, V, VII, VIII, X, XXV, e as cordoalhas do inciso 2 da alínea XXIX, constantes, das Tabelas anexas.

§ 2.º Os que fabricarem o mesmo produto em mais de um estabelecimento fabril ficarão obrigados a indicar, nos rótulos ou em etiquetas, o local da fábrica produtora.

§ 3.º As indicações deste artigo serão feitas em cada unidade, por processo de gravação, estampania ou impressão à tinta, ou por meio de etiquetas coladas, ou ainda, costuradas, quando se tratar de tecidos ou artefatos de tecidos produzidos pelas fábricas produtoras do pano, e bem assim nos de que trata o inciso 2 da alínea III da Tabela A.

§ 4.º Os tecidos, além das indicações deste artigo, conterão, obrigatoriamente, na orela a expressão "Indústria Brasileira", por meio de decalcomania, carimbo ou textura, em distância não maior de três metros, ou por meio de frisos ou fios verde e amarelo, devendo os de lã conter obrigatoriamente as indicações deste artigo.

§ 5.º Nos tecidos de seda, nos de filó e nos de tipos "Madras" e "Bagdá", as indicações deste artigo serão gravadas por meio de decalcomania, carimbo, etiqueta ou textura, em espaço de dimensões nunca inferiores a 5 x 10 centímetros, nas duas extremidades de cada peça, não podendo o vendedor cortar essas indicações do fim da peça.

§ 6.º Nas perfumarias e artigos de toucador, as exigências deste artigo poderão ser distribuídas entre o rótulo e a etiqueta apostos ao produto.

Art. 85. Não é permitida a importação de tecidos e panos contendo, nas orelas ou junto delas, frisos ou fios com as cores verde e amarela.

Art. 86. Os expositores de mercadorias acondicionadas de modo diferente do recebido são obrigados a aplicar ao novo volume rótulos nas condições do art. 84, indicando o nome do país produtor se estrangeiro, e o do Estado em que foi produzido se nacional. Excetam-se os produtos reacondicionados em vidros, latas ou outros recipientes, não fechados, para assim serem vendidos ao consumidor.

Art. 87. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto em razão do pêsso deverão mencionar nos rótulos ou etiquetas apostos aos seus artigos o pêsso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; e os de álcool e de bebidas alcoólicas, a respectiva gradação.

Art. 88. Poderão ser aplicados aos produtos carimbos ou etiquetas mencionando marca, firma e local dos vendedores do artigo, desde que o rótulo não fique alterado ou encoberto.

Art. 89. É proibido importar, fabricar, possuir, vender ou expor à venda, rótulos, etiquetas, cápsulas ou invólucros que se prestem a inculcar como estrangeiras quaisquer mercadorias de produção nacional.

§ 1.º Na proibição de importar rótulos, cápsulas, ou invólucros, a que se refere este artigo, não se compreendem os que forem importados pelas casas comerciais que sejam filiais de outras estabelecidas no estrangeiro, contanto que os rótulos, cápsulas ou invólucros conttenham a designação das localidades em que estiverem estabelecidas a casa matriz, no estrangeiro, e a filial, no Brasil.

§ 2.º As filiais são obrigadas, no caso do parágrafo anterior, a provar, por contratos, devidamente registrados, que se acham em condições de gozar das vantagens ali estabelecidas e a fazer acompanhar os seus despachos de importação de atestados, em que as autoridades consulares brasileiras nas localidades exportadoras declarem que as casas remetentes são sedes ou matrizes.

§ 3.º Se os rótulos, cápsulas ou invólucros forem importados juntamente com as mercadorias a que se destinem, somente se concederá o despacho dos mesmos em quantidade estritamente necessária às mercadorias importadas.

§ 4.º Os rótulos, etiquetas, cápsulas e invólucros, bem como as chapas, matrizes, carimbos e objetos semelhantes, destinados à confecção de rótulos de fábricas inexistentes, apreendidos em contravenção desta lei, serão destruídos mediante as formalidades legais, depois de passadas em julgado as respectivas decisões e de retirados os exemplares necessários ao processo criminal.

Art. 90. Não é permitido assinalar, vender ou expor à venda mercadorias nacionais com rótulos escritos no todo ou em parte em língua estrangeira, salvo se contiverem estes, em português, os dizeres exigidos pelo art. 84, com a expressão "Indústria Brasileira" em lugar destacado e letras maiores do que quaisquer outras.

Parágrafo único. Excetuam-se os nomes de bebidas e outros que não tenham correspondência em português, como "Champagne", "Bitter", "Brandy", "Cognac", "Vodka", "Whisky", "Kirsch", etc., desde que os rótulos conttenham as indicações do art. 84.

Art. 91. É proibida a importação de produtos estrangeiros que tragam rótulos, no todo ou em parte, em língua portuguesa, sem mencionar o país de origem.

Parágrafo único. É proibido vender ou expor à venda, como estrangeira, mercadoria produzida, fabricada ou transformada no Brasil.

Art. 92. Os fabricantes a que se referem os incisos I, II e III da letra a do art. 44 e os de "Patente de Registro" gratuita são obrigados a rotular seus produtos logo depois de acabados.

Parágrafo único. Os fabricantes incluídos nos incisos IV a X da letra a do mesmo artigo deverão rotular os respectivos produtos antes de lhes darem saída ou de remetê-los para a seção de venda a varejo, salvo quanto aos que estão sujeitos a estampilhamento imediato ao acabamento, os quais seguem o regime deste artigo.

Art. 93. Os rótulos de marca, firma, ou local diferente do da fábrica poderão ser adaptados por meio de carimbo impresso com tinta diversa da anterior, a fim de evitar confusões, e pela mesma forma corrigidos os que não estiverem nas condições do art. 84.

Art. 94. Considera-se contração o emprêgo de rótulo de fábrica não existente ou indicando falsa procedência ou qualidade, bem como a venda de mercadorias com rótulos nas mesmas condições, e a venda, ou exposição à venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, inculcadas como estrangeiras, ou vice-versa.

Art. 95. Os rótulos serão aplicados:

1.º — à tinta indelével ou a fogo nos barris de qualquer espécie, nas barricas e nos caixões;

2.º — por meio de dizeres colados, impressos ou gravados:

a) nas caixas, latas, maços, carteiras, pacotes, peças e em qualquer outro envoltório;

b) nas unidades em que forem apostas as estampilhas e nos envoltórios em que as mesmas unidades forem expostas à venda;

c) em qualquer parte visível do objeto ou invólucro nos demais casos.

Art. 96. O nome e o domicílio de pessoa autorizada pelo Diretor das Rendas Internas a mandar preparar produtos em qualquer estabelecimento fabril deverão figurar também no rótulo que, conjuntamente com os dizeres do art. 84, fôr aposto pelo fabricante, assumindo este as responsabilidades decorrentes das prescrições da presente lei.

Art. 97. Para os casos não previstos nesta lei, em relação aos rótulos, será aplicada a legislação em vigor.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 84 e seus parágrafos, 86, 87, 88, 92 e seu parágrafo, 93, 95 e 96;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 85 e 90;

c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 89 e seus parágrafos, 91 e seu parágrafo e 94.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98. Nenhum produto sujeito a imposto de consumo poderá sair das fábricas, das Alfândegas ou Mesas de Renda, nem ser exposto à venda ou vendido, sem que o imposto tenha sido previamente recolhido, ou sem que esteja devidamente estampilhado, atentos os dispositivos e as exceções desta lei e mais as seguintes:

a) as mercadorias adquiridas das fábricas produtoras pelas beneficiadoras, desde que estejam acompanhadas da "nota fiscal" e da fatura ou das respectivas estampilhas, conforme o processo de incidência;

b) as mercadorias existentes nos estabelecimentos comerciais, acondicionadas nos volumes em que foram recebidas, acompanhadas da "nota fiscal" ou fatura e das estampilhas correspondentes.

Parágrafo único. O imposto correspondente aos produtos ligados a circunstância de preço, que forem objeto de doação, será pago na base do preço normal da fábrica.

Art. 99. O imposto figurará obrigatoriamente em parcela separada na "nota fiscal" e será cobrado pelo fabricante ou importador do primeiro comprador, ficando, a partir dêste momento, incorporado ao preço do produto.

Art. 100. Estão subordinadas à fiscalização e ao regime fiscal previsto nesta lei tôdas as pessoas físicas ou jurídicas que fabricarem, beneficiarem, transformarem, expuserem à venda, transportarem ou tiverem em depósito para êsses fins mercadorias sujeitas ao imposto de consumo.

Art. 101. Quando nos estabelecimentos comerciais por grosso, que receberem estampilhas para aplicação nos produtos, e nas fábricas, houver venda a varejo, a seção desta será inteiramente separada, de modo a evitar confusão e promiscuidade, sob pena de serem considerados expostos à venda a varejo todos os produtos que se acharem no estabelecimento, observadas ainda as restrições desta lei.

Art. 102. Os produtos remetidos de uma para outra fábrica, para beneficiamento, ou acabamento, ou quando devolvidos, transitarão sempre acompanhados da guia modelo 9.

Art. 103. A fábrica recebedora, que pertencer à mesma firma remetente, poderá vender o produto que beneficiar ou acabar, desde que o inclua na sua escrita, ou no seu boletim de produção, anotando o fato nas colunas próprias e satisfazendo o necessário imposto. A fábrica dará aviso por escrito, com indicações precisas, ao estabelecimento de origem do produto, onde serão feitas, no livro fiscal ou no boletim de produção e na canhoto do talão respectivo, as devidas anotações.

Art. 104. O fabricante de produtos sujeitos à selagem direta, que mandar preparar seus produtos em outra fábrica, remeterá a matéria prima, os rótulos e as estampilhas já inutilizadas, acompanhados da guia modelo 9, cumprindo ao estabelecimento recebedor mencionar nos seus livros fiscais ou no seu boletim de produção a entrada da guia e das estampilhas, bem como a devolução dos produtos preparados e estampilhados, fazendo-os acompanhar da guia do mesmo modelo. As guias ficarão arquivadas para efeitos fiscais, após a necessária escrituração.

Quando se tratar de produto sujeito a imposto por meio de guia, tanto a matéria prima e os rótulos, como o produto já fabricado transitarão acompanhados da guia modelo 9, cumprindo ao fabricante preparador, até o 5.º dia útil do mês subsequente, comunicar a execução da encomenda à repartição arrecadadora situada no local da fábrica de origem.

Art. 105. Os representantes de fábricas, marcas ou produtos estrangeiros, desde que tenham para tal fim a autorização competente, poderão fabricar ou mandar fabricar ditos produtos, mediante licença essencial da Diretoria das Rendas Internas.

Art. 106. Todos os comerciantes e fabricantes que adquirirem, como matéria prima ou para comércio, produtos sujeitos ao imposto de consumo, deverão examinar cuidadosamente se os mesmos produtos, assim como as estampilhas, guias, rótulos, "notas fiscais" ou faturas que os acompanharem, obedecem a tôdas as prescrições desta lei. As "notas fiscais", faturas e guias serão datadas e assinadas, no dia da entrada dos produtos nos estabelecimentos pelos seus adquirentes.

§ 1.º Verificada qualquer falta, os interessados, a fim de se eximirem da responsabilidade, darão conhecimento à repartição fiscal competente, antes do início do consumo ou da venda dos produtos, avisando ao remetente por meio de carta registrada.

§ 2.º Quando a falta fôr verificada por agentes do fisco, responderão :

a) dentro dos primeiros 10 dias, contados da data do recebimento, apenas o remetente, desde que não esteja iniciado o consumo ou a venda da mercadoria, cabendo, em caso contrário, responsabilidade também ao expositor;

b) decorridos os primeiros 10 dias, tanto o remetente como o recebedor ou expositor, cessando a responsabilidade do remetente no caso de falta ou insuficiência de imposto diretamente verificada em produto apreendido depois de um ano da data do recebimento.

§ 3.º A responsabilidade dos fabricantes de produtos do inciso 1.º da alínea XXVII cessará, quanto à marcação de preço e insuficiência de imposto, decorridos 10 dias da data do recebimento pelo comerciante.

Art. 107. As "notas fiscais" que os fabricantes e comerciantes por grosso são obrigados a fornecer com os produtos, ainda que os compradores sejam particulares ou comerciantes não registrados, serão extraídas do talão nota fiscal modelo 11, com as folhas numeradas tipográfica e seguidamente, ficando cópia, tirada a carbono, no talão. A numeração da "nota fiscal" poderá ser reiniciada anualmente ou quando atingir o número 999.999. Poderão ser utilizados tantos talões quantos sejam necessários, desde que se distingam por seriação alfabética.

§ 1.º A "nota fiscal" modelo 11 poderá, mediante declaração feita na mesma pelo emitente, substituir, para todos os efeitos legais, as faturas, podendo nela ser incluídas outras indicações, além das exigidas nesta lei, para servir de elemento à emissão de duplicatas, nos termos da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936.

§ 2.º É permitido o uso da "nota fiscal" emitida mecanicamente ou dactilografada com os dizeres do modelo 11, desde que seja copiada em Copiador revestido das formalidades legais e contenha ainda o número dêste e o da respectiva folha.

§ 3.º Na "nota fiscal", as mercadorias serão discriminadas pela quantidade, espécie e qualidade, mencionado o preço por que forem vendidas, salvo as restrições constantes das respectivas alíneas, e com a declaração de se acharem estampilhadas ou acompanhadas de estampilhas, bem como a quantidade e valor destas; serão indicados ainda o preço de venda no varejo, a dimensão ou o peso, sempre que a incidência estiver ligada a estas circunstâncias e, finalmente, a espécie de unidade em que forem faturadas e o total das unidades, quando se tratar de produtos sujeitos ao imposto *ad valorem*.

Art. 108. Os produtos sujeitos a imposto de consumo não serão admitidos a despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda, nem poderão sair das fábricas ou ser expostos à venda, fora dos maços, carteiras, latas, caixas, sacos, recipientes e outros envoltórios, nos termos das disposições atinentes a cada um deles, consignadas nesta lei.

Art. 109. Nos casos de estampilhamento em globo, se os volumes forem abertos para exposição à venda, os produtos permanecerão nos seus envoltórios de maneira que se possam verificar as estampilhas, as quais serão inutilizadas com a data do início do retalhamento.

Art. 110. E' vedada, em qualquer estabelecimento, a existência de vasilhame contendo torneira ou tubo para a venda a tórno de bebidas, álcool vinagre e óleos adequados à alimentação.

Art. 111. Os fabricantes a que se refere o art. 25 não poderão ter seção de venda a varejo no mesmo prédio ou em prédio que tenha comunicação interna com o do fabrico.

Art. 112. Os produtos sujeitos à selagem direta que forem devolvidos ao fabricante, transitarão acompanhados de "nota fiscal". Se a devolução fôr parcial, serão acompanhados de memorando explicativo, visado pela repartição arrecadadora local, em face da "nota fiscal" respectiva em que será feita menção

desta circunstância. Cumprirá ao fabricante colar ao talão ou bloco correspondente o documento devolvido e registrar os produtos na coluna das observações, com os esclarecimentos necessários.

Parágrafo único. Tratando-se de produto cujo imposto seja recolhido por meio de guia, será novamente incorporado à produção do fabricante e ficará sujeito a novo imposto quando fôr vendido, salvo quando a venda fôr feita aos Governos Federal, Estadual ou Municipal e houver prova da devolução do produto. Nesta hipótese o industrial anotará na coluna própria do livro modelo 15 a devolução feita e deduzirá o imposto que houver lançado na coluna correspondente a ele.

Art. 113. Os fabricantes e os comerciantes por grosso deverão numerar os volumes seguidamente, por ocasião da saída do estabelecimento, devendo a numeração ser anualmente reiniciada. Aquêles que tiverem mais de uma seção de venda poderão usar tantas numerações seguidas quantos forem os estabelecimentos, contanto que as numerações se distingam por série alfabética. São dispensados dessa numeração as caixas de madeira, os engradados e as barricas abertas destinadas a simples transporte.

Art. 114. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto por *dimensão*, *pêso*, ou *volume*, indicarão nos volumes a metragem, o pêso ou o número de litros que contiverem.

Art. 115. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto de consumo deverão :

a) apresentar, mensalmente, à repartição arrecadadora local, até o último dia útil do mês subsequente, duas cópias autênticas do resumo do livro fiscal da produção e consumo ou do livro modelo 15;

b) entregar à repartição, até o dia 30 de janeiro de cada ano, ou oito dias depois de qualquer alteração, uma relação dos operários que trabalhem fora da fábrica, com indicação de suas residências;

c) entregar aos operários que trabalhem fora da fábrica uma caderneta, com as folhas numeradas seguidamente, autenticada na repartição fiscal, para ser apresentada, quando exigida, nela mencionando a matéria prima entregue ao operário e os produtos manufaturados restituídos à fábrica;

d) dar conhecimento à repartição fiscal competente, dentro do prazo de 5 dias, quando suspenderem por período superior a 10 dias o movimento dos estabelecimentos fabris e quando recommencem a trabalhar.

Parágrafo único. Os comerciantes de jóias, obras de ourives e relógios deverão observar o disposto na letra a deste artigo.

Art. 116. As pessoas a que se refere o art. 100 exhibirão aos agentes fiscais, sempre que exigido, os produtos, os livros fiscais e comerciais, o boletim de produção, os canhotos dos talões de "notas fiscais", as faturas e outros documentos fiscais e comerciais julgados necessários à fiscalização.

§ 1.º As pessoas a que se refere este artigo franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências aos agentes fiscais, a qualquer hora do dia e da noite, — se à noite estiverem funcionando, — assim como o exame dos livros das escritas fiscal e comercial, constituindo embaraço à ação fiscal a recusa a qualquer dessas exigências.

§ 2.º As empresas de transporte ficam obrigadas a permitir o exame e a verificação das mercadorias, livros e documentos que os funcionários fiscais julgarem necessários.

Art. 117. Os comerciantes e importadores de mercadorias apresentarão ao "visto" e exame das agentes fiscais ou, na ausência dêste, à repartição arrecadadora, as "notas fiscais", guias de recolhimento do imposto, faturas e outros documentos que receberem com os produtos por via marítima, fluvial, terrestre ou aérea, antes da retirada dos mesmos produtos das respectivas estações.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 115 e seu parágrafo;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 99, 102, 104, 105, 106, segunda parte, 107 e seus parágrafos, 110, 112 e seu parágrafo, 113, 114, 116 e 117;
- c) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto nos arts. 98, 103, 106, primeira parte, 108, 109 e 111;
- d) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que infringirem o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 116.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS E DO EXAME DAS ESCRITAS FISCAL E COMERCIAL

Art. 118. Os livros da escrita fiscal, exigidos por esta lei, terão as folhas numeradas tipográfica e seguidamente, devendo ser antes de sua utilização, autenticados pela repartição competente, que rubricará tôdas as folhas.

§ 1.º E' exigida também a autenticação do talão "nota fiscal" dos fabricantes de produtos previstos na Tabela "A" e nas alíneas XVII, XX, XXIV, inciso 1.º, XXVII, inciso 2.º, XXVIII e XXIX das demais Tabelas, bem como das tinturarias, dos beneficiadores ou transformadores, dos comerciantes atacadistas de "fumo em corda, folha, ou pasta", de "álcool", de "aguardente" e de "sal", dos comerciantes por grosso ou a varejo de "jóias, obras de ourives e relógios" e dos que venderem produtos com isenção do imposto.

§ 2.º Poderá ser autenticado mais de um livro ou talão de cada vez, desde que tenham numeração seguida à do último de cada série, devendo, então, ser êste apresentado à repartição, ainda que não utilizado.

§ 3.º Os livros e talões serão autenticados mediante prova de início de negócio, de autenticação de igual livro ou talão anterior, ou por motivo justificado, desde que estejam de acôrdo com o modelo regulamentar.

Art. 119. Os livros e boletins de produção das fábricas serão distintos para cada uma das espécies enumeradas no art. 1.º, podendo ter apenas as divisões necessárias ao movimento do estabelecimento, respeitada a ordem para cada alínea do imposto descrita no art. 1.º e nas Tabelas anexas.

§ 1.º A escrituração será organizada com clareza, asseio e exatidão, de modo a não deixar dúvidas, devendo os lançamentos ser feitos diariamente, encerrados mensalmente os livros até o 10º dia útil. Numa mesma folha de cada livro poderão ser lançados diversos meses, desde que o movimento de cada mês seja encerrado destacadamente, de forma a evitar confusão, consignando-se sòmente os dias em que houver movimento, inutilizados os espaços em branco.

§ 2.º O boletim de produção poderá ser substituído por fichas de produção e estoque, desde que ofereçam todos os elementos de contrôlle exigidos nesta lei.

§ 3.º Os dados constantes do boletim de produção estão sujeitos à tolerância de quebras admissível para cada espécie tributada.

Art. 120. Os livros, boletins de produção e talões de que trata esta lei serão conservados nos respectivos estabelecimentos, mesmo em caso de transferência de firma ou de local, fazendo-se, quando necessárias, as devidas anotações para continuidade da escrituração.

Parágrafo único. Os Delegados Fiscais e Diretores de Recebedorias poderão autorizar a inutilização dos livros fiscais, talões de notas fiscais e boletins de produção, decorridos mais de dez anos, ouvido o agente fiscal da circunscrição ou seção.

Art. 121. No interesse da Fazenda Nacional, os agentes fiscais procederão a exame da escrita geral dos contribuintes, sendo obrigatória a apresentação dos livros que possuírem: Diário, Copiadores de cartas e de faturas e demais livros auxiliares, tais como "Contas-correntes", "Razão", "Borrador", "Costaneira", talões de "notas fiscais" ou de faturas e quaisquer outros.

§ 1.º Se fôr recusada a exibição dos livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Juntas Comerciais e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, o agente fiscal intimará o contribuinte a apresentá-los no prazo de 72 horas, lavrando o competente auto, se não fôr cumprida essa exigência, e levando o fato ao conhecimento do chefe da repartição, para o devido procedimento. Quando houver recusa de apresentação de qualquer livro fiscal ou comercial não registrado, a lavratura do auto independêrã da referida intimação.

§ 2.º Se, pelos livros apresentados, não se puder apurar convenientemente o movimento comercial do estabelecimento, colher-se-ão os elementos precisos no exame de livros ou documentos de estabelecimentos que com aquêles se relacionem, ou nos despachos, livros e papéis de estações ou agências de empresas de transporte, ou em outras fontes subsidiárias.

Art. 122. Tornando-se necessário o exame da escrita geral do estabelecimento sob a jurisdição de outra repartição arrecadadora, será solicitado diretamente a essa repartição.

Art. 123. O funcionário que tiver de recorrer ao exame da escrita geral convidará o proprietário do estabelecimento, ou seu representante, a acompanhar o exame ou indicar pessoa que o assista e, em caso de recusa, fará constar do processo essa ocorrência.

§ 1.º Se o comerciante ou fabricante, mesmo que tenha firmado por si ou seu representante o auto ou termo respectivo, não se conformar com o resultado do exame, o chefe da repartição designará outro funcionário, para, como perito da Fazenda, proceder, em companhia do perito que fôr designado pelo interessado, a novo exame, do qual será lavrado laudo.

§ 2.º Se as conclusões dos peritos coincidirem com as do funcionário que realizar o primeiro exame, não terá lugar nova perícia; se, porém, houver discordância, será nomeado funcionário do Ministério da Fazenda, e, na sua falta, de qualquer outro Ministério, para desempatar, cabendo a nomeação aos Diretores de Recebedorias e aos Delegados Fiscais.

§ 3.º Por qualquer exame requerido fora dos casos previstos neste artigo serão abonados, à custa dos interessados, aos peritos da Fazenda, que não poderão exceder de dois, honorários fixados pelo chefe da repartição, tendo em vista a importância do trabalho e a distância a percorrer da sede da repartição ao local da diligência.

§ 4.º Os livros fiscais e os da escrita geral do estabelecimento não são passíveis de apreensão; as faltas nêles verificadas serão tomadas por termo, — as da escrita fiscal, no próprio livro, e as da escrita geral, em fôlha avulsa que será anexada ao processo salvo quando essa apreensão se tornar indispensável à defesa dos interesses da Fazenda Nacional.

§ 5.º Não são passíveis de apreensão o "Diário" e outros livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Juntas Comerciais, ou nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o art. 118 e seu § 1.º, e art. 119 e seus §§ 1.º e 2.º;
- b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto no art. 120;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que recusarem a exibição dos livros a que se refere o art. 121.

CAPÍTULO X

DAS MERCADORIAS, OBJETOS E EFEITOS EM CONTRAÇÃO OU EM TRÂNSITO

Art. 124. As mercadorias, estampilhas, rótulos, notas de venda ou facturas e guias em contração às disposições desta lei, bem como embarcações e veículos que não pertençam a empresas transportadoras, os aparelhos, máquinas, vidros, cápsulas, rôlhas e tudo quanto se tornar necessário a comprovar as infrações serão apreendidos e apresentados à repartição arrecadadora local, mediante as formalidades legais.

§ 1.º Se não for possível efetuar a remoção das mercadorias ou objetos apreendidos, o apreensor incumbirá da guarda ou depósito dos mesmos pessoa idônea ou o próprio infrator, mediante termo de depósito, conforme modelo 37, o qual será assinado pelo depositário, pelo apreensor e por testemunhas, se houver, e acompanhará o auto de infração, devendo as máquinas ou aparelhos ser lacrados de forma a não poderem funcionar, e as mercadorias convenientemente autenticadas.

§ 2.º Se não houver quem aceite o encargo de depositário, o apreensor mencionará no auto esta circunstância, fazendo conduzir para a repartição, quando possível, um espécime, que constituirá a prova material da infração, providenciando, também, para que fique o estabelecimento guardado por força pública, até que se efetive a apreensão.

Art. 125. Havendo prova ou suspeita de que em casas particulares, habitadas ou não, em dependências de casas comerciais, ocupadas por pessoas da família do proprietário, ou em edifícios ocupados por empresas ou instituições de qualquer natureza, se ocultam mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, aí fabricadas ou retiradas de estabelecimentos fabris ou comerciais ou das Alfândegas ou Mesas de Renda sem terem pago o imposto devido, os agentes fiscais intimarão pessoalmente o detentor a entregar as mercadorias em contração, lavrando o necessário auto.

§ 1.º Essa providência estende-se aos casos de outros objetos sujeitos à fiscalização do imposto.

§ 2.º Recusada a entrega da mercadoria ou dos objetos em contração, os agentes levarão imediatamente o fato ao conhecimento da autoridade fiscal, a fim de que promova a apreensão judicial e tome tôdas as cautelas de maneira a impedir a retirada clandestina daqueles artigos, providenciando ainda sobre a lavratura do auto que servirá de base ao processo.

Art. 126. No caso de suspeita de não estarem devidamente estampilhadas ou não estarem de acordo com outras exigências desta lei as mercadorias que devam ser expedidas nas estações de empresas ferroviárias, fluviais, marítimas, ou aéreas, os agentes fiscais ou os empregados das mesmas empresas não impedirão o transporte dos respectivos volumes, mas tomarão as seguintes precauções:

- a) marcarão os volumes de maneira que não possam ser violados sem deixar vestígios;

b) afixarão nos mesmos volumes nota declaratória, para que sejam retidos na estação do destino, até que o agente fiscal ou o chefe da repartição da localidade se apresente para examiná-los, o que deverá ser feito dentro de três dias e sempre que possível com assistência do consignatário ou seu representante legal, e na falta destes, em presença de duas testemunhas.

§ 1.º Da nota aludida na letra *b* será dado conhecimento ao chefe da estação expedidora e ao guarda ou condutor da mercadoria, e avisado, por telegrama, o chefe da repartição do destino.

§ 2.º No caso de não estar o produto devidamente legalizado, o empregado que fizer a diligência no ponto do destino lavrará contra o remetente auto de infração e apreenderá a mercadoria.

§ 3.º No caso de suspeita, os volumes em descarga ficarão retidos até que sejam abertos, conforme o disposto na letra *b* deste artigo.

Art. 127. Os diretores, administradores, gerentes e mais empregados das linhas e empresas de transporte, particulares ou não, prestarão aos funcionários fiscais, sob pena de responsabilidade, todo o seu concurso para facilitar-lhes a inspeção das mercadorias em despacho ou já despachadas, sendo as certidões de que necessitarem fornecidas independentemente de contribuição.

Parágrafo único. Quando, para sua ressalva, a administração das linhas de transporte o exigir, o funcionário lavrará termo declaratório da diligência que houver efetuado.

Art. 128. As estampilhas, guias, "notas fiscais" ou faturas que os fabricantes e os comerciantes são obrigados a fornecer com os produtos vendidos ou remetidos para beneficiamento, deverão acompanhá-los em poder do condutor do veículo ou pessoa que os transportar, para serem entregues ao destinatário, todas as vezes que as mercadorias não se destinem a despacho pelas estradas de ferro e companhias de navegação, e serão apresentadas em trânsito aos agentes do fisco, sempre que exigidas.

§ 1.º Cada expedição deverá ser acompanhada dos documentos fiscais e, quando efetuada por mais de um veículo, estes deverão seguir juntos, de modo a serem fiscalizados em comum, sob pena de responsabilidade exclusiva do transportador.

§ 2.º No caso de devolução de mercadorias, os documentos fiscais deverão acompanhá-las na forma indicada neste artigo. Quando a devolução for parcial, observar-se-á o estabelecido no art. 112, 2.ª parte.

§ 3.º Quando ficar provado que o remetente das mercadorias entregou os documentos fiscais ao transportador, recairá sobre o último a responsabilidade pelo seu extravio ou não exibição ao agente fiscal.

Art. 129. Os operários que, trabalharem fora das fábricas não poderão conduzir matéria prima ou produtos fabricados, sem que estejam munidos das respectivas cadernetas, para apresentação aos agentes fiscais, quando exigida.

Art. 130. As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, quando transportadas por via marítima, terrestre, aérea ou fluvial, não serão entregues se não se encontrarem em situação regular, nos termos desta lei.

§ 1.º Essa fiscalização incumbe às repartições arrecadoras e, no caso de não terem sido satisfeitas as exigências legais, serão lavrados autos de infração e apreensão pelos agentes fiscais do ponto de destino.

§ 2.º Nas localidades em que houver repartição fiscal, os destinatários das mercadorias, antes de retirá-las, submeterão os respectivos documentos ao exame e "visto" das autoridades fiscais, sem o que as mercadorias não lhes serão entregues.

Art. 131. As mercadorias em trânsito para embarque em estrada de ferro, companhias de navegação ou empresas de transporte, poderão ser apreendidas, uma vez verificada qualquer contravenção.

Art. 132. Quando a prova das faltas verificadas em notas, faturas ou guias independer da verificação da mercadoria, será feita apreensão somente do documento em contravenção.

Art. 133. As mercadorias apreendidas poderão ser restituídas a requerimento da parte, depois de sanadas as irregularidades que motivaram a apreensão, e mediante depósito, na repartição competente, da multa que no caso couber, ou prestação de fiança idônea, na hipótese de exigência superior a Cr\$ 5.000,00, ficando retidos os espécimes necessários ao esclarecimento do processo.

§ 1.º Tratando-se de mercadoria de fácil deterioração, a retenção do espécime poderá ser dispensada, consignando-se minuciosamente no termo da entrega, com a assinatura do interessado, o estado da mesma mercadoria e as faltas determinantes da apreensão.

§ 2.º As mercadorias e os objetos que, depois do julgamento definitivo do processo, não forem retirados dentro de 30 dias, contados da data da intimação do último despacho, serão considerados abandonados e vendidos em leilão e o produto dêste recolhido aos cofres públicos. Os que não obtiverem comprador serão distribuídos aos estabelecimentos de caridade.

§ 3.º Os produtos falsificados ou adulterados e os deteriorados não serão restituídos nem vendidos, devendo ser inutilizados, logo que o processo tiver passado em julgado.

Art. 134. Quando a mercadoria apreendida fôr de fácil deterioração, a repartição convidará a quem de direito a retirá-la no prazo que fixar, sob pena de perda da mesma, procedendo neste caso de conformidade com o § 2.º do artigo anterior.

Art. 135. As notas e outros documentos juntos ao processo e necessários à sua elucidação, poderão ser restituídos, mediante recibo, ficando no processo cópia autêntica.

Art. 136. As estampilhas apreendidas por qualquer transgressão, exceto por insuficiência de valor e irregularidades de inutilização, não serão restituídas, devendo os interessados adquirir novas, em importância integral, para os respectivos produtos.

Parágrafo único. Serão restituídas as estampilhas aplicadas em produtos que, por motivo de incêndio, naufrágio, ou qualquer outro acidente devidamente comprovado, não sejam dados a consumo.

Art. 137. As mercadorias e os objetos apreendidos por infração de regulamentos fiscais e depositados em poder de negociante que vier a falir não serão arrecadados na massa, cumprindo ao chefe da repartição arrecadadora providenciar, perante o Juiz, sobre a remoção para outro local.

Art. 138. Os condutores de mercadorias em contravenção cuja procedência não seja logo apurada serão detidos à ordem do chefe da repartição e encaminhados à autoridade policial, até que declarem, ou se verifique com segurança, a origem das mercadorias e o responsável pela falta, ficando retidos os veículos até final apuração.

Parágrafo único. Se no prazo de 48 horas não houver sido feita a declaração, ou conhecido o responsável, o veículo e as mercadorias serão vendidos em hasta pública e o produto recolhido aos cofres públicos, lavrando-se, de tudo os necessários termos.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 200,00 a 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 129;
- b) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nos artigos 128 e seus parágrafos, e 130;
- c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que deixarem de cumprir o disposto no art. 127.

CAPÍTULO XI

DAS MERCADORIAS IMPORTADAS

Art. 139. As guias para aquisição de estampilhas destinadas a produtos estrangeiros e as de recolhimento de imposto serão organizadas conforme a nota de despacho, consignando, além dos elementos necessários ao cálculo dos direitos de importação, como determina o art. 476 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, todos os dados para a cobrança do imposto de consumo.

§ 1.º Se o imposto a cobrar estiver em relação com o preço das mercadorias submetidas a despacho, a nota mencionará os valores globais, mas a guia os consignará especificadamente, de acordo com as faturas consular e comercial ou elementos outros subsidiários da verificação e fiscalização.

§ 2.º A aquisição de estampilhas pelos importadores de artigos estrangeiros fica limitada à importância correspondente à quantidade, qualidade, valor e resultante da verificação feita pelo agente fiscal.

§ 3.º O funcionário que houver de desembaraçar e dar saída aos volumes despachados confrontará as declarações da guia visada pelo agente fiscal com as mercadorias conferidas e com a 1.ª via da nota do despacho, visando também aquela, se estiver exata, ou anotando a diferença de quantidade, qualidade, preço e taxa que verificar em relação direta com o imposto devido.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 — os que infringirem o disposto no art. 139 e seu § 1.º.

CAPÍTULO XII

DO PROCESSO FISCAL

Art. 140. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base a notificação, quando se tratar de faltas relativas a "Patente de Registro", e o auto ou a representação nos demais casos.

Art. 141. Os autos, representações e notificações serão lavrados com clareza, sem entrelinhas, rasuras ou emendas, relatando minuciosamente a infração, mencionando o local, dia e hora da lavratura, bem como o nome da pessoa em cujo estabelecimento fôr verificada a falta, as testemunhas, se houver, e tudo mais que ocorrer na ocasião e possa esclarecer o processo.

§ 1.º As incorreções ou omissões do auto, representação ou notificação não darão motivo à nulidade do processo, quando dêste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

§ 2.º Se de exames posteriores à lavratura do auto ou representação, ou por qualquer diligência no curso da ação se verificar outra falta, além da inicial, lavrar-se-á no processo termo que a consigne, intimando-se a seguir o autuado.

§ 3.º Os autos, representações ou notificações poderão ser inteira ou parcialmente dactilografados, ou ainda impressos em relação às palavras invariáveis, devendo, neste caso, os claros ser preenchidos a mão ou a máquina, e as linhas em branco inutilizadas por quem os lavrar.

Art. 142. Os autos, representações e notificações serão lavrados no local da verificação da falta, ainda que aí não residam os infratores, e submetidos à sua assinatura ou de seus representantes, ou ainda, na falta destes, de pessoas presentes ao ato, não implicando a assinatura, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta argüida, nem a recusa em sua agravação.

Parágrafo único. Se, por motivos imprevistos, o auto, a representação ou a notificação não forem lavrados no local ou não puderem ser assinados pelo contribuinte, far-se-á menção de tais circunstâncias.

Art. 143. A lavratura da notificação e da representação compete aos agentes fiscais do imposto de consumo.

Os autos serão lavrados pelos agentes fiscais ou por polícias fiscais ou funcionários públicos, devendo, neste último caso, ser assinado por duas ou mais testemunhas, se houver.

Art. 144. Aos autuados se facilitarão todos os meios legais de defesa.

Art. 145. O prazo para a apresentação da defesa será de 30 dias úteis, a contar da intimação, feita esta pelo autuante, no próprio auto ou representação, quando a lavratura se der no local em que fôr verificada a falta e em presença do faltoso ou de seu representante.

Nos demais casos, fará a intimação a repartição arrecadadora local

Parágrafo único. Em seguida à lavratura do auto, o autuante deixará em poder do autuado, ou de quem o representar, uma intimação escrita, na qual mencionará as infrações capituladas.

Art. 146. Quando no decorrer da ação fiscal se indicar, como responsável pela falta, pessoa diversa da que figura no auto ou representação, ou forem apurados novos fatos envolvendo o autuado ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado prazo para defesa no mesmo processo. De igual modo se procederá sempre que, para elucidação de faltas, se tenham de submeter a verificação ou exames técnicos os documentos, estampilhas, livros, objetos ou mercadorias, a que se referir o processo.

Art. 147. Em casos especiais, se a parte alegar motivos imperiosos que a impeçam de apresentar defesa dentro do prazo marcado, poderá êste ser dilatado por dez dias.

Art. 148. A repartição fará a intimação dentro do prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade:

a) pessoalmente, provada com o *ciente* no respectivo processo, datado e assinado pelo interessado, no caso em que compareça à repartição;

b) por notificação escrita, em portaria da repartição, provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada pelo contínuo designado na mesma portaria;

c) por notificação verbal, provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada no próprio processo pelos escrivães das Mesas de Renda e Coletorias ou seus prepostos e ajudantes;

d) por notificação feita pelo Correio, comprovada pelo recibo (A.R.), datado e firmado pelo destinatário e que será anexado ao processo.

Art. 149. Se não fôr possível fazer a intimação por qualquer dos meios indicados no artigo anterior, será efetuada por publicação de edital no *Diário Oficial*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade nos Estados e Territórios, ou por meio de edital afixado em lugares públicos, juntando-se ao processo, no primeiro caso, a fôlha do jornal que houver inserido a publicação e, no segundo, cópia do edital, com indicação do lugar em que foi afixado, considerando-se a intimação feita, no caso de edital, no dia seguinte ao da publicação ou afixação.

Art. 150. No caso de não residir o infrator na zona fiscal da repartição onde tem curso o processo, far-se-á a intimação por intermédio da estação arrecadadora da residência do infrator, para o que as repartições se corresponderão diretamente.

Art. 151. Esgotado o prazo marcado, se a parte interessada não apresentar defesa, far-se-á menção desta circunstância no processo, seguindo o mesmo seus trâmites regulares.

Art. 152. Nas petições redigidas em termos menos comedidos, ou contendo insultos, injúrias, ou calúnias, o chefe da repartição mandará cancelar as expressões julgadas ofensivas, seguindo o processo sua marcha regulamentar.

Art. 153. As "notas fiscais", faturas, guias, ou quaisquer outros documentos apresentados pelos autuados como elemento de defesa, serão por estes rubricados e reunidos no auto ou representação como prova contra o fornecedor das mercadorias ou das estampilhas em contravenção.

Art. 154. Os processos fiscais serão organizados na forma de autos forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres presos por meio de clipe, em ordem cronológica.

Art. 155. As análises dos produtos apreendidos ou quaisquer outras diligências necessárias serão, pela repartição em que tiver curso o processo, solicitadas diretamente ao Laboratório Nacional de Análises ou a qualquer outra repartição de que dependa a providência, dentro de 10 dias, sob pena de responsabilidade, contados da data da apreensão, não importando em nulidade do processo a remessa da mercadoria fora do citado prazo.

§ 1.º As análises poderão ser solicitadas a outros laboratórios federais, como também aos estaduais ou municipais, quando houver dificuldade na remessa dos espécimes ao Laboratório Nacional de Análises.

§ 2.º As análises solicitadas pelos particulares serão por eles pagas.

§ 3.º Quanto às análises, deverá ainda ser obedecido o seguinte:

a) a fiscalização do imposto de consumo, quando o julgar necessário, retirará amostras dos produtos suscetíveis de falsificação, a fim de lhes verificar a pureza, devendo os laudos ser arquivados para os confrontos necessários;

b) recebidas as amostras, devidamente lacradas e autenticadas, deverão as repartições, no prazo de cinco dias, remetê-las aos laboratórios a que se refere este artigo, os quais terão o prazo de 15 dias para procederem à análise;

c) dos produtos apreendidos, ou a examinar, em virtude deste artigo, serão tiradas três amostras, devidamente lacradas e autenticadas, sendo duas enviadas aos laboratórios incumbidos da análise, e uma conservada na repartição para suprir qualquer falta, e, não sendo utilizada, só deverá ser destruída depois de concluído o processo, acarretando o seu extravio responsabilidade do chefe da repartição ou estação arrecadadora em que se encontrar, ou de quem competir sua guarda.

Art. 156. O preparo e o julgamento dos processos compete :

a) aos Coletores e Administradores de Mesas de Renda — quanto às notificações;

b) aos Delegados Fiscais, Diretores de Recebedoria e Inspetores de Alfândegas — quanto aos autos, representações e notificações instaurados nas zonas que lhes sejam diretamente subordinadas.

§ 1.º As consultas, em geral, serão julgadas dentro de 10 dias pelos Diretores de Recebedorias, Inspetores de Alfândegas e Delegados Fiscais, estes quanto às consultas originárias de Coletorias e Mesas de Renda com recurso voluntário, dentro de 20 dias, ou "ex-officio", para o Diretor das Rendas Internas, seguindo o processo, quanto aos demais trâmites, o que prescrevem os arts. 148 e 149.

As consultas serão acompanhadas do respectivo espécime, desde que não seja possível a descrição minuciosa do produto.

§ 2.º Os autos, representações e consultas originários de zonas fiscais subordinadas às Coletorias e Mesas de Renda serão preparados pelos Coletores e Administradores e julgados pelos Delegados Fiscais.

§ 3.º Os autos que, na falta de agente fiscal, forem lavrados por Administradores de Mesas de Renda, Coletores ou escrivães federais, serão preparados nas próprias repartições e julgados pelos Delegados Fiscais.

§ 4.º Ultimada a preparação do processo, com a defesa e a informação, cionada a circunstância de revelia, os Coletores e Administradores, dentro as, o encaminharão à instância julgadora.

5.º Os processos instaurados nas zonas sob a jurisdição de Coletorias, alidades servidas por Alfândegas, serão por estas julgados.

6.º Os processos instaurados por pessoa ou contra pessoa, a respeito da qual o chefe da repartição se deva dar por suspeito, serão preparados e julgados, em todos os seus trâmites, pelo substituto legal.

Art. 157. Quando se tratar de infrator revel será lavrado o respectivo termo de revelia e, sem outra qualquer informação, subirá o processo a julgamento.

Art. 158. Quando o processo fôr instaurado em virtude de auto lavrado por funcionário público não incumbido de função fiscal, será instruído, depois de recebida a defesa, pelo agente fiscal designado para tal fim, se o chefe da repartição entender necessário e, em seguida, julgado.

Art. 159. As notificações serão julgadas dentro de 10 dias, independentemente de audiência ou informação, e os autos e representações, dentro de 30 dias, depois de recebida a defesa do autuado e ouvido o autuante.

§ 1.º Se as autoridades que tiverem de julgar os processos desobedecerem, sem causa justificada, aos prazos estabelecidos neste artigo, a decisão deverá ser proferida pelos seus substitutos legais, observados os mesmos prazos, sob pena de responsabilidade, e mencionado o ocorrido na decisão que fôr proferida.

§ 2.º Se, lavrada a notificação por falta de pagamento da "Patente de Registro", o contribuinte provar que efetuara o pagamento antes do procedimento fiscal, resultando, assim, apenas a falta de exibição da mesma "Patente de Registro", será ouvido o agente fiscal e julgado o processo independente de nova defesa.

§ 3.º O contribuinte que, fora do prazo legal, mas antes de notificado, der entrada a guia para pagar a "Patente de Registro" ou diferença da mesma, será admitido a fazê-lo, devendo o agente fiscal ou funcionário informante declarar as importâncias devidas, o valor da multa e o exercício a que se referir a "Patente de Registro".

§ 4.º O recolhimento da importância devida será feito, sob pena de notificação, dentro de 10 dias, contados da data em que a guia, depois de informada, estiver pronta para ser paga na seção competente.

§ 5.º Quando o contribuinte requerer a alteração, transferência de local ou de firma, fora dos prazos estabelecidos nesta lei, a multa será imposta no próprio requerimento, por ocasião do despacho final.

§ 6.º Proferida a decisão, serão feitas dentro de 10 dias, as necessárias intimações, devolvendo-se o processo quando fôr o caso, à repartição de origem.

Art. 160. Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas, será imposta a cada uma a pena relativa à falta cometida.

Art. 161. Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição desta lei, pela mesma pessoa ou firma, será aplicada somente uma pena, a maior das em que houver incorrido.

Art. 162. Quando se tratar da mesma infração pela qual forem lavrados diversos autos ou representações, serão reunidos em um só processo para imposição da multa. Não se considera infração continuada a repetição da falta, depois de já autuada no próprio estabelecimento, ou depois de intimação em virtude de auto ou representação lavrado em outro local.

Art. 163. Quando do processo se apurar falta ou insuficiência de pagamento do imposto, ou sonegação, o infrator, além da multa que no caso couber, ficará obrigado a indenizar a importância do imposto devido.

Parágrafo único. Considera-se sonegação :

a) a ocultação, dentro de estabelecimentos comerciais ou fabris, de mercadorias cujo imposto, já devido, não tenha sido pago, nos termos das disposições desta lei;

b) a apreensão, fora dos referidos estabelecimentos, de mercadorias nas mesmas condições da letra a;

c) a verificação feita, em virtude de exame de escrita fiscal ou comercial, ou por qualquer outra forma, da saída de mercadorias de estabelecimentos fabris ou comerciais, sem o pagamento do imposto no todo ou em parte, com artifício doloso ou evidente intuito de fraude.

Art. 164. Instaurado o processo, o contribuinte, conformando-se com o procedimento fiscal, poderá requerer o pagamento imediato das importâncias devidas, caso em que o processo será julgado sem outras formalidades, aplicando-se ao acusado o mínimo da multa.

§ 1.º O deferimento do pedido porá fim ao processo administrativo.

§ 2.º Se o infrator, depois de intimado, não efetuar o pagamento do seu débito dentro de três dias, extrair-se-á certidão da dívida, para cobrança executiva.

Art. 165. Das decisões condenatórias, nas notificações, cabe pedido de reconsideração, dentro de 15 dias úteis, para a repartição que as houver proferido, independente de depósito das quantias exigidas e sem prejuízo do recurso voluntário.

Art. 166. Das decisões contrárias aos contribuintes em autos, representações, ou notificações, cabe recurso voluntário para o Segundo Conselho de Contribuintes, dentro do prazo de 20 dias úteis contados da data da intimação, mediante prévio depósito das quantias exigidas, na repartição encaminhadora do recurso, perimindo o direito do recorrente se não o fizer dentro do prazo fixado neste artigo.

Art. 167. Quando a importância total exigida fôr superior a Cr\$ 5.000,00 e o processo não envolver casos de posse ou emprêgo de estampilhas falsas, aproveitadas de outros produtos ou servidas, de falsificação ou adulteração de cercadorias, será permitida fiança idônea, cabendo ao chefe da repartição onde a mesma tiver de ser prestada julgar da idoneidade do fiador oferecido. No despacho que autorizar a lavratura do termo deverá ser marcado prazo entre 5 e 10 dias para sua assinatura.

§ 1.º O requerimento indicando fiador para a interposição do recurso deverá conter a aquiescência expressa do indicado, sob pena de não produzir efeito.

§ 2.º Não serão aceitas como fiadores as pessoas físicas, as que façam parte da firma recorrente e as que não estiverem quites com a Fazenda Nacional.

§ 3.º Se a firma indicada para fiador fôr considerada inidônea, ou estiver proibida de prestar fiança em virtude de disposição contratual ou estatucional, intimar-se-á o interessado a oferecer novo fiador, dentro de prazo igual ao que restava no dia em que foi protocolada a petição indicando a primitiva firma.

Art. 168. Das decisões favoráveis aos contribuintes, decorrentes de desclassificação de contravenções descritas em autos, representações, ou notificações, que envolvam litígio de importância superior a Cr\$ 5.000,00, bem como das que se referirem a consultas, haverá sempre recurso *ex-officio*.

Parágrafo único. Não haverá recurso *ex-officio* das decisões de segunda instância confirmando as de primeira favoráveis às partes.

Art. 169. O recurso *ex-officio* será interposto no próprio ato de ser lavrada a decisão, ou posteriormente, no caso do art. 172, parágrafo único.

Art. 170. Se dentro do prazo legal não fôr apresentada petição de recurso, será feita declaração neste sentido, mencionando o número de dias decorridos a partir da ciência da intimação, seguindo o processo os trâmites regulares.

Art. 171. Os recursos, em geral, mesmo peremptos, serão encaminhados diretamente pelas instâncias inferiores às superiores, cabendo a estas julgar da perempção.

Art. 172. Nenhuma reconsideração de decisão de primeira instância será permitida, salvo quanto às notificações.

Parágrafo único. Tratando-se de decisão da qual coubesse recurso *ex-officio* e este, por qualquer motivo, não tenha sido interposto, cumpre ao funcionário autor da diligência representar à autoridade prolatora da decisão, propondo a interposição do recurso.

Art. 173. Das decisões condenatórias serão intimados os autuados. Aos autuantes será dada ciência, qualquer que seja a decisão, logo que o processo esteja findo administrativamente.

Art. 174. No despacho que impuser multa será ordenada a intimação do multado para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias úteis, contados da data da intimação.

§ 1.º Findo esse prazo, se a dívida não estiver depositada ou paga, na repartição arrecadadora competente, salvo o direito de recurso, será extraída certidão para cobrança executiva, cumpridas as disposições legais vigentes. As dívidas oriundas de "Patentes de Registro" serão, antes da extração de certidão para cobrança executiva, remetidas à seção de cobrança amigável pelo prazo de 60 dias.

§ 2.º As guias para o recolhimento, às repartições arrecadadoras, de importâncias cobradas por intermédio do Juízo da Fazenda Pública, conterão, obrigatoriamente, o número e a data do processo fiscal originário (auto, representação, ou notificação).

§ 3.º Antes de arquivadas, essas guias serão presentes aos encarregados dos protocolos de autos ou de notificações, a fim de que façam nos protocolos e nos processos as necessárias anotações, dando-se ciência aos autuantes.

Art. 175. Ao contribuinte que fôr notificado e multado por falta de "Patente de Registro" e tenha apresentado pedido de reconsideração ou recurso, não será recusada nova "Patente de Registro" no ano seguinte e, conseqüentemente, não poderá ser novamente notificado enquanto não solucionado o processo.

Art. 176. As decisões por equidade são da competência privativa do Ministro da Fazenda, mediante proposta do 2.º Conselho de Contribuintes.

Parágrafo único. A proposta de aplicação da equidade só terá lugar em casos excepcionais e deverá ser encaminhada ao Ministro da Fazenda acompanhada de informações sobre os antecedentes do contribuinte.

Art. 177. As intimações obedecerão ao preceito do art. 148, sendo os autos, representações e notificações convenientemente protocolados, de forma a se conhecer o histórico dos respectivos processos.

Art. 178. Os prazos a que se refere esta lei, relativos ao processo fiscal, serão contados a partir do dia seguinte ao da intimação, e, quando o último dia recair em domingo ou feriado nacional, terminarão no primeiro dia útil subsequente.

Art. 179. Estão isentas do impôsto do sêlo as petições de defesa em processos de primeira instância administrativa e os documentos que as acompanharem.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SÔBRE FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 180. A direção do serviço do imposto de consumo incumbe, em geral, à Diretoria das Rendas Internas e sua fiscalização compete :

- a) na Capital Federal, à Recebedoria do Distrito Federal e à Alfândega do Rio de Janeiro;
- b) nos Estados, às Delegacias Fiscais, em todo o Estado, e às repartições arrecadoras, nos limites de suas jurisdições.

Art. 181. A fiscalização do imposto será exercida :

- a) em tôdas as repartições fiscais e arrecadoras;
- b) nos trapiches e entrepostos e nas estações e depósitos de quaisquer empresas de transporte;
- c) nos estabelecimentos fabris e casas comerciais, onde se fabricarem, beneficiarem, venderem ou depositarem produtos sujeitos ao imposto;
- d) nos veículos ou pessoas que conduzirem mercadorias.

Art. 182. A fiscalização será exercida, não só pelos chefes das repartições referidas no art. 180, como, especialmente, por agentes fiscais do imposto de consumo, que se farão reconhecer pelo decreto de nomeação ou carteira de identidade fornecida pela repartição fiscal competente.

Art. 183. A corporação dos agentes fiscais do imposto de consumo compõe-se de oitocentos e trinta e seis funcionários, distribuídos de acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei n.º 5.425, de 27 de abril de 1943.

Art. 184. Os agentes fiscais do imposto de consumo perceberão remuneração constituída de uma parte fixa e outra variável (percentagem), conforme dispõe o Decreto-lei n.º 5.436, de 30 de abril de 1943.

Parágrafo único. A parte variável será calculada mensalmente, de acôrdo com as regras estabelecidas nesta lei.

Art. 185. A percentagem será paga da seguinte forma :

- a) aos agentes fiscais da circunscrição do Distrito Federal, dividindo-se entre os mesmos a importância total da percentagem sôbre a renda do dito imposto, efetivamente arrecadada na circunscrição;
- b) aos agentes fiscais de cada Estado, dividindo-se por todos, em partes iguais, a importância total da percentagem sôbre a renda do dito imposto, arrecadada em todo o Estado.

Parágrafo único. As importâncias de que trata o art. 163, que forem recolhidas aos cofres públicos como receita, não serão compreendidas no cálculo da percentagem da renda a abonar aos agentes fiscais, mas delas se deduzirá a mesma percentagem para ser entregue ao funcionário ou funcionários a cuja diligência se deva a verificação da falta.

Art. 186. Para os efeitos das letras *a* e *b* do artigo antecedente, a Alfândega do Rio de Janeiro comunicará, no 1.º dia útil de cada mês, à Recebedoria do Distrito Federal, e as repartições arrecadoras nos Estados às respectivas Delegacias, a importância da renda do imposto de consumo do mês anterior.

Art. 187. Conhecida a percentagem que, em cada mês, deve caber aos agentes fiscais, as Delegacias Fiscais pagarão aos mesmos agentes, mediante comunicação de exercício pela repartição da sede, a parte fixa e percentagem a que tiverem direito, sendo, quanto aos do Distrito Federal, o pagamento feito pelo órgão competente, observando-se em qualquer caso a legislação em vigor.

§ 1.º Quando o total da percentagem não puder ser conhecido dentro dos oito primeiros dias do mês, poderá ser paga a parte fixa, aumentada da parte variável (percentagem) conhecida, sem prejuízo da liquidação da diferença, que deve ser incorporada à remuneração do mês posterior.

§ 2.º Para a comunicação de exercício ter-se-á em vista se o agente fiscal assinou o ponto, fêz plantão e se desobrigou dos serviços que lhe foram atribuídos.

Art. 188. As infrações para as quais não haja penalidade especial estabelecida nesta lei serão punidas de acôrdo com as normas seguintes :

1) Multa de importância igual ao valor do impôsto, não inferior a Cr\$ 500,00 — aos que deixarem de satisfazer o pagamento do impôsto, no todo ou em parte, uma vez que a falta tenha sido apurada em virtude de apreensão da mercadoria e quando não fique provada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude;

2) Multa de importância igual ao valor do impôsto, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — aos que sonegarem mercadorias ao pagamento do impôsto, nos termos do art. 163, parágrafo único, letras a e b, ou quando a falta seja apurada mediante exame de escrita de qualquer natureza, fiscal ou comercial, ou de documentos que com ela se relacionem, e desde que não fique provada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude;

3) Multa de importância igual ao dôbro do impôsto, não inferior a Cr\$ 5.000,00 — aos que sonegarem mercadorias ao pagamento do impôsto, nos termos do art. 163, parágrafo único, letra c, desde que se apure do processo a ocorrência de artifício doloso ou intuito de fraude;

4) Multa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 :

a) aos que simularem, viciarem, ou falsificarem documentos ou a escrituração de seus livros fiscais ou comerciais para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do impôsto;

b) aos que, por qualquer forma, embarçarem a ação fiscal;

c) aos síndicos, tabeliães, leiloeiros ou outros responsáveis que não cumprirem o disposto no art. 197.

Parágrafo único. Aos contribuintes que reincidirem em infração decorrente das normas estatuídas nas Obs. 3.ª e 4.ª da Tabela "A", além das sanções estipuladas nesta lei, será cancelada a respectiva "Patente de Registro".

Art. 189. O conferente que houver de desembaraçar e dar saída aos volumes, despachados confrontará as declarações da guia visada pelo agente fiscal com as mercadorias conferidas e com a 1.ª via da nota do despacho, visando também aquela, se estiver exata, ou anotando a diferença de quantidade, qualidade, preço e incidência que verificar e tenha relação direta com o impôsto devido.

Parágrafo único. A multa que tiver de ser imposta ao importador de produtos estrangeiros, por motivos de diferença a que se refere este artigo, obedecerá ao regime aduaneiro, incidindo sobre o valor da diferença, desde que seja superior a Cr\$ 50,00 ou a mais de 2% do faturado, e terá por base as declarações da guia visada pelo agente fiscal em confronto com o resultado da verificação nela averbado pelo conferente.

Art. 190. Os que importarem produtos estrangeiros sujeitos ao impôsto de consumo e antes da conferência da mercadoria não apresentarem as respectivas guias de recolhimento do impôsto ou de aquisição de estampilhas, ou as organizarem com insuficiência de valor ou de qualidade, ficam sujeitos à multa de importância igual ao valor do impôsto ou da diferença apurada pelo confronto entre a guia de aquisição das estampilhas, a nota de despacho e demais documentos aduaneiros, ou entre a mesma guia de aquisição e a

mercadoria importada, qualquer que seja o valor do impôsto, ainda que apurado, posteriormente, em revisão de despachos, cabendo a multa ao agente fiscal ou ao conferente que verificar a falta.

Art. 191. As multas impostas em virtude de auto, ou notificação serão, em caso de reincidência, aplicadas em dobro. Considera-se reincidência a repetição da mesma contravenção pela mesma pessoa ou firma, depois de passada em julgado, administrativamente, a respectiva decisão condenatória.

Art. 192. As multas serão impostas, observando-se o grau mínimo, médio, ou máximo, conforme a gravidade da contravenção.

Art. 193. A aplicação das multas a que se referem as normas antecedentes não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 194. Os agentes e inspetores fiscais, e quaisquer funcionários, terão direito à metade da importância efetivamente arrecadada das multas que forem impostas em virtude dos autos, representações ou notificações que lavrarem, com exceção daqueles que as impuserem ou confirmarem.

§ 1.º As multas impostas, nos diversos casos previstos nesta lei, em importância igual ao valor do impôsto ou em virtude de sonegação, (artigo 188, incisos 1, 2 e 3) serão abonadas integralmente aos funcionários que tenham verificado a falta.

§ 2.º Nos casos previstos no art. 126 a quota da multa será dividida igualmente entre o agente do fisco, que tiver feito o aviso, e o agente fiscal da estação do destino que houver lavrado o auto.

§ 3.º Quando em processo instaurado não ficar de todo apurada a importância do impôsto devido à Fazenda Nacional e essa apuração fôr feita em virtude de exame de escrita procedido por agentes fiscais, a quota da multa será distribuída na proporção de 50% para o autuante ou autuantes, e 50% para o agente fiscal ou agentes fiscais que tenham feito a apuração.

§ 4.º Quando a multa provier da reunião de diversos autos em um só processo, a quota será repartida pelos autuantes proporcionalmente.

§ 5.º Das multas impostas em virtude de diligência procedida por mais de um funcionário, a quota será repartida igualmente entre os que, como autuantes, subscreverem o auto.

§ 6.º Das multas impostas em virtude de denúncia de qualquer origem, devidamente assinada e dirigida ao chefe da repartição, a quota a repartir caberá em partes iguais ao denunciante e aos funcionários que fizerem a diligência e subscreverem o auto, salvo quando o denunciante o fôr de firma de que seja ou tenha sido auxiliar ou preposto, casos em que não terá direito a qualquer participação nas multas, cabendo tôdas aos funcionários diligenciantes.

§ 7.º Das multas resultantes de comunicação de empregado de empresa de transporte à estação fiscal, a divisão será feita de conformidade com o parágrafo anterior.

§ 8.º Quando em virtude de auto de infração, baseado em exame de escrita de qualquer natureza, resultar o recolhimento do impôsto simples e a não obrigatoriedade, por qualquer circunstância, do pagamento da multa a que se refere o § 1.º dêste artigo, aos respectivos autuantes será abonada a importância de dez por cento sobre o total do impôsto efetivamente recolhido.

§ 9.º Das importâncias arrecadadas em virtude de leilão de mercadorias apreendidas, 50% serão abonadas ao funcionário que houver feito a apreensão e instaurado o processo.

Art. 195. Nenhuma imposição de multa haverá contra contribuinte que tiver agido ou pago o impôsto de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de última instância administrativa irrecurável, ou ainda de decisão em grau de recurso.

Parágrafo único. Também não haverá procedimento fiscal por motivo de contravenção já inteiramente sanada por ocasião da visita fiscal.

Art. 196. Os que desacatarem, por qualquer maneira, os funcionários incumbidos da fiscalização no exercício de suas funções, ou por qualquer meio impedirem a fiscalização, além da multa prevista no art. 188, inciso 4, letra b, serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o funcionário ofendido o competente auto, acompanhado do rol das testemunhas, a fim de ser remetido ao Procurador da República pela repartição local.

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses mencionadas neste artigo, o funcionário poderá prender o ofensor ou infrator e solicitar para este fim auxílio da força pública ou das autoridades policiais.

Art. 197. Nenhuma concordata, falência, venda, alteração contratual ou liquidação de firma comercial ou fabril será processada sem que disto seja dado, à repartição arrecadadora local, conhecimento por escrito, dentro de 48 horas, pelas pessoas indicadas no art. 188, inciso 4, letra c, cabendo a esta providenciar imediatamente junto às autoridades competentes no sentido de acautelar os direitos e interesses da Fazenda Nacional.

Art. 198. Os contribuintes que, esgotados os prazos para recurso administrativo ou ao Poder Judiciário, não pagarem os seus débitos ou não liquidarem compromissos decorrentes de termos de fiança que tiverem assinado, serão proibidos de transigir com qualquer repartição pública do país, cumprindo ao chefe da repartição a que estiverem subordinados promover a cobrança da dívida executivamente.

Parágrafo único. O chefe da mesma repartição baixará portaria a respeito, providenciando a sua publicação nos órgãos oficiais, e tomará as providências previstas em lei para acautelar os interesses da Fazenda.

Art. 199. O Diretor das Rendas Internas, por conveniência do serviço fiscal ou atentas as peculiaridades da indústria, poderá prescrever regime especial de fiscalização, ficando, para este fim, autorizado a estabelecer a adoção de um livro de "Registro de Compras" segundo modelo próprio, baixando instruções para a sua escrituração. Estas instruções terão por objeto o controle geral das operações do contribuinte, com fundamento nos elementos da sua escrita comercial, no da de seus fornecedores e compradores e nos elementos constantes das declarações do impôsto de renda.

Art. 200. Os contribuintes que procurarem espontaneamente a repartição arrecadadora, antes de qualquer procedimento fiscal, para o fim de recolher impôsto devido à Fazenda Nacional, poderão recolher o mesmo impôsto dentro de 10 dias, independente de qualquer penalidade.

Art. 201. Os Inspetores e Agentes Fiscais, Coletores, Administradores de Mesas de Renda, Escrivães e outros funcionários, que lavrarem auto sem os requisitos exigidos nesta lei, ficam sujeitos à multa de até 15 dias de vencimentos, imposta, no Distrito Federal, pelo Diretor das Rendas Internas, e, nos Estados e Territórios, pelos Delegados Fiscais.

Art. 202. O direito de impor penalidades por infrações a esta lei prescreve em cinco anos contados da data da infração.

§ 1.º O prazo de cinco anos estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou exigência administrativa necessária à revisão ou à cobrança comunicada ao contribuinte, começando a correr novamente a partir da data em que esse procedimento se tenha verificado.

§ 2.º Não corre o prazo de cinco anos enquanto o processo de cobrança estiver pendente de decisão.

Penalidades

Ficam sujeitos à multa de :

- a) Cr\$ 500,00 a 1.000,00 — os que deixarem de escriturar o livro de “Registro de Compras” a que se refere o art. 199, e os que o fizerem irregularmente ou com rasuras ou borrões;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que não possuírem o livro de “Registro de Compras” depois de intimados a adotá-lo;
- c) Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 — os que escriturarem o livro de “Registro de Compras” com evidente intuito de fraude.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 203. Continuam em vigor os Decretos n.ºs 19.827, de 2 de abril de 1931, 21.030, de 2 de fevereiro de 1932, e 24.058, de 28 de março de 1934, bem como as disposições dos Capítulos XI, XII, XIII e XVII, do Decreto-lei n.º 739 de 24 de setembro de 1938, no que não tenham sido revogadas ou alteradas por esta lei e pelos seguintes Decretos-leis que ficam também mantidos : 2.609, de 20 de setembro de 1940, alterado pelo de n.º 2.663, de 3 de outubro de 1940; 2.658, de 2 de outubro de 1940; 3.014, de 1 de fevereiro de 1941, alterado pelo de n.º 6.448, de 28 de abril de 1944; 3.461, de 25 de julho de 1941; 4.028, de 16 de janeiro de 1942; 4.132, de 26 de fevereiro de 1942; 5.425, de 27 de abril de 1943; 5.436, de 30 de abril de 1943, alterado pelo de n.º 6.416, de 13 de abril de 1944; e 5.546, de 4 de junho de 1943.

Parágrafo único. Continúa em vigor a taxa adicional de 5% sobre bebidas, destinada ao “Fundo Nacional do Ensino Primário”, de que trata o Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944.

Art. 204. A fim de opinar sobre as questões decorrentes da interpretação e aplicação desta lei, fica criada, junto à Diretoria das Rendas Internas, e sob a presidência do respectivo Diretor, a *Junta Consultiva do Imposto de Consumo*, composta de 6 membros, sendo três funcionários da Fazenda e três representantes dos contribuintes.

§ 1.º O Ministro da Fazenda designará, mediante indicação do Diretor das Rendas Internas, funcionários especializados que devam fazer parte da Junta Consultiva; os representantes dos contribuintes serão indicados pelos órgãos de classe.

§ 2.º A Junta Consultiva funcionará de acordo com o regimento que será baixado por decreto, até 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 205. A partir de 1 de abril de 1945 nenhum produto sujeito a imposto de consumo poderá sair das fábricas e seus depósitos, nem das Alfândegas e Mesas de Renda, sem que tenham sido observadas as exigências desta lei.

Parágrafo único. Os produtos compreendidos na Tabela “A” e os sujeitos a imposto “ad valorem” da Tabela “D” que, depois de 1.º de fevereiro de 1945 se encontrarem nas fábricas ou seus depósitos com o imposto pago por meio de selagem direta, poderão ser assim dados a consumo, observadas as prescrições desta lei, desde que, por ocasião da saída dos produtos, seja paga a diferença do imposto devida.

Art. 206. Os contribuintes que possuírem estoque de estampilhas, de que não mais necessitem, poderão requerer à repartição arrecadadora local a restituição da quantidade correspondente ou a sua substituição por crédito de imposto, se os seus produtos, por esta Lei, estiverem sujeitos ao imposto “ad valorem”.

Art. 207. O Diretor das Rendas Internas dirigirá os trabalhos de estatística fiscal em todo o país, inclusive os serviços contratados para tal fim. Para execução das novas disposições desta Lei fica também autorizado a baixar instruções, criar modelos ou alterar os que se encontrem a ela anexados.

Art. 208. Esta Lei entrará em vigor a 1.º de fevereiro de 1945, excetuado o seu Capítulo III, que vigorará a partir de 1.º de janeiro do mesmo ano.

Art. 209. Ficam revogados o art. 57 da Lei n.º 4.984, de 31 de dezembro de 1925, o regulamento anexo ao Decreto-lei n.º 739, de 24 de setembro de 1938, ressalvado o que dispõe o art. 203 da presente Lei, o Decreto-lei n.º 3.013, de 1.º de fevereiro de 1941, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Segunda Parte

ÍNDICE DAS TABELAS

"A"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO "AD VALOREM"

- I — Aparelhos, máquinas e artefatos de metal
- II — Armas, munições e fogos de artifício
- III — Artefatos de matérias de origem animal e vegetal
- IV — Brinquedos, artigos de esporte e jogos
- V — Cerâmica e vidros
- VI — Chapéus
- VII — Cimento e artefatos de cimento, de gesso e de pedras naturais e artificiais
- VIII — Eletricidade
- IX — Escôvas, espanadores e pincéis
- X — Jóias, obras de ourives e relógios
- XI — Papel e seus artefatos
- XII — Produtos alimentares industrializados
- XIII — Produtos farmacêuticos e medicinais
- XIV — Tintas, esmaltes, vernizes e outras matérias
- XV — Velas

"B"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR PREÇO TABELADO

- XVI — Calçados
- XVII — Móveis

"C"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO EM RAZÃO DE QUANTIDADE OU DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- XVIII — Alcool
- XIX — Bebidas
- XX — Cartas de jogar
- XXI — Lâmpadas elétricas
- XXII — Vinagre

"D"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR MAIS DE UM REGIME OU
POR SISTEMA ESPECIAL

- XXIII — Fósforos e isqueiros
- XXIV — Fumo
- XXV — Gasolina, querosene, óleos e carbureto de cálcio
- XXVI — Guarda-chuvas
- XXVII — Perfumarias e artigos de toucador
- XXVIII — Sal
- XXIX — Tecidos, malharias e seus artefatos; passamanarias, cordoalhas e linhas.

TABELA "A"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO "AD VALOREM"

Observações

1.^a) O impôsto será calculado :

a) quando se tratar de produto nacional — sobre o preço de venda da fábrica, constante da "nota fiscal", deduzidos os descontos, diferenças, bonificações ou abatimentos, excetuados os subordinados à condição de prazo para pagamento e incluídas as despesas de embalagem e, caso não sejam debitadas em separado, as de carreto, utilização de porto, frete, seus adicionais, respectivas taxas e seguros;

b) quando se tratar de produto de procedência estrangeira — sobre o preço de importação calculado nas Alfândegas e Mesas de Renda, ao câmbio do dia do pagamento do despacho, deduzidas as bonificações e descontos constantes da fatura comercial e incluídas as despesas de frete e respectivas taxas e adicionais e seguros (exceto nas vendas CIF) e mais os direitos aduaneiros, taxas e seus adicionais, indispensáveis à entrada do produto no país. Nos casos de ausência de fatura, o preço que servirá de base para pagamento do impôsto será aquele que fôr arbitrado pelo funcionário aduaneiro no momento do despacho, ou pela Comissão de Tarifa;

c) quando se tratar de produtos vendidos em leilão, nas Alfândegas e Mesas de Renda, ou ainda em hasta pública ou concorrência — sobre o preço da arrematação ou venda.

2.^a) O impôsto será recolhido :

a) quando se tratar de produto nacional — pelo fabricante à repartição arrecadadora local, por meio de guia modelo 6, organizada em três vias, antes de iniciada a entrega do produto a consumo, de forma que nenhum produto saia da fábrica sem que o impôsto tenha sido previamente recolhido; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias, pelo movimento diário, no livro modelo 15, com indicação do impôsto aplicado, o qual será deduzido do que houver sido recolhido adiantadamente, transpostos os saldos por ocasião do encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 7 organizada em três vias.

3.^a) O impôsto será devido sobre o preço de venda dos depósitos ou dos revendedores, nos seguintes casos :

a) quando a fábrica mantiver depósito de sua propriedade para venda de seus produtos;

b) quando a fábrica vender a firmas das quais façam parte a própria firma fabricante ou algum de seus sócios, diretor-gerente ou acionista-controlador (possuidor de mais de 50% das ações), na qualidade de sócios, diretor-gerente ou acionista-controlador;

c) quando a fábrica vender a estabelecimento comercial mais de 30% da sua produção total anual ou quando o estabelecimento comercial fôr o único adquirente, por qualquer forma ou título, de um ou de mais de um dos produtos da fábrica, venda ou não mercadorias semelhantes ou diferentes, de outras procedências.

4.^a) Nos casos da Obs. anterior cumpre ao fabricante indicar na "nota fiscal" (mod. 11), além do seu preço de venda, o do depósito ou do revendedor, pagando o imposto nesta base; quando a revenda fôr feita por preço superior ao mencionado pelo fabricante na "nota fiscal" e houver, assim, diferença de imposto a favor da Fazenda, cumprirá ao revendedor comunicar o fato ao fabricante, por meio de carta devidamente copiada, dentro de 48 horas, para que este recolha, dentro de igual prazo, a diferença em questão.

5.^a) Os fabricantes e revendedores de que trata a Obs. 3.^a ficam obrigados a manter, em sua contabilidade, títulos próprios para lançamento, por partidas diárias ou mensais, das importâncias que, reciprocamente, venderem e comprarem.

6.^a) Os fabricantes de produtos incluídos nesta Tabela, além da instrução constante da Obs. 4.^a, das demais exigências de caráter geral desta lei e das obrigações especiais estabelecidas nas alíneas, são obrigados:

a) a ter para cada alínea o livro modelo 15 e o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções nêles contidas;

b) a ter o boletim modelo 14 e a nêle escriturar dentro de três dias, pelo movimento diário, a produção e o consumo dos produtos, por unidade, peso ou dimensão, conservando-o no estabelecimento, para fim de fiscalização, assinado por pessoa autorizada.

7.^a) O imposto que incide sobre os produtos previstos nas alíneas VIII e X será regulado, para todos os efeitos, pelas normas especiais constantes de cada uma das respectivas alíneas.

8.^a) Os industriais de produtos sujeitos ao imposto, que fabricarem também artigos isentos, ficam obrigados a ter um talão especial de "notas fiscais" (modelo 11), para as vendas de produtos expressamente isentos, e a mencionar nas "notas", tipograficamente, em caracteres bem visíveis, a declaração — "*Nota de Produto não Tributado*" — sob pena de pagarem o imposto sobre todos os produtos de sua fabricação.

9.^a) Os fabricantes e comerciantes compreendidos na Obs. 3.^a — aqueles nos seus depósitos e estes nos seus estabelecimentos — terão o livro modelo 40, destinado ao registro da entrada e saída dos produtos recebidos das fábricas e farão a sua escrita de acordo com as indicações nêle contidas.

10) Os fabricantes de produtos de uma determinada alínea, sujeitos ao imposto sob percentagens diferentes, são obrigados a adotar séries especiais de notas fiscais para cada grupo de produtos sujeitos a percentagem idêntica, escriturando o consumo nas colunas próprias do livro modelo 15, ou em livros separados para cada grupo, sob pena de pagar o imposto de consumo pela percentagem mais elevada dos produtos que fabricarem.

11) Além das penalidades especiais previstas nas alíneas desta Tabela, incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Observação 2.^a, letra a, “*in fine*”, Obs. 5.^a, Obs. 6.^a, letra a, e Obs. 9.^a e os fabricantes que deixarem de indicar o seu preço de venda ou o do revendedor, nos termos da Obs. 4.^a, primeira parte;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Obs. 6.^a, letra b;

c) importância igual ao imposto devido, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de fazer a comunicação de que trata a Obs. 4.^a *in fine*, ou não pagarem o imposto, no todo ou em parte, assim considerada, também, a saída do produto da fábrica sem que haja saldo de imposto, nos termos da Obs. 2.^a, letra a.

I

APARELHOS, MÁQUINAS E ARTEFATOS DE METAL

O imposto incide sobre :

1

acumuladores ou baterias para automóveis e outros fins;

alcoômetros; odenômetros e semelhantes;

amplificadores de som;

aparelhos elétricos de uso doméstico; acendedores, almofadas térmicas, aquecedores de água, aspiradores de pó, aparelhos para massagem, para ar condicionado e semelhantes, batedores para “cocktail” ou massa, bebedouros, bules, caçarolas, cafeteiras, chaleiras, chuveiros, enceradeiras, exaustores, ferros de engomar, fogareiros, fogões, frisadores e secadores de cabelos e aparelhos semelhantes, geladeiras, lanternas acionadas a pilha e semelhantes, máquinas de lavar e passar roupa, radiadores de calor, rádio receptores e rádios com ou sem dispositivo para reprodução de discos, refrigeradores, sorvetadeiras, secadores de qualquer espécie, inclusive os centrífugos, torradores de feijão e semelhantes, ventiladores, vibradores;

aparelhos electro-cirúrgicos, electro-terápicos, electro-diagnósticos, radioterápicos e rádio diagnósticos; aparelhos de raios X, de raios ultra-violeta e outros de alta ou baixa frequência, de cataforese, de cauterização, de diatermia, de eletrólise medicinal, termogêneos e semelhantes; aparelhos oxigenadores, de pneumotorax, de pressão arterial, esfigmógrafos e semelhantes; aparelhos para transfusão de sangue; aparelhos fisioterápicos (caçarolas, garrafas, jarros e quaisquer outros), revestidos ou não, para conservação de temperatura; balanças; barômetros, binóculos e bússolas;

conta-fios, conta-passos, conta-segundos, edômetros, passímetros e pedômetros;

densímetros ou areômetros, dinamômetros, ditafones e aparelhos semelhantes; duplicadores e semelhantes;

enteroscópios, entestoscópios, esterilizadores e semelhantes; escalas dimensionais lineares (metros, trenas, etc.); grafímetros, grafômetros; gramofones, vitrolas e semelhantes e discos, rolos e fios para os mesmos;

hidrômetros, higrômetros ou higroscópios; hipsômetros;

lentes para qualquer fim;

manômetros, máscaras para anestesia; máquinas cinematográficas e fotográficas e papel albuminado ou cloruretado, para fotografia; placas e filmes

fotográficos de qualquer espécie; máquinas de calcular, contabilizar, endereçar, escrever, furar, grampear e costurar papéis, registrar dinheiro, selar, timbrar cheques; medidores ou contadores; microfones; microscópios;

óculos, monóculos, "lorgnons", "pince-nez" e suas respectivas armações; óculos de alcance; oitantes;

panógrafos; pilhas elétricas sêcas; planímetros, pluviômetros e semelhantes; planógrafos; potenciômetros;

sextantes;

taxímetros; telefones, fonovox e outros aparelhos para transmissão de som; telômetros; termômetros;

válvulas para rádios e outros fins; velocímetros, verascópios.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

2

todo e qualquer artefato de metal, inclusive os fios e cabos isolados por qualquer processo.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Incluem-se no inciso 2 as agulhas para costura ou injeção, de qualquer metal e os pertences e sobressalentes que acompanharão os produtos discriminados no inciso 1.

2.^a

Os brinquedos que forem fabricados inteiramente de metal pelos industriais destes produtos estão sujeitos ao imposto desta alínea, inciso 2.

3.^a

Os artefatos previstos no inciso 2, beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar, ficarão sujeitos a novo imposto, pago pelo beneficiador, independente do que houver sido pago pelo fabricante. Os beneficiadores, reformadores e transformadores dos produtos desta alínea são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

4.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do imposto, acompanhados da guia modelo 9, devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o imposto poderá ser pago na do beneficiamento, quando aí forem vendidos os produtos.

5.^a

Os artefatos confeccionados com partes de ouro, prata, platina e respectivas ligas ou de outro qualquer metal, ornamentados com pérolas, pedras preciosas ou semi-preciosas, ficam sujeitos ao imposto da alínea X.

6.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a mencionar na "nota fiscal" modelo 11, que acompanhar os produtos, o seu peso, dimensão ou quantidade, conforme o elemento básico de venda, bem como o preço e o total do imposto pago, quando a entrega se realizar fora do município do produtor.

7.^a

Não será considerado fabricante de óculos o comerciante que operar a montagem de lentes e vidros às respectivas armações.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) os arames e fios nus de qualquer espécie e formato; barras, vergalhões, cantoneiras, laminados, trefilados ou perfilados de qualquer espécie e formato; tubos de qualquer espécie, seus registros e conexões; trilhos; chapas, discos e tiras de qualquer espécie não fundidos; blocos, pacotes, páes e pedaços destinados a fusão ou transformação;
- b) as máquinas operatrizes e aparelhos destinados à produção industrial, agrícola e pecuária;
- c) os transformadores, dinamos e geradores de energia, inclusive as caldeiras;
- d) os motores a vapor, de explosão e elétricos;
- e) os veículos de qualquer espécie, "chassis" ou carrocerias, inclusive os elevadores;
- f) o conserto, a reforma ou o beneficiamento por qualquer processo de galvanoplastia ou pintura, de objetos usados;
- g) as latas ou outros recipientes de folha de Flandres ou ferro preto, gravados, pintados, litogravados ou não, destinados ao acondicionamento de venda de quaisquer produtos;
- h) as obras de escultura, quando vendidas por seus autores;

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a e 6.^a.

II

ARMAS, MUNIÇÕES E FOGOS DE ARTIFÍCIO

O imposto incide sobre :

clavinas, espingardas, mosquetões, rifles e outras armas para caça e esporte, não compreendidas as armas de guerra; garruchas, pistolas, revólveres e outras semelhantes; balas de ferro ou chumbo, com ou sem camisamento e chumbo de munição, de qualquer modo acondicionados; espoletas e detonadores em cartuchos vãos ou dêles separados ou em cartuchos carregados de pólvora, bala ou chumbo, não compreendidos os estojos e os detonadores ou porta detonadores para granadas; fogos e foguetes de artifício, de qualquer qualidade, próprios para festas joaninas e outras, para campo ou salão.

Imposto de 10% para os produtos nacionais e de 15% para os produtos estrangeiros.

Nota

As "armas brancas" estão sujeitas ao imposto de acordo com a alínea I.

III

ARTEFATOS DE MATÉRIAS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

O imposto incide sobre :

1

todo e qualquer artefato de resinas naturais ou artificiais (borracha, natural ou sintética, baquelite, ebonite, trolon e semelhantes); celulósido; galalite; couro; peles; cascos; chifres; marfim; osso; conchas; ambar; madeiras; bambu; cana; junco; ráfia; vime; sementes; frutas e cascas vegetais.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

2

boás, pêlos, peles de agasalho (incluídos os casacos, pelerines e "man-teaux"), "manchons" e semelhantes e outros agasalhos de peles com pêlos, preparados ou curtidos, com ou sem acabamento ou fôrro, e em peça ou metro.

Imposto de 6% para os produtos nacionais e de 10% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Os brinquedos que forem fabricados inteiramente com as matérias desta alínea pelos respectivos industriais estão sujeitos ao imposto aqui estabelecido.

2.^a

Os artefatos beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar, ficam sujeitos a novo imposto, pago pelo beneficiador, independente do que tiver sido pago pelo fabricante.

Os beneficiadores e reformadores são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

3.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do imposto, acompanhados da guia modelo 9, devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o imposto poderá ser pago na do beneficiamento quando aí forem vendidos os produtos.

Isonções

Estão isentos do imposto :

- a) a borracha em bruto e os lençóis de borracha crepe, pura ou regenerada, de produção nacional;
- b) a madeira em toras, serrada, aplainada ou compensada e suas fôlhas;
- c) os artefatos de madeira bruta ou simplesmente debastada ou serrada;

- d) os barris, barricas, pipas, caixas, engradados, tambores e tonéis de madeira;
- e) os carretéis para linha;
- f) os veículos de qualquer espécie, inclusive os elevadores e as carrocerias;
- g) o carvão animal ou vegetal;

Penalidade

Incorrem na multa de:

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na nota 3.^a

IV

BRINQUEDOS, ARTIGOS DE ESPORTE E JOGOS

O imposto incide sobre :

brinquedos, simples ou em conjunto, inclusive artigos para esporte e jogos.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

V

CERÂMICA E VIDRO

O imposto incide sobre :

todo e qualquer artefato de cerâmica ou de vidro.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Os artefatos beneficiados fora da fábrica produtora e que a ela não tenham de voltar ficam sujeitos a novo imposto, pago pelo beneficiador, independente do que tiver sido pago pelo fabricante. Os beneficiadores, reformadores e transformadores são considerados fabricantes para todos os efeitos legais.

2.^a

Os artefatos que forem remetidos a fábricas beneficiadoras e tiverem de voltar ao estabelecimento de origem, transitarão sem pagamento do imposto, acompanhados da guia modelo 9, devendo esta ser arquivada para fins de fiscalização. Na hipótese de pertencerem ambas as fábricas à mesma pessoa física ou jurídica, o imposto poderá ser pago na do beneficiamento, quando aí forem vendidos os produtos.

3.^a

Os brinquedos fabricados inteiramente de cerâmica ou vidro pelos industriais destes produtos estão sujeitos ao imposto desta alínea.

4.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a mencionar na "nota fiscal" modelo 11, que acompanhar os produtos, o peso, dimensão ou quantidade, conforme o elemento básico da venda, bem como o preço e o total do imposto pago, quando a entrega se realizar fora do município.

Isenções

Estão isentos do imposto:

- a) os artefatos de uso doméstico fabricados de barro bruto, apenas umidificado e amassado em pipa ou maromba vertical, com ou sem vidramento de sal, cujo preço de venda do produtor não exceda de Cr\$ 4,00;
- b) as telhas e os tijolos de barro bruto, apenas umidificado e amassado em pipa ou maromba vertical sem qualquer prensagem mecânica;
- c) as manilhas e tubos (retas, curvas, derivações, sifões, ralos, tês, luvas, selins, virolas, caixas de gordura, reduções, condutos, diminuições, cotovelos e tôda e qualquer peça correlata);
- d) os tijolos, as peças de qualquer formato, terras, argamassas e cimentos, refratários.

Penalidade

Incorrem na multa de:

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a e 4.^a.

VI

CHAPÉUS

O imposto incide sobre:

barretes, bonés, capacetes, carapuças, chapéus, embastidos, fôrmas ou carcassas, gorros, quepes e turbantes para homens, mulheres e crianças, de qualquer formato e qualquer que seja o material de que tenham sido confeccionados.

Imposto de 5% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

Nota

O imposto incide, igualmente, sobre as reformas executadas nos chapéus de senhoras e de crianças.

Isenções

Estão isentos do imposto:

a) os chapéus de palha ou fibra, de produção nacional, sem carneira, fôrro ou guarnição, desde que o preço de venda do produtor não exceda de Cr\$ 3,00;

b) os chapéus de couro, próprios para tropeiros; as toucas e as carapuças para recém-nascidos.

VII

CIMENTO E ARTEFATOS DE CIMENTO, DE GESSO E DE PEDRAS NATURAIS E ARTIFICIAIS

O imposto incide sobre:

1

cimento de qualquer qualidade.

Imposto de 10% para os produtos nacionais e de 15% para os produtos estrangeiros.

2

alabastro, arenito, granito, mármore, ônix e pórfiro, em bruto, blocos, lâminas ou placas simplesmente serradas, de procedência estrangeira.

Imposto de 2%.

3

todo e qualquer artefato de alabastro, arenito, granito, mármore, ônix, pórfiro, cimento e de gesso, simples ou composto com estas ou outras matérias.

Imposto de 3% para os produtos nacionais e de 5% para os produtos estrangeiros.

*Notas*1.^a

Os industriais de alabastro, arenito, granito, mármore, ônix e pórfiro, terão o livro modelo 16, no qual registrarão diariamente as faturas ou notas de entrada do dia anterior, dos blocos, chapas, lâminas e placas, isentas do imposto ou de procedência estrangeira, pelas suas respectivas dimensões e preços totais, dispensados do boletim de produção.

2.^a

Os industriais de que trata a nota anterior são dispensados de mencionar na "nota fiscal" modelo 11 o preço e o total do imposto pago, quando a entrega de seus produtos se realizar dentro do município produtor.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) as lâminas ou placas simplesmente serradas, sem qualquer polimento e quando vendidas a industriais devidamente registrados;
- b) o granito para "guia" (meio fio), paralelepípedos e brita;
- c) as placas ou chapas onduladas ou lisas, as fossas assépticas e os tubos, de cimento simples ou misto, e respectivos pertences;
- d) os pisos e quaisquer revestimentos quando inteiramente confeccionados no local da aplicação;
- e) as obras de arte, quando vendidas por seus autores.

Penalidade

Incorrem na multa de:

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 1.^a

VIII

ELETRICIDADE

O imposto incide sobre :

o consumo de luz e força elétricas.

Imposto de 3% sobre as importâncias cobradas mensalmente pelo consumo de eletricidade.

*Notas*1.^a

O imposto será arrecadado na conta que as emprêsas ou entidades ficam obrigadas a expedir e será recolhido à repartição arrecadadora local ou às Delegacias Fiscais a que estiverem subordinadas, dentro dos vinte primeiros dias do mês subsequente ao da expedição da conta, mediante guia modelo 8, em três vias.

2.ª

Na contabilidade dos que explorarem os serviços de força e luz, serão escrituradas, em títulos próprios, por partidas que abranjam período não superior a 30 dias, as importâncias das contas expedidas mensalmente e o total do imposto devido.

Isenções

Estão isentos do imposto:

- a) os kilowatts-hora consumidos em seus próprios serviços e respectivas oficinas, pelas empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;
- b) o fornecimento de energia feito pelas empresas geradoras aos distribuidores;
- c) o consumo de eletricidade em oficinas e serviços da União, Estados e Municípios e o fornecimento gratuito a hospitais e instituições de caridade;
- d) o consumo de luz até 20 kwh mensais.

Penalidade

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.ª;
- b) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 1.ª.

IX

ESCÓVAS, ESPANADORES E PINCÉIS

O imposto incide sobre:

brochas, escóvas, escovões, espanadores, enceradeiras não elétricas, pincéis, rolos de borracha, com ou sem cabo, vasculhadores, vassouras e vassourões, de qualquer matéria e feito e para qualquer fim.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 8% para os produtos estrangeiros.

X

JÓIAS, OBRAS DE OURIVES E RELÓGIOS

O imposto incide sobre:

1

pedras preciosas ou semi-preciosas, lapidadas; pérolas, cultivadas ou não, e toda e qualquer obra ou objeto fabricado ou ornamentado, no todo ou em parte, com as referidas pedras e pérolas ou com ouro, prata, platina e respectivas ligas, compreendidos os objetos usados.

Imposto de 8%, sobre o preço de importação ou de venda, pago: 4% pelo fabricante ou importador e 4% na revenda a consumidor, nos termos da primeira parte da Nota 1.ª; ou, totalmente, nos casos da parte final da mesma Nota.

2

relógios marcadores de tempo, de qualquer espécie, com ou sem caixa, em cuja confecção não entrem as matérias especificadas no inciso 1.

Imposto de 5%, pago pelo importador ou pelo fabricante, nos termos das Notas 7.ª e 8.ª.

*Notas***1.^a**

O imposto sobre os produtos do inciso 1 será calculado à razão de 4%: — nos que forem importados por comerciante e fabricante; nos vendidos pelo próprio fabricante ou lapidário a comerciante; nos que, adquiridos de particular, forem revendidos a comerciante e, ainda, nos revendidos por este último a consumidor. E será calculado à razão de 8% — nos produtos vendidos pelo próprio fabricante ou lapidário a consumidor; nos que forem importados por particular e nos que, adquiridos deste último, forem revendidos a consumidor.

2.^a

Os fabricantes, lapidários e comerciantes a que se refere a primeira parte da Nota 1.^a, quando se tratar de venda a revendedor, verificarão se o adquirente de seus artigos se encontra registrado para tal fim. Em caso negativo, será considerado como consumidor.

3.^a

Incluem-se entre os fabricantes de relógios os que fizerem a montagem do maquinismo em caixas.

4.^a

Não se consideram ornatos ou partes integrantes, a que se refere o inciso 1, os acabamentos de ouro, platina ou prata, por meio de galvanoplastia, folheamento (plaqué), pintura ou processos semelhantes.

5.^a

Nas obras feitas por encomenda e nas transformações, concertos ou beneficiamento de objetos, com o emprêgo de matérias primas constantes do inciso 1 e pertencentes a terceiros, o imposto será calculado sobre o valor total da obra, inclusive tais matérias. Quando a encomenda for feita por comerciante registrado, do cálculo do valor total da obra se excluirá o das pérolas cultivadas ou não, pedras preciosas ou semi-preciosas.

6.^a

O imposto incide sobre as vendas em geral e sobre as importações efetuadas por fabricante, lapidário, importador, comerciante, mercador ambulante e particular, qualquer que seja a procedência dos objetos, incluindo-se nesta obrigação os leiloeiros, os Clubes de Mercadorias e as Caixas Econômicas, tanto nas vendas diretas que fizerem como nas arrematações.

7.^a

O imposto será calculado e recolhido de acordo com as Obs. 1.^a e 2.^a desta Tabela, mesmo quando devido por comerciante.

8.^a

Os que fabricarem produtos desta alínea ou que venderem os compreendidos no seu inciso 1, terão o livro modelo 15, escriturando-o de acordo com as instruções nêle contidas; terão também o livro modelo 17 ou 18 para registro diário das entradas e saídas desses artigos, produzidos ou adquiridos, excetuados de tal obrigação os leiloeiros, as Caixas Econômicas e os lapidários. Os livros dos mercadores ambulantes servirão para todos os lugares que percorrerem.

9.^a

Os que fabricarem ou venderem produtos desta alínea, terão ainda o talão "nota fiscal" modelo 11, devidamente autenticado pela repartição arrecadadora local, e, de toda e qualquer venda que fizerem, fornecerão ao comprador a "nota" respectiva. Nas vendas feitas a consumidor é dispensada a indicação do nome e endereço do comprador.

10.^a

O mercador ambulante fica obrigado a exhibir, mensalmente, até o 10.^o dia útil do mês subsequente, à repartição arrecadadora da localidade em que se encontrar, tanto a "Patente de Registro" como os seus livros fiscais. Nestes, o agente fiscal de plantão ou, em sua ausência, o chefe da repartição, aporá o "visto", depois de conferidas as vendas e o imposto pago, o mesmo fazendo na "Patente de Registro".

11.^a

O ambulante que fôr encontrado sem a "Patente de Registro" ou com a mesma sem o "visto" referido na Nota anterior ou, ainda, com mercadorias cuja procedência não esteja devidamente documentada, além da multa de que fôr passível, terá os objetos que transportar imediatamente apreendidos, correndo, a partir dessa apreensão, o prazo de oito dias para que o infrator apresente defesa à repartição arrecadadora competente. Decorrido êsse prazo, seja ou não apresentada a defesa, será o auto julgado e, no caso de o ser procedente, os objetos apreendidos serão postos em leilão, observando-se as formalidades desta lei.

12.^a

Não se aplica aos viajantes e representantes legais de firmas registradas para o comércio dos produtos desta alínea, quando no exercício dessas funções, o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a, desde que possam exhibir documentação da firma que representem, referentes às mercadorias que transportarem.

13.^a

Os que fabricarem ou venderem os produtos compreendidos no inciso 1, são ainda obrigados:

a) a ter, autenticado pela repartição competente, um livro-nota especial, com cópias a carbono, para o registro de encomendas, consertos ou beneficiamento de objetos de terceiros, no qual, em cada caso, serão esclarecidas as características do trabalho a fazer, o valor da matéria prima recebida (se houver), a estimativa do preço da obra, o nome e o endereço do cliente, ao qual será fornecida uma cópia da referida nota;

b) a classificar os objetos por meio de etiquêta ou envoltório com o número de ordem de entrada no estabelecimento, número êste oriundo do respectivo registro no livro modelo 17 ou 18, com exceção dos objetos destinados a conserto, os quais deverão ter etiquêtas ou envoltórios especiais com o nome do cliente ou o número da "nota" respectiva, comprobatórios de sua procedência.

14.^a

Os Clubes de Mercadorias, os leiloeiros e as Caixas Econômicas, desde que vendam, de qualquer forma, os produtos do inciso 1, estão sujeitos às determinações e respectivas penalidades desta alínea.

Isenção

Estão isentos do imposto :

as obras e objetos compreendidos no inciso 1, quando os metais ali especificados tenham sido empregados exclusivamente por necessidade técnica ou científica.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 10.^a e 13.^a, letra a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 13.^a, letra b.

XI**PAPEL E SEUS ARTEFATOS**

O imposto incide sobre:

cartolina, cartão, mata-borrão, papel, papelão e produtos semelhantes, de qualquer matéria, feição e qualidade e para qualquer fim.

Imposto de 2% para os produtos nacionais e de 3% para os produtos estrangeiros.

*Notas***1.^a**

O imposto incide sobre qualquer produto desta alínea que fôr beneficiado na fábrica produtora. Incide ainda sobre: — lixa, papel higiênico, "stencil", carbono (exceto os impressos carbonados), *couché*, prateado, dourado, laminado, parafinado, especial para forrar casa ou mala e o próprio para guarnição — quando assim preparados por meio de beneficiamento, alteração ou transformação fora do estabelecimento de origem do papel.

2.^a

O imposto incide sobre qualquer artefato de papel de procedência estrangeira, bem como sobre o de produção nacional, quando confeccionado na própria fábrica produtora do papel ou em edifício que com ela se comunique intimamente.

3.^a

Não se incluem nas alíneas I, III e XXIX os artefatos de papel (livros, albums, escarcelas, folhinhas, etc.), contendo ornatos, cantos, ilhoses, armações ou partes acessórias de tais matérias.

4.^a

Os brinquedos fabricados inteiramente com papel pelos industriais deste produto estão sujeitos ao imposto desta alínea.

Isenção

Está isento do imposto o papel destinado à imprensa, obedecidas as instruções que forem baixadas pelo Ministro da Fazenda.

Penalidade

Incorrem na multa de:

importância igual ao imposto não pago e não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que aplicarem o papel de que trata a Isenção a fins diferentes do seu destino.

XII

PRODUTOS ALIMENTARES INDUSTRIALIZADOS

O imposto incide sobre :

1

cereais e farináceos, de procedência estrangeira, que se apresentarem moídos ou semi-moídos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados; farinhas alimentícias compostas, assim consideradas as misturas de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, leite, ovo ou outra substância que modifique suas propriedades alimentares; biscoitos e bolachas;

conservas de carnes e peixes, e carnes e peixes em conserva de qualquer qualidade e em qualquer embalagem, de procedência estrangeira; carnes e peixes em conserva acondicionados em barricas, caixas, latas ou tinas de pêso até 10 quilogramas, de produção nacional; conservas de carne de qualquer espécie, simples ou adicionadas de outros produtos, chouriços, galantine, geléias, línguas secas em fumeiro, em salmoura ou afiambradas; linguiças, morcelas, mortadelas, presuntos, queijo porco, salchichas, salames, salpicão, toucinho de fumeiro acondicionado (Bacon); caldas, extratos, pastas e outras preparações não medicinais; camarões, mariscos, ostras e outros crustáceos conservados por meio de azeite, vinagre ou qualquer outro processo.

Imposto de 3% para os produtos nacionais e de 4% para os produtos estrangeiros.

2

azeite de oliveira e azeites ou óleos de qualquer outra qualidade adequados à alimentação; açúcar de qualquer qualidade; banha de porco, manteiga animal e leite condensado ou concentrado em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, de procedência estrangeira; gorduras animais ou vegetais, simples ou mistas em estado pastoso ou emulsivo, de qualquer procedência; queijos e requeijões.

Imposto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

3

legumes, frutas e frutos em conserva, simples ou mistos, em massa, extrato, salmoura ou de qualquer outro modo preparados; salgados para aperitivos (mandioca e batata em raspa, amendoim, castanha e semelhantes); mostarda em massa ou em pó, pimenta e canela em pó, simples ou composta; fermentos em pó (Baking Powder), tais como "Royal", "Bhering" e outros condimentos culinários; mólho de tipo inglês, "Maggi" e semelhantes; colorantes; fermentos vivos, de tipo "Fleischmann", "Cruz Quebrada" e outros, de qualquer modo acondicionados;

doces de qualquer espécie, preparados em calda, massa, geléia, e em açúcar cristalizado; frutas secas ou passadas, em calda ou em compota; chocolate de

qualquer espécie ou qualidade e seus derivados, de qualquer forma apresentados; bombons, "fondants", crocantes, "nougats"; confeitos com ou sem recheio de qualquer qualidade; balas, caramelos, "marrois glacés", pastilhas de goma e outras, comprimidas ou não, e produtos semelhantes; café torrado ou moído e chá.

Imposto de 5% para os produtos nacionais e de 7% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

Incluem-se entre os derivados do chocolate as farinhas alimentícias que contiverem mais de 30 % de cacau.

2.^a

Entende-se por "chouriço" a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca em fumeiro; por linguiça, o chouriço delgado; e por morcela, a tripa cheia de sangue de porco.

3.^a

A "nota fiscal" de que trata a letra a da Obs. 6.^a desta Tabela será substituída, quando se tratar de fabricante de açúcar, pela nota de remessa criada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (art. 36 do Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939), devendo da mesma constar o valor total da mercadoria.

4.^a

Os fabricantes de açúcar são ainda obrigados a ter o livro modelo 19 e a escriturá-lo de acordo com as instruções nêle contidas.

5.^a

Os fabricantes de café torrado ou moído e os moedores de café torrado são ainda obrigados :

a) a ter os livros modelos 20 e 21, assim como o boletim diário de estoque de café cru a que se refere o Decreto n.º 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, para confronto com o boletim previsto na letra b da Obs. 6.^a desta Tabela;

b) a fazer acompanhar o manifesto modelo 13 a mercadoria entregue aos ambulantes, para distribuição, os quais fornecerão em cada venda a "nota fiscal" modelo 11, que conterá número e data do manifesto, a fim de que, na volta à fábrica, nêle sejam deduzidas as vendas efetuadas.

6.^a

Os produtos desta alínea poderão ser expostos à venda fora dos respectivos envoltórios originais, desde que êstes sejam conservados pelo expositor.

Isenções

Estão isentos do imposto :

a) o melado ou mel de engenho; o mel de abelha e a rapadura, de produção nacional;

b) a farinha de trigo;

c) o charque e o toucinho de produção nacional;

d) as salsichas, linguiças, morcelas e os salgados para aperitivo, não acondicionados em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, latas, caixas, sacos ou envoltórios de apresentação de pano, de "silcome" e de papel impermeável;

e) os peixes e crustáceos secos ou salgados e os crustáceos, a granel, de produção nacional;

f) os biscoitos e bolachas a granel, assim considerados os que forem vendidos pelos fabricantes em caixões ou barricas não herméticamente fechados, em latas sem tampa, cestos, sacos não impermeáveis e papel comum para embrulho, recipientes ou envoltórios esses que se destinarem ao simples transporte;

g) os doces chamados de confeitaria, de fácil deterioração;

h) o mate de produção nacional;

i) o requeijão, o queijo de coalho e do tipo Minas, de produção nacional.

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas notas 3.^a, 4.^a e 6.^a.

XIII

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E MEDICINAIS

O impôsto incide sôbre :

analgésicos, de aplicação externa; adesivos sólidos ou líquidos (inclusive esparadrapo); água inglesa; água oxigenada; alcoolatos; alcoolaturas; algodão hidrófilo; algodão termogêneo ou outros compostos, com substâncias revulsivas, iodadas e semelhantes;

balas; bálsamos sólidos, líquidos ou pastosos; biscoitos; bugias; cacau ou chocolate; "cachets"; cápsulas; cataplasmas; chás compostos ou não; cigarros; comprimidos; confeitos; conservas; cremes; creolina e outros produtos semelhantes;

dentifrícios em geral; desinfetantes e desodorantes; drágeas; elixires; embrocacões; emplastros porosos de qualquer qualidade e para qualquer fim; emulsões; esféricos; extratos;

farinhas; fomentações; "fondants";

gaze; geléias; géculas; glóbulos; grânulos; gotas de qualquer espécie e extratos, inclusive os homeopáticos; grânulos e sacaretos; granuliformes;

hidrolatos;

injeções uretrais; inseticidas para uso doméstico;

lápiz; licores; linimentos; líquidos de Dakin; lisol; lisofórmio e outros produtos de finalidade semelhante;

magnésias leitosas, fluídas e outras;

óleos; ovóides; óvulos;

papéis anti-asmáticos e outros medicamentos acondicionados em papéizinhos e envelopes; papéis químicos com qualquer compositor; papéis sinapizados; pastas; pastilhas; pérolas; pensos protetores para calos (contendo ou não produtos medicamentosos); pessários solúveis; pílulas; pomadas; pós anti-asmáticos de qualquer substância; pós compostos ou não; produtos de quaisquer espécies injetáveis por via subcutânea, intra-muscular e intra-venosa, contidos em ampoulas ou outros recipientes, acompanhados ou não de solução isotonzadora; produtos veterinários; produtos homeopáticos;

sacaretos e granulados; sais granulados e efervescentes; sementes (Psilium e outros); substâncias sólidas destinadas a injeções, acompanhada ou não de solução dissolvente; supositórios;

tabletes; tablóides; tampões medicinais; trociscos; trociscos de mentol, como cristais japoneses e outros; tinturas;

ungüentos;

velas; vermífugos;

xaropes;

e todo e qualquer produto aqui não discriminado, de aplicação interna ou externa, para fins medicinais.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros.

Notas

1.^a

O impôsto incide sôbre os produtos de que trata esta alínea, vendidos em embalagem destinada a consumidor sob denominação especial ou de fantasia, dependendo ou não de licença da Saúde Pública.

2.^a

Ficam os fabricantes nacionais dos produtos desta alínea obrigados a imprimir nos rótulos interno e externo das amostras que distribuírem gratuitamente, em tôda a face ou parte que contiver o nome do produto, uma faixa vermelha, com o mínimo de 1/4 da dimensão maior do rótulo ou da face ou parte do envoltório, que terá em negativo a expressão: "Amostra grátis" — em caracteres bem visíveis. Nas ampoulas, permite-se a simples indicação da expressão "Amostra grátis", por gravação, etiquetagem, etc..

3.^a

E' facultado aos fabricantes colocar nas "Amostras grátis" outros dizeres além do que dispõe a nota anterior, no sentido de melhor caracterizá-las.

4.^a

E' proibida a venda de "Amostras grátis".

5.^a

Só é permitida a exigência de "Amostras grátis" nas fábricas respectivas, seus depósitos e agentes, nos consultórios médicos e estabelecimentos hospitalares, constituindo contravenção a sua existência em quaisquer outros estabelecimentos.

6.^a

As "Amostras grátis" só poderão sair das fábricas respectivas acompanhadas de notas discriminativas, extraídas de talão numerado seguida e tipograficamente, copiadas a carbôno e indicando o nome do destinatário (agente ou visitador, médico, ou hospital).

7.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

- a) a imprimir no rótulo e na bula dos seus produtos as indicações exigidas pelo Departamento Nacional de Saúde;
- b) a lançar na coluna das observações do livro modelo 15 a quantidade e espécie das amostras distribuídas gratuitamente.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) os produtos officinaes injetáveis ou não, qualquer que seja a sua embalagem, desde que vendidos sob designação própria da farmacopéia official da Saúde Pública;
- b) as amostras para distribuição gratuita a médicos e a hospitais pelos fabricantes, diretamente ou por intermédio de seus agentes e visitantes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a, 6.^a e 7.^a;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a e 5.^a.

XIV

TINTAS, ESMALTES, VERNIZES E OUTRAS MATÉRIAS

O imposto incide sobre:

tintas, esmaltes, vernizes, massas, pastas, preparações e composições com base de água, álcool, óleo, piroxilina (nitrocelulose), betume, pixe ou alcatrão e de qualquer outra qualidade, para conservação e preparo de superfícies e pinturas em geral, para impressão, para carimbo, para escrever, para desenho ou para outros fins semelhantes;

líquidos impermeabilizantes, mordentes e líquidos empregados como veículo de purpurina ou de pós metálicos para dourar, pratear, bronzear e aluminar; dopes, thinners, redutores, retardadores, removedores, solventes, dissolventes e diluentes de qualquer espécie, água-rás, óleo de linhaça, caseína, secantes de qualquer espécie;

tintas químicas de qualquer côr, côres ou corantes minerais, naturais ou artificiais; anil, anilinas, pigmentos em geral, alvaiade de chumbo, de titânio, de zinco, barita ou baritina, blanc fixe (sulfato de bário artificial), carbonato e sulfato de chumbo (zarcão), de cobre, de ferro, de mercúrio, pós de sapato, pós metálicos para dourar, pratear, bronzear e aluminar; e outras matérias de característicos semelhantes, para o preparo de tintas, esmaltes e vernizes;

ceras, cera-vernízes, líquidos ou tintas, pomadas, emulsões, cremes, pós, pastas, tijolos, tabletes, graxas, saponáceos e quaisquer outras preparações semelhantes servindo para limpar, polir, amaciar ou conservar metais, móveis, soalhos, madeiras, ladrilhos, mármore, correias, couros, calçado, utensílio de

cozinha ou para quaisquer outros fins semelhantes; goma arábica, goma laca, goma sandaraca, pasta para colar; substâncias para tingir, de uso doméstico, tais como "Tintol", "Guarany", "Sucury", e semelhantes;

acetatos ou pirolenhitos de qualquer espécie; produtos intermediários de origem estrangeira para a fabricação de anilinas, tais como: ácidos orgânicos I e E, naftiônico, salicílico, sulfônico, sulfônico, Gama, H, I, R, Neville Wintther e semelhantes, aminoantrachinonas, aminofenóis, óleo de anilina, anisidinas, benzidinas, carbazol, cloranilinas, cloridratos de alfanafetilamina, de anilina, de benzidina, de metafenilendianina, de paraamidofenol, clorobenzinas, clorofenóis, dianizidina, difenilamina, dimetilaminoazobenzol, dinitrobenzeno, dinitroclorobenzeno, dinitrofenol, dinitrotoluol, etilanilinas, etilbenzilaminas, fenilendiaminas, fenol, fenoltaleína, metanitroanizidina, metatolulendianina, metilanilinas, metilantrachinonas, monoetilortotoluidina, monoetilparaaminofenolsulfato, naftilaminas, naftóis, nitroanilinas, nitro naftalina, nitrosofenol, nitrotoluenos, nitrotoluidinas, resorcina, sulfanilato de sódio, tolidina, toluidinas, trinitroanisol, xilidina.

Impôsto de 4% para os produtos nacionais e de 6% para os estrangeiros, pago pelo fabricante ou importador.

Notas

1.^a

Os industriais que adquirirem de produtores nacionais ou importarem produtos desta alínea para empregarem como matéria prima de suas indústrias e quiserem gozar de isenção do impôsto farão uma caução, em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal, para garantia da Fazenda Nacional no caso de falta de pagamento do impôsto ou multa, caução que será de 2% sobre o capital da firma, não podendo a mesma ser inferior a Cr\$ 10.000,00, nem superior a Cr\$ 100.000,00. Esta caução poderá ser substituída, a juízo do Diretor das Rendas Internas, por fiança prestada por banco que não esteja em dívida com a Fazenda Nacional por impostos, multas ou responsabilidades assumidas em nome de terceiros.

2.^a

Os produtos adquiridos de fábricas nacionais ou importados com isenção de impôsto não poderão ser vendidos a não ser em casos especiais, mediante permissão da repartição arrecadadora local, a industrial habilitado, nos termos da Nota anterior. Os industriais de que trata esta Nota ficam obrigados a ter e escriturar, diariamente, o livro modelo 22, de acôrdo com as instruções nelle contidas.

Isenções

Estão isentos do impôsto :

- a) as matérias primas importadas ou adquiridas a produtores nacionais, por industriais, para aplicação exclusiva em artigos de sua fabricação, na forma da Nota 1.^a;
- b) os produtos de origem mineral referidos no Código de Minas;
- c) os esmaltes *vitrificáveis* (fitas metálicas).

Penalidade

Incorrem na multa de :

Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.^a

XV

VELAS

O imposto incide sobre :

as de cêra, espermacete, estearina, parafina, sêbo ou de quaisquer outras matérias e de qualquer formato.

Imposto de 5% para os produtos nacionais e de 7% para os produtos estrangeiros.

TABELA "B"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPOSTO POR PREÇO TABELADO

Observações

1.^a O imposto será calculado :

a) quando se tratar de produto nacional — em cada unidade — sobre o preço de venda da fábrica, ou sobre o preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante;

b) quando se tratar de produto de procedência estrangeira — sobre o preço de importação de cada unidade, calculado na forma da letra b da Obs. 1.^a da Tabela "A".

2.^a O imposto será pago :

a) nos casos da letra a da Obs. anterior pelo fabricante, por meio de estampilhas retangulares comuns adquiridas à repartição arrecadadora local, mediante guia modelo 4, organizada em três vias, e aplicadas em lugar visível de cada unidade tributada, antes da saída da mercadoria do estabelecimento, respeitadas as normas especiais previstas nas alíneas desta Tabela;

b) no caso da letra b da Obs. anterior, pelo importador, por meio de estampilhas retangulares comuns adquiridas às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 5, organizada em três vias e aplicadas na forma e na ocasião indicadas na letra a desta Obs.; a diferença de imposto entre o produto nacional e o estrangeiro, quando percentual, será recolhida por verba, na própria guia modelo 5.

3.^a Os fabricantes dos produtos desta Tabela, além das demais exigências de caráter geral desta lei e das obrigações especiais estabelecidas nas alíneas, são obrigados a ter o livro modelo 23 e o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas.

4.^a Além das penalidades especiais previstas nas alíneas desta Tabela, incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Obs. 3.^a e os que não aplicarem a estampilha em lugar visível do produto;

b) importância igual ao valor do imposto devido, não inferior a Cr\$ 2.500,00 — os que deixarem de pagar o imposto no todo ou em parte.

XVI

CALÇADOS

O imposto incide sobre :

os de qualquer espécie, tipo, formato, qualidade ou matéria, inclusive as galochas, as perneiras e as polainas, por par, de acordo com o preço de venda no varejo marcado pelo fabricante :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 5,00.....	0,10
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 12,00.....	0,25
De mais de Cr\$ 12,00 até Cr\$ 20,00.....	0,60
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 30,00.....	0,90
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 50,00.....	2,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00.....	3,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00.....	5,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00.....	7,50
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00.....	10,00
De mais de Cr\$ 200,00 por Cr\$ 50,00 ou fração excedente.....	5,00
Artigos de procedência estrangeira, de qualquer preço.....	20,00

Notas

1.^a

O preço de venda no varejo, que servir de base ao estampilhamento, será marcado pelo fabricante na parte interna de cada perneira ou polaina e na externa do solado dos demais produtos, em cada pé, por forma indelével, em caracteres visíveis, de altura não inferior a oito milímetros.

Nos calçados com solado de "crepe-sola" ou lâmina de borracha superposta poderão essas indicações ser feitas por meio de etiquetas de lâminas de borracha ou de couro, com os dizeres estampados ou impressos de modo indelével e de forma a que fiquem, com segurança, colados na parte externa; e nos de solado de fibra ou corda, por meio de rótulos de papel. Os produtos de origem estrangeira ficam dispensados desta marcação de preço.

2.^a

O fabricante poderá marcar o calçado por preço maior do que o recebido do comprador, desde que não exceda o limite da base de incidência imediatamente superior e pague o imposto nesta base.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) os sapatos de ponto de malha de qualquer espécie, para recém-nascidos;
- b) os pés isolados de calçados, quando conduzidos por viajantes das respectivas fábricas, como mostruário, desde que contenham nas solas a declaração "amostra para viajante".

Penalidades

Incorrem na multa de :

Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas.

XVII

MÓVEIS

O impôsto incide sôbre :

os de qualquer matéria e feitio, simples ou mistos, para qualquer fim, desmontados ou não, tais como :

armações; armários; arquivos;
balanços; balcões; bancos; barracas ou tendas para campo, jardim ou praia;
bagatelas; bilhares e semelhantes; berços para crianças; biombo; "buffets";
burras;
cabides de madeira; cadeiras para qualquer fim; camas; canapés; carrinhos
berços; carteiras; casas para animais; cavaletes; cestas para papéis, para roupa,
para serviço de padaria e outros misteres; cofres; cômodas; criadcs-mudos; con-
solos; cristaleiras; cúpulas e docéis para cama;
divãs;
escadas portáteis; escrivaninhas; estantes; espreguiçadeiras;
gaiolas para aves; guarda-roupas;
jardineiras de madeira;
lavatórios de madeira;
mancebos; manequins; mesas; mochos;
paraventos e semelhantes; porta-"bibelots"; porta-chapéus; porta-pratos
de madeira;
sapateiras; secadores de roupa; secretárias; sofás; tripés;
vitrines.

Por unidade ou peça, ainda que se trate de guarnição, conjunto ou mo-
bília, pelo preço de fábrica ou de importação :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 5,00.....	0,20
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 10,00.....	0,40
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 25,00.....	1,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00.....	2,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00.....	3,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00.....	4,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00.....	6,00
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00.....	8,00
De mais de Cr\$ 200,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente.....	4,00

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao impôsto
de 50 % calculado sôbre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de
acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

Os beneficiadores, reformadores e transformadores são considerados fabri-
cantes para todos os efeitos legais, cumprindo-lhes pagar a diferença do impôsto
verificada entre a taxa primitiva e aquela a que, de acôrdo com o preço por
que fôr vendido, ficar sujeito o móvel beneficiado, salvo se do beneficiamento
resultar o desaparecimento das estampilhas já apostas, hipótese em que ao bene-
ficiador incumbirá o pagamento integral do impôsto.

2.^a

Os fabricantes são obrigados a marcar em lugar visível do arcabouço de cada peça, por ocasião do estampilhamento, em caracteres de altura não inferior a 8 milímetros, o preço da venda que serviu de base ao estampilhamento; e ainda a discriminar na "nota fiscal" modelo 11 o preço de cada peça, em concordância com o que foi marcado, mesmo que se trate de grupo, guarnição ou mobília.

3.^a

Aos fabricantes e comerciantes dos produtos desta alínea aplicam-se o disposto nas Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a, da Tabela "A", e as respectivas penalidades.

4.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

- a) a remeter à repartição arrecadadora da localidade do comprador a 2.^a via da "nota fiscal", tirada a carbono, referente às vendas de produtos inacabados ou destinados a beneficiadores;
- b) a ter, quando beneficiadores, reformadores ou transformadores, os livros modelos 24 e 25 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas.

5.^a

Aos industriais de móveis, quando fabricarem artefatos de madeira e metais, é facultado pagar o imposto pela forma prevista nesta alínea.

Isenção

Estão isentos do imposto os cabides que façam parte integrante de armários, guarda-vestidos e guarda-casacas em número máximo de 12 para cada móvel e quando vendidos conjuntamente com estes.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 4.^a;
- b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 2.^a.

TABELA "C"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPOSTO EM RAZÃO DE QUANTIDADE OU DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Observações

1.^a) O imposto será calculado de acordo com as bases de incidência previstas nas alíneas desta Tabela e quando for devido por meio de estampilhas — será pago pela forma estabelecida na Obs. 2.^a da Tabela "B", respeitadas as disposições especiais previstas em cada alínea.

2.^a) E' aplicável aos fabricantes de produtos desta Tabela o disposto nas Obs. 3.^a e 4.^a da Tabela "B".

XVIII

ÁLCOOL

O imposto incide sobre :

o de uva, cana, mandioca, milho ou batata, ou de qualquer fruta ou planta assim considerado o produto de mais de 74° Gay Lussac.

	Cr\$
Por 0,33 L (meia garrafa)	0,04
Por 0,50 L (meio litro)	0,06
Por 0,66 L (garrafa)	0,08
Por 1 L (litro)	0,12

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao impôsto de 50%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

O imposto incide sobre o álcool que fôr empregado no próprio estabelecimento destilador, no preparo de misturas carburantes.

2.^a

O imposto que incide sobre os produtos desta alínea, ressalvados os casos da Nota 3.^a, será recolhido :

a) quando se tratar de venda a industriais — pelo fabricante, à repartição arrecadadora local, antes de iniciada a entrega do produto a consumo por meio da guia modelo 6 organizada em três vias, de fôrma que nenhum produto saia da fábrica sem que o impôsto tenha sido previamente recolhido, e por meio da guia modelo 4, nos outros casos; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias no livro modelo 26, com indicação do impôsto pago, o qual será deduzido do que houver sido recolhido adiantadamente, transportados os saldos por ocasião de encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modelo 5 ou 7, conforme o caso, organizada em três vias.

3.^a

O álcool vendido a comerciante varejista ou a particular é sujeito à selagem direta; a estampilha é a "cinta comum" que será aplicada parte na rolha, cápsula ou tampo e parte no recipiente.

4.^a

Não é permitido o desdobramento do álcool em aguardente.

5.^a

E' vedada a baldeação de álcool acondicionado em barris, latas e garrações de mais de 5 litros, no ato da entrega ao comprador, salvo quando fôr transportado em vagões tanques, tonéis, pipas ou meias pipas.

6.^a

O álcool simples vendido ou remetido a negociante varejista, registrado ou não ou a consumidor, deverá estar acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro, excluídos desta restrição os estabelecimentos hospitalares e as repartições públicas

7.^a

A verificação do teor alcoólico será feita sempre calculando-se a percentagem do álcool, em volume, pelo alcoômetro de Gay Lussac, de controle oficial, com divisões decimais, à temperatura de 15.º C, obedecidas as regras analíticas legais

8.^a

Os fabricantes além das demais exigências de caráter geral desta lei e do que dispõem as Notas anteriores são obrigados:

a) a remeter ou entregar ao comprador comerciante por grosso as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica;

b) a colar as estampilhas no recipiente que contiver o produto vendido a estabelecimento hospitalar ou repartição pública, inutilizando-as com a data da venda e número da nota fiscal respectiva;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharem os produtos vendidos, além das declarações exigidas nesta lei, a numeração e a capacidade dos volumes em litros;

d) a mencionar na nota fiscal, que são obrigados a extrair, as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade dos recipientes, expressa em litros;

e) a gravar a marca, a procedência, o número do recipiente e sua capacidade expressa em litros: nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo com tinta indelével; nas latas e garrações com mais de cinco litros, por meio de rótulos;

f) a ter o livro modelo 26 e o talão-nota de expedição modelo A, criado pelo artigo 2.º do Decreto-lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943, e a escriturar-los de acordo com as indicações nêles contidas.

9.^a

Os que receberem álcool com isenção do imposto para aplicação na indústria ficam obrigados a escriturar todo o movimento do produto em livro próprio.

10.^a

As estampilhas de álcool vendido por comerciante e empregado como matéria-prima de qualquer outro produto ou aplicado na indústria serão recolhidas à repartição arrecadadora respectiva, na forma desta lei.

11.^a

Os comerciantes por grosso de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a engarrafar, selar e rotular o produto e somente assim vendê-lo a varejista ou a consumidor, salvo se o receberem em recipientes até 5 litros ou se o venderem a fabricantes, para aplicação na sua indústria ou a outro comerciante por grosso;

b) a não abrir para venda a varejo os recipientes até 5 litros;

c) a ter o livro modelo 23 e o talão-nota fiscal modelo 11, registrando diariamente a entrada e saída dos produtos, o movimento das estampilhas recebidas e o das empregadas ou remetidas ao comprador.

12.^a

Aos comerciantes a varejo de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, cumpre ter todo o estoque do produto acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro.

Isonção

E' isento do imposto :

o álcool aplicado como matéria prima de produtos químicos ou de vinhos licorosos e compostos, desde que os estabelecimentos fabris pertençam à mesma razão social, embora situados em locais diferentes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1 000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 3.^a, 5.^a, 8.^a, 9.^a e 11.^a, letra c;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.^a, 6.^a, 10.^a, 11.^a, letras a e b e 12.^a;

c) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior, a Cr\$ 2.500,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 1.^a e 2.^a.

XIX

BEBIDAS

O imposto incide sobre :

1

Cerveja:

a) de alta fermentação:

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,20
0,50 L (meio litro)	0,30
0,66 L (garrafa)	0,40
1 L (litro)	0,60

b) de baixa fermentação e "chopp":

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,36
0,50 L (meio litro)	0,54
0,60 L (garrafa)	0,72
1 L (litro)	1,08

2

aguardente em geral :

de qualquer modo obtida

a) simples, de graduação alcoólica até 54.º por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,20
0,50 L (meio litro)	0,30
0,66 L (garrafa)	0,40
1 L (litro)	0,60

b) simples, de graduação superior a 54.º; as de alcoolatos de plantas e as compostas, assim consideradas a "laranjinha" e outras adicionadas de caramelo, cascas, ervas, raízes ou essências, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,40
0,50 L (meio litro)	0,60
0,66 L (garrafa)	0,80
1 L (litro)	1,20

c) as rotuladas com as denominações de "armagnac", "genebra", "cognac", "whisky", "gin", "rhum", "brandy", "kirch", "korn", "ron", "wodka", "guetsch" e outras internacionalmente conhecidas, que lhes possam ser assemelhadas, de qualquer graduação alcoólica e ainda as que tiverem as propriedades organoléticas e índices analíticos característicos dessas bebidas, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,00
0,50 L (meio litro)	1,50
0,66 L (garrafa)	2,00
1 L (litro)	3,00

3

aperitivos e bebidas semelhantes :

aperitivos, amargos, "fernets", "bitters", "vermouths", quínados, ferro-quinás, gemados, guaranados, licores, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,00
0,50 L (meio litro)	1,50
0,66 L (garrafa)	2,00
1 L (litro)	3,00

4

bebidas fermentadas:

a) obtidas exclusivamente pela fermentação alcoólica do suco de frutas ou de plantas :

— até 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

— de mais de 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,16
0,50 L (meio litro)	0,24
0,66 L (garrafa)	0,32
1 L (litro)	0,48

b) obtidas por qualquer fermentação, artificialmente preparadas e obrigatoriamente rotuladas com essa indicação, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,80
0,50 L (meio litro)	1,20
0,66 L (garrafa)	1,60
1 L (litro)	2,40

5

suco integral não fermentado, inclusive o concentrado pelo processo de vácuo, de uva ou de qualquer outra fruta, tolerada a percentagem de álcool até 1%, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

6

vinhos :

a) vinhos, assim considerado exclusivamente o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco de uva madura :

— até 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

— de mais de 12% de álcool, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,16
0,50 L (meio litro)	0,24
0,66 L (garrafa)	0,32
1 L (litro)	0,48

b) champagne e outros vinhos espumantes naturais ou gaseificados, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	1,80
0,50 L (meio litro)	2,70
0,66 L (garrafa)	3,60
1 L (litro)	5,40

7

águas de mesa artificiais, as minerais artificiais e as denominadas "sifão" (assim considerada a água potável adicionada de gás carbônico), "soda", "ginger-ale", "água tônica" e outras, refrescos gasosos e de frutas ou plantas e outras que se lhes possam assemelhar, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,18
0,50 L (meio litro)	0,27
0,66 L (garrafa)	0,36
1 L (litro)	0,54

8

xaropes próprios para refrescos, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,30
0,50 L (meio litro)	0,45
0,66 L (garrafa)	0,60
1 L (litro)	0,90

9

Produtos sólidos para o preparo de águas de mesa (hidrolitol e semelhantes) e outros próprios para o fabrico de refrescos de qualquer qualidade e de qualquer modo acondicionados :

Por 5 gramas ou fração Cr\$ 0,05

Notas

1.^a

Para os fins desta lei considera-se "chopp" o produto do inciso 1 quando acondicionado em barris e "automáticos".

2.^a

Os produtos de procedência estrangeira incluem-se, para pagamento do imposto, na base de incidência mais elevada do respectivo inciso, ficando ainda sujeitos aos acréscimos abaixo indicados, calculados sobre o total das estampilhas a serem adquiridas, recolhidos por verba na própria guia modelo 5: — os dos incisos 1, 2, 3, 5, 7 e 8, com o acréscimo de 100%; os do inciso 4, letra b, com o de 150%; os do inciso 6, letra b, com o de 250%; os do inciso, 4, letra a, com o de 500% e os do inciso 6, letra a, com o de 400%.

3.^a

Os "vermouths", quinados, ferro-quinas, gemados, guaranados e outras bebidas compostas, da mesma espécie, quando produzidos no país, com o emprêgo de 70% no mínimo, de vinho ou de vinho natural de frutas nacionais e de açúcar e álcool, também nacionais, com graduação alcoólica não superior a 18%, pagarão o imposto previsto no inciso 3 desta alínea, com 50% de redução, quando a sua fabricação tenha sido previamente autorizada pela Diretoria das Rendas Internas.

4.^a

Os vinhos nacionais, licorosos ou especializados, adocicados ou secos e alcooolizados, tais como "moscatel", "malvasia", "velho" e semelhantes, estão sujeitos ao impôsto do inciso 6 como vinhos de mais de 12% de álcool.

5.^a

Sôbre as bebidas a que se refere o inciso 7, gaseificadas ou não, acondicionadas em recipientes de capacidade de 2 decilitros (1/5 de litro), incide o impôsto de Cr\$ 0,07 por unidade, desde que sejam de produção nacional e não contenham qualquer percentagem de álcool.

6.^a

A aguardente convertida em outra bebida, fora da fábrica produtora, fica sujeita ao impôsto integral correspondente ao novo produto.

7.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta.

8.^a

As estampilhas são :

a) retangulares comuns — para os produtos sólidos (inciso 9) — coladas em lugar visível, de maneira a inutilizarem-se uma vez aberto o volume;

b) cintas comuns — para os barris e "automáticos" de "chopp" — coladas em uma placa de madeira, cartolina, papel ou papelão, considerando-se selados, quando assim saírem das fábricas; — para os demais barris — aplicadas ao corpo dos mesmos; — para os garrafões de capacidade até 5 litros, garrafas, botijas, frascos, vidros e outros recipientes semelhantes — aplicadas parte na rolha, cápsula ou tampo e parte no gargalo, de modo a romperem-se ao ser aberto o recipiente, ficando as extremidades ao mesmo aderidas; para as latas — coladas no tampo das mesmas.

9.^a

As estampilhas que acompanharem os barris de "chopp" serão assinadas no lado impresso, por ocasião de serem aplicadas, com o nome da firma ou suas iniciais e o número desta alínea, a tinta, picote ou qualquer outro processo mecânico, contanto que o valor das estampilhas e marcações exigidas fiquem visíveis, devendo também conter, de forma a abranger a placa acima referida, a numeração e capacidade do barril, data e número da nota fiscal ou manifesto, permitido o uso de carimbo.

O estampilhamento dos produtos referidos no inciso 9 recairá diretamente sôbre cada unidade de 5 gramas ou fração, quando se tratar de sólidos, e sôbre o total das unidades contidas em cada volume, quando se tratar de outros produtos.

10.^a

Para os recipientes de louça ou vidro de capacidade até 1 L (um litro), é concedida uma tolerância de 10%.

11.^a

A verificação de teor alcoólico de tôdas as bebidas far-se-á calculando-se a percentagem do álcool em volume, pelo alcoômetro Gay Lussac, oficialmente aferido, com divisões decimais, à temperatura de 15.^o C, obedecidas as regras analíticas legais.

12.^a

Constitui contravenção a existência em estabelecimentos comerciais ou fabris, de ingredientes que sirvam para adulterar ou falsificar bebidas nacionais ou estrangeiras; e, ainda, desdobrar, colorir e de qualquer forma modificar o estado em que as bebidas saíram das fábricas ou foram importadas. E' permitida aos industriais a posse de tais ingredientes, desde que se destinem, comprovadamente, ao emprêço na fabricação legítima de seus produtos.

13.^a

Os fabricantes e comerciantes que receberem vinho não poderão filtrá-lo nem pasteurizá-lo, salvo se os primeiros o empregarem como matéria prima de outras bebidas ou de vinagre.

14.^a

O disposto na Nota anterior não atinge os cantineiros e beneficiadores que receberem, na zona vinícola, vinho inacabado.

15.^a

As bebidas, quando remetidas ou vendidas por fabricantes ou comerciantes por grosso a negociante varejista, registrado ou não, ou a consumidor, serão acondicionadas em recipientes cuja capacidade não exceda de um litro, excetuados o "chopp" em barril ou automático e o vinho acondicionado em recipiente de capacidade até 5 litros, que assim tenha de ser vendido.

16.^a

E' proibida a venda a torno de bebidas, com exceção do "chopp" acondicionado em barris ou automático.

17.^a

E' proibida a baldeação de bebidas no ato de entrega ao comprador, quando acondicionadas em barris, latas ou garrações de mais de 5 litros, salvo quando se tratar de acondicionamento em vasilhame adaptável à condução por cargueiro ou em vagões tanques, tonéis, pipas ou meias pipas, respeitadas as restrições da Nota 15.^a desta alínea. Em tais casos, será feita menção dessa circunstância na nota fiscal, independente das demais exigências desta lei.

18.^a

Os fabricantes, exceto os de cerveja ou "chopp", além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a ter o livro modelo 23 e o talão nota fiscal modelo 11, escriturando-os de acôrdo com as indicações nêles contidas, facultando-se aos fabricantes de aguardente optar pelo livro modelo 26;

b) a remeter ou entregar ao comprador as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharão os produtos vendidos, as declarações exigidas por esta lei;

d) a mencionar na nota fiscal que são obrigados a extrair, as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade das vasilhas, expressa em litros;

e) a gravar a marca, a procedência, o número da vasilha e sua capacidade expressa em litros: nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo, com tinta indelével; e por meio de rótulos, nas latas e garrações de mais de cinco litros;

f) a utilizar o medidor automático e cumprir as disposições do Decreto-lei n.º 3.494, de 13 de agosto de 1941, quando fabricarem aguardente de cana;

g) a cumprir, no que lhes forem aplicáveis, as exigências das letras a, b e c da nota 32.^a

19.^a

Os fabricantes de cerveja ou "chopp", além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modelo 27, escriturando-o de acordo com as instruções nele contidas;

b) a dar saída aos barris e automáticos de "chopp" acompanhados da respectiva nota fiscal ou manifesto, contendo, além das demais exigências desta lei, a data da saída do produto da fábrica;

c) a fazer acompanhar do manifesto modelo 13, a mercadoria entregue a ambulantes para distribuição e venda, competindo a estes extrair, para cada venda, uma nota fiscal (modelo 11) na qual deverá constar o número e a data do manifesto a fim de que, na volta à fábrica, seja feita no próprio manifesto, a dedução das vendas efetuadas;

d) a dar saída à cerveja de que trata o inciso 1, alínea a, com as estampilhas apostas aos recipientes inutilizadas na forma do art. 76, trazendo sempre a indicação da data (dia, mês e ano), da sua saída da fábrica; devendo essa indicação ser feita por meio de carimbo, com tinta indelével ou a picote. Só os recipientes de cerveja dêsse tipo devolvidos às fábricas poderão sair destas com as respectivas estampilhas inutilizadas com a data do dia anterior;

e) a cumprir o que dispõem as letras d e e da Nota 18.^a.

20.^a

Vinho é o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, ficando proibida a venda, sob tal denominação, de produtos obtidos por outra qualquer forma. Quando o líquido for obtido pela fermentação alcoólica do suco produzido por qualquer outra fruta ou cana, a designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se logo o nome do suco fermentado. Exemplos: "vinho de caju", "vinho de laranja", "vinho de cana", etc. (Lei n.º 549, de 29 de outubro de 1937, artigo 2.º e seus §§ 1.º e 2.º).

21.^a

Considera-se matéria prima para o vinho, o mosto, isto é, o produto do esmagamento da uva, com ou sem a presença de bagaço, bem como o mosto concentrado, quando empregado exclusivamente nas zonas vinícolas, para a correção do vinho.

22.^a

São proibidos todos os processos empregados para imitar o vinho natural ou produzir vinho artificial. Os vinhos importados do estrangeiro somente poderão ser consumidos em espécie, não podendo sofrer qualquer transformação que altere sua marca, classe ou tipo.

23.^a

Considera-se falsificar vinhos:

- a) desdobrar, colorir e de qualquer forma modificar o estado em que saírem das fábricas ou forem importados;
- b) aproveitar para vinho o bagaço de uva já fermentado;
- c) obter vinhos, inculcando-os como naturais de uva, pela fermentação de mostos concentrados, passas de uva ou de qualquer outra fruta, bem como, fora da zona vinícola, pela fermentação de mostos conservados por qualquer processo.

24.^a

Os lavradores elaborantes de vinho natural, empregando produtos da própria lavoura, poderão remetê-los acompanhado da guia modelo 10, com o imposto a pagar, desde que a remessa seja feita a fabricante registrado para o fabrico de vinho, estabelecido na mesma circunscrição fiscal.

25.^a

A venda de estampilhas para selagem de vinhos sujeitos à fiscalização do Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura, só será feita quando a respectiva guia de aquisição estiver visada por um funcionário do referido Instituto.

26.^a

Aos fabricantes que infringirem a Nota 22.^a não serão fornecidas estampilhas para selagem de vinhos.

27.^a

Os fabricantes de vinho que também receberem o produto com o imposto a pagar, na forma do disposto na Nota 24.^a, ficam obrigados a lançar, no mesmo dia, na coluna de produção do seu livro de escrita fiscal modelo 23, desdobrada para este fim, a entrada do vinho, com a declaração da sua quantidade, do número e data da guia de remessa modelo 10, do nome do remetente e da procedência da mercadoria.

28.^a

Os lavradores elaborantes de vinho que também derem saída ao produto com o imposto a pagar, na forma da Nota 24.^a, deverão possuir, além do talão-guia modelo 10, o livro de escrita fiscal modelo 28, no qual discriminarão os produtos vendidos com o imposto pago ou a pagar.

29.^a

Os mesmos lavradores elaborantes do vinho, quando derem saída ao produto com o imposto a pagar, são obrigados a remeter uma via da guia modelo 10 à repartição fiscal a que estiverem subordinados e outra ao destinatário da mercadoria.

30.^a

Os fabricantes de vinhos compostos, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

- a) a fabricá-los de acôrdo com as exigências da Nota 3.^a e a usar, no engarrafamento e encaixotamento, exclusivamente frascos e caixas nacionais;
- b) a dar saída dos vinhos compostos que fabricarem, acondicionados em recipientes de capacidade não superior a um litro, selados e rotulados, mesmo quando vendidos a atacadistas;
- c) a ter o livro modêlo 29, e a escriturá-lo de acôrdo com as instruções nêle contidas;
- d) a anotar na coluna das observações dêsse livro as compras de frascos e caixas que fizerem em obediência à letra a, devendo conservar as notas fiscais ou faturas, para exhibi-las aos agentes do fisco, quando solicitadas.

31.^a

A fabricação de vinhos compostos em desacôrdo com a Nota 3.^a e com a letra a da Nota 30.^a, determinará, além da multa, a cassação imediata da autorização concedida ao fabricante pela Diretoria das Rendas Internas, passando a incidir os produtos no imposto total do inciso 3, letra a desta alínea.

32.^a

Os comerciantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

— os grossistas :

a) engarrafar, selar e rotular os produtos nacionais ou estrangeiros, e sòmente assim vendê-los a varejistas ou a consumidores, salvo quanto aos importados ou recebidos em recipientes até 5 litros:

b) a não abrir para venda a varejo os recipientes até 5 litros:

c) a rotular os produtos que engarrafarem, indicando, além da marca, o país estrangeiro ou Estado do Brasil de sua produção, a firma do engarrafador e o local do engarrafamento (cidade, rua e número);

— os de aguardente, por grosso:

d) a ter o livro modêlo 30, onde registrarão diàriamente a entrada e saída dos produtos, bem como o movimento das estampilhas empregadas ou remetidas ao comprador;

e) a observar o que dispõe o art. 115, letra a;

— os varejistas, em geral:

f) a fazer o estampilhamento dos produtos no mesmo dia em que abrirem os volumes fechados adquiridos de comerciantes grossistas;

g) a fazer o engarrafamento dos líquidos de forma que, iniciado em relação a um determinado volume, fique todo o conteúdo acondicionado, rotulado e selado no mesmo dia;

h) a conservar em seu poder as notas fiscais recebidas com a cerveja ou "chopp" enquanto existir no estabelecimento a mercadoria a que corresponderem, a fim de serem examinadas pela fiscalização em confronto com a referida mercadoria e as respectivas estampilhas;

i) a só vender em recipientes, cuja capacidade não exceda de um litro, devidamente selados e rotulados, os vinhos que importarem diretamente do estrangeiro em vasilhame de capacidade de mais de 5 litros;

j) a só dar entrada em seu estabelecimento a bebidas acondicionadas em recipientes de capacidade até um litro, salvo o caso da letra i desta Nota e o "chopp" acondicionado em barris ou automáticos, destinado à venda a tórno no próprio estabelecimento, não podendo possuir estoque de qualquer outro modo acondicionado;

k) a só vender em sua embalagem original o vinho acondicionado em recipientes cuja capacidade não exceda de 5 litros, não sendo permitida a sua abertura para venda a varejo, excetuado dessa proibição o retalhamento do vinho, natural de uva, contido em recipiente de capacidade até um litro, desde que o produto tenha de ser consumido no próprio estabelecimento varejista.

Isonções

Estão isentos do imposto:

a) a aguardente nacional requisitada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para ser redestilada e transformada em alcool;

b) os vinhos empregados como matéria prima na fabricação do alcool e de vinagre, quando os respectivos estabelecimentos fabris estiverem localizados na mesma circunscrição fiscal e pertencerem à mesma firma;

c) as águas minerais sob o regime do Código de Minas, ainda que gasificadas com gás da própria fonte.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.^a, 9.^a, 17.^a, 18.^a, letras a, c, d e e, 19.^a, letras a, b e d, 24.^a, 25.^a, 27.^a, 28.^a, 29.^a, 30.^a, letras c e d, e 32.^a, letras d, e, f e g;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 12.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, letra f, 19.^a, letra c, 20.^a, 21.^a, 22.^a, 23.^a, 30.^a, letras a e b, 31.^a e 32.^a, letras a, b, c, h, i, j e k.

XX

CARTAS DE JOGAR

O imposto incide sobre:

baralhos e cartas de jogar de qualquer matéria e para qualquer fim :
por maço de 56 cartas ou fração Cr\$ 1,50

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 100%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

Os baralhos e cartas de jogar de produção nacional, até 5 centímetros na maior dimensão de cada carta, ficam sujeitos ao imposto de Cr\$ 0,10.

2.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta, devendo as estampilhas ser apostas no envoltório, de maneira a se romperem por ocasião da abertura.

3.^a

Os baralhos e cartas de jogar não poderão permanecer na fábrica depois de acabados, nem ser submetidos a despacho nas Alfândegas e Mesas de Renda sem se acharem acondicionados e fechados em caixas, maços ou outros invólucros.

4.^a

O estampilhamento se fará ao sair da fábrica quando se tratar de produto nacional, ou dentro do prazo de 8 dias, contados da data da sua saída da Alfândega, quando de procedência estrangeira.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 4.^a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto na Nota 3.^a.

XXI

LÂMPADAS ELÉTRICAS

O imposto incide sobre :

lâmpadas de qualquer qualidade para iluminação.

Por unidade :

	Cr\$
Até 60 "watts"	0,12
Até 600 "lúmens"	0,12
Mais de 60 "watts" até 75 "watts"	0,40
Mais de 600 "lúmens" até 1.000 "lúmens"	0,40
Acima de 75 "watts", por 75 "watts" ou fração	0,50
Acima de 1.000 "lúmens" por 1.000 "lúmens" ou fração	0,50

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o total do imposto a ser recolhido de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

O imposto que incide sobre os produtos desta alínea será recolhido :

a) quando se tratar de produto nacional — pelo fabricante à repartição arrecadadora local, antes de iniciada a entrega do produto a consumo por meio de guia modelo 6 organizada em três vias de forma que nenhum produto saia da fábrica sem que o imposto tenha sido previamente recolhido; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias no livro modelo 23 com indicação do imposto aplicado, transportados os saldos por ocasião do encerramento mensal da escrita;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, na ocasião do despacho, por meio de guia modelo 7 organizada em três vias.

2.^a

As lâmpadas marcadas em “velas” ou “C.P.” (candlepower) ficam sujeitas ao mesmo imposto das marcadas em “watts” à base de 1 “Watt” por “vela” ou “C.P.”, e as lâmpadas para iluminação pública, em sistema série, de corrente constante, na base de “lúmens”.

XXII

VINAGRE

O imposto incide sobre :

1

vinagre para uso alimentar, inclusive o composto para conserva, o aromatizado “à l'estragon” e semelhantes :

a) obtido pela fermentação acética do vinho, por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,02
0,50 L (meio litro)	0,03
0,66 L (garrafa)	0,04
1 L (litro)	0,06

b) obtido pela fermentação acética do vinho de outras frutas ou de cana por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,04
0,50 L (meio litro)	0,06
0,66 L (garrafa)	0,08
1 L (litro)	0,12

c) obtido pela fermentação acética de outros líquidos alcoólicos por :

	Cr\$
0,33 L (meia garrafa)	0,08
0,50 L (meio litro)	0,12
0,66 L (garrafa)	0,16
1 L (litro)	0,24

2

vinagre industrial, por :

1 L (litro) 0,06

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 30%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.^a

Só se considera "vinagre" o produto de fermentação acética do vinho (natural de uva).

2.^a

Quando o vinagre for o obtido pela fermentação acética dos vinhos de frutas (excetuada a uva) ou de cana, ou pela fermentação acética de líquidos alcoólicos, a sua designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se em seguida à palavra "vinagre" o nome da substância que o produziu. Exemplos: "Vinagre de vinho de laranja", "Vinagre de vinho de cana", "Vinagre de álcool", etc. (Lei n.º 549, de 20 de outubro de 1937, art. 12, parágrafo único).

3.^a

Considera-se "vinagre industrial" o produto obtido pela diluição em água ou líquido fermentado ou não, do ácido acético, líquido ou sólido, ácido pirolenhoso ou semelhante, para fins industriais e que assim for rotulado ou marcado.

4.^a

E' proibida a venda, para uso alimentar dos vinagres de que trata o inciso 2, sendo obrigatória, nos rótulos desses produtos, a indicação — "Para fins industriais" — em caracteres bem visíveis, de dimensões não inferiores a oito milímetros.

5.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta.

6.^a

A estampilha é a cinta comum, que será aposta parte no tampo e parte no corpo do objeto.

7.^a

O vinagre somente será vendido em recipiente de capacidade superior a um litro, a negociantes por grosso registrados para tal fim, a industriais, hospitais, asilos, colégios, corporações militares e departamentos oficiais.

8.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a indicar no rótulo o número do registro no Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura ou repartição federal competente;

b) a cumprir, respeitadas as restrições desta lei, o disposto nas Notas 16.^a, 17.^a e 18.^a, letras a, b, c, d, e e g da alínea XIX.

9.^a

Os comerciantes por grosso de vinagre, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a engarrafar, rotular e selar o vinagre nacional ou estrangeiro, em recipiente de capacidade até um litro, e somente assim vendê-lo a varejista ou a consumidor;

b) a indicar no rótulo do vinagre que engarrafarem, a marca, o país estrangeiro ou Estado do Brasil de sua produção, a firma do engarrafador e o local do engarrafamento.

10.^a

Os comerciantes varejistas de vinagre, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a cumprir o disposto nas letras a e b, da Nota anterior, quando importarem vinagre do estrangeiro;

b) a só vender vinagre em recipientes cuja capacidade não exceda de um litro;

c) a cumprir, respeitadas as restrições desta lei, e sujeitos às mesmas penalidades, o disposto na Nota 32.^a, da alínea XIX;

d) a só dar entrada em seu estabelecimento, a vinagre nacional acondicionado em recipiente de capacidade até um litro.

Penalidades

Incorrem na multa de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 2.^a, 4.^a, 6.^a, 8.^a e 9.^a letra b;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 7.^a, 9.^a, letra a e 10.^a letras b e d.

TABELA "D"

PRODUTOS SUJEITOS AO IMPÔSTO POR MAIS DE UM REGIME OU POR SISTEMA

ESPECIAL

Observação

A incidência, cálculo do impôsto, processo de pagamento, obrigações dos fabricantes e respectivas penalidades, referentes aos produtos desta Tabela, serão regulados :

a) quando se tratar de produto sujeito ao imposto "ad valorem" — pela fórmula estabelecida nas Obs. à Tabela "A";

b) quando se tratar de produto sujeito ao impôsto por preço tabelado — pela fórmula estabelecida nas Obs. à Tabela "B";

c) quando se tratar de produto sujeito ao impôsto em razão de quantidade ou de características técnicas — pela fórmula estabelecida na Obs. à Tabela "C";

d) quando se tratar de produtos sujeitos ao impôsto por sistema especial — pela fórmula prevista na respectiva alínea.

XXIII

FÓSFOROS E ISQUEIROS

O imposto incide sobre:

1

fósforos de madeira, de cêra ou de qualquer espécie, por unidade:

Cr\$

Carteira ou caixa, contendo até 20 palitos	0,08 ^e
Carteira ou caixa, contendo mais de 20 até 60 palitos	0,10 ^e
Cada 60 palitos a mais ou fração dessa quantidade, contida na mesma carteira ou caixa, mais	0,10 ^e

2

bolinhas acendedoras ou fósforos em pílulas ou de qualquer outra forma
ou feição, por unidade:

Carteira ou caixa, contendo até 20 bolinhas ou pílulas	0,08 ^e
Carteira ou caixa, contendo mais de 20 até 60 bolinhas ou pílulas	0,10 ^e
Cada 60 bolinhas ou pílulas a mais ou fração dessa quantidade na mesma carteira ou caixa, mais	0,10 ^e

3

metais e metalóides e pedras de tamanho até 5 milímetros, preparados
para isqueiros ou acendedores automáticos de qualquer forma acondicionados,
por unidade: Cr\$ 0,10, cobrando-se mais Cr\$ 0,10, por 5 milímetros ou fração
excedente dos aludidos objetos.

4

isqueiros ou acendedores não elétricos e quaisquer outros aparelhos se-
melhantes destinados a fins idênticos, por unidade:

Cr\$

Até o preço de Cr\$ 5,00	0,50
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 10,00	1,00
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 25,00	3,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00	10,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00	20,00
De mais de Cr\$ 100,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente	20,00

Notas

1.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta

2.^a

Os produtos do inciso 4 estão sujeitos ao impôsto de acôrdo com o preço
da venda da fábrica ou da importação.

3.^a

O processo de pagamento do imposto, de escrituração e as penalidades, regulam-se pelo disposto nas Obs. 2.^a, 3.^a e 4.^a da Tabela "B"

4.^a

Aos fabricantes e comerciantes dos produtos do inciso 4, aplica-se ainda o disposto nas Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a da Tabela "A".

5.^a

É vedado o comércio a granel dos produtos dos incisos 1 e 2, os quais só poderão transitar, ser expostos à venda ou vendidos, em carteiras ou caixas.

6.^a

É vedada a transferência de fósforos para acabamento ou beneficiamento fora da fábrica produtora.

7.^a

Os produtos do inciso 3 poderão ser acondicionados em envoltórios contendo no máximo 10 unidades, devendo as estampilhas, neste caso, ser apostas no envoltório.

Penalidades

Incorrem na multa de :

Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 os que infringirem o disposto nas Notas 5.^a e 6.^a.

XXIV

FUMO

O imposto incide sobre :

1

charutos, com base no preço de venda do fabricante, por unidade :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 200,00 por milheiro.....	0,03
De mais de Cr\$ 200,00 até Cr\$ 400,00, idem.....	0,06
De mais de Cr\$ 400,00 até Cr\$ 700,00, idem.....	0,15
De mais de Cr\$ 700,00 até Cr\$ 1.000,00, idem.....	0,30
De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 1.400,00, idem.....	0,45
De mais de Cr\$ 1.400,00 até Cr\$ 1.800,00, idem.....	0,70
De mais de Cr\$ 1.800,00 até Cr\$ 2.500,00, idem.....	0,90
De mais de Cr\$ 2.500,00 até Cr\$ 3.000,00, idem.....	1,20
De mais de Cr\$ 3.000,00 até Cr\$ 3.500,00, idem.....	1,50
De mais de Cr\$ 3.500,00 até Cr\$ 5.000,00, idem.....	2,00
De mais de Cr\$ 5.000,00.....	2,50
Estrangeiros, de qualquer preço.....	2,50

2

cigarros e cigarrilhas, com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena :

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 0,80.....	0,24
De mais de Cr\$ 0,80 até Cr\$ 1,00.....	0,34
De mais de Cr\$ 1,00 até Cr\$ 1,20.....	0,44
De mais de Cr\$ 1,20 até Cr\$ 1,50.....	0,56
De mais de Cr\$ 1,50 até Cr\$ 2,00.....	0,84
De mais de Cr\$ 2,00 ou sem preço marcado.....	1,34
Estrangeiros, de qualquer preço.....	2,50

3

	Cr\$
rapé, por 125 gramas ou fração, pêso líquido.....	0,10

4

	Cr\$
fumo desfiado, picado, migado ou em pó, por 25 gramas ou fração, pêso líquido.....	0,15

5

	Cr\$
fumo estrangeiro em corda, em fôlha ou em pasta, por quilograma ou fração, pêso líquido.....	0,60

Notas

1.^a

Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas, preparados com fumo manipulado na própria fábrica, além da importância das estampilhas para esses produtos, recolherão, por verba lançada nas respectivas guias pela repartição arrecadadora, o imposto relativo ao fumo a empregar, na razão de Cr\$ 0,12 por vintena ou fração, representada na quantidade das estampilhas pedidas.

2.^a

Entende-se por cigarrilha o produto feito com capa de fôlha de fumo envolvendo fumo desfiado, picado, migado ou em pó; e por charuto, o produto semelhante envolvendo fôlhas de fumo, inteiras ou partidas.

3.^a

Considera-se matéria prima o fumo em bruto, a saber : em corda, em rôlo, em pasta ou em fôlha.

4.^a

São admitidas as seguintes quebras para o fumo em bruto, quando preparado :

a) fumo em fôlhas, inclusive o "chinês", quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso :

destalo	18 %
pó	2 %
total	<u>20 %</u>

b) fumo em corda ou em rôlo :

pó	10 %
--------------	------

c) fumo em molhos, assim considerado o acondicionamento peculiar aos Estados do Amazonas e Pará : 28 %;

d) nos depósitos, somente quando se trata de fumos importados :

fumo em fôlha	3 %
fumo em rôlo	5 %

5.^a

Os produtos desta alínea estão sujeitos à selagem direta; exceto o fumo em fôlha, em corda ou em pasta, estrangeiro, cujo imposto será recolhido por meio de guia, em três vias, por ocasião do despacho.

6.^a

As estampilhas são :

a) retangulares especiais para maços, pacotes, caixas, latas, potes e carteiras de cigarros e cigarrilhas, para pacotes de fumo, de qualquer procedência e para os charutos estrangeiros, aplicadas em lugar visível, de maneira a inutilizarem-se uma vez aberto o volume; nos pacotes contendo 100 ou mais gramas de fumo, serão utilizadas duas ou mais estampilhas coladas ao fêcho de ambas as extremidades do volume;

b) cintas especiais para charutos nacionais, aplicadas em cada um de per si, em forma de anel.

7.^a

As estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas preparados com fumo manipulado noutra fábrica, requererem às repartições fiscaes, serão vendidas à razão de 50 vintenas de cigarros e cigarrilhas por quilograma de fumo. As guias deverão ser acompanhadas dos retalhos dos pacotes de fumo em que estiverem coladas as estampilhas e conter a declaração do valor destas.

8.^a

Nos volumes contendo mais de uma vintena de cigarros ou cigarrilhas, é obrigatória a aplicação de tantas estampilhas quantas sejam as vintenas ou fração.

Os maços e pacotes de cigarros e cigarrilhas serão envolvidos em papel, fechados e colados, devendo sobre o papel ser aposta a estampilha.

9.^a

Cada maço, lata, carteira, caixa ou invólucro de cigarros ou cigarrilhas nacionais só poderá conter uma vintena, ou seus múltiplos, de tais produtos.

10.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado, para ser vendido a consumidor, somente em pacotes bem ajustados, caixas ou latas, devidamente fechadas, que tenham o peso mínimo de 25 gramas e o máximo de um quilograma;

b) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, somente em pacotes de papel, devidamente ajustados e fechados, com o peso de cinco quilogramas;

c) a vender fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas unicamente a fabricante desses produtos, devidamente registrado;

d) a ter o livro modelo 31 para lançamento do fumo vendido a fabricante de cigarros ou de cigarrilhas, do qual constarão o nome e residência deste, assim como o número e a data da respectiva "Patente de Registro";

e) a carimbar ou marcar com a data da entrega ou remessa os pacotes de fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, de forma que fique parte do carimbo sobre as estampilhas e parte sobre o papel do pacote;

f) a recolher o imposto do fumo desfiado, picado ou migado empregado em cigarros ou cigarrilhas, de conformidade com a Nota 1.^a, sendo considerado fabricante de fumo desfiado, picado ou migado o que praticar estes processos, embora para emprego do fumo assim preparado somente nos seus produtos;

g) a mencionar no livro modelo 32 o imposto pago por verba sobre o fumo empregado em cigarros e cigarrilhas;

h) a apresentar, no mínimo, uma produção de fumo desfiado, picado ou migado, que corresponda a 80 % do fumo em folha, inclusive o "chinês", quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso, e a 90 % do fumo em corda ou em rôlo, de acordo com a Nota 4.^a;

i) a ter o livro modelo 33, para o lançamento da entrada e saída do fumo em corda ou em folha.

11.^a

Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas, com fumo de produção alheia, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a adquirir as estampilhas para todo o fumo constante da nota ou fatura, devendo esta ser apresentada à repartição, a fim de ser visada, juntamente com as guias de aquisição das estampilhas e com o retalho selado dos pacotes do aludido fumo;

b) a não retirar dos pacotes de fumo o retalho selado, senão quando tiverem de adquirir selos para os cigarros e cigarrilhas a serem fabricados;

c) a não retirar o fumo dos respectivos pacotes, senão quando tiverem de iniciar a fabricação dos cigarros ou das cigarrilhas;

d) a apresentar ao agente do fisco, sempre que for exigido, as estampilhas para cigarros ou cigarrilhas correspondentes aos pacotes de fumo, dos quais já tenha sido retirado o retalho selado;

e) a empregar o fumo adquirido unicamente no fabrico de cigarros ou de cigarrilhas.

12.^a

Os comerciantes atacadistas, comissários e consignatários de fumo em bruto, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a ter o talão-nota fiscal modelo 11 e o livro modelo 34, no qual lançarão diariamente a entrada e saída do fumo de qualquer procedência, mencionando o imposto pago sobre o de procedência estrangeira;

b) a lançar, na coluna das observações do livro da escrita fiscal, a quantidade, espécie e destino do fumo exportado para o estrangeiro;

c) a apresentar ao agente do fisco, sempre que lhe fôr exigido, o livro referido na letra a, e bem assim as notas ou faturas de compra de fumo nacional, as guias de pagamento do imposto do fumo estrangeiro e as guias dos despachos de exportação;

d) os comerciantes atacadistas, comissários e consignatários de fumo em bruto, ficam obrigados a entregar, mensalmente, à repartição fiscalizadora, cópia fiel dos lançamentos feitos no livro modelo 34

13.^a

Os fabricantes de cigarros e de cigarrilhas são obrigados a marcar no rótulo de cada maço, carteira, lata, caixa ou invólucro, de forma indelével, em caracteres bem visíveis, cuja altura não seja inferior a cinco milímetros, o respectivo preço de venda no varejo, que serviu de base ao estampilhamento, de acôrdo com a tabela do inciso 2 e pela seguinte forma :

“Preço no varejo Cr\$...”.

14.^a

Os cigarros e cigarrilhas nacionais não poderão ser vendidos por preço superior ao que fôr indicado pelo fabricante e que servir de base ao estampilhamento.

15.^a

Aos fabricantes e comerciantes de charutos aplicam-se as disposições das Obs. 1.^a, 3.^a e 5.^a da Tabela “A”.

16.^a

Quando os preços dos produtos do inciso 1 variarem segundo a maior ou menor quantidade em que forem vendidos, tomar-se-á por base, para pagamento do imposto, o preço exigido pela menor quantidade.

Isenções

Estão isentos do imposto :

- a) o pó de fumo ou de tabaco sem preparo;
- b) o pó de fumo correspondente à quebra de que trata a Nota 4.^a, bem assim o que fôr desnicotizado ou desnaturado por qualquer processo, de modo a não poder ser fumado;
- c) o fumo em corda ou em fôlha, de origem nacional.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

- a) Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 6.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a, letras d, e, g e i e 12.^a;
- b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 13.^a e 14.^a;

c) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 os que infringirem o disposto nas Notas 10.^a, letras a, b e c e 11.^a;

d) Importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 2.500,00, os que infringirem o disposto na Nota 10.^a, letras f e h.

XXV

GASOLINA, ÓLEOS E CARBURETO DE CÁLCIO

O imposto incide sobre :

1

gasolina e óleos

de produção nacional, por quilograma ou fração, pêso líquido :

Cr\$

a) — gasolina	0,62
b) — querosene	0,28 ⁵
c) — óleos refinados combustíveis para motores de combustão interna ("Diesel") e óleos iluminantes para fabricação de gás ("gás oil") e para lamparinas de mecha ("sinal oil")	0 06 ⁵
d) — óleos refinados combustíveis para fornos e caldeiras de vapor.	0,05
e) — óleos lubrificantes simples, compostos e emulsivos	0,35

2

Cr\$

carbureto de cálcio, de qualquer procedência, por quilograma ou fração, pêso líquido

0,04

Notas

1.^a

Os produtos do inciso 1, quando de procedência estrangeira, ficam sujeitos ao imposto único instituído pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940.

2.^a

Para o comércio dos produtos do inciso 1, de procedência estrangeira, continuam em vigor as disposições do Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940.

3.^a

O imposto que incide sobre os produtos do inciso 1, quando de produção nacional e sobre os do inciso 2, de qualquer procedência, será satisfeito de acordo com o disposto na Obs. 2.^a, letras a e b da Tabela "A".

4.^a

Os fabricantes ficam obrigados às exigências previstas nas letras a e b da Obs. 6.^a da Tabela "A", sujeitos às penalidades respectivas.

XXVI

GUARDA-CHUVAS

O imposto incide sobre :

guarda-chuva ou guarda-sol, por unidade :

	Cr\$
a) — com varetas até 25 centímetros de comprimento, cobertos qualquer tecido ou matéria, excetuados a seda e os tecidos de fios químicos.	0,30
b) — idem. cobertos com seda e tecidos de fios químicos ou renda	1,00
c) — com varetas de mais de 25 até 70 centímetros de comprimento, cobertos com qualquer tecido ou matéria, excetuados a seda e os tecidos de fios químicos.	2,00
d) — idem, cobertos com seda e tecidos de fios químicos ou renda..	5,00
e) — com varetas de mais de 70 centímetros de comprimento, cobertos com qualquer tecido ou matéria.....	10,00

Notas

1.^a

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 60 %, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

2.^a

O produto com cabo de prata, ouro ou platina, guarnecido ou não de pedras preciosas ou semi-preciosas, fica sujeito ao imposto de Cr\$ 25,00, além do imposto devido, de acordo com a alínea X da Tabela "A".

3.^a

Para efeito do pagamento do imposto, considera-se ultimado o guarda-chuva ou guarda-sol, já coberto e ao qual não tenha sido ainda adaptado o cabo, ponteira ou biqueira, incidindo, outrossim, o imposto sobre a cobertura nova aplicada ao guarda-chuva ou guarda-sol.

4.^a

Aos fabricantes e importadores de produtos desta alínea aplica-se o disposto nas Obs. 2.^a e 4.^a da Tabela "B", bem como as multas respectivas. Os fabricantes ficam obrigados a ter o livro modelo 23 e o talão-nota fiscal modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas.

5.^a

O fabricante que receber guarda-chuva ou guarda-sol para reforma terá, autenticado pela repartição competente, um talão especial, de onde extrairá nota por meio de carbono para ser entregue ao proprietário, indicando nome e residência deste.

6.^a

Entende-se por fio químico o que assim é definido nos arts. 8.^o e 9.^o do Decreto-lei n.^o 2.630, de 5 de maio de 1938.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

- a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o dispôsto nas Notas 4.^a "in-fine" e 5.^a;
b) Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 — os que infringirem o dispôsto na primeira parte da Nota 3.^a.

XXVII

PERFUMARIAS E ARTIGOS DE TOUCADOR

O impôsto incide sôbre:

1

águas de Colônia, de quina, de rosas quando preparadas em álcool e de alfazema; águas de "maquillage" e de beleza; amônias para "toilette";

bandolinas; batons; brilhantinas;

carmins; "crayons" para "maquillage". cremes, pastas e pomadas, próprias para amaciar, embelezar, limpar ou preservar a pele, o cabelo ou a barba; depilatórios; desodorantes preparados com perfume; destruidores de películas;

esmaltes e outros produtos para conservação ou embelezamento das unhas; extratos;

fixadores de cabelo e preparações semelhantes;

lança-perfumes, lentilhas perfumadas, loções;

óleos perfumados artificialmente;

pastilhas perfumadas; pós de arroz e de sabão; pós para uso de toucador; preparados para proteger ou colorir a pele e os destinados a frisar ou alisar o cabelo;

"rouges";

sabões e sabonetes de qualquer forma preparados, inclusive os de óleo de côco, fabricados a frio; sais perfumados para banhos e outros fins; saquinhos, almofadas e cabides perfumados;

tabletes e trociscos ou troquiscos perfumados; talco com ou sem perfume e adicionado ou não de substâncias aderentes ou medicamentosas; tinturas e tónicos;

vernizes para conservação ou embelezamento de unhas; visagres aromáticos;

e todo e qualquer outro produto similar aos mencionados nesta alínea, que se destine a uso de toucador ou que seja indicado como tal pelo fabricante.

Impôsto com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, ou importador, por unidade:

Até Cr\$ 2,00	Cr\$	0 10
De mais de Cr\$ 2,00 até Cr\$ 3,00	Cr\$	0 20
De mais de Cr\$ 3,00 até Cr\$ 4,00	Cr\$	0 30
De mais de Cr\$ 4,00 até Cr\$ 5,00	Cr\$	0 40
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 7,50	Cr\$	0 60
De mais de Cr\$ 7,50 até Cr\$ 10,00	Cr\$	0 80
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 15,00	Cr\$	1 20
De mais de Cr\$ 15,00 até Cr\$ 20,00	Cr\$	2 00
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 35,00	Cr\$	3 80
De mais de Cr\$ 35,00 até Cr\$ 50,00	Cr\$	6 00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00	Cr\$	10 00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00	Cr\$	14 00
De mais de Cr\$ 100,00, por Cr\$ 100,00 ou fração excedente	Cr\$	15 00

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao imposto de 50%, calculado sobre o valor total das estampilhas a serem adquiridas, de acordo com as bases de incidência, pago por verba.

2

Óleos essenciais, simples ou combinados, naturais ou artificiais, compreendidos os produtos químicos aromáticos, que constituam matéria prima básica de perfumaria.

Imposto de 40% calculado sobre o preço de venda ou da importação, pago pelo fabricante, ou importador.

*Notas*1.^a

Os produtos incluídos nesta alínea, mesmo considerados especialidades farmacêuticas pelo órgão competente, ficam sujeitos ao imposto como perfumaria e artigos de toucador.

2.^o

Ficam também sujeitos ao imposto referido nesta alínea as loções, tônicos e preparações semelhantes, perfumados, mesmo indicados para avigorar os cabelos e a barba ou curar doenças do couro cabeludo, bem como os não perfumados que não forem considerados especialidades farmacêuticas pelo órgão competente.

3.^a

As amostras de extratos, loções, tinturas, tônicos, batons, depilatórios, desodorantes, destruidores de películas, esmaltes e vernizes para unhas, pastilhas e lentilhas, rouges, troquiscos, águas de Colônia, de quina, de rosas, de alfazema, que tiverem o peso bruto máximo de 5 gramas, bem como as dos demais produtos do inciso 1 que tiverem o peso bruto máximo de 10 gramas e trouxerem, umas e outras, no rótulo ou no próprio objeto, em letras maiores que as da respectiva marca, a expressão "Amostra Gratis", de produção nacional, ficarão sujeitas apenas ao imposto de Cr\$ 0,02 por unidade.

4.^o

O talco (silicato de magnésio hidratado, sem mistura) de procedência estrangeira, quando importado em volume de peso superior a 1 quilograma, ficará sujeito ao imposto previsto no inciso 2.

5.^a

Os produtos do inciso 1 estão sujeitos à selagem direta de acordo com o preço de venda no varejo; feita a marcação, em cada unidade, pelo fabricante ou importador; e os do inciso 2, ao imposto por verba que será recolhido mediante guia modelo 6 ou 7, em três vias, pelo fabricante ou importador.

6.^a

Aos produtos do inciso 1, aplica-se o disposto nas Obs. 2.^a, 3.^a e 4.^a da Tabela "B"; aos produtos do inciso 2, aplica-se o disposto nas Obs. da Tabela "A".

7.^a

A estampilha será aplicada no próprio objeto ou no seu envólucro de apresentação. O estampilhamento dos pequenos estojos para bolsa poderá ser feito no fêcho do objeto, desde que o imposto corresponda ao total das incidências.

8.^a

A marcação de preço de venda no varejo será impressa tipograficamente ou gravada pelo fabricante ou importador (até Cr\$), no produto, no rótulo, em etiqueta ou na própria estampilha, em caracteres não inferiores a três milímetros de altura, vedado neste último caso o emprêgo de mais de uma fórmula.

9.^a

Os fabricantes dos produtos do inciso 1, incluídos na letra a do art. 44, números 1 e 2, ficam obrigados a marcá-los e estampilhá-los imediatamente depois de ultimada a fabricação; os demais fabricantes procederão à marcação e estampilhamento antes da saída dos produtos de seus estabelecimentos.

Os importadores farão obrigatoriamente o estampilhamento e a marcação dos produtos antes de expô-los à venda ou vendê-los, não sendo permitida a existência, no estabelecimento, de volumes abertos, nem a sua venda, sem a marcação e estampilhamento de cada unidade.

10.^a

Os fabricantes e comerciantes dos produtos do inciso 2, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados a extrair em três vias, por meio de papel carbono, a "nota fiscal" do produto, remetendo a 3.^a via à repartição arrecadadora da zona fiscal em que estiver situado o comprador, dentro do prazo de 15 dias, contados da data da venda, indicando o nome do adquirente, local, inclusive rua e número, quantidade, embalagem e preço do produto e o valor do imposto, cu mencionando o número da caução do adquirente quando fôr o caso da letra c das Isenções.

11.^a

Os fabricantes e comerciantes de essências que importarem ou que adquirirem de produtores ou de comerciantes nacionais as matérias de que trata o inciso 2, ficam obrigados a ter os livros modelos 40, 40 A e 40 B e o talão "nota fiscal" modelo 11, e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas, cumprindo ao comerciante comprador de óleos essenciaes naturais a que se refere a isenção *d recolher* o imposto devido, quando operar com pessoa não habilitada nos termos da Nota 15.^a.

12.^a

Os produtos do inciso 2 só poderão permanecer nos estabelecimentos comerciais, sair das fábricas, ser expostos à venda, vendidos ou importados, em vidros, latas, botijões e outros recipientes originaes, contendo no mínimo 100 gramas, devidamente fechados, lacrados, timbrados ou com sêlo de segurança, rotulados, com indicação do fabricante e do importador, do pêso bruto e do pêso líquido, não sendo permitido aos comarciantes, para qualquer fim, abrir os vidros, latas e demais recipientes.

13.^a

Os produtos destinados à distribuição gratuita para experiências pelos industriais habilitados na forma da Nota 15.^a, contidos em recipientes até 20 centímetros cúbicos, bem como as amostras em poder de comerciantes por grosso ou de representantes de fábricas, em vidros contendo até 3 centímetros cúbicos, circularão sem o limite de peso a que se refere a Nota anterior, desde que acompanhados da "nota fiscal" modelo 11, no primeiro caso, ou do despacho de importação, no segundo, permitida a cópia fotostática devidamente autenticada, em substituição do despacho de importação. Do rótulo das amostras constará ainda a declaração de gratuidade e a quantidade contida em centímetros cúbicos, peso bruto e líquido.

14.^a

Os produtos do inciso 2, constantes da farmacopéia brasileira, poderão ser adquiridos por farmácias devidamente registradas, em recipientes contendo no mínimo 100 gramas, para emprêgo em suas manipulações ou para a venda a varejo, sendo permitida a existência no estabelecimento apenas de um vidro, lata, botijão ou outro recipiente de cada tipo de produto, aberto e destinado a tal fim; desobrigados êsses estabelecimentos da escrita a que se refere a Nota 11.

15.^a

Os industriais que adquirirem a produtores nacionais ou importarem os produtos referidos no inciso 2, bem como o sabão em pó, em lâminas, em flocos, em raspas e em creme, sem perfume, de procedência estrangeira, para aplicação em sua indústria e quiserem gozar dos benefícios consignados nas letras b, c e d, das Isenções farão uma caução em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal, para garantia da Fazenda Nacional, no caso de falta de pagamento do impôsto ou multa, caução que será de 2% sobre o capital da firma, não podendo a mesma ser inferior a Cr\$ 10.000,00, nem superior a Cr\$ 100.000,00. Os produtos comprados a fábricas nacionais ou importados com isenção do impôsto, não poderão ser vendidos ou cedidos, salvo casos especiais, mediante permissão da repartição arrecadadora local, a industrial habilitado nos termos desta Nota. A caução de que trata esta Nota poderá ser substituída, a juízo do Diretor das Rendas Internas, por fiança prestada por banco que não esteja em dívida com a Fazenda Nacional por impostos, multas ou reponsabilidades assumidas em nome de terceiros.

16.^a

Quando os fabricantes dos produtos indicados no inciso 2 também os adquirirem de terceiros para beneficiamento, desdobramento ou complemento de suas composições, ficarão obrigados a lançá-los no boletim de produção, em coluna especial, conservando, para o fim de fiscalização, a denominação correspondente.

17.^a

Os produtos do inciso 1 não poderão ser vendidos por preço superior ao que fôr indicado em cada unidade, pelo fabricante ou importador e que servir da base de incidência imediatamente superior.

18.^a

E' proibida a venda das amostras a que se referem as Notas -3.^a e 13.^a e a letra c das Isenções.

Isenções

Estão isentos do imposto :

a) os sabões sem perfume, grosseiros, adicionados ou não de matéria corante, com carga ou não de caulim ou qualquer silicato alcalino, que não sejam prensados ou preparados em raspas, lâminas ou flocos, que não tragam qualquer envoltório de apresentação e se destinem exclusivamente à lavagem de roupas, casas e utensílios domésticos;

b) o talco (silicato de magnésio hidratado, sem mistura) de produção nacional, e o sabão em pó, em lâminas, em flocos, em raspas e em creme, sem perfume, de qualquer procedência, destinados à aplicação na indústria, quando importados ou adquiridos a fabricantes nacionais por pessoa habilitada na forma da Nota 15.^a, em volume de 25 quilogramas ou maiores, considerando-se infração perfazer esse peso reunido num envoltório volumes de peso inferior, permitido aos produtores de talco (silicato de magnésio hidratado sem mistura) realizar a venda por intermédio de seus agentes distribuidores;

c) os produtos do inciso 2, quando importados ou adquiridos a fabricantes nacionais por pessoa habilitada na forma da Nota 15.^a, para aplicação em sua indústria, bem como as amostras desses produtos importados para experiência por industriais de produtos do inciso 1 ou por estes para o mesmo fim recebidos de fabricantes nacionais;

d) os óleos essenciais naturais sem mistura, de produção nacional, quando extraídos em instalações localizadas em zona rural, vendidos pelo próprio extrator a comerciante por grosso registrado que haja feito, exclusivamente para tal fim, a caução a que se refere a Nota 15.^a desta alínea;

e) as amostras dos produtos do inciso 1, de produção nacional, para distribuição gratuita, que, além de terem o peso bruto máximo de metade dos pesos fixados na Nota 3.^a, satisfaçam as demais exigências previstas no citado dispositivo, desde que o seu diminuto valor comercial seja previamente reconhecido pela Diretoria das Rendas Internas.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 10.^a e 11.^a;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 3.^a, 5.^a, 8.^a, 9.^a, 12.^a, 13.^a, 14.^a, 16.^a, 17.^a e 18.^a.

XXVIII

SAL

O imposto incide sobre :

1

sal ou cloreto de sódio grosso, impuro ou de qualquer outra qualidade, refinado, moído ou triturado, purificado ou de qualquer modo beneficiado, acondicionado em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, por 250 gramas ou fração, peso líquido :

de produção nacional	Cr\$ 0,03
de procedência estrangeira	Cr\$ 0,06

2

idem, idem, de qualquer outro modo acondicionado ou a granel, por quilograma ou fração, peso bruto :

de produção nacional	Cr\$ 0,03
de procedência estrangeira	Cr\$ 0,12

*Notas*1.^a

O sal de qualquer qualidade ou procedência que, tendo pago o imposto estabelecido no inciso 2. fôr, posteriormente acondicionado em recipientes de louça, vidro ou matérias plásticas, ficará sujeito ao pagamento do imposto integral, estabelecido no incise 1.

2.^a

Será cobrado com 50% de abatimento o imposto sobre o sal nacional adquirido pelos criadores de gado, por intermédio e sob controle do Instituto do Sal, bem como o que se destinar ao salgamento de peixe, quando adquirido aos produtores, por colônias, sindicatos ou sociedades cooperativas de pescadores.

3.^a

Quando ocorrer diferença para menos, entre a quantidade declarada no manifesto, conhecimento, guia ou fatura e a do sal descarregado, o imposto será cobrado pela quantidade manifestada.

4.^a

E' admitida nas salinas a quebra de 10% sobre a colheita anual do sal, cumprindo ao salineiro indicar na coluna das observações do seu livro fiscal a diferença verificada.

5.^a

O sal é sujeito à selagem direta quando acondicionado em recipiente de matérias plásticas, louça ou vidro. O imposto será recolhido mediante guia, nos demais casos.

6.^a

A estampilha é a retangular comum, que será aplicada parte no tampo e parte no corpo do recipiente.

7.^a

O imposto será recolhido mediante guia, por ocasião da saída do produto da salina, ou por ocasião do despacho quando de procedência estrangeira.

8.^a

O recolhimento do imposto no caso da segunda parte da Nota 5.^a, far-se-á mediante guia modelo 6, organizada em quatro vias pelo salineiro, antes da saída do produto do estabelecimento.

9.^a

O salineiro que operar o refinamento do sal em estabelecimento de sua propriedade, subordinado à mesma repartição arrecadadora, só poderá remeter o produto acompanhado da guia modelo 9, pagando no local do beneficiamento o imposto devido.

10.^a

O sal conduzido em uma embarcação só poderá ser baldeado para outra, mediante licença da repartição do pôrto de reembarque, e exhibição à mesma dos documentos necessários, onde serão feitas as devidas anotações.

11.^a

Quando na conferência do sal, por ocasião da descarga, fôr encontrada diferença superior a 10% entre a quantidade verificada e a manifestada ou a indicada nos documentos fiscaes que acompanharem o produto, o funcionário que houver procedido ao exame anotarà essa diferença em todos os documentos e representará ao chefe da repartição, para que este determine ao destinatário o recolhimento immediato da diferença do impôsto e da multa respectiva.

12.^a

O comandante da embarcação que transportar sal será obrigado, não só a conduzir os documentos fiscaes referentes ao produto e a apresentá-los à repartição do lugar em que tiver de desembarcá-lo, como também a facilitar as investigações fiscaes necessárias.

13.^a

Em qualquer hipótese, nenhuma embarcação ou veículo transportando sal será desembarcado no lugar de descarga sem a assistência e exame do agente fiscal da circunscrição, devendo este visar e datar os documentos fiscaes e comerciais que acompanharem o produto.

14.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a ter o livro modelo 35, no qual lançarão a colheita e consumo do sal e o movimento do impôsto, e o talão "nota-fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acôrdo com as instruções neles contidas;

b) a fazer acompanhar o sal que venderem, da 4.^a via da guia modelo 6 (prova de pagamento do impôsto) e da "nota fiscal", contendo todos os elementos necessários à identificação do produto;

c) a apresentar ao "visto" da repartição arrecadadora do pôrto de saída, antes do embarque, a guia modelo 6 e a "nota fiscal" relativa ao sal a ser embarcado;

d) a marcar as embarcações destinadas ao transporte do sal com o número ou o nome e a respectiva tonelagem, fornecendo à repartição fiscal competente a relação das mesmas;

e) a mencionar na guia modelo 6 o número ou o nome e a tonelagem da embarcação que transportar o sal, não podendo descarregá-la sem a presença do agente fiscal, desde que transporte menor carga que a da sua tonelagem, sob pena de ser calculado o carregamento pela tonelagem da embarcação;

f) a apresentar à repartição fiscal, nas localidades que tiverem pôrto de exportação e estabelecimentos exportadores, as guias que acompanharem as embarcações, antes de serem estas descarregadas;

g) a pagar o impôsto integral do sal que acondicionarem em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro;

h) a ter o livro modelo 23, quando produzirem o sal para acondicionamento em recipientes de matérias plásticas, louça ou vidro, nêle escriturando a entrada do produto recebido a granel ou em sacos, a quantidade empregada para beneficiamento e o movimento das estampilhas.

15.^a

Os comerciantes por grosso de sal (exportadores ou não), além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modêlo 36, quando receberem o sal diretamente do salineiro, escriturando-o de acordo com as instruções nêle contidas;

b) a apresentar à repartição arrecadadora do porto de saída, antes do embarque, a "nota fiscal", contendo indicação do nome do salineiro ou comerciante vendedor e da quantidade do produto, nela consignando a quantidade do sal revendido;

c) a cumprir o disposto na Nota 14.^a, letra d;

d) a não descarregar, em seus armazens ou nos navios de exportação, sal das pequenas embarcações procedentes das salinas, senão depois de estarem de posse dos documentos exigidos nesta alínea.

Isenção

Está isento do impôsto o sal empregado na fabricação de soda cáustica, desde que extraído pelo próprio fabricante.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 6.^a, 14.^a, letras a, d e h, e 15.^a, letras a e c;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.^a, 10.^a, 12.^a, 13.^a, 14.^a, letras b, c, e e f, e 15.^a, letras b e d;

c) Importância igual ao impôsto não recolhido ou não pago, não inferior a Cr\$ 1.000,00 aos que infringirem o disposto na Nota 11.^a.

XXIX

TECIDOS, MALHAS E SEUS ARTEFATOS; PASSAMANARIAS, CORDOALHAS E LINHAS

O impôsto incide sobre :

1

Tecidos, filôs, feltros, pastas, jérsei ou qualquer outro ponto de meia ou de malha; passadeiras, tapêtes e capachos, de qualquer fio ou fibra animal, vegetal ou sintética; de fios químicos; de fios metálicos dourados ou prateados; simples ou mistos de qualquer matéria;

Artigos de passamanaria de qualquer fio ou fibra animal, vegetal ou sintética, de fios químicos, de fios metálicos dourados ou prateados, simples ou mistos de qualquer matéria, tais como: alamares, alças, aplicações, ataduras, borlas, cadarços, "cordolières", correias de tecidos, cordões trançados, elásticos trançados ou tecidos, entremeios e rendas feitas a máquina, etiquêtas, faixas, iscas para isqueiros; letras, monogramas e números; fitas de qualquer espécie e para qualquer fim, franjas, galões, golas e palas feitas a máquina; mangueiras, pingentes, precintas, rosetas, "soutaches", tecidos com elástico, tiras, tranças, trancelins, vivos.

Impôsto de 6% para os produtos nacionais e de 9% para os produtos estrangeiros, pago pelo fabricante ou importador.

2

Cordoalha (amarras, barbantes, cabos, cordéis, estais) e fitilho gomada de algodão, cabelo, cânhamo, caíro, caroá, esparto, juta, linho, pêlo ou lâ, piassava, pita, ou outras fibras, simples ou mistos com outras matérias; cordões, fios, linhas e retroses para bordar, coser, "crochet", serzir, "tricot" de qualquer matéria, simples ou misto, retorcidos ou frouxos.

Impôsto de 3% para os produtos nacionais e de 6% para os produtos estrangeiros, pago pelo fabricante ou importador.

3

Tecidos, filós e feltros, quando de sêda natural ou artificial (fios químicos), de acôrdo com o preço de venda do fabricante ou do importador, por metro ou fração:

	Cr\$
Até Cr\$ 6,00.....	0,50
De mais de Cr\$ 6,00 até Cr\$ 10,00	0,70
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 15,00	1,00
De mais de Cr\$ 15,00 até Cr\$ 20,00	1,40
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 30,00	2,10
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 40,00	2,80
De mais de Cr\$ 40,00 até Cr\$ 50,00	3,50
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 80,00	5,60
De mais de Cr\$ 80,00 até Cr\$ 100,00	7,00
De mais de Cr\$ 100,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente.....	7,00

Notas

1.^a

O impôsto que incide sôbre os produtos do inciso 3 será pago por meio de selagem direta, de acôrdo com a respectiva tabela, ficando, ainda, os de procedência estrangeira sujeitos ao impôsto de 50%, calculado sôbre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com a tabela, cobrado por verba, na própria guia modelo 5; os produtos previstos nos incisos 1 e 2 terão seu processo de incidência, cálculo do impôsto e respectivo pagamento, obrigações dos fabricantes e penalidades, regulados pelas Obs. à Tabela "A".

2.^a

Os artefatos de procedência estrangeira, e os de produção nacional quando feitos na própria fábrica dos produtos referidos nos incisos 1 e 2, pagarão o impôsto pela forma estabelecida nestes mesmos incisos. Os artefatos de tecido de sêda, de filó ou de feltro, de procedência estrangeira, e os de produção nacional quando produzidos na própria fábrica de tecido de sêda, pagarão o impôsto pela forma estabelecida no inciso 3 e respectiva Tabela, atendida a disposição da nota 1.^a, equiparando-se a um metro cada unidade.

3.^a

Não se incluem na tributação os fics vendidos a industriais devidamente registrados ou por êstes importados ou produzidos, para servirem de matéria prima de artigos de sua indústria.

4.^a

Para fins desta lei, considera-se tecido de sêda o que fôr confeccionado com mais de 20 % desta matéria (sêda animal ou fio químico), sendo a proporção, entre as matérias componentes, aferida pelo número total de fios, contados na trama e na urdidura, em espaço que contenha todo o padrão, na dimensão máxima de 1 metro, devendo ser considerados totalmente de sêda os fios contendo mesela de sêda em proporção superior a 10% do peso das matérias componentes dos mesmos.

5.^a

Os retalhos de tecido de sêda, quando não excederem 0,30 m, pagarão o impôsto de Cr\$ 6,00 por quilo ou fração.

Os retalhos dos demais tecidos pagarão o impôsto nos termos do inciso 1.

6.^a

Os retalhos de tecido de sêda serão acondicionados em sacos ou em volumes, devidamente fechados, de peso até o máximo de 2 quilos.

7.^a

A estampilha é a retangular comum, adquirida à repartição arrecadadora local ou às Alfândegas e Mesas de Renda por meio de guia, modelo 4 ou 5, organizada em três vias e será aplicada:

a) nos tecidos de sêda, de três em três metros, adaptada por meio de cola e costura ou cola e clipe, envolvendo a orela do pano em ambas as faces, a partir do início do primeiro metro da peça ou corte, sendo que nos três últimos metros a aplicação das estampilhas será feita metro a metro;

b) nos retalhos desses mesmos tecidos, coladas e clipadas ou coladas e costuradas no fecho dos volumes, de modo a se inutilizarem ao serem os mesmos abertos.

8.^a

E' vedada a existência em estabelecimentos comerciais, de qualquer quantidade dos tecidos de que trata o inciso 3, de qualquer procedência, sem o devido estampilhamento, salvo os retalhos medindo menos de um metro de comprimento.

9.^a

E' vedada a existência nas fábricas, de qualquer quantidade de tecidos de procedência estrangeira, sem o devido estampilhamento ou documentação que faça prova de sua origem e pagamento do impôsto.

10.^a

Os que importarem os tecidos de que trata o inciso 3 diretamente do estrangeiro, são obrigados ao estampilhamento dentro do prazo de oito dias, contados da data de sua saída da Alfândega.

Tratando-se de estabelecimento situado em cidade diferente daquela por cujo porto foi recebido o tecido, não será levado em conta o tempo relativo ao transporte da Alfândega até o estabelecimento do importador, desde que seja feita a comprovação necessária.

11.^a

O fabricante terá o livro especial modelo 37, em que deverá escriturar a saída do tecido para a tinturaria, bem como o retorno à fábrica, indicando a sua espécie e a quantidade por metro.

Quando, por qualquer motivo, ocorrer devolução à tinturaria, deverá ser feita nota na coluna própria do referido livro.

O tecido deverá sair da fábrica acompanhado de nota, extraída do talão especial, modelo 9, com cópia a carbono, indicando a espécie, a quantidade em metros e o valor.

12.^a

A tinturaria deverá ter livro e talão modelos 38 e 9. No primeiro mencionará a entrada e a saída dos tecidos recebidos para beneficiamento e outros fins (indicando espécie e metragem).

Do segundo se servirá para encaminhar à fábrica de origem os tecidos beneficiados, com as mesmas indicações e mais a espécie de beneficiamento operado.

13.^a

O tecido que tiver de ser beneficiado ou acabado em outra fábrica e voltar à de origem, poderá transitar sem pagamento do imposto, cumprida a formalidade da Nota 14.^a. Quando ambas as fábricas pertencerem à mesma firma, o imposto poderá ser pago na do beneficiamento, se aí for vendido o produto.

14.^a

O tecido remetido por estabelecimentos comerciais para beneficiamento, transitará sempre acompanhado da guia modelo 9.

15.^a

A fábrica beneficiadora que operar a venda do tecido dará aviso, por escrito, com indicações precisas, ao estabelecimento de origem, fazendo-se, aí, no canhoto do talão respectivo, as necessárias anotações sobre o imposto pago.

16.^a

As tinturarias que operarem beneficiamento, transformação, empacotamento ou acabamento de tecidos, serão consideradas fabricantes para os efeitos desta lei.

17.^a

O fabricante que remeter ou entregar matéria prima para confeccionamento de tecido "a feição", além da caderneta a que alude esta lei, remeterá também uma nota retirada de talão especial, devidamente autenticado pela repartição arrecadadora, com indicação da espécie, do peso e do valor da mesma matéria prima.

O "facionista", por sua vez, devolverá o produto que confeccionar, com uma nota retirada do talão próprio, também autenticado pela repartição, indicando o número dos volumes, o peso, a metragem e a espécie do produto.

18.^a

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados:

a) a ter os livros modelos 23, quando se tratar de produtos do inciso 3, e 15 quando se tratar dos produtos dos demais incisos, bem como o talão "nota fiscal" modelo 11 e a escriturá-los de acordo com as instruções neles contidas;

b) a lançar na coluna das observações do livro fiscal, com os necessários esclarecimentos, os produtos remetidos e recebidos, no caso de beneficiamento ou acabamento fóra da fábrica;

c) a ter no depósito, onde façam vendas por grosso ou a varejo, o livro modelo 39, destinado ao registro da entrada e saída dos produtos recebidos da fábrica;

d) a organizar, diariamente, um boletim contendo a produção e o consumo do dia anterior, por espécie e por metro, conservando-o no estabelecimento para fim de fiscalização, assinado por pessoa autorizada, não se aplicando ao caso o disposto no art. 119, § 2.º.

19.ª

Os tecidos remetidos por comerciantes a fábricas ou tinturarias, para qualquer beneficiamento, estão sujeitos a novo imposto pago pelo beneficiador de acordo com as Notas 1.ª e 2.ª e transitarão sempre acompanhados da guia modelo 9.

20.ª

Isenções

Estão isentos do imposto:

a) as amostras até 0,30 m de comprimento, de qualquer largura, contendo a indicação impressa ou a carimbo no tecido — "Sem valor comercial" — podendo as de tecido estampado de algodão ter até 0,45 m de comprimento, ficando dispensadas desta indicação as amostras de dimensão até 0,25 x 0,15 m.

b) os sacos de procedência estrangeira, contendo mercadorias.

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 11.ª, 12.ª, 13.ª, 14.ª, 15.ª, 17.ª e 18.ª, letras a, b e c;

b) Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 5.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 18.ª, letra d.

Terceira Parte

ÍNDICE DOS MODELOS

- 1 — Guia para pedido de registro.
- 2 — Patente de registro.
- 3 — Guia de transferência de local.
- 4 — Guia para aquisição de estampilhas para produtos nacionais.
- 5 — Guia para aquisição de estampilhas para produtos estrangeiros.
- 6 — Guia para recolhimento de imposto dos produtos nacionais.
- 7 — Guia para recolhimento de imposto dos produtos estrangeiros.
- 8 — Guia para recolhimento do imposto de eletricidade.
- 9 — Guia de remessa ou devolução para beneficiamento.
- 10 — Guia para remessa de vinho.
- 11 — Nota fiscal.

- 12 — Nota de remessa de açúcar.
- 13 — Manifesto para saída de produtos para ambulantes.
- 14 — Boletim de produção.
- 15 — Livro de escrita fiscal para produtos "ad valorem".
- 16 — Livro de contrôlle de alabastro, granito, mármore, pórfiro, onix, etc.
- 17 — Livro de estoque de jóias (varejistas).
- 18 — Livro de estoque de jóias (atacadistas).
- 19 — Livro de produção de açúcar.
- 20 — Livro de produção de café torrado.
- 21 — Livro de entrada de café torrado.
- 22 — Livro de registro de matéria prima isenta do impôsto (tintas e vernizes).
- 23 — Livro modelo geral (selagem direta).
- 24 — Livro de entrada de móveis para beneficiamento.
- 25 — Livro de saída de móveis beneficiados.
- 26 — Livros de movimento de fábrica de álcool e aguardente.
- 27 — Livro de movimento de fábrica de cerveja.
- 28 — Livro de movimento de fábrica de vinho.
- 29 — Livro de movimento de fábrica de vinho composto.
- 30 — Livro de movimento de aguardente por grosso.
- 31 — Livro de movimento de venda de fumo para fabrico de cigarros.
- 32 — Livro de movimento de produção e consumo e estampilhas de fábrica de fumo.
- 33 — Livro de movimento de entrada e saída de fumo em fôlha.
- 34 — Livro de movimento de entrada e saída de fumo em bruto.
- 35 — Livro de movimento da colheita e saída do sal.
- 36 — Livro de movimento da entrada e saída do sal em estabelecimento exportador.
- 37 — Livro auxiliar da sala de pano.
- 38 — Livro do movimento de tecidos recebidos para beneficiamento.
- 39 — Livro de entrada e saída de produtos da seção de vendas dos depósitos.
- 40 — Livro de entrada e saída de essências.
- 40A — Livro de entrada e saída de essências.
- 40B — Livro de entrada e saída de essências.
- 41 — Livro de movimento da produção e consumo de perfumaria.
- 42 — Termo de depósito.
- 43 — Notificação e respectiva decisão.
- 44 — Notificação.
- 45 — Auto de infração e apreensão.
- 46 — Auto de infração, apreensão e depósito.
- 47 — Intimação.
- 48 — Auto de desacato.
- 49 — Cadastro dos estabelecimentos registrados.

N. da S. Pb. — Os modelos referidos no presente decreto-lei constarão de avulsos da Série I. N. Divulgação, expostos à venda a partir de 8 do corrente.

DECRETO-LEI N.º 7.220 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Altera o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, a alínea e parágrafo seguintes:

“e) gratificação anual, equivalente, no máximo, ao salário mensal da função.

Parágrafo único. O atual Presidente do I.N.P. poderá continuar a perceber, a título precário, a gratificação de representação de Cr\$ 2.500,00 mensais que lhe foi concedida pela Junta Deliberativa”.

Art. 2.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 7 de outubro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.221 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Dispõe sobre a eletrificação do trecho de São Paulo a Jundiá, da linha de Santos a Jundiá

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas autorizado a firmar com a “São Paulo Railway Company Limited”, um termo aditivo ao contrato a que se refere o Decreto n.º 1.759, de 20 de abril de 1936, para o fim exclusivo da eletrificação do trecho compreendido entre São Paulo e Jundiá, da linha férrea de Santos a Jundiá, mediante as cláusulas que a este acompanham, assinadas pelo mesmo Ministro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas a que se refere o Decreto-lei n.º 7.231, desta data

I

Fica "The São Paulo Railway Co. Ltd." obrigada a submeter à aprovação do Governo Federal, no prazo máximo de um ano, a contar da data da assinatura do termo aditivo ao seu contrato, o projeto e respectivo orçamento para a eletrificação de sua linha férrea, entre São Paulo e Jundiaí. O projeto compreenderá todas as obras e instalações necessárias à eletrificação do trecho, melhoria das condições técnicas da via permanente, readaptação e reaparelhamento das oficinas e depósitos e aquisição de material de tração elétrica e de transporte.

II

Os trabalhos de eletrificação deverão ficar concluídos e entregues ao tráfego público no prazo de um ano, contado da data em que forem aprovados o projeto e orçamento referidos na cláusulas I.

III

Para aplicação especial nas obras, instalações e equipamentos a que se refere a cláusula I, a "São Paulo Railway", além das arrecadações próprias destinadas ao seu custeio, fica autorizada a cobrar, durante o prazo de 5 (cinco) anos a partir de 1 de outubro do corrente ano, uma taxa adicional de 10% (dez por cento) sobre as tarifas em vigor na sua linha férrea de Santos a Jundiaí.

IV

O produto dessa taxa será recolhido ao Banco do Brasil ou à sua agência em São Paulo, até o último dia do segundo mês subsequente ao de sua arrecadação, mediante guia expedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro. Os juros pagos pelo Banco sobre o produto depositado serão acrescidos ao referido produto para ter a mesma aplicação.

Fica facultado à "São Paulo Railway" realizar empréstimos dentro do país, garantido pelo produto da taxa, mediante prévia aprovação das condições de seu financiamento pelo Ministro da Viação e Obras Públicas. O produto do empréstimo será também recolhido ao Banco do Brasil, na forma desta cláusula.

V

Os produtos mensais da arrecadação da taxa, que não forem recolhidos até o fim do prazo estipulado, ficarão daí por diante sujeitos a juros de mora.

A taxa desses juros será igual à que o Banco do Brasil creditar à conta da taxa, e a sua importância acrescida ao produto da dita taxa.

VI

As despesas relativas às obras e aquisições serão apuradas pela sua importância real, mediante documentos examinados e aceitos em regular tomada de contas.

Apuradas as despesas realizadas, os pagamentos serão feitos mediante requisições do Departamento Nacional de Estradas de Ferro ao Banco do Brasil, por conta das importâncias da taxa nêle depositadas.

Por essa mesma forma serão também feitos os pagamentos dos juros e amortização do empréstimo ou empréstimos que houverem sido realizados.

VII

Só serão aceitas em tomada de contas as despesas correspondentes a obras, ou etapas de obras, e a material já recebidos pelo Distrito Fiscal em São Paulo.

VIII

O Distrito Fiscal em São Paulo fiscalizará a execução e realizará o recebimento de tôdas as obras efetuadas e material adquirido, lavrando os competentes termos de recebimento.

As obras de prolongada duração poderão ser recebidas por etapas, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

IX

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro poderá, a pedido da estrada, conceder adiantamento de parte do produto já depositado no Banco, não fazendo, porém, terceiro adiantamento sem justificação do primeiro e assim por diante.

X

Findo o prazo de 5 (cinco) anos constante da cláusula III, cessará, automaticamente, a cobrança da taxa adicional de 10% (dez por cento), salvo se, verificado, antes de terminado aquele prazo, que a importância produzida é insuficiente para cobrir o custo das obras ou amortização dos empréstimos, pedir a Companhia sua prorrogação por prazo necessário à obtenção de tal importância.

No caso em que o produto arrecadado no prazo de 5 (cinco) anos exceda do custo das obras ou do financiamento dos empréstimos, o excesso será empregado em outras obras de eletrificação que forem consideradas necessárias pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

XI

A importância despendida com a execução da eletrificação do trecho a que se referem estas cláusulas não será considerada como capital da "São Paulo Railway" para os efeitos da cláusula 34 do contrato aprovado pelo Decreto n.º 1.759, de 20 de abril de 1856, mas será levada em consideração no caso de encampação da estrada pelo Governo.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *João de Mendonça Lima.*



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1945 — VOLUME III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

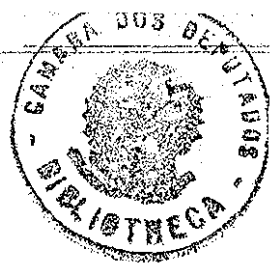
DECRETOS-LEIS DE ABRIL A JUNHO



1945

IMPRENSA NACIONAL

RIO DE JANEIRO — BRASIL



ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

	Págs.
10 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDU- CAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Lei Constitucional de 26 de maio de 1945 — Emenda o artigo 92 da Constituição — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-5-45	3
7.428 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1945 — Isenta do pagamento de laudêmio a transferência de aforamento de fração de terreno acrescido de marinha, que menciona, e das benfeitorias respectivas — Publicado no <i>Diário Ofi- cial</i> de 4-4-45	4
7.429 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 81.000,00 para ocorrer às despesas que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-4-45	4
7.430 — FAZENDA — Decreto -lei de 2 de abril de 1945 — Altera os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 7.045, de 13 de no- vembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> — 4-4-45	4
7.431 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1945 — Designa nova zona de garimpagem de pedras preciosas e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-4-45	6
7.432 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o cré- dito especial de Cr\$ 1.313.281,70, para liquidação de des- pesa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-4-45	6
7.433 — GUERRA — Decreto-lei de 3 de abril de 1945 — Sus- pende, durante o corrente ano, a exigência constante do ar- tigo 12, letra "h", do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de feve- reiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-4-45	7

7.434 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 3 de abril de 1945 — Manda contar tempo de serviço a Oficial Intendente da Aeronáutica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-4-45..	7
7.435 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de abril de 1945 — Abre ao Ministério o crédito especial de Cr\$ 90.000,00, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-4-45	7
7.436 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de abril de 1945 — Dispõe sobre o cargo de Auxiliar da Secretaria do extinto Senado Federal, do Quadro do Congresso Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-4-45	8
7.437 — TRABALHO — Decreto-lei de 4 de abril de 1945 — Uniformiza os prazos para concessão de aposentadoria aos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões acometidos de lepra e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-4-45	10
7.438 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de abril de 1945 — Dispõe sobre caução de ações de estabelecimentos bancários de depósito — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-4-45.....	10
7.439 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 4 de abril de 1945 — Autoriza a aquisição de dois imóveis em Canoas, Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de abril de 1945	11
7.440 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Dispõe sobre o afastamento de funcionários para o exercício de função gratificada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7-4-45	11
7.441 — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Cria a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, altera carreiras de diversos Ministérios e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de abril de 1945	12
7.442 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para desapropriação de terrenos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7-4-45.....	26
7.443 — JUSTIÇA — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Suspende pelo prazo de trinta dias o vencimento de obrigações exigíveis nos Municípios de Petrópolis e no Distrito de Pati do Alferes, do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de abril de 1945	26
7.444 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Dispensa de novo pagamento do imposto de consumo os salvados das inundações ocorridas em Petrópolis e Pati do Alferes, no Estado do Rio de Janeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-4-45	27

7.445	— FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1945 — Prorroga por mais 60 dias o prazo de que tratam os arts. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro do mesmo ano Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-4-45	28
7.446	— GUERRA — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Modifica o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.388 de 12 de abril de 1943 Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	28
7.447	— TRABALHO — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Dispõe sobre a nomeação dos representantes de empregados e de empregadores no C.N.T. e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	29
7.448	— AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para o financiamento da Caixa de Crédito Cooperativo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	29
7.449	— AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Dispõe sobre a organização da vida rural — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	30
7.450	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Altera a carreira de Escriurário do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	35
7.451	— FAZENDA — Decreto-lei de 9 de abril de 1945 — Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-4-45	37
7.452	— JUSTIÇA — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 10 de abril de 1945 — Estende às localidades que discriminam os efeitos dos Decretos-leis números 7.443 e 7.444 de 5 de abril de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-4-45	37
7.453	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de abril de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.322,50, para atender ao pagamento de salários de extranumerário-contratado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-4-45	37
7.454	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de abril de 1945 — Cria, na Força Aérea Brasileira, medalhas militares — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-4-45	38
7.455	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de abril de 1945 — Autoriza a aquisição de terrenos em Belém — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-4-45	39
7.456	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de abril de 1945 — Autoriza a aquisição de imóveis em Belém, Estado do Pará — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-4-45	39
7.457	— FAZENDA — Decreto-lei de 11 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cruzeiros 18.000,00, para pagamento de gratificação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13-4-45	40

	Págs.
7.458 — MARINHA — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de abril de 1945 — Incorpora o Montepio Operário dos Arsenal de Marinha e Diretoria do Armamento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13-4-45	40
7.459 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Dispõe sobre a transferência dos serviços públicos de águas e esgotos na Capital Federal, da União para a Prefeitura do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	41
7.460 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	42
7.461 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.650,00 para pagamento de gratificação de representação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	43
7.462 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores crédito suplementar de Cr\$ 1.387.800,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	43
7.463 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 9.200.000,00 para instalação e equipamento de serviços que compõem o Departamento Federal de Segurança Pública — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	44
7.464 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 655.000,00, às verbas que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-4-45	44
7.465 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$. 4.710.785,30, para classificação de despesa proveniente do transporte de valores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16-4-45	46
7.466 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de abril de 1945 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 6.739, de 26 de julho de 1944 e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-4-45	47
7.467 — MARINHA — Decreto-lei de 16 de abril de 1945 — Extingue o Departamento de Educação Física da Marinha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-4-45	48
7.468 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 16 de abril de 1945 — Altera a carreira de Fiscal de Plantas Têxteis do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-4-45	48

Págs.

- 7.469 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 17 de abril de 1945 — Outorga à Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com sede na Capital Federal, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica existente nos rios Prêto, nos Municípios Três Rios, Petrópolis e Teresópolis, e Piabanha, no Município de Três Rios, todos no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 18-4-45 50
- 7.470 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de abril de 1945 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé — Publicado no *Diário Oficial* de 19-4-45 — Retificado no *Diário Oficial* de 28-5-45 55
- 7.471 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 17 de abril de 1945 — Considera data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril de 1945; em que se completará o 1.º Centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco — Publicado no *Diário Oficial* de 18-4-45 60
- 7.472 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de abril de 1945 — Cria o Estabelecimento de Subsistência da 6.ª Região Militar — Publicado no *Diário Oficial* de 19-4-45 60
- 7.473 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1945 — Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 19-4-45 61
- 7.474 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 18 de abril de 1945 — Concede anistia — Publicado no *Diário Oficial* de 19-4-45 61
- 7.475 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de abril de 1945 — Cria o Horto Florestal de Pelotas, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura — Publicado no *Diário Oficial* de 23-4-45 62
- 7.476 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 27.900,00, para pagamento de indenizações decorrentes de desapropriação de terrenos no Território Nacional do Iguaçu — Publicado no *Diário Oficial* de 23-4-45 63
- 7.477 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Viação de Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 930.545,00, para execução de obras de reparação na ponte de Igapó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte — Publicado no *Diário Oficial* de 24-4-45 63
- 7.478 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de abril de 1945 — Autoriza acôrdo entre a União, como sucessora da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, e a S. A. Lameiro, com interveniência da Sociedade Lar Proletário, para

	Págs.
retificação de limites e áreas de terrenos judicialmente desapropriados — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de abril de 1945	64
7.479 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 19 de abril de 1945 — Modifica o Decreto n.º 24.591, de 6 de julho de 1934 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-4-45	68
7.480 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 19 de abril de 1945 — Aceita a doação feita à União de um terreno de propriedade do Tiro de Guerra n.º 67, situado na Cidade de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-4-45	69
7.481 — TRABALHO — Decreto-lei de 19 de abril de 1945 — Manda aplicar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas dispositivos constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-4-45	69
7.482 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de abril de 1945 — Altera o Decreto n.º 754, de 31 de dezembro de 1900, para atualizar a dotação concedida às filhas do Barão do Rio Branco — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-4-45	70
7.483 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 23 de abril de 1945 — Cria Museu do Ouro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de abril de 1945	70
7.484 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.877,40, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-4-45	71
7.485 — TRABALHO — JUSTIÇA — Decreto-lei de 23 de abril de 1945 — Dispõe sobre a prova do casamento nas habilitações aos benefícios do seguro social, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-4-45...	71
7.486 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de abril de 1945 — Restabelece na Prefeitura do Distrito Federal a Secretaria Geral do Interior e Segurança — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-4-45	72
7.487 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de abril de 1945 — Abre, crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-4-45	73
7.488 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de abril de 1945 — Estende ao pessoal que menciona o uso dos uniformes aprovados pelo Decreto-lei n.º 5.902, de 21 de outubro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-4-45.....	74
7.489 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 256.960,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-4-45	74

7.490	— EXTERIOR — Decreto-lei de 25 de abril de 1945 — Aprova o Convênio para permuta de livros e publicações entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro a 9 de abril de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-4-45	75
7.491	— FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Considera em disponibilidade no cargo de Ministro do Tribunal de Contas Francisco Thompson Flores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	75
7.492	— FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Autoriza o Ministério da Fazenda a aceitar a doação do domínio útil de um terreno de propriedade do Município de Rio Branco, no Território do Acre — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	76
7.493	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Tenda Espírita Mirim" do pagamento do imposto que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	76
7.494	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro do imposto que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1945	77
7.495	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro do pagamento dos impostos que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	77
7.496	— FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal; concede o aforamento condicional à Sociedade Brasileira de Química, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	77
7.497	— VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para prosseguimento da ligação rodoviária do Sul com o Norte do País — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-45	78
7.498	— AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para pagamento de gratificação pela elaboração de trabalho de caráter científico — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-4-45	75
7.449	— FAZENDA — Decreto-lei de 27 de abril de 1945 — Dispõe sobre a alienação dos terrenos da antiga Chácara das Catacumbas, no Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-4-45	79
7.500	— JUSTIÇA — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Prorroga a moratória estabelecida no Decreto-lei n.º 7.443, de 5 de abril de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45	81

	Págs.
7.501 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Altera a redação dos artigos 132 e 134 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45....	81
7.502 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dispõe sobre concessão de diárias aos extranumerários da União — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45	82
7.503 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dispõe sobre o registro de despesas relativas à concessão de diárias e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45..	82
7.504. — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dispõe sobre a lotação dos cargos do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45...	83
7.505 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Introduz alterações no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45	83
7.506 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dá nova redação a artigos do Decreto-lei n.º 7.205, de 29 de dezembro de 1944 e cria funções gratificadas no Quadro Permanente no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45.....	84
7.507 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Modifica o traçado do tronco T P-2, do Plano Geral de Viação Nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45..	84
7.508 — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dispõe sobre a designação dos representantes e respectivos suplentes e dos empregados e dos empregadores nas Delegacias do Trabalho Marítimo e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-45.....	85
7.509 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-5-45 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 7-5-45	85
7.510 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Altera carreiras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, abre crédito suplementar e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9-5-45...	86
7.511 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1945 — Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal de Pernambuco — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-5-45.....	89

	Págs.
7.512 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 2 de maio de 1945 — Suspende, at 31 de dezembro de 1945, o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-5-45	90
7.513 — TRABALHO — Decreto-lei de 2 de maio de 1945 — Transfere para o regime do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes os empregados da Ordem dos Advogados do Brasil e de suas Seções — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-5-45	90
7.514 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 2 de maio de 1945 — Altera a carreira de Cabineiro de Estrada de Ferro, do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-5-45	91
7.515 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 26.500,00, para atender à despesa com desapropriação de terrenos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	93
7.516 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas com a III Conferência Interamericana de Radiocomunicações — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45..	93
7.517 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 385.341,40, para classificação da despesa que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	94
7.518 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Modifica disposições do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45.....	94
7.519 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, isenção do imposto que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	96
7.520 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.296.961,40, para ligação ferroviária da estação de Uruguai com a ponte internacional sobre o rio Uruguai — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	97
7.521 — TRABALHO — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Prorroga o prazo de exercício dos atuais vogais e suplentes dos Conselhos Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	97
7.522 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$..... 12.843.805,20, para pagamento de notas de papel-moeda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	98

	Págs.
7.523 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Pacotí, no Estado do Ceará, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	99
7.524 — TRABALHO — JUSTIÇA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de maio de 1945 — Cria taxas adicionais sobre preços dos fornecimentos de energia elétrica, de gás, água, telefones e transportes coletivos, para aumento de salários dos empregados, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9-5-45.....	99
7.525 — MARINHA — Decreto-lei de 5 de maio de 1945 — Transfere para o Corpo da Armada os Oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-5-45	101
7.526 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-5-45	103
7.527 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Altera a redação do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-45	108
7.528 — EXTERIOR — FAZENDA — Cria um cargo de Consul Privativo, padrão M, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-45	108
7.529 — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Autoriza a intervenção da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária no estabelecimento bancário que menciona, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-45.....	109
7.530 — GUERRA — JUSTIÇA — MARINHA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO AERONÁUTICA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Estabelece a data para cessação de vantagens aos militares e assemelhados, de que tratam os Decretos-leis ns. 6.497, de 13-5-44 e 7.270, de 25 de janeiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-45 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45	109
7.531 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Altera a carreira de Médico do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-45.....	110
7.532 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — É considerado nacional o dia 8 de maio de 1945, em comemoração do término da guerra na Europa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9-5-45	112
7.533 — MARINHA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Promoção por serviços relevantes — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-5-45	112

Págs.

7.534 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1945 — Suprime a cota especial incidente nos algodões da safra de 1941-42, e fixa em trinta centavos, por quilo, a que incide nos algodões da safra de 1942-43 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-5-45	112
7.535 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de maio de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.161,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-5-45	113
7.536 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de maio de 1945 — Abre, ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de gratificação de representação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-5-45	113
7.537 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 10 de maio de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 7.190, de 22-12-1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-5-45	114
7.538 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-5-45....	119
7.539 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de maio de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a estender ao imóvel que menciona, os favores a que se refere o Decreto-lei n.º 7.408, de 22 de março de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-5-45	119
7.540 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 1945 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Jaci Soto Maior Lagos, ex-agente fiscal do imposto de consumo no do Estado de Goiás — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 maio de 1945	120
7.541 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 5 de maio de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-5-45	120
7.542 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 11 de maio de 1945 — Autoriza a derivação de águas do ribeirão do Vigário e dos rios Pirai e Paraíba, para a ampliação da usina de Ribeirão das Lajes — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de maio de 1944	121
7.543 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 11 de maio de 1945 — Altera a carreira de Almoxarife do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-5-45	122
7.544 — MARINHA — EXTERIOR — Decreto-lei de 11 de maio de 1945 — Dispõe sobre as carreiras de Arquivista, dos Ministérios da Marinha e das Relações Exteriores, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de maio de 1945	124
7.545 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de maio de 1945 — Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do	

	Págs.
Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14-5-45	128
7.546 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de maio de 1945 — Dispõe sobre o afastamento de servidores brasileiros para trabalho junto à U.N.R.R.A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16-5-45	130
7.547 — EXTERIOR — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de maio de 1945 — Institui a Medalha Comemorativa do primeiro centenário do nascimento do Barão do Rio Branco — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1945	130
7.548 — EXTERIOR — Decreto-lei de 14 de maio de 1945 — Restabelece, em caráter facultativo, o uso dos uniformes dos membros do Corpo Diplomático — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16-5-45	133
7.549 — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de maio de 1945 — Dá nova redação ao parágrafo único do Decreto-lei n.º 7.192, de 23 de dezembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16-5-45	133
7.550 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 14 de maio de 1945 — Suprime, na Comissão de Marinha Mercante, as sub-comissões e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16-5-45	134
7.551 — TRABALHO — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 15 de maio de 1945 — Dispõe sobre a matéria do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, em face das disposições do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22-5-45	134
7.552 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de maio de 1945 — Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de maio de 1945	135
7.553 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Transfere à Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington as atribuições conferidas pelo Decreto-lei n.º 5.428, de 27 de abril de 1943, ao Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45	138
7.554 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Cria uma coletoria federal no Município de Pitanga, no Estado do Paraná, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45	139
7.555 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores	

	Págs.
o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxílio a brasileiros na Europa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1945	140
7.556 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para pagamento de indenização ao Banco do Brasil S.A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45	140
7.557 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 654.276,10, para pagamento de indenização ao Banco do Brasil, S.A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45	141
7.558 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 938.425,80, para cobertura do "deficit" verificado no exercício de 1944 na exploração dos serviços da "Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini". — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-45...	141
7.559 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 405.000,00 para pagamento de gratificação de representação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-5-45	142
7.560 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de maio de 1945 — Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-5-45..	142
7.561 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de maio de 1945 — Dispõe sobre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-4-45	144
7.562 — FAZENDA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de maio de 1945 — Revoga o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.172, de 6 de janeiro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-5-45	144
7.563 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — GUERRA — FAZENDA AERONÁUTICA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Dispõe sobre a localização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	145
7.564 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	146
7.565 — GUERRA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Dispõe a respeito do montepio dos músicos militares — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	147
7.566 — GUERRA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Suspende, no corrente ano, a exigência constante das letras f e k do artigo 12 do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	147

	Págs.
7.567 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 90.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45....	148
7.568 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Altera a carreira de Contínuo do Quadro II — Extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	148
7.569 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal da Bahia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-5-45	152
7.570 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Dispõe sobre financiamento das lavouras de café dos Estados de São Paulo e Paraná — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	151
7.571 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Estende às Obrigações do Tesouro Nacional as disposições do Decreto-lei n.º 3.033, de 7 de fevereiro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	151
7.572 — FAZENDA — MARINHA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Dispõe sobre os proventos de inatividade do funcionário que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	152
7.573 — MARINHA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45	152
7.574 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Modifica o quadro de oficiais médicos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-5-45.....	156
7.575 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 21 de maio de 1945 — Regula o Decreto-lei número 3.175, de 7 de abril de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-5-45	156
7.576 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de maio de 1945 — Autoriza a cobrança, sem multa, de dívida fiscal em atraso, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-45	157
7.577 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de maio de 1945 — Prorroga até 31 de dezembro de 1945, o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6.198, de 13 de janeiro, 6.443, de 27 de abril, 6.810, de 21 de agosto, e 7.061, de 21 de novembro, todos de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-45	158
7.578 — Decreto-lei de 23 de maio de 1945 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-5-45	158

	Págs.
7.579 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 23 de maio de 1945 — Cria uma Companhia de Infantaria de Guarda na 4. ^a Aérea — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-5-45	165
7.580 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de maio de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-5-45	165
7.581 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 34 de maio de 1945 — Dispõe sobre a promoção e reforma de aspirantes a oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6-5-45	166
7.582 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 25 de maio de 1945 — Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-5-45	166
7.583 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de maio de 1945 — Dispõe sobre as sociedades de crédito, financiamento ou investimentos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-5-45.	168
7.584 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de maio de 1945 — Dispõe sobre a aquisição de material pelo D.F.C. e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1945	169
7.585 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de maio de 1945 — Modifica a redação do parágrafo único do art. 1. ^o do Decreto-lei n. ^o 5.739, de 11 de agosto de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31-5-45	172
7.586 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de maio de 1945 — Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o artigo 4. ^o da Lei Constitucional n. ^o 9, de 28 de fevereiro de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-5-45	172
7.587 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de maio de 1945 — Autoriza a aquisição de imóvel em Bacacheri, Curitiba, Estado do Paraná — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de maio de 1945	201
7.588 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-5-45	201
7.589 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 29 de maio de 1945 — Altera o disposto no art. 14 do Decreto-lei n. ^o 96, de 22 de dezembro de 1937 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1945	202
7.590 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de maio de 1945 — Exclui do imposto de renda as operações que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31-5-45	202

7.591	— FAZENDA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 31 de maio de 1945 — Concede subvenção à “S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense” (VARIG3, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de junho de 1945	202
7.592	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de maio de 1945 — Altera um dispositivo da Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-6-45	204
7.593	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de maio de 1945 — Revoga os Decretos-leis ns. 4.874, de 23 de outubro de 1942, 5.208, de 20 de janeiro de 1943, 5.274, de 23 de fevereiro de 1943, e 5.430, de 28 de abril de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-6-45	304
7.594	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de maio de 1945 — Cria o 2.º e o 3.º Batalhão de Carros de Combate da Divisão Mecanizada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-6-45	205
7.595	— GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de maio de 1945 — Concede pensão especial a Margarida Marta da Conceição — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-6-45....	205
7.642	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 1.401, de 3 de junho de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45	242
7.643	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, acrescentando uma alínea ao item IV do seu art. 4.º — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45	242
7.644	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Adotiza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a “Casa da Empregada” do pagamento do imposto qde menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45	242
7.645	— JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de junho de 1945	243
7.646	— AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Cria o Campo de Sementes de Horticultura e Fruticultura de Virgínia, no Ministério da Agricultura, e adota outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45	243
7.647	— FAZENDA — Decreto-lei de 14 de junho de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45.....	244
7.648	— TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de junho de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19-6-45	245
7.649	— TRABALHO — FAZENDA — Deceto-lei de 15 de junho de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-6-45	245

Desçam se constar desta julgação M.º de n.º de 7596 a 7597
 que se encontraram mal preparas de n.º 206 a 241, respectivamente
 45% e 16%

Vêr no fim do índice.

- 7.650 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de junho de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro dos impostos que menciona — Publicado no *Diário Oficial* de 18-6-45..... 246
- 7.651 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Altera carreiras do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45 246
- 7.652 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Autoriza a cobrança de juros de mora sobre dívidas referentes aos serviços prestados pelo porto do Rio de Janeiro — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45..... 248
- 7.653 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Altera a carreira de Médico do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45..... 248
- 7.654 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Cria a carreira de Arquivista no Quadro Permanente do Ministério da Guerra e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45..... 250
- 7.655 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Autoriza a modificação do quadro territorial do Estado de Goiás — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45..... 251
- 7.656 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de Cr\$ 145.000,00, à verba que especifica — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45 251
- 7.657 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de junho de 1945 — Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura — Publicado no *Diário Oficial* de 20-6-45 252
- 7.658 — GUERRA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 19 de junho de 1945 — Altera disposições da Lei do Serviço Militar e dá outras providências — Publicado no *Diário Oficial* de 21 de junho de 1945 252
- 7.659 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Estende aos representantes das autarquias o benefício do artigo 32 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 — Publicado no *Diário Oficial* de 25-6-45..... 253
- 7.660 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Dispõe sobre as férias dos Juizes Substitutos — Publicado no *Diário Oficial* de 25-6-45 254
- 7.661 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências — Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* ... 31-7-1945 — Sup. 173... 254
- 7.662 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 340.000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra" — Publicado no *Diário Oficial* de 25-6-45.. 254
- 7.663 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o

	Págs.
crédito suplementar de Cr\$ 84.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-6-45.....	255
7.664 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Dispõe sobre a matéria de que trata o Decreto-lei número 5.125, de 22 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-6-45	255
7.665 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Abe ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para despesas decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-6-45	256
7.666 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 22 de junho de 1945 — Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e economia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22-6-45	256
7.667 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de junho de 1945 — Incorpora ao patrimônio nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional, objetos que representam lembranças pessoais do Barão de Cotegipe — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22-6-45	262
7.668 — MARINHA — Decreto-lei de 22 de junho de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 6.513, de 19 de maio de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-6-45	262
7.669 — AGRICULTURA — TRABALHO — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de junho de 1945 — Modifica a redação do Decreto-lei n.º 6.425, de 14 de abril de 1944, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome daquela planta — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-6-45	263
7.670 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 25 de junho de 1945 — Altera a denominação da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Porto Velho — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-6-45	264
7.671 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de junho de 1945 — Autoriza o Ministro da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de Cr\$ 300.000.000,00 em moedas auxiliares e divisionárias, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-6-45	264
7.672 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de junho de 1945 — Estabelece a abreviatura da palavra centavos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-6-45	265
7.673 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 25 de junho de 1945 — Estende aos servidores dos Territórios o regime do salário-família — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27-6-45.....	266
7.674 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de junho de 1945 — Dispõe sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista finan-	

	Págs.
ceiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos des- portos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-6-45.....	266
7.675 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de ju- nho de 1945 — Reorganiza o Tribunal Marítimo Admi- nistrativo e dá outras providências — Publicado no <i>Diá- rio Oficial</i> de 28-6-45	269
7.676 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de junho de 1945 — Prorroga, por mais seis meses, a vigência do Decreto-lei n.º 5.626, de 28 de junho de 1943, e dá outras provi- dências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-6-45.....	271
7.677 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de junho de 1945 — Pror- roga até 31 de dezembro de 1945, as disposições dos de- cretos-leis que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-6-45	272
7.678 — VIAÇÃO — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de junho de 1945 — Altera o enunciado de rubricas do Plano de Obras e Equipamentos — Publicado no <i>Diá- rio Oficial</i> de 28-6-45	272
7.679 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de junho de 1945 — Reduz taxas postais aéreas internacionais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de junho de 1945	273
7.680 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de junho de 1945 — Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios In- teriores, o crédito suplementar de Cr\$ 108.000,00 à dota- ção que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de junho de 1945	274
7.681 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de ju- nho de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 786.000,00 à verba que es- pecifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-6-45.....	275
7.682 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 7.367, de 8 de março de 1945 Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-6-45	275
7.683 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que es- pecifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-6-45....	276
7.684 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1945 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-6-45	277
7.685 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDU- CAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decre- to-lei de 28 de junho de 1945 — Dispõe sobre a vigên- cia do Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-6-45	279

	Págs.
7.686 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 252.900,00, para o fim que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-6-45	279
7.687 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1945 — Prorroga até 31 de agosto de 1945 o prazo fixado no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-6-45	280
7.688 — MARINHA — Decreto-lei de 28 de junho de 1945 — Dispõe sobre a inatividade dos oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-6-45	280
7.689 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de junho de 1945 — Autoriza o Ministério da Aeronáutica a celebrar contrato com o Governo do Estado de São Paulo, para a exploração do Aeroporto de Congonhas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30-6-45	282
7.690 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 29 de junho de 1945 — Concede à Legião Brasileira de Assistência de todos os impostos federais e municipais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-6-45	282
7.691 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — Decreto-lei de 29 de junho de 1945 — Prorroga os prazos a que se referem os arts. 4.º e 13 do Decreto-lei n.º 7.449, que dispõe sobre a organização da vida rural — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20-6-45	283
7.692 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de junho de 1945 — Autoriza o Ministério da Fazenda a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná, terras da Fazenda São Jerônimo, pertencente ao Domínio da União, mediante as condições que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-7-45	283
7.693 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de junho de 1945 — Eleva o vencimento de cargo isolado, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de julho de 1945	284
7.694 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 30 de junho de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 7.190, de 22 de dezembro de 1944 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-7-45	285
7.695 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de junho de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 653,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-7-45	285
7.696 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de junho de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-7-45	285
7.697 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Altera a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do	

	Ministério da Fazenda, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar no mesmo Ministério e dá outras providências — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	Págs. 286
7.698	— TRABALHO — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Altera a carreira de Arquivista do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	286
7.699	— JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Prorroga o prazo mencionado no artigo 23 do Decreto-lei n.º 7.536, de 28 de maio de 1945 — Publicação no <i>Diário Oficial</i> de 3-7-45.....	286

7.596	- pag. 206
7.597	- pag. 207
7.598	- pag. 207
7.599	- pag. 208
7.600	- pag. 209
7.601	- pag. 209
7.602	- pag. 210
7.603	- pag. 210
7.604	- pag. 212
7.605	- pag. 212
7.606	- pag. 213
7.607	- pag. 213
7.608	- pag. 214
7.609	- pag. 214
7.610	- pag. 215
7.611	- pag. 215
7.612	- pag. 216
7.613	- pag. 217
7.614	- pag. 217
7.615	- pag. 218
7.616	- pag. 218
7.617	- pag. 220
7.618	- pag. 221
7.619	- pag. 221

7.621	- pag. 222
7.622	- pag. 223
7.623	- pag. 224
7.624	- pag. 225
7.625	- pag. 225
7.626	- pag. 226
7.627	- pag. 226
7.628	- pag. 227
7.629	- pag. 231
7.630	- pag. 231
7.631	- pag. 232
7.632	- pag. 234
7.633	- pag. 235
7.634	- pag. 235
7.635	- pag. 236
7.636	- pag. 237
7.637	- pag. 238
7.638	- pag. 238
7.639	- pag. 239
7.640	- pag. 241

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.
7.306 — TRABALHO — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a exportação de artigos têxteis — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 9-4-45	289
7.315-A — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1945 — Dispõe sobre a requisição e desapropriação de imóveis destinados à defesa nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22-6-45	289
7.425 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 29 de março de 1945 — Autoriza a Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul a alienar o imóvel que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-4-45	290
7.427 — EXTERIOR — Decreto-lei de 31 de março de 1945 — Dispõe sobre a jurisdição das Repartições consulares do Ministério das Relações Exteriores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3-4-45	291
7.426 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de março de 1945 — Define caso de utilidade pública, nos termos da letra <i>p</i> art. 5, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4-9-45	290

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1945, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

LEI CONSTITUCIONAL N.º 10 — DE 26 DE MAIO DE 1945

Emenda o art. 92 da Constituição.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O art. 92 da Constituição fica assim redigido:

“Art. 92. Os juizes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer qualquer outra função pública, salvo nos serviços eleitorais. A violação deste preceito importa a perda do cargo judiciário e de todas as vantagens correspondentes.”

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.428 — DE 2 DE ABRIL DE 1945

Isenta do pagamento de laudêmio a transferência de atoramento de fração de terreno acrescido de marinha, que menciona, e das benfeitorias respectivas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica isenta do pagamento de laudêmio a transferência ajustada entre Ernesto da Costa Pereira e sua mulher — Dona Luiza Costa Pe-

reira e a Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro, de dois quarenta ávos (2/40) do domínio útil do terreno acrescido de marinha situado na Avenida Presidente Wilson n.º 298, na Esplanada do Castelo, nesta Capital, e das benfeitorias respectivas, constituídas pelos apartamentos ns. 1.003 e 1.004.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.429 — DE 2 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 81.000,00 para ocorrer às despesas que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oitenta e um mil cruzeiros (Cr\$ 81.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) com o funcionamento, até 31 de março de 1945, da Comissão Executiva Central de propaganda das "Obrigações de Guerra", de acordo com o resolvido no processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 12.402, de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.430 — DE 2 DE ABRIL DE 1945

Altera os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 7.045, de 13 de novembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.045, de 13 de novembro de 1944, fica retificado para:

"Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, autorizado a permutar, pelo imóvel de propriedade de Morris Edward Marvin, à Avenida Barão de Teffé n.º 94, em terreno de marinha foreiro à União, e avaliado em

Cr\$ 9.370.000,00 (nove milhões trezentos e setenta mil cruzeiros), o domínio útil das seguintes áreas, de plena propriedade da União:

a) situada em acrescidos de marinha e constituída pelos lotes 3 a 14, da área N, da quadra 51, do Cais do Pôrto, com 9.193,2703 m², medindo pela Avenida Cidade de Lima, ao rumo verdadeiro de 64°35' SW, 83,60 m; seguindo-se os alinhamentos retos e respectivos rumos de: 63,94 m — 25°25' SE, confrontando com o lote 615, da quadra 51, ainda não aforado; 10,100 m — 86°47' SE e 60,00 m — 6° 13' SE; confrontando com acrescidos aforados a Lucinda Rocha de Toledo Lisboa; 13,85 m — 88°30' SE e 26,43 m — 87°29' NE e 31,55 m — 3°08' SE, confrontando com acrescidos beneficiados com o prédio 242 da Rua Santo Cristo, aforados a Raul Carlos da Silva Teles; 21,05 m — 86°22' NE, confrontando com a Rua Santo Cristo; 100,00 m — 18°28' NW e 14,20 m — 72°34' NE, confrontando com acrescidos beneficiados com o prédio 230 da Rua Santo Cristo, na posse de Luís Maria de Matos; finalmente, 55,00 m — 17°48' NW, confrontando com acrescidos aforados a Pedro Luís Correia e Castro;

b) localizada em acrescidos de marinha e desmembrada da quadra L do Cais do Pôrto, com 3.210,00 m², de forma retangular, medindo na frente e fundo, 60,00 m e de frente a fundos, 53,50 m; confrontando na frente com a Avenida Cidade de Lima; do lado direito, com terrenos aforados a Júlio Siqueira de Carvalho e outros, do lado esquerdo, com terrenos na posse da Anglo Mexican Petroleum Co. Ltd., nos fundos, com a faixa de linhas férreas;

c) formada por terrenos de marinha e de interior, com 11.998,6037 m², situada à Avenida Suburbana, junto e antes do prédio n.º 1.779, medindo pela frente voltada para a Avenida Suburbana, 50,00 m ao rumo verdadeiro de 38°30' NW; pelo lado esquerdo, confrontando com o imóvel n.º 1.779, da referida avenida, ocupado pela Sociedade União Infantil Protetora dos Animais, mede 145,32 m aos 51°12' SW; pelos fundos, confrontando com o leito da E.F. Rio d'Ouro (E.F.C.B.), mede 38,90 m aos 4°57' SE e mais uma curva definida pelos seguintes elementos: A.C. = 16°16'; R = 240,00 m; C. = 67,90 m aos 13°05' SE; pelo lado direito confrontando com terrenos de marinha da União, mede 200,95 m aos 38°42' NE".

Art. 2.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.045, de 13 de novembro de 1944, passa a ser o abaixo transcrito:

"Art. 2.º O imóvel à Rua Barão de Tefé n.º 94 fica destinado à ampliação do Hospital de Funcionários Públicos".

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.431 — DE 2 DE ABRIL DE 1945

Designa nova zona de garimpagem de pedras preciosas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4.º do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Art. 1.º Fica designada como 9.ª zona de garimpagem de pedras preciosas a região abrangida pelo Território Federal do Rio Branco.

Parágrafo único. A 9.ª zona ora criada terá sede no Município de Boa Vista.

Art. 2.º Ficam ressalvadas as autorizações de pesquisa e de lavra já concedidas até a data da vigência deste Decreto-lei para a região que ora passa a constituir a 9.ª zona de garimpagem.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.432 — DE 2 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1.313.281,70, para liquidação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de um milhão, trezentos e treze mil duzentos e oitenta e um cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 1.313.281,70), que será distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender ao pagamento (Material) decorrente da aquisição de chapas pretas de ferro.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.433 — DE 3 DE ABRIL DE 1945

Suspende, durante o corrente ano, a exigência constante do art. 12, letra "h", do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, durante o corrente ano, a exigência constante do art. 12, letra h, do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.434 — DE 3 DE ABRIL DE 1945

Manda contar, tempo de serviço a Oficial Intendente da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e atendendo às razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, decreta:

Artigo único. E' mandado contar ao 1.º Tenente Intendente da Aeronáutica Setembrino de Oliveira Palma, o tempo de serviço relativo ao período de 5 de maio de 1939 a 4 de outubro de 1943, nos termos do Decreto-lei n.º 5.879, de 4 de outubro de 1943, sem lhe decorrer dessa contagem direito a quaisquer vencimentos ou vantagens pecuniárias.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.435 — DE 3 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 90.000,00, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de noventa mil cruzeiros (Cr\$ 90.000,00) para pagamento de gratificação que

fôr concedida pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional aos servidores que fica autorizado a designar para auxiliarem nos trabalhos de conferência de notas de papel-moeda, recebimento e conferência dos cupões vencidos, de títulos ao portador e noutros trabalhos privativos da Caixa de Amortização.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.436 — DE 4 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre o cargo de Auxiliar da Secretaria do extinto Senado Federal, do Quadro do Congresso Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incluído, de acôrdo com a tabela anexa, na classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro do Congresso Nacional (Senado Federal), do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo isolado, de provimento efetivo, de Auxiliar da Secretaria do extinto Senado Federal, padrão H, dos mesmos Quadro e Ministério.

Parágrafo único. O título de nomeação do funcionário atingido pelo disposto neste Decreto-lei será apostilado pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
QUADRO DO CONGRESSO NACIONAL (SENADO FEDERAL)

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
6	Oficial Adminis- trativo	L	—	—	QCN.SF.	6	Oficial Adminis- trativo	L	—	—	
7	Oficial Adminis- trativo	K	—	—	" "	7	K	—	—	
2	Oficial Adminis- trativo	J	—	—	" "	2	J	—	—	
10	Oficial Adminis- trativo	H	—	—	" "						
1	Auxiliar da Se- cretaria do ex- tinto Senado Federal	H	—	—	" "	11	H	—	—	
						26			—	—	

DECRETO-LEI N.º 7.437 — DE 4 DE ABRIL DE 1945

Uniformiza os prazos para concessão de aposentadoria aos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões acometidos de lepra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões concederão aposentadoria aos seus segurados acometidos de lepra, independentemente de qualquer prazo de carência.

Art. 2.º Quando constar do processo de aposentadoria atestado da autoridade sanitária competente, tornando certo que o segurado está acometido de lepra, a aposentadoria será concedida independentemente de exame do doente por médicos designados pela instituição.

Art. 3.º A aposentadoria ao segurado acometido de lepra será paga a partir da data em que tiver sido verificada a existência do mal, pela autoridade sanitária competente, desde que esta data coincida com a do afastamento do trabalho, por parte do segurado, ou daquela em que se verificar esse afastamento, no caso contrário.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.438 — DE 4 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre caução de ações de estabelecimentos bancários de depósito

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As ações de capital de estabelecimentos bancários de depósitos poderão ser caucionadas em favor de pessoa jurídica da mesma natureza, cujo capital pertença exclusivamente a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, desde que:

- a) tenha decorrido, no mínimo, um (1) ano de sua integralização e da efetiva constituição e funcionamento do respectivo estabelecimento emissor; e
- b) tenha decorrido, no mínimo, um (1) ano de sua admissão à cotação em Bolsa oficial.

Art. 2.º Os estabelecimentos bancários de depósitos não poderão aplicar em operações dessa natureza mais do que dez por cento (10%) de seu capital.

Art. 3.º Serão considerados nulos de pleno direito todos e quaisquer atos e contratos estipulados sem a observância do preceituado nos artigos 1.º e 2.º acima.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.439 — DE 4 DE ABRIL DE 1945

Autoriza a aquisição de dois imóveis em Canôas, Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, do domínio útil dos terrenos com as áreas de 1.852,20 metros quadrados e 20.276,00 metros quadrados bem como dos prédios e demais benfeitorias nêles existentes, pertencentes a D. Júlia Barreto Ribeiro ou a seus sucessores, situados no local denominado Chácara Barreto, Município de Canôas, Estado do Rio Grande do Sul, pela importância de trezentos e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 330.000,00) de acôrdo com o processo protocolado sob n.º 786-45 na Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Os imóveis em aprêço destinam-se à residência de oficiais da 5.ª Zona Aérea.

Art. 3.º A despesa resultante deverá correr à conta do Decreto-lei número 7.213, de 30 de dezembro de 1944, subconsignação n.º 04-04, anexo n.º 3.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.440 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre o afastamento de funcionários para o exercício de função gratificada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A designação de funcionário para o exercício de função gratificada, quando não estiver lotado no órgão a que pertencer a função, será precedida:

a) de autorização do chefe da repartição, se o funcionário estiver lotado em outro órgão da mesma repartição;

b) de autorização do Ministro de Estado, se o funcionário estiver lotado em outra repartição do mesmo Ministério; e

c) de autorização do Presidente da República, se o funcionário pertencer a outro Ministério ou órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1.º Quando a autoridade competente para designar fôr a mesma indicada neste artigo para conceder a autorização, ou superior a esta, a autorização será suprida pelo ato de designação.

§ 2.º Concedida a autorização, ou baixado o ato de designação, conforme o caso, o funcionário será afastado do órgão em que estiver lotado, pelo prazo durante o qual exercer a função gratificada.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.441 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Cria a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, altera carreiras de diversos Ministérios e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, conforme a tabela anexa, a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Engenheiro de Obras, do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica; Engenheiro, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura; Engenheiro e Técnico de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde; Almojarife e Atuário, do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Engenheiro (D.N.E.F. — D.N.E.R.) e Engenheiro (D.N.P.R.C. — D.N.O.S.), do Quadro I — Parte Permanente —, Engenheiro, do Quadro II —, Engenheiro, do Quadro IV e Engenheiro, do Quadro VI, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º Ficam transformados, de acôrdo com a tabela anexa, e transferidos para a carreira a que se refere o art. 1.º dêste Decreto-lei, o cargo extinto, de Diretor, padrão N, do Quadro Único. — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o cargo extinto de Engenheiro Mecânico Eletricista (D.N.E.R.), padrão L, do Quadro I — Parte Suplementar, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º Os cargos transferidos e transformados por fôrça do disposto neste Decreto-lei continuarão preenchidos pelos atuais ocupantes, constantes da relação nominal anexa.

Parágrafo único. Os títulos dêsses funcionários serão apostilados pelo Serviço de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 5.º Os funcionários a que se refere o artigo anterior, que forem contribuintes de Caixa de Aposentadoria e Pensões, poderão optar, até 31 de julho de 1945, pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado ou pela Caixa de que forem contribuintes.

Art. 6.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							Engenheiro				
1	Engenheiro de Obras	N	—	—	Q. P.	5	N	—	2	Os cargos va- gos serão pro- vidos com re- cursos da con- ta corrente do Quadro.
1	Diretor (extinto)	N	—	—	M. Aer.						
					Q. U.						
1	Engenheiro	N	—	—	P. P.						
					M.T.I.C.						
					Q. II	6	M	—	1	
1	Engenheiro	M	—	—	M.V.O.P.						
					Q. II						
1	Engenheiro	M	—	—	M.V.O.P.						
					Q. IV						
1	Engenheiro	M	—	—	M.V.O.P.						
					Q. VI						
					M.V.O.P.						
1	Técnico de Edu- cação	M	—	—	Q. P.	6	M	—	1	
					M.E.S.						
1	Atuário	M	—	—	Q. U.P.						
					P.M.T.						
					I.C.						

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Engenheiro	L	—	—	Q. II						
1	Engenheiro	L	—	—	M.V.O.P.						
1	Engenheiro (D. N. E. F. — D. N. E. R.)	L	—	—	Q. P.						
1	Engenheiro Mecânico Eletricista (DNER)	L	—	—	M. E. S.						
1	Engenheiro (D. N. P. R. C. — D. N. O. S.)	L	—	—	Q.I.P.P.	7	L	—	2	
					M.V.O.P.						
					Q. I.						
					P.S.M.						
					V.O.P.						
					Q.I.P.P.						
					M.V.O.P.						
1	Engenheiro	K	—	—	Q. P.						
1	Engenheiro	K	—	—	M. A.	8	K	—	5	
1	Almozarife ...	K	—	—	Q. P.						
					M. A.						
					Q. U.						
					P. P.						
					M.T.I.C.						
						8	J	—	8	
16						34				18	

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	Engenheiro										
5	N	—	—	Q. P.	5	N	—	—	
7	M	—	—	Q. P.	7	M	—	—	
13	L	—	—	Q. P.	13	L	—	—	
20	K	—	—	Q. P.	18	K	—	—	
33	J	—	—	Q. P.	33	J	—	—	
						76					
78											

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro de Obras</i>						<i>Engenheiro de Obras</i>				
4	N	—	—	Q. P.	3	N	—	—	
6	M	—	—	Q. P.	6	M	—	—	
10					9					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

18

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro.</i>						<i>Engenheiro</i>				
4	N	—	—	Q. P.	4	N	—	—	
5	M	—	—	Q. P.	5	M	—	—	
7	L	5	—	Q. P.	7	L	4	—	
9	K	—	1	Q. P.	9	K	—	1	
10	J	—	2	Q. P.	10	J	—	2	
—	I	1	—	Q. P.	—	I	1	—	
35			6	3		35			5	3	
	<i>Técnico de Educação</i>						<i>Técnico de Educação</i>				
6	M	—	—	—	5	M	—	—	
12	L	—	—	—	12	L	—	—	
20	K	—	—	—	20	K	—	—	
30	J	—	5	—	30	J	—	5	
42	I	—	—	—	42	I	—	—	
110			1	5		109				5	

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
—	K	1	—	Q.U.P.P.		J	—	1	
1	J	—	1	Q.U.P.P.	1	I	—	—	
1	I	—	—	Q.U.P.P.	1	H	—	—	
1	H	—	—	Q.U.P.P.	1	G	—	—	
1	G	—	—	Q.U.P.P.	1	F	—	—	
1	F	—	—	Q.U.P.P.	1		—	—	
5			1	1		5				1	
	<i>Atuário</i>						<i>Atuário</i>				
3	N	—	—	Q.U.P.P.	3	N	—	—	
4	M	—	—	Q.U.P.P.	3	M	—	—	
5	L	—	—	Q.U.P.P.	5	L	—	—	
7	K	—	—	Q.U.P.P.	7	K	—	—	
19						18					

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — E. F. C. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
18	N	—	—	Q. II	17	N	—	—	
20	M	—	—	Q. II	19	M	—	—	
40	L	—	—	Q. II	39	L	—	—	
24	K	—	—	Q. II	24	K	—	—	
102						99					

QUADRO VI — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
1	N	—	—	Q. VI	1	N	—	—	
2	M	—	—	P. P.	1	M	—	—	
4	L	—	—	Q. VI	4	L	—	—	
6	K	—	1	P. P.	6	K	—	1	
8	J	—	6	Q. VI	8	J	—	6	
					P. P.						
21				7		20				7	

QUADRO I — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de argos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro (D.N. E.F.-D.N.E.R.)</i>						<i>Engenheiro (D.N. E.F.-D.N.E.R.)</i>				
18	N	—	—	Q.I.P.P.	18	N	—	—	
19	M	—	—	Q.I.P.P.	19	M	—	—	
23	L	8	—	Q.I.P.P.	23	L	7	—	
25	K	—	13	Q.I.P.P.	25	K	—	13	
27	J	—	9	Q.I.P.P.	27	J	—	9	
112			8	22		112			7	22	
	<i>Engenheiro (D.N. P.R.C.-D.N.O.S.)</i>						<i>Engenheiro (D.N. P.R.C.-D.N.O.S.)</i>				
16	N	—	—	Q.I.P.P.	16	N	—	—	
18	M	—	—	Q.I.P.P.	18	M	—	—	
20	L	—	—	Q.I.P.P.	19	L	—	—	
23	K	—	7	Q.I.P.P.	23	K	—	7	
27	J	—	—	Q.I.P.P.	27	J	—	—	
104				7		103				7	

QUADRO IV

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
3	N			Q. IV	3	N	—	—	
4	M			Q. IV	3	M	—	—	
7	L			Q. IV	7	L	—	—	
5	K			Q. IV	5	K	—	—	
19						18					

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 4.º DO DECRETO-LEI N.º 7.441, DE 5 DE ABRIL DE 1945

NOME	SITUAÇÃO ANTIGA				SITUAÇÃO NOVA			
	Carreira	Classe	Quadro	Ministério	Carreira	Classe	Quadro	Órgão
Adroaldo Tourinho Junqueira Aires	Engenheiro de obras	N	Q. P.	M. Aer.	Engenheiro ...	N	Q. P.	D.A.S.P.
João Carlos Vital.....	Diretor	N	Q.U.P.P.	M.T.I.C.	Engenheiro ...	N	Q. P.	D.A.S.P.
Mário Bitencourt Sampaio	Engenheiro ...	N	Q. II	M.V.O.P.	Engenheiro ...	N	Q. P.	D.A.S.P.
Etéocles de Sousa Maciel	Engenheiro ...	M	Q. II	M.V.O.P.	Engenheiro ...	M	Q. P.	D.A.S.P.
Heitor Pombo de Chermont Rayol	Engenheiro ...	M	Q. IV	M.V.O.P.	Engenheiro ...	M	Q. P.	D.A.S.P.
José de Caminha Muniz..	Engenheiro ...	M	Q. VI	M.V.O.P.	Engenheiro ...	M	Q. P.	D.A.S.P.
Paulo de Assis Ribeiro...	Técnico de Educação ...	M	Q. P.	M.E.S.	Engenheiro ...	M	Q. P.	D.A.S.P.
Plínio Reis Cantanhede de Almeida	Atuário	M	Q.U.P.P.	M.T.I.C.	Engenheiro ...	M	Q. P.	D.A.S.P.
Augusto Barata	Engenheiro ...	L	Q. II	M.V.O.P.	Engenheiro ...	L	Q. P.	D.A.S.P.

Gil Mota	Engenheiro ...	L	Q. P.	M.E.S.	Engenheiro ...	L	Q. P.	D.A.S.P.
José Pedro de Escobar...	Engenheiro D. N. E. F.- D. N. E. R.	L	Q.I.P.P.	M.V.O.P.	Engenheiro ...	L	Q. P.	D.A.S.P.
Oswaldo Figueira Soares Alvim	Engenheiro Mecânico Ele- tricista D. N. E. R.	L	Q.I.P.S.	M.V.O.P.	Engenheiro ...	L	Q. P.	D.A.S.P.
Péricles Fabrício de Barros	Engenheiro D. N. P. R. C.- D. N. O. S.	L	Q.I.P.P.	M.V.O.P.	Engenheiro ...	L	Q. P.	D.A.S.P.
Flávio de Carvalho Len- gruber	Almoxarife ...	K	Q.U.P.P.	M.T.I.C.	Engenheiro ...	K	Q. P.	D.A.S.P.
Jorge Oscar de Melo Flores	Engenheiro ...	K	Q. P.	M.A.	Engenheiro ...	K	Q. P.	D.A.S.P.
Sindoro Carneiro de Sousa	Engenheiro ...	K	Q. P.	M.A.	Engenheiro ...	K	Q. P.	D.A.S.P.

DECRETO-LEI N.º 7.442 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para desapropriação de terrenos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), para atender ao pagamento (Obras, Desapropriações e Aquisições de Imóveis) da desapropriação dos sítios Itans e Gadelha, situados no Município de Iguatú, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.443 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Suspende pelo prazo de trinta dias o vencimento de obrigações exigíveis no Município de Petrópolis e no Distrito de Patí do Alferes, do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e, considerando a gravidade e o vulto dos prejuízos causados ao comércio e à indústria do Município de Petrópolis e do Distrito de Patí do Alferes, do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, pela violenta tromba d'água que caiu sobre aquelas regiões, tendo provocado, com verdadeiro aspecto de calamidade pública, enchentes dos rios que ali correm e que motivaram paralisação do tráfego e dos serviços públicos, destruição de "stock" de gêneros e artigos comerciais e danos em fábricas, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa por trinta (30) dias, a contar da publicação deste decreto-lei, a exigibilidade de quaisquer obrigações civis ou comerciais, pagáveis em dinheiro ou em mercadorias, assumidas no Município de Petrópolis e no Distrito de Patí do Alferes, do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

§ 1.º Dentro do prazo estipulado neste artigo, suspendem-se em qualquer instância a exigibilidade das obrigações mencionadas, as dívidas fiscais dos contribuintes domiciliados em Petrópolis e Patí do Alferes, bem como os protestos e recursos em garantia e prescrições.

§ 2.º Ficam sem efeito os protestos já feitos e as penhoras realizadas a partir de 26 de março último até a data da vigência deste decreto-lei.

Art. 2.º Os efeitos do artigo anterior só incidem sobre as operações efetuadas antes da data fixada em seu § 2.º.

Art. 3.º Todos os comerciantes e industriais que pretenderem auxílios de empréstimos para recuperação dos prejuízos sofridos em consequência das enchentes havidas, deverão, até o dia 15 do corrente mês de abril, apresentar

os seus pedidos à Agência local do Banco do Brasil S.A., instruindo-os com os seguintes documentos :

a) prova de registro da firma comercial no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Repartições Estaduais e Municipais, ou de que é contribuinte do Fisco Municipal, Estadual ou Federal ;

b) prova de que se acha localizado em zona atingida pelas águas ;

c) relação dos compromissos comerciais ;

d) relação do "stock" de mercadorias e qual a parte que foi sacrificada pelas águas ou, tratando-se de indústria, relação das máquinas que foram danificadas ;

e) cálculo do prejuízo que sofreu ;

f) qual o empréstimo de que necessita.

Art. 4.º O Banco do Brasil S.A. encaminhará, com o seu parecer, os pedidos ao Ministério da Fazenda, para estudo da modalidade e condições do empréstimo a conceder.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.444 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Dispensa de novo pagamento do imposto de consumo os salvados das inundações ocorridas em Petrópolis e Pati do Alferes, no Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º As mercadorias sujeitas a imposto de consumo, existentes nos estabelecimentos comerciais do Município de Petrópolis e no Distrito de Pati do Alferes, do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, e que foram atingidas pelos efeitos das inundações ali ocorridas no mês de março último (salvados), poderão ser expostas à venda nos respectivos estabelecimentos até 4 de julho próximo, independente de novo pagamento daquele tributo.

Art. 2.º A Diretoria das Rendas Internas expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do presente Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.445 — DE 5 DE ABRIL DE 1945

Prorroga por mais 60 dias o prazo de que tratam os arts. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro do mesmo ano

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais sessenta (60) dias o prazo de que tratam os arts. 12 do Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, e 1.º do Decreto-lei n.º 7.141-A, de 7 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.446 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Modifica o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.388 de 12 de abril de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta

Art. 1.º Fica modificado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.388, de 12 de abril de 1943, que passa a ter a seguinte redação:

O território nacional, de acordo com o que dispõe o artigo 5.º da Lei de Organização do Exército, é dividido em dez Regiões Militares, constituídas como segue:

- 1.ª R.M. — Os territórios do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro.
- 2.ª R.M. — O território do Estado de São Paulo, parte de Goiás (Sul do município de Pôrto Nacional exclusive), e parte do Estado de Minas Gerais (seguintes municípios do Triângulo Mineiro: Campina Verde, Itaiuba, Frutal, Prata, Monte Alegre, Campo Formoso, Tupaciguara, Uberlândia, Conceição das Alagoas, Veríssimo, Araguari, Uberaba, Nova Ponte e Indianópolis).
- 3.ª R.M. — O território do Estado do Rio Grande do Sul.
- 4.ª R.M. — Os territórios dos Estados de Minas Gerais (menos os municípios citados do Triângulo Mineiro), Espírito Santo e parte da Bahia (Sul do Rio Jequitinhonha).
- 5.ª R.M. — Os territórios dos Estados do Paraná e Santa Catarina e do Território Federal do Iguassu.
- 6.ª R.M. — Os territórios dos Estados de Sergipe e Bahia (Norte do Rio Jequitinhonha).
- 7.ª R.M. — Os territórios dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e do Território Federal de Fernando de Noronha.
- 8.ª R.M. — Os territórios dos Estados do Amazonas, Pará, parte de Goiás (Norte do município de Pôrto Nacional inclusive); parte do Estado de Mato Grosso (município de Aripuanã) e dos Territórios Federais de Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé.

9.^a R.M. — Os territórios do Estado de Mato Grosso (menos o município de Aripuanã) e do Território Federal de Ponta Porã.

10.^a R.M. — Os territórios dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Parágrafo único. As Regiões Militares constantes deste artigo têm suas sedes, respectivamente, nas seguintes cidades: Capital Federal, São Paulo, Porto Alegre, Juiz de Fora, Curitiba, Salvador, Recife, Belém, Campo Grande e Fortaleza.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

DECRETO-LEI N.^o 7.447 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a nomeação dos representantes de empregados e de empregadores no C.N.T. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta

Art. 1.^o Continuará em vigor, por mais dois anos, o disposto no artigo 2.^o do Decreto-lei n.^o 5.237, de 9 de fevereiro de 1943.

Art. 2.^o Em falta de indicação, nos termos da lei, pelas associações sindicais regularmente reconhecidas, de cidadãos que devem representar as respectivas categorias profissionais e econômicas nos Conselhos Regionais do Trabalho e nas Juntas de Conciliação e Julgamento, ou nas localidades onde não existirem as referidas associações, serão aqueles representantes designados livremente pelo Presidente da República, observados os requisitos exigidos para o exercício da função.

Art. 3.^o O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.^o 7.448 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para o financiamento da Caixa de Crédito Cooperativo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e à vista do disposto no art. 106 do Decreto-lei n.^o 5.893, de 19 de outubro de 1943, alterado pelo Decreto-lei n.^o 7.083, de 27 de novembro de 1944, decreta:

Art. 1.^o Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às des-

pesas iniciais (Serviços e Encargos) com o financiamento da Caixa de Crédito Cooperativo.

Art. 2.º O crédito especial aberto por êste Decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Ministério da Agricultura, a fim de ser colocado total ou parcialmente, no Banco do Brasil, à disposição da Caixa de Crédito Cooperativo.

Art. 3.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.449 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a organização da vida rural

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Cada Município terá uma associação rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícolas, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades.

§ 1.º Para os efeitos desta lei, é considerado exercício de profissão rural todo aquêle que fôr, legalmente, proprietário de estabelecimento rural.

§ 2.º Estabelecimento rural é o imóvel, situado dentro ou fora dos limites urbanos, que se destina ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem vegetal, à criação ou melhoria de animais e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades. ;

Art. 2.º A associação rural terá área territorial correspondente à do Município a que pertencer.

Parágrafo único. A associação prestigiará, pelos meios ao seu alcance, a fundação e o desenvolvimento de núcleos rurais nos distritos do Município respectivo, núcleos que lhe ficarão filiados.

Art. 3.º São mantidas as instituições que, sob a forma de sociedades civis, congregam os que exercem atividades agro-pecuárias, para defesa dos interesses respectivos.

Parágrafo único. Tais instituições, se resolverem pleitear a qualidade de associação criada por esta lei, a fim de gozarem das vantagens e prerrogativas correspondentes, poderão continuar, ressalvada a hipótese de confusão, com os nomes que já possuem.

Art. 4.º Dentro do prazo de noventa dias, contado a partir da publicação desta lei, as instituições a que se refere o art. 3.º devem manifestar ao Ministro da Agricultura a sua deliberação quanto ao disposto nesse artigo, no parágrafo único.

§ 1.º Não havendo instituição no Município ou se a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura a deliberação de vir a ser a associação rural de que trata este Decreto-lei, os interessados poderão fundar, livremente, dentro de trinta (30) dias, uma instituição e pleitear o seu reconhecimento (art. 9.º).

§ 2.º Decorrido o prazo de que trata o § 1.º, cabe ao prefeito municipal fundar a associação rural, cujo nome será Associação Rural de... (seguinte-se o do Município).

§ 3.º Eleita a diretoria, o prefeito deve empossá-la.

§ 4.º O sócio que exercer o cargo de prefeito fica durante esse tempo, incompatível para as funções de diretor da associação rural.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO RURAL

Art. 5.º As pessoas naturais ou jurídicas que se dedicam às atividades agro-pecuárias, além das sociedades civis existentes e que resolverem continuar nas condições em que se acham (art. 3.º), contarão com as seguintes organizações:

- a) as associações rurais, que a essa lei se adaptarem (art. 3.º, parágrafo único) ou, em virtude dela, forem criadas;
- b) as sociedades rurais; e
- c) a União Rural Brasileira.

Parágrafo único. A sede das associações será onde o Município tiver o seu governo; a das sociedades nas capitais dos Estados ou Territórios Nacionais e, a da União, na Capital da República.

Art. 6.º As associações rurais só podem realizar o que neste Decreto-lei lhes é atribuído nas suas áreas territoriais (Art. 2.º).

Parágrafo único. Os núcleos distritais serão filiados obrigatoriamente às associações em cuja área estiverem e terão uma diretoria de três (3) membros, a saber: presidente, secretário e tesoureiro.

Os estatutos ficam sujeitos à aprovação da sociedade rural do Estado ou Território Nacional.

Art. 7.º As sociedades rurais (Art. 5.º, letra b) terão área territorial correspondente à do Estado ou Território respectivo.

Art. 8.º A União Rural Brasileira (Art. 4.º, letra c) exercerá as suas atribuições em qualquer ponto do país.

Art. 9.º A associação rural instalada remeterá, ao Ministro da Agricultura, por intermédio da União, cópia autêntica da ata da sua fundação, rubricada pelo presidente da sessão em que forem aprovados os estatutos, a fim de ser instaurado o processo de reconhecimento.

§ 1.º Os estatutos acompanharão, também, o ofício a que este artigo se refere.

§ 2.º O Ministro da Agricultura, por despacho no processo mencionado, mandará expedir à associação o título de reconhecimento, que levará a sua assinatura.

§ 3.º Depois da expedição do título de reconhecimento, a associação rural ficará com personalidade jurídica.

Art. 10. As associações rurais serão instaladas, conforme o modelo de estatutos que, com o Regulamento deste Decreto-lei, for publicado.

§ 1.º Haverá, em cada capital de Estado e de Território Nacional, uma comissão para, conforme as instruções da União, instalar a sociedade rural, cuja sede ficará nessa mesma capital.

§ 2.º O nome da sociedade será "Sociedade Rural de..." (segundo-se o do Estado ou Território Nacional).

Art. 11. A sociedade rural terá três órgãos :

- a) a Assembléia, constituída de delegados de associações rurais;
- b) o Conselho Técnico, eleito dentre os delegados;
- c) a Diretoria, com o presidente e tesoureiro nomeados pelo Governo do Estado ou Território Nacional.

Art. 12. A União Rural Brasileira compor-se-á de três órgãos :

- a) a Assembléia;
- b) o Conselho Técnico; e
- c) a Diretoria.

§ 1.º A Assembléia será constituída de dois (2) representantes de cada Sociedade Rural de Estado e de um (1) das do Território Nacional (Art. 10).

a) A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição rural mais antiga, com ação em todo o país, terá na Assembléia, dois (2) representantes;

b) A prerrogativa concedida à Sociedade Nacional de Agricultura poderá ser outorgada, também, a outras instituições já existentes, a juízo do Governo Federal.

c) Cada mandato de representante durará dois (2) anos e o Regulamento disporá de modo que a Assembléia seja renovada parcialmente.

§ 2.º O Conselho Técnico será constituído de representantes de sociedades rurais, eleitos na forma que o Regulamento determinar.

§ 3.º A Diretoria terá sete (7) membros, que serão o presidente, o vice-presidente, 1.º e 2.º secretários, 1.º e 2.º tesoureiros e o procurador.

a) O Presidente e os tesoureiros serão nomeados por decreto do Presidente da República e, quando não forem representantes de sociedades rurais, terão, destes, todas as prerrogativas.

Estes diretores servirão pelo prazo de dois (2) anos, contado como fôr no Regulamento estabelecido.

b) Os demais diretores serão eleitos pela Assembléia para mandato de um (1) ano, podendo haver reeleição.

Art. 13. O Presidente da República nomeará uma comissão de cinco (5) membros para, dentro de sessenta (60) dias, elaborar o Regulamento dêste Decreto-lei e entregá-lo ao Ministro da Agricultura.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 14. As associações rurais criadas por êste decreto-lei (Arts. 2.º e 5.º, letra a) são órgãos técnicos consultivos do governo municipal (Art. 2.º), como do Estado, Território ou, diretamente, do Governo Federal e terão as atribuições seguintes :

a) congregar em seu seio todos os que se dediquem à agricultura, pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativa de origem animal e vegetal;

b) fomentar, no município, a fundação de núcleos rurais distritais;

c) colaborar com os poderes públicos, no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;

d) articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de promover a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;

e) manter as mais perfeitas relações e cooperar em objetivos de interesse comum com as outras co-irmãs do Estado ou Território;

f) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;

g) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a instituição que se denominará "Casa Rural de....." (nome do município), para sede social e maior comodidade dos associados;

h) manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentária e jurídica a seus associados;

i) sustentar e defender, perante a sociedade rural respectiva (art. 7.º), os interesses e aspirações de seus associados;

j) explicar aos sócios o motivo e a extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;

k) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais, no concernente à colonização, no fomento agro-pecuário e à defesa sanitária, animal e vegetal;

l) realizar a difusão de ensinamento agro-pecuários, visando, principalmente, a melhoria das condições do *habitat* rural;

m) promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em co-operação com órgãos oficiais;

n) manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas à padronização e classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar com os serviços fiscais respectivos, na fiscalização da aplicação de leis, como o Código Rural, o Florestal, o de Caça, o de Pesca e demais legislação agro-pecuárias;

p) auxiliar, como informante, quando devidamente credenciado, aos serviços oficiais de estatística;

q) organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações, nos meios rurais;

r) colaborar ou mesmo executar, se essa tarefa lhe fôr cometida, o controle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criadas no município;

s) estimular a economia de seus associados, favorecendo a aquisição da pequena propriedade e promovendo a continuação e desenvolvimento da cooperativa, que realizem a defesa econômica dos meios rurais;

t) realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;

u) desempenhar quaisquer atribuições que lhes sejam delegadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 15. As sociedades rurais criadas por este decreto-lei (art. 5.º, letra b) são órgãos técnicos consultivos do governo do Estado, do Território ou do governo Federal e terão as atribuições seguintes:

a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;

b) articular as associações rurais do Estado ou Território Nacional respectivo, promovendo entre elas entendimento e colaboração efetiva;

c) orientar as atividades das associações rurais dentro do programa cujas diretrizes serão estabelecidas de conformidade com os interesses econômicos gerais da unidade federativa;

d) fazer adotar, no Estado ou Território, ou em determinada região, a orientação econômica julgada necessária e que lhe seja transmitida pela União Rural Brasileira (art. 25 da Constituição);

e) representar, perante a União, os direitos, interesses e aspirações das classes rurais;

f) estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da União, ao Governo Federal, as medidas consideradas necessárias ao desenvolvimento agro-pecuário do Estado ou Território;

g) manter um centro de informações, tanto quanto possível completo, sobre a vida agro-pecuária do Estado ou Território;

h) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "Casa Rural de..." (nome do Estado ou Território) para sede social e maior comodidade dos associados;

i) controlar e orientar a fundação e organização de associações rurais, auxiliando-as em todos os seus empreendimentos, moral e, sempre que os recursos o permitirem, pecuniariamente;

j) dirimir ou resolver todas as questões que se suscitarem entre as associações rurais;

k) promover a realização de congressos agro-pecuários e exposições estaduais, nas quais as associações rurais se farão representar.

Art. 16. A União Rural Brasileira, criada por este decreto-lei (Art. 5.º, letra c) é órgão técnico consultivo do governo Federal e tem as atribuições seguintes:

a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural do país;

b) promover perfeito entendimento entre as sociedades rurais e destas com as associações rurais;

c) sustentar e defender, perante os poderes públicos, os direitos, interesses e aspirações das sociedades e associações rurais;

d) estudar e encaminhar aos poderes públicos as medidas julgadas necessárias ao desenvolvimento e à prosperidade da agricultura, da pecuária e das indústrias rurais, pugnando pela pronta execução dessas medidas, maxime, quando relacionadas com o crédito, os transportes, a saúde e o instrução profissional;

e) promover a realização de congressos e exposições nacionais;

f) interessar-se pela representação nacional nos certames agro-pecuários estrangeiros, sempre que o Brasil fôr convidado;

g) realizar e participar, quando fôr o caso disso, das conferências internacionais;

h) adotar e fazer adotar pelas sociedades e associações as medidas que, de modo geral, interessem às atividades rurais;

i) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuniária do país;

j) auxiliar as sociedades rurais e, por meio destas, as associações rurais, em todos os seus empreendimentos;

k) resolver as questões que se suscitarem entre as sociedades e entre estas e suas associações.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 17. O patrimônio das associações rurais, das sociedades e da União Rural Brasileira será constituído:

a) das contribuições dos sócios;

b) do produto da "taxa rural", que venha a ser criada para o fomento do espírito associativo na vida rural;

- c) das subvenções;
- d) das doações e legados;
- e) das rendas dos bens que sejam adquiridos; e
- f) do resultado de atividades sociais.

Art. 18. Fica respeitado, para todos os efeitos, o patrimônio das instituições existentes que pleitearem a qualidade de associação rural (art. 2.º, parágrafo único).

Art. 19. A importância da contribuição de cada sócio será fixada nos estatutos da associação respectiva.

Art. 20. Os pedidos de subvenção das associações aos governos dos Estados e Territórios serão encaminhados pelas sociedades rurais e os dirigidos ao governo Federal pela União Rural Brasileira.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. A Comissão a que se refere o art. 13 funcionará no Ministério da Agricultura, onde lhe serão facilitados os elementos para executar a sua missão.

Art. 22. Todas as autoridades federais, estaduais, territoriais e municipais deverão colaborar para que se cumpra, no menor prazo possível, o disposto nesta lei.

Art. 23. As dúvidas a que esta lei der lugar serão resolvidas, mediante consulta, pelo Ministério da Agricultura.

Art. 24. Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Agamemnon Magalhães.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.450 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Altera a carreira de Escriturário do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 7.320, de 14 de fevereiro de 1945.

Art. 2.º Fica alterada, na forma da relação anexa, a carreira de Escriturário do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º Este decreto-lei vigorará a partir de 16 de fevereiro de 1945.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Escriturário</i>						<i>Escriturário</i>				
75	G	—	31	Q.P.	75	G	—	31	—
130	F	—	76	Q.P.	130	F	—	76	—
215	E	—	6	Q.P.	215	E	—	6	107
420			—	113		420			—	113	107

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classe superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 420.

DECRETO-LEI N.º 7.451 — DE 9 DE ABRIL DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, duas funções gratificadas de Auxiliar de Guarda-Mor, sendo uma para a Alfândega de João Pessoa e outra para a de Rio Grande, com a gratificação de Cr\$ 4.200,00 anuais, cada uma.

Art. 2.º Para atender à despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.452 — DE 10 DE ABRIL DE 1945

Estende às localidades que discrimina os efeitos dos Decretos-leis números 7.443 e 7.444, de 5 de abril de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Ficam estendidas às localidades de Sertão e Bonfim, respectivamente do 5.º e 9.º distritos do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, os efeitos dos Decretos-leis números 7.443 e 7.444, de 5 de abril de 1945.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.453 — DE 10 DE ABRIL DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.322,50, para atender ao pagamento de salários de extranumerário-contratado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.322,50 (quatorze mil, trezentos e vinte e dois cru-

zeiros e cinquenta centavos), para atender ao pagamento dos salários do extra-numerário-contratado, da Faculdade Nacional de Filosofia, Emília Navarro Moraes, no período de 28 de julho a 20 de dezembro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.454 — DE 10 DE ABRIL DE 1945

Cria, na Força Aérea Brasileira, medalhas militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Força Aérea Brasileira, as seguintes medalhas:

Cruz de Bravura
Cruz de Aviação
Cruz de Sangue
Medalha de Campanha na Itália

Art. 2.º A “Cruz de Bravura” será conferida aos militares da ativa e da reserva da Aeronáutica, que se tenham distinguido por ato excepcional de bravura.

Art. 3.º A “Cruz de Aviação” será conferida aos membros das tripulações de aeronaves, que tenham, com eficiência, dado desempenho a missões de guerra.

Art. 4.º A “Cruz de Sangue” destina-se, não só aos militares da Força Aérea Brasileira, como aos civis brasileiros que nela sirvam e sejam feridos em ação contra o inimigo.

Art. 5.º A “Medalha de Campanha na Itália” — destina-se aos militares da ativa e da reserva que, tendo participado da atual campanha na Itália, hajam prestado bons serviços, sem nota que os desabone.

Parágrafo único. A mesma medalha poderá ser conferida a Unidades Aéreas, que hajam merecido essa distinção, pelo brilho de seus feitos na referida campanha.

Art. 6.º Poderão, também, ser distinguidos com as medalhas a que se referem os artigos 3.º e 5.º os militares das Forças Aéreas estrangeiras que delas se façam merecedores.

Art. 7.º As medalhas criadas por este Decreto-lei serão conferidas pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Aeronáutica.

Art. 8.º As características das medalhas e o Regulamento para sua concessão serão objeto de decreto especial.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.455 — DE 10 DE ABRIL DE 1945

Autoriza a aquisição de terrenos em Belém

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, de dois terrenos, situados à Avenida São Jerônimo n.ºs 363 e 371, em Belém, Estado do Pará, com a área total de 407,00 m2 aproximadamente, de propriedade do Senhor Anísio Maroja e do Capitão Nilo Cotrim, de acôrdo com o Processo número 0611-945 da Diretoria de Obras.

Art. 2.º Os imóveis em aprêço se destinam à construção de prédios para residências de oficiais.

Art. 3.º A despesa resultante correrá à conta dos recursos próprios distribuídos ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.456 — DE 10 DE ABRIL DE 1945

Autoriza a aquisição de imóveis em Belém, Estado do Pará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, dos terrenos situados à Rua João Balby n.ºs 32 a 48 e Avenida São Jerônimo n.º 385, com a área total de 5.907,35 metros quadrados, em Belém, Estado do Pará, com as benfeitorias que nêles existirem, pertencentes à D. Irani Luise Esqueiroz Coelho ou a quem de direito, de acôrdo com o Processo n.º 561-45 da Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Os imóveis em aprêço destinam-se à construção de prédios para residência de oficiais da 1.ª Zona Aérea.

Art. 3.º A despesa resultante, no total de Cr\$ 185.480,00 aproximadamente, deverá correr à conta da verba própria do orçamento do Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.457 — DE 11 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.000,00, para pagamento de gratificação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dezoito mil cruzeiros (Cr\$ 18.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento devido a Franklin Martins Ferreira, proveniente da gratificação que deixou de receber no período de janeiro a dezembro de 1939, na qualidade de fiscal federal junto à Caixa Urbana e Rural S. A.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.458 — DE 11 DE ABRIL DE 1945

Incorpora o Montepio Operário dos Arsenais de Marinha e Diretoria do Armamento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir do dia 1 do mês seguinte ao da publicação do presente Decreto-lei, aqueles que vêm contribuindo para o Montepio Operário dos Arsenais de Marinha e Diretoria do Armamento, do Rio de Janeiro e dos Estados, de que trata o Decreto n.º 23.730, de 11 de janeiro de 1934, passarão a contribuir obrigatoriamente para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, nos termos do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e, na qualidade de segurados, gozarão dos benefícios instituídos pelo mesmo Decreto-lei.

§ 1.º Aquêles que já contarem mais de 68 anos de idade, ou estiverem aposentados por invalidez, terão direito aos benefícios correspondentes a essa idade, de acordo com os valores constantes da tabela IV do citado Decreto-lei n.º 3.347.

§ 2.º Em relação a todos os que contarem mais de 40 anos de idade, observar-se-á o disposto no art. 20 do mesmo Decreto-lei n.º 3.347.

§ 3.º Tratando-se de contribuinte facultativo do Montepio, não caberá o desconto da contribuição prevista no Decreto-lei n.º 3.347, ressalvada, porém, a faculdade de operar com o I.P.A.S.E., na qualidade de mutuário, nos termos do § 2.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940.

Art. 2.º A todos os contribuintes do Montepio, obrigatórios ou facultativos, fica assegurado um pecúlio a ser adicionado ao instituído pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.347, e a ser pago na forma dêste, na importância correspondente ao prêmio único constituído por sessenta por cento (60%) do total das contribuições, que houverem pago ao mesmo Montepio.

Art. 3.º As pensões em vigor, concedidas pelo Montepio, e as que se acharem em fase de concessão, correspondentes a contribuintes falecidos antes de ser iniciada a contribuição obrigatória do art. 1.º, obedecerão à legislação anterior e ficarão a cargo do Tesouro Nacional, a partir das relativas ao mês seguinte ao da publicação deste Decreto-lei.

Art. 4.º Caberá à Junta Diretora do Montepio promover a liquidação deste, realizando o seu ativo e solvendo as suas obrigações, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, findo o qual a importância líquida que se apurar será recolhida ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Os saldos devedores de empréstimos e outras operações realizadas com os contribuintes do Montepio poderão ser liquidados por intermédio do I.P.A.S.E., por meio de empréstimos comuns, nos termos da legislação em vigor, admitida, porém, para esse fim especial, a elevação do limite de averbação para quarenta por cento (40 %) do vencimento ou salário do devedor.

Art. 5.º O I.P.A.S.E. efetuará o pagamento dos pecúlios adicionais à medida que for sendo consignada em cada exercício, no orçamento da União, dotação correspondente às importâncias que se tenham tornado devidas aos beneficiários no exercício anterior, para isso relacionando o I.P.A.S.E. os pecúlios assim devidos e levando a efeito o seu pagamento quando receber o total do crédito anualmente aberto.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.459 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a transferência dos serviços públicos de águas e esgotos na Capital Federal, da União para a Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços públicos de águas e esgotos na Capital Federal, ficam transferidos da jurisdição do Governo Federal para a da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2.º Como consequência do disposto no artigo anterior, o Governo Federal transferirá à Prefeitura do Distrito Federal o Serviço Federal de Águas e Esgotos (S.F.A.E.), ora incluído no Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º A transferência de que trata o artigo precedente se operará em virtude de contrato a ser assinado entre o Prefeito do Distrito Federal e o Ministro da Educação e Saúde, devendo constar de seus termos as disposições constantes dos parágrafos que se seguem.

§ 1.º Os funcionários efetivos existentes no momento da transferência, garantidos todos os seus direitos, passarão à categoria de funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, que responderá pelo ônus de seu pagamento.

§ 2.º O pessoal extranumerário também passará para a Prefeitura do Distrito Federal, a cujo encargo, ficará igualmente a respectiva manutenção.

§ 3.º Passarão a correr, por conta da Prefeitura do Distrito Federal, quaisquer outras despesas, ora a cargo da União, e destinadas ao custeio dos serviços transferidos.

§ 4.º A taxa de água e a taxa de saneamento, assim como a renda industrial do S.F.A.E., passarão a ser cobradas e recolhidas pela Prefeitura do Distrito Federal.

§ 5.º Serão incorporados ao patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal os bens imóveis de propriedade federal, ora diretamente ocupados pelos serviços transferidos, bem como todos os bens móveis que sejam de seu uso.

§ 6.º A Prefeitura do Distrito Federal responderá pelas obrigações e compromissos a que esteja juridicamente vinculado o Governo Federal, com qualquer pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado.

Art. 4.º Será feito um termo aditivo ao contrato da "City Improvements Co.", transferindo da União para a Prefeitura do Distrito Federal, a reversão e demais direitos, compromissos e obrigações decorrentes dos serviços de esgotos mencionados.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.460 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 20 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 31 — Representação e propaganda no exterior

01 — Secretaria de Estado

a) Representação do Brasil em Congressos, Conferências e Reuniões a realizarem-se no estrangeiro, bem como em tôdas aquelas em que comparecer, de conformidade com o art. 8.º do Decreto-lei n.º 1.565, de 5 de setembro de 1939 Cr\$ 1.500.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.461 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.650,00 para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.650,00 (nove mil seiscentos e cinquenta cruzeiros) para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação mensal de representação de U.S. \$75,00 relativa ao período de 18 de junho a 31 de dezembro de 1944, concedida ao Agrônomo classe I, Adi Raul da Silva, do Quadro Permanente do mesmo Ministério, por ter sido autorizado a utilizar-se de bolsa de estudos que lhe ofereceu o Institute of International Education, de Nova York.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.462 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 1.387.800,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão, trezentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 1.387.800,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente

00 — Pessoal Civil

77 — Quadros do Ministério Cr\$ 1.387.800,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina a atender às despesas com o preenchimento dos seguintes cargos isolados, de provimento em comissão, do Quadro Permanente do mesmo Ministério, os quais se encontram vagos:

- 1 — Polícia Especial — Padrão I
- 10 — Polícia Especial — Padrão H
- 10 — Polícia Especial — Padrão G
- 143 — Polícia Especial — Padrão F

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.463 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 9.200.000,00 para instalação e equipamento de serviços que compõem o Departamento Federal de Segurança Pública.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de nove milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 9.200.000,00), para atender às despesas (Material) com a instalação e equipamento de serviços criados ou ampliados pelo Decreto-lei n.º 6.738, de 28 de março de 1944.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Serviço de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública, à disposição do Chefe de Polícia, que autorizará os pagamentos ou adiantamentos necessários.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.464 — DE 12 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 655.000,00, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de seiscentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 655.000,00) em refêrço das Verbas 1, 2 e 3 do vi-

gente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n.º 21, do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

	Cr\$
S/c. n.º 12 — Gratificação por serviço extraordinário	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	20.000,00

Consignação IV — Indenizações

S/c. n.º 22 — Ajuda de custo	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	10.000,00
S/c. n.º 23 — Diárias	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	80.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n.º 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	50.000,00
S/c. n.º 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobresalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	5.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	7.000,00
S/c. n.º 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas, taxas de água, esgoto e lixo	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	3.000,00
S/c. n.º 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	4.000,00

S/c. n.º 37 — Iluminação, força motriz e gás	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	30.000,00
	Cr\$
S/c. n.º 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	4.000,00
S/c. n.º 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	200.000,00
S/c. n.º 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	30.000,00
S/c. n.º 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, rádiogramas e porte postal	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	12.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 36 — Serviços Contratuais	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	200.000,00
	<hr/>
	655.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.465 — DE 13 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.710.785,30, para classificação de despesa proveniente do transporte de valores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatro milhões, setecentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco cruzeiros e

trinta centavos (Cr\$ 4.710.785,30), para atender à classificação da despesa realizada com o transporte, por vias aérea e terrestre, de valores destinados às repartições fazendárias do país.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional e considerado no exercício de 1944, para efeito de classificação da despesa a que se destina a qual figurará nas contas do mesmo exercício.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.466 — DE 16 DE ABRIL DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei n.º 6.739, de 26 de julho de 1944 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — No Decreto-lei n.º 6.739, de 25 de julho de 1944, são feitas as seguintes modificações:

a) — O parágrafo 1.º do art. 3.º passa a ter a seguinte redação:

“Para os efeitos deste artigo as autoridades municipais arbitrarão o valor locativo, do todo ou das partes do imóvel a ser alugado, tomando por base o valor do custo do imóvel, dentro de dez dias contados da expedição, do “habite-se”, e sob pena de suspensão, por igual prazo, dos funcionários que derem causa à demora”.

b) — A letra e do art. 8.º fica assim redigida:

“Se a pessoa física ou jurídica, proprietária, necessitar do imóvel para o seu próprio uso, ou de seu ascendente ou descendente, ou ainda tratando-se de institutos ou caixas, proprietárias de imóveis destinados aos seus mutuários, quando os exigirem para o próprio uso desses mutuários ou associados que sejam os promitentes compradores dos aludidos imóveis, caso em que o inquilino deverá ser notificado”.

c) — O art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

“As casas, apartamentos ou lojas que estiverem fechados por mais de 60 dias, ficarão sujeitos à locação, desde que haja pretenso que ofereça como garantia a importância correspondente a três meses de alugueres.

§ 1.º O cálculo da locação será feito pelas autoridades municipais competentes, tomando-se por base o valor anterior de locação ou proporcional ao valor do custo do imóvel nos termos do § 1.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.739.

§ 2.º Recusando-se o proprietário a efetuar a locação, incorrerá nas penas do art. 3.º do Decreto-lei n.º 869 de 18 de novembro de 1938”.

Art. 2.º O pedido, feito pelo proprietário, de um dos seus imóveis locados, para seu uso ou de seu ascendente ou descendente, não poderá repetir-se senão decorridos dois anos, mesmo que se trate de outro imóvel.

Parágrafo único — A disposição deste artigo aplica-se aos processos judiciais em curso, sendo nulas as notificações anteriores à data deste Decreto, desde que feitas com violação do preceito nêle estabelecido.

Art. 3.º E' assegurada a prorrogação, pelo prazo de dois anos, da locação de imóvel ocupado por serventia ou officio de Justiça.

Art. 4.º O prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.739 fica prorrogado até 31 de agosto de 1946.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.467 — DE 16 DE ABRIL DE 1945

Extingue o Departamento de Educação Física da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto o Departamento de Educação Física da Marinha, criado pelo Decreto-lei n.º 2.296, de 10 de junho de 1940.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.468 — DE 16 DE ABRIL DE 1945

Altera a carreira de Fiscal de Plantas Têxteis do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Fiscal de Plantas Têxteis, do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	padrão ou Classe	dentes Exce-	Vagos	Observações
1	Fiscal de Plantas Têxteis	G	—	—	S	5	Fiscal de Plantas Têxteis.....	G	—	4	Os cargos vagos serão providos com recursos da c/c. do Quadro.
10	Fiscal de Plantas Têxteis.....	F	—	—	S	10	F	—	—	
16	Fiscal de Plantas Têxteis.....	E	—	—	S	16	E	—	—	
1	Fiscal de Plantas Têxteis.....	D	—	—	S	1	D	—	—	
28						32				4	

DECRETO-LEI N.º 7.469 — DE 17 DE ABRIL DE 1945

Outorga à Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com sede na Capital Federal, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica existente nos rios Prêto, nos Municípios Três Rios, Petrópolis e Teresópolis, e Piabanha, no Município de Três Rios, todos no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 164 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), e de acôrdo com a Lei Constitucional n.º 6, decreta:

Art. 1.º Por medida de conveniência pública, é outorgada à Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro, respeitados os direitos de terceiros, anteriormente adquiridos, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente nos rios Prêto e Piabanha, nos Distritos de Areal e Bemposta, do Município de Três Rios, no Distrito de Paranaúna, no Município de Petrópolis, e nos Distritos de Paquequer Pequeno e Nhunguçu, no Município de Teresópolis, todos no Estado do Rio de Janeiro:

§ 1.º A energia hidráulica será aproveitada pela construção sucessiva das seguintes usinas e represas:

a) usina e represa do Areal, com obras nos distritos de Areal e Bemposta, Município de Três Rios, e no distrito de Paranaúna, no Município de Petrópolis;

b) represa de Duas Vendas, abrangendo terras nos distritos de Paquequer Pequeno, Nhunguçu e Teresópolis, no Município de Teresópolis;

c) usina e represa Julioca, no Distrito de Areal, do Município de Três Rios;

d) usina e represa de Ponte Nova, com obras no Distrito de Paranaúna, no Município de Petrópolis, e no Distrito de Paquequer Pequeno, no Município de Teresópolis.

§ 2.º Por portaria do Ministro da Agricultura, na ocasião da aprovação dos respectivos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, bem como a descarga e a potência concedidas em cada um dos aproveitamentos, que prevêm usinas, sendo a potência alterada depois da construção da represa de Duas Vendas.

§ 3.º Essa portaria fixará também, de modo definitivo, a altura de queda e a descarga atualmente aproveitadas nas usinas em exploração de Alberto Tôrres, no rio Piabanha, e Fagundes, no rio Fagundes.

§ 4.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica para serviços públicos, para serviços de utilidade pública e para comércio de energia nas Cidades e Municípios de Niterói, Petrópolis, São Gonçalo e Magé.

Art. 2.º A título de exigências preliminares previstas no art. 158 do Código de Águas, que deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum efeito a presente concessão, a interessada obriga-se a:

I — registrar o presente título na Divisão de Águas, dentro do prazo de trinta (30) dias após a publicação;

II — apresentar, em três vias, dentro do prazo de três (3) meses, contado da data do registro deste decreto-lei na Divisão de Águas, para o pro-

jeto da primeira etapa, é contado da data em que se verificarem as condições previstas no art. 3.º d'êste decreto-lei, para os demais projetos :

a) dados sobre o regime dos cursos de água a aproveitar, principalmente os relativos à descarga de estiagem, e à de cheia, bem como a variação de nível de água a montante e a jusante das fontes de energia a aproveitar;

b) planta, em escala razoável, da área onde se fará o aproveitamento de energia, abrangendo a parte atingida pelo remanso da barragem, e perfil do rio a montante e a jusante dos locais do aproveitamento, diagrama de Ripll e cálculo da acumulação;

c) método de cálculo das barragens, projeto, época e justificação do tipo adotado; dados geológicos relativos ao terreno em que será construída a barragem; cálculo e dimensionamento da tomada de água e do canal de derivação; seções longitudinais e transversais, orçamento, disposições que assegurem a conservação e livre trânsito dos peixes; chaminé de equilíbrio, cálculo, projeto e orçamento;

d) condutos forçados; cálculos e justificação, do tipo adotado, planta e perfil com todas as indicações necessárias e observância das escalas seguintes: para as plantas, um por duzentos (1/200), para os perfis, horizontal, um por quzentos (1/200) e vertical um por cem (1/100), cálculo e desenho do assentamento e fixação dos blocos de ancoragem, orçamento;

e) edifício da usina: cálculo, projeto, orçamento; turbina: justificação do tipo adotado, seu rendimento em cargas diferentes, em múltiplos de 1/4 ou 1/8 até plena carga, indicação da velocidade característica de embalagem ou disparo, sentido de rotação e indicação de velocidade com 25, 50 e 100 por cento de carga; características do seu regulador e aparelhos de medição; desenho da turbina e descrição do tempo de fechamento, canal de fuga, orçamentos respectivos;

f) geradores: justificação do tipo adotado; potência, tensão, fator de potência, rendimentos em diferentes cargas, em múltiplos de 1/4 ou 1/8 até plena carga, respectivamente, com $\cos=0,7$, $\cos=0,8$ e $\cos=1$; frequência de 50 ciclos, variação de tensão e sua regulação, queda de tensão de curto circuitos, característicos de detalhes, em escala fornecida pelos fabricantes, GD 2 do grupo motor gerador; esquema das ligações, orçamento;

g) excitatriz: tipo, tensão, rendimento, potência, acoplamento, características, orçamento;

h) indicação dos aparelhos montáveis fora dos painéis de alta tensão de transmissão, antes e depois das barras gerais; isoladores, chaves, interruptores, transformadores de correntes e de tensão, tubos, barra de segurança, seus dispositivos entre si e as paredes;

i) transformadores: as mesmas exigências feitas para os geradores;

j) projeto das linhas de transmissão; pára-raios; bobinas de choque, cálculo mecânico e elétrico da linha com o fator de potência igual a 0,8; sua perda de potência, tensão na partida e na chegada, distância entre os condutores; postes; tipos e desenhos; perfil da linha, acompanhado do mapa em escala razoável e com detalhes; orçamento.

III — Obedecer, em todos os projetos, às prescrições de ordem técnica que forem determinadas pela Divisão de Águas.

§ 1.º A título ainda das exigências preliminares, a que se refere o presente artigo, a concessionária assinará o contrato de concessão, pelo prazo de trinta (30) anos, abrangendo os novos aproveitamentos e aqueles já realizados na data do presente decreto-lei, nos termos do mesmo, obedecendo a exploração às disposições do Código de Águas e leis subseqüentes.

§ 2.º Os prazos, a que se refere êste artigo, só poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura, por motivo de força maior, depois de

ouvida a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º A Companhia Brasileira de Energia Elétrica construirá as usinas e represas citadas no § 1.º do art. 1.º obrigando-se a executar a etapa seguinte desde que tenha sido absorvido 70 % do potência da etapa anterior e preferivelmente na ordem seguinte: Areal, primeira etapa de Duas Vendas, Ponte Nova, segunda etapa de Duas Vendas, e Julioca.

Parágrafo único. As obras do primeiro aproveitamento serão iniciadas dentro do prazo de três (3) meses a partir da publicação da aprovação do projeto respectivo pelo Ministro da Agricultura.

Art. 4.º A Companhia Brasileira de Energia Elétrica obriga-se a remodelar as redes de distribuição e linha de transmissão que servem os Municípios de Niterói, São Gonçalo e Petrópolis, devendo apresentar ao Ministro da Agricultura, dentro do prazo de doze (12) meses, projetos que deverão obedecer as normas técnicas exigidas pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 5.º Dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar da publicação do presente decreto-lei, operar-se-á a reversão, à Prefeitura Municipal de Petrópolis, das instalações do Banco Construtor do Brasil, Nova S. A., destinadas ao suprimento de energia elétrica no mesmo Município, de acôrdo com o contrato de 16 de dezembro de 1903.

§ 1.º Terminado êsse prazo, a Prefeitura receberá as instalações do Banco, depositando previamente o preço da indenização devida ao mesmo.

§ 2.º Essa indenização abrangerá o valor da dívida da Prefeitura ao Banco pelo fornecimento de iluminação pública à cidade de Petrópolis até 30 de maio de 1940, acrescida dos juros de 6 %, e mais o valor, pelo custo original, dos acréscimos efetuados às instalações após aquela data, e a remuneração de 10 %, prevista no Decreto-lei n.º 3.128, de 19 de março de 1941, sobre o valor de tais acréscimos, e mais outras contas ainda não pagas de iluminação pública, sem quaisquer juros, tudo de acôrdo com o termo de 30 de maio de 1940, assinado entre a Municipalidade e o Banco.

§ 3.º O montante final da indenização será fixado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, trinta (30) dias após a publicação do presente decreto-lei, se, até essa época, não lhe houverem as duas partes acordado o valor.

Art. 6.º À Companhia Brasileira de Energia Elétrica serão transferidas pela Prefeitura Municipal de Petrópolis, pelo preço da indenização que esta tiver pago, as instalações do Banco Construtor do Brasil, Nova S.A., sendo êsse preço tido logo como o investimento reconhecido para os efeitos do art. 7.º, nas instalações em aprêço.

Art. 7.º O capital a ser remunerado será o investimento reconhecido nos termos do Código de Águas e legislação subsequente para produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Para as instalações anteriores ao presente decreto-lei, o investimento será determinado na base do inventário previsto no citado Decreto-lei n.º 3.128, sem prejuízo do que dispuser a Lei de regulamentação do art. 147 da Constituição.

Art. 8.º O Governo do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado a desistir da reversão das redes de distribuição do Município de Niterói, prevista no contrato de 10 de outubro de 1905, entre aquêlê Governo e a "Société Anonyme de Travaux et d'Entreprises au Brésil" e baseada no Decreto-lei n.º 5.764, de 19 de agosto de 1943, tendo em vista a instalação

da nova rede e condicionando a desistência à efetivação das condições prescritas no presente decreto-lei.

Parágrafo único. A reversão será operada na base do art. 11 do presente decreto-lei.

Art. 9.º As tabelas de preço de energia, para os três (3) primeiros anos de exploração posteriores à vigência do contrato celebrado nos termos do § 1.º do art. 2.º, serão as da tabela que acompanha o presente decreto-lei, recomendadas pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e entrarão em vigor automaticamente na data da apresentação do projeto da primeira etapa, de acordo com o art. 2.º, inciso II, deste decreto-lei.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão às novas tabelas, após a sua vigência, as normas de verificação de resultados financeiros previstas no Código de Águas e leis subsequentes, efetuando-se a revisão das mesmas tabelas cada três (3) anos, segundo o art. 180 do mesmo Código e leis posteriores.

Art. 10. Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 7.º do presente decreto-lei, será criada uma reserva, que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidente.

Parágrafo único. A constituição dessa reserva, que se denominará "reserva de renovação", será realizada por quotas especiais, que incidirão sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Estas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada trienalmente na época da revisão das tarifas.

Art. 11. Findo o prazo da concessão, toda a propriedade da concessionária que, no momento, existir em função exclusiva e permanente da produção, transmissão, transformação e distribuição da energia elétrica, referente ao aproveitamento concedido, reverterá para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do investimento reconhecido, do capital não amortizado, deduzida a "Reserva de Renovação", a que se refere o parágrafo único do artigo anterior.

Parágrafo único. Se o Governo estadual não fizer uso do seu direito a essa reversão, a concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada pela forma que, no respectivo contrato, deverá estar prevista.

Art. 12. A concessionária gozará, desde a data do registro de que trata o art. 2.º do presente decreto-lei e enquanto vigorar esta concessão, dos favores constantes do Código de Águas e das leis especiais sobre a matéria.

Art. 13. A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data do registro do respectivo contrato na Divisão de Águas.

Art. 14. A concessionária fica obrigada a construir e a manter, nas proximidades dos locais dos aproveitamentos, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias para observações linimétricas e medições de descarga e a realizar as observações de acordo com as instruções da Divisão de Águas.

Art. 15. Fica a concessionária autorizada, nos termos dos arts. 3.º e 5.º, alínea h, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, a promover a desapropriação dos terrenos necessários ao estabelecimento das instalações de produção, transformação e transmissão projetadas, de acordo com as plantas apresentadas e aprovadas.

Parágrafo único. Para o efeito de posse dos terrenos indispensáveis à execução das obras, a desapropriação é de caráter urgente, na forma do art. 15 do citado decreto-lei.

Art. 16. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Salles

TABELA DE TARIFAS ANEXA AO DECRETO-LEI N.º 7.469, DE 17 DE ABRIL DE 1945

1. ILUMINAÇÃO PARTICULAR:

Cr\$ 12,00 por mês por kW, ou fração, de carga ligada, com direito a usar 15 kWh durante o mês, para cada kW, ou fração de carga ligada;
Cr\$ 0,50 por kWh, para todo consumo adicional.

Aluguel dos medidores: De acordo com as tabelas atuais da Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

Nas zonas situadas além de 6 (seis) quilômetros dos limites externos dos centros urbanos, nas regiões montanhosas, poderá ser cobrado, independente de quaisquer outras condições, o preço de Cr\$ 24,00 por mês por kW ou fração de carga ligada, com direito a usar 30 kWh durante o mês, nas condições acima estabelecidas, cobrando-se Cr\$ 0,50 por kWh para todo consumo adicional.

2. FÔRÇA MOTRIZ:

a) *Pequenos consumidores: — de 4 a 40 kW ligados — Baixa tensão:*

Cr\$ 24,00 por mês por kW, ou fração, de carga ligada, com direito a usar 53 kWh durante o mês, para cada kW ligado ou fração de carga ligada;

Cr\$ 0,30 por kWh pelos seguintes 80 kWh por kW, ou fração, ligado, por mês;

Cr\$ 0,20 por kWh para todo consumo adicional.

b) *Grandes consumidores: — com mais de 40 kW ligados — Alta tensão:*

Cr\$ 30,00 por mês por kW, ou fração, de demanda para os primeiros 500 kW;

Cr\$ 25,00 por mês por kW, ou fração, de demanda para toda demanda adicional; e mais:

Cr\$ 0,10 por kWh para os primeiros 400 kWh por kW, ou fração, de demanda, usados por mês;

Cr\$ 0,05 por kWh para todo consumo adicional.

Determinação da demanda:

A demanda será a máxima registrada durante qualquer período de 15 minutos, durante o mês; porém, não poderá ser inferior a 80 % da demanda máxima registrada nos 11 meses anteriores, ou inferior a 80 % da demanda contratada pelo consumidor. Para os consumidores com carga ligada inferior a 200 kW, a Companhia poderá, com aprovação dos órgãos de fiscalização, determinar a demanda na base da percentagem da carga ligada, da seguinte maneira:

1 motor	—	100 %	da carga ligada
2 motores	—	90 %	da carga ligada
3 motores	—	80 %	da carga ligada
mais de 3 motores	—	70 %	da carga ligada

No entretanto, as percentagens acima indicadas serão aplicáveis somente no caso em que o número de kW contratados seja igual a ou maior do que:

- 1.º) A capacidade nominal do motor de maior potência;
- 2.º) 90 % da soma das capacidades nominais dos 2 (dois) maiores motores;
- 3.º) 80 % da soma das capacidades nominais dos 3 (três) maiores motores.

Fator de potência:

Quando o fator de potência verificado for inferior a 85 %, a demanda será ajustada na proporção do fator de potência verificado para o fator de potência de 85 %.

Tarifas especiais: Tarifas especiais para tração elétrica e iluminação pública serão calculadas pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e aprovadas pelo respectivo Ministro.

DECRETO-LEI N.º 7.470 — DE 17 DE ABRIL DE 1945

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé compreende duas comarcas, dois municípios e nove distritos, de conformidade com o quadro que este acompanha (anexo n.º 1) e com os limites descritos no anexo n.º 2.

§ 1.º O Governador do Território poderá dividir os distritos municipais em sub-distritos, submetendo o ato, *a posteriori*, à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá sobre o mesmo o Conselho Nacional de Geografia, e, ainda, criar, dentro dos sub-distritos, circunscrições especiais, para efeito do registro civil das pessoas naturais (arts. 163 e 164 do Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º Poderá, também, o Governador do Território baixar atos interpretativos das linhas divisórias inter-municipais e inter-distritais, para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do seu âmbito municipal ou distrital.

Art. 2.º O Governador providenciará para que, até 31 de dezembro de 1945, sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais do Território, elaborados de conformidade com as instruções do mesmo Conselho.

Art. 3.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1948.

§ 1.º O Governador do Território providenciará para elaboração do projeto do quadro territorial a vigorar no quinquênio 1949-1954, de conformidade com o disposto nos Decretos-leis de n.º 311, de 2 de março de 1938 e 5.901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2.º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1948, ficará automaticamente prorrogada a vigência dêste quadro, até que o novo quadro entre em vigor.

Art. 5.º Ficam criados no Quadro da Justiça-Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os seguintes cargos:

a) dois oficiais de justiça do juízo de direito (Justiça dos Territórios) padrão D;

b) dois serventes do juízo de direito (Justiça dos Territórios) padrão C.

Parágrafo único. Terão exercício na sede de cada comarca um oficial de justiça e um servente.

Art. 6.º Ficam criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos da Justiça dos Territórios;

a) nove juizes de paz (distritos de Porto-Velho, Abunã, Ariquemes, Calama, Jaci-Paraná, Rondônia, Guajará-Mirim, Pedras Negras e Príncipe da Beira);

b) dois escrivães do juízo de direito (comarcas de Porto-Velho e Guajará-Mirim);

c) sete escrivães do juízo de paz (distritos de Abunã, Ariquemes, Calama, Jaci-Paraná, Rondônia, Pedras-Negras e Príncipe da Beira).

§ 1.º Os serventuários de que trata a letra b, dêste artigo exercerão, além das funções próprias, as de oficial de registro de títulos e documentos, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de imóveis, oficial de protesto de título, contador, partidor, tabelião de notas, escrivão de paz e oficial de registro civil das pessoas naturais (§ 1.º art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º Os serventuários de que trata a letra c, dêste artigo exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de notas e oficial de registro civil das pessoas naturais (§ 2.º do art. 5.º do referido Decreto-lei).

Art. 7.º No corrente exercício, a despesa com a execução do que dispõe o art. 5.º será atendida com saldo existente na conta corrente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas produzirá efeitos, na parte relativa ao quadro territorial, a partir de 1 de janeiro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamennon Magalhães.

ANEXO N.º 1, DO DECRETO-LEI N.º 7.470, DE 17 DE ABRIL DE 1945

Quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Território para o período de 1945 a 1948

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		Sedes das Circunscrições		
Comarcas		Térmos		Municípios		Distritos				
Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Categoria
1	Pôrto Velho...	1	Pôrto Velho...	1	Pôrto Velho...	1	Pôrto Velho...	1	Pôrto Velho...	Capital
						2	Abunã (ex- Presidente Marques).	2	Abunã (ex- Presidente Marques).	Vila
						3	Ariquemes ...	3	Ariquemes ...	Vila
						4	Calama	4	Calama	Vila
						5	Jaci - Paraná (ex - Generoso Ponce)	5	Jaci - Paraná (ex - Generoso Ponce)	Vila
						6	Rondônia (ex- Presidente Pena) ...	6	Rondônia (ex- Presidente Pena) ...	Vila
2	Guajará-Mirim	2	Guajará-Mirim	2	Guajará-Mirim	7	Guajará-Mirim	7	Guajará-Mirim	Cidade
						8	Pedras Negras	8	Pedras Negras	Vila
						9	Príncipe da Beira ...	9	Príncipe da Beira ...	Vila

ANEXO N.º 2, DO DECRETO-LEI N.º 7 470, DE 17 DE ABRIL DE 1945

Limites municipais e divisas interdistritais em que se baseia o Quadro Território Administrativo e Judiciário do Território

I — MUNICÍPIO DE PÔRTO-VELHO (1)

a) LIMITES MUNICIPAIS

1 — Com o Estado do Amazonas

Começa na intersecção da linha de limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas com o divisor de Águas dos rios Ituxí-Abunã e Ituxí-Madeira, continua pelos limites interestaduais até a linha de limite entre os Estados do Amazonas e Mato-Grosso.

2 — Com o Estado de Mato-Grosso

Começa na linha de limite entre os Estados do Amazonas e Mato-Grosso, no divisor de águas Gi-Paraná-Marmelos, continua pelos limites interestaduais até alcançar o divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi.

3 — Com o Município de Guajará-Mirim

Começa no divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi, continua pela linha de cumiada da serra dos Parecis até a nascente principal do rio Jaci-Paraná; desce por este rio até o paralelo da cabeceira do igarapé Taquara, prossegue por este paralelo até a dita cabeceira, descendo o igarapé Taquara até a sua foz no rio Madeira, no limite com a República da Bolívia.

4 — Com a República da Bolívia

Começa na foz do igarapé Taquara no rio Madeira, continua pelo limite internacional até a linha divisória Acre-Amazonas.

5 — Com o Território do Acre

Começa no ponto em que o prolongamento da linha limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas encontra o rio Abunã, segue pelos limites interestaduais até o divisor de águas Ituxi-Abunã.

b) DIVISAS INTERDISTRITAIS

1 — Entre os distritos de Pôrto-Velho e Abunã

Começa na foz do rio Mutum-Paraná, no rio Madeira; sobe pelo rio Madeira até a foz do Igarapé dos Ferreiros; sobe por este igarapé até sua cabeceira; daí por um paralelo que vai atingir o divisor de águas Ituxi-Abunã na linha de limite entre os Territórios do Acre e Guaporé.

2 — Entre os distritos de Pôrto-Velho e Jaci-Paraná

Começa na linha de cumiada da serra dos Parecis, segue o divisor de águas Jaci-Paraná-Candeias, até alcançar a cabeceira do igarapé Caracol, descendo por ele até sua confluência no rio Madeira; pelo qual sobe até a foz do rio Mutum-Paraná.

3 — Entre os distritos de Pôrto-Velho e Ariquemes

Começa no divisor de águas Jamari-Gi-Paraná, na altura do paralelo que passa pela confluência dos rios Massangana e Jamari, segue por este paralelo até a foz do rio Massangana, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí

continua pelo divisor de águas Candeias-Jamari até encontrar a linha de cumiada da serra dos Parecis.

4 — *Entre os distritos de Pôrto-Velho e Calama*

Começa no Paraná-Pixuna, no paralelo que passa pela nascente do igarapé Cuniã, continua por este paralelo até a dita nascente, desce por este igarapé até sua confluência no rio Madeira e por este abaixo até o divisor de águas Jamari-Gi-Paraná, por este divisor até o paralelo que passa pela confluência dos rios Massangana e Jamari.

5 — *Entre os distritos de Jaci-Paraná e Abunã*

Começa na foz do rio Mutum-Paraná, no rio Madeira, sobe o dito Mutum até encontrar o paralelo que passa pela nascente do igarapé Taquara.

6 — *Entre os distritos de Calama e Ariquemes*

Começa no divisor de água Jamari-Gi-Paraná, a partir do paralelo que passa pela confluência dos rios Massangana e Jamari; segue por este divisor até alcançar o rio Jaru, no ponto fronteiro à foz do igarapé Paraíso.

7 — *Entre os distritos de Calama e Rondônia*

Começa na foz do igarapé Paraíso, no rio Jaru, desce por este rio até a sua foz no rio Gi-Paraná; continua pelo paralelo que passa na foz do rio Jaru até alcançar o divisor de águas Gi-Paraná-Roosevelt, na linha de limite do Território.

8 — *Entre os distritos de Ariquemes e Rondônia*

Começa no rio Jaru, no ponto fronteiro a foz do igarapé Paraíso; sobe pelo rio Jaru até sua cabeceira; daí prossegue até alcançar a linha de cumiada da serra dos Parecis.

II — MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (2)

a) — LIMITES MUNICIPAIS

1 — *Com o Município de Pôrto-Velho*

Começa no rio Madeira na foz do igarapé Taquara, sobe por este igarapé até sua cabeceira, daí segue por um paralelo que passando pela dita cabeceira encontra o rio Jaci-Paraná, sobe por este rio até sua nascente principal; daí alcançando a linha de cumiada da serra dos Parecis, segue-a até encontrar o divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi.

2 — *Com o Estado de Mato-Grosso*

Começa na serra dos Parecis, segue pelos limites interestaduais até a foz do rio Cabixi no rio Guaporé.

b) DIVISAS INTERDISTRITAIS

1 — *Entre os distritos de Guajará-Mirim e Príncipe da Beira*

Começa no rio Guaporé, na foz do rio Cautário, sobe por este rio até sua nascente na serra dos Parecis.

2 — *Entre os distritos de Príncipe da Beira e Pedras Negras*

Começa no rio Guaporé, na foz do rio Branco ou São Simão, sobe por este rio até sua nascente na serra dos Parecis.

DECRETO-LEI N.º 7.471 — DE 17 DE ABRIL DE 1945

Considera data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril de 1945; em que se completará o 1.º Centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.

O Presidente da República:

Considerando que os inestimáveis serviços prestados ao país e ao continente pelo Doutor José Maria da Silva Paranhos, figura exponencial da diplomacia brasileira, o tornaram credor da mais alta reverência;

Considerando que é dever do Governo zelar pelas tradições cívicas da nacionalidade e pelo culto aos grandes vultos da história pátria, para que se conservem nas gerações que se sucederem os sentimentos de gratidão e veneração a que fizeram jus; e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É considerado data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril de 1945, em que se completará o 1.º Centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.

Art. 2.º Será facultativo o ponto nas repartições federais sediadas na Capital da República nesse dia.

Art. 3.º O texto do presente decreto-lei será transmitido telegraficamente a todos os Interventores e Governadores nos Estados e Territórios, a fim de ser reproduzido nos respectivos órgãos oficiais na referida data.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

Eurico G. Dutra

José Roberto de Macedo Soares

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Apolonio Salles

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.472 — DE 17 DE ABRIL DE 1945

Cria o Estabelecimento de Subsistência da 6.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Salvador, Estado da Bahia, o Estabelecimento de Subsistência da 6.ª Região Militar, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

DECRETO-LEI N.º 7.473 — DE 18 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério das Relações Exteriores, um centro de investigações e ensino, denominado Instituto Rio Branco.

Art. 2.º O Instituto Rio Branco terá por finalidade:

a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;

b) o preparo de candidatos ao concurso para a carreira de "Diplomata";

c) a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;

d) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;

e) a sistematização de dados e documentos e a realização de pesquisas sobre história política e diplomática.

Parágrafo único. O Instituto poderá também servir de órgão de informação geral, para funcionários do Governo federal, ou para delegados a congressos e reuniões no exterior.

Art. 3.º A estrutura e o funcionamento do Instituto serão estabelecidos em regulamento próprio, a ser baixado dentro de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministro de Estado das Relações Exteriores nomeará uma comissão para elaborar o referido regulamento e os planos de trabalho do Instituto nos cinco primeiros anos do seu funcionamento.

Art. 4.º Para atender, no presente exercício, às despesas decorrentes deste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

José Roberto de Macedo Soares

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.474 — DE 18 DE ABRIL DE 1945

Concede anistia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei.

§ 1.º Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-lei n.º 4.766, de 1 de outubro de 1942.

§ 2.º Consideram-se conexos para os efeitos dêste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2.º A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos, ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3.º Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

Art. 4.º Em nenhuma hipótese terão os beneficiados por êste decreto-lei direito aos vencimentos atrasados ou suas diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.475 — DE 18 DE ABRIL DE 1945

Cria o Hôrto Florestal de Pelotas, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, um Hôrto Florestal, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Para a constituição do Hôrto Florestal, fica reservada a área de 500 hectares dos terrenos pertencentes ao Instituto Agronômico de Pelotas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Êste Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.476 — DE 18 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 27.900,00, para pagamento de indenizações decorrentes de desapropriação de terrenos no Território Nacional do Iguaçu

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos cruzeiros), para atender ao pagamento de indenizações julgadas procedentes pela Comissão de avaliação, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-lei n.º 6.506, de 17-5-1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.477 — DE 19 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 930.545,00, para execução de obras de reparação na ponte de Igapó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de novecentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 930.545,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis) com a reparação da ponte de Igapó, no trecho de Natal a Angicos, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.478 — DE 19 DE ABRIL DE 1945

Autoriza acôrdo entre a União, como sucessora da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, e a S. A. Lameiro, com interveniência da Sociedade Lar Proletário, para retificação de limites e áreas de terrenos judicialmente desapropriados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a União autorizada a celebrar com a Sociedade Anônima Lameiro e interveniência da Sociedade Lar Proletário o acôrdo de que trata a minuta que acompanha o presente Decreto-lei, organizada com base nos elementos constantes do processo fichado no Ministério da Fazenda sob o n.º 10.731, de 1944.

Parágrafo único. O acôrdo celebrado na conformidade dêste artigo será executado por intermédio da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINUTA DE ACÔRDO A QUE SE REFERE O DECRETO-LEI
N.º 7.478, DE 19 DE ABRIL DE 1945

Acôrdo que fazem, de um lado, a União, devidamente autorizada e representada pelo diretor do Serviço do Patrimônio da União, engenheiro Ulpiano de Barros e de outro lado a Sociedade Anônima Lameiro, representada por seu presidente, o Sr. Ambrósio Lameiro, com interferência da Sociedade Civil "Lar Proletário", representada por seu Presidente, a Sra. Dona Darci Sarmanho Vargas e pelo Diretor Tesoureiro, engenheiro Oscar Weinschenck, para a retificação dos limites e das áreas dos terrenos desapropriados judicialmente, em 1926, pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, no Juízo da antiga 3.ª Vara Federal, terrenos êsses que constituem partes dos imóveis ns. 250 e 252, da Rua Bonfim, nesta Capital, e passaram, posteriormente, para o Serviço do Patrimônio da União; e os terrenos remanescentes dêsses imóveis, que ficaram pertencendo àquela Sociedade Anônima, por não terem sido incluídos na área desapropriada.

A S. A. Lameiro, tendo em vista a descrição do terreno doado pelo Governo Federal à Associação Lar Proletário, pelo Decreto-lei n.º 745, de 28 de setembro de 1938, e verificando estarem incluídos nesse terreno doado, áreas que essa sociedade anônima vinha ocupando, convencida de que eram de sua propriedade, solicitou do Serviço do Patrimônio da União a revisão dos rumos do polígono limite do terreno que lhe foi desapropriado pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, compreendendo partes dos imóveis ns. 250 e 252 da rua Bonfim, nesta Capital, e bem assim, a verificação da respectiva área, terreno êsse dentro do qual se contém, em sua quase totalidade o que constituiu objeto daquela doação.

Atendendo a essa solicitação, fêz o referido Serviço o estudo dos processos de desapropriação e das plantas já levantadas, tanto por essa repartição, como pela própria S. A. Lameiro, estudo que essa sociedade anônima acompanhou em todos os seus trâmites e detalhes, e do qual resultou o acôrdo expresso nas sete condições que adiante se encontram, depois das declarações e observações, que as justificam, acôrdo que extingue completa e definitivamente, dúvidas, incertezas e contestações, quanto à extensão e aos limites daquele terreno desapropriado pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

Para maior clareza na inteligência das aludidas condições e para facilitar sua justificação, foi organizada a planta, que com o índice LP-6, está assinada pelos representantes das partes acordantes e da interveniente, constituindo parte integrante do mencionado acôrdo, planta na qual, todos os pontos importantes foram assinados com números, simplificando as referências necessárias.

Item 1 — A União, tendo em vista os resultados do estudo acima referido, reconhece:

a) que pertence à S. A. Lameiro uma rea de terreno de forma triangular, limitada pela linha limite da zona a desapropriar aprovada pelo Decreto n.º 15.036, de 4 de outubro de 1921; pelo alinhamento da Rua Ricardo Machado, livisa dos terrenos anteriormente vendidos ao Clube de Regatas Vasco da Gama; e pela antiga divisa entre os imóveis ns. 250 e 252, da Rua Bonfim; que êsse triângulo, marcado na planta LP-6, por seus vértices 38.39.40, tem, medida nessa planta, a área de 3.504,00 metros quadrados.

b) que vem ocupando um terreno com frente para a Rua da Alegria, marcado na planta LP-6, pelos pontos 18.20.21.22, cuja área é de 685.00 metros quadrados, o qual é parte do imóvel n.º 250, mas, que não tendo sido abrangido pelo polígono limite da desapropriação, constitui propriedade da S. A. Lameiro;

c) que medida na planta LP-6, a área do polígono limite do terreno desapropriado pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, polígono ali marcado pelos pontos 1.2.4.5.6.8.9.14.16.17.18.22.23.24.27.28.30.31.32.33.34.35.37.38.39.40.42.43.44.45.1, verifica-se ser ela maior de 2.270,61 metros quadrados, que a área efetivamente desapropriada e paga à S. A. Lameiro, pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

Item 2 — A S. A. Lameiro reconhece que, por falta do estudo agora realizado e da necessária demarcação do polígono limite do terreno que lhe foi desapropriado pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense:

a) construiu, em parte, em terreno compreendido dentro do referido polígono, a ala mais nova do edifício que possui em terrenos de sua propriedade, invadindo, assim aquele terreno, desapropriado, ao longo do lado 4.5.6., do dito polígono;

b) cercou e vem ocupando uma área de terreno em prolongamento do que lhe pertence, área que agora verificou estar compreendida dentro do citado polígono;

c) cercou e vem ocupando um corredor com largura não excedente de 3,00 metros, nos fundos da Fábrica S. João, o qual liga dois terrenos de sua propriedade, com frente para a Rua da Alegria, corredor cuja posse lhe fôra assegurada em pleito judicial com terceiros, mas que reconhece star compreendido dentro do já mencionado polígono limite;

d) fechou com cerca, um dos dois terrenos acima referidos, mas, em rumo que verifica não ser o verdadeiro, pelo que invadiu área

compreendida dentro do mesmo polígono, ocupando o triângulo marcado na planta pelos vértices 24.26.27 e cuja área é de 212,00 metros quadrados.

Item 3 — A União e a S. A. Lameiro, tomando em consideração o que está exposto nos itens 1 e 2, e mais:

I — que lhes convém, reciprocamente, a inclusão na área desapropriada, do terreno referido na letra b, do item 1 e a exclusão dessa área, do terreno triangular mencionado na letra d, do item 2.

II — que para a Associação Lar Proletário é conveniente conservar como parte do terreno que lhe foi doado pelo Governo, o terreno em forma de triângulo, referido na letra a, do item 1;

III — que para a S. A. Lameiro há conveniência em conservar a maior área de terreno possível, em prolongamento e contigüidade da que é de sua propriedade e onde tem suas instalações fabris;

acordarem em modificar o polígono limite do terreno desapropriado, referido na letra c, do item 1, restituindo à S. A. Lameiro a área excedente à que foi efetivamente desapropriada e paga, e realizando a permuta de outras áreas, atendendo, nessa modificação, às conveniências expostas nas alíneas I, II e III, deste item.

Item 4 — Tendo em vista a conveniência de se tornar público, a rua particular pertencente à S. A. Lameiro, e que se liga à Rua Bela, essa sociedade anônima e a União acordaram em fazer, para isso, a cessão da faixa de terreno necessária, cabendo em partes iguais a essas entidades, os ônus dessa cessão. A aludida rua ficará com a largura mínima de 13,20 m, e em linha reta, determinada pelos pontos marcados na planta com os ns. 7 e 50, obrigando-se a S. A. Lameiro a obter do proprietário vizinho, do lado norte dessa rua, a cessão da mesma de terreno precisa, para que essa condição de alinhamento possa ser observada.

Item 5 — Obedecendo ao que foi assim declarado e ajustado, foram feitos os cálculos necessários para a determinação da modificação do polígono limite do terreno desapropriado, redigindo-se as sete condições seguintes, em que fica expresso o acôrdo feito pelo Serviço do Patrimônio da União com a S. A. Lameiro, pondo termo a tôdas as dúvidas, incertezas e contestações, quanto à extensão e limites desse terreno desapropriado.

Primeira condição

A S. A. Lameiro cederá à União a área de terreno de forma triangular, adjacente à Rua Ricardo Machado, indicada na planta LP-6, pelos vértices 38.39.40 e tracejado em côr verde. O trecho correspondente, do polígono limite do terreno desapropriado pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, desmembrado dos imóveis ns. 250 e 252, da Rua Bonfim, que unia os pontos 37.38.39.40.42, fica substituído pela linha reta 37.38.40.42 que coincide com o alinhamento da Rua Ricardo Machado.

Segunda condição

Fica incluído no polígono limite da área desapropriada, o terreno pertencente a S. A. Lameiro, com frente para a Rua da Alegria, e que está indicado na planta LP-6, com linhas tracejadas em côr verde, unindo os pontos 18.20.21.22. O trecho correspondente do aludido polígono limite, que unia os pontos 16.17.18.22.23.24, fica substituído pelo que une os pontos 16.17.18.20.21.22.23.24.

Terceira condição

Fica excluído do polígono limite da área desapropriada, passando a pertencer à S. A. Lameiro, o terreno de forma triangular, indicado na planta LP-6, pelos vértices 24.26.27. O trecho correspondente do referido polígono limite, que unia os pontos 22.23.24.27.28.30, fica substituído pelo que une os pontos 22.23.24.26.27.28.30.

Quarta condição

A S. A. Lameiro entrega ao Serviço do Patrimônio da União, fazendo remover a cerca que ali construiu, o corredor com largura não excedente a 3,00 m, nos fundos da Fábrica S. João, que em ação judicial com terceiros, foi reconhecido como de sua propriedade. Assim será mantido no trecho correspondente do mencionado polígono limite, a linha reta 26.27.28.30.31, como está traçada na planta LP-6, não obstante a posição atual do muro da referida fábrica, construído fora desse alinhamento reto.

Quinta condição

A União e a S. A. Lameiro, atendendo à sua mútua conveniência, concordam em tornar pública a rua particular, hoje pertencente a essa sociedade anônima e em prolongá-la até onde necessário fôr, para servir à área de terreno a que se refere a sexta condição, cabendo, em partes iguais, a essas duas entidades, os ônus da cessão da faixa do terreno necessária para esse fim. A referida rua ficará com a largura de 13,20 m, e em linha reta, determinada pelos pontos 7 e 50, da planta LP-6, obrigando-se a S. A. Lameiro a obter do proprietário vizinho, do lado norte dessa rua, a cessão da faixa de terreno necessária para que a condição do alinhamento, acima estabelecida, possa ser observada.

Sexta condição

A União cederá à S. A. Lameiro, em continuação da que já pertence a essa sociedade anônima, uma área de terreno, que ficará entre o prolongamento da rua particular referida na quinta condição e a linha reta, marcada na planta LP-6, pelos pontos 6.8.9.13.15, pela qual se alinham muros e edifícios, construídos pelo proprietário vizinho, ao norte, área de terreno que terá por limite a oeste, a linha 12.13, perpendicular à aludida rua e distante 122,00, do ângulo sobre essa rua, do edifício pertencente àquela sociedade anônima e assinalado na planta citada, como ponto 7. Cedendo essa área de terreno, que na planta LP-6, está limitada pelo polígono 5.6.8.9.13.12.10.7.5, o Serviço do Patrimônio da União faz desaparecer diferença verificada na área do terreno desapropriado, em relação à que foi paga à S. A. Lameiro, e, além disso:

- a) compensa a área do terreno de forma triangular, a que se refere a primeira condição;
- b) compensa a área excedente, cedida pela S. A. Lameiro, na permuta dos terrenos a que se referem a segunda e terceira condições;
- c) compensa, em obediência ao que determina a quinta condição, a área excedente à metade da necessária para tornar pública a atual rua particular, que a S. A. Lameiro cederá.

Nessas condições, o polígono limite dos terrenos desapropriados, que, no trecho correspondente à área cedida a que se refere esta condição, passa, atualmente, pelos pontos 1.2.4.5.6.8.9.14.16, assinalados na planta LP-6, ficará modificado, para passar pelos pontos 1.2.3.11.12.13.14.16, sendo que, no trecho que une os vértices 2 e 11, margeará a rua, que será prolongada e se tornará pública.

Sétima condição

A União e a S. A. Lameiro, dentro do prazo de 60 dias, contado da data da assinatura do presente acôrdo, farão, em conjunto, a demarcação dos trechos do polígono limite da área de terreno desapropriada, que são modificados por êste mesmo acôrdo, e se obrigam a respeitar êsse novo limite, sem que a qualquer dessas entidades caiba direito de reclamar da outra, qualquer nova modificação no aludido polígono limite, compensação ou restituição de áreas de terrenos, quer em virtude da desapropriação, quer por eventuais diferenças de metragem, que, por ventura, venham a ser verificadas.

Presente a êste acôrdo, como interveniente, a associação civil Lar Proletário, por seus representantes já referidos, foi declarado que, de conformidade com o que estabelecem as sete condições do referido acôrdo, essa associação fica prejudicada na área de terreno que lhe foi doada pelo Decreto-lei n.º 745, de 28 de setembro de 1938, mas, que, reconhecendo a conveniência do Serviço do Patrimônio da União, da S. A. Lameiro e da própria Associação Lar Proletário, decorrente do acôrto de limites e áreas das respectivas propriedades, acôrto que põe termo a quaisquer dúvidas e contestações pretéritas, presentes e futuras, sôbre o direito e posse de cada qual das partes interessadas, sôbre essas propriedades, manifesta sua inteira conformidade com os termos do presente acôrdo, certa como está de que o Governo Federal lhe dará a justa compensação do aludido prejuízo, mormente em face da finalidade social, que constitui o objetivo único de sua atividade, e da doação que lhe foi feita pelo Governo Federal.

DECRETO-LEI N.º 7.479 — DE 19 DE ABRIL DE 1945

Modifica o Decreto n.º 24.591, de 6 de julho de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam modificadas para setenta e dois metros e oitenta e cinco centímetros (72,85 m) de comprimento e três metros e oitenta centímetros (3,80 m) de largura as dimensões da faixa de terreno situada ao longo de toda a face lateral direita do imóvel em que está construído o prédio em que funciona a agência postal-telegráfica de São João del Rei, no Estado de Minas Gerais, e cuja transferência ao domínio do Município foi autorizada e regulada pelo artigo único do Decreto n.º 24.591, de 6 de julho de 1934.

Art. 2.º Correrão por conta da Prefeitura Municipal de São João del Rei as despesas com a abertura da nova entrada do prédio de que se trata, bem como as modificações que se tornem necessárias ao mesmo, em virtude da cessão da aludida faixa de terreno.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.480 — DE 19 DE ABRIL DE 1945

Aceita a doação feita à União de um terreno de propriedade do Tiro de Guerra n.º 67, situado na Cidade de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aceita, para todos os efeitos, a doação que o Tiro de Guerra número sessenta e sete (67) fez à União de um terreno situado em São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais, conforme escritura de 20 de maio de 1944, lavrada no livro de notas n.º 330-A, fls. 64 a 68, do Cartório do 2.º Ofício de Notas, de Belo Horizonte, Capital daquele Estado, e cujo traslado consta do processo fichado no Ministério da Fazenda sob o n.º 694/45.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.481 — DE 19 DE ABRIL DE 1945

Manda aplicar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas dispositivos constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aplicam-se ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas as disposições constantes do título IV, capítulos XII, XIII, XIV, XV, XVI e do título V, capítulo XX, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940.

Art. 2.º O Presidente do Conselho Nacional do Trabalho expedirá as instruções que forem necessárias à execução deste Decreto-lei, ouvido previamente o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.482 — DE 20 DE ABRIL DE 1945

Altera o Decreto n.º 754, de 31 de dezembro de 1900, para atualizar a dotação concedida às filhas do Barão do Rio Branco

O Presidente da República, considerando que na data de hoje comemora a Nação Brasileira o primeiro centenário do nascimento do insigne Chanceler José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco (Barão do Rio Branco), em homenagem à sua memória e como nova prova do reconhecimento nacional pelos seus insuperáveis serviços prestados ao Brasil, decreta:

Art. 1.º E' alterado o art. 1.º *in fine* do Decreto n.º 754, de 31 de dezembro de 1900, a fim de elevar de Cr\$ 24.000,00 (na época Rs. 24:000\$000), para Cr\$ 36.000,00 a dotação anual concedida pelo Congresso Nacional em favor das Senhoras Amélia Rio Branco de Werther, Hortênsia Hamoir do Rio Branco e Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, filhas daquele benemérito brasileiro.

Art. 2.º A dotação a que se refere o art. 1.º será dividida em três parcelas de Cr\$ 12.000,00 anuais, cabendo cada uma dessas parcelas, pagas em mensalidades de Cr\$ 1.000,00, respectivamente, a cada uma das beneficiadas, enquanto viverem.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.483 — DE 23 DE ABRIL DE 1945

Cria o Museu do Ouro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Museu do Ouro, com a finalidade de recolher, classificar, conservar e expor objetos de valor histórico e artístico relacionados com a indústria da mineração no país, atendendo aos aspectos principais da sua evolução, da sua técnica e da sua influência no desenvolvimento econômico e na formação social de Minas Gerais e de todo o Brasil.

Parágrafo único. O Museu do Ouro terá como sede a antiga Casa da Intendência do Ouro, em Sabará, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde um cargo de Diretor de Museu, padrão L, em comissão.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.484 — DE 23 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.877,40, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.877,40 (seis mil oitocentos e setenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 26 de julho de 1942 a 31 de dezembro de 1943, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Professor Catedrático (F.N.D. — U.B.) padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.485 — DE 23 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a prova do casamento nas habitações aos benefícios do seguro social, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nos processos de habilitação aos benefícios do seguro social, o casamento pode ser provado pela posse do estado de cônjuges, justificada em juízo, com a ciência do órgão do Ministério Público.

§ 1.º A justificação pode ser ilidida mediante certidão do registro civil, de onde resulte que já era casado algum dos pretendidos cônjuges, ao contrair o matrimônio que se quiz provar pela posse de estado.

§ 2.º No caso deste artigo, bem como quando se tratar de benefício que deva ser atribuído na falta de declaração do segurado, somente será autorizado o pagamento após o decurso de 60 dias contados da data em que o Órgão Oficial publicar o despacho pelo qual for homologada a respectiva habilitação.

§ 3.º Aos prejudicados pelo pagamento feito nos termos do parágrafo anterior cabe ação exclusivamente contra os que receberam os benefícios indevidos.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, aplicando-se o seu disposto aos processos findos nos quais os benefícios

tenham sido denegados por falta de prova a que alude o artigo 1.º e desde que os interessados requeiram a revisão destes processos no prazo de um ano dessa vigência.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1945, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.486 — DE 24 DE ABRIL DE 1945

Restabelece na Prefeitura do Distrito Federal a Secretaria Geral do Interior e Segurança

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecida na Prefeitura do Distrito Federal a Secretaria Geral do Interior e Segurança.

Art. 2.º A Secretaria Geral a que se refere o artigo anterior será dirigida por um Secretário Geral, em comissão, padrão 06, e terá a constituição indicada no quadro anexo, que faz parte integrante deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Secretário Geral terá um Assistente, padrão 04, e um Adjunto, padrão 02, providos em comissão.

Art. 3.º Ficam transferidos para a Secretaria Geral do Interior e Segurança os Departamentos de Fiscalização, de Vigilância, de Turismo e Certames e de Geografia e Estatística, a que ficam subordinados os Serviços de Estatística Sanitária e de Estatística Educacional, que atualmente fazem parte das Secretarias Gerais de Saúde e Assistência e de Educação e Cultura, respectivamente.

Art. 4.º Ficam transferidas à Secretaria Geral a que se refere o presente Decreto-lei as dotações orçamentárias correspondentes aos Departamentos e Serviços transferidos para a mesma.

Art. 5.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir os créditos necessários à execução do presente Decreto-lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

QUADRO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 7.486, DE 24 DE ABRIL DE 1945

Secretaria Geral do Interior e Segurança	S.G.I.-06
A — Serviço de Administração	I.S.A.-04
B — Serviço de Expediente	I.S.E.-03
C — Departamento de Fiscalização	D.F.S.-05
1 — Serviço de Fiscalização de Cassinos	1 F.S.-04
2 — Serviço de Fiscalização de Teatros	2 F.S.-04
3 — Serviço de Fiscalização de Inflamáveis	3 F.S.-04
4 — Serviço de Contrôlo de Infrações	4 F.S.-03
5 — Serviço de Correspondência	5 F.S.-02
1.º a 15.º Distritos de Fiscalização	D.F.-04
D — Departamento de Vigilância	D.V.G.-05
1 — Serviço de Inspeção (1.º Turno)	1 V.G.-04
2 — Serviço de Inspeção (2.º Turno)	2 V.G.-04
3 — Serviço de Inspeção (3.º Turno)	3 V.G.-04
4 — Serviço de Coordenação	4 V.G.-04
5 — Serviço de Contrôlo	5 V.G.-03
6 — Serviço de Correspondência	6 V.G.-02
1.º a 15.º Distritos de Vigilância	D.V.-03
E — Departamento de Geografia e Estatística	D.G.E.-05
1 — Serviço de Preparo e Coleta	1 G.E.-03
2 — Serviço de Classificação e Apuração	2 G.E.-03
3 — Serviço de Estudos e Análises	3 G.E.-03
4 — Serviço de Topografia	4 G.E.-04
5 — Serviço de Cartografia	5 G.E.-03
6 — Serviço de Divulgação	6 G.E.-03
7 — Serviço de Estatística Militar	7 G.E.-03
8 — Serviço de Estatística Sanitária	8 G.E.-04
9 — Serviço de Estatística Educacional	9 G.E.-04
10 — Serviço de Correspondência	10 G.E.-02
F — Departamento de Turismo e Certames	D.T.C.-05
1 — Serviço de Turismo	1 T.C.-03
2 — Serviço de Certames	2 T.C.-03

DECRETO-LEI N.º 7.487 — DE 24 DE ABRIL DE 1945

Abre, crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 15 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, para atender à despesa com o disposto no Decreto n.º 18.451, de 24 de abril de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.488 — DE 25 DE ABRIL DE 1945

Estende ao pessoal que menciona o uso dos uniformes aprovados pelo Decreto-lei n.º 5.902, de 21 de outubro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo ao pessoal do serviço externo das Mesas de Rendias, Mesas de Rendias Alfandegadas, Postos Fiscais, Registros Fiscais e Agências Aduaneiras o uso dos uniformes aprovados pelo Decreto-lei n.º 5.902, de 21 de outubro de 1943.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.489 — DE 25 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 256.960,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 256.960,00), em refôrgo da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n.º 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	Cr\$
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional	
03 — Divisão do Material	226.960,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional	
03 — Divisão do Material	30.000,00
	<hr/> 256.960,00 <hr/>

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Departamento Federal de Compras, na parte relativa à subconsignação n.º 28.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.490 — DE 25 DE ABRIL DE 1945

Aprova o Convênio para permuta de livros e publicações entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro a 9 de abril de 1945

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio para permuta de livros e publicações entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro, a 9 de abril de 1945.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macedo Soares.

DECRETO-LEI N.º 7.491 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Considera em disponibilidade no cargo de Ministro do Tribunal de Contas Francisco Thompson Flores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica considerado em disponibilidade, com os vencimentos integrais do seu cargo, sem direito a quaisquer ressarcimentos, o bacharel Francisco Thompson Flores, Ministro do Tribunal de Contas, aposentado por Decreto de 31 de dezembro de 1937.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.492 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Autoriza o Ministério da Fazenda a aceitar a doação do domínio útil de um terreno de propriedade do Município de Rio Branco, no Território do Acre.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pelo Serviço do Patrimônio da União, autorizado a aceitar a doação do domínio útil do terreno a que se refere o Decreto-lei n.º 261, de 23 de novembro de 1943, com a área de 2.100,00 m2, de propriedade do Município de Rio Branco, no Território do Acre, situado na Avenida Epaminondas Jacome, daquele Município.

Art. 2.º O terreno a que se refere o artigo anterior destinar-se-á à instalação de uma estação de rádio do Ministério da Marinha.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.493 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Tenda Espírita Mirim" do pagamento do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar, nos termos dos arts. 15 e 16 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, a partir de maio de 1942, a "Tenda Espírita Mirim" do pagamento do imposto predial incidente sobre o imóvel situado na Rua Ceará n.º 57, enquanto fôr o mesmo ocupado pela sede, serviços e ambulatório da mencionada Instituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.494 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder isenção do pagamento do imposto de transmissão, e somente dêste, ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, relativo à aquisição do terreno sito na Rua André Cavalcanti n.º 37, para construção de sua sede.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.495 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro do pagamento dos impostos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro isenção do pagamento de todos os tributos devidos pela aquisição do Edifício Beira Mar, sito na Avenida Beira Mar n.º 226, destinado à sede da referida Instituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.496 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal; concede o aforamento condicional à Sociedade Brasileira de Química, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluído das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que constitui o lote número sete (7) da quadra doze (12), da Planta de Retificação de Limites.

dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n.º 3.085, situados na freguesia de São José, na Capital Federal, e que constituirá o lote número quatro (4) da mesma quadra doze (12), se fôr aprovado o projeto de loteamento das quadras 11, 12, 12-B, 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A, da mesma Esplanada do Castelo, modificativo do projeto n.º 3.085.

Art. 2.º A "Sociedade Brasileira de Química" com sede na Capital Federal (sociedade civil declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 24.739, de 14 de julho de 1934), fica concedido o aforamento do terreno de acrescido de marinha constituído pelo lote n.º 7 ou 4, de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. O terreno será exclusivamente utilizado para a construção de um edifício que se denominará "Casa da Química" e servirá de sede da "Sociedade Brasileira de Química".

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal assinar-se-á, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 13.249, de 1945, o contrato de aforamento, com a cláusula de obrigação do pagamento do fôro anual, a ser calculado na forma do art. 4.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941.

Parágrafo único. O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

Art. 4.º O domínio útil do terreno mencionado nos artigos 1.º e 2.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a construção do edifício indicado no parágrafo único do art. 2.º não se iniciar dentro de três (3) anos, contados da data da assinatura do contrato citado no art. 3.º, ou não ficar concluído dentro de dois (2) anos, após o início da construção;

b) se a "Sociedade Brasileira de Química" não der ao terreno o destino previsto no parágrafo único do art. 2.º; ou

c) se a mesma Sociedade não preencher as suas finalidades sociais, ou se fôr extinta.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.497 — DE 26 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para prosseguimento da ligação rodoviária do Sul com o Norte do País

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30.000.000,00), para atender à despesa (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com o prosse-

guimento da ligação rodoviária do Sul com o Norte do País, nos trechos de Porto Alegre-Curitiba, Curitiba-São Paulo, São Paulo-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Teófilo Ottoni e Teófilo Ottoni-Feira de Santana.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.498 — DE 27 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para pagamento de gratificação pela elaboração de trabalho de caráter científico

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), para atender ao pagamento (Pessoal) da gratificação arbitrada em favor do Professor Catedrático, Padrão "M", da Escola Nacional de Agronomia, Dr. Ângelo Moreira da Costa Lima, pela elaboração, sem prejuízo das respectivas funções e em proveito do Estado, da obra de caráter científico denominada "Insetos do Brasil".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.499 — DE 27 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a alienação dos terrenos da antiga Chácara das Catacumbas, no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para vender aos atuais ocupantes, independente de concorrência pública, fica autorizado o Serviço do Patrimônio da União a lotear o terreno nacional n.º 131 da antiga Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, outrora chamada Saco ou Chácara das Catacumbas, na Capital da República, e do qual foi último arrendatário Camilo Antônio Lopes.

Art. 2.º Por edital e pelo prazo de sessenta (60) dias, os interessados serão convidados a habilitar-se para a compra que pretenderem fazer, oferecendo a planta do terreno com a localização das construções e benfeitorias, e provando, com documentos irrecusáveis, a ocupação anterior à vigência do Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940, como também a posse originada de sucessores do último arrendatário.

Art. 3.º Findo o processo da habilitação a que se refere o artigo anterior, serão avaliados e loteados os terrenos, evitado, quanto possível, o retalhamento das áreas ocupadas, decidindo, por fim, o Serviço do Patrimônio da União sobre a pretensão dos ocupantes, para declarar quais os que se achem nas condições de adquirir a área em cuja posse se encontrem.

Art. 4.º Para assistir à demarcação e avaliação do imóvel, serão intimados por edital, com antecedência de trinta (30) dias, os possesores cujos direitos estejam reconhecidos. Demarcado e avaliado o imóvel, fixado separadamente o valor de cada área e o das respectivas construções ou benfeitorias e publicado oficialmente o resultado de todos esses trabalhos, serão os interessados empenhados por novos editais para, dentro de trinta (30) dias, apresentarem as suas impugnações.

Art. 5.º Aos ocupantes cujos direitos tenham sido reconhecidos, e depois de decidida a impugnação porventura apresentada, marcar-se-á, por edital, o prazo de seis (6) meses, para adquirirem os lotes que lhes competirem, pelo preço da avaliação, e sob pena de decaírem desses direitos se decorrido o prazo não estiverem assinadas as respectivas escrituras de compra e venda.

Art. 6.º Enquanto não forem alienados os lotes, serão decididas, administrativamente, as questões de servidão e posse, referentes ao imóvel.

Art. 7.º Decorrido o prazo do art. 5.º, sem que os interessados tenham usado da preferência, o Serviço do Patrimônio da União imediatamente anunciará, em concorrência pública, a venda dos lotes não adquiridos pelos ocupantes, descritas as construções e benfeitorias correspondentes.

Art. 8.º O produto da venda das construções e benfeitorias será depositado no Tesouro Nacional, à disposição de quem de direito.

Art. 9.º Os lotes não alienados aos ocupantes ou aos sucessores do último arrendatário serão vendidos em concorrência pública, por preço nunca inferior ao da avaliação.

Art. 10 Todas as vendas efetuar-se-ão com pagamento à vista.

Art. 11 Das decisões proferidas pelo Diretor do Serviço do Patrimônio da União, haverá recurso voluntário para o Diretor Geral da Fazenda Nacional, dentro de quinze (15) dias contados da publicação oficial do ato.

Art. 12 Os editais exigidos neste Decreto-lei serão publicados no *Diário Oficial*, por três (3) vezes, iniciando-se os prazos neles fixados a partir do dia da terceira publicação.

Art. 13 O disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941, aplicar-se-á também a todos os casos ocorridos em data anterior à vigência do Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940.

Art. 14 Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa:

DECRETO-LEI N.º 7.500 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Prorroga a moratória estabelecida no Decreto-lei n.º 7.443, de 5 de abril de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por 30 dias, a contar de 5 de maio próximo futuro, o período de suspensão da exigibilidade das obrigações de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.443, de 5 de abril de 1945; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.501 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Altera a redação dos artigos 132 e 134 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 132 e 134 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132. As diárias serão arbitradas e concedidas dentro dos limites dos créditos orçamentários e de acordo com a regulamentação que fôr expedida.

Art. 134. As diárias poderão ser pagas adiantadamente”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor sessenta dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.502 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre concessão de diárias aos extranumerários da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Estende-se aos extranumerários da União, no que couber, o disposto do Capítulo IV do Título II do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.503 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre o registro de despesas relativas à concessão de diárias e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As despesas relativas à concessão de diárias aos servidores civis da União ficam sujeitas ao regime de registro *a posteriori*.

Parágrafo único. Para esse efeito, as repartições pagadoras competentes encaminharão, diretamente ao Tribunal de Contas, ou a suas Delegações, dentro do prazo de 60 dias, contados da realização da despesa, os documentos e informações necessários ao exame de sua regularidade e legalidade.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor sessenta dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.504 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a lotação dos cargos do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A lotação dos cargos que integram o Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, será a que fôr aprovada por Decreto Executivo.

Art. 2.º Fica o Desembargador Corregedor autorizado a remover *ex-officio*, por permuta, os Oficiais de Justiça e Escreventes Juramentados da Justiça do Distrito Federal, respeitada a lotação numérica.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.505 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Introduz alterações no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os atuais cargos das classes E e F, G e H da carreira de Conferente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda ficam transformados em cargos isolados, respectivamente, dos padrões G, H e I.

Art. 2.º Fica elevado para K o padrão de vencimento de dez (10) dos atuais cargos de Conferente de Valores, padrão J, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos e trinta e nove mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 239.600,00), o qual será levado a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério, para fazer face às despesas decorrentes deste Decreto-lei.

Art. 4.º Fica sem efeito desde a data de sua publicação o Decreto-lei n.º 7.403, de 21 de março de 1945.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de maio do corrente ano.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.506 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dá nova redação a artigos do Decreto-lei n.º 7.205, de 29-12-1944 e cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 4.º e 7.º do Decreto-lei n.º 7.205, de 29-12-1944, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º Todos os créditos orçamentários e adicionais destinados à aquisição de material para as repartições que a A 1 D.F.C. tenha que abastecer, à medida que fôr aplicado o disposto no artigo anterior, serão distribuídos à mesma, à disposição da qual serão postos na Agência do Banco do Brasil na mesma cidade.

Art. 7.º Fica criada uma Seccional da Contadoria Geral da República, junto à A 1 D.F.C. organizada na forma da legislação em vigor competindo-lhe as atribuições previstas no Decreto-lei número 2.206, de 20-5-1940, para o órgão análogo que funciona junto ao D.F.C.

Parágrafo único. A competência e as atribuições conferidas pelo Decreto-lei n.º 2.206 à Delegação do Tribunal junto ao D.F.C. são extensivas à Delegação do mesmo Tribunal que funciona junto à Delegacia Fiscal no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, as seguintes funções gratificadas:

1 — Assistente (T. C. — Delegação em S. Paulo), com Cr\$ 4.800,00 anuais.

2 — Contador Seccional (C.R.R. — Contadoria Seccional junto à Agência em S. Paulo, do D.F.C.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 3.º Para atender, no período de 1.º de maio a 31 de dezembro deste ano, à despesa com a execução do disposto no artigo anterior, fica aberto, ao Ministério da Fazenda, Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.507 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Modifica o traçado do tronco TP-2, do Plano Geral de Viação Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica modificado, de acordo com a planta que com este baixa, rubricada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro,

o traçado do tronco TP-2, do Plano Geral de Viação Nacional, aprovado pelo Decreto n.º 24.497, de 29 de junho de 1934, no trecho compreendido entre a estação de Itapicuru, da Estrada de Ferro S. Luís a Terezina, no Estado do Maranhão, e a estação de Bragança, da Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará.

Art. 2.º O tronco TP-2, no trecho referido, terá a diretriz Goiabal, na Estrada de Ferro S. Luís a Terezina, próximo à estação de Itapicuru, no Estado do Maranhão, Viana, Laranjal, Cachoeira da Algibeira, Ourem, S. Miguel do Guamá e Benevides, estação da Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.508 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre a designação dos representantes e respectivos suplentes e dos empregados e dos empregadores nas Delegacias do Trabalho Marítimo e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nos Estados onde não existir Sindicato de atividades portuárias ou marítimas devidamente reconhecido, compete ao Presidente da República designar livremente os representantes e respectivos suplentes dos empregados e dos empregadores nos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo.

Parágrafo único. A indicação dos nomes será feita pelo Delegado do Trabalho Marítimo por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

(*) DECRETO-LEI N.º 7.509 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial (Material) de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para a aquisição de quatro automóveis de passageiros.

Art. 2.º É tornada sem aplicação a parcela de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), na dotação de Cr\$ 2.463.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil cruzeiros) atribuída ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores na Verba 2 — Material, Consignação III — Diversas despesas, Subconsignação 31 — “Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis”, 04 — Departamento de Administração, 03 — Divisão do Material, do Anexo 18 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944).

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.510 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Altera carreiras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, abre crédito suplementar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Médico do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qual se incorpora a carreira de Médico Clínico do Quadro Suplementar do aludido Ministério.

Art. 2.º Os títulos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de maio a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com o provimento dos nove cargos vagos da carreira de Médico a que se refere este Decreto-lei, bem como ao pagamento de pessoal extranumerário do Serviço Médico do Departamento Federal de Segurança Pública, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 417.600,00 (quatrocentos e dezessete mil e seiscentos cruzeiros), em reforço das dotações seguintes:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Civil

77 — Quadros do Ministério Cr\$ 154.400,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados

00 — Pessoal Civil

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 36.000,00

05 — Mensalistas	
00 — Pessoal Civil	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	Cr\$ 204.800,00
06 — Diaristas	
00 — Pessoal Civil	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal?	Cr\$ 22.400,00
Total	Cr\$ 417.600,00

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
2	Médico	M	—	2	Q.P.	2	<i>Médico</i>	M	—	2	
3	Médico	L	—	—	Q.P.	3	L	—	—	
4	Médico	K	—	2	Q.P.	5	K	—	3	
5	Médico	J	—	1	Q.P.	7	J	—	3	
8	Médico	I	—	—	Q.P.	10	I	7	—	
9	Médico Clínico..	I	—	—	Q.S.					
12	Médico	H	—	—	Q.P.	14	H	—	1	
1	Médico Clínico..	H	—	—	Q.S.					
44			—	5		41			7	9	

DECRETO-LEI N.º 7.511 — DE 30 DE ABRIL DE 1945

Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal de Pernambuco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços da Caixa Econômica Federal de Pernambuco serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 2.º Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas ou provas e títulos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados da Caixa.

Art. 3.º Os empregados da Caixa serão admitidos pelo respectivo Presidente e por ele promovidos, removidos, transferidos, demitidos, designados para o exercício de funções gratificadas e licenciados, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de dezembro de 1934.

Art. 4.º Os empregados da Caixa, além do salário da função, só poderão perceber:

- a) salário-família;
- b) gratificação da função prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 1.º deste Decreto-lei;
- c) gratificação semestral;
- d) ajuda de custo;
- e) diárias;
- f) gratificação pela prestação de serviço extraordinário;
- g) cotas-partes de multas na forma do § 3.º deste artigo; e
- h) auxílio para compensar diferença de caixa.

§ 1.º A despesa total com a gratificação semestral a que se refere a alínea c deste artigo não poderá ser superior a trinta por cento (30%) dos resultados apurados nos balanços semestrais.

§ 2.º O regime de salário-família e a concessão de ajuda de custo, diárias, gratificação pela prestação de serviços extraordinários e auxílio para compensar diferenças de caixa obedecerão às disposições legais correspondentes que vigorarem para os servidores civis da União.

§ 3.º Do saldo das multas contratuais resultantes de execução judicial, promovida pela Caixa, quarenta por cento (40%) poderão ser rateados entre os ocupantes das funções de natureza jurídica, de acordo com o Regimento da Caixa.

§ 4.º Aos atuais empregados é assegurado o pagamento das gratificações adicionais por tempo de serviço a que fizeram jus na data da publicação deste Decreto-lei, bem como das diferenças resultantes de padronização de salários, na forma do que for estabelecido por decreto.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.512 — DE 2 DE MAIO DE 1945

Suspende, até 31 de dezembro de 1945, o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.954

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, resolve,

Considerando a necessidade de medidas imediatas para a intensificação da produção de ovos e facilitar a entrada desse produto nos grandes mercados consumidores do país, decretar:

Fica suspenso até 31 de dezembro de 1945 o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.954, de 16 de janeiro de 1941, referente à obrigatoriedade de exame e classificação prévios para os ovos destinados ao consumo público.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.513 — DE 2 DE MAIO DE 1945

Transfere para o regime do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes os empregados da Ordem dos Advogados do Brasil e de suas Seções

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a ser segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes os empregados da Ordem dos Advogados do Brasil e os de suas Seções nos Estados e no Distrito Federal.

Art. 2.º Serão transferidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado as reservas correspondentes aos segurados que já estiverem inscritos nessa instituição.

Art. 3.º A Ordem dos Advogados do Brasil e suas Seções pagarão a contribuição que por lei incumbe aos empregados e proporcional à dos respectivos empregados.

Art. 4.º Não se aplica aos empregados da Ordem, em exercício na data da expedição deste Decreto-lei, o limite fixado pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.122 de 9 de abril de 1940.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.514 — DE 2 DE MAIO DE 1945

Altera a carreira de Cabineiro de Estrada de Ferro, do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Cabineiro de Estrada de Ferro, do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos será feito com recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	<i>Cabineiro de Estrada de Ferro</i>						<i>Cabineiro de Estrada de Ferro</i>				
2	J	—	—	II	10	J	—	8	
15	I	—	—		15	I	—	—	
25	H	—	—		25	H	—	—	
35	G	—	—		35	G	—	—	
60	F	—	—		60	F	—	—	
19	E	—	—		19	E	—	—	
156						164				8	

DECRETO-LEI N.º 7.515 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 26.500,00, para atender à despesa com desapropriação de terrenos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 26.500,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis), com a indenização dos terrenos desapropriados por utilidade pública pelo Decreto n.º 17.016, de 30 de outubro de 1944, pertencentes a Agripino Lage e Olga Leopoldina de Sousa, situados no município de Catu, Estado da Bahia, necessários à execução de serviços de ampliação do pátio da estação de Catu, construção de casas para agentes e turmas, e serviços complementares de reflorestamento, no quilômetro 95,126, da linha Bahia-Alagoinhas, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.516 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas com a III Conferência Interamericana de Radiocomunicações

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a organização, instalação e realização da III Conferência Interamericana de Radiocomunicações, a reunir-se no Rio de Janeiro em 1 de junho de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.517 — DE 3. DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 385.341,40, para classificação da despesa que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 385.341,40), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à classificação da despesa efetuada em 1944 pelo Instituto Agronômico do Norte à conta de crédito oportunamente concedido, mas já sem vigência naquele exercício, conforme se esclareceu no processo protocolado no mesmo Tesouro Nacional sob n.º 20.385, de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.518 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Modifica disposições do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, revisto pelo Decreto-lei n.º 5.511, de 21 de maio de 1943, fazem-se as seguintes modificações:

a) O inciso VI do art. 6.º fica assim redigido: "expedir decretos-leis, independentemente de aprovação prévia do Conselho Administrativo em casos de calamidade ou necessidade de ordem pública".

b) O art. 17 terá a seguinte redação: "Compete ao Conselho Administrativo:

I — aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, com as emendas julgadas necessárias, os projetos de decreto-lei que devam ser baixados pelo Interventor, ou Governador, ou Prefeito;

II — opinar sobre os projetos de decreto-lei que dependam da aprovação do Presidente da República;

III — aprovar, com as alterações julgadas necessárias, os projetos de orçamento do Estado e dos Municípios;

IV. — fiscalizar, com a colaboração do Departamento do Serviço Público e do Departamento das Municipalidades, ou órgão equivalente, a exe-

ção orçamentária no Estado e nos Municípios, representando ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ou ao Interventor, ou Governador, sobre as irregularidades observadas;

V — dar parecer nos recursos dos atos do Interventor, ou Governador regulados nos arts. 18 e 19;

VI — dar parecer nos recursos dos atos dos Prefeitos, quando o requisitar o Interventor, ou Governador;

VII — dar parecer sobre a gestão financeira do Estado e dos Municípios antes de ser submetida a apreciação do Presidente da República, ou do Interventor, ou Governador.

§ 1.º O Interventor, ou Governador, tem o prazo de 30 dias para sancionar os projetos de decreto-lei de sua iniciativa, de acordo com a respectiva resolução do Conselho Administrativo, ou desta recorrer para o Presidente da República.

§ 2.º O Prefeito tem o prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30, pelo Presidente do Conselho Administrativo, em casos devidamente justificados, para sancionar os projetos de decreto-lei, de conformidade com a resolução do Conselho Administrativo, ou desta recorrer para o Presidente da República, com prévia autorização do Interventor, ou Governador.

§ 3.º Salvo caso de necessidade pública devidamente justificado, nenhum projeto de decreto-lei será submetido à consideração do Conselho antes de decorrido o prazo de quarenta e oito horas a partir da publicação do respectivo parecer na Imprensa Oficial do Estado.

§ 4.º São nulos de pleno direito os atos baixados em desacordo com a decisão do Conselho Administrativo, ou sem a sua prévia audiência, nos casos em que elas forem expressamente exigidas por lei.

§ 5.º As emendas que importem em aumento de despesa só poderão ser votadas e aprovadas pelo Conselho Administrativo depois do pronunciamento do Interventor, ou Governador, ou Prefeito.

§ 6.º Para a fiscalização da execução orçamentária, a que se refere o art. 17, inciso IV, o Interventor, ou Governador, de acordo com o Conselho Administrativo, fará elaborar e baixará as necessárias instruções, separadamente para o Estado e para os Municípios, de modo que sejam sempre examinados pelo Conselho balancetes periódicos, bimestrais ou trimestrais, da receita e da despesa, sobre os quais poderão ser pedidos, quando for o caso, esclarecimentos discriminados e comprovantes.

c) O art. 31 ficará redigido da seguinte maneira: "A abertura de créditos adicionais só poderá ser feita mediante decreto-lei".

§ 1.º Os Estados e os Municípios só poderão abrir créditos suplementares depois de 1 de julho e créditos especiais depois de 1 de abril.

§ 2.º Os créditos extraordinários, reservados exclusivamente para os casos de calamidade ou perturbação da ordem pública, poderão ser abertos a qualquer tempo.

d) O art. 32 terá a seguinte redação: "Dependerão de aprovação do Presidente da República os projetos de decreto-lei que dispuserem sobre as seguintes matérias:

I — processo judicial ou extra-judicial;

II — definição do pequeno produtor, para os efeitos do art. 23, n.º 1, letra d, da Constituição;

III — divisão administrativa e organização judiciária;

IV — impostos ou taxas de exportação;

V — distribuição de impostos aos municípios na forma do art. 28 da Constituição;

VI — concessão de isenções tributárias;

VII — impostos ou taxas estaduais, desde que se trate de nova tributação ou de majoração, excetuadas as taxas relativas aos serviços industriais, explorados ou concedidos pelo Estado;

VIII — criação de impostos e taxas municipais, excetuadas as taxas relativas aos serviços industriais, explorados ou concedidos pelo Município, e as de limpeza pública e particular, calçamento e receita dos bens patrimoniais;

IX — as matérias constantes dos artigos 90 a 96 e 103 a 110 da Constituição;

§ 1.º São nulos de pleno direito os atos praticados com infração do disposto neste artigo. A declaração de nulidade poderá ainda ser feita de ofício, ou mediante representação de qualquer interessado, por decreto-lei federal.

§ 2.º A isenção do imposto de transmissão de propriedade, em benefício de instituição de notória utilidade pública, poderá ser concedida mediante decreto-lei aprovado pelo Conselho Administrativo.

e) Ficam revogados o parágrafo único do art. 1.º e o n.º 14 do art. 33.

Parágrafo único. Os Estados que não tiverem atualizado nos últimos cinco anos a respectiva legislação de terras organizarão para isso os necessários projetos de decreto-lei, submetendo-os à aprovação do Presidente da República”.

f) Fica assim redigido o art. 40: “Só os brasileiros, natos ou naturalizados, poderão exercer funções ou cargos público: ou empregos dos Estados e dos Municípios, ou de entidades por eles criadas ou mantidas, ou de cuja manutenção sejam responsáveis.

Parágrafo único. É lícito contratar o serviço de cientistas e técnicos estrangeiros, com funções especificadas por tempo certo e não superior a quatro anos”.

g) O art. 45 passa a ter a seguinte redação: “A concessão de auxílios e subvenções, será feita pelo Interventor ou Governador ou Prefeito, mediante decreto-lei”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.519 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, isenção do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro do pagamento.

do imposto de transmissão, e somente dêste, devido pela aquisição do imóvel, no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), sito na rua São Francisco Xavier n.º 208, que se destina a colégio para filhos de comerciários pobres.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.520 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.296.961,40, para ligação ferroviária da estação de Uruguaiana com a ponte internacional sobre o rio Uruguai

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 4.296.961,40), para atender às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisição de Imóveis e Equipamentos) decorrentes da ligação ferroviária, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, da estação de Uruguaiana com a ponte internacional sobre o rio Uruguai, inclusive as relacionadas com as obras de acesso àquela estação.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.521 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Prorroga o prazo de exercício dos atuais vogais e suplentes dos Conselhos Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado o prazo de exercício dos atuais vogais e respectivos suplentes dos Conselhos Regionais do Trabalho e das Juntas de

Conciliação e Julgamento, até a posse dos que foram designados para o terceiro biênio de funcionamento da Justiça do Trabalho.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.522 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 12.843.805,20, para pagamento de notas de papel-moeda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de doze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 12.843.805,20), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender à despesa (Serviços e Encargos) proveniente de fornecimentos de notas de papel-moeda, efetuados pela firma "American Dank Note Company", na conformidade do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 83.389/45, a saber:

	U\$S
14.000.000 de cédulas de Cr\$ 1,00, das séries 1. ^a a 140. ^a , pelo preço de	112.000,00
11.500.000 cédulas de Cr\$ 2,00, das séries 1. ^a a 115. ^a , pelo preço de	92.000,00
40.400.000 cédulas de Cr\$ 5,00, das séries 81. ^a a 484. ^a , pelo preço de	394.465,60
2.500.000 cédulas de Cr\$ 20,00, das séries 136. ^a a 160. ^a , pelo preço de	25.343,75
<hr/> 68.400.000 cédulas, pelo preço de	<hr/> 623.809,35
Despesas de transporte e seguros	18.380,91
	<hr/> 642.190,26

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.523 — DE 3 DE MAIO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Pacotí, no Estado do Ceará, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Pacotí, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos, nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de treze mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 13.600,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$	4.800,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$	8.800,00
		<u>13.600,00</u>

Art. 4.º O Presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1945, 124.º 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.524 — DE 5 DE MAIO DE 1945

Cria taxas adicionais sobre preços dos fornecimentos de energia elétrica, de gás, água, telefones e transportes coletivos, para aumento de salários dos empregados, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Até que seja regulamentado o art. 147 da Constituição, é criada uma taxa adicional de dez por cento sobre os preços dos fornecimentos de energia elétrica, de gás, água e telefones.

Art. 2.º Ficam as empresas que exploram o serviço público de transportes coletivos urbanos autorizadas a cobrar uma taxa adicional de Cr\$ 0,10, por passagem.

Art. 3.º Estas taxas adicionais destinam-se ao aumento de salário dos empregados e todo e qualquer saldo que, eventualmente, possa ser verificado terá a aplicação que fôr, então, acordada com o poder concedente.

Art. 4.º Os aumentos de salário obedecerão a seguinte tabela, calculados sobre os salários básicos de dezembro de 1944:

1) para os empregados que recebem um salário básico até Cr\$ 500,00 um aumento de	40%
2) de Cr\$ 501,00 a Cr\$ 750,00, um aumento de	30%
3) de Cr\$ 751,00 a Cr\$ 1.250,00 um aumento de	20%
4) de Cr\$ 1.251,00 a Cr\$ 3.000,00 um aumento de	10%

Parágrafo único. Essas percentagens serão ajustadas nos casos individuais, de modo que nenhum empregado venha a receber menos que outro, cujo salário, antes, lhe era inferior.

Art. 5.º Esses aumentos de salários, calculados sobre os salários básicos de dezembro de 1944, entrarão em vigor no dia 15 de maio do corrente ano, para as seguintes empresas:

- Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada;
- Sociéte Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro;
- The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited;
- The San Paulo Gás Company, Limited;
- Companhia Telefônica Brasileira;
- The City of Santos Improvements Company, Limited;
- Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico;
- Brazilian Hydro-Eletric Company, Limited;
- São Paulo Eletric Company, Limited;
- Companhia Ituana Fôrça e Luz;
- Companhia Ferro Carril Carioca;
- Empresa Luz e Fôrça de Jundiaí, S.A.;
- Companhia Fôrça e Luz Norte de São Paulo;
- Companhia Luz e Fôrça de Guaratinguetá;
- Companhia Fôrça e Luz de Jacaré e Guararema;
- Empresa de Melhoramentos de Porto Feliz S.A.;
- Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio S.A.;
- Empresa Hidroelétrica da Serra da Bocaina, S.A.;

Parágrafo único. As taxas adicionais referidas no presente Decreto-lei poderão ser cobradas a partir de 15 de maio corrente, pelas companhias referidas no artigo 5.º, simultaneamente com a efetivação do aumento de salários.

Art. 6.º Qualquer outra empresa de serviços de utilidade pública que pretenda gozar dos favores do presente Decreto-lei, requerê-lo-á ao Poder Público concedente dos serviços respectivos.

Art. 7.º A presente Lei terá vigência a contar da data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Agamemnon Magalhães.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.525 — DE 5 DE MAIO DE 1945

Transfere para o Corpo da Armada os Oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São transferidos para o Corpo da Armada os atuais oficiais do Corpo de Engenheiros Navais (C.E.N.) e colocados na escala daquele Corpo, de acordo com as antiguidades relativas que tinham respectivamente na data da promoção ao posto de Primeiro-Tenente, observadas as restrições do artigo 3.º, enquanto elas persistirem.

§ 1.º Os oficiais assim transferidos, exceto o Contra-Almirante, não ocuparão número na escala, onde serão colocados homólogos aos que se lhes seguiam em antiguidade e ainda conservam a mesma ordem naquela escala.

§ 2.º Esses oficiais serão simbolizados, na escala do Corpo da Armada, pelos indicativos das respectivas especialidades antepostos pela letra S, significando "Serviço Exclusivo de Engenharia".

Art. 2.º O oficial do Corpo de Engenheiros Navais cujo posto atual fôr superior ao do seu homólogo do Corpo da Armada na forma do art. 1.º, será homologado ao último da escala do seu posto e nessa situação permanecerá até que seja promovido o daquele Corpo que lhe correspondia em antiguidade, como dispõe aquele mesmo artigo.

Art. 3.º Na colocação na escala do Corpo da Armada, dos oficiais ora transferidos, será respeitada a atual antiguidade relativa no Corpo de Engenheiros Navais.

Art. 4.º As promoções e contagem de antiguidade, resultantes da aplicação do disposto no art. 1.º, não darão direito à percepção de vencimentos ou vantagens em atraso, nem à revisão de colocação na escala sob qualquer fundamento.

Art. 5.º Os oficiais que se acharem nas condições do art. 2.º e aqueles cuja antiguidade, no posto atual, fôr maior que a do seu homólogo, como dispõe o art. 1.º, poderão optar pela permanência no Corpo de Engenheiros Navais, mediante requerimento ao Ministro da Marinha, dentro de 15 dias da publicação deste decreto-lei.

§ 1.º O Corpo de Engenheiros Navais entrará em extinção, após as transferências referidas no art. 1.º e ficará constituído apenas pelos que optarem na forma deste artigo.

§ 2.º Os oficiais que assim optarem terão na escala do Corpo de Engenheiros Navais um número correspondente ao do Corpo da Armada, da mesma antiguidade no posto atual.

Art. 6.º Os oficiais transferidos para o Corpo da Armada, na forma deste decreto-lei, terão acesso gradual e sucessivo até o último posto deste Corpo, não podendo, entretanto, haver mais de um Vice-Almirante e de um Contra-Almirante do "Serviço Exclusivo de Engenharia".

§ 1.: As cláusulas e requisitos para o acesso, bem como as idades limites para a permanência no serviço ativo, serão as mesmas estabelecidas para os oficiais do Corpo da Armada, com as modalidades quanto às suas atribuições.

§ 2.º Os oficiais referidos neste artigo poderão ser promovidos, por antiguidade, juntamente com o seu homólogo, ou por merecimento, quando se acharem incluídos no quadro de acesso e tiver sido promovido um mais moderno do Corpo da Armada.

§ 3. Quando em uma vaga, da cota de merecimento, não fôr escolhido para promoção nenhum oficial do "Serviço Exclusivo de Engenharia", não será ela acumulada à seguinte.

§ 4.º A promoção a Contra-Almirante será de livre escolha do Governo, dentre os Capitães de Mar e Guerra com os requisitos para o acesso, os quais assim promovidos deixarão de ser homólogos para ocuparem número na escala do Corpo da Armada.

Art. 7.º O acesso dos oficiais que optarem pela permanência no Corpo de Engenheiros Navais, em extinção, será de acôrdo com o estabelecido no Regulamento de Promoções, sendo promovidos por antiguidade, juntamente com o de igual número do Corpo da Armada, como referido no parágrafo 2.º, do art. 5.º, ou por merecimento, se fôr escolhido, e fôr mais antigo que o do Corpo da Armada, promovido nessa vaga.

§ 1.º A promoção a Contra-Almirante, entretanto, far-se-á, em concorrência com os Capitães de Mar e Guerra que forem transferidos para o Corpo da Armada.

§ 2.º O Contra-Almirante que provier do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção, não terá direito a acesso a Vice-Almirante e só poderá permanecer nesse posto pelo período máximo de quatro anos.

Art. 8.º O tempo máximo de permanência no posto de Vice-Almirante do "Serviço Exclusivo de Engenharia", será de quatro anos.

Art. 9.º Os oficiais, quer do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção, quer os que tenham sido transferidos para o Corpo da Armada por êste decreto-lei, continuarão, a exercer suas atividades, de acôrdo com as disposições do Regulamento para o Serviço de Engenharia.

Art. 10. O estabelecido no art. 6.º e seus parágrafos fica extensivo aos oficiais de indicativo M, a que se refere o Decreto-lei n.º 5.521, de 21 de maio de 1943.

Art. 11. É aumentado de mais dois Contra-Almirantes e dois Vice-Almirantes, o atual efetivo dêsses postos no Corpo da Armada.

Art. 12. O Ministro da Marinha providenciará para ser expedido um novo regulamento para os Serviços de Engenharia da Marinha de Guerra, dentro de 60 dias da publicação dêste decreto-lei.

Art. 13. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.526 — DE 7 DE MAIO DE 1945.

Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

LEI ORGÂNICA DOS SERVIÇOS SOCIAIS DO BRASIL

Art. 1.º Os serviços de previdência e assistência social serão assegurados e ministrados pela União, com a cooperação dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios e de instituições públicas ou particulares, por intermédio de órgão com os poderes necessários para executar, orientar ou coordenar as atividades pertinentes aos mesmos serviços.

Art. 2.º Constitui fim precípua da previdência social garantir a todos os brasileiros, e aos estrangeiros legalmente domiciliados no país, os meios indispensáveis de manutenção, quando não se achem em condições de angariá-los por motivo de idade avançada, invalidez temporária ou permanente, ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 3.º Todo brasileiro ou estrangeiro legalmente domiciliado no país, maior de 14 anos, que exerça atividade remunerada ou aufera proventos de qualquer fonte, será segurado obrigatório da previdência social, na forma que a lei determinar.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos militares e aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência e assistência social, incluídos porém os servidores de autarquias e órgãos de economia mista.

Art. 4.º Serão previstos no regime da previdência social seguros facultativos, limitados, destinados a reforçar as prestações do seguro social, e custeados exclusivamente pelos próprios segurados.

Art. 5.º O custeio dos serviços sociais será atendido mediante contribuição:

a) daqueles que auferam proventos de emprêgo, em percentagem fixada sobre o montante de seus ganhos;

b) dos empregadores, em quantia igual àquela paga pelos respectivos empregados;

c) daqueles que auferam proventos do exercício de profissão autônoma, em percentagem igual àquela que incide sobre os contribuintes referidos na alínea a;

d) daqueles que auferam rendimentos de quaisquer fontes, em percentagem igual àquela que incide sobre os contribuintes referidos na alínea a;

e) da União, correspondente ao total das contribuições arrecadadas nos termos da alínea a deste artigo e mais a quantia mínima de 1% (um por cento) da receita ordinária de cada exercício;

f) dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, correspondente à importância mínima de 1% (um por cento) da respectiva receita ordinária de cada exercício.

§ 1.º As contribuições previstas nas alíneas a, b, c, d e e, *in principio*, se destinam ao custeio dos serviços de previdência e gerais de assistência compreendidos no plano a que se refere o art. 27, e as das alíneas e, *in fine*, e f ao dos serviços especiais de assistência.

§ 2.º Constituirão igualmente fontes de receita dos serviços sociais os rendimentos de suas reservas, bem como quaisquer receitas eventuais.

Art. 6.º A aplicação das reservas a que se refere o § 2.º do artigo anterior, asseguradas as condições de garantia e rendimento, visará precipuamente a melhoria das condições de vida social, atendendo às necessidades mínimas dos segurados e seus dependentes no que concerne à sua alimentação, habitação, vestuário e saúde.

Parágrafo único. Os recursos destinados aos serviços especiais de assistência serão obrigatoriamente empregados na proporção de um terço em qualquer parte do território nacional; um terço para atender às necessidades dos mesmos serviços nos limites de cada Estado, e um terço em cada município, proporcionalmente à taxa de contribuição a que se refere a letraº do art. 5.º.

Art. 7.º As prestações concedidas pela previdência e pela assistência social têm a denominação genérica de benefícios e podem ser concedidas em dinheiro, utilidades ou serviços, não devendo porém a importância em dinheiro ser inferior a um terço do valor do benefício.

Art. 8.º Os benefícios da previdência social terão valor proporcional à média da contribuição individual no triênio que anteceder à respectiva concessão, obedecendo o coeficiente de proporcionalidade a uma progressão decrescente, de modo a se manterem os benefícios nos limites fixados quinquenalmente por ato do Poder Executivo.

Art. 9.º Os benefícios variarão segundo a condição de família dos segurados, não devendo, contudo, ser inferior a 70 % (setenta por cento) do valor do salário mínimo regional.

Art. 10. A prestação de benefícios terá em vista o efetivo amparo econômico do segurado e seus dependentes, perdurando enquanto não possam eles, por motivo de invalidez, idade ou condição doméstica, exercer atividade remunerada.

Art. 11. Os serviços de assistência social compreenderão as formas necessárias de assistência médico-hospitalar, preventivas ou curativas, e ainda as que se destinem à melhoria das condições de alimentação, vestuário e habitação dos segurados e de seus dependentes.

Art. 12. A assistência à família e à infância terá a forma de assistência matrimonial, pré-natal e infantil e será prestada por abonos, serviços ou em utilidades.

Art. 13. Os seguros contra acidentes de trabalho e moléstias profissionais serão custeados através de contribuições especiais dos empregadores, e ficarão a cargo do órgão incumbido da administração da previdência social, assegurando-se às vítimas ou a seus dependentes, além dos benefícios a que possam fazer jus como segurados, os acréscimos relativos à indenização do dano previsto no plano a que se refere o art. 27.

Art. 14. Para os efeitos da previdência e da assistência social, consideram-se dependentes do segurado, na ordem em que vão enumerados:

a) a esposa, o marido inválido, os filhos, de qualquer condição, se menores de 18 anos ou inválidos, e as filhas solteiras, de qualquer condição, se menores de 21 anos ou inválidas;

b) a mãe e o pai inválido, os quais poderão, mediante declaração expressa do segurado, concorrer com a esposa ou o esposo inválido;

c) os irmãos menores de 18 anos ou inválidos e as irmãs solteiras menores de 21 anos ou inválidas.

§ 1.º A dependência econômica das pessoas indicadas na alínea a é presumida e a das demais enumeradas deve ser comprovada.

§ 2.º Não terá direito à pensão o cônjuge desquitado ao qual não tenha sido assegurada a percepção de alimentos, nem a mulher que se encontre na situação prevista no art. 234 do Código Civil.

§ 3.º Em falta de dependentes compreendidos na alínea a d'êste artigo poderá o próprio segurado inscrever, para os fins de percepção de benefícios, pessoa que viva sob sua dependência econômica e que, pela sua idade, condição de saúde ou encargos domésticos, não possa angariar meios para seu sustento.

Art. 15. Não prescreverão quaisquer direitos ao recebimento de benefícios, prescrevendo apenas, e no período de um ano da data em que se tornar devido, o direito ao recebimento das importâncias respectivas.

Art. 16. As atribuições a que se refere o art. 1.º d'êste decreto-lei serão delegadas pela União a um órgão denominado Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (I.S.S.B.), com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede na Capital da República e Delegacias e Postos em todo o território nacional.

Art. 17. O I.S.S.B. gozará das regalias e privilégios da União, tal como a lei os assegura a esta; ou das autarquias federais no que concerne ao gozo de serviços públicos.

Art. 18. O I.S.S.B. será administrado por um presidente, da livre escolha e confiança do Presidente da República e a êste diretamente subordinado.

Art. 19. As diretrizes da política administrativa e a orientação técnica do I.S.S.B. serão ministradas por um Conselho Técnico, formado de quatro representantes, respectivamente, dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Educação e Saúde, da Agricultura e da Fazenda, de dois técnicos livremente designados pelo Presidente da República dentre especialistas em previdência, assistência e economia social, de dois representantes dos segurados, e presidido pelo presidente do I.S.S.B.

Parágrafo único. O Conselho Técnico, por seu presidente, poderá dirigir-se a qualquer órgão da administração federal, estadual, municipal, às autarquias, aos órgãos de economia mista ou às instituições particulares, para obter as informações ou esclarecimentos necessários, bem como convocar, para prestá-los, os respectivos dirigentes.

Art. 20. A gestão financeira do I.S.S.B. será acompanhada e fiscalizada por uma Junta de Controle formada de cinco membros, todos especializados em contabilidade, designados um pelo Presidente da República, que a presidirá, outro pelo Tribunal de Contas, outro pela Contadoria Geral da República, e dois indicados pelos segurados.

Art. 21. Na administração da previdência e na prestação da assistência o I.S.S.B. adotará processos que reduzam ao mínimo o tempo e as formalidades necessárias à concessão dos benefícios.

Art. 22. Ficam sujeitos à multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 10.000,00 os que infringirem as disposições d'êste decreto-lei ou dos decretos executivos expedidos em consequência dêle, cabendo a sua imposição ao presidente do I.S.S.B.

Art. 23. Quaisquer atos de fraude praticados contra o I.S.S.B., quaisquer atos de malversação de seu patrimônio ou de falsidade tendente à obtenção dos benefícios que o mesmo assegura, equiparam-se aos crimes contra a economia popular, cabendo ao Tribunal de Segurança Nacional o processo e julgamento dos responsáveis, que serão considerados incursos nas penas previstas no Decreto-lei n.º 869, de 18 de novembro de 1938.

Art. 24. O Conselho Nacional do Trabalho será órgão de recurso, em última instância, das decisões do I.S.S.B. sobre inscrição, contribuições, multas e benefícios.

Art. 25. Será permitido aos funcionários públicos o exercício de funções técnicas ou de direção no I.S.S.B., sem prejuízo dos seus direitos, excluída a percepção de vantagens do cargo.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26. O Presidente da República nomeará uma Comissão Organizadora do I.S.S.B., que lhe ficará diretamente subordinada e se comporá de um presidente e três membros, técnicos em organização, seguros sociais e economia, assistida por um representante de empregadores e outro de empregados, escolhidos dentre os que, para esse fim, forem indicados pelas associações sindicais de grau superior, e ainda pelos técnicos que requisitar.

Art. 27. Compete à Comissão Organizadora:

I, realizar inquéritos preliminares e estudos técnicos que julgar devidos, bem como tomar as providências necessárias à organização do I.S.S.B.;

II, elaborar:

- a) o plano de benefícios, contribuições e seguros facultativos;
- b) o plano de aplicação das reservas;
- c) o projeto dos estatutos do I.S.S.B.;

III, planejar a implantação dos serviços do I.S.S.B., propondo ao Presidente da República a extinção total ou parcial dos serviços, repartições ou instituições, à proporção das necessidades;

IV, exercer supervisão administrativa dos atuais Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, expedindo, para esse efeito, as instruções que se fizerem necessárias, sem prejuízo das atribuições do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho e do Diretor do Departamento de Previdência Social desse Conselho, cuja ação se coordenará com a da Comissão;

V, aplicar as multas previstas no art. 22, por infração deste decreto-lei e dos atos expedidos em sua conformidade.

Art. 28. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua instalação, submeterá a Comissão Organizadora ao Presidente da República relatório de seus trabalhos, com as conclusões dos estudos realizados, bem como os planos e o projeto aludidos nos itens II e III do artigo anterior, a serem expedidos por decreto executivo.

Art. 29. Para ocorrer às despesas com os estudos técnicos e demais trabalhos a executar, bem assim com a instalação preliminar do I.S.S.B., será pôsto à disposição da Comissão Organizadora um crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), que correrá pela conta especial "Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Cota de previdência", no Banco do Brasil, e cuja comprovação se fará perante a Junta de Contrôlo a que se refere o art. 20.

Art. 30. Para a realização dos trabalhos a seu cargo, poderá a Comissão Organizadora requisitar aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões o pessoal, o material e as instalações que se fizerem mister, e contratar técnicos para funções especiais.

Art. 31. Os mandatos dos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões ficarão prorrogados pelo tempo necessário à implantação dos serviços do I.S.S.B.

Art. 32. O Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho adotará, desde logo, as providências necessárias para:

I, o levantamento do balanço geral e do inventário de todos os bens dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, na data de 31 de dezembro de 1944;

II, a normalização dos serviços dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões;

III, a atualização das tomadas de contas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, podendo, para esse fim, comissionar excepcionalmente servidores dessas instituições, estranhos ao quadro de pessoal das interessadas.

Art. 33. A partir da data da vigência deste decreto-lei, nenhuma iniciativa que importe em criação ou reforma de serviços, alteração de planos de benefícios ou contribuições, ampliação de quadro de pessoal ou aumento dos respectivos vencimentos, aquisição ou construção de imóveis, assim como aquisição de móveis e utensílios, impressos e material de expediente, salvo os estritamente necessários à manutenção dos atuais serviços, poderá ser tomada, por parte dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, sem prévia audiência da Comissão Organizadora, à qual serão encaminhados os respectivos pedidos, devidamente instruídos, pelo Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 34. Serão aproveitados no I.S.S.B. os servidores das instituições autárquicas que, conseqüente à sua criação, forem extintas, de acordo com as conveniências do serviço, a situação e a capacidade de cada um, e respeitados os direitos adquiridos.

Art. 35. Os servidores de repartições federais, estaduais ou municipais que forem extintas em conseqüência deste decreto-lei, ou cujos serviços passarem para o I.S.S.B., serão aproveitados respectivamente em serviços de outras repartições federais, estaduais ou municipais, de preferência no mesmo quadro a que pertenciam, sendo facultado seu aproveitamento no I.S.S.B., a critério deste ou de sua Comissão Organizadora.

Art. 36. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

Eurico G. Dutra

José Roberto de Macedo Soares

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Apolonio Salles

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.527 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Altera a redação do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O § 2.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9.º

§ 2.º Os preceitos desta Lei aplicam-se aos acidentes do trabalho sofridos:

- a) pelo pessoal de obras da União, Estados, Territórios e Municípios, onde houver;
- b) pelos empregados das autarquias;
- c) pelos empregados das sociedades de economia mista;
- d) pelos empregados das empresas concessionárias de serviços públicos;
- e) pelos presidiários.

Art. 2.º Ao art. 76, do mesmo Decreto-lei, acrescente-se a seguinte alínea:

“Art. 76.

- c) os funcionários e extranumerários da União, dos Estados, Municípios, Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustava Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.528 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Cria um cargo de Cônsul Privativo, padrão M, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, um cargo isolado, de provimento efetivo, padrão M, de Cônsul Privativo.

Art. 2.º Para ocorrer às despesas resultante do presente Decreto-lei, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros).

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.529 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Autoriza a intervenção da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária no estabelecimento bancário que menciona, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária a intervir no Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud S.A., estabelecimento bancário autorizado a funcionar no Brasil.

Art. 2.º A intervenção a que se refere o artigo anterior processar-se-á por intermédio de um delegado de livre escolha da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, o qual ficará investido de amplos poderes de fiscalização dos atos de administração.

Art. 3.º Durante a intervenção será nulo, de pleno direito, qualquer direito, qualquer ato praticado sem a assistência do delegado da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária e que importe em alienação, por qualquer forma, de bens da sociedade.

Art. 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a, quando julgar conveniente, fazer cessar a intervenção de que trata este Decreto-lei.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.530 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Estabelece a data para cessação de vantagens aos militares e assemelhados, de que tratam os Decretos-leis ns. 6.497, de 13-V-1944 e 7.270, de 25 de janeiro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que, dada a nova situação da guerra, os militares e assemelhados, integrantes da Fôrça Expedicionária

Brasileira, uma vez chegados ao território nacional, não devem mais retornar ao Teatro de Operações, salvo casos excepcionais, decreta:

Art. 1.º A data para a cessação das vantagens previstas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.497, de 13 de maio de 1944 é a da chegada do militar ou assemelhado ao território nacional.

Parágrafo único. Para os militares e assemelhados, já repatriados, e que se acham no gozo das vantagens do referido artigo, essas vantagens cessam a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 2.º A todos os militares ou assemelhados, que tiverem sido repatriados por motivo de doença contraída em serviço no Teatro de Operações, ficam extensivas, as vantagens previstas no art. 1.º do citado Decreto, até a data da publicação dêste Decreto-lei.

Art. 3.º Fica entendido que os vencimentos a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.270, de 25 de janeiro de 1945, são os vencimentos normais de tempo de paz.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.531 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Altera a carreira de Médico do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Médico do Quadro II — Extinto — Estrada de Ferro Central do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	<i>Médico</i>	—	—	—	—	1	<i>Médico</i>	M	—	1	
—	—	—	—	—	2	L	—	2	
—	—	—	—	—	2	K	—	2	
—	—	—	—	—	3	J	—	3	
—	—	—	—	—	5	I	—	5	
6	H	—	—	Q. II	13	H	—	—	
7	G	—	—	Q. II				—	—	
13			—	—		26			—	13	

DECRETO-LEI N.º 7.532 — DE 7 DE MAIO DE 1945

É considerado feriado nacional o dia 8 de maio de 1945, em comemoração do término da guerra na Europa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É considerado feriado nacional o dia 8 de maio de 1945, em comemoração do término da guerra na Europa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.533 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Promoção por serviços relevantes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica promovido, atendendo aos relevantes serviços prestados na direção do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, na Reserva Remunerada, ao posto de Vice-Almirante Engenheiro Naval o Contra Almirante Júlio Regis Bittencourt.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.534 — DE 7 DE MAIO DE 1945

Suprime a cota especial incidente nos algodões da safra de 1941-42, e fixa em trinta centavos, por quilo, a que incide nos algodões da safra de 1942-43

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida a cota especial de cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), incidente sobre a exportação dos algodões do país da safra de 1941-42.

Art. 2.º Fica fixada em trinta centavos (Cr\$ 0,30), por quilo, a cota especial que incide nos algodões do país da safra de 1942-43, destinados à exportação.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.535 — DE 9 DE MAIO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.161,30, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.161,30 (três mil cento e sessenta e um cruzeiros e trinta centavos) para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 4 de maio a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Francisco Paulo Mignone, Professor Catedrático (E.N.M.U.B.), Padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.536 — DE 9 DE MAIO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação de representação, correspondente ao período de 2 de novembro a 31 de dezembro de 1944, concedida ao Assistente de Ensino, referência XIX, da Escola Nacional de Agronomia, José da Cruz Paixão, que foi aos Estados Unidos da América em gozo de uma bolsa de estudos.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.537 — DE 10 DE MAIO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 7.190, de 22-12-1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, na conformidade da relação anexa, o Decreto-lei n.º 7.190, de 22-12-44, que transformou, criou e suprimiu cargos de Professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

RELACÃO A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.537, DE 10 DE MAIO DE 1945

SITUAÇÃO ATUAL

SITUAÇÃO PROPOSTA

Onde se lê (pág. 3):

— 1 Professor (Máquinas e motores — E.T.N.D.E.I. —
— D.N.E.) K — 1

Leia-se:

1 Professor (E.T.N. — D.E.I. —
D.N.E.) J . . 1 Professor (Máquinas e Mo-
tores — E.T.N.D.E.I. —
— D.N.E.) K — —

Onde se lê (pág. 5):

1 Professor (E.T.N. — D.E.I. —
D.N.E.) J . . — — — —

Leia-se:

— — — — —

Onde se lê (pág. 17):

— 2 Professor (Ciências físicas e
naturais — E.T. Curitiba
— D.E.I. — D.N.E.)... I — 2 Um cargo a ser provido quando for
suprimida uma função de professor
do Ensino Industrial (Ciências Fisi-
cas e Naturais), ref. XIII da tabela
suplementar.

Leia-se:

— 2 Professor (Ciências Físicas e
naturais — E.T. Curitiba
— D.E.I. — D.N.E.)... I — 2

Onde se lê (pág. 19):

— 1 Professor (Chefe do Curso de Mecânica de Máquinas — "Construção e montagem de Máquinas" — E.T. Pelotas — D.E.I. — D.N.E.) J — 1

Leia-se:

— 1 Professor (Chefe do Curso de Mecânica de Máquinas — "Construção e montagem de Máquinas" — E.T. Pelotas — D.E.I. — D.N.E.) K — 1

Onde se lê (pág. 35):

— 1 Professor (Ciências Físicas e Naturais — E.I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) I — 1 Um cargo a ser provido quando fôr suprimida uma função de professor do Ensino Industrial (Ciências Físicas e Naturais), ref. XVI da Tabela Suplementar.

Leia-se:

— 1 Professor (Ciências Físicas e Naturais — E.I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) I — 1 Cargo a ser provido quando fôr suprimida uma função de Professor do Ensino Industrial (Ciências Físicas e Naturais), ref. XIII, da Tabela Suplementar.

Onde se lê (pág. 35):

— 1 Professor (Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica E. I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) J — 1

Leia-se:

1 Professor (E. I. Florianópolis

— D. E. I. — D. N. E.) G

1 Professor (Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica E. I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) J — —

Onde se lê (pág. 36):

1 Professor (E. I. Florianópolis

— D. E. I. — D. N. E.) G . . .

1 Professor (Chefe de Curso de Mecânica de Máquinas — “Construção e Montagem de Máquinas” — E. I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) J — —

Leia-se:

—

1 Professor (Chefe de Curso de Mecânica de Máquinas — “Construção e Montagem de Máquinas” — E. I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.) J — 1

Onde se lê (pág. 36):

—

1 Professor (Chefe de Curso de Cerâmica — “Cerâmica artística” E.I. Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.)... J — 1

Leia-se:

— 1 Professor (Chefe de Curso de
Fundição — “Moldação,
fundição de ferro, bronze e
outros metais” — E.I. Flo-
rianópolis — D.E.I. —
D.N.E.) J — 1

Inclua-se (pág. 38):

1 — Artur Silvério Barbosa..... Professor (E.T.N. — D.E.I.
D.N.E.) Padrão J Professor (Máquinas e Motores
(E.T.N. — D.E.I. — D.N.E.).
Padrão K.

Onde se lê (pág. 44):

1 — Sezefredo Blaschke Professor (E. I. Florianópolis
— D.E.I. — D.N.E.)... Padrão G Professor (Chefe do Curso de Mecâ-
nica de Máquinas — “Construção
e Montagem de Máquina” E. I.
Florianópolis — D.E.I. — D.N.E.).
Padrão J.

Leia-se:

1 — Sezefredo Blaschke Professor (E. I. Florianópolis
— D.E.I. — D.N.E.)... Padrão G Professor (Desenho de Máquinas e de
Eletrotécnica — E.I. Florianópolis
D.E.I. — D.N.E. — Padrão J.

DECRETO-LEI N.º 7.538 — DE 10 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) à verba 1 — Pessoal — do Anexo 20 — Ministério das Relações Exteriores — do Orçamento Geral da República em vigor (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal ... Cr\$ 1.500.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

José Roberto de Macedo Soares

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.539 — DE 10 DE MAIO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a estender ao imóvel que menciona, os favores a que se refere o Decreto-lei n.º 7.408, de 22 de março de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a estender ao imóvel sito na Travessa Aquidaban n.º 38, adquirido pelo Orfanato Casa de Luciá para construção de auditório e dois pavilhões destinados ao orfanato masculino, os favores a que se refere o Decreto-lei n.º 7.408, de 22 de março de 1945.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.540 — DE 10 DE MAIO DE 1945

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Jaci Soto Maior Lagos, ex-agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado de Goiás

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A viúva e filhos menores de Jaci Soto Maior Lagos, morto em consequência de atentado de que foi vítima em 26 de janeiro de 1943, na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, quando no exercício do cargo de agente fiscal do imposto de consumo, é concedida uma pensão especial, na importância mensal de mil e cem cruzeiros (Cr\$ 1.100,00).

Art. 2.º A pensão de que trata o artigo precedente substitui a de montepio civil deixada pelo *de cujus* e será abonada a partir da data do óbito do funcionário, correndo a despesa à conta da dotação destinada ao pagamento de pensionistas do orçamento da despesa do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.541 — DE 10 DE MAIO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n.º 22 do Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 29 — Acondicionamento e embalagem, armazenagem, carros, estivas e capatazias, transporte de encomendas, cargas e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem, seguros de transporte

33 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Passa de	Cr\$ 38.000,00
Para	Cr\$ 178.000,00

(Aumento: Cr\$ 140.000,00)

S/c. n.º 35 — Despesas miudas de pronto pagamento

33 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Passa de	Cr\$ 250.000,00
Para	Cr\$ 20.000,00

(Redução: Cr\$ 230.000,00)

S/c. n.º 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

33 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Passa de	Cr\$ 40.000,00
Para	Cr\$ 130.000,00

(Aumento: Cr\$ 90.000,00)

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.542 — DE 11 DE MAIO DE 1945

Autoriza a derivação de águas do ribeirão do Vigário e dos rios Pirai e Paraíba, para a ampliação da usina de Ribeirão das Lajes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Por medida de conveniência pública, fica a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, autorizada a derivar as águas aproveitáveis do ribeirão do Vigário e do rio Pirai e, até o máximo de 160 metros cúbicos por segundo, as águas do rio Paraíba para utilizá-las na ampliação da usina do Ribeirão das Lajes.

Parágrafo único. Essa derivação será efetuada por aquela Companhia, respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos e sem prejuízo do que estabelece o art. 143 do Código de Águas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.543 — DE 11 DE MAIO DE 1945

Altera a carreira de Almo-xarife do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Almo-xarife do Quadro II — Extinto — Estrada de Ferro Central do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
6	J	—	—	Q. II	10	J	—	4	
13	I	—	—	Q. II	13	I	—	—	
9	H	—	—	Q. II	9	H	—	—	
28			—	—		32			—	4	

DECRETO-LEI N.º 7.544 — DE 11 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre as carreiras de Arquivista, dos Ministérios da Marinha e das Relações Exteriores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.º Fica incluída, na forma da tabela anexa, no Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente deste Ministério.

Art. 3.º Fica criada, na forma da tabela anexa, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Arquivista.

Art. 4.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto no art. 2.º deste Decreto-lei serão apostilados pelo órgão de pessoal respectivo.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

José Roberto de Macedo Soares.

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	
	<i>Arquivista</i>						<i>Arquivista</i>				
1	I	—	—	Q. P.	1	I	—	—	
2	H	—	—	Q. P.	2	H	—	—	
3	G	—	—	Q. P.	3	G	—	—	
4	F	—	3	Q. P.	4	F	—	3	
5	E	—	—	Q. P.	5	E	—	—	
15			—	3		15			—	3	

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO PERMANENTE

126

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	
							<i>Arquivista</i>				
						2	H	—	2	
						3	G	—	3	
						4	F	—	4	
						6	E	—	6	
						15			—	15	

Observações: — Os cargos vagos serão providos à medida que forem sendo suprimidos os cargos da carreira de Arquivista do Q. S.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Arquivista</i>						<i>Arquivista</i>				
—	H	1	—	Q. P.	2	H	—	1	—
4	G	—	4	Q. P.	4	G	—	4	—
6	F	—	1	Q. P.	6	F	—	1	—
10	E	—	—	Q. P.	8	E	—	—	6
20			1	5		20				6	6

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 20.

DECRETO-LEI N.º 7.545 — DE 11 DE MAIO DE 1945

*Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Ministério da
Justiça e Negócios Interiores*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
—	Arquivista	—	—	—	—	4	Arquivista	H	—	4	—
6	G	—	6	Q. P.	7	G	—	7	—
8	F	—	8	Q. P.	11	F	—	11	—
10	E	—	3	Q. P.	16	E	—	9	2
24	—	—	17	—	38	—	—	31	2

Observações: — Os cargos vagos e provisórios da classe E poderão ser providos imediatamente e os demais cargos vagos da carreira à medida que forem sendo suprimidos cargos da carreira de Arquivista do Q. S.

Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos das classes superiores.

O número de cargos ocupados na carreira de Arquivista do Q. P. e do Q. S. não poderá, em conjunto, ser superior a 38.

(*) DECRETO-LEI N.º 7.546 — DE 14 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre o afastamento de servidores brasileiros para trabalho junto à U. N. R. R. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos funcionários e extranumerários do Serviço Público Federal, dos Estados, Municípios, Territórios, Prefeitura do Distrito Federal e empregados de entidades autárquicas, paraestatais ou de economia mista é permitido o afastamento dos seus cargos ou funções para o fim de prestação de serviços a "United Nations Relief and Rehabilitation Administration" (U. N. R. R. A.), mediante autorização expressa dos chefes do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal, dos Governadores dos Territórios, ou dirigentes dos demais órgãos, conforme o caso.

Art. 2.º Os servidores nas condições do artigo anterior perderão o vencimento, remuneração ou salário dos respectivos cargos ou funções e contarão, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço correspondente ao afastamento.

Art. 3.º Terminado o contrato de trabalho na U. N. R. R. A., o servidor terá até cento e vinte dias para reassumir o exercício do cargo ou função, contando-se o respectivo período como de afastamento, para os efeitos do artigo anterior.

Art. 4.º Caberá ao Departamento Administrativo do Serviço Público propor a concessão do afastamento e fazer as comunicações respectivas.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.547 — DE 14 DE MAIO DE 1945

Institui a Medalha Comemorativa do primeiro centenário do nascimento do Barão do Rio Branco

O Presidente da República, considerando o que lhe expôs o Encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores e a fim de ser assinada por modo solene e mais perdurável a memorável data da passagem do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior

nior (Barão do Rio Branco), comemorada em todo o território nacional com civismo e brilho inexcédíveis e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituída a Medalha de Prata Comemorativa da passagem do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco).

Art. 2.º A Medalha Comemorativa do Centenário do Barão do Rio Branco será outorgada de *motu-próprio* pelo Chefe do Estado e também pelo Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, por proposta dos seus componentes e dos Ministros de Estado, conferida aos membros do Corpo diplomático estrangeiro acreditado junto ao Govêrno brasileiro em 20 de abril de 1945 e extensiva aos cidadãos brasileiros civis ou militares que tenham sido julgados merecedores da distinção, em virtude dos serviços prestados, cooperando nas festas cívicas do referido Centenário.

Art. 3.º A Medalha Comemorativa do Centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, de acôrdo com o modelo junto, terá as características e anexos ali representados.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macêdo Soares.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

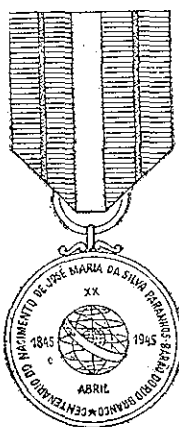
Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.



ANVERSO



REVERSO

DECRETO-LEI N.º 7.548 — DE 14 DE MAIO DE 1945

Restabelece, em carácter facultativo, o uso dos uniformes dos membros do Corpo Diplomático

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e atendendo ao que lhe expôs o Encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores acêrca da necessidade de ser restabelecido, em carácter facultativo, o uso tradicional dos uniformes dos membros do Corpo Diplomático, decreta:

Art. 1.º É revogado o artigo 6.º das disposições transitórias do Decreto-lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938.

Art. 2.º É revigorado o Decreto n.º 20.041, de 7 de maio de 1931, que aprova e manda executar o plano e regulamento para os uniformes dos Corpos diplomáticos e consular, cujo uso é tornado facultativo.

Art. 3.º Os funcionários do Corpo consular usarão os uniformes dos membros do Corpo diplomático na devida correspondência dos seus respectivos cargos.

Art. 4.º Os Terceiros Secretários de Embaixada ou de Legação usarão os uniformes dos antigos Adidos de Legação.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

José Roberto de Macedo Soares

DECRETO-LEI N.º 7.549 — DE 14 DE MAIO DE 1945

Dá nova redação ao parágrafo único do Decreto-lei n.º 7.192, de 23 de dezembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido da seguinte forma o parágrafo único do art. 5.º do Decreto-lei n.º 7.192, de 23 de dezembro de 1944:

“Parágrafo único. O imposto de vendas e consignações será cobrado à razão de 1,25%, quando as importâncias sobre as quais incida não excederem de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00).

A partir desse limite, far-se-á a cobrança à razão de doze cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 12,50) por mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), ou fração.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.550 — DE 14 DE MAIO DE 1945

Suprime, na Comissão de Marinha Mercante, as sub-comissões e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidas, na Comissão de Marinha Mercante, as sub-comissões criadas pelos Decretos-leis ns. 5.249 e 5.553, de 15 de fevereiro e 7 de junho de 1943, respectivamente, passando os respectivos encargos e atribuições a ser confiados a representantes da mesma Comissão com sede nos portos de Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Corumbá.

Art. 2.º A Comissão de Marinha Mercante determinará os portos marítimos, fluviais e lacustres em que terá jurisdição cada um dos seus representantes, cujas funções, nos portos distantes das respectivas sedes, serão exercidas, sempre que necessário, por intermédio de delegados.

Art. 3.º Os representantes e delegados a que se referem os artigos 1.º e 2.º deste Decreto-lei serão designados pela Comissão de Marinha Mercante, em ato assinado por todos os seus membros.

Art. 4.º Os representantes da Comissão de Marinha Mercante perceberão os vencimentos fixados em tabela numérica aprovada por decreto do Presidente da República, aplicando-se aos mesmos o disposto no parágrafo único do artigo 17 do Decreto-lei n.º 3.100, de 7 de março de 1941, com a modificação constante do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 7.167, de 16 de dezembro de 1944.

Art. 5.º A Comissão de Marinha Mercante procederá à revisão do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 7.838, de 11 de setembro de 1941, atualizando-o na conformidade da legislação posterior e o submeterá à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Viação e Obras Públicas, dentro do prazo de noventa dias.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Ficam revogados o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 3.100, de 7 de março de 1941, os Decretos-leis ns. 5.249 e 5.553, de 15 de fevereiro e 7 de junho de 1943, o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 7.167, de 16 de dezembro de 1944, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.551 — DE 15 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre a matéria do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, em face das disposições do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Instalado o Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (I.S.S.B.), caberá ao mesmo Instituto, de acordo com o disposto no art. 13 do Decreto-

lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, realizar o seguro a que se refere o artigo 95 do Decreto-lei n.º 7.036, de 1 de novembro de 1944, guardado o disposto no artigo seguinte.

Art. 2.º A forma por que será encampado o seguro de acidentes do trabalho, pelo I.S.S.B., será prevista no plano a que se refere a alínea III do art. 27 do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945.

Art. 3.º No plano de benefícios a que alude a letra a da alínea II do art. 27 do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, serão respeitadas, no que se refere aos acidentes do trabalho, tôdas as vantagens estabelecidas para os acidentados no Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 e seus regulamentos.

Art. 4.º Além dos servidores mencionados no art. 34 do Decreto-lei n.º 7.526, observadas as condições no mesmo artigo estabelecidas, serão aproveitados no I.S.S.B. os empregados das sociedades de seguros e cooperativas de sindicatos que, com mais de 10 anos de serviço, forem das mesmas dispensados por efeito da criação do referido Instituto.

Art. 5.º O Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, entrará em vigor no dia 1 de julho do corrente ano, devendo o regulamento a que alude o art. 115 do mesmo Decreto-lei ser expedido até trinta dias antes dessa data.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.552 — DE 16 DE MAIO DE 1945

Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Junta de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, com sede em São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul (4.ª Região).

Art. 2.º Compete ao Departamento de Justiça do Trabalho, auxiliado, quando necessário, pelo Conselho Regional do Trabalho da 4.ª Região, promover a instalação da Junta.

Art. 3.º Os Vogais da Junta a que se refere o art. 1.º (ou os suplentes, na ausência daqueles, perceberão a gratificação de representação de Cr\$ 50,00 por audiência a que comparecerem, até o máximo de 12 por mês.

Art. 4.º Fica criado, no Quadro Único — Parte Permanente, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, padrão L.

Art. 5.º Fica criada, no mesmo Quadro, Parte e Ministério, uma função gratificada de Secretário de Junta, com Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) anuais, para a Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo.

Art. 6.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 138.400,00 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros) às seguintes dotações do Anexo 21 do Orçamento vigente, Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	Cr\$ 31.200,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

S/c. 05 — Mensalistas

04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	Cr\$ 24.000,00

S/c. 06 — Diaristas

04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	Cr\$ 4.800,00

Consignação III — Vantagens

S/c. 09 — Funções gratificadas

04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	Cr\$ 3.000,00

S/c. 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	Cr\$ 14.400,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções

04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material.....	Cr\$ 1.000,00

- S/c. 09 — Material de ensino e educação; material artístico; insígnias e bandeiras; instrumentos de música
- 04 — Departamento de Administração
- 03 — Divisão do Material..... Cr\$ 1.200,00

- S/c. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fição e tecelagem de seda
- 04 — Departamento de Administração
- 03 — Divisão do Material..... Cr\$ 35.000,00

Consignação II — Material de Consumo

- S/c. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência
- 04 — Departamento de Administração
- 03 — Divisão do Material..... Cr\$ 4.000,00

- S/c. 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho, tecidos e artefatos
- 04 — Departamento de Administração
- 03 — Divisão do Material..... Cr\$ 600,00

Consignação III — Diversas Despesas

- S/c. 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte
- 13 — Justiça do Trabalho
- 03 — Juntas de Conciliação e Julgamento Cr\$ 1.000,00

- S/c. 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo
- 13 — Justiça do Trabalho
- 03 — Juntas de Conciliação e Julgamento Cr\$ 1.000,00

- S/c. 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis
- 13 — Justiça do Trabalho
- 03 — Juntas de Conciliação e Julgamento Cr\$ 10.800,00

- S/c. 32 — Assinatura de órgãos oficiais
- 13 — Justiça do Trabalho
- 03 — Juntas de Conciliação e Julgamento Cr\$ 200,00

- S/c. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento
- 13 — Justiça do Trabalho
- 03 — Juntas de Conciliação e Julgamento Cr\$ 1.000,00

S/c. 37 — Iluminação, força motriz e gás		
13 — Justiça do Trabalho		
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	Cr\$	1.000,00
S/c. 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês		
13 — Justiça do Trabalho		
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	Cr\$	1.200,00
S/c. 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis		
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis		
13 — Justiça do Trabalho		
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	Cr\$	1.000,00
S/c. 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens		
13 — Justiça do Trabalho		
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	Cr\$	500,00
S/c. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal		
13 — Justiça do Trabalho		
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	Cr\$	1.500,00
Total.....	Cr\$	138.400,00

Art. 7.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.553 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Transfere à Comissão de Contrôles dos Acordos de Washington as atribuições conferidas pelo Decreto-lei n.º 5.428, de 27 de abril de 1943, ao Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas à Comissão de Contrôles dos Acordos de Washington as atribuições conferidas pelo Decreto-lei n.º 5.428, de 27 de abril de 1943, ao Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica.

Art. 2.º A documentação referente a borracha e elastômero, existente no Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, será entregue à Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.554 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Cria uma coletoria federal no Município de Pitanga, no Estado do Paraná, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no Município de Pitanga, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor — classe C" e 1 (um) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de treze mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 13.600,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$	4.800,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$	8.800,00
		<hr/>
		13.600,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.555 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxílio a brasileiros na Europa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender, por intermédio das Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil, às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da concessão de auxílio a brasileiros que se encontram na Europa, desprovidos de recursos, em consequência da guerra.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.556 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para pagamento de indenização ao Banco do Brasil S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), que será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da indenização devida ao Banco do Brasil S.A., proveniente de adiantamento feito para despesas com a realização, em 1944, do VII Conselho Nacional de Estudantes.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.557 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 654.276,10, para pagamento de indenização ao Banco do Brasil, S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 654.276,10), que será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de indenização devida ao Banco do Brasil S. A., de que trata o processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 233.426-44.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.558 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 938.425,80, para cobertura do deficit verificado no exercício de 1944 na exploração dos serviços da "Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 938.425,80), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender (Serviços e Encargos), na forma do disposto no art. 7.º do Decreto-lei n.º 4.500, de 20 de junho de 1942, à cobertura do deficit verificado no exercício de 1944 na exploração dos serviços da "Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini" — sob a administração do Governo Federal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.559 — DE 18 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 405.000,00 para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de Cr\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 14 — Gratificação de representação — 04 — Departamento de Administração — 06 — Divisão do Pessoal, do anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1945, destinado a atender às despesas decorrentes do pagamento da gratificação de representação de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais, no período de 9 (nove) meses, ao engenheiro Remi Baima Archer da Silva, Diretor (E.F.B.), padrão P; ao Engenheiro (D.N.E.F. — D.N.E.R.), classe N, Oton Álvares de Araújo Lima, Diretor de Divisão (D.P.O. — D.N.E.F.), padrão P; e ao Engenheiro (D.N.E.F. — D.N.E.R.), classe L, Roberto Ribeiro Meira, Diretor do Serviço de Documentação, padrão N, todos do Quadro I — Parte Permanente — do mesmo Ministério, que obtiveram autorização para se afastarem do país, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, onde, os dois primeiros, irão fiscalizar a construção e providenciar quanto ao desembarque e embarque de locomotivas cuja fabricação estará a cargo de The Baldwin Locomotive Works e The American Locomotive Company, e o último, irá desempenhar incumbência relacionada com a assinatura de contratos com usinas americanas, para o fornecimento de material metálico destinado à construção, no Brasil, de 2.900 vagões.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945, 124.º da Independência e 5.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.560 — DE 18 DE MAIO DE 1945

Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O título do funcionário atingido pelo disposto no artigo anterior será apostilado pelo Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
15	Maquinista Marí- timo	10	—	—	S.	15	Maquinista marí- timo	10	—	—	O cargo de ma- rinheiro inclui- do nesta car- reira é exerci- do por José Argolo dos Santos.
5	Maquinista Marí- timo	8	—	—	S.	5	8	—	—	
13	Maquinista Marí- timo	6	—	—	S.	13	6	—	—	
22	Maquinista Marí- timo	5	—	—	S.	22	5	—	—	
14	Maquinista Marí- timo	4	—	—	S.	14	4	—	—	
3	Maquinista Marí- timo	3	—	—	S.	4	3	—	—	
1	Marinheiro	3	—	—	S.	1	2	—	—	
1	Maquinista Marí- timo	2	—	—	S.						
74						74					
8	Marinheiro	5	—	—	S.	8	Marinheiro	5	—	—	
207	Marinheiro	4	—	—	S.	207	4	—	—	
166	Marinheiro	3	—	—	S.	166	3	—	—	
381						381					

DECRETO-LEI N.º 7.561 — DE 18 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É dispensada a exigência do art. 35, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, para as concessões ou cessões de terras devolutas que os Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás venham a fazer à Fundação Brasil Central, nos termos do art. 5.º dos respectivos Estatutos, aprovados pelo Decreto n.º 17.274, de 30 de novembro de 1944.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.562 — DE 18 DE MAIO DE 1945

Revoga o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.172, de 6 de janeiro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.172, de 6 de janeiro de 1944.

Art. 2.º Não podem ser feitas buscas e apreensão dos estoques de sulfanilamida e seus derivados, importados até a data da publicação do presente Decreto-lei, mesmo que o uso e preparação desses produtos colidam com os direitos de patentes anteriormente concedidas pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.563 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre a localização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam reservadas, para a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, as seguintes áreas:

I — Ilha de Bom Jesus, excluída a área de cerca de 120.000 m², na extremidade nordeste, destinada ao Asilo de Inválidos da Pátria e que permanecerá sob a jurisdição do Ministério da Guerra.

II — Ilha do Pinheiro.

III — Ilhas Pindaí do Ferreira e Pindaí do França.

IV — Ilha de Sapucaia, inclusive a parte atualmente do domínio da Prefeitura do Distrito Federal e que passa para o da União, obrigando-se esta a estabelecer, na Cidade Universitária, uma área de logradouros públicos igual ou superior à transferida.

V — Tôda a parte da Ilha do Fundão que não interessar ao Ministério da Aeronáutica.

VI — Os acrescidos de marinha que para esse fim forem feitos entre ou em tôrno das ilhas mencionadas.

Parágrafo único. Tendo em vista o disposto no inciso V d'êste artigo, o ônus da desapropriação da parte alodial da Ilha do Fundão transferida ao Ministério da Aeronáutica para a Cidade Universitária, passará a correr à conta das dotações a esta última destinadas.

Art. 2.º Ficam sem efeito todos os atos decorrentes da localização da Cidade Universitária na Vila Valqueire, assim como revogado o Decreto-lei n.º 6.574, de 8 de junho de 1944, exceto no que diz respeito ao parágrafo único de seu art. 1.º.

Art. 3.º Os imóveis a que se referem os artigos 17 e 20 da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, continuarão a ser alienados em benefício da Cidade Universitária, de acôrdo com o disposto nos parágrafos d'êste artigo.

§ 1.º O Serviço de Patrimônio da União providenciará a alienação dos citados imóveis, recolhendo as quantias obtidas, imediatamente, a uma conta especial aberta no Banco do Brasil, sob a rubrica "Recursos da Cidade Universitária", conta cuja movimentação somente poderá ser feita para os fins especificados no § 3.º d'êste artigo.

§ 2.º À medida que o planejamento e a execução da Cidade Universitária forem exigindo novos recursos monetários, serão abertos créditos especiais em benefício da referida obra, os quais serão depositados na conta aberta no Banco do Brasil, em nome do Chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, por força do art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

§ 3.º Simultaneamente com o que estatui o parágrafo anterior, e em cada lei que determinar a abertura de um crédito especial em favor da Cidade Universitária, será determinado o recolhimento de igual importância ao Tesouro Nacional, como receita extraordinária, e que será debitada ao saldo da conta "Recursos da Cidade Universitária".

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.564 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 15 — Ministério da Educação e Saúde — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 02 — Automóveis de passageiros, auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas

02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas

04 — Departamento de Administração

03 — Divisão do Material

Passa de	Cr\$ 712.280
Para	Cr\$ 842.280

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 52 — Serviços de saúde e higiene

34 — Departamento Nacional de Saúde

22 — Serviço Nacional de Tuberculose

a) Realização do censo torácico no país

Passa de Cr\$ 380.000
Para Cr\$ 250.000

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.565 — DE 21 DE MAIO DE 1945*Dispõe a respeito do montepio dos músicos militares*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir da data da publicação do presente Decreto-lei, os músicos militares, que foram equiparados, unicamente em vencimentos, aos Sargentos pelo Decreto n.º 5.073, de 11 de novembro de 1926, passarão a contribuir para o montepio militar na forma das disposições em vigor para os sargentos.

Art. 2.º Os herdeiros dos músicos militares beneficiados pelo Decreto n.º 5.073, de 11 de novembro de 1926 e falecidos depois da vigência da Lei n.º 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927 poderão, desde que descontem as treze cotas de contribuição de acordo com o n.º 2 do artigo 91 do Decreto n.º 18.712, de 25 de abril de 1929, gozar do montepio militar, que será calculado segundo a tabela de vencimentos pela qual percebiam os referidos músicos na data do óbito.

Art. 3.º O montepio a que se refere o artigo 2.º é devido a partir da data da publicação do presente Decreto-lei e sem direito à percepção de atrasados.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.566 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Suspende, no corrente ano, a exigência constante das letras f e k do artigo 12 do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suspensas, durante o corrente ano, as exigências constantes do art. 12, letras f e k, do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.567 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 90.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal — do Anexo 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento Geral da República em vigor (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 14 — Gratificação de Representação

24 — Conselho Nacional de Minas e Metalurgia Cr\$ 90.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.568 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Altera a carreira de Contínuo do Quadro II — Extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Contínuo do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Contínuo</i>						<i>Contínuo</i>				
10	G	—	—	II	24	G	—	1	Os cargos vagos serão providos com recursos da c/c do qua- dro.
37	F	—	—	II	37	F	—	—	
38	E	—	—	II	38	E	—	—	
85						99			—	14	

DECRETO-LEI N.º 7.569 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal da Bahia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Os serviços da Caixa Econômica Federal da Bahia serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 2.º Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas ou títulos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento, devendo a escolha recair, de preferência, entre os empregados da Caixa.

Art. 3.º Os empregados da Caixa serão admitidos pelo seu presidente, na forma do art. 2.º, e por êle promovidos, removidos transferidos, demitidos, designados para exercer funções gratificadas e licenciados, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de dezembro de 1934.

Art. 4.º Os empregados da Caixa, além do salário da função, só poderão perceber :

- a) salário-família;
- b) gratificação de função prevista na Tabela Numérica a que se refere o art. 1.º;
- c) gratificação semestral;
- d) ajuda de custo;
- e) diárias;
- f) auxílio para compensar diferenças de caixa;
- g) gratificação pela prestação de serviços extraordinários; e
- h) cotas-partes de multas na forma do § 3.º d'êste artigo.

§ 1.º A despesa total com a gratificação semestral a que se refere a alínea c d'êste artigo não poderá ser superior a 30 % dos resultados apurados nos balanços semestrais.

§ 2.º A concessão de ajuda de custo, diárias, auxílio para compensar diferenças de caixa e gratificação pela prestação de serviços extraordinários obedecerão às disposições legais correspondentes, que vigorarem para os servidores públicos civis da União.

§ 3.º Do saldo das multas contratuais resultantes de execução judicial, promovida pela Caixa, 30 % poderão ser rateados entre os ocupantes de funções de natureza jurídica, de acordo com o Regimento da Caixa.

§ 4.º Aos atuais empregados é assegurado o pagamento das gratificações adicionais por tempo de serviço a que fizeram jus na data da publicação d'êste Decreto-lei, bem como das diferenças resultantes de padronização de salários, na forma do que fôr estabelecido por decreto.

Art. 5.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.570 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre financiamento das lavouras de café dos Estados de São Paulo e Paraná

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que as dificuldades da lavoura cafeeira dos Estados de São Paulo e Paraná, relativas às possibilidades de financiamento e conseqüentes às secas e geadas sucessivas, foram agravadas ainda uma vez com a seca verificada no ano passado, decreta:

Art. 1.º Fica ampliado até 31 de outubro de 1947, compreendida a safra de 1946-47, o período em que o Banco do Brasil S. A., está autorizado a realizar o financiamento das lavouras de café dos Estados de São Paulo e Paraná, a que se referem os Decretos-eis números 3.049, 3.934, 5.147 e 6.190, de 13 de fevereiro e 12 de dezembro de 1941, 30 de dezembro de 1942 e 8 de janeiro de 1944, respectivamente.

Art. 2.º As disposições do presente Decreto-lei não prejudicam a extensão de garantia prevista no art. 7.º, § 1.º, 1.ª parte, da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937.

Art. 3.º Aplicam-se também às lavouras de café dos Estados de São Paulo e Paraná, cuja produtividade tenha sido reduzida em conseqüência da seca verificada no ano passado, as disposições dos artigos anteriores e as dos Decretos-leis nos mesmos referidos.

Art. 4.º As condições para o financiamento serão ajustadas entre o Banco do Brasil S. A. e o Departamento Nacional do Café e aprovadas, previamente, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.571 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Estende às Obrigações do Tesouro Nacional as disposições do Decreto-lei n.º 3.033, de 7 de fevereiro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensiva às Obrigações do Tesouro Nacional, de qualquer empréstimo, a faculdade de substituição por títulos de renda, de que trata o Decreto-lei n.º 3.033, de 7 de fevereiro de 1941, observadas as regras nêlê previstas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.572 — DE 21 DE MAIO DE 1945.

Dispõe sobre os proventos de inatividade do funcionário que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os proventos de inatividade do oficial administrativo, aposentado, classe K, do Quadro I do Ministério da Marinha, Dr. Raul da Cunha Machado, ficam fixados, a partir do mês de março de 1944, inclusive, na importância correspondente aos vencimentos integrais do mencionado cargo, de acordo com o resolvido no processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 68.679, de 1944.

Parágrafo único. A Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional apostilará, no título declaratório, a modificação de provento decorrente deste artigo.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.573 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas e a relação nominal anexas, as carreiras de Marinheiro, Operário de Arsenal e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários cujos cargos são atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

MINISTÉRIO DA MARINHA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							<i>Patrão</i>				
16	Patrão	H	—	—	S.	16	H	—	—	
12	Patrão	G	—	—	S.	12	G	—	—	
14	Patrão	F	—	—	S.	14	F	—	—	
1	Operário de Ar- senal	E	—	—	S.	18	E	—	—	
17	Patrão	E	—	—	S.						
3	Marinheiro	D	—	—	S.	24	D	—	—	
21	Patrão	D	—	—	S.						
1	Marinheiro	C	—	—	S.	28	C	—	—	
27	Patrão	C	—	—	S.						

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
94	Marinheiro	D	—	—	S.	94	<i>Marinheiro</i>	D	—	—	
138	Marinheiro	C	—	—	S.	138	C	—	—	
13	Marinheiro	B	—	—	S.	13	B	—	—	
4	Operário de Ar- senal	I	—	—	S.	4	<i>Operário de</i> <i>Arsenal</i>	I	—	—	
16	Operário de Ar- senal	H	—	—	S.	16	H	—	—	
82	Operário de Ar- senal	G	—	—	S.	82	G	—	—	
120	Operário de Ar- senal	F	—	—	S.	120	F	—	—	
195	Operário de Ar- senal	E	—	—	S.	195	E	—	—	
134	Operário de Ar- senal	D	—	—	S.	134	D	—	—	
41	Operário de Ar- senal	C	—	—	S.	41	C	—	—	
1	Operário de Ar- senal	B	—	—	S.	1	B	—	—	

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.573, DE 21 DE MAIO DE 1945

NOME	SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
	Carreira	Classe	Quadro	Carreira	Classe	Quadro
Arnaldo Dias	Marinheiro	D	S.	Patrão	D	S.
Júlio José Duarte	Marinheiro	D	S.	Patrão	D	S.
Antônio Neto	Marinheiro	D	S.	Patrão	D	S.
José Soares Vilarins.....	Marinheiro	C	S.	Patrão	C	S.
Carlos Balbino das Virgens.....	Op. de Arsenal..	E	S.	Patrão	E	S.

DECRETO-LEI N.º 7.574 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Modifica o quadro de oficiais médicos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica ampliado, com mais três primeiros tenentes, o quadro de oficiais médicos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.940, de 30-12-39.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 49.440,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, Pessoal militar, 20 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agarnemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.575 — DE 21 DE MAIO DE 1945

Regula o Decreto-lei n.º 3.175, de 7 de abril de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando cessados os motivos de ordem política que levaram o governo a restringir a entrada de estrangeiros em território nacional e por lhe parecer conveniente facilitar desde já a imigração dos países europeus para o Brasil, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto-lei n.º 3.175, de 7 de abril de 1941.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agarnemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.576 — DE 22 DE MAIO DE 1945

Autoriza a cobrança, sem multa, de dívida fiscal em atraso, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que os distúrbios econômico-financeiros, como inevitável consequência da guerra, têm repercutido fundamentalmente no Brasil;

Considerando que o volume de impostos em atraso motiva inúmeros processos em trânsito pelas repartições, a maioria versando sobre questões fiscais, o que acontece menos em consequência de contumácia ou rebeldia dos contribuintes, que de dificuldades pecuniárias;

Considerando que a finalidade da multa não é a de estabelecer receita própria para o Tesouro, mas a de compellir o contribuinte à pontualidade, não se justificando sua inflação quando motivos ocasionais e de ordem geral, claramente perceptíveis, são a causa dessa impontualidade; e

Considerando que o início da vigência da nova Lei do Imposto de Consumo inaugurará novos sistemas de incidência e de fiscalização, sendo razoável que se ofereça ao contribuinte oportunidade de quitar-se com o Fisco, sem o sacrifício do pagamento de multas, decreta:

Art. 1.º Até 30 de junho do corrente ano as repartições arrecadoras da União, desde que o requeiram os interessados, aceitarão, em processos ainda não julgados definitivamente na esfera administrativa, o pagamento das dívidas fiscais em atraso, relevadas as multas de mora, as de lançamento *ex-officio*, as resultantes de infrações regulamentares, e quaisquer outras, inclusive revalidação.

§ 1.º O requerimento será despachado pela repartição de instância de que dependa no momento o processo, o qual se considerará findo uma vez feita a prova do recolhimento do imposto simples.

§ 2.º Tratando-se de processo que esteja dependendo de julgamento do 1.º e 2.º Conselhos de Contribuintes e do Conselho Superior de Tarifa, o requerimento será dirigido ao presidente do órgão respectivo, que o fará restituir, com o processo, à repartição competente, para o fim de que trata este artigo.

§ 3.º Se fôr controvertido o montante da dívida ou se sua fixação depender de exames e diligências, poderá o contribuinte requerer que a repartição arbitre a quantia a ser depositada, o que realizado o eximirá de qualquer penalidade, sendo-lhe restituído o excedente do depósito ou cobrada a diferença, logo que fixada a importância do imposto.

Art. 2.º Os benefícios dêste Decreto-lei não darão direito a restituição de pagamento já efetuado.

Art. 3.º Não gozarão dos favores estabelecidos neste Decreto-lei:

a) os que hajam incorrido em multas provenientes de contrabando, descaminho ou diferença de direitos aduaneiros ou falsa declaração de valor em faturas consulares;

b) os que tenham sido multados em virtude de posse ou uso de selos servidos, falsos ou falsificados; por adulteração, falsificação de mercadorias, valores ou documentos, ou simulação destes; e

c) os que tenham infringido as determinações da Coordenação da Mobilização Econômica no tocante a distribuição, venda e tabelamento de gêneros alimentícios.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo o seu texto ser transmitido telegraficamente às Delegacias Fiscais nos Estados pela Diretoria Geral da Fazenda Nacional.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.577 — DE 22 DE MAIO DE 1945

Prorroga até 31 de dezembro de 1945, o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6.198, de 13 de janeiro, 6.443, de 27 de abril, 6.810, de 21 de agosto, e 7.061, de 21 de novembro, todos de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1945 o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6.198, de 13 de janeiro, 6.443, de 27 de abril, 6.810, de 21 de agosto e 7.061, de 21 de novembro, todos de 1944.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.578 — DE 23 DE MAIO DE 1945

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá compreende três Comarcas, quatro Municípios e onze Distritos, de conformidade com o quadro que este acompanha (anexo n.º 1) e com os limites descritos no anexo n.º 2.

§ 1.º O Governador do Território poderá dividir os Distritos Municipais em Subdistritos, submetendo o ato, a *posteriori*, à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá sobre o mesmo o Conselho Nacional de Geografia, e, ainda, criar, dentro dos Subdistritos, circunscrições especiais, para efeito do registro civil das pessoas naturais (arts. 163 e 164 do Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º Poderá, também, o Governador do Território baixar atos interpretativos das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do seu âmbito municipal ou distrital.

Art. 2.º O Governador providenciará para que, até 31 de dezembro de 1945, sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais do Território, elaborados de conformidade com as instruções do mesmo Conselho.

Art. 3.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial terá lugar no dia 1 de julho de 1945 e obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º O quadro territorial fixado nesta Lei vigorará até 31 de dezembro de 1948.

§ 1.º O Governador do Território providenciará para a elaboração do projeto do quadro territorial a vigorar no quinquênio 1949-1954, de conformidade com o disposto nos Decretos-leis de ns. 311, de 2 de março de 1938, e 5.901 de 21 de outubro de 1943.

§ 2.º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1948, ficará automaticamente prorrogada a vigência deste quadro, até que o novo quadro entre em vigor.

Art. 5.º Ficam criados no quadro da Justiça — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os seguintes cargos:

- a) três escrivães do juízo de direito (Justiça dos Territórios), padrão F;
- b) um tabelião de notas (Justiça dos Territórios), padrão F;
- c) três oficiais de justiça do juízo de direito (Justiça dos Territórios), padrão D;
- d) três serventes do juízo de direito (Justiça dos Territórios), padrão C.

§ 1.º Na sede de cada Comarca terão exercício um escrivão, padrão F, um oficial de justiça, padrão D e um servente, padrão C.

§ 2.º Os escrivães do juízo de direito das Comarcas do Amapá e do Mazagão exercerão, além das funções próprias, as de oficial de registro de títulos e documentos, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de imóveis, oficial de protesto de título, contador, partidor, tabelião de notas, escrivão de paz e oficial de registro civil das pessoas naturais (§ 1.º, art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 3.º O escrivão do juízo de direito da Comarca de Macapá exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de imóveis.

§ 4.º O serventuário de que trata a letra b, deste artigo, terá exercício na sede da Comarca de Macapá e exercerá, além das funções próprias, as de escrivão do juízo de paz, oficial de registro civil das pessoas naturais, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de títulos e documentos, oficial de protesto de título, contador e partidor.

Art. 6.º Ficam criados, sem onus para os cofres públicos, os seguintes cargos da justiça dos Territórios:

- a) onze juizes de paz (Distritos de Amapá, Aporema, Calçoene, Oiapoque, Ponta dos Índios, Macapá, Bailique, Ferreira Gomes, Mazagão, Boca do Jari e Mazagão Velho);
- b) oito escrivães do juízo de paz (Distritos de Aporema, Calçoene, Oiapoque, Ponta dos Índios, Bailique, Ferreira Gomes, Boca do Jari e Mazagão Velho).

Parágrafo único. Os serventuários de que trata a letra *b* dêste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de notas e oficial de registro civil das pessoas naturais (§ 2.º do art. 5.º do referido Decreto-lei).

Art. 7.º No corrente exercício, a despesa com a execução do que dispõe o art. 5.º será atendida com o saldo existente na conta corrente do quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas produzirá efeitos, na parte relativa ao quadro territorial, a partir de 1 de julho do corrente ano.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

ANEXO N.º 1 DO DECRETO N.º 7.578, DE 23 DE MAIO DE 1945

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO PARA O PERÍODO 1945-1948

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		Sedes das Circunscrições		
Comarcas		Térmos		Municípios		Distritos				
Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Núm. de ordem	Nome	Categoria
1	Amapá	1	Amapá	1	Amapá	1	Amapá	1	Amapá	Cidade
						2	Aporema (ex-Araguari) ..	2	Aporema (ex-Araguari) ..	Vila
		2	Oiapoque	2	Oiapoque	3	Calçoene	3	Calçoene	Vila
						4	Oiapoque	4	Oiapoque	Cidade
						5	Ponta dos Índios	5	Ponta dos Índios	Vila
2	Macapá	3	Macapá	3	Macapá	6	Macapá	6	Macapá	Capital
						7	Bailique	7	Bailique	Vila
						8	Ferreira Gomes (ex-Amapari)	8	Ferreira Gomes (ex-Amapari)	Vila
3	Mazagão	4	Mazagão	4	Mazagão	9	Mazagão	9	Mazagão	Cidade
						10	Boca do Jari (ex-Jari) ..	10	Boca do Jari (ex-Jari) ..	Vila
						11	Mazagão Velho	11	Mazagão Velho	Vila

ANEXO N.º 2

Limites municipais e divisas interdistritais em que se baseia o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Território

I — MUNICÍPIO DE AMAPÁ (1)

a) Limites municipais:

1 — Com o Município de Macapá

Começa na foz do rio Araguari, no Oceano Atlântico e segue pelo álveo do dito rio Araguari até sua nascente principal, atingindo o ponto de partida da reta que divide o Município de Macapá do Município do Oiapoque.

2 — Com o Município do Oiapoque

Começa na cabeceira principal do rio Araguari, segue por uma reta até as nascentes do rio Cassiporé; continua pelo álveo do rio Cassiporé até a sua foz no Oceano Atlântico.

3 — Com o Oceano Atlântico

Começa na foz do rio Cassiporé e segue pela costa até a foz do rio Araguari, abrangendo as ilhas Maracá, Jipioca e todas as demais do percurso.

b) Divisas interdistritais:

1 — Entre os distritos de Amapá e Calçoene

Começa na foz do rio Calçoene seguindo o seu curso até as cabeceiras e destas prossegue em reta até encontrar as nascentes do rio Cassiporé.

2 — Entre os distritos de Amapá e Aporema

Começa na embocadura do rio Macari Grande, no Canal de Maracá, próximo a ponta do Machadinho (Ilha do Maracá); segue pelo curso do dito rio Macari até sua nascente no lago de Jaca e daí em direção ao largo das Duas Bocas na foz do rio Tartarugal Grande; deste ponto prossegue pelo álveo do mesmo rio Tartarugal Grande até suas cabeceiras donde toma a direção das nascentes do rio Tracajatuba, descendo pelo álveo deste até a sua foz da margem esquerda do rio Araguari.

II — MUNICÍPIO DE MACAPÁ (3)

a) Limites municipais:

1 — Com o Município de Mazagão

Começa no talvegue do rio Amazonas conforme a foz do braço de baixo do rio Anauerapuçu ou Vila Nova, afluente esquerdo do rio Amazonas; segue pelo talvegue do referido rio, deixando para Mazagão a Ilha dos Barreiros até as suas nascentes mais setentrionais; continua por uma linha seguindo a cota máxima da vertente direita do rio Amapari até a nascente principal do rio Ita, daí alcança por uma reta a nascente verdadeira do Oiapoque.

2 — Com o Município do Oiapoque

Começa nas nascentes do rio Oiapoque; segue por uma reta até a cabeceira principal do rio Araguari.

3 — *Com o Município de Amapá*

Começa na cabeceira principal do rio Araguari; segue pelo álveo do dito rio Araguari, águas abaixo até a sua foz no Oceano Atlântico.

4 — *Com o Oceano Atlântico*

Começa na foz do rio Araguari e segue pelo Oceano Atlântico até confrontar com a foz setentrional do rio Amazonas ao sul do arquipélago de Bailique, no ponto onde passa o seu talvegue ou Canal do Norte.

5 — *Com o Estado do Pará*

Começa no Oceano Atlântico ao sul do Arquipélago de Bailique, na boca do Canal do Norte, seguindo os limites do Território Federal de Amapá com o Estado do Pará, conforme determina o decreto do Governo da República.

b) *Divisas interdistritais:*

1 — *Entre os distritos de Macapá e Bailique*

Começa na parte sul da ilha Curuá, última do lado de cima do grupo de ilhas Bailique; segue por uma reta até a foz do Igarapé Uruá ou Jupati, subindo o curso do mesmo até as cabeceiras e destas prossegue em linha reta até as nascentes do rio Curijuba.

2 — *Entre os distritos de Macapá e Ferreira Gomes (ex-Amapari)*

Começa nas cabeceiras do rio Curijuba; segue pela cota máxima da vertente direita do rio Araguari até a cabeceira do rio Matapi e daí pela cota máxima da vertente direita do rio Amapari até a cabeceira do rio Cupichi; deste ponto prossegue por uma reta de menor percurso até encontrar a linha divisória entre os municípios de Macapá e Mazagão.

3 — *Entre os distritos de Bailique e Ferreira Gomes (ex-Amapari)*

Começa na principal nascente do rio Curijuba e segue pelo meridiano que por ela passa até alcançar a margem direita do rio Araguari.

III — *MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (4)*

a) *Limites municipais:*

1 — *Com o Estado do Pará*

Começa no álveo do rio Amazonas confronte à foz do rio Jari, afluente esquerdo do rio Amazonas; continua pelos limites interestaduais até a fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa.

2 — *Com as Guianas Neerlandesa e Francesa*

Começa na intersecção da reta meridiana que vem da nascente principal do rio Jari, com a linha de limites entre o Brasil e as Guianas Neerlandesa e Francesa; segue por esta linha de fronteira até encontrar a cabeceira do rio Oiapoque.

3 — *Com o Município de Macapá*

Começa na cabeceira do rio Oiapoque; segue por uma reta até a nascente principal do rio Ita; continua por uma linha seguindo a cota máxima da vertente direita do rio Amapari até a nascente mais setentrional do rio Anauerapuçu; seguindo pelo álveo do referido rio Anauerapuçu ou Vila Nova, até a sua foz alcançar o álveo do rio Amazonas, na confrontação daquela foz.

4 — *Com o Estado do Pará*

Começa na confrontação da foz do rio Anauerapuçu ou Vila Nova, no álveo do rio Amazonas segue pelos limites interestaduais até a foz do rio Jari.

b) *Divisas interdistritais:*1 — *Entre os distritos de Mazagão e Mazagão Velho*

Começa na margem esquerda do rio Amazonas, na foz do Igarapé Piracunema; sobe por este até as suas nascentes e continua pelo divisor de águas entre as vertentes esquerda do rio Mazagão e direita do rio Anauerapuçu ou Vila Nova e as vertentes esquerda do rio Maracá e direita do mesmo Anauerapuçu, seguindo até encontrar a nascente do rio Maracá, e desta pela linha de menor percurso até atingir a reta em rumo de 30º noroeste que serve de limite entre os Municípios de Mazagão e Macapá.

2 — *Entre os distritos de Mazagão-Velho e Boca do Jari*

Começa na foz do rio Cajari, afluente esquerdo do rio Amazonas e segue o curso do dito rio Cajari até a sua nascente principal daí continua pelo divisor de águas entre as vertentes esquerda do rio Iratapuru e direita do rio Maracá, seguindo pela cota máxima até alcançar a nascente principal do rio Jari.

IV — *MUNICÍPIO DO OIAPOQUE (2)*a) *Limites municipais:*1 — *Com a Guiana Francesa*

Começa na nascente principal do rio Oiapoque daí segue pelos limites internacionais até a foz do Oiapoque no Oceano Atlântico.

2 — *Com o Oceano Atlântico*

Começa na foz do rio Oiapoque no Oceano Atlântico e segue pela costa atlântica até a foz do rio Cassiporé.

3 — *Com o Município de Amapá*

Começa na foz do rio Cassiporé no Oceano Atlântico; segue pelo álveo deste até as suas nascentes; para, destas, alcançar por uma reta a cabeceira principal do rio Araguari.

4 — *Com o Município de Macapá*

Começa na cabeceira principal do rio Araguari e segue por uma reta até as cabeceiras do rio Oiapoque.

b) *Divisas interdistritais:*1 — *Entre os distritos de Oiapoque e Ponta dos Índios*

Começa na foz do rio Luminato, afluente direito do rio Oiapoque, seguindo pelo curso do referido rio Luminato até as suas nascentes e destas prossegue pela cota máxima entre as vertentes esquerda do rio Curipi, afluente esquerdo do rio Uassá e direita do rio Pontanari, continuando até atingir a nascente do rio Cassiporé.

DECRETO-LEI N.º 7.579 — DE 23 DE MAIO DE 1945

Cria uma Companhia de Infantaria de Guarda na 4.ª Zona Aérea

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Companhia de Infantaria de Guarda na 4.ª Zona Aérea, transitória e diretamente subordinada ao Comandante da Zona e tendo por sede provisória o Campo de Marte.

Art. 2.º Essa Companhia, organizada de acôrdo com o disposto no Decreto-lei n.º 3.930, de 11 de dezembro de 1941, fornecerá elementos necessários à guarda de estabelecimentos e campos de pouso, que venham a ser indicados pelo Comandante da Zona Aérea.

Art. 3.º A despesa decorrente, no presente exercício, será realizada à conta de créditos já distribuídos.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.580 — DE 23 DE MAIO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, para a Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, atualmente situada em Nova York, uma função gratificada de Secretário do Delegado, com US\$ 420.00 (quatrocentos e vinte dólares) anuais.

§ 1.º A função de que trata este artigo será exercida por funcionário escolhido e designado pelo Delegado, dentre os ocupantes de cargos de carreira, lotados na Delegacia.

§ 2.º O funcionário designado para o exercício da função, a que se refere este artigo, perceberá a gratificação respectiva, independentemente da gratificação de representação a que se refere o Decreto n.º 16.089, de 17 de julho de 1944.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Fazenda, Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos cruzeiros), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.581 — DE 34 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre a promoção e reforma de aspirantes a oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os aspirantes a oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que terminaram o curso da Escola de Sargentos durante o ano de 1934, contarem mais de seis anos nessa graduação e tempo de serviço para efeito de reforma superior a vinte e cinco anos, poderão ser promovidos ao posto de Segundo Tenente, quaisquer que sejam suas idades, independentemente de vagas, para serem neste posto reformados, com os respectivos vencimentos.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto-lei n.º 7.287, de 31 de janeiro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1945, 124.º de Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.582 — DE 25 DE MAIO DE 1945

Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É extinto o Departamento de Imprensa e Propaganda criado pelo Decreto-lei n.º 1.915, de 27 de dezembro de 1939.

Art. 2.º Fica criado o Departamento Nacional de Informações subordinado diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º Compete ao Departamento Nacional de Informações:

a) coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional, em cooperação com os órgãos culturais dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com os órgãos congêneres dos Estados e Prefeituras;

b) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas, intelectuais e instituições culturais do país, podendo para isso estabelecer e conceder prêmios;

c) promover, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições;

d) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;

e) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-lei n.º 21.111, de 1 de março de 1932, e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa;

- f) estimular a produção de filmes nacionais;
- g) promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros e organizar publicações de caráter cultural e turístico;
- h) organizar e dirigir os programas de radiodifusão do Governo;
- i) autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos, bem como de agências telegráficas ou de informações, nacionais ou estrangeiras, ouvindo os órgãos de classe.

Art. 4.º O Departamento Nacional de Informações será constituído de:

- a) Divisão de Imprensa e Divulgação, com a Seção de Biblioteca;
- b) Divisão de Radiodifusão, com a Seção de Discoteca;
- c) Divisão de Cinema e Teatro, com a Seção de Filmoteca;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Agência Nacional;
- f) Serviço de Administração, compreendendo as Seções do Pessoal, Comunicação, Contabilidade, Tesouraria e Material.

Art. 5.º Até que seja baixado o Regimento do Departamento Nacional de Informações o Ministro da Justiça e Negócios Interiores expedirá as instruções necessárias no sentido de serem especificadas as atribuições e distribuição dos trabalhos e demais normas reguladoras das atividades do referido órgão.

Art. 6.º O Departamento Nacional de Informações será dirigido por um Diretor Geral em Comissão padrão R.

Art. 7.º As Divisões serão dirigidas por Diretores, em comissão, padrão P.

Art. 8.º O Serviço de Administração será dirigida por um Diretor, em comissão, padrão O.

Parágrafo único. Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores um cargo de Diretor, em comissão, padrão O.

Art. 9.º Os trabalhos do Departamento Nacional de Informações serão executados por funcionários do seu Quadro ou requisitados e por extranumerários admitidos na forma da legislação vigente.

Art. 10. Ficam mantidos os cargos do Quadro de funcionários do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda, as funções gratificadas e as respectivas Tabelas Numéricas de extranumerários, que são transferidos para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 11. Ficam igualmente transferidas para o Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores as dotações do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda.

Art. 12. O Diretor Geral do Departamento Nacional de Informações será substituído em seus impedimentos ocasionais por um dos Diretores de Divisão designado pelo Ministro de Estado. Os Diretores de Divisão serão substituídos, em seus impedimentos, por outro Diretor de Divisão para esse fim designado, sem prejuízo de suas funções, pelo Diretor Geral.

Art. 13. O Departamento Nacional de Informações manterá uma estação radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 14. A Agência Nacional, subordinada diretamente ao Diretor Geral, fará distribuição de noticiário e serviço fotográfico, em caráter meramente informativo, à imprensa da Capital e dos Estados.

Art. 15. Todos os serviços de publicidade na imprensa, dos Ministérios e de quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal ou de entidades autárquicas criadas pela lei, serão feitos por intermédio do Departamento Nacional de Informações, com o qual aqueles órgãos se manterão em estreita ligação.

Art. 16. Os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda são considerados extintos e passam a reger-se, sob a denominação de Departamentos Estaduais de Informações, pelas normas do presente Decreto-lei.

Art. 17. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.583 — DE 25 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre sociedades de crédito, financiamento ou investimentos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não gozam das prerrogativas e vantagens previstas na legislação referente à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, nem se subordinam às disposições dos arts. 5.º e 6.º do Decreto-lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944, alterado pelo Decreto-lei n.º 6.541, de 29 de maio de 1944, as sociedades de crédito, financiamento ou investimentos, desde que não recebam depósitos.

Parágrafo único. As sociedades de que trata este artigo podem constituir-se com capitais nacionais e estrangeiros.

Art. 2.º A constituição e o funcionamento das sociedades de que trata o artigo precedente obedecerão a normas especiais que forem expedidas pelo Ministro da Fazenda, por proposta da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.584 — DE 25 DE MAIO DE 1945

Dispõe sobre a aquisição de material pelo D. F. C. e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As aquisições realizadas pelo D.F.C. e suas agências são de três tipos:

- I — às firmas sediadas na praça onde estiverem localizados o D.F.C. ou suas agências;
- II — no território nacional, fora da Capital da República onde não houver agência do D.F.C.; e
- III — em fontes produtoras estrangeiras.

Art. 2.º As aquisições a que se refere o artigo 1.º, item I, serão reguladas pelo disposto no Decreto-lei n.º 2.206, de 20-5-40, e legislação complementar.

Art. 3.º As aquisições a que se refere o artigo 1.º, item II, obedecerão apenas quanto à competição e escolha de proposta ao disposto no Decreto-lei n.º 2.206, de 20-5-40, e legislação complementar.

Art. 4.º As aquisições a que se refere o artigo 1.º, item III, não serão reguladas pelo Decreto-lei n.º 2.206, de 20-5-40, e legislação complementar e obedecerão aos procedimentos comerciais comuns, independentemente de autorização superior.

Art. 5.º O pagamento das aquisições de que tratam os artigos 3.º e 4.º será efetuado por meio de cheque nominativo, uma vez que o D.F.C. ou suas agências tenham conhecimento do cumprimento, por parte do fornecedor, das obrigações contidas na ordem de fornecimento.

Parágrafo único. Por ocasião do exame das despesas pela Delegação do Tribunal de Contas, o D.F.C. mencionará o fornecimento feito dos materiais requisitados pelas repartições, para que seja a despesa deduzida das dotações respectivas.

Art. 6.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados à aquisição de material, distribuídos ao D.F.C., serão postos, em sua totalidade, no Banco do Brasil, à disposição do Diretor Geral do D.F.C.

Parágrafo único. Os créditos orçamentários e adicionais destinados à aquisição de material, distribuídos às agências do D.F.C., serão postos, em sua totalidade, na agência do Banco do Brasil, onde as mesmas estiverem localizadas, à disposição do Chefe da Agência do D.F.C.

Art. 7.º O D.F.C. terá duas contas distintas no Banco do Brasil:

a) *Conta de Estoque*, constituída dos créditos orçamentários e adicionais destinados à manutenção de estoques no D.F.C.;

b) *Conta de Fornecimento*, constituída dos créditos orçamentários e adicionais distribuídos ao D.F.C., das importâncias de exercícios anteriores que o Ministério da Fazenda autorizar sejam incluídas em "Restos a Pagar" e das importâncias provenientes da aplicação do art. 551, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública (R.G.C.P.).

Art. 8.º O Diretor Geral do D.F.C. movimentará as duas contas no Banco do Brasil por meio de cheques nominativos, não só para aquisição nas diversas praças do país, como nas do estrangeiro.

Parágrafo único. Quando em vez da movimentação bancária se tornar mais conveniente a remessa de fundos à Delegacia do Tesouro, para aquisições que realizar no estrangeiro, o D.F.C. solicitará com a necessária antecedência, ao Ministro da Fazenda, as providências correspondentes.

Art. 9.º A fim de que continuem escriturados na Conta de Fornecimento os recursos necessários ao resgate dos cheques emitidos e ainda não pagos, bem como as importâncias mandadas incluir em "Restos a Pagar" pelo

Ministério da Fazenda e as que correspondam ao disposto no artigo 551 do R.G.C.P., o Banco do Brasil só encerrará a Conta de Fornecimento quando o D.F.C. fizer a comunicação do número do último cheque emitido e do valor total das importâncias sacadas.

Parágrafo único. No fim de cada exercício financeiro o Banco do Brasil encerrará e reajustará a Conta de Fornecimento, transferindo o seu saldo ao Tesouro Nacional.

Art. 10. Quando o material adquirido na forma do disposto nos itens II e III do artigo 1.º e pago pelo D.F.C. não chegar ao destino dentro do exercício financeiro no qual esteja em vigor o crédito utilizado, o exame da despesa pelo Tribunal de Contas será efetuado no exercício seguinte.

Art. 11. O D.F.C. fará, em duas vias, relação dos cheques correspondentes às operações de que trata o artigo anterior, enviando uma delas à Contadoria Seccional e outra à Delegação do Tribunal de Contas.

Art. 12. À Delegação do Tribunal de Contas, em relação ao exame das despesas de que tratam os artigos 3.º e 4.º, compete:

I — verificar se a despesa efetuada consta do relacionamento de cheques de que trata o artigo anterior;

II — examinar os comprovantes apurando se os que foram apresentados correspondem à despesa efetuada;

III — Registrar a despesa.

Art. 13. As faturas emitidas pelo D.F.C. como as de qualquer outro fornecedor, conterão a classificação da despesa uma única vez, no próprio texto, e serão encaminhadas à Delegação do Tribunal de Contas mediante relação protocolada, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 1.º A classificação da despesa será feita de acordo com o que constar do Índice de Material, que fôr organizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.).

§ 2.º Quando, não havendo Índice de Material, a Delegação do Tribunal de Contas impugnar a classificação da despesa em uma fatura, deverá devolvê-la ao D.F.C. sem prejuízo das demais cuja classificação tenha sido aceita, e que estejam contidas na mesma relação.

Art. 14. Às aquisições para o Armazem de Estoque do D.F.C. vizarão o atendimento rápido dos pedidos das repartições públicas civis e compreenderão:

I — Material de uso freqüente nas repartições públicas;

II — Material de consumo ou permanente, de utilização certa, que o D.F.C. julgar conveniente adquirir para estoque.

Art. 15. O D.F.C. poderá levantar adiantamentos condicionados às possibilidades que, no momento, se verificarem no saldo da Conta de Estoque.

Parágrafo único. Os adiantamentos a que se refere este artigo serão aplicados:

I — em pequenas compras que, pelo seu reduzido valor, não despertem interesse entre os fornecedores;

II — no pagamento à vista, de faturas de importâncias reduzidas;

III — em casos especiais, de compras para as quais o D.F.C. verifique haver vantagem ou conveniência em ser feito pagamento à vista.

Art. 16. A Delegação do Tribunal de Contas e a Contadoria Seccional da Contadoria Geral da República deduzirão dos créditos orçamentários ou adicionais atribuídos às repartições, as importâncias correspondentes aos fornecimentos feitos pela Seção de Estoque do D.F.C. fazendo-as reverter à Conta de Estoque para subseqüentes aplicações.

Parágrafo único. As operações de dedução dos créditos orçamentários ou adicionais e conseqüente reversão à Conta de Estoque, pela Delegação do Tribunal de Contas e Contadoria Seccional, não poderão exceder o prazo de cinco dias para o Tribunal de Contas e três dias para a Contadoria Seccional, solicitando, então, o D.F.C. ao Banco do Brasil a transferência das importâncias revertidas, da Conta de Fornecimento para a Conta de Estoque.

Art. 17. A Seção de Estoque do D.F.C., só poderá efetuar fornecimentos a repartições que disponham de crédito correspondente ao material requisitado, devendo extrair faturas em seis vias: a 1.^a via constituirá o documento de empenho e será encaminhada à Delegação do Tribunal de Contas para os efeitos previstos no artigo anterior; a 2.^a via será transmitida à Contadoria Seccional para o necessário controle, escrituração e reversão do valor, ainda de acordo com o disposto no artigo anterior; as 3.^a e 4.^a vias destinar-se-ão à repartição que houver recebido o material, e as 5.^a e 6.^a vias serão arquivadas no D.F.C.

Art. 18. A Contadoria Seccional fornecerá semestralmente ou quando lhe for solicitada pelo Diretor Geral do D.F.C. extrato demonstrativo da Conta de Estoque.

Art. 19. Até o último dia de fevereiro de cada ano o D.G. do D.F.C. designará uma comissão composta de 3 membros para levantar o inventário do material existente em estoque, bem como fazer a relação do material já fornecido às repartições públicas cujo valor não tenha sido revertido à Conta de Estoque.

§ 1.º Um dos membros da comissão acima deverá ser indicado pela Contadoria Geral da República.

§ 2.º O D.G. encaminhará à Delegação do Tribunal de Contas e Contadoria Seccional cópia do inventário e relação a que se refere este artigo, bem como indicará o saldo da Conta de Estoque comunicado pelo B.B.

§ 3.º A Delegação do Tribunal de Contas e a Contadoria Seccional, de posse desses elementos, deverão pronunciar-se, dentro de trinta dias, sobre a exatidão da Conta de Estoque, ficando então o D.G. do D.F.C. exonerado de qualquer responsabilidade.

§ 4.º No caso de divergência na apreciação das contas, o D.G. fará uma exposição detalhada sobre a mesma, submetendo o assunto a consideração do Ministro da Fazenda para decisão final.

Art. 20. Quando o material adquirido para estoque sofrer deterioração ou avaria, o D.G. do D.F.C. determinará que sejam devidamente verificadas as causas e apuradas as responsabilidades.

Parágrafo único. O valor da perda ou depreciação, segundo a causa que a determinou, será indenizado pelo responsável ou de acordo com o que dispõe o artigo seguinte.

Art. 21. Os preços dos materiais em estoque poderão, quando for necessário, ser aumentados, para atender a riscos diversos, derrames, extravios e deteriorações e outras causas fortuitas que encareçam o material, até uma percentagem que não excederá de 3%.

Art. 22. As disposições deste Decreto-lei são extensivas aos recursos provenientes do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 3.296 de 22 de maio de 1941, para constituição do "Fundo para Estoque de Material do D.F.C." que deverão ser levados a crédito da Conta de Estoque.

Art. 23. O presente Decreto-lei entrará em vigor trinta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.585 — DE 25 DE MAIO DE 1945

Modifica a redação do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.739, de 11 de agosto de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica assim redigido o parágrafo único do Art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.739, de 11 de agosto de 1943:

“Parágrafo único. O pagamento será feito ao Presidente da Comissão Especial para São João Marcos, que aplicará a importância recebida na construção, no Município de Mangaratiba, de uma igreja em que se aproveitem os elementos de arte tradicionais da antiga matriz, de acordo com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e destinará o saldo que houver à construção de habitações para os moradores reconhecidamente pobres de São João Marcos e à de um hospital para assistir enfermos desvalidos do referido município.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.586 — DE 28 DE MAIO DE 1945

Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4.º da Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

PARTE PRIMEIRA

INTRODUÇÃO

Art. 1.º Esta lei regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4.º da Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945.

Art. 2.º São eleitores os brasileiros, de um e outro sexo, maiores de 18 anos, alistados na conformidade desta lei.

Art. 3.º Não podem alistar-se eleitores:

- a) os que não saibam ler e escrever;
- b) os militares em serviço ativo, salvo os oficiais;
- c) os mendigos;
- d) os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Art. 4.º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros, de um e outro sexo, salvo :

- a) os inválidos ;
- b) os maiores de 65 anos ;
- c) os brasileiros a serviço do País no estrangeiro ;
- d) os oficiais das forças armadas em serviço ativo ;
- e) os funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio ;
- f) os magistrados ;
- g) as mulheres que não exerçam profissão lucrativa.

Art. 5.º O eleitor que deixar de votar só se exime de pena (art. 123, n.º 2) se provar justo impedimento.

PARTE SEGUNDA

DOS ÓRGÃOS DOS SERVIÇOS ELEITORAIS

Art. 6.º Para execução da presente lei, há os seguintes órgãos :

- a) um Tribunal Superior, na capital da República ;
- b) um Tribunal Regional, na capital de cada Estado e no Distrito Federal ;
- c) Juntas Eleitorais ;
- d) Juizes Eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos.

Parágrafo único. Os serviços eleitorais são obrigatórios e não interrompem o interstício na promoção dos funcionários para êles requisitados.

TÍTULO PRIMEIRO

DO TRIBUNAL SUPERIOR

Art. 7.º Compõe-se o Tribunal Superior de cinco membros, que são :

- 1) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é também seu Presidente ;
- 2) um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é seu Vice-Presidente ;
- 3) o Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal ;
- 4) um Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal ;
- 5) um Jurista de notável saber e reputação ilibada.

§ 1.º O segundo, o quarto e o quinto são designados pelo Presidente do Tribunal Superior.

§ 2.º No caso de impedimento, e não existindo *quorum*, é o membro do Tribunal substituído por pessoa da mesma categoria, designada pelo Presidente.

Art. 8.º O Tribunal Superior funciona em sessão pública com a presença mínima de três (3) de seus membros.

Art. 9.º Compete ao Tribunal Superior :

- a) elaborar o seu regimento interno e o dos Tribunais Regionais ;
- b) organizar os serviços que julgar necessários, requisitando, para isso, os funcionários federais, do Distrito Federal, estaduais e municipais que entender, e dispensando-os quando julgar conveniente ;
- c) decidir os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juizes singulares de Estados diferentes ;
- d) adotar ou sugerir ao Governo providências para que as eleições se realizem nas datas fixadas nesta lei, e se processem de acôrdo com a mesma ;

e) responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas por autoridades públicas ou partidos políticos registrados;

f) julgar em última instância os recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais;

g) expedir as instruções que julgar convenientes à execução desta lei;

h) regular o processo dos recursos de que lhe caiba conhecer, ou que pertençam ao conhecimento dos Tribunais Regionais;

i) requisitar a necessária força para o cumprimento das suas decisões ou para o cumprimento das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem;

j) ordenar o registro dos partidos políticos nacionais e dos candidatos à Presidência da República;

k) apurar, pelos resultados parciais, o resultado geral da eleição do Presidente da República, proclamar o eleito e dar-lhe posse;

l) comunicar aos Tribunais Regionais a data em que deve ser iniciado o alistamento em todo o país.

Parágrafo único. Serve de Procurador Geral junto ao Tribunal o Procurador Geral da República, que opinará em todos os recursos encaminhados ao mesmo Tribunal, no prazo de três dias.

TÍTULO SEGUNDO

DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

Art. 10. Compõem-se os Tribunais Regionais de cinco membros, que são :

- 1) um Desembargador, que é o Presidente;
- 2) um Desembargador, que é o Vice-Presidente;
- 3) dois Juizes de Direito em cada Estado e no Distrito Federal;
- 4) um Jurista de notável saber e reputação ilibada.

§ 1.º Os membros do Tribunal Regional são designados pelo Presidente do Tribunal Superior.

§ 2.º No caso de impedimento, e não existindo *quorum*, é o membro do Tribunal substituído por pessoa da mesma categoria, designada pelo Presidente do Tribunal Superior.

§ 3.º Serve de Procurador Regional junto ao Tribunal o Procurador Geral do Estado ou do Distrito Federal, que opinará em todos os recursos encaminhados ao mesmo Tribunal, no prazo de três dias. O Procurador Regional poderá designar outros membros do Ministério Público para auxiliá-lo, não tendo estes, porém, assento nas sessões do Tribunal. No impedimento ou falta do Procurador Regional, a sua substituição se fará de acordo com o disposto na Lei de Organização Judiciária, para os Procuradores Gerais.

Art. 11. Os Tribunais Regionais funcionam em sessão pública com a presença mínima de três (3) de seus membros.

Art. 12. Compete aos Tribunais Regionais :

- a) cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior;
- b) organizar os serviços que julgarem necessários, requisitando, para isso, os funcionários federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais que entenderem, dispensando-os quando julgarem conveniente;
- c) responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhes forem feitas por autoridade pública ou pelo Diretório dos partidos políticos registrados;
- d) ordenar o registro dos Diretórios estaduais dos partidos nacionais e dos candidatos a Governador de Estado, ao Parlamento Nacional e às Assembléias Legislativas;

e) apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, o resultado final das eleições de Governador, membros do Parlamento Nacional e das Assembleias Legislativas, remetendo, com a possível brevidade, ao Tribunal Superior, cópia da apuração final e da proclamação dos eleitos;

f) assinar tantos extratos autenticados da apuração final quantos forem os eleitos, a fim de lhes servirem de diploma;

g) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede;

h) dividir a capital de cada Estado ou o Distrito Federal em zonas eleitorais, cabendo a jurisdição de cada uma a um Juiz de Direito e, na falta dêste, ao Juiz Substituto;

i) requisitar da autoridade competente a força federal ou estadual necessária ao cumprimento da decisão sobre matéria eleitoral, e, por intermédio do Tribunal Superior, quando não seja atendida a requisição, ou o auxílio da força à sua disposição seja inútil ou impraticável;

j) julgar, por ocasião da apuração final das eleições, os recursos interpostos das decisões das Juntas Eleitorais e as impugnações feitas aos resultados parciais da apuração;

k) dar posse ao Governador do Estado;

l) nomear preparadores para auxiliar o alistamento eleitoral nos termos, distritos ou povoados, desde que o exijam a distância e as dificuldades de transportes para a sede da comarca, sendo escolhidos de preferência os Juizes de Paz, onde houver;

m) autorizar aos Juizes Eleitorais a requisição de funcionários para auxiliarem o Escrivão;

n) julgar os recursos interpostos dos atos e das decisões proferidas pelos Juizes Eleitorais.

Parágrafo único. As decisões dos Tribunais Regionais são definitivas, salvo nos casos do art. 117.

TÍTULO TERCEIRO

DOS JUÍZES ELEITORAIS

Art. 13. Competem a Juizes locais as funções de Juizes Eleitorais.

§ 1.º Onde houver mais de uma vara, o Tribunal Regional designará aquela, ou aquelas, a que incumbe o serviço eleitoral.

§ 2.º Nas varas com mais de um officio, o Juiz indicará o Escrivão para o serviço eleitoral.

Art. 14. Os Juizes Eleitorais despacharão todos os dias úteis na sede do Juízo ou no local designado para esse fim.

Art. 15. Compete aos Juizes:

a) cumprir e fazer cumprir as determinações do Tribunal Superior ou Regional;

b) preparar os processos eleitorais e determinar a qualificação e inscrição dos eleitores;

c) expedir os títulos eleitorais;

d) conceder ressalva ao eleitor, para que possa votar em determinada zona da circunscrição;

e) nomear o presidente e os mesários das mesas receptoras;

f) dar substitutos aos secretários das mesas receptoras, mediante reclamação justificada dos interessados;

g) providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas mesas receptoras, mediante solicitação de seu presidente;

- h) instruir os membros das mesas receptoras sobre as suas funções;
- i) dividir a zona em seções eleitorais, de modo que, sempre com o mínimo de 50, cada seção tenha, nas capitais, o máximo de 400, e nas demais localidades o máximo de 300 eleitores;
- j) organizar as listas dos eleitores da zona respectiva, por ordem alfabética dos nomes, enviando cópia ao Tribunal Regional;
- k) designar, trinta dias antes das eleições, os lugares onde devem realizar-se as votações;
- l) presidir as Juntas Eleitorais;
- m) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliar o alistamento eleitoral, nos termos da letra l do art. 12. ,

Parágrafo único. O preparador designado para auxiliar o alistamento eleitoral fará atuar os requerimentos que lhe forem dirigidos e os remeterá ao Juiz Eleitoral para os fins do art. 27. Expedido o título, o Juiz Eleitoral o devolverá ao preparador, que o entregará ao eleitor, mediante recibo.

TÍTULO QUARTO

DAS JUNTAS ELEITORAIS

Art. 16. As Juntas Eleitorais serão constituídas, com a designação da respectiva sede, pelos Tribunais Regionais, até 30 dias antes das eleições.

Art. 17. Compor-se-ão as Juntas Eleitorais de dois cidadãos de notória integridade moral e independência, designados pelo Tribunal Regional, e do Juiz de Direito da Comarca, que será o seu presidente.

Art. 18. Compete à Junta Eleitoral apurar as eleições realizadas nos municípios que estiverem compreendidos na jurisdição do juiz que a presidir.

Art. 19. Nas capitais e comarcas onde houver mais de um juiz vitalício, poderão ser organizadas tantas juntas quantos forem esses juizes.

Art. 20. A Junta poderá nomear até seis escrutinadores, dentre cidadãos de notória integridade e independência.

PARTE TERCEIRA

DO ALISTAMENTO

TÍTULO PRIMEIRO

DA QUALIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO

Art. 21. Faz-se o alistamento mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

Art. 22. A qualificação e inscrição eleitorais serão *ex-officio* ou a requerimento do interessado.

Art. 23. Os diretores ou chefes das repartições públicas, das entidades autárquicas, paraestatais, ou de economia mista, os presidentes das seções da Ordem dos Advogados e os presidentes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura enviarão ao Juiz Eleitoral, dentro de 15 dias antes da data fixada para o início do alistamento, relação completa dos funcionários e extranumerários, associados das entidades paraestatais, advogados, engenheiros e arquitetos, com as respectivas indicações de função, idade, naturalidade e residência.

Art. 24. Recebidas as relações mencionadas no artigo antecedente, o Juiz remeterá, àqueles de quem as houve, tantas fórmulas de títulos eleitorais quantos forem os cidadãos relacionados.

§ 1.º Os organizadores dessas relações preencherão nas fórmulas os claros relativos à qualificação do eleitor, fazendo que este assine o título e remetendo-o, em seguida, ao Juiz Eleitoral.

§ 2.º O Juiz Eleitoral entregará o título ao eleitor mediante recibo, exigindo, quando julgar necessário, prova de sua identidade.

Art. 25. Nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, as relações a que se refere o art. 23 serão enviadas ao respectivo Tribunal Regional, cabendo aos seus Juizes, por distribuição do Presidente, a qualificação *ex-officio*.

§ 1.º Declarados qualificados os cidadãos constantes da relação referida neste artigo, a Secretaria do Tribunal remeterá a quem de direito as fórmulas de títulos eleitorais para os fins do art. 24 e seus parágrafos.

§ 2.º O Tribunal Regional, baixará instruções para maior facilidade dêsse alistamento no que fôr necessário.

Art. 26. Os cidadãos que não estiverem compreendidos nas relações acima referidas requererão ao Juiz Eleitoral do seu domicílio a sua inscrição, preenchendo a fórmula de acôrdo com o modelo anexo n.º 1 e assinando-a de seu próprio punho.

Parágrafo único. O requerimento será instruído com qualquer dos seguintes documentos:

a) título eleitoral, expedido na conformidade do Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e da Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935 (Código Eleitoral);

b) carteira de identidade, fornecida pelo Serviço competente de identificação no Distrito Federal, ou por órgãos congêneres nos Estados e nos Territórios;

c) carteira militar de identidade;

d) certificado de reservista de qualquer categoria do Exército, da Armada e da Aeronáutica;

e) carteira profissional expedida pelo serviço do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

f) certidão de idade, extraída no Registro Civil e, na sua falta, qualquer outro documento que direta ou indiretamente prove ter o requerente idade superior a 18 anos;

g) certidão de batismo, quando se trata de pessoa nascida anteriormente a 1 de janeiro de 1889;

Art. 27. Apresentado pelo alistando o requerimento instruído com um dos documentos acima mencionados, e não havendo dúvida sobre a sua identidade, o Juiz Eleitoral expedirá o respectivo título.

Art. 28. Qualquer dos documentos referidos nas letras b, c, d e e do parágrafo único do art. 25, será, depois de verificado que não há pluralidade do alistamento, restituído ao interessado, devendo, porém, ser assinalado, no requerimento, pelo escrivão, o número do título, da carteira, ou o certificado, conforme fôr.

Art. 29. O título conterá o nome do eleitor, sua idade, filiação, naturalidade, estado civil, profissão e residência, e será assinado e datado pelo Juiz e assinado pelo eleitor.

Parágrafo único. O título será expedido de acordo com o modelo anexo n.º 2, constituído de duas partes, uma das quais ficará em cartório, para organização do fichário e prova do alistamento.

Art. 30. A lista dos eleitores será publicada pelo menos 15 dias antes da eleição no jornal oficial dos Estados, na Capital Federal, nos Territórios e nos Municípios onde houver. Nos Municípios onde não houver jornal oficial, a lista dos eleitores será divulgada no local onde habitualmente se afixam os editais da comarca.

Art. 31. O eleitor que, por justo motivo, não puder estar em seu domicílio no dia da eleição, pedirá ao Juiz Eleitoral ressalva que o habilite a votar em outra seção.

§ 1.º O Juiz que conceder a ressalva comunicará o fato ao Tribunal Regional, mencionando o nome do eleitor, número de inscrição, lugar onde devia e onde vai votar.

§ 2.º O voto será recebido com as mesmas cautelas adotadas para os votos impugnados por dúvida quanto à identidade do eleitor.

TÍTULO II

DO CANCELAMENTO E DA EXCLUSÃO

Art. 32. São causas de cancelamento :

- 1) a infração dos arts. 22 a 27;
- 2) a suspensão ou a perda dos direitos políticos;
- 3) a pluralidade de inscrição;
- 4) o falecimento do eleitor.

Art. 33. A ocorrência de qualquer das causas enumeradas no artigo anterior dá lugar a exclusão do eleitor, que poderá ser provida *ex-officio*, ou a requerimento de qualquer eleitor, ou delegado de partido.

Parágrafo único. Durante o processo, e enquanto não decretada a exclusão, pode o eleitor votar.

Art. 34. Qualquer eleitor ou delegado de partido pode assumir a defesa do eleitor cuja exclusão estiver sendo promovida.

Art. 35. Dá-se a exclusão *ex-officio* sempre que ao conhecimento do Tribunal Regional chegue a ocorrência de alguma das causas do cancelamento.

Art. 36. Apurado o fato determinante da exclusão, enviar-se-ão ao Juiz Eleitoral os documentos comprobatórios, observando-se, no que for aplicável, o processo estabelecido no artigo seguinte.

Art. 37. Na exclusão requerida, tomará o Juiz Eleitoral estas providências.

- 1) mandará autuar petição;
- 2) publicará edital, com prazo de 10 dias, para ciência dos interessados, que poderão contestar, dentro de cinco dias;
- 3) concederá dilação probatória de cinco a 10 dias, se requerida;
- 4) remeterá, a seguir, o processo devidamente informado ao Tribunal Regional, que resolverá dentro de 10 dias.

Parágrafo único. Cessando a causa do cancelamento, poderá o interessado requerer novamente sua qualificação e inscrição.

PARTE QUARTA

DAS ELEIÇÕES

TÍTULO I

DO SISTEMA ELEITORAL

Art. 38. O sufrágio é universal; o voto, obrigatório, direto e secreto.

§ 1.º A eleição para a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas obedecerá ao sistema de representação proporcional.

§ 2.º Na eleição do Presidente da República, dos Governadores dos Estados, dos membros do Conselho Federal, ou para o preenchimento de vagas nas Câmaras Legislativas, prevalecerá o princípio majoritário.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 39. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos.

Art. 40. Faz-se o registro dos candidatos até 15 dias antes da eleição.

§ 1.º O registro pode ser promovido por delegado de partido, autORIZADO em documento autêntico, inclusive telegrama de quem responda pela direção partidária, e com a assinatura reconhecida por tabelião.

§ 2.º Toda lista de candidatos será encimada pelo nome do Partido, que é a legenda partidária.

Art. 41. Pode qualquer candidato, até 10 dias antes do pleito, requerer, em petição com firma reconhecida, o cancelamento do seu nome do registro.

§ 1.º Dêse fato, o Presidente do Tribunal dará ciência imediata ao partido; ou à aliança de partidos, que tenha feito a inscrição, ficando salvo ao partido, ou à aliança de partidos, dentro de 48 horas de recebida a comunicação, substituir por outro o nome cancelado.

§ 2.º Considera-se não escrito na cédula o nome do candidato que haja pedido o cancelamento de sua inscrição.

Art. 42. Não é permitido ao candidato figurar em mais de uma legenda, senão quando assim fôr requerido por dois ou mais partidos, em petição conjunta.

CAPÍTULO II

DO VOTO SECRETO

Art. 43. Asseguram o sigilo do voto as seguintes providências:

- 1) uso de sobrecartas oficiais, uniformes, opacas, e rubricadas pelo Presidente da mesa receptora, à medida que forem entregues aos eleitores;
- 2) isolamento do eleitor em gabinete indepassável, para o só efeito de introduzir a cédula de sua escolha na sobrecarta, e, em seguida, fechá-la;
- 3) verificação da identidade da sobrecarta à vista da rubrica;
- 4) emprêgo de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla, para que se não acumulem as sobrecartas na ordem em que forem introduzidas.

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 44. Para a representação na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, far-se-á a votação em uma cédula só, com a legenda partidária e qualquer dos nomes da respectiva lista registrada.

§ 1.º Se aparecer cédula sem legenda, o voto é contado para o partido a que pertencer o primeiro nome de candidato registrado escrito na mesma cédula.

§ 2.º Se aparecerem na cédula com legenda mais de um nome, considerar-se-á escrito, apenas, o primeiro dêles.

§ 3.º Se a cédula contiver uma legenda e nome de candidato de outro partido, apura-se o voto para o partido cuja legenda conste da cédula.

§ 4.º Se a cédula contiver somente a legenda partidária, apura-se o voto para o partido.

Art. 45. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelos de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um se superior.

Parágrafo único. Contam-se como válidos os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.

Art. 46. Havendo mais de um candidato registrado pelo mesmo partido, estão eleitos tantos dêles, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido, quantos indicar o quociente partidário.

Art. 47. Determina-se para cada partido o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados em cédulas sob a mesma legenda, desprezada a fração.

Art. 48. Os lugares não preenchidos com a aplicação do quociente eleitoral e dos quocientes partidários são atribuídos ao partido que tiver alcançado maior número de votos, respeitada a ordem de votação nominal de seus candidatos.

Art. 49. O candidato contemplado em mais de um quociente partidário considera-se eleito sob a legenda em que tiver obtido maior votação.

Art. 50. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

Art. 51. Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, estarão eleitos os candidatos mais votados até serem preenchidos os lugares.

Art. 52. Estão eleitos suplentes da representação partidária:

- a) os mais votados sob a mesma legenda e não eleitos efetivos, nas listas dos respectivos partidos;
- b) em caso de igualdade na votação, na ordem decrescente da idade.

Art. 53. Na falta de suplente, as vagas que ocorrerem na legislatura serão preenchidas por eleição suplementar.

TÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Art. 54. E' condição de elegibilidade para Presidente da República, membro do Conselho Federal e Governador de Estado ser o candidato brasileiro nato e maior de 35 anos.

Art. 55. E' condição de elegibilidade para a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas ser o candidato brasileiro nato e maior de 21 anos.

Art. 56. Não podem ser registrados como candidatos à Presidência da República, desde que não afastados definitivamente dos seus cargos até 90 dias antes da eleição:

a) o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Interventores ou Governadores dos Estados e Territórios e o Prefeito do Distrito Federal;

b) os membros do Poder Judiciário, os Ministros dos Tribunais de Contas, os membros do Conselho Nacional do Trabalho, os membros do Tribunal de Segurança Nacional, os chefes do Ministério Público, os chefes de Polícia, os chefes e subchefes dos Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica.

§ 1.º Para as eleições de Governador, prevalecem as mesmas inelegibilidades, exigindo-se para o registro dos candidatos o afastamento definitivo dos cargos referidos nas letras a e b d'este artigo, até 60 dias antes das eleições.

§ 2.º Para as eleições do Conselho Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas não prevalecem as inelegibilidades definidas neste artigo.

TÍTULO III

DOS ACTOS PREPARATÓRIOS DA VOTAÇÃO

Art. 57. O alistamento será feito dentro no prazo de 90 dias e encerrado 60 dias antes da eleição, podendo votar os eleitores alistados até 40 dias antes dela.

Art. 58. Os Juizes Eleitorais comunicarão ao Tribunal Regional, findo o prazo do alistamento, o número de eleitores alistados.

Art. 59. O Tribunal Regional, 10 dias antes da eleição, fará publicar, em jornal official, onde houver, e, não o havendo, em cartório, os nomes dos candidatos registrados nos termos do art. 40.

Parágrafo único. Os nomes dos candidatos serão comunicados por telegrapha circular, ou, na falta de telégrapho, pelo meio mais rápido, aos Juizes Eleitorais, presidentes e mesários de mesas receptoras da respectiva circumscrição eleitoral.

CAPÍTULO I

DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 60. Nos municípios em que não houver mais de quatrocentos eleitores, haverá uma única seção eleitoral.

§ 1.º Excedendo de quatrocentos eleitores, o Juiz distribuí-los-á em seções, atendendo aos meios de transporte e à residência dos eleitores.

§ 2.º Da distribuição dos eleitores por seções, cabe recurso, interposto, dentro de 48 horas, por delegado de partido, para o Tribunal Regional.

§ 3.º Poderão ser organizadas mesas receptoras nos povoados e nos distritos municipais.

Art. 61. O eleitor, cujo nome tenha sido omitido ou figure errado na lista, pode reclamar verbalmente, por escrito ou por telegrapha, ao Juiz, ou ao Tribunal Regional.

§ 1.º Tal reclamação pode ser feita por delegado de partido.

§ 2.º Procedendo a reclamação, providenciará a autoridade competente para sanar a irregularidade.

CAPÍTULO II

DAS MESAS RECEPTORAS

Art. 62. A cada seção eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos.

Art. 63. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários nomeados pelo Juiz Eleitoral, 30 dias antes da eleição, e dois secretários nomeados pelo presidente da mesa 72 horas, pelo menos, antes de começar a eleição.

§ 1.º Não podem ser nomeados presidentes e mesários :

- a) os cidadãos que não forem eleitores na zona;
- b) os que pertencerem aos órgãos de serviço eleitoral;
- c) os candidatos e seus parentes ou afins, até o 2.º grau, inclusive;
- d) os membros de diretórios de partido político;
- e) os funcionários demissíveis *ad-nutum*.

§ 2.º Serão, de preferência, nomeados os magistrados, membros do Ministério Público, professores, diplomados em profissão liberal, diplomatas e serventuários de Justiça.

§ 3.º O Juiz Eleitoral publicará no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório, as nomeações que houver feito e convocará os nomeados para constituírem as mesas no dia e lugares designados, às 7 horas.

§ 4.º Os motivos justos que tiverem os nomeados para recusar a nomeação somente poderão ser alegados até 10 dias antes da eleição.

§ 5.º O nomeado que não declarar a existência de qualquer dos impedimentos acima referidos incorre na pena estabelecida pelo art. 123, n.º 21.

Art. 64. Os mesários auxiliarão e substituirão o presidente, — de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, — assinarão as atas de abertura e de encerramento da eleição.

§ 1.º O presidente deve estar presente ao ato de abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento aos dois mesários, pelo menos 24 horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§ 2.º Não comparecendo o presidente até sete horas e trinta minutos, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo, bastando que compareça o presidente ou um dos mesários para que se realize a eleição.

§ 3.º Não se reunindo a mesa, por qualquer motivo, poderão os eleitores votar em outra, sob a jurisdição do mesmo Juiz, tomando-se-lhes os votos com as cautelas do art. 80, § 2.º.

Art. 65. Se, no dia designado para o pleito, deixarem de se reunir todas as mesas de um município, o Presidente do Tribunal Regional logo determinará dia para se realizar o mesmo, instaurando-se inquérito para apurar as causas da irregularidade e punição dos responsáveis.

Art. 66. Compete ao presidente da mesa receptora e, em sua falta, a qualquer dos mesários:

- 1) receber os sufrágios dos eleitores;
- 2) decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;
- 3) manter a ordem, para o que disporá da força pública necessária;
- 4) comunicar ao Tribunal Regional as ocorrências, cuja solução dêse dependerem, e, nos casos de urgência, recorrer ao Juiz Eleitoral, que providenciará imediatamente;

5) remeter à Junta Eleitoral todos os papéis que tiverem servido durante a recepção dos votos;

6) autenticar, com sua assinatura, as sobrecartas officiais;

7) assinar as fórmulas de observações dos fiscais ou delegados de partidos.

Art. 67. Devem os secretários ser eleitores na zona e, de preferência, serventários de Justiça, não podendo recair a nomeação em candidatos, parentes destes, ou afins até o 2.º grau, inclusive.

§ 1.º Sua nomeação será comunicada, immediatamente, por telegrama ou carta ao Juiz Eleitoral, e publicada pela imprensa ou por edital à frente do edificio onde tiver de funcionar a mesa.

§ 2.º Compete aos secretários :

a) dar aos eleitores a senha de entrada, previamente rubricada ou carimbada;

b) lavrar as atas de abertura e de encerramento da eleição;

c) cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas em regulamentos ou instruções.

§ 3.º As atribuições da letra a serão exercidas por um dos secretários e as da letra b pelo outro, conforme designação do Presidente, exercendo ambos conjuntamente as restantes.

§ 4.º O cargo de Secretário será de aceitação obrigatória.

§ 5.º No impedimento ou falta do Secretário, funcionará o substituto que o Presidente nomear.

Art. 68. Perante as mesas receptoras, cada partido poderá nomear um fiscal.

Art. 69. O Presidente, mesários, secretários, fiscais ou delegados de partidos, assim como as autoridades, podem votar perante as mesas em que estiverem servindo, ainda que eleitores de outras seções, anotando-se o fato na respectiva ata.

CAPÍTULO III

DO MATERIAL PARA A VOTAÇÃO

Art. 70. Os Juizes Eleitorais enviarão ao Presidente de cada mesa receptora, pelo menos 48 horas antes da eleição, o seguinte material :

1) lista dos eleitores da seção;

2) relação dos partidos e candidatos registrados;

3) duas folhas para a votação dos eleitores da seção e duas para os eleitores de outras, devidamente rubricadas;

4) uma urna vazia;

5) sobrecartas de papel opaco para a colocação das cédulas;

6) sobrecartas maiores para os votos impugnados ou duvidosos;

7) sobrecartas especiais para a remessa, à Junta Eleitoral, dos documentos relativos à eleição;

8) uma fórmula da ata de abertura e outra da de encerramento, assim como impressos para as atas;

9) senhas para serem distribuídas aos eleitores;

10) tinta, caneta, lápis, papel, necessários aos trabalhos;

11) folhas apropriadas para a impugnação e folhas para observações de fiscais ou delegados dos partidos;

12) outro qualquer material que o Tribunal Regional julgue necessário ao regular funcionamento da mesa.

Art. 71. As cédulas serão de forma retangular, côr branca, flexíveis e de tais dimensões que, dobradas ao meio ou em quarto, caibam nas sobre-cartas oficiais.

§ 1.º A designação da eleição, a legenda do partido e o nome do candidato de lista registrada serão impressos ou dactilografados, não podendo a cédula ter sinais nem quaisquer outros dizeres.

§ 2.º A votação para Presidente da República e membros do Parlamento Nacional far-se-á em cédulas distintas que serão encerradas na mesma sobrecarta, adotando-se o mesmo quanto à votação de Governador e membros da Assembléia Legislativa.

TÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS LUGARES DA VOTAÇÃO

Art. 72. Funcionarão as mesas receptoras nos lugares designados pelos Juizes Eleitorais, publicando-se a designação.

§ 1.º Dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aquêles em número e condições adequadas.

§ 2.º Não se pôde usar propriedade ou habitação de candidato.

§ 3.º Dez dias, pelo menos, antes do fixado para a eleição, comunicarão os Juizes Eleitorais aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de serem os respectivos edifícios, ou parte dêles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras.

§ 4.º A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para êsse fim.

Art. 73. No local da votação, será separado do público o recinto da mesa e, ao lado desta, achar-se-á um gabinete indevassável, para que, dentro nêle, possam os eleitores, à medida que comparecerem, colocar as cédulas de sua escolha nas sobrecartas.

§ 1.º O Juiz Eleitoral providenciará para que, nos editícios escolhidos, sejam feitas as necessárias adaptações.

§ 2.º No gabinete indevassável poderão ser colocadas, pelo presidente da mesa receptora, cédulas dos partidos e dos candidatos registrados.

CAPÍTULO II

DA POLÍCIA DOS TRABALHOS ELEITORAIS

Art. 74. Ao presidente da mesa receptora cabe a polícia dos trabalhos eleitorais.

Art. 75. Sòmente podem permanecer no recinto da mesa receptora os seus membros, os candidatos, os fiscais ou delegados de partidos e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

§ 1.º O presidente da mesa, que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, fará retirar-se do recinto ou do edificio quem não guarde a ordem e compostura devidas.

§ 2.º Nenhuma autoridade estranha à mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento.

Art. 76. E' vedado oferecer ao eleitor cédulas de sufrágio no local onde funcionar a mesa e nas suas imediações, dentro de um raio de 100 metros.

Parágrafo único. A igual distância conservar-se-á a força armada, que não poderá aproximar-se do lugar da votação, ou nêlle penetrar, sem ordem do presidente da mesa.

CAPÍTULO III

DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 77. No dia marcado para a eleição, às sete horas, o presidente da mesa receptora, os mesários e os secretários verificarão se, no lugar designado, estão em ordem o material remetido pelo Juiz e a urna destinada a recolher os sufrágios, bem como se estão presentes fiscais e delegados de partidos.

Art. 78. Às oito horas, supridas as deficiências, declarará o presidente iniciados os trabalhos e mandará lavrar a ata de abertura da votação.

§ 1.º A ata será assinada por todos os membros da mesa e pelos fiscais ou delegados que o quizerem, e mencionará:

- a) os membros da mesa que comparecerem;
- b) as substituições e nomeações que se fizerem;
- c) os nomes dos fiscais e delegados de partidos que tiverem comparecido;
- d) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação.

§ 2.º Dar-se-á início, em seguida, à votação, começando pelos membros da mesa e fiscais que houverem assinado a ata de abertura dos trabalhos.

Art. 79. O recebimento dos votos começará às oito horas, durando até às dezessete horas e quarenta e cinco minutos.

CAPÍTULO IV

DO ATO DE VOTAR

Art. 80. Observar-se-á, na votação, o seguinte:

1) o eleitor receberá, ao entrar na sala, uma senha numerada, que o secretário rubricará ou carimbará no momento;

2) admitido a penetrar no recinto da mesa, segundo a ordem numérica das senhas, apresentará ao presidente seu título, o qual poderá ser examinado pelos fiscais ou delegados de partido;

3) achando-se em ordem o título, e não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, o presidente da mesa o convidará a lançar nas fôlhas da votação sua assinatura usual, entregar-lhe-á uma sobrecarta aberta e vazia e fá-lo-á passar ao gabinete indevassável, cuja porta ou cortina será cerrada em seguida;

4) no gabinete indevassável, o eleitor colocará a cédula ou cédulas de sua escolha na sobrecarta recebida do presidente da mesa, e ainda no gabinete, onde não poderá demorar-se mais de um minuto, fechará a sobrecarta;

5) ao sair do gabinete, o eleitor depositará na urna a sobrecarta fechada;

6) antes, porém, o presidente, fiscais ou delegados de partidos verificarão, sem tocá-la, se a sobrecarta que o eleitor vai depositar na urna é a mesma que lhe fôra entregue pelo presidente da mesa receptora;

7) se a sobrecarta não fôr a mesma, será o eleitor convidado a voltar ao gabinete indevassável e trazer seu voto na sobrecarta que recebeu, deixando de ser admitido a votar se não quizer tornar ao gabinete, mencionando-se na ata o incidente;

8) introduzida a sobrecarta na urna, o presidente da mesa porá sua rubrica nas folhas da votação, depois do nome do votante, lançando, no título dêste, a data e a rubrica.

§ 1.º Se houver dúvida sobre a identidade de qualquer eleitor, o presidente da mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes do título, mencionando, na coluna de observações das folhas de votação, a dúvida suscitada.

§ 2.º Se a identidade do eleitor fôr contestada por qualquer fiscal ou delegado de partido, o presidente da mesa tomará as seguintes providências :

a) escreverá, em sobrecarta maior que a entregue ao eleitor para nela encerrar a sobrecarta de seu voto, o seguinte : "impugnado por F.....";

b) entregará ao eleitor a sobrecarta maior para que a deposite na urna;

c) anotará, por fim, a impugnação na coluna de observações das folhas de votação.

§ 3.º Proceder-se-á da mesma forma, se o nome do eleitor tiver sido omitido ou figurar erradamente na lista.

CAPÍTULO V

DO ENCERRAMENTO DAS VOTAÇÕES

Art. 81. Às 17 horas e 45 minutos, o presidente fará entregar as senhas a todos os eleitores que estiverem presentes e ainda não as tiverem recebido, convidando em seguida, em voz alta, os eleitores a entregar à mesa seus títulos, para que sejam admitidos a votar.

Parágrafo único. A votação continuará na ordem numérica das senhas, sendo o título devolvido ao eleitor, logo depois de votar.

Art. 82. Terminada a votação, o presidente, depois de declará-la encerrada, tomará as seguintes providências :

a) colocará sobre a fenda de introdução das sobrecartas, cobrindo-a inteiramente, uma tira de papel ou pano fortes, no sentido longitudinal, e outra transversalmente, ambas com as dimensões suficientes para que pelo menos cinco centímetros de cada ponta sejam colocados nas faces laterais da urna, devendo essas tiras ser colocadas em toda a sua superfície; essas tiras serão rubricadas pelo presidente e facultativamente pelos fiscais ou delegados presentes; o Tribunal Regional poderá prescrever outro modo de vedação da fenda;

b) encerrará com sua assinatura as folhas de votação, as quais ainda poderão ser assinadas pelos fiscais ou delegados, e riscará os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido;

c) mandará lavrar ao pé da última folha de votação dos eleitores da seção, nas duas vias, por um dos secretários, a ata da eleição, a qual deverá conter :

- 1) o número, por extenso, dos eleitores da seção, que compareceram e votaram, e o número dos que deixaram de comparecer;
- 2) o número, por extenso, dos eleitores de outras seções, que votaram;
- 3) o motivo de não haver votado algum dos eleitores que compareceram;
- 4) os nomes dos fiscais ou delegados de partidos que não constarem da ata de abertura, e os dos que se retiraram durante a votação;
- 5) os protestos e as impugnações apresentadas pelos fiscais ou delegados de partidos;
- 6) a razão de interrupção da votação, se tiver havido, e o tempo da interrupção;

7) a ressalva das rasuras, emendas e entrelinhas porventura existentes nas folhas de votação e nas atas de abertura e de encerramento, ou a declaração de não existirem;

d) assinará a ata com os demais membros da mesa, secretários, fiscais, ou delegados de partidos que o quiserem;

e) entregará ao Presidente da Junta Eleitoral, ou à agência do correio mais próxima, ou a outra vizinha que ofereça melhores condições de rapidez e segurança, sob recibo em triplicata, com indicação da hora, a urna e todos os documentos do ato eleitoral, encerrados estes em sobrecarta rubricada por ele, pelos fiscais e delegados que o quiserem;

f) comunicará, em officio, ao Juiz Eleitoral da circunscrição, a quem remeterá uma das vias da folha de votação, a realização da eleição, o número de eleitores que votaram e a remessa da urna e dos documentos à Junta Eleitoral;

g) enviará à Junta Eleitoral e ao Tribunal Regional, em sobrecarta à parte, uma das vias do recibo do correio.

Art. 83. O Presidente da Junta Eleitoral e as agências do correio tomarão as providências necessárias para o recebimento da urna e dos documentos referidos no artigo anterior.

Parágrafo único. Os fiscais ou delegados de partidos têm direito de vigiar e acompanhar a urna, desde o momento da eleição, durante a permanência nas agências do correio e até que cheguem à sede da Junta Eleitoral.

Art. 84. Na sede da Junta Eleitoral ficarão permanentemente as urnas à vista dos interessados e sob a guarda de pessoa designada pelo Presidente da Junta.

TÍTULO V

DA APURAÇÃO

Art. 85. Compete às Juntas Eleitorais e aos Tribunais Regionais a apuração dos votos nas eleições federais e estaduais.

§ 1.º Finda a apuração de cada dia, o presidente da Junta proclamará o resultado e fará lavrar ata resumida dos trabalhos, na qual conste o número de cédulas apuradas, discriminadamente, legenda por legenda, mandando transcrever em livro apropriado os resultados constantes das folhas de apuração.

§ 2.º Tais resultados serão, no mesmo dia, afixados na sede da Junta e remetidos ao Presidente do Tribunal Regional, que, dentro de 24 horas, fará publicar no órgão oficial o resultado total que lhe houver sido comunicado.

Art. 86. A apuração começará no dia seguinte ao das eleições e, salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, deverá terminar dentro de 30 dias.

Art. 87. A Junta Eleitoral funcionará diariamente, de acordo com horário publicado para conhecimento dos interessados. Não deverão ser interrompidos os trabalhos, salvo motivo de rigorosa necessidade, caso em que as cédulas e as folhas de apuração serão recolhidas à urna, encerrada e lacrada com as formalidades convenientes, o que constará da ata a que se refere o art. 85, § 1.º.

Art. 88. À medida que forem sendo apurados os votos, poderão os candidatos, fiscais ou delegados apresentar suas impugnações.

Art. 89. Cada partido poderá ter apenas um fiscal na Junta Eleitoral.

CAPÍTULO I

DOS ATOS PRELIMINARES

Art. 90. Com respeito a cada seção cujos votos deve apurar, a Junta verificará, preliminarmente :

- 1) se há indício de violação da urna;
- 2) se houve demora na entrega da urna e dos documentos, conforme o art. 82, c ;
- 3) se a mesa receptora se constituiu legalmente ;
- 4) se a eleição se realizou no dia, hora e lugar designados ;
- 5) se são autênticas as folhas de votação ;
- 6) se existem nelas rasuras, emendas ou entrelinhas, não ressalvadas na ata do encerramento da votação.

§ 1.º Se houver indício de violação da urna, proceder-se-á da seguinte forma :

- a) antes da apuração o Presidente da Junta indicará pessoa idônea para examiná-la, com assistência do representante do Ministério Público ;
- b) se o perito concluir pela existência de violação e o parecer fôr aceito pela Junta, o Presidente desta comunicará a ocorrência ao Tribunal Regional, para as providências da lei ;
- c) se o perito e o representante do Ministério Público concluírem pela inexistência da violação, far-se-á a apuração ; entendendo apenas o representante do Ministério Público que a urna foi violada, a Junta decidirá, podendo aquêle, se a decisão não fôr unânime, recorrer ao Tribunal Regional.

§ 2.º Se se verificar qualquer dos casos dos n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6 dêste artigo, a Junta fará a apuração em separado dos votos para a decisão ulterior definitiva do Tribunal Regional.

§ 3.º As impugnações fundadas em violação da urna somente poderão ser apresentadas até a abertura desta.

§ 4.º A Junta deixará de apurar os votos de urna que não estiver acompanhada dos documentos legais e lavrará dêste fato um termo.

CAPÍTULO II

DA CONTAGEM DOS VOTOS

Art. 91. Aberta a urna, verificar-se-á se o número de sobrecartas autênticas corresponde ao de votantes.

§ 1.º Se o número de sobrecartas fôr inferior ao de votantes, far-se-á a apuração, assinalando-se a falta.

§ 2.º Se o número de sobrecartas fôr superior ao de votantes, será nula a votação.

§ 3.º Se não houver excesso de sobrecartas, abrir-se-ão, em primeiro lugar, as sobrecartas maiores : e, resolvidas como improcedentes as impugnações, misturar-se-ão com as demais as sobrecartas menores, encerradas nas maiores, para segurança do sigilo do voto.

Art. 92. Sempre que houver impugnação fundada em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou de cédulas, deverão as mesmas ser conservadas em invólucro lacrado que acompanhará a impugnação.

Art. 93. Resolver-se-ão as impugnações, quanto à identidade do eleitor, confrontando-se a assinatura tomada no voto com a existente no título.

Art. 94. Resolvidas as impugnações, ou adiadas para o final da apuração, passar-se-á à contagem dos votos.

Art. 95. São nulas as cédulas que não preencherem os requisitos do art. 71.

§ 1.º Havendo, na mesma sobrecarta, mais de uma cédula relativa ao mesmo cargo :

- a) se as cédulas forem iguais, será apurada uma ;
- b) se forem diferentes mas do mesmo partido, será apurada uma, como se contivesse apenas a respectiva legenda ;
- c) se forem diferentes e de diferentes partidos, não valerá nenhuma.

§ 2.º No caso de erro ortográfico, diferença leve de nomes e prenomes, inversão ou supressão de algum destes, contar-se-á o voto ao candidato que puder ser identificado.

§ 3.º Não se contam os votos dados a partidos e candidatos não registrados e a cidadãos inelegíveis.

Art. 96. Excluídas as cédulas que incidirem nas nulidades enumeradas no artigo anterior, serão as demais separadas, atendendo-se à eleição a que se referirem e conforme se trate de cédulas com legenda ou de cédulas sem legenda, mas em que o primeiro nome nelas inscrito seja de lista registrada. Contar-se-ão as cédulas obtidas pelos partidos, e passar-se-á a apurar a votação nominal.

§ 1.º As cédulas serão apuradas uma a uma e serão lidos em voz alta, por um dos membros da Junta, os nomes votados.

§ 2.º As questões relativas às cédulas e à existência de rasuras, emendas e entrelinhas, nas folhas de votação e atas de abertura e encerramento da votação, somente podem ser suscitadas nessa oportunidade, e dentro do prazo de 48 horas.

Art. 97. A Junta resolverá as questões que se suscitarem no curso dos trabalhos.

Art. 98. Os recursos dos fiscais ou delegados de partidos, interpostos das decisões das juntas, serão julgados pelo Tribunal Regional.

CAPÍTULO III

DA APURAÇÃO NOS TRIBUNAIS E DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 99. Na apuração compete ao Tribunal Regional :

- 1) resolver as dúvidas não decididas e os recursos para êle interpostos ;
- 2) verificar o total dos votos apurados, entre os quais se incluem os em branco ;
- 3) determinar o quociente eleitoral, e o partidário ;
- 4) proclamar os eleitos.

§ 1.º Verificando que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar poderão alterar qualquer quociente partidário, ordenará o Tribunal a realização de novas eleições.

§ 2.º Estas eleições obedecerão às seguintes regras :

- a) serão marcadas, desde logo, pelo Presidente do Tribunal, para dentro do prazo de 15 dias, que poderá ser aumentado para 30, onde houver deficiência de meios de comunicação;

b) só serão admitidos a votar os eleitores da seção que tenham comparecido à eleição anulada, bem como os eleitores de outras seções que ali houverem votado; nos casos de coação que haja impedido o comparecimento às urnas, e nos casos de encerramento da votação antes de hora legal, poderão votar todos os eleitores da seção;

c) mediante ressalva expedida pelo Juiz Eleitoral com jurisdição sobre a seção onde o eleitor votou, e que foi anulada, poderá o mesmo votar em outra das seções onde a eleição vai renovar-se;

d) nas zonas onde só uma seção fôr anulada, o Juiz Eleitoral respectivo presidirá a mesa receptora; se houver mais de uma seção anulada, o Presidente do Tribunal Regional designará os Juizes presidentes das novas mesas receptoras;

e) as eleições realizar-se-ão nos mesmos locais que haviam sido designados, servindo os mesários e secretários que pelo Juiz forem nomeados, com antecedência de, pelo menos, cinco dias;

f) as eleições assim realizadas serão apuradas pelo próprio Tribunal Regional.

§ 3.º Da reunião do Tribunal Regional será lavrada ata geral, assinada pelos seus membros, e da qual constem:

a) as seções apuradas e o número de votos apurados em cada uma;

b) as seções anuladas, as razões por que o foram, e o número de votos não apurados;

c) as seções onde não tenha havido eleição, e o respectivo motivo;

d) as impugnações apresentadas às Juntas Eleitorais e como foram resolvidas;

e) as seções em que se vai realizar ou renovar a eleição;

f) o quociente eleitoral e o partidário;

g) os nomes dos votados, na ordem decrescente dos votos por eles recebidos;

h) os nomes dos eleitos;

i) os nomes dos suplentes, na ordem em que devem substituir, ou suceder.

§ 4.º Um traslado desta ata, autenticado com a assinatura de todos os membros do Tribunal que assinaram a ata original, e acompanhado de todos os documentos enviados pelas mesas receptoras, será remetido, em pacote lacrado, ao Presidente do Tribunal Superior.

§ 5.º O Presidente do Tribunal Regional concederá, a requerimento do interessado, selada com estampilha federal de 100 cruzeiros, certidão da ata geral.

CAPÍTULO IV

DOS DIPLOMAS

Art. 100. Os candidatos eleitos e os suplentes receberão, como diploma, um extrato da ata geral assinada pelo Presidente do Tribunal Regional.

§ 1.º Do extrato constarão:

a) o total dos votos apurados;

b) a votação obtida pelo diplomado

Art. 101. Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá seu portador exercer o mandato em toda a plenitude.

Art. 102. As vagas que se derem na representação de cada partido serão preenchidas pelos suplentes do mesmo partido.

Art. 103. Apuradas as eleições a que se refere o art. 99, § 1.º, o Tribunal Regional reverá a apuração anterior, confirmando ou invalidando os diplomas que houver expedido.

CAPÍTULO V

DAS NULIDADES DA VOTAÇÃO

Art. 104. É nula a votação :

- 1) feita perante mesa receptora constituída por modo diferente do prescrito nesta lei;
- 2) realizada em dia, hora ou lugar diferentes dos designados, ou quando encerrada antes das dezessete horas e quarenta e cinco minutos;
- 3) feita em fôlhas de votação falsas ou em que haja fraude;
- 4) se não estiver devidamente assinada a ata do encerramento;
- 5) quando faltar a urna; não tiver sido remetida em tempo, salvo por força maior, à Junta Eleitoral competente; não tiver sido acompanhada dos documentos do ato eleitoral, ou quando o número de sobrecartas autenticadas nela existentes fôr superior ao número real dos votantes;
- 6) quando se provar que foi recusada, sem fundamento legal, aos fiscais ou delegados de partidos, assistência aos atos eleitorais e sua fiscalização;
- 7) quando forem infringidas as condições que resguardam o sigilo do voto, nos termos do art. 43;
- 8) quando se provar coação ou fraude.

§ 1.º Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos de uma circunscrição eleitoral, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações, e o Tribunal Regional marcará dia para nova eleição, dentro do prazo máximo de 40 dias.

§ 2.º Se o Tribunal Regional deixar de cumprir o disposto no § 1.º, o Procurador Regional levará o fato ao conhecimento do Procurador Geral, que providenciará junto ao Tribunal Superior, para que seja marcada imediatamente nova eleição.

§ 3.º Ocorrendo qualquer dos casos de nulidade, constantes dêste artigo, o Procurador Regional promoverá, imediatamente, a punição dos culpados.

Art. 105. Sempre que fôr anulada a votação de seção eleitoral, renovar-se-á aquela, respeitado o disposto no art. 99, § 1.º.

Art. 106. Não se renovará senão uma vez a eleição de seção anulada.

Art. 107. A nulidade de pleno direito, ainda que não arguida pelas partes, deverá ser decretada pelo Tribunal Superior.

PARTE QUINTA

DISPOSIÇÕES VÁRIAS

TÍTULO I

DAS GARANTIAS ELEITORAIS

Art. 108. São assegurados aos eleitores os direitos e garantias ao exercício do voto, nos termos seguintes :

- 1) ninguém poderá impedir ou embarçar o exercício do sufrágio;
- 2) nenhuma autoridade poderá, desde cinco dias antes e até quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável;
- 3) desde quarenta e oito horas antes, até vinte e quatro horas depois da eleição, não se permitirá propaganda política, mediante radiodifusão, em comícios, ou reuniões públicas;
- 4) nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento;

5) os membros das mesas receptoras, os fiscais de candidatos ou os delegados de partidos são invioláveis, durante o exercício de suas funções, não podendo ser presos, ou detidos, salvo em flagrante delito;

6) é proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força pública no edifício em que funcionar a mesa receptora, ou nas suas imediações, observado o disposto no art. 76, parágrafo único;

7) não se aplica a Lei Constitucional n.º 2, de 16 de maio de 1938, aos Juizes e funcionários a que incumbir o serviço eleitoral, em qualquer de suas modalidades.

TÍTULO II

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 109. Toda associação de, pelo menos, dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, será considerada partido político nacional.

Art. 110. Os partidos políticos serão registrados no Tribunal Superior e os seus diretórios — órgãos executivos estaduais — nos Tribunais Regionais.

§ 1.º Só podem ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional.

§ 2.º O pedido de registro será acompanhado de cópia dos estatutos e prova de que foram inscritos no registro civil das pessoas jurídicas, e dêle constará a sua denominação, o programa que se propõe realizar, os seus órgãos representativos, o endereço da sede principal e seus delegados perante os tribunais.

Art. 111. Desde que tenham sido obedecidas as exigências legais, o Tribunal competente mandará efetuar o registro do partido ou dos seus diretórios, dando publicidade disto no *Diário Oficial*.

§ 1.º Faltando ao requerimento de registro qualquer dos requisitos exigidos em lei, o Tribunal mandá-lo-á preencher, ou, afinal, negará o registro, dando desta decisão publicidade no *Diário Oficial*.

§ 2.º Em qualquer caso será feita a comunicação, pelo telégrafo, onde houver, ou pelo correio, dentro de quarenta e oito horas, aos Juizes Eleitorais.

Art. 112. Compete aos partidos, por seus representantes legais, ou delegados:

1) examinar, sem perturbação do serviço e em presença dos funcionários designados, todos os documentos relativos ao alistamento, podendo tirar dos mesmos as cópias ou as fotografias que entenderem necessárias;

2) fazer alegações e protestos, recorrer, produzir provas e apresentar denúncia contra infratores da lei eleitoral;

3) acompanhar os processos de qualificação e inscrição de eleitores e impugnar, por escrito, qualquer inscrição;

4) fiscalizar a votação junto às urnas e a apuração perante as Juntas, não podendo, porém, funcionar simultaneamente dois ou mais fiscais ou delegados do mesmo partido.

Parágrafo único. Considerar-se-ão delegados de partidos os que tiverem autorização para representá-los, permanentemente, e fiscais os seus procuradores, para eleições ou atos determinados.

Art. 113. As observações dos fiscais ou delegados sobre as votações serão registradas em fórmulas especiais, assinadas pelo observante, pelo presidente da mesa e seus secretários.

Art. 114. O Tribunal negará registro ao partido cujo programa contrarie os princípios democráticos, ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição.

TÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 115. Dos atos, resoluções ou despachos dos Juizes Eleitorais caberá recurso, dentro de cinco dias, para o Tribunal Regional.

§ 1.º A petição do recurso deverá ser fundamentada e conter a indicação das provas em que se basear o recorrente, que promoverá a citação do recorrido, por edital na imprensa ou afixação em cartório, onde aquela não existir.

§ 2.º O Juiz recorrido fará, dentro de 48 horas, subir os autos ao Tribunal Regional, com sua resposta e os documentos em que se fundar, se entender que não é caso de reconsiderar a decisão, podendo os interessados, dentro de igual prazo, juntar documentos, e bem assim contrariar os fundamentos do recurso.

§ 3.º Ao tomar conhecimento do processo, poderá o Tribunal Regional, sempre que o entender conveniente, atribuir efeito suspensivo ao recurso, dando ciência ao Juiz recorrido.

Art. 116. O recurso de exclusão de eleitor deverá ser decidido no prazo máximo de 10 dias.

Parágrafo único. Confirmada a exclusão, ordenará o Tribunal que o Juiz Eleitoral competente promova o cancelamento da inscrição.

Art. 117. Das decisões dos Tribunais Regionais caberá recurso, dentro de dois dias, para o Tribunal Superior somente quando se trate de:

- a) expedição de diploma;
- b) decisão tomada contra literal disposição de lei;
- c) interpretação diferente da lei por dois ou mais Tribunais regionais;
- d) errônea interpretação da lei eleitoral.

Art. 118. O recurso contra a expedição de diploma será interposto para o Tribunal Superior, dentro de dois dias contados da sessão em que o Presidente do Tribunal Regional proclamar os eleitos.

Parágrafo único. Sempre que o Tribunal Regional determinar a realização de novas eleições, o prazo para a interposição do recurso contra a expedição de diplomas contar-se-á da sessão em que, feita a apuração das seções renovadas, fôr proclamado o resultado das eleições suplementares.

Art. 119. Para o Tribunal Regional caberá, dentro de 48 horas, recurso dos atos, resoluções ou despachos de seu Presidente.

Art. 120. O Tribunal Superior, nas decisões proferidas em recursos interpostos contra a expedição de diplomas, tornará, desde logo, extensivos ao resultado geral da eleição os efeitos do julgado, com audiência dos candidatos interessados.

Art. 121. Serão interpostos, dentro de cinco dias, quaisquer recursos que não tiverem prazo especialmente fixados nesta lei, contando-se da data da publicação do ato, resolução ou despacho no órgão oficial.

Onde não houver imprensa, ou quando a publicação houver de ser feita por edital afixado em cartório, o prazo será sempre contado, no primeiro caso, da ciência dada ao interessado e, no segundo, da fixação do edital.

Art. 122. São definitivas as decisões proferidas pelo Tribunal Superior, cabendo apenas embargos de declaração dentro de 48 horas.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 123. São infrações penais :

1) deixar o homem de alistar-se eleitor até um ano depois de haver completado 18 anos de idade, ou a mulher maior de 18, até um ano após o exercício de profissão lucrativa;

Pena — multa, de Cr\$ 100,00 a 1.000,00

2) Deixar de votar sem causa justificada :

Pena — multa, de Cr\$ 100,00 a 1.000,00.

3) Subscrever o eleitor mais de um requerimento de registro de partido :

Pena — multa, de Cr\$ 200,00 a 2.000,00.

4) Inscrever-se, fraudulentamente, mais de uma vez, eleitor :

Pena — detenção, de três meses a um ano.

5) Fazer falsa declaração para fins de alistamento eleitoral :

Pena — detenção, de um a seis meses, ou multa de Cr\$ 500,00 a 2.000,00.

6) Fornecer ou usar documentos falsos para fins eleitorais :

Pena — reclusão, de um a quatro anos.

7) Efetuar, irregularmente, a inscrição do alistando :

Pena — reclusão, de um a quatro anos.

8) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor :

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

9) Reconhecer o tabelião letra ou firma que não seja verdadeira :

Pena — reclusão, de um a cinco anos, e multa de Cr\$ 1.000,00 a 10.000,00.

10) Perturbar, ou impedir, de qualquer forma, o alistamento :

Pena — detenção, de 15 dias a seis meses.

11) Atestar, como verdadeira, identidade que não o seja :

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

12) Subtrair, danificar, destruir ou ocultar documento ou objeto dos órgãos do serviço eleitoral :

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de Cr\$ 1.000,00 a 2.000,00.

13) Recusar ou abandonar o serviço eleitoral :

Pena — detenção, de seis meses a um ano, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a 5.000,00.

14) Negar ou retardar a autoridade judiciária, sem fundamento legal, a inscrição requerida :

Pena — detenção, de três meses a um ano, e multa, de Cr\$ 500,00 a 2.000,00.

15) Não cumprir qualquer funcionário dos órgãos do serviço eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por esta lei :

Pena — multa, de Cr\$ 200,00 a 1.000,00, além da pena administrativa de suspensão até 30 dias.

16) Violar qualquer das garantias eleitorais do art. 108 :

Pena — detenção, de um a seis meses.

17) Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem :

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

18) Oferecer ou entregar aos eleitores cédulas de sufrágios, onde funcione mesa receptora de votos, ou em suas proximidades, dentro de um raio de 100 metros :

Pena — prisão simples, de 15 dias a dois meses.

19) Violar ou tentar violar o sigilo do voto :

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

20) Oferecer, prometer, solicitar, ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção :

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

21) Praticar ou permitir qualquer irregularidade que determine anular-se a votação :

Pena — detenção, de um a seis meses.

Parágrafo único. Se o crime fôr culposo :

Pena — multa, de Cr\$ 100,00 a 500,00.

22) Não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar :

Pena — multa, de Cr\$ 50,00 a 200,00.

23) Falsificar ou substituir atas ou documentos eleitorais :

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

24) Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais :

Pena — reclusão, de um a quatro anos.

25) Arrebatat, subtrair, destruir ou ocultar urna, ou documentos eleitorais; violar o sigilo da urna ou dos invólucros :

Pena — reclusão, de três a oito anos.

26) Não receber ou não mencionar, nas atas, os protestos devidamente formulados, ou deixar de remetê-los à instância superior :

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

27) Valer-se o funcionário de sua autoridade para coagir alguém a votar em favor de um partido ou candidato, ou exercer pressão sobre seus subordinados :

Pena — detenção, de seis meses a três anos.

28) Faltar voluntariamente, em casos não especificados nos números anteriores, ao cumprimento de dever imposto por esta lei :

Pena — detenção, de um a seis meses, e multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00.

Art. 124. As infrações enumeradas no artigo anterior são de ação pública.

§ 1.º Não será concedida fiança nas infrações eleitorais, quando o máximo da pena privativa de liberdade exceder de seis meses.

§ 2.º Não haverá suspensão da pena nas infrações eleitorais.

§ 3.º O processo das infrações eleitorais competirá a juiz singular e será o comum, nos termos do Código de Processo Penal.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 125. O serviço eleitoral prefere a qualquer outro e é obrigatório.

Art. 126. As transmissões de natureza eleitoral, feitas por autoridades e repartições competentes, gozam de franquia postal, telegráfica, telefônica, radiotelegráfica ou radiotelefônica, em linhas oficiais, ou nas que sejam obrigadas a serviço oficial.

Art. 127. As repartições públicas são obrigadas, no prazo máximo de 10 dias, a fornecer às autoridades, aos representantes de partidos, ou a qualquer alistando, as informações e certidões que solicitarem, relativas à matéria eleitoral, desde que os interessados manifestem especificadamente as razões e

Art. 128. Os tabeliães não poderão deixar de reconhecer, nos documentos necessários à instrução dos requerimentos e recursos eleitorais, as firmas de pessoa de seu conhecimento, ou das que se apresentarem com dois aboadores conhecidos.

Parágrafo único. Se a letra e a firma a serem reconhecidas forem de alistando, poderá o tabelião exigir que o requerimento seja escrito e assinado em sua presença; ou, se se tratar de qualquer outro documento, o tabelião poderá exigir que o signatário escreva em sua presença, para a devida conferência.

Art. 129. Os escrivães, ou secretários dos juizes ou tribunais, são obrigados a enviar, mensalmente, ao Tribunal Superior, comunicação da sentença ou ato que declarar ou significar suspensão, perda ou requalificação dos direitos políticos.

Art. 130. Os que pertencerem aos órgãos do serviço eleitoral têm, durante este, as garantias das letras b e c do art. 91 da Constituição.

Art. 131. As providências restritivas da liberdade de circulação, na vigência do estado de guerra, ou de emergência, não atingem, em todo o território nacional, os membros do Tribunal Superior, e, nos territórios das respectivas circunscrições, os membros dos Tribunais Regionais e os Juizes Eleitorais.

Art. 132. Fica suspensa, durante a execução desta lei, a exigência constante do art. 12, letra h, do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945.

Art. 133. São isentos de selo os requerimentos e todos os papéis destinados a fins eleitorais, e é gratuito o reconhecimento de firma pelos tabeliães para os mesmos fins.

Art. 134. O número de representantes do povo na Câmara dos Deputados será o seguinte, fixado nos termos do art. 48 da Constituição Federal: Estado do Amazonas, cinco (5); Estado do Pará, nove (9); Estado do Maranhão, nove (9); Estado do Piauí, sete (7); Estado do Ceará, dezessete (17); Estado do Rio Grande do Norte, sete (7); Estado da Paraíba, dez (10); Estado de Pernambuco, dezenove (19); Estado de Alagoas, nove (9); Estado de Sergipe, cinco (5); Estado da Bahia, vinte e quatro (24); Estado do Espírito Santo, sete (7); Distrito Federal, dezessete (17); Estado do Rio de Janeiro, dezessete (17); Estado de Minas Gerais, trinta e cinco (35); Estado de São Paulo, trinta e cinco (35); Estado de Goiás, sete (7); Estado de Mato Grosso, cinco (5); Estado do Paraná, nove (9); Estado de Santa Catarina, nove (9); Estado do Rio Grande do Sul, vinte e dois (22) e Território do Acre, dois (2).

Art. 135. Nos Territórios de Fernando de Noronha, do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, serão realizadas as eleições somente para Presidente da República.

Art. 136. As eleições para Presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados realizar-se-ão no dia 2 de dezembro de 1945, e as eleições para Governadores dos Estados e Assembléias Legislativas no dia 6 de maio de 1946.

Art. 137. As eleições municipais serão realizadas depois de constituídas as Assembléias Legislativas, nas datas por estas fixadas, regulando-se pela presente lei.

Art. 138. Serão pagas aos membros dos órgãos do serviço eleitoral as seguintes gratificações:

- a) aos membros do Tribunal Superior, Cr\$ 200,00 por sessão;
- b) aos membros dos Tribunais Regionais, Cr\$ 100,00, por sessão;

- c) aos Juizes Eleitorais, Cr\$ 1.000,00 por mês;
- d) aos escrivães, Cr\$ 800,00 por mês;
- e) aos funcionários requisitados, o que fôr arbitrado pelo Presidente dos respectivos tribunais.

Art. 139. Serão pagas também as seguintes gratificações :

- a) ao Procurador Geral, Cr\$ 200,00 por sessão do Tribunal Superior;
- b) aos Procuradores Regionais, Cr\$ 100,00 por sessão do Tribunal Regional junto ao qual officia.

Art. 140. Os Juizes Eleitorais, nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, poderão ser dispensados das funções judiciárias enquanto durar o serviço de alistamento para as eleições a que se refere o art. 1.º desta lei, sendo substituídos de acôrdo com a lei de organização judiciária.

Parágrafo único. Durante o período de alistamento serão suspensas as férias a que têm direito os juizes eleitorais, aos quais, porém, fica ressaltado o direito de gozá-las em outra oportunidade, cumuladas ou não, ou requerer que sejam contadas pelo dôbro para o efeito de aposentadoria.

Art. 141. Fica aberto no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, que se considera automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e ficará, no Banco do Brasil, à disposição do Presidente do Tribunal Superior.

Art. 142. Fica revogado o Decreto-lei n.º 37, de 2 de dezembro de 1937, que extinguiu os partidos políticos, continuando, porém, vedada a criação de milícias cívicas, ou formação auxiliar dos partidos, bem como o uso de uniformes e estandartes.

Art. 143. Aos partidos dissolvidos pelo Decreto-lei n.º 37, de 2 de dezembro de 1937, é permitido, mediante consulta aos antigos órgãos que o compunham, resolver sobre a sua filiação aos partidos nacionais, regulando-se o destino de seu patrimônio pelo parágrafo único do art. 22 do Código Civil desde que os próprios estatutos vigentes, na data daquela lei, não tenham disposto expressamente quanto ao destino ulterior do mesmo patrimônio, em caso de extinção, e não hajam todos os associados adotado, até a publicação da presente lei, deliberação eficaz a respeito.

Art. 144. O Tribunal Superior baixará instruções para facilitar o alistamento *ex-officio* e para a melhor compreensão da presente lei, regulando os casos omissos.

Art. 145. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 146. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

Jose Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE IDENTIDADE _____

na eleição de _____

a do Juiz _____

na eleição de _____

a do Juiz _____

na eleição de _____

a do Juiz _____

to 10,2x15,2 cm.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE IDENTIDADE _____

(Verso)

DECRETO-LEI N.º 7.587 — DE 28 DE MAIO DE 1945

Autoriza a aquisição de imóvel em Bacacheri, Curitiba, Estado do Paraná

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, dos terrenos e benfeitorias que neles existirem, situados nas vizinhanças do campo de pouso de Bacacheri, Curitiba, Estado de Paraná, com a área total de duzentos e noventa e oito mil quinhentos metros quadrados (298.500 m²), representados pelos lotes 8, 17, 26, 27 e 28, da planta que com este baixa, pertencentes aos Srs. Eduardo Geronasso, Henrique Wagner, José Stenoga, Antônio Furlan e outros ou a seus herdeiros ou sucessores, tudo de acordo com o processo n.º 409-45 da Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Os terrenos em apreço destinam-se à ampliação do campo de pouso.

Art. 3.º A despesa resultante, no total de Cr\$ 776.100,00, deverá correr à conta do crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 6.967-A, de 17 de outubro de 1944, revigorado para o corrente exercício pelo Decreto-lei número 7.059-A, de 21 de novembro de 1944.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.588 — DE 28 DE MAIO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de administrador do Hórto Florestal de Pelotas, do Serviço Florestal daquele Ministério, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de junho a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Agricultura — Anexo n.º 14 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta cruzeiros), em reforço à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de junho do corrente ano.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.589 — DE 29 DE MAIO DE 1945

Altera o disposto no art. 14 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não estão compreendidas na proibição a que se refere o artigo 14 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, as comissões de nomeação do Presidente da República, ou aquelas cujo exercício tenha sido pelo mesmo autorizado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.590 — DE 29 DE MAIO DE 1945

Exclui do imposto de renda as operações que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam excluídas do imposto de renda incidente sobre pessoas físicas ou jurídicas, tôdas as operações que resultarem, imediatamente, da organização, em uma ou duas sociedades, de acôrdo com o que faculta o Decreto-lei n.º 6.998, de 30 de outubro de 1944, dos bens e direitos desincorporados do Patrimônio Nacional por êsse Decreto-lei.

Art. 2.º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.591 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Concede subvenção à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" (VARIG), e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" (VARIG), a contar de 1.º de julho de 1945, a subvenção anual de

quatro milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.200.000,00), pela exploração e desenvolvimento de suas linhas aéreas, e em substituição à de que cogita o Decreto-lei n.º 4.396, de 22 de junho de 1942.

Art. 2.º O pagamento da subvenção será efetuado em duas parcelas iguais, nos meses de junho e novembro de cada ano, observadas as condições que forem estabelecidas em contrato a ser celebrado perante a Diretoria de Aeronáutica Civil dentro de sessenta (60) dias da data da publicação deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O pagamento da parcela referente ao segundo semestre do ano em curso será efetuado em novembro de 1945 e mediante a comprovação a que estava a Empresa obrigada pelo contrato anterior, decorrente do Decreto-lei n.º 4.396, de 22 de junho de 1942.

Art. 3.º Além das obrigações comuns aos concessionários de linhas aéreas, deverão constar do contrato as seguintes:

a) manter e desenvolver sua atual rede de navegação aérea, inclusive a linha de Montevideu, só podendo modificá-la com anuência prévia do Ministério da Aeronáutica e sem prejuízo do disposto na alínea c deste artigo;

b) estender suas linhas aos Estados do Paraná e Santa Catarina, articulando-as com a rede rio-grandense;

c) realizar um mínimo anual de um milhão e quinhentos mil quilômetros (1.500.000 km) de vôo em linhas regulares aprovadas, computadas as viagens extraordinárias autorizadas;

d) submeter-se à tomada de contas, que se realizará em março de cada ano, para apurar o movimento financeiro geral da empresa, a fim de ajuizar o Ministério da Aeronáutica da aplicação da subvenção recebida no exercício anterior;

e) adquirir, dentro dos três (3) primeiros anos do contrato, pelo menos duas (2) aeronaves tipo D. C. — 3 ou outros que, a juízo do órgão competente, lhes sejam equivalentes.

Art. 4.º A subvenção ora concedida e o contrato consequente vigorarão até 30 de julho de 1950, podendo ser esse prazo prorrogado por mais cinco (5) anos, a juízo do Governo.

Art. 5.º Ficam assegurados à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" (VARIG), os favores ou isenções que as leis ou regulamentos vigentes ou que vierem a existir concederem às companhias que explorarem empresas de transportes aéreos, desde que esses favores e isenções tenham caráter geral.

Art. 6.º É permitido à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" (VARIG) receber os favores e subvenções dos Estados ou Municípios, sem prejuízo dos que lhe são outorgados pelo presente Decreto-lei.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.592 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Altera um dispositivo da Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 42 do Decreto-lei n.º 5.388, de 12 de abril de 1943 (Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 42. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral

Diretoria de Recrutamento:

— Diretor, Coronel de Qualquer das Armas, do Quadro Suplementar Geral, apto para o Serviço de Estado Maior.

— Gabinete

— Seções

— Órgãos especiais

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Recrutamento Regionais

3 — Órgãos de execução local:

Delegacias do Serviço de Recrutamento.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.593 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Revoga os Decretos-leis ns. 4.874, de 23 de outubro de 1942, 5.208, de 20 de janeiro de 1943, 5.274, de 23 de fevereiro de 1943, e 5.430, de 28 de abril de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os Decretos-leis números 4.874, de 23 de outubro de 1942, que suspende a concessão de licença para tratamento de pessoa de família, durante o estado de guerra; 5.208, de 20 de janeiro de 1943, que regula a contagem do tempo de efetivo serviço, para efeito de convocação e licenciamento durante o estado de guerra; 5.274, de 23 de fevereiro de 1943, que dispõe sobre a permanência de militar em hospital, durante 2/3 da licença arbitrada, e 5.430, de 28 de abril de 1943, que

dispõe sôbre o comissionamento de oficiais em pôsto superior, durante o estado de guerra.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.594 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Cria o 2.º e o 3.º Batalhão de Carros de Combate da Divisão Motomecanizada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, para instalação imediata, o 2.º e o 3.º Batalhão de Carros de Combate do Grupo de Carros de Combate da Divisão Motomecanizada (2.º B.C.C./D.M. e 3.º B.C.C./D.M.), com sedes provisórias na Capital Federal e definitivas na cidade de Campinas (Estado de São Paulo).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.595 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Concede pensão especial a Margarida Marta da Conceição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a Margarida Marta da Conceição, mãe do terceiro-sargento do Exército Joaquim Francisco de Sousa, morto em combate em 23 de setembro de 1932, a pensão especial de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) mensais, de acôrdo com o resolvido no processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 8.184-45.

Art. 2.º O benefício de que trata o artigo precedente é devido a partir do mês de abril de 1945, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.596 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 13.115.108,10, para obras e aquisições pela Estrada de Ferro D. Teresa Cristina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de treze milhões, cento e quinze mil, cento e oito cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 13.115.108,10), para atender ao pagamento (Obras, Desapropriação, Aquisição de Imóveis e Equipamentos) de despesas na Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, a saber:

	Cr\$
I — Melhoramentos na Via Permanente	
a) Substituição de trilhos	1.000.000,00
b) Empedramento da via permanente	1.500.000,00
c) Levantamento da grade do quilômetro 60 ao quilômetro 64	800.000,00
d) Estudos de variantes	150.000,00
II — Aparelhamento das oficinas	
e) Aquisição de máquinas e ferramentas	800.000,00
III — Aquisição de material rodante e sobressalente	
f) Aquisição de três (3) carros de passageiros	450.000,00
g) Aquisição de aros para vagões	2.750.000,00
h) Aquisição de sessenta e quatro (64) pares de engates (0,54 x Cr\$ 1.054.000,00)	674.560,00
i) Construção de sessenta e quatro (64) caixas para vagões (0,64 x Cr\$ 1.979.098,20)	1.266.622,90
IV — Construção de edifícios e desapropriação de imóveis	
j) Construção de quarenta e oito (48) grupos de casas de turma	1.804.099,20
l) Construção de edifício destinado à fabricação e reparação de vagões	123.879,70
m) Construção de escritório para locomoção	190.265,00
n) Construção do escritório para a via permanente, inclusive a Seção Técnica	276.353,90
o) Desapropriação de imóveis	157.060,00
V — Construção de ramais	
p) Construção do ramal da Mina da União	1.172.267,40
	13.115.108,10

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.597 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.768.320,90, para despesas com o aumento dos orçamentos dos trechos ferroviários de Crisciúma a Beluno e Beluno a Treviso, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 8.768.320,90), para atender ao pagamento (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) das despesas resultantes do aumento dos orçamentos dos trechos ferroviários de Crisciúma a Beluno e Beluno a Treviso, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, aprovados pelos Decretos ns. 14.109, de 27 de novembro de 1943, e 16.741, de 5 de outubro de 1944, assim distribuídos:

Trecho de Crisciúma a Beluno	Cr\$ 7.310.426,40
Trecho de Beluno a Treviso	Cr\$ 1.457.894,50
	<hr/>
	8.768.320,90

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.598 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Salgado, no Estado de Sergipe, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Salgado, no Estado de Sergipe.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de onze mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 11.900,00), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 4.200,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$ 7.700,00
	<hr/>
	11.900,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.599 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Assaí, no Estado do Paraná, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Assaí, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de onze mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 11.900,00), em refôrgo da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 4.200,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$ 7.700,00
	<hr/>
	11.900,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.600 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.988.759,10, para pagamento de contribuições às instituições que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 1.988.759,10), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento de contribuições devidas às instituições abaixo enumeradas, de que trata o processo protocolado na Secretaria da Presidência da República sob n.º 13.816-45:

Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Aéreos e Tele-Comunicações	Cr\$ 1.781.219,20
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.....	Cr\$ 207.539,90
	<hr/> Cr\$ 1.988.759,10 <hr/>

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.601 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O crédito de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00) a que se refere a Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos; subconsignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções; inciso 01 — Auxílios; item 34/19 — Serviço Nacional de Leprosia, alínea a — “Instituições particulares para construção e instalações de preventórios, etc.”, do atual Orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo 15 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), será distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.602 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Torna extensivo ao pessoal admitido para os serviços articulados por acôrdo de fomento agrícola o regime do salário-família

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos extranumerários-mensalistas e diaristas admitidos para os serviços do fomento da produção vegetal sob o regime de "Acôrdo" criados pela Lei n.º 199, de 23 de janeiro de 1936 e regulamentados pelo Decreto n.º 11.159, de 29 de dezembro de 1942, o benefício do salário-família instituído pelo Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943 e tendo em vista o Decreto-lei n.º 6.022, de 23 do mesmo mês e ano, no que lhes fôr aplicável.

Art. 2.º O salário-família será concedido mediante prévia habilitação dos interessados despachada pela autoridade competente que, no caso, será o Chefe da Seção de Fomento Agrícola no respectivo Estado, a quem, como executor ou fiscal do acôrdo, cabe superintender os serviços articulados no referido Estado conforme já estabelece a legislação vigente.

Art. 3.º A despesa para execução do presente Decreto-lei, cuja vigência deverá ser considerada a partir de 1.º de janeiro de 1945, correrá à conta da verba mista destinada a cada Estado para atender às necessidades decorrente dos respectivos acordos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.603 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com as Tabelas anexas, as carreiras de Contínuo e Maquinista Marítimo, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Art. 2.º O cargo reclassificado por força do disposto neste Decreto-lei continuará preenchido pelo respectivo ocupante, Pedro José Viana, cujo título será apostilado pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

MINISTÉRIO DA MARINHA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
3	Contínuo	G	—	—	S.	3	Contínuo	G	—	—	
4	Contínuo	F	—	—	S.						
1	Maquinista Marí- timo	F	—	—	S.	5	F	—	—	
4	Contínuo	E	—	—	S.	4	E	—	—	
12						12					
46	Maquinista Ma- rítimo	H	—	—	S.	46	Maquinista Ma- rítimo	H	—	—	
25	G	—	—	S.	25	G	—	—	
41	F	—	—	S.	41	F	—	—	
21	E	—	—	S.	21	E	—	—	
19	D	—	—	S.	19	D	—	—	
6	C	—	—	S.	6	C	—	—	
158						158					

DECRETO-LEI N.º 7.604 — DE 31 DE MAIO DE 1945

Modifica dispositivos do Código Nacional de Trânsito

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 135 e 136 do Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941, modificado pelo Decreto-lei n.º 5.464, de 7 de maio de 1943), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135. Compõem o Conselho Nacional de Trânsito:

a) O Diretor do Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública, o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um representante da Prefeitura do Distrito Federal e um do Estado Maior do Exército;

b) um representante do Touring Clube do Brasil, um do Automóvel Clube do Brasil e um da Federação Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Art. 136. Compõem os Conselhos Regionais de Trânsito:

a) chefes das repartições e serviços públicos locais, cujas atividades interfiram direta ou indiretamente no trânsito de veículos, mediante designação dos governos estaduais e comunicação ao Conselho Nacional de Trânsito;

b) um representante do Touring Clube do Brasil e um do Automóvel Clube do Brasil, onde houver filiais dessas entidades, e um do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.605 — DE 2 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a cobrança da "taxa sobre kw" criada pelo Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e sobre a fixação dos valores das cotas respectivas no exercício de 1946

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista a proposta do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, na forma do art. 9.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º O valor da "taxa sobre kw", criada pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, é fixado em Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por kw, para o exercício de 1946, correspondendo 50% do seu valor à cota de utilização.

Parágrafo único. A cobrança da referida taxa efetuar-se-á em duas prestações, nos meses de agosto e dezembro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.606 — DE 2 DE JUNHO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, que dispõe sobre a transferência de Sub-Tenentes e Sargentos para a Reserva e convocação para o serviço ativo no posto de 2.º Tenente.

Art. 2.º Compete ao Ministro da Guerra regular os licenciamentos e retorno à inatividade de que tratam os artigos 6.º, 7.º e 8.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, de forma que fiquem terminados até noventa dias após a chegada da Força Expedicionária Brasileira ao Brasil.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.607 — DE 2 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a concessão de gratificação de magistério a professores de estabelecimentos de ensino do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os atuais professores vitalícios dos estabelecimentos de ensino do Exército, oficiais da reserva ou reformados, nomeados em virtude da Lei 3.565, de 13 de novembro de 1918, e que percebiam até a vigência do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937, o soldo da patente e vantagens civis correspondentes ao cargo de professor, perceberão, além do vencimento que lhes couber por seus postos na reserva ou como reformados, de acordo com o artigo 14 do referido Decreto-lei n.º 103, a gratificação de magistério de que trata o Decreto-lei n.º 3.840, de 19 de novembro de 1941, a partir da entrada em vigor do presente Decreto-lei e respeitado, no total, o limite de 5.000 cruzeiros mensais.

Parágrafo único. Na concessão e processamento da gratificação, a que se refere o presente artigo, observar-se-á o disposto no referido Decreto-lei n.º 3.840.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.608 — DE 2 DE JUNHO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, para a Divisão do Orçamento, as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$	
1 Chefe do Serviço da Proposta Orçamentária (S.P.O.)	24.000,00	anuais
1 Chefe da Seção da Despesa, do S.P.O.	6.600,00	anuais
1 Chefe da Seção da Receita, do S.P.O.	6.600,00	anuais
1 Secretário do Chefe do S.P.O.	4.200,00	anuais
1 Chefe da Seção dos Orçamentos das Autarquias	12.000,00	anuais
1 Chefe da Seção de Planejamento	6.600,00	anuais
1 Chefe da Seção de Fiscalização	6.600,00	anuais

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto no artigo anterior, no período de 1 de junho a 31 de dezembro d'este ano, correrá à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, 08 — Serviço de Administração, do Anexo n.º 3 — Departamento Administrativo do Serviço Público, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de junho de 1945.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.609 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Prorroga o prazo de que trata o Decreto-lei n.º 7.500, de 30 de abril de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais trinta (30) dias, a contar de 4 de junho corrente, para os comerciantes e industriais que solicitaram empréstimos ao Banco do Brasil S. A., na forma e prazo do art. 3.º do Decreto-lei número 7.443, de 5 de abril de 1945, o termo de suspensão das exigibilidades a que se refere o art. 1.º do mesmo Decreto-lei, já prorrogado por igual período pelo Decreto-lei n.º 7.500, de 30 do mesmo mês de abril.

Art. 2.º Aquêles que se acharem nas condições previstas no artigo anterior, prová-lo-ão perante a autoridade competente por intermédio do Banco do Brasil S. A. que, a pedido dêles, fará a devida comunicação.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer modificação posterior, o Banco do Brasil S. A. comunicá-la-á à mesma autoridade, para os devidos fins.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.610 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As contribuições para o montepio militar dos aspirantes a oficial, guardas-marinha, sub-tenentes, sub-oficiais e sargentos do Exército, da Armada e da Aeronáutica, em serviço ativo, são iguais a um dia de soldo da Tabela de Vencimentos anexa ao Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, sendo o cálculo da pensão feito de acordo com o § 2.º do artigo 75 do Decreto-lei n.º 3.864, de 24 de novembro de 1941.

Parágrafo único. Essas contribuições são devidas a partir da vigência do Decreto-lei n.º 6.280, de 17 de fevereiro de 1944.

Art. 2.º Respeitada a legislação vigente, os herdeiros de militar da ativa, falecido a partir de 1 de dezembro de 1943, se não fiserem jús à pensão especial, gozarão, a partir da data do falecimento do contribuinte, do montepio militar que resulta da aplicação do artigo 1.º deste Decreto-lei ou do artigo 2.º do citado Decreto-lei n.º 6.280.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.611 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre desertores e insubmissos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O desertor ou insubmisso que se apresentar ou fôr capturado deve ser submetido a inspeção de saúde e, se julgado incapaz definitivamente, fica isento do processo e da reinclusão ou incorporação.

Art. 2.º A ata de inspeção de saúde e os papéis relativos à deserção ou insubmissão são remetidos ao Conselho de Justiça, da unidade, com urgência, para que seja determinado o arquivamento do processo e feitas as comunicações, para os fins de direito, à Auditoria competente e ao Serviço de Recrutamento.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.612 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Transfere ao Estado do Rio de Janeiro dois lotes de terreno situados em Resende, no mesmo Estado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido ao Estado do Rio de Janeiro o domínio pleno sobre dois lotes de terreno, situados em Resende, Estado do Rio de Janeiro, e desmembrados da área pertencente ao Ministério da Guerra, onde está construída a Escola Militar de Resende.

Parágrafo único. O Governo do Estado do Rio de Janeiro se utilizará desses lotes para a construção de imóveis destinados à instalação de dois Grupos Escolares.

Art. 2.º Um dos lotes do terreno a que se refere o art. 1.º tem a área de dois mil quatrocentos e oitenta e um metros e noventa decímetros quadrados (2.481,90m²), com testada na Avenida Presidente Vargas e lados sobre as ruas transversais Alfredo Whately e Coronel Brasiel; limita-se aos fundos com outros imóveis de particulares por cinco alinhamentos, apresentando um ângulo reentrante.

Partindo-se da esquina de Cel. Brasiel, único vértice de ângulo reto, em direção à rua oposta, tem o alinhamento da frente setenta e sete metros e dez centímetros (77,10 m) com o rumo S 12º57' W e, percorrendo-se os sete, outros alinhamentos do polígono, encontram-se sucessivamente quarenta e oito metros e dez centímetros (48,10 m) com N 65º30' W (Rua Alfredo Whately), nove metros e vinte centímetros (9,20 m) com N 30º 28' E, quarenta e seis metros e cinco centímetros (46,05 m) com N 45º 52' E, nove metros e oitenta centímetros (9,80 m) com N 57º29' W, dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m) com N 67º11' W, dezessete metros e vinte e cinco centímetros (17,25 m) com N 24º10' E e vinte e nove metros e vinte centímetros (29,20 m) com S 77º03' E (Rua Cel. Brasiel).

O outro lote mede três mil duzentos e quatorze metros e cinquenta e sete decímetros quadrados (3.214,57 m²); terreno retangular situado na orla do denominado Bairro Secundário da Escola Militar, à chegada da Estrada das Piscinás, cujo perímetro, partindo deste primeiro vértice pela esquerda, tem um alinhamento de cinquenta e dois metros e dez centímetros (52,10 m) no rumo S 28º00' W, seguindo-se à direita no rumo N 62º00' W o alinhamento da frente com sessenta e um metros e setenta centímetros (61,70 m), completando-se com os dois outros alinhamentos opostos, de iguais comprimentos e rumos recíprocos aos primeiros.

Art. 3.º Na Diretoria do Serviço do Patrimônio da União lavrar-se-á o ato de efetivação da transferência dos terrenos citados no artigo anterior em livro da repartição e que valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Nenhum imposto de selo incidirá sobre essa transferência.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.613 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Prorroga por mais um ano os contratos de locação de imóvel rural em vigor no Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam prorrogados por mais um ano, contado da data da publicação deste Decreto-lei, desde que os arrendatários o desejem, os contratos de locação de imóvel rural em vigor no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A prorrogação, de que trata o artigo anterior, atinge também os contratos cujos prazos já se encontrem esgotados, desde que os arrendatários estejam de posse dos respectivos imóveis rurais.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.614 — DE 5 DE JUNHO DE 1945

Aprova a linha divisória entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a linha divisória entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais a que se referem os Decretos-leis estaduais, respectivamente, ns. 1.260 e 1.201, de 10 de novembro e 27 de outubro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.615 — DE 6 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre aposentadoria de funcionário interino e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Será aposentado, na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, o funcionário interino que se achar nas condições previstas nos itens II, III e IV do art. 196 do referido Estatuto.

§ 1.º Na hipótese do item II só será concedida aposentadoria após um período de carência de 3 anos de efetivo exercício.

§ 2.º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, consideram-se de efetivo exercício os períodos de licença para tratamento de saúde.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.616 — DE 6 DE JUNHO DE 1945

Cria mais uma unidade de infantaria na Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando as crescentes necessidades do policiamento a cargo da Polícia Militar, inclusive os serviços de segurança dos Presídios desta Capital e Ilha Grande, bem como as de ampliar a vigilância da zona rural do Distrito Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Polícia Militar do Distrito Federal, mais uma unidade de infantaria, no molde das já existentes, a qual tomará a designação de 7.º Batalhão de Infantaria.

Art. 2.º O pessoal efetivo da corporação fica aumentado de acordo com a tabela anexa.

Art. 3.º A despesa resultante desse aumento correrá, no período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1945, por conta do crédito a que se refere o artigo seguinte.

Art. 4.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 5.277.775,30 (cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e trinta centavos), às dotações do Anexo 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento vigente (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. 01 — Pessoal permanente
 01 — Pessoal Militar
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal Cr\$ 2.256.252,00

Consignação IX — Etapas e Auxílios

S/c. 36 — Etapas para alimentação
 01 — Pessoal Militar
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal Cr\$ 747.960,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 06 — Material de acampamento e de campanha
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal... Cr\$ 510.180,00
 S/c. 09 — Material de ensino e educação; material artístico; insígnias e bandeiras; instrumentos de música
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal.... Cr\$ 23.350,00
 S/c. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico-técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de seda
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal.... Cr\$ 412.931,20

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 20 — Arreioamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal.... Cr\$ 9.121,20
 S/c. 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos
 30 — Polícia Militar do Distrito Federal.... Cr\$ 1.317.980,90

Total..... Cr\$ 5.277.775,30

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de julho d'êste ano.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.617 — DE 6 DE JUNHO DE 1945

Transfere gratuitamente e sob condições, à Paróquia de Santa Cruz, área de terreno nacional interior, que menciona, situada no Núcleo Colonial de Santa Cruz, no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente à Paróquia de Santa Cruz o domínio pleno de uma área de terreno nacional interior, com seiscentos metros quadrados (600 m²), de 20 m x 30 m, forma retangular e com frente para a antiga Estrada do Cortume, desmembrada do lote agrícola número cento e oitenta e sete (187) do Núcleo Colonial de Santa Cruz, na Fazenda Nacional de Santa Cruz, no Distrito Federal.

Art. 2.º O terreno ora doado destina-se à construção de um capela.

Art. 3.º Fica o Ministério da Fazenda, pelo Serviço do Patrimônio da União, autorizado a outorgar à paróquia donatária termo de efetivação da transferência gratuita do terreno de que se trata.

§ 1.º O termo será lavrado na conformidade do art. 25 do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938, e com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 241.492, de 1944.

§ 2.º O termo será isento de qualquer imposto de sêlo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*, far-se-á gratuitamente.

§ 3.º A União será representada, no termo, pelo chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Art. 4.º O domínio pleno do terreno ora doado reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias incorporadas ao solo, se a construção da capela não se iniciar dentro de três (3) anos, contados da data da assinatura do termo mencionado no art. 3.º d'êste Decreto-lei, ou se, uma vêz construída, a capela não servir à sua finalidade precípua de templo religioso.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

Apolonio Salles

DECRETO-LEI N.º 7.618 — DE 6 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 7.619 — DE 7 DE JUNHO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de onze mil, novecentos cruzeiros (Cr\$ 11.900,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 4.200,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$ 7.700,00
	<hr/>
	11.900,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.620 — DE 7 DE JUNHO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Poté, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Poté, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de onze mil, novecentos cruzeiros (Cr\$ 11.900,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 4.200,00
S/c n.º 02 — Percentagens	Cr\$ 7.700,00
	<hr/>
	11.900,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.621 — DE 8 DE JUNHO DE 1945

Autoriza a doação de imóvel à Fundação Benjamin Guimarães

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a doar à Fundação Benjamin Guimarães a estrutura de cimento armado destinada à edificação de um sanatório na cidade de Belo Horizonte.

Art. 2.º A Fundação Benjamin Guimarães comprometer-se-á:

a) a concluir as obras de construção, com as adaptações que se fizerem necessárias, de modo a instalar uma maternidade para gestantes tuberculosas, ou outro serviço relacionado com o combate à tuberculose e a utilizar o imóvel exclusivamente com essa finalidade;

b) a concluir as obras dentro do prazo de três anos, contados da assinatura da escritura de doação.

Art. 3.º A escritura será isenta de qualquer imposto de selo e a sua averbação no Registro de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º O imóvel severterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por qualquer espécie de indenização, ainda mesmo quanto a serviços executados pela Fundação Benjamin Guimarães, se não forem cumpridas as obrigações fixadas no art. 2.º deste Decreto-lei.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.622 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Estende o regime de consignação em fôlha de pagamento aos extranumerários diaristas e tarefeiros da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos extranumerários diaristas e tarefeiros o regime de consignação em fôlha de pagamento previsto na legislação vigente para os funcionários e demais extranumerários da União.

Parágrafo único. A averbação das consignações não importará, para a União, o compromisso de efetuar qualquer pagamento aos consignatários quando ocorrer a dispensa do diarista ou tarefeiro.

Art. 2.º Considera-se salário do tarefeiro, para efeito dos limites de consignação previstos na lei, a média aritmética do salário percebido nos últimos três meses.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º de República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

Eurico G. Dutra

José Roberto de Macedo Soares

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Apolonio Salles

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.623 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Aprova o Convênio celebrado entre os Estados Cafeeiros, em 15 de março de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio que a este acompanha, celebrado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goiás, a 15 de março de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, para adoção de medidas e sugestões relativas à política econômica do café, com a supressão da cláusula 3.ª e seu parágrafo único e com as modificações constantes deste Decreto-lei.

Art. 2.º Os parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º da cláusula 5.ª ficam substituídos pelos seguintes:

§ 1.º O título correspondente ao prêmio será fornecido pelo Departamento Nacional do Café no ato do registro do conhecimento de embarque para os portos nacionais de exportação.

§ 2.º Os conhecimentos de embarque da safra 44-45, que já tenham servido de base à emissão de Certificado de Prêmio, nos termos do Convênio de 19 de junho de 1944, regulado pela Resolução n.º 508, de 5 de agosto de 1944, do Departamento Nacional do Café, quando apresentados à Agência do mesmo Departamento, darão direito à emissão de um Certificado de Prêmio no valor correspondente à diferença entre o valor do título de prêmio já emitido e o atualmente fixado. Se, porém, com a apresentação desse conhecimento, a parte interessada devolver o Certificado de Prêmio emitido nos termos da citada Resolução, o novo Certificado de Prêmio conterá o valor correspondente ao prêmio ora fixado.

§ 3.º Os Certificados de Prêmio já emitidos, que não forem devolvidos nos termos do parágrafo anterior, *in fine*, serão resgatados pelo Departamento Nacional do Café na forma estabelecida pelo Convênio de 19 de junho de 1944, regulado pela Resolução n.º 508, de 5 de agosto de 1944.

§ 4.º Os Certificados de Prêmio, emitidos nos termos dos parágrafos anteriores, serão resgatados pelo Departamento Nacional do Café mediante prova de embarque para o exterior ou para cabotagem de iguais quantidades de sacas de café.

§ 5.º Os Certificados de Prêmio relativos a cafés das safras 44-45 e 45-46 perderão o seu valor, sem que os respectivos portadores tenham direito a qualquer indenização se, até 31 de março de 1947, não forem apresentados para resgate, com o preenchimento das formalidades exigidas.

Art. 3.º A cláusula 15.ª fica substituída pela seguinte:

“O Departamento Nacional do Café, cujo termo de existência é fixado para 30 de junho de 1947, continuará, até a referida data, com a atual organização, como órgão de confiança do Governo Federal.”

Art. 4.º O Departamento Nacional do Café regulamentará, por meio de Resoluções, a concessão dos prêmios a que se referem as cláusulas quinta, sexta e sétima do Convênio dos Estados Cafeeiros de 15 de março de 1945.

Art. 5.º O pagamento dos Certificados de Prêmio emitidos nos termos do Convênio dos Estados Cafeeiros, de 19 de junho de 1944, a resgatar, será feito em dinheiro; o dos prêmios de que trata o Convênio ora aprovado será feito em dinheiro ou em café, o juízo do Departamento Nacional do Café.

Art. 6.º O aumento dos prêmios dos cafés da safra 44-45, previsto na cláusula 5.ª, não compreenderá os cafés de produção do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A importância correspondente a esse aumento, ou sejam dezessete cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 17,50) por saca, será entregue pelo Departamento Nacional do Café ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, de acôrdo com os pedidos feitos pela lavoura cafeeira fluminense, que a aplicará em benefício desta.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.624 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 10.000,00, para atender à despesa com o pagamento de diferença de gratificação de Comando

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), para pagamento da diferença, na razão mensal de Cr\$ 166,70, de gratificação de Comando do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, correspondente ao pòsto de Coronel e devida, no período de 1 de janeiro de 1937 a 31 de dezembro de 1941, ao atual Comandante da mesma Corporação, Coronel Aristarco Pessoa Calvanti de Albuquerque.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.625 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Desapropria os prédios n.º 70 da Rua Visconde da Gávea e os de ns. 131, 133, 135, 137, 139, 141, 151, 153, 155, 157, 159, 161, 163, 165, 167, 169 e 171 da Rua Senador Pompeu

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam desapropriados por utilidade pública, de acôrdo com o art. 5.º, letra m do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis n.º 70 da Rua Visconde da Gávea, e os de ns. 131, 133, 135, 137, 139, 141,

151, 153, 155, 157, 159, 161, 163, 165, 167, 169 e 171 da Rua Senador Pompeu, representados na planta que com este baixa, rubricada pelo Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, necessários, como complemento, à execução do plano de aumento e melhoramento dos edifícios do mesmo Ministério.

Art. 2.º Para a posse imediata deste imóvel é declarada a urgência da desapropriação.

Art. 3.º A União Federal, entrará em entendimentos com os proprietários dos imóveis ora desapropriados, para que sejam fixadas as respectivas indenizações, de acordo com os preços médios, tomando-se por base o valor locativo dos mesmos no ano anterior à publicação deste Decreto-lei.

Art. 4.º A despesa decorrente da desapropriação dos imóveis correrá à conta das dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macedo Soares.

DECRETO-LEI N.º 7.626 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 5.248, de 15 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 5.248, de 15 de fevereiro de 1943, que jurisdicionou ao Ministério da Marinha os serviços referentes à movimentação e ao aprestamento de navios mercantes, em portos brasileiros.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.627 — DE 11 DE JUNHO DE 1945

Eleva o orçamento das obras do porto de Mucuripe

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aprovado o novo aumento de Cr\$ 2.196.047,00 (dois milhões cento e noventa e seis mil quarenta e sete cruzeiros), no orçamento das obras do porto de Mucuripe, no Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto-lei n.º 2.550, de 31 de agosto de 1940.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.628 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre as carreiras de Oficial Administrativo dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde e abre crédito suplementar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, na qual se incorpora a de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, na qual se incorpora a de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 3.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto nos artigos anteriores serão apostilados pelas respectivas Divisões de Pessoal.

Art. 4.º Para atender, durante sete meses, à despesa com o provimento dos cargos vagos da carreira a que se refere o art. 1.º, fica aberto, ao Ministério da Agricultura — Anexo n.º 14 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 529.200,00 (quinhentos e vinte e nove mil e duzentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 04 — Departamento de Administração, 01 — Divisão do Pessoal.

Art. 5.º Para atender, durante sete meses, à despesa com o provimento dos cargos vagos da carreira a que se refere o art. 2.º, fica destacada, do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a importância de Cr\$ 688.800,00 (seiscentos e oitenta e oito mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
QUADRO PERMANENTE

228

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
5	Oficial Administrativo	L	—	2	Q.P.	30	Oficial Administrativo				
8	Oficial Administrativo	L	—	—	Q.S.		L	—	19	
10	Oficial Administrativo	K	—	5	Q.P.	35	K	—	6	
24	Oficial Administrativo	K	—	—	Q.S.					
15	Oficial Administrativo	J	—	11	Q.P.	40	J	—	—	
36	Oficial Administrativo	J	—	—	Q.S.					
20	Oficial Administrativo	I	—	—	Q.P.	45	I	23	—	
48	Oficial Administrativo	I	—	—	Q.S.					
25	Oficial Administrativo	H	—	1	Q.P.	50	H	—	10	
16	Oficial Administrativo	H	—	—	Q.S.					
207			—	19		200			23	35	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
15	Oficial Administrativo	L	—	10	Q.P.	40	Oficial Administrativo	L	—	22	
13	Oficial Administrativo	L	—	—	Q.S.					
20	Oficial Administrativo	K	—	14	Q.P.	50	K	—	19	
25	Oficial Administrativo	K	—	—	Q.S.					
25	Oficial Administrativo	J	—	11	Q.P.	60	J	9	—	
55	Oficial Administrativo	J	—	—	Q.S.					

35	Oficial Administrativo	I	—	14	Q.P.	70	I	25	—
74	Oficial Administrativo	I	—	—	Q.S.					
45	Oficial Administrativo	H	—	16	Q.P.	80	H	—	13
38	Oficial Administrativo	H	—	—	Q.S.					
345			—	65		300			34	54

DECRETO-LEI N.º 7.629 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 12.200,00 para pagamento de ajuda de custo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de doze mil e duzentos cruzeiros (12.200,00), para atender ao pagamento (Pessoal) da ajuda de custo arbitrada em favor do Agrônomo Ecologista, classe L, Admar Lopes da Cruz, que no exercício de 1944, foi à República Argentina em viagem de estudos relacionados com o trigo.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.630 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito Suplementar de Cr\$ 20.529,10, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 20.529,10 (vinte mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros e dez centavos), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 21 — Gratificações militares

01 — Pessoal militar

20 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.... Cr\$ 8.322,60

30 — Polícia Militar do Distrito Federal..... Cr\$ 12.206,50

20.529,10

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamennon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.631 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Derroga o Decreto-lei n.º 7.510, de 30 de abril de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.510, de 30 de abril de 1945.

Art. 2.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Médico do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qual se incorpora a carreira de Médico Clínico do Quadro Suplementar do aludido Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de maio de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Médico</i>				
2	Médico	M	—	2	Q.P.	2	M	—	2	
3	Médico	L	—	—	Q.P.	3	L	—	—	
4	Médico	K	—	—	Q.P.	5	K	—	1	
5	Médico	J	—	—	Q.P.	7	J	—	2	
8	Médico	I	—	—	Q.P.	10	I	7	—	
9	Médico Clínico..	I	—	—	Q.S.		I	7	—	
12	Médico	H	—	—	Q.P.	14	H	—	1	
1	Médico Clínico..	H	—	—	Q.S.		H	—	1	
44			—	2		41			7	6	

DECRETO-LEI N.º 7.632 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Autoriza a cobrança de taxas adicionais nas Estradas de Ferro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam autorizadas as Estradas de Ferro do País, de administração pública ou privada, a cobrar duas taxas adicionais, de 10 % sobre as tarifas vigentes, destinadas, uma, à execução de melhoramentos essenciais e outra, à renovação de bens físicos.

§ 1.º A cobrança destas taxas não poderá ser suspensa dentro do prazo de 20 anos.

§ 2.º As taxas de Melhoramentos e Renovação Patrimonial, bem como os recursos constituídos para os mesmos fins por quotas debitadas ao custeio, que já estão em vigor em algumas estradas de ferro, enquadrar-se-ão nos dispositivos deste Decreto-lei.

§ 3.º O Ministério da Viação e Obras Públicas regulamentará a cobrança, a aplicação e a contabilização dessas taxas, dispondo sobre a utilização das arrecadações previstas, como garantia de empréstimos contraídos para atender, em aplicação pronta de maior vulto, às finalidades das mesmas taxas.

Art. 2.º O produto total ou parcial dessas taxas, relativo ao prazo mínimo de 20 anos, a que se refere o § 1.º do artigo anterior, poderá desde logo servir de base ao financiamento, parcial ou total, dos melhoramentos e da aquisição do material fixo ou rodante, de necessidade mais urgente, a serem feitos mediante prévia aprovação do Governo.

Art. 3.º As estradas de ferro deverão, dentro do prazo de 3 (três) meses, apresentar ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para a devida apreciação, o seu plano de melhoramentos e aquisições a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º Os juros de financiamento autorizado por este Decreto-lei não poderão ser superiores a 7 % (sete por cento) anuais.

Art. 5.º Deverá constar das operações de financiamento a possibilidade de serem elas liquidadas antecipadamente, cessando o vencimento de juros nessa data e não havendo indenização por motivo dessa antecipação.

Art. 6.º Se a União realizar uma operação para o financiamento conjunto de melhoramentos e aquisições para todas ou parte das estradas de ferro, as estradas assim contempladas serão obrigadas a substituir os contratos de financiamento, que tenham celebrado com terceiros, baseados no produto das taxas a que se refere o art. 1.º, pela operação de crédito que for feita pelo poder público em favor delas.

Art. 7.º Os produtos das taxas a que se refere este Decreto-lei serão recolhidos em contas de depósitos especiais, para aplicação exclusiva nos termos do art. 1.º, o que será objeto de contabilização especial.

Art. 8.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N.º 7.633 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para atender ao início da construção da ligação ferroviária Lima Duarte-Bom Jardim.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para atender as despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis), com o início da construção da ligação do trecho ferroviário Lima Duarte-Bom Jardim, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.634 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas um crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta e oito mil cruzeiros (Cr\$ 48.000,00), à Verba 1 — Pessoal, do orçamento vigente do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944) como se segue:

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS

Subconsignação 17 — Gratificação de representação de Gabinete

01 — Gabinete do Ministro Cr\$ 48.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.635 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento do “Plano de Obras e Equipamentos” para o corrente ano (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), fica introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.

01 — Estudos e projetos

33 — Departamento Nacional de Obras e Saneamento

a) Estudos e serviços preliminares destinados à elaboração de projetos e obras definitivas, visando o saneamento da Baixada Paranaense, nos municípios de Paranaguá, Antonina e Morretes

Passa de Cr\$ 2.000.000,00

Para Cr\$ 1.000.000,00

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

33 — Departamento Nacional de Obras e Saneamento

h) Prosseguimento das obras de saneamento do Recôncavo Bahiano..... Cr\$ 1.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945., 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.636 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Cria, na Parte Permanente do Quadro VI — Rêde de Viação Cearense, do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Dactilógrafo, e de outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, de acôrdo com a tabela anexa, na Parte Permanente do Quadro VI — Rêde de Viação Cearense, do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Dactilógrafo.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior, no período de 1 de junho a 31 de dezembro do corrente exercício, fica aberto o crédito de Cr\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 86 — Quadro VI, Rêde de Viação Cearense, do Anexo 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO VI — RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE
PARTE PERMANENTE

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios
	<i>Dactilógrafo</i>		
8	E	
12	D	8
20			8

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos da classe E. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 20.

DECRETO-LEI N.º 7.637 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial.

Art. 2.º Os estabelecimentos beneficiados pelo disposto no artigo anterior porão à disposição do Governo Federal, de acordo com as instruções que vierem a ser baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde, matrículas gratuitas em internato, semi-internato ou externato, em número correspondente a cinco por cento da capacidade total de cada um.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.638 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nenhum servidor ou inativo da União perceberá salário-família por dependente que seja filho ou enteado de outro servidor ou inativo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal, ou das entidades autárquicas, quando esse outro servidor ou inativo estiver percebendo idêntico benefício, em relação ao mesmo dependente.

Art. 2.º A alínea *h* do parágrafo único do art. 7.º do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“*h*) se é filho ou enteado de outro servidor ou inativo, da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal ou das entidades autárquicas, fornecendo, em caso positivo, as seguintes informações:

1. nome desse servidor ou inativo e o respectivo cargo ou função;

2. se esse servidor ou inativo percebe salário-família, pelo mesmo dependente;

3. se esse servidor ou inativo vive em comum com o declarante; caso contrário;

4. se o dependente vive sob a guarda do declarante.”

Art. 3.º O parágrafo único do art. 11 do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Quando ao servidor ou inativo se conceder o salário-família por dependente que seja filho ou enteado de outro

servidor ou inativo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal ou das entidades autárquicas, a autoridade que houver feito a concessão comunicará o fato, conforme o caso:

- a) ao órgão de pessoal sob cuja jurisdição estiver esse outro servidor ou inativo;
- b) aos Departamentos do Serviço Público, estaduais, ou, onde não houver, às Secretarias de Estado;
- c) aos Departamentos das Municipalidades, estaduais;
- d) à Administração dos Territórios;
- e) à Secretaria Geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal; e
- f) aos dirigentes das entidades autárquicas.”

Art. 4.º O disposto no art. 1.º se aplica aos servidores ou inativos dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal e das entidades autárquicas.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.639 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Altera a carreira de Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Será levada a crédito da conta corrente do Quadro a importância correspondente a um cargo da classe H, um da classe G e um da classe F da referida carreira, os quais se acham sem ocupantes.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

QUADRO PERMANENTE

240

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Bibliotecário-auxiliar</i>						<i>Bibliotecário-auxiliar</i>				
1	H	—	—	Q.P.	1	H	—	1	—
2	G	—	1	Q.P.	2	G	—	2	—
2	F	—	1	Q.P.	2	F	—	2	—
4	E	—	—	Q.P.	4	E	—	—	5
9			—	2		9			—	5	5

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 9.

DECRETO-LEI N.º 7.640 — DE 13 DE JUNHO DE 1945

Prorroga, por seis meses, o prazo concedido pelo Decreto-lei n.º 7.149, de 13 de dezembro de 1944, para que as firmas e empresas interessadas na industrialização da mandioca ou no comércio em grosso de seus produtos, efetuem a sua inscrição na C.E.P.M.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por mais seis meses, a contar da data da publicação dêste, o prazo concedido pelo art. 3.º do Decreto n.º 16.461, de 29 de agosto de 1944 e ampliado pelo Decreto-lei n.º 7.149, de 13 de dezembro do mesmo ano, para que as firmas e empresas interessadas na industrialização da mandioca ou no comércio em grosso de seus produtos efetuem a inscrição de seus estabelecimentos no Registro criado, na Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, pelo art. 2.º do Decreto citado.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Salles

DECRETO-LEI N.º 7.641 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre auxílio pecuniário, por motivo de enfermidade, ao pessoal para obras da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Estende-se ao pessoal para obras da União, no que couber, o disposto no art. 2.º e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 6.905, de 26 de setembro de 1944.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agememnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.642 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 1.401, de 3 de junho de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 1.401, de 3 de julho de 1939, que autorizou a "Ala Litoria S.A." a estabelecer, no Brasil, tráfego aéreo para a execução da linha internacional Itália-América do Sul.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.643 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, acrescentando uma alínea ao item IV do seu art. 4.º

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O item IV do art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV — No Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

a) quanto aos servidores da Imprensa Nacional, o Chefe da respectiva Divisão de Administração;

b) quanto aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, o Diretor do respectivo Serviço de Administração;

c) nos demais casos, o Diretor da Divisão de Pessoal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

(*) DECRETO-LEI N.º 7.644 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Casa da Empregada" do pagamento do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder a "Casa da Empregada", instituição de assistência social, que tem por fim amparar a classe das empregadas domésticas, isenção do imposto de transmissão,

e somente dêste, sobre Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), valor do imóvel sito à Rua Pompeu Loureiro n.º 116, em Copacabana, que adquire para sua sede.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.645 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação VIII — Pensionistas

S/c. n.º 33 — Abono provisório e novas pensões

01 — Pessoal Militar

20 — Corpo de Bombeiros do Dis-

trito Federal Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.646 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Cria o Campo de Sementes de Horticultura e Fruticultura de Virgínia, no Ministério da Agricultura, e adota outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Agricultura, o Campo de Sementes de Horticultura e Fruticultura de Virgínia, no Município do mesmo

nome, no Estado de Minas Gerais, nas terras que o Padre Dr. Inácio Jansen Pires Jatobá, para êsse fim, doou à União por escritura de 6 de setembro de 1944, lavrada nas notas do tabelião do 1.º Ofício de Itanhandú, daquele Estado, ratificada e retificada pela de 31 de outubro do mesmo ano, conforme traslados existentes às fls. 25-27 do processo fixado no Ministério da Fazenda sob o n.º 241.484-44.

Parágrafo único. Para todos os efeitos legais fica aceita a mencionada doação.

Art. 2.º O Campo, ora criado, subordinado à Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, terá as suas despesas de instalação e manutenção custeadas pelas dotações orçamentárias da aludida Divisão.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.647 — DE 14 DE JUNHO DE 1945

Cria uma coletoria federal no município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de Coletor — classe C e um (1) cargo de Escrivão — classe B.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de onze mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 11.900,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 4.200,00
S/c. n.º 02 — Percentagens	Cr\$ 7.700,00
	<u>Cr\$ 11.900,00</u>

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.648. — DE 15 DE JUNHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo 21 do Orçamento Geral da República para 1945), o crédito suplementar de Cr\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos cruzeiros), em refôrço da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.649. — DE 15 DE JUNHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo 21 — do Orçamento Geral da República para 1945), o crédito Suplementar de Cr\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos cruzeiros), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.650 — DE 15 DE JUNHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro dos impostos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro dos impostos de transmissão e transcrição, e somente destes, relativos aos apartamentos ns. 1.003 e 1.004, localizados no 10.º pavimento do Edifício Castelmar, e às dependências do terraço do mesmo edifício, que adquire, para sua sede, sito na Avenida Presidente Wilson n.º 298.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.651 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Altera carreiras do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, na forma da tabela anexa, para o Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e incluída na de Oficial Administrativo desse Quadro, a carreira de Auxiliar de Escrita, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pelo Serviço do Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Fica assegurada aos auxiliares de escrita, da classe 18, a diferença de vencimento de Cr\$ 100,00 mensais.

Parágrafo único. Cessará o pagamento dessa diferença quando, a qualquer título, o funcionário passar a perceber vencimento igual ou superior a Cr\$ 2.300,00 mensais.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Oficial Administrativo</i>				
50	Oficial Administrativo	L	—	—	Q.P.	50	L	—	—	
80	Oficial Administrativo	K	—	—	Q.P.	85	K	—	—	
5	Auxiliar de Escrita	18	—	—	Q.S.					
110	Oficial Administrativo	J	—	—	Q.P.	121	J	—	—	
11	Auxiliar de Escrita	13	—	—	Q.S.					
150	Oficial Administrativo	I	—	—	Q.P.	150	I	—	—	
190	Oficial Administrativo	H	—	1	Q.P.	190	H	—	1	
			—	—		596			—	1	

DECRETO-LEI N.º 7.652 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Autoriza a cobrança de juros de mora sobre dívidas referentes aos serviços prestados pelo pôrto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Superintendência do Pôrto do Rio de Janeiro autorizada a cobrar, sobre as dívidas referentes a serviços prestados pelo pôrto, não pagas dentro do prazo estipulado no artigo 59, do Decreto n.º 8.680, de 5 de fevereiro de 1942, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N.º 7.653 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Altera a carreira de Médico do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Médico do Quadro II — Extinto — Estrada de Ferro Central do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.531, de 7 de maio de 1945.

Art. 4.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 10 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E. F. C. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	<i>Médico</i>						<i>Médico</i>				
—	—	—	—	—	1	M	—	1	
—	—	—	—	—	2	L	—	2	
—	—	—	—	—	2	K	—	2	
—	—	—	—	—	3	J	—	3	
—	—	—	—	—	5	I	—	5	
6	H	—	—	Q. II	12	H	—	—	
6	G	—	—	Q. II			—	—	
12			—	—		25			—	13	

DECRETO-LEI N.º 7.654 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Cria a carreira de Arquivista no Quadro Permanente do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na forma da tabela anexa, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a carreira de Arquivista.

Art. 2.º Para atender, durante o último semestre do ano corrente, à despesa com o disposto no artigo anterior, fica aberto ao Ministério da Guerra — Anexo n.º 17 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 357.900,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, consignação 01 — Pessoal Permanente, 17 — Diretoria de Intendência.

Art. 3.º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO PERMANENTE

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Arquivista</i>				
8	H	—	8	—
13	G	—	13	—
18	F	—	18	—
25	E	—	25	39
64			—	64	39

Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores, não podendo o número de cargos ocupados na carreira ser superior a 64.

DECRETO-LEI N.º 7.655 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Autoriza a modificação do quadro territorial do Estado de Goiás

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Governo do Estado de Goiás fica autorizado a, dentro de 30 dias contados da publicação desta Lei, baixar decreto-lei pelo qual serão feitas as seguintes alterações no quadro territorial do Estado:

a) elevação dos atuais Distritos de Itapaci e Itaguatins à categoria de Municípios e Termos; e

b) recondução dos atuais Termos e Municípios de Itacê e Araguatins à situação de Distritos.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.656 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de Cr\$ 145.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 145.000,00), em reforço da verba 1 — Pessoal, do orçamento vigente do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 20 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), na forma abaixo:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

Subconsignação 04 — Contratados

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

b) Missões diplomáticas Cr\$ 145.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.657 — DE 18 DE JUNHO DE 1945

Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, 1 cargo isolado, de provimento em comissão, padrão L, de Administrador de Núcleo Colonial.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.658 — DE 19 DE JUNHO DE 1945

Altera disposições da Lei do Serviço Militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 142 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 142. Poderão ser reengajadas, no limite das percentagens fixadas anual ou periodicamente pelo Ministro da Guerra, as praças do Exército que solicitarem essa concessão ao terminarem o prazo do seu engajamento e que satisfizerem não somente aos requisitos constantes das alíneas a, b e c do artigo anterior, mas também aos de terem menos de 30 anos de idade e de estarem aptas ao acesso à graduação superior desde que a função ou especialidade admita esse acesso”.

Art. 2.º Fica acrescentado ao supracitado artigo 142 o seguinte parágrafo:

“§ 1.º Nas mesmas condições poderão reengajar os terceiros sargentos do Quadro de Radiotelegrafistas do Exército, desde que essa concessão não os leve a ultrapassar 35 anos de idade”.

Art. 3.º O atual parágrafo único do mencionado artigo 142 passa a ser o § 2.º dêsse mesmo artigo.

Art. 4.º É tornada extensiva aos segundos sargentos do Quadro de Radiotelegrafistas do Exército a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 143 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939).

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange os primeiros e segundos sargentos dêsse Quadro que hajam atingido essas graduações durante o tempo em que, por motivo da suspensão do licenciamento, permaneciam em serviço.

Art. 5.º O artigo 29 e seu parágrafo único da Lei do Serviço Militar entram em vigor com a seguinte redação:

“Art. 29. Os oficiais do Registro Civil são obrigados a remeter à correspondente Circunscrição de Recrutamento, até sessenta dias após cada semestre, a relação dos indivíduos do sexo masculino registrados no respectivo cartório e que, havendo completado 19 anos e 8 meses de idade no semestre anterior, não se tenham alistado espontaneamente. Dessa relação deve constar, com referência a cada indivíduo: nome; filiação; dia, mês, ano e lugar de nascimento.”

“Parágrafo único. Os serventuários acima, quando tiverem de encaminhar tais relações, deverão expurgá-las dos indivíduos que tenham falecido e cujo registro conste de seus próprios livros”.

Art. 6.º É facultada, mediante reengajamento, a permanência no Quadro de Radiotelegrafistas do Exército aos seus terceiros sargentos existentes na data da publicação do presente Decreto-lei, incluídos os que vêm servindo em virtude de sucessivos adiamentos de licenciamento, desde que com essa concessão não ultrapassem a idade de 40 anos.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.659 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Estende aos representantes das autarquias o benefício do artigo 32 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos representantes das autarquias constituídas exclusivamente de patrimônio estatal descentralizado, com personalidade de direito público, fica estendido o benefício do art. 32 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código do Processo Civil), de que gozam os representantes da Fazenda Pública.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.660 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre as férias dos Juizes Substitutos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suspensas, durante o corrente ano, as férias a que tenham direito os Juizes Substitutos convocados para a substituição dos Juizes de Direito designados para funções eleitorais.

Parágrafo único. Aos referidos Juizes fica, porém, ressalvado o direito de gozar as mesmas férias, cumuladas ou não, com as do ano de 1946, ou requerer que sejam contadas pelo dôbro para o efeito da aposentadoria.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.661 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Lei de Falcências.

~~Não foi publicado no Diário Oficial.~~

*de 31-7-1945
(Suplemento)*

DECRETO-LEI N.º 7.662 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 340.000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de trezentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 340.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra" mandadas emitir pelo Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo serão consideradas dentre as que correm à conta dos recursos previstos no mencionado Decreto-lei n.º 4.789, tal como as anteriormente realizadas para o mesmo fim.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.663 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 84.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oitenta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 84.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n.º 14 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis:
foros; seguros de bens móveis e imóveis

24 — Serviço de Expansão do Trigo..... Cr\$ 84.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.664 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a matéria de que trata o Decreto-lei n.º 5.125, de 22 de Dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O prazo estabelecido na parte final do art. 4 do Decreto-lei n.º 5.125, de 22 de dezembro de 1942, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1945.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.665 — DE 21 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para despesas decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru, a partir de 1 de janeiro de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.666 — DE 22 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

DOS ATOS CONTRÁRIOS À ECONOMIA NACIONAL

Art. 1.º Consideram-se contrários aos interesses da economia nacional:

I — os entendimentos, ajustes ou acordos entre empresas comerciais, industriais ou agrícolas, ou entre pessoas ou grupo de pessoas vinculadas a tais empresas ou interessadas no objeto de seus negócios, que tenham por efeito:

- a) elevar o preço de venda dos respectivos produtos;
- b) restringir, cercar ou suprimir a liberdade econômica de outras empresas;
- c) influenciar no mercado de modo favorável ao estabelecimento de um monopólio, ainda que regional;

II — os atos de compra e venda de acervos de empresas comerciais, industriais ou agrícolas, ou de cessão e transferência das respectivas cotas, ações, títulos ou direitos, ou de retenção de estoques de mercadorias, desde que de tais atos resulte ou possa resultar qualquer dos feitos previstos nas alíneas a, b e c do item I;

III — os atos de aquisição ou detenção, a qualquer título, de terras, por parte de empresas industriais ou agrícolas, em proporção superior às necessidades de sua produção, desde que daí resulte ou possa resultar a supressão ou redução das pequenas propriedades ou culturas circunvizinhas;

IV — a paralisação, total ou parcial, de empresas comerciais, industriais ou agrícolas desde que de tal fato resulte ou possa resultar a elevação dos preços das mercadorias ou o desemprego em massa de empregados, trabalhadores ou operários;

V — a incorporação, fusão, transformação, associação ou agrupamento de empresas comerciais, industriais ou agrícolas, ou a concentração das respectivas cotas, ações ou administrações nas mãos de uma empresa ou grupo de empresas ou nas mãos de uma pessoa ou grupo de pessoas, desde que de tais atos resulte ou possa resultar qualquer dos efeitos previstos nas alíneas a, b e c do item I.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-lei a palavra “empresa”, abrange as pessoas físicas ou jurídicas de natureza comercial ou civil que disponham de organização destinada à exploração de qualquer atividade com fins lucrativos.

Art. 2.º Verificada a existência de qualquer dos atos referidos no art. 1.º, a C.A.D.E. notificará as empresas faltosas ou comprometidas no ato ou fato contrário aos interesses da economia nacional para, dentro de prazo certo, fixado de acordo com as circunstâncias, cessarem a prática dos atos incriminados.

Art. 3.º Se as empresas notificadas não cumprirem a determinação da C.A.D.E. dentro do prazo fixado, ou se, dentro desse prazo, não cessarem os efeitos prejudiciais aos interesses da economia nacional, a C.A.D.E. decretará a intervenção em todas as empresas envolvidas nos atos ou fatos julgados contrários à economia nacional.

§ 1.º A intervenção terá caráter provisório e se limitará às gestões necessárias ao restabelecimento da situação conforme aos interesses da economia nacional.

§ 2.º A partir da data da decretação da intervenção, os administradores da empresa visada ficarão impedidos de praticar quaisquer atos de disposição de bens ou direitos integrantes do acervo da empresa.

§ 3.º Os atos eventualmente praticados pelos administradores de empresas com infração do disposto no parágrafo anterior, serão nulos de pleno direito.

Art. 4.º A intervenção será executada pela C.A.D.E., através da nomeação de interventor que praticará todos os atos necessários ao cumprimento da decisão proferida.

Parágrafo único. As despesas com a intervenção correrão por conta da empresa que a sofrer.

DOS ATOS NOCIVOS AO INTERESSE PÚBLICO

Art. 5.º Os atos referidos no art. 1.º serão considerados nocivos ao interesse público quando:

- a) envolverem indústrias bélicas, indústrias básicas, empresas editôras, jornalísticas, de rádio e teledifusão ou de divulgação e publicidade;
- b) deles participarem empresas estrangeiras;
- c) resultarem da ação de empresas nacionais ou estrangeiras, notoriamente vinculadas a coalizões, “trusts” ou cartéis, ajustados no estrangeiro.

Art. 6.º Serão desapropriadas pela União as empresas comerciais, industriais ou agrícolas comprometidas ou envolvidas em atos nocivos ao interesse público.

§ 1.º O valor das desapropriações de que cuida este artigo será pago aos desapropriados em títulos do Tesouro, de emissão especial, amortizáveis em quarenta anos.

§ 2.º Para os efeitos do que dispõe o parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-1941 (Decreto-lei n.º 4.152, de 6-3-1942), o depósito será feito nos títulos a que se refere o parágrafo anterior e em montante correspondente ao capital registrado das empresas desapropriadas.

§ 3.º Na avaliação para fixação da indenização devida pela desapropriação, tomar-se-á por base o valor do ativo líquido da empresa.

Art. 7.º Julgada indispensável a desapropriação a C.A.D.E. transmitirá ao Presidente da República o inteiro teor de sua decisão, acompanhado dos elementos necessários à lavratura do decreto de desapropriação.

DA FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DO PODER ECONÔMICO

Art. 8.º Não se poderão fundir, incorporar, transformar, agrupar de qualquer modo, ou dissolver, sem prévia autorização da C.A.D.E.:

- a) os estabelecimentos bancários;
- b) as empresas que tenham por objeto a produção ou distribuição de gêneros alimentícios;
- c) as empresas que operem em seguros e capitalização;
- d) as empresas de transportes ferroviário, rodoviário e as de navegação marítima, fluvial ou aérea;
- e) as empresas editoras, jornalísticas, de rádio e teledifusão, de divulgação e publicidade;
- f) as indústrias bélicas, básicas, de interesse nacional e as empresas distribuidoras dos respectivos produtos;
- g) as indústrias químicas, de especialidades farmacêuticas ou de laboratório e de materiais odontológicos;
- h) as indústrias de tecidos e calçados;
- i) as empresas de mineração;
- j) a produção e distribuição de instrumentos de trabalho, de um modo geral;
- k) as empresas de eletricidade, gás, telefone e transportes urbanos e, em geral, os concessionários de serviços de utilidade pública.

Art. 9.º A partir da data da publicação deste decreto-lei, o Departamento Nacional da Indústria e Comércio e as Juntas Comerciais não poderão registrar alterações nos contratos ou estatutos de quaisquer firmas ou sociedades das espécies referidas no art. 8.º, nem atos relativos à fusão, transformação ou incorporação das mesmas, sem a prévia audiência e autorização da C.A.D.E.

Parágrafo único. São nulos de pleno direito os registros feitos com inobservância deste dispositivo.

Art. 10. As empresas a que se refere o art. 8.º, quando organizadas sob a forma de sociedades anônimas, terão o respectivo capital dividido obrigatoriamente em ações nominativas.

§ 1.º As empresas a que alude este artigo, que tenham o respectivo capital dividido, total ou parcialmente, em ações ao portador, fica concedido o prazo de noventa dias para a conversão de suas ações ao portador em ações nominativas.

§ 2.º Na hipótese de falta de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, dentro do prazo fixado, a C.A.D.E. intervirá, provisoriamente, na administração da empresa faltosa a fim de promover a observância do citado preceito.

Art. 11. Não terão validade, senão depois de aprovados e registrados pela C.A.D.E. os atos, ajustes, acordos ou convenções entre empresas comerciais, industriais ou agrícolas, de qualquer natureza ou entre pessoas ou grupo de pessoas vinculadas a tais empresas ou interessadas no objeto de seus negócios, que tenham efeito:

- a) equilibrar a produção com o consumo;
- b) regular o mercado;
- c) estabilizar preços;
- d) padronizar ou racionalizar a produção;
- e) estabelecer uma exclusividade de distribuição em detrimento de outras mercadorias do mesmo gênero ou destinadas à satisfação de necessidades conexas.

§ 1.º Os atos da categoria referida neste artigo, já vigente na data da publicação deste decreto-lei, deverão ser submetidas à aprovação da C.A.D.E. dentro do prazo de trinta dias.

§ 2.º Os atos a que se refere o parágrafo anterior que não forem aprovados pela C.A.D.E. ou não lhe forem apresentados no prazo regulamentar, tornar-se-ão nulos e de nenhum efeito.

Art. 12. Independerão da aprovação de que cuidam as letras a, b e c do artigo anterior, os atos das autarquias federais incumbidas da direção, organização e defesa de determinados setores econômicos.

Art. 13. A C.A.D.E. poderá, reservada a competência que lhe é privativa, delegar às autarquias referidas no artigo anterior, a fiscalização ou execução do presente decreto-lei.

Art. 14. Nos setores econômicos a que se refere o art. 15, 50% das cotas de aumento de produção que venham a ser eventualmente concedidas, deverão ser reservadas para novos produtores, mediante concorrência pública.

Parágrafo único. Os proprietários, sócios ou acionistas de empresas do mesmo gênero, já existentes, não poderão ser beneficiados com as novas cotas de aumento, senão no caso em que se não apresentem candidatos capazes à primeira concorrência.

Art. 15. As autoridades federais, estaduais ou municipais são obrigadas a prestar, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes fôr solicitada pela C.A.D.E.

Parágrafo único. Os funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias que dificultarem, retardarem ou embaraçarem a ação da C.A.D.E. ou de seus funcionários, ficarão sujeitos à penalidade de demissão a bem do serviço público, iniciando-se o processo administrativo competente mediante representação do Diretor Geral da C.A.D.E.

Art. 16. As empresas compreendidas neste decreto-lei são obrigadas a exhibir aos funcionários da C.A.D.E. todos os seus livros, documentos, papéis e arquivos.

Parágrafo único. O Diretor Geral da C.A.D.E. poderá determinar a apreensão de quaisquer livros, documentos ou papéis sempre que esta providência lhe parecer necessária à segurança dos mesmos.

Art. 17. As empresas são obrigadas a prestar à C.A.D.E., por escrito e devidamente autenticadas, todas as informações que lhes forem solicitadas.

Parágrafo único. As empresas que se recusarem a prestar informações, na forma dêste artigo, ou que fornecerem informações inexatas ou falsas, ou embaraçarem, de qualquer modo, a ação da C.A.D.E., ou de seus funcionários, ficarão sujeitas à pena de detenção por um a três meses, sem prejuízo das penalidades previstas no Regulamento do Imposto sobre a Renda.

Art. 18. A ação e processo fiscais da C.A.D.E. regular-se-ão por êste decreto-lei e pela legislação relativa ao Imposto sobre a Renda, em tudo quanto lhes fôr aplicável.

DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE DEFESA ECONÔMICA

Art. 19. A fim de dar cumprimento ao disposto neste decreto-lei, fica criada a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (C.A.D.E.), órgão autônomo, com personalidade jurídica própria, diretamente subordinado ao Presidente da República.

Parágrafo único. A C.A.D.E. terá sede e fóro na Capital da República e será representada, nos atos judiciais ou extra-judiciais, pelo seu Presidente.

Art. 20. A C.A.D.E. será presidida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e compor-se-á:

- a) do Procurador Geral da República;
- b) do Diretor Geral da C.A.D.E.;
- c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- d) de um representante do Ministério da Fazenda;

e) de um representante das classes produtoras e distribuidoras;

f) de um técnico em economia de comprovada idoneidade e competência.

§ 1.º Os representantes dos Ministérios serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação dos respectivos Ministros.

§ 2.º O representante das classes é o técnico a que se referem as letras f e g serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3.º Somente poderão ser nomeados para constituírem a comissão de que trata este artigo, brasileiros natos, maiores de trinta anos, de reputação ilibada.

Art. 21. Compete privativamente à C.A.D.E.:

a) julgar a existência ou inexistência, em cada caso concreto que lhe fôr presente; de atos ou práticas contrários aos interesses da economia nacional, ou nocivos ao interesse público, ou da coletividade;

b) delimitar as áreas de terra para aplicação do art. 1.º, III;

c) decretar e executar a intervenção em empresas, nos termos dêste decreto-lei;

d) organizar a lista das indústrias bélicas, básicas e de interesse nacional para os efeitos do disposto neste decreto-lei;

e) conceder ou negar as autorizações de que cogitam os artigos 8.º e 11, bem como as aprovações a que se refere o art. 14;

f) fiscalizar a realização do capital das empresas a que se refere o artigo 8.º;

g) receber, processar e julgar tôdas as representações que lhe sejam feitas por qualquer pessoa denunciando atos contrários ou nocivos aos interesses públicos ou da economia nacional;

h) fiscalizar a execução dos serviços públicos concedidos pelo Estado, bem como aplicar as penalidades previstas nos respectivos contratos.

Art. 22. Os atos praticados pela C.A.D.E. no exercício de sua competência privativa são equiparados aos dos Ministros de Estado para os efeitos do disposto no art. 319 do Código de Processo Civil.

Art. 23. Contra os atos praticados pela C.A.D.E., em consequência de decisões proferidas nas matérias de sua competência privativa, não poderão ser concedidos interditos possessórios.

Art. 24. Além das atribuições constantes do art. 24, compete, ainda, à C.A.D.E.:

a) promover as investigações e inquéritos que julgar necessários ao cumprimento dêste decreto-lei;

b) organizar os seus serviços e o quadro do seu pessoal, bem como fixar os vencimentos de seus funcionários;

c) elaborar o seu orçamento e o seu Regimento Interno;

d) propor ao Presidente da República as medidas e providências que lhe pareçam indispensáveis à defesa da economia nacional;

e) resolver sobre a desapropriação do acervo de empresas, grupos ou associações de qualquer natureza, nos casos previstos neste decreto-lei;

f) manter um serviço completo de informações sobre a vida econômica e financeira do país;

g) fiscalizar a administração das empresas de economia mista ou das que constituam patrimônio nacional;

h) examinar os balanços e relatórios anuais das empresas a que se refere o item anterior, propondo ao Presidente da República as providências que lhe parecerem necessárias.

Art. 25. A C.A.D.E. será dirigida pelo seu Diretor Geral, sob a orientação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. O cargo de Diretor Geral será exercido, em comissão, por pessoa de confiança do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e por êste nomeada.

Art. 26. Compete ao Diretor Geral:

- a) cumprir e fazer cumprir as decisões ou recomendações da C.A.D.E.;
- b) promover, diretamente ou através dos funcionários da C.A.D.E. a instrução dos processos que devam ser julgados pela Comissão, determinando as diligências que lhe parecerem necessárias;
- c) organizar, orientar e fiscalizar os diversos serviços da C.A.D.E.;
- d) nomear e demitir todos os funcionários da C.A.D.E., excetuados os Chefes de Serviço que serão nomeados pelo Presidente;
- e) convocar, por ordem do Presidente, as sessões da Comissão e organizar a respectiva pauta;
- f) subscrever tôda a correspondência da C.A.D.E.;
- g) requisitar a quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais as informações ou providências que se tornarem indispensáveis ao cumprimento dêste decreto-lei, ou das decisões da C.A.D.E.

Art. 27. O pessoal da C.A.D.E. será equiparado, para efeito de vencimentos, ao pessoal do Banco do Brasil.

Art. 28. Os funcionários efetivos serão escolhidos mediante concurso, competindo à C.A.D.E. excluir da lista de concorrentes os candidatos inidôneos.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão poderá requisitar, a quaisquer repartições ou autarquias federais, estaduais ou municipais, os funcionários especializados de que carecer.

Art. 29. As decisões e atos da C.A.D.E. serão publicados no *Diário Oficial* da União.

Art. 30. A fim de cobrir os gastos derivados da organização, manutenção e funcionamento da C.A.D.E., o Governo da União porá à disposição da mesma, aualmente, a quantia necessária.

Art. 31. O Regulamento para execução dêste decreto-lei será organizado dentro do prazo de trinta dias pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores e aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 32. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhen.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.667 — DE 22 DE JUNHO DE 1945

Incorpora ao patrimônio nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional, objetos que representam lembranças pessoais do Barão de Cotegipe

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que D. Maria Luisa Vanderlei de Araújo Pinho, filha do Barão de Cotegipe, legou por testamento ao Museu Histórico Nacional tôdas as relíquias que pertenceram àquele grande estadista brasileiro, sob a condição de constituírem os elementos duma sala denominada "Sala Cotegipe";

Considerando que, na respectiva verba testamentária, declarou que as referidas relíquias tanto lhe pertenciam como à sua irmã D. Antônia Teresa Vanderlei, prevalecendo o legado se com êle estivesse de acôrdo a dita sua irmã;

Considerando que D. Antônia Teresa Vanderlei deu o seu assentimento ao legado com a condição de lhe ser paga pelo Museu Histórico Nacional a importância do valor da metade das ditas relíquias, avaliadas pelo mesmo Museu, no total de cento e noventa mil cruzeiros, devendo caber-lhe pois, noventa e cinco mil cruzeiros, crédito incluído devidamente no Orçamento para o exercício de 1945;

Considerando que, antes da existência dêsse crédito, em setembro de 1944, faleceu D. Antônia Teresa Vanderlei, sem deixar herdeiros legítimos ou testamentários, devendo ser, pois, decretada oportunamente a vacância da herança;

Considerando que o Museu Histórico Nacional precisa recolher o referido legado composto de objetos por sua natureza indivisíveis e de caráter histórico, tradicional e artístico, que enriquecerão o patrimônio nacional, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporados ao patrimônio nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional, os móveis, jóias, retratos e objetos que representam lembranças pessoais do Barão de Cotegipe, legados por sua filha D. Maria Luisa Vanderlei de Araújo Pinho, com o assentimento de sua irmã D. Antônia Teresa Vanderlei ao mencionado Museu Histórico, para constituírem os elementos da "Sala Cotegipe", dispensadas as exigências do Decreto-lei número 1.907, de 26 de dezembro de 1939, em relação ao direito que sôbre êsse legado tem ou possa ter a herança jacente de D. Antônia Teresa Vanderlei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.668 — DE 22 DE JUNHO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 6.513, de 19 de maio de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 6.513, de 19 de maio de 1944, que suspendeu, temporariamente, as transferências voluntárias para a Reserva Remunerada dos Capitães-Tenentes e Primeiros e Segundos-Tenentes do Corpo de Fuzileiros Navais.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.669 — DE 22 DE JUNHO DE 1945

Modifica a redação do Decreto-lei n.º 6.425, de 14 de abril de 1944, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome daquela planta

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do uso de uma percentagem de sementes de guaraná (Paulina Cupana Ducke), nos produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome da referida planta.

Art. 2.º Os refrescos, gaseificados ou não, vendidos sob a denominação genérica de “guaraná”, só poderão continuar a trazer tal denominação uma vez que, no seu fabrico, seja empregada a proporção mínima de 0,3 (três décimos) de grama de guaraná em sementes, pães, pó ou extrato, para 100 centímetros cúbicos de bebida.

§ 1.º Decorridos três anos da vigência dêste Decreto-lei verificada pelo Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura a possibilidade da produção nacional atender ao consumo interno, a proporção mínima estabelecida neste artigo passará a ser de 0,5 (cinco décimos) de grama, para 100 centímetros cúbicos de bebida.

§ 2.º Os fabricantes deverão comprovar, perante a fiscalização competente, a aquisição e aplicação de quantidade de guaraná proporcional ao volume da sua produção.

Art. 3.º Os xaropes, concentrados, e semelhantes, bem como os medicamentos e outros produtos farmacêuticos deverão trazer no rótulo, em caracteres legíveis, a indicação da percentagem de guaraná empregada na sua elaboração.

Parágrafo único. Fica proibido o uso de qualquer produto com a denominação de guaraná artificial na fabricação de substâncias alimentícias e farmacêuticas.

Art. 4.º Para os efeitos do presente Decreto-lei, considerar-se-á “guaraná” o produto resultante do tratamento das sementes de Paulina Cupana, podendo apresentar-se sob a forma de sementes secas, pós, bastões, objetos de fantasia ou extrato.

§ 1.º O guaraná não deverá perder por aquecimento em estufa a 100-110º C, durante duas horas, mais de 12% (doze por cento) do seu peso (unidade).

§ 2.º O pó, as sementes, os bastões, objetos de fantasia ou extrato, para serem entregues ao comércio sob a denominação de guaraná, deverão conter, no mínimo, 3% (três por cento) de cafeína (trimetilxantina) apresentando, além disso, todas as reações características dos componentes secundários do guaraná.

§ 3.º As características analíticas da bebida serão fixadas em regulamento.

Art. 5.º Ficam encarregados de zelar pela execução do disposto no presente Decreto-lei o Instituto de Fermentação, criado pelo Decreto-lei número 6.155, de 30 de dezembro de 1943, no que se refere à bebidas, xaropes e concentrados, e o Instituto Bromatológico e Serviços correspondentes nos Estados, na parte concernente a produtos destinados à alimentação e usos farmacêuticos.

Art. 6.º Aos infratores das disposições d'este Decreto-lei serão impostos pelos órgãos fiscalizadores, na forma do regulamento a ser expedido, multas de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 10.000,00 (quinhentos a dez mil cruzeiros), cobradas em dôbro na reincidência. No caso de reiteradas infrações, os órgãos fiscalizadores promoverão a cassação da marca de fábrica do produto destinado ao consumo público.

Art. 7.º O presente Decreto-lei, devidamente regulamentado, entrará em vigor em 1 de outubro de 1945.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apollonio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.670 — DE 25 DE JUNHO DE 1945

Altera a denominação da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pôrto Velho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada para "Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Guaporé" a denominação da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pôrto Velho, a que se refere o artigo 19 do Decreto-lei número 2.678, de 7 de outubro de 1940.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.671 — DE 25 DE JUNHO DE 1945

Autoriza o Ministro da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de Cr\$ 300.000.000,00 em moedas auxiliares e divisionárias, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de trezentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 300.000.000,00) em moedas auxiliares e divisionárias de que trata o art. 3.º do Decreto-lei n.º 4.791, de 5 de outubro de 1942.

Parágrafo único. Far-se-á a cunhagem na seguinte base:

Moeda	Quantidade		Importância
Dez centavos (Cr\$ 0,10)	40.000.000	Cr\$	4.000.000,00
Vinte centavos (Cr\$ 0,20)	80.000.000	Cr\$	16.000.000,00
Cinquenta centavos (Cr\$ 0,50) ..	40.000.000	Cr\$	20.000.000,00
Um cruzeiro (Cr\$ 1,00)	100.000.000	Cr\$	100.000.000,00
Dois cruzeiros (Cr\$ 2,00)	80.000.000	Cr\$	160.000.000,00
	<u>340.000.000</u>	<u>Cr\$</u>	<u>300.000.000,00</u>

Art. 2.º A cunhagem da importância referida no artigo anterior terá início imediatamente, em prosseguimento às de que tratam os Decretos-leis ns. 6.283 e 6.848, respectivamente, de 17 de fevereiro e 4 de setembro de 1944, obedecendo as moedas aos característicos estabelecidos nos Decretos-leis ns. 4.791, de 5 de outubro de 1942, 5.375, de 5 de abril de 1943, e 6.283 (art. 2.º), de 17 de fevereiro de 1944.

Art. 3.º As moedas mandadas cunhar na conformidade d'este Decreto-lei destinam-se a trocos e substituição de seu equivalente em cédulas do papel-moeda dilaceradas, as quais serão recolhidas à Caixa de Amortização e incineradas, bem como à substituição de moedas metálicas do antigo cunho, de acôrdo com as instruções que, nos termos do art. 8.º do Decreto-lei n.º 4.791, de 5 de outubro de 1942, forem baixadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.672 — DE 25 DE JUNHO DE 1945

Estabelece a abreviatura da palavra centavos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam estabelecidas as abreviaturas "ct." e "cts" para as palavras "centavo" e "centavos", indicativas de fração do cruzeiro.

Art. 2.º As importâncias em dinheiro inferiores a um cruzeiro (Cr\$ 1,00) poderão ser escritas simplificadaamente em algarismos seguidos da abreviatura de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.673. — DE 25 DE JUNHO DE 1945

Estende aos servidores dos Territórios o regime do salário-família

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Estende-se aos servidores dos Territórios Federais o regime do salário-família que vigorar para os servidores civis da União.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.674 — DE 25 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos desportos:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DAS ENTIDADES DESPORTIVAS

Art. 1.º Em cada entidade desportiva sujeita ao regime de organização e administração prescrito no Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, existirá, com a finalidade de acompanhar a gestão do órgão administrativo, um órgão fiscal instituído pela respectiva assembléia geral, ou conselho deliberativo, na forma dos respectivos estatutos.

§ 1.º Compete ao órgão fiscal de cada entidade desportiva, além de outras atribuições que os estatutos lhe designarem:

- a) examinar mensalmente os livros, documentos e balancetes;
- b) apresentar à assembléia geral, ou conselho deliberativo, parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo;
- c) fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Desportos e praticar os atos que este lhe atribuir;
- d) denunciar à assembléia geral, ou conselho deliberativo, erros administrativos ou qualquer violação da lei ou dos estatutos, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa em cada caso exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- e) convocar a assembléia geral, ou o conselho deliberativo, quando ocorrer motivo grave e urgente.

§ 2.º A responsabilidade dos membros do órgão fiscal por atos ou fatos ligados ao cumprimento de seus deveres obedecerá às regras que definem a responsabilidade dos membros do órgão administrativo.

§ 3.º O órgão fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação da assembléia geral, ou conselho deliberativo, do presidente da entidade desportiva, dos seus associados em número que os estatutos fixarem, ou de qualquer de seus próprios membros.

Art. 2.º Os membros do órgão administrativo não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da entidade desportiva na prática de ato regular de sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem em virtude de infração da lei ou dos estatutos.

Parágrafo único. A responsabilidade de que trata este artigo prescreve no prazo de dois anos, contados da data da aprovação, pela assembléia geral, ou conselho deliberativo, das contas e do balanço do exercício em que finde o mandato.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Desportos uniformizará os modelos de contabilidade das entidades desportivas e indicará os livros que lhes são necessários, para registro do movimento econômico e financeiro, inventário do patrimônio e transcrição dos atos, deliberações e pareceres dos órgãos de orientação, direção, administração e fiscalização.

Art. 4.º Será punido pelo Conselho Nacional de Desportos com a penalidade de suspensão temporária, ou com a de eliminação definitiva, das atividades desportivas, aquele que, no desempenho de função administrativa em entidade desportiva, onerar o patrimônio social com despesa resultante de atividades de desporto profissional, ou nessa despesa aplicar a receita ordinária, constituída das mensalidades dos associados, salvo expressa autorização da assembléia geral, ou conselho deliberativo.

Parágrafo único. A penalidade será aplicada mediante representação de qualquer associado, depois de ouvido o acusado.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO FINANCEIRA AOS DESPORTOS

Art. 5.º As caixas econômicas federais poderão operar em empréstimos de dinheiro, sob garantia hipotecária, a favor das entidades desportivas sujeitas ao regime de organização e administração prescrito no Decreto-lei número 3.199, de 14 de abril de 1941, mediante contrato isento do pagamento de selo e de qualquer outro gravame.

§ 1.º Os empréstimos realizar-se-ão ao prazo máximo de vinte e cinco anos, e poderão ser resgatados em prestações mensais do capital e dos juros, os quais não deverão ser superiores a nove por cento.

§ 2.º Não poderá ser atribuído a cada empréstimo valor superior a setenta por cento da garantia respectiva, de conformidade com o laudo de avaliação da instituição emprestadora.

§ 3.º A realização dos empréstimos subordinar-se-á ao processo adotado pelas caixas econômicas federais nas suas demais operações hipotecárias, salvo quanto à cobrança de comissões, emolumentos e direitos, que, a seu juízo, poderão ser reduzidos, como forma de cooperação para o desenvolvimento nacional dos desportos.

Art. 6.º Se não existir caixa econômica federal na unidade federativa em que estiver situada a garantia, os empréstimos poderão ser concedidos por instituição congênere da unidade federativa mais próxima, ouvido o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais a que se refere o art. 3.º do Decreto n.º 24.427, de 16 de julho de 1934.

Parágrafo único. No caso deste artigo, a emprestadora poderá designar fiscal de sua livre escolha, com as atribuições constantes do contrato hipotecário, para observar a aplicação dos empréstimos e acompanhar o serviço do seu pagamento.

Art. 7.º Nos empréstimos realizados de acordo com este Decreto-lei, as caixas econômicas federais não poderão inverter importância superior a dez por cento dos seus depósitos.

Parágrafo único. O produto da arrecadação das prestações mensais dos empréstimos poderá ser aplicado em novas operações da mesma modalidade.

Art. 8.º A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, por intermédio do Conselho Nacional de Desportos, e as demais caixas econômicas federais, através do competente conselho regional de desportos, darão às entidades desportivas conhecimento das condições a que serão subordinadas as operações de empréstimos.

Art. 9.º Não serão atendidos os pedidos de concessão de empréstimo encaminhados pelas entidades desportivas que não dispuserem de renda própria para o cumprimento das obrigações contratuais de pagamento, ou de garantia bastante, e os que se recusarem a atender às condições estabelecidas pela emprestadora.

Art. 10. As entidades desportivas habilitar-se-ão à concessão do empréstimo mediante autorização do Presidente da República, em requerimento encaminhado por intermédio do presidente do Conselho Nacional de Desportos.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Desportos, examinadas as condições de organização e funcionamento da entidade requerente, dará parecer sobre a sua eficiência desportiva, sobre a expressão social dos benefícios que distribui e sobre a utilidade da aplicação do empréstimo pedido.

Art. 11. A entidade desportiva que deixar de cumprir, por mais de sessenta dias, qualquer obrigação contratual de empréstimo realizado na forma deste Decreto-lei, sujeitar-se-á a regime de intervenção do Conselho Nacional de Desportos, mediante representação da caixa econômica federal emprestadora, e poderá ser punida com a pena de cassação da licença para funcionar, nos termos do art. 13 do Decreto-lei n.º 5.342, de 25 de março de 1943.

Parágrafo único. Na hipótese de cassação da licença para funcionar, a entidade desportiva entrará em liquidação judicial.

Art. 12. Os empréstimos destinar-se-ão à construção de praças de desportos e ao melhoramento de instalações desportivas, e poderão ser aplicados na liquidação de compromissos pecuniários da devedora, devidamente comprovados, sendo necessário, neste caso, que se realizem com a intervenção da caixa econômica federal emprestadora.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Conselho Nacional de Desportos baixará instruções que orientem a execução do presente Decreto-lei pelas entidades desportivas do país.

Art. 14. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.675 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Reorganiza o Tribunal Marítimo Administrativo e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Tribunal Marítimo Administrativo, órgão integrante do Ministério da Marinha, com sede no Distrito Federal, criado pelo Decreto n.º 20.829, de 29 de dezembro de 1931, passa a denominar-se Tribunal Marítimo e tem por finalidade:

I — definir a natureza, a extensão e a causa determinante dos acidentes e fatos da navegação;

II — fixar as responsabilidades em todos os acidentes e fatos da navegação e punir, administrativamente, os responsáveis;

III — aplicar as penalidades estabelecidas nesta Lei;

IV — manter o Registro Geral da Propriedade Marítima, da Hipoteca Naval e de outros ônus previstos em lei sobre embarcações brasileiras.

Art. 2.º Consideram-se acidentes de navegação, para os efeitos desta lei;

I — o naufrágio, encalhe, varação, arribada, abalroamento ou colisão, matroca, água aberta, alargamento;

II — acidentes em caldeiras, máquinas motoras, máquinas auxiliares, estrutura ou superestrutura da embarcação, aparelho de govêno, instrumentos de navegação;

III — explosões e incêndios;

IV — inavegabilidade técnica;

V — má estivação de carga, falta de resguardo à carga, furto, violação ou alijamento da carga;

VI — todos os fatos que afetem a integridade da embarcação, fazendas e vidas de bordo, e os que se apresentarem com gravidade tal que ponham em risco a segurança da embarcação, o seu carregamento, as vidas de bordo.

Art. 3.º Equiparam-se aos acidentes de navegação referidos no artigo anterior:

I — a recusa injustificada de assistência solicitada por embarcação em perigo;

II — o mau aparelhamento ou impropriedade da embarcação para o fim a que foi destinada, deficiência de tripulação, alteração de derrota, desconforto de passageiros, violação dos contratos com o Estado na parte referente ao transporte de malas postais, armas, munições, tropas, valores;

III — todos os casos em que fôr alegada a responsabilidade dos armadores por infração às leis, regulamentos, usos e costumes atinentes aos deveres que a sua qualidade lhes impõe, no que concerne à navegação e operações conexas.

Art. 4.º As decisões do Tribunal Marítimo não eximirão das responsabilidades civil ou criminal os agentes responsáveis pelos acidentes e fatos da navegação.

Art. 5.º Nas causas relativas aos acidentes da navegação definidos nesta lei, as perícias de natureza técnica são privativas do Tribunal Marítimo, cujas decisões em matéria de fato se presumem verdadeiras e somente quando incidirem em erro manifesto poderão ser revistas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Art. 6.º O Tribunal Marítimo exercerá sua jurisdição sobre:

I — as embarcações mercantes de qualquer nacionalidade, em águas brasileiras;

II — as embarcações mercantes nacionais, em alto mar, ou em águas estrangeiras;

III — o pessoal da Marinha Mercante brasileiras, na forma prevista pelo regulamento para as Capitânicas de Portos, e sobre os marítimos estrangeiros quando em território brasileiro.

Parágrafo único. Equiparam-se aos marítimos as pessoas que, embora não matriculadas como tais, estejam, de fato, em função que deva ser exercida por marítimo.

Art. 7.º O Tribunal Marítimo aplicará as seguintes penas:

I — repreensão;

II — multa de Cr\$ 250,00 a Cr\$ 100.000,00;

III — suspensão do exercício profissional;

IV — inaptidão para o exercício da profissão marítima;

V — inaptidão para o exercício da atividade na navegação mercante, ou em serviços a ela vinculados.

Art. 8.º As penalidades, graduadas na ordem em que se encontram no artigo anterior, serão aplicadas atendendo-se à extensão do dolo ou gravidade da falta, circunstâncias e conseqüências do evento, antecedentes e condições econômicas do agente.

Art. 9.º As penalidades previstas nesta lei aplicam-se, ainda, nos casos de fraude no registro da propriedade marítima.

Parágrafo único. A competência para aplicar penalidade, no caso deste artigo, caberá ao Presidente do Tribunal Marítimo, com recurso voluntário para o Tribunal.

Art. 10. O Tribunal Marítimo constituir-se-á de sete membros com a denominação de Juizes, sendo:

I — O Diretor Geral da Marinha Mercante;

II — um Capitão de Mar e Guerra do corpo de oficiais da Armada, da ativa, da reserva ou reformado, convocado;

III — um oficial superior do Corpo de Engenheiros Navais, da ativa, da reserva ou reformado, convocado;

IV — um doutor ou bacharel em Direito, especializado em Direito Marítimo;

V — um doutor ou bacharel em Direito, especializado em Direito Internacional;

VI — um especialista em armação de navios e navegação comercial;

VII — um Capitão de Longo Curso, com mais de dez anos de comando em navio mercante nacional.

Parágrafo único. A Presidência será exercida pelo Diretor Geral da Marinha Mercante.

Art. 11. Haverá, junto ao Tribunal Marítimo, uma Procuradoria, composta de um Procurador e um adjunto de Procurador, os quais exercerão os seus cargos em caráter efetivos.

Art. 12. A nomeação de Procurador recairá em doutor ou bacharel em Direito, com cinco anos, pelo menos, de formação e de tirocínio forense, e com prática de legislação naval e marítima; e a de Adjunto de Procurador recairá em doutor ou bacharel em Direito, com dois anos, pelo menos, de formação e tirocínio forense.

Art. 13. O Tribunal Marítimo terá uma Secretaria composta de três Seções, chefiada por um Diretor.

Art. 14. Não poderão ter assento no Tribunal Marítimo, simultaneamente, parentes consanguíneos ou afins na linha ascendente ou colateral, até segundo grau.

§ 1.º Essa proibição estende-se ao Procurador e Adjunto de Procurador.

§ 2.º A incompatibilidade se resolverá, antes da posse, contra o último nomeado, ou contra o mais moço, caso sejam da mesma data as nomeações.

Art. 15. Os ocupantes dos cargos de Juiz do Tribunal Marítimo poderão optar pelos vencimentos dos cargos efetivos que ocuparem ou pelo sôlido dos postos que tiverem.

Parágrafo único. Quando optarem pelos vencimentos dos cargos efetivos ou pelo sôlido dos postos, perceberão, no Tribunal Marítimo, a gratificação de Cr\$ 100,00 por sessão a que comparecerem, até o máximo de dez por mês.

Art. 16. O Presidente do Tribunal Marítimo perceberá, a título de representação, uma gratificação fixa anual de Cr\$ 12.000,00.

Art. 17. Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

6 Juizes — (T.M.) — padrão P.

1 Diretor — (Secret. — T.M.) — padrão N.

Art. 18. Fica aberto ao Ministério da Marinha, no anexo n.º 19, do Orçamento Geral da República para o ano de 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 220.500,00 (duzentos e vinte mil e quinhentos cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente:	Cr\$
Subconsignação 01 — Pessoal Permanente	213.500,00
Consignação III — Vantagens:	
Subconsignação 14 — Gratificação de representação	7.000,00

Art. 19. Continuam em vigor os dispositivos do Decreto n.º 20.829, de 29 de dezembro de 1931 e do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 24.585, de 5 de julho de 1934, que, explícita ou implicitamente, não contrariem os do presente Decreto-lei.

Art. 20. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Henrique A. Guilhem

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.676 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Prorroga, por mais seis meses, a vigência do Decreto-lei n.º 5.626, de 28 de junho de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1945 a vigência do Decreto-lei n.º 5.626, de 28 de junho de 1943, que suspendeu, por seis

meses, a cobrança dos direitos e taxas que incidem sobre o cloreto de sódio, classificado no art. 1.042 da atual Tarifa das Alfândegas.

Parágrafo único. A importação do cloreto de sódio, a que se refere este artigo, dependerá de prévia autorização do Coordenador da Mobilização Econômica, que a concederá, em casos excepcionais, quando as necessidades da região a que se destina o produto não possa ser suprida, por dificuldades de transporte, com o produto nacional.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.677 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Prorroga, até 31 de dezembro de 1945, as disposições dos Decretos-leis que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam prorrogadas até 31 de dezembro de 1945 as disposições do Decreto-lei n.º 6.364, de 23 de março de 1944, na parte referente ao leite fresco esterilizado, concentrado ou não, sem açúcar; condensado, concentrado, com açúcar; em pó, tableoides ou em outro estado, com ou sem açúcar, classificados no art. 98, e as do Decreto-lei n.º 6.629, de 26 de junho, também de 1944, na parte relativa à manteiga de leite, classificada no art. 100, e a queijos de qualquer tipo, classificados no art. 107, tudo da classe 4.ª da atual Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º A isenção estabelecida pelos diplomas legais indicados no artigo anterior fica dependendo de licença prévia da Comissão Executiva do Leite, no Distrito Federal, e das Comissões de Abastecimento dos Estados e dos Territórios Federais ou dos órgãos correspondentes das unidades da Federação que não possuem Comissão de Abastecimento, de maneira a resguardar os interesses da produção nacional e as conveniências de preços para os consumidores.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.678 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Altera o enunciado de rubricas do Plano de Obras e Equipamentos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no anexo 12 do Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944, que organiza a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1945:

Consignação I — Obras

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

10/01 — Passa de 1.^a Companhia Rodoviária Independente
Para Comissão Construtora de Estradas de Rodagem
n.º 4 — (C.E.R. 4).

10/02 — Passa de 3.^a Companhia Rodoviária Independente
Para Comissão Construtora de Estradas de Rodagem
n.º 5 — (C.E.R. 5).

10/05 — Passa de 4.º Batalhão Rodoviário
Para Comissão Construtora de Estradas de Rodagem
n.º 3 — (C.E.R. 3).

13 — Passa de Comissão Construtora de Estradas de Rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catarina
Para Comissão Construtora de Estradas de Rodagem
n.º 1 — (C.E.R. 1).

43 — Passa de Comissão Construtora da Rodovia São Paulo-Cuiabá
Para Comissão Construtora de Estradas de Rodagem
n.º 2 — (C.E.R. 2).

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

Eurico G. Dutra

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.679 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Reduz taxas postais aéreas internacionais e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que à redução do custo do transporte aéreo de correspondência postal entre as Américas deve corresponder redução das respectivas taxas cobradas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos;

Considerando, também, a vantagem de ordem econômica para o público resultante de providência dessa natureza, e

Considerando, ainda, a conveniência em favorecer o desenvolvimento das relações sociais, comerciais e bancárias com os países do continente ame-

ricano, por intermédio do Correio Aéreo, mediante pagamento de taxas reduzidas, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As taxas postais aéreas internacionais, aplicáveis aos quatro primeiros grupos de países constantes do quadro do artigo 8.º da tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos, ficam reduzidas para:

1.º Grupo	Cr\$ 1,30
2.º Grupo	Cr\$ 1,70
3.º Grupo	Cr\$ 2,20

§ 1.º Para efeito de cobrança das taxas postais aéreas, os atuais 3.º e 4.º grupos passarão a constituir grupo único.

§ 2.º Não sofrem alteração as taxas correspondentes aos demais grupos de países constantes daquela tarifa.

Art. 2.º Fica o Ministro da Viação e Obras Públicas autorizado a determinar os países que devam constituir os grupos correspondentes a cada taxa, bem como a fixar as unidades de peso da correspondência aérea e a remuneração, em moeda nacional, devida às empresas aeroviárias comerciais pelo transporte, na forma do artigo 37 da tarifa geral em vigor.

Art. 3.º As novas taxas aéreas ora estabelecidas deverão entrar em vigor a 1 de agosto do corrente ano.

Art. 4.º Ficam revogados, a partir da data indicada no artigo anterior, o artigo 8.º, as taxas nêle fixadas para os grupos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, e os artigos 41 e 42 da Lei n.º 537, de 11 de outubro de 1937, bem como as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.680 — DE 26 DE JUNHO DE 1945

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 108.000,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, do Anexo 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 14 — Gratificação de Representação

00 — Pessoal Civil

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 108.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.681 — DE 27 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 786.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de setecentos e oitenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 786.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n.º 15 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS e ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 52 — Serviços de Saúde e Higiene

34 — Departamento Nacional de Saúde

23 — Serviço de Saúde dos Portos

a) Serviço de desinfestação de aeronaves Cr\$ 786.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.682 — DE 27 DE JUNHO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 7.367, de 8 de março de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, pela forma abaixo, o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 7.367, de 8 de março de 1945:

Classe 6.^a — Lã

Arts.	Mercadorias	Em bruto ou preparada Unidades	Direitos Gerais Mínimos	
			Cr\$	Cr\$
133	Em bruto	Kg. P.B.	3,40	2,80

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.683 — DE 27 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 à Verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente Orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n.º 14 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c n.º 25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação.

25) Serviço Florestal Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.684 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Para atender à despesa com o provimento dos vinte e um cargos da carreira a que se refere este decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 223.800,00 (duzentos e vinte e três mil e oitocentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 00 — Pessoal Civil, 77 — Quadros do Ministério.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
QUADRO PERMANENTE

278

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Oficial Admi- nistrativo</i>						<i>Oficial Admi- nistrativo</i>				
17	L	—	—	Q.P.	25	L	—	8	
28	K	—	—	Q.P.	35	K	—	7	
40	J	—	—	Q.P.	46	J	—	6	
61	I	—	—	Q.P.	58	I	3	—	
92	H	—	4	Q.P.	74	H	14	—	
238				4		238			17	21	

DECRETO-LEI N.º 7.685 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a vigência do Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Considerando a exiguidade do prazo de 30 dias fixado para a regulamentação do Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945, e tendo em vista, por outro lado, que as classes produtoras manifestaram o desejo de colaborar e oferecer sugestões, decreta:

Art. 1.º O Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945, entrará em vigor no dia 1 de agosto do corrente ano.

Art. 2.º Os atos a que se refere o art. 9.º do Decreto-lei n.º 7.666, serão registrados pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio e pelas Juntas Comerciais, e comunicados ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamenon Magalhães
Henrique A. Guilhem
Eurico G. Dutra
José Roberto de Macedo Soares
A. de Souza Costa
João de Mendonça Lima
Apolonio Salles
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.686 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 252.900,00, para o fim que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 252.900,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros), para atender, no período compreendido entre 1 de outubro de 1944 e 31 de dezembro de 1945, ao pagamento de diferenças de vencimento que foram asseguradas a funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em virtude do Acórdão por este proferido na Apelação Cível n.º 8.190.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamenon Magalhães
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.687 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Prorroga até 31 de agosto de 1945 o prazo fixado no art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de agosto p. futuro o prazo estabelecido no art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945.

Parágrafo único. A prorrogação ora concedida não importa a concessão de novos benefícios, compreendendo tão só as dívidas fiscais contraídas até a data do início de vigência do citado Decreto-lei.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1945. 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.688 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Dispõe sobre a inatividade dos oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (C.F.N.) que atingirem o número um da escala, com mais de quatro anos de posto, e não possuírem os requisitos para o acesso, serão transferidos para a Reserva Remunerada.

Art. 2.º E criada a Reserva Ativa do Corpo de Fuzileiros Navais, onde poderão ser classificados, por decreto, a critério do Governo, os oficiais nas condições do art. 1.º, de posto inferior a Capitão de Fragata.

Art. 3.º Os oficiais classificados na Reserva Ativa do C.F.N., não poderão exercer, em tempo de paz, função de comando de tropa e serão designados para cargos de natureza administrativa, correspondentes às suas graduações.

Art. 4.º O posto mais elevado na Reserva Ativa do C.F.N. será o de Capitão de Corveta.

Art. 5.º Para as promoções a cada um dos postos da Reserva Ativa do C.F.N., serão exigidos os seguintes requisitos:

- a) interstício de cinco anos, sendo um pelo menos na Reserva Ativa do C.F.N.;
- b) tempo de serviço no posto, maior que o dos oficiais do C.F.N. do mesmo posto;
- c) aptidão física julgada em inspeção de saúde.

Parágrafo único. Não será promovido o official que, embora satisfazendo os requisitos acima, incidir nas disposições das letras *b*, *c*, *d* e *e*, do art. 8.º.

Art. 6.º O tempo de serviço na Reserva Ativa do C.F.N. será computado da mesma forma que no serviço activo e, para os efeitos do art. 10, só será ele adicionado ao de actividade, se o official tiver mais de um anno de serviço naquella Reserva.

Art. 7.º Os vencimentos dos officiaes classificados na Reserva Ativa do C.F.N., serão iguaes aos dos officiaes do mesmo posto do Serviço Activo.

Art. 8.º Os officiaes da Reserva Ativa do C.F.N. perderão esta classificação, nos seguintes casos:

- a) a requerimento do próprio official;
- b) por ter sido denunciado e aceita a denúncia;
- c) por ter sido julgado incapaz em informações confidenciaes das autoridades sob cujas ordens tiver servido;
- d) pelo afastamento do serviço, por qualquer motivo, por mais de dois annos consecutivos ou interrompidos;
- e) pelos motivos que forçam à aggregação os officiaes do serviço activo;
- f) por conveniência da Administração Naval;
- g) Pelo disposto no art. 9.º.

Parágrafo único. Aqueles que, por qualquer dos motivos acima, perderem a classificação na Reserva Ativa do C.F.N., serão transferidos para a Reserva Remunerada e não poderão mais reverter àquella Reserva.

Art. 9.º O Capitão de Corveta da Reserva Ativa do C.F.N., cujo tempo de serviço, computável para a inactividade, lhe assegurar os vencimentos integraes na Reserva Remunerada, será transferido compulsoriamente para esta Reserva.

Art. 10. Os officiaes da Reserva Ativa do C.F.N., ao serem transferidos para a Reserva Remunerada ou reformados, terão os seus vencimentos, na inactividade, calculados sobre os vencimentos que percebiam naquella Reserva.

§ 1.º Os officiaes da Reserva Ativa do C.F.N., serão reformados nos mesmos casos previstos para os officiaes da Activa ou da Reserva Remunerada.

§ 2.º O montepio dos officiaes assim classificados, será calculado de acôrdo com os vencimentos que perceberem na Reserva Ativa do C.F.N.

§ 3.º O tempo de serviço na Reserva Ativa do C.F.N., será levado em consideração para efeitos de montepio e para o cálculo do número de quotas dos vencimentos na inactividade.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Henrique A. Guilhem

DECRETO-LEI N.º 7.689 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a celebrar contrato com o Governo do Estado de São Paulo, para a exploração do Aeroporto de Congonhas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Aeronáutica autorizado a, mediante contrato, fazer concessão, ao Governo do Estado de São Paulo, para fins de manutenção, aparelhamento e exploração, do aeroporto de sua Capital, situado em Congonhas.

Art. 2.º O prazo da concessão será aquele que, por entendimento mútuo, fôr julgado como o necessário à justa redistribuição dos capitais investidos, não podendo exceder a 30 anos.

Art. 3.º O contrato estipulará o mínimo de obras, melhoramentos e instalações que o concessionário se obrigará, desde logo a realizar, estimando-se o seu valor para efeito da fixação do prazo a que se refere o artigo anterior, em função das taxas de utilização que forem estabelecidas e só poderão ser cobradas a começar de data prefixada.

Art. 4.º O concessionário obrigará-se a introduzir nas instalações do Aeroporto, modernizando-as, os aperfeiçoamentos que se tornarem aconselháveis em virtude das vantagens oferecidas com o seu emprêgo em outros grandes países, a juízo do Ministério da Aeronáutica.

Art. 5.º Será determinado em uma das cláusulas do contrato que a direção e a fiscalização do tráfego, caberão ao Ministério da Aeronáutica por seus órgãos competentes.

Art. 6.º O contrato obedecerá às estipulações contidas no Decreto número 20.914, de 6 de janeiro de 1932 e no Decreto-lei n.º 438, de 8 de junho de 1938.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.690 — DE 29 DE JUNHO DE 1945

Concede à Legião Brasileira de Assistência isenção de todos os impostos federais e municipais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à Legião Brasileira de Assistência isenção de todos os impostos da União e da Prefeitura do Distrito Federal.

Parágrafo único. A isenção protege todos os bens, rendas e serviços da referida Sociedade, assim como todas as operações em que figure como doadora, adquirente ou cessionária de bens ou direitos de qualquer natureza.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.691 — DE 29 DE JUNHO DE 1945

Prorroga os prazos a que se referem os arts. 4.º e 13 do Decreto-lei n.º 7.449, que dispõe sobre a organização da vida rural

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta :

Art. 1.º Ficam prorrogados por sessenta (60) dias os prazos a que se referem os arts. 4.º e 13 do Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Agamemnon Magalhães.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.692 — DE 30 DE JUNHO DE 1945

Autoriza o Ministério da Fazenda a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná, terras da Fazenda São Jerônimo, pertencente ao Domínio da União, mediante as condições que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica o Ministério da Fazenda autorizado a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná, as terras da Fazenda São Jerônimo, no citado Estado do Paraná, de propriedade da União, pela doação feita ao Governo Imperial pelo Barão de Antonha, primitivo proprietário da mesma fazenda, para na mesma ser pelo dito Governo Imperial estabelecido um aldeamento de indígenas, o que foi feito e posteriormente mantido pelo Governo Federal, até a presente data, respeitadas as divisas atuais desse imóvel.

Art. 2.º — A cessão de que trata o artigo anterior será feita nas bases do acordo a ser celebrado entre o Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Proteção aos Índios e a Interventoria Federal no Estado do Paraná, mediante o respectivo termo a ser lavrado na Diretoria do Domínio da União do Ministério da Fazenda, bases essas que serão, previamente, aprovadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — Dessas terras, assim cedidas ao Estado do Paraná, ficará reservada para o estabelecimento dos índios, ali atualmente localizados no Posto Indígena "Barão de Antonina" do referido Serviço de Proteção aos Índios,

a área de 4.840 hectares, equivalentes a 48.400.000 m² (quarenta e oito milhões e quatrocentos mil metros quadrados), de acôrdo com o artigo 8.º do Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928, numa única, ou em mais de uma gleba, no lugar ou lugares, da referida fazenda, escolhidos pelo Serviço de Proteção aos Índios para o estabelecimento dos referidos índios.

Art. 4.º — No caso de extinção do citado estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios, a gleba, ou glebas assim reservadas, reverterão ao patrimônio da União, com todos os edifícios, construções, instalações e benfeitorias existentes, ou que venham a existir, no local.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.693 — DE 30 DE JUNHO DE 1945

Eleva o vencimento de cargo isolado, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, do padrão H para o padrão K, o vencimento do cargo isolado, de provimento efetivo, de Radiotelegrafista do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica, anexo n.º 13, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica Cr\$ 5.850,00

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.694 — DE 30 DE JUNHO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 7.190, de 22 de dezembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado o Decreto-lei n.º 7.190, de 22-12-44, que transformou, criou e suprimiu cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para o efeito de condicionar o provimento de um cargo de Professor (Geografia e História — E.T.S. Paulo — D.E.I. — D.N.E.) à supressão de uma função de Professor do Ensino Industrial (Geografia e História), referência XX, da Tabela Suplementar da Escola Técnica de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.695 — DE 30 DE JUNHO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 653,30, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 653,30 (seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 12 de novembro a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Haroldo Lisboa da Cunha, Professor Catedrático (C.P. II), padrão L, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.696 — DE 30 DE JUNHO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para o Serviço de Documentação, a função gratificada de Secretário do Diretor (S.D.E.) com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Para atender, no segundo semestre do corrente exercício, à despesa com o disposto no artigo anterior, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde, Anexo 15, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.697 — DE 3 DE JULHO DE 1945

Altera a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar no mesmo Ministério e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 7.698 — DE 3 DE JULHO DE 1945

Altera a carreira de Arquivista do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 7.699 — DE 3 DE JULHO DE 1945

Prorroga o prazo mencionado no artigo 23 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até o dia 31 de julho de 1945 o prazo para a remessa da relação exigida no art. 23 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

José Roberto de Macedo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

APENSO

Figuram neste apenso

- I - os decretos-leis que expedidos em trimestres anteriores foram publicados depois do segundo dia útil do segundo trimestre de 1945.
- II - as reproduções e as retificações publicadas no segundo trimestre de 1945, referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

DECRETO-LEI N.º 7.306 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre a exportação de artigos têxteis

RETIFICAÇÃO

Na referenda, onde se lê:

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.

Leia-se:

Alexandre Marcondes Filho.
P. Leão Veloso.
A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.315-A — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre a requisição, ocupação e desapropriação de imóveis destinados à defesa nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As ações ou demandas judiciais por parte daqueles que aleguem domínio e posse de imóveis desapropriados ou requisitados, para fins de defesa nacional, só poderão ser intentados contra a União Federal.

Art. 2.º As causas já propostas contra empresas incumbidas de construção ou aparelhamento de obras de defesa nacional, serão desaforadas para o Juízo dos Feitos da Fazenda Pública ou, na ausência deste, para a autoridade judicial competente, na forma do art. 143 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939, desde que a União Federal seja interessada.

Art. 3.º Os pedidos de indenização, fundados em requisição ou ocupação de imóveis, nas condições estabelecidas no art. 1.º, continuarão a ser apreciados e julgados pela Comissão Central de Requisições, de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 5.275, de 24 de fevereiro de 1943.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Joaquim Pedro Salgado Filho

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.º 7.425 — DE 29 DE MARÇO DE 1945

Autoriza a Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul a alienar o imóvel que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que lhe expôs o Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica a Rêde de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul autorizada a vender a Olmiro Brandão, pela quantia de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros, o terreno com a área de 78.437m2,80 (setenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete metros e oitenta decímetros quadrados), situado à margem esquerda da linha de Santa Maria a Porto Alegre, retificada pela variante denominada "Barreto a Diretor Augusto Pestana", imóvel representado na planta que ora baixa, em duas vias, e cujas confrontações constam do documento que a acompanha.

Art. 2.º O produto da venda será incluído na receita geral da Rêde como renda eventual e apurado em tomada de contas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.426 — DE 31 DE MARÇO DE 1945

Define caso de utilidade pública, nos termos da letra "p" do art. 5, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para os efeitos e nos termos da alínea p do art. 5, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, é considerado de utilidade pública a aquisição de bens destinados ao exercício das atividades da entidade a que

se refere o Decreto n.º 6.693, de 14 de julho de 1944, ou a simples constituição ou ampliação do seu patrimônio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO LEI N.º 7.427 — DE 31 DE MARÇO DE 1945

Dispõe sobre a jurisdição das Repartições consulares do Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição, que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto perdurar o estado de anormalidade proveniente da presente guerra, fica sem efeito o artigo 24 do Decreto-lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938, no que diz respeito à jurisdição das Repartições Consulares.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Velloso.

1945
IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1945 — VOLUME V

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE JULHO A SETEMBRO

1945

IMPrensa NACIONAL

RIO DE JANEIRO — BRASIL

INDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

- 7.700 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Dispõe sobre o afastamento dos membros dos Tribunais Regionais e Juizes Eleitorais — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1945 3
- 7.701 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Prorroga o prazo que trata o Decreto-lei n.º 7.509, de 5 de junho de 1945, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 de julho de 1945 3
- 7.702 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00 à verba que especifica — Publicado no D. O. de 7 de julho de 1945 4
- 7.703 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 440.000,00, para despesas com a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) Publicado no D. O. de 7 de julho de 1945 4
- 7.704 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.700,00, para pagamento de serviços e fornecimentos feitos em proveito do Ministério da Agricultura — Publicado no D. O. de 7 de julho de 1945 4
- 7.705 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Sociedade Recreio dos Anciãos para Asilo da Velhice Desamparada, dos impostos que menciona — Publicado no D. O. de 6 de julho de 1945 5

- 7.706 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar o imóvel que menciona — Publicado no *D.O.* de 7 de julho de 1945 .. 5
- 7.707 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona — Publicado no *D.O.* de 7 de julho de 1945 5
- 7.708 — JUSTIÇA DO TRABALHO — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Isenta do serviço do júri os magistrados da Justiça do Trabalho — Publicado no *D. O.* de 7 de julho de 1945 6
- 7.709 — GUERRA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Cria, no Exército, a medalha "Sangue do Brasil" — Publicado no *D.O.* de 12 de julho de 1945 6
- 7.710 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1945 — Dispõe sobre a Pagadoria do Tesouro Nacional — Publicado no *D.O.* de 7 de julho de 1945 7
- 7.711 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, em favor da Comissão Executiva Têxtil — Publicado no *D.O.* de 9 de julho de 1945 7
- 7.712 — AERONAUTICA — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Altera disposição do Decreto-lei número 7.439, de 4 de abril de 1945 — Publicado no *D. O.* de 9 de julho de 1945 7
- 7.713 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Erige em monumento nacional a cidade de Mariana — Publicado no *D. O.* de 9 de julho de 1945 3
- 7.714 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.299.160,10, para pagamento devido à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro — Publicado no *D. O.* de 9 de julho de 1945 3
- 7.715 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Transfere à Comissão que fôr criada pelo Estado do Rio Grande do Sul as atribuições conferidas à Comissão criada por Decreto de 7 de março de 1945 — Publicado no *D. O.* de 9 de julho de 1945 3
- 7.716 — JUSTIÇA — VIAÇÃO AGRICULTURA — TRABALHO — Decreto-lei de 6 de julho de 1945 — Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945 — Publicado no *D. O.* de 9 de julho de 1945 9
- 7.717 — GUERRA — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Altera a letra *b*, do § 3.º, do art. 144, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército — Pu-

- blicado no *D. O.* de 11 de julho de 1945 13
- 7.718 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Dispõe sobre a situação profissional de dentistas diplomados por faculdades que funcionaram com autorização dos governos estaduais. — Publicado no *D. O.* de 11 de julho de 1945 13
- 7.719 — TRABALHO — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Modifica o sistema de contribuição para o custeio do Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS — e dá outras providências. — Publicado no *D.O.* de 11 de julho de 1945 14
- 7.720 — TRABALHO — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Determina a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.—Publicado no *D.O.* de 11 de julho de 1945 14
- 7.721 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Prorroga o prazo para conclusão das obras do porto de Mucuripe. — Publicado no *D. O.* de 11 de julho de 1945. 15
- 7.722 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 9 de julho de 1945 — Altera carreiras do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. — Publicado no *D.O.* de 11 de julho de 1945. 15
- 7.723 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de julho de 1945 — Suspende os efeitos dos Decretos-leis ns. 3.911, de 9 de dezembro de 1941, e 4.166, de 11 de março de 1942, em relação às pessoas físicas italianas, residentes no Brasil, e dá outras providências. — Publicado no *D.O.* de 12 de julho de 1945 18
- 7.724 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de julho de 1945 — Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das franqueiras, e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 12 de julho de 1945 18
- 7.725 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de julho de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no *D.O.* de 13 de julho de 1945 19
- 7.726 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de julho de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, a carreira de Dactiloscopista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no *D.O.* de 13 de julho de 1945. 20
- 7.727 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 11 de julho de 1945 — Altera denominação de especialidade na Tabela n.º 17 do Decreto-lei n.º 4.162, de 9 de março de 1942 — Publicado no *D.O.* de 13 de julho de 1945 22

- 7.728 — FAZENDA — JUSTIÇA
— Decreto-lei de 11 de julho de 1945 — Autoriza, o Ministério da Fazenda a permutar o direito preferencial ao aforamento dos terrenos de acrescidos de marinha, que menciona, pelo domínio útil, de propriedade da Companhia Usinas Nacionais, dos terrenos que constituem a quadra compreendida entre a Rua João Francisco, Rua Barão de Iguateemi, Rua Santa Filomena e Travessa Doutor Araújo, todos situados no Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 de julho de de 1945 22
- 7.729 — JUSTIÇA — MARINHA GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 12 de julho de 1945 — Dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 23
- 7.730 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 12 de julho de 1945 — Dispõe sobre a aposentadoria e licença dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 ... 25
- Distrito Federal a realizar a permuta que menciona — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 26
- 7.732 — JUSTIÇA — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1945 — Incorpora ao patrimônio da União o imóvel que especifica e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 . . . 27
- 7.733 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 4.030,00 para pagamento de gratificação de representação — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 27
- 7.734 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1945 — Cria a 2.^a coletoria federal do município de Goiânia, no Estado de Goiás, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14 de julho de 1945 ... 28
- 7.735 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Abre crédito Suplementar ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio — Publicado no D.O. de 16 julho de 1945 28
- 7.736 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — EDUCAÇÃO — AGRICULTURA — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Considera incorporadas ao vencimento ou remunera-

- ção, para efeito do provimento de aposentadoria, as diferenças asseguradas em lei — Publicado no D. O. de 16 de julho de 1945 28
- 7.737 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Concede aforamento à sociedade civil “Aloisianum” do terreno acrescido de marinha que menciona, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 16 de julho de 1945 29
- 7.738 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Dispõe sobre vencimentos de cargos isolados do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no D. O. de 16 de julho de 1945 30
- 7.739 — AERONAUTICA — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Altera a carreira de Engenheiro de Obras do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 16 de julho de 1945 31
- 7.740 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Altera carreiras dos Quadros I e VI do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 17 de julho de 1945 33
- 7.741 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Dispõe sobre a carreira de Oficial Administrativo do Ministério da Educação e Saúde — Publicado no D. O. de 17 de julho de 1945 36
- 7.742 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de julho de 1945 — Transfere para o Quadro Suplementar funções gratificadas do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde — Publicado no D. O. de 17-7-45 38
- 7.743 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1945 — Altera carreiras, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no D. O. de 21 de julho de 1945 38
- 7.744 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 28.000,00, à verba que especifica — Publicado no D. O. de 17 de julho de 1945 40
- 7.745 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1945 — Classifica a Delegacia do Trabalho Marítimo, com sede no porto da Foz do Iguaçu, Território do Iguaçu, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 19 de julho de 1945 .. 40
- 7.746 — AERONAUTICA — Decreto-lei de 16 de julho de 1945 — Autoriza a aquisição de terrenos em Belém, Estado do Pará, destinados ao Ministério da Aeronáutica — Publicado no D. O. de 19 de julho de 1945 ... 40
- 7.747 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1945 — Dá nova redação ao art. 170 e seus parágrafos, do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943 — Publicado no D. O. de 19 de julho de 1945 41

- 7.748 — FAZENDA — AGRI-
CULTURA — Decreto-
lei de 17 de julho de 1945
— Suspende a vigência
de artigos do Decreto-
lei n.º 6.938, de 7 de ou-
tubro de 1944 — Publi-
cado no D. O. de 20 de
julho de 1945 41
- 7.749 — FAZENDA — Decreto-lei
de 17 de julho de 1945
1945 — Modifica a de-
nominacão e reestrutu-
ra a carreira de Médi-
co Clínico, do Quadro
Permanente do Minis-
tério da Fazenda —
Publicado no D. O. de
20 julho de 1945 41
- 7.750 — JUSTIÇA — Decreto-lei
de 17 de julho de 1945
— Torna possível ao
eleitor, nas capitais dos
Estados e no Distrito
Federal, até o ato da
inscrição, escolher o do-
micílio eleitoral — Pu-
blicado no D. O. de 20
de julho de 1945 43
- 7.751 — VIAÇÃO — FAZENDA
Decreto-lei de 17 de ju-
lho de 1945 — Cria fun-
ção gratificada no Qua-
dro III — Parte Per-
manente — do Minis-
tério da Viação e Obras
Públicas e dá outras
providências — Publi-
cado no D. O. de 20
de julho de 1945 43
- 7.752 — VIAÇÃO — Decreto-lei
de 17 de julho de 1945
— Altera carreiras do
Quadro IV, extinto, do
Ministério de Viação e
Obras Públicas e dá
outras providências —
Publicado no D. O. de
20 de julho de 1945 —
Retificado no D. O. de
30 de julho de 1945 ... 43
- 7.753 — TRABALHO — FAZEN-
DA — Decreto de 17
de julho de 1945 — Cria
função gratificada no
Quadro Único do Minis-
tério do Trabalho, In-
dústria e Comércio e
dá outras providências
— Publicado no D.O. de
20 de julho de 1945.... 46
- 7.754 — TRABALHO — Decre-
to-lei de 17 de julho de
1945 — Altera a carri-
eira de Almoxarife do
Quadro Único do Minis-
tério do Trabalho, In-
dústria e Comércio —
Publicado no D.O. de
20 de julho de 1945.... 46
- 7.755 — GUERRA — Decreto-
lei de 17 de julho de
1945 — Altera e trans-
fere para o Quadro
Permanente a carreira
de Mestre de Oficina
de Material Bélico, do
Quadro Suplementar do
Ministério da Guerra;
altera a carreira de Mo-
torista, do mesmo Qua-
dro, e dá outras provi-
dências — Publicado no
D.O. de 20 de julho
de 1945..... 48
- 7.756 — JUSTIÇA — Decreto-
lei de 19 de julho de
1945 — Dispõe sobre a
admissão de pessoal pa-
ra os órfãos eleitorais —
Publicado no D.O. de 21
de julho de 1945..... 51
- 7.757 — JUSTIÇA — FAZENDA
Decreto-lei de 19 de ju-
lho de 1945 — Altera a
carreira de Dactilógrafo
do Quadro da Justiça
— Parte Permanente
— do Ministério da Jus-
tiça e Negócios Interio-
res e dá outras provi-
dências — Publicado no
D.O. de 21 de julho de
1945 51

- 7.758 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de julho de 1945 — Dispõe sobre a Junta Consultiva do Imposto de Consumo (J. C.I.C.), e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1945..... 53
- 7.759 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de julho de 1945 — Cria e inclui um cargo de Ajudante do Tesoureiro (Tesouro Nacional Padrão 23, no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1945..... 53
- 7.760 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de julho de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1945 53
- 7.761 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Revoga o Decreto n.º 23.535, de 4 de dezembro de 1933 — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1945 Ret. D.O. de 27 de julho de 1945..... 54
- 7.762 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 Altera a letra b do artigo 1.º do Decreto-lei número 7.466, de 16 de abril de 1945 — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1945..... 54
- 7.763 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1945..... 54
- 7.764 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Cria funções no Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1945..... 56
- 7.765 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 15.600,00 a verba que especifica — Publicado no D. O. de 23 de julho de 1945 56
- 7.766 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1945 56
- 7.767 — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Altera as carreiras de Contador e Fiscal de Seguros do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1945..... 57
- 7.768 — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de julho de 1945 — Altera carreiras do Quadro Único —

Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1945.....	60	financiamento da pro- dução de gêneros de pri- meira necessidade, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 26 de julho de 1945.....	69
7.769 — GUERRA — JUSTIÇA MARINHA — AERO- NAUTICA — Decreto- lei de 23 de julho de 1945 — Concede anistia — Publicado no D. O. de 25 de julho de 1945...	62	7.775 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de julho de 1945 — Dispõe sobre a Organi- zação Administrativa do do Território Federal do Rio Branco e dá outras providências — Publica- do no D. O. de 26 de ju- lho de 1945.....	71
7.770 — JUSTIÇA — Decreto- lei de 23 de julho de 1945 — Dispõe sobre a Or- ganização Administra- tiva do Território Fe- deral do Iguaçu e dá ou- tras providências — Pu- blicado no D. O. de 25 de julho de 1945.....	62	7.776 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTE- RIOR — FAZENDA — VIACÃO — AGRICUL- TURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AE- RONAUTICA — Decre- to-lei de 25 de julho de 1945 — Dispõe sobre a organização da Comis- são de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e dá outras providências — Publi- cado no D. O. de 27 de julho de 1945.....	73
7.771 — JUSTIÇA — Decreto- lei de 23 de julho de 1945 — Dispõe sobre a organização administra- tiva do Território Fe- deral de Ponta Porã e dá outras providências — Publicado no D. O. de 25 julho de 1945.....	64	7.777 — FAZENDA — Decreto- lei de 25 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito espe- cial de Cr\$ 1.200.000,00, em favor da Comissão de Readaptação dos In- capazes das Forças Ar- madadas — Publicado no D. O. de 27 de julho de 1945	75
7.772 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 23 de julho de 1945 — Dispõe sobre a orga- nização administrativa do Território Federal do Guaporé e dá outras providências. — Publi- cado no D. O. de 25 de julho de 1945.....	65	7.778 — FAZENDA — Decreto- lei de 25 de julho de 1945 — Cria funções gratificadas para a Co- missão de Readaptação dos Incapazes das For- ças Armadas e abre cré- dito especial — Publica- do no D. O. de 27 de ju- lho de 1945.....	76
7.773 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 23 de julho de 1945 — Dispõe sobre a org- nização administrativa do Território Federal do Amapá — Publicado no D. O. de 25 de julho de 1945	67		
7.774 — FAZENDA — AGRI- CULTURA — Decreto- lei de 24 de julho de 1945 — Dispõe sobre o			

- 7.779 — **VIAÇÃO** — Decreto-lei de 25 de julho de 1945 — Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (D. N. E. F.) e dá outras providências — Publicado no D. O. de 27 de julho de 1945 76
- 7.780 — **EDUCAÇÃO** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Institui medidas de proteção financeira aos estabelecimentos particulares de ensino — Publica no D. O. de 28 de julho de 1945 76
- 7.781 — **EDUCAÇÃO** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Modifica o processo de provimento de cadeiras da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945 77
- 7.782 — **JUSTIÇA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a exonerar o "Asilo Isabel" pagamento do imposto que menciona — Publicado no D. O. 78
- 7.783 — **JUSTIÇA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de impostos em favor do Orfanato "Casa de Lázaro" — Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945... 78
- 7.784 — **JUSTIÇA** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$. 700.000,00, para despesas com mudança e novas instalações e dá outras providências — Publicação no D. O. de 28 de julho de 1945 78
- 7.785 — **EXTERIOR** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00 à verba que especifica — Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945 79
- 7.786 — **EXTERIOR** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 13.000,00, para pagamento de contribuição do Brasil à Repartição Internacional para Proteção das Obras Literárias e Artísticas — Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945 79
- 7.787 — **VIAÇÃO** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 929, de 6 de dezembro de 1938, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945 79
- 7.788 — **VIAÇÃO** — **FAZENDA** — Decreto-lei de 26 de julho de 1945 — Faz doação à Prefeitura Municipal de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, do terreno que menciona — Publicado no D. O. de 28 de julho de 1945 80

- 7.789 — MARINHA — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Altera e transfere carreiras do Quadro Suplementar para o Quadro Permanente do Ministério da Marinha e dá outras providências — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 81
- 7.790 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar e dá outras providências — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 84
- 7.791 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Eleva os vencimentos do cargo de Chefe de Cartografia do Quadro Suplementar do Ministro da Guerra — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 84
- 7.792 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Acrescenta um parágrafo ao Decreto-lei n.º 4.574, de 12 de agosto de 1942 — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 84
- 7.793 — JUSTIÇA — EXTERIOR — VIAÇÃO — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Altera as carreiras de Arquivologista dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores, das Relações Exteriores e da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 85
- 7.794 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$... 100.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências — Publicado no D. O. de 30 de julho de 1945 88
- 7.795 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Modifica a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.637, de 12 de junho de 1945 — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945 88
- 7.796 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 2.436, de 22 de junho de 1940 — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945 89
- 7.797 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Dispõe sobre o procedimento fiscal tendente a reprimir a prática ilegal de operações de câmbio — Pub. no D. O. de 1 de agosto de 1945 89
- 7.798 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Amplia as deduções previstas no artigo 37 do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, que dispõe sobre o imposto de renda — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945. 89
- 7.799 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Concede pensão especial a Ercília Fernandes Passos, em cumprimento de sentença judiciária — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945 90
- 7.800 — FAZENDA — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — VIAÇÃO — AGRICUL-

	TURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONAUTICA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 58.403.620,20, para pagamento de contas de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Central do Brasil — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945		99
7.801	— FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cruzeiros 97.470.000,00, para subscrição de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce S.A., e dá outras providências — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945	90	
7.802	— GUERRA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Torna extensivo ao Exército o Decreto-lei n.º 6.433, de 17 de abril de 1944 — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945	91	
7.803	— TRABALHO e FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 12.000.000,00 — Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1945.	91	
7.804	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de julho de 1945 — Transforma e cria cargos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1945	92	
7.805	— TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de julho de 1945 — Al-		
	tera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Plano de Obras e Equipamentos — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1945.		99
7.806	— AERONAUTICA — Decreto-lei de 31 de julho de 1945 — Autoriza a aquisição de imóvel em Belém, Estado do Pará — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1945.		99
7.807	— AGRICULTURA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 31 de julho de 1945 — Limita as reservas de calçário conchífero da Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro para a indústria da soda e dá outras providências — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1945.		99
7.808	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Suprime cargos do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945		100
7.809	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Abre crédito suplementar, sem aumento de despesa — Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945		101
7.810	— FAZENDA — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONAUTICA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945		101
7.811	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 —		

- Altera a redação do parágrafo do art. 6.º do Decreto-lei n.º 754, de 30 de setembro de 1938, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945..... 101
- 7.812 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIACÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Dispõe sobre o desconto de 50%, instituído pelo art. 7.º, § 1.º, letra a do auxílio à Fundação Brasil Central — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1945 108
- 7.813 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.448, de 23 de julho de 1941 — Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945..... 102
- 7.814 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1945 — Dispõe sobre as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista do Ministério da Agricultura e dá outras providências — Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1945..... 103
- 7.815 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de cruzheiros 5.000.000,00, para auxiliar a Fundação Brasil Central — Publicado no D.O. de 2 de agosto de 1945 108
- 7.816 — VIACÃO FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o vigente Orçamento Geral da República — Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1945 108
- 7.817 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00, à verba que especifica — Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1945 108
- 7.818 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, à verba que especifica — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 109
- 7.819 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 109
- 7.820 — VIACÃO — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Desmembra da Rede Mineira de Viacão e incorpora à Estrada de Ferro Central do Brasil o trecho ferroviário entre Santa Rita de Jacutinga e Barra do Pirai — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 . 109
- 7.821 — MARINHA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Dá nova organização ao Quadro de Cirurgiões Dentistas do Corpo de Saúde da Armada — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 110
- 7.822 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Abre

- ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 47.382,20 para pagamento de transporte — Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1945 110
- 7.823 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Eleva, sem aumento de despesa, o limite fixado pelo Decreto-lei número 4.818, de 8 de outubro de 1942 — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 110
- 7.824 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a cobrança dos direitos aduaneiros a que se refere o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.462, de 2 de maio de 1944 — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 111
- 7.825 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a organizar a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. (E. F.E.), e dá outras providências — Publicado no D.O. de 3 de agosto de 1945 111
- 7.826 — FAZENDA — JUSTIÇA AGRICULTURA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a assegurar a liquidação das dívidas de agricultores sulriograndenses — Publicado no D. O. de 7 de agosto .. 112
- 7.827 — MARINHA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Dá nova redação ao item I do art. 2.º do Regulamento do Tribunal Marítimo — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1945 115
- 7.828 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Cria cargos de Professor no Quadro Único do Funcionalismo Civil do Território do Acre — Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1945 115
- 7.829 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1945 115
- 7.830 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1945 — 115
- 7.831 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1945 — Cria a Seção II do “Diário da Justiça” — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1945 .. 116
- 7.832 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a transferência, para a Colônia Penal Cândido Mendes e para a Colônia Agrícola do Distrito Federal, de presos recolhidos a estabelecimentos penais sediados no Distrito Federal — Publicado no D.O. de 3 de agosto de 1945 116
- 7.833 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1945 — Incorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1945 116
- 7.834 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1945 — Dispõe sobre abono de

- percentagens em casos de pagamento de impostos ou taxas, sem penalidades, por força de aplicação do Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945 — Publicado no de 8 de agosto de 1945 . 117
- 7.835 — TRABALHO — FAZENDA Decreto-lei de 6 de agosto de 1945 — Determina a majoração das prestações de benefícios concedidos pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estabelece limites máximos e mínimos para as mesmas, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1945 117
- 7.836 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1945 — Altera o Decreto-lei n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 — Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1945 119
- 7.837 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de agosto de 1945 — Eleva a Mesa de Rendas Alfandegada de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, à categoria de Alfândega, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1945 120
- 7.838 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 7 de agosto de 1945 — Altera as carreiras de Artífice e Maquinista Marítimo do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1945 121
- 7.839 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de agosto de 1945 —
- Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde — Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1945 123
- 7.840 — Decreto-lei — Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* 123
- 7.841 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 8 de agosto de 1945 — Código de Aguas Minerais — Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1945 123
- 7.842 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1945 — Concede prazo às Cooperativas para se enquadrarem à legislação cooperativista vigente — Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1945 131
- 7.843 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 9 de agosto de 1945 — Dispõe sobre carreiras do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no D.O. de 11 de agosto de 1945 131
- 7.844 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de agosto de 1945 — Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público — Publicado no D.O. de 11 de agosto de 1945 135
- 7.845 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de agosto de 1945 — Estabelece providências que facilitem, para fins eleitorais, o registro de nascimento — Publicado no D.O. de 11 de agosto de 1945 137
- 7.846 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do

- Distrito Federal a isen-
tar a Venerável Ordem
Terceira de São Fran-
cisco da Penitência do
Pagamento do imposto
que menciona — Publi-
cado no *D. O.* de 11 de
agosto de 1945 137
- 7.847 — EDUCAÇÃO — FAZEN-
DA — Decreto-lei de 9
de agosto de 1945 —
Abre ao Ministério da
Educação e Saúde o cré-
dito especial de Cr\$..
9.000.000,00, para des-
pesas com o abasteci-
mento d'água no Dis-
trito Federal — Publi-
cado no *D. O.* de 11 de
agosto de 1945 137
- 7.848 — EDUCAÇÃO — FAZEN-
DA — Decreto-lei de 9
de agosto de 1945 —
Abre, ao Ministério da
Educação e Saúde, o
crédito especial de Cr\$
1.000.000,00, para a rea-
lização de campeonatos
internacionais — Publi-
cado no *D. O.* de 11 de
agosto de 1945 137
- 7.849 — JUSTIÇA — Decreto-lei
de 9 de agosto de 1945 —
Fixa as carreiras e car-
gos isolados da Prefei-
tura do Distrito Federal
— Publicado no *D. O.*
de 14 de agosto de 1945 138
- 7.850 — EDUCAÇÃO — FAZEN-
DA — Decreto-lei de 10
de agosto de 1945 —
Dispõe sobre o funcio-
namento dos cursos ex-
traordinários, previstos
da lei orgânica do en-
sino industrial — Publi-
cado no *D.O.* de 13 de
agosto de 1945 141
- 7.851 — JUSTIÇA — Decreto-lei
de 10 de agosto de 1945
— Autoriza o Prefeito do
Distrito Federal a dis-
pensar, nas condições
que menciona, o paga-
mento de multas de mo-
ra relativas aos impostos
predial e territorial de-
vidos por brasileiros
afastados do Distrito
Federal em serviço de
guerra — Publicado no
D.O. de 13 de agosto de
1945 141
- 7.852 — FAZENDA — Decreto-lei
de 11 de agosto de 1945
Cria coletorias federais
no Território de Iguaçu
e dá outras providências
— Publicado no *D.O.* de
14 de agosto de 1945 142
- 7.853 — TRABALHO — FAZEN-
DA — Decreto-lei de 13
de agosto de 1945 — Al-
tera e cria carreiras no
Quadro Único — Parte
Permanente — do Minis-
tério do Trabalho, In-
dústria e Comércio, e
dá outras providências
— Publicado no *D.O.* de
16 de agosto de 1945 142
- 7.854 — JUSTIÇA — FAZENDA
— Decreto-lei de 13 de
agosto de 1945 — Altera
as carreiras de Biblio-
teário e Bibliotecário-
auxiliar do Quadro Per-
manente do Ministério
da Justiça e Negócios
Interiores e dá outras
providências — Publica-
do no *D. O.* de 16 de
agosto de 1945 146
- 7.855 — JUSTIÇA — FAZENDA
— Decreto-lei de 13 de
agosto de 1945 — Eleva
o vencimento do cargo
isolado, de provimento
efetivo, de Tradutor, pa-
drão I, do Quadro Su-
plementar do Ministério
da Justiça e Negócios
Interiores — Publicado
no *D. O.* de 16 de agos-
to de 1945 148
- 7.856 — FAZENDA — Decreto-
lei de 13 de agosto de
1945 — Altera carreiras,
abre, sem aumento de

- despesa, crédito suplementar ao Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 16 de agosto de 1945 148
- 7.857 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Cria coletorias federais no Território de Ponta Porã e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 16 de agosto de 1945 150
- 7.858 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos que exercem a atividade de Revisor e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 16 de agosto de 1945 150
- 7.859 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Suspende a cobrança dos direitos de importação e taxas aduaneiras que incidem sobre o trigo em grão, descascado ou partido, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 16 de agosto de 1945 155
- 7.860 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Aprova as cláusulas do contrato mediante o qual a União transfere à Prefeitura do Distrito Federal os serviços locais de águas e esgotos — Publicado no *D. O.* de 16 de agosto de 1945 155
- 7.861 — MARINHA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Extingue a graduação de Sargento-Ajudante no Quadro do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 15 de agosto de 1945 157
- 7.862 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1945 — Desapropria, para fins de utilidade pública, um imóvel em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no *D. O.* de 16 de agosto de 1945 157
- 7.863 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Cria carreira na Parte Permanente dos Quadros V e VI — Viação Ferreá Federal Leste Brasileiro e Rede de Viação Cearense do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 158
- 7.864 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Altera o art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e cria a função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Desportos — Publicado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 160
- 7.865 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Altera, sem aumento de despesa o orçamento especial do Plano de Obras e Equipamentos — Publicado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 160
- 7.866 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.619,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publi-

- cado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 161
- 7.867 — **EDUCAÇÃO — FAZENDA** — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.386,80, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 161
- 7.868 — **EXTERIOR — FAZENDA** — Decreto-lei de 14 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.210.000,00 para atender às despesas com a inauguração da ponte internacional Brasil-Argentina, sobre o Rio Uruguai — Publicado no *D. O.* de 17 de agosto de 1945 161
- 7.869 — **JUSTIÇA** — Decreto-lei de 15 de agosto de 1945 — E' decretado feriado nacional o dia 15 de agosto de 1945, em regozijo pelo fim da guerra mundial — Publicado no *D. O.* de 16 de agosto de 1945 162
- 7.870 — **JUSTIÇA — FAZENDA — AGRICULTURA** — Decreto-lei de 16 de agosto de 1945 — Concede à Caixa de Crédito Cooperativo, isenção de tributos federais, estaduais e municipais e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 18 de agosto de 1945 .. 162
- 7.871 — **FAZENDA** — Decreto-lei de 16 de agosto de 1945 — Extingue a Mesa de Rendas Alfandegada do Amapá, sediada no Oiapoque, e cria uma Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, uma Colônia Federal em Amapá, um Pôsto Fiscal em Oiapoque e um Pôsto Fiscal em Montenegro, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 18 de agosto de 1945 .. 162
- 7.872 — **FAZENDA** — Decreto-lei de 18 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.623.185,20, para pagamento de notas de papel-moeda — Publicado no *D. O.* de 21 de agosto de 1945 .. 164
- 7.873 — **GUERRA — FAZENDA** — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Altera sem aumento de despesa, o vigente Plano de Obras e Equipamentos do Ministério da Guerra — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 165
- 7.874 — **GUERRA — FAZENDA** — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Altera, sem o aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 165
- 7.875 — **TRABALHO** — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a execução dos julgados da extinta organização do contencioso administrativo do trabalho — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 166
- 7.876 — **TRABALHO** — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Cria, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o cargo de Consultor Técnico, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 .. 166

- 7.877 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 369.000,00, à verba que especifica — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 166
- 7.878 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Aceita a doação, feita à União, de um imóvel de propriedade de José Favarina e sua esposa — D. Antinnesca Grecchi, no Distrito de Quintana, Município de Pompéia, no Estado de São Paulo — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 .. 167
- 7.879 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 48.000.000,00, para atender à instalação de beneficiamento de carvão nacional e equipamentos, a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 167
- 7.880 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Substitui as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 7.752, de 17 de julho de 1945 — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 168
- 7.881 — JUSTIÇA — MARINHA — GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.877, de 18 de setembro de 1944 — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 .. 170
- 7.882 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Eleva gratificação de função no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 170
- 7.883 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.030,90, para pagamento de iminização — Publicado no *D. O.* de 23 de agosto de 1945 170
- 7.884 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Isenta do pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras o gado ovino em pé — Publicado no *D. O.* de 24 de agosto de 1945 171
- 7.885 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Dá nova redação ao § 2.º do art. 97 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943 — Publicado no *D. O.* de 24 de agosto de 1945 171
- 7.886 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Modifica a taxa cobrada sobre o amianto ou asbesto incluído no art. 569 da Tarifa das Alfândegas — Publicado no *D. O.* de 24 de agosto de 1945 171
- 7.887 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a organização do Departamento Fe-

- deral de Segurança Pública, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1945 172
- 7.838 — GUERRA — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1945 173
- 7.839 — TRABALHO — VIACÃO — Decreto-lei de 21 de agosto de 1945 — Admite a sindicalização manda aplicar a legislação de proteção ao trabalho aos empregados das autarquias industriais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1945 ... 175
- 7.890 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto de 21 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00, para despesas com a construção de trechos ferroviários a cargo do Departamento Nacional de Estrada de Ferro — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1945 176
- 7.891 — AERONÁUTICA — MARINHA — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1945 — Regula o cálculo de pensões especiais oriundas de promoção "post-mortem" — Publicado no D.O. de 25 agosto de 1945 176
- 7.892 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1945 — Organiza o Serviço de Intendência da Aeronáutica — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1945 ... 176
- 7.893 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Altera sedes normais de estacionamento de Unidades de Aviação — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 177
- 7.894 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Da nova redação aos art. 43, parágrafo único do art. 88 e art. 91 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março de 1944 e revoga o art. 87 do citado decreto — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 177
- 7.895 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Dispõe sobre o custeio das despesas de material e aluguel de casa das Coletorias Federais, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 178
- 7.896 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar o terreno que menciona — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 179
- 7.897 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a carreira de Dactiloscopista, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 179
- 7.898 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 1.401.600,00, à verba que especifica — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1945 181

- 7.899 — TRABALHO — Decreto-lei de 24 de agosto de 1945 — Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no *D. O.* de 27 de agosto de 1945 181
- 7.900 — EXTERIOR — Decreto-lei de 25 de agosto de 1945 — Aprova a adesão do Brasil ao Acôrdo sobre os princípios relativos à continuação do controle combinado da Navegação Mercante, firmado em Londres, a 5 de agosto de 1944 — Publicado no *D. O.* de 27 de agosto de 1945 183
- 7.901 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 120.000,00, para aquisição de um automóvel, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 29 de agosto de 1945 183
- 7.902 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a aposentadoria de Valdir Santana — Publicado no *D. O.* de 29 de agosto de 1945 183
- 7.903 — TRABALHO — Decreto-lei de 27 de agosto de 1945 — Código da Propriedade Industrial — Publicado no *D. O.* de 29 de setembro de 1945 183
- 7.904 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00, à verba que especifica — Publicado no *D. O.* de 30 de agosto de 1945 218
- 7.905 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 30 de agosto de 1945 219
- 7.906 — MARINHA — AERONÁUTICA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 28 de agosto de 1945 — Estende aos militares da Aeronáutica e da Marinha a anistia concedida pelo Decreto-lei n.º 7.669, de 23 de julho de 1945 — Publicado no *D. O.* de 30 de agosto de 1945 219
- 7.907 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de agosto de 1945 — Extingue o 1.º Grupo Misto de Aviação com sede normal em Natal e cria o 5.º Grupo de Bombardeio Médio — Publicado no *D. O.* de 30 de agosto de 1945 219
- 7.908 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de agosto de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.726.493,60, para aquisição da ponte sobre o rio Grande; construída pela Empresa Paulista de Viação Limitada, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 31 de agosto de 1945 220
- 7.909 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de agosto de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da

- República — Publicado no *D. O.* de 31 de agosto de 1945 220
- 7.910 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de emolumentos que menciona — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 221
- 7.911 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Policlínica Geral do Rio de Janeiro do pagamento dos impostos que menciona — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 .. 221
- 7.912 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder a isenção do imposto que menciona — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 . 221
- 7.913 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder a isenção do imposto que menciona à Sociedade Beneficente Israelita do Rio de Janeiro — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 . 222
- 7.914 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Venerável Ordem Terceira do Patriarca São Domingos de Gusmão do pagamento do imposto que menciona — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945. 222
- 7.915 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a aplicação dos créditos atribuídos ao Tribunal Superior Eleitoral. — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 .. 222
- 7.916 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei n.º 7.916 de 30 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais e dá outras providências. — Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945 223
- 7.917 — AERONAUTICA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a zona de proteção dos aeroportos — Pub. no *D. O.* de 6 de setembro de 1945 224
- 7.918 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil Publicado no *D. O.* de 3 de setembro de 1945 .. 226
- 7.919 — JUSTIÇA — Decreto-lei n.º 7.919 de 31 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário na Imprensa Nacional Publicado no *D. O.* de 1 de setembro de 1945.. 227
- 7.920 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de agosto de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a fazer entrega do Plano Inclinado do Outeiro da Glória à Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, para os fins que

- menciona. — Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1945 227
- 7.921 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Cria, altera e suprime cargos isolados, cria e altera carreiras, nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1945 227
- 7.922 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a carreira de Agrônomo Fitossanitarista, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945 243
- 7.923 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Altera a carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Permanente do Ministério da Guerra, e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945. 245
- 7.924 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha e dá outras providências — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945 247
- 7.925 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá providências. — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945 247
- 7.926 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Dispõe sobre o alistamento eleitoral — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945. 247
- 7.927 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a carreira de Ensaaiador do Quadro II — extinto — E. F. C. B. — Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945 . 248
- 7.928 — JUSTIÇA — EXTERIOR — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Institui condecorações destinadas a premiar serviços prestados à humanidade, por intermédio da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira, considerada de caráter nacional pelo Decreto n.º 9.620, de 13 de junho de 1912 — Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1945 .. 250
- 7.929 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Altera as carreiras de Escriturário, Guardacivil e Maquinista Marítimo, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1945 251
- 7.930 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Dispõe sobre vendas imobiliárias e de mercadorias a prestações, mediante sor-

- telo, e sobre a distribuição de prêmios, e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 30 de setembro de 1945 .. 255
- 7.931 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de setembro de 1945 Dispõe sobre os cargos e funções gratificadas do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 261
- 7.932 — GUERRA — FAZENDA Decreto-lei de 4 de setembro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa o atual Orçamento do Ministério da Guerra — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 262
- 7.933 — JUSTIÇA — FAZENDA Decreto-lei de 4 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00 à verba que especifica — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 262
- 7.934 — TRABALHO — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de setembro de 1945 — Atribui aos Promotores Públicos o encargo de promover, assistir e acompanhar as reclamações de empregados, em matéria trabalhista — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 263
- 7.935 — EXTERIOR — Decreto-lei de 3 de setembro de 1945 — Aprova a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional da Justiça — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 263
- 7.936 — EXTERIOR — Decreto-lei de 4 de setembro de 1945 — Aprova os Acordos Provisórios concluídos pelos Governos redados pelos Governos representados na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco, a 26 de julho de 1945 — Publicado no *D. O.* de 8 de setembro de 1945 290
- 7.937 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de setembro de 1945 — Dispõe sobre o loteamento de terrenos de marinha — Publicado no *D. O.* de 10 de setembro de 1945 291
- 7.938 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 6 de setembro de 1945 — Novas disposições para a execução da lei orgânica do ensino comercial — Publicado no *D. O.* de 10 de setembro de 1945 292
- 7.939 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1945 — Dispõe sobre o exercício, no Distrito Federal, dos Juizes substitutos dos Territórios Federais — Publicado no *D. O.* de 10 de setembro de 1945 292 e 293
- 7.940 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder ao Sodalício da Sacra Família isenção dos impostos que menciona — Publicado no *D. O.* de 10 de setembro de 1945 293

- 7.941 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1945 — Abre ao Conselho Federal de Comércio Exterior o crédito especial de Cr\$ 18.000,00 para pagamento de gratificação de representação — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1945 293
- 7.942 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1945 — Cria funções gratificadas no Quadro Único, Parte Permanente, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1945 293
- 7.943 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de setembro de 1945 — Concede anistia aos acusados por crimes de injúrias aos poderes públicos e aos responsáveis por crimes ocorridos por ocasião de manifestações políticas — Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1945 294
- 7.944 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a revalidação de título eleitoral expedido na vigência do Decreto número 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e da Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935 (Código Eleitoral). — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1945 294
- 7.945 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de setembro de 1945 — Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1945 295
- 7.946 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de setembro de 1945 — Proíbe a saída do país e o trânsito na região do vale do Amazonas de mudas, sementes, estacas e partes vivas de plantas dos gêneros *Hevea* e *Derris* — Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1945 295
- 7.947 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de setembro de 1945 — Determina o fechamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, aos sábados, às doze horas — Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1945 296
- 7.948 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de setembro de 1945 — Dilata o prazo de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.182, de 9 de abril de 1941, para os Bancos que menciona — Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1945 296
- 7.949 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 11 de setembro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República — Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1945 296
- 7.950 — EXTERIOR — Decreto-lei de 11 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a situação de funcionários da carreira de diplomata e dá outras providências — Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1945 297
- 7.951 — EXTERIOR — Decreto-lei de 11 de setembro de 1945 — Aprova o Acórdão Provisório sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Chicago, a 7 de dezembro de 1944,

- por ocasião da Conferência Internacional de Aviação Civil, e firmada pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945 — Publicado no D. O. 13-9-45 297
- 7.952 — EXTERIOR — Decreto-lei n.º 7.952 de 11 de setembro de 1945 — — Aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro 1944, por ocasião da Conferência Internacional de Aviação Civil, e firmada pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945 de 13 de setembro de 1945 297
- 7.953 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de setembro de 1945 — Torna sem aplicação a importância de Cr\$.. 4.800.000,00 de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância. — Publicado no D. O. de 14-9-45.... 293
- 7.954 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1945 — Altera o art. 74 do Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941 — Publicado no D. O. de 15-9-45 293
- 7.955 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de setembro de 1945 — Institui Conselhos de Medicina e dá outras providências — Publicado no D. O. de 15-9-45 298
- 7.956 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1945 — Autoriza o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores a requisitar os pavimentos quinto, sexto, sétimo, oitavo e parte do décimo do Edifício Novo Mundo, à Avenida Presidente Wilson número 164 — Publicado no D. O. de 14-9-45.... 301
- 7.957 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a isenção de impostos e taxas federais, que incidem sobre o teatro, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 20 de setembro de 1945 301
- 7.958 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 17 de setembro de 1945 — Institui o Conl servatório Nacional de Teatro — Publicado no D. O. de 20-9-45 302
- 7.959 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a locação de teatros no Distrito Federal e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 20-9-45 303
- 7.960 — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a manutenção de médicos nos municípios em que não haja facultativos exercendo clínica particular, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 20 de setembro de 1945 303 e 304
- 7.961 — TRABALHO — (*) Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos que, com o caráter de emprego, trabalham em atividades médicas de natureza privada e dá outras providências. — Publicado no D. O. de

- 7.962 — JUSTIÇA — FAZENDA
— Decreto-lei de 18 de setembro de 1945. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 à dotação que especifica — Publicado no D. O. de 20-9-45.... 309
- 7.963 — GUERRA — FAZENDA
— Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o atual Orçamento do Ministério da Guerra — Publicado no D. O. de 20-9-45 310
- 7.964 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Dá a designação de "Roosevelt" à estação "Norte" da Estrada de Ferro Central do Brasil — Publicado D. O. de 20-9-45 310
- 7.965 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Dispõe sobre o pessoal da Comissão Executiva das Frutas — Publicado no D. O. de 20-9-45 310
- 7.966 — FAZENDA — JUSTIÇA
— Decreto-lei de 18 de setembro de 1945 — Transfere gratuitamente à Associação dos Servidores Cíveis de São Paulo o domínio pleno do terreno que menciona, situado na cidade de São Paulo, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 20-9-45 311
- 7.967 — Decreto-lei — Ainda não foi publicado no D. O. 312
- 7.968 — JUSTIÇA — MARINHA
GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — Decreto-lei de 19 de setembro de 1945 — Altera a redação do Decreto-lei n.º 6.631, de 27 de junho de 1944 — Publicado no D.O. de 21 de setembro de 1945 312
- 7.969 — JUSTIÇA — MARINHA
— GUERRA — EXTERIOR — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — Decreto-lei de 19 de setembro de 1945 — Dispõe sobre os exames médicos para a concessão de licença aos servidores públicos, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de setembro de 1945 312
- 7.570 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a incorporação, mediante acôrdo, da Escola Eli-seu Maciel, de Pelotas, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de setembro de 1945 313
- 7.971 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de setembro de 1945 — Cria função gratificada de Encarregado na Garage do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores. — Publicado no D.O. de 21-9-45. 313
- 7.972 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de setembro de 1945 — Cria função gratificada de Chefe da Biblioteca do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde. — Publicado no D.O. de 21 de setembro de 1945 314
- 7.973 — VIAÇÃO — FAZENDA
— Decreto-lei de 19 de

- setembro de 1945 — Cria função gratificada no Quadro VI — Rede de Viação Cearense — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 21-9-45 314
- 7.974 — JUSTIÇA — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a isenção de impostos nas aquisições de imóveis rurais ou urbanos feitas pelos oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira — Publicado no *D.O.* de 27-9-45 314
- 7.975 — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Altera, em parte, o art. 35 do Decreto-lei n.º 5.388-A de 12 de abril de 1943 — Publicado no *D.O.* de 22-9-45 315
- 7.976 — JUSTIÇA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 Concede isenção de tributos incidentes sobre estabelecimentos de ensino — Publicado no *D.O.* de 24-9-45 315
- 7.977 — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Desdobra o Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 29-9-45 316
- 7.978 — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Dispõe sobre consignações em folhas de pagamento dos ex-funcionários extra-numerários do Departamento Estadual do Trabalho, que, em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, passaram à condição de servidores públicos federais — Publicado no *D.O.* de 22 de setembro de 1945 351
- 7.979 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Dá nova redação art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.115, de 5 de abril de 1940 — Publicado no *D.O.* de 22-9-45 315
- 7.980 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Modifica o critério da contagem de tempo de serviço para promoção dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 22-9-45 352
- 7.981 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, do pagamento dos tributos que menciona — Publicado no *D.O.* de 22-9-45 352
- 7.982 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00, à verba que especifica — Publicado no *D.O.* de 24-9-45 ... 353
- 7.983 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de setembro de 1945 — Concede à Associação dos Servidores Cíveis do Brasil aforamento do terreno acrescido de marinha que menciona, e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 24-9-45 353
- 7.984 — TRABALHO — Decreto-lei de 21 de setembro de 1945 — Fixa os níveis

- mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radio-difusão e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24-9-45 354
- 7.985 — GUERRA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1945 — Cria as 2.^a e 3.^a Companhias de Manutenção — Publicado no D.O. de 26-9-45 366
- 7.986 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1945 — Retifica o decreto-lei n.º 7.506, de 30 de abril de 1945, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26-9-45 366
- 7.987 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1945 — Autoriza a aquisição pela União, do domínio útil de um terreno, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro — Publicado no D.O. de 26-9-45 366
- 7.988 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de setembro de 1945 — Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais — Publicado no D.O. de 26-9-45 366
- 7.989 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$..... 1.500.000,00, para despesas a cargo da Comissão de Financiamento da Produção — Publicado no D.O. de 26-9-45 363
- 7.990 — GUERRA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Concede o prazo de noventa dias a trabalhadores braçais para apresentarem prova de quitação com o serviço militar — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 369
- 7.991 — GUERRA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Suspende a execução do art. 7.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, e torna sem efeito o licenciamento de oficiais, nos termos do mesmo artigo — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 369
- 7.992 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Guerra, no corrente exercício, o crédito suplementar de Cr\$ 421.956,40, à verba que especifica — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 369
- 7.993 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Fazenda — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 371
- 7.994 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00 — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 371
- 7.995 — VIACÃO — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Cria uma taxa especial destinada ao melhoramento e reaparelhamento dos portos organizados e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1945 372

- 7.996 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Altera o art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.919, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Sal — Publicado no *D.O.* de 26 de setembro de 1945 373
- 7.997 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a aposentadoria dos serventuários e funcionários da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 26 de setembro de 1945 373
- 7.998 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de setembro de 1945 — Abre o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à dotação que especifica — Publicado no *D.O.* de 26 de setembro de 1945 .. 374
- 7.999 — JUSTIÇA — EXTERIOR — Decreto-lei de 25 de setembro de 1945 — Cede ao Governo Francês o imóvel que menciona — Publicado no *D.O.* de 26 de setembro de 1945.. 375
- 8.000 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de setembro de 1945 — Altera carreiras e cria funções gratificadas no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 28 de setembro de 1945 376
- 8.001 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de setembro de 1945 — Abre crédito especial ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para mudança e instalação do Departamento Nacional de Informações e do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Publicado no *D.O.* de 28 de setembro de 1945 380
- 8.002 — VIACÃO — Decreto-lei de 26 de setembro de 1945 — Altera a carreira de Engenheiro do Quadro II — E.F.C.B., do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 28 de setembro de 1945 380
- 8.003 — VIACÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de setembro de 1945 — Concede pensão especial à viúva e ao filho menor de José Rafael de Azeredo — Publicado no *D.O.* de 28 de setembro de 1945 382
- 8.004 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Restabelece, em todo o território nacional, a matrícula de condutores de veículos — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 382
- 8.005 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.199, de 28 de dezembro de 1944 — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 385
- 8.006 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a União dos Cegos do

- Brasil do pagamento do imposto que menciona — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 385
- 3.007 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para aquisição de material e execução de trabalhos de reguena hidrografia sanitária pelo Serviço Nacional de Malária — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 385
- 3.008 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Autoriza o Ministério da Guerra a celebrar contrato para a aquisição de instrumentos óticos militares e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945. 386
- 3.009 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para despesas com a Conferência Interamericana para manutenção da paz e segurança do Continente. (Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 386
- 3.010 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 7.319.000,00 à verba que especifica — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 387
- 3.011 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Estende às cooperativas dos produtores de lã os favores previstos no Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outubro de 1944 — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945. 387
- 3.012 — JUSTIÇA, MARINHA, GUERRA, EXTERIOR, FAZENDA, VIAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, TRABALHO, AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Estabelece as bases de organização para as atividades sociais e desportivas dos servidores públicos — Publicado no *D.O.* de 2-10-45 ... 387
- 3.013 — MARINHA, GUERRA, AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a contagem do tempo de efetivo serviço e sobre os proventos da inatividade dos militares da Reserva Remunerada ou Reformados das Forças Armadas, quando designados para funções da atividade, e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 2-10-45 388
- 3.014 — AERONÁUTICA, FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Cria o Arquivo Geral da Aeronáutica e dá outras providências Publicado no *D.O.* de 2-10-45 389

- 8.015 — AERONAUTICA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Altera o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.147, de 12 de dezembro de 1944 — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 .. 390
- 8.016 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Torna extensivos ao Ministério da Aeronáutica dispositivos constantes dos Decretos-leis números 6.740 e 6.750, de 29 de julho de 1944 — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 .. 390
- 8.017 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Autoriza a garantia do Banco do Brasil S.A. para a operação que menciona, e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 29 de setembro de 1945 391
- 8.018 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Revigora o Decreto-lei n.º 6.679, de 13 de julho de 1944 — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 .. 391
- 8.019 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a vida escolar do estudante expedicionário e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 .. 391
- 8.020 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Transforma em ajudantes de tesoureiro os cobradores da dívida ativa da União e dá outras providências — Publicado no *D.O.* de 2 de outubro de 1945 .. 393
- 8.021 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1945 — Dispõe sobre os balanços do exercício 1944 — Publicado no *D.O.* de 2-10-45 393

ÍNDICE DO APENSO

- | | | | |
|--|-------------|--|------------|
| <p>7.367 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1945 — Altera a classe 6.^a da Nova Tarifa das Alfândegas, mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940 — Retificado no D.O. de 10 de julho de 1945 ..</p> | <p>397</p> | <p>Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao mesmo Ministério e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 de julho de 1945</p> | <p>438</p> |
| <p>7.661 — TRABALHO, — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências — Publicado no D.O. (Supto.) de 31 de julho de 1945 ..</p> | <p>398.</p> | <p>7.698 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Altera a carreira de Arquivista do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 de julho de 1945 ..</p> | <p>440</p> |
| <p>7.697 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de julho de 1945 — Altera a carreira de Engenheiro do</p> | | | |

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1945, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

DECRETO-LEI N.º 7.700 — DE 3 DE
JULHO DE 1945

Dispõe sobre o afastamento dos membros dos Tribunais Regionais e Juizes Eleitorais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Os membros efetivos do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais, bem como os Juizes Eleitorais, poderão ser afastados de seus cargos ou funções sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, quando assim exigir o serviço eleitoral, conforme as Instruções que foram expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.701 — DE 5 DE
JULHO DE 1945

Prorroga o prazo de que trata o Decreto-lei n.º 7.609, de 5 de junho de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais trinta dias, a contar de 4 de julho

corrente, o termo de pensão das exigibilidades de que trata o Decreto-lei n.º 7.443, de 5 de abril de 1945, para os comerciantes e industriais a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.609, de 5 de junho de 1945, cujas solicitações de empréstimo ainda não foram julgadas e para os que, embora deferidas suas solicitações, ainda não ultimaram os respectivos empréstimos.

Art. 2.º Aquêles que se acharem nas condições previstas no artigo anterior prová-lo-ão perante a autoridade competente por intermédio do Banco do Brasil S. A. que, a pedido dêles, fará a devida comunicação.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer modificação posterior, o Banco do Brasil S. A. comunicá-la-á à mesma autoridade, para os devidos fins.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.702 — DE 5
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

Cr\$

S/c. n.º 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carros, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.

22 — Delegacias Fiscais 5.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.703 — DE 5
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 440.000,00, para despesas com a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatrocentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 440.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender as despesas (Serviços e Encargos) com o funcionamento da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), a partir de 1 de janeiro de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.704 — DE 5 DE
JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.700,00, para pagamento de serviços e fornecimentos feitos em proveito do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quinhentos mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 500.700,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Dívida Pública) proveniente de serviços e fornecimentos feitos em proveito do Centro Nacio-

nal de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura, de que trata o processo fichado no mesmo Tesouro sob n.º 47.153-45.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa
Apolônio Salles

DECRETO-LEI N.º 7.705 — DE 5 DE JULHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Sociedade Recreio dos Anciãos para Asilo da Velhice Desamparada, dos impostos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Sociedade Recreio dos Anciãos para Asilo da Velhice Desamparada, dos impostos de doação e transcrição dos imóveis situados na Praça Olavo Bilac n.º 9; Avenida Mem de Sá ns. 14-A, 16, 18 e 20; Rua Vinte e Quatro de Maio ns. 634, 636, 640, 642, 646, 648, 650, 654, 656, 667, 669, 671, 675, 677 e 679; e do imposto predial incidente sobre os imóveis da Rua Conde de Bonfim ns. 1.698 a 1.110, onde funciona o Asilo, com exclusão, entretanto, das taxas remuneratórias de serviços públicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.706 — DE 5 DE JULHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a doar área de terreno de 30,00 m x 40,00 m, situada na Praça Nossa Senhora das Dores, à Paróquia de Santo Antônio da Pavuna, para construção de sua Igreja Matriz.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.707 — DE 5 DE JULHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender em concorrência pública o lote de terreno n.º 17 do projeto aprovado número 1.315, situado na esquina das ruas Otávio Kelly e Gratidão, com a área de 407,30 m2.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.708 — DE 5 DE
JULHO DE 1945

Isenta do serviço do júri os magistrados da Justiça do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São isentos do serviço do júri o presidente e os membros do Conselho Nacional do Trabalho, os presidentes e respectivos suplentes e os vogais e respectivos suplentes dos Conselhos Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.709 — DE 5
DE JULHO DE 1945

Cria, no Exército, a medalha "Sangue do Brasil"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criada, no Exército, a medalha "Sangue do Brasil", para agraciar os feridos de guerra.

Art. 2.º Os oficiais, praças, assemelhados e civis destacados para o teatro de operações fazem jus a essa medalha, desde que hajam recebido ferimento em consequência de ação objetiva do inimigo.

Art. 3.º A medalha será conferida mediante constatação do ferimento, sem outra exigência além da especificada no art. 2.º.

Art. 4.º A entrega da "Medalha de Sangue" poderá ser feita nos próprios

hospitais, no teatro de operações, ou em locais para onde tenham sido evacuados os feridos, ou nas próprias unidades, após a recuperação, caso ainda não tenham recebido e a seus herdeiros quando falecidos.

Art. 5.º Os diplomas serão assinados pelo Ministro da Guerra e entregues, posteriormente, aos interessados ou a pessoa devidamente credenciada, pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Art. 6.º São as seguintes as características da medalha "Sangue do Brasil":

— bronze, com as dimensões de 35 milímetros de largura, por 45 de altura. No anverso o sabre das Armas da República, sobre um resplendor cujo foco se encontra na cruzeta e se irradiava em todas as direções do campo. Coroando a lâmina do sabre, três estrelas esmaltadas de vermelho, representam os três ferimentos recebidos pelo General Sampaio, no dia do seu natalício e da sua maior glória, em 24 de maio de 1866, data da Batalha de Tuiuti.

Envolvendo o campo da medalha, dois ramos de "Pau Brasil" lembram a Pátria e as origens do seu nome glorioso. Uma faixa arqueada, entre os dois ramos e sobre a lâmina, ostenta o dístico: Sangue do Brasil.

O verso de superfície lisa conterá o nome e o posto do galardoado e a data ou datas em que se tenham verificado os ferimentos.

A fita tem a cor vermelha, com um friso central igual a um sétimo da largura total, dividido em três partes iguais de cores amarelo, verde e amarelo.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra

DECRETO-LEI N.º 7.710 — DE 5 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a Pagadoria do Tesouro Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Pagadoria a que se refere a Seção 2.ª do Capítulo VIII — Da Diretoria da Despesa Pública — do Decreto n.º 24.036, de 26 de março de 1934, será chefiada pelo ajudante de tesoureiro, lotado na Diretoria da Despesa Pública, que for designado pelo respectivo diretor.

Parágrafo único. Enquanto não for suprimido no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda o cargo de tesoureiro em que foi transformado o de pagador do Tesouro Nacional, a designação para chefe da Pagadoria recairá no seu ocupante.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.711 — DE 6 DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, em favor da Comissão Executiva Têxtil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), para atender, no corrente exercício, ao financiamento dos serviços e encargos decorrentes da execução do Decreto-lei nú-

mero 6.688, de 13 de julho de 1944, e da Portaria n.º 249, de 31 do mesmo mês e ano, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição do presidente da Comissão Executiva Têxtil para ser aplicado na forma dos artigos 8.º e 10 do Decreto-lei n.º 7.265, de 24 de janeiro de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.712 — DE 6 DE JULHO DE 1945

Altera disposição do Decreto-lei número 7.439, de 4 de abril de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º do Decreto-lei n.º 7.439, de 4 de abril de 1945, passa a ter a seguinte redação:

“Fica autorizada a aquisição, pela União, dos terrenos com as áreas de 1.852,20 metros quadrados e 20.276,00 metros quadrados bem como dos prédios e demais benfeitorias nêles existentes, pertencentes a D. Júlia Barreto Ribeiro ou a seus sucessores, situados no local denominado Chácara Barreto, Município de Canóas, Estado do Rio Grande do Sul, pela importância de Cr\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros) de acôrdo com o processo protocolado sob n.º 786-45 na Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.713 — DE
6 DE JULHO DE 1945

Erige em monumento nacional a cidade de Mariana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

considerando que as expressões características do desenvolvimento da civilização brasileira, pelo esforço dos antepassados, deve constituir objeto de culto cívico nacional;

considerando que os habitantes do Estado de Minas Gerais têm na cidade de Mariana a fonte de sua vida civil e o marco inicial de seu trabalho pelo engrandecimento da Pátria;

considerando que em Mariana os testemunhos dessa tradição formam precioso acervo de monumentos de arte e história, pôsto sob a guarda e proteção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

considerando que transcorre no corrente ano o segundo centenário da elevação de Mariana a cidade e bem assim da criação de seu bispado, resolve:

Artigo único. O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, tombado para os fins do Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, é erigido em monumento nacional.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.714 — DE
6 DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.299.160,10, para pagamento devido à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de um milhão, duzentos e noventa e nove mil, cento e sessenta cruzeiros e dez centavos (Cr\$... 1.299.160,10), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de diferença de contribuição devida à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, correspondente ao exercício de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.715 — DE 6 DE
JULHO DE 1945

Transfere à Comissão que fôr criada pelo Estado do Rio Grande do Sul as atribuições conferidas à Comissão criada por Decreto de 7 de março de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os estudos e providências a cargo da Comissão nomeada pelo decreto federal de 7 de março de 1945, para a solução do problema de

lã, passarão ao encargo da Comissão que o Estado do Rio Grande do Sul criar para tratar da industrialização de lã nos centros produtores daquele Estado.

Parágrafo único. Os estudos e providências a que se refere este artigo serão feitos sem onus para o Tesouro Nacional.

Art. 2.º O Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, fica autorizado a contratar com a Comissão Estadual a que se refere o artigo anterior, operações de crédito, a juros mínimos, prazo máximo de 10 anos, destinadas à instalação e ampliação do aparelhamento industrial, necessário à manufatura de lã.

§ 1.º O limite máximo dessas operações será o custo das instalações, compreendendo terrenos, prédios, maquinários e acessórios.

§ 2.º Os empréstimos serão contraídos mediante penhor industrial ou hipoteca, além da garantia que fôr dada pelo Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3.º Serão aplicáveis, no que couber, as disposições do Regulamento da Carteira do Crédito Agrícola e Industrial.

Art. 3.º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a dar a garantia que convier à realização dos empréstimos referidos no § 2.º do artigo anterior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apolônio Salles.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7 716 — DE 6 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Comissão diretamente subordinada ao Presiden-

te da República, com sede na Capital Federal, para orientar e sistematizar a aplicação dos dispositivos do Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945, e a de outros previstos no presente Decreto-lei, todos referentes a serviços públicos explorados ou exploráveis por concessionários, permissionários ou contratantes, observando-se, quanto aos serviços públicos de energia elétrica, a jurisdição fixada no § 4.º deste artigo.

§ 1.º Serão consideradas, em particular, as seguintes medidas decorrentes do citado Decreto-lei n.º 7.524:

a) verificação da possibilidade de que trata o art. 5.º, parágrafo único, do mesmo Decreto-lei, e determinação da oportunidade da efetivação das providências de aumento de salário e correspondente cobrança da taxa adicional sobre as tarifas;

b) julgamento da conveniência e da oportunidade da extensão dos favores previstos no aludido decreto-lei, na forma do respectivo art. 6.º a outros concessionários, permissionários ou contratantes de serviços públicos;

c) determinação da aplicação do saldo a que se refere o art. 3.º do dito Decreto-lei, representado pelo excesso do produto das taxas adicionais sobre a despesa com o aumento de salários.

§ 2.º Serão consideradas, outrossim, as medidas abaixo, não expressamente contidas no mencionado Decreto-lei n.º 7.524:

a) redução da taxa adicional, a qualquer tempo e dentro da justa medida, sempre que fôr verificado ser excessivo o saldo previsto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.524;

b) revisão, sem efeito suspensivo e para enquadramento no presente Decreto-lei, em especial no que dispõe a alínea anterior, dos casos de aumento de salários e consequente aplicação de taxas adicionais, já efetivados, mesmo sem o serem por força do Decreto-lei n.º 7.524.

§ 3.º Ficam as atribuições orientadoras e supervisoras estendidas, ainda, ao julgamento da conveniência e da oportunidade de quaisquer elevações de tarifas de serviços públicos explo-

rados ou exploráveis por concessionários, permissionários ou contratantes, mesmo quando tais elevações não decorram de aumento de salários e quando os serviços correspondentes estejam sendo prestados diretamente por entidades públicas, mas unicamente nos seguintes casos:

a) serviços públicos de jurisdição federal;

b) elevações de tarifas consequentes a medidas legais e regulamentares de ordem geral, expedidas pela União.

§ 4.º A orientação, a sistematização e a execução das medidas a que se refere este artigo e respectivos §§ 1.º a 3.º, nos casos de serviços públicos de energia elétrica, caberão ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, e serão reguladas em decreto especial, dentro da jurisdição estabelecida na legislação vigente.

Art. 2.º A Comissão prevista no artigo precedente compor-se-á de quatro membros, nomeados por decreto do Presidente da República que, dentre eles, designará o respectivo presidente.

Art. 3.º Para auxiliar os trabalhos da Comissão, poderão ser requisitados, na forma da lei, os servidores civis da União que se façam necessários.

Art. 4.º Enquanto não for expedido o Regimento da Comissão, o funcionamento desta será regulado mediante portarias do respectivo presidente.

Art. 5.º Tendo em vista o que dispõe o art. 1.º § 1.º, alínea a e b deste Decreto-lei, os aumentos de salários e consequentes aplicações de taxas adicionais, deverão ser provocados junto aos Poderes Concedentes respectivos, mediante:

I — Requerimento dos concessionários, permissionários ou contratantes.

II — Solicitação das entidades públicas que explorarem diretamente os serviços.

§ 1.º No caso do inciso I deste artigo, os requerimentos deverão ser instruídos pelo menos, com os seguintes elementos, relativos ao quinquênio 1940-1944:

a) tabelas de salários, gratificações e demais proventos de todos os empregados e dirigentes, classificados segundo categorias e montantes e correspondentes aos meses de dezembro de cada ano;

b) contas de despesas mensais com o pessoal;

c) contas de receitas mensais de operação;

d) balanços e relatórios anuais;

e) demonstrações das contas anuais de lucros e perdas;

f) discriminação minuciosa da aplicação dos saldos de balanços em reservas de qualquer natureza, em provisões especiais, em acréscimos de ativo fixo, em pagamento de empréstimos a longo prazo e em distribuição de dividendos;

g) discriminação minuciosa da receita anual, distribuída pelos diferentes serviços executados;

h) capital social e ativo fixo dos serviços em cada ano;

i) tarifas aplicadas no período.

§ 2.º No caso do inciso II deste artigo, as solicitações deverão ser instruídas, pelo menos, com todos dentre os elementos enumerados nas alíneas do parágrafo anterior, que sejam aplicáveis a entidades públicas.

§ 3.º Julgada procedente a pretensão dos requerimentos ou solicitações, pelo Poder Concedente respectivo, poderá este deferi-la, fixando:

a) o valor da taxa adicional sobre as tarifas ou do acréscimo de passagem nos transportes coletivos urbanos, até os limites máximos definidos, respectivamente, nos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 7.524, e referidos aos preços vigentes em 5 de maio de 1945;

b) a data a partir da qual poderá ter início a aplicação das novas tarifas, concomitantemente com os aumentos de salários;

c) as percentagens de aumento de salários, nos casos em que a elevação de tarifas seja insuficiente para o pagamento das percentagens previstas no art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.524.

§ 4.º As decisões do Poder Concedente, de que trata o parágrafo anterior, somente entrarão em vigor depois de homologadas pela Comissão criada no art. 1.º deste decreto-lei.

§ 5.º A Comissão aludida poderá alterar qualquer dos elementos mencionados nas alíneas do § 3.º d'este artigo.

§ 6.º Nos casos de aumento de salários de entidades públicas, deverão ser ouvidos previamente, pelos Poderes Concedentes, os órgãos da Administração para isso competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 6.º Tendo em vista o que dispõe o art. 1.º, § 1.º, alínea c, d'este decreto-lei, as providências para aplicação dos saldos verificados serão provocadas:

I — Mediante requerimento ou solicitação dirigidos aos Poderes Concedentes, respectivamente, pelos concessionários, permissionários e contratante ou pelas entidades públicas que explorarem diretamente os serviços.

II — Pelos Poderes Concedentes, agindo *ex-officio*.

§ 1.º Os processos de aplicação dos saldos verificados, após a sua solução, serão obrigatoriamente remetidos pelos Poderes Concedentes à Comissão criada no art. 1.º d'este decreto-lei.

§ 2.º A referida Comissão poderá, quando julgar conveniente, proceder *ex-officio* e a *posteriori*, determinando a alteração de soluções adotadas pelos Poderes Concedentes.

§ 3.º O destino dos saldos poderá também ser estabelecido previamente:

a) em cada caso concreto pelos Poderes Concedentes, ao fixar os elementos previstos nas alíneas do art. 5.º, § 3.º ou pela Comissão criada no artigo 1.º ao agir na forma do art. 5.º, § 5.º;

b) para cada tipo de serviço pela Comissão criada no art. 1.º, atuando em consequência do art. 16, inciso V, d'este decreto-lei.

Art. 7.º Tendo em vista o que dispõe o art. 1.º, § 2.º, alínea a, d'este decreto-lei, as providências para redução das taxas adicionais serão provocadas *ex-officio*, pelos Poderes Concedentes.

§ 1.º Os processos de redução de taxas adicionais, após a sua solução, serão obrigatoriamente remetidos pelos Poderes Concedentes à Comissão criada no art. 1.º d'este decreto-lei.

§ 2.º A referida Comissão poderá, quando julgar conveniente, proceder *ex-officio* e a *posteriori*, determinando a alteração de soluções adotadas pelos Poderes Concedentes.

Art. 8.º Tendo em vista o que dispõe o art. 1.º, § 2.º, alínea b, d'este decreto-lei, as providências para a revisão dos aumentos de salários e consequente aplicação de taxas adicionais, já efetivados, serão provocadas pela Comissão criada no artigo 1.º do presente decreto-lei, *ex-officio* e agindo:

I. Por iniciativa própria.

II. Por proposta dos Poderes Concedentes.

Art. 9.º Tendo em vista o que dispõe o art. 1.º, § 2.º, alínea c, d'este decreto-lei, as elevações de tarifas, sob qualquer pretexto além do previsto no Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945, deverão ser provocadas junto aos Poderes Concedentes respectivos, mediante:

I. Requerimento dos concessionários, permissionários ou contratantes.

II. Solicitação das entidades públicas que explorarem diretamente os serviços.

§ 1.º Os requerimentos ou solicitações deverão ser instruídos com todos os elementos indispensáveis ao perfeito esclarecimento da finalidade objectivada e das causas determinantes da consequente elevação de tarifas.

§ 2.º Julgada procedente a pretensão dos requerimentos ou solicitações, pelo Poder Concedente respectivo, poderá este deferi-la, fixando, entre outros elementos, as novas tarifas e a data a partir da qual possam as mesmas entrar em vigor.

§ 3.º As decisões do Poder Concedente, de que trata o parágrafo anterior, somente entrarão em vigor depois de homologadas pela Comissão criada no art. 1.º d'este decreto-lei.

§ 4.º A Comissão aludida poderá alterar quaisquer dos elementos fixados pelos Poderes Concedentes, na forma do § 2.º d'este artigo.

Art. 10. A fim de facultar o desempenho das atribuições conferidas por esse decreto-lei à Comissão criada no respectivo art. 1.º, ficam os con-

cessionários permissionários ou contratantes de serviços públicos obrigados a:

I. Fornecer-lhe todos os dados contábeis, estatísticos, técnicos, econômicos ou financeiros, bem como quaisquer outros documentos que a mesma julgar necessários.

II. Facilitar-lhe o exame de seus livros de escrituração, arquivos e demais elementos locais que a mesma achar indispensável.

Parágrafo único. As faculdades conferidas por este artigo à Comissão ficam estendidas aos Poderes Concedentes que ainda não as possuíam.

Art. 11. Os Poderes Concedentes deverão prestar à Comissão criada no art. 1.º deste decreto-lei todos os elementos e informações por esta solicitados.

Art. 12. Para atender às necessidades especiais de determinadas zonas do país, poderão ser criadas comissões regionais, por proposta da Comissão central, prevista no artigo 1.º deste decreto-lei.

§ 1.º As comissões regionais de que trata esse artigo exercerão, dentro das zonas que lhes forem confiadas, atribuições e faculdades idênticas às da Comissão central, e agirão autonomamente, embora dentro das normas fixadas por esta última.

§ 2.º A constituição e o funcionamento de tais comissões regionais serão análogos aos da Comissão central.

Art. 13. A Comissão central e as regionais que forem criadas gozarão de franquia postal e telegráfica, na forma da legislação em vigor.

Art. 14. Todos os casos, ainda em andamento, de aumento de salários e conseqüentes aplicações de taxas adicionais, bem como os de elevação de tarifas sob qualquer pretexto, deverão ser enquadrados nas disposições do presente decreto-lei.

Art. 15. Por infração às disposições deste decreto-lei, ficam os concessionários, permissionários ou con-

tratantes de serviços públicos sujeitos às seguintes sanções:

I. Multa de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

II. Revogação da aplicação de taxas adicionais ou de quaisquer elevações de tarifas, sem que possam, respectivamente, reduzir os salários aumentados ou suprimir quaisquer benefícios determinantes de acréscimos tarifários.

§ 1.º As sanções serão impostas:

a) pelos Poderes Concedentes;

b) pelas Comissões previstas nos artigos 1.º e 12 deste decreto-lei.

§ 2.º No caso da alínea a do parágrafo precedente, caberá recurso às Comissões de que trata a alínea b do mesmo parágrafo.

Art. 16. Além das atribuições conferidas nos artigos precedentes e nos respectivos incisos, parágrafos e alíneas, caberá ainda à Comissão criada no art. 1.º deste decreto-lei:

I — Resolver em grau de recurso os dissídios que derivarem da aplicação do presente decreto-lei.

II — Dirimir dúvidas ocorrentes.

III — Proceder *ex-officio*, por sua iniciativa ou recursos dos interessados, sob qualquer forma — entidades privadas ou públicas exploradoras de serviços, consumidores ou clientes e empregados — nos casos em que não tenha sido cumprido o presente decreto-lei.

IV — Propor ao Presidente da República, ou rever quando propostas por outros órgãos da Administração, as medidas de que trata o art. 1.º, § 3.º, alínea b deste decreto-lei, ou sejam quaisquer medidas, de ordem geral, suscetíveis de acarretar a modificação de tarifas de serviços públicos, explorados ou exploráveis por concessionários, permissionários ou contratantes.

V — Expedir as instruções de serviço complementares ao presente decreto-lei e ao Decreto-lei n.º 7.524, de 5 de maio de 1945.

Art. 17. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em de de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

João de Mendonça Lima

Apolonio Sales

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.º 7.717 — DE 9 DE JULHO DE 1945.

Altera a letra b, do § 3.º, do artigo 144, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

O Presidente da República: usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1. Passa a ter a seguinte redação a letra b, do § 3.º do art. 144 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército:

b) para os Sargentos, o fixo de Cr\$ 5,00 diários.

Art. 2.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.718 — DE 9 DE JULHO DE 1945.

Dispõe sobre a situação profissional de dentistas diplomados por faculdades que funcionaram com autorização dos governos estaduais.

O Presidente da República: usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Os portadores de diploma de dentista, expedido até 31 de dezembro de 1944, por faculdade de odontologia que tiver funcionado com reconhecimento, subvenção ou manutenção dos governos estaduais, poderão inscrever-se no respectivo Departamento Estadual de Saúde, mediante prévia habilitação em prova teórico-oral.

Art. 2.º. A prova teórico-oral, de que trata o artigo anterior, será processada perante uma comissão examinadora, constituída de dois professores de faculdade de odontologia, federal ou reconhecida, e de um representante do Departamento Nacional de Saúde, e versará sobre higiene, prótese e clínica odontológica, de acordo com uma relação de pontos organizada por esse mesmo Departamento.

Parágrafo único. Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem pelo menos dois votos favoráveis da comissão examinadora.

Art. 3.º Os dentistas habilitados, uma vez inscrito o seu diploma no Departamento Estadual de Saúde, poderão exercer a profissão somente dentro do respectivo território estadual, e aí desempenhar cargos ou funções públicas estaduais ou municipais.

Art. 4.º Os diplomas de que trata o presente Decreto-lei não poderão ser registrados no Departamento Nacional de Educação ou no Departamento Nacional de Saúde, e não darão direito ao exercício de cargos ou funções públicas federais, nem ao desempenho de funções privativas dos cirurgiões-dentistas regularmente diplomados por estabelecimento de ensino superior federal ou reconhecido.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.719, DE 9 DE JULHO DE 1945

Modifica o sistema de contribuição para o custeio do Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS — e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:

Art. 1.º Até que se verifique a incorporação dos bens e serviços do Serviço de Alimentação da Previdência Social ao Instituto de Serviços Sociais do Brasil, prevista no n.º III do art. 27 do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, a contribuição para o custeio do SAPS, de que trata o art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.709, de 14 de outubro de 1941, é fixada na base de 2 % (dois por cento) sobre o valor das contribuições de previdência, arrecadados dos empregados e dos empregadores pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Art. 2.º O recolhimento das contribuições devidas em cada mês será feito pelo Instituto ou Caixa, em conta do Serviço de Alimentação da Previdência Social no Banco do Brasil, no Distrito Federal, ou por intermédio das Agências respectivas, nos Estados, até o dia 15 do mês seguinte ao da arrecadação das contribuições de previdência.

Parágrafo único. Considera-se mês de arrecadação para efeito deste artigo, aquele em que o Instituto ou Caixa tenha conhecimento da arrecadação ou escriptura o seu recebimento.

Art. 3.º O Serviço de Alimentação da Previdência Social destinará do produtos que for recebido dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões a cota necessária a formar um fundo de financiamento para atender as aquisições de gêneros e montagem de postos de subsistência, na forma do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 4.859, de 21 de outubro de 1942, e a instalação, aparelhamento e funcionamento de restaurantes, na forma do art. 4.º do Decreto-lei n.º 3.709, de 14 de outubro de 1941.

Art. 4.º Fica o Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social, durante o período referido no art. 1.º, obrigado a apresentar ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio o seu plano de administração, com a respe-

ctiva previsão orçamentária e bem assim o relatório do exercício encerrado, acompanhado de balanço geral e anexos elucidativos, tudo devidamente informado pela Delegação de Controle.

Art. 5.º A Delegação de Controle competirá acompanhar a execução do orçamento, remetendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, relatório circunstanciado sobre a sua observância.

Art. 6.º Ficam revogados o parágrafo único do art. 5.º do Decreto-lei número 3.709, de 14 de outubro de 1941, bem como os arts. 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 8.067, de 16 de outubro de 1941 e art. 5.º, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 4.859 de 21 de outubro de 1942.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo devidas as contribuições previstas no art. 1.º desde o mês de janeiro de 1945.

Parágrafo único. As contribuições referentes aos meses já vencidos na data da publicação do presente Decreto-lei serão recolhidas 15 dias após a sua vigência.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.720 — DE 9 DE JULHO DE 1945

Determina a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que a unificação das instituições de previdência social, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 7.526 de 7 de maio de 1945, impõe medidas capazes de solucionar, em conjunto, problemas homogêneos e passíveis de tratamento global;

Considerando a situação peculiar em que se encontra o Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva;

Considerando, finalmente, a oportunidade de, solucionando problemas imediatos, atender, simultaneamente às diretrizes gerais oriundas da unificação estabelecida, decreta:

Art. 1.º Fica determinada a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva (IAPE) ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC).

Art. 2.º Serão respeitadas, no regime de benefício, as peculiaridades decorrentes da condição específica dos segurados do IAPE.

Art. 3.º O Conselho Fiscal do IAPETC será composto por 3 (três) representantes dos empregados e 3 (três) dos empregadores referentes às várias categorias profissionais e econômicas por ele amparadas, relativas a transportes, cargas terrestres e estiva.

Art. 4.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio escolherá, dentre os atuais membros dos Conselhos Fiscais do IAPETC e do IAPE, aqueles que deverão integrar o novo Conselho Fiscal do IAPETC, respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 5.º Serão averbadas, à margem das transcrições e inscrições nos Registros de Imóveis, nas quais figurar o nome do IAPE, as alterações decorrentes deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Os oficiais do registro de imóveis não perceberão quaisquer custas pelas averbações referidas neste artigo, que ficarão igualmente isentas do pagamento do imposto do selo.

Art. 6.º O Presidente do Conselho Nacional do Trabalho expedirá as normas que forem necessárias à adaptação das condições atuais dos Institutos a que se refere o presente Decreto-lei, assim como à sua execução, entrando ele em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Alexandre Marcondes Filho.
Agamenon Magalhães.
A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N.º 7.721 — DE 9 DE JULHO DE 1945

Prorroga o prazo para conclusão das obras do porto de Mucuri

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, por três anos, o prazo para conclusão das obras do porto de Mucuri, no Estado do Ceará, a que se refere o Decreto-lei n.º 4.319, de 21 de maio de 1942.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N.º 7.722 — DE 9 DE JULHO DE 1945

Altera carreiras do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Agente de Estrada de Ferro, Condutor de Trem, Maquinista de Estrada de Ferro e Mestre de Linhas, do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos será feito com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E. F. C. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA				
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou	Exce- dentes	Vagos
	<i>Agente de Estrada de Ferro</i>						<i>Agente de Estrada de Ferro</i>			
9	K	—	—	II	40	K	—	31
40	J	—	—		70	J	—	30
140	I	—	—		150	I	—	10
300	H	—	—		300	H	—	—
400	G	—	—		400	G	—	—
410	F	—	—		410	F	—	—
212	E	—	—		212	E	—	—
1.511						1.582				71
	<i>Condutor de Trem</i>						<i>Condutor de Trem</i>			
30	J	—	—		70	J	—	40
166	I	—	—		160	I	—	—
150	H	—	—		150	H	—	—
200	G	—	—		200	G	—	—
220	F	—	—		220	F	—	—
46	E	—	—		46	E	—	—
746						786				40

30	<i>Maquinista de Es-</i>	J	—	—	70	<i>Maquinista de Es-</i>	J	—	40
100	<i>trada de Ferro</i>	I	—	—	100	<i>trada de Ferro</i>	I	—	—
200	H	—	—	200	H	—	—
228	G	—	—	228	G	—	—
558					598				40
5	<i>Mestre de Linhas</i>	J	—	—	10	<i>Mestre de Linhas</i>	J	—	5
15	I	—	—	15	I	—	—
5	H	—	—	5	H	—	—
25					30				5

DECRETO-LEI N.º 7.723 — DE 10 DE
JULHO DE 1945

Suspende os efeitos dos Decretos-leis ns. 3.911, de 9 de dezembro de 1941, e 4.166, de 11 de março de 1942, em relação às pessoas físicas italianas, residentes no Brasil, e dá outras providências:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o art. 166, § 2.º, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam liberados dos ônus impostos pelo Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, os bens e direitos pertencentes às pessoas físicas italianas que residam no território nacional, feita a prova de residência pela exibição da carteira expedida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, modelo dezenove (19).

Art. 2.º Excluem-se da liberação outorgada pelo artigo anterior os bens e direitos de pessoas:

a) condenadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, ou que perante ele estiverem sendo processadas até que transite em julgamento a decisão respectiva;

b) repatriadas;

c) que se ausentaram do país sem a autorização regulamentar para o retorno.

Art. 3.º Ficam suspensas as medidas de proteção e segurança de que trata o Decreto-lei n.º 3.911, de 9 de dezembro de 1941, nas operações em que intervenham pessoas físicas italianas, mencionadas no art. 1.º

Art. 4.º Cessam todas as restrições impostas aos agricultores, industriais ou comerciantes, firmas individuais ou coletivas de que façam parte súditos italianos residente no país, sem prejuízo da obrigação de recolhimento ao Fundo de Indenizações previsto no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, das quantias de que sejam devedores para com pessoas físicas ou jurídicas italianas, residentes ou domiciliadas no exterior.

Art. 5.º Os valores recolhidos ao Fundo de Indenizações, até a data da publicação deste Decreto-lei, em nome de pessoas físicas italianas compreen-

didas no art. 1.º, serão restituídos aos respectivos titulares.

Parágrafo único — A restituição das importâncias depositadas em dinheiro far-se-á pelo equivalente em "Obrigações de C." ao valor nominal e com os juros relativos a juros do segundo semestre de 1945.

Art. 6.º Os italianos residentes no Brasil, que praticarem atos contrários aos interesses do país, tornarão a ficar sujeitos às disposições do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, uma vez que o Presidente da República, assim o resolve.

Art. 7.º Continuam em pleno vigor as disposições aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas italianas, residentes ou domiciliadas no exterior, bem assim às pessoas jurídicas brasileiras compreendidas no art. 1.º, letras a e b, do Decreto-lei n.º 5.777, de 26 de agosto de 1943.

Art. 8.º Compete ao Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda dirimir as dúvidas que, porventura, surgirem na aplicação deste Decreto-lei.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945;
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Sousa Costa

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.724 — DE 10
DE JULHO DE 1945

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas aentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As terras devolutas, na faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, ficam submetidas ao regime de aforamento previsto no Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941.

Art. 2.º A União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno das terras devolutas, a que se refere o artigo anterior.

§ 1.º Quando se verificar que os Estados e Municípios efetuaram quaisquer transferências de domínio ou quaisquer concessões de colonização ou exploração agrícola ou industrial na suposição de lhes pertencerem as terras, serão confirmadas as vendas, aforamentos ou concessões, desde que os respectivos titulares tenham cumprido as exigências dos Decretos-leis números 1.953, de 17 de janeiro de 1940, 2.610, de 20 de setembro de 1940, e 1.545, de 25 de agosto de 1939, e regularizem, dentro de seis meses da data da publicação deste Decreto-lei, a sua situação perante o Serviço do Patrimônio da União.

§ 2.º O Serviço do Patrimônio da União expedirá novos títulos de aforamento, independente de quaisquer pagamentos de laudêmios, jóia e foros atrasados, inclusive os que forem cobráveis até 31 de dezembro do corrente ano.

§ 3.º Vencido o prazo do parágrafo primeiro deste artigo, o Serviço do Patrimônio da União providenciará para que cessem inteiramente as ocupações mantidas, a qualquer título, com fundamento naquelas pretensões.

Art. 3.º As medições e demarcações promovidas pelos Estados e Municípios serão revistas pelo Serviço do Patrimônio da União, que expedirá novo título, sem qualquer ônus para o particular.

Art. 4.º Para a preferência à concessão de novos aforamentos, serão aplicados os dispositivos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.438, de 1941, resguardados os direitos dos brasileiros natos, na forma do art. 148, da Constituição.

Art. 5.º E' facultado aos Estados fronteiriços requererem o aforamento de áreas para o incremento dos seus planos de colonização, cabendo-lhes subemprazar aos particulares, na forma da lei civil.

Art. 6.º O Serviço do Patrimônio da União promoverá desde logo o ca-

astro de toda a região, para regularização das ocupações que não se subordinarem a títulos expedidos pelos Estados, e a fim de ser promovido o plano de colonização intensiva das terras, na forma das leis vigentes.

Art. 7.º Ficam criadas Delegacias do Serviço do Patrimônio da União, uma em cada um dos Territórios do Acre, Rio-Branco, Amapá, Guaporé, Iguazu e Ponta-Porá.

Art. 8.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.725 — DE 11 DE JULHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 13 — do Orçamento Geral da República para 1945), o crédito suplementar de Cr\$ 191.400,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos cruzeiros) em reforço da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.726 -- DE 11 DE
JULHO De 1945

*Altera, sem aumento de despesa, a
carreira de Dactiloscopista do Qua-
dro Permanente do Ministério da
Justiça e Negócios Interiores.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a
tabela anexa, a carreira de Dactilos-

copista do Quadro Permanente do Mi-
nistério da Justiça e Negócios Interio-
res.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará
em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrá-
rio.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da Repú-
blica.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provi-sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provi-sórios
9	<i>Dactiloscopista</i>	L	—	9	Q. P.	9	<i>Dactiloscopista</i>	L	—	9	—
13	K	—	10	Q. P.	13	K	—	10	—
17	J	—	14	Q. P.	17	J	—	14	—
22	I	—	16	Q. P.	22	I	—	16	—
27	H	8	—	Q. P.	27	H	—	—	18
88			8	49		88				49	18

Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados não poderá ser superior a 88.

Dêsses cargos, 31 só poderão ser providos à medida que forem sendo suprimidos os cargos da carreira de Dactiloscopista-auxiliar do Q. S., na razão de 1 por 1.

**DECRETO-LEI N.º 7.727 — DE 11 DE
JULHO DE 1945**

Altera denominação de especialidade na Tabela n.º 17 do Decreto-lei n.º 4.162, de 9 de março de 1942:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada para a de "Escreventes Almojarifes" a denominação "Dactilógrafos", prevista na Tabela n.º 17, a que se refere o artigo 211 do Decreto-lei n.º 4.162, de 9 de março de 1942, referente a gratificações de especialidade.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

**DECRETO-LEI N.º 7.728 — DE 11 DE
JULHO DE 1945**

Autoriza o Ministério da Fazenda a permutar o direito preferencial ao aforamento dos terrenos de acrescidos de marinha, que menciona, pelo domínio útil, de propriedade da Companhia Usinas Nacionais, dos terrenos que constituem a quadra compreendida entre a Rua João Francisco, Rua Barão de Iguatemi, Rua Santa Filomena e Travessa Doutor Araújo, todos situados no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pelo Serviço do Patrimônio da

União, autorizado a permutar o direito preferencial ao aforamento de dois terrenos de acrescidos de marinha, um situado na Avenida Francisco Bicalho, esquina da Rua Pedro Alves (lado par), com a área de oito mil quinhentos e quatro metros quadrados e cinquenta e um centímetros quadrados (8.504,52) e o outro situado na Rua Pedro Alves, onde está o imóvel sob o n.º 212, com a área de trezentos e cinquenta e um metros quadrados e vinte e um decímetros quadrados (351,21m2), com o valor total de dois milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 2.455.800,00), os quais constituem a quadra U, do Cais do Pôrto da Cidade do Rio de Janeiro, na Capital Federal, pelo domínio útil, de propriedade da Companhia Usinas Nacionais, dos terrenos que constituem a quadra compreendida entre a Rua João Francisco, Rua Barão de Iguatemi, Rua Santa Filomena e Travessa Doutor Araújo, na circunscrição do Engenho Velho, da Capital Federal, com a área total aproximada de dez mil seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados (10.645m2), declarada enunciativamente, e com o valor de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), foreiros ao Ilustríssimo Cabido da Santa Igreja Catedral Metropolitana do Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, conforme Carta de Traspasse e Aforamento lavrado em fls. 181 do livro 6.º e expedida em 21 de janeiro de 1944.

Art. 2.º A permuta será efetuada por escritura pública, consoante minuta elaborada no Serviço do Patrimônio da União, com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 65.325, de 1944, precedida do competente alvará de licença do senhorio direto dos terrenos que a União receberá na permuta e do comprovante do pagamento da diferença de valor dos terrenos permutandos, na quantia de quatrocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 455.800,00), recolhida à Recebedoria do Distrito Federal, como renda extraordinária, mediante guia expedida

pela Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Distrito Federal.

§ 1.º A União será representada, na escritura da permuta, pelo Chefe da Delegacia acima mencionada.

§ 2.º As despesas da escritura, de sua publicação e de sua transcrição no Registro de Imóveis competente correrão por conta exclusiva da Companhia Usinas Nacionais.

§ 3.º O contrato da permuta será isento do pagamento do imposto do selo, bem como do de transmissão por se tratar de transação efetuada com a União.

Art. 3.º. Efetuada a permuta, será concedido, sem quaisquer outras formalidades legais, o aforamento dos terrenos de acrescidos de marinha, mencionado no artigo primeiro, prosseguindo-se nos demais trâmites processuais, na forma da lei, para a respectiva constituição enfiteutica.

Parágrafo único. Para a fixação do respectivo foro servirá de base o valor dos terrenos declarado no artigo primeiro.

Art. 4.º. Os terrenos, que a União receberá na permuta, passarão à jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.729 — DE 12 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 180 da Constituição e tendo em vista o art. 219, item VI do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, decreta:

Art. 1.º Excetuadas as que forem empreendidas para exercício de funções diplomáticas e consulares e representação do Brasil em congressos, conferências internacionais e competições desportivas, as viagens de servidores civis da União ao estrangeiro obedecerão às normas do presente Decreto-lei.

Art. 2.º As viagens far-se-ão:

I — Sistemáticamente, de acordo com programas anuais de aperfeiçoamento e especialização.

II — Efetivamente, tendo em vista a conveniência:

a) do estudo de determinados assuntos de interesse da administração pública;

b) da execução de determinado trabalho;

c) do aproveitamento de bolsas de estudos oferecidas por instituições nacionais e estrangeiras.

Art. 3.º Para as viagens de aperfeiçoamento e especialização sistemáticas, de que trata o inciso I do artigo anterior, serão selecionados preferentemente funcionários e extranumerários-mensalistas.

Parágrafo único. Em caso de provado interesse do Serviço Público, poderão ser selecionados também extranumerários-diaristas e contratados.

Art. 4.º O aperfeiçoamento e a especialização sistemáticos, de que trata o inciso I do art. 2.º, serão feitos mediante frequência de cursos mantidos por instituições culturais, ou estágios para observação direta em repartições públicas e organizações particulares ou, ainda, mediante uma combinação das duas formas.

Art. 5.º Anualmente, na época própria, o D.A.S.P. organizará com a colaboração dos Ministérios o plano de aperfeiçoamento e especialização de servidores civis da União no estrangeiro, estimará as despesas respectivas e incluirá na proposta orçamentária a dotação correspondente.

Art. 6.º Até o último dia do mês de janeiro de cada ano, o D.A.S.P.

submeterá à decisão do Presidente da República o projeto de instruções para execução do plano.

Art. 7.º Aprovadas as instruções, o D.A.S.P. fará a seleção dos servidores, que serão designados pelo Presidente da República.

Art. 8.º O servidor designado ficará sujeito ao cumprimento de programa de atividades previamente aprovado.

Art. 9.º Ao servidor designado, além do vencimento ou salário, serão asseguradas as seguintes vantagens, variáveis segundo as obrigações atribuídas a cada um:

I — Ajuda de custo, na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;

II — Importância correspondente ao custo de seu transporte do Brasil ao local dos estudos e vice-versa ou os próprios bilhetes de passagens de ida e volta;

III — Importância necessária ao pagamento de matrícula, frequência e outras taxas escolares porventura exigidas;

IV — Gratificação de representação, que será mantida enquanto durar a ausência autorizada.

§ 1.º Ao servidor casado, que obtiver permissão para levar a esposa, serão asseguradas as seguintes vantagens adicionais:

a) importância correspondente ao custo do transporte da esposa, ou os próprios bilhetes de ida e volta;

b) cinquenta por cento da gratificação de representação.

§ 2.º O referido no inciso II e no § 1.º d'este artigo inclui as viagens no país estrangeiro, quando feitas de acordo com o programa de atividades traçado para o servidor.

§ 3.º Dois terços da ajuda de custo, a importância correspondente ao transporte para o estrangeiro e a gratificação relativa ao primeiro mês de ausência serão entregues ao servidor pelo menos 30 dias antes da data da partida; o outro terço da ajuda de custo e a importância correspondente ao transporte para o Brasil, ou os bilhetes de passagem ser-lhe-ão entre-

gues pelo menos 30 dias antes do embarque de regresso.

§ 4.º O pagamento da gratificação mensal será efetuado pelo representante diplomático ou consular do Brasil no local respectivo, a partir do 31.º dia da ausência autorizada, por saque contra a Delegacia do Tesouro no Exterior, à conta do crédito que para esse fim lhe fôr distribuído e de acordo com a autorização pertinente a cada caso individual.

Art. 10. As viagens eventuais ao estrangeiro, para estudo de determinado assunto, ou para execução de determinado trabalho serão propostas ao Presidente da República, pelos órgãos diretamente interessados.

Parágrafo único. Em cada caso, o órgão proponente deverá indicar o nome do servidor a ser designado, o prazo de duração da viagem, a natureza dos encargos e, na forma do Estatuto dos Funcionários, as vantagens a serem atribuídas.

Art. 11. A situação do servidor que obtiver bolsa de estudos de instituições nacionais ou estrangeiras, para se aperfeiçoar ou especializar fora do país, será regulada pelas disposições contidas nos seguintes incisos:

I — Se se tratar de aperfeiçoamento ou especialização na profissão, ocupação ou técnica exercida pelo servidor no desempenho de seu cargo ou função pública, poderá ser-lhe concedida permissão para ir ao estrangeiro e, além do vencimento ou salário, uma gratificação de representação fixada à vista das condições da respectiva bolsa de estudos.

II — Se se tratar de aperfeiçoamento ou especialização em profissão, ocupação ou técnica diferente da que o servidor exerça na administração pública, mas de interesse imediato para a mesma, poderá ser-lhe concedida permissão para ir ao estrangeiro e assegurado o vencimento ou salário, no todo ou em parte, a juízo do Presidente da República.

III — Se se tratar de aperfeiçoamento ou especialização em profissão, ocupação ou técnica diferente da que o servidor exerça na administração

pública e, além disso, sem interesse para a mesma, não lhe será concedida permissão para ir ao estrangeiro, exceto no caso do funcionário que obtiver licença para tratar de interesses particulares.

Art. 12. Ao servidor em viagem de estudos que deixar de cumprir as obrigações decorrentes deste Decreto-lei, de instruções especiais ou do ato que autorizar sua viagem, ou que não conseguir aproveitamento suficiente nos estudos, será determinado que volte ao Brasil dentro de trinta dias a contar da data em que receber a ordem, perdendo, no fim desse prazo, o direito ao vencimento ou salário e qualquer vantagem que lhe tenha sido até então assegurada.

Art. 13. O servidor que for ao estrangeiro para fins de aperfeiçoamento e especialização no gozo de qualquer das vantagens previstas neste Decreto-lei, não deverá no curso dos cinco anos seguintes ao regresso, a contar da data da chegada ao Brasil, requerer licença para tratar de interesses particulares, nem deixar o serviço público por espontânea vontade, sob pena de ser obrigado a indenizar o Tesouro Nacional pelas despesas feitas com a viagem e manutenção no estrangeiro.

§ 1.º O processo de indenização será iniciado pelo próprio servidor, com a comunicação ao chefe imediato do propósito de deixar o serviço público, ou *ex-officio*, desde que verificado o afastamento definitivo, caso em que será da alçada do órgão de pessoal sob cuja jurisdição estiver.

§ 2.º Para esse efeito, os órgãos de pessoal manterão um registro das despesas de viagem dos servidores enviados ao estrangeiro, especificando o vencimento ou salário e cada uma das vantagens percebidas de acordo com os artigos nove e onze deste Decreto-lei.

Art. 14. Os representantes diplomáticos e consulares do Brasil no estrangeiro diligenciarão por obter, dos governos, entidades administrativas e instituições culturais dos países a que forem enviados servidores públicos nos termos deste Decreto-lei, o máximo de

facilidades para a execução dos programas de estudos ou de trabalhos, e tomarão a incumbência de receber e orientar, dentro das respectivas jurisdições, os servidores recém-chegados.

Art. 15. Ficam revogados o Decreto-lei n.º 776, de 7 de outubro de 1938 e outras disposições em contrário.

Art. 16. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

Eurico G. Dutra

P. Leão Veloso

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Apolonio Sales

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.730 — DE 12 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria e licença dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA LICENÇA

Art. 1.º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal poderão ser licenciados, na forma do seu Regimento Interno, para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa de sua família.

Parágrafo único. O Ministro não poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses.

Art. 2.º A licença para tratamento de saúde será concedida com ven-

cimento integral, até doze meses; excedendo êsse prazo, haverá o desconto de um terço, do décimo terceiro ao décimo oitavo mês; e de dois terços, nos seis meses seguintes.

Parágrafo único. Não se aplicam êsses descontos quando se tratar de acidente em serviço, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia.

Art. 3.º Tratando-se de doença em pessoa da família, a licença será concedida nos casos e com os descontos previstos no Decreto-lei n.º 6.849, de 4 de setembro de 1944, e a inspeção de saúde será feita na forma estabelecida para os funcionários públicos civis da União.

CAPÍTULO II

DA APOSENTADORIA

Art. 4.º O Ministro do Supremo Tribunal Federal será aposentado quando verificada a sua invalidez para o exercício da função ou quando atingir a idade limite, de 68 anos.

§ 1.º A aposentadoria, no caso de invalidez, será concedida mediante inspeção de saúde, realizada na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal.

§ 2.º Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de um trinta avos por ano, sobre o vencimento da atividade, salvo no caso de invalidez resultante de acidente em serviço ou das doenças especificadas no parágrafo único do art. 2.º, em que a aposentadoria será concedida com vencimento integral.

§ 2.º Em caso algum o provento de aposentadoria será superior ao vencimento da atividade, ou inferior a um terço.

Art. 5.º O Ministro poderá aposentar-se, com vencimento integral, quando contar mais de 20 anos de serviço público, independentemente de inspeção de saúde.

Art. 6.º Para efeito de aposentadoria será computado integralmente:

a) o tempo em que o Ministro houver exercido mandato legislativo federal, estadual ou municipal;

b) o tempo de serviço em cargo ou função federal, estadual ou municipal;

c) o tempo de serviço ativo nas Forças Armadas e nas forças auxiliares, contando-se pelo dobro o tempo em operações de guerra;

d) o tempo de serviço prestado às organizações paraestatais.

§ 1.º E' vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrente ou simultaneamente.

§ 2.º Em caso algum será computado o tempo de serviço gratuito.

CAPÍTULO III

DO AUXÍLIO PARA FUNERAL

Art. 7.º A família do Ministro, em exercício ou aposentado, que falecer, será concedida, a título de auxílio para funeral, a importância correspondente ao vencimento ou provento de um mês.

§ 1.º Estando o Ministro em exercício, a despesa correrá por conta da dotação de pessoal permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 2.º Estando aposentado, a despesa correrá por conta da dotação relativa ao pagamento dos proventos.

Disposições Transitórias e Finais

Art. 8.º Continua em vigor, para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o disposto no art. 2.º da Lei n.º 583, de 9 de novembro de 1937.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.731 — DE 12 DE JULHO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 180 da Constituição, e nos termos do art. 31, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar a permuta da área de investidura de 35,00 m2 (trinta e cinco metros quadrados) pela área de recuo de 364,00 m2 (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados) relativas ao imóvel n.º 422, sito na Estrada da Fontinha, a fim de possibilitar a execução no local do projeto de alinhamento n.º 3.899.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.732 — DE 12 DE JULHO DE 1945

Incorpora ao patrimônio da União o imóvel que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incorporado ao patrimônio da União o imóvel situado na Rua São Joaquim n.º 329, na Capital do Estado de São Paulo, de propriedade da extinta Sociedade Filarmônica Alemã Lira, conforme a respectiva planta apresentada pelo Ministério da Guerra.

Parágrafo único. A incorporação compreende as instalações e equipamentos do imóvel.

Art. 2.º O Serviço do Patrimônio da União providenciará o que fôr de sua competência para a execução do presente Decreto-lei.

Art. 3.º O imóvel incorporado será utilizado pelo Ministério da Guerra para a instalação definitiva da 4.ª Circunscrição do Recrutamento, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro de Estado.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.733 — DE 12 DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 4.030,00 para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quatro mil e trinta cruzeiros (Cr\$ 4.030,00), para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação mensal de representação de sessenta e cinco dólares americanos (US\$ 65,00) relativa ao período de 28 de setembro a 31 de dezembro de 1944, concedida ao agrônomo fruticultor, classe K, do Quadro Permanente do mesmo Ministério, Alberto Goulart Wucherer, por ter sido autorizado a utilizar-se de bolsa de estudos que lhe ofereceu o Institute of Inter-American Affairs, de Washington, D.C.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.734 — DE 12
DE JULHO DE 1945

Cria a 2.ª coletoria federal do município de Goiânia, no Estado de Goiás, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma segunda coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Goiânia, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. A coletoria a que se refere o presente dispositivo terá jurisdição nos distritos de Campinas e São Geraldo, daquele município, e sede no primeiro dos distritos mencionados.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor — classe C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dez mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 10.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16. do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	3.600,00
S/c n.º 02 — Percentagens	6.600,00
	<hr/> 10.200,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.735 — DE 13
DE JULHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Anexo n.º 21, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), em reforço à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.736 — DE 13
DE JULHO DE 1945

Considera incorporadas ao vencimento ou remuneração, para efeito do provento de aposentadoria, as diferenças asseguradas em lei.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para efeito dos proventos de aposentadoria dos funcionários públicos civis da União, consideram-se incorporadas, ao vencimento ou remuneração, as diferenças de vencimentos cujo pagamento tenha sido assegurado em lei.

Art. 2.º Poderão ser revistas, mediante requerimento dos interessados,

as aposentadorias concedidas depois de 1 de janeiro de 1937.

Parágrafo único. Concedida a revisão, seus efeitos retroagirão à data da vigência deste decreto-lei.

Art. 3.º O Diretor Geral da Fazenda Nacional expedirá instruções para a execução deste decreto-lei.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

Eurico G. Dutra

P. Leão Veloso

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Apolonio Sales

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.737, DE 13 DE JULHO DE 1945

Concede aforamento à sociedade civil "Aloisianum" do terreno acrescido de marinha que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluído das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, e concedido à sociedade civil "Aloisianum", com sede nesta Capital, e sob as condições abaixo especificadas, o aforamento do terreno acrescido de marinha e que constitui o lote n.º oito (8) da quadra quatorze (14) da planta, de retificação de limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A do Projeto de Urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o número 3.085, situados na freguesia de São José, na Capital Federal, medindo o citado lote vinte e quatro (24) metros de frente por vinte (20) metros de fundo com uma área de quatrocentos

e oitenta (480) metros quadrados, e que passará a constituir o lote n.º 16 da quadra 14-A, se for aprovado o projeto de reloteamento das quadras 11, 12, 12-B, 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A, da mesma Esplanada do Castelo modificativo do citado projeto n.º 3.085, com as seguintes dimensões: vinte e oito (28) metros de frente por vinte e nove (29) metros de fundo e uma área de oitocentos e doze (812) metros quadrados.

Parágrafo único. Enquanto o domínio útil do terreno pertencer ao patrimônio do "Aloisianum", este estará isento do pagamento do foro.

Art. 2.º O terreno ora aforado destina-se a auxiliar a realização das finalidades do "Aloisianum", a saber: "amparar e educar os jovens destinados às missões entre os indígenas e à assistência religiosa às classes armadas" e demais expressas nos seus Estatutos.

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União lavrar-se-á o contrato de aforamento do terreno citado no art. 1.º.

Parágrafo único. O contrato será lavrado no livro próprio da repartição e valerá como escritura pública para efeito de sua transcrição no Registro de Imóveis, ficando, o mesmo, isento de qualquer imposto de selo ou emolumento, e essa transcrição far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Fica permitido ao "Aloisianum" alienar mediante venda ou permuta ou constituir em condomínio o domínio útil do terreno ora aforado e as benfeitorias que nele se fizerem, para a consecução das finalidades expressas no art. 2.º deste Decreto-lei, podendo ainda dita sociedade civil hipotecar ou gravar de outros ônus o dito terreno com as benfeitorias que nele se fizerem, bem como arrendá-lo, no todo ou em parte, desde que a renda se destine aos fins já acima expressos no art. 2.º.

Parágrafo único. Em caso de qualquer alienação no domínio útil do terreno, a alienante será obrigada a solicitar do Patrimônio da União a respectiva licença, que lhe será dada, com isenção do pagamento do laudêmio.

A licença concedida pelo Patrimônio da União declarara expressamente que o adquirente ficara sujeito a quaisquer leis em vigor sobre terrenos de marinha e acrescidos.

Art. 5.º Nenhum imposto ou contribuição fiscal, federal ou municipal, gravará a qualquer título o terreno aforado pelo presente Decreto-lei, bem como as benfeitorias e construções que nele se fizerem, enquanto o mesmo pertencer ao "Aloisianum".

Art. 6.º O domínio útil do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao Patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às benfeitorias que se incorporarem ao solo, nos seguintes casos:

a) se a sociedade civil "Aloisianum" não der ao citado terreno dentro de cinco (5) anos, salvo caso de força maior devidamente comprovada, a juízo da Administração, a utilização prevista no art. 2.º deste Decreto-lei;

b) se a mesma sociedade cessar de preencher suas finalidades sociais; e

c) se a mesma se extinguir, excetuada a eventualidade de ser substituída por outra entidade com as mesmas finalidades sociais, nos termos previstos nos seus próprios Estatutos.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.738 — DE 13 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre vencimentos de cargos isolados do Ministério da Fazenda e da outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, do padrão N para o padrão Q, o vencimento do car-

go isolado, de provimento efetivo, de Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, o qual passa a se denominar Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior e fica transferido para o Quadro Suplementar.

Art. 2.º Fica criado, no Quadro Permanente do mesmo Ministério, o cargo isolado, de provimento efetivo, padrão N, de Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, a ser preenchido quando for suprimido o cargo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Fica elevado, do padrão J para o padrão 26, o vencimento dos dois cargos isolados, de provimento efetivo, de Ajudante de Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, os quais passam a ter a denominação de Ajudante de Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior.

Art. 4.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei serão apostilados pelo Delegado do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 5.º Fica fixada em U.S. \$635,00 seiscentos e trinta e cinco dólares americanos) e U.S. \$371,00 (trezentos e setenta e um dólares americanos), respectivamente, a gratificação de representação mensal dos atuais Tesoureiro e Ajudantes de Tesoureiro da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior.

Art. 6.º Para atender à despesa com a execução do disposto nos arts. 1.º e 3.º, fica aberto, ao Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 27.000,00 (vinte sete mil e quinhentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 7.º Fica sem aplicação igual importância de Cr\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros) na Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 14 — Gratificação de Representação, 04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional, 06 — Serviço do Pessoal, do anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 8.º Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de agosto de 1945.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.739 — DE 13 DE JULHO DE 1945

Altera a carreira de Engenheiro de Obras do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Engenheiro de Obras do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º O provimento do cargo vago será feito com recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

MINISTERIO DA AERONAUTICA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
3	<i>Engenheiro de</i>					4	<i>Engenheiro de</i>				
6	<i>Obras</i>	N	—	—	P.	6	<i>Obras</i>	N	—	1	
	M	—	—	P.		M	—	—	
9					10				

DECRETO-LEI N.º 7.740, DE 13 DE
JULHO DE 1945

*Altera carreiras dos Quadros I e VI
do Ministério da Viação e Obras
Públicas, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Engenheiro (D.N.P.R.C. — D.N.O.S.) do Quadro I — Parte Permanente, e Engenheiro do Quadro VI, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os cargos vagos serão providos com recursos dos contas-correntes dos respectivos Quadros.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GERULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

QUADRO I — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Engenheiro (D.N. P.R.C. — D.N. O.S.)</i>				<i>Q.I. P.P.</i>		<i>Engenheiro (D.N. P.P.C. — D.N. O.S.)</i>				
16	N	—	—		16	N	—	—	
18	M	—	—		18	M	—	—	
19	L	—	—		20	L	—	1	
23	K	—	7		23	K	—	7	
27	J	—	—		27	J	—	—	8
103				7		104				8	8

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes K e L. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 104.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO — VI

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
1	<i>Engenheiro</i>	N	—	—		2	<i>Engenheiro</i>	N	—	1	
1	M	—	—		2	M	—	1	
4	L	—	—		4	L	—	—	
6	K	—	1		6	K	—	1	
8	J	—	6		7	J	—	5	
20				7		21				8	

DECRETO-LEI N.º 7.741, DE 13 DE
JULHO DE 1945

*Dispõe sobre a carreira de Oficial
Administrativo do Ministério da
Educação e Saúde.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da
tabela anexa, a carreira de Oficial
Administrativo do Quadro Perma-
nente do Ministério da Educação e
Saúde, na qual se incorpora a carrei-

ra de idêntica denominação do Qua-
dro Suplementar do aludido Minis-
tério.

Art. 2.º Fica revogado o artigo 2.º
do Decreto-lei n.º 7.628, de 12 de ju-
nho de 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará
a partir de 16 de junho de 1945.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da Repú-
blica.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
15	Oficial Adminis- trativo	L		10	Q.P.	40	Oficial Adminis- trativo	L		22	
13	Oficial Adminis- trativo	L			Q.S.					
20	Oficial Adminis- trativo	K		13	Q.P.	50	K		18	
25	Oficial Adminis- trativo	K			Q.S.					
25	Oficial Adminis- trativo	J		8	Q.P.	60	J	12		
55	Oficial Adminis- trativo	J			Q.S.					
35	Oficial Adminis- trativo	I		11	Q.P.	70	I	28		
74	Oficial Adminis- trativo	I			Q.S.					
45	Oficial Adminis- trativo	H		16	Q.P.	80	H		13	
38	Oficial Adminis- trativo	H			Q.S.					
345				58		300			40	53	

DECRETO-LEI N.º 7.742 — DE 13 DE
JULHO DE 1945

Transfere para o Quadro Suplementar funções gratificadas do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas, para o Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, onde serão suprimidas à medida que vagarem, as seguintes funções gratificadas do Quadro Permanente do mesmo Ministério:

Serviço de Saúde dos Portos

7 — Inspetor (D. Federal — S.S.P. — D.N.S.) com Cr\$ 5.400,00 anuais.

3 — Inspetor (S. Paulo — S.S.P. — D.N.S.) com Cr\$ 5.400,00 anuais.

1 — Inspetor — (Bahia — S.S.P. — D.N.S.) com 5.400,00 anuais.

1 — Inspetor — (Pará) — S.S.P. — D.N.S.) com Cr\$ 5.400,00 anuais.

1 — Inspetor (Pernambuco — S.S.P. — D.N.S.) com Cr\$ 5.400,00 anuais.

Parágrafo único. A Divisão do Pessoal do Ministério publicará dentro de 15 dias, a partir da publicação deste Decreto-lei, a relação nominal dos ocupantes dessas funções.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N.º 7.743 DE 16 DE
JULHO DE 1945

Altera carreiras, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, as carreiras de Contador e Guarda-Livros do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 948.600,00 (novecentos e quarenta e oito mil e seiscentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º A despesa com o provimento de 448 cargos da classe E da carreira de Guarda-Livros e 317 cargos da classe H da carreira de Contador, a que se refere o art. 1.º, será atendida, no segundo semestre do atual exercício, pelo crédito suplementar aberto no artigo anterior e pelo saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério, da qual fica destacada, para esse fim, a importância de Cr\$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros).

Art. 4.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 948.600,00 (novecentos e quarenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional, 06 — Serviço do Pessoal, do Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTERIO DA FAZENDA
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Contador</i>						<i>Contador</i>				
40	L	—	2		70	L	—	32	
70	K	—	15		110	K	—	55	
110	J	—	30		170	J	—	90	
160	I	—	3		250	I	—	93	
226	H	—	—	50	350	H	—	105	270
606			—	50	50	950			—	375	270

Obs. — Dos cargos da classe H, 58 só serão preenchidos à medida que forem sendo suprimidos os da carreira de Contador do Q.S., de modo que o total de cargos preenchidos, nas duas carreiras em conjunto, não seja superior a 950. Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os das classes superiores.

	<i>Guarda-livros</i>						<i>Guarda-livros</i>				
30	G	—	—	—	90	G	—	60	
60	F	—	43	—	180	F	—	163	
124	E	—	—	37	380	E	—	225	223
214			—	43	37	650			—	448	223

Obs. Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 650.

DECRETO-LEI N.º 7.744 — DE 16 DE
JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 28.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do orçamento em vigor (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

5/c 01 — Pessoal Permanente

00 — Pessoal Civil

77 — Quadro Permanente e Suplementar .. Cr\$ 28.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1945, 124.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.745 DE 16 DE
JULHO DE 1945

Classifica a Delegacia do Trabalho Marítimo, com sede no porto da Foz do Iguaçu, Território do Iguaçu, e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Delegacia do Trabalho Marítimo da Foz do Iguaçu, criada *ex-officio*, nos termos do art. 2.º do

Decreto-lei n.º 3.346, de 12 de junho de 1941, fica classificada como Delegacia de 2.ª classe, para os efeitos do Decreto-lei n.º 3.397, de 5 de dezembro de 1941.

Art. 2.º Para atender, no segundo semestre deste ano, ao pagamento da gratificação de representação aos membros do Conselho da referida Delegacia, fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros) em reforço à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 14 — Gratificação de representação, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.746 — DE 16 DE
JULHO DE 1945

Autoriza a aquisição de terrenos em Belém, Estado do Pará, destinados ao Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, dos terrenos e benfeitorias neles existentes, situados à Avenida São Jerônimo ns. 359 e 375, em Belém, Estado do Pará, pertencentes respectivamente aos Srs. Victor C. Portela e Fernão Faria Flexa Ribeiro, com a área total aproximada de 637,90 metros quadrados, tudo como consta do processo protocolado na Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica sob o n.º DO-611-45.

Art. 2.º Os terrenos em aprêço desinam-se à construção das residências para oficiais.

Art. 3.º A despesa resultante correrá à conta dos recursos próprios distribuídos ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.747 — DE 16 DE JULHO DE 1945

Dá nova redação ao art. 170 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam assim redigidos o art. 170 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943:

“Art. 170. Os contribuintes que pagarem imposto maior que o devido terão o direito de requerer a restituição do excesso pago.

§ 1.º O direito de pedir restituição do imposto de renda, pago independentemente de lançamento ou arrecadado na fonte, prescreve no prazo de um (1) ano, contado da data do pagamento.

§ 2.º Quando se tratar de cobrança decorrente de lançamento, esse direito prescreve no prazo de seis (6) meses, contados da data em que fôr considerado o contribuinte regularmente notificado.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.748 — DE 17 DE JULHO DE 1945

Suspende a vigência de artigos do Decreto-lei n.º 6.938, de 7 de outubro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica adiada até ulterior deliberação a aplicação dos dispositivos constantes dos arts. 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 6.938, de 7 de outubro de 1944.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

Apolonio Sales

DECRETO-LEI N.º 7.749 — DE 17 DE JULHO DE 1945

Modifica a denominação e reestrutura a carreira de Médico Clínico, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A carreira de Médico Clínico, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, passa a ter a denominação de Médico e fica reestruturada na forma da tabela anexa.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pelo Serviço do Pessoal, do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	Médico Clínico						Médico				
—	—	—	—		1	M	—	1	
1	L	—	—		1	L	—	—	
1	K	—	—		2	K	—	1	
2	J	—	—		2	J	—	—	
2	I	—	—		3	I	—	1	
3	H	—	—		3	H	—	—	3
3	G	—	—							
12						12			—	3	3

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 12.

DECRETO-LEI N.º 7.750 — DE 17 DE
JULHO DE 1945

Torna possível ao eleitor, nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, até o ato da inscrição, escolher o domicílio eleitoral.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 26 do Decreto-lei número 7.586, de 28 de maio de 1945, decreta:

Art. 1.º Nas capitais dos Estados e no Distrito Federal é facultado ao eleitor, até o ato da sua inscrição, escolher o domicílio eleitoral fora do distrito, paróquia ou freguesia de sua residência.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.751 — DE 17 DE
JULHO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul, a função gratificada de Chefe do Tráfego Telegráfico (D.C.T. — D.R.R.G.S. — Pelotas) com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com a execução

do disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), em refêrço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.752, DE 17 DE
JULHO DE 1945

Altera carreiras do Quadro IV, extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Agente de Estrada de Ferro, Condutor de trem, Engenheiro e Servente, do Quadro IV — extinto — E.F.N.B. — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO IV — EXTINTO — E. F. N. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				IV		<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				
24	G	—	—		35	G	—	11	
31	F	—	—		40	F	—	9	
40	E	—	—		56	E	—	16	
60	D	—	—		75	D	—	15	
51	C	—	—		55	C	—	—	
206						261				51	
	<i>Condutor de Trem</i>						<i>Condutor de Trem</i>				
10	G	—	—		15	G	—	5	
25	F	—	—		25	F	—	—	
15	E	—	—		26	E	—	11	
16	D	—	—		16	D	—	—	
66						82				16	

<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>					
3	N	—	—		4	N	—	1	
3	M	—	—		5	M	—	2	
7	L	—	—		8	L	—	—	
4	K	—	—		4	K	—	—	
17						21				4	
<i>Servente</i>						<i>Servente</i>					
2	E	—	—		5	E	—	3	
5	D	—	—		10	D	—	5	
15	C	—	—		15	C	—	—	
1	B	—	—		1	B	—	—	
23						31				8	

DECRETO-LEI N.º 7.753 — DE 17 DE
JULHO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a função gratificada de Administrador da Galeria (D.N.I.C.) com a gratificação de Cr\$ 5.400,00 anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.754 — DE 17 DE
JULHO DE 1945

Altera a carreira de Almoxtarife do Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acordo com a tabela anexa, a carreira de Almoxtarife do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
1	J	—	1	Q.U.P.P.	1	J	—	1	—
1	I	—	—	"	1	I	—	—	—
1	H	—	—	"	1	H	—	—	—
1	G	—	—	"	1	G	—	—	—
1	F	—	—	"	1	F	—	—	1
5			—	1		5			—	1	1

Observações — O cargo provisório será suprimido quando fôr provido o cargo vago da carreira.
O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a cinco.

DECRETO-LEI N.º 7.755 — DE 17
DE JULHO DE 1945

Altera e transfere para o Quadro Permanente a carreira de Mestre de Oficina de Material Bélico, do Quadro Suplementar do Ministerio da Guerra; altera a carreira de Motorista, do mesmo Quadro, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica alterada e transferida para o Quadro Permanente conforme a tabela anexa, a carreira de Mestre de Oficina do Material Bélico, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º. Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Motorista

do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 3.º. Os títulos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto no art. 1.º serão apostilados pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 4.º. A despesa com o disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
—	—	—	—	—	—	8	Mestre de Oficina de Material Bélico	J	—	8	—
4	Mestre de Oficina de Material Bélico	I	—	—	S.	18	—	I	—	14	—
14	Mestre de Oficina de Material Bélico	H	—	—	S.	28	—	H	—	14	—
22	Mestre de Oficina de Material Bélico	G	—	—	S.	38	—	G	—	16	—
7	Mestre de Oficina de Material Bélico	F	—	—	S.	48	—	F	—	41	52
47	—	—	—	—	—	140	—	—	—	93	52

Observações — Os cargos provisórios serão supridos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O número de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 140.

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Motorista</i>				S.		<i>Motorista</i>				
2	F	—	—		10	F	—	8	
12	E	—	—		20	E	—	8	
27	D	—	—		27	D	—	—	
41			—	—		57			—	16	

DECRETO-LEI N.º 7.756 — DE 19 DE
JULHO DE 1945

*Dispõe sobre a admissão de pessoal
para os órgãos eleitorais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam os órgãos eleitorais autorizados a admitir, na forma deste Decreto-lei, pessoal necessário à execução de seus serviços.

Art. 2.º O Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista os recursos financeiros de que dispuzer e às necessidades dos serviços, poderá estabelecer, para cada órgão eleitoral, uma tabela de que constem o número de funções e o salário fixado para cada uma delas, ou autorizar a admissão de pessoal a ser pago na base de tarefa.

§ 1.º A admissão para as funções previstas em cada tabela ou de pessoal pago por tarefa será feita pelo Presidente do respectivo Tribunal ao qual compete, também, a dispensa dos admitidos, quando assim julgar conveniente.

§ 2.º No Distrito Federal, a escolha para admissão do pessoal a que se refere este artigo, recairá, preferentemente, entre os ex-servidores do Serviço Nacional do Recenseamento, observadas as condições de capacidade exigidas para a função, a juízo da autoridade competente para admitir.

Art. 3.º O pessoal a que se refere este Decreto-lei será admitido a título precário não se lhe aplicando a legislação vigente sobre funcionários e extranumerários.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenom Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.757 — DE 19 DE
JULHO DE 1945

Altera a carreira de Dactilógrafo do Quadro da Justiça — Parte Permanente — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Dactilógrafo do Quadro da Justiça — Parte Permanente — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Para atender, no segundo semestre deste ano, a despesa com o provimento de nove cargos vagos da carreira a que se refere este decreto-lei fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Anexo n.º 18, do Orçamento Geral da República para 1945 o crédito suplementar de Cr\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação 1 — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente 00 — Pessoal Civil 81 — Quadro da Justiça.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenom Magalhães

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO DA JUSTIÇA — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA				
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos
10	Dactilógrafo	E	—	10	Q. J.	10 22 32	Dactilógrafo	E D	—	10
20	D	—	20	P. P.			—	22
					Q. J.			—	22
					P. P.					
30			—	30					—	32

Observações — No conjunto das carreiras de Dactilógrafo do Q. J. — Parte Permanente — e Dactilógrafo do Q. J. — Parte Suplementar, o total de cargos providos não poderá ser superior a 32.

DECRETO-LEI N.º 7.758 — DE 19
DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a Junta Consultiva do Imposto de Consumo (J.C.I.C.), e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os membros da Junta Consultiva do Imposto de Consumo (J.C.I.C.), criada pelo art. 204 do Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, exercerão suas funções por três (3) anos, fazendo-se, anualmente, a sua renovação pelo terço.

Parágrafo único. O Governo indicará nas primeiras designações o tempo de exercício de cada membro da J.C.I.C.

Art. 2.º A cada um dos membros da J.C.I.C. e ao seu presidente, que será o diretor das Rendas Internas, é concedida uma gratificação, a título de representação, correspondente a duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) por sessão a que comparecerem, até o máximo de mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 1.600,00) mensais.

Art. 3.º Fica criada, no Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, a função gratificada de Secretário da J.C.I.C., com a gratificação anual de sete mil, duzentos cruzeiros (Cr\$ 7.200,00).

Parágrafo único. O Secretário será designado pelo Presidente da J.C.I.C.

Art. 4.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de noventa mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 90.800,00), sendo setenta mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 70.800,00) para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento das gratificações de que trata este Decreto-lei, e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) para ocorrer às despesas de material com a instalação da J.C.I.C.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.759 — DE 19
DE JULHO DE 1945

Cria e inclui um cargo de Ajudante de Tesoureiro (Tesouro Nacional), Padrão 23, no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado e incluído no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, um (1) cargo de Ajudante de Tesoureiro (Tesouro Nacional) Padrão 23, o qual será provido pela reintegração de Eduardo Sousa Carvalho.

Art. 2.º A despesa de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros), no atual exercício, decorrente do disposto neste Decreto-lei, correrá à conta do saldo da conta-corrente, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, sem aplicação determinada.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.760 — DE 19
DE JULHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extra-numerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em

vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.761, DE 20 DE JULHO DE 1945

Revoga o Decreto n.º 23.535, de 4 de dezembro de 1933

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que a Superintendência da Moeda e do Crédito incumbe exercer o controle do mercado monetário, adotando para tal mistér as medidas necessárias inclusive as que digam respeito à política de câmbio e consequentemente a compra e venda de ouro, decreta:

Art. 1.º. Fica revogado o § 1.º do art. 7.º do Decreto n.º 23.535, de 4 de dezembro de 1933.

Art. 2.º. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.762 — DE 20 DE JULHO DE 1945

Altera a letra "b" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.466, de 16 de abril de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A letra *b* do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.466, de 16 de abril de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) A letra *e* do art. 8.º fica assim redigida: Se a pessoa física ou jurídica, proprietária, necessitar do imóvel para o seu próprio uso, ou aquela para o seu ascendente ou descendente, ou ainda tratando-se

de institutos ou caixas, proprietárias de imóveis destinados aos seus mutuários, quando os exigirem para o próprio uso desses mutuários ou associados que sejam os promitentes compradores dos aludidos imóveis, casos em que deverá ser notificado com três meses de antecedência."

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.763 — DE 20 DE JULHO DE 1945

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1. Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Para atender à despesa com o provimento dos vinte e um cargos vagos da carreira a que se refere este Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo 18 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 00 — Pessoal Civil, 77 — Quadros do Ministério.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.684, de 28 de junho de 1945.

Art. 4.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 28 de junho de 1945.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Oficial Admi- nistrativo</i>						<i>Oficial Admi- nistrativo</i>				
17	L	—	—	Q. P.	25	L	—	8	
28	K	—	—	Q. P.	35	K	—	7	
40	J	—	—	Q. P.	46	J	—	6	
61	I	—	—	Q. P.	58	I	3	—	
92	H	—	—	Q. P.	74	H	18	—	
238						238			21	21	

DECRETO-LEI N.º 7.764 — DE 20
DE JULHO DE 1945

Cria funções no Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes funções gratificadas:

	Anuais
30 Inspetor Regional ..	Cr\$ 5.400,00
1 Ajudante do Inspetor	
Chefe	Cr\$ 5.400,00

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.765 — DE 20
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 15.600,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, Anexo

n.º 22 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal

Extranumerário

Subconsignação 05 — Mensalista

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.766 — DE 20
DE JULHO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde — Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.767 — DE 20
DE JULHO DE 1945

Altera as carreiras de Contador e Fiscal de Seguros do Quadro Unico — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Contador e Fiscal de Seguros do Quadro Unico — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º E' levada a crédito da conta-corrente do Quadro a importância correspondente a 5 cargos da classe I da carreira de Fiscal de Seguros, os quais se acham sem occupante.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Fiscal de Se- guros</i>						<i>Fiscal de Se- guros</i>				
4	L	1	—	Q.U.P.P.	4	L	1	—	—
5	K	—	—		5	K	—	—	—
6	J	—	—		6	J	—	—	—
7	I	—	1		7	I	—	6	—
12	H	—	—		12	H	—	—	5
34			1	1		34			1	6	5

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe I.

O número de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 34.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provi-sórios
	<i>Contador</i>						<i>Contador</i>				
2	L	—	—	Q.U.P.P.	2	L	—	—	—
2	K	1	—		2	K	1	—	—
3	J	—	3		3	J	—	3	—
4	I	—	—		4	I	—	—	—
5	H	—	—		5	H	—	—	2
16			1	3		16			1	3	2

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe J.

O número de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 16.

DECRETO-LEI N.º 7.768 — DE 20 DE
JULHO DE 1945

*Altera carreiras do Quadro Único —
Parte Permanente — do Ministério
do Trabalho, Indústria e Comércio
e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme
as tabelas anexas, as carreiras de Ma-
rinheiro e Patrão, do Quadro Único
— Parte Permanente — do Ministério
do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º O título de Dilerman Peixoto
de Medeiros, cujo cargo é atingido pelo
disposto neste decreto-lei, será apos-
tilado pela Divisão de Pessoal do Mi-
nistério.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em
vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
3	Patrão	G	—	—		3	Patrão	G	—	—	
—	—	—	—		1	F	—	1	
—	—	—	—		1	E	—	1	
1	Patrão	C	—	—		2	D	—	2	
1	Marinheiro	C	—	—		2	C	—	—	
5			—	—		9			—	4	
1	Marinheiro	D	—	—		1	Marinheiro	D	—	—	
4	Marinheiro	C	—	—		4	C	—	—	
5			—	—		5			—	—	

DECRETO-LEI N.º 7.769 — DE 23
DE JULHO DE 1945

Concede anistia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida anistia a todos os militares integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que nos termos do Decreto-lei n.º 6.651, de 30 de junho de 1944, tiveram os processos sobrestados.

Parágrafo único. Não se compreendem nesta anistia os crimes praticados pelos militares nos transportes de guerra ou em território estrangeiro.

Art. 2.º Para o efeito do consúlio no artigo anterior os Conselhos de Justiça dos Corpos a que pertencerem os desertores, o Auditor, quando se tratar de crime da competência dos Conselhos das Auditorias, e os Juizes das Varas Criminais nos casos de crime comum, por simples despacho, declararão extinta a ação penal, devendo os processos ser remetidos às respectivas Auditorias, no caso de se tratar de deserção.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação:

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.770 — DE 23
DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a Organização Administrativa do Território Federal do Iguaçu e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São órgãos da administração do Território Federal do Iguaçu:

I — Governador;

II — Secretaria Geral;

III — Divisão de Saúde (D.S.);

IV — Divisão de Produção, Terras e Colonização (D.P.T.C.);

V — Divisão de Obras (D.O.);

VI — Divisão de Educação (D.E.);

VII — Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.);

VIII — Serviço de Administração Geral (S.A.G.);

IX — Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.).

Parágrafo único. Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir, mediante decreto previamente aprovado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º Ao Governador competem as atribuições de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — auxiliar o Governador no exame dos assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;

II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades, especialmente quanto à execução orçamentária;

III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território.

Art. 4.º A Divisão de Saúde tem por finalidade:

I — efetuar estudos e inquéritos sobre as condições sanitárias do Território;

II — elaborar um plano de assistência médico-social para a região;

III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde, hospitais, maternidades e postos de puericultura;

IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos problemas de higiene e de assistência médico-social no Território;

V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º A Divisão de Produção, Terras e Colonização tem por finalidade:

I — realizar pesquisas e levantamentos dos recursos naturais do Território, visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;

II — orientar e fomentar as atividades produtivas no Território, sob qualquer de suas formas, pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas;

III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais, tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;

IV — realizar os estudos necessários à confecção do Cadastro das terras do Território e examinar as questões relativas a posse, concessão, arrendamento e aforamento de terras;

V — promover a colonização do Território, organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;

VI — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes e a melhor utilização das terras disponíveis através de uma política de colonização adequada.

Art. 6.º A Divisão de Obras tem por finalidade:

I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

II — executar diretamente as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-las e fiscalizar a sua construção, quando atribuída a terceiros mediante contrato;

III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

IV — favorecer a iniciativa privada, auxiliando a realização de obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, es-

pecialmente no conforto e higiene das habitações;

V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e, bem assim, a conveniente utilização do material existente.

Art. 7.º A Divisão de Educação tem por finalidade:

I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II — manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III — organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 8.º A Divisão de Segurança e Guarda tem por finalidade:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a ordem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis;

IV — cooperar, por intermédio da Guarda Territorial, na execução do programa de obras públicas da administração territorial;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteiras.

Art. 9.º O serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação.

Art. 10. O Serviço de Geografia e Estatística tem por finalidade a coleta, crítica, apuração e elaboração, análises e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 11. A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente Decreto-lei serão fixadas pelo Governador do Território Federal do Iguaçu, em decreto cujo projeto deverá ser prévia-

mente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.771 — DE 23
DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal de Ponta Porã e da outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São órgãos da administração do Território Federal de Ponta Porã:

- I — Governador;
- II — Secretaria Geral;
- III — Divisão de Saúde (D.S.);
- IV — Divisão de Produção, Terras e Colonização (D.P.T.C.);
- V — Divisão de Obras (D.O.);
- VI — Divisão de Educação (D.E.);
- VII — Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.);
- VIII — Serviço de Administração Geral (S.A.G.);
- IX — Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.).

Parágrafo único. Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir mediante decreto previamente aprovado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º Ao Governador competem as atribuições de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.839 de 21 de setembro de 1943 e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — auxiliar o Governador no exame dos assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;

II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades especialmente quanto à execução orçamentária;

III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território.

Art. 4.º A Divisão de Saúde tem por finalidade:

I — eretuar estudos e inqueritos sobre as condições sanitárias do Território;

II — elaborar um plano de assistência medico-social para a região;

III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde, hospitais, maternidades e postos de puericultura;

IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos problemas de higiene e de assistência medico-social no Território;

V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território, no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º A Divisão de Produção Terras e Colonização tem por finalidade:

I — realizar pesquisas e levantamentos dos recursos naturais do Território visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;

II — orientar e fomentar as atividades produtivas no Território sob qualquer de suas formas pelo auxílio técnico e material as iniciativas privadas;

III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;

IV — realizar os estudos necessários à confecção do Cadastro das terras do Território e examinar as questões relativas a posse, concessão, arrendamento e aforamento de terras;

V — promover a colonização do Território organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;

VI — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes e a melhor utilização das terras disponíveis, através de uma política de colonização adequada.

Art. 6.º A Divisão de Obras tem por finalidade:

I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

II — executar, diretamente, as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-las e fiscalizar a sua construção, quando atribuída a terceiros mediante contrato;

III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

IV — favorecer a iniciativa privada auxiliando a realização das obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e bem assim a conveniente utilização do material existente.

Art. 7.º A Divisão de Educação tem por finalidade:

I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II — manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III — organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 8.º A Divisão de Segurança e Guarda tem por finalidade:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a ordem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis;

IV — cooperar, por intermédio da Guarda Territorial, na execução do programa de obras públicas da administração territorial;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteiras.

Art. 9.º O Serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação.

Art. 10. O Serviço de Geografia e Estatística tem por finalidade a coleta, crítica, apuração e elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 11. A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente decreto-lei serão fixadas pelo Governador do Território Federal de Ponta Porã, em decreto cujo projeto deverá ser previamente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.772 — DE 23 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal do Guaporé e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São órgãos da administração do Território Federal do Guaporé:

I — Governador

II — Secretaria Geral

III — Divisão de Saúde (D.S.)

IV — Divisão de Produção, Terras e Colonização (D.P.T.C.)

V — Divisão de Obras (D.O.)

VI — Divisão de Educação (D.E.)

VII — Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.)

VIII — Serviço de Administração Geral (S.A.G.)

IX — Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.).

Parágrafo único. Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir, mediante decreto previamente aprovado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º Ao Governador competem as atribuições de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — auxiliar o Governador no exame dos assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;

II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades, especialmente quanto à execução orçamentária;

III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território.

Art. 4.º A Divisão de Saúde tem por finalidade:

I — efetuar estudos e inquéritos sobre as condições sanitárias do Território;

II — elaborar um plano de assistência médico-social para a região;

III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde, hospitais, maternidades e postos de puericultura;

IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos proble-

mas de higiene e de assistência médico-social no Território;

V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º A Divisão de Produção, Terras e Colonização tem por finalidade:

I — realizar pesquisas e levantamentos dos recursos naturais do Território, visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;

II — orientar e fomentar as atividades produtivas no Território sob qualquer de suas formas, pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas;

III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais, tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;

IV — realizar os estudos necessários à confecção do Cadastro das terras do território e examinar as questões relativas à posse, concessão, arrendamento, venda e aforamento de terras;

V — promover a colonização do Território, organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;

VI — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes e a melhor utilização das terras disponíveis através de uma política de colonização adequada.

Art. 6.º A Divisão de Obras (D.O.) tem por finalidade:

I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

II — executar diretamente as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos — conservá-las e fiscalizar a sua construção, quando atribuída a terceiros mediante contrato;

III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

IV — favorecer a iniciativa privada auxiliando a realização de obras que

concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e bem assim a conveniente utilização do material existente.

Art. 7.º A Divisão de Educação (D.E.) tem por finalidade:

I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II — manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III — organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 8.º A Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.) tem por finalidade:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a ordem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis;

IV — cooperar, por intermédio da Guarda Territorial, na execução do programa de obras públicas da administração territorial;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteiras.

Art. 9.º O Serviço de Administração Geral (S.A.G.) tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação.

Art. 10. O Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.) tem por finalidade a coleta, crítica, apuração, elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 11. A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente Decreto-

to-lei serão fixados pelo Governador do Território Federal do Guaporé em decreto cujo projeto deverá ser previamente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.773 — DE 23 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal do Amapá.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São órgãos da administração do Território Federal do Amapá:

I — Governador;

II — Secretaria Geral;

III — Divisão de Saúde;

IV — Divisão de Produção;

V — Divisão de Obras;

VI — Divisão de Educação;

VII — Divisão de Segurança e Guarda;

VIII — Divisão de Terras e Colonização;

IX — Serviço de Administração Geral;

X — Serviço de Geografia e Estatística.

Parágrafo único. Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir, mediante decreto previamente aprovado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público, cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º Ao Governador competem as atribuições de que trata o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — preparar a correspondência oficial do governador;

II — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

III — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território;

IV — informar o expediente dirigido ao Governador;

V — ter a seu cargo o controle do movimento e o arquivo da correspondência oficial.

Art. 4.º A Divisão de Saúde (D.S.) tem por finalidade:

I — efetuar estudos e inquéritos sobre as condições sanitárias do Território;

II — elaborar um plano de assistência médico-social para a região;

III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde, hospitais, maternidades e postos de puericultura.

IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos problemas de higiene e de assistência médico-social no Território;

V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º A Divisão de Produção (D.P.) tem por finalidade:

I — realizar pesquisas e levantamentos dos recursos naturais do Território, visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;

II — orientar e fomentar as atividades produtivas pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas;

III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais, tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;

IV — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes.

Art. 6.º A Divisão de Obras (D.O.) tem por finalidade:

I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no

Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

II — executar diretamente as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-las e fiscalizar sua construção quando atribuída a terceiros, mediante contrato;

III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

IV — favorecer a iniciativa privada, auxiliando a realização de obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e, bem assim, a conveniente utilização do material existente.

Art. 7.º A Divisão de Educação tem por finalidade:

I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II — manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III — organizar e manter ou, quando de iniciativa privada, auxiliar instituições complementares do ensino, ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 8.º A Divisão de Segurança e Guarda tem por finalidade:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a ordem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis.

IV — cooperar, por intermédio da Guarda Territorial, na execução do programa de obras públicas da administração do Território;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteira.

Art. 9.º A Divisão de Terras e Colonização tem por finalidade:

I — promover a colonização do Território, organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;

II — realizar os estudos necessários à confecção do cadastro das terras do Território e examinar as questões relativas à posse, concessão, arrendamento, aforamento e venda de terras;

III — promover a melhor utilização das terras disponíveis através de uma política de colonização adequada.

Art. 10. O Serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação de todas as atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade e tesouraria.

Art. 11. O Serviço de Geografia e Estatística tem por finalidade a coleta, crítica, apuração, elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 12. A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente Decreto-lei serão fixadas pelo Governo do Território Federal do Amapá, em decreto cujo projeto deverá ser previamente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.774 — DE 24
DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre o financiamento da produção de gêneros de primeira necessidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a financiar, pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial,

os cereais e outros gêneros da safra de 1945-46, na base de preços mínimos e condições abaixo especificados:

Arroz

Cento e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 145,00), por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado polido, do tipo 4 (quatro) das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.262, de 28 de maio de 1941.

Feijão

Cento e quinze cruzeiros (Cr\$ 115,00), por saca de sessenta (60) quilos, das variedades brancas, cento e cinco cruzeiros (Cr\$ 105,00), das variedades de côres ou rajadas, e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) das variedades pretas, do tipo 3 (três) das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.260, de 23 de maio de 1941.

Milho

Cinquenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 55,00), por saca de sessenta (60) quilos, dos grupos "duro", "mole" ou "misto" das colorações "branca", "amarela" ou "mesclada", do tipo 3 (três) das especificações baixadas com o Decreto n.º 7.436, de 25 de junho de 1941.

Amendoim

Quarenta cruzeiros (Cr\$ 40,00), por saca de vinte e cinco (25) quilos, das classes "gráuda" ou "miúda", do tipo 2 (dois) das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.266, de 29 de maio de 1941.

Soja

Noventa cruzeiros (Cr\$ 90,00), por saca de sessenta (60) quilos, da variedade comum.

Girassol

Um cruzeiro e cinquenta centavos (Cr\$ 1,60), por quilo, ensacado, do tipo 2 (dois) com sementes cheias, e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas com o Decreto n.º 8.178, de 7 de novembro de 1941.

Art. 2.º Entende-se por safra de 1945-46 a que se refere o artigo anterior, aquela cuja estação agrícola se

inicia, no Sul, de setembro a novembro de 1945, e no Norte, de janeiro a março de 1946.

Art. 3.º Os Serviços de Fomento da Produção Vegetal, dos Estados, através dos respectivos governos, ou do Ministério da Agricultura a que estiverem subordinados, ficam obrigados a remeter à Comissão de Financiamento da Produção, para seu exame e aprovação, as estimativas da área a semear de cada uma das lavouras mencionadas no presente Decreto-lei, com os esclarecimentos indispensáveis às operações de financiamento, observados os seguintes prazos:

a) os da zona Sul do país, até 31 de agosto de 1945;

b) os da zona Norte do país, até 31 de janeiro de 1946.

Parágrafo único. Entendem-se por zona Sul os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo; e zona Norte, os Estados desde o Amazonas até Bahia, considerados nas respectivas zonas os Territórios Federais.

Art. 4.º Os Serviços mencionados no artigo anterior ficam também obrigados a remeter, mensalmente, à Comissão de Financiamento da Produção, a partir de 31 de agosto de 1945 os da zona Sul, e de 31 de janeiro de 1946 os da zona Norte, as seguintes informações:

a) área realmente preparada e semeada;

b) condições das lavouras;

c) estimativas da produção provável.

Art. 5.º Os preços mencionados no art. 1.º referem-se à mercadoria F.O.B. portos do país, embalada em sacaria nova ou em boas condições, devidamente marcada quanto à safra e outras identificações necessárias, classificada e expurgada, depositada em armazéns gerais, armazéns particulares em regime de comodato, ou em armazéns agrícolas criados pelo Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outubro de 1944, todos de fácil acesso.

Parágrafo único. Compete à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. designar,

oportunamente, os portos para onde devem ser remetidos os gêneros.

Art. 6.º A título excepcional, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. financiar cereais, a granel, depositado em silos ou outros armazéns especializados, desde que fique assegurada a conservação da mercadoria.

Art. 7.º Fica a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. autorizada igualmente a financiar arroz em casca, na equivalência de preços especificados no artigo 1.º deste Decreto-lei, desde que a mercadoria seja de boa qualidade e se ache depositada em armazéns gerais, armazéns particulares sob regime de comodato ou nos armazéns agrícolas de que trata o art. 5.º, todos de fácil acesso.

Art. 8.º A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. poderá executar, delegar ou contratar com entidades públicas ou particulares, por intermédio do Serviço de Controle e Recebimento de Produtos Agrícolas e Matérias Primas da Comissão de Financiamento da Produção, todo e qualquer serviço relacionado com a guarda, conservação e expurgo dos gêneros financiados, de acordo com o disposto no art. 7.º, letras d e g do Decreto n.º 11.688, de 20 de fevereiro de 1943. *

Parágrafo único. Para esse fim, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, abrirá ao Serviço de Controle e Recebimento de Produtos Agrícolas e Matérias Primas créditos rotativos, em antecipação das taxas que forem estabelecidas para execução dos serviços mencionados neste artigo.

Art. 9.º Nas condições do presente Decreto-lei, fica também extensiva às instituições de crédito públicas ou particulares, a faculdade de realizar as operações de financiamento dos produtos nele especificados.

Art. 10. O Serviço de Controle e Recebimento de Produtos Agrícolas e Matérias Primas da Comissão de Financiamento da Produção entrará em entendimento com os órgãos ou entidades competentes, no sentido de que os gêneros recebidos, em virtude de

financiamento, tenham preferentemente o seguinte destino:

a) formação de "stocks" de reserva ou "stock" reguladores nos grandes centros de consumo do país;

b) exportação das sobras, em cumprimento a obrigações decorrentes de acordos internacionais;

c) preenchimento das cotas decorrentes dos compromissos assumidos pela U.N.R.R.A.

Art. 11. Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A. ou com outras instituições de crédito públicas ou particulares, as condições necessárias ao financiamento de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 12. As instruções para execução deste Decreto-lei, na parte referente ao financiamento das diversas classes, grupos ou tipos dos produtos mencionados no art. 1.º ou na que disser respeito à forma e condições de armazenagem, conservação, localização, expurgo e identificação da mercadoria, serão imediatamente baixadas pelo Banco do Brasil S. A., depois de aprovados pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

Apolonio Sales

DECRETO-LEI N.º 7.775 — DE 24
DE JULHO DE 1945.

Dispõe sobre a Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — São órgãos da Administração do Território Federal do Rio Branco:

I — Governador

II — Secretaria Geral

III — Divisão de Saúde (D. S.)

IV — Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância (D. A. M. I.)

V — Divisão de Educação (D. E.)

VI — Divisão de Produção, Terras e Colonização (D. P. T. C.)

VII — Divisão de Obras (D. O.)

VIII — Divisão de Segurança e Guarda (D. S. G.)

IX — Serviço de Administração Geral (S. A. G.)

X — Serviço de Geografia e Estatística (S. G. E.)

Parágrafo único — Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir mediante decreto previamente aprovado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais e de interesse público cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º — Ao Governador competem as atribuições de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º — A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — auxiliar o Governador no exame dos assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;

II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades, especialmente quanto à execução orçamentária;

III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território.

Art. 4.º — A Divisão de Saúde tem por finalidade:

I — efetuar estudos e inquéritos sobre as condições sanitárias do Território;

II — elaborar um plano de assistência médico-social para a região;

III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde e hospitais;

IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos problemas de higiene e de assistência médico-social do Território;

V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º — A Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância tem por finalidade:

I — realizar inquéritos e estudos relativamente ao problema social da maternidade e da infância no Território;

II — organizar e manter os serviços de assistência à maternidade e à infância tais como creches, lactários, postos de puericultura, cursos especializados, serviços de visitas domiciliárias e outros que forem julgados necessários;

III — promover, executar, e coordenar quaisquer providências reclamadas pelas condições em que se encontra o Território no setor especial de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 6.º — A Divisão de Educação tem por finalidade:

I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II — manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III — organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 7.º A Divisão de Produção, Terras e Colonização tem por finalidade:

I — realizar pesquisas e levantamentos sobre os recursos naturais do Território, visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;

II — orientar e fomentar as atividades produtivas no Território sob qualquer de suas formas pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas;

III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;

IV — realizar os estudos necessários à confecção do Cadastro das terras do Território e examinar as questões relativas à posse, concessão, arrendamento e aforamento de terras;

V — promover a colonização do Território organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;

VI — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes e a melhor utilização das terras disponíveis através de uma política de colonização adequada.

Art. 8.º A Divisão de Obras tem por finalidade:

I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

II — executar diretamente, as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-los e fiscalizar a sua construção, quando atribuída a terceiros mediante contrato;

III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

IV — favorecer a iniciativa privada auxiliando a realização de obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território

e bem assim a conveniente utilização do material existente.

Art. 9.º A Divisão de Segurança e Guarda tem por finalidade:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a ordem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis;

IV — cooperar por intermédio da Guarda Territorial na execução do programa de obras públicas da administração territorial;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteiras.

Art. 10. O Serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação.

Art. 11. O Serviço de Geografia e Estatística tem por finalidade a coleta, crítica, apuração, elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 12. A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente Decreto-lei serão fixados pelo Governador do Território Federal do Rio Branco em decreto cujo projeto deverá ser previamente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.776 — DE 25
DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a organização da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (C.R.I.F.A.), criada pelo Decreto-lei n.º 7.270 de 25-1-45, para desempenho de suas atribuições, disporá dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Centro de Readaptação;
- b) Seção Técnica;
- c) Seção Administrativa.

Art. 2.º Ao Centro de Readaptação competirá alojar os incapazes das Forças Armadas que, após reformados, forem postos à disposição da C.R.I.F.A.

Art. 3.º A Seção Técnica competirá promover, diretamente ou em cooperação com entidades públicas ou privadas, a prestação de serviços técnicos assistenciais aos incapazes, bem como realizar estudos e pesquisas de interesse para o bom desenvolvimento das atividades da C.R.I.F.A.

Art. 4.º A Seção Administrativa competirá exercer as funções de ordem interna da C.R.I.F.A., especialmente as atividades de orçamento e contabilidade, pessoal, material, comunicações, documentação, arquivo e publicidade.

Art. 5.º A C.R.I.F.A., reunida em plenário, competirá:

- a) Estabelecer as diretrizes da sua ação técnica administrativa, e traçar as normas do processo de readaptação;
- b) aprovar os planos de trabalhos, e suas modificações, quando necessário;
- c) deliberar sobre as modalidades de serviços técnicos necessários a cada caso de readaptação;
- d) julgar cada caso, findo o processo de readaptação, e propor o aproveitamento do readaptado, na forma da lei;

e) deliberar sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo seu Presidente.

Art. 6.º A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, tantas vezes quantas necessário, quando convocada pelo seu Presidente.

Art. 7.º A Comissão reunir-se-á com a presença de dois terços dos seus membros.

Art. 8.º As deliberações da Comissão, que constarão de atas circunstanciadas, serão tomadas por maioria de votos dos membros, presentes, tendo o Presidente ainda o direito de voto de desempate, quando necessário.

Art. 9.º Em suas faltas e impedimentos, até 30 dias, o Presidente da C.R.I.F.A. será substituído pelo militar mais graduado, membro da Comissão. Além desse período far-se-á substituição interina, por decreto do Presidente da República.

Art. 10. O Presidente da C.R.I.F.A. terá um Secretário, que servirá também como secretário das sessões plenárias da Comissão.

Art. 11. Ao Presidente da C.R.I.F.A. competirá:

a) dirigir os seus trabalhos em sessão plenária;

b) convocar sessões extraordinárias, por iniciativa própria ou por solicitação de algum dos membros;

c) dar execução às deliberações da Comissão;

d) deliberar sobre casos que, pelo seu caráter urgente, não possam aguardar reunião da comissão;

e) dirigir os trabalhos do Centro de Readaptação e das Seções Técnicas e Administrativas, dentro das normas traçadas pela Comissão;

f) assinar ordens de pagamento, autorizar aquisições de material, admitir, transferir, remover e dispensar servidores, baixar portarias, ordens e instruções de serviço, e tomar todas as providências necessárias para assegurar a perfeita consecução dos fins da C.R.I.F.A., submetendo à deliberação da Comissão, para sugestão aos poderes competentes, as que não estiverem em sua alçada;

h) designar o seu Secretário e os Chefes das Seções Técnicas e Administrativa.

Art. 12. A Comissão disporá dos créditos orçamentários e adicionais a ela destinados, os quais serão depositados no Banco do Brasil ou em outra instituição de crédito, para sua livre movimentação e aplicação.

Art. 13. As despesas da Comissão serão precedidas de autorização escrita de seu Presidente, ou de quem dele receber delegação de competência.

Art. 14. A aquisição de material e a prestação de serviços contratuais serão precedidos de:

a) coleta de preços, para as operações inferiores a Cr\$ 50.000,00;

b) concorrência administrativa, para as de valor compreendido entre Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 150.000,00; e

c) concorrência pública, para as superiores a Cr\$ 150.000,00.

Parágrafo único. A concorrência pública ou administrativa poderá ser substituída por coleta de preços, qualquer que seja o valor da operação:

a) por motivos de ordem técnica ou econômica, ou circunstâncias imprevisíveis, a juízo do Presidente da República;

b) para a aquisição de materiais que constituam objeto de privilégio, ou que só possam ser adquiridos diretamente dos produtores exclusivos, ou seus representantes, também exclusivos;

c) para a compra de produtos industriais do Estado;

d) para a aquisição de materiais ou prestação de serviços, que os contratantes tenham deixado de realizar dentro dos prazos convencionados ou em desacordo com as normas contratuais, correndo, em tais casos, a diferença de preço, se houver, por conta do faltoso, independentemente de outras penalidades contratuais, aplicáveis pelo inadimplemento das obrigações assumidas;

e) para aquisição de material ou prestação de serviço diretamente no estrangeiro ou em cidade diferente daquela onde tenham sede a Comissão ou suas subcomissões estaduais.

Art. 15. Para a realização de despesas miúdas ou de pronto pagamento poderão ser concedidos adiantamentos aos servidores em exercício na Comissão.

Parágrafo único. Os adiantamentos serão aplicados dentro de 90 dias de seu recebimento, e a prestação de contas será feita à Comissão, até 30 dias depois de esgotado esse prazo.

Art. 16. A Comissão admitirá pessoal à conta dos próprios recursos, com os salários constantes de tabelas aprovadas pelo Presidente da República.

§ 1.º Independentemente dessa tabela, poderão ser admitidos servidores, nacionais ou estrangeiros, para o desempenho, por prazo certo, de função técnica especializada, mediante autorização do Presidente da República.

§ 2.º Mediante autorização do Presidente da República, poderão ser requisitados, para o desempenho de qualquer função, funcionários da União, cuja situação será regulada pelo disposto no art. 35 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28-10-39, e funcionários dos Estados, dos Municípios, da Prefeitura do Distrito Federal e dos Territórios, cuja situação será regulada pelo art. 214 do mesmo Decreto-lei.

Art. 17. Haverá balancetes mensais e balanço anual das despesas, devendo este ser concluído 60 dias após o encerramento do exercício.

Art. 18. Até 31 de março de cada ano a Comissão apresentará ao Presidente da República, para sua aprovação, a prestação de contas de sua gestão.

Art. 19. A Comissão apresentará ao Presidente da República, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado de suas atividades no ano anterior.

Art. 20. Os requerimentos, documentos de instrução e correspondência dirigidos à C.R.I.F.A. pelos incapazes das Forças Armadas, ou por suas famílias ou beneficiários, serão isentos de selo.

Art. 21. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

*Agamemnon Magalhães
Henrique A. Guilhem
Eurico G. Dutra
P. Leão Veloso
A. de Souza Costa
João de Mendonça Lima
Apolonio Sales
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
Joaquim Pedro Salgado Filho*

DECRETO-LEI N.º 7.777 — DE 25 DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, em favor da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para atender, durante o corrente exercício, às despesas de instalação, equipamento e aquisição de material para a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (C. R. I. F. A.), criada pelo Decreto-lei n.º 7.270, de 25-1-45.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere este artigo será automaticamente registrado, distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição do Presidente da C. R. I. F. A., para ser aplicado na forma do Decreto-lei n.º 7.776, de 25 de julho de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.778 — DE 25 DE
JULHO DE 1945

Cria funções gratificadas para a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e abre crédito especial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$ Anuais
1 Secretário (C. R. I. F. A.), com	4.800,00
1 Chefe de Seção (S.A. — C. R. I. F. A.), com ...	6.000,00
1 Chefe de Seção (S.T. — C. R. I. F. A.), com ...	6.000,00
1 Chefe do Centro de Readaptação (C. R. — C. R. I. F. A.), com	6.000,00

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto no artigo anterior e com a admissão de pessoal extranumerário, no período de 1.º de julho a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, à Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 275.400,00 (duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.779 — DE 25
DE JULHO DE 1945

Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (D.N.E.F.) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Departamento Nacional de Estradas de Ferro (D.N.E.F.), criado pelo Decreto-lei n.º 3.163, de 31 de março de 1941, passa a ter a seguinte organização:

Divisão de Estudos (D.E.)
Divisão de Controle Industrial (D.C.I.)
Divisão de Planos e Obras (D.Pl. O.)
Serviço de Administração (S.A.)

Art. 2.º Ficam transformados, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, os atuais cargos isolados de provimento em comissão, padrão P, de Diretor da Divisão Econômica e de Diretor da Divisão de Fiscalização, nos seguintes:

1 Diretor (D.E. — D.N.E.F.), padrão P;
1 Diretor (D.C.I. — D.N.E.F.), padrão P.

Art. 3.º Fica transformada, no mesmo Quadro, Parte e Ministério, a função gratificada de Diretor da Divisão de Administração, com Cr\$ 10.800,00 anuais, na função gratificada de Chefe de Serviço (S.A. — D.N.E.F.), com Cr\$ 9.600,00 anuais.

Art. 4.º Oportunamente será baixado pelo Presidente da República o Regimento do D.N.E.F.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.780 — DE 26
DE JULHO DE 1945

Institui medidas de proteção financeira aos estabelecimentos particulares de ensino.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As caixas econômicas federais poderão operar em empréstimos

de dinheiro, mediante garantia de penhor, em benefício dos estabelecimentos particulares de ensino, reconhecidos pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Estendem-se às operações realizadas na forma do presente artigo as disposições dos Decretos-leis n.º 1.271, de 16 de maio de 1939, e n.º 4.191, de 18 de março de 1942, desde que a detenção e utilização das cousas empenhadas, a juízo da emprestadora, sejam indispensáveis às atividades normais do estabelecimento beneficiado.

Art. 2.º Os empréstimos terão por fim proporcionar aos estabelecimentos particulares de ensino recursos financeiros que lhes permitam não somente renovar, melhorar ou ampliar o seu equipamento pedagógico mas também atenuar ou remover consequências de eventuais dificuldades pecuniárias.

Art. 3.º A operação far-se-á independentemente da condição de que trata o artigo seguinte, se o prazo do empréstimo não exceder de seis meses, sendo todavia permitida a renovação.

Art. 4.º Se o prazo do empréstimo exceder de seis meses, a emprestadora, além de tomar as medidas de prudência a que devem subordinar-se as suas operações, em geral, poderá exigir subsidiariamente a garantia fidejussória de pessoa natural ou jurídica.

Parágrafo único. O prazo do empréstimo não excederá de sessenta meses, sendo permitida a renovação.

Art. 5.º Os juros dos empréstimos de que trata o presente Decreto-lei sofrerão, com relação à taxa fixada pelo Decreto-lei n.º 1.113, de 22 de fevereiro de 1939, a redução de três por cento (3 %) no mínimo.

Art. 6.º Se não existir caixa econômica federal na unidade federativa em que estiver situado o estabelecimento beneficiado, os empréstimos poderão ser concedidos por instituição congênera da unidade federativa mais próxima, ouvido o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, a que

se refere o art. 3.º do Decreto número 24.427, de 16 de julho de 1934.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.781 — DE 26 DE JULHO DE 1945

Modifica o processo de provimento de cadeiras da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 15 do Decreto-lei número 1.212, de 17 de abril de 1939, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. As cadeiras de ginástica rítmica, de educação física geral, de desportos aquáticos, de desportos terrestres individuais, de desportos terrestres coletivos e de desportos de ataque e defesa da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, serão providas por extranumerário-mensalista, admitido nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os professores admitidos na forma deste artigo consideram-se investidos das mesmas atribuições conferidas aos professores catedráticos em geral”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

**DECRETO-LEI N.º 7.782 — de 26
DE JULHO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a exonerar o "Asilo Isabel" do pagamento do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a exonerar o "Asilo Isabel" do pagamento do imposto predial correspondente aos exercícios de 1929 a 1936 e de 1938 a 1941, relativo ao imóvel n.º 1.124 da Avenida Geremário Dantas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.783 — DE 26
DE JULHO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de impostos em favor do Orfanato "Casa de Lázaro".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder isenção dos impostos de transmissão e de transcrição, ao Centro Espirita Lázaro, Amor e Caridade, para aquisição do imóvel sito à Rua Torres Sobrinho n.º 57, no Méier, avaliado em Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) e destinado ao Orfanato "Casa de Lázaro".

Art. 2.º A autorização contida no presente Decreto-lei é extensiva aos impostos que oneram o prédio atual, ou que venham a onerar o prédio que

será construído, condicionada a isenção desses tributos, porém, a utilização dos imóveis como orfanato.

Art. 3.º As isenções ora autorizadas não abrangem a taxa de serviços municipais.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.784 — DE 26
DE JULHO DE 1945**

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para despesas com mudança e novas instalações, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 700.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a mudança e novas instalações de Serviços e Repartições do mesmo Ministério.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 700.000,00) compreendida na Verba 2 — Material, Consignação III — Diversas Despesas, S/c. n.º 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis; 04 — Departamento de Administração, 03 — Divisão do Material, do Anexo n.º 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.785 — DE 26
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 20, do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c. n.º 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do
Pessoal Cr\$ 2.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

P. Leão Velloso
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.786 — DE 26
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 13.000,00, para pagamento de contribuição do Brasil à Repartição Internacional para Proteção das Obras Literárias e Artísticas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de treze mil cruzeiros (Cr\$ 13.000,00), para pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição do Brasil à Repartição Internacional para Proteção das Obras Literárias e Artísticas, referente ao exercício de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

P. Leão Velloso
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.787 — DE 26 DE
JULHO DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei número 929, de 6 de dezembro de 1933, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação, a partir de 1 de agosto de 1945, a modalidade especial de escrituração estabelecida pelo art. 4.º do Decreto-lei número 929, de 6 de dezembro de 1933.

Art. 2.º O Ministro da Fazenda designará uma Comissão que, de acordo com as instruções da Contadoria Geral da República, procederá ao exame dos documentos e escrituração da Rêde de Viação Paraná-Santa Cata-

rina, a fim de apurar o valor dos transportes efetuados e não liquidados pela forma prevista no art. 4.º do Decreto-lei n.º 929 citado.

Parágrafo único. Todos os processos de pagamento à Rede em trânsito ou em liquidação, correspondentes a transportes efetuados antes de 1 de agosto de 1945, serão encaminhados à Contadoria Seccional junto à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, para o devido arquivamento.

Art. 3.º Com base no exame determinado no artigo anterior, far-se-á o encontro de contas entre a União e a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, devendo o saldo apurado ser imediatamente pago em espécie.

Art. 4.º A partir de 1 de agosto de 1945, os transportes efetuados pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, por conta do Governo Federal, serão pagos em espécie, na forma do art. 24 do Decreto-lei n.º 4.746, de 25 de setembro de 1942.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.788 — DE 26 DE JULHO DE 1945

Faz doação à Prefeitura Municipal de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, do terreno que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica doado à Prefeitura Municipal de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, o domínio pleno do terreno situado na Rua Cândido Falcão, ao lado do edifício da Agên-

cia dos Correios e Telégrafos, com as seguintes características: mede 18,0 metros a Oeste e Leste, onde limita, respectivamente, com a Rua Cândido Falcão e propriedade de Sílvia Escobar; mede 33,25 metros ao Norte e a Sul, onde limita com propriedade de Adolfo Corrado e da União Federal, da qual é desmembrado, conforme consta da planta anexada ao processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 152.807, de 1944.

Parágrafo único. Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Rio Grande do Sul, assinar-se-á termo em livro da repartição, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, independente de qualquer imposto de selo, custas ou emolumentos.

Art. 2.º O terreno será, exclusivamente, utilizado para construção de um prédio, onde será instalado o Posto de Higiene.

Art. 3.º O domínio do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a construção do prédio, do art. 2.º, não se iniciar dentro de três (três) anos, contados da data da assinatura do contrato citado no parágrafo único, do art. 1.º, ou não ficar concluído dentro de 2 (dois) anos após o início da construção;

b) se a Prefeitura Municipal de São Borja não der ao terreno o destino previsto no art. 2.º.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.789 — DE 27
DE JULHO DE 1945

Altera e transfere carreiras do Quadro Suplementar para o Quadro Permanente do Ministério da Marinha e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, e transferidas para o Quadro Permanente, as carreiras de Operário de Armamento e Operário de Arsenal do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

MINISTÉRIO DA MARINHA
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
1	<i>Operário de Armamento</i>	I	—	—	Supl.	20	<i>Operário de Armamento</i>	I	—	19	—
9	H	—	—	Supl.	35	H	—	26	—
48	G	—	—	Supl.	55	G	—	7	—
67	F	—	—	Supl.	80	F	—	13	—
99	E	—	—	Supl.	110	E	—	—	65
16	C	—	—	Supl.						
240			—	—		300			—	65	65

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 300.

SITUAÇÃO PROPOSTA						SITUAÇÃO ATUAL					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Operário de Arsenal</i>						<i>Operário de Arsenal</i>				
4	I	—	—	Supl.	40	I	—	36	—
16	H	—	—	Supl.	70	H	—	54	—
82	G	—	—	Supl.	110	G	—	28	—
120	F	—	—	Supl.	160	F	—	40	—
195	E	—	—	Supl.						
134	D	—	—	Supl.						
41	C	—	—	Supl.	220	E	—	—	158
1	B	—	—	Supl.						
593			—	—		600			—	158	158

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 600.

**DECRETO-LEI N.º 7.790 — DE 27
DE JULHO DE 1945**

Abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde — Anexo número 15 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 382.200,00 (trezentos e oitenta e dois mil e duzentos cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 51 — Serviços Educativos e Culturais

64 — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

a) Estudos, pesquisas, documentação e levantamentos necessários ao tombamento sistemático dos monumentos e obras de valor histórico e artístico.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 382.200,00 (trezentos e oitenta e dois mil e duzentos cruzeiros) da seguinte dotação do Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde — do Orçamento Geral da República para 1945:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumérico

Subconsignação 05 — Mensalistas

05 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1945, 124.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema,
A. de Sousa Costa.*

**DECRETO-LEI N.º 7.791 — DE 27
DE JULHO DE 1945**

Eleva os vencimentos do cargo de Chefe de Cartografia do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, do padrão M para o padrão N, os vencimentos do cargo isolado, de provimento efetivo, de Chefe de Cartografia, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º O título de nomeação do funcionário atingido pelo disposto no artigo anterior será apostilado pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com a execução no disposto neste Decreto-lei fica aberto, ao Ministério da Guerra — Anexo n.º 17 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00 (tres mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 17 — Diretoria de Intendência.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema,
A. de Sousa Costa.*

**DECRETO-LEI N.º 7.792 — DE 27
DE JULHO DE 1945**

Acrescenta um parágrafo ao Decreto-lei n.º 4.574, de 12 de agosto de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica acrescentado, ao artigo 1.º, Decreto-lei n.º 4.574, de 12 de agosto de 1942, o seguinte parágrafo:

"Parágrafo Único. Ao oficial administrativo, Adriano Guimarães, fica ainda, assegurado o pagamento da diferença de vencimentos de Cr\$... 362,00 (trezentos e sessenta e dois cruzeiros) mensais."

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de agosto de 1942.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1945, 124.º da Independência e 51.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.793 — DE 27
DE JULHO DE 1945

Altera as carreiras de Arquivologista dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores, das Relações Exteriores e da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Arquivologista dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores e das Relações Exteriores e do Quadro 1 — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º. Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pelos órgãos de pessoa dos respectivos Ministérios.

Art. 3.º. A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos das contas-correntes dos Quadros dos respectivos Ministérios.

Art. 4.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1945, 124.º da Independência e 51.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

P. Leão Veloso.

João de Mendonça Lima.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Arquivologista</i>						<i>Arquivologista</i>				
2	L	—	2	—	3	L	—	3	—
3	K	—	3	—	5	K	—	5	—
4	J	—	4	—	7	J	—	7	—
6	I	—	6	—						
9	H	—	2	15	9	I	—	2	15
24			—	17	15	24			—	17	15

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 24.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Arquivologista</i>						<i>Arquivologista</i>				
1	L	—	1	—	1	L	—	1	—
1	K	—	1	—	1	K	—	1	—
1	J	—	1	—	2	J	—	2	—
2	I	—	2	—						
2	H	—	—	5	3	I	—	—	4
7			—	5	5	7			—	4	4

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 7.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Arquivologista</i>						<i>Arquivologista</i>				
1	L	—	1	—	1	L	—	1	—
1	K	—	1	—	2	K	—	2	—
2	J	—	2	—	3	J	—	3	—
2	I	—	—	—						
4	H	—	—	4	4	I	—	—	6
10			—	4	4	10			—	6	6

Observações — Os cargos prov isórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores. O número total de cargos ocup ados na carreira não poderá ser superior a 10.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO I

Parte Permanente

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de Cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Arquivologista</i>						<i>Arquivologista</i>				
1	L	—	1	—	1	L	—	1	—
1	K	—	1	—	1	K	—	1	—
1	J	—	1	—	1	J	—	1	—
1	I	—	1	—						
1	H	—	—	4	2	I	—	—	3
5			—	4	4	5			—	3	3

Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 5.

DECRETO-LEI N.º 7.794 — DE 27
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, no Ministério da Agricultura, o crédito suplementar (Pessoal) de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para reforço das dotações destinadas a ajuda de custo e diárias:

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES

Subconsignação 22 — Ajuda de custo

Cr\$

Passa de	1.686.400,00
Para	1.726.400,00

Subconsignação 23 — Diárias

Cr\$

Passa de	4.543.800,00
Para	4.603.800,00

Art. 2.º E' tornada sem aplicação a parcela de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), na dotação de Cr\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil cruzeiros) atribuída ao Ministério da Agricultura, na Verba 2 — Material, Consignação I — Material Permanente, Subconsignação 13 — "Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo, aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fição e tecelagem de seda", do Anexo 14 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944).

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua aplicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.795 — DE 30 DE
JULHO DE 1945

Modifica a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.637, de 12 de junho de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.637, de 12 de junho de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente lugares gratuitos e de contribuição reduzida, perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante de sua arrecadação a título de ensino.

Parágrafo único. O favor será distribuído a adolescentes necessitados por uma comissão constituída pelo diretor do estabelecimento, por um membro do corpo docente e pelo inspetor federal, de conformidade com as instruções que baixar o Ministro da Educação e Saúde."

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.796 — DE 30 DE
JULHO DE 1945

Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 2.436, de 22 de junho de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 6.º do Decreto-lei

n.º 2.436, de 22 de junho de 1940, fica assim redigido:

“O Presidente da República nomeará uma Comissão que, sob a direção do Superintendente, fará o levantamento e avaliação de todos os valores e bens pertencentes às empresas incorporadas, e procederá às diligências tendentes à verificação do quanto é devido à União, propondo o plano de liquidação previsto no art. 7.º deste Decreto-lei.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.797 — DE 30 DE
JULHO DE 1945

Dispõe sobre o procedimento fiscal tendente a reprimir a prática ilegal de operações de câmbio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nenhum procedimento fiscal, tendente a reprimir a prática ilegal de operações de câmbio, poderá ser instaurado sem prévio estudo e pronunciamento da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A.

§ 1.º Para efeito do que dispõe este artigo lavrar-se-á, inicialmente, termo de verificação e exame, que relate minuciosamente a ocorrência da infração e tudo mais que possa esclarecer os fatos argüidos.

§ 2.º Lavrado o termo, será ele entregue, com os papéis que o instruírem, à repartição arrecadadora local, para imediato encaminhamento à Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A., que, na qualidade de órgão técnico e controlador das operações cambiais, se pronunciará sobre os fatos levados a exame.

§ 3.º A Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A. terá, para estudo do assunto, o prazo de trinta (30)

dias, prorrogável, a seu pedido, por igual período de tempo.

Art. 2.º Restituído o processo à repartição solicitante da diligência, e verificada a procedência dos fatos argüidos, lavrar-se-á a competente representação para seguimento regular do feito.

Parágrafo único. Considerados pela Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A. improcedentes as argüições, o chefe da repartição mandará arquivar o processo.

Art. 3.º A regularização, durante o curso do processo, das operações que objetivarem a ação fiscal, não invalidará esta para efeito de imposição das penalidades cabíveis.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.798 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Amplia as deduções previstas no artigo 37 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, que dispõe sobre o imposto de renda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 37 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, a seguinte letra:

“g) as contribuições e doações feitas às instituições filantrópicas de existência legal no país, desde que seja apresentado, com a declaração de rendimentos, documento comprobatório fornecido pela instituição.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.799 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Concede pensão especial a Ercília Fernandes Passos, em cumprimento de sentença judiciária

O Presidente da República, tendo em vista o acórdão n.º 6.636, de 14 de maio de 1937, do Supremo Tribunal Federal, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Ercília Fernandes Passos, na qualidade de mãe de Edgar Fonseca de Sousa, morto em virtude de acidente ocorrido em 25 de setembro de 1925 no flanco direito do Quartel General do Exército, na Praça da República da Capital Federal, a pensão especial de cento e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 195,00) mensais, a título de prestação de alimentos, em cumprimento de sentença judiciária, conforme acórdão n.º 6.636, de 14 de maio de 1937, do Supremo Tribunal Federal, e de acordo com o resolvido no processo protocolado no Serviço de Comunicações do Ministério da Fazenda sob número 107.484, de 1945.

Parágrafo único. O benefício instituído neste artigo é irreversível, extinguindo-se com a morte da beneficiária.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir de 1 de janeiro de 1945, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.800 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 58.403.620,20, para pagamento de contas de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cinquenta e oito milhões, quatrocentos e três mil, seiscentos e vinte cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 58.403.620,20), para ocorrer ao pagamento (Dívida Pública) de contas de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Central do Brasil, no exercício de 1944, em favor dos Ministérios a seguir enumerados:

	Cr\$
Aeronáutica	4.523.076,90
Agricultura	817.370,90
Educação e Saúde	121.969,80
Fazenda	2.318.020,40
Guerra	47.712.800,60
Justiça e Negócios Internos	315.096,20
Marinha	21.163,20
Relações Exteriores	23.385,10
Trabalho, Indústria e Comércio	303.257,60
Viação e Obras Públicas	2.247.479,50
	<hr/>
	58.403.620,20

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será distribuído ao Tesouro Nacional, onde serão, pela Diretoria da Despesa Pública, processados os pagamentos, à vista dos respectivos comprovantes.

Parágrafo único. Para os fins indicados neste artigo, providenciarão os Ministérios a remessa imediata das contas a liquidar.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

*A. de Souza Costa
Agamemnon Magalhães
Henrique A. Guilhem
Eurico G. Dutra
P. Leão Veloso
João de Mendonça Lima
Apolonio Salles
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
Joaquim Pedro Salgado Filho*

DECRETO-LEI N.º 7.801 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 97.470.000,00, para subscrição de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 97.470.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Serviços e Encargos) com a subscrição, pelo mesmo Tesouro, de noventa e sete mil, quatrocentos e setenta (97.470) debêntures do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, da Companhia Vale do Rio Doce S. A., nos termos do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.605, de 20 de junho de 1944.

Art. 2.º A importância de noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 97.470.000,00) de que trata o artigo anterior será paga, em "Obrigações de Guerra" pelo valor nominal, à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, que, mediante contrato, ficou com a exclusividade do lançamento do primeiro grupo das cem mil (100.00) debêntures emitidas pela Companhia Vale

do Rio Doce S. A., de acordo com o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.605, citado.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.802 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Torna extensivo ao Exército o Decreto-lei n.º 6.433, de 17 de abril de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É extensivo ao Exército o Decreto-lei n.º 6.433, de 17 de abril de 1944.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.803 — DE 30
DE JULHO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 12.000.000,00.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) à Verba 3 — Serviços e Encargos — do orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e

Comércio, do Decreto-lei n.º 7 191, de 23 de dezembro de 1944, como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 04 —

Abono familiar Cr\$

24 — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho 12.000.000,90

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.804 — DE 31 DE JULHO DE 1945

Transforma e cria cargos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 120 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformado, no Quadro Permanente, do Ministério da Educação e Saúde, o cargo isolado, em comissão, de Diretor (E.I. Campos — D.E.I. — D.E.N.), padrão L, em Diretor (E.T. Campos — D.E.I. D.N.E.), padrão M.

Art. 2.º Fica alterado, na forma das tabelas anexas, o Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, com a transformação e criação de cargo isolado, de provimento efetivos, de Professor e Instrutor da Escola Técnica de Campos, da Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos transformados terão seus títulos de nomeação apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Fica elevada, no Quadro Permanente, do Ministério da Educação e Saúde, de Cr\$ 4.200,00 para Cr\$ 5.400,00 anuais, a gratificação das funções de Professor-chefe das disci-

plinas, de Português, Matemática e Desenho Ornamental, da antiga Escola Industrial de Campos, hoje Escola Técnica de Campos, da Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação.

Art. 4.º Para ocorrer às despesas, a partir de 1 de agosto de 1945, com o disposto nos artigos anteriores, bem como com a elevação do salário de uma função de Professor do Ensino Industrial (Desenho Ornamental) da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Escola Técnica de Campos, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito suplementar de Cr\$ 64.250,00 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA I — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

01 — Quadros Cr\$

do Ministério. 61.500,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

05 — Mensalistas

04 — Departamento de Administração Cr\$

06 — Divisão do Pessoal ... 2.000,00

Consignação III — Vantagens

09 — Funções Gratificadas

04 — Departamento de Administração Cr\$

06 — Divisão do Pessoal ... 750,00

Total ... 64.250,00

Art. 5.º Este Decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de agosto de 1945.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	Cargos isolados de provimento efetivo						Cargos isolados de provimento efetivo				
2	Professor (Português — E.I. Campos — D. E.I. — D.N.E.)	J	—	—	Q.P.	2	Professor (Português — E.I. Campos — D. E.I. — D.N.E.)	K	—	—	
2	Professor (Matemática — E.I. Campos — D. E.I. — D.N.E.)	J	—	—	Q.P.	2	Professor (Matemática — E.I. Campos — D. E.I. — D.N.E.)	K	—	—	
1	Professor (Ciências Físicas e Naturais — E.					1	Professor (Ciências Físicas e Naturais — E.				

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
1	I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	I	—	—	Q.P.	1	T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	I	—	—	
	Professor (Geografia e História — E. I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	I	—	—	Q.P.	1	Professor (Geografia e História — E. T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	1	
						1	Professor (Inglês — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.) ...	K	—	1	
						1	Professor (Francês — E. T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	1	
						1	Professor (Física e eletrotécnica — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	1	
						1	Professor (Química — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	1	

1	Professor (Canto Orfeônico — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	—		1	Professor (Canto Orfeônico — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	—		1
1	Instrutor (Educação Física — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	—			1	Instrutor (Educação Física — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	—	
2	Professor (Desenho Ornamental — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	—			2	Professor (Desenho Ornamental — E. T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	—	1
1	Professor (Desenho de máquinas e de eletrotécnica — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	J	—	1	Q.P.		1	Professor (Desenho de máquinas e de eletrotécnica — E.T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	—	1
1	Professor (Desenho de móveis — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.) ..	J	—	—	Q.P.		1	Professor (Desenho de móveis e de arquitetura — E. T. Campos — D.E.I. — D.N.E.)	K	—	—	

(*) Um cargo a ser provido quando fôr suprimida a função de Professor do Ensino Industrial, (Desenho Ornamental) referência XX da Tabela Suplementar.

1	Professor (Higiene industrial, organização do trabalho e contabilidade industrial — D. E.I. — D.N.E.)	J	—	1	Q.P.
1	Professor (Chefe de Curso de Fundição Mol-dação, fundi-ção de ferro, bronze e ou-tros metais" — E.I. Campos — D.E.I. — D. N.E.)	J	—	1	Q.P.
1	Professor (Chefe do Curso de Serralheria — "Forja e serra-lheria" — E.I. Campos — D. E.I. — D.N. E.)	J	—	—	Q.P.
1	Professor (Chefe do Curso de Mecânica de Máquina — "Construção e montagem de máquinas" — E. I. Campos — D.E.I. —D. N.E.)	J	—	—	Q.P.

1	Professor (Higiene industrial, organização do trabalho e con-tabilidade in-dustrial — E. T. Campos — D.E.I. — D. N.E.)	K	—	1	
1	Professor (Chefe de Curso de Fundição Mol-dação, fundi-ção de ferro, bronze e ou-tros metais" — E.T. Campos — D.E.I. —D. N.E.)	J	—	1	
1	Professor (Chefe do Curso de Serralheria — "Forja e serra-lheria" — E.T. Campos — D. E.I. — D.N. E.)	J	—	1	
1	Professor (Chefe do Curso de Mecânica de Máquina — "Construção e montagem de máquinas" — E. T. Campos — D.E.I. —D. N.E.)	J	—	—	

1	Professor (Chefe do Curso de Marcenaria — "Marcenaria" — E.I. Campos — D.E.I. — D.N.E.)...	J	—	—	Q.P.
1	Professor (Chefe Carpintaria — "Esquadrias e Escadas" — E. I. Campos — D.E.I. — D. N.E.)	J	—	1	Q.P.
1	Professor (Chefe do Curso de Pintura — "Pintura de li-so, letreiros, cartazes e figuras decorati-vas" — E.I. Campos — D. E.I. — D.N. E.)	J	—	1	Q.P.
1	Professor (Chefe do Curso de Artes do Couro "Sapataria" — E.I. Campos — D.N.I. — — D. E. I. —	J	—	—	Q.P.
1	Professor (Chefe do Curso de Alfaiataria — "Corte e Cos-tura" — E.I.				

1	Professor (Chefe do Curso de Marcenaria — "Marcenaria" — E.T. Cam-pos — D.E.I. — D.N.E.)...	J	—	—
1	Professor (Chefe Carpintaria — "Esquadrias e Escadas" — E. T. Campos — D.E.I. — D. N.E.)	J	—	1
1	Professor (Chefe do Curso de Pintura — "Pintura de li-so, letreiros, cartazes e figu-ras decorati-vas" — E.T. Campos — D. E.I. — D.N. E.)	J	—	1
1	Professor (Chefe do Curso de Artes do Couro "Sapataria" — E.T. Campos — D. E. I. — — D.N.E. —	J	—	—
1	Professor (Chefe do Curso de Alfaiataria — "Corte e Cos-tura" — E.T.			

1	Campos — D.								
	E.I. — D.N.								
	E.)	J	—	—	Q.P.				
	Professor (Chefe								
	do Curso de								
1	Tipografia e								
	encadernação								
	— “Impressão								
	e pautaçaõ” —								
	E.I. Campos								
1	— D.E.I. —								
	D.N.E.)	J	—	—	Q.P.				
	Professor (Chefe								
	do Curso de								
	Tipografia e								
1	encadernação								
	— “Impressão								
	e pautaçaõ” —								
	E.T. Campos								
	— D.E.I. —								
1	D.N.E.)	J	—	—	Q.P.				
	Professor (Chefe								
	do Curso de								
	Tipografia e								
	encadernação								
1	— “Impressão								
	e pautaçaõ” —								
	E.T. Campos								
	— D.E.I. —								
	D.N.E.)	J	—	—	Q.P.				

DECRETO-LEI N.º 7.805 — DE 31
DE JULHO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Plano de Obras e Equipamentos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam introduzidas as seguintes modificações, sem aumento de despesa, no Anexo 11 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — do Orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para o corrente exercício (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944).

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

S/c 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.

01 — Estudos e projetos.

22 — Instituto Nacional de Tecnologia.

Cr\$

Passa de	450.000,00
Para	290.000,00

S/c 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

22 — Instituto Nacional de Tecnologia.

Cr\$

Passa de	6.062.953,00
Para	6.222.953,00

Art. 2.º — Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.806 — DE 31
DE JULHO DE 1945

Autoriza a aquisição de imóvel em Belém, Estado do Pará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição pela União de um terreno, situado em Belém do Pará, na Travessa 14 de Março, com a área aproximada de 437,33 metros quadrados, pertencente a Antenor Chagas ou a quem de direito, pelo preço de Cr\$ 45.000,00, de acôrdo com o Processo n.º DO-534 de 1945, da Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica, para que nele se construa uma casa destinada a servir de residência a oficiais da 1.ª Zona Aérea.

Art. 2. — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.807 — DE 31
DE JULHO DE 1945

Limita as reservas de calcário conchífero da Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro para a indústria da soda e dá outras providências.

O Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica limitada na Lagoa de Araruama (Municípios de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama), do Estado do Rio de Janeiro, a área que fôr necessária para se assegurar à Companhia Nacional de Alcalis 16.000.000 de toneladas de material conchífero.

Art. 2.º A Companhia Nacional de Alcalis providenciará para que seja delimitada a área a que se refere o artigo precedente, dentro do prazo de

10 meses, sob a fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º A área que restar ficará livre para qualquer interessado, cabendo preferência, por sessenta dias, aos que já requereram autorização de pesquisa ou lavra no referido local.

Art. 4.º Continuarão de pé, e a cargo da Companhia Nacional de Alcalis, quaisquer indenizações a que façam jus os detentores de direitos de pesquisa ou lavra, prejudicados pelo Decreto-lei n.º 6.011, de 19 de novembro de 1943.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.808 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Suprime cargos do Ministério da Educação e Saúde e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois cargos de Assistente, padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, sendo um da Escola Nacional de Engenharia e um da Escola Nacional de Química, ocupados por Francisco de Assis Basílio e Moacir Pinto Vilas Boas, respectivamente.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal, 01 — Quadros do Ministério, do Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Fica aberto ao mesmo Ministério o crédito suplementar de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 4.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de agosto de 1945.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.809 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Abre crédito suplementar, sem aumento de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde — Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 79.750,00 (setenta e nove mil setecentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 191.400,00 (cento e noventa e um mil, quatrocentos cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 07 — Tarefeiros, do Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.810 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Altera dispositivos do Decreto-lei número 6.144, de 29 de dezembro de 1943, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a vigorar com a seguinte redação o art. 8.º, §§ 1.º e 2.º, e o art. 10 do Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943:

“Art. 8.º

§ 1.º Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida, objeto de circunstanciado relatório que será encaminhado, até 30 de junho de cada ano, ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2.º Cabe ao Departamento Administrativo do Serviço Público proceder à coordenação de todos os relatórios e submetê-los, com o parecer da Divisão do Orçamento, à consideração do Presidente da República, para os fins do art. 10.

Art. 10. Até 30 de setembro de cada ano, o Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público e em circunstanciado relatório, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente e constantes dos balanços da Contadoria Geral da República, com a aplicação do regime especial instituído por este Decreto-lei”.

Art. 2.º Com relação às contas do exercício de 1944, fica prorrogado, até 31 de agosto do corrente ano, o prazo a que se refere o § 1.º do art. 8.º do Decreto-lei n.º 6.144, mencionado, e até 30 de novembro seguinte o de que trata o art. 10 do mesmo Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 1 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

*A. de Souza Costa
Agumemnon Magalhães
Henrique A. Guilhem
Eurico G. Dutra
P. Leão Veloso
João de Mendonça Lima
Apolonio Sales
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
Joaquim Pedro Salgado Filho*

DECRETO-LEI N.º 7.811 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Altera a redação do parágrafo do do art. 6.º do Decreto-lei n.º 754, de 30 de setembro de 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 754, de 30 de setembro de 1938, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Não será permitido liquidar um empréstimo para contrair novo antes de haver sido pago um quarto (1/4) das prestações devidas, fixado, porém, o mínimo de quatro prestações.”

Art. 2.º Depois de constituído um fundo de reserva igual a 2,5 % do total das importâncias aplicadas em empréstimo, os juros dos empréstimos comuns e de emergência serão automaticamente reduzidos de 3 %, e os lucros que de então em diante forem apurados em balanço serão destinados a um fundo de assistência aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º A dívida resultante de empréstimos contraindidos na Caixa Reguladora de Empréstimos por servidores da Prefeitura do Distrito Federal admitidos após realizado o respectivo

contrato de mútuo, será inscrita em livro especial de devedores da referida Caixa, para o fim de ser cobrada executivamente, por intermédio do Departamento do Contencioso Fiscal, se não paga amigavelmente nas épocas de vencimento de cada prestação estipulada no contrato de empréstimo.

Art. 4.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a regulamentar, oportunamente, as disposições dos artigos 2.º e 3.º do presente Decreto-lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.812 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre o desconto de 5 % instituído pelo art. 7.º, § 1.º, letra "a", do Decreto-lei n.º 3.347.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não se considera, para efeito do limite de 30 % fixado no art. 4.º do Decreto-lei n.º 312, de 3 de março de 1938, o desconto de 5 % sobre a gratificação de função, instituído pelo art. 7.º, § 1.º, letra "a", do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamemnon Magalhães
Henrique A. Guilhem
Eurico G. Dutra
P. Leão Veloso
A. de Souza Costa
João de Mendonça Lima
Apolonio Sales
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 7.813 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Da nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.448, de 23 de julho de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.448, de 23 de julho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º Os oficiais do Q. O. Aux. serão promovidos até o posto de Capitão Aviador, desde que satisfaçam aos mesmos requisitos que os oficiais de igual posto no Q. O. A.; além de Capitão Aviador, só poderão ser promovidos nas mesmas condições, quando houverem apresentado certificados de exames das matérias constantes do curso fundamental de formação de oficiais, como exigido pela Escola de Aeronáutica; ou o diploma de Curso Superior de Navegação Aérea da antiga Escola de Aviação Naval do Ministério da Marinha."

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.814 — DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, que fazem parte

integrante d'êste Decreto-lei, as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Os cargos de Engenheiro de Minas incluídos na carreira de Tecnologista continuarão exercidos pelos funcionários constantes da relação anexa e cujos títulos serão aposentados pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 3.º O próximo concurso para a carreira de Tecnologista será realizado para o provimento de 11 cargos da classe L e todos os que estiverem vagos nas classes K e J, observada a ordem da classificação.

Art. 4.º É levada a crédito da Conta-corrente do Quadro a importância de Cr\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil cruzeiros), correspondente a 11 cargos da classe J da carreira de Engenheiro e 9 da mesma classe da carreira de Engenheiro de Minas, todos suprimidos por êste Decreto-lei.

Art. 5.º Fica destacada do saldo da conta-corrente a importância de Cr\$ 422.300,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e oitocentos cruzeiros) para atender, no período de 1 de setembro a 31

de dezembro do corrente ano, à despesa com o provimento dos seguintes cargos:

Carreira de Engenheiro:

- 5 da classe N
- 6 da classe M
- 3 da classe L
- 1 da classe K

Carreira de Engenheiro de Minas:

- 4 da classe N
- 5 da classe M
- 4 da classe L

Carreira de Tecnologista:

- 2 da classe N
- 2 da classe M
- 3 da classe L

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945;
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apo. onio Sales.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
5	N	—	—		10	N	—	5	
7	M	—	—		13	M	—	6	
13	L	—	—		16	L	—	3	
18	K	—	—		19	K	—	1	
33	J	—	—		22	J	—	—	
76						80				15	

Observação — Os cargos vagos poderão ser providos, no segundo quadrimestre de 1945, por promoção dentre os funcionários que, em 30 de junho, preenchiam as condições regulamentares.

Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	um. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
4	Engenheiro de Minas	N	—	—			Engenheiro de Minas				
6	Engenheiro de Minas	M	—	—		8	N	—	4	
10	Engenheiro de Minas	L	—	—		11	M	—	5	
14	Engenheiro de Minas	K	—	—		14	L	—	4	
29	Engenheiro de Minas	J	—	—		17	K	—	3	
						20	J	—	—	
						70				16	
63											

Observação — Os cargos vagos poderão ser providos, no segundo quadrimestre de 1945, por promoção dentre os funcionários que, em 30 de junho, preenchiam as condições regulamentares.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provi-sórios	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provi-sórios
							<i>Tecnologista</i>				
2	Tecnologista ...	N	—	2	—	12	N	—	12	
4	Tecnologista ...	M	—	2	—	15	M	—	13	
6	Tecnologista ...	L	—	2	—	18	L	—	14	
2	Engenheiro de Minas	K	—	—	—						
8	Tecnologista ...	K	—	3	—	21	K	—	14	
15	Tecnologista ...	J	—	—	9	24	J	—	8	
37				9	9	90				61	

Observação — Dos cargos vagos, 2 da classe N, 2 da classe M e 3 da classe L poderão ser providos, no segundo quadrimestre de 1945, por promoção dentre os funcionários que, em 30 de junho, preenchiam as condições regulamentares.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N.º 7. 814 DE 1 DE AGOSTO DE 1945

Nome	SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
	Carreira	Classe	Quadro	Carreira	Classe	Quadro
1) Álvaro de Paiva Abreu.....	Engenheiro de Minas	K	Permanente	Tecnologista	K	Permanente
2) Jaime Benedito de Araújo.....	Engenheiro de Minas	K	Permanente	Tecnologista	K	Permanente

DECRETO-LEI N.º 7.815, DE 2 DE
AGOSTO DE 1945

*Abre ao Ministério da Justiça e
Negócios Interiores o crédito espe-
cial de Cr\$ 5.000.000,00, para au-
xílio à Fundação Brasil Central.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), que será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender, a título de auxílio, às despesas (Serviços e Encargos) da Fundação Brasil Central, de que trata o Decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943.

Parágrafo único — A importância total do crédito será entregue ao Presidente da Fundação Brasil Central, destinando-se às despesas a cargo daquela Fundação no Planalto Central do Brasil.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Agammenon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.816 — DE 2 DE
AGOSTO DE 1945

*Altera, sem aumento de despesa, o vi-
gente Orçamento Geral da Repú-
blica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas, no Anexo número 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do vigente Orça-

mento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 1 — PESSOAL

Cr\$

Consignação V — Outras despesas com pessoal

S/c. n.º 26 — Diferença de vencimentos

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Passa de 42.930,00

Para 66.690,00

(Aumento: Cr\$ 23.760,00)

30 — Departamento dos Correios e Telégrafos

Passa de 251.750,00

Para 227.990,00

(Redução: Cr\$ 23.760,00)

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.817 — DE 2 DE
AGOSTO DE 1945

*Abre ao Ministério das Relações Exte-
riores o crédito suplementar de
Cr\$ 200.000,00, à verba que especifi-
fica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 20 do Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações
S/c. n.º 23 — Diárias
04 — Departamento de Administração

	Cr\$
06 — Divisão do Pessoal	200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.818. — DE 2 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 20 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA I — PESSOAL

Consignação IV — Indenização

S/c. n.º 22 — Ajuda de custo	Cr\$
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	1.500.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.819 — DE 2 DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender, em concorrência pública, o terreno sito na Ladeira do Morro do Valongo, junto e antes do n.º 45, com área de 71,82 m2 (setenta e um metros e oitenta e dois decímetros quadrados).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.820 — DE 2 DE AGOSTO DE 1945

Desmembra da Rede Mineira de Viação e incorpora à Estrada de Ferro Central do Brasil, o trecho ferroviário entre Santa Rita de Jacutinga e Barra do Pirai.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo número 13.262-45, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica desmembrado da Rêde Mineira de Viação e incorporado à Estrada de Ferro Central do Brasil, o trecho ferroviário entre Santa Rita de Jacutinga e Barra do Piraí, de propriedade da União, com a extensão de 85 quilômetros.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.821 — DE
2 DE AGOSTO DE 1945

Dá nova organização ao Quadro de Cirurgiões Dentistas do Corpo de Saúde da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Quadro de Cirurgiões Dentistas do Corpo de Saúde da Armada, criado pelo Decreto-lei número 24.352, de 7 de junho de 1934, passa a ter seguinte constituição:

- 3 — Capitães de Corveta
- 6 — Capitães-Tenentes
- 18 — Primeiros-Tenentes
- 18 — Segundos-Tenentes.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.822 — DE
2 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 47.332,20 para pagamento de transporte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 47.332,20), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para pagamento (Serviços e Encargos) ao Lloyd Brasileiro, proveniente do transporte, do Rio de Janeiro a Lisboa, de diplomatas húngaros e respectivas famílias, realizado em 1942.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.823 — DE
2 DE AGOSTO DE 1945

Eleva, sem aumento de despesa, o limite fixado pelo Decreto-lei número 4.818, de 8 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, sem aumento de despesa, para Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), o limite de Cr\$ 20.000,00 fixado pelo Decreto-lei n.º 4.818, de 8 de outubro de 1942, para atender ao pagamento de despesas imprevistas, relacionadas com a aquisição de aparelhos mecânicos e carros ortopédicos, respectivamente, para mutilados e paralisados.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.324 — DE 2
DE AGOSTO DE 1945**

Dispõe sobre a cobrança dos direitos aduaneiros a que se refere o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.462, de 2 de maio de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam excetuadas do pagamento dos direitos aduaneiros em dôbro, mandados cobrar pelo § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.462, de 2 de maio de 1944, as partidas de lâminas de vidro branco, lisas, de qualquer espessura, mencionadas no artigo 642 da Tarifa das Alfândegas, que se encontravam embarcadas, ou já postas em despacho nas repartições aduaneiras do país na data em que entrou em vigor o referido Decreto-lei n.º 6.462, aplicando-se, assim, à espécie o estabelecido no § 1.º do artigo 165 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda providenciará sobre a restituição das importâncias cobradas em desacôrdo com o disposto no art. 1.º do presente Decreto-lei.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.325 — DE 4 DE
AGOSTO DE 1945**

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a organizar a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. (E.F.E.), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando que, pelo Decreto n.º 2.871, de

6 de julho de 1938, modificado pelo Decreto n.º 5.067, de 27 de dezembro de 1939, foi outorgada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro concessão para a realização de vários aproveitamentos hidroelétricos, de acôrdo com o art. 164 do Código de Águas, podendo o referido Governo transferir essa concessão à companhia que organizar, conforme consta ainda do contrato respectivo, no qual se prevê a formação dessa companhia, em condições favoráveis ao Estado, decreta:

Art. 1.º Fica o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a organizar, sob a denominação de Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A., abreviadamente E.F.E., uma sociedade anônima, com o fim especial de transferir-lhe a concessão outorgada pelo Decreto n.º 2.871, de 6 de julho de 1938, modificado pelo Decreto número 5.067, de 27 de dezembro de 1939, bem como instalações quaisquer de produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica a cargo do mesmo Governo, com as vantagens e obrigações correspondentes.

Parágrafo único. A E.F.E. reger-se-á segundo os Estatutos anexos ao presente Decreto-lei, passíveis de modificação nos termos da legislação em vigor, e poderá requerer ao Governo Federal outras concessões, de acôrdo com as leis a respeito.

Art. 2.º Fica autorizado o referido Governo a incorporar a E.F.E., mediante subscrição pública, com o capital de Cr\$ 120.000.000,00, assim distribuído: Cr\$ 80.000.000,00, de ações nominativas ordinárias, de Cr\$ 200,00 cada uma; Cr\$ 20.000.000,00 de ações nominativas preferenciais de 1.ª espécie, com direito a voto; Cr\$ 20.000.000,00 de ações nominativas preferenciais de 2.ª espécie, sem direito a voto, podendo, à vontade do portador e ressalvadas as limitações da lei, transformar as duas espécies uma em outra.

Parágrafo único. As ações preferenciais de 2.ª espécie gozarão de preferência na distribuição de dividendos até 7 %, em relação às ações preferenciais de 1.ª espécie e às ações ordinárias, e as ações preferenciais de 1.ª espécie, de preferência na distribuição

dos dividendos até 8 %, em relação às ações ordinárias. Atingidos os limites da preferência, as três classes de ações terão a mesma remuneração.

Art. 3.º O fundador da companhia será o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que transferirá à mesma todos os bens, instalações, direitos e obrigações, discriminados no art. 1.º, pelo custo histórico, cumpridos os dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas, e até o limite da subscrição, que fizer o Governo, do capital da companhia.

§ 1.º Os bens e instalações excedentes do capital subscrito pelo Governo, poderão, pelo mesmo, ser transferidos, vendidos, doados ou arrendados à companhia, na forma do que for convencionado em assembleia de subscritores ou outras, na forma da legislação respectiva.

§ 2.º Poderão ser criadas partes beneficiárias, de propriedade do mesmo Governo, em correspondência aos bens doados à companhia, a título de subvenção para a eletrificação rural ou contribuição em auxílio de construção. Ditas partes beneficiárias darão direito, ao seu titular, de remuneração igual à das ações ordinárias, desde que esta atinja 10 % ao ano e até um décimo do montante dos lucros líquidos, e serão resgatadas, nesta hipótese, até o termo de duração da companhia, mediante constituição de reserva, após ter atingido o lucro líquido aquela taxa, deduzidas as reservas. A reserva do resgate das partes beneficiárias será formada pela dedução de 10 % do lucro líquido, e o valor do resgate será correspondente ao valor histórico dos bens e instalações doados e correspondentes às mesmas partes.

Art. 4.º Para os efeitos do que dispõe o Decreto-lei n.º 3.128, de 19 de março de 1941, o capital a remunerar ou investimento será o que for aplicado de forma especial e permanente, em função da indústria.

Art. 5.º O presente Decreto-lei autoriza a E. F. E. a funcionar e o Governo do Estado do Rio de Janeiro a incorporá-la, independentemente de outras formalidades, mas sujeita as verificações à fiscalização posteriores,

nos termos das leis e regulamentos a respeito.

Art. 6.º A E. F. E. poderá emitir debêntures, na forma da legislação em vigor.

Art. 7.º O Governo do Estado do Rio de Janeiro poderá alienar as ações e partes beneficiárias que lhe caibam, na forma da legislação em vigor.

Art. 8.º Enquanto o Governo do Estado do Rio de Janeiro possuir a maioria das ações da sociedade, não haverá incompatibilidade entre o exercício de funções na companhia e a qualidade de servidor público federal, estadual ou municipal ou de oficial das forças armadas, perdendo apenas o servidor ou o oficial a retribuição pecuniária do respectivo cargo, função ou posto.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.836 — DE 4 DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a assegurar a liquidação das dívidas de orizicultores sulriograndenses.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a assegurar, por intermédio do Instituto Rio Grandense do Arroz, a liquidação das dívidas dos orizicultores daquela unidade federativa, contraídas para o custeio de suas lavouras de arroz até o final da safra de 1944-1945.

Art. 2.º Compreendem-se nas disposições deste Decreto-lei os débitos provenientes de custeio das safras de 1941-1942, 1942-1943, 1943-1944 e 1944-1945, não liquidados por insuficiência de colheita, decorrente de seca ou de outros fatores de natureza aleatória.

Parágrafo único. Para que possa fazer jus aos benefícios do presente

Decreto-lei, o orizicultor cuja dívida tiver sido ou venha a ser indenizada, nos termos do Decreto-lei n.º 3.379, de 1 de julho de 1941, deverá comprometer-se a reembolsar o Estado do Rio Grande do Sul do débito por este resgatado, na forma e condições a serem estabelecidas pelo Estado.

Art. 3.º O orizicultor que quiser valer-se dos benefícios deste Decreto-lei deverá apresentar requerimento ao Instituto Rio Grandense do Arroz, no prazo a ser estabelecido no regulamento que essa autarquia baixará, instruído com os seguintes documentos:

a) prova de exercício da atividade orizícola na safra de 1944-1945, fornecida pelo Prefeito do município da situação da lavoura;

b) compromisso de cultivar nas safras de 1945-1946, 1946-1947, 1947-1948 e 1948-1949 lavoura de arroz de área pelo menos igual à plantada na safra de 1944-1945;

c) declaração de financiador idôneo, assumindo o compromisso de custear, mediante adiantamentos até sessenta por cento (60 %) do valor da produção tecnicamente avaliada, as safras enumeradas na letra b, desde que, no decorrer de todo o período, não se venham a alterar, em sentido negativo, devidamente reconhecido pelo IRGA, as condições de ordem moral ou técnica que influírem para o compromisso;

d) prova de plena disponibilidade de aparelhamento e de terras adequadas à cultura do arroz nas quatro safras referidas na letra b;

e) relação nominal de todos os credores, com indicação da natureza dos créditos, seu valor atual, data dos contratos ou atos de que resultaram, e residência dos respectivos titulares;

f) compromisso de reembolsar o Estado do Rio Grande do Sul, no caso do parágrafo único do art. 2.º.

§ 1.º O Banco do Brasil S. A. atenderá ao financiamento dos orizicultores que não o puderem obter de outro financiador, observadas as disposições deste Decreto-lei e as normas anualmente traçadas para as operações da espécie pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

§ 2.º Aos que, em qualquer das safras de recuperação, não puderem preencher as condições das letras b e d, conceder-se-á o prazo de um (1) ano para fazê-lo, prorrogando-se, em relação a eles, o regime deste Decreto-lei até a safra de 1949-1950, inclusive.

§ 3.º A área referida na letra b poderá ser ampliada ou reduzida, com prévia anuência do Instituto Rio Grandense do Arroz.

§ 4.º Os laudos de avaliação, a que se refere a letra c, serão em cada safra submetidos à aprovação do Instituto Rio Grandense do Arroz.

§ 5.º Os adiantamentos previstos na letra c não poderão ultrapassar as necessidades reais da lavoura.

§ 6.º Os orizicultores financiados nos termos do Decreto-lei n.º 3.379, de 1 de julho de 1941, que não puderem satisfazer as exigências constantes das alíneas a e d, supra, serão convenientemente aparelhados pelo Instituto Rio Grandense do Arroz.

§ 7.º A prova a que se refere a letra d será renovada, anualmente, perante o financiador, para realização do financiamento da safra de 1946-1947 e seguintes.

Art. 4.º Os titulares dos créditos a que se refere o art. 2.º deverão comprová-los perante o Instituto Rio Grandense do Arroz, no prazo que o regulamento por este baixado lhes determinar.

Art. 5.º Fica assegurado aos orizicultores compreendidos no art. 2.º o direito de prorrogação das parcerias, locações ou sublocações de terras para a orizicultura e materiais agrícolas, vigorantes na safra de 1944-1945, até a última safra de recuperação (art. 3.º, letra b e § 2.º), mediante aviso escrito, em que será indicado o prazo da prorrogação, feito por intermédio do Instituto Rio Grandense do Arroz, aos proprietários e sublocadores nos sessenta (60) dias seguintes à regulamentação baixada por aquela autarquia.

Art. 6.º Ficam reduzidas de vinte por cento (20 %), nas safras de recuperação a que se referem o art. 3.º e seu § 2.º, as prestações devidas aos parceiros-proprietários, locadores e sublocadores de terras para arroz

pelos orizicultores admitidos aos benefícios d'este Decreto-lei.

Art. 7.º O Instituto Rio Grandense do Arroz decidirá da concessão e, respeitados os direitos dos financiadores e locadores e sublocadores de terras e materiais agrários, da cassação dos benefícios outorgados por este Decreto-lei, levando em conta as condições de aparelhamento e de idoneidade moral, técnica e administrativa dos candidatos e beneficiários.

Art. 8.º É dispensada a anuência dos proprietários para a formação de contratos de penhor agrícola com orizicultores sob o regime d'este Decreto-lei.

Art. 9.º A taxa dos juros de financiamento do custeio e a dos débitos a que se refere o art. 2.º não poderá exceder à de sete por cento (7 %) ao ano.

Art. 10. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fica autorizado a criar uma taxa de cinco por cento (5 %) do valor do arroz colhido nas lavouras sob o regime d'este Decreto-lei, destinada à constituição de um fundo de garantia para a liquidação dos débitos a que se refere o art. 2.º.

Parágrafo único. Ao Instituto Rio Grandense do Arroz caberá elaborar o regulamento da arrecadação e aplicação da taxa de remissão, que vigorará a partir da data em que for criada por decreto do Governo estadual e cessará, em relação a cada orizicultor, assim que estejam liquidados os respectivos débitos a que se refere o art. 2.º.

Art. 11. Toda venda de arroz dos orizicultores sujeitos ao regime d'este Decreto-lei, será feita por intermédio ou sob o controle do Instituto Rio Grandense do Arroz que, de comum acordo com o produtor e o financiador, estabelecerá a sua oportunidade, tendo em vista as condições do mercado.

§ 1.º O produto da venda, deduzidas as despesas de embalagem e escoamento, que não tenham sido incluídas no financiamento, será recolhido ao Banco do Brasil S. A. e creditado ao Instituto Rio Grandense do Arroz, em conta especial, para ser aplicado, sucessivamente:

a) na liquidação dos débitos resultantes dos financiamentos a que se referem a alínea b e o § 2.º do art. 3.º;

b) descontada a taxa de remissão (art. 10.º), na amortização dos débitos a que se refere o art. 2.º, e respectivos juros.

§ 2.º Serão entregues ao orizicultor, para despesas particulares e de melhoramentos da lavoura, até 5 % do preço apurado, quando o produto da colheita for suficiente para cobertura dos encargos a que se refere o parágrafo anterior, e se tenham amortizado pelo menos 25 % do débito a que se refere o art. 2.º, em cada safra.

Art. 12. No fim da última safra de recuperação (art. 3.º, letra b e § 2.º), o Instituto Rio Grandense do Arroz, utilizando os recursos do fundo de garantia (art. 10) e, se insuficientes estes, os que lhe fornecer o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, saldará, em dinheiro, os remanescentes dos débitos a que se refere o art. 2.º.

Parágrafo único. A responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelos débitos remanescentes será proporcionalmente reduzida se o orizicultor deixar de cultivar a sua lavoura em uma ou algumas das safras em recuperação.

Art. 13. Ficam suspensas as execuções contra bens das lavouras de arroz dos orizicultores beneficiários d'este Decreto-lei, enquanto se encontrarem sob o seu regime, e as ações fundadas nas dívidas referidas no art. 2.º, bem como as derivantes de contratos de compra e venda de materiais agrários com reserva de domínio, e excetuadas as pertinentes ao fisco Federal, Estadual e Municipal.

Art. 14. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.
Agamemnon Magalhães.
Apolônio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.827 — DE 4 DE AGOSTO DE 1945

Dá nova redacção ao item I do artigo 2.º do Regulamento do Tribunal Marítimo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O item I do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.675, de 26 de junho de 1945, passa a ter a seguinte redacção:

I — “O naufrágio, encalhe, varação, arribada, abalroamento ou colisão, ficar à matroca, água-aberta, alagamento”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.828 — DE 4 DE AGOSTO DE 1945

Cria cargos de Professor no Quadro Único do Funcionalismo Civil do Território do Acre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, a partir de 1 de janeiro de 1946, no Quadro Único do Funcionalismo Civil do Território do Acre, 4 (quatro) cargos isolados, de provimento efetivo, de Professor, padrão K.

Art. 2.º O Orçamento Geral da República para o próximo exercício consignará os recursos necessários para atender à despesa com o disposto no artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.829 — DE 4 DE AGOSTO DE 1945

Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo em comissão de Diretor, padrão K, da Escola João Luis Alves, do Serviço de Assistência a Menores.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.830 — DE 4 DE AGOSTO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 1.250.750,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional, 06 — Serviço do Pessoal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.831, DE 4 DE
AGOSTO DE 1945

Cria a Seção II do "Diário da Justiça".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Seção II do *Diário da Justiça*, sujeita à venda e assinaturas diversas.

Art. 2.º Na Seção II do *Diário da Justiça* serão feitas as publicações relativas ao serviço eleitoral, estabelecidas no Decreto-lei n.º 7.536, de 28 de maio de 1945.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.832 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a transferência, para a Colônia Penal Cândido Mendes e para a Colônia Agrícola do Distrito Federal, de presos recolhidos a estabelecimentos penais sediados no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Poderão ser provisoriamente transferidos para a Colônia Penal Cândido Mendes ou para a Colônia Agrícola do Distrito Federal, situadas na Ilha Grande, além daqueles a que se refere o art. 5.º do Decreto-lei número 3.971, de 24 de dezembro de 1941, os condenados definitivamente a reclusão ou detenção, atualmente recolhidos à Penitenciária Central ou ao Presídio do Distrito Federal.

Art. 2.º O retorno dos referidos condenados à Penitenciária Central do Distrito Federal e ao Presídio do Dis-

trito Federal será feito à proporção que o for permitindo a lotação dos ditos estabelecimentos ou desde que fiquem ultimados os respectivos pavilhões atualmente em construção.

Art. 3.º A Administração do estabelecimento de onde sair o condenado, nas condições e pelo motivo acima declarados, dará conhecimento da transferência ao competente juiz da execução, a cuja disposição continuará o transferido.

Art. 4.º Os transferidos serão submetidos ao regime legal vigorante no estabelecimento de procedência, e terão instalação à parte, separados dos demais internados da Colônia, conforme o exigir a natureza da pena.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.833 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1945

Incorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporadas ao patrimônio nacional novecentas e setenta (970) ações da Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert S. A., desta Capital, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000.00) cada uma, pertencentes à Siemens-Schuckertwerke A. G., de Berlim, Alemanha.

Art. 2.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a, quando julgar mais conveniente, praticar todos os atos necessários à transformação da Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert S. A. em sociedade essencialmente brasileira, mediante a venda em concorrência ou subscrição pública, das ações incorporadas, a pessoas naturais ou jurídicas brasileiras.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto n.º 14.889, de 28 de fevereiro de 1944, cessando as atribuições dos liquidantes logo que constituída e empossada a Diretoria da sociedade.

Parágrafo único. Efetuada a alienação referida no art. 2.º será convocada a Assembléia Geral que procederá à eleição de nova diretoria.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.834 — DE 6 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre abono de percentagens em casos de pagamento de impostos ou taxas, sem penalidades, por força de aplicação do Decreto-lei número 7.576, de 22 de maio de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Em todos os casos de pagamento de impostos ou taxas, sem penalidades, por força de aplicação do Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945, desde que a cobrança se origine de processo baseado em exame de escrita de qualquer natureza ou de documento que com ela se relacione, abonar-se-á aos servidores que tiam jus à adjudicação de cotas-partes a importância de dez por cento (10 %), calculada sobre o total do imposto ou taxa efetivamente recebidos.

Art. 2.º Este Decreto-lei se aplica a todos os processos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 7.576, de 22 de maio de 1945, desde a data do início de sua vigência.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.835 — DE 6 DE AGOSTO DE 1945

Determina a majoração das prestações de benefícios concedidos pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estabelece limites máximos e mínimos para as mesmas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, e

Considerando que se torna imprescindível, em face do aumento dos níveis de salário, reajustar proporcionalmente os níveis de benefícios concedidos pelas instituições de previdência social;

Considerando que tal reajustamento implica em maiores compromissos por parte das referidas instituições, os quais só poderão ser devidamente atendidos por um proporcional aumento de receita;

Considerando a absoluta conveniência de se universalizarem todas as modalidades de amparo prestadas pelos Institutos e Caixas, conforme o espírito que presidiu a promulgação da Lei Orgânica dos Servidores Sociais do Brasil (Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945), para cuja execução satisfatória o presente Decreto-lei irá assentar medidas preliminares e indispensáveis:

Decreta:

Art. 1.º As aposentadorias e pensões devidas a partir da data anterior a 31 de dezembro de 1944, pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, cujo valor mensal não exceda, respectivamente, a Cr\$ 1.700,00 (mil e setecentos cruzeiros) e Cr\$ 960,000 (novecentos e sessenta cruzeiros), terão majoradas as prestações que se vencerem posteriormente à vigência do presente Decreto-lei, de acordo com a tabela anexa.

Parágrafo único — Quando a aplicação da tabela determinar valor de prestação mensal de aposentadoria ou pensão superior ao limite estabelecido neste artigo, elevar-se-á a prestação somente até esse limite.

Art. 2.º A partir da data da vigência deste Decreto-lei, as prestações dos benefícios de aposentadoria ou de auxílio pecuniário por motivo de doença, bem como dos de pensão, não serão inferiores, respectivamente, a 70% (setenta por cento) e a 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo local, de adulto, fixado de acordo com as leis respectivas, nem superiores, respectivamente a Cr\$ 1.700,00 (mil e setecentos cruzeiros) e a Cr\$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros).

§ 1.º Os limites máximos estipulados neste artigo não se aplicam aos benefícios já em vigor, cuja prestação mensal seja superior aos mesmos.

§ 2.º Para o efeito do disposto neste artigo, as prestações de pensão serão calculadas para o conjunto inicial de beneficiários de um mesmo associado ou segurado, cancelando-se, em seguida, as cotas relativas aos que perderam o direito ao benefício.

§ 3.º Entende-se como salário mínimo local:

a) para os benefícios a serem concedidos, o que vigorar na localidade em que o associado ou segurado exercer sua atividade;

b) para os benefícios concedidos, o que vigorar na localidade, onde, na data do presente Decreto-lei estiverem sendo recebidos.

Art. 3.º Até que seja expedido o plano a que se refere o art. 27, alínea II, letra a, do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, passa a ser de 5% (cinco por cento) sobre o salário dos respectivos associados ou segurados a taxa de contribuição para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, em que vigore taxa inferior a este valor.

§ 1.º Nem um associado ou segurado poderá contribuir mensalmente sobre salário inferior ao mínimo vigente na localidade.

§ 2.º Quando, no decorrer do mês, um mesmo associado ou segurado trabalhar para vários empregadores, a contribuição de cada um destes será feita sobre a parcela do salário mensal que houver efetivamente pago.

Art. 4.º Fica estendido ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e às Caixas de Aposentadoria e Pensões o benefício do auxílio pecuniário por motivo de doença, na forma prevista na Seção I do Capítulo XIII Título IV, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.493, de 9 de abril de 1940, observado o disposto no Decreto-lei n.º 6.905, de 26 de setembro de 1944.

Parágrafo único — O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, poderão despende, com os seus serviços de assistência médico-hospitalar, até 12% (doze por cento) de sua receita anual.

Art. 5.º Até a instalação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, a cota de previdência, constituída pelo produto de receitas estabelecidas no art. 4.º da Lei n.º 159, de 30 de dezembro de 1936, e em leis posteriores, formará um fundo único, destinado a atender indistintamente às necessidades econômico-financeiras de cada um dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, na forma que for estabelecida pelo Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, de acordo com a Comissão Organizadora daquele Instituto e ouvido o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 6.º O Ministério da Fazenda tomará desde logo as providências necessárias à liquidação do montante dos compromissos da União para com os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, inclusive os decorrentes do presente Decreto-lei.

Parágrafo único — A liquidação a que se refere este artigo poderá ser feita em bens da União, de qualquer espécie.

Art. 7.º O Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, de acordo com a Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, e ouvido o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá expedir as instruções que se tor-

narem necessárias à execução do presente Decreto-lei, nas quais poderão ser alteradas, de modo expresso, as disposições atualmente vigentes em matéria de transferências de segurados e de cálculos de benefícios.

Art. 8.º O presente Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de agosto de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

TABELA A QUE SE REFERE O
ART. 1.º

Ano a partir do qual se tornou devida a aposentadoria ou a pensão	Aumento da prestação do benefício
23	105
24	100
25	95
26	90
27	80
28	70
29	40
30	40
31	40
32	40
33	40
34	40
35	40
36	40
37	40
38	40
39	35
40	30
41	25
42	20
43	15
44	10

DECRETO-LEI N.º 7.836 — DE 6
DE AGOSTO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 21 e 61 do Decreto-lei n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 (Lei do Ensino Militar), passam a ter a seguinte redação:

“Art. 21. O ensino de formação de oficiais da reserva para as diversas armas e serviços efetua-se:

a) nos cursos de aperfeiçoamento de sargentos (formação de comandantes de pelotão ou seção, em campanha), para sargentos do Exército ativo;

b) nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (C. P.O.R. ou N.P.O.R.), para civis alunos de institutos de ensino superior ou que possuam diploma desses institutos;

c) na Escola Técnica do Exército, para civis candidatos ao ingresso no quadro de técnicos da reserva;

d) nos estágios de adaptação e especialização para ingresso de civis no quadro de médicos e veterinários da reserva de 2.ª classe.

Parágrafo único. O ensino nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva é dado, tratando-se das armas, no âmbito do pelotão ou seção, exclusivamente.

Art. 61. Nas localidades onde houver órgãos de preparação de oficiais da reserva, néles serão matriculados, quando convocados para a prestação inicial do serviço militar, os brasileiros natos aí residentes, que sejam diplomados por institutos de ensino superior ou alunos desses institutos e satisfaçam as demais exigências legais para tal matrícula.

§ 1.º Se a capacidade dos órgãos acima referidos for deficiente, os convocados serão incorporados para fins de matrícula nos cursos de candidatos a sargento. Se não concluírem com aproveitamento esses cursos continuarão nas fileiras até completa-

rem o tempo de serviço dos demais convocados de sua classe.

§ 2.º A critério do Ministro da Guerra e por proposta do Estado Maior do Exército, poderão ser criadas, em localidades populosas, centros de preparação de oficiais da reserva.

§ 3.º Nas localidades onde não houver centros de preparação de oficiais da reserva, mas guarnição federal, poderá funcionar em corpo de tropa um núcleo de preparação de oficiais da reserva, uma vez que haja mais de dez brasileiros natos em condições de ingressar no oficialato da reserva.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N.º 7.837 — DE 7 DE AGOSTO DE 1945

Eleva a Mesa de Rendas Alfandegada de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, à categoria de Alfândega, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à categoria de Alfândega a atual Mesa de Rendas Alfandegada de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A nova Alfândega ficará sujeita ao regime em que se encontram as demais Alfândegas do país.

Art. 2.º Ficam criados na Alfândega de Jaguarão os seguintes órgãos:

- a) Contadoria Seccional da Contadoria Geral da República;
- b) Tesouraria.

Art. 3.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, os seguintes cargos isolados, de provimento efetivo:

1 Tesoureiro, padrão F (Alfândega de Jaguarão);

1 Ajudante de Tesoureiro, padrão D (Alfândega de Jaguarão).

Art. 4.º Ficam criadas, nos mesmos Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas:

1 Inspetor da Alfândega de Jaguarão — Cr\$ 12.000,00 anuais;

1 Contador Seccional (Alfândega de Jaguarão) — Cr\$ 2.400,00 anuais;

1 Guarda-mór da Alfândega de Jaguarão — Cr\$ 5.400,00 anuais;

1 Comandante-Aduaneiro da Alfândega de Jaguarão — Cr\$ 2.400,00 anuais.

Art. 5.º Fica suprimida a função gratificada de Administrador da Mesa de Rendas Alfandegada de Jaguarão, nos mesmos Quadro e Ministério.

Art. 6.º Ficam mantidos para o custeio dos serviços da Alfândega de Jaguarão, os saldos das dotações orçamentárias vigentes, atribuídas à Mesa de Rendas Alfandegada de Jaguarão e constantes da Verba 2 — Material, Consignação II — Material de Consumo, Subconsignação 17 — Artigos de expediente; Consignação III — Diversas Despesas, Subconsignação 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção, etc., 32 — Assinatura de órgãos oficiais, 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento, 37 — Iluminação, força motriz e gás, 38 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação, 40 — Ligeiros reparos, Item 01 — Ligeiros reparos, etc.

Art. 7.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente
Cr\$

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente 9.300,00

Consignação II — Pessoal Extra-numerário

Subconsignação 05 — Mensalistas
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

Cr\$

06 — Serviço do Pessoal 6.900,00

CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS

Subconsignação 09 — Funções gratificadas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

Cr\$

06 — Serviço do Pessoal 11.100,00

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos e cinquenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 256.000,00), para atender ao pagamento de despesas de qualquer natureza e providência com a instalação da Alfândega de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.838 — DE 7 DE AGOSTO DE 1945

Altera as carreiras de Artífice e Maquinista Marítimo do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Artífice e Maquinista Marítimo do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º O título do funcionário atingido pelo disposto neste decreto-lei será apostilado pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA				
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos
2	Artifice	H	—	—	S.	2	<i>Artifice</i>	H	—	—
9	Artifice	G	—	—	S.	9	G	—	—
12	Artifice	F	—	—	S.	12	F	—	—
18	Artifice	E	—	—	S.	18	E	—	—
12	Artifice	D	—	—	S.	12	D	—	—
53						53				
9	Maquinista Marítimo	10	—	—	S.	9	<i>Maquinista Marítimo</i>	10	—	—
1	Maquinista Marítimo	7	—	—	S.	1	7	—	—
4	Maquinista Marítimo	4	—	—	S.	4	4	—	—
1	Maquinista Marítimo	3	—	—	S.	2	3	—	—
1	Artifice	D	—	—	S.					
16						16				

Obs. — O cargo de artifice incluído nesta carreira é exercido por João Climaco Carlos dos Santos.

DECRETO-LEI N.º 7.839 — DE 7 DE AGOSTO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde — Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 367.000,00 (trezentos e sessenta e sete mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N.º 7.840

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 7.841 — DE 8 DE AGOSTO DE 1945

Código de Aguas Minerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CÓDIGO DE AGUAS MINERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Aguas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com ca-

racterísticas que lhes confiram uma ação medicamentosa.

§ 1.º A presente lei estabelece nos Capítulos VII e VIII os característicos de composição e propriedades para classificação como água mineral pela imediata atribuição de ação medicamentosa.

§ 2.º Poderão ser, também, classificadas como minerais, águas que, mesmo sem atingir os limites da classificação estabelecida nos Capítulos VII e VIII possuam incontestemente e comprovada ação medicamentosa.

§ 3.º A ação medicamentosa referida no parágrafo anterior das águas que não atinjam os limites da classificação estabelecida nos Capítulos VII e VIII, deverá ser comprovada no local, mediante observações repetidas, estatísticas compeltas, documentos de ordem clínica e de laboratório, a cargo de médicos crenologistas, sujeitas as observações à fiscalização e aprovação da Comissão Permanente de Crenologia definida no art. 2.º desta lei.

Art. 2.º Para colaborar no fiel cumprimento desta lei, fica criada a Comissão Permanente de Crenologia, diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura.

§ 1.º A Comissão Permanente de Crenologia terá a Presidência do Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e se comporá de quatro especialistas no assunto, de livre escolha do Presidente da República; um dos membros será escolhido entre o pessoal do órgão técnico especializado do D.N.P.M.

§ 2.º O regimento da Comissão Permanente de Crenologia, as atribuições e direitos de seus membros serão fixados posteriormente por portaria do Ministro da Agricultura e leis subsequentes.

Art. 3.º Serão denominadas “águas potáveis de mesa” as águas de composição normal provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região.

Parágrafo único. O Ministro da Agricultura, em portaria, estabelecerá os limites de potabilidade, de acordo com os dados fornecidos pelo D.N.P.M.

Art. 4.º O aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa, quer situadas em terrenos de domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra instituído pelo Código de Minas, observadas as disposições especiais da presente lei.

Parágrafo único. O aproveitamento comercial das águas de mesa é reservado aos proprietários do solo.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Art. 5.º A pesquisa de água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários, será reulada pelo disposto no Capítulo II do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais desta lei.

Art. 6.º Por pesquisa de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, entendem-se todos os trabalhos necessários ao conhecimento do valor econômico da fonte e de seu valor terapêutico, quando existente, abrangendo, no mínimo:

I. O estudo geológico da emergência, compreendendo uma área cuja extensão seja suficiente para esclarecer as relações existentes entre as fontes e os acidentes geológicos locais, permitindo formar-se juízo sobre as condições de emergência no sentido de ser fixado criteriosamente o plano racional de captação.

II. O estudo analítico das águas e dos seus gases espontâneos, quando existentes, do ponto de vista de suas características químicas, físico-químicas e bacteriológicas.

Parágrafo único. O estudo das águas constará no mínimo dos seguintes dados:

I. Pressão osmótica e grau crioscópico, condutividade elétrica, concentração iônica e hidrogênio, teor em

radônio e torônio da água e dos seus gases espontâneos; temperatura e va-são.

II. Análise química compelta da água e dos gases dissolvidos, assim como sua classificação de acordo com as normais adotadas na presente lei.

III. Análise bacteriológica, compreendendo "tests" de suspeição, confirmatório e completo para o grupo coli-aerogêneo, assim como contagem global em 24 horas a 37º C e em 48 horas a 20º C, executado este exame de acordo com técnica a ser adotada oficialmente; será desde logo considerada poluída e imprópria para o consumo toda a água que apresentar o grupo coli-aerogêneo presente em dez mil.

IV. Análise e va-são dos gases espontâneos.

Art. 7.º As análises químicas e determinações dos demais dados a que se refere o artigo precedente serão repetidas em análises completas ou de elementos característicos no mínimo, duas vezes num ano, ou tantas vezes quantas o D.N.P.M. julgar conveniente, até ficar comprovado possuir a água da fonte uma composição química regularmente definida, antes de se poder considerar, satisfatoriamente terminada a pesquisa autorizada.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO DE LAVRA

Art. 8.º A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários será regulada pelo disposto no Capítulo III do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais da presente lei.

Art. 9.º Por lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, entendem-se todos os trabalhos e atividades de captação, condução, distribuição e aproveitamento das águas.

Art. 10. A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, será solicitada ao Ministro da

Agricultura em requerimento, no qual, além da observação dos dispositivos do Capítulo III do Código de Minas, figure:

I. Certificado de análise química, física, físico, química e bacteriológica da água, firmado pelo órgão técnico do D.N.P.M. e certidão da aprovação do seu relatório de pesquisa.

II. No caso das águas minerais que não atingirem os limites constantes dos Capítulos VII e VIII do presente lei, além dos dados mencionados na alínea anterior, relação dos trabalhos submetidos à aprovação da Comissão Permanente de Crenologia sobre as propriedades terapêuticas da água proveniente da fonte, bem como certidão do parecer favorável desta Comissão para sua classificação como mineral.

III. Uma planta em duas vias indicando a situação exata das fontes e o esboço geológico dos arredores, com os necessários cortes geológicos, esclarecendo as condições de emergência das fontes.

IV. Plantas e desenhos complementares, em duas vias, com memória justificativa dos planos e processos adotados para captação e proteção das fontes, condução e distribuição das águas, além de dados sobre vazão e temperatura das fontes.

V. Plantas e desenhos complementares, em duas vias, relativas ao projeto de instalação para utilização das águas, em todas as suas modalidades, incluindo reservatório, maquinaria, aparelhamento balneario e hidroterápico, etc.

Art. 11. O D.N.P.M. ao processar um pedido de autorização de lavra de fonte, poderá ouvir, quando julgar conveniente, a Comissão permanente de Crenologia.

Art. 12. As fontes de água mineral, termal ou gasosa, em exploração regular, poderá ser assinalado, por decreto, um perímetro de proteção, sujeito a modificações posteriores se novas circunstâncias o exigirem.

Art. 13. Nenhuma sondagem ou qualquer outro trabalho subterrâneo poderá ser praticado no perímetro de

proteção de uma fonte, sem autorização prévia do D.N.P.M.

§ 1.º No caso de fossas, cisternas, pequenas galerias para extração de material e outros fins, fundações de casas e outros trabalhos a céu aberto, o decreto que fixar o perímetro de proteção, imporá aos proprietários a obrigação de obterem, com uma antecedência de 90 dias, uma autorização do D.N.P.M. para tal fim.

§ 2.º Os trabalhos empreendidos no perímetro de proteção de uma fonte poderão ser interditados pelo D.N.P.M. mediante solicitação do concessionário, quando forem julgadas procedentes as alegações.

Art. 14. O D.N.P.M., a pedido do concessionário e após exame pericial realizado por técnicos que designar, poderá determinar a suspensão de sondagens ou trabalhos subterrâneos executados fora do perímetro de proteção, desde que sejam eles julgados suscetíveis de prejudicar uma fonte.

Art. 15. Quando a ocupação de um terreno compreendido num perímetro de proteção privar o proprietário de seu uso por período superior a um mês, ou quando, depois dos trabalhos executados, o terreno se tornar impróprio para o uso ao qual era destinado anteriormente, poderá o seu proprietário exigir do concessionário da fonte, pelo terreno ocupado ou desnaturalado, uma indenização que será regulada nas formas previstas em lei.

Parágrafo único. As indenizações devidas pelo concessionário da fonte não poderão exceder o montante dos prejuízos materiais que sofrer o proprietário do terreno, assim como o preço dos trabalhos inutilizados, acrescido da importância necessária para o restabelecimento das condições primitivas, acrescentada uma parcela correspondente aos lucros cessantes.

Art. 16. A destruição ou a execução dos trabalhos em terrenos de outrem para proteção da fonte só poderá ter início depois da prestação de uma caução, cujo montante será fixado pela autoridade competente, mediante arbitramento ou acordo en-

tre as partes; essa quantia servirá de garantia para o pagamento das indenizações devidas.

Art. 17. Em caso de oposição do órgão técnico competente do D.N.P.M., o concessionário só poderá realizar trabalhos nas fontes, após introduzir em seus projetos as alterações julgadas necessárias.

Parágrafo único. Na falta de decisão do D.N.P.M. por período superior a três meses, o concessionário poderá executar os trabalhos projetados independente de autorização, depois de comunicação àquele Departamento.

Art. 18. Quando o aproveitamento de uma fonte estiver sendo feito de modo a comprometê-la, ou estiver em desacordo com as condições técnicas e higiênicas estabelecidas na presente lei, poderá ela ser interdita, até que sejam resabelecidas condições satisfatórias de exploração.

CAPÍTULO IV

DAS ESTÂNCIAS QUE EXPLORAM ÁGUAS MINERAIS E DAS ORGANIZAÇÕES QUE EXPLO- RAM ÁGUAS POTÁVEIS DE MESA

Art. 19. A instalação ou funcionamento de uma estância hidromineral, por parte de um titular de lavra de fonte, exige a satisfação dos seguintes requisitos mínimos, a critério do órgão competente do D.N.P.M.

I. Montagem de instalações crenoterápicas convenientes, de acordo com a natureza das águas.

II. Construção ou existência de hotéis ou sanatórios com instalações higiênicas convenientes, providas de serviço culinário apto a atender às indicações dietéticas.

III. Contrato de médico especialista encarregado da orientação do tratamento e facilidades gerais de tratamento e assistência médico-farmacêutica.

IV. Existência de laboratório para realização de exames bacteriológicos periódicos para verificação da pureza das águas em exploração ou contrato de tais serviços com organização idônea, a juízo do D.N.P.M.

V. Existência de um posto meteorológico destinado à obtenção das condições climáticas locais.

VI. Organização das fichas sanitárias dos funcionários das estâncias e dos hotéis, renovadas pelo menos cada seis meses.

VII. No caso de a água ser entregue engarrafada ao consumo, além dos requisitos especiais determinados para cada caso pelo órgão competente do D.N.P.M., será no mínimo exigida, na instalação de engarrafamento, a existência de uma máquina engarrafadora automática ou semi-automática e de uma máquina ou dispositivo destinado à lavagem do vasilhame durante o tempo necessário, com uma solução de soda cáustica a 10° Baumé aquecida a 60° C ou um outro processo ou dispositivo aprovado pelo D.N.P.M., que assegure esterilização do vasilhame.

Art. 20. As empresas que exploram água potável de mesa ou engarrafam águas minerais, serão aplicadas as exigências das alíneas IV, VI e VII do artigo precedente.

Art. 21. As empresas que aproveitaram as águas minerais para preparo de sais medicinais estarão sujeitas a todas as exigências gerais desta lei e mais às prescrições específicas que a Comissão permanente de Crenologia determinar para cada caso.

Art. 22. As estâncias serão classificadas pela Comissão Permanente de Crenologia em três grupos, segundo a qualidade de suas instalações.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO DAS ESTÂNCIAS QUE EXPLORAM ÁGUA MINERAL E DAS ORGANIZAÇÕES QUE EXPLORAM ÁGUAS POTÁVEIS DE MESA OU DESTINADAS A FINS BALNEÁRIOS

Art. 23. A fiscalização da exploração, em todos os seus aspectos, de águas minerais, termiais, gasosas e potáveis de mesa, engarrafadas ou destinadas a fins balneários, será exercida pelo D.N.P.M., através do seu órgão técnico especializado.

Art. 24. As autoridades sanitárias e administrativas federais, estaduais e

municipais, deverão auxiliar e assistir o D.N.P.M. em tudo que fôr necessário ao fiel cumprimento desta lei.

Parágrafo único. O D.N.P.M. comunicará às autoridades estaduais e municipais, qualquer decisão que fôr tomada relativamente ao funcionamento de uma fonte situada em sua jurisdição.

CAPÍTULO VI

DO COMÉRCIO DA ÁGUA MINERAL, TERMAL, GASOSA, DE MESA OU DESTINADA A FINS BALNEÁRIOS

Art. 25. Só será permitida a exploração comercial de água (mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários) quando previamente analisada no D.N.P.M. e após expedição do decreto de autorização de lavra.

Art. 26. Não poderão ser exploradas comercialmente, para quaisquer fins, as fontes sujeitas à influência de águas superficiais e por conseguinte suscetíveis de poluição.

Art. 27. Em cada fonte em exploração regular, além da determinação mensal da descarga e de certas propriedades físicas e físico-químicas, será exigida a realização de análises químicas periódicas, parciais ou completas, e, no mínimo, uma análise completa de três em três anos, para verificação de sua composição.

Parágrafo único. Em relação às qualidades higiênicas das fontes serão exigidos, no mínimo, dois exames bacteriológicos por ano, um na estação chuvosa e outro na estiagem, podendo, entretanto, a repartição fiscalizadora exigir as análises bacteriológicas que julgar necessárias para garantir a pureza da água da fonte ou da água engarrafada.

Art. 28. Uma vez classificada a água pelo D.N.P.M., será proibido o emprego no comércio ou na publicidade da água, de qualquer designação suscetível de causar confusão ao con-

sumidor, quanto à fonte ou procedência, sob pena de interdição.

Art. 29. Fica criado o rótulo padrão sujeito à aprovação do D.N.P.M., devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo:

- I. Nome da fonte.
- II. Natureza da água.
- III. Localidade.
- IV. Data e número da concessão.
- V. Nome do concessionário.
- VI. Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o D.N.P.M.
- VII. Volume do conteúdo.
- VIII. Carimbo com ano e mês de engarrafamento.

§ 1.º As águas minerais carbogasosas naturais, quando engarrafadas, deverão declarar no rótulo, em local visível, "água mineral carbogasosa natural".

§ 2.º É obrigatória a notificação da adição de gás carbônico às águas engarrafadas, quando este não provenha da fonte; essas águas estão sujeitas às seguintes especificações, sem prejuízo das outras exigências constantes desta lei:

I. As águas minerais deverão declarar no rótulo, em local visível, "*Água Mineral gaseificada artificialmente*".

II. As águas potáveis de mesa deverão declarar no rótulo, em local visível, "*Água potável de mesa gaseificada artificialmente*".

§ 3.º Nenhuma designação relativa às características ou propriedades terapêuticas das fontes poderá constar dos rótulos, a menos que seja autorizada pela Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 30. Os recipientes destinados ao engarrafamento da água para o consumo deverão ser de vidro transparente, de paredes internas lisas, fundo plano e ângulos internos arredondados, e com fêcho inviolável, resistente a choques, aprovados pelo D.N.P.M.

Art. 31. Constituirá motivo para interdição, apreensão do estoque e multa, além de qualquer infração aos dispositivos da presente lei:

I. Expor à venda, ao consumo ou à utilização, água, cuja exploração não tenha sido legalmente autorizada por decreto de lavra.

II. Utilizar rótulo com dizeres diversos dos aprovados pelo D.N.P.M.

III. Expor à venda água originária de outra fonte.

IV. Expor à venda ou utilizar água em condições higiênicas impróprias para o consumo.

§ 1.º Para efeito da interdição, apreensão e multa de que trata o presente artigo, o órgão técnico competente do D.N.P.M. poderá, a seu critério, tomar as seguintes medidas, além de outras previstas na presente lei:

I. Apreensão e inutilização do estoque da água engarrafada.

II. Inabilitação do concessionário para adquirir selos de consumo enquanto durar a interdição.

III. Apreensão de guias e selos de consumo, em poder do interessado no momento da interdição que serão conservados em custódia até a regularização da situação, para abertura da fonte ou interdição definitiva.

§ 2.º A multa a que se refere este artigo será de Cr\$ 5.000,00 a 20.000,00, sendo o infrator intimado a recolher aos cofres públicos a importância respectiva, que será elevada ao dobro no caso de reincidência, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências deste artigo.

Art. 32. As disposições da presente lei aplicam-se igualmente às águas nacionais utilizadas dentro do país e às que devam ser exportadas.

Art. 33. As águas minerais de procedência estrangeira só poderão ser expostas ao consumo, após cumprimento, no que lhes for aplicável a

juízo do D.N.P.M., das disposições sobre comércio das águas minerais nacionais estabelecidas na presente lei.

Art. 34. As soluções salinas artificiais, quando vendidas em garrafas ou outros vasilhames, deverão trazer sobre o rótulo em lugar bem visível, a denominação "solução salina artificial".

CAPÍTULO VII

DA CLASSIFICAÇÃO QUÍMICA DAS ÁGUAS MINERAIS

Art. 35. As águas minerais serão classificadas, quanto à composição química em:

I. Oligominerais, quando, apesar de não atingirem os limites estabelecidos neste artigo, forem classificadas como minerais pelo disposto nos §§ 2.º e 3.º do art. 1.º da presente lei.

II. Radíferas, quando contiverem substâncias radioativas dissolvidas que lhes atribuem radioatividade permanente.

III. Alcalino-bicarbonatadas, as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalinos equivalente, no mínimo, a 0,200 g de bicarbonato de sódio.

IV. Alcalino-terrosas as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalino-terrosos equivalente no mínimo a 0,120 g do carbonato de cálcio, distinguindo-se:

a) alcalino-terrosas cálcicas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,048 g de catione Ca, sob a forma do bicarbonato de cálcio;

b) alcalino-terrosas magnesianas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,30 g de catione Mg, sob a forma de bicarbonato de magnésio.

V. Sulfatadas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,100 g do anionte SO₄, combinado aos cationes Na, K e Mg.

VI. Sulfurosas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,001 g do anionte S.

VII. Nitradas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,100 g do anionte NO, de origem mineral.

VIII. Cloretadas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,500 g do ClNa (cloreto de sódio).

IX. Ferruginosas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,500 g do cationte Fe.

X. Radioativas, as que contiverem radônio em dissolução, obedecendo aos seguintes limites:

a) fracamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, um teor em radônio compreendido entre cinco e dez unidades Mache, por litro, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas, as que apresentarem um teor em radônio compreendido entre dez e 50 unidades Mache por litro, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que possuírem um teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão.

XI. Toriativas, as que possuírem um teor em torônio em dissolução, equivalente em unidades eletrostáticas, a duas unidades Mache por litro, no mínimo.

XII. Carbogasosas, as que contiverem, por litro, 200 ml de gás carbônico livre dissolvido, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão.

§ 1.º As águas minerais deverão ser classificadas pelo D.N.P.M. de acôrdo com o elemento predominante, podendo ter classificação mista as que acusarem na sua composição mais de um elemento digno de nota, bem como as que contiverem iontes ou substâncias raras dignas de notas (águas iodadas, arseniadas, litinadas etc.).

§ 2.º As águas das classes VII (nitradas) e VIII (cloretadas) só serão consideradas minerais quando possuí-

rem uma ação medicamentosa definida, comprovada conforme o § 3.º do art. 1.º da presente lei.

CAPITULO VIII

DA CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ÁGUA MINERAL

Art. 36. As fontes de água mineral serão classificadas, além do critério químico, pelo seguinte:

1.º Quanto aos gases:

I. Fontes radioativas:

a) fracamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de um litro por minuto (l.p.m.) com um teor em radônio compreendido entre cinco e dez unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas, as que apresentarem no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor compreendido entre dez e 50 unidades Mache; por litro de gás espontâneo, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão.

II. Fontes toriativas as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor em torônio na emergência equivalente em unidades eletrostáticas a duas unidades Mache por litro.

III. Fontes sulfurosas as que possuírem na emergência desprendimento definido de gás sulfídrico.

2.º Quanto à temperatura:

I. Fontes frias, quando sua temperatura fôr inferior a 25° C.

II. Fontes hipotermias, quando sua temperatura estiver compreendida entre 25 e 33° C.

III. Fontes mesotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 33 e 36° C.

IV. Fontes isotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 36 e 38° C.

V. Fontes hipertermiais, quando sua temperatura fôr superior a 38° C.

CAPÍTULO IX

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 37. O conjunto dos tributos que recaírem sobre as fontes e águas minerais está sujeito ao limite máximo de 8% da produção efetiva, calculado de acordo com o art. 68 do Código de Minas.

§ 1.º As águas potáveis de mesa, gaseificadas artificialmente ou não, pagarão sempre, no mínimo, o duplo dos tributos federais devidos pelas águas minerais, não se aplicando às mesmas o limite máximo de 8% previsto no art. 68 do Código de Minas.

§ 2.º As soluções salinas artificiais recolherão ao Tesouro Nacional como taxa de produção efetiva, contribuição correspondente a 20% do valor da produção.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Logo após a promulgação da presente lei, todas as empresas que exploram água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, deverão realizar novos estudos de suas fontes, os quais deverão estar terminados no prazo máximo de dois anos.

Parágrafo único. Estes estudos serão realizados segundo os dispositivos da presente lei, pelo órgão técnico competente do D.N.P.M., de acordo com as normas estabelecidas pelo regimento em vigor.

Art. 39. Todas as empresas que exploram água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários deverão, dentro do prazo de um ano de vigência desta lei, estar rigidamente enquadradas nos seus dispositivos e nos do Código de Minas.

Art. 40. O D.N.P.M. deverá proceder, de acordo com os dispositivos desta lei, à classificação de todas as fontes em exploração, no prazo máximo de dois anos, prorrogável a juízo do Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Será mantida a classificação de mineral para as águas em exploração regular diante do Código de Minas e cujos característicos químicos e físico-químicos satisfaçam aos limites de composição estabelecidos na legislação anterior.

Art. 41. O Governo expedirá oportunamente uma lei concedendo favores às estâncias hidrominerais.

Parágrafo único. Dentro de seis meses, a partir da publicação desta lei, o D.N.P.M. apresentará ao Governo um anteprojeto regulando o assunto e as normas para classificação das estâncias segundo a qualidade de suas instalações.

Art. 42. Até que a Comissão Permanente de Crenologia organize um regulamento geral para exploração das estâncias, nenhuma pessoa poderá fazer uso continuado das fontes hidrominerais, ainda mesmo a título de repouso ou de turismo, sem a devida autorização médica.

Art. 43. Fica proibido o uso endovenoso de água mineral, em natureza, enquanto não ficar provada, em cada caso, a sua inocuidade para os pacientes, a juízo da Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 44. Ao órgão técnico especializado do D.N.P.M. competirá:

I. Além das atribuições já fixadas em lei, manter os laboratórios e ga-

binetes técnicos e científicos necessários ao estudo das águas minerais sob seu aspecto químico, físico, físico-químico, farmaco-dinâmico e dos demais elementos terapêuticos para orientação científica das suas aplicações clínicas.

II. Fixar, mediante ampla colaboração com os interessados, os métodos de análises químicas e bacteriológicas, tendo em vista a uniformização dos resultados.

III. Promover articulação com os órgãos técnicos e administrativos competentes, no sentido de estabelecer íntima colaboração com os Estados e Municípios, para a coordenação de esforços na organização e execução dos planos de aparelhamento e defesa das estâncias e na fiscalização do comércio de águas.

IV. Propor padrões regionais de potabilidade.

Art. 45. A requisição do concessionário, ou desde que seja julgada de interesse público, o D.N.P.M. poderá prestar assistência técnica aos trabalhos previstos nos capítulos II e III desta lei, mediante indenização pelas despesas, relativas à assistência prestada ou pagamento de uma importância acordada previamente.

Art. 46. Dentro de seis meses a partir da data de sua constituição, a Comissão Permanente de Crenologia proporá ao Governo a regulamentação da presente lei.

Parágrafo único. Os assuntos tratados no art. 29 e seus parágrafos e no art. 30 poderão ser objeto de modificação pela regulamentação a ser expedida oportunamente.

Art. 47. Fica incluída na classe XI de que trata o art. 3.º do Código de Minas, a categoria de águas de mesa.

Art. 48. Esta lei consolida todos os dispositivos legais sobre águas minerais e águas potáveis de mesa.

Art. 49. Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 50. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.842 — DE 2 DE AGOSTO DE 1945

Concede prazo às Cooperativas para se enquadrarem à legislação cooperativista vigente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedido às Cooperativas que não se enquadraram à vigente legislação cooperativista, na conformidade do estabelecido nos Decretos-leis 5.893, de 19 de outubro de 1943 e 6.909, de 27 de setembro de 1944, um prazo improrrogável de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação deste Decreto-lei, para as mesmas entidades se amoldarem aos dispositivos daquela legislação.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 8 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.843 — DE 9 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre carreiras do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma da tabela anexa, as carreiras de Agen-

te de Estrada de Ferro, Condutor de Trem, Maquinista de Estrada de Ferro e Mestre de Linhas, do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — Fica revogado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.722, de 9 de julho de 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 11 de julho de 1945.

Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Agente de Estrada de Ferro</i>						<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				
9	K	—	—	II	40	K	—	31	
40	J	—	—	II	70	J	—	30	
140	I	—	—	II	150	I	—	10	
300	H	—	—	II	300	H	—	—	
400	G	—	—	II	400	G	—	—	
410	F	—	—	II	410	F	—	—	
171	E	—	—	II	171	E	—	—	
1.470						1.541				71	
	<i>Condutor de Trem</i>						<i>Condutor de Trem</i>				
30	J	—	—	II	70	J	—	40	
100	I	—	—	II	100	I	—	—	
150	H	—	—	II	150	H	—	—	
200	G	—	—	II	200	G	—	—	
220	F	—	—	II	220	F	—	—	
19	E	—	—	II	19	E	—	—	
719						759				40	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA .					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
30	<i>Maquinista de Estrada de Ferro</i>	J	—	—	II	70	<i>Maquinista de Estrada de Ferro</i>	J	—	40	
100	I	—	—	II	100	I	—	—	
200	H	—	—	II	200	H	—	—	
200	G	—	—	II	200	G	—	—	
530						570				40	
5	<i>Mestre de Linhas</i>	J	—	—	II	10	<i>Mestre de Linhas</i>	J	—	5	
14	I	—	—	II	14	I	—	—	
19						24				5	

DECRETO-LEI N.º 7.844 — DE 9 DE
AGOSTO DE 1945

*Altera a carreira de Arquivista do
Quadro Permanente do Depar-
tamento Administrativo do Serviço
Público.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Depar-

tamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Será levada a crédito da conta-corrente do Quadro a importância correspondente a um cargo da classe F da referida carreira, que se acha sem ocupante.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Arquivista</i>						<i>Arquivista</i>				
2	H	—	1	Q.P.	2	H	—	1	—
2	G	—	1	Q.P.	2	G	—	1	—
2	F	—	1	Q.P.	2	F	—	2	—
4	E	—	—	Q.P.	4	E	—	—	4
10				3		10				4	4

Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 10.

DECRETO-LEI N.º 7.845 — DE 9 DE AGOSTO DE 1945

Estabelece providências que facilitem, para fins eleitorais, o registro de nascimento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No período do alistamento eleitoral, não se cobrará emolumento algum, nem será imposta multa, pelo registro de nascimento de brasileiro, de um e outro sexo, maior de 18 anos.

Parágrafo único. As pessoas que tenham obtido o registro de acordo com o Decreto-lei n.º 4.782, de 5 de outubro de 1942, podem utilizar as respectivas certidões para fins eleitorais.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.846 — DE 9 DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência" do pagamento do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a "Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência", na forma dos artigos 15 e 16 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, do pagamento da totalidade do imposto predial relativo ao imóvel situado no Beco João José n.º 16, onde funciona a "Escola Padre Dr. Francisco da

Mota", e à área ocupada por ambulatório, no Largo da Carioca n.º 5, fundos, e de 75 % (setenta e cinco por cento) do mesmo imposto relativo ao prédio situado na Rua Conde de Bonfim n.º 1.033, onde funciona o Hospital, a partir de 1938 e enquanto nesses locais funcionarem os serviços de assistência e beneficência mantidos pela referida instituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.847 — DE 9 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00, para despesas com o abastecimento d'água no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de nove milhões de cruzeiros (Cr\$ 9.000.000,00), para atender às despesas (Obras, desapropriações, aquisições de imóveis e equipamentos) com a execução, pelo Serviço Federal de Águas e Esgotos, de obras de emergência, relacionadas com o abastecimento d'água do Distrito Federal, de que trata o processo protocolado na Secretaria da Presidência da República sob n.º 14.345-45.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

*Gustavo Capanema
A. de Souza Costa*

DECRETO-LEI N.º 7.848 — DE 9
DE AGOSTO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1 000.000,00, para a realização de campeonatos internacionais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério, para atender a despesa (Serviços e Encargos) com a realização de campeonatos internacionais.

Parágrafo único. A importância de que trata o presente artigo será assim distribuída:

1. Para o campeonato internacional de golf, Cr\$ 100.000,00, que serão entregues ao Gávea Golf and Country Club e ao Itanhangá Golf Club.

2. Para o campeonato internacional de atletismo, Cr\$ 300.000,00, que serão entregues à Confederação Brasileira de Desportos.

3. Para o campeonato internacional de foot-ball, Cr\$ 100.000,00, que serão entregues à Confederação Brasileira de Desportos.

4. Para o campeonato internacional de remo, Cr\$ 350.000,00, que serão entregues à Confederação Brasileira de Desportos.

5. Para o campeonato internacional de basket-ball, Cr\$ 150.000,00, que serão entregues à Confederação Brasileira de Basket-ball.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.849 — DE 9 DE
AGOSTO DE 1945

Fixa as carreiras e cargos isolados da Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e de acordo com o art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os cargos da Prefeitura constituirão um Quadro Permanente (Q. P.) e um Quadro Suplementar (Q. S.).

§ 1.º Os cargos do Quadro Permanente terão os respectivos vencimentos fixados de acordo com os padrões indicados no Anexo I, que é parte integrante deste decreto-lei.

§ 2.º O Quadro Permanente é formado pelos cargos isolados e de carreira constantes do Anexo II, que é parte integrante desta lei.

§ 3.º O Quadro Suplementar é constituído pelos cargos aí incluídos de acordo com o Decreto-lei n.º 1.944, de 30 de dezembro de 1939 e pelos constantes do Anexo III, que é parte integrante deste decreto-lei.

§ 4.º Os cargos incluídos no Quadro Suplementar, respeitadas os direitos de promoção, serão extintos a medida que vagarem.

Art. 2.º O Ministro do Tribunal de Contas eleito para a presidência desse órgão superior perceberá uma gratificação, para representação, de Cr\$... 12.000,00 (doze mil cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Os funcionários atualmente providos efetivamente em cargos do Quadro Permanente instituído pelo Decreto-lei n.º 1.944, de 30 de dezembro de 1939, e incluídos na Tabela II, serão classificados de acordo com a tabela de conversão constante do Anexo IV, que faz parte integrante deste decreto-lei.

§ 1.º Quando o funcionário já perceber diferença de vencimento será incluído na classe de vencimento ime-

diatamente inferior ao total da remuneração anterior.

§ 2.º Quando o funcionário fôr classificado em cargo de vencimento inferior à remuneração total anterior, perceberá, a título de diferença de vencimento, a importância necessária para completar a remuneração anterior.

§ 3.º A diferença de vencimento referida no § 2.º d'este artigo irá desaparecendo com as promoções obtidas pelo funcionário.

Art. 4.º A classificação a que se refere o artigo anterior será feita de acordo com a situação dos funcionários a 1 de junho de 1945, efetuadas todas as promoções relativas a vagas verificadas antes de 1 de maio do mesmo ano.

§ 1.º Aos funcionários que, possuindo atualmente aumentos periódicos, perciam tal vantagem por esta lei, fica assegurado, na data em que completarem o primeiro quinquênio, um vencimento não inferior ao que perceberiam se continuassem no regime anterior.

§ 2.º O vencimento a que se refere o § 1.º d'este artigo será integralizado com o pagamento da importância necessária, a título de diferença de vencimento.

§ 3.º A diferença de vencimento indicada no parágrafo anterior irá desaparecendo com as promoções obtidas pelo funcionário.

Art. 5.º Os funcionários contarão, para efeito de promoção à classe imediata àquela em que foram incluídos, o tempo que já tiverem na classe ou padrão em que estavam providos.

Parágrafo único — Quando em uma classe de uma carreira forem incluídos por esta lei, funcionários anteriormente providos em classes ou padrões diferentes, as promoções por antiguidade só poderão recair nos funcionários da classe mais elevada.

Art. 6.º Para os devidos efeitos as vagas criadas por esta lei serão consideradas como ocorridas na data da publicação d'este decreto-lei.

Art. 7.º Quando em uma carreira houver um número de servidores menor que o de cargos, poderá haver provimento na classe inicial, mesmo que nesta existam excedentes.

§ 1.º Quando em uma carreira houver um número de servidores maior que o de cargos, não poderá haver provimento na classe inicial, mesmo que nesta existam vagas.

§ 2.º A não ser no caso indicado neste artigo, enquanto houver excedentes em uma classe, não serão feitos novos provimentos para a mesma.

Art. 8.º No cômputo de número de vagas de uma carreira, para provimento na classe inicial, serão também considerados os extranumerários existentes em funções correspondentes.

Art. 9.º Os funcionários que, anteriormente ao Decreto-lei n.º 1.944, de 30 de dezembro de 1939, tinham acesso, por promoção, à carreira administrativa constituída dos cargos de Praticante de Oficial a Chefê de Seção, ingressarão nos cargos vagos da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo, por nomeação, quando atingirem a última classe ou padrão da carreira ou cargo isolado em que foram incluídos pelo referido decreto-lei, e na mesma classe ou padrão já possuírem o estágio de dois anos de efetivo exercício.

Art. 10. Fica o Prefeito autorizado a abrir os créditos necessários à execução d'este decreto-lei.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 9 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A N E X O I

(Decreto-lei n.º 7.849, de 9 de agosto de 1945)

PADRÕES DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DA PREFEITURA DO
DISTRITO FEDERAL

Padrão	Vencimento mensal	Padrão	Vencimento mensal
A	350,00	K	2.200,00
B	450,00	L	2.600,00
C	550,00	M	3.000,00
D	650,00	N	3.500,00
E	750,00	O	4.000,00
F	900,00	P	4.500,00
G	1.100,00	Q	5.000,00
H	1.300,00	R	5.500,00
I	1.500,00	S	6.000,00
J	1.800,00		

A N E X O II

(Decreto-lei n.º 7.849, de 9 de agosto de 1945)

QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

A — CARGOS ISOLADOS

Código — Nomenclatura	Padrões	Número de cargos	Observações
a) de provimento em comissão:			
1111-01 — Prefeito do Distrito Federal	S	1	Cr\$ 48.000,00 anuais de re- presentação
1111-02 — Secretário Geral.....	R	6	Cr\$ 12 000,00 anuais de re- presentação
1111-03 — Secretário do Prefeito.....	R	1	Cr\$ 12 000,00 anuais de re- presentação
1111-04 — Secretário Particular.....	Q	1	

		cargos				cargos	
Procurador Geral.....	R	1			E	520	
Procurador de Departamento.....	P	38		1432-13 — Enfermeiro	F	340	
Procurador do Instituto de Ação	P	1			G	210	
	N	115			H	130	
Chefe de Serviço.....	M	39			I	85	
	L	115		1432-14 — Enfermeiro Hospitalar.....	J	50	
	N	165			K	35	
Chefe de Distrito.....	M	16			H	130	
	L	5		1432-15 — Enfermeiro Sanitarista.....	I	85	
	N	39			J	50	
Procurador de Estabelecimento	M	9			K	35	
	L	50			J	50	
Assistente	K	200		1432-16 — Engenheiro	K	35	
Adjunto	O	10			L	25	
de provimento efetivo:	L	7			M	20	
Presidente do Tribunal de Contas	R	7			N	18	
Procurador do Tribunal de Contas	R	2		1432-17 — Escriturário	E	1.000	
Procurador da Prefeitura	P	10			F	500	
Chefe do Tesouro.....	L	40			G	250	
Guardante de Fiel.....	J	40		1432-18 — Estatístico	I	13	
					J	8	
					K	5	
					L	3	
					E	22	
				1432-19 — Estatístico Auxiliar.....	F	14	
					G	9	
					H	5	
	J	7			G	10	
Advogado	K	6		1432-20 — Farmacêutico	H	7	
	L	5			I	5	
	M	4			J	4	
	N	3			K	3	
	E	35		1432-21 — Fiscal	E	400	
Previdente Social.....	F	25			F	200	
	G	14			G	100	
	H	9		1432-22 — Guarda-Livros	E	16	
	H	6			F	8	
Contador	I	5			G	4	
	J	4			E	120	
				1432-23 — Inspetor de Alunos.....	F	70	
	K	3			G	50	
Contador	L	2			H	30	
	M	1			H	17	
	J	6		1432-24 — Mecanógrafo	I	11	
Escriturário	K	5			J	7	
	L	4			K	4	
	M	3			E	65	
	N	2		1432-25 — Mecanógrafo Auxiliar.....	F	45	
	H	17			G	25	
Assistente Social.....	I	11			H	16	
	J	7			H	450	
	K	4		1432-26 — Médico	I	350	
	I	13			J	250	
Bibliotecário	J	8			K	200	
	K	5			L	150	
	L	3			M	100	
Bibliotecário Auxiliar.....	E	25			H	700	
	F	15		1432-27 — Oficial Administrativo.....	I	500	
	G	10			J	350	
	H	5			K	300	
	H	5			L	250	
Tipógrafo	I	4			H	35	
	J	3		1432-28 — Oficial de Fiscalização....	I	25	
	K	2			J	17	
	L	1			K	13	
	H	17			L	12	
Tradutor	I	12			H	75	
	J	9		1432-29 — Oficial de Vigilância.....	I	50	
	K	7			J	35	
	L	6			K	30	
	G	85			L	25	
Perito	H	60					
	I	45					
	J	35					
	K	30					
Perito	I	18					
	J	11					
Perito	K	7					
	L	5					
Perito	E	35					
	F	25					
Perito Auxiliar	G	14					
	H	9					

B — CARGOS DE CARREIRA

Código — Nomenclatura	Padrões	Número de cargos	Observações
1432-30 — Prático de Engenharia.....	{ F G H I J	20 14 10 8 7	
1432-31 — Prático de Laboratório....	{ D E F G	130 85 50 30	
1432-32 — Prático Rural.....	{ D E F G	9 6 3 2	
1432-33 — Professor de Artes.....	{ F G H I J	6 5 4 3 2	
1432-34 — Professor de Educação Física	{ H I J K L	35 25 17 14 12	
1432-35 — Professor de Curso Normal	{ K L M N	50 30 20 12	
1432-36 — Professor de Curso Primário	{ F G H I J	1.700 1.200 850 700 600	
1432-37 — Professor de Curso Primário Supletivo	{ D E F G H	120 80 60 50 40	
1432-38 — Professor de Curso Secundário	{ H I J K	150 100 60 40	
1432-39 — Professor de Curso Secundário Supletivo.....	{ F G H I J	55 40 30 25 20	
1432-40 — Professor de Curso Técnico	{ G H I J K	75 50 35 30 25	
1432-41 — Técnico de Administração.	{ L M N	8 4 2	

1432-42 — Técnico Agrícola.....	{ D E F G	7 4 3 2	
1432-43 — Técnico de Educação.....	{ I J K L M	30 20 15 12 10	
1432-44 — Técnico de Laboratório ...	{ H I J K L	50 35 25 20 18	
1432-45 — Técnico de Material.....	{ I J K	16 8 4	
1432-46 — Técnico de Orçamento....	{ I J K	16 8 4	
1432-47 — Técnico de Organização...	{ I J K	16 8 4	
1432-48 — Técnico de Pessoal	{ I J K	16 8 4	
1432-49 — Técnico de Seleção.....	{ I J K	16 8 4	
1432-50 — Veterinário	{ H I J K L M	18 13 11 8 6 4	
1432-51 — Zelador	{ D E F G	30 50 30 20	

ANEXO III

(Decreto-lei n.º 7.849 de 9 de agosto de 1945)

INCLUSÕES NO QUADRO SUPLEMENTAR

A — CARGOS ISOLADOS COM AUMENTO PERIÓDICO

Códigos — Nomenclatura	Padrões
2422-01 — Fiel do Tesouro	91 a 96
2422-02 — Professor de Curso Secundário	71 a 76

B — CARGOS DE CARREIRA

Códigos — Nomenclatura	Padrões	N.º de cargos
2432-01 — Contador	<div> 81 82 83 84 85 86 </div>	<div> 15 11 9 7 5 4 </div>
2432-02 — Dentista	<div> 71 72 73 74 75 76 </div>	<div> 70 50 45 35 25 20 </div>
2432-03 — Desenhista	<div> 51 52 53 54 55 56 </div>	<div> 38 27 21 16 13 9 </div>
2432-04 — Escreiturário	<div> 31 32 33 34 35 36 </div>	<div> 500 400 300 240 180 130 </div>
2432-05 — Estatístico	<div> 81 82 83 84 85 86 </div>	<div> 9 6 5 4 3 2 </div>
2432-06 — Estatístico Auxiliar	<div> 41 42 43 44 45 46 </div>	<div> 15 11 9 7 5 4 </div>
2432-07 — Farmacêutico	<div> 71 72 73 74 75 76 </div>	<div> 9 6 5 4 3 2 </div>
2432-08 — Fiscal	<div> 31 32 33 34 35 36 </div>	<div> 200 160 130 90 70 50 </div>
2432-09 — Médico	<div> 91 92 93 94 95 96 </div>	<div> 450 330 260 200 150 110 </div>
2432-10 — Prático de Farmácia	<div> 31 32 33 34 35 36 </div>	<div> 28 21 16 13 10 7 </div>

Códigos — Nomenclatura	Padrões	N
2432-11 — Prático de Laboratório	<div> 81 82 83 84 85 86 </div>	
2432-12 — Prático Rural (antigo Prático de Veterinária)	<div> 31 32 33 34 35 36 </div>	
2432-13 — Técnico Agrícola (antigo Prático R.)	<div> 31 32 33 34 35 36 </div>	
2432-14 — Zebedor	<div> 51 52 53 54 55 56 </div>	

ANEXO IV

(Decreto-lei n.º 7.849, de 9 de agosto de 1945)

TABELA DE CONVERSÃO

Situação Anterior		Situação Atual
Cargo	P ou C	Cargo
Prefeito do Distrito Federal	00	Prefeito do Distrito Fed
Secretário Geral	06	Secretário Geral
Secretário do Prefeito	06	Secretário do Prefeito ..
Secretário Particular	04	Secretário Particular ..
Procurador Geral	06	Procurador Geral
Diretor de Departamento ..	05	Diretor de Departamento
Diretor do Instituto de Educação	05	Diretor do Instituto de Educação
Chefe de Serviço	<div> 04 03 02 </div>	Chefe de Serviço
Chefe de Distrito	<div> 04 03 02 </div>	Chefe de Distrito
Diretor de Estabelecimento	<div> 04 03 02 01 </div>	Diretor de Estabelecimento
Assistente	04	Assistente
Adjunto	02	Adjunto
Ministro do Tribunal de Contas	06	Ministro do Tribunal de Contas
Procurador do Tribunal de Contas	06	Procurador do Tribunal de Contas
Procurador da Prefeitura ..	05	Procurador da Prefeitura

Situação Anterior		Situação Atual	
Cargo	P ou C	Cargo	Padrão
.....	91 92 93 94 95 96	Advogado	J J K L M N
.....	81 82 83 84 85 86	Agrônomo	I J J K L M
.....	91 92 93 94 95 96	Arquiteto	J J K L M N
.....	71 72 73 74 75 76	Bibliotecário	I I J J K L
.....	71 72 73 74 75 76	Cartógrafo	H I J J K L
.....	31 32 33 34 35 36	Enfermeiro	E E F F G H
.....	91 92 93 94 95 96	Engenheiro	J J K L M N
unos	31 32 33 34 35 36	Inspetor de Alunos	E E F F G H
ciplina	61 62 63 64 65 66	Professor de Curso Técnico	G G H I J K
trativo	71 72 73 74 75 76	Oficial Administrativo	H I J J K L

Situação Anterior		Situação Atual	
Cargo	P ou C	Cargo	Padrão
Oficial de Fiscalização	71 72 73 74 75 76	Oficial de Fiscalização	H I J J K L
Oficial de Vigilância	71 72 73 74 75 76	Oficial de Vigilância	H I J J K L
Prático de Engenharia ...	51 52 53 54 55 56	Prático de Engenharia	F F G H H J
Professor de Artes	51 52 53 54 55 56	Professor de Artes	F F G H H J
Professor de Curso Normal.	91 92 93 94 95 96	Professor de Curso Normal.	K K K L M N
Professor de C. Primário ..	51 52 53 54 55 56	Professor de C. Primário ..	F F G H H J
Técnico de Educação	81 82 83 84 85 86	Técnico de Educação	I J J K L M
Técnico de Laboratório	61 62 63 64 65 66	Técnico de Laboratório	H H H I J K
Veterinário	71 72 73 74 75 76	Veterinário	I I J J K L

**DECRETO-LEI N.º 7.850 — DE 10
DE AGOSTO DE 1945**

Dispõe sobre o funcionamento dos cursos extraordinários, previstos na Lei orgânica do ensino industrial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nos cursos extraordinários de ensino industrial, realizados nos estabelecimentos oficiais, o ensino será ministrado por professores designados pelo diretor da Escola, dentre técnicos nacionais e estrangeiros, servidores do Estado ou não

§ 1.º Os professores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º Os funcionários, designados na forma deste artigo, poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aula ou trabalhos, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3.º Os professores não compreendidos nos casos de que tratam os §§ 1.º e 2.º deste artigo perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite de doze horas por semana.

§ 4.º Aos servidores da Escola somente se abonará a vantagem prevista no § 3.º quando for excedido o número de horas semanais de trabalho a que estiverem obrigados.

Art. 2.º A organização dos cursos obedecerá a instruções que forem baixadas pelo Ministro de Educação e Saúde.

Art. 3.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) para atender às despesas com o pagamento dos honorários por aula aos professores dos cursos de que trata o presente decreto-lei.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.851 — DE 10
DE AGOSTO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a dispensar, nas condições que menciona, o pagamento de multas de mora relativas aos impostos predial e territorial devidos por brasileiros afastados do Distrito Federal em serviço de guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a dispensar, mediante requerimento e produzida a necessária prova, o pagamento das multas de mora relativas aos impostos predial e territorial devidos por brasileiros afastados do Distrito Federal em serviço de guerra.

§ único. Os benefícios deste Decreto-lei abrangerão, exclusivamente, as multas de mora em que incorreu o contribuinte durante o seu afastamento, e cessarão:

- a) dentro de trinta dias contados da data do seu regresso; ou
- b) dentro de trinta dias contados da data da publicação deste Decreto-lei, para os que já regressaram.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.852 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1945.

*Cria coletorias federais no Território
de Iguazu e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais em cada um dos municípios de Iguazu e Manguerinha, no Território Federal de Iguazu.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda dois (2) cargos de "Coletor — classe C" e dois (2) cargos de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender a despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezessete mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 17.666,60) em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191 de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	17.666,60
S/c. n.º 02 — Percentagens	11.000,00

	17.666,60

Art. 4.º Enquanto não forem providos os cargos de coletor e de escrivão criados para cada uma das coletorias de que trata o presente Decreto-lei, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, por solicitação e indicação do Governador do Território, autorizar e instalar as referidas coletorias e designar prepostos para a execução dos serviços respectivos.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.853 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

*Altera e cria carreiras no Quadro.
Único — Parte Permanente — do
Ministério do Trabalho, Indústria e
Comércio, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Dactilógrafo e Escriturário do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Fica criada, nos mesmos Quadros, Parte e Ministério, conforme a tabela anexa, a carreira de Inspetor de Indústria e Comércio.

Art. 3.º Para atender, no período de 1.º de agosto a 31 de dezembro deste ano, à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei e com a admissão de um taquígrafo, referência XIII, para o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 170.350,00 (cento e sessenta mil, duzentos e cin-

qüenta cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal .. 165.750,00

Consignação II — Pessoal

Extranumerário

Subconsignação 05 — Mensalistas

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal .. 4.500,00

Total 170.250,00

Art. 4.º Este decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de agosto de 1945.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Alexandre Marcondes
Filho.*

A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO. — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
50	<i>Dactilógrafo</i>	E	—	50	Q.U.P.P.	50	<i>Dactilógrafo</i>	E	—	50	—
150	D	50	—	Q.U.P.P.	157	D	—	—	50
200		50	50		207		—	50	50

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos a medida que forem sendo providos os vagos da classe superior.

O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 207.

100	<i>Escrivão</i>	G	—	—	Q.U.P.P.	102	<i>Escrivão</i>	G	—	2	—
200	F	—	—	Q.U.P.P.	204	F	—	4	—
300	E	—	—	Q.U.P.P.	310	E	—	10	6
600			—	—		616			—	16	6

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos a medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 616.

						<i>Inspector de Indústria e Comércio</i>				
					1	L	—	1	—
					1	K	—	1	—
					2	J	—	2	—
					2	I	—	2	—
					3	H	—	3	6
					9			—	9	6

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 9.

DECRETO-LEI N.º 7.854 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme a tabela anexa, as carreiras de Bibliotecário e de Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de agosto a 31 de dezembro deste ano, à despesa com o provimento dos dezessete cargos vagos das carreiras referidas neste Decreto-lei, fica aber-

to, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação 1 — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 00 — Pessoal Civil, 77 — Quadros do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de agosto do corrente ano.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisório	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisório
1	<i>Bibliotecário</i>	L	—	1	—	1	<i>Bibliotecário</i>	L	—	1	—
1	K	—	—	—	2	K	—	1	—
1	J	—	—	—	3	J	—	2	—
1	I	—	—	2	3	I	—	1	4
4			—	1	2	9			—	5	4

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O número total de cargos ocupados da carreira não poderá ser superior a 9.

1	<i>Bibliotecário-auxiliar</i>	H	—	1	—	2	<i>Bibliotecário-auxiliar</i>	H	—	2	—
1	G	—	1	—	3	G	—	3	—
2	F	—	2	—	5	F	—	5	—
2	E	—	—	4	8	E	—	2	10
6			—	4	4	18			—	12	10

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O número total de cargos ocupados da carreira não poderá ser superior a 18.

DECRETO-LEI N.º 7.855 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

Eleva o vencimento do cargo isolado, de provimento efetivo, de Tradutor, padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, do padrão I para o padrão L, o vencimento do cargo isolado, de provimento efetivo, de Tradutor, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º O título do funcionário atingido pelo disposto no artigo anterior será apostilado pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Para atender, no atual exercício, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 5.500.00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), em reforço da Verba I — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 00 Pessoal Civil, 77 Quadros do Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.856 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

Altera carreiras, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas as carreiras de Contador e Guarda-livros do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 733.775,00 (setecentos e trinta e três mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º A despesa com o provimento de 445 cargos da classe E da carreira de Guarda-livros e 341 cargos da classe H da carreira de Contador, a que se refere o art. 1.º, será atendida, nos últimos 5 1/2 meses deste ano pelo crédito suplementar aberto no artigo anterior e pelo saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério, da qual fica destacada, para esse fim, a importância de Cr\$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros).

Art. 4.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 733.775,00 (setecentos e trinta e três mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Finanças gratificadas, 04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional, 06 — Serviço do Pessoal, do Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 5.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 21 de julho de 1945.

Art. 5.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.743, de 16 de julho de 1945.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório
40	<i>Contador</i>	L	—	2		70	<i>Contador</i>	L	—	32	
70	K	—	15		110	K	—	55	
110	J	—	30		170	J	—	90	
160	I	—	3		250	I	—	93	
226	H	—	2	50	350	H	—	126	270
606			—	52	50	950			—	396	270

Observações — Dos cargos da classe H, 55 só serão preenchidos à medida que forem sendo suprimidos os da carreira de Contador do Q.S., de modo que o total de cargos ocupados, nas duas carreiras em conjunto, não seja superior a 950. Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes superiores.

30	<i>Guarda-livros</i>	G	—	—		90	<i>Guarda-livros</i>	G	—	60	
60	F	—	43		180	F	—	163	
124	E	—	—	37	380	E	—	222	223
214			—	43	37	650			—	445	223

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo preenchidos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 650.

DECRETO-LEI N.º 7.857 — DE 13 DE AGOSTO DE 1945

Cria coletorias federais no Território de Ponta Porá e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais em cada um dos municípios de Maracaju e Dourados no Território Federal de Ponta Porá.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda dois (2) cargos de "Coletor — classe C" e dois (2) cargos de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dezessete mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 17.666,60), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944) como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente
Cr\$

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	6.666,60
S/c n.º 02 — Percentagens	11.000,00
	<hr/>
	17.666,60

Art. 4.º Enquanto não forem providos os cargos de coletor e de escrivão criados para cada uma das coletorias de que trata o presente Decreto-lei, poderá o Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda, por solicitação e indicação do Governador do Território, autorizá-lo a instalar as referidas coletorias e designar prepostos para a execução dos serviços respectivos.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.858 — DE 13 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a remuneração mínima dos que exercem a atividade de Revisor e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração devida a todos aqueles que exerçam a atividade de revisor, quer em empresas jornalísticas, quer em estabelecimentos gráficos ou quaisquer outras organizações de caráter privado, não será inferior aos níveis mínimos, fixados pelas tabelas que acompanham o presente Decreto-lei, obedecida a classificação de funções que ele estatui.

Art. 2.º As funções em que se desdobra a atividade de revisor serão assim classificadas:

a) função em comissão: — chefe de revisão;

b) funções permanentes: — revisor e conferente

Art. 3.º A função de conferente requer com caráter obrigatório a existência da que corresponde ao revisor, formando a arcação respectiva, sendo que em caso contrário se considerará o conferente como revisor.

Art. 4.º Não haverá incompatibilidade entre o exercício da atividade de revisor e o de qualquer função remunerada, ainda que pública, assim como não prevalecerá distinção entre o serviço de jornal hvrc ou obras.

Art. 5.º A duração normal do trabalho não deverá exceder a seis horas, tanto de dia como à noite.

Art. 6.º Quando a prestação de serviços a determinada empresa se fizer com redução da duração normal do trabalho, o salário será pago à base-hora.

Parágrafo único. Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser concluído à base-hora, o total da remuneração devida não poderá perfazer, por mês, quantia inferior à soma de cinquenta vezes o valor da hora que, representando a maior quantia, conste da tabela destinada a respectiva localidade.

Art. 7.º O salário do revisor que trabalhar em revista, boletim ou periódico de circulação semanal, quinzenal ou mensal, desde que o serviço efetivo não exceda a três (3) dias úteis de trabalho, por semana, será pago na base de cinquenta por cento (50%) do nível mínimo fixado para a respectiva função.

Art. 8.º Para os efeitos do presente Decreto-lei, as localidades do território nacional são classificadas nas seguintes categorias:

- 1.ª Rio de Janeiro e São Paulo;
- 2.ª Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém;
- 3.ª Curitiba, Juiz de Fora, Niterói, Fortaleza e Manaus;
- 4.ª As que contem 50.000 ou mais habitantes;
- 5.ª As que contem menos de 50.000 e mais que 10.000 habitantes;
- 6.ª As que contem menos que 10.000 habitantes.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante solicitação dos sindicatos representativos das categorias interessadas e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, determinar as alterações que julgar devidas na classificação das localidades, prevista neste artigo.

Art. 9.º Para velar pela reestruturação dos quadros de revisores, através da revisão dos lançamentos ou declarações que figurem na carteira profissional, ajustando-os ao presente Decreto-lei, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará uma comissão especial, de caráter transitório,

composta de um representante do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, de um do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e de um do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, sob a presidência do primeiro.

Art. 10. A execução e a fiscalização das disposições do presente Decreto-lei, o valor das multas, sua aplicação, seus recursos e sua cobrança, regulam-se pelo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao salário mínimo, e pelo que estatui o Decreto-lei n.º 2.162, de 1.º de maio de 1940.

Art. 11. A aplicação do presente Decreto-lei não poderá ser motivo de redução de salário, nem prejudicará situações de direito adquirido.

Art. 12. As tabelas que o acompanham vigorarão pelo prazo de três (3) anos, suscetível de prorrogação por igual período.

Parágrafo único. Aplica-se-lhes na alteração, respeitado o que couber, o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao salário mínimo.

Art. 13. As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 14. O presente Decreto-lei entrará em vigor a data de sua publicação no *Diário Oficial*, exceto quanto ao pagamento dos salários, os quais somente serão devidos a partir do primeiro dia da quinzena subsequente à respectiva assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945, 124.ª da Independência e 57.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho:

TABELA I
FUNÇÃO EM COMISSÃO

LOCALIDADES	Função em comissão	Níveis mínimos da gratificação mensal em dinheiro, incluído o nível da fun- ção permanente, quando houver (Cr\$).	
		Trabalho diurno	Trabalho noturno
Rio de Janeiro e São Paulo	Chefe de revisão	1.400,00	1.500,00
Pôrto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Recife e Belém	Chefe de revisão	900,00	970,00
Curitiba, Juiz de Fora, Niterói, Fortaleza e Ma- náus	Chefe de revisão	700,00	750,00
Que contem 50.000 ou mais habitantes	Chefe de revisão	620,00	670,00
Que contem menos que 50.000 e mais que 10.000 habitantes	Chefe de revisão	490,00	530,00
Que contem menos que 10.000 habitantes	Chefe de revisão	430,00	460,00

TABELA II
FUNÇÕES PERMANENTES

Localidades	Funções permanentes	Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)							
		Trabalho diário							Mensal
		Diária							
		1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	5. ^a hora	6. ^a hora	Total	
Rio de Janeiro e São Paulo	Revisor ...	12,0	10,0	8,0	6,0	4,5	3,5	44,0	1.100,0
	Conferente	10,0	8,0	7,0	5,0	4,0	2,0	36,0	900,0
Pôrto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Recife e Belém	Revisor ...	8,0	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	28,0	700,0
	Conferente	7,0	6,0	5,0	3,5	2,5	1,0	25,0	625,0
Curitiba, Juiz de Fora, Niterói, Fortaleza e Manaus	Revisor ...	7,0	6,0	4,5	3,5	2,3	1,5	24,0	620,0
	Conferente	6,5	5,5	4,0	3,0	2,0	1,0	22,0	550,0
Que contem 50.000 ou mais habitantes	Revisor ...	6,0	5,0	4,0	3,5	2,1	1,0	21,6	540,0
	Conferente	5,5	4,5	4,0	3,0	2,0	1,0	20,0	500,0
Que contem menos que 50.000 e mais que 10.000 habitantes	Revisor ...	5,0	4,5	3,5	2,5	1,5	1,0	18,0	450,0
	Conferente	4,5	4,0	3,5	2,5	1,5	1,0	17,0	425,0
Que contem menos que 10.000 habitantes	Revisor ...	4,5	4,0	3,0	2,0	1,5	1,0	16,0	400,0
	Conferente	4,5	3,6	3,0	2,0	1,5	1,0	15,6	390,0

FUNÇÕES PERMANENTES

Localidades	Funções permanentes	Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)							Mensal
		Trabalho noturno							
		Diária							
		1.ª hora	2.ª hora	3.ª hora	4.ª hora	5.ª hora	6.ª hora	Total	
Rio de Janeiro e São Paulo	Revisor ...	5,0	9,0	13,0	11,0	7,0	3,0	48,0	1.200,0
	Conferente	4,0	8,0	11,0	9,0	6,0	3,0	41,0	1.025,0
Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Recife e Belém	Revisor ...	3,0	6,0	9,0	7,0	4,0	2,0	31,0	775,0
	Conferente	3,0	5,0	8,0	6,0	4,0	2,0	28,0	700,0
Curitiba, Juiz de Fora, Niterói, Fortaleza e Manaus	Revisor ...	2,5	5,0	8,0	6,5	4,0	1,0	27,0	675,0
	Conferente	2,5	5,0	7,0	6,0	3,5	1,0	25,0	625,0
Que contem 50.000 ou mais habitantes	Revisor ...	2,0	4,5	7,0	6,0	3,5	1,0	24,0	600,0
	Conferente	2,0	4,5	6,5	5,5	3,5	1,0	23,0	575,0
Que contem menos que 50.000 e mais que 10.000 habitantes	Revisor ...	2,0	4,0	5,5	4,5	3,0	1,0	20,0	500,0
	Conferente	2,0	3,5	5,5	4,5	2,5	1,0	19,0	475,0
Que contem menos que 10.000 habitantes	Revisor ...	1,5	3,5	5,0	4,5	2,5	1,0	18,0	450,0
	Conferente	1,5	3,5	4,5	4,0	2,5	1,0	17,0	425,0

DECRETO-LEI N.º 7.859 — DE 13 DE AGOSTO DE 1945

Suspende a cobrança dos direitos de importação e taxas aduaneiras que incidem sobre o trigo em grão, descascado ou partido, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, a partir da data da publicação deste Decreto-lei, a cobrança dos direitos aduaneiros e demais taxas que incidem sobre o trigo a que se refere o art. 239 da Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º Nas localidades em que os preços de venda da farinha de trigo tenham atingido a nível de compensação satisfatória para os respectivos fabricantes, haverá compressão de Cr\$ 4,50 por saco de cinquenta (50) quilos, equivalente aos favores atualmente decretados.

Parágrafo único. Competirá ao órgão designado pelo Coordenador da Mobilização Econômica providenciar sobre a compressão prevista neste artigo.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.860 — DE 13 DE AGOSTO DE 1945

Aprova as cláusulas do contrato mediante o qual a União transfere à Prefeitura do Distrito Federal os serviços locais de águas e esgotos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as cláusulas que acompanham o presente Decreto-lei, para celebração do con-

trato previsto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.459, de 12 de abril de 1945, mediante o qual a União transfere à Prefeitura do Distrito Federal os serviços locais de águas e esgotos.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO-LEI N.º 7.860, DE 13 DE AGOSTO DE 1945

Cláusula primeira — Fica transferido para a Prefeitura do Distrito Federal o Serviço Federal de Águas e Esgotos, ora subordinado ao Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Cláusula segunda — Os funcionários efetivos existentes no momento da transferência, garantidos todos os seus direitos, passam à categoria de funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, que responderá pelo ônus do seu pagamento.

Parágrafo único. A fim de assegurar as garantias de que trata esta cláusula, a Prefeitura do Distrito Federal promoverá a criação de cargos e carreiras próprios para o pessoal efetivo ora transferido.

Cláusula terceira — O pessoal extra-numerário também passa para a Prefeitura do Distrito Federal, a cujo encargo ficará igualmente a respectiva manutenção.

Parágrafo único. O disposto na presente cláusula compreende os extranumerários que, embora integrando as tabelas numéricas do Serviço de Transporte, vêm prestando serviços à repartição ora transferida.

Cláusula quarta — Passa a constituir obrigação da Prefeitura do Distrito Federal o pagamento a instituições de previdência da contribuição do empregador, relativa aos servidores transferidos.

Cláusula quinta — O Ministério da Educação e Saúde entregará à Prefei-

tura do Distrito Federal a relação pormenorizada do pessoal transferido na conformidade das cláusulas segunda e terceira, bem como os respectivos assentamentos.

Cláusula sexta — A partir da data da vigência do presente contrato, passarão a correr por conta da Prefeitura do Distrito Federal quaisquer despesas ora a cargo da União, e destinadas ao custeio dos serviços transferidos.

Cláusula sétima — A transferência regulada no presente contrato tornar-se-á efetiva, em 1 de setembro do corrente ano independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 1.º As despesas relativas a serviços executados ou a fornecimentos feitos até 31 de agosto de 1945 serão liquidadas pelo Ministério da Educação e Saúde, por conta dos créditos orçamentários ou adicionais em que foram classificadas.

§ 2.º Os pedidos de material encaminhados ao Departamento Federal de Compras até 31 de agosto de 1945, serão normalmente processados para entrega do mesmo à repartição ora transferida.

Cláusula oitava — A taxa de água e a taxa de saneamento, bem como a renda industrial do Serviço Federal de bradas pela Prefeitura e recolhidas aos seus cofres, observado o seguinte:

I) — A taxa de água e a renda industrial, inclusive as relativas a exercícios anteriores (dívida ativa) passarão a ser arrecadadas pela Prefeitura, a partir de 1 de setembro de 1945.

II) — A taxa de saneamento passará a ser cobrada pela Prefeitura do Distrito Federal a partir do exercício seguinte ao da vigência do termo aditivo a que alude a cláusula décima primeira, cabendo ao Governo Federal o montante correspondente ao período em que o pagamento à The Rio de Janeiro City Improvements C.º fôr efetuado pelo mesmo Governo, como prevê a referida cláusula décima primeira do presente contrato. Cabe ao Governo Federal a totalidade das taxas relativas a exercícios anteriores ao de 1945.

Cláusula nona — Serão incorporados ao patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal todos os bens móveis e imóveis de propriedade do Governo Fe-

deral, administrados pelos serviços transferidos.

§ 1.º Proceder-se-á ao arrolamento detalhado individualizado, quanto possível, de cada parte do patrimônio entregue, com sua caracterização e estado de conservação.

§ 2.º O arrolamento será feito progressivamente, por uma comissão constituída de representantes do Ministério e da Prefeitura, cabendo a presidência a funcionário do Ministério.

§ 3.º O material existente em estoque nos armazens e depósitos do Serviço Federal de Águas e Esgotos, será desde logo utilizado pela Prefeitura, regularizando-se a entrega mediante arrolamento feito conforme dispõem os parágrafos anteriores.

§ 4.º A incorporação abrange os imóveis, instalações e veículos terrestres e marítimos administrados pelo Serviço de Transporte, exclusivamente em benefício do Serviço Federal de Águas e Esgotos.

§ 5.º No que respeita a imóveis de residência do pessoal, a incorporação compreende apenas os edifícios destinados a residência obrigatória.

Cláusula décima — A Prefeitura do Distrito Federal responderá pelas obrigações e compromissos à que esteja juridicamente vinculado o Governo Federal, com qualquer pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado.

§ 1.º A Prefeitura manterá os compromissos assumidos pelo Serviço Federal de Águas e Esgotos para execução de obras compreendidas nos planos aprovados pelo Presidente da República.

§ 2.º Correrão por conta do Governo Federal, custeadas à conta dos recursos concedidos pelo Decreto-lei número 7.070, de 23 de novembro de 1944, as despesas com as obras já ajustadas para o reforço do abastecimento de água a Santa Cruz.

Cláusula décima primeira — Será feito termo aditivo aos contratos de The Rio de Janeiro City Improvements C.º, transferindo da União para a Prefeitura do Distrito Federal a reversão e demais direitos, compromissos e obrigações decorrentes dos serviços de esgotos com ela ajustados.

§ 1.º Continuará a cargo do Serviço Federal de Águas e Esgotos, ora transferido à Prefeitura do Distrito Federal,

a fiscalização dos contratos a que se refere a presente cláusula.

§ 2.º As despesas relativas ao período anterior à vigência do termo aditivo a ser celebração serão pagas pelo Governo Federal, iniciado o processamento das contas pelo órgão fiscalizador.

Cláusula décima segunda — As despesas que, no corrente exercício, competem ao Governo Federal em virtude do estipulado no presente contrato, correrão por conta dos créditos próprios de que dispõe o Ministério da Educação e Saúde.

DECRETO-LEI N.º 7.861 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

Extingue a graduação de Sargento-Ajudante no Quadro do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta, no Quadro do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, a graduação de Sargento-Ajudante.

Art. 2.º O Ministro da Marinha fixará o efetivo de Suboficiais do Quadro do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, de acordo com as necessidades resultantes do disposto no artigo 1.º

Art. 3.º As vagas decorrentes do efetivo fixado pelo Ministro da Marinha, de conformidade com o artigo 2.º, serão preenchidas inicialmente pelos atuais Sargentos-Ajudantes que satisfizerem as cláusulas de acesso constantes das letras c e d do n.º 6 do artigo 117 do Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais, baixado pelo Decreto n.º 6.207, de 3 de setembro de 1940.

Parágrafo único — Os Sargentos-Ajudantes que não lograrem satisfazer as exigências referidas no presente artigo, continuarão nesta mesma graduação, até serem transferidos para a Reserva ou reformados.

Art. 4.º Depois de realizadas as promoções a que se refere o artigo 3.º, o acesso dos Primeiros-Sargentos far-se-á diretamente à graduação de Sub-oficial, mediante vaga e após satisfazerem as seguintes cláusulas:

- a) ter três anos de interstício;
- b) ter dois anos de serviço na tropa;
- c) ser aprovado em exame de promoção;
- d) ser o número um da escala de merecimento.

Art. 5.º As promoções referidas no artigo anterior poderão realizar-se quando o número de Suboficiais acrescido ao de Sargentos-Ajudantes, nas condições do parágrafo único do artigo 3.º, fôr inferior ao efetivo fixado no artigo 2.º

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1945. — 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.862 — DE 13
DE AGOSTO DE 1945

Desapropria, para fins de utilidade pública, um imóvel em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com o disposto no artigo 2.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública a desapropriação de um imóvel, com o respectivo terreno, situado na Cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, à Praça Doutor Fernando Abbott, n.º 92, antigo solar do Marechal de Campo João Propício Mena Barreto, Barão de São Gabriel,

de propriedade do Sr. Jequitibá Me-
na Barreto de Azambuja e medindo
33,40m de frente por 63,10m de fun-
dos.

Art. 2.º Destina-se o imóvel de
que trata o artigo 1.º à sede do
Quartel General e residência do Co-
mandante da Guarnição de São Ga-
briel.

Art. 3.º Em caso de desapropriação
mediante acôrdo, prevalecerá o preço
de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cru-
zeiros) a ser pago por conta do crédito
extraordinário baixado pelo Decreto-
lei n.º 6.527-A, de 25 de maio de 1944.

Art. 4.º Para efeito de imediata
imissão de posse do imóvel de que
trata o artigo 1.º, é também decla-
rada urgente a desapropriação que
se tem em vista, ficando o Ministério
da Guerra autorizado a promover a
respectiva efetivação, com isenção de
qualquer imposto de selo ou emolu-
mento.

Art. 5.º O presente Decreto entra
em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de
1945, 124.º da Independência e 57.º
da República.

GETÚLIO VARGAS.
P. Góis.

DECRETO-LEI N.º 7.863 — DE
14 DE AGOSTO DE 1945

*Cria carreira na Parte Permanente
dos Quadros V e VI — Viação Fér-
rea Federal Leste Brasileiro e Rêde
de Viação Cearense do Ministério
da Viação e Obras Públicas*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, de acôrdo
com as tabelas anexas, na Parte Per-
manente dos Quadros V e VI —
Viação Férrea Federal Leste Brasi-
leiro e Rêde de Viação Cearense, do
Ministério da Viação e Obras Pú-
blicas, a carreira de Contador.

Art. 2.º A despesa com a execução
do disposto neste Decreto-lei, será
atendida com os recursos da conta-
corrente dos respectivos Quadros.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará
em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO e OBRAS PÚBLICAS

QUADRO V — VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Parte Permanente

Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Contador</i>				
1	L	—	1	—
1	K	—	1	—
1	J	—	1	—
2	I	—	2	—
2	H	—	2	5
7			—	7	5

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 7.

QUADRO VI — RÉDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Parte Permanente

Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório
	<i>Contador</i>				
1	L	—	1	—
1	K	—	1	—
1	J	—	1	—
1	I	—	1	—
1	H	—	1	4
5			—	5	4

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 5.

**DECRETO-LEI N.º 7.864 — DE 14
DE AGOSTO DE 1945**

Altera o art. 2.º do Decreto-lei número 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e cria a função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Desportos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º O Conselho Nacional de Desportos compor-se-á de seis membros, dos quais cinco serão designados pelo Presidente da República dentre pessoas de elevada expressão cívica e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional e o sexto será o Diretor da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, que participará dos trabalhos, sem direito a voto.”

Art. 2.º Fica criada no quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde e função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Desportos, com Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Para atender à despesa com a execução do disposto no artigo anterior, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, anexo número 15 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba I — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de agosto de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945.
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.865 — DE 14
DE AGOSTO DE 1945**

Altera, sem aumento de despesa o orçamento especial do Plano de Obras e Equipamentos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a seguinte dotação do Orçamento Especial do Plano de Obras e Equipamentos, para o exercício de 1945 (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), na parte referente ao Ministério da Educação e Saúde:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização

01 — Estudos e projetos

34 — Departamento Nacional de Saúde

13 — Serviço Federal de Águas e Esgotos

a) Estudos e projetos nas cidades brasileiras ainda desprovidas de serviços de água e esgotos Cr\$ 500.000,00

Art. 2.º Fica feita a seguinte alteração, no Orçamento Especial do Plano de Obras e Equipamentos, para o exercício de 1945 (Decreto-lei número 7.213, de 30 de dezembro de 1944), na parte referente ao Ministério da Educação e Saúde:

CONSIGNAÇÃO III — DISPONIBILIDADE

05 — Dotação destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alteração de projetos, obras a serem iniciadas ou em prosseguimento, equipamentos diversos, desapropriação ou aquisição de imóveis, segundo autorização do Presidente da República

04 — Departamento de Administração
04 — Divisão de Obras

Passa de Cr\$ 7.991.298,00
Para Cr\$ 8.491.298,00

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.866 — DE 14 DE AGOSTO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 6.619,30, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.619,30 (seis mil seiscentos e noventa cruzeiros e trinta centavos) para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 15 de agosto de 1943 a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Luis Amabile, Professor Catedrático, interino (E. N. M. — U. B.), padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.867 — DE 14 DE AGOSTO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.386,60, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.386,60 (mil trezentos e oitenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 17 de setembro a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Elza Barroso Murinho, Professor Catedrático (E. N. M.-U. B.), padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.868 — DE 14 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.210.000,00 para atender às despesas com a inauguração da ponte internacional Brasil-Argentina, sobre o Rio Uruguai.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de um milhão duzentos e dez mil cruzeiros (Cr\$ 1.210.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com as festividades da inauguração da ponte internacional Brasil-Argentina, sobre o Rio Uruguai.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.869, DE 15 DE AGOSTO DE 1945

E' decretado feriado nacional o dia 15 de agosto de 1945, em regozijo pelo fim da guerra mundial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando que a rendição incondicional do Japão representa o fim da presente guerra mundial;

Considerando que o Brasil se solidarizou política, econômica e militarmente com as Nações Aliadas e com elas se empenhou na mesma luta pela Vitória;

Considerando a significação histórica desse acontecimento para a vida das nações livres e o grande e justificado regozijo que ele desperta no povo brasileiro, que para o triunfo das gloriosas armas aliadas também concorreu com o sacrifício de vidas e bens, decreta:

Art. 1.º E' considerado feriado nacional o dia 15 de agosto de 1945, em regozijo pelo fim da guerra mundial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.870 DE 16 DE AGOSTO DE 1945

Concede à Caixa de Crédito Cooperativo, isenção de tributos federais, estaduais e municipais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida à Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo Decreto-lei n.º 5.893, de 19 de outubro de 1943, isenção ampla e irrestrita de quaisquer impostos, taxas e emolumentos federais, estaduais e municipais.

§ 1.º A isenção acima referida estende-se ao selo federal, estadual ou municipal, exigível nos papéis e documentos em que seja parte a referida Caixa de Crédito Cooperativo.

Art. 2.º Poderão ser desapropriados por utilidade pública, nos termos da legislação em vigor, os imóveis destinados à instalação da Caixa de Crédito Cooperativo e de suas agências nos Estados.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

Agamemnon Magalhães

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.871 DE 16 DE AGOSTO DE 1945

Extingue a Mesa de Rendas Alfandegada do Amapá, sediada no Oiapoque, a Coletoria Federal de Macapá, e cria uma Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, uma Coletoria Federal em Amapá, um Posto Fiscal em Oiapoque e um Posto Fiscal em Montenegro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintas, no Território Federal do Amapá, a Mesa de Rendas Alfandegada de Amapá, sediada no Oiapoque, e a Coletoria Federal de Macapá.

Art. 2.º Ficam criados, no Território Federal do Amapá, uma Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, uma Coletoria Federal em Amapá,

um Pôsto Fiscal em Oiapoque e um Pôsto Fiscal em Montenegro.

Art. 3.º A Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, subordinada administrativamente à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Pará, e, tecnicamente, à Diretoria das Rendas Aduaneiras, (D. R. A.) compete:

a) superintender e orientar os serviços de repressão ao contrabando em todo Território Federal do Amapá;

b) processar os despachos de importação, exportação, reexportação e retorno de mercadorias nacionais e estrangeiras;

c) o lançamento e cobrança dos impostos e taxas devidas a União ou por ela arrecadados;

d) fiscalizar, periodicamente, e sempre que o serviço o exigir, os postos fiscais sob sua jurisdição;

e) preparar e julgar os processos sobre contrabando, impondo aos infratores as penalidades previstas na legislação vigente;

f) fiscalizar as aeronaves comerciais, que passarem em trânsito para outros pontos do País.

Art. 4.º Passam a denominar-se Coletor e Escrivão da Coletoria Federal de Amapá os cargos de Coletor e Escrivão da Coletoria Federal de Macapá.

Art. 5.º Fica alterada a lotação aprovada pelo Decreto n.º 16.163, de 24 de julho de 1944, no sentido de ficarem, desde já, lotados na Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá, os ocupantes dos cargos de Escriturário, Marinheiro e Polícia Fiscal da Mesa de Rendas Alfandegada de Amapá, ora extinta e, na Coletoria Federal de Amapá, o Coletor e o Escrivão da Coletoria de Macapá.

Parágrafo único. Além dos cargos enumerados neste artigo, a lotação da Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá compor-se-á de mais 2 cargos de Escriturário e 10 de Polícia Fiscal.

Art. 6.º Para efeito do disposto no parágrafo único do artigo anterior, ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, dois (2) cargos da classe E da carreira de Escriturário e 10 da classe D da carreira de Polícia Fiscal.

Art. 7.º O Serviço do Pessoal (S. P. F.) apostilará os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto nos arts. 4.º e 7.º deste Decreto-lei.

Art. 8.º Os Postos Fiscais em Oiapoque e Montenegro, ficam subordinados diretamente à Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá e terão Encarregados designados pelo respectivo Administrador, ao qual cabe, também, a designação dos policiais fiscais necessários aos serviços dos mesmos.

Art. 9.º Fica extinta a função gratificada de Administrador da Mesa de Rendas Alfandegada de Amapá.

Art. 10 Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, três (3) funções gratificadas, sendo uma de Administrador da Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá, com a retribuição anual de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros) e duas de Encarregados de Postos Fiscais, com a retribuição anual de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) cada uma.

Art. 11 Fica transferido para a Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá todo o acervo da Mesa de Rendas Alfandegada de Amapá.

Art. 12 Fica transferido para a Coletoria Federal de Amapá todo o acervo da Coletoria Federal de Macapá.

Art. 13 Para o pagamento da função gratificada de administrador e custeio dos serviços da Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá, ficam transferidos para essa repartição os saldos das dotações correspondentes, constantes das verbas 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas e 2 — Material do Orçamento vigente do Ministério da Fazenda, atribuídos à Mesa de Rendas Alfandegada de Amapá.

Art. 14 Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), destinado a atender as despesas de qualquer natureza, inclusive transporte de pessoal e material, adaptações e equipamentos para instalações, necessárias ao funcionamento da Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá o

dos Postos Fiscais em Oiapoque e Montenegro.

Art. 15 Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00), destinado a atender as despesas de qualquer natureza, inclusive transporte de pessoal e material, adaptações e equipamentos para instalações, necessárias ao funcionamento da Colônia Federal de Amapá.

Art. 16 Fica aberto ao Ministério da Fazenda, anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de oitenta e sete mil cruzeiros (Cr\$ 87.000,00) em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 48.000,00
---	----------------

CONSIGNAÇÃO II PESSOAL EXTRANUMERÁRIO

S/c n.º 06 — Diaristas:	
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional; 06 — Serviço do Pessoal	34.500,00

CONSIGNAÇÃO III VANTAGENS

S/c n.º 09 — Funções gratificadas:	
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional; 06 — Serviço do Pessoal	4.500,00
	<hr/> 37.000,00

Parágrafo único. A dotação de Cr\$ 34.500,00 constante deste artigo, destina-se a admissão de "Diaristas" para a Mesa de Rendas Alfandegada de Macapá.

Art. 17 A D. R. A., em colaboração com a Comissão de Eficiência, apresentará, dentro de trinta (30) dias da publicação do presente Decreto-lei, projeto de decreto regulamentando as atribuições da Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, para a respectiva expedição.

Art. 18 O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.872 — DE 18 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.623.185,20, para pagamento de notas de papel-moeda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oito milhões, seiscentos e vinte e três mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 8.623.185,20), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender à despesa (Serviços e Encargos) proveniente de fornecimentos de notas de papel-moeda, efetuados pela firma "American Bank Note Company", na conformidade do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 167.328-45, a saber:

	Cr\$	
22.000.000 de cédulas de Cr\$ 1,00, das séries 141.ª a 360.ª, pelo preço de	176.000,00	
29.500.000 de cédulas de Cr\$ 2,00, das séries 116.ª a 410.ª, pelo preço de	236.000,00	
1.600.000 de cédulas de Cr\$ 5,00, das séries 485.ª a 500.ª, pelo preço de	15.622,40	
53.100.000 cédulas, pelo preço de	427.622,40	
Despesas de transporte e seguro	3.536,86	
	<hr/> 431.159,26	

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.373 — DE 20 DE AGOSTO DE 1945

Altera sem aumento de despesa, o vigente Plano de Obras e Equipamentos do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no vigente Plano de Obras e Equipamentos do Ministério da Guerra (anexo 7 do Decreto-lei número 7.213, de 30-XII-1944):

Consignação I — Obras

S/c 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalação, aparelhamento e equipamento.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

17 — Diretoria de Intendência

Cr\$

Passa de 45.800.000,00
Para 44.300.000,00

(Redução Cr\$ 1.500.000,00)

S/c 03 — Reconstrução e ampliação de edifícios, inclusive reforma e ampliação de suas instalações.

17 — Diretoria de Intendência

Cr\$

Passa de 24.307.988,00
Para 25.807.988,00

(Aumento Cr\$ 1.500.000,00)

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.874 — DE 20 DE AGOSTO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Guerra (anexo 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23-XII-1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c 19 — Combustíveis, material de lubrificação, etc.

Cr\$

Passa de 19.545.382,00
Para 19.185.382,00

(Redução de Cr\$ 360.000,00)

Consignação I — Material Permanente

S/c 04 — Máquinas, motores, aparelhos, etc.

Cr\$

Passa de 33.173.013,00
Para 33.533.013,00

(Aumento de Cr\$ 360.000,00)

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.875 — DE 20 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a execução dos julgados da extinta organização do contencioso administrativo do trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A execução dos julgados a que se referem os artigos 105 do Decreto-lei n.º 1.237, de 2 de maio de 1939, e 234 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.596, de 12 de dezembro de 1940, passa a ser processada pelas Juntas de Conciliação e Julgamento e pelos Juizes de Direito onde estas não existam, observando-se a forma estabelecida nos artigos 350 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º Para esse fim a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, promoverá, desde logo, a baixa na distribuição na Justiça Comum e a remessa dos autos ao Distribuidor da Justiça do Trabalho para efeito do disposto no art. 714, letra a, da referida Consolidação.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.876 — DE 20 DE AGOSTO DE 1945

Cria, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o cargo de Consultor Técnico, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o cargo isolado, de provimento efetivo, padrão N, de Consultor Técnico.

Parágrafo único. O cargo a que se refere este artigo será exercido por engenheiro arquiteto.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei deverá ser atendida, no presente exercício, com os recursos da conta-corrente do Quadro Único do aludido Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.877 — DE 20 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 369.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros (Cr\$ 369.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extra-numerário

S/c n.º 06 — Diarista

04 — Diretoria Geral da	
Fazenda Nacional	
06 — Serviço do	
Pessoal . . .	Cr\$ 369.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Casa da Moeda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.878 — DE 20
DE AGOSTO DE 1945

Aceita a doação, feita à União, de um imóvel de propriedade de José Pavarina e sua esposa — D. Antinesca Grechi, no Distrito de Quintana, Município de Pompéia, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aceita, para todos os efeitos, a doação que José Pavarina e sua esposa — D. Antinesca Grechi fazem à União de parte do lote de terreno n.º 14, da quadra 9, seção "A", da Vila Campante, Distrito de Quintana, Município de Pompéia, no Estado de São Paulo, com oito (8) metros de frente e trinta (30) metros de frente a fundos, com frente para a Avenida Marília, no qual se acha edificado um prédio destinado à Agência Postal, conforme escritura lavrada nas notas do Tabelião José Félix de Godói, em 9 de novembro de 1943 e registrada no Cartório da 2.ª Circunscrição da Comarca de Marília, no livro de transcrição de transmissões n.º 3-F, as fls. 10, sob o número de ordem 5.810, de 7 de novembro de 1944 e cujo traslado e certidão constam do processo fichado no Ministério da Fazenda sob o n.º 147.130, de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.879 — DE 20
DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 48.000.000,00, para atender à instalação de beneficiamento de carvão nacional e equipamentos, a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, à conta dos recursos de que trata o Decreto-lei n.º 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de quarenta e oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 48.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos), com a aquisição, pela Companhia Siderúrgica Nacional, dos seguintes equipamentos:

Preço do material no Brasil

US\$

a) Uma estação de lavagem de carvão ...	737.002,48
b) Um grupo compressor-gerador	35.060,51
c) Um grupo turbo-gerador	101.418,75
d) Caldeiras para a Usina	456.164,25
e) Equipamento carregador de carvão ...	35.481,25
f) Duzentos vagões de descarga automática, tipo "drop bottom gondola", apropriados ao transporte de carvão ..	1.025.000,00
	<hr/>
	2.390.127,24

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.880 — DE 20
DE AGOSTO DE 1945

Substitui as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 7.752, de 17 de julho de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam substituídas, pelas que acompanham este Decreto-lei, as tabelas anexas ao Decreto-lei número 7.752, de 17 de julho de 1945, que alterou as carreiras de Agente de Estrada de Ferro, Condutor de Trem, Engenheiro e Servente do Quadro IV — extinto — E.N.B. — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 20 de julho de 1945.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — QUADRO IV — EXTINTO — E.F.N.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Agente de Es- trada de Ferro</i>				IV		<i>Agente de Es- trada de Ferro</i>				
24	G	—	—		35	G	—	11	
31	F	—	—		40	F	—	9	
40	E	—	—		56	E	—	16	
60	D	—	—		75	D	—	15	
47	C	—	—		47	C	—	—	
202						253				51	
	<i>Condutor de Trem</i>						<i>Condutor de Trem</i>				
10	G	—	—		15	G	—	5	
25	F	—	—		25	F	—	—	
15	E	—	—		26	E	—	11	
15	D	—	—		15	D	—	—	
65						81				16	
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
3	N	—	—		4	N	—	1	
3	M	—	—		5	M	—	2	
7	L	—	—		8	L	—	1	
4	K	—	—		4	K	—	—	
17						21				4	
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>				
2	E	—	—		5	E	—	3	
5	D	—	—		10	D	—	5	
15	C	—	—		15	C	—	—	
1	B	—	—		1	B	—	—	
23						31				8	

DECRETO-LEI N.º 7.881 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1945

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.877, de 18 de setembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.877, de 18 de setembro de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º E’ permitido ao funcionário público efetivo da União, dos Estados, dos Municípios e da Prefeitura do Distrito Federal, servir, mediante autorização expressa do Presidente da República, ou dos respectivos governos quando não se tratar de funcionário da União, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Companhia Vale do Rio Doce S. A., na Companhia Nacional de Alcalis, no Banco do Brasil S. A., no Banco de Crédito da Borracha, no Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., no Instituto de Resseguros do Brasil e em Fundações instituídas em virtude de lei específica, federal, observado o disposto nos artigos subsequentes.”

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.882 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1945

Eleva gratificação de função no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada, de Cr\$ 5.400,00 para Cr\$ 9.000,00 anuais, a gratificação de função de Chefe da Seção do Fomento Agrícola no Estado de Goiás, da Divisão do Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício a despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura, Anexo 14 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.883 — DE 20
DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.030,50, para pagamento de indenização.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de

noventa mil e trinta cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 9.030,90), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento de indenização ao técnico norte-americano, Harold P. Olmo, por ter custeado o respectivo transporte, na viagem que realizou, em julho de 1944, aos Estados Unidos da América, em proveito dos trabalhos do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do referido Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.884 — DE 21
DE AGOSTO DE 1945

Isenta do pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras o gado ovino em pé.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O gado ovino em pé destinado ao consumo interno e classificado no art. 5.º da Tarifa da Alfândega, fica isento, pelo prazo de doze meses, contado da data da publicação deste Decreto-lei, do pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social.

Art. 2.º A isenção prevista no artigo anterior dependerá de autorização prévia do Coordenador da Mobilização Econômica, mediante apresentação de requerimento, do qual deverá constar o nome e a residência do importador, a quantidade de animais importada, a procedência do gado e o preço aproximado de aquisição de cada cabeça.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.885, DE 21
DE AGOSTO DE 1945

Dá nova redação ao § 2.º do art. 97 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido da seguinte forma o § 2.º do art. 97 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943:

“§ 2.º Excetuam-se das disposições deste artigo:

a) as comissões pagas pelos exportadores de quaisquer produtos nacionais aos seus agentes no exterior; e

b) as comissões pagas pelas empresas de navegação nacionais aos seus agentes no exterior, em razão dos serviços que estes lhes prestam naquela qualidade.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.886 — DE 21
DE AGOSTO DE 1945

Modifica a taxa cobrada sobre o amianto ou asbesto incluído no artigo 569 da Tarifa das Alfândegas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 569, classe 17.ª (Pedras, terras, minérios e outros produtos minerais), da Tarifa em vigor, passa a ser observado com a seguinte modificação:

Classe 17.ª

Pedras, terras, minérios e outros produtos minerais.

Art. 569 — Amianto ou asbesto:

Direitos
Gerais Mínimos

Cr\$ Cr\$

Em bruto . . . t P.B. 1.200,00 1.000,30

Em fibras . . . t P.L. 1.200,00 1.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.887 — DE 21
DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a organização do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P.), órgão diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, terá a seu cargo, no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública e no território nacional, os de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

Parágrafo único. Na execução dos serviços de polícia e segurança pública o D.F.S.P. prestará cooperação aos serviços de polícia estaduais, especialmente quando interessada a segurança nacional ou a estrutura das instituições.

Art. 2.º O D.F.S.P. compõe-se de:
Divisão de Polícia Técnica (D.P.T.)

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (D.P.M.)

Divisão de Intercâmbio e Coordenação (D.I.C.)

Corregedoria (C.)

Delegacia de Costumes e Diversões (D.C.D.)

Delegacia de Roubos e Falsificações (D.R.F.)

Delegacia de Economia Popular (D.E.P.)

Delegacia de Vigilância (D.V.)

Delegacia de Menores (D.M.)

Delegacia de Ordem Política e Social (D.O.P.)

7 Delegacias Regionais (D.R.)

Serviço de Trânsito (S.T.)

Guarda Civil (G.C.)

Polícia Especial (P.E.)

Instituto Félix Pacheco (I.F.P.)

Instituto Médico Legal (I.M.L.)

Serviço de Transportes (S. Tp.)

Serviço Médico (S.M.)

Serviço de Administração (S.A.)

Art. 3.º A estrutura e atribuições dos órgãos componentes do D.F.S.P. serão objeto de regimento aprovado pelo Presidente da República.

Art. 4.º A organização dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, em todo o território nacional, será estudada por uma comissão constituída por um representante do D.A.S.P., um membro da Comissão de Eficiência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e um representante do D.F.S.P., designados pelo Presidente da República.

Art. 5.º Ficam suprimidos, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão:

1 Diretor de Divisão (D.P.S. — D.F.S.P.) — padrão P

1 Delegado (D.D.F. — D.F.S.P.) — padrão O

1 Delegado (D.T.M. — D.F.S.P.) — padrão O

1 Delegado (D.J.D. — D.F.S.P.) — padrão O

1 Delegado (D.Se.P. — D.P.S. — D.F.S.P.) — padrão N

1 Delegado (D.S.S. — D.P.S. — D.F.S.P. — padrão N

Parágrafo único. A dotação correspondente a esses cargos será levada a crédito da conta-corrente do respectivo Quadro.

Art. 6.º Ficam criados, no mesmo Quadro, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão e funções gratificadas:

- 1 Delegado (D.C.D. — D.F.S.P.)
— padrão O
- 1 Delegado (D.E.P. — D.F.S.P.)
— padrão O
- 1 Delegado (D.O.P. — D.F.S.P.)
— padrão O
- 7 Delegados Regionais de Polícia —
Cr\$ 12.000,00 anuais..

Parágrafo único. Os Delegados Regionais serão designados pelo Chefe de Polícia, dentre Comissários de Polícia que sejam bacharéis em direito ou que estejam amparados pelo artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.947, de 30 de dezembro de 1939.

Art. 7.º Para atender, no atual exercício, à despesa com as gratificações de função a que se refere o artigo anterior, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 13, do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, 09 — Funções gratificadas, 00 — Pessoal Civil, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor 15 dias após a data de sua publicação.

Art. 9.º Ficam revogados os artigos do 2.º ao 11, e respectivos parágrafos, do Decreto-lei n.º 6.378, de 28-3-44, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.888 — DE 21 DE AGOSTO DE 1945

Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º É criado o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, diretamente subordinado à Diretoria de Ensino do Exército, a ser instalado a partir de 1 de setembro de 1945, no edifício e demais dependências da extinta Escola Militar do Realengo, destinado ao aperfeiçoamento e especialização dos Quadros e a formação de certos especialistas do Exército.

Art. 2.º O Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, será comandado por um General de Brigada, e compreende:

- o Comando geral;
- a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Motomecanização, a Escola de Transmissões, a Escola de Instrução Especializada e a Escola de Sargentos das Armas;
- o Grupamento das Unidades Escolas.

Art. 3.º O Comandante do Centro disporá de um Gabinete de instrução, constituído de um Coronel-chefe e de quatro seções, para atender às questões de organização, pessoal, informações, instruções e ensino, abastecimento, transporte etc.

Art. 4.º O Subcomandante do Centro, Coronel das armas, que desempenhará as funções de Agente-Diretor, disporá de elementos orgânicos, para auxiliá-lo em suas funções administrativas.

Art. 5.º As Escolas de que trata o art. 2.º funcionarão:

- a) a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, substituirá a antiga Escola das Armas e será instalada no Realengo sob o comando de um Coronel com o curso de estado-maior;

b) a Escola de Motomecanização e a Escola de Transmissões continuarão nas condições atuais;

c) a Escola de Instrução Especializada, que substituirá o actual Centro de Instrução Especializada, será instalada no Realengo e terá como Comandante um Coronel das armas;

d) a Escola de Sargentos das Armas, será instalada no edificio da antiga Escola das Armas e terá como comandante um Tenente-Coronel das armas.

§ 1.º A Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes, destinada a Primeiros-Tenentes antigos e a Capitães de preferência e, eventualmente, a officiaes superiores, abrangerá os cursos das armas Serviços de Saúde e Intendência, com a duração de cinco meses, e funcionará em dois turnos successivos durante o anno.

Serão, ainda, previstos estágios de revisão para officiaes da activa e da reserva destinados a actualização de conhecimentos, impostos pelo desenvolvimento da guerra actual.

§ 2.º Subordinado directamente ao Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo funcionará um Curso Especial de Equitação, destinado a officiaes e sargentos das armas montadas.

§ 3.º A Escola de Sargentos das Armas destina-se, inicialmente, a aperfeiçoar os segundos e terceiros sargentos e a seleccionar os sargentos para as Unidades-Escola, em condições a serem ulteriormente regulamentadas.

Art. 6.º O Grupamento das Unidades-Escola, cujo comandante disporá de um estado-maior (a ser fixado) terá a seguinte composição:

- Regimento-Escola de Infantaria;
- Regimento-Escola de Cavalaria;
- Regimento-Escola de Artilharia;
- Companhia-Escola de Engenharia;
- Companhia-Escola de Transmissões;

- Companhia-Escola de Saúde;
- Companhia-Escola de Indentência.

Parágrafo único. A organização dessas Unidades-Escola corresponderá às necessidades de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo.

Art. 7.º Subordinado directamente ao Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo funcionará um "Núcleo de Recompentamento das Unidades-Escolas", destinado a manter os efectivos em praças de fileira, especialistas e cabos dessas Unidades.

Art. 3.º O Ministério da Guerra fica autorizado a organizar e propor o quadro do pessoal civil necessário aos serviços do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, bem assim dos estabelecimentos a elle subordinados.

Art. 9.º Fica extinta, a partir da data da publicação deste decreto-lei, a Escola das Armas.

Art. 10. O Ministério da Guerra baixará instruções especiais para o funcionamento do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo e organização do Grupamento das Unidades-Escola, inclusive o Núcleo de Recompentamento, de acôrdo com as necessidades do ensino, até aprovação do Regulamento definitivo.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes

**DECRETO-LEI N.º 7.889 — DE 21
DE AGOSTO DE 1945**

Admite a sindicalização e manda aplicar a legislação de proteção ao trabalho aos empregados das autarquias industriais e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que na organização dos serviços descentralizados do Estado devem ser distinguidos os que têm a finalidade de atender a serviços de natureza industrial ou econômica, ou também suscetíveis de execução por particulares, daqueles que se destinam à realização de finalidades específicas do Estado;

Considerando que os primeiros mais se aproximam da organização das empresas particulares, especialmente pela possibilidade de sua execução por meio de concessões;

Considerando que, desde que exista autonomia, com personalidade jurídica própria do serviço industrial descentralizado, não se justifica o enquadramento de seus empregados entre os servidores do Estado e a aplicação da legislação que a estes é própria;

Considerando que essa situação especial de servidores no Estado aos empregados de serviços industriais descentralizados não atende às finalidades com que eles são instituídos;

Considerando que a existência de serviços industriais executados por concessão e os executados diretamente pelo Estado cria uma situação de divergência de tratamento entre os respectivos empregados, prejudicial à execução de atividades idênticas;

Considerando mais que, em face da legislação vigente, necessário se torna que a adaptação das relações de trabalho nas empresas ou autarquias industriais do Estado ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho seja procedida atendendo às condições de cada uma dessas empresas, decreta:

Art. 1.º São admitidos à sindicalização os servidores do Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional e das empresas marítimas autárquicas ou por outra forma incorporadas ao Patrimônio da União, ficando revogado o Decreto n.º 7.404, de 18 de junho de 1941.

Art. 2.º Aplica-se aos servidores do Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional e das empresas marítimas autárquicas, ou por outra forma incorporadas ao Patrimônio da União, a legislação de proteção ao trabalho, ficando expressamente previsto que as questões resultantes das relações de trabalho entre as autarquias industriais a que se refere o presente Decreto-lei e os seus empregados, serão dirimidas exclusivamente pela Justiça do Trabalho, vedados os recursos ou reclamações às autoridades e instâncias administrativas, ressalvadas, porém, as atribuições da Comissão de Marinha Mercante decorrentes da legislação em vigor.

§ 1.º Não serão, porém, suscetíveis de apreciação pela Justiça do Trabalho os casos ou as decisões das administrações das referidas empresas ou autarquias industriais verificados no regime anterior à publicação do presente Decreto-lei os quais continuarão regidos pela legislação então em vigor.

§ 2.º Fica revogado o art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.969, de 23 de dezembro de 1941, passando o art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto-lei n.º 4.969, de 4 de dezembro de 1939, a ter a seguinte redação:

“Os empregados do Lóide Brasileiro, Patrimônio Nacional, não são funcionários públicos e os seus direitos e garantias serão regidos pela vigente legislação de previdência social e proteção ao trabalho.”

Art. 3.º A-representação dos servidores das autarquias industriais a que se refere o presente Decreto-lei se fará pelos respectivos sindicatos de classe na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.890 — DE 21 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00, para despesas com a construção de trechos ferroviários a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte e um milhões de cruzeiros (Cr\$ 21.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento da construção dos seguintes trechos ferroviários, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro:

	Cr\$
a) Contendas - Brumado - Monte Azul ...	15.000.000,00
b) Palmeira dos Índios - Colégio	4.000.000,00
c) Alagoa de Baixo - Afogados de Ingazeira	2.000.000,00
	<hr/> 21.000.000,00 <hr/>

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.891 — DE 23 DE AGOSTO DE 1945

Regula o cálculo de pensões especiais oriundas de promoção "post-mortem".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As pensões devidas aos herdeiros dos militares promovidos *post-mortem* devem ser calculadas de acordo com a tabela vigente na data da publicação do respectivo decreto, portaria ou ato regulamentar dessa promoção.

Art. 2.º Este Decreto-lei tem efeito interpretativo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.892 — DE 23 DE AGOSTO DE 1945

Organiza o Serviço de Intendência da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando a necessidade de reunir, sob uma única direção e sem prejuízo da descentralização de execução consagrada na legislação vigente, os órgãos que lidam, no Ministério da Aeronáutica, com as finanças, o material de intendência e subsistência;

Considerando que essa direção única se recomenda como um imperativo da necessidade do serviço;

Considerando que semelhante unificação já foi realizada no Exército, pelo Decreto-lei n.º 5.002, de 27 de novembro de 1942, com evidente oportunidade e eficiência,

Decreta:

Art. 1.º Os órgãos incumbidos, no Ministério da Aeronáutica, dos serviços financeiros e dos provimentos de material de intendência e de subsistência, são nesta data organizados, passando a constituir o Serviço de Intendência da Aeronáutica.

Art. 2.º O Serviço de Intendência da Aeronáutica compreende os seguintes elementos:

- a) Órgãos de direção:
 - 1 — Geral:
 - Diretoria de Intendência;
 - 2 — Especializada:
 - Divisão de Finanças;
 - Divisão de Provisões de Intendência.
- b) Órgãos de direção e execução:
 - 1 — Regional:
 - Serviços de Intendência das Zonas Aéreas.
 - 2 — Especial:
 - Serviços de Intendência de órgãos da Alta Administração (Diretorias e Sub-Diretorias) e outros (Escolas, Fábricas, Parques, etc.).
- c) Órgãos de execução:
 - 1 — Geral:
 - Depósito Central de Intendência;
 - Depósitos Especiais de Intendência.
 - 2 — Regional:
 - Depósitos de Intendência (nas Zonas Aéreas).
- d) Órgãos de execução local:
 - Formações de Intendência nas Unidades Administrativas.

Art. 3.º Ficam extintos o atual Serviço de Fazenda da Aeronáutica, a 4.ª Divisão (D.M.4) da Diretoria do Material da Aeronáutica e os Serviços de Fazenda das Zonas Aéreas.

Parágrafo único. O acervo dos órgãos extintos é incorporado aos órgãos correspondentes que os substituírem na atual organização do Serviço de Intendência da Aeronáutica.

Art. 4.º O Ministro da Aeronáutica providenciará sobre a regulamentação desta lei, no prazo de trinta dias.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.893 DE 24 DE AGOSTO DE 1945

Altera sedes normais de estacionamento de Unidades de Aviação.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º De conformidade com o art. 36 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23-3-44, o 1.º e 5.º Regimentos de Aviação com sedes normais nas Bases Aéreas de Santa Cruz e Curitiba passam a ser constituídos respectivamente:

1.º R. Av. — pelo 1.º e 2.º Grupos de Caça;

5.º R. Av. — pelo 1.º e 3.º Grupos Picados.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.894 DE 24 DE AGOSTO DE 1945

Dá nova redação aos art. 43, parágrafo único do art. 88 e art. 91 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março de 1944 e revoga o art. 87 do citado decreto.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180, da constituição decreta:

Art. 1.º Os arts. 43, parágrafo único do art. 88 e art. 91 do Decreto-lei n.º 6.365, de 23 de março

de 1944, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43. A Base Aérea é subordinada ao Comandante da Unidade de Aviação nela normalmente estacionada.

Parágrafo 1.º. As verbas da Base Aérea são geridas pelo Comandante da Unidade de Aviação que acumula a função de Agente Diretor.

Parágrafo 2.º. As funções de Agente Diretor passarão a ser exercidas pelo Comandante da Base Aérea, no caso de deslocamento da Unidade de Aviação nela sediada.

Parágrafo único do art. 38. Entretanto, nos casos de impedimento do Comandante da Unidade de Aviação, assumirá o Comando dessa Unidade o mais antigo dentre os oficiais, quer seja da Unidade de Aviação, quer seja da Base Aérea.

Art. 91 As atribuições do Comandante da Unidade de Aviação são as de Comandante de Corpo e as de Comandante da Base Aérea as de Comandante de Unidade Incorporada, na forma prevista pelos regulamentos em vigor na Aeronáutica, até que seja publicado o Regulamento do Serviço na Força Aérea Brasileira.

Art. 2.º Fica revogado o art. 37 do citado decreto-lei.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor a partir da data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.895 — DE 24 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre o custeio das despesas de material e aluguel de casa das Coletorias Federais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As despesas de material e aluguel de casa para as Coletorias Federais correrão à conta de dotação próprias, consignadas no orçamento da União.

Art. 2.º O fornecimento de material às Coletorias será feito por intermédio das Delegacias Fiscais.

A partir do exercício de 1945, cada Delegacia fará aquisição, com antecedência, dos livros e talonários sujeitos a autenticação, bem como dos demais impressos de uso legal, obrigatório, ou necessário, para o preparo, a tempo, das coleções destinadas à execução do serviço no exercício seguinte.

Art. 3.º Para cumprimento do disposto na segunda parte do artigo anterior quanto ao exercício de 1945, as Delegacias Fiscais demonstrarão a despesa provável, em face dos elementos colhidos, e solicitarão ao Tesouro Nacional o crédito necessário à suplementação das dotações constantes do orçamento de 1945.

Art. 4.º Os novos arrendamentos de imóvel poderão ser feitos mediante simples proposta do seu proprietário, ou representante legal, encaminhada à Delegacia Fiscal pela Coletoria, que informará sobre a conveniência da locação.

Parágrafo único. A aprovação da proposta cabe ao delegado fiscal que determinará o empenho imediato da importância necessária ao pagamento do aluguel ajustado.

Art. 5.º No exercício de 1945, as despesas a que se refere o art. 1.º serão pagas ou indenizadas pelas Delegacias Fiscais, dispensadas a exigência do empenho prévio e demais formalidades regulamentares.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.896 — DE 24
DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar o terreno que mencionna

O Presidente da República, usando la atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a doar à Fundação Brasil Central, instituída pelo Decreto-lei n.º 5.873, de 4 de outubro de 1943, o terreno sito na Rua do Resende n.º 182, com área de 507,8250 m², aproximadamente.

Parágrafo único. Ficam isentas de quaisquer ônus fiscais, custas e emolumentos, as transmissões ou averbações que se fizerem necessárias para esse fim.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.897 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a carreira de Dactiloscopista, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Dactiloscopista, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.726, de 11 de julho de 1945.

Art. 3.º Este decreto-lei vigorará a partir de 13 de julho de 1945.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios	Vagos	Obs.
	<i>Dactiloscopista</i>						<i>Dactiloscopista</i>				
9	L		9	Q.P.	9	L		9	(*)
13	K		10	Q.P.	13	K		10	
17	J		14	Q.P.	17	J		14	
22	I		14	Q.P.	22	I		14	
27	H	8	—	Q.P.	27	H	18	—	
88			8	47		88			18	47	

(*) *Observações:* Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados não poderá ser superior a 88.

Nesses cargos, 29 só poderão ser providos à medida que forem sendo suprimidos os cargos da carreira de Dactiloscopista-auxiliar do Q.S., na razão de 1 por 1.

DECRETO-LEI N.º 7.898 — DE 24
DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 1.401.600,00 à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 1.401.600,00 (um milhão, quatrocentos e um mil e seiscentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Guerra (Anexo n.º 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Conservação II — Pessoal Extra-numerário

Subconservação 05 — Mensalistas

Cr\$

17 — Diretoria de Intendência 624.600,00

Subconservação 06 —
Diaristas

17 — Diretoria de Intendência 777.000,00

1.401.600,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
P. Góes Monteiro.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.899 — DE 24
DE AGOSTO DE 1945

Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros), será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º A dotação correspondente a um dos cargos provisórios, ora suprimidos, será levada a crédito da conta-corrente do Quadro.

Art. 4.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.260, de 19 de janeiro de 1945.

Art. 5.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 22 de janeiro de 1945.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório
	<i>Médico do tra- balho</i>						<i>Médico do tra- balho</i>				
3	M	—	3	—	3	M	—	3	—
4	L	—	3	—	4	L	—	3	—
5	K	—	4	—	5	K	—	4	—
6	J	—	6	—	6	J	—	6	—
7	I	—	—	18	8	I	—	—	16
25			—	16	18	26			—	16	16

Observações: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes M, L, K e J.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 26.

DECRETO-LEI N.º 7.900 — DE 25 DE AGOSTO DE 1945

Aprova a adesão do Brasil ao Acôrdo sobre os princípios relativos à continuação do contróle combinado da Navegação Mercante, firmado em Londres, a 5 de agosto de 1944.

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar a adesão do Brasil, a 19 de abril de 1945, ao Acôrdo sobre os princípios relativos à continuação do contróle combinado da Navegação Mercante, firmado em Londres, a 5 de agosto de 1944.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.901 — DE 27 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 120.000,00, para aquisição de um automóvel, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00), para ocorrer à despesa (Material) com a aquisição de um automóvel de passageiros, destinado aos serviços da Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2.º O saldo que resultar desse crédito na referida aquisição poderá ser aplicado em reparos do automóvel atualmente em uso no Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.902 — DE 27 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria Valdir Santana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 220.131-44, decreta:

Art. 1.º A aposentadoria de Valdir Santana no cargo da classe E da carreira de Escriturário, do antigo Quadro I — "Domínio da União" — do Ministério da Fazenda, tem por fundamento o item IV do art. 196 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º O presente Decreto-lei surtirá seus efeitos desde 11 de novembro de 1940.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.903 — DE 27 DE AGOSTO DE 1945

Código da Propriedade Industrial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

INTRODUÇÃO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Este Código regula os direitos e obrigações concernentes à pro-

priedade industrial, cuja proteção assegurada.

Art. 2.º A proteção da propriedade industrial, em sua função econômica e jurídica, visa reconhecer e garantir os direitos daqueles que contribuem para o melhor aproveitamento e distribuição de riqueza, mantendo a lealdade de concorrência no comércio e na indústria e estimulando a iniciativa individual, o poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo.

Parágrafo único. Estende-se essa proteção por igual, ao domínio das indústrias agrícolas e extrativas.

Art. 3.º A proteção da propriedade industrial se efetua mediante:

- a) a concessão de privilégio de: patentes de invenção modelos de utilidade desenhos ou modelos industriais variedades novas de plantas.
- b) a concessão de registros de: marcas de indústria e de comércio nomes comerciais títulos de estabelecimento, insígnias comerciais ou profissionais expressões ou sinais de propaganda recompensas industriais;
- c) as indicações de proveniência;
- d) a repressão da concorrência desleal.

Art. 4.º As garantias outorgadas por este Código consistem no direito ao uso ou exploração exclusivos do respectivo objeto e às medidas de proteção que estatui, sendo concedidas sem prejuízo dos direitos de terceiros.

Art. 5.º As disposições deste Código são extensivas aos pedidos de privilégios e registros depositados no Brasil, e àqueles que, depositados no estrangeiro, gozem de vantagens asseguradas por tratados ou convenções.

TÍTULO I

Dos privilégios de invenção CAPÍTULO I

DAS PATENTES DE INVENÇÃO

SEÇÃO I

Disposições gerais

Art. 6.º Os autores de invenção suscetível de utilização industrial te-

rão o direito de obter patente que lhes garanta a propriedade e o uso exclusivo da mesma invenção, de acordo com as condições estabelecidas neste Código.

Parágrafo único. Consideram-se autores, além dos inventores, os seus sucessores, sejam pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Art. 7.º É privilegiável no sentido ao presente Código toda invenção considerada nova e suscetível de utilização industrial.

§ 1.º Considera-se nova a invenção:

a) que até a data do depósito do pedido de patente não tenha sido, no país, depositada ou patenteada, nem usada publicamente ou descrita em publicações de modo que possa ser realizada;

b) que até um ano antes do depósito do pedido de patente, no país, não tenha sido patenteada no estrangeiro, nem descrita em publicações de modo que possa ser realizada.

§ 2.º A novidade da invenção não será invalidada pelas comunicações feitas às sociedades científicas, associações técnicas profissionais, legalmente constituídas, ou pela divulgação por meio de teses de concursos, exposições ou feiras, oficiais ou oficialmente reconhecidas, desde que o inventor requeira o pedido de privilégio dentro de um ano, contado do dia da realização de qualquer desses fatos.

SEÇÃO II

Das Invenções não Privilegiáveis

Art. 8.º Não são privilegiáveis:

1.º As invenções de finalidades exclusivamente contrárias às leis, a moral, à saúde e à segurança pública;

2.º as invenções que tiverem por objeto substâncias ou produtos alimentícios e medicamentos de qualquer gênero;

3.º as invenções que tiverem por objeto matérias ou substâncias obtidas por meios ou processos químicos;

4.º as concepções puramente teóricas;

5.º a juxtaposição de órgãos conhecidos, a simples mudança de forma, proporções, dimensões ou de ma-

teriais, salvo se daí resultar, no conjunto, um efeito técnico imprevisto;
6.º) os sistemas de escrituração comercial, de cálculos ou de combinação de finanças ou de créditos, bem como os planos de sorteio, especulação ou propaganda.

Parágrafo único. Na proibição constante dos números 2.º e 3.º, d'êste artigo, não se incluem e em consequência podem ser privilegiados:

a) os processos novos destinados à fabricação das substâncias, produtos ou matérias nelas mencionados;

b) os produtos novos quando, pelas suas propriedades intrínsecas, análise ou outro exame técnico adequado, revelarem o processo de que são oriundos;

c) as ligas metálicas e misturas com qualidades intrínsecas específicas, perfeitamente caracterizadas pela sua composição.

SEÇÃO II

Da garantia de prioridade

Art. 9.º Aquêle que, antes de requerer patente, pretenda fazer experiência ou exhibições públicas da invenção, sem prejudicar o requisito da novidade, poderá pedir, no Departamento Nacional da Propriedade Industrial o arquivamento do relatório descritivo da sua invenção, dispensadas as formalidades de exame prévio ou publicação aplicável a tais patentes.

§ 1.º O arquivamento do relatório descritivo, e uma vez deferido pelo Diretor do Departamento somente valerá para fins de prioridade, pelo prazo máximo de um ano, contado da data em que tiver sido efetuado.

§ 2.º Findo o prazo de um ano, sem que tenha sido requerida a patente, ou provado haver o inventor empregado, com fins lucrativos, o objeto da invenção, antes ou durante a vigência da garantia de prioridade, deverá esta ser cancelada pelo Diretor do Departamento, *ex-officio*, ou a requerimento de qualquer interessado, com recurso no prazo de sessenta dias contado da data da publicação do despacho.

CAPÍTULO II

Dos modelos de utilidade

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Considera-se modelo de utilidade, suscetível de proteção, nos termos e condições do presente Código, toda disposição ou forma nova introduzida ou obtida em objetos conhecidos, desde que se prestem a um trabalho ou uso prático.

§ 1.º Para os efeitos d'êste artigo, a expressão objeto compreende ferramentas, instrumentos de trabalho ou de emprego prático, parte de máquinas ou utensílios de uso geral.

§ 2.º No modelo de utilidade, a proteção é concedida somente à forma ou disposição nova, que traga à função, a que o objeto ou parte de máquina é destinado, melhor utilização.

SEÇÃO II

Do modelos de utilidade não privilegiáveis

Art. 11. Não podem ser protegidos:

1.º) Os modelos que não apresentarem, até o pedido da patente, a característica de novidade, nos termos do art. 7.º, §§ 1.º e 2.º;

2.º) Os modelos que incidirem nas proibições do art. 8.º;

3.º) os modelos que, pela sua natureza, constituírem matéria suscetível de proteção como patente de invenção, como modelo ou desenho industrial, ou ainda como marca de indústria ou de comércio;

4.º) Os modelos cujo uso ou aplicação não tenham fim lícito.

CAPÍTULO III

Dos desenhos e dos modelos industriais

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. São privilegiáveis como *modelo industrial* toda forma plástica, moldes, padrões, relevos e demais objetos que sirvam de tipo de fabricação de um produto industrial e se di-

ferenciem dos seus similares por certa forma, configuração ou ornamentação própria e nova, seja por um seja por mais efeitos exteriores.

Art. 13. É privilegiável como *desenho industrial* toda disposição ou conjunto de linhas ou de côres, ou linha e côres, aplicáveis, com o fim industrial, à ornamentação de certo produto, empregando-se qualquer meio manual, mecânico, químico ou singelamente combinado.

Art. 14. Além dos mencionados nos arts. 12 e 13, são também suscetíveis de proteção legal os modelos e desenhos industriais que, embora não se apresentem inteiramente novos, realizem combinações originais de elementos conhecidos, ou disposições diferentes de elementos já usados, de modo que dê aos respectivos objetos aspecto geral característico.

Art. 15. Entendem-se por novos os modelos e desenhos que, até a data da apresentação do pedido da patente, não tenham sido, no país, depositados ou patenteados, usados publicamente ou descritos em publicações; ou os que não tenham sido patenteados, usados e publicados, no estrangeiro, até seis meses antes da data do pedido no Brasil.

SEÇÃO II

Dos desenhos ou modelos não privilegiáveis

Art. 16. Não são privilegiáveis, quer como modelo, quer como desenho industrial:

1.º o que constituir objeto de privilégio de invenção, modelo de utilidade, marca de indústria e de comércio, insignia ou emblema;

2.º o que não fôr privilegiável como patente de invenção, segundo os preceitos do art. 8.º;

3.º as obras de escultura, arquitetura, pintura, gravura, esmalte, bordados, fotografias e quaisquer modelos ou desenhos de caráter puramente artístico;

4.º a reprodução ou imitação das características de novidade e de originalidade de desenhos ou modelos an-

teriormente depositados ou patenteados;

5.º os desenhos ou modelos vulgares.

CAPÍTULO IV

Dos pedidos de Patentes de Invenção, de modelo de utilidade e de desenho ou modelo industrial.

Art. 17. O pretendente a privilégio de invenção, modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial, deverá depositar, no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, o seu pedido acompanhado do relatório descritivo, com os respectivos desenhos.

§ 1.º O pedido, que deve compreender somente uma invenção, far-se-á em um requerimento dirigido ao Diretor do Departamento, mencionando o nome do inventor, por extenso, a sua nacionalidade, profissão e domicílio; o nome e o endereço do seu procurador, se houver; bem como o título explicativo da invenção, de modo sumário e preciso, concordando com o do relatório.

§ 2.º O relatório deverá satisfazer às seguintes condições:

a) ser escrito em português;

b) descrever de maneira precisa e clara a invenção, seu fim e modo de usá-la;

c) ser apresentado em triplicata, dactilografado em espaço duplo, de um só lado da folha de papel branco, consistente, nas dimensões de 33 x 22 centímetros, sendo seladas as 1.ªs. e 2.ªs. vias;

d) não conter emendas, entrelinhas, nem rasuras;

e) ser redigido na seguinte ordem: 1.º, o cabeçalho, no alto da primeira folha, compreendendo um título que designe sumária e precisamente a natureza e o fim da invenção, excluídas as denominações de fantasia; 2.º, a descrição do invento, expondo, pormenorizadamente, sem reservas ou omissões, o problema técnico que o mesmo visa resolver, sua execução e funcionamento; 3.º, o resumo que defina, com clareza, os pontos constitutivos da invenção, os quais servirão para

estabelecer e delimitar os direitos do inventor:

f) conter, no fecho da última folha, a data e a assinatura do inventor, ou do seu procurador, rubricadas as demais peças;

§ 3.º Os desenhos deverão:

a) ser apresentados em triplicata, executadas as duas primeiras vias em papel-tela, ou outro julgado equivalente, com tinta preta fixa, sem quaisquer coloridos, e a terceira, por qualquer dos meios usuais; sendo seladas apenas aquelas;

b) ter as dimensões de 33 x 22 centímetros, com moldura traçada em quadro, por linhas singelas, deixando a margem de dois centímetros em toda a extensão;

c) conter, no espaço limitado pela moldura, as figuras em tamanho estritamente necessário, de maneira que se possam distinguir uma das outras e permita o fácil conhecimento das minúcias;

d) adotar numeração, quando as figuras abrangerem várias folhas;

e) indicar as figuras, contendo números seguidos, por meio de setas no sentido da altura do papel, segundo a ordem de sua posição, de modo que concordem com as referências feitas no relatório;

f) apresentar uma escala esquemática, excluídas quaisquer denominações, legendas ou menções explicativas;

g) ser datados e assinados pelo inventor, ou seu procurador.

Art. 18. Quando se tratar de pedido de modelo de utilidade, ou de desenho ou modelo industrial, os relatórios, desenhos ou amostras serão regulados de acordo com as instruções aprovadas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO V

Do depósito dos pedidos de patentes de invenção, de modelo de utilidade e desenho ou modelo industrial.

Art. 19. Se os papéis estiverem devidamente selados, lavrar-se-á um termo assinado pelo inventor, ou seu procurador, e pelo funcionário com-

petente. Dêse termo constarão a data, com menção da hora, dia, mês e ano da apresentação do pedido, o nome do requerente, ou do seu procurador, podendo dele ser fornecida certidão ao depositante, mediante o pagamento das taxas devidas.

Art. 20. Para os efeitos de prioridade, os pedidos poderão, também, ser depositados nas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nos Estados, ou em repartição estadual, a que competir, em virtude de lei, a execução das funções desempenhadas por aquelas delegacias.

§ 1.º Apresentado o pedido em qualquer das aludidas repartições com sede no Estado em que o interessado tiver o seu domicílio, aí será lavrado, em livro próprio, o termo de depósito, assinado pelo inventor, ou seu procurador legalmente habilitado, e pelo funcionário competente, observadas, nesse ato, as disposições estabelecidas no art. 19.

§ 2.º Lavrado o termo de depósito, a Delegacia Regional, ou a repartição estadual, providenciará para a remessa dos papéis ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do referido termo.

CAPÍTULO VI

Dos depósitos feitos no estrangeiro

Art. 21. O inventor que tiver depositado regularmente em Estado, com o qual o Brasil mantenha convenção ou tratado, um pedido de patente de invenção, de modelo de utilidade, ou de desenho ou modelo industrial, gozará, para fazer igual pedido no Brasil, do direito de prioridade pelo prazo estipulado na respectiva convenção ou tratado. A prioridade em nenhum caso poderá ser invalidada por fatos ocorridos durante esse prazo, tais como pedido idêntico, publicação da invenção, do modelo ou do desenho, seu uso ou exploração.

§ 1.º O prazo de prioridade ficará averbado na patente, se o interessado, por ocasião de requerê-la, reivindicar os benefícios decorrentes do pedido an-

terior, comprovando-a com o certificado de depósito no país de origem, ou a respectiva patente.

§ 2.º Fica estabelecido o prazo máximo de três meses, contados da data do depósito do pedido, para a apresentação dos comprovantes referidos no parágrafo anterior.

§ 3.º Além do certificado de depósito, poderão ser exigidos relatórios, desenhos ou outros documentos que a repartição julgue necessário ao exame do pedido.

CAPÍTULO VII

Do exame formal e técnico dos pedidos de patentes de invenção, de modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial.

Art. 22. Estando o pedido de privilégio de invenção, modelo de utilidade, desenho e de modelo industrial incompleto ou contrário às normas estabelecidas, será o depositante oficialmente notificado, a fim de regularizá-lo, dentro do prazo de noventa dias, sob pena de ser o processo arquivado.

Art. 23. Se o pedido de privilégio de invenção ou modelo de utilidade estiver inteiramente em ordem, proceder-se-á, desde logo, ao exame técnico da invenção, podendo-se, quando convier, solicitar audiência de outros serviços técnicos especializados da administração pública federal, subordinados ou não ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou de organizações reconhecidas pelo Governo como órgãos de consulta.

§ 1.º O exame técnico deverá ser concluído dentro do prazo máximo de:

- a) sessenta dias quando se referir a privilégio de invenção;
- b) trinta dias quando se tratar de modelos de utilidade.

Esses prazos poderão ser prorrogados por motivos justificados, a juízo do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 2.º Sera publicada, quinzenalmente, no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, uma relação contendo os pedidos de privilégio de invenção e modelos de utilidade apresentados à Repartição, com especificação do objeto.

Art. 24. O encarregado do exame poderá pedir ao inventor, ou seu procurador, os esclarecimentos que julgar necessários sobre a invenção, bem como novos relatórios descritivos, novos desenhos, amostras ou modelos. Dê-se fato será dada ciência oficialmente ao interessado.

Art. 25. Qualquer que seja a exigência, feita em virtude do disposto no artigo precedente, deverá ser cumprida dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho, sob pena de ser o processo arquivado.

Art. 26. Findo o exame técnico serão publicados os pontos característicos da invenção, para conhecimento público e apresentação de oposições, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação.

Art. 27. Surgindo impugnação por parte do inventor ou oposição de terceiros, será o pedido submetido a novo exame.

§ 1.º Concluída essa formalidade, ou não tendo sido apresentadas contestações, será o processo submetido a despacho do Diretor.

§ 2.º Do despacho que conceder ou denegar o privilégio de invenção ou modelo de utilidade, caberá recurso dentro do prazo de 60 dias.

Art. 28. Esgotado o prazo de recurso estabelecido no artigo anterior e dêle não se tendo valido qualquer interessado, serão desde logo expedidos os atos definitivos.

Art. 29. A patente de desenho e de modelo industrial é concedida sem exame previo, ressalvados, porém, os direitos de terceiros e, bem assim, a responsabilidade do Governo, em relação à novidade e à utilidade.

Art. 30. Apresentado o pedido de desenho ou de modelo industrial, encontrando-se em ordem, serão publicadas os seus pontos característicos, acompanhados do *cliché* ilustrativo.

§ 1.º A partir da data dessa publicação, começará a correr o prazo de trinta dias, durante o qual poderão os interessados opor-se à concessão da patente.

§ 2.º Findo o prazo, havendo oposição, o Diretor do Departamento submeterá o pedido a exame técnico, para

efeito de conceder ou não a patente; não tendo havido opposição, poderá, desde logo, ser concedida a patente, salvo se for julgada conveniente a audiência de órgão técnico.

Art. 31. Do despacho que conceder, ou denegar, a patente de desenho ou modelo industrial, caberá recurso dentro do prazo de trinta dias.

Art. 32. Havendo dúvida, quanto à natureza da invenção, ou se o exame técnico revelar que o pedido não pode ser concedido como modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial, mas como privilégio de invenção, ou vice-versa, o Diretor do Departamento determinará a apresentação de novo relatório que classifique devidamente a invenção, cuja retificação será publicada, depois da respectiva anotação no termo de depósito.

Parágrafo único. Tratando-se de processo em grau de recurso, a modificação prevista neste artigo somente será realizada mediante a apresentação de novo pedido. Ficará, nesse caso, ressalvada a prioridade, desde que o depósito do novo pedido se efetue dentro do prazo improrrogável de noventa dias, contados da data da publicação do despacho retificado.

CAPÍTULO VIII

Da expedição da patente de invenção, de modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial.

Art. 33. Transitando em julgado o despacho concessivo, será o inventor oficialmente notificado, a fim de efetuar o pagamento da taxa prevista neste Código, para expedição da patente, e apresentar o *cliche* da parte principal da invenção, medindo 5 x 4 centímetros.

Parágrafo único. O pagamento dessa taxa deve ser efetuado, dentro do prazo de sessenta dias, sob pena de arquivamento do processo.

Art. 34. Satisfeito o pagamento da taxa referida no artigo precedente, será expedida a patente, assinada pelo Diretor do Departamento e pelo Chefe da Divisão de Privilégios, ressalvando-se os direitos de terceiros e a responsabilidade do Governo, quanto à novidade e utilidade da invenção.

Parágrafo único. Na patente serão mencionados o nome, nacionalidade, profissão e domicílio do inventor, nome do procurador, quando houver; o título da invenção e o prazo de duração, anexando-se-lhe uma das vias do relatório definitivo e do desenho.

Art. 35. Dos pedidos de modelo de utilidade e de desenho e modelo industrial lavrar-se-á termo de depósito, no mesmo livro destinado às patentes de invenção; deverão, porém, ter numeração e registro próprios as patentes d'elles resultantes.

Art. 36. Os modelos de utilidade patenteados trarão, obrigatoriamente, em lugar visível, a indicação — "Modelo de Utilidade n.º ...", ou, abreviadamente, "M. U. n.º ...", para conhecimento de terceiros.

Art. 37. Os objetos protegidos por patente de desenho ou modelo industrial deverão trazer, obrigatoriamente, a indicação — "Desenho (ou modelo industrial) n.º ...", a qual poderá ser abreviada do seguinte modo — D.I. ou M.I. n.º ..., conforme a sua natureza.

Parágrafo único. Se os objetos forem de dimensões minúsculas, ou possa prejudicar à sua estética a indicação mencionada, será esta dispensada.

Art. 38. Sempre que o depositante quiser garantir, isoladamente, qualquer particularidade de um desenho ou modelo complexo, poderá fazê-lo mediante pedido em separado.

CAPÍTULO IX

Da duração do privilégio de invenção, do modelo de utilidade, do desenho e do modelo industrial.

Art. 39. O privilégio de invenção vigorará pelo prazo de quinze anos, contados da data da expedição da patente, findo o qual o invento cairá no domínio público.

Art. 40. O Governo poderá, excepcionalmente, e quando julgue conveniente aos interesses nacionais, mediante pedido devidamente comprovado, prorrogar o prazo de vigência do privilégio, até cinco anos.

Art. 41. A patente de modelo de utilidade será concedida pelo prazo de

cinco anos, contados da data da sua expedição, o qual poderá ser prorrogado por igual período, se o requerer o interessado. Finda a prorrogação, o modelo cairá no domínio público.

Art. 42. A patente de desenho e modelo industrial vigorará pelo prazo de três anos, prorrogável por iguais períodos sucessivos, até se completar o máximo de quinze anos, contados da data da respectiva expedição.

Parágrafo único. A prorrogação deve ser requerida no semestre anterior à expiração do triênio. O Diretor do Departamento poderá, entretanto, recusá-la, sempre que, mediante novo exame técnico, verificar haver sido a patente concedida com infração do disposto no art. 15, cabendo recurso desse ato, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 43. Quando as patentes de invenção, modelo de utilidade, desenho e modelo industrial, forem concedidas em co-propriedade, ou se tornarem comuns por qualquer título hábil, cada um dos co-proprietários poderá usar livremente o invento respectivo, observadas as disposições legais.

CAPÍTULO X

Da alienação ou transferência da patente de invenção, modelo de utilidade, desenho e modelo industrial.

Art. 44. A propriedade da invenção pode ser alienada por ato *inter-vivos*: ou transferida em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Parágrafo único. A alienação ou transferência far-se-á a título gratuito ou oneroso, podendo, em ambos os casos, ser total ou parcial. É total quando envolver todos os direitos resultantes da patente; e parcial quando compreender somente uma parte dos direitos outorgados, ou houver restrição quanto ao tempo de uso ou zona de utilização.

Art. 45. A anotação da alienação ou transferência da patente deve ser requerida ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante a apresentação do respectivo

título e dos instrumentos originais de alienação ou transferência, em forma legal, ou das suas certidões.

§ 1.º A transferência ou alienação só produzirá efeito depois de anotada no Departamento.

§ 2.º A anotação será registrada em livro próprio e certificada na respectiva patente.

§ 3.º Os instrumentos de alienação ou transferência apresentados ficarão arquivados no Departamento. A requerimento dos interessados serão fornecidas certidões em cópias fotostáticas, não devendo, porém, ser restituído nenhum deles.

Art. 46. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, à vista de documentos em forma legal, ou de certidões, qualquer alteração quanto ao nome do proprietário do privilégio. Dêse ato, dar-se-á certidão ao interessado, ficando arquivados os documentos.

Parágrafo único. Serão, igualmente, anotados os atos que se referirem a suspensão, limitação ou extinção dos privilégios, por despacho do Diretor do Departamento, quando os interessados o requeriram, juntando documentos hábeis, com recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 47. A anotação de transferência ou a alienação de patente e de alteração do nome do respectivo titular, será efetuado logo após a publicação do despacho, mediante o pagamento das taxas regulamentares, e não comportará oposição ou recurso.

Art. 48. Qualquer pessoa com legítimo interesse, poderá requerer ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, o cancelamento da anotação de transferência ou da alteração de nome, desde que prove a falsidade ou ineficácia dos documentos apresentados.

Parágrafo único. O cancelamento das anotações previstas no presente artigo não isenta os responsáveis pela falsidade das ações criminais ou civis que no caso couberem.

Art. 49. Da decisão do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que denegar a anotação de transferência ou alienação da

patente caberá ao requerente recurso dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Igual recurso caberá a qualquer interessado do despacho que conceder ou denegar o cancelamento da anotação.

CAPÍTULO XI

Dos contratos de licença para a exploração da invenção, do modelo de utilidade, do desenho e do modelo industrial.

Art. 50. O proprietário da patente de invenção, modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial, seus sucessores ou mandatários poderão conceder licença para a exploração do invento privilegiado.

Art. 51. A concessão da licença, a que se refere o artigo precedente, será feita mediante ato revestido das formalidades legais, no qual deverão ficar consignadas, com clareza, as possíveis restrições relativas à exploração do invento.

Art. 52. O ato concessivo da licença para a exploração do invento privilegiado só produzirá efeito, em relação a terceiros, depois de anotado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, onde, para esse fim, o interessado deverá apresentar o título habil que ali ficará arquivado.

CAPÍTULO XII

Da licença obrigatória para exploração das invenções, modelos de utilidade, de desenhos e de modelos industriais.

Art. 53. O inventor que, durante os dois anos que se seguirem à concessão da patente, não tenha explorado de modo efetivo o objeto do invento no território nacional, ou, depois disso, haja interrompido o uso por tempo superior a dois anos consecutivos, sem justificar as causas de sua inação, ficará obrigado a conceder a terceiros interessados, que o requeiram, licença para exploração da respectiva patente, nos termos e condições estabelecidas neste Código.

Art. 54. Qualquer pessoa que pretender licença de exploração, de acór-

do com o artigo anterior, poderá requerê-la ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, justificando a sua pretensão e as condições que oferece ao titular da patente.

§ 1.º Dêsse requerimento será dada oficialmente ciência ao titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de noventa dias, contados da data da publicação, para a necessária resposta.

§ 2.º Durante esse prazo, o Diretor do Departamento poderá ordenar investigações, perícias e colher informações, bem como praticar tudo quanto, a seu juízo, se faça mister ao esclarecimento da situação da patente e da idoneidade do pretendente à licença.

Art. 55. No caso do titular não atender à notificação referida no parágrafo 1.º, do art. 54, ou deixar de justificar perante o Departamento as causas de sua inação, o Diretor poderá deferir a licença pedida, ouvindo antes o parecer de dois peritos da Propriedade Industrial, pelo menos, aos quais cumprirá informar sobre as condições da proposta de exploração, em face do valor industrial da patente.

Art. 56. Quando o titular da patente, no prazo assinado, apresentar contestação ao pedido de licença de exploração, o Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial submeterá o assunto ao exame, pelo menos, de dois peritos, e, em seguida, resolverá sobre o pedido.

Parágrafo único. Se o titular não concordar com as condições da proposta pelo requerente da licença, este será notificado para dizer o que for do seu interesse. Caso as partes não cheguem a acôrdo, o Diretor do Departamento decidirá, tendo em vista o laudo dos peritos e mais elementos constantes do processo.

Art. 57. Ao titular da patente, ou ao requerente da licença de exploração, caberá recurso do despacho que conceder ou denegar essa licença, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 58. Os efeitos do despacho concessivo da licença de exploração

não serão prejudicados, nem suspensos, quando o titular da patente recorrer ao Poder Judiciário, ficando o concessionário da licença com a faculdade de explorar, desde logo, a invenção, sem obrigação de prestar fiança ou satisfazer qualquer outra formalidade.

Art. 59.º O concessionário da licença de exploração da patente deverá iniciar o uso do invento respectivo dentro de seis meses, após a data da concessão.

Art. 60. Caberá ao titular da patente uma cota-parte sobre os lucros líquidos obtidos pelo concessionário da licença de exploração, ficando assegurado ao primeiro o direito de fiscalizar a produção da renda dali derivada e exigir a retribuição estipulada na concessão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudicará qualquer outro acordo ou contrato, relativo à patente, que porventura hajam celebrado as partes interessadas, compatível que seja com a licença aqui prevista.

Art. 61. Sempre que o titular da patente estiver ausente ou não puder exercer os seus direitos, o concessionário da licença de exploração fica obrigado a depositar, mensalmente, a cota-parte a que se refere o artigo precedente, no Banco do Brasil.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo, será motivo para o Diretor do Departamento, a pedido do titular da patente, cancelar a licença concedida.

Art. 62. O titular da patente poderá obter o cancelamento da licença de exploração, quando provar que o respectivo concessionário faltou às obrigações que assumiu, deixando de iniciar a exploração do invento dentro do prazo estabelecido no art. 59, ou interrompendo-a por prazo superior a um ano.

Art. 63. Do despacho que conceder ou denegar o cancelamento da licença de exploração da invenção, caberá recurso, dentro de sessenta dias.

CAPÍTULO XIII

Das invenções ocorridas na vigência do venção, do modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial.

Art. 64. Se durante a vigência do privilégio, os interesses nacionais exigirem a vulgarização do invento, ou seu uso exclusivo pela União, poderá esta desapropriar a patente, mediante indenização ao seu titular.

§ 1.º A desapropriação será efetivada por ato do Presidente da República, mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em face do parecer e avaliação da Comissão por este designada e constituída de três membros, dentre os quais um perito da Propriedade Industrial.

§ 2.º Não aceitando o titular da patente o valor arbitrado, proceder-se-á judicialmente na forma do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

CAPÍTULO XIV

Da desapropriação da patente de invento e de contrato de trabalho

Art. 65. Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se aquêle contrato tiver por objeto, implícita ou explicitamente, a pesquisa científica.

Parágrafo único. Caberá a exploração do invento ao empregador que fica obrigado a promovê-la no prazo de um ano, contado da data da concessão da patente, sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade.

Art. 66. Em falta de acordo entre o empregador e empregado ou surgindo entre ambos desentendimentos no curso da exploração, poderá o empregador requerer judicialmente lhe seja adjudicada a plena propriedade da patente, mediante indenização ao empregado, do valor que fôr arbitrado.

Art. 67. Ficarão sujeitas aos dispositivos do artigo precedente, salvo es-

tipulação em contrário, as invenções cujas patentes tenham sido requeridas dentro de um ano, a contar da data em que o inventor houver deixado o serviço da empresa, sociedade, firma ou instituição coletiva, quando realizadas as mesmas invenções durante a vigência do contrato de trabalho.

Art. 68. Sempre que a patente requerida pela empresa, sociedade, firma ou instituição resultar de um contrato de trabalho, será obrigatoriamente mencionada essa circunstância, bem como o nome do inventor, no requerimento e na patente.

Art. 69. Os preceitos deste capítulo são aplicáveis, no que couber, à União, Estados, aos municípios e às autarquias, em relação aos seus funcionários e demais servidores, cuja atividade se exerça em virtude de lei ou de contrato.

CAPÍTULO XV

Das invenções que interessam à Defesa Nacional

Art. 70. O pedido de privilégio de invenção feito por brasileiro, ou estrangeiro residente no Brasil, cujo objeto, a juízo do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, ou mediante declaração do inventor, interessar à defesa nacional, poderá ser depositado sob segredo e assim mantido.

Parágrafo único. Logo após o depósito do pedido, será consultado o órgão competente, a que caberá informar ao Departamento quanto à conveniência de ser ou não ressaltado o sigilo da invenção, emitindo, ao mesmo tempo, parecer sobre o seu mérito.

Art. 71. As patentes de invenção, julgadas pelas autoridades militares objeto de sigilo, embora recebam numeração comum no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, não terão publicados os pontos característicos.

Art. 72. Se a invenção for considerada de interesse para a defesa nacional, pelo órgão competente incumbido de examiná-la, poderá a União promover a sua desapropriação dentro

do prazo de seis meses contados da data do depósito.

Art. 73. A desapropriação motivada pela circunstância a que se refere o artigo precedente far-se-á mediante resolução do Conselho de Segurança Nacional, ao qual deverá ser o assunto submetido.

§ 1.º Se com essa resolução não concordar o inventor, o Presidente do Conselho nomeará uma comissão de técnicos para opinar, a qual se comporá de representantes dos Ministérios interessados, de um perito de Propriedade Industrial e de outro indicado pelo titular da patente.

§ 2.º O parecer dessa comissão servirá de base à nova decisão do Conselho, que porá termo ao processo, sem recurso administrativo ou ação judicial.

Art. 74. As invenções de caráter sigiloso serão guardadas no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, em cofre forte, enviando-se cópia delas, ou a terceira via de que trata o art. 28, § 3.º, alínea a, ao Estado Maior do Ministério a que interessar.

Art. 75. A violação do sigilo das invenções que interessarem à defesa nacional, quer por parte do inventor, quer por servidor do Estado, agente de Propriedade Industrial, advogado ou qualquer outra pessoa que dela tenha conhecimento, será punida como crime contra a segurança nacional, equiparado àquele previsto no art. 24 do Decreto-lei n.º 4.766, de 1 de outubro de 1942, e punido com as mesmas penas aí estabelecidas.

CAPÍTULO XVI

Da extinção e caducidade das patentes de invenção, de modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial.

Art. 76. As patentes extinguem-se: 1.º) a de invenção, pela expiração do prazo legal;

2.º) a de modelo de utilidade, pelo transcurso do prazo de cinco anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação, ou pela expiração do prazo total de dez anos;

3.º) a de desenho ou modelo industrial, pelo transcurso do prazo de três anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação, ou pela expiração do prazo total de quinze anos.

4.º) pela renúncia do respectivo proprietário, constante de declaração em forma legal.

Art. 77. Caducarão as patentes automaticamente:

× 1.º) as de invenção e modelo de utilidade, se não forem pagas as anuidades nos prazos legais, ressalvado o caso de restauração previsto no art. 207.

2.º) as de desenho ou modelo industrial, se não forem pagas, dentro dos respectivos períodos, as contribuições trienais, ressalvado o caso de restauração previsto no art. 206, parágrafo único.

§ 1.º Caducarão, ainda, as patentes de invenção, modelo de utilidade e desenho ou modelo industrial, a requerimento de quem, com legítimo interesse, provar perante o Departamento que os respectivos titulares, ou seus representantes legais, sem motivo de força maior, não fizeram no país uso efetivo da invenção, modelo, ou desenho, conforme fôr o caso, por tempo superior a três anos consecutivos.

§ 2.º O uso efetivo se comprova com o funcionamento regular da atividade a que se refira a patente.

Art. 78. Apresentado o pedido de caducidade, será notificado oficialmente o titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de sessenta dias para dizer o que fôr do seu interesse.

Art. 79. A caducidade da patente será sempre declarada por despacho do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, devidamente publicado.

§ 1.º Do despacho que conceder ou denegar a caducidade, caberá recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2.º Passado em julgado o despacho concessivo da caducidade, será expedida portaria do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, para conhecimento de terceiros, caindo a invenção no domínio público.

CAPÍTULO XVII

Do cancelamento da patente de invenção, de modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial.

Art. 80. Dentro do prazo de seis meses que se seguir à data da concessão das patentes de invenção, modelo de utilidade, modelos ou desenhos industriais, poderão as mesmas ser canceladas, *ex-officio*, quando se verificar que foram concedidas com infração manifesta do requisito essencial da novidade.

Parágrafo único. O titular da patente será notificado do fato, para dizer a respeito, no prazo máximo de sessenta dias.

× Art. 81. Transcorrido o prazo a que alude o parágrafo único do artigo anterior, o Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial encaminhará o processo, devidamente informado, ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, que se manifestará sobre a proposta de cancelamento.

Parágrafo único. Se o pronunciamento do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial fôr pelo cancelamento da patente, será o processo encaminhado, *ex-officio*, para decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 82. O titular da patente, cujo cancelamento foi decidido, poderá, dentro do prazo de 60 dias, contados da data da publicação do despacho no *Diário Oficial*, requerer ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a revisão do processo, sendo, então, ouvidos sobre a matéria, pelo menos, três Peritos de Propriedade Industrial ou técnicos especializados de órgãos da administração pública.

Parágrafo único. Não utilizada a faculdade prevista neste artigo, ou mantido o despacho, será expedida portaria do Ministro tornando efetivo o cancelamento da patente e insubsistentes todos os direitos outorgados ao seu concessionário ou cessionário.

CAPÍTULO XVIII

Da nulidade da patente de invenção, modelo de utilidade, desenho e modelo industrial.

Art. 83 São nulas as patentes de invenção, modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial;

1.º se ficar provado que o seu objeto não satisfaz aos requisitos exigidos no § 1.º, do art. 7.º, no n.º 1 do art. 11 e no art. 15 deste Código;

2.º se houverem sido concedidas com preterição de direitos de terceiros;

3.º se o título do invento fôr, com fim fraudulento, diverso do seu verdadeiro objetivo;

4.º se houver o autor, no relatório descritivo do invento, desatendido as prescrições do art. 17 § 2.º, alínea e.

Parágrafo único. A nulidade poderá incidir sobre todos os pontos característicos da invenção ou sobre qualquer deles.

Art. 84. São competentes para promover a nulidade da patente:

I — Os interessados, em qualquer caso;

II — os procuradores da República, quando o privilégio for concedido, sem que a invenção possa constituir objeto de patente.

§ 1.º Consideram-se interessados quaisquer pessoas prejudicadas pela concessão do privilégio, e aquêle a quem a lei atribui direito a recurso administrativo (Código de Processo Civil, arts. 332, § 1.º, e 334);

§ 2.º Quando os Procuradores da República, ou seus adjuntos, funcionarem como assistentes ou litisconsortes, serão ouvidos sobre todos os termos do processo e, especialmente, sobre qualquer acôrdo que ponha fim à ação movida por particular, competindo-lhes continuá-la, se a conveniência pública o exigir (Código do Processo Civil, artigo 332, § 2.º).

Art. 85. A requerimento do interessado, ou do Procurador da República, o Juiz, motivando o seu ato, poderá suspender, até decisão final, os efeitos da concessão do privilégio e o uso da invenção, quando contrá-

rios à lei, à moral, à saúde, ou à segurança pública (Código do Processo Civil, art. 333).

Parágrafo único. Se a ação fôr julgada improcedente, subsistindo o privilégio, o prazo da patente será acrescido na proporção do tempo da suspensão.

Art. 86. As ações de nulidade de patente terão o curso ordinário e qualquer delas poderá ser cumulada com a de indenização (Código do Processo Civil, art. 335).

Art. 87. As ações de nulidade de patente serão processadas e julgadas segundo o domicílio do réu, no Distrito Federal, nos Territórios Federais e nas Capitais dos Estados, pelos juizes competentes para conhecer dos feitos da Fazenda Pública, com recurso para o Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO II

Das marcas de indústria e de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia e expressões ou sinal de propaganda.

CAPÍTULO I

Das marcas de Indústria e de Comércio

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88. Será garantido o uso exclusivo de marca de indústria ou de comércio, ao industrial ou comerciante que obtiver o registro de acôrdo com o presente Código.

Parágrafo único. O Governo poderá, excepcionalmente, e por motivo de ordem pública, tornar obrigatório o registro de marca em relação a produtos determinados.

Art. 89. As marcas registradas, de acôrdo com este Código, terão garantido o seu uso exclusivo para distinguir produtos ou mercadorias, de outros idênticos ou semelhantes, de procedência diversa.

Parágrafo único. Considera-se *marca de indústria* aquela que fôr usada pelo fabricante, industrial, agricultor ou artifice, para assinalar os seus pro-

ditos e *marca de comércio*, aquela que usa o comerciante para assinalar as mercadorias do seu negócio, fabricadas ou produzidas por outrem.

Art. 90. Podem registrar marcas:

1.º os industriais ou comerciantes, para distinguir as mercadorias ou produtos do seu fabrico ou negócio;

2.º os agricultores ou criadores para assinalar os produtos de agricultura, de pecuária, e, em geral, de qualquer exploração agrícola, zootécnica, florestal ou extrativa;

3.º as cooperativas ou organismos de cooperação económica, para assinalar os respectivos produtos ou mercadorias;

4.º as empresas ou organizações profissionais para distinguir os produtos ou artigos resultantes de suas atividades;

5.º a União, os Estados e Municípios, as entidades autárquicas, e de natureza coletiva, devidamente constituídas.

6.º as entidades de caráter civil ou comercial, para uso próprio ou de seus associados.

Art. 91. As marcas destinadas a produtos nacionais não poderão conter indicações escritas em língua estrangeira, salvo quando tais palavras já forem de uso corrente no Brasil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se entende com os nomes de bebidas e outros produtos sem designação própria, em português, tais como — bitter, brandy, cognac, fernet, kirsch, rum, desde que figurem nos respectivos rótulos as indicações legais. Exclui-se, também, o nome do autor, fabricante ou inventor.

Art. 92. Toda marca destinada a assinalar produtos ou mercadorias de produção ou fabricação nacional, deve, obrigatoriamente, conter a designação — Indústria Brasileira — em caracteres nítidos e lugar visível.

SEÇÃO II

Das marcas registráveis

Art. 93. São suscetíveis de registro, como marca de indústria ou de comércio, entre outros, os nomes, palavras, denominações, conjunto de letras, al-

garismos, monogramas, emblemas, figuras, vinhetas, ornatos, desenhos, ilustrações, relevos, perfurações, transparências, estampas, recortes, rendilhados, impressões, gravuras, fotografias, sinetes, cunhos, selos, rótulos, e outros sinais distintivos de atividade industrial, comercial, agrícola ou civil.

Parágrafo único. As palavras e as denominações necessárias, usuais ou vulgares, as letras, os algarismos ou números e, bem assim, os sinais, figuras ou símbolos de uso comum, são inapropriáveis desde que tenham relação com os produtos ou artigos a distinguir, e somente poderão ser registrados como marca, quando revestirem suficiente forma distintiva.

Art. 94. As marcas podem ser aplicadas diretamente nas mercadorias ou produtos, ou nos seus recipientes, invólucros ou etiquetas.

SEÇÃO III

Das marcas não registráveis

Art. 95. Não podem ser registradas como marca de indústria ou de comércio:

1.º os braços, armas, medalhas, distintivos públicos ou oficiais, nacionais ou estrangeiros, ou respectivas designações, salvo havendo autorização expressa de autoridade competente e, bem assim, as figuras que, pelo aspecto e cores empregadas, possam ocasionar confusão com esses elementos;

2.º o emblema da Cruz Vermelha, ou as palavras — Cruz Vermelha e Cruz de Genebra;

3.º as expressões, figuras ou desenhos contrários à moral e aos bons costumes e as que envolvam ofensa individual ou atentem contra idéias, religiões e sentimentos dignos de consideração.

4.º as designações de repartições ou estabelecimentos oficiais, o nome comercial, o título de estabelecimento e a insígnia de que legitimamente não possa usar o registrante;

5.º as denominações genéricas ou sua representação gráfica, e, bem assim, as expressões empregadas comumente para designar gênero, espécie, natureza, origem, nacionalidade, procedência, destino, peso, medida, va-

lor, qualidade, salvo quando figurarem nas marcas como elementos verídicos, revestidas de suficiente forma distintiva;

6.º) a côr, formato e envoltórios das mercadorias ou produtos;

7.º) o nome ou indicação de país, região, localidade, ou estabelecimento de notório conhecimento como centro de fabricação ou extração dos produtos, esteja ou não junto a essa indicação um nome suposto ou alheio;

8.º) as medalhas de fantasia suscetíveis de confusão com as concedidas em exposições industriais ou congressos científicos;

9.º) o nome civil e patronímico, e a effigie, sem o expresso consentimento do titular, ou seus sucessores diretos;

10.º) os termos técnicos das indústrias, ciências e artes;

11.º) as letras ou algarismos, quer isoladamente, quer combinados, desde que sejam de uso necessário, em relação aos produtos e artigos assinalados ou ao seu gênero de indústria e comércio;

12.º) a reprodução ou imitação de cunhos oficiais, regularmente adotados para garantia de metais preciosos, ou armas de fogo e os padrões oficiais de toda natureza;

13.º) o nome de obra literária ou científica, os desenhos artísticos divulgados por tipografia, litografia ou outro meio, quando registrados nos termos do art. 673 do Código Civil;

14.º) a reprodução ou imitação de cheques, bilhetes, títulos, apólices, moedas e cédulas da União e dos Estados, dos Municípios ou de países estrangeiros;

15.º) as côres, exceto quando combinadas em conjunto original;

16.º) as denominações descritivas, formadas pela simples justaposição ou aglutinação de palavras necessárias ou de uso geral;

17.º) a reprodução, no todo ou em parte, de marca alheia, anteriormente registrada para distinguir os mesmos produtos ou artigos semelhantes ou pertencentes a gênero de comércio e indústria idêntico ou afins; ou a imitação dessas marcas, de modo que possa ser induzido o comprador em erro

ou confusão, considerando-se existente a possibilidade de erro ou confusão sempre que as diferenças entre as marcas não se evidenciem sem exame ou confrontação;

18.º) as marcas constituídas de elementos suscetíveis de proteção como desenho ou modelo industrial.

Art. 96. Não poderá gozar da proteção deste Código a reprodução ou imitação de marca de terceiros, não registrada, mas em uso, devidamente comprovado, desde que o respectivo utente, impugnando o registro pedido como suscetível de o prejudicar, requiera o da sua marca dentro de sessenta dias, contados da data da impugnação.

§ 1.º Ocorrendo a impugnação caberá ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial decidir, deferindo ou não o pedido, com recurso, em ambos os casos, dentro de sessenta dias.

§ 2.º Quando apresentada, em grau de recurso a impugnação, caberá ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial o julgamento, suscetível de recurso extraordinário nos termos e forma da lei, para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja decisão porá fim à instância administrativa.

§ 3.º Em qualquer caso, ficará sobreestado o andamento dos processos relativos às marcas em litígio, até que se decida sobre a impugnação, procedendo-se depois quanto ao registro das marcas, concedendo-o ou denegando-o, conforme for, afinal, julgada a impugnação.

§ 4.º Dessa decisão não caberá mais recurso administrativo, se a impugnação tiver sido julgada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em recurso extraordinário.

SEÇÃO IV

Das marcas estrangeiras

Art. 97. As marcas que forem registradas por pessoas residentes no estrangeiro, de acordo com as convenções ou tratados celebrados pelo Brasil, serão equiparadas, para todos os efeitos, às marcas nacionais.

Art. 98. As marcas estrangeiras poderão ser registradas no Brasil, desde que satisfaçam às seguintes condições:

1.º) Quando o país de origem assegurar, por tratado ou convenção, a reciprocidade do direito para o registro das marcas brasileiras;

2.º) quando tenham sido devidamente registradas no país de origem;

3.º) quando os certificados de registro sejam depositados no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. Gozarão das mesmas garantias as marcas que preencham a primeira das condições, desde que os seus titulares requeiram diretamente o respectivo registro no Brasil, provando que exploram estabelecimento industrial ou comercial no país de origem.

Art. 99. Aquêlê que tiver depositado regularmente em qualquer país da Convenção da União de Paris, para a proteção da Propriedade Industrial, pedido de registro de marca de indústria ou de comércio, gozará de prioridade, sob reserva dos direitos de terceiros, para fazer igual pedido ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, no prazo de seis meses contados da data do depósito inicial. A prioridade, em caso algum será invalidada durante esse período pelo emprego, por terceiro, de marcas de indústria ou de comércio.

§ 1.º Aquêlê que reivindicar a prioridade de depósito anterior deverá declará-lo, comprovando-a com o certificado do depósito ou registro da marca, efetuado no país de origem.

§ 2.º Fica estabelecido o prazo de três meses para o interessado apresentar esta declaração, acompanhada de comprovantes.

SEÇÃO V

Das indicações de proveniência

Art. 100. Entende-se por *indicação de proveniência* a designação de nome de cidade, localidade, região ou país, que sejam notoriamente conhecidos como o lugar de extração, produção ou fabricação das mercadorias ou produtos.

Parágrafo único. Nesse caso, o uso do nome do lugar de proveniência cabe, indistintamente, a todos os produtores ou fabricantes nele estabelecidos.

Art. 101. Ninguém tem o direito de utilizar o nome correspondente ao lugar de fabricação ou de produção para designar produto natural ou artificial, fabricado ou proveniente de lugar diverso.

Parágrafo único. Consideram-se de fantasia, e, como tais, registráveis, os nomes geográficos de lugares que não sejam notoriamente conhecidos como produtores dos artigos ou produtos a que a marca se destina.

Art. 102. Não haverá falsa indicação de proveniência:

1.º) quando o produto fôr designado pelo nome geográfico, que, tendo-se tornado comum, exprima a sua natureza ou gênero, salvo tratando-se de produtos vinícolas;

2.º) quando o nome fôr de filial, sucursal ou representante do titular de marca estrangeira, devidamente registrada no Brasil, autorizado a usá-la, devendo nesse caso o interessado indicar, nos produtos, o seu nome, sede ou domicílio do estabelecimento principal.

Art. 103. Não poderá a indicação de procedência constituir elemento característico de marca.

CAPÍTULO II

Do nome comercial

Art. 104. Considera-se nome comercial a firma ou denominação adotada pela pessoa física ou jurídica, para o exercício de atividades comerciais, industriais ou agrícolas.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome comercial, para todos os efeitos da proteção que lhe dispensa este Código, a denominação das sociedades civis, ou das fundações.

Art. 105. Para que possa ser assegurado em todo o território nacional o direito ao uso exclusivo do nome comercial, deverá o interessado promover-lhe o registro, na forma aqui estabelecida.

Art. 106. O registro da firma individual e o arquivamento ou inscrição dos contratos, atos constitutivos, estatutos, ou compromissos das sociedades comerciais, industriais e agrícolas, ou das sociedades civis e fundação, efetuados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, nas Juntas Comerciais, ou nos ofícios que lhes forem privativos, assegurarão o uso exclusivo do nome somente nos limites do domicílio do titular que houver efetuado aquele registro.

Parágrafo único. Toda firma ou denominação nova deverá se distinguir suficientemente de qualquer outra estabelecida no mesmo local.

Art. 107. Promulgado este Código, o titular do nome comercial com direito ao seu uso exclusivo, assim restrito, poderá estendê-lo a todo o território nacional, se o fizer registrar no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, conforme nele se preceitua.

Art. 108. Verificando-se identidade de nomes comerciais com registro federal e local, prevalecerá o de registro anterior, devendo aquele que o adotou posteriormente aditar-lhe a indicação de sede do estabelecimento principal ou qualquer outra designação distintiva.

Parágrafo único. Ocorrendo alteração e ultimado o registro do nome, deverá o registrante, com o certificado que lhe fornecera o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, fazer averba-lo no registro da firma, ou anexar o certificado ao ato constitutivo da sociedade, conforme for o caso, para ter efeito quanto a terceiros, ressaltando-se não somente a boa fé em relação a estes, mas também os direitos já adquiridos.

Art. 109. Podem ser registrados, para a proteção prevista neste Código:

1.º) as firmas individuais ou coletivas;

2.º) as denominações das sociedades por ações;

3.º) as firmas ou denominações das sociedades por cotas, de responsabilidade limitada;

4.º) as denominações das sociedades civis ou das fundações.

Art. 110. Quando o nome comercial contiver expressão de fantasia, o arquivamento do seu ato constitutivo, assim no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, como nas Juntas Comerciais, ou nos Ofícios que lhe forem privativos, só poderá ser efetuado se o interessado provar que essa expressão constitui marca de seu comércio ou indústria, previamente registrada ou depositada para esse efeito.

Parágrafo único. Colidindo a expressão de fantasia contida no nome comercial, depositado para registro, com outra já registrada, aplicar-se-á ao caso o disposto no art. 108 deste Código, sem a exigência do seu registro como marca, se se tratar de nome de entidade de fins bancários, financeiros ou não econômicos.

Art. 111. Não são registráveis:

1.º) O nome que, requerido por pessoa física, consistir em firma coletiva ou denominação de sociedade;

2.º) as firmas ou denominações de sociedades e associações que se prestem à confusão com outras anteriormente registradas, e, bem assim, as denominações que contiverem elemento de fantasia suscetível de confundir com marca anteriormente registrada, para produto do mesmo gênero de negócio, ou para a mesma atividade;

3.º) os nomes que contiverem expressões qualificativas, tais como "sucessores de...", "Antigo gerente...", "ex-empregado de...", ou outras semelhantes, salvo se ficar provado o direito de usá-las;

4.º) as denominações capazes de criar confusão com aquelas adotadas por serviços ou repartições públicas, ou por instituições autárquicas;

5.º) os nomes paronímicos que o requerente não possa usar legitimamente.

Art. 112. Sempre que o titular de um nome comercial com registro local tiver conhecimento de existência de nome idêntico, com registro federal, poderá, dentro de cinco anos a contar do registro federal, suscitar perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial o conflito de prioridade, para que o Departamento

verifique qual dos dois nomes é de uso anterior.

Art. 113. O registro do nome comercial, da denominação das sociedades civis, e das fundações, a que se refere este Código, não substitui, nem supre, qualquer dos registros públicos estabelecidos para dar início à existência legal das pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO III

Do título de estabelecimento e da insígnia

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. Constituem *título de estabelecimento e insígnia*, respectivamente, as denominações, os emblemas ou quaisquer outros sinais que sirvam para distinguir o estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, ou relativo a qualquer atividade lícita.

Art. 115. O registro do título ou da insígnia somente prevalecerá para o município em que estiver situado o estabelecimento, considerando-se, para esse efeito, como município o Distrito Federal.

Art. 116. Serão respeitados os direitos adquiridos na forma da legislação em vigor, decorrentes de registros feitos nas repartições ou órgãos competentes do país, bem como de sucessão, transferência, ou outro meio de aquisição de direito, desde que os interessados o façam registrar de acordo com este Código.

Art. 117. São registráveis como título de estabelecimento:

1.º) as denominações de fantasia ou específicas, com suficiente cunho distintivo;

2.º) os nomes patronímicos dos industriais, comerciantes ou agricultores, escritos por extenso ou abreviadamente, bem como os pseudônimos;

3.º) o nome que, embora não corresponda ao do proprietário do estabelecimento, por ele possa ser legitimamente usado;

4.º) as designações de imóveis destinados à exploração comercial, industrial ou agrícola, ou a qualquer atividade lícita;

5.º) o nome de antecessores usados legitimamente.

Art. 118. Quando o título de estabelecimento consistir em um nome comercial, o requerente deverá apresentar certidão ou extrato do contrato social ou dos estatutos, arquivados na repartição competente.

Art. 119. O título e a insígnia, quando registrados nos termos deste Código, só poderão ser usados nos estabelecimentos, para distingui-los, nos seus papéis de correspondência e contabilidade, nos seus veículos e anúncios.

Parágrafo único. O título e a insígnia não poderão ser empregados nas mercadorias que fazem objeto da indústria, comércio ou atividade do seu titular, se não estiverem registrados como marca.

SEÇÃO II

Do título e da insígnia não registráveis

Art. 120. Não podem ser registrados como título de estabelecimento ou como insígnia:

1.º) as expressões — “antigo armazém”, “antiga fábrica”, “sucursal”, “filial”, “depósito”, e outros equivalentes, a menos que o requerente tenha o direito de usá-las;

2.º) as menções — “antigo empregado”, “antigo chefe de oficina”, “antigo gerente”, e outras equivalentes, sem expressa licença da firma ou do estabelecimento a que se referirem;

3.º) as palavras — “sucessor”, “sucessores de...”, salvo se o interessado provar o direito de usá-las;

4.º) a declaração — “representante de...”, sem licença escrita da pessoa a que se referir;

5.º) a denominação que não se distinga suficientemente de outra já registrada como marca ou nome comercial, em favor de terceiros, para o mesmo gênero de negócio ou atividade;

6.º) a denominação que constitua imitação ou reprodução de outra anteriormente registrada como título de estabelecimento, situada no mesmo município, de propriedade de terceiro, e destinado à exploração de idêntico gênero de negócio ou atividade;

7.º) os nomes e insignias que incidirem nos mesmos impedimentos de marcas de indústrias ou de comércio.

CAPÍTULO IV

Das expressões ou sinais de propaganda

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 121. Entende-se por *expressão ou sinal de propaganda* toda legenda, anúncio, reclame, frase, combinação de palavras, desenho, gravura, originais e característicos, que se destinem a emprêgo como meio de recomendar as atividades comerciais, industriais ou agrícolas, realçar as qualidades dos produtos, e atrair a atenção dos consumidores.

§ 1.º Pode requerer o registro de expressão ou sinal de propaganda todo aquele que exerça uma atividade industrial, comercial, agrícola, cultural, recreativa, bancária, financeira, de fins de beneficência ou outros lícitos.

§ 2.º As expressões ou sinais de propaganda podem ser empregados em cartazes, taboletas, papéis avulsos, impressos em geral, ou através da radio-fônia.

Art. 122. A marca de indústria ou de comércio poderá fazer parte de uma expressão ou sinal de propaganda, quando devidamente registrada em nome do mesmo titular.

Art. 123. Qualquer modificação introduzida numa expressão ou sinal de propaganda constituirá objeto de novo registro, ficando sem efeito a proteção anterior.

Art. 124. O registro da expressão ou sinal de propaganda terá efeito em todo o território nacional.

SEÇÃO II

Das expressões ou sinais de propaganda não registráveis

Art. 125. Não podem ser registradas como expressão ou sinal de propaganda:

1.º) a palavra, combinação de palavras ou frase, exclusivamente descritivas das qualidades das mercadorias ou dos produtos;

2.º) o cartaz, taboleta, anúncio ou reclame que não apresente cunho de originalidade, ou que seja conhecido e usado publicamente em relação a outros produtos, por terceiros;

3.º) os anúncios, reclames, frases ou palavras que sejam contrários à moral, contenham ofensas ou alusões individuais, ou atentem contra idéias, religiões ou sentimentos dignos de consideração;

4.º) as que estiverem compreendidas em quaisquer das proibições concernentes ao registro de marcas;

5.º) todo cartaz, anúncio ou reclame, que inclua marca, título de estabelecimento, insignias, nome comercial ou recompensa industrial, dos quais legitimamente não possa usar o registrante;

6.º) a palavra, frase, cartaz, anúncio, reclame, ou dístico que tenham sido anteriormente registrados por terceiros, ou que sejam capazes de originar erro ou confusão.

CAPÍTULO V

Do pedido de registro de marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 126. O pretendente ao registro de marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda deverá depositar no Departamento Nacional da Propriedade Industrial o seu pedido, acompanhado de três exemplares e de um *clichê* tipográfico.

§ 1.º O pedido será feito em requerimento ao Diretor do Departamento, mencionando o nome, por extenso, do registrante; sua nacionalidade, profissão e domicílio; o nome e endereço do procurador habilitado, se houver, e a indicação da marca, nome comercial, título, insignia e expressão ou sinal de propaganda, referir-se-á a uma única marca, correspondendo a produtos ou artigos de uma só classe, ou a um só nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, devendo, nos três últimos casos, corresponder a

classe ou classes em que estiver compreendido o gênero de negócio explorado.

§ 2.º Os exemplares deverão satisfazer as seguintes condições:

a) ser escritos em português e com necessária clareza;

b) ser apresentados em três vias, em papel consistente, sem timbres ou carimbos, e com as dimensões de 22 por 33 centímetros, guardando à esquerda cinco centímetros de margem;

c) ser apresentados com os seguintes requisitos:

I — no alto do exemplar a representação do que constitui a marca, nome comercial, título, insignia, expressão ou sinal de propaganda, conforme for o caso, mediante rótulo, desenho ou gravura, colados, reproduzidas à mão, por impressão ou processo análogo;

II — nome, nacionalidade, profissão e domicílio do requerente;

III — discriminação precisa dos produtos ou artigos a que a marca se destina, precedida da indicação de classe em que se acharem compreendidos, de acordo com a classificação estabelecida neste Código, bem como declaração do gênero de negócio mencionando a classe ou classes correspondentes, quando se tratar de título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda;

IV — menção dos elementos característicos da marca, título, insignia e expressão ou sinal de propaganda, tais como a combinação de cores, dimensões, tipos de letras e outros, com a citação das restrições ou exclusões quanto ao emprego de elementos cujo uso não é ou não pode ser reivindicado pelo registrante;

V — designação dos fins terapêuticos, quando a marca se destinar a especialidade farmacêutica;

d) ser datado e assinado pelo registrante ou seu procurador.

§ 3.º O *clické* tipográfico deverá reproduzir fielmente o desenho ou gravura da marca, nome comercial, título, insignia e expressão ou sinal de propaganda, conforme for o caso, após em cada exemplar, medindo, no máximo, 5 x 4. Quando houver reivindicação de combinação de cores,

estas serão discriminadas nos respectivos exemplares.

Art. 127. Quando, no mesmo ato, o requerente do registro de marca idêntica apresentar pedido para várias classes, será exigida, excluídos os exemplares, somente a apresentação dos documentos necessários a uma classe: procuração, certificado do país de origem, e outros, devendo, porém, referir-se ao pedido em que se encontrarem tais documentos.

CAPÍTULO VI

Do depósito dos pedidos de marcas de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 128. Se os papéis estiverem devidamente selados, lavrar-se-á o termo de depósito que será assinado pelo requerente, ou seu procurador, e pelo funcionário competente, e do qual constarão a data, com a menção da hora, dia, mês e ano, da apresentação do pedido; nome do requerente e de seu procurador, se for o caso; indicação de marca, ou nome comercial, título, insignia, expressão ou sinal de propaganda. Dêse ato poderá ser, desde logo, fornecida certidão ao depositante, mediante o pagamento da taxa devida.

Art. 129. Para os efeitos de prioridade os pedidos a que se refere este capítulo poderão ser depositados em Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Estado em que o interessado tiver domicílio, bem como em Repartição estadual a que competir em virtude de lei ou convênio, as funções daquelas Delegacias.

§ 1.º Apresentado o pedido em qualquer das aludidas dependências aí será lavrado, em livro próprio, o termo de depósito assinado pelo requerente, ou seu procurador, e pelo funcionário competente, observadas nesse ato as disposições estabelecidas no art. 128.

§ 2.º Lavrado o termo de depósito, a Delegacia Regional, ou a Repartição estadual, providenciará para a remessa dos papéis ao Departamento Nacional de Propriedade Industrial, dentro

do prazo de cinco dias, contados da data daquele ato.

CAPÍTULO VII

Do exame formal do pedido de marca de industria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda e das buscas e anterioridade.

Art. 130. Lavrado o termo de depósito, será oficialmente publicado o *clche*, precedido do número e data do depósito, e seguido do nome e domicílio do requerente, da especificação das mercadorias, produtos ou gênero de negócio e da respectiva classe ou classes, e, bem assim das reivindicações ou restrições feitas.

Art. 131. A partir da data da publicação prescrita no artigo precedente, correrá o prazo de sessenta dias, dentro do qual poderão apresentar opposição aqueles que se julgarem prejudicados com o pedido de registro.

§ 1.º Aos interessados será facultada vista do pedido de registro no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 2.º Durante esse prazo, proceder-se-á ao exame formal do pedido, diligenciando-se para a sua regularização. Em seguida, será examinada a regularidade dos exemplares, a discriminação dos artigos, a classificação e o *clche*, propondo-se as alterações que forem necessárias.

§ 3.º Decorrido o prazo estabelecido, se o pedido estiver em ordem, será submetido às buscas de anterioridades, tendo-se em vista não só as oposições que lhe tenham sido apresentadas, mas ainda o que constar dos fichários, índices e mais elementos de que dispuser a repartição.

§ 4.º Concluída a respectiva instrução será o pedido submetido à decisão do Diretor do Departamento.

Art. 132. Durante o prazo de sessenta dias, contados da publicação do despacho concessivo ou denegatório do registro, será facultado recurso ao requerente ou terceiro com legítimo interesse.

* Art. 133. Esgotados os prazos de pedido de reconsideração ou de recursos, e destes não se tendo valido qualquer interessado, dar-se-a por findo o processo administrativo, sendo expedidos os atos complementares e definitivos de registro.

CAPÍTULO VIII

Da expedição do certificado de registro da marca de industria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 134. Concedido o registro da marca de industria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, será o requerente notificado oficialmente para efetuar o pagamento da taxa concernente a expedição do certificado.

Parágrafo único. O pagamento dessa taxa deverá ser efetuado dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da notificação sob pena de ser o processo arquivado.

Art. 135. Efetuado o pagamento da taxa a que alude o artigo anterior, será expedido o certificado de registro, assinado pelo Diretor do Departamento e pelo Chefe da Divisão de Marcas.

Parágrafo único. O certificado conterá a data da extinção do registro e será acompanhado de um exemplar da marca, nome comercial, título, insignia e expressão ou sinal de propaganda, a que se refira.

Art. 136. Relativamente ao ato do registro observar-se-á o seguinte:

1.º Ressalvado o disposto no artigo 96, a precedência do dia e hora da lavratura do termo de depósito estabelece a prioridade em favor do requerente;

2.º no caso de simultaneidade de apresentação do pedido, referente à marca, nome comercial, título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda, idêntico ou semelhante, será admitido aquele cujo autor, dentro de sessenta dias, provar perante o Departamento, ter usado ou possuído o objeto de registro por mais tempo;

3.º) na falta de prova, não se efetuará o registro, sem que a marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda sofram conveniente alteração;

4.º) se, no caso de simultaneidade de depósito, houver dúvida sobre o uso ou posse da marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda, o Diretor do Departamento determinará que os interessados resolvam a questão perante o juízo competente, e só procederá ao registro na conformidade dos julgados.

Art. 137. O uso da marca, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda deverá ser feito tal como se efetuou o registro, sob pena de cessar a proteção, obrigando a novo depósito qualquer alteração nos seus elementos componentes.

Parágrafo único. Do disposto neste artigo excetuam-se as modificações relativas ao nome do titular, no caso de transferência ou alteração de nome, residência, bem como outras indicações sem caráter distintivo.

CAPÍTULO IX

Da duração e prorrogação dos registros de marcas de indústria e de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 138. O registro da marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento e insígnia prevalecerá, para todos os efeitos, por dez anos, podendo ser prorrogado indefinidamente por períodos idênticos e sucessivos.

Parágrafo único. A prorrogação deverá ser requerida na vigência do último semestre do decênio de proteção legal, ou nos três meses seguintes, com o pagamento da multa prevista na tabela anexa.

Art. 139. O registro da expressão ou sinal de propaganda prevalecerá por três anos, contados da data da expedição do certificado, podendo ser prorrogado indefinidamente por períodos idênticos e sucessivos.

Parágrafo único. A prorrogação deverá ser requerida na vigência do último semestre do triênio de proteção legal, ou nos três meses seguintes, com o pagamento da multa prevista na tabela anexa.

Art. 140. O pedido de prorrogação do registro, quando requerido dentro dos prazos fixados nos artigos anteriores, não comportará oposições nem recursos, devendo ser expedido desde logo o respectivo certificado, pagas as taxas legais.

Art. 141. Não será prorrogado o registro, quando for introduzida qualquer modificação nos elementos característicos da marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia ou expressão ou sinal de propaganda.

Parágrafo único. Em tais condições, a proteção poderá ser pleiteada como registro novo.

Art. 142. O processo de prorrogação de registro obedecerá às formalidades, prazos e taxas que este Código estabelece.

CAPÍTULO X

Da alienação e transferência dos direitos do registro da marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 143. A propriedade de marca, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda pode ser alienada por ato *inter-vivos*, ou transferida em virtude de sucessão legítima ou testamentária, desde que o seja simultaneamente com o respectivo gênero de indústria ou de comércio.

Art. 144. A anotação da alienação ou transferência do registro deve ser requerida ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante a apresentação do respectivo certificado e dos instrumentos originais de alienação ou transferência, em forma legal, ou das suas certidões.

§ 1.º A transferência ou alienação só produzirá efeito depois de anotada no Departamento.

§ 2.º A anotação será registrada em livro próprio e fornecida no certificado.

§ 3.º Os instrumentos de alienação ou transferência apresentados ficarão arquivados no Departamento. A requerimento dos interessados serão fornecidas certidões em cópia fotostática, não devendo porém ser restituído nenhum deles.

Art. 145. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, à vista de documentos em forma legal, ou de certidões, qualquer alteração quanto ao nome do proprietário da marca, título, insígnia ou expressão ou sinal de propaganda. Dêse ato dar-se-á certidão ao interessado, ficando arquivados os documentos.

Parágrafo único. Serão, igualmente, anotados os atos que se referirem a suspensão, limitação ou extinção dos registros de marca, nome comercial, título, insígnia e expressão ou sinal de propaganda, por despacho do Diretor do Departamento, quando os interessados o requeriram juntando documentos hábeis, com recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 146. Quando o cedente fôr titular de mais de um registro de marcas idênticas para o mesmo ou semelhante artigo, deverá ser requerida a anotação de transferência em todos esses registros, salvo desistência da proteção por parte do interessado.

Art. 147. Os titulares de marcas registradas no Brasil poderão autorizar o seu uso por terceiros, devidamente estabelecidos, mediante contrato de exploração.

§ 1.º O contrato só produzirá efeito depois de averbado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, onde ficarão arquivados os documentos.

§ 2.º O concessionário da licença, sem alterar as características da marca, deverá incluir no respectivo *cliche*, para fins de publicação, o seu nome, como fabricante autorizado do produto.

Art. 148. A anotação de transferência ou alienação do registro de marcas, títulos, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, ou de alteração do nome do respectivo titular, ou ainda

da averbação do contrato de exploração, será efetuado logo após a publicação do despacho, mediante o pagamento das taxas, e não comportará oposições nem recursos.

Art. 149. Qualquer pessoa, com legítimo interesse, poderá requerer ao Diretor de Departamento Nacional da Propriedade Industrial o cancelamento da anotação de alienação, transferência, alteração de nome ou da averbação do contrato de exploração, desde que prove a falsidade ou ineficácia dos documentos apresentados.

Parágrafo único. O cancelamento das anotações previstas neste artigo não isenta os responsáveis pela falsidade das ações criminais ou civis que no caso couberem.

Art. 150. Da decisão do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que denegar a anotação de transferência, ou alienação do registro, caberá ao requerente recurso dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Igual recurso caberá a qualquer interessado do despacho que conceder ou denegar o cancelamento da anotação.

CAPÍTULO XI

Da extinção e da caducidade dos registros de marcas de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda.

Art. 151. O registro de marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda se extingue:

1.º terminado o prazo de vigência, deixando o titular de requerer a prorrogação na forma estabelecida neste Código;

2.º Se o titular, seus sucessores ou representantes legais, o renunciarem, expressamente, mediante documento hábil.

Parágrafo único. Em se tratando de nome comercial, ou seu registro também se extinguirá com a cessação das respectivas atividades por parte do seu titular não podendo, porém, ser

objeto de novo registro, por terceiro, senão decorrido um ano de extinção.

Art. 152. Caducará o registro de marcas de indústria ou de comércio, título, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, se qualquer pessoa, com legítimo interesse, provar perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial que o respectivo proprietário, ou seu representante legal, sem motivo de força maior, deixou de fazer uso dos mesmos durante dois anos consecutivos, tanto no primeiro decênio de proteção, como no das sucessivas prorrogações.

Art. 153. Apresentado o pedido de caducidade, será notificado oficialmente o titular do registro, marcando-se-lhe, o prazo improrrogável de sessenta dias para dizer o que fôr do seu interesse.

Art. 154. Não impedirá a declaração de caducidade o uso da marca, nome comercial, título, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, com infração do disposto no art. 137.

Art. 155. A caducidade do registro será declarada por despacho do Diretor do Departamento Nacional de Propriedade Industrial devidamente publicado.

Parágrafo único. Do despacho que conceder ou denegar a caducidade, caberá recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

CAPÍTULO XII

Da nulidade do registro de marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda.

Art. 156. Serão nulos os registros de marcas de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, que forem efetuados contra as determinações deste Código.

§ 1.º As ações de nulidade de quaisquer desses registros só poderão ser propostas dentro do prazo de cinco anos, contados da data da expedição do registro inicial.

§ 2.º São competentes para promover a nulidade, além do órgão do mi-

nistério público nos casos do art. 95, ns. 1.º, 2.º e 3.º, e do art. 120, n.º 7.º, aqueles a quem a lei atribui o direito de recurso administrativo.

Art. 157. As ações de nulidade de registro serão processadas e julgadas segundo o domicílio do réu, no Distrito Federal, nos territórios Federais e nas capitais dos Estados, pelos juizes competentes para conhecer dos feitos da Fazenda Pública, com recurso para o Supremo Tribunal Federal, e terão curso ordinário, podendo qualquer delas ser cumulada com a de indenização.

TÍTULO III

Das recompensas industriais

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 158. Todo aquele que, por exercício de atividade lucrativa, houver obtido diploma, medalha ou prêmio como demonstração de mérito, louvor qualidade ou preferência pelos seus produtos, tem o direito de inscrever tais recompensas em registro especial denominado "Registro das Recompensas Industriais", do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, nos termos e condições estabelecidas neste capítulo.

Art. 159. São registráveis como recompensas industriais:

1.º as medalhas, diplomas e prêmios conferidos em exposições, feiras ou congressos, oficiais ou reconhecidos oficialmente;

2.º os diplomas ou atestados de louvor, conferidos pelas repartições da União, Estados e Municípios, ou por entidades autárquicas, associações de classe ou corporações devidamente reconhecidas, bem como os resultados de análises ou de exames realizados em laboratórios oficiais ou reconhecidos oficialmente;

3.º as condecorações de mérito concedidas pelo Governo brasileiro ou pelos Governos estrangeiros;

4.º os títulos de fornecedor do Chefe de Estado ou de entidades e estabelecimentos oficiais, nacionais ou estrangeiros;

5.º) quaisquer recompensas de caráter oficial, desde que tenham a finalidade prevista no art. 158.

Art. 160. O registro das recompensas industriais tem efeito em todo o território nacional e garante a autenticidade dos respectivos títulos ou diplomas, conferido ao registrante o direito de propriedade e uso exclusivo por tempo indefinido.

Art. 161. Quando na marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, figurarem uma ou mais recompensas industriais, deverão estas ser previamente registradas, na conformidade deste Código.

Art. 162. As recompensas industriais somente podem ser aplicadas às mercadorias ou produtos que as justificarem.

CAPÍTULO II

Do pedido e do registro das recompensas

Art. 163. Para obter o registro de que trata o art. 158, deverá o registrante apresentar requerimento ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, acompanhado dos originais do título ou diploma das recompensas, bem como da respectiva pública forma ou fotografia.

Parágrafo único. Achando-se em ordem os documentos apresentados, o Diretor do Departamento concederá o registro.

Art. 164. Do despacho que conceder ou denegar o registro, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 165. Concedido o registro, será o registrante oficialmente notificado para efetuar o pagamento da taxa de expedição do certificado, dentro do prazo de sessenta dias, sob pena de ser arquivado o processo.

Parágrafo único. Os originais dos títulos ou dos diplomas apresentados somente serão restituídos findo o processo.

Art. 166. O registro das recompensas industriais far-se-á em livro especial.

CAPÍTULO III

Da alienação e transferência dos registros das recompensas industriais

Art. 167. Os direitos decorrentes do registro das recompensas industriais, excetuados os conferidos em caráter individual, só são alienáveis e transferíveis com o gênero de indústria ou comércio, que as justificar.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, serão adotadas as mesmas formalidades prescritas para a alienação ou transferência de marcas de indústria e de comércio.

Art. 168. A alienação ou transferência do registro das recompensas industriais só produzirá efeito depois de anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

TÍTULO IV

Dos crimes em matéria de Propriedade Industrial

CAPÍTULO I

Dos crimes contra os privilégios de invenção, os modelos de utilidade e os desenhos ou modelos industriais.

Art. 169. Violar direitos de privilégio de invenção:

I. fabricando, sem autorização do concessionário ou cessionário, o produto que é objeto de privilégio de invenção;

II. usando meio ou processo que é objeto de privilégio de invenção, sem autorização do concessionário ou cessionário;

III. importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para o fim de ser vendido, produto fabricado com violação de privilégio de invenção.

Pena — detenção de seis meses a um ano e multa de mil a quinze mil cruzeiros.

Art. 170. Violar direito assegurado por patente de modelo de utilidade:

I. fabricando, sem autorização do concessionário ou cessionário, modelo de utilidade que é objeto de patente;

II. importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para fim de ser vendido, modelo de utilidade fabricado com violação de patente.

Pena — detenção de um a seis meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 171. Violar direito assegurado por patente de desenho ou modelo industrial:

I. reproduzindo, sem autorização do concessionário ou cessionário, desenho ou modelo industrial que é objeto de patente;

II. explorando, sem autorização do concessionário ou cessionário, desenho ou modelo industrial de privilégio alheio;

III. importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para o fim de ser vendido, objeto que é imitação ou cópia de desenho ou modelo industrial privilegiado.

Pena — detenção de um a seis meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 172. As penas dos artigos antecedentes serão aumentadas de um terço:

I. se o agente foi mandatário preposto ou empregado do concessionário, ou do cessionário do privilégio;

II. se o agente entrou em conluio com representante, mandatário, preposto ou empregado do concessionário ou do cessionário, para conhecer o objeto do privilégio, ou o modo do seu emprego ou fabricação.

Art. 173. Exercer, como privilegiada, indústria que não o seja, ou depois de anulado, suspenso ou caduco o privilégio:

Pena — detenção de um a seis meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o titular do privilégio que em prospectos, letreiro, anúncio ou outro meio de publicidade faz menção do privilégio, sem especificar-lhe o objeto.

Art. 174. Usar em modelo de utilidade ou em desenho ou modelo industrial, expressão que o dê, falsamente, como depositado ou patenteado, ou mencioná-lo, em anúncio ou papel

comercial, como depositado ou patenteado, sem o ser:

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa de quinhentos e mil cruzeiros.

CAPÍTULO II

Dos crimes contra as marcas de indústria e de comércio

Art. 175. Violar direito de marca de indústria ou de comércio:

I. reproduzindo, indevidamente, no todo ou em parte, marca de outrem registrada, ou imitando-a, de modo que possa induzir em erro ou confusão.

II. usando marca reproduzida ou imitada nos termos do n.º I;

III. usando marca legítima de outrem em produto ou artigo que não é de sua fabricação;

IV. vendendo, expondo à venda ou tendo em depósito:

a) artigo ou produto revestido de marca abusivamente imitada ou reproduzida no todo ou em parte;

b) artigo ou produto que tem marca de outrem e não é de fabricação deste.

Pena — detenção de três meses a um ano, e multa de um a quinze mil cruzeiros.

CAPÍTULO III

Dos crimes contra o nome comercial, o título de estabelecimento e a insígnia.

Art. 176. Violar direito relativo ao nome comercial, ao título de estabelecimento e à insígnia:

I. usando indevidamente o nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.

II. vendendo, expondo à venda ou tendo em depósito artigo ou produto revestido de nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.

Pena — detenção de três meses a um ano, ou multa de mil a dez mil cruzeiros.

CAPÍTULO IV

Dos crimes contra a expressão ou sinal de propaganda

Art. 177. Violar direito assegurado pelo registro de expressão ou sinal de propaganda:

I. usando expressão ou sinal de propaganda alheios, devidamente registrados;

II. imitando expressão ou sinal de propaganda alheios, devidamente registrados, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa, de mil a dez mil cruzeiros.

CAPÍTULO V

Dos crimes de concorrência desleal

Art. 178. Comete crime de concorrência desleal quem:

I. publica pela imprensa, ou por outro modo, falsa afirmação, em detrimento do concorrente, com o fim de obter vantagem indevida;

II. presta ou divulga, com intuito de lucro, acerca de concorrente, falsa informação capaz de causar-lhe prejuízo;

III. emprega meio fraudulento para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV. produz, importa, exporta, armazena, vende ou expõe à venda mercadoria com falsa indicação de procedência;

V. usa em artigo ou produto, em recipiente ou invólucro, em cinta, rótulo, fatura, circular, cartaz ou em outro meio de divulgação ou propaganda, termos retificativos, tais como "tipo", "espécie", "gênero", "sistema", "semelhante", "sucedâneo", "idêntico", ou equivalente, não ressaltando a verdadeira procedência do artigo ou produto;

VI. substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em mercadoria de outro produtor, o nome ou razão social deste, sem o seu consentimento;

VII. se atribui, como meio de propaganda de indústria, comércio ou officio, recompensa ou distinção que não obteve;

VIII. vende ou expõe à venda, em recipiente ou invólucro de outro produtor, mercadoria adulterada ou falsificada, ou dele se utiliza para negociar com mercadoria da mesma espécie, embora não adulterada ou falsificada,

se o fato não constituir crime mais grave;

IX. dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que, faltando ao dever do emprego, lhe proporcione vantagem indevida;

X. recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever do empregado, proporcionar à concorrente do empregador vantagem indevida;

XI. divulga ou explora, sem autorização, quando a serviço de outrem, segredo de fábrica, que lhe foi confiado ou de que teve conhecimento em razão do serviço;

XII. divulga ou se utiliza, sem autorização, de segredo de negócio, que lhe foi confiado ou de que teve conhecimento em razão do serviço, mesmo depois de havê-lo deixado.

Pena — detenção de três meses a um ano, ou multa de mil a dez mil cruzeiros.

Parágrafo único. Fica ressaltado ao prejudicado o direito de haver perdas e danos em ressarcimento de prejuízos causados por outros atos de concorrência desleal não previstos neste artigo, tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais ou industriais ou entre os produtos e artigos postos no comércio.

CAPÍTULO VI

Dos crimes cometidos por meio de Marcas de Indústria e de Comércio, Nome Comercial, Título de Estabelecimento, Insignia, Expressão ou Sinais de Propaganda.

Art. 179. Reproduzir, sem a necessária autorização, ou imitar, de modo que possa criar confusão, em marcas de indústrias e de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda, armas, brasões ou distintivos públicos, nacionais ou estrangeiros;

Pena — detenção de um a seis meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem usa marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda nos termos deste artigo, ou vende ou expõe à venda produto ou artigo com eles assinalados.

Art. 180. Usar marcas, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, que indique procedência que não a verdadeira, ou vender ou expor à venda produto ou artigo com eles assinalados.

Pena — detenção, de um a seis meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

CAPÍTULO VII

Da Ação Penal e das Diligências Preliminares.

Art. 181. Nos crimes previstos nos capítulos I a V, excetuados os dos artigos 173 e seu parágrafo único; 179 e seu parágrafo único; e 187 somente se procede mediante queixa.

Nos crimes de concorrência desleal, somente se procede mediante queixa, salvo nos casos dos números IX a XII, do art. 178, em que cabe ação pública mediante representação.

Art. 182. A ação penal e as diligências preliminares de busca e apreensão, nos crimes contra a propriedade industrial, regulam-se pelo disposto no Código de Processo Penal, com as modificações constantes dos artigos seguintes:

Art. 183. A infração de privilégio que tenha por objeto a invenção de novos meios ou processos ou aplicação nova de meios por processos conhecidos será verificada por meio de vistoria, podendo o juiz ordenar a apreensão dos objetos ou produtos obtidos pelo contrafator, com o emprêgo do meio ou processo privilegiado.

Art. 184. Além das diligências preliminares de busca e apreensão, o interessado poderá requerer:

a) apreensão e destruição de marca falsificada ou imitada no local onde fôr preparada ou onde quer que seja encontrada, antes de utilizada para fins criminosos;

b) destruição da marca falsificada ou imitada nos volumes, produtos ou artigos que a contiverem, antes de serem despachadas nas repartições fiscais, ainda que fiquem inutilizados os envoltórios ou os próprios produtos ou artigos.

Art. 185. Serão apreendidas *ex-officio*, pelas alfândegas, no ato da conferência das mercadorias, os produtos ou artigos revestidos de marcas falsificadas ou imitadas ou que contenham falsa indicação de procedência.

Art. 186. Tratando-se de estabelecimentos industriais ou comerciais, legalmente organizados e que estejam funcionando publicamente, as diligências preliminares se limitarão à vistoria e à apreensão dos produtos, artigos ou objetos, quando ordenadas pelo juiz, não podendo ser paralizada a sua atividade.

Art. 187. Responderá por perdas e danos a parte que requerer e realizar diligência de busca e apreensão, agindo de má fé, ou por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro, ou que se exceder na execução dessas medidas.

Art. 188. Poderá constituir matéria de defesa na ação criminal a alegação de nulidade da patente ou registro em que a ação se fundar. A absolvição do réu, entretanto, não importará na nulidade da patente ou do registro, que só poderá ser demandada pela ação competente.

Art. 189. Independentemente da ação criminal, o prejudicado poderá intentar ação para proibir ao infrator a prática do ato incriminado, com a cominação de pena pecuniária para o caso de transgressão do preceito.

Parágrafo único. Esta ação poderá ser cumulada com a de perdas e danos pelos prejuízos anteriormente sofridos em virtude da infração.

TÍTULO V

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Da Publicação dos Despachos e dos Prazos:

Art. 190. Os atos, despachos e decisões proferidos nos processos de marcas e patentes em curso no Departamento Nacional da Propriedade Industrial só produzirão efeito depois de publicados no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 191. Todos os prazos quer de oposição e recursos, quer de exigências, notificações ou quaisquer outros consignados neste Código, contam-se a partir da data da publicação de que trata o artigo anterior.

Art. 192. Quando não estiver previsto prazo para o cumprimento de exigência ou pagamento de taxa fica estabelecido o de sessenta dias, sob pena de serem os processos arquivados.

Art. 193. Versando a exigência sobre falta, deficiência ou revalidação de sêlo, ou taxa fiscal a pagar, deverá ser atendida no prazo improrrogável de sessenta dias, contados da data da notificação.

Parágrafo único. Findo êsse prazo e não pagando o infrator, o terceiro interessado no andamento do processo, será êste arquivado, providenciando o Departamento para a cobrança executiva, como fôr de lei.

Art. 194. O Departamento Nacional da Propriedade Industrial, além da publicação feita no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, notificará aos interessados sempre que possível, também por via postal.

CAPÍTULO II

Dos Recursos e das Oposições

Art. 195. Os recursos interpostos de decisões definitivas de primeira instância e previstos neste Código, são interpostos para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

Art. 196. Não serão admitidos, sendo desde logo arquivados, os recursos e oposições:

a) quando apresentados fora dos prazos legais;

b) desacompanhados de fundamentação;

c) sem o pagamento das taxas e sêlos devidos;

d) desacompanhados de prova de mandato, quando subscritos por advogado ou agente de Propriedade Industrial, que já não tenha junto essa prova ao respectivo processo, ou feita a inscrição na forma do artigo 213.

Parágrafo único. O recurso extraordinário, a que se refere o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 2.630, de 7 de outubro de 1940, não será admitido quando a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial confirmar, por unanimidade, os despachos de primeira instância. Nesse caso, deverão ser expedidos, desde logo, os atos definitivos.

Art. 197. As exigências feitas ao recorrente ou oponente, deverão ser atendidas dentro do prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de serem os recursos ou as oposições considerados abandonados, dando-se seguimento aos processos.

Art. 198. Devem ser desentranhados dos processos e restituídos aos seus signatários, as petições, recursos ou quaisquer outros documentos contendo expressões desrespeitosas à administração ou injuriosas aos funcionários.

CAPÍTULO III

Da Reconsideração de Despachos

Art. 199. O Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, fundamentando o seu ato, poderá reconsiderar *ex-officio*, os seus despachos, quando êstes resultarem de informação omissa ou incompleta, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação oficial dos mesmos despachos.

Art. 200. O diretor, diante das provas ou razões aduzidas também

poderá, em lugar de encaminhar o recurso à segunda instância, reconsiderar o seu despacho, ficando, porém, ressalvado a quem provar legítimo interesse, o direito de novo recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

CAPÍTULO IV

Da Restauração dos Processos de Marcas e Privilégios e das Patentes de Invenção:

Art. 201. O depositante de pedido de patente de invenção, de modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial, cujo processo tenha sido arquivado, ou incidido em arquivamento, poderá requerer o prosseguimento do mesmo dentro do prazo de cento e oitenta dias contados da data do despacho ordenatório do preenchimento de exigências regulamentares ou do pagamento de taxas.

Art. 202. O pedido de desarquivamento deverá ser dirigido ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, fundado em justa causa, e mediante o pagamento da taxa especial de cem cruzeiros, em selo adesivo, aposto à respectiva petição.

Art. 203. Do despacho que admitir ou não o desarquivamento do processo, caberá recurso por quem prove legítimo interesse, dentro do prazo de trinta dias.

Art. 204. Os processos relativos às marcas de Indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia, sinal de propaganda, recompensas industriais, poderão ser restaurados, somente para efeito de expedição de certificado de registro.

Parágrafo único. Para valer-se, qualquer interessado, dessa faculdade, deverá apresentar pedido ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, antes de findo o prazo de cento e oitenta dias, a contar do despacho concessivo do registro, mediante o pagamento da taxa especial de cem cruzeiros, em selo adesivo, aposto à petição.

Art. 205. Do despacho concessivo do registro, em virtude de restauração do processo, caberá recurso por

quem prove legítimo interesse, dentro de sessenta dias.

Art. 206. Será igualmente concedida a restauração das patentes de invenção e modelos de utilidade, excetuados os casos de caducidade ou cancelamento anteriormente declarados, quando o atraso não exceder de três anuidades, fazendo-se o pagamento destas da multa prevista na tabela anexa.

Parágrafo único. Tratando-se de patente de desenho ou modelo industrial, a restauração só será admissível, quando o atraso corresponder a uma contribuição trienal.

Art. 207. De despacho que conceder ou denegar o pagamento de anuidades ou contribuição trienal, caberá recurso por quem tenha legítimo interesse, dentro do prazo de trinta dias.

CAPÍTULO V

Das Certidões e Cópias Fotostáticas

Art. 208. O interessado que antes de requerer o registro de qualquer marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título, insignia ou sinal de propaganda, quiser conhecer a existência de anterioridades impeditivas, poderá solicitar, por escrito, ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, certidão, indicando a classe de produtos ou artigos e o ramo de atividade explorado, mediante o pagamento da taxa especial de vinte cruzeiros, em selo aposto ao requerimento.

§ 1.º. Quando o pedido de certidão referir-se a mais de uma classe, pagará o interessado, além da taxa prevista neste artigo, mais a de cinco cruzeiros, por classe que exceder.

§ 2.º. As certidões do resultado das pesquisas serão fornecidas sem nenhuma responsabilidade para efeito de registro.

§ 3.º. Essas certidões, salvo motivos justificados, deverão ser entregues aos interessados dentro de cinco dias, no máximo, contados da data da entrada da petição.

Art. 209. As cópias fotostáticas de documentos, fornecidas pelo Departamento,

mento, serão devidamente autenticadas e merecerão fé pública.

§ 1.º. Cobrar-se-á por cópia fotostática, o selo fixo de cinco cruzeiros, após ao requerimento, além das taxas de certidão relativas à rasa e fô-lhas.

§ 2.º. Quando forem várias as cópias fotostáticas relativas ao mesmo pedido, o selo será aplicado no último exemplar, autenticando-se as demais com a assinatura do servidor competente.

CAPÍTULO VI

Da Classificação das Marcas e Patentes

Art. 210. Para regularidade do exame prévio e arquivamento de processos de privilégio de invenção, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e garantia de prioridade, será adotada a classificação estabelecida no Quadro I, anexo a este Código.

Art. 211. A concessão de registro de marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, expressões ou insignias, sinais de propaganda, obedecerá à classificação prevista no Quadro II anexo a este Código.

CAPÍTULO VII

Das taxas, anuidades e selos

Art. 212. O pagamento de taxas, anuidades, contribuições trienais, multas ou quaisquer outras previstas neste Código, será efetuado na conformidade da tabela anexa.

CAPÍTULO VIII

Da inscrição de procuração

Art. 213. Os advogados e o agentes de Propriedade Industrial legalmente habilitados poderão requerer a inscrição, em livro especial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, de instrumentos de mandato, ficando assim dispensados da apresentação da procuração em cada caso, desde que mencionem nos processos o número dessa inscrição.

§ 1.º Cada inscrição ficará sujeita à taxa especial de vinte cruzeiros, paga

em selo após ao respectivo requerimento.

§ 2.º Para o efeito do arquivamento facultado neste artigo, as procurações procedentes do estrangeiro independem de registros especiais.

Art. 214. A pessoa domiciliada no estrangeiro, para depositar marca ou patente, deverá desde logo constituir procurador hábil, domiciliado no país, que a represente em todas as relações com a administração pública, bem como em quaisquer processos judiciais ou não.

Parágrafo único. O mandato, que deverá conter poderes para receber primeiras citações, será registrado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, na forma do disposto no artigo precedente.

CAPÍTULO IX

Da delegação de poderes

Art. 215. O Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, por conveniência de serviço, poderá delegar atribuições ao chefes de Divisão, sem prejuízo dos recursos estabelecidos no presente Código.

CAPÍTULO X

Disposições finais

Art. 216. As marcas de indústria ou de comércio, nomes comerciais, títulos de estabelecimento e insignias, registrados até entrar em vigor o presente Código, gozarão dos prazos de proteção estabelecidos pela legislação anterior.

Parágrafo único. Findo esse prazo, obedecerão os pedidos de prorrogação aos dispositivos constantes do presente Código, no que se refere a prazos de proteção e formalidades processuais.

Art. 217. Aplicam-se às marcas internacionais, enquanto estiverem em vigor no Brasil, os mesmos direitos estabelecidos neste Código para as marcas estrangeiras, no que se referir a transferência, alteração de nome, cancelamento, desistência, caducidade e prorrogação.

Art. 218. Toda pessoa física ou jurídica poderá, administrativa ou judi-

cialmente, alegar e pedir em seu favor a aplicação, em igualdade de condições, de qualquer dispositivo de tratados ou convenções internacionais que, pertinentes ao caso, estabeleçam ou reconheçam situação vantajosa para as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior.

Art. 219. A proteção das variedades novas de plantas, prevista no art. 3.º, alínea a, deste Código, dependerá de regulamentação especial.

Art. 220. A delegação de poderes mencionada no art. 215 deste Código dependerá, também, de regulamentação especial.

Art. 221. O presente Código entrará em vigor 90 dias depois da data da sua publicação, aplicando-se aos atos em curso e, como norma interpretativa, aos litígios ainda pendentes de decisão administrativa ou judiciária, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

QUADRO I

Classificação das invenções industriais a que se refere o artigo 210 do Código da Propriedade Industrial:

Grupo I — Agricultura e indústria animal. Alimentação.

Grupo II — Captação e transformação de energia.

Grupo III — Máquinas e motores.

Grupo IV — Indústria extrativa e metalúrgica.

Grupo V — Transporte. Viaturas. Estradas.

Grupo VI — Instrumentos científicos e de medidas. Aparelhos calculadores.

Grupo VII — Eletricidade e indústrias elétricas.

Grupo VIII — Tecnologia inorgânica.

Grupo IX — Tecnologia orgânica.

Grupo X — Aparelhagens usadas nas indústrias.

Grupo XI — Indústrias têxteis e vestuário.

Grupo XII — Artes industriais. Economia doméstica.

Grupo XIII — Construções. Engenharia Civil. Saneamento.

Grupo XIV — Iluminação. Aquecimento. Frio Industrial.

Grupo XV — Medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia.

Grupo XVI — Arte militar, naval e aeronáutica.

Grupo XVII — Indústrias diversas.

QUADRO II

Classificação das mercadorias ou produtos para o registro das marcas de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, insignias, expressões ou sinais de propaganda, a que se refere o artigo 211 do Código da Propriedade Industrial:

Classe I — Substâncias e preparações químicas usadas nas indústrias, na fotografia e nas análises químicas. Substâncias e preparações químicas anti-corrosivas e anti-oxidantes.

Classe 2 — Substâncias e preparações químicas usadas na agricultura, na horticultura, na veterinária e para fins sanitários.

Classe 3 — Substâncias químicas, produtos e preparados para serem usados na medicina ou na farmácia.

Classe 4 — Substâncias de origem animal, vegetal ou mineral, em oruto ou parcialmente preparadas e não incluídas em outras classes.

Classe 5 — Metais não trabalhados ou parcialmente trabalhados, usados nas indústrias.

Classe 6 — Máquinas e suas partes integrantes não incluídas nas classes 7, 10 e 17.

Classe 7 — Máquinas de agricultura e horticultura e suas partes integrantes. Grandes instrumentos agrícolas, inclusive tratores.

Classe 8 — Instrumentos de precisão, instrumentos científicos, aparelhos de uso comum; instrumentos e aparelhos didáticos; moldes de toda a espécie; acessórios de aparelhos elétricos (inclusive válvulas, lâmpadas,

tomadas, fios, soquetes, etc.); aparelhos fotograficos, radiofonicos, cinematograficos, maquinas falantes, etc., discos gravados e filmes revelados.

Classe 9 — Instrumentos musicais e suas partes integrantes, exceto maquinas falantes.

Classe 10 — Instrumentos, maquinas, aparelhos e petrechos para a medicina, a arte dentaria, a cirurgia e a hygiene, exceto os incluidos na classe 34; maquinas, aparelhos e instalações hospitalares, de expurgo e fins analogos, exceto moveis da classe 40.

Classe 11 — Ferramentas de toda especie, (exceto quando partes de maquinas), ferragens e cutelaria em geral. Pequenos artigos de qualquer metal quando não de outras classes.

Classe 12 — Botões, alfinetes comuns, fechos corrediços e demais miudezas de armarinho não incluidas nas classes 12, 22, 24 e 48.

Classe 13 — Joalheria e artigos de metais preciosos, semi-preciosos e suas imitações, usados como adornos e não incluidas em outras classes; pedras preciosas trabalhadas e suas imitações.

Classe 14 — Vidro, cristal e seus artefatos não incluidos em outras classes.

Classe 15 — Artefatos de cerâmica (porcelana, faiança, louça vidrada e outros), para uso caseiro, adorno, fins artisticos e industriais, instalações sanitarias não incluidos em outras classes.

Classe 16 — Material exclusivamente para construção e adorno de predios, estradas, etc., como cimento, azulejos, ladrilhos, telhas, portas, janelas, etc., não incluidos em outras classes. Papel para forrar casa.

Classe 17 — Artigos, maquinas e instalações para escritórios e desenho, não incluidos nas classes 38 e 40.

Classe 18 — Armas, munições de guerra e caça. Explosivos. Fogos de artifício.

Classe 19 — Animais vivos inclusive aves, ovos em geral, inclusive do bicho da seda.

Classe 20 — Petrechos navais e aeronauticos (salva-vidas, ancoras, cinto de natação, boias, paraquedas, etc.)

Classe 21 — Veiculos e suas partes integrantes, exceto maquinas e motores.

Classe 22 — Fios em geral para tecelagem e para uso comum. Linhas de costura, para bordar, para tricotagem, etc., (exceto barbante).

Classe 23 — Tecidos em geral.

Classe 24 — Artefatos de algodão, cânhamo, linho, juta, seda, lã e outras fibras, não incluidos nas demais classes.

Classe 25 — Imagens, gravuras, estatuas, estatuetas, estampas, manequins e analogos. Quaisquer obras de pintura e escultura não incluidas em outras classes.

Classe 26 — Artefatos de madeira, osso ou marfim, não incluidos em outras classes.

Classe 27 — Artefatos de palha ou fibra, não incluidas em outras classes.

Classe 28 — Artefatos e produtos acabados de origem animal, vegetal ou mineral, não incluidos em outras classes; artefatos de substâncias quimicas não incluidos em outras classes.

Classe 29 — Escovas comuns (não incluidas nas classes 6, 11, 17 e 48), espanadores e vassouras.

Classe 30 — Guarda-Chuvas, bengalas e suas partes integrantes.

Classe 31 — Tendas, lonas, correias de transmissão de toda especie, cordoalha e barbante. Material de vedação e mangueira.

Classe 32 — Jornais, revistas, e publicações em geral. Alburns. Programas radiofonicos. Peças teatrais e cinematograficas.

Classe 33 — Titulos de estabelecimento de atividades não comerciais (escolas, clubes, teatros, etc.) e outras que não se incluem nas demais classes (lavanderias, garages, etc.).

Classe 34 — Tapetes, cortinas e pânos para assoalhos e paredes. Linoleos, oleados e encerados, inclusive para instalações hospitalares.

Classe 35 — Couros e peles preparados ou não. Artefatos de couros e peles não incluídos em outras classes.

Classe 36 — Artigos de vestuário, de toda sorte, inclusive de esporte, e para crianças (fraldas, cueiros, etc.).

Classe 37 — Roupas de cama e mesa, inclusive cobertores. Toalhas de uso pessoal, panos de prato e análogos.

Classe 38 — Papel e seus artefatos, livros não impressos, etc., não incluídos nas classes 16, 44 e 49.

Classe 39 — Artefatos de borracha e de guta percha, não incluídos em outras classes.

Classe 40 — Móveis de metal, vidro ou madeira, estofados ou não. Colchões, travesseiros e acolchoados para móveis.

Classe 41 — Substâncias alimentícias e seus preparados. Ingredientes de alimentos. Essências alimentícias.

Classe 42 — Bebidas alcoólicas e fermentadas, não incluídas na classe 3.

Classe 43 — Refrescos e águas naturais e artificiais, usadas como bebidas, não incluídas na classe 3.

Classe 44 — Tabaco manufaturado ou não. Artigos para fumantes, exceto papel (classe 38).

Classe 45 — Sementes e mudas para a agricultura, a horticultura e a floricultura. Flores naturais.

Classe 46 — Velas, fósforos, sabão comum e detergentes. Amido, anil e preparações para a lavanderia. Artigos e preparações para conservar e polir.

Classe 47 — Combustíveis, lubrificantes e substâncias e produtos destinados à iluminação e ao aquecimento.

Classe 48 — Perfumaria, cosméticos, dentífricos, sabonetes e preparados para o cabelo. Artigos de toucador e escovas para os dentes, unhas, cabelo e roupa.

Classe 49 — Jogos de toda a espécie. Brinquedos e passatempos; petrechos e artigos para fins exclusivamente desportivos, exceto vestuários.

Classe 50 — Artigos não incluídos em quaisquer das classes anteriores.

Tabela discriminativa das taxas, anuidades, e contribuições concernentes aos atos de propriedade industrial, e a que se refere o art. 212, deste Código.

TABELA I

Patentes de invenção

	Cr\$
Depósito do pedido	60,00
Expedição de carta-patente	100,00
Anotação de transferência ..	20,00
Certidão de transferência ...	50,00
Anotação de alteração de nome	20,00
Certidão de alteração de nome	20,00
Cancelamento de privilégio..	100,00
Anotação de contrato de exploração	50,00
Certidão de contrato de exploração	20,00
Pedido de licença obrigatória	100,00
Anotação de comprovantes de uso efetivo	5,00
Pagamento de anuidades: por ano	50,00

Modelo de utilidade

	Cr\$
Depósito do pedido	60,00
Expedição de carta-patente ..	100,00
Anotação de transferência ..	20,00
Certidão de transferência ...	50,00
Anotação de alteração de nome	20,00
Certidão de alteração de nome	20,00
Anotação de contrato de exploração	20,00
Cancelamento de patente ...	100,00
Certidão de contrato de exploração	20,00
Pedido de licença obrigatória	100,00
Anotação dos comprovantes de uso efetivo	5,00
Pagamento de anuidades por ano	30,00

Desenho ou modelo industrial

Depósito do pedido	60,00
Expedição de carta-patente..	100,00
Anotação de transferência..	20,00
Certidão de transferência ..	50,00

Anotação de alteração de nome	20,00	Certidão da existência de nome comercial igual ao que pretende registrar	20,00
Certidão de alteração de nome	20,00	<i>Título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda</i>	
Anotação de contrato de exploração	50,00	Depósito do pedido	60,00
Certidão de contrato de exploração	20,00	Expedição do certificado (para uma só classe)	120,00
Cancelamento de patente	100,00	Por classe que exceder da primeira	10,00
Pedido de licença obrigatória	100,00	Anotação de transferência ..	20,00
Anotação dos comprovantes de uso efetivo	5,60	Certidão de transferência ..	50,00
Contribuições trienais: por triênio	50,00	Anotação de alteração de nome	20,00
<i>Garantia de prioridade</i>		Certidão de alteração de nome	20,00
Depósito do pedido	25,00	Prorrogação do registro, quando requerido dentro dos três meses seguintes à expiração do prazo legal	50,00
Certidão de arquivamento ..	60,00	Certidão da existência de título, insignia, ou sinal de propaganda que se pretenda registrar, referindo-se a uma só classe	20,00
Cancelamento de garantia de prioridade	50,00	Por classe que exceder da primeira	5,00
<i>Marca de indústria ou de comércio</i>		<i>Recompensas industriais</i>	
Depósito do pedido	60,00	Depósito de pedido	60,00
Expedição de certificado	125,00	Expedição de registro	150,00
Anotação de transferência ..	20,00	<i>Pedidos de caducidade</i>	
Certidão de transferência ...	50,00	a) Das patentes de invenção, modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial	50,00
Anotação de alteração de nome	20,00	b) Dos registros de marca de indústria ou de comércio, nome comercial, título de estabelecimento, insignia e sinal de propaganda ..	50,00
Certidão de alteração de nome	20,00	<i>Interposição de recursos</i>	
Averbação de uso autorizado de marca	50,00	a) Recurso extraordinário para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio	200,00
Certidão de uso autorizado de marca	20,00	b) Recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial	65,00
Certidão da existência de marca igual à que pretende registrar, referindo-se à uma só classe	20,00		
Por classe que exceder da primeira	5,00		
Prorrogação de registro de marca, quando requerida dentro de três meses seguintes à expiração do prazo legal	50,00		
<i>Nome comercial</i>			
Depósito do pedido	60,00		
Expedição do certificado	125,00		
Prorrogação do registro, quando requerido dentro dos três meses seguintes à expiração do prazo legal	50,00		

Cópias fotostáticas

Por cópia fotostática de quaisquer documentos sobre privilégio de invenção, marcas, nomes, títulos, insignias, sinal de propaganda e recompensas industriais 5,90

Vista de processos

Vista de qualquer processo solicitada pelo próprio ou por seu procurador, exceto quando se destinar ao conhecimento de exigências, oposições, recursos, réplicas, e trélicas 2,00

Desarquivamento e restauração

- a) Pedido de desarquivamento de processo de privilégio de invenção, modelo de utilidade, desenho e modelo industrial arquivado ou que incidiu em arquivamento 100,00
- b) Pedido de restauração de patente de invenção, de modelo de utilidade, de desenho ou modelo industrial 100,00
- c) Multas para o pagamento das anuidades de patentes restauradas 100,00
- d) Pedido de restauração de processos de marcas de indústria ou de comércio, de nome comercial, de título de estabelecimento, insignia ou sinal de propaganda 100,00

Arquivamento de procuração

Pedido de arquivamento de procuração 20,00

Notas

1.º A primeira anuidade de qualquer patente e, bem assim, a contribuição do primeiro triênio da patente de desenho ou modelo industrial serão pagas, adiantadamente, em conjunto com a taxa de expedição das respectivas patentes.

2.º O pagamento da importância correspondente à 15.º anuidade da patente de invenção será efetuado, antecipadamente, por ocasião do pagamento relativo à 14.º anuidade.

3.º Em caso algum serão restituídas as anuidades, contribuição e taxas.

4.º O pagamento das taxas, anuidades e contribuições acima estabelecidas, será efetuado por meio de selos, apostos nos requerimentos, livros e documentos, sendo inutilizados de acordo com a lei e, sempre que possível, por perfuração feita pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

DECRETO-LEI N.º 7.904 — DE 28 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 12 — Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reservado

29 — Departamento

Federal de Segu-

rança Pública . . Cr\$ 5.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.905 — DE 28
DE AGOSTO DE 1945**

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para a junta especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7.401 de 20 de março do corrente ano, a função de secretário, com a gratificação de Cr\$ 450,00 mensais, sendo a mesma gratificação devida desde a data em que entrou em exercício o funcionário designado para exercer a referida função.

Art. 2.º Para atender à despesa de que trata o presente decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$:..... 3.730,00 (três mil, setecentos e oitenta cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.906 — DE 28
DE AGOSTO DE 1945**

Estende aos militares da Aeronáutica e da Marinha a anistia concedida pelo Decreto-lei n.º 7.669, de 23 de julho de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' extensiva aos militares da Aeronáutica e da Marinha Brasileira, que tomaram parte em operações de guerra contra o inimigo, fora ou dentro do País, a anistia concedida

pelo Decreto-lei n.º 7.669, de 23 de julho de 1945, tenham ou não sido sobrestados os processos a que respondiam ou respondem.

Parágrafo único. Não se compreendem nesta anistia os crimes praticados pelos militares nos transportes de guerra ou em território estrangeiro.

Art. 2.º Para efeito do consignado no artigo anterior, nos Conselhos de Justiça a que pertencerem os desertores, o Auditor, quando se tratar de crime de competência dos Conselhos das Auditorias, e os Juizes das Varas Criminais, nos casos de crimes comuns, por simples despacho declarará extinta a ação penal, devendo os processos ser remetidos às respectivas Auditorias, no caso de se tratar de deserção.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guimarães.

Joaquim Pedro Salgado Filho

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.907 — DE 28
DE AGOSTO DE 1945**

Extingue o 1.º Grupo Misto de Aviação com sede normal em Natal e cria o 5.º Grupo de Bombardeio Médio.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto o 1.º Grupo de Aviação com sede normal em Natal.

Art. 2.º E' criado o 5.º Grupo de Bombardeio Médio com sede normal em Natal, a organizar com os elementos pertencentes do extinto 1.º Grupo Misto de Aviação que lhe forem aplicáveis.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação

e revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.908 — DE 29 DE AGOSTO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.726.493,60, para aquisição da ponte sobre o rio Grande, construída pela Empresa Paulista de Viação Limitada, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e três cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 4.726.493,60), para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) com a aquisição da ponte sobre o rio Grande, construída pela Empresa Paulista de Viação Limitada, consoante as autorizações de que tratam os Decretos-leis ns. 1.288, de 24 de maio de 1939, e 1.666, de 9 de outubro do mesmo ano, os quais ficam sem objeto logo após a efetivação da compra.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.909 — DE 29 DE AGOSTO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 14 — Ministério da Agricultura, do Orça-

mento Geral da República, (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Conservação III — Diversas Despesas

Cr\$

Subconservação 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem; carros, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte

23 — Serviço de Proteção aos índios

Passa de 50.000,00

Para 40.000,00

Subconservação 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento

28 — Serviço de Proteção aos índios

Passa de 36.000,00

Para 31.000,00

Subconservação 38 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação; clichês

28 — Serviço de Proteção aos índios

Passa de 61.400,00

Para 51.400,00

Subconservação 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

28 — Serviço de Proteção aos índios

Passa de 65.000,00

Para 90.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.910 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de emolumentos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento, Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres, no presente exercício e, se necessário, nos subsequentes, dos emolumentos de obras devidos pela conclusão do templo, em reconstrução, sito na Rua dos Inválidos, esquina da Rua do Senado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.911 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Policlínica Geral do Rio de Janeiro do pagamento dos impostos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, na forma dos arts. 15 e 16 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, do pagamento dos impostos territorial e predial relativos ao imóvel sito na Avenida Nilo Peçanha n.º 38.

Parágrafo único. Os benefícios deste Decreto-lei abrangerão:

a) o imposto territorial, devido a partir de 1934 e incidente sobre o terreno em que foi construída a nova

sede da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, cedido pelo Governo Federal, em usufruto, e que reverterá ao Patrimônio da União, no caso de extinção da mesma Policlínica;

b) o imposto predial, devido a partir de 1939, e incidente sobre o novo edifício, exclusivamente em relação à parte dele ocupada por serviços de assistência e beneficência mantidos pela referida instituição e enquanto nela permanecerem tais serviços.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.912 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder a isenção do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Fábrica da Matriz de São João Batista da Lagoa de todos os tributos de transmissão de propriedade, exigíveis por motivo da aquisição do domínio pleno do terreno sito na Rua Voluntários da Pátria 287-289, em Botafogo, onde mantém uma creche e ha mais de 120 anos está construída a Igreja Matriz da Freguesia de São João Batista da Lagoa, em decorrência da ação de usucapião, julgada por sentença de 26 de agosto de 1943 e confirmada por acórdão de 20 de junho de 1944, da 4.ª Câmara do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.913 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder a isenção do imposto que menciona, à Sociedade Beneficente Israelita do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder isenção do imposto de transmissão, e somente d'este, à Sociedade Beneficente Israelita do Rio de Janeiro, para aquisição do imóvel sito na Rua Lúcio de Mendonça n.º 56, no Engenho Velho, destinado à sede da mesma Instituição e à ampliação dos seus serviços de policlínica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.914 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Venerável Ordem Terceira do Patriarca São Domingos de Gusmão" do pagamento do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a "Venerável Ordem Terceira do Patriarca São Domingos de Gusmão" do pagamento do imposto de transmissão, e somente d'este imposto, relativo à aquisição do prédio, com respectivo terre-

no, sito na Rua José Higino n.º 120, na Tijuca, destinado à construção de seu novo templo, em substituição ao que foi demolido para execução das obras da abertura da Avenida Presidente Vargas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.915 — DE 30
DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a aplicação dos créditos atribuídos ao Tribunal Superior Eleitoral.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os créditos concedidos ao Tribunal Superior Eleitoral serão, automaticamente, registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e postos no Banco do Brasil em conta especial, para livre movimentação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2.º O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral de acordo com os destaques aprovados por este órgão, em sessão, requisitará nos limites da conta de que trata o artigo anterior, ao Banco do Brasil a abertura, nas suas Agências, de contas semelhantes em favor dos Tribunais Regionais para a livre movimentação dos Presidentes destes órgãos.

Art. 3.º Os Presidentes dos Tribunais Regionais, responsáveis pela aplicação dos recursos financeiros que lhes forem atribuídos pelo Tribunal Superior submeterão, até 15 de fevereiro de cada ano, à apreciação d'este para que, em seguida, encaminhe ao julgamento do Tribunal de Contas, a prestação de contas das despesas que realizarem durante o ano anterior.

Art. 4.º Até 31 de março de cada ano o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral prestará contas ao Tribunal de Contas das despesas que diretamente efetuar ou ordenar na execução de serviços e atividades eleitorais durante o ano anterior e encaminhar-lhe-a, com circunstanciado relatório, após, exame, diligências e deliberações a que proceder, as prestações de contas dos Tribunais Eleitorais.

Art. 5.º As despesas dos Tribunais Superior e Regionais serão autorizadas pelos respectivos Presidentes ou por quem deles receber delegação de competência.

Art. 6.º A aquisição de material e a prestação de serviços serão precedidas de:

a) coleta de preços, para as operações compreendidas entre Cr\$. . . . 2.000,00 e Cr\$ 50.000,00;

b) concorrência administrativa, para as de valor compreendido entre Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 150.000,00; e

c) concorrência pública, para as superiores a Cr\$ 150.000,00.

Parágrafo único. A concorrência pública ou administrativa poderá ser dispensada ou substituída por coleta de preços, qualquer que seja o valor da operação:

a) por motivos de ordem técnica ou econômica ou circunstâncias imprevistas, a juízo do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;

b) para a aquisição de materiais que constituam objeto de privilégio, ou que só possam ser adquiridos diretamente dos produtores exclusivos, ou seus representantes, também exclusivos; e

c) para aquisição de material, execução ou prestação de serviço em local diferente daquele onde tenham sede os Tribunais Superior ou Regionais ou órgãos a eles subordinados.

Art. 7.º No exame e julgamento das prestações de contas dos serviços eleitorais, pelo Tribunal de Contas, de acordo com a natureza das despesas e com as circunstâncias de tempo e local sob as quais se efetuarem, na impossibilidade de obtenção de outros documentos, será considerado válido para efeito de comprovação o rela-

cionamento de gastos apresentado sob a responsabilidade da autoridade eleitoral competente a que tenha sido dada a aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.916 — DE 30 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os bens imóveis situados nos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Fora e Iguaçu, e que passaram para o domínio da União, na forma do art. 2.º do Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, ficam submetidos ao regime do Decreto-lei n.º 7.724, de 10 de julho de 1945.

Art. 2.º Aplicam-se aos terrenos marginais e terras devolutas da União existentes nos Territórios Federais, as disposições dos Decretos-leis ns. 2.490, de 16 de agosto de 1940; n.º 2.691 de 7 de outubro de 1940; e 3.433, de 17 de junho de 1941.

Art. 3.º Todo aquele, pessoa natural ou jurídica, que tenha obtido permissão do Conselho de Segurança Nacional, ou que goze do direito de adquirir terras ou exercer atividades econômicas, na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, de acordo com o que dispõem os Decretos-leis ns. 1.968, de 17 de janeiro de 1940, e 2.610, de 20 de setembro de 1940, poderá requerer ao Governador do respectivo Território, lhe seja de-

ferido cultivar lote desocupado de terrenos marginaes ou devolutos, em qualquer ponto dos limites territoriaes, desde que tais lotes tenham testada inferior a um quilometro sobre os rios ou estradas e comunicações regionaes, e a sua área não exceda dois mil hectares.

§ 1.º Os Governadores dos Territórios, independente de qualquer outra formalidade, mandarão proceder a localização do requerente, expedindo previamente, a "licença de ocupação", da qual farão constar os dados quanto ao local e confrontações do lote escolhido e quanto à identidade do requerente ou requerentes.

§ 2.º Uma cópia da licença expedida será remetida obrigatoriamente à Delegacia Regional do Serviço do Patrimônio da União, para os fins da expedição posterior do título definitivo de aforamento que competir nos termos do art. 4.º, do Decreto-lei número 7.724, de 10 de julho de 1945.

§ 3.º Depois da data da vigência do presente Decreto-lei, nenhuma ocupação gozará da preferência prevista no art. 5.º, do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941, se não estiver protegida pela autorização de que cogita o presente artigo e seus parágrafos.

Art. 4.º Nenhuma "Licença de ocupação" será expedida pelos Governadores dos Territórios sem que o requerente se comprometa a fixar residência nas terras e a dar início aos trabalhos agricolas dentro de noventa dias da localização, sob pena de caducidade.

Parágrafo único. A Delegacia Regional do Serviço do Patrimônio da União verificara a vacância dos lotes, dando comunicação ao Governador do Território, para o efeito das futuras licenças.

Art. 5.º Ficam isentos de fôro e jóia os títulos que se expedirem por força dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 7.724, de 10 de julho de 1945, e aquêles que forem expedidos com fundamento na "licença de ocupação" outorgada na forma do art. 3.º dêste Decreto-lei.

Parágrafo único. Serão, porem, devidos jóia, laudêmio e impostos de transmissão de propriedade, quando

cobráveis oportunamente, por força de transações que os titulares realizarem com terceiros adquirentes.

Art. 6.º O Serviço do Patrimônio da União proporá ao Governo as desapropriações que se verificarem necessarias para o incremento da colonização e povoamento dos Territórios ou quando se verificarem contestações sobre ocupações de terras, a fim de serem plenamente obedecidos os principios do artigo 148, da Constituição, e mantidos na posse do terreno, os ocupantes com efetiva cultura, na conformidade da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.917 — DE 30 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a zona de proteção dos aeroportos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para garantir a aproximação, a partida e o pouso das aeronaves, existirá, em toda a faixa circunvizinha aos aeroportos, uma zona, denominada "de proteção", dentro da qual a elevação dos obstáculos, de qualquer espécie, fica sujeita aos limites estabelecidos neste Decreto-lei.

Art. 2.º A zona de proteção abrange setores de aproximação e uma área de circulação.

Art. 3.º Setor de aproximação é o espaço aéreo de alturas decrescentes segundo a obliqua de pouso, em concordância com as pistas do aeroporto, tendo, nas cabeceiras destas, sobre a linha de alturas nulas, a dimensão transversal de 450 metros, alargando até 1.200 a distância de 3.000 metros.

Parágrafo único. A linha de alturas nulas coincide com a de limite do aeroporto.

Art. 4.º Dentro do setor de aproximação as edificações, instalações, torres, chaminés, reservatórios, linhas de transmissão, telegráficas ou telefônicas, postes, mastreações, culturas ou outros quaisquer obstáculos não poderão exceder à altura correspondente a 1:40 da distância da cabeceira da pista.

Art. 5.º Area de circulação é aquela que visinha ao aeroporto, o contorna na largura de 3.000 metros.

Art. 6.º A area de circulação compreende (3) três faixas distintas:

I — a primeira, que será logradouro público, de 30 metros de largura, contados do limite do aeroporto, na qual nenhuma elevação superior a 2 metros será permitida;

II — a segunda, entre 30 a 900 metros, onde a elevação só poderá ir até 30 metros;

III — a terceira, entre 900 a 3.000 metros, onde nenhuma elevação poderá ter altura superior a trigesima parte da distância medida até o limite do aeroporto.

Art. 7.º Na cidade do Rio de Janeiro, na parte a oeste do Aeroporto Santos Dumont, as alturas máximas permitidas, conforme as indicações da planta que acompanha o presente Decreto-lei, serão as seguintes:

I — três metros na faixa compreendida entre o limite do aeroporto e o lado ímpar da Avenida General Justo;

II — trinta metros na area limitada pelas avenidas General Justo, Beira-Mar e o lado par da Avenida Marechal Câmara;

III — trinta metros mais a décima parte da distância medida a partir do lado ímpar da Avenida General Justo, na área limitada pela Avenida Beira-Mar, a partir do cruzamento com a Avenida Marechal Câmara até a praça Paris; daí pela Rua Teixeira de Freitas, seguindo ao Largo da Lapa, Avenida Mem de Sá, Rua Maranguape, Praça dos Arcos, Rua Evaristo da Veiga, Rua Senador Dantas, Largo da Carioca, Rua Uruguaiana, Rua do Rosário, Cais da Praça Servulo Dourado; daí até a Avenida Marechal Câmara.

Art. 8.º O Ministério da Aeronáutica

enviara uma via das plantas e projetos aprovados, com a zona de proteção devidamente figurada e cotada, na forma dos artigos 4.º e 6.º, à administração do município em que se acha situado o aeroporto para conhecimento das autoridades locais e proprietários interessados, bem como para orientação harmônica dos poderes públicos quanto ao assunto.

Art. 9.º Os obstáculos que interferirem a zona de proteção, já existentes ao ser aprovado um projeto ou iniciada a construção do aeroporto, serão desapropriados e demolidos, mediante processo regular.

Art. 10. Os obstáculos isolados, que, conquanto possuindo a altura permitida na zona de proteção, possam oferecer embaraço a circulação aérea, deverão ser assinalados de acordo com as normas em vigor, se a sua situação, em relação ao aeroporto, for de tal natureza que, mesmo assinalados, possam constituir perigo para a partida e pouso das aeronaves, serão tais obstáculos desapropriados e demolidos, na forma do artigo anterior, precedendo decreto do Governo Federal que reconheça e declare de necessidade essa medida, tendo em vista as razões de ordem técnica.

Art. 11. As áreas contíguas ao aeroporto que, por força das restrições impostas neste Decreto-lei, não puderam ser aproveitadas em construções de qualquer natureza, poderão ser desapropriadas judicial ou administrativamente, se assim requererem os respectivos proprietários, ouvido, em todos os casos, o Ministério da Aeronáutica.

Art. 12. As disposições deste Decreto-lei também se aplicam aos aeródromos de escolas, bases, fábricas e Parques de Aeronáutica.

Art. 13. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 30 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GERULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.918 — DE 31
DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Escola Nacional de Arquitetura, criada pela lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, denominar-se-á Faculdade Nacional de Arquitetura, e será organizada nos termos do presente Decreto-lei.

Art. 2.º A Faculdade Nacional de Arquitetura terá as seguintes finalidades:

a) ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando a preparação de profissionais altamente habilitados;

b) realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino.

Art. 3.º A Faculdade Nacional de Arquitetura manterá dois cursos seriados, a saber:

- a) curso de arquitetura;
- b) curso de urbanismo.

Parágrafo único. O curso de arquitetura, acessível aos portadores do certificado de licença clássica ou de licença científica, mediante a prestação de concurso vestibular, será de cinco anos; o curso de urbanismo, acessível aos portadores do diploma de arquiteto ou de engenheiro civil, mediante a prestação de concurso vestibular, será de dois anos.

Art. 4.º Aos alunos que concluírem o curso de arquitetura conferir-se-á o diploma de arquiteto; aos que concluírem o curso de urbanismo, o diploma de urbanista.

Parágrafo único. O título de doutor em arquitetura ou em urbanismo será conferido ao candidato que, dois anos pelo menos depois de graduado, defender tese original de notável valor.

Art. 5.º O conselho técnico-administrativo da Faculdade Nacional de Ar-

quitetura, constituído de seis professores catedráticos, ouvida a congregação, assim como os representantes das instituições profissionais ou culturais interessadas, e tendo em vista os preceitos gerais da legislação do ensino superior, organizará e encaminhará ao governo, no prazo de trinta dias, os seguintes trabalhos:

a) projeto de regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, dispondo não somente sobre a organização dos cursos de arquitetura e de urbanismo, mas também sobre o regime didático, disciplinar e administrativo peculiar ao estabelecimento;

b) projeto de regimento da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Parágrafo único. O regulamento referido na primeira alínea deste artigo disporá sobre a adaptação dos alunos do atual curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes ao curso novo estabelecido.

Art. 6.º A congregação inicial da Faculdade Nacional de Arquitetura será constituída pelos professores catedráticos próprios do curso de arquitetura ora ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes.

Art. 7.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as funções gratificadas de diretor (F.N.A. — U.B.) e de secretário (F.N.A. — U.B.), com as gratificações anuais, respectivamente, de Cr\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros) e de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Parágrafo único. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros), para atender, no corrente exercício, ao pagamento da despesa de que trata o presente artigo.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.919 — DE 31 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário na Imprensa Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, durante o corrente ano, em relação a Imprensa Nacional, a vigência dos §§ 1.º e 3.º do art. 122 do Decreto-lei n.º 1.713, de 23 de outubro de 1939, e da alínea f do art. 1.º do Decreto n.º 5.062, de 27 de dezembro de 1939.

Art. 2.º A alínea e do art. 1.º do referido decreto vigorará, durante esse período e em relação ao mesmo estabelecimento, com a seguinte redação:

"e) sua execução só será iniciada após aprovação pelo Ministro de Estado."

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.920 — DE 31 DE AGOSTO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a fazer entrega do Plano Inclinado do Outeiro da Glória à Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, para os fins que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a fazer entrega do Plano Inclinado do Outeiro da Glória à Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, para exploração, por esta última, pelo prazo de cinco anos, a contar de 14 de ja-

neiro de 1945, do serviço de transporte de passageiros no citado Plano Inclinado.

Art. 2.º As condições que regularão a entrega referida no artigo precedente serão estabelecidas em termo de contrato a ser assinado entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, após a expedição do presente Decreto-lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.921 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945

Cria, altera e suprime cargos isolados, cria e altera carreiras, nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, do padrão L para o padrão N, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o vencimento do cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor — I.B.C.

Art. 2.º Fica alterado, na conformidade das tabelas anexas, o Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, com a criação, supressão e transformação de cargos isolados, de provimento efetivo, de Professor do Instituto Benjamin Constant; com a criação da carreira de Professor do Ensino Primário; e com a alteração das carreiras de Almojarife, Bibliotecário, Bibliotecário-auxiliar, Enfermeiro, Estatístico-auxiliar, Farmacêutico, Inspetor de Alunos, e Médico.

Art. 3.º Fica alterado, na conformidade das tabelas anexas, o Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, com a criação da carreira de Auxiliar de Ensino Musical e alteração das carreiras de Auxiliar de Ensino e Mestre de Ensino.

Art. 4.º Os ocupantes dos cargos atingidos pelo disposto nos dois artigos anteriores, constantes da relação nominal anexa, bem como o Diretor do Instituto Benjamin Constant, terão os seus títulos apostillados pela Divisão do Pessoal.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$
1 — Chefe do Ensino Primário — I. B. Constant, com a gratificação anual de	5.400,00
1 — Chefe do Ensino Profissional — I. B. Constant, com a gratificação anual de	5.400,00
1 — Chefe do Ensino Secundário — I. B. Constant, com a gratificação anual de	5.400,00
1 — Chefe do Ensino Musical — I. B. Constant, com a gratificação anual de	5.400,00

Parágrafo único. A designação para as funções gratificadas de Chefe de Ensino será feita pelo Diretor do Instituto Benjamin Constant e recairá em professor do ensino correspondente.

Art. 6.º Os professores do Instituto Benjamin Constant ficam sujeitos ao seguinte regime:

Professor do Ensino Primário. — 22 horas e 30 minutos de trabalho semanais;

Professor do Ensino Secundário — 18 horas de trabalho semanais;

Professor do Ensino Musical — 18 horas de trabalho semanais;

Professor do Ensino Profissional — 40 horas de trabalho semanais;

Professor e Instrutor de Práticas Educativas — 18 horas de trabalho semanais.

Art. 7.º Para atender, no período de 1 de agosto a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei e com pessoal extranumerário do Instituto Benjamin Constant, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde - Anexo n.º 15 do orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 1.002.750,00 (um milhão, dois mil setecentos e cinquenta cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
01 — Pessoal Permanente	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	
01 — Quadros do Ministério ...	632.500,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

	Cr\$
04 — Contratos	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	10.000,00
05 — Mensalistas	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	351.250,00

Consignação III — Vantagens

	Cr\$
09 — Funções Gratificadas	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal	9.000,00

Parágrafo único. O reforço à Subconsignação 01 — Pessoal Permanente,

destina-se às majorações de vencimento e ao provimento dos seguintes cargos, que desde já se consideram dotados:

- 16 de Professor, padrão K
- 5 de Professor, padrão J
- 15 de Professor, padrão I
- 6 de Instrutor, padrão J
- 1 de Almoxarife, classe F
- 1 de Bibliotecário, classe I
- 1 de Bibliotecário-auxiliar, classe E
- 2 de Enfermeiro, classe E
- 1 de Estatístico-auxiliar, classe E
- 2 de Farmacêutico, classe G
- 16 de Inspetor de Alunos, classe E
- 2 de Médico, classe H
- 22 de Professor do Ensino Primário, classe F.

Art. 8.º Fica sem aplicação, no Ministério da Educação e Saúde — Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945, a parcela de Cr\$ 650.000,00 (seiscentos e cinq mil cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extra-rário, Subconsignação 08 — Novas Admissões, etc.

Art. 9.º Este decreto-lei vigorará a partir de 1 de agosto de 1945.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	—	—	—	—	2	Cargos isolados de provime- nto Professor (Ensino Profissional — Dactilografia — I. B. C.)	I	—	2	Um cargo a ser ocupado por ce- go ou amblíope. Um cargo a ser previsto quando for suprimida uma função de Professor do En- sino Profissio- nal (Dactilogra- fia), referência XIII, T. S. do I. B. C.
1	Mestre de Ensino	F	—	—	Q	2	Professor (Ensino Profissional — Especialização — I. B. C.).	I	—	1	Um cargo a ser ocupado por ce- go ou amblíope,

1	Mestre de Ensino	F	—	—	Q. S.	2	Professor (Ensino Profissional — Afinação de Piano — I.B.C.)	I	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope. Um cargo a ser provido quando for suprimida uma função de Professor do Ensino Profissional (Afinação de Piano), referência XIII T. S do I. B. C.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Profissional — Vassouras, escôvas e espancadores — I. B. C.)	I	—	2	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Mestre de Ensino	F	—	—	Q. S.	2	Professor (Ensino Profissional — Empalhação e vimearia — I. B. C.)	I	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Profissional — Estofaria e colchoaria — I. B. C.)	I	—	2	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Profissional — Tancancaria e pequenos trabalhos de madeira — I.B.C.)	I	—	2	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Mestre de Ensino	F	—	—	Q. S.	2	Professor (Ensino Profissional — Radiotelegraf — I. B. C.)	J	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	—	—	—	—	1	Professor (Ensino Profissional - Topografia - amblíope - I. B. C.)	I	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope ou vidente.
1	Mestre de Ensino	F	—	—	Q. S.	1	Professor (Ensino Profissional - Transcrição e revisão Braille e estereotipia - I. B. C.)	I	—	—	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Profissional - Massoterapia - I. B. C.)	I	—	2	Ambos os cargos a serem ocupados por cego ou amblíope. Um cargo a ser provido quando for suprimida uma função de Professor do Ensino Profissional (Massoterapia), ref. XIII, T. S. do I.B.C.
1	Mestre de Ensino	G	—	—	Q. S.	2	Professor (Ensino Profissional - Trabalhos manuais femininos - I. B. C.)	I	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.

1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Português — I. B. C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Matemática — I. B. C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Geografia — I. B. C.)	K	—	—	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — História do Brasil — I.B.C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — História Universal — I.B.C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Francês — I. B. C.)	K	—	—	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Inglês — I.B.C.)	K	—	—	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	1	Professor (Ensino Secundário — Ciências Físicas e Naturais — I. B. C.) ...	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	—	—	—	—	1	Professor (Ensino Secundário — Latin — I.B.C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou ambliope.
—	—	—	—	—	6	Instrutor (Práticas Educativas — Educação Física — I.B.C.)	J	—	6	
—	—	—	—	—	2	Professor (Práticas Educativas — Canto Orfeônico — I.B.C.)	J	—	2	
—	—	—	—	—	2	Professor (Práticas Educativas — Educação Domestica — I. B. C.)	J	—	2	Um cargo a ser provido quando for suprimida uma função de Professor de Práticas Educativas (Canto Orfeônico), referência XIII, T.S. do I. B. C.
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.						Um cargo a ser ocupado por cego ou ambliope. Um cargo a ser provido quando for suprimida a função de Professor de Práticas Educativas (Educação Do-

1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q.	3	Professor (Ensino Musical — Instrumentos de cora — I.B.C.)	K	—	2	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	3	Professor (Ensino Musical — Piano harmônio e órgão — I. B. C.)	K	—	3	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope. Cargos a serem providos à medida que forem sendo suprimidas três funções de professor de ensino musical (Piano, harmônio e órgão), ref. XIII, T. S. do I. B. C., na proporção de uma função para um cargo.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Musical — Sopro e percussão — I. B. C.)	K	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	1	Professor (Ensino Musical — Harmonia e elementos de contraponto — I. B. C.)	K	—	1	Cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
—	—	—	—	—	2	Professor (Ensino Musical — Solfejo e teoria — I. B. C.) ...	K	—	2	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
1	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	2	Professor (Ensino Musical — Canto coral e canto solo — I. B. C.)	K	—	1	Um cargo a ser ocupado por cego ou amblíope.
?	Professor (I. B. Constant)	J	—	—	Q. P.	—	—	—	—	

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provisórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Provisórios
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
3	J	—	3	—	5	J	—	5	—
6	I	—	6	—	8	I	—	8	—
9	H	—	9	—	11	H	—	11	—
12	G	—	12	—	14	G	—	14	—
24	F	—	8	—	24	F	—	?	—
54			—	38	—	62			—	46	—

Obs. — No conjunto das carreiras de Almoxarife do Q. P. e do Q. S., o total de cargos ocupados não poderá ser superior a 62.

	<i>Bibliotecário</i>						<i>Bibliotecário</i>				
6	L	—	1	—	6	L	—	1	—
10	K	—	5	—	10	K	—	5	—
15	J	—	—	—	15	J	—	8	—
21	I	—	—	14	22	I	—	—	14
52			—	14	14	53			—	14	14

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 53.

	<i>Bibliotecário Auxiliar</i>						<i>Bibliotecário Auxiliar</i>				
12	H	—	2	—	16	H	—	2	—
17	G	—	2	—	17	G	—	2	—
23	F	—	17	—	23	F	—	17	—
29	E	—	—	21	30	E	—	—	21
81			—	21	21	82			—	21	21

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 82.

SITUAÇÃO ATUAL

SITUAÇÃO PROPOSTA

Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Pro- sórios
4	<i>Enfermeiro</i>	J	—	1	—	4	<i>Enfermeiro</i>	J	—	1	—
6	I	—	1	—	6	I	—	1	—
10	H	—	—	—	10	H	—	—	—
18	G	—	2	—	20	G	—	4	—
32	F	—	—	—	32	F	—	—	—
50	E	—	—	—	50	E	—	—	6
120			—	4	—	122			—	6	6

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 122.

4	<i>Estatístico Auxiliar</i>	H	—	—	—	4	<i>Estatístico Auxiliar</i>	H	—	—	—
6	G	—	—	—	7	G	—	1	—
10	F	—	4	—	10	F	—	4	—
16	E	—	—	—	16	E	—	—	5
36			—	4	—	37			—	5	5

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 37.

<i>Farmacêutico</i>						<i>Farmacêutico</i>					
2	K	—	—	—	3	K	—	1	—
2	J	2	—	—	3	J	1	—	—
3	I	—	—	—	4	I	—	1	—
4	H	—	—	—	4	H	—	—	—
4	G	—	—	—	5	G	—	1	1
15			2	—	—	19			1	3	1

Obs. — O cargo provisorio sera suprimido quando fôr provido o vago da classe I. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 19.

<i>Inspetor de Alunos</i>						<i>Inspetor de Alunos</i>					
10	H	—	—	—	13	H	—	3	—
25	G	—	—	—	26	G	—	1	—
42	F	—	—	—	48	F	—	6	—
66	E	—	—	—	72	E	—	6	10
143			—	—	—	159			—	16	10

Obs. — Os cargos provisorios serão suprimidos a medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 159.

<i>Médico</i>						<i>Médico</i>					
1	M	—	—	—	2	M	—	1	—
3	L	—	—	—	4	L	—	1	—
4	K	2	—	—	6	K	—	—	—
6	J	1	—	—	8	J	—	1	—
10	I	—	—	—	10	I	—	—	—
13	H	2	—	—	14	H	—	—	3
37			5	—	—	44			—	3	3

Obs. — Os cargos provisorios serão suprimidos a medida que forem providos os vagos das classes J e M. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 44.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
—	—	—	—	—	3	<i>Professor do Ensino Primário</i>	J	—	3	
—	—	—	—	—	4	I	—	4	
—	—	—	—	—	5	H	—	1	
6	Auxiliar de Ensino ..	G	—	—	Q. S.	7	G	—	1	
1	Auxiliar de Ensino ..	E	—	—	Q. S.	10	F	—	9	13
7			—	—		29			—	22	13

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 29. Dêse total. 12 cargos serão ocupados por cego ou amblópe e 9 cargos só poderão ser preenchidos a medida que forem sendo suprimidos as 9 funções de Professor do Ensino Primário referência XIII, tabela suplementar de extranumerário-mensalista, do Instituto Benjamin Constant, na razão de uma função para um cargo.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	—	—	—	—	1	Auxiliar de En- sino Musical	J	—	1	
—	—	—	—	—	1	I	—	1	
—	—	—	—	—	1	H	—	1	
2	Auxiliar de En- sino	G	—	—	Q. S.	2	G	—	—	
2	Auxiliar de En- sino	E	—	—	Q. S.						
1	Auxiliar de En- sino	D	—	—	Q. S.	3	F	—	—	
5			—	—		8			—	3	
—	Auxiliar de Ensino	—	—	—	—	1	Auxiliar de Ensino	G	—	1	
1	F	—	—	Q. S.	1	F	—	—	
2	E	—	—	Q. S.	2	E	—	—	
3			—	—		4			—	1	
8	Mestre de Ensino	G	—	—		8	Mestre de Ensino	G	—	—	
2	Mestre de Ensino	F	—	—		2	F	—	—	
1	Mestre de Ensino	E	—	—		1	E	—	—	
11			—	—		11			—	—	

Relação nominal a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.921, de 3 de setembro de 1945.

<i>Nome</i>	<i>Situação antiga</i>	<i>Situação proposta</i>
Agostinho de Moraes Pi- gueiredo	Mestre de Ensino F ..	Professor (Ensino Profis- sional — Transcrição e leitura Braille em este- reotipia — I. B. C.) — padrão I.
Antônio Ferreira	Mestre de Ensino F ..	Professor (Ensino Profis- sional — Afinação de piano — I. B. C.) — Padrão I.
Elizabeta Courège	Mestre de Ensino G ..	Professor (Ensino Profis- sional — Trabalhos ma- nuais femininos — I. B. C.) — Padrão I.
Inocêncio de Oliveira ..	Mestre de Ensino F ..	Professor (Ensino Profis- sional — Encadernação — I. B. C.) — Pa- drão I.
João Emiliano do Lago ..	Mestre de Ensino F ..	Professor (Ensino Profis- sional — Radiotelegra- fia — I. B. C.) — Padrão J.
Vicente Grassani	Mestre de Ensino F ..	Professor (Ensino Profis- sional — Empalhação e Vimaria — I. B. C.) — Padrão I.
Francisco Antônio de Al- meida Júnior	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Secun- dário — Francês — I. B. C.) — Padrão K.
José Espínola Veiga	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Secun- dário — Inglês — I. B. C.) — Padrão K.
Francisco Ribeiro do Ro- sário	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Secun- dário — Geografia — I. B. C.) — Padrão K.
Dolores Belchior de Re- zende	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Musi- cal — Canto coral e canto a solo — I. B. C.) — Padrão K.
João Freire de Castro ..	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Musi- cal — Instrumentos de corda — I. B. C.) — Padrão K.
José Rosa Ribeiro	Professor (I. B. Cons- tant) — J	Professor (Ensino Musi- cal — Sopro e percussão — I. B. C.) — Pa- drão K.

Nome	Situação antiga	Situação proposta
Dagmar Chapot Prevost		
Gino	Auxiliar de Ensino G	Professor do Ensino Primário G.
Francisco José da Silva ..	Auxiliar de Ensino G	Professor do Ensino Primário G.
Júlia Gomes Caldeira de Oliveira	Auxiliar de Ensino C	Professor do Ensino Primário G.
João Gonçalves de Aguiar	Auxiliar de Ensino G	Professor do Ensino Primário G.
Maria de Lourdes Garcia	Auxiliar de Ensino G	Professor do Ensino Primário G.
Maria Renda da Silva ..	Auxiliar de Ensino E	Professor do Ensino Primário F.
Palmira Fernandes Bastos	Auxiliar de Ensino G	Professor do Ensino Primário G.
Alzira Bastos Ferreira ..	Auxiliar de Ensino G	Auxiliar de Ensino Musical G.
Amélia Pereira do Canto	Auxiliar de Ensino G	Auxiliar de Ensino Musical G.
Carlos Lavallos	Auxiliar de Ensino E	Auxiliar de Ensino Musical F.
Georgina Ribeiro de Aguiar	Auxiliar de Ensino E	Auxiliar de Ensino Musical F.
Maria Catarina Mazzaferro	Auxiliar de Ensino D	Auxiliar de Ensino Musical F.

DECRETO-LEI N.º 7.922 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a carreira de Agrônomo Fitossanitarista, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Agrônomo Fitossanitarista do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro deste ano, fica aberto, ao Ministério da Agricultura — Anexo 14

do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 313.600,00 (trezentos e treze mil e seiscentos cruzeiros), em reforço da Verba I — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01, Pessoal Permanente, 04 Departamento de Administração, 06 Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de setembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório
	<i>Agrônomo Fitos- sanitarista</i>						<i>Agrônomo Fitos- sanitarista</i>				
3	M	—	1	Q.P.	8	M	—	6	—
6	L	—	—	Q.P.	16	L	—	10	—
15	K	—	—	Q.P.	32	K	—	17	—
24			—	1		56			—	33	—

**DECRETO-LEI N.º 7.923 — DE 3
DE SETEMBRO DE 1945**

Altera a carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Permanente do Ministério da Guerra, e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro dêste ano ao provimento dos 64 cargos vagos da carreira referida, que desde já, se consideram dotados, fica aberto, ao Ministério da Guerra, Anexo n.º 17, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito su-

plementar de Cr\$ 481.200,00 (quatrocentos e oitenta e um mil e duzentos cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VEREA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c 01 — Pessoal Permanente
17 — Diretoria de Intendência.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Oficial Adminis- trativo</i>						<i>Oficial Adminis- trativo</i>				
11	L	—	—	Q.P.	24	L	—	13	
16	K	—	—	Q.P.	29	K	—	13	
21	J	—	—	Q.P.	34	J	—	13	
29	I	—	—	Q.P.	39	I	—	10	
39	H	—	5	Q.P.	49	H	—	15	
116			—	5		175			—	64	

Obs.: No conjunto das carreiras de Oficial Administrativo do Q.P. e do Q.S., o total de cargos providos não poderá ser superior a 175.

DECRETO-LEI N.º 7.924 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a função de Secretário da Diretoria da Marinha Mercante, com a gratificação de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1.º de setembro a 31 de dezembro deste ano, fica aberto, ao Ministério da Marinha, Anexo n.º 19, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.925 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, a função gratificada de Secretário do Chefe da Divisão do Pessoal, com a gratificação de Cr\$

4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1.º de setembro a 31 de dezembro deste ano, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, Anexo n.º 20 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.926 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945.

Dispõe sobre o alistamento eleitoral.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Os requerimentos de inscrição eleitoral poderão ser apresentados ao Juiz competente pelo próprio alistando, por delegados de partidos políticos registrados, ou, ainda, por terceira pessoa, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.927 — DE 3
DE SETEMBRO DE 1945.

*Dispõe sobre a carreira de Ensaaiador
do Quadro II — extinto — E. F.
C. B. — Ministério da Viação e
Obras Públicas.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. A carreira de Ensaaiador,
do Quadro II, extinto, Estrada de
Ferro Central do Brasil, do Ministério
da Viação e Obras Públicas, fica
transformado na de Técnico de Labo-
ratório e reestruturada na forma da
tabela anexa.

Art. 2.º. Os títulos dos funcioná-
rios atingidos pelo disposto no artigo
anterior serão apostilados pela Divi-
são do Pessoal do Ministério.

Art. 3.º. A despesa com a execução
do disposto neste Decreto-lei será
atendida com os recursos da conta-
corrente do Quadro.

Art. 4.º. Este Decreto-lei entrará
em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º
da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Classe	Exce- Exce-	Vagos	Quadro
—	<i>Ensaaiador</i>	—				1	<i>Técnico de La- boratório</i>	L	—	1	
—	—				1	K	—	1	
1	J				1	J	—	—	
2	I				2	I	—	—	
2	H				2	H	—	—	
5						7			—	2	

DECRETO-LEI N.º 7.928 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1945

Institui condecorações destinadas a premiar serviços prestados à humanidade, por intermédio da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira, considerada de caráter nacional pelo Decreto n.º 9.620, de 13 de junho de 1912.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam instituídas as condecorações da Cruz Vermelha Brasileira, destinadas a premiar serviços prestados à humanidade, por intermédio da referida Sociedade, constituídas de cruzeiros e medalhas, que poderão ser conferidas a brasileiros e a estrangeiros, civis de ambos os sexos, e a militares.

Parágrafo único — Essas condecorações serão assim denominadas: Cruz de Honra, Cruz de Benemerência, Cruz de Distinção, Cruz de Mérito, Cruz de Serviços Distintos, Medalha de Bons Serviços, Medalha de Conduta Exemplar e Medalha de Assiduidade.

Art. 2.º — A Cruz de Honra será atribuída aos presidentes honorários da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira e, excepcionalmente, a entidades que tenham prestado relevantes serviços à sua obra ou, por intermédio, praticado atos de mais alta benemerência à humanidade, conferindo-se uma só vez a cada pessoa ou entidade.

Parágrafo 1.º — Essa condecoração compõe-se:

a) duma cruz patêa, esmaltada de branco, tendo no centro o emblema da Cruz Vermelha, encerrado num círculo de esmalte verde com a divisa "*In pace et in bello caritas*", em letras de ouro (mod. 1), e, no verso, de ouro fosco, 1945, em outro círculo, com a legenda Cruz Vermelha Brasileira (mod. 11);

b) duma placa de prata, em forma de dardos, com o emblema da Cruz Vermelha no centro, circundado pela referida divisa conjunto esse envolvido por uma coroa de louros em ouro (mod. 9).

Parágrafo 2.º — A Cruz de Honra, pendente do pescoço por uma fita chamalotada vermelha, com três listras brancas iguais, duas nos bordos e uma no centro, será usada conjuntamente com a placa de prata, presa ao lado esquerdo do peito.

Art. 3.º — Atribuir-se-á a Cruz de Benemerência às pessoas e entidades que, por serviços relevantes, tenham contribuído eficazmente para o desenvolvimento da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira e, por esse motivo, consideradas benemeritas.

Parágrafo único — Essa condecoração constitui-se, apenas, da cruz descrita, na alínea a do § 1.º do artigo anterior.

Art. 4.º — As altas distinções, de que tratam os arts. 2.º e 3.º do presente decreto, serão concedidas por decreto do Presidente da República, mediante proposta da Diretoria da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira, devidamente processada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

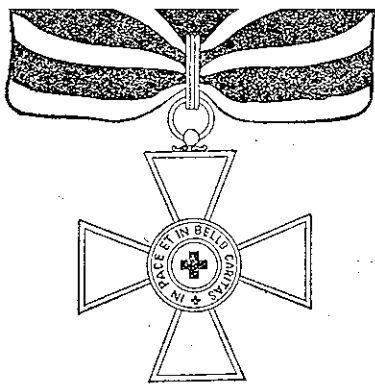
Art. 5.º A Cruz de Distinção será conferida às pessoas e entidades que, de maneira especial, colaborem na obra da Cruz Vermelha, tornando mais eficiente a sua ação ou difundindo os princípios humanitários que a caracterizam, podendo, ainda, ser excepcionalmente concedida:

a) às pessoas e entidades, nacionais ou estrangeiras, que promovam ou façam doações valiosas de qualquer natureza à Sociedade Cruz Vermelha Brasileira.

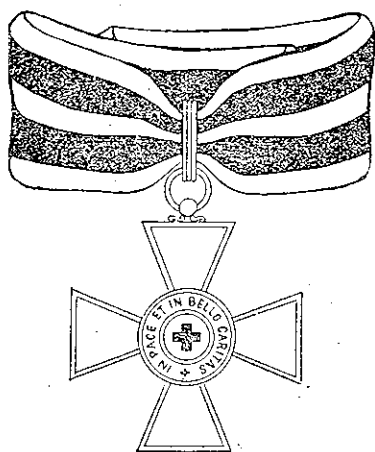
b) às pessoas ou entidades que tenham prestado outros serviços à Sociedade, reconhecidos pelo voto unânime da Diretoria do órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira.

Parágrafo único. — A condecoração prevista neste artigo consiste em uma cruz idêntica à de Benemerência, porém de dimensões reduzidas, e será usada ao lado esquerdo do peito, pendente da fita a que se refere o parágrafo 2.º do art. 2.º.

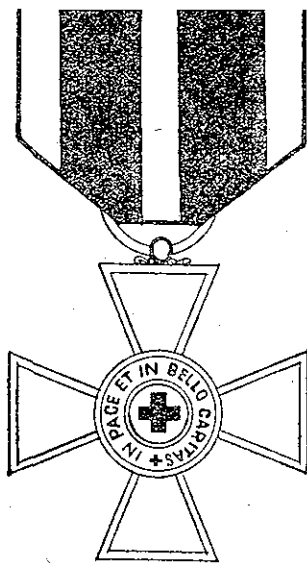
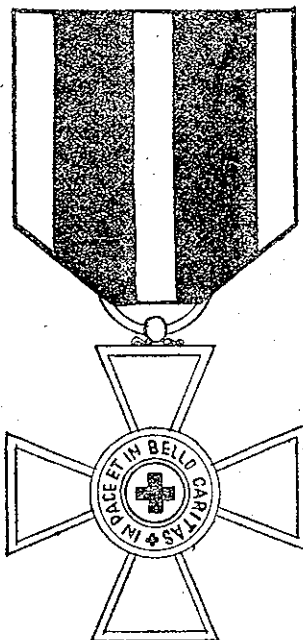
Art. 6.º As pessoas ou entidades que, por notórios e constantes serviços prestados, sejam merecedores de prova de reconhecimento por parte da Cruz Vermelha Brasileira, conceder-se-á a Cruz de Mérito.



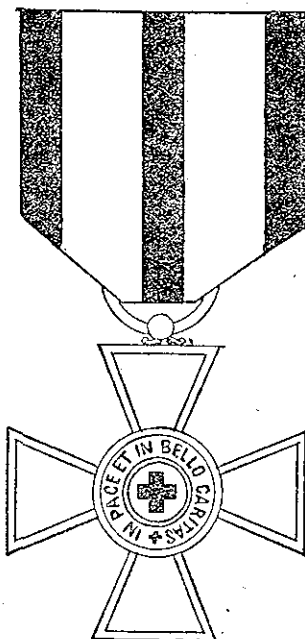
MODÉLO N.º 2
CRUZ DE BENEMERÊNCIA



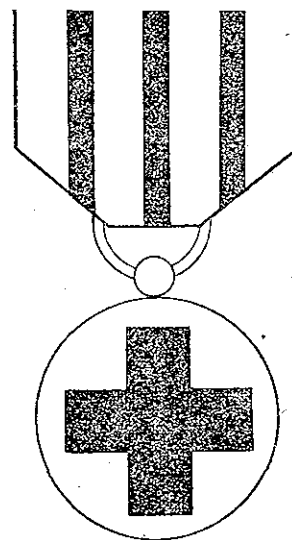
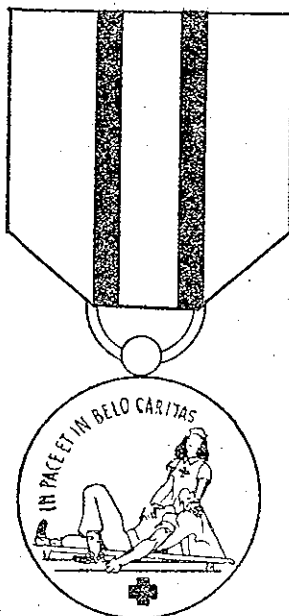
MODÉLO N.º 3
CRUZ DE DISTINÇÃO



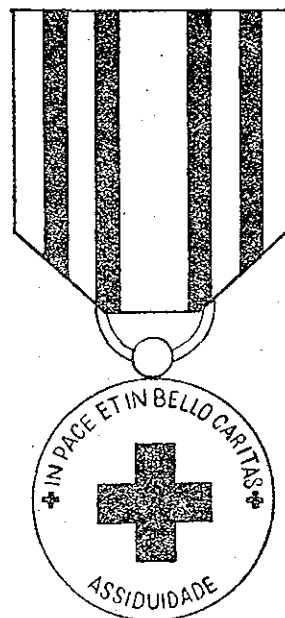
MODÉLO N.º 5
CRUZ DE SERVIÇOS DISTINTOS



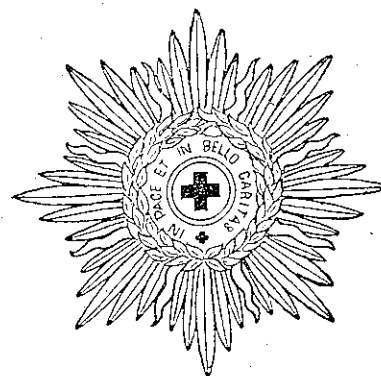
MODÉLO N.º 6
MEDALHA DE BONS SERVIÇOS



MODÉLO N.º 8
MEDALHA DE ASSIDUIDADE



MODÉLO N.º 9



MODÉLO N.º 10



MODÉLO N.º 11



Parágrafo único. A Cruz de Mérito será idêntica à Cruz de Distinção, porém montada em prata, pendente da fita a que alude o artigo anterior.

Art. 7.º A Cruz de Serviços Distintos, destinada exclusivamente ao pessoal da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira, visa premiar o heroísmo e a abnegação, nos atos de atender, socorrer e transportar feridos e enfermos de guerra.

Parágrafo 1.º Quando os serviços forem prestados com iminente risco de vida, caberá a concessão da cruz de prata e, em circunstâncias menos perigosas, a de bronze.

Parágrafo 2.º A Cruz de que trata este artigo, idêntica às Cruzes de Distinção e de Mérito, será toda de prata ou de bronze e usada pendente de uma fita branca chamalotada, com 3 listras vermelhas iguais, duas nos bordos e uma no centro.

Art. 8.º A Medalha de Bons Serviços tem por fim premiar serviços meritórios prestados na condução e tratamento de feridos e doentes de guerra, ou as pessoas que, por qualquer forma, se excedam das suas atribuições em benefício da Cruz Vermelha ou da humanidade.

Parágrafo 1.º Essa medalha será de prata ou de bronze, em forma de círculo, representando, no anverso, uma enfermeira socorrendo um acidentado; à margem esquerda superior terá a divisa — *In pace et in bello caritas* — e, na parte inferior, ao centro, o emblema da Cruz Vermelha; no reverso constará a legenda Cruz Vermelha Brasileira, semi-envolvida por uma coroa de louros, e será usada pendente de uma fita chamalotada branca, com duas listras vermelhas, iguais, ao centro (modelo 6).

Parágrafo 2.º Caberá a concessão da medalha de prata, quando se tratar de serviços de caráter relevante, e, noutras circunstâncias, a medalha de bronze.

Art. 9.º A Medalha de Conduta Exemplar será atribuída exclusivamente ao pessoal dos diversos setores da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira, que prestar serviço de tratamento e condução de feridos e doentes, em geral, ou que revele espírito de cola-

boração na obra humanitária da Cruz Vermelha.

Parágrafo único. A Medalha de que trata este artigo será de bronze, em forma de círculo, contendo, no anverso, o emblema da Cruz Vermelha, e terá reverso idêntico ao da Medalha de Bons Serviços, usada pendente de uma fita chamalotada branca, com três listras vermelhas iguais (mod. 7).

Art. 10. A assiduidade, sem interrupção, durante cinco anos pelo menos, será premiada com a Medalha de Assiduidade, destinada exclusivamente ao pessoal da Cruz Vermelha Brasileira.

Parágrafo único. A Medalha prevista neste artigo será de bronze, em forma de círculo, e conterà no anverso: ao centro, o emblema da Sociedade na parte superior, a divisa — *In pace et in bello caritas* e, na parte inferior, a palavra Assiduidade; será usada pendente de uma fita chamalotada branca, com quatro listras vermelhas iguais, dispostas em dois pares (mod. 8).

Art. 11. Todas as despesas decorrentes da instituição das condecorações da Cruz Vermelha Brasileira ficarão a cargo da mesma Sociedade, que expedirá as instruções necessárias a sua concessão.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.929 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1945

Altera as carreiras de Escrivário, Guarda-civil e Maquinista Marítimo, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, que fazem parte integrante deste Decreto-lei, as car-

reiras de Escriurário e Guarda-civil, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e Maquinista Marítimo, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º As promoções, da classe F à classe G da carreira de Guarda-civil, dependerão de conclusão de curso de aperfeiçoamento da Escola de Polícia, do Departamento Federal de Segurança Pública, e obedecerão à respectiva ordem de classificação, preenchidos os requisitos gerais, estipulados em lei e regulamento.

Art. 3.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de cinco milhões, cento e setenta e nove mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 5.179.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente
00 — Pessoal Civil

77—Quadros do Ministério.. Cr\$ 5.179.200,00

Parágrafo único. O crédito destina-se ao provimento dos seguintes cargos:

119 provisórios e 65 vagos da classe E da carreira de Escriurário;

60 vagos da classe H, 350 da classe F e 201 da classe E da carreira de Guarda-civil; e

558 vagos da classe D da carreira de Guarda-civil.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
75	<i>Escrivão</i>	G	—	16	—	140	<i>Escrivão</i>	G	—	81	—
130	F	—	75	—	200	F	—	145	—
215	E	—	—	107	280	E	—	65	226
420		—	91	107	620			—	291	226

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 620.

20	Guarda-civil	H	—	—	Q. P.	140	<i>Guarda-civil</i>	H	—	120	
60	Guarda-civil	G	—	—	Q. P.	260	G	—	200	
150	Guarda-civil	F	—	—	Q. P.	500	F	—	350	
599	Guarda-civil	E	—	—	Q. P.	800	E	—	201	
1.000	Guarda-civil	D	—	58	Q. P.	1.500	D	—	558	
1.829			—	58		3.200			—	1.429	

Observações — Os cargos vagos das classes E e F e 60 da classe H poderão ser providos, no segundo quadrimestre de 1945, por promoção dentre os funcionários que, em 30 de junho, preenchiam as condições regulamentares.

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos		Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
							<i>Maquinista Marítimo</i>				
9	Maquinista Marítimo	10	—	—	Q. S.	9	10	—	—	
1	Maquinista Marítimo	7	—	—	Q. S.	1	7	—	—	
4	Maquinista Marítimo	4	—	—	Q. S.	5	4	—	—	
1	Guarda-Civil	E	—	—	Q. P.					
1	Maquinista Marítimo	3	—	—	Q. S.	1	3	—	—	
16						16					

Observação — O cargo de guarda-civil, transferido para esta carreira, continuará ocupado por Júlio Rodrigues.

DECRETO-LEI N.º 7.930 DE 3 DE
SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre vendas imobiliárias e de mercadorias, a prestações, mediante sorteio, e sobre a distribuição de prêmios, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A venda de bens imóveis e de mercadorias, a prestações, mediante sorteio, e a distribuição de prêmios, bonificações, quinhões, cupões gratuitos com direito a prêmios, sob qualquer forma, salvo se regidas por leis especiais, somente serão permitidas às organizações autorizadas de acordo com o presente decreto-lei.

Parágrafo único. A distribuição de título da Dívida Pública Federal, Estadual ou Municipal, como prêmio de sorteio, obedecerá às restrições impostas pelo art. 42 e parágrafo único do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO E SUAS CONDIÇÕES

Art. 2.º As organizações que pretenderem operar por qualquer dos modos previstos no artigo anterior deverão provar a integralização do capital mínimo de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) no caso de vendas imobiliárias e de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), nas demais.

§ 1.º O requerimento de habilitação mencionará a sede da organização e seu ramo de negócio, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de arquivamento do estatuto, contrato social ou registro de firma individual na repartição competente;
- b) prova de quitação de impostos federais, estaduais e municipais;
- c) prova de idoneidade financeira, civil e penal de cada sócio, diretor ou responsável pela organização;
- d) descrição minuciosa do plano, processo do sorteio, modelo dos títulos, cupões e recibos a emitir.

§ 2.º Não será permitida a execução de planos com sorteios de interregno menor de trinta (30) dias.

§ 3.º A autorização para funcionamento será concedida pela Diretoria Geral da Fazenda Nacional, mediante expedição de Carta Patente.

Art. 3.º Os processos de habilitação serão instruídos, no Distrito Federal, pela Diretoria das Rendas Internas, e, nos Estados e Territórios, pelas Delegacias Fiscais, que os encaminharão à Diretoria Geral da Fazenda Nacional por intermédio daquela Diretoria.

Art. 4.º A Diretoria Geral da Fazenda Nacional, considerando as informações e pareceres sobre a idoneidade do requerente, viabilidade dos planos e suficiência de capital para garantir sua execução, decidirá sobre o pedido.

Art. 5.º Concedida a autorização, será expedida Carta Patente, depois de recolhida a cota semestral de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) e assinado na Procuradoria Geral da Fazenda Pública termo de fiel depositário das quantias que a organização receber para aplicação de acordo com os planos aprovados, e do qual constará que o requerente se submete às disposições do presente decreto-lei.

§ 1.º Os semestres, para o fim indicado neste artigo, terminarão em 30 de junho e 31 de dezembro, sendo pago por inteiro o semestre dentro do qual for expedida a Carta Patente.

§ 2.º O plano e o processo de sorteio serão publicados no *Diário Oficial* e a Carta Patente registrada no Registro de Comércio.

Art. 6.º A Carta Patente autoriza o funcionamento das organizações em todo o território nacional.

§ 1.º Fora de sua sede, as organizações poderão admitir agentes ou representantes, autorizados pela Diretoria das Rendas Internas ou pelas Delegacias Fiscais, devendo as autorizações ser registradas na repartição arrecadadora do local para que o agente ou representante for nomeado.

§ 2.º O registro da autorização será concedido mediante prova de que a casa matriz está legalmente habilitada, instruído o pedido com os seguintes documentos:

- a) carta de nomeação do agente, com as firmas reconhecidas e visadas

pelas autoridades fiscais a que estiver sujeita a casa matriz;

b) prova de expedição da Carta Patente, e de aprovação do plano, admitidas para êsse fim certidão ou cópia fotostática desses atos ou exemplar da publicação no *Diário Oficial*.

Art. 7.º As organizações somente poderão operar após o cumprimento das formalidades estabelecidas no artigo 5.º e seu § 2.º e uma vez designado o fiscal.

Art. 8.º Sobre os prêmios efetivamente distribuídos em cada sorteio, cobrar-se-á:

a) o imposto de dez por cento (10%), cujo recolhimento deverá ser feito ao Tesouro Nacional ou às Delegacias Fiscais, dentro de quinze (15) dias, após o sorteio, mediante guia visada pelo fiscal;

b) meio por cento (1/2%) de Selo Penitenciário, que deverá ser inutilizado em livro próprio.

Art. 9.º As organizações que distribuírem prêmios por sorteio servir-se-ão obrigatoriamente do resultado dos sorteios realizados pelo Loteria Federal, o qual se fará afixar na sede da organização em lista assinada por seu representante e pelo fiscal, e imediatamente publicada na imprensa.

Art. 10 Concorrerá aos sorteios quem estiver prévia e regularmente inscrito no livro de inscrição de prestamistas das agências ou das casas matrizes e quite com as devidas prestações.

Art. 11 Os direitos dos prestamistas somente poderão ser declarados caducos em benefício das organizações se verificada a falta de pagamento de três (3) prestações sucessivas.

Parágrafo único. O direito à coisa sorteada não prescreverá antes de um (1) ano, condição que deverá constar dos planos submetidos à aprovação.

Art. 12 Sem prejuízo dos prestamistas anteriormente inscritos, as organizações poderão requerer a aprovação de novos planos.

Art. 13 No caso de modificação da sociedade à qual tenha sido outorgada Carta Patente, o concessionário deverá requerer a transferência da concessão, mencionando a nova razão social e

juntando prova de quitação dos impostos a que está obrigado.

Art. 14 Quando a organização desistir da concessão, deverá requerer cancelamento da Carta Patente e baixa do termo de responsabilidade, depois de convidar os interessados, mediante edital publicado durante quinze (15) dias, a alegarem o que fôr de direito. Antes de despachado o processo, deverá ser ouvido o fiscal sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário.

Art. 15 A falta de recolhimento de duas (2) cotas semestrais importará a caducidade da Carta Patente, sem prejuízo da multa que no caso couber.

Art. 16 A emissão seriada de títulos de inscrição ou de cupões com direito a prêmios por sorteio não poderá exceder de cem mil (100.000) combinações, obrigatoriamente numeradas.

Art. 17 Ficam sujeitos ao imposto do selo previsto no art. 94 da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, os títulos emitidos pelas organizações a que se refere o presente decreto-lei, calculado o imposto sobre o valor do objeto da compra e pago por meio de estampilhas apostas nos títulos e inutilizadas pelo emitente.

§ 1.º O título, quando sorteado com valor superior ao do objeto da compra, fica sujeito ao selo proporcional sobre o valor excedente.

§ 2.º Ficam também sujeitos ao selo previsto neste artigo os títulos transferidos de prestamista ou de plano, dentro da mesma organização ou entre organizações diversas.

Art. 18 Para fins estatísticos, as organizações comunicarão à Diretoria das Rendas Internas, dentro de vinte (20) dias após o sorteio de cada mês, sob registro postal ou mediante protocolo de entrega, o número de títulos emitidos no mês anterior e as importâncias pagas relativamente ao imposto previsto no art. 17, acrescido da taxa de Educação e Saúde.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere este artigo deverá ser visada pelo fiscal.

Art. 19. O valor total dos prêmios a distribuir corresponderá, no mínimo

a vinte por cento (20 %) da receita mensal prevista em cada série.

§ 1º. O prêmio maior de cada série não ultrapassará o valor de um quinto (1/5) da percentagem prevista neste artigo.

§ 2º. As organizações imobiliárias distribuirão prêmios ou bonificações de valor nunca inferior ao do objeto da compra; os prêmios das demais organizações serão de, no mínimo, cinquenta por cento (50 %) do valor da mercadoria vendida.

Art. 20. As prestações mensais dos planos não serão inferiores a dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) para as organizações imobiliárias e a cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00) para as demais.

Parágrafo único. O prestamista pagará uma taxa de inscrição não excedente ao valor de uma prestação mensal.

Art. 21. Para constituição de patrimônio, as organizações aplicarão o mínimo de trinta por cento (30 %) da arrecadação bruta mensal na aquisição de imóveis ou mercadorias referentes às vendas efetuadas.

Parágrafo único. As despesas de administração não poderão exceder de quarenta por cento (40 %) da receita bruta mensal.

Art. 22. O prazo da venda não poderá exceder de cento e oitenta (180) meses.

Parágrafo único. O prestamista que completar o pagamento de todas as prestações fixadas no plano, receberá imediatamente o objeto da compra no valor equivalente ao total das prestações pagas.

Art. 23. No caso de transferência de prestamista de um plano para outro, na mesma organização ou em organização diversa, serão creditadas ao interessado as mensalidades pagas e contado o tempo decorrido para efeito de conclusão de pagamento, observadas as condições de cada plano.

Art. 24. As organizações comprovarão, oito (8) dias antes da data do sorteio, a propriedade dos imóveis ou mercadorias a sortear.

Art. 25. Se os imóveis ou mercadorias tiverem de ser escolhidos pelo premiado, as organizações, dentro do prazo do artigo anterior, depositarão,

na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil S.A., o valor referente ao prêmio.

Parágrafo único. Se nenhum prestamista for sorteado, o fiscal permitirá o levantamento do depósito; caso contrário, o depósito só será retirado depois que o prestamista entrar na posse do prêmio, provada pela transcrição da respectiva escritura se for imóvel, ou por declaração do prestamista, se se tratar de mercadoria.

Art. 26. Não havendo prova da existência do prêmio, da efetuação do depósito no caso do art. 25, ou ainda, quando apurado que o prêmio a sortear é de valor inferior ao prometido, será sustada a realização do sorteio pela Diretoria das Rendas Internas ou pelas Delegacias Fiscais e remetido o processo ao Diretor Geral da Fazenda Nacional, para que delibere, ouvido o concessionário da Carta Patente, sobre a conveniência de ser mantida a concessão.

Art. 27. O prazo máximo para entrega do prêmio, ou para o resgate será: no Distrito Federal, de cento e vinte (120) dias para imóveis e trinta (30) dias para mercadorias; nos Estados, de sessenta (60) e trinta (30), respectivamente.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS SEM SORTEIO

Art. 28. Entende-se por distribuição de prêmios sem sorteio a entrega de imóveis, mercadorias e títulos, em virtude de resultado de concursos em forma de previsões, decifrações, cálculos, testes de inteligência, seleção de predicações artísticas e outras modalidades.

Art. 29. A distribuição de prêmios sem sorteio depende de autorização, que deverá ser requerida na forma do art. 2º deste Decreto-lei.

Art. 30. Concedida a autorização e cumpridas as exigências do artigo 5º e seu § 2º, será designado o fiscal e fixados, data e horários dos concursos.

Art. 31. O resultado dos concursos será encerrado em envelopes lacrados, para visto do fiscal, que os abrirá quando da apuração definitiva; verifi-

cado o acerto das soluções e os nomes dos vencedores, organizar-se-á lista, autêntica pelo fiscal, para a necessária publicação.

Art. 32. Os estabelecimentos que efetuarem as operações previstas no art. 28, terão livro aberto, encerrado e rubricado pelo fiscal, com as seguintes indicações:

- a) nome da organização;
- b) processo adotado para distribuição dos prêmios;
- c) data do início e terminação dos concursos;
- d) relação dos prêmios a distribuir;
- e) nome do concorrente vencedor;
- f) resultado final do concurso.

Art. 33. Sobre o valor dos prêmios efetivamente distribuídos será recolhido o imposto de dez por cento (10 %), além do Selo Penitenciário de que trata o art. 8.º.

Art. 34. Nenhum concurso se realizará sem a prova de quitação dos impostos referentes ao concurso anterior.

Art. 35. Não poderá ser adiada ou recusada a entrega de prêmios, uma vez apurado o direito do vencedor.

Art. 36. Na hipótese de exploração da firma ou desistência da exploração da Carta Patente, as organizações deverão proceder de acordo com o art. 14.

CAPÍTULO III

DO SORTEIO DE PRÊMIOS PARA PROPAGANDA

Art. 37. Os teatros, cinemas e outras casas de diversões, empresas de anúncios, jornais, estações de rádio e quaisquer outros estabelecimentos comerciais poderão emitir gratuitamente, como propaganda, cupões numerados ou numerar bilhetes de ingresso, recibos, rótulos, cintas, invólucros, buías ou outros elementos usados como meio de reclame, para distribuir prêmios mediante sorteio, desde que se habilitem na forma do art. 2.º e seus parágrafos deste decreto-lei.

Art. 38. Obtida a autorização, cumpridas as formalidades do art. 5.º e parágrafos e designado o fiscal, poderá ser iniciada a distribuição dos elementos de propaganda.

Art. 39. Os elementos utilizados para a distribuição de prêmios por

sorteio, a que se refere o art. 37, deverão ser impressos e conter:

- a) nome, sede e ramo de negócio do estabelecimento que os distribui;
- b) número sorteável;
- c) dia, hora e local do sorteio;
- d) local em que será efetuado o pagamento dos prêmios;
- e) processo do sorteio e suas condições;
- f) prazo de prescrição;
- g) visto ou chancela do fiscal.

Parágrafo único. As empresas de anúncios deverão mencionar nos elementos utilizados para distribuição dos prêmios o nome do concessionário responsável.

Art. 40. O resultado do sorteio, constante de lista visada pelo fiscal, será afixado na sede da organização e publicado a seguir.

Art. 41. Sobre os prêmios efetivamente distribuídos será recolhido o imposto de que trata o art. 8.º.

Art. 42. As organizações que distribuírem cupões sorteáveis terão um livro talão-cupão numerado seguidamente e autenticado pelo fiscal, para destaque dos cupões a distribuir.

Art. 43. Os teatros, cinemas e outras casas de diversões, que utilizarem bilhetes de ingresso para sorteio de prêmios, deverão fornecer ao fiscal, antes de cada sorteio, a relação dos bilhetes vendidos.

Art. 44. Os estabelecimentos comerciais que fizerem a distribuição de prêmios por meio de números, apostas e outros meios de propaganda deverão fornecer ao fiscal relação de todos os números emitidos, antes da realização do sorteio.

Art. 45. Todos os estabelecimentos que, por qualquer modo, distribuírem prêmios na conformidade deste Capítulo deverão ter livro autenticado pelo fiscal, para lançamento do número e registro dos meios de propaganda distribuídos e resgatados data do sorteio e valor dos prêmios entregues.

Parágrafo único. A exatidão da escrita desse livro será apurada à vista do canhoto do livro talão-cupão da relação dos números emitidos.

Art. 46. A desistência de exploração da Carta Patente obriga as orga-

nizações a proceder de acôrdo com o art. 14 do presente Decreto-lei, processando-se na conformidade do artigo 13 os casos de modificação ou suspensão.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 47. A fiscalização das operações previstas neste Decreto-lei, subordinada à Diretoria das Rendas Internas, será exercida pelos inspetores de clubes de mercadorias, sob a supervisão de um superintendente por ela designado.

Art. 48. Compete ao inspetor superintendente:

a) dirigir o serviço de fiscalização, velando pela execução do presente Decreto-lei;

b) designar os inspetores para a fiscalização das organizações;

c) designar os inspetores para o serviço interno, na repartição;

d) organizar o fichário das empresas autorizadas a funcionar de acôrdo com o presente Decreto-lei, e o das agências que porventura tenham;

e) emitir pareceres em processos relativos ao serviço de fiscalização do Distrito Federal, Estados e Territórios;

f) lavrar e fazer lavrar os autos de infração e apreensão;

g) efetuar as diligências e medidas necessárias à fiscalização;

h) apresentar anualmente ao diretor das Rendas Internas relatório dos trabalhos e ocorrências mais importantes do ano anterior, alvitando quaisquer medidas de interesse para a fiscalização.

Art. 49. Compete aos fiscais:

a) informar os processos que lhes forem distribuídos;

b) visar as guias referidas neste Decreto-lei e os talões de recolhimento de impostos;

c) abrir, rubricar e encerrar os livros de escrituração especial;

d) fazer apreensão de tudo o que se relacionar com as contravenções praticadas por estabelecimento que funcione em desacôrdo com as disposições do presente Decreto-lei;

e) lavrar autos de infração contra quaisquer estabelecimentos que transgridam os dispositivos legais;

f) requisitar o auxílio da polícia, quando necessário;

g) solicitar da autoridade competente as providências que forem indispensáveis ao serviço da fiscalização;

h) dar continua assistência aos estabelecimentos sob sua fiscalização;

i) fiscalizar o pagamento de todos os impostos devidos, exigindo exibição dos respectivos recibos e notificando de qualquer irregularidade;

j) fiscalizar as agências ou representantes, visando as relações de prestamistas, para remessa às casas matrizes;

l) efetuar os serviços para os quais forem designados;

m) fazer plantão quando forem escalados;

n) apresentar ao inspetor superintendente, no Distrito Federal, ou ao delegado fiscal nos Estados, até 31 de janeiro de cada ano, relatório sobre os serviços do ano anterior;

o) fiscalizar a aquisição dos objetos sorteados;

p) assistir aos sorteios e fiscalizar a entrega dos prêmios;

q) examinar, sempre que necessário, a escrituração da entidade fiscalizada, a fim de verificar sua conformidade às disposições do presente Decreto-lei.

CAPÍTULO V

DA ESCRITURAÇÃO

Art. 50. — As organizações terão um livro que será aberto, rubricado em tôdas as suas fôlhas, encerrado pelo fiscal e destinado ao registro das inscrições, com os seguintes requisitos:

a) nome da organização, processo e data do sorteio;

b) número ou designação da série do sistema de operações;

c) nome e domicílio do prestamista;

d) número de ordem de inscrição de cada prestamista na série;

e) número e valor das prestações;

f) data da inscrição;

g) determinação e valor do objeto do sorteio;

h) amortização das prestações;

2) "Observações" de ocorrências verificadas na vigência do contrato, inclusive entrega de prêmio.

§ 1.º A ficha de inscrição mencionará todos os dados previstos para o livro de inscrição de prestamistas.

§ 2.º O título de inscrição mencionará no anverso o nome da organização, sede, número da Carta Patente, plano, série, mensalidade, valor do objeto da compra, a localização, se imóvel, e a especificação, se mercadoria, nome do prestamista, assinatura do responsável pela organização e o visto do fiscal, e, no verso, trará a transcrição integral do plano.

Art. 51 — As agências ou representantes fora da sede das organizações terão um livro aberto, rubricado e encerrado pelo fiscal, para registro dos nomes dos prestamistas angariados e das prestações pagas, dele devendo extrair-se as relações de prestamistas, as quais, visadas pelo fiscal, serão enviadas às casas matrizes, para inscrição no livro competente.

Art. 52 — As organizações enviarão mensalmente à Diretoria das Rendas Internas um demonstrativo de sua receita e despesa e, semestralmente, um balancete.

Parágrafo único — A Diretoria das Rendas Internas manterá em dia um cadastro das organizações, fazendo constar do respectivo fichário todos os dados consignados nos demonstrativos e balancetes a que se refere o presente artigo.

CAPÍTULO VI

DAS CONTRAVENÇÕES

Art. 53. As contravenções deste Decreto-lei serão punidas mediante processo fiscal, que se iniciará por meio de auto ou representação.

Art. 54. Os prazos e formalidades processuais são os estabelecidos no Capítulo XII do Decreto-lei número 7.404, de 22 de março de 1945.

Art. 55. Além das penas em que possam incorrer, por infração das leis penais e da lei da economia popular, ficam os infratores do presente Decreto-lei sujeitos ainda às seguintes:

a) multa de dois (2) a cinco (5) mil

cruzeiros e o dobro na reincidência, os que efetuarem a distribuição de prêmios por qualquer dos meios previstos neste Decreto-lei, sem a necessária autorização;

b) multa de dois (2) a cinco (5) mil cruzeiros e o dobro na reincidência, além do cancelamento da Carta Patente, os que, autorizados a funcionar, dificultarem ou impedirem a fiscalização, ou efetuarem operações a revelia do fiscal;

c) multa de mil (1.000) a três mil (3.000) cruzeiros e suspensão do funcionamento enquanto não obtiverem quitação, os que, devidamente autorizados, deixarem de recolher as contribuições devidas;

d) multa de mil (1.000) a três mil (3.000) cruzeiros e o dobro na reincidência, além do cancelamento da Carta Patente, os que deixarem de fazer a entrega da coisa vendida, ou do prêmio sorteado no prazo devido;

e) multa de mil (1.000) a três mil (3.000) cruzeiros, aos que infringirem qualquer outra disposição deste Decreto-lei.

Art. 56. Constitui crime contra a economia popular, sujeito a processo e julgamento perante o Tribunal de Segurança Nacional, na forma da legislação em vigor:

a) adulterar ou falsificar a escrita comercial ou fiscal;

b) sortear imóveis, mercadorias e outros bens previstos nos planos aprovados, sem a prova de sua plena propriedade;

c) apropriar-se indevidamente de valores, documentos ou importâncias, que se relacionem com as vendas a prestações regidas por este Decreto-lei.

Art. 57. O pagamento de prêmios ou bonificações em dinheiro implicará no imediato cancelamento da Carta Patente, ficando a organização atuada a obrigação de indenizar integralmente todos os prestamistas em dia.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. As organizações terão o prazo de noventa (90) dias para se adaptarem às disposições do presente

decreto-lei e requererem a aprovação de novos planos, que deverão substituir os actuais.

Art. 59. O processo de adaptação das organizações será instruído na forma do art. 2.º d'este decreto-lei.

Art. 60. As transferências de prestamistas, dos antigos planos para os adaptados ás disposições d'este Decreto-lei, serão feitas sob fiscalização da Directoria das Rendas Internas, de modo que não sofram prejuizo os interesses confiados ás organizações.

Art. 61. Os processos instaurados em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 6.659, de 7 de julho de 1944, serão julgados pela repartição de primeira instância que tenha jurisdição na sede da organização autuada.

Art. 62. A Directoria das Rendas Internas resolverá os casos omissos e expedirá as ordens e instruções necessárias á execução do presente decreto-lei.

Art. 63. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.931 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os cargos e funções gratificadas do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os cargos e funções gratificadas do Quadro do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda, transferidos para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pelo Decreto-lei n.º 7.532, de 25 de maio de 1945, são os abaixo relacionados e passam a integrar os Quadros daquele Ministério, da seguinte forma:

QUADRO PERMANENTE

Cargos em Comissão

Padrão

1 — Diretor Geral — D.N.I.	R
4 — Diretor de Divisão — D.N.I.	P
1 — Diretor do Serviço de Administração — D.N.I.	N

Cargo isolado de provimento efetivo

1 — Tesoureiro — D.N.I., padrão I, vago, de provimento condicionado à supressão de 1 — Tesoureiro, padrão K — D.N.I., do Q.S.	
---	--

Funções gratificadas

1 — Secretário do Diretor Geral do D. N. I., com .. 6.600,00 anuais	
4 — Secretário de Diretor de Divisão do D. N. I., com 5.400,00 anuais	
6 — Chefe de Seção do D. N. I., com 5.400,00 anuais	
1 — Chefe da Seção de Pessoal do D. N. I., com ... 5.400,00 anuais	

QUADRO SUPLEMENTAR

Cargos isolados de provimento efetivo

Padrão

1 — Censor do D.N.I.	N
7 — Censor do D.N.I.	M
1 — Redator do D.N.I.	L
1 — Secretário do D.N.I.	L
1 — Chefe de Seção do D.N.I.	L
1 — Subsecretário do D.N.I.	K
3 — Redator do D.N.I.	H
1 — Locutor do D.N.I.	H
1 — Chefe de Portaria do D.N.I.	G
1 — Técnico do D.N.I.	F
1 — Tesoureiro do D.N.I.	K

Parágrafo único. O cargo de Diretor do Serviço de Administração — D.N.I., padrão N, só poderá ser provido quando vagar o cargo a que se refere o artigo seguinte.

Art. 2.º Fica transferido, do Quadro Permanente para o Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo de Diretor do Serviço de Administração, padrão O,

criado pelo art. 8.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945.

Art. 3.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério.

Art. 4.º Fica suprimido o Quadro do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda.

Art. 5.º Os trabalhos do Departamento Nacional de Informações serão executados por funcionários dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, lotados no Departamento, por funcionários requisitados e por extranumerários admitidos na forma da legislação vigente.

Art. 6.º Fica revogado o disposto no corpo do art. 8.º e o art. 9.º do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945.

Art. 7.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 28 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.932 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o atual Orçamento do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual Orçamento do Ministério da Guerra (anexo 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas, material para conservação de instalações de máquinas e aparelhos: so-

bressalentes de máquinas e de viaturas, artigos de iluminação.

Passa de	Cr\$ 19.185.382,00
Para	Cr\$ 20.177.353,00
(aumento de Cr\$ 991.971,00).	

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c 41 — Adaptações a gasogênio.

Passa de	Cr\$ 1.000.000,00
Para	Cr\$ 8.029,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Goes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.933 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944, como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 12 — Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reservado	
29 — Departamento Federal de Segurança Pública	Cr\$ 5.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.934 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Atribui aos Promotores Públicos o encargo de promover, assistir e acompanhar as reclamações de empregados, em matéria trabalhista.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica atribuído aos Promotores Públicos o encargo de promover, assistir e acompanhar as reclamações de empregados, em matéria trabalhista, quando nas respectivas comarcas não houver Juntas de Conciliação e Julgamento ou sindicatos da categoria profissional do reclamante, devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A importância total das custas cobradas será dividida proporcionalmente entre o juiz, o promotor público, o escrivão e os servidores do Juízo que tiverem funcionado no feito, excetuados os distribuidores, cujas custas serão pagas no ato, de acordo com o regimento local.

Parágrafo único. A divisão a que se refere este artigo será fixada em tabela expedida pelo Conselho Nacional do Trabalho, dentro de trinta dias, a contar da expedição do presente Decreto-lei.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.935 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Aprova a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Velloso.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS,

Resolvidos

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos princípios fundamentais do homem na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e,

a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e

a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.

E para tais fins

praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e

unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum,

a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. *Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.*

Em vista disso, nossos respectivos governos, por intermédio de representantes reunidos na Cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

CAPÍTULO I

PROPÓSITOS E PRINCÍPIOS

Artigo 1

Os Propósitos das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaça à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e de auto-determinação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das Nações para a consecução desses objetivos comuns.

Artigo 2

A Organização e seus Membros, para a realização dos Propósitos men-

cionados no Artigo 1, agirão de acordo com os seguintes princípios;

1. A Organização é baseada no princípio de igualdade soberana de todos os seus membros.

2. Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membros, deverão cumprir de boa-fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta.

3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.

4. Todos os Membros deverão evitar, em suas relações internacionais, a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.

5. Todos os Membros darão às Nações Unidas toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta, e se absterão de dar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.

6. A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais.

7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS

Artigo 3

Os Membros originais das Nações Unidas serão os Estados que, tendo

participado da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização internacional, realizada em São Francisco, ou, tendo assinado previamente a Declaração das Nações Unidas, de 1.º de janeiro de 1942, assinarem a presente Carta e a ratificarem, de acordo com o artigo 110.

Artigo 4

1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os Estados amantes da paz que acertarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptas e dispostas a cumprir tais obrigações.

2. A admissão de qualquer desses Estados como Membro das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 5

O Membro das Nações Unidas, contra o qual fôr levada a efeito ação preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de Membro pela Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo Conselho de Segurança.

Artigo 6

O Membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os Princípios contidos na presente Carta, poderá ser expulso da Organização pela Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

CAPÍTULO III

Órgãos

Artigo 7

1. Ficam estabelecidos como órgãos especiais das Nações Unidas: uma Assembléia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado.

2. Serão estabelecidos, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados de necessidade.

Artigo 8

As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade, de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários.

CAPÍTULO IV

A ASSEMBLÉIA GERAL

Composição

Artigo 9

1. A Assembléia Geral será constituída por todos os Membros das Nações Unidas.

2. Cada Membro não deverá ter mais de cinco representantes na Assembléia Geral.

Funções e atribuições

Artigo 10

A Assembléia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos, e, com exceção do estipulado no artigo 12, poderá fazer recomendações aos Membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles, conjuntamente, com referência a qualquer daquelas questões ou assuntos.

Artigo 11

1. A Assembléia Geral poderá considerar os princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais, inclusive os princípios que disponham sobre o desarmamento e a regulamentação dos armamentos, e poderá fazer recomendações relativas a tais princípios aos Membros ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles conjuntamente.

2. A Assembléia Geral poderá discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais que a ela forem subme-

tidas por qualquer Membro das Nações Unidas, ou pelo Conselho de Segurança, ou por um Estado que não seja Membro das Nações Unidas, de acordo com o Artigo 35, parágrafo 2, e, com exceção do que fica estipulado no Artigo 12, poderá fazer recomendações relativas a quaisquer destas questões ao Estado ou Estados interessados ou ao Conselho de Segurança ou a ambos. Qualquer destas questões, para cuja solução for necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão.

3. A Assembleia Geral poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança para situações que possam constituir ameaça à paz e à segurança internacionais.

4. As atribuições da Assembleia Geral enumeradas neste artigo não limitarão a finalidade geral do Artigo 10.

Artigo 12

1. Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhes são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite.

2. O Secretário Geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem sendo tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral, ou aos Membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos.

Artigo 13

1. A Assembleia Geral iniciará estudos e fará recomendações, destinados a:

a) promover cooperação internacional no terreno político e incentivar o

desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação;

b) promover cooperação internacional aos terrenos econômicos, social, cultural, educacional e sanitário, e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

2. As demais responsabilidades, funções e atribuições da Assembleia Geral em relação aos assuntos mencionados no parágrafo 1 (b) acima, estão enumerados nos capítulos IX e X.

Artigo 14

A Assembleia Geral, sujeita aos dispositivos do Artigo XII, poderá recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação, qualquer que seja sua origem, que lhe pareça prejudicial ao bem estar geral ou às relações amistosas entre as nações, inclusive em situações que resultem da violação dos dispositivos da presente Carta que estabelecem os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

1. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios anuais e especiais do Conselho de Segurança. Esses relatórios incluirão uma relação das medidas que o Conselho de Segurança tinha adotado ou aplicado a fim de manter a paz e a segurança internacionais.

2. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios dos outros órgãos das Nações Unidas.

Artigo 16

A Assembleia Geral desempenhará, com relação ao sistema internacional de tutela, as funções a ela atribuídas nos Capítulos XII e XIII, inclusive a aprovação de acordos de tutela referentes às zonas não designadas como estratégicas.

Artigo 17

1. A Assembleia Geral considerará e aprovará o orçamento da Organização.

2. As despesas da Organização serão custeadas pelos Membros, segundo cotas fixadas pela Assembléia Geral.

3. A Assembléia Geral considerará e aprovará quaisquer ajustes financeiros e orçamentários com as entidades especializadas, a que se refere o art. 57, e examinará os orçamentos administrativos de tais instituições especializadas com o fim de lhes fazer recomendações.

Votação

Artigo 18

1. Cada Membro da Assembléia Geral terá um voto.

2. As decisões da Assembléia Geral, em questões importantes, serão tomadas por maioria de 2/3 dos Membros presentes e votantes. Essas questões compreenderão: recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, a eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, a eleição dos membros do Conselho Econômico e Social, a eleição dos membros do Conselho de Tutela, de acôrdo com o § 1.º (c) do art. 86, a admissão de novos Membros das Nações Unidas, a suspensão dos direitos e privilégios de Membros, a expulsão dos Membros, questões referentes a funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentárias.

3. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de categorias adicionais de assuntos a serem debatidos por uma maioria de 2/3, serão tomadas por maioria dos Membros presentes e que votem.

Artigo 19

O Membro das Nações Unidas que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembléia Geral, se o total de suas contribuições atrasadas igualar ou exceder a soma das contribuições correspondentes ao dois anos anteriores completos. A Assembléia Geral poderá, entretanto, permitir que o referido Membro vote,

se ficar provado que a falta de pagamento é devida a condições independentes da sua vontade.

Processo

Artigo 20

A Assembléia Geral reunir-se-á em sessões anuais regulares e em sessões especiais exigidas pelas circunstâncias. As sessões especiais serão convocadas pelo Secretário Geral, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos Membros das Nações Unidas.

Artigo 21

A Assembléia Geral adotará suas regras de processo e elegerá seu Presidente para cada sessão.

Artigo 22

A Assembléia Geral poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO V

CONSELHO DE SEGURANÇA

Composição

Artigo 23

1. O Conselho de Segurança será composto de 11 Membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembléia Geral elegerá seis outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos Membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização, e também a distribuição geográfica equitativa.

2. Os membros não permanentes do Conselho de Segurança serão eleitos por um período de 2 anos. Entretanto, na primeira eleição dos membros não permanentes, três deverão ser escolhidos pelo período de um ano. Nenhum membro que termine seu

mandato poderá ser reeleito para o período imediato.

3. Cada membro do Conselho de Segurança terá uma representante.

Funções e atribuições

Artigo 24

1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais, e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança age em nome deles.

2. No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas. As atribuições específicas do Conselho de Segurança para o cumprimento desses deveres estão enumerados nos capítulos VI, VII, VIII e XII.

3. O Conselho de Segurança submeterá relatórios anuais e, quando necessário, especiais à Assembléia Geral para sua consideração.

Artigo 25

Os Membros das Nações Unidas concordaram em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.

Artigo 26

A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, desviando para armamentos o menos possível dos recursos humanos e econômicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de formular com a assistência da Comissão de Estado Maior, a que se refere o art. 47, os planos a serem submetidos aos Membros das Nações Unidas, para o estabelecimento de um sistema de regulamentação dos armamentos.

Votação

Artigo 27

1. Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.

2. As decisões do Conselho de Segurança, em questões processuais, serão tomadas por um voto afirmativo de sete membros.

3. As decisões do Conselho de Segurança, em todos os outros assuntos, serão tomadas por um voto afirmativo dos sete membros inclusive os votos de todos os membros permanentes, ficando estabelecido que, nas decisões previstas no Capítulo VI e no § 3.º do art. 52, aquela que fôr parte em uma controvérsia reabsterá de votar.

Processo

Artigo 28

1. O Conselho de Segurança será organizado de maneira que possa funcionar continuamente. Cada membro do Conselho de Segurança será, para tal fim, em todos os momentos, representado na sede da Organização.

2. O Conselho de Segurança terá reuniões periódicas, nas quais cada um de seus membros poderá, se assim o desejar, ser representado por um membro do governo ou por outro representante especialmente designado.

3. O Conselho de Segurança poderá reunir-se em outros lugares, fora da sede da Organização, e que a seu juízo, possam facilitar o seu trabalho.

Artigo 29

O Conselho de Segurança poderá estabelecer órgãos subsidiários, que julgar necessários para o desempenho de suas funções.

Artigo 30

O Conselho de Segurança adotará seu próprio regulamento interno, que incluirá o método de escolha de seu Presidente.

Artigo 31

Qualquer membro das Nações Unidas, que não fôr membro do Conselho de Segurança, poderá participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão submetida ao Conselho de Segurança, sempre que este considere que os interesses do referido Membro estejam especialmente em jogo.

Artigo 32

Qualquer membro das Nações Unidas que não fôr membro do Conselho de Segurança, ou qualquer Estado que não fôr Membro das Nações Unidas será convidado desde que seja parte em uma controvérsia submetida ao Conselho de Segurança, a participar, sem voto, na discussão dessa controvérsia. O Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas, para a participação de um Estado que não fôr Membro das Nações Unidas.

CAPÍTULO VI

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 33

1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes, a resolver, por tais meios, suas controvérsias.

Artigo 34

O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou, dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 35

1. Qualquer Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral, para qualquer controvérsia, ou qualquer situação, da natureza das que se acham previstas no Artigo 34.

2. Um Estado que não fôr Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral, para

qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a essa controvérsia, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta.

3. Os atos da Assembleia Geral, a respeito dos assuntos submetidos à sua atenção, de acordo com este Artigo, serão sujeitos aos dispositivos dos Artigos 11 e 12.

Artigo 36

1. O Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados.

2. O Conselho de Segurança deverá tomar em consideração quaisquer procedimentos para a solução de uma controvérsia, que já tenham sido adotados pelas partes.

3. Ao fazer recomendações, de acordo com este Artigo, o Conselho de Segurança deverá tomar em consideração que as controvérsias de caráter jurídico devem, em regra geral, ser submetidas pelas partes à Corte Internacional de Justiça, de acordo com os dispositivos do Estatuto da Corte.

Artigo 37

1. No caso em que as partes em controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 não conseguirem resolvê-la pelos meios indicados no mesmo artigo deverão submetê-la ao Conselho de Segurança.

2. O Conselho de Segurança, caso julgue que a continuação dessa controvérsia poderá realmente constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais, decidirá sobre a conveniência de agir de acordo com o Artigo 36 ou recomendar as condições que lhe parecerem apropriadas à sua solução.

Artigo 38

Sem prejuízo dos dispositivos dos Artigos 33 a 37, o Conselho de Segurança poderá, se todas as partes em uma controvérsia assim o solicitarem,

fazer recomendações às partes, tendo em vista uma solução pacífica da controvérsia.

CAPÍTULO VII

AÇÃO RELATIVA A AMEAÇAS À PAZ, PERTURBAÇÃO DA PAZ E ATOS DE AGRESSÃO

Artigo 39

O Conselho de Segurança constatará a existência de qualquer ameaça à paz, perturbação da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou estabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artigo 40

A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no artigo 39, convidar as partes interessadas a aceitarem quaisquer medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos, pretensões ou posição das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará a devida nota do não cumprimento de tais medidas provisórias.

Artigo 41

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprêgo de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões, e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, e de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42

No caso do Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 são ou provarem ser inadequadas, levará a efeito tais ações, por meio das forças aéreas, navais ou

terrestres, que julgar necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação incluirá demonstrações, bloqueio e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Artigo 43

1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.

2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, sem grau de preparação e sua localização geral e a natureza das facilidades e assistência a serem proporcionadas.

3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível por iniciativa do Conselho de Segurança. Será concluído entre o Conselho de Segurança e Membros ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros, e submetido a ratificação pelos Estados signatários de conformidade com seus respectivos processos constitucionais.

Artigo 44

Quando o Conselho de Segurança decidir o emprêgo de força, deverá, antes de solicitar a um Membro não representado o fornecimento de forças armadas em cumprimento das obrigações assumidas pelo Artigo 43, convidar o referido Membro, se este assim o desejar, a participar das decisões do Conselho de Segurança relativas ao emprêgo de contingentes das forças armadas daquele Membro.

Artigo 45

A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os Membros deverão manter, prontos para ação imediata, contingentes das

fôrças aéreas nacionais, com o fim de realizarem ações internacionais e combinadas de caráter coercitivo.

O poderio e grau de preparação desses contingentes e os planos de ação combinada serão determinados, dentro dos limites estabelecidos no acôrdo ou acordos especiais a que se refere o Artigo 43, pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado Maior.

Artigo 46

O Conselho de Segurança, com a assistência da Comissão de Estado Maior, fará planos para a aplicação das fôrças armadas.

Artigo 47

1. Será estabelecida uma Comissão de Estado Maior destinada a orientar e assistir o Conselho de Segurança em tôdas as questões relativas às exigências militares do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais, emprego e comando das fôrças colocadas à sua disposição, regulamentação de armamentos e possível desarmamento.

2. A Comissão de Estado Maior será composta dos Chefes de Estado Maior, dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança ou de seus representantes. Todo Membro das Nações Unidas que não estiver permanentemente na Comissão será por esta convidado a tomar parte nos trabalhos, sempre que a sua participação fôr necessária ao eficiente cumprimento das responsabilidades da Comissão.

4. A Comissão de Estado Maior, com autorização do Conselho de Segurança e depois de consultar os organismos regionais adequados, poderá estabelecer sub-Comissões regionais.

Artigo 48

1. A ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os Membros das Nações Unidas ou por alguns dêles, de acôrdo com determinação do Conselho de Segurança.

2. Tais decisões serão executadas pelos Membros das Nações Unidas diretamente, e, por seu intermédio, nas entidades internacionais competentes das quais forem membros.

Artigo 49

Os Membros das Nações Unidas prestar-se-ão assistência mútua para a execução das medidas determinadas pelo Conselho de Segurança.

Artigo 50

No caso de serem tomadas medidas preventivas ou coercitivas contra um Estado pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado, Membro ou não das Nações Unidas, que se sinta em presença de problemas especiais de natureza econômica, resultantes da execução daquelas medidas, terá o direito de consultar o Conselho de Segurança a respeito da solução de tais problemas.

Artigo 51

Nenhum dispositivo da presente carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias à manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício dêste direito de legítima defesa serão comunicados imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão afetar de nenhum modo a autoridade e a responsabilidade atribuídas ao Conselho pela presente Carta de levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

CAPÍTULO VIII

ACÓRDÃOS REGIONAIS

Artigo 52

1. Nenhum dispositivo da presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinados a tratar dos assuntos relativos à ma-

nutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades coincidam com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

2. Os Membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais antes de submetê-las ao Conselho de Segurança.

3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instâncias do próprio Conselho de Segurança.

4. Este artigo não prejudica de modo algum a aplicação dos artigos 34 e 35.

Artigo 53

1. O Conselho de Segurança utilizará, quando fôr o caso, tais acordos e entidades regionais para uma ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito de conformidade com acordos ou entidades regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com exceção das medidas contra um Estado inimigo, como está definido no parágrafo 2 deste Artigo, que forem determinadas em consequência do Artigo 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até o momento em que a organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir toda nova agressão por parte de tal Estado.

2. O termo Estado inimigo, usado no parágrafo 1 deste Artigo, aplica-se a qualquer Estado que durante a Segunda Guerra Mundial foi inimigo de qualquer signatário da presente Carta.

Artigo 54

O Conselho de Segurança será sempre informado das atividades realizadas ou projetadas de conformidade com os acordos ou entidades regionais para manutenção da paz e da segurança internacionais.

CAPÍTULO IX

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL INTERNACIONAL

Artigo 55

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da auto-determinação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) níveis mais altos de vida, emprego para todos e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

b) soluções dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e

c) respeito e observância universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Artigo 56

Todos os Membros se comprometem a agir, de modo conjunto ou separado com a Organização, para realização dos propósitos enumerados no Artigo 55.

Artigo 57

1. As várias entidades especializadas, estabelecidas por acordos inter-governamentais, com amplas atribuições internacionais, estipuladas em seus instrumentos básicos, nos terrenos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, de acordo com as disposições do art. 63.

2. Tais entidades assim vinculadas às Nações Unidas serão designadas, daqui em diante, como entidades especializadas.

Artigo 58

A Organização fará recomendações para coordenação dos programas e atividades das entidades especializadas.

Artigo 59

A Organização, quando julgar conveniente, iniciará negociações entre os Estados interessados para criação de novas entidades especializadas que forem necessárias ao cumprimento dos propósitos enumerados no Art. 55.

Artigo 60

A Assembléia Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho Econômico e Social serão investidos da responsabilidade pelo cumprimento das funções da Organização estipuladas neste Capítulo. O Conselho Econômico e Social terá, para esse fim, os poderes enumerados no Capítulo X.

CAPÍTULO X

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

Composição

Artigo 61

1. O Conselho Econômico e Social será composto de 18 membros das Nações Unidas eleitos pela Assembléia Geral.

2. De acordo com os dispositivos do parágrafo 3, 6 membros do Conselho Econômico e Social serão eleitos cada ano para um período de 3 anos, podendo, ao terminar o prazo, ser reeleitos para o novo período.

3. Na primeira eleição, serão escolhidos 18 membros do Conselho Econômico e Social. O mandato de seis dos membros assim escolhidos terminará no fim de um ano, e de seis outros no fim de dois anos, de acordo com o que for determinado pela assembléia geral.

4. Cada membro do Conselho Econômico e Social terá um representante.

Funções e poderes

Artigo 62

1. O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais

de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembléia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.

2. Poderá fazer recomendações com o fim de promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos.

3. Poderá preparar projetos de convenções, a serem submetidos à Assembléia Geral, sobre assuntos de sua competência.

4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência.

Artigo 63

1. O Conselho Econômico e Social poderá estabelecer acordos com qualquer das entidades a que se refere o Artigo 57, a fim de determinar as condições em que a entidade interessada será vinculada às Nações Unidas. Tais acordos serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

2. Poderá coordenar as atividades das entidades especializadas por meio de consultas e recomendações às mesmas e de recomendações à Assembléia Geral e aos Membros das Nações Unidas.

Artigo 64

1. O Conselho Econômico e Social poderá tomar as medidas necessárias a fim de obter relatórios regulares das entidades especializadas. Poderá entrar em entendimento com os Membros das Nações Unidas e com as entidades especializadas a fim de obter relatórios sobre as medidas tomadas para cumprimento de suas próprias recomendações e das que forem feitas pela Assembléia Geral sobre assuntos de competência dele.

2. Poderá comunicar suas observações a respeito desses relatórios à Assembléia Geral.

Artigo 65

O Conselho Econômico e Social poderá fornecer informações ao Conselho de Segurança e, a pedido deste, prestar-lhe sua colaboração.

Artigo 66

1. O Conselho Econômico e Social desempenhará as funções que forem de sua competência em relação ao cumprimento das recomendações da Assembleia Geral.

2. Poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, prestar os serviços que lhe forem solicitados pelos Membros das Nações Unidas e pelas entidades especializadas.

3. Desempenhará as demais funções especificadas em outras partes da presente Carta ou as que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral.

Votação

Artigo 67

1. Cada membro do Conselho Econômico e Social terá um voto.

2. As decisões do Conselho Econômico e Social serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

Processo

Artigo 68

O Conselho Econômico e Social criará comissões para assuntos econômicos e sociais e para promover os direitos humanos, assim como outras comissões que forem necessárias para o desempenho de suas funções.

Artigo 69

O Conselho Econômico e Social poderá convidar qualquer Membro das Nações Unidas a tomar parte, sem voto, em suas deliberações sobre qualquer assunto que interesse particularmente o mesmo.

Artigo 70

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimento para que as entidades especializadas tomem parte, sem voto, em suas deliberações, e nas das comissões estabelecidas por ele e para que os seus próprios representantes tomem parte nas deliberações das entidades especializadas.

Artigo 71

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos necessários à consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da competência dele. Tais entendimentos serão feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas interessado no caso.

Artigo 72

1. O Conselho Econômico e Social adotará seu regulamento próprio, que incluirá o método de escolha do seu Presidente.

2. O Conselho Econômico e Social se reunirá quando for necessário, de acordo com o seu regulamento, o qual deverá incluir um dispositivo referente à convocação de reuniões a pedido da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO XI

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS SEM GOVERNO PRÓPRIO

Artigo 73

Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim,

a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu desenvolvimento político, econômico, social e educacional, o seu justo tratamento e a sua proteção contra abusos;

b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos, e auxiliá-los no desenvolvimento pro-

gressivo de suas instituições políticas livres, de acôrdo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus povos, e suas diferentes fases de evolução;

c) favorecer a paz e a segurança internacionais;

d) promover medidas construtivas do desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando fôr o caso, com entidades internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste artigo; e

e) transmitir regularmente ao Secretário Geral para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios sob sua respectiva responsabilidade, que não estejam incluídas entre aqueles territórios a que se referem os Capítulos XII e XIII.

Artigo 74

Os Membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política com relação aos territórios a que se aplicam os dispositivos da presente Carta deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos seus territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, econômicas e comerciais.

CAPÍTULO XII

SISTEMA INTERNACIONAL DE TUTELA

Artigo 75

As Nações Unidas estabelecerão sob sua autoridade um sistema internacional de tutela para a administração e supervisão dos territórios que possam ser colocados sob tal sistema em consequência de futuros acordos individuais. Esses territórios terão, daqui em diante, a denominação de territórios tutelados.

Artigo 76

Os objetivos básicos do sistema de tutela, de acôrdo com os Propósitos das Nações Unidas enumerados no Artigo 1 da presente Carta serão:

a) favorecer a paz e a segurança internacionais;

b) promover o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para a conquista do govêrno próprio ou da independência, como mais conveniente às circunstâncias particulares de cada território e de seus povos e aos desejos livremente expressos dos povos interessados, e como fôr previsto nos termos de cada acôrdo de tutela;

c) estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, e favorecer o reconhecimento do princípio da interdependência de todos os povos; e

d) assegurar igualdade do tratamento em questões sociais, econômicas e comerciais, para todos os Membros das Nações Unidas e seus respectivos povos e, para êstes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objetivos acima expostos e sujeitos aos dispositivos do Artigo 80.

Artigo 77

1. O sistema de tutela será aplicado aos territórios das categorias adiante mencionadas, que forem colocados sob tal sistema por meio de acordos de tutela:

a) territórios atualmente sob mandato;

b) territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da Segunda Guerra Mundial;

c) territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por Estados responsáveis pela sua administração.

2. Será objeto de acordos posteriores determinar que territórios das categorias mencionadas serão colocados sob o sistema de tutela e em que condições o serão.

Artigo 72

O sistema de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado Membros das Nações Unidas, devendo suas relações mútuas ser baseadas no respeito do princípio da igualdade soberana.

Artigo 79

As condições de tutela em que cada território será colocado sob este sistema, inclusive qualquer alteração ou emenda, serão determinados por acordo entre os Estados diretamente interessados, inclusive a potência mandataria no caso de territórios sob mandato de um Membro das Nações Unidas, e serão aprovadas de conformidade com os dispositivos dos Artigos 83 e 85.

Artigo 80

1. Excetuando o que for estabelecido em acordos individuais de tutela, feitos de conformidade com os Artigos 77, 79 e 81, pelos quais se coloque cada território sob o sistema de tutela, e até que tais acordos tenham sido concluídos, nenhum dispositivo deste Capítulo será interpretado como alteração de qualquer espécie nos direitos de qualquer Estado ou povo ou nos termos dos atos internacionais vigentes em que os Membros das Nações Unidas forem partes.

2. O parágrafo 1 deste Artigo não será interpretado como um motivo para demora ou adiamento da negociação e conclusão de acordos destinados a colocar territórios sob mandato ou outros territórios dentro do sistema de tutela, conforme os dispositivos do Artigo 77.

Artigo 81

O acordo de tutela deverá, em cada caso, incluir as condições sob as quais o território tutelado será administrado, e designar a autoridade que exercerá esta administração. Tal autoridade, daqui em diante chamada a autoridade administradora, poderá ser um ou mais Estados ou a própria Organização.

Artigo 82

Todo acordo de tutela poderá designar uma área, ou áreas estratégicas, que compreenda o todo ou parte do território tutelado a que o mesmo se aplica, sem prejuízo de qualquer acordo, ou acordos especiais, feito de conformidade com o Artigo 43.

Artigo 83

1. Todas as funções das Nações Unidas relativas a áreas estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela assim como de suas alterações e emendas, serão exercidas pelo Conselho de Segurança.

2. Os objetivos básicos enumerados no artigo 76 serão aplicáveis aos habitantes de cada área estratégica.

3. O Conselho de Segurança, sujeito aos dispositivos dos acordos de tutela e sem prejuízo de razões de segurança, poderá valer-se da assistência do Conselho de Tutela para desempenhar as funções que cabem às Nações Unidas pelo sistema de tutela, relativamente a questões políticas, econômicas, sociais e educacionais dentro das áreas estratégicas.

Artigo 84

A autoridade administradora terá o dever de assegurar que o território tutelado empreste sua colaboração na manutenção da paz e da segurança internacionais. Para tal fim, a autoridade administradora poderá fazer uso de forças voluntárias, facilidades e assistência do território tutelado, para o desempenho das obrigações assumidas por ela a este respeito junto ao Conselho de Segurança, assim como para a defesa local e para manutenção da lei e da ordem dentro do território tutelado.

Artigo 85

1. As funções das Nações Unidas relativas a acordos de tutela para todas as áreas não designadas como estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela e de suas alterações e emendas, serão exercidas pela Assembleia Geral.

2. O Conselho de Tutela, que funcione sob a autoridade da Assembléa Geral, auxiliará a mesma no desempenho destas atribuições.

CAPITULO XIII

O CONSELHO DE TUTELA

Composição

Artigo 86

1. O Conselho de Tutela será composto dos seguintes Membros das Nações Unidas;

a) os Membros que administrem territórios tutelados;

b) aquêles dos Membros mencionados nominalmente no art. 23 que não estiverem administrando territórios tutelados; e

c) outros tantos Membros eleitos por um período de três anos pela Assembléa Geral, quantos forem necessários para assegurar que o número total de Membros do Conselho de Tutela fique igualmente dividido entre os Membros das Nações Unidas que administrem territórios tutelados e aquêles que não os administrem.

2. Cada Membro do Conselho de Tutela designará uma pessoa especialmente qualificada para representá-lo junto ao Conselho.

Funções e poderes

Artigo 87

A Assembléa Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho de Tutela, no desempenho de suas atribuições, poderão;

a) considerar relatórios submetidos à autoridade administradora;

b) aceitar petições e examiná-las, em consulta com a autoridade administradora;

c) determinar visitas periódicas aos respectivos territórios tutelados em épocas fixadas de acordo com a autoridade administradora; e

d) tomar estas e outras medidas de conformidade com os termos dos acordos de tutela.

Artigo 88

O Conselho de Tutela formulará um questionário sobre o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes de cada território tutelado, e a autoridade administradora de cada um destes territórios, dentro da competência da Assembléa Geral, fará um relatório anual à Assembléa, baseado no referido questionário.

Votação

Artigo 89

1. Cada Membro de Conselho de Tutela terá um voto.

2. As decisões do Conselho de Tutela serão tomadas por uma maioria dos Membros presentes e votantes.

Processo

Artigo 90

1. O Conselho de Tutela adotará seu próprio regulamento, que incluirá o método de escolha do seu Presidente.

2. O Conselho de Tutela se reunirá quando for necessário, de acordo com o seu regulamento que incluirá o dispositivo referente à convocação de reuniões a pedido de maioria dos seus Membros.

Artigo 91

O Conselho de Tutela valer-se-á quando for necessário, da colaboração do Conselho Econômico e Social e das entidades especializadas, a respeito de questões em que os mesmos sejam respectivamente interessados.

CAPITULO XIV

A CÔRTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

Artigo 92

A Corte Internacional de Justiça será o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Funcionará de acordo com o Estatuto anexo, que é baseado no Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional e que forma parte integrante da presente Carta.

Artigo 93

1. Todos os Membros das Nações Unidas são *ipso facto* partes no Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá tornar-se parte no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em condições que serão determinadas, em cada caso, pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 94

1. Cada Membro das Nações Unidas se compromete a aceitar a decisão da Corte Internacional de Justiça em qualquer caso em que fôr parte.

2. Se uma das partes em um caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito a recurso ao Conselho de Segurança que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença.

Artigo 95

Nenhum dispositivo da presente Carta impedirá os Membros das Nações Unidas de confiarem a solução de suas divergências a outros Tribunais, em virtude de acordos já vigentes ou que possam ser concluídos no futuro.

Artigo 96

1. A Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança poderá solicitar a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre qualquer questão de ordem jurídica.

2. Outros órgãos das Nações Unidas e entidades especializadas, que forem em qualquer época devidamente autorizados pela Assembleia Geral, poderão também solicitar opiniões consultivas da Corte sobre questões jurídicas surgidas dentro da esfera de suas atividades.

CAPÍTULO XV

O SECRETARIADO

Artigo 97

O Secretariado será composto de um Secretário Geral e do pessoal exigido pela Organização. O Secretário Geral será indicado pela Assembleia Geral mediante a recomendação do Conselho de Segurança. Será o principal funcionário administrativo da Organização.

Artigo 98

O Secretário Geral atuará neste caráter em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, e desempenhará outras funções que lhe forem atribuídas por estes órgãos. O Secretário Geral fará um relatório anual à Assembleia Geral sobre os trabalhos da Organização.

Artigo 99

O Secretário Geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, em sua opinião, possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 100

1. No desempenho de suas atribuições, o Secretário Geral e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem receberão instruções de qualquer Governo ou de qualquer autoridade estranha à Organização. Abster-se-ão de qualquer ação que seja incompatível com a sua posição de funcionários internacionais responsáveis somente perante a Organização.

2. Cada Membro das Nações Unidas compromete-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário Geral e do pessoal do Secretariado, e não procurará exercer qualquer influência sobre eles no desempenho de suas atribuições.

Artigo 101

1. O pessoal será indicado pelo Secretário Geral, de acordo com regras estabelecidas pela Assembleia Geral.

2. Será também designado, em caráter permanente, o pessoal adequado para o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela e, quando for necessário, para outros órgãos das Nações Unidas. Estes funcionários farão parte do Secretariado.

3. A consideração principal que prevalecerá na escolha do pessoal e na determinação das condições de serviço será a necessidade de assegurar o mais alto grau de eficiência, competência e integridade. Deverá ser levada na devida conta a importância de ser a escolha do pessoal feita dentro do mais amplo critério geográfico possível.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 102

1. Todo tratado e todo acôrdo internacional, concluídos por qualquer Membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta, deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registrados e publicados pelo Secretariado.

2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acôrdo internacional que não tenha sido registrado de conformidade com os dispositivos do parágrafo 1 d'êste Artigo poderá invocar tal tratado ou acôrdo perante qualquer órgão das Nações Unidas.

Artigo 103

No caso de um conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acôrdo internacional prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta.

Artigo 104

A Organização gozará no território de cada um de seus Membros da capacidade jurídica necessária ao exercício de suas funções e à realização de seus propósitos.

Artigo 105

1. A Organização gozará no território de cada um de seus Membros

dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos

2. Os representantes dos Membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozarão, da mesma maneira, dos privilégios e imunidades necessários ao exercício independente de suas funções relacionadas com a Organização.

3. A Assembléia Geral poderá fazer recomendações com o fim de determinar os pormenores da aplicação dos parágrafos 1 e 2 d'êste Artigo ou poderá propor aos Membros das Nações Unidas convenções nesse sentido.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DE SEGURANÇA

Artigo 106

Antes da entrada em vigor dos acordos especiais a que se refere o Artigo 43, que, a juízo do Conselho de Segurança, o habilitem ao exercício de suas atribuições previstas no Artigo 42, as partes na Declaração das Quatro Nações, assinada em Moscou, a 30 de outubro de 1943, e a França poderão, de acôrdo com os dispositivos do parágrafo 5 desta Declaração, consultar umas com as outras e sempre que a ocasião o exigir com os outros Membros das Nações Unidas, a fim de levar a efeito, em nome da Organização, qualquer ação conjunta que se torne necessária à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 107

Nenhum dispositivo da presente Carta invalidará ou impedirá qualquer ação que, em relação a um Estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a Segunda Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência daquela Guerra pelos Governos responsáveis por tal ação.

CAPÍTULO XVIII

EMENDAS

Artigo 108

As emendas à presente Carta entrarão em vigor para todas as Nações Unidas, quando forem adotadas pelos votos de 2/3 dos membros da Assembleia Geral e ratificadas de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais por 2/3 dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.

Artigo 109

1. Será convocada uma Conferência Geral dos Membros das Nações Unidas a fim de rever a presente Carta, em data e lugar a serem fixados por 2/3 dos votos dos membros da Assembleia Geral e por um voto de 7 membros quaisquer do Conselho de Segurança. Cada Membro das Nações Unidas terá um voto na Conferência.

2. Qualquer modificação à presente Carta, que for recomendada por 2/3 dos votos da Conferência, terá efeito depois de ratificada, de acordo com os respectivos métodos constitucionais, por 2/3 dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os Membros permanentes do Conselho de Segurança.

3. Se essa Conferência não for celebrada antes da décima sessão anual da Assembleia Geral que se seguir à entrada em vigor da presente Carta, a proposta da sua convocação deverá figurar na agenda da referida sessão da Assembleia Geral, e a Conferência será realizada, se assim for decidido por maioria de votos dos membros da Assembleia Geral e por um voto de sete membros quaisquer do Conselho de Segurança.

CAPÍTULO XIX

RATIFICAÇÃO E ASSINATURA

Artigo 110

1. A presente Carta deverá ser ratificada pelos Estados signatários de acordo com os respectivos métodos constitucionais.

2. As ratificações serão depositadas junto ao Governo dos Estados Unidos da América, que notificará de cada depósito todos os Estados signatários, assim como o Secretário Geral da Organização depois que este for escolhido.

3. A presente Carta entrará em vigor depois do depósito de ratificações pela República da China, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e Estados Unidos da América, e pela maioria dos outros Estados signatários. O Governo dos Estados Unidos da América organizará em seguida um protocolo das ratificações depositadas, o qual será comunicado, por meio de cópias, aos Estados signatários.

4. Os Estados signatários da presente Carta, que a ratificarem depois da sua entrada em vigor, tornar-se-ão Membros originais das Nações Unidas, na data do depósito de suas respectivas ratificações.

Artigo 111

A presente Carta, cujos textos em chinês, francês, russo, inglês e espanhol fazem igualmente fé, ficará depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. Cópias da mesma, devidamente autenticadas, serão transmitidas por este último Governo aos Governos dos outros Estados signatários.

Em fé do que, os representantes dos Governos das Nações Unidas assinaram a presente Carta.

Feita na cidade de São Francisco aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e cinco.

ESTATUTO DA CÔRTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

Artigo 1

A Côte Internacional de Justiça, estabelecida pela Carta das Nações Unidas como o principal órgão judiciário das Nações Unidas, será constituída e funcionará de acôrdo com os dispositivos do presente Estatuto.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO DA CÔRTE

Artigo 2

A Côte será composta de um corpo de juizes independentes, de qualquer nacionalidade, eleitos de entre pessoas de alta formação moral, que possuam as qualificações exigidas em seus respectivos países para o desempenho dos mais altos cargos judiciários, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional.

Artigo 3

1. A côte será composta de quinze membros, não podendo figurar entre eles dois nacionais do mesmo Estado.

2. A pessoa que possa ser considerada nacional de mais de um Estado será, para efeito de sua inclusão como membro da Côte, considerada nacional do Estado em que exercer ordinariamente seus direitos civis e políticos.

Artigo 4

1. Os membros da Côte serão eleitos pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança de uma lista de pessoas indicadas por grupos nacionais da Côte Permanente de Arbitragem, de acôrdo com os seguintes dispositivos.

2. Quando se tratar de Membros das Nações Unidas não representados na Côte Permanente de Arbitragem, os candidatos serão indicados pelos grupos nacionais designados para esse fim pelos seus Governos, nas mesmas condições estipuladas para membros da Côte Permanente de Arbitragem, pelo Artigo 44 da Conven-

ção da Haia, de 1907, referente à solução pacífica das controvérsias internacionais.

3. As condições pelas quais um Estado, que é parte no presente Estatuto, sem ser Membro das Nações Unidas, poderá participar na eleição dos membros da Côte, serão, na falta de um acôrdo especial determinadas pela Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 5

1. Três meses pelo menos antes da data da eleição, o Secretário Geral das Nações Unidas convidará, por escrito, os membros da Côte Permanente de Arbitragem pertencentes a Estados que sejam partes no presente Estatuto, e os membros dos grupos nacionais designados de conformidade com o Artigo 4, parágrafo 2, para que indiquem, por grupos nacionais, dentro de um prazo estabelecido, os nomes das pessoas em condições de desempenharem as funções de membros da Côte.

2. Nenhum grupo deverá indicar mais de quatro pessoas, das quais, no máximo, duas poderão ser de sua nacionalidade. Em nenhum caso, o número dos candidatos indicados por um grupo poderá ser maior do que o dôbro dos lugares a serem preenchidos.

Artigo 6

Recomenda-se que, antes de fazer estas indicações, cada grupo nacional consulte sua mais alta Côte de justiça, suas faculdades e escolas de direito, suas academias nacionais e as seções nacionais de academias internacionais dedicadas ao estudo do direito.

Artigo 7

1. O Secretário Geral preparará uma lista, por ordem alfabética, de todas as pessoas assim indicadas. Salvo o caso previsto no Artigo 12, parágrafo 2, serão elas as únicas pessoas elegíveis.

2. O Secretário Geral submeterá esta lista à Assembléia Geral e ao Conselho de Segurança.

Artigo 8

A Assembléia Geral e o Conselho de Segurança procederão, independentemente um do outro, à eleição dos membros da Côte.

Artigo 9

Em cada eleição, os eleitores devem ter presente não só que as pessoas a serem eleitas possuam individualmente as condições exigidas, como também que no conjunto dêsse órgão judiciário estejam representadas as mais altas formas da civilização e os principais sistemas jurídicos do mundo.

Artigo 10

1. Os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos na Assembléia Geral e no Conselho de Segurança serão considerados eleitos.

2. Nas votações do Conselho de Segurança, seja para a eleição dos juizes ou para a indicação dos membros da Comissão prevista no Artigo 12, não haverá qualquer distinção entre membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança.

3. No caso em que a maioria absoluta de votos, tanto da Assembléia Geral como do Conselho de Segurança, contemple mais de um nacional do mesmo Estado, o mais velho dos dois será considerado eleito.

Artigo 11

Se, depois da primeira reunião convocada para fins de eleição, um ou mais lugares continuarem vagos, deverá ser realizada uma segunda e, se fôr necessário, uma terceira reunião.

Artigo 12

1. Se, depois da terceira reunião, um ou mais lugares ainda continuarem vagos, uma Comissão, composta de seis membros, três indicados pela Assembléia Geral e três pelo Conselho de Segurança, será formada em qualquer momento por solicitação da Assembléia ou do Conselho de Segurança, com o fim de escolher, por maioria absoluta de votos, um nome para cada lugar ainda vago, o

qual será submetido à Assembléia Geral e ao Conselho de Segurança para sua respectiva aceitação.

2. Se a Comissão Mista concordar unânimemente com a escolha de uma pessoa que preencha as condições exigidas, poderá incluir em sua lista o nome dessa pessoa, mesmo que ele não tenha figurado na lista de indicações a que se refere o Artigo 7.º

3. Se a Comissão Mista chegar à convicção de que não logrará resultados com uma eleição, os membros já eleitos da Corte deverão, dentro de um prazo a ser fixado pelo Conselho de Segurança, preencher os lugares vagos, escolhendo entre os candidatos que tenham obtido votos na Assembléia Geral ou no Conselho de Segurança.

4. No caso de um empate na votação dos juizes, o mais velho dêles decidirá com o seu voto.

Artigo 13

1. Os membros da Corte serão eleitos por nove anos e poderão ser reeleitos; fica estabelecido, entretanto, que, dos juizes eleitos na primeira eleição, cinco terminarão suas funções no fim de um período de três anos, e outros cinco no fim de um período de seis anos.

2. Os juizes, cujas funções deverão terminar no fim dos referidos períodos iniciais de três e seis anos, serão escolhidos por sorteio, que será efetuado pelo Secretário Geral imediatamente depois de terminada a primeira eleição.

3. Os membros da Corte continuarão no desempenho de suas funções até que suas vagas tenham sido preenchidas. Mesmo depois de substituídos poderão terminar qualquer questão cujo estudo tenham começado.

4. No caso de renúncia de um membro da Côte, o pedido de demissão deverá ser dirigido ao Presidente da Côte que o transmitirá ao Secretário Geral. Esta última notificação significará a abertura da vaga.

Artigo 14

As vagas serão preenchidas pelo método estabelecido para a primeira eleição de acordo com a seguinte disposição: o Secretário Geral, dentro de um mês a contar da abertura da vaga, expedirá os convites a que se refere o artigo 5.º, e a data da eleição será fixada pelo Conselho de Segurança.

Artigo 15

O membro da Corte, eleito na vaga de um membro que não terminou seu mandato, completará o período do mandato do seu predecessor.

Artigo 16

1. Nenhum membro da Corte poderá exercer qualquer função política ou administrativa, ou dedicar-se a outra ocupação de natureza profissional.
2. Qualquer dúvida a esse respeito será resolvida por decisão da Corte.

Artigo 17

1. Nenhum membro da Corte poderá servir como agente, consultor ou advogado em qualquer questão.
2. Nenhum membro poderá participar da decisão de qualquer questão na qual anteriormente atuou como agente, consultor ou advogado de uma das partes, como membro de uma Corte nacional ou internacional, ou de uma comissão de inquérito ou em qualquer outro caráter.
3. Qualquer dúvida a esse respeito será resolvida por decisão da Corte.

Artigo 18

1. Nenhum membro da Corte poderá ser demitido, a menos que, na opinião unânime dos outros membros, tenha deixado de preencher os necessários requisitos.
2. A comunicação oficial será feita, neste caso, pelo Escrivão da Corte ao Secretário Geral.
3. Essa comunicação significará a abertura da vaga.

Artigo 19

Os membros da Corte, quando no exercício de suas funções, gozarão de privilégios e de imunidades diplomáticas.

Artigo 20

Todo membro da Corte, antes de assumir as suas funções, fará em sessão pública a declaração solene de que desempenhará as suas atribuições imparcial e conscienciosamente.

Artigo 21

1. A Corte elegerá seu Presidente e Vice-Presidente pelo período de três anos; estes poderão ser reeleitos.
2. A Corte nomeará seu Escrivão e providenciará para a nomeação de outros funcionários que se tornarem necessários.

Artigo 22

1. A sede da Corte será a cidade da Haia. Isto entretanto não impedirá que a Corte se reúna e exerça suas funções em qualquer outro lugar que ela considere conveniente.
2. O Presidente e o Escrivão residirão na sede da Corte.

Artigo 23

1. A Corte funcionará permanentemente, exceto durante as férias judiciais cuja data e duração serão fixadas por ela.
2. Os membros da Corte gozarão de licenças periódicas cujas datas e duração serão fixadas pela Corte, tomando em consideração a distância entre a Haia e o domicílio de cada Juiz.
3. Os membros da Corte serão obrigados a ficar permanentemente à disposição da Corte, a menos que estejam em licença ou impedidos de comparecer por motivo de doença ou por qualquer outra razão devidamente justificada junto ao Presidente.

Artigo 24

1. Se, por qualquer razão especial, o membro da Corte considerar que não deve tomar parte no julgamento de uma determinada questão, deverá informar disto o Presidente.
2. Se o Presidente considerar que, por uma razão especial, um dos membros da Corte não deve funcionar numa determinada questão, deverá informá-lo disto.

3. Se, em qualquer desses casos, o membro da Corte e o Presidente não estiverem de acordo, o assunto será resolvido por decisão da Corte.

Artigo 25

1. A Corte funcionará em sessão plenária, exceto nos casos previstos em contrário no presente capítulo.

2. O regulamento da Corte poderá permitir que um ou mais juizes, de acordo com as circunstâncias e rotativamente, sejam dispensados das sessões, com a condição que o número de juizes disponíveis para constituir a Corte não seja reduzido a menos de onze.

3. O quorum de nove juizes será suficiente para constituir a Corte.

Artigo 26

1. A Corte poderá periodicamente formar uma ou mais Câmaras compostas de três ou mais juizes, conforme ela mesma determinar a fim de tratar de questões de caráter especial, como, por exemplo, questões trabalhistas e assuntos referentes a trânsito e comunicações.

2. A Corte poderá, em qualquer tempo, formar uma Câmara para tratar de uma determinada questão. O número de juizes que constituirão esta Câmara será determinado pela Corte com a aprovação das partes.

3. As questões serão consideradas e resolvidas pelas Câmaras a que se refere o presente artigo, se as partes assim o solicitarem.

Artigo 27

Uma sentença proferida por qualquer das câmaras, a que se referem os Artigos 26 e 29, será considerada como sentença emanada da Corte.

Artigo 28

As câmaras, a que se referem os Artigos 26 e 29, poderão com o consentimento das partes, reunir-se e exercer suas funções fora da cidade da Haia.

Artigo 29

Com o fim de apressar a solução dos assuntos, a Corte formará anualmente uma Câmara composta de cinco

juizes, a qual, a pedido das partes, poderá considerar e resolver sumariamente os casos. Além dos cinco juizes, serão escolhidos outros dois que atuarão como substitutos no impedimento de um daqueles.

Artigo 30

1. A Corte estabelecerá regras para o desempenho de suas funções; especialmente as que se refiram aos métodos processuais.

2. O regulamento da Corte disporá sobre a nomeação de assessores para a Corte ou para qualquer de suas câmaras, os quais não terão direito a voto.

Artigo 31

1. Os Juizes da mesma nacionalidade de qualquer das partes conservam o direito de funcionar numa questão julgada pela Corte.

2. Se a Corte incluir entre os seus membros um juiz de nacionalidade de uma das partes, qualquer outra parte poderá escolher uma pessoa para funcionar como juiz. Esta pessoa deverá, de preferência, ser escolhida entre as que figurarem entre os candidatos a que se referem os artigos 4 e 5.

3. Se a Corte não incluir entre os seus membros nenhum juiz da nacionalidade das partes, cada uma destas poderá proceder a escolha de um juiz, de conformidade com o parágrafo 2 deste artigo.

4. Os dispositivos deste artigo serão aplicados aos casos previstos nos artigos 26 e 29. Em tais casos, o presidente solicitará a um ou, se necessário, a dois dos membros da Corte, integrantes da Câmara, que cedam seu lugar aos membros da Corte da nacionalidade das partes interessadas, e, na falta ou impedimento destes, aos juizes especialmente escolhidos pelas partes.

5. No caso de haver diversas partes interessadas na mesma questão, elas serão, para os fins das disposições pre-

cedentes, consideradas como uma só parte. Qualquer dúvida sobre este ponto será solucionada por decisão da Corte.

6. Os juizes escolhidos de conformidade com os parágrafos 2, 3 e 4 deste artigo deverão preencher as condições exigidas pelos artigos 2, 17 (parágrafo 2), 20 e 24 do presente Estatuto. Tomarão parte nas decisões em condições de completa igualdade com seus colegas.

Artigo 32

1. Os membros da Corte perceberão vencimentos anuais.

2. O presidente receberá, por ano, um subsídio especial.

3. O vice-presidente receberá um subsídio especial, correspondente a cada dia em que atuar como presidente.

4. Os juizes escolhidos de conformidade com o artigo 31, que não sejam membros da Corte, receberão uma remuneração correspondente a cada dia em que exercerem suas funções.

5. Esses vencimentos, subsídios e remunerações serão fixados pela Assembléia Geral e não poderão ser diminuídos enquanto durarem os mandatos.

6. Os vencimentos do escrivão serão fixados pela Assembléia Geral por proposta da Corte.

7. O regulamento elaborado pela Assembléia Geral fixará as condições pelas quais serão concedidas pensões aos membros da Corte e ao Escrivão, e as condições pelas quais os membros da Corte e o escrivão serão reembolsados de suas despesas de viagem.

8. Os vencimentos, subsídios e remuneração, acima mencionados, estarão livres de qualquer imposto.

Artigo 33

As despesas da Corte serão custeadas pelas Nações Unidas da maneira que for decidido pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA DA CÔRTE

Artigo 34

1. Só os Estados poderão ser partes em questões perante a Corte.

2. A Corte, de conformidade sempre com seu regulamento, poderá solicitar de organizações internacionais públicas informações referentes às questões submetidas a ela, e receberá qualquer informação nesse sentido que lhe for apresentada, por iniciativa própria pelas referidas organizações.

3. Sempre que, no julgamento de uma questão perante a Corte, for discutida a interpretação do instrumento constitutivo de uma organização internacional pública ou de uma convenção internacional adotada em virtude do mesmo, o escrivão notificará a organização internacional pública interessada e lhe encaminhará cópias de todo o expediente escrito.

Artigo 35

1. A Corte estará aberta aos Estados que são parte no presente Estatuto.

2. As condições pelas quais a Corte estará aberta a outros Estados serão determinadas, com sujeição aos dispositivos especiais dos tratados vigentes, pelo Conselho de Segurança: em nenhum caso, porém, tais condições colocarão as partes em posição de desigualdade perante a Corte.

3. Quando um Estado que não é Membro das Nações Unidas for parte numa questão, a Corte fixará a importância com que ele deverá contribuir para as despesas da Corte. Este dispositivo não será aplicado se tal Estado já contribuir para as referidas despesas.

Artigo 36

1. A jurisdição da Corte compreenderá todas as questões que as partes submeterem a ela e todos os assuntos especialmente previstos nas Cartas das Nações Unidas ou em tratados e convenções vigentes.

2. Os Estados partes no presente Estatuto poderão em qualquer momento declarar que reconhecem como obrigatória ipso facto e sem acôrdo especial, em relação a qualquer Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição da Côrte em tôdas as controvérsias jurídicas que digam respeito a:

- a) interpretação de um tratado;
- b) qualquer questão de direito internacional;
- c) a existência de qualquer fato que, se fôsse estabelecido, poderia constituir violação de uma obrigação internacional;
- d) a natureza ou extensão da reparação devida por violação de uma obrigação internacional.

3. As declarações acima mencionadas poderão ser feitas incondicionalmente ou condicionadas à reciprocidade por parte de vários ou de certos Estados, ou por um tempo determinado.

4. Tais declarações serão depositadas junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, que as transmitirá, por cópia, às partes no Estatuto e ao Escrivão de Côrte.

5. As declarações feitas de acôrdo com o art. 36 do Estatuto da Côrte Permanente de Justiça Internacional que e ainda estejam em vigor serão consideradas, como em relação às partes no presente Estatuto, aceitações da jurisdição obrigatória da Côrte Internacional de Justiça, pelo período em que ainda devem vigorar e de acôrdo com os seus termos.

6. Qualquer controvérsia sobre a jurisdição da Côrte será resolvida por decisão da Côrte.

Artigo 37

Sempre que um tratado ou convenção em vigor disponha que um assunto deve ser submetido a um tribunal a ser constituído pela Liga das Nações, ou à Côrte Permanente de Justiça Internacional, o assunto deverá, como em relação às partes no presente Estatuto, ser submetido à Côrte Internacional de Justiça.

Artigo 38

1. A Côrte, cuja função é decidir de acôrdo com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará:

- a) convenções internacionais, de caráter geral ou especial, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados em litígio;
- b) o costume internacional, como prova de uma prática geral aceita como lei;
- c) os princípios gerais de direito reconhecidos pelas Nações civilizadas;
- d) sem prejuízo dos dispositivos do artigo 59, as decisões judiciais e os ensinamentos dos publicistas mais qualificados das diferentes Nações, como meios auxiliares para a determinação de regras de direito.

2. Este dispositivo não prejudicará o poder que tem a Côrte de decidir uma questão *ex aequo et bono*, se as partes concordarem com isto.

CAPÍTULO III

PROCESSO

Artigo 39

1. As línguas oficiais da Côrte serão o francês e o inglês. Se as partes concordarem em que o andamento do processo seja feito em francês, a sentença será proferida em francês. Se as partes concordarem em que o andamento do processo seja feito em inglês, a sentença será proferida em inglês.

2. Na ausência de um acôrdo a respeito da língua que deverá ser empregada, cada parte poderá, em suas alegações, usar a língua que preferir; a sentença da Côrte será proferida em francês e em inglês. Neste caso, a Côrte determinará ao mesmo tempo qual dos dois textos fará fé.

3. A Côrte poderá, a pedido de uma das partes, autorizar-lhe a usar uma língua que não seja o francês ou o inglês.

Artigo 40

1. As questões serão submetidas à Corte, conforme o caso, por notificação do acôrdo especial ou por uma petição escrita dirigida ao Escrivão. Em qualquer dos casos, o objeto da controversia e as partes deverão ser indicados.

2. O Escrivão comunicará imediatamente a petição a todos os interessados.

3. Notificará também os Membros das Nações Unidas por intermédio do Secretário Geral, e quaisquer outros Estados com direito a comparecer perante a Corte.

Artigo 41

1. A Corte terá o poder de indicar, se julgar que as circunstâncias exigem, quaisquer medidas provisórias que devam ser tomadas para preservar os direitos de cada parte.

2. Antes que a sentença seja proferida, as partes e o Conselho de Segurança deverão ser informados imediatamente das medidas sugeridas.

Artigo 42

1. As partes serão representadas por agentes.

2. Estes terão a assistência do consultor ou de advogados perante a Corte.

3. Os agentes, o consultor e os advogados das partes perante a Corte gozarão dos privilégios e imunidade necessários ao livre exercício de suas atribuições.

Artigo 43

1. O processo consistirá de duas fases: escrita e oral.

2. O processo escrito compreenderá a comunicação à Corte e às partes de memoriais, contramemoriais e se necessário, réplicas, assim como papéis e documentos em apoio das mesmas.

3. Essas comunicações serão feitas por intermédio do Escrivão, na ordem e dentro do prazo fixados pela Corte.

4. Uma cópia autenticada de cada documento apresentado por uma das partes será comunicada à outra parte.

5. O processo oral consistirá na audiência pela Corte de testemunhas, peritos, agentes, consultor e advogados.

Artigo 44

1. Para citação de outras pessoas que não sejam os agentes, o consultor e os advogados, a Corte se dirigirá diretamente ao Governo do Estado em cujo território deve ser feita a citação.

2. O mesmo processo será usado sempre que for necessário providenciar para obter depoimentos no lugar de fato.

Artigo 45

A audiência será dirigida pelo Presidente ou, no impedimento deste, pelo vice-presidente; se ambos estiverem impossibilitados de presidir, o mais antigo dos juizes presentes ocupará a presidência.

Artigo 46

A audiência da Corte será pública, a menos que a Corte decida de outra maneira ou que as partes solicitem a não admissão de público.

Artigo 47

1. Serão lavradas atas de cada audiência, assinadas pelo Escrivão e pelo Presidente.

2. Só estas atas farão fé.

Artigo 48

A Corte expedirá ordens sobre o andamento do processo, decidirá a forma e o tempo em que cada parte terminará sua alegações, e tomará tôdas as providências relacionadas com a prescrição de depoimentos.

Artigo 49

A Corte poderá, mesmo antes do início da audiência, intimar os agentes a apresentarem qualquer documento ou a fornecer quaisquer explicações. Qualquer recusa deverá constar da ata.

Artigo 50

A Córte, poderá em qualquer momento, confiar a qualquer individuo, corporação, "bureau" comissão ou qualquer outra organização que escolher, a tarefa de proceder a um inquérito ou a uma pericia.

Artigo 51

Durante a audiência, as perguntas pertinentes ao caso serão feitas as testemunhas e peritos de conformidade com as condições determinadas pela Córte no regulamento a que se refere o Artigo 30.

Artigo 52

Depois de receber as provas e depoimentos dentro do prazo firmado para esse fim, a Córte poderá recusar-se a aceitar qualquer novo depoimento oral ou escrito que uma das partes deseje apresentar, a menos que as outras partes deem o seu consentimento.

Artigo 53

1. Se uma das partes deixar de comparecer perante a Córte ou de apresentar a sua defesa, a outra parte poderá solicitar à Córte que decida a favor de seu caso.

2. A Córte, antes de tomar sua decisão deve certificar-se não só de que o assunto é de sua alçada de conformidade com os artigos 36 e 37, mas também de que o caso em questão está fundamentado em fato e em direito.

Artigo 54

1. Quando sob a fiscalização da Córte, os agentes, consultor e advogados tenham completado os debates sobre o caso, o Presidente declarará encerrada a audiência.

2. A Córte se retirará para deliberar.

3. As deliberações da Córte serão tomadas privadamente e permanecerão secretas.

Artigo 55

1. Todas as questões serão decididas por maioria dos juizes presentes.

2. No caso de empate na votação, o Presidente ou o juiz que funcionar em seu lugar decidirá com o seu voto.

Artigo 56

1. A sentença deverá declarar as razões em que se fundamenta.

2. Deverá mencionar os nomes dos juizes que tomarem parte na decisão.

Artigo 57

Se a sentença não representar no todo ou em parte a opinião unânime dos juizes, qualquer deles terá direito a emitir opinião em separado.

Artigo 58

A sentença será assinada pelo Presidente e pelo Escrivão. Deverá ser lida em sessão publica, depois de notificados os agentes.

Artigo 59

A decisão da Córte só será obrigatória para as partes interessadas e a respeito do caso em questão.

Artigo 60

A sentença é final e inapelável. No caso de controvérsia quanto à significação e alcance da sentença, a Córte a interpretará a pedido de uma das partes.

Artigo 61

1. O pedido de revisão de uma sentença só poderá ser feito baseado na descoberta de um fato que possa constituir um fator decisivo, o qual, na ocasião do pronunciamento da sentença, era desconhecido da Córte e também da parte que pede revisão, desde que tal desconhecimento não tenha sido devido a negligência.

2. O processo de revisão será aberto por uma sentença da Córte que constatará expressamente a existência do novo fato, reconhecerá que ele é de caráter a abrir o caso a revisão e declarará que é cabível a solicitação nesse sentido.

3. A Corte, antes de iniciar o processo de revisão, poderá solicitar que a sua sentença no caso seja cumprida.

4. O pedido de revisão deverá ser feito no prazo máximo de seis meses, a partir da descoberta do novo fato.

5. Nenhum pedido de revisão poderá ser feito depois de transcorridos 10 anos da data da sentença.

Artigo 62

1. Se um Estado considerar que tem um interesse de ordem jurídica, o qual poderá ser afetado pela sentença em questão, terá direito a solicitar da Corte permissão para intervir.

2. A Corte decidirá sobre este pedido.

Artigo 63

1. Quando se tratar da interpretação de uma convenção, da qual forem partes outros Estados que não os interessados no litigio, o Escrivão notificará imediatamente todos aqueles Estados.

2. Cada Estado assim notificado terá o direito de intervir no processo, mas, se usar deste direito, a interpretação dada pela sentença será igualmente obrigatória para ele.

Artigo 64

A menos que seja decidido em contrário pela corte, cada parte pagará suas próprias custas no processo.

CAPÍTULO IV

OPINIÕES CONSULTIVAS

Artigo 65

1. A Corte poderá dar uma opinião consultiva sobre qualquer questão jurídica a pedido de qualquer órgão que, de acordo com a Carta das Nações Unidas ou por ela autorizado, esteja em condições de fazer tal pedido.

2. Os casos sobre os quais for pedida a opinião consultiva, da Corte serão submetidos a ela por meio de petição escrita, que deverá conter uma exposição exata do caso sobre o qual é pedida a sua opinião, e que será acompanhada de todos os documentos que possam elucidá-lo.

Artigo 66

1. O Escrivão notificará imediatamente do pedido de opinião consultiva todos os Estados com direito a comparecer perante a Corte.

2. O Escrivão notificará também, por meio de uma comunicação especial e direta, qualquer Estado com direito a comparecer perante a Corte ou qualquer organismo considerado pela Corte ou, se ela não estiver em sessão, pelo Presidente, como capaz de fornecer informações sobre o caso, de que a Corte estará pronta a receber, dentro de um prazo a ser fixado pelo Presidente, declarações escritas, ou a ouvir, numa sessão pública para isso convocada, declarações orais relativas ao caso.

3. Se qualquer Estado com direito a comparecer perante a Corte deixar de receber a comunicação especial a que se refere o parágrafo 2 deste Artigo, poderá manifestar o desejo de submeter a ela uma declaração escrita ou oral. A Corte decidirá.

4. Os Estados e organizações que tenham apresentado declaração escrita ou oral, ou ambas, terão permissão para discutir as declarações feitas por outros Estados ou organizações, na forma, extensão ou limite de tempo que a Corte ou, se ela não estiver reunida, o seu Presidente determinar em cada caso particular. De conformidade com isso, o Escrivão deverá, no devido tempo, comunicar qualquer dessas declarações escritas aos Estados e organizações que submeterem declarações semelhantes.

Artigo 67

A Corte dará suas opiniões consultivas em sessão pública, depois de terem sido notificados o Secretário Geral, os representantes dos Membros das Nações Unidas, de outros Estados e das organizações internacionais diretamente interessadas.

Artigo 68

No exercício de suas funções consultivas a Corte deverá guiar-se, além disso, pelos dispositivos do presente

Estatuto que se aplicam em casos contenciosos, na medida em que, na sua opinião, tais dispositivos forem aplicáveis.

CAPÍTULO V

EMENDA

Artigo 69

As emendas ao presente Estatuto serão efetuadas pelo mesmo processo estabelecido pela Carta das Nações Unidas para emendas à Carta, ressalvados, entretanto, quaisquer dispositivos que a Assembléia Geral, por determinação do Conselho de Segurança, possa adotar a respeito da participação de Estados que são partes no presente Estatuto, sem contudo serem Membros das Nações Unidas.

Artigo 70

A Córte terá a faculdade de propor por escrito ao Secretário Geral quaisquer emendas ao presente Estatuto, que julgar necessárias, a fim de que as mesmas sejam consideradas de conformidade com os dispositivos do Artigo 69.

DECRETO-LEI N.º 7.936 DE 4 DE SETEMBRO DE 1945

Aprova os Acordos Provisórios, concluídos pelos Governos representados na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em São Francisco, a 26 de julho de 1945.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar os Acordos Provisórios, concluídos pelos Governos representados na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em São Francisco, a 26 de julho de 1945.

Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Velloso.

ACORDOS PROVISÓRIOS

Concluídos pelos Governos representados na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional.

Os Governos representados na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional na cidade de São Francisco,

Havendo decidido que uma organização internacional designada como Nações Unidas seja instituída,

Havendo nesta data assinado a Carta das Nações Unidas, e

Havendo decidido, que até que entre em vigor a Carta e se efetue a constituição das Nações Unidas, conforme estipulado na mesma Carta, uma Comissão Preparatória das Nações Unidas será organizada para o desempenho de determinadas funções e deveres,

Convieram no seguinte:

1. Fica constituída uma Comissão Preparatória das Nações Unidas com o fim de realizar acordos provisórios para as primeiras sessões da Assembléia Geral, do conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, para a organização da Secretaria e para a Convocação da Córte Internacional de Justiça.

2. A Comissão será composta por um representante de cada um dos Governos signatários da Carta. A Comissão organizará o seu próprio regulamento. As funções e poderes da Comissão serão exercidos, quando a mesma não estiver em sessão, por um Comité executivo composto de representantes desses Governos atualmente representados no Comité Executivo da Conferência. O Comité Executivo nomeará os Comités que forem necessários para auxiliar o seu trabalho e utilizará os serviços de pessoas de conhecimentos e experiência especializados.

3. A Comissão será auxiliada por um Secretário Executivo que exercerá os poderes e executará as funções que a Comissão determinar e do pessoal que fôr necessário. Esse pessoal será composto sempre que fôr possível por funcionários designados para esse fim pelos Governos participantes, a convite do Secretário Executivo.

4. A Comissão.

a) convocará a primeira sessão da Assembleia Geral;

b) preparará as agendas provisórias das primeiras sessões dos principais órgãos da Organização assim como os documentos e as recomendações se relacionando a todas as questões figurando nessas agendas;

c) formulará as recomendações sobre a possível transferência de certas funções, atividades e haveres da Sociedade das Nações que possam parecer vantajosas à nova Organização em condições a serem fixadas;

d) examinará os problemas originados pelo estabelecimento das relações entre as instituições especializadas intergovernamentais, entidades e a Organização;

e) expedirá convites para a nomeação de candidatos para a Corte Internacional de Justiça, de acordo com as disposições do Estatuto da Corte;

f) preparará recomendações relativas à constituição do Secretariado da Organização; e

g) procederá a estudos e preparará recomendações relativas a sede permanente da Organização.

5. As despesas efetuadas pela Comissão e as despesas eventuais que ocasionarão a convocação da primeira sessão da Assembleia Geral serão custeadas pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, ou se a Comissão o pedir, repartidas entre os outros Governos. Todos os adiantamentos feitos sob esse título serão deduzidos da quota da primeira contribuição para a Organização.

6. A sede da Comissão será estabelecida em Londres. A Comissão realizará a sua primeira reunião em São Francisco imediatamente após a con-

clusão da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. O Comité Executivo convocará novamente a Comissão para reunir-se em sessão logo que fôr possível após a entrada em vigor da Carta da Organização, e em seguida todas as vezes que julgar necessário.

7. A Comissão cessará de existir com a eleição do Secretário Geral da Organização, sendo nessa ocasião os seus bens e arquivos transferidos para a Organização.

8. O Governo dos Estados Unidos da América será o depositário temporário e terá a guarda do documento original que conterá esses acordos transitórios nas cinco línguas em que estão assinados. Cópias autenticadas do mesmo serão transmitidas a cada um dos Governos dos Estados signatários da Carta. O Governo dos Estados Unidos da América enviará o original desse documento ao Secretário Executivo logo após a sua nomeação.

9. O presente documento produzirá efeito a partir da presente data e permanecerá aberto à assinatura dos Estados com direito a serem membros originários das Nações Unidas até que a Comissão seja dissolvida, de acordo com o parágrafo 7.

Em fé do que os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim assinam este documento nas línguas inglesa, francesa, chinesa, russa e espanhola, fazendo cada um dos textos dessas línguas igualmente fé.

Feito em São Francisco, aos vinte e seis dias de junho de mil novecentos e quarenta e cinco.

DECRETO-LEI N.º 7.937 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o loteamento de terrenos de marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica permitida a concessão de aforamento de quaisquer áreas

de terrenos de marinha, para divisão em lotes e posterior transferência a terceiros, desde que os lotes a transferir tenham sido aproveitados com construções.

Art. 2.º Fica permitido, também, independente da condição estabelecida no artigo anterior, ao ocupante, possessor ou foreiro, o loteamento dos respectivos terrenos de marinha, bem como a transferência a terceiro de seus direitos sobre os lotes resultantes, desde que cada um destes se constitua de terreno de marinha e de terreno alodial e o loteamento conste de projeto aprovado pela Municipalidade.

Parágrafo único. A permissão de que trata este artigo só poderá ser concedida aos ocupantes e posseiros que tenham promovido a regularização de sua situação, no prazo previsto no Decreto-lei n.º 7.278, de 29 de janeiro de 1945.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

J. O. de
10.9.45

DECRETO-LEI N.º 7.938 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É assegurado aos alunos matriculados, no corrente ano escolar, em qualquer das séries do curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e pelo Decreto n.º 14.373, da mesma data, o direito de se adaptar à série correspondente do curso de contador, de que trata o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, retificado pelo Decreto-lei n.º 1.535, de 23 de agosto de 1939, prosseguindo

os estudos de conformidade com a seriação de disciplinas fixada nessa primitiva legislação. O Departamento Nacional de Educação baixará, para regular essa adaptação, as necessárias instruções.

Parágrafo único. Aos alunos que, no ano escolar de 1946, iniciarem o curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e pelo Decreto n.º 14.373, da mesma data, não se permitirá mais, em nenhuma hipótese, a adaptação de que trata o presente artigo.

Art. 2.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação: "Art. 2.º Os alunos que hajam concluído a primeira série do curso de auxiliar do comércio e os que hajam concluído a primeira ou a segunda séries do curso propedêutico poderão adaptar-se, em qualquer época, à série adequada do curso comercial básico."

Art. 3.º Aos portadores de qualquer diploma expedido de acordo com a legislação anterior do ensino comercial, e bem assim aos portadores de diploma considerado de ensino superior, uma vez satisfeita a formalidade do registro no Departamento Nacional de Educação, é assegurado o direito de matrícula em qualquer dos cursos comerciais técnicos, de que tratam o Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e o Decreto n.º 14.373, da mesma data.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.939, DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o exercício, no Distrito Federal, dos Juizes substitutos dos Territórios Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal poderá convocar para funcionarem na Justiça do mesmo Distrito, quando o exigirem as necessidades do serviço, juizes substitutos de seção dos Territórios Federais, mediante aquiescência destes e desde que estejam em exercicio os juizes das respectivas comarcas.

Art. 2.º — O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.940, DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder ao "Sodalicio da Sacra Família" isenção dos impostos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º — Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder ao "Sodalicio da Sacra Família" isenção dos impostos de transmissão e de transcrição relativos à aquisição do imóvel (granja) sito na Estrada do Rio Grande n.º 838, em Jacarepaguá, destinada à ampliação do abrigo que mantem para cegas desvalidas.

Art. 2.º — A presente autorização não abrange as taxas de serviços públicos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945, 124 da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.941 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Conselho Federal de Comércio Exterior o crédito especial de Cr\$ 18.000,00 para pagamento de gratificação de representação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Conselho Federal de Comércio Exterior o crédito especial de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros), para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação mensal de representação de US\$ 75,00, relativa ao periodo de doze meses, concedida ao extranumerário-contratado Américo Cury, Técnico em Comércio Internacional de Matérias Primas do referido Conselho, por ter sido autorizado a utilizar-se de bolsa de estudos que lhe ofereceu o Institute of International Education dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.942 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Único, Parte Permanente, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o Serviço de Documentação, as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Seção

(S.D. — S.D.T.) Cr\$ 5.400,00 anuais	
1 Chefe de Seção	
(S.I. — S.D.T.) .	5.400,00 anuais
1 Chefe de Seção	
(S.P. — S.D.T.) .	5.400,00 anuais
1 Chefe de Biblio-	
teca (B.—S.D.T.)	5.400,00 anuais

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de sete mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 7 200,00) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Censignação III — Vantagens, Subcensignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.943, DE 10 DE SETEMBRO DE 1945

Concede anistia aos acusados por crimes de injúrias aos poderes públicos e aos responsáveis por crimes ocorridos por ocasião de manifestações políticas.

O Sr. Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam anistiados os acusados por crimes de injúrias aos poderes públicos ou aos agentes que os exercem, bem como os responsáveis por crimes de qualquer natureza, considerados políticos ou não, ocorridos durante ou logo após a realização de comícios, passeatas ou outras manifestações políticas, até a data em que se permitiu a arregimentação partidária, com a promulgação do Decreto-

lei n.º 7.586, de 28 de maio último (Lei Eleitoral).

Art. 2.º A anistia alcança os crimes conexos aos mencionados no artigo anterior.

Art. 3.º Os inquéritos ou processos referentes aos fatos atingidos por este Decreto-lei serão remetidos ao Tribunal de Segurança Nacional, por despacho da autoridade policial, do juiz ou do Presidente do Tribunal de Apelação, conforme o caso, para fim de arquivamento.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.944 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a revalidação de título eleitoral expedido na vigência do Decreto n.º 21.076, de 24-2-1932, e da Lei n.º 48, de 4-5-1935 (Código Eleitoral).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cidadão, portador de título eleitoral expedido na vigência do Decreto n.º 21.076, de 24-2-1932, e da Lei n.º 48, de 4-5-1935 (Código Eleitoral), que ainda não tenha requerido seu alistamento ou sido alistado *ex-officio*, poderá optar pela revalidação daquele título.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não se aplica aos cidadãos residentes no Distrito Federal ou nas capitais dos Estados e Territórios Federais.

Art. 2.º A revalidação se processará da seguinte forma:

a) O eleitor apresentará, por si ou interposta pessoa, o título em cartório, para que o juiz, após o devido exame, lance, no verso, a sua rubrica para o efeito de revalidação.

b) Após a rubrica do juiz, o es-
crivão tomará as seguintes providên-
cias:

I — inscreverá, no verso do título
a residência atual do eleitor, no caso
de mudança de domicílio ou quando
tenha sido qualificado em outra zona;

II — extrairá a ficha correspondente
ao título, de acordo com o parágrafo
único do art. 29 do Decreto-lei nú-
mero 7.586, de 28 de maio de 1945.

c) O título será restituído, mediante
recibo, ao eleitor ou à pessoa por ele
autorizada em documento com firma
reconhecida.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará
em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.945 — DE 10
DE SETEMBRO DE 1945

*Abre crédito Suplementar ao Ministé-
rio da Fazenda*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério
da Fazenda — Anexo n.º 16, do Orça-
mento Geral da República para 1945,
o crédito suplementar de Cr\$ 62.000,00
(sessenta e dois mil cruzeiros), em re-
fôrço da Verba 1 — Pessoal, Consigna-
ção II — Pessoal Extranumerário, sub-
consignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em
vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.946 — DE 10
DE SETEMBRO DE 1945

*Proíbe a saída do país e o trânsito na
região do vale do Amazonas de
mudas, sementes, estacas e partes
vivas de plantas dos gêneros Hevea
e Derris.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica proibida a saída do
país de mudas, sementes, estacas e
partes vivas de plantas dos gêneros
Hevea e *Derris*, excetuado o material
destinado a instituições científicas na-
cionais e estrangeiras, que mantenham
trabalhos de permuta com o Instituto
Agrônomo do Norte.

Art. 2.º Fica proibido o trânsito de
mudas, sementes, estacas e partes
vivas de plantas dos gêneros *Hevea* e
Derris, em toda região Amazônica,
salvo quando se destinar ao Instituto
Agrônomo do Norte, às suas Esta-
ções Experimentais, ou quando for
acompanhado de certificado de mo-
dêlo especial, numerado e assinado
pelo Diretor do Instituto Agrônomo
do Norte.

Parágrafo único. O Certificado a
que se refere este artigo será expedido
em quatro vias que terão o seguinte
destino: a primeira via acompanhará
a mercadoria; a segunda será entregue
ao remetente; e terceira será remetida
ao destinatário e a quarta ficará ar-
quivada no Instituto Agrônomo do
Norte.

Art. 3.º Ficam estabelecidas as se-
guíntes penalidades aos infratores:

a) multa de mil a dez mil cruzei-
ros ao responsável pelo despacho do
material e à companhia que o con-
duzir;

b) no caso de reincidência, o respon-
sável pelo embarque de material será
processado por crime contra a eco-
nomia nacional, independentemente
da apreensão da mercadoria, ficando
sujeito às penas previstas nas leis em
vigor.

Parágrafo único. A multa a que se
refere a alínea a, deste artigo, será

aplicada pelo Diretor do Instituto Agrônomico do Norte, podendo o interessado recorrer ao Diretor Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas do Ministério da Agricultura, após depositar mediante guia na repartição arrecadadora competente, o valor da multa.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.947 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Determina o fechamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, aos sábados, às doze horas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os estabelecimentos comerciais do Distrito Federal fecharão, aos sábados, às doze horas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.948 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Dilata o prazo de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.182, de 9 de abril de 1941, para os Bancos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.182, de 9

de abril de 1941, fica dilatado por período igual ao de que trata o Decreto-lei n.º 5.618, de 24 de junho de 1943, para os estabelecimentos bancários — Banco Italo Belga, Banco Holandês Unido S. A. e Banco Nacional Ultramarino.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.949 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 14 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c — 40 Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.

02 Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis.

25 Serviço Florestal

Passa de Cr\$. 286.000,00

Para Cr\$. 386.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c — 08 Acordos

25 — Serviço Florestal

a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maranhão

Passa de Cr\$. 400.000,00

Para Cr\$. 300.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.950 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a situação de funcionário da carreira de diplomata e dá outras providências

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do Processo P.R. 35.819, de 1945, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem efeito o decreto de 31 de agosto de 1936, que pôs em disponibilidade, de acordo com o art. 177 do Regulamento para o Serviço Consular, aprovado pelo Decreto n.º 24.113, de 12 de abril de 1934, o Cônsul de 3.ª classe Luís Gonzaga Lins de Barros.

Art. 2.º E' promovido, por antiguidade, ao cargo da classe K da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 26 de setembro de 1936, o funcionário a que se refere o artigo anterior, procedendo-se, para esses efeitos, à revisão da classificação nesta classe.

Art. 3.º Para os efeitos do disposto no artigo anterior o Presidente da República expedirá o respectivo decreto para o preenchimento da vaga atualmente existente na classe K da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, pelo funcionário a que se refere o presente Decreto-lei.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.951 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Aprova o Acórdão Provisório sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, por ocasião da Conferência Internacional de Aviação Civil, e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Acórdão Provisório sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, por ocasião da Conferência Internacional de Aviação Civil, e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.952 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1945

Aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, por ocasião da Conferência Internacional de Aviação Civil, e firmada pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945.

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, por ocasião da Conferência Internacio-

nal de Aviação Civil, e firmada pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 7.953 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1945

Torna sem aplicação a importância de Cr\$ 4.800.000,00 de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a dotação do Anexo 15 — Ministério da Educação e Saúde — do Orçamento Geral da República em vigor (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 06 — Auxílios, contribuições e subvenções

01 — Auxílios

34 — Departamento Nacional de Saúde

22 — Serviço Nacional de Tuberculose.

Cr\$

a) Assistência hospitalar aos tuberculosos no interior do país 4.800.000,00

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.800.000,00), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a assistência hospitalar aos tuberculosos no interior do país.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.954 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1945

Altera o art. 74 do Decreto-lei número 3.940, de 16 de dezembro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 74 do Decreto-lei número 3.940, de 16 de dezembro de 1941:

“A idade limite de permanência das praças no serviço ativo do Exército a que se refere a letra *a* do artigo anterior é de:

— subtenente, sargento-ajudante e primeiro sargento 50 anos
— segundo sargento 48 anos
— terceiro sargento, cabo e soldado 45 anos

Art. 2.º Os processos ainda não resolvidos, de transferência de praças para a reserva remunerada, por terem atingido a idade limite na legislação anterior, serão restituídos às unidades de origem.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 7.955 — DE 13
DE SETEMBRO DE 1945

*Institui Conselhos de Medicina e dá
outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam instituídos, no território nacional, Conselhos de Medicina destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética profissional no exercício da medicina.

Art. 2.º Na Capital da República haverá um Conselho Federal e em cada capital de Estado, na de cada Território e no Distrito Federal um Conselho Regional, denominados segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, o território nacional, o do Estado, o do Território e o do Distrito Federal.

Art. 3.º Os Conselhos Regionais compor-se-ão de cinco membros e outros tantos suplentes, com seu mandato trienal, eleitos em votação secreta, por maioria absoluta de votos dos médicos inscritos na respectiva Região.

§ 1.º A eleição será promovida pelo Sindicato Médico da Capital em que tiver sede o Conselho, efetuando-se, por processo que permita o exercício de voto por todos os eleitores, sem que lhes seja necessário o afastamento do seu local de trabalho.

§ 2.º Presidirá a eleição o presidente em exercício do Sindicato que a promover.

Art. 4.º O Conselho Federal compor-se-á de sete membros e outros tantos suplentes, com seu mandato quinquenal, eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembleia dos delegados dos Conselhos Regionais.

§ 1.º A eleição será promovida pela entidade sindical de grau superior sediada na Capital da República, fazendo-se o reconhecimento pelo Conselho Federal em exercício.

§ 2.º Presidirá a eleição o presidente em exercício da entidade a que se refere o presente artigo.

Art. 5.º São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) manter um registro dos médicos, legalmente habilitados, com exercício na respectiva Região;

b) conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem;

c) exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;

d) emitir parecer ou proferir laudo arbitral em questões suscitadas por médicos ou em que estes sejam partes em sua qualidade de profissionais;

e) dispor, *ad referendum* do Conselho Federal, sobre seu regimento interno.

Art. 6.º São as seguintes as penalidades aplicáveis pelos Conselhos Regionais:

a) advertência confidencial em aviso reservado;

b) censura confidencial em aviso reservado;

c) censura pública no Boletim do Sindicato Médico ou em outra publicação oficial;

d) suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias;

e) cassação da autorização para o exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal.

§ 1.º Salvo os casos de gravidade manifesta que exija aplicação imediata da penalidade mais grave, a imposição das penas obedecerá à graduação deste artigo.

§ 2.º Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, para o Conselho Federal, salvo o caso da alínea e deste artigo, em que o recurso é obrigatório e de efeito suspensivo.

§ 3.º Só serão recebidas denúncias devidamente assinadas e acompanhadas da indicação de elementos comprobatórios do alegado.

§ 4.º Além do recurso previsto no § 2.º deste artigo, nenhum outro caberá de natureza administrativa, salvo aos interessados a via judiciária para as ações que forem devidas.

Art. 7.º O registro de que fala a alínea a do art. 5.º, será efetivado mediante remessa, aos Conselhos Regionais, pela repartição local compe-

tente, da relação mensal dos diplomas nela registrados.

Art. 8.º São atribuições do Conselho Federal:

a) proclamar os resultados das eleições para os membros dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal a terem exercício no quinquênio subsequente ao próprio;

b) conhecer e julgar dos recursos interpostos de decisões dos Conselhos Regionais;

c) aplicar aos membros dos Conselhos Regionais, e aos próprios, as penalidades que couberem pelas faltas praticadas no exercício de seu mandato;

d) exercer os atos de jurisdição que lhes sejam cometidos por lei;

e) aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais e o próprio;

f) expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais e do próprio.

Art. 9.º Os membros dos Conselhos Regionais e os do Conselho Federal estão sujeitos, no exercício de seu mandato, às penalidades de advertência, suspensão e cassação de mandato, conforme as infrações praticadas e definidas nos respectivos regimentos.

Art. 10. O funcionamento dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal será custeado pela importância a ser deduzida, na percentagem de 20% (vinte por cento) da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos e entregue ao Conselho Federal ao qual incumbe, de acordo com o orçamento anual que estabelecer, distribuí-la aos Conselhos Regionais e destiná-la aos próprios serviços.

Parágrafo único. Em caso de insuficiência da importância assim arrecadada, caberá ao Conselho Federal propor ao Governo a instituição de uma contribuição especial para esse efeito, e que será estabelecida por ato do Executivo.

Art. 11. O pessoal a serviço dos Conselhos Regionais e Conselho Federal sujeitar-se-á, em tudo, à legislação do trabalho, e será inscrito, para os efeitos da previdência social,

no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Art. 12. Dentro de 30 (trinta) dias da expedição do presente Decreto-lei, a Federação dos Sindicatos Médicos do Brasil enviará ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio uma lista contendo 28 (vinte e oito) nomes dentre os quais serão designados 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) suplentes para constituírem o Conselho Federal provisório.

§ 1.º O Conselho Federal provisório terá o mandato de 12 (doze) meses da data de sua instalação, incumbindo-lhe promover todos os atos necessários à instalação dos Conselhos Regionais, à eleição dos respectivos membros, bem como à eleição dos membros do Primeiro Conselho Federal.

§ 2.º Ao Conselho Federal Provisório caberá receber do Banco do Brasil a importância correspondente a 20% (vinte por cento) do imposto sindical pago pelos médicos no exercício de 1945, sendo as contas de sua gestão tomadas pelo Conselho Federal que se lhe seguir.

Art. 13. Enquanto não for instalada o Primeiro Conselho Federal Permanente vigorará como Código de Deontologia Médica aquele aprovado pelo Quarto Congresso Sindicalista Médico Brasileiro, cujo texto acompanhará o presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Ao Primeiro Conselho Federal Permanente incumbe propor as alterações que julgar devidas e que serão aprovadas por ato do Poder Executivo.

Art. 14. Ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio incumbe decidir os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

**DECRETO-LEI N.º 7.956 — DE 13
DE SETEMBRO DE 1945**

Autoriza o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores a requisitar os pavimentos quinto, sexto, sétimo, oitavo e parte do décimo do Edifício Novo Mundo, à Avenida Presidente Wilson n.º 164.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando a urgência de ser transferido do Palácio Tiradentes o Departamento Nacional de Informações, a fim de que esse edifício seja preparado para o funcionamento da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, a reunir-se nesta Capital no mês de outubro próximo, e para a Câmara dos Deputados a eleger-se em 2 de dezembro do corrente ano;

Considerando ser o Edifício Novo Mundo, à Avenida Presidente Wilson n.º 164, o único prédio que oferece, presentemente, área disponível suficiente, nos seus pavimentos quinto, sexto, sétimo, oitavo e parte do décimo, para a instalação do Departamento Nacional de Informações, conforme foi verificado por diligências levadas a efeito pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

Considerando que a empresa proprietária do edifício em aprêço se opôs à transferência do contrato de locação dos referidos pavimentos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, seu atual locatário, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, conforme citação feita no Juízo da 3.ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal ao mesmo Instituto;

Considerando o disposto no art. 2.º do Decreto n.º 10.358, de 31 de agosto de 1942,

Decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores autorizado a requisitar os pavimentos quinto, sexto, sétimo, oitavo e parte

do décimo, do Edifício Novo Mundo, à Avenida Presidente Wilson n.º 164, nesta Capital, atualmente alugados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para o fim de serem ocupados pelo Departamento Nacional de Informações.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1945, 124.ª da Independência, e 57.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 7.957 — DE 17 DE
SETEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre a isenção de impostos e taxas federais, que incidem sobre o teatro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os espetáculos teatrais, bem como todos os atos relativos a sua realização, gozarão de isenção de impostos, assim como de taxas federais, exceptuadas as que se referem aos preços dos serviços de utilidade pública.

Parágrafo único. A isenção compreende também os espetáculos promovidos em circos e pavilhões.

Art. 2.º Aos teatros que se construírem no território nacional no prazo de cinco anos, contado da data da publicação deste Decreto-lei conceder-se-á isenção do pagamento dos impostos federais.

§ 1.º Os adquirentes de terrenos necessários às construções previstas neste artigo, que, no prazo de doze meses, a contar da data da respectiva aquisição, não derem entrada, na repartição competente, aos pedidos de licenciamento das obras, ficarão obrigados ao pagamento das importâncias correspondentes às isenções de que se hajam beneficiado.

§ 2.º Ao uso dos edifícios construídos nos termos deste artigo, para fi-

nalidade diferente, antes de decorrido o prazo de quinze anos de utilização efetiva dos mesmos para teatro, precederá sempre autorização dos poderes competentes e prévio ressarcimento das importâncias correspondentes aos impostos e taxas, que não tiverem sido, em tempo, cobrados.

Art. 3.º O Poder Executivo poderá doar terrenos de propriedade federal, para a construção de teatro.

Parágrafo único. O terreno doado reverterá ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização, ainda mesmo quanto a construções e benfeitorias incorporadas ao solo, se o donatário:

- a) deixar de cumprir o disposto no § 1.º do art. 2.º deste Decreto-lei.
- b) não concluir as obras de construção dentro do prazo de três anos, contado da assinatura da escritura;
- c) utilizar a construção para outro fim que não os espetáculos teatrais.

Art. 4.º Desde que não exista similar nacional, será concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras aos materiais importados para:

- a) as construções mencionadas no art. 2.º deste Decreto-lei, bem como para as respectivas instalações;
- b) a melhoria das condições técnicas dos teatros ora existentes;
- c) a adaptação para teatro de casas que, presentemente, sirvam a outro gênero de atividade.

Parágrafo único. Para a concessão desses favores serão observadas as formalidades prescritas no Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, e modificações posteriores.

Art. 5.º O Governo Federal entrará em entendimento com os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no sentido da decretação de leis que autorizem doação de terrenos para a construção de teatros e concedam isenção de impostos e taxas que recaiam sobre os teatros: os espetáculos teatrais e atos necessários à sua realização, bem como sobre os terrenos adquiridos para as construções previstas no art. 2.º deste Decreto-lei.

Parágrafo único. A expedição das leis referidas neste artigo independem

dos trâmites estabelecidos no Decreto-lei n.º 1.202, de 18 de abril de 1939.

Art. 6.º As isenções previstas neste Decreto-lei não abrangem o imposto de renda.

Art. 7.º O Ministério da Educação e Saúde expedirá instruções que facilitem a execução do presente Decreto-lei.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57 da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.958 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1945

Institui o Conservatório Nacional de Teatro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Universidade do Brasil, com sede no Distrito Federal, o Conservatório Nacional de Teatro.

Art. 2.º Compete ao Conservatório Nacional de Teatro:

1. Promover estudos sobre o problema do teatro e realizar experiências destinadas à renovação da arte dramática e da arte coreográfica no país.
2. Formar, mediante ensino sistematizado, artistas de comédia e de dança, e bem assim o pessoal técnico apto a ensaiar e dirigir as representações dramáticas e coreográficas de todo o gênero.

Art. 3.º O Conservatório Nacional de Teatro ministrará os seguintes cursos seriados:

1. Curso de arte dramática.
2. Curso de arte coreográfica.

Art. 4.º O Conservatório Nacional de Teatro promoverá ainda a realização de trabalhos escolares destinados à preparação de técnicos de direção dramática e de direção coreográfica.

Art. 5.º A organização, administrativa e didática, do Conservatório Nacional de Teatro constará do respectivo regimento e regulamento.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N.º 7.959 — DE 17
DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a locação de teatros no Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Pela locação ou sub-locação dos teatros sitos no Distrito Federal não poderão ser exigidas, seja qual for o pretexto ou alegação, quaisquer quantias acima do valor locativo atribuído pelo imposto predial lançado pela Prefeitura para o exercício em que se verificar a locação ou sub-locação.

§ 1.º A Prefeitura do Distrito Federal, pela repartição competente, arbitrará anualmente o valor locativo que deva prevalecer para a cobrança do imposto predial no exercício imediatamente seguinte, adotado para tal arbitramento o critério previsto na legislação vigente, relativa à cobrança do imposto predial.

§ 2.º Quando se tratar de locações ou sub-locações por prazo inferior a um ano, não poderá o respectivo aluguel mensal ultrapassar o duodécimo do valor locativo lançado.

Art. 2.º Os atuais edifícios ocupados por teatros, bem como os que foram ou venham a ser construídos com essa finalidade, não poderão ser utilizados como cinemas ou destinados a qualquer outro fim, sem expressa autorização, em processo próprio, do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 3.º Em igualdade de condições, as companhias nacionais terão

preferência nas locações dos teatros, desde que estejam devidamente legalizadas.

Art. 4.º Os proprietários de teatros atingidos pelas disposições do presente Decreto-lei poderão, se preferirem, entrar em entendimento com a Prefeitura, para que esta adquira as referidas casas de espetáculo.

Art. 5.º Nenhum teatro poderá permanecer fechado havendo companhias nacionais propondo a sua locação, salvo por motivo de obras ou outro relevante, comprovado perante a Prefeitura, e por esta reconhecido em processo submetido a despacho do Prefeito.

Art. 6.º A inobservância do que determinam as disposições deste Decreto-lei será punida com a multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) mensais, a juízo do Prefeito.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamenon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 7.960 — DE 18
DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a manutenção de médicos nos municípios em que não haja facultativos, exercendo clínica particular, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nos municípios onde não haja profissionais que, por conta própria e em caráter permanente, se dediquem ao exercício da medicina, os Estados, onde se situem os mesmos municípios, deverão manter, à sua custa, médico residente que possa atender à população local, fornecendo-lhe, ainda, a aparelhagem necessária.

Art. 2.º Os serviços médicos a que se refere o art. 1.º, bem como aqueles que forem prestados pela União pelos Estados ou pelos Municípios, esta-

rão sujeitos ao pagamento, pelos beneficiados, de taxas estipuladas em tabelas prefixadas, de acordo com os níveis de remuneração vigente na localidade, exceto os que percebem menos do que o dobro do salário mínimo local, os quais farão jus à assistência gratuita.

Art. 3.º Os Estados deverão, dentro do prazo de seis meses da publicação do presente Decreto-lei, tomar as medidas necessárias à sua execução.

Art. 4.º Os encargos de que cogita o presente Decreto-lei cessarão, relativamente a cada município, logo que neles sejam instalados os serviços de assistência médica do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.961 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a remuneração mínima dos que, com o caráter de emprego, trabalham em atividades médicas de natureza privada e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração devida àqueles que, com o caráter de emprego, trabalham em atividades médicas de natureza privada ou em tarefas auxiliares, classificadas pelo presente Decreto-lei, não será inferior aos níveis mínimos, previstos nas tabelas que o acompanham.

Art. 2.º A classificação de atividades ou tarefas, desdobrando-se por funções, dentro do grupo respectivo, será a seguinte:

a) funções em comissão: Clínica — diretor, chefe de serviço e chefe de clínica — Laboratório — diretor e chefe de serviço;

b) funções permanentes: Clínica — assistente — Laboratório — assistente;

c) funções auxiliares: — Laboratorista, microscopista, auxiliar de radiologia e interno.

Art. 3.º O grupo Clínica compreende o médico clínico, propriamente dito, o médico cirurgião e o grupo Laboratório abrange o médico laboratorista e o médico analista, a estes equiparando-se o médico sanitário.

Art. 4.º Não se compreende na classificação de atividades ou tarefas, previstas neste Decreto-lei nem se subordina a composição de grupo, obrigando ao pagamento de remuneração, o estágio efetuado para a especialização ou melhoria de tirocinio, desde que não exceda ao prazo máximo de um (1) ano e permita a sucessão regular no quadro de beneficiandos.

Art. 5.º Além das funções especificadas no art. 2.º e que correspondem à própria denominação, considera-se laboratorista aquele que, executando trabalhos de rotina, tem por incumbência o suprimento do material e conservação de equipamento.

Art. 6.º A duração normal do trabalho, suscetível de elevação nos termos da legislação em vigor, será:

a) de quatro (4) horas para aqueles que sejam compreendidos pelo grupo Clínica, inclusive o médico radiologista e o auxiliar de radiologia;

b) de seis (6) horas para aqueles que sejam abrangidos pelo grupo Laboratório;

c) de oito (8) horas para os restantes.

Art. 7.º As vinte e quatro (24) horas de trabalho semanal do grupo Clínica, quando se tratar de plantão noturno poderão ser, por motivo de conveniência do serviço e mediante mútuo assentimento, distribuídas em dois períodos: um de doze (12) e os restantes de seis (6) horas.

Art. 15. A ação de cobrança de honorários médicos prescreverá no prazo de cinco (5) anos, contados da data da prestação do último serviço.

Art. 16. O dever de prestar assistência judiciária, por parte dos Sindicatos Médicos aos respectivos associados, é extensivo à ação de cobrança de honorários até o montante de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros.)

Art. 17. Para os fins de previdência social os médicos que não sejam contribuintes obrigatórios de institutos ou caixas de aposentadoria e pensões ou de instituição de previdência para servidores públicos, serão considerados contribuintes facultativos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, observadas as condições vigentes para essa classe de contribuintes.

Art. 18. A inscrição dos médicos nas condições do art. 17, far-se-á de acordo com o salário por eles declarado, até o limite de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e a sua contribuição será recolhida em dobro ao estabelecimento bancário que o Instituto designar, nos prazos e nas condições da legislação vigente.

Art. 19. Aos médicos que exerçam a profissão como empregados para mais de um empregador, é lícito contribuir cumulativamente pelos salários efetivamente recebidos nos diversos empregos, até o máximo de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cabendo aos respectivos empregadores concorrer com as suas quotas, na proporção dos salários por eles pagos.

Art. 20. Dentro de cento e vinte (120) dias da vigência do presente Decreto-lei, a inscrição dos médicos a que alude o art. 17, far-se-á independentemente do exame médico e limite de idade.

Art. 21. As instituições de fins exclusivamente caritativos, cujos meios de manutenção não comportem o pagamento dos níveis mínimos de salário, constante das tabelas que acompanham o presente Decreto-lei, será facultado requerer ao Conselho Nacional do Serviço Social isenção total

ou redução na aplicação das mesmas tabelas por prazo não excedente a dois (2) anos, suscetível de prorrogação, mediante novo requerimento.

§ 1.º A isenção para ser concedida deve subordinar-se:

a) à audiência do órgão sindical representativo da classe médica, sempre que possível da base territorial respectiva, e, bem assim, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

b) à circunstância de não manter pessoal remunerado acima do salário mínimo local.

§ 2.º A isenção a que se refere o presente artigo poderá ser declarada em cada caso, na fase da execução de sentença proferida em litígio trabalhista, pelo juízo ou tribunal competente, podendo, contudo a execução ser reaberta, independente de qualquer prazo prescricional, sempre que o interessado prove alteração superveniente das condições econômicas da instituição.

Art. 22. As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 23. O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação no *Diário Oficial*, exceto quanto ao pagamento de salários, os quais serão devidos a partir do dia 1 de novembro do ano corrente, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 127.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

NÍVEIS MÍNIMOS DA REMUNERAÇÃO DOS MÉDICOS

FUNÇÕES EM COMISSÃO

Tabela I — Grupo Clínico

Remuneração mínima mensal em dinheiro (Cr\$), das funções em comissão, correspondente ao máximo de 4 horas de trabalho diário

Categorias	Diretor	Chefe de serviço	Chefe de Clínica
1. ^a	3.600,00	2.700,00	2.500,00
2. ^a	3.020,00	2.260,00	2.100,00
3. ^a	2.550,00	1.910,00	1.770,00
4. ^a	2.300,00	1.730,00	1.600,00
5. ^a	2.050,00	1.540,00	1.420,00
6. ^a	1.830,00	1.370,00	1.270,00

Tabela II — Grupo Laboratório

Remuneração mínima mensal em dinheiro (Cr\$), das funções em comissão, correspondente ao máximo de 6 horas de trabalho diário

Categorias	Diretor	Chefe de Serviço
1. ^a	3.600,00	3.400,00
2. ^a	3.020,00	2.850,00
3. ^a	2.550,00	2.410,00
4. ^a	2.300,00	2.170,00
5. ^a	2.050,00	1.940,00
6. ^a	1.830,00	1.730,00

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela III — Grupo Clínico

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Assistente, inclusive o médico radiologista

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	30,00	30,00	20,00	14,00	94,00	2.350,00
2. ^a	25,00	25,00	17,00	12,00	79,00	1.975,00
3. ^a	21,00	21,00	14,00	10,00	66,00	1.650,00
4. ^a	19,00	19,00	13,00	9,00	60,00	1.500,00
5. ^a	17,00	17,00	11,00	8,00	53,00	1.325,00
6. ^a	15,00	15,00	10,00	7,00	47,00	1.175,00

Tabela IV — Grupo Laboratório

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Assistente

Categorias	Dia						Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	5. ^a hora	6. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	30,00	25,00	20,00	18,00	16,00	13,00	122,00	3.050,00
2. ^a	25,00	21,00	17,00	15,00	13,00	11,00	102,00	2.550,00
3. ^a	21,00	18,00	14,00	13,00	11,00	9,00	86,00	2.150,00
4. ^a	19,00	16,00	13,00	12,00	10,00	8,00	78,00	1.950,00
5. ^a	17,00	14,00	11,00	10,00	9,00	7,00	68,00	1.700,00
6. ^a	15,00	13,00	10,00	9,00	8,00	7,00	62,00	1.550,00

FUNÇÕES AUXILIARES

Tabela V — Auxiliar de Radiologia

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	10,00	10,00	8,00	6,00	34,00	850,00
2. ^a	8,40	8,40	6,70	4,90	28,40	710,00
3. ^a	7,10	7,10	5,60	4,20	24,00	600,00
4. ^a	6,40	6,40	5,00	3,80	21,60	540,00
5. ^a	5,70	5,70	4,60	3,40	19,40	485,00
6. ^a	5,10	5,10	4,00	3,00	17,20	430,00

Tabela VI — Interno

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	8,00	8,00	5,30	3,70	25,00	625,00
2. ^a	6,60	6,60	4,50	3,10	20,80	520,00
3. ^a	5,60	5,60	3,80	2,60	17,60	440,00
4. ^a	5,00	5,00	3,40	2,40	15,80	395,00
5. ^a	4,60	4,60	3,00	2,00	14,20	355,00
6. ^a	4,00	4,00	2,70	1,90	12,00	315,00

Tabela VII — Microscopista e Laboratorista

Remuneração mínima em dinheiro (Cr\$)

Categoria	Hora de Trabalho	Dia de 8	
		horas de trabalho	Mês
1. ^a	4,25	34,00	850,00
2. ^a	3,55	28,40	710,00
3. ^a	3,00	24,00	600,00
4. ^a	2,70	21,60	540,00
5. ^a	2,42	19,40	485,00
6. ^a	2,15	17,20	430,00

Tabela VIII — Enfermeiro

Remuneração mínima em dinheiro (Cr\$)

Categoria	Hora de trabalho	Dia de 8	
		horas de trabalho	Mês
1. ^a	4,00	32,00	800,00
2. ^a	3,35	26,80	670,00
3. ^a	2,85	22,80	570,00
4. ^a	2,55	20,40	510,00
5. ^a	2,25	18,00	450,00
6. ^a	2,05	16,40	410,00

Tabela IX — Servente

Remuneração mínima em dinheiro (Cr\$)

Categorias	1. ^a Classe			2. ^a Classe		
	Hora de trabalho	Dia de 8 horas de trabalho	Mês	Hora de trabalho	Dia de 8 horas de trabalho	Mês
1. ^a	3,25	26,00	650,00	2,75	22,00	550,00
2. ^a	2,70	21,60	540,00	2,30	18,40	460,00
3. ^a	2,30	18,40	460,00	1,95	15,60	390,00
4. ^a	2,05	16,40	410,00	1,75	14,00	350,00
5. ^a	1,85	14,80	370,00	1,55	12,40	310,00
6. ^a	1,65	13,20	330,00	1,40	11,20	280,00

DECRETO-LEI N.º 7.962 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1945

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 à dotação que especifica

Subconsignação 14 — Gratificação de Representação

- 00 — Pessoal Civil
- 04 — Departamento de Administração
- 05 — Divisão do Pessoal .. 30.000,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, do Anexo 13 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei número 7.191, de 23-12-44), como segue:

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamenon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.963 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o atual Orçamento do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual Orçamento do Ministério da Guerra (Anexo 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente
02-02 — Autocaminhões, caminhonetes, etc.

	Cr\$
Passa de	7.100.000,00
Para	2.300.000,00
(Redução de Cr\$ 4.800.000,00)	

Consignação II — Material de

Consumo

19 — Combustíveis, material de lubrificação, etc.

	Cr\$
Passa de	20.177.353,00
Para	24.977.353,00
(Aumento de Cr\$ 4.800.000,00)	

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.964 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1945

Dá a designação de "Roosevelt" à estação "Norte", da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República:

Considerando a aureola que envolve o nome do falecido Presidente dos Es-

tados Unidos da América — Franklin Delano Roosevelt;

Atendendo a que, por sua orientação política, justamente chamada de boa vizinhança, deve ser considerado um cidadão do continente americano e, por seus esforços pelos direitos e liberdades do homem, um cidadão do mundo;

E usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a denominar-se "Roosevelt" em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos da América — Franklin Delano Roosevelt, a atual estação "Norte" da Estrada de Ferro Central do Brasil, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 7.965 — DE 18
DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal da Comissão Executiva das Frutas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços da Comissão Executiva das Frutas (C.E.F.) serão executados por empregados admitidos para as funções e séries funcionais da respectiva Tabela Numérica, aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 2.º Na admissão de empregados é indispensável a comprovação de habilitação por meio de provas e títulos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às funções em comissão, que serão de livre preenchimento.

Art. 3.º Os empregados da C.E.F. serão admitidos pelo seu Presidente e por êle promovidos, removidos, transferidos, demitidos, designados para o exercício de funções gratificadas e licenciados.

Art. 4.º Os empregados da C.E.F., além do salário da função, só poderão perceber:

- a) gratificação de função prevista na Tabela Numérica, a que refere o art. 1.º d'este Decreto-lei;
- b) salário-família;
- c) ajuda de custo;
- d) diárias; e
- e) gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

Parágrafo único. O regime de salário-família e a concessão de ajuda de custo, diárias e gratificação pela prestação de serviço extraordinário obedecerão às disposições legais correspondentes que vigorarem para os servidores civis da União.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N.º 7.966 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1945

Transfere gratuitamente a Associação dos Servidores Civis de São Paulo o domínio pleno do terreno que menciona, situado na cidade de São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 139 da Constituição, e

Considerando que a Associação dos Servidores Civis de São Paulo tem como principal objetivo executar um amplo plano de assistência dentro das finalidades do Capítulo XIII, Título

II dos Estatutos dos Funcionários Públicos;

Considerando que, na realização desse programa, a Associação toma à si encargos que, por força de lei, competem também ao Governo, vindo dessa forma colaborar com o poder público;

Considerando, pois, que a iniciativa merece todo o apoio e amparo, moral e material, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente à Associação dos Servidores Civis de São Paulo (A. S. C. S. P.) o domínio pleno do terreno situado na Rua Amador Bueno ns. 47, 63, 73, 79 e 81, na cidade de São Paulo, com a área de mil quatrocentos e vinte metros quadrados (1.420.m2) e as confrontações que constam da planta e memorial descritivo, rubricados e autenticados pelo Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 2.º O terreno, objeto da presente transferência, destina-se ao edifício-sede da Associação, que poderá hipotecar ou gravar de outros ônus o imóvel para atender aos encargos da construção e instalação, assim como auferir renda da parte que não for ocupada pelos serviços sociais, desde que seja aplicada aos fins estatutários, em benefício da classe.

Parágrafo único. Em caso de execução contra o imóvel, o saldo apurado reverterá para a União.

Art. 3.º O ato que efetivar a transferência será lavrado na Delegacia do Patrimônio da União em São Paulo, independente de selos e emolumentos, e valera, para efeito de transcrição, como escritura pública.

Art. 4.º O domínio pleno do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao Patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto as construções e benfeitorias incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se as obras de construção do edifício não se iniciarem dentro de três (3) anos, contados da data deste Decreto-lei;

b) se a Associação dos Servidores Civis de São Paulo se extinguir ou se seus fins forem desvirtuados.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.967

Ainda não foi publicado no "Diário Oficial".

DECRETO-LEI N.º 7.968 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1945

Altera a redação do Decreto-lei número 6.631, de 27 de junho de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.631, de 27 de junho de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. É dispensado o período de carência para os servidores acidentados no exercício de suas atribuições, ou acometidos de doenças profissionais, bem como para os atacados de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Goes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.969 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os exames médicos para a concessão de licença aos servidores públicos, e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No atestado ou laudo médico relativo aos exames de saúde para efeito de licença, o prazo necessário ao restabelecimento do servidor será indicado a contar da data do exame.

Art. 2.º Quando o servidor já estiver afastado ao serviço, deverá o médico ou junta médica verificar se o seu estado de saúde justificava o afastamento prévio.

Parágrafo único. Não havendo elementos que autorizem qualquer conclusão positiva, o laudo ou atestado registrará, ainda assim, as informações e esclarecimentos que nesse sentido possa prestar o interessado.

Art. 3.º Caso se verifique a hipótese do artigo anterior ou do seu parágrafo único, a autoridade competente para conceder a licença poderá justificar o afastamento, considerando esse período, para todos os efeitos, como de licença.

Art. 4.º A licença dependente de inspeção médica não será concedida por prazo superior ao indicado no respectivo laudo ou atestado, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. Finda a licença o servidor será submetido a nova inspeção e o atestado ou laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 5.º Ficam revogados o art. 154 e parágrafo único do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, e demais disposições em contrário.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

do qual constarão a descrição e avaliação dos bens e a relação dos servidores a aproveitar.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 7.970 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a incorporação, mediante acôrdo, da Escola Eliseu Maciel, de Pelotas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a União autorizada a incorporar ao seu patrimônio, mediante acôrdo, todos os bens livres, inclusive a Fazenda da Palma, que constituem a Escola de Agronomia Eliseu Maciel, pertencente ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A União assumirá a responsabilidade da manutenção da Escola e do provimento de seu pessoal efetivo, em cargos federais, devendo contar integralmente em favor deste e para todos os efeitos o tempo de serviço prestado anteriormente ao Município.

Art. 3.º A Escola integrará o Instituto Agrônomo do Sul; a sua localização dentro do Município, bem como os seus objetivos principais não poderão ser alterados.

Art. 4.º A transferência tornar-se-á efetiva mediante assinatura de termo,

DECRETO-LEI N.º 7.971 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1945

Cria função gratificada de Encarregado da Garage do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, a função gratificada de Encarregado da Garage (G—D.A.) com cinco mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 5.400,00) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores — Anexo n.º 20 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 1.800,00), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Designação III — Vantagens, Subdesignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

P. Leão Veloso

A. de Souza Costa

**DECRETO-LEI N.º 7.972 — DE 19
DE SETEMBRO DE 1945**

Cria função gratificada de Chefe da Biblioteca do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Chefe da Biblioteca (B. — D.A.) com Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde — Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 05 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.973 — DE 19
DE SETEMBRO DE 1945**

Cria função gratificada no Quadro VI — Rede de Viação Cearense — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro VI — Rede de Viação Cearense — do

Ministério da Viação e Obras Públicas, a função gratificada de Chefe da Seção de Contabilidade e Estatística, com a gratificação de Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 1.650,00 (mil e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

**DECRETO-LEI N.º 7.974 — DE 20 DE
SETEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre a isenção de impostos nas aquisições de imóveis rurais ou urbanos feitas pelos oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As aquisições de imóveis rurais ou urbanos feitas pelos oficiais e praças que hajam servido na Força Expedicionária Brasileira ficam isentas do imposto de transmissão de propriedade, desde que as respectivas escrituras sejam assinadas dentro do prazo de 12 meses a contar desta data e o comprador não seja proprietário de outro imóvel.

Parágrafo único. A prova de haver servido na F.E.B. será feita mediante

certificado, com firma reconhecida, fornecido pelo Ministério da Guerra ou Comando das Regiões, o qual será transcrito na escritura.

Art. 2.º A prova de que o comprador não é proprietário de imóvel será feita:

a) para os militares, mediante atestado do Comando das Regiões;

b) para os civis, mediante afirmação expressa, na escritura de compra.

Parágrafo único. No caso de falsidade ou inexatidão da afirmação feita nos termos da letra b d'este artigo, os compradores ficarão sujeitos ao pagamento dos impostos devidos com a multa de 50 %.

Art. 3.º As escrituras públicas das aquisições a que se refere o art. 1.º é concedida isenção do imposto do selo.

Art. 4.º No caso de falecimento do oficial ou praça, os favores d'este decreto-lei são extensivos à respectiva viúva e aos descendentes, e na sua falta, aos ascendentes e irmãs solteiras, quando herdeiros.

Art. 5.º Os Interventores e Governadores dos Estados e Territórios ficam autorizados a decretar as medidas legislativas necessárias à concessão de favores idênticos, nos respectivos territórios.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

P. Goes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.975 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1945

Altera, em parte, o artigo 35 do Decreto-lei n.º 5.388-A, de 12 de abril de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 180 da Constituição e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º Os Regimentos de Infantaria (R. I.) cuja composição está prevista no artigo 35, § 1.º do Decreto-lei n.º 5.388-A, de 12 de abril de 1943, passam a ser constituídos do seguinte modo:

1 Companhia de Comando e Serviços

3 Batalhões de Infantaria

1 Companhia de Canhões Anti-Carro

1 Companhia de Morteiros.

Parágrafo único. A Companhia de Engenheiros e Batalhão de Engenheiros de que trata o § 1.º do mesmo artigo passam a denominar-se respectivamente Companhia de Canhões Anti-Carro e Batalhão de Canhões Anti-Carro.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 7.976 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1945

Concede isenção de tributos incidentes sobre estabelecimentos de ensino.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A Prefeitura do Distrito Federal concederá isenção de tributos aos estabelecimentos de ensino, nos termos dos parágrafos que se seguem.

§ 1.º Ficam isentos de impostos e taxas adicionais os imóveis, compreendendo edifícios, dependências e respec-

tivos terrenos, ocupados, a qualquer título, por estabelecimentos de ensino, de todo grau ou ramo, reconhecidos oficialmente.

§ 2.º Quando se tratar de imóvel arrendado, o favor previsto no parágrafo anterior reverterá em benefício do estabelecimento de ensino, deduzindo-se do preço da locação o valor dos tributos pagos pelo locador ou proprietário, e a que se refere a isenção.

§ 3.º Ficam isentos do imposto de licença para localização, e respectivos adicionais, os estabelecimentos de ensino, de qualquer grau ou ramo, reconhecidos oficialmente.

Art. 2.º Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente lugares gratuitos e de contribuição reduzida, perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante do favor concedido, em benefício de estudantes necessitados, a juízo da autoridade competente da Prefeitura do Distrito Federal, em entendimento com a comissão de que trata o parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.637, de 12 de junho de 1945, segundo a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 7.795, de 30 de julho de 1945. A fração traduzir-se-á em benefício para um aluno.

Art. 3.º Ficam os governos estaduais e municipais autorizados a expedir os atos legislativos que se tornarem necessários à concessão dos favores de que trata o presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os atos legislativos expedidos de conformidade com o disposto neste artigo independem dos trâmites estabelecidos no Decreto-lei n.º 1.202, de 18 de abril de 1939.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.977 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1945

Desdobra o Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fica, na forma das relações anexas, desdobrado em:

Quadro Permanente (Q.P.); e

Quadro Suplementar (Q.S.).

Art. 2.º O Quadro Permanente compreende:

I — cargos isolados de provimento em comissão;

II — cargos isolados de provimento efetivo;

III — carreiras; e

IV — funções gratificadas, todos de natureza permanente.

Art. 3.º O Quadro Suplementar é constituído de:

I — cargos isolados de provimento em comissão;

II — cargos isolados de provimento efetivo;

III — carreiras; e

IV — funções gratificadas, todos de natureza transitória.

Parágrafo único. Os cargos isolados e funções gratificadas, incluídos no Quadro Suplementar, serão suprimidos à medida que vagarem; e os de carreira, à medida que vagarem os de menor vencimento em cada uma, feitas as promoções.

Art. 4.º A Divisão de Pessoal do Ministério publicará, dentro de 60 dias, a partir da vigência deste decreto-lei, a relação nominal dos ocupantes dos cargos que integram as tabelas anexas.

Art. 5.º Os decretos dos funcionários cujos cargos são reclassificados serão apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério.

Art. 6.º A dotação resultante da extinção de cargos excedentes do Q.P. e supressão de cargos do Q.S. será levada a crédito da conta corrente de um ou outro Quadro, a critério da Divisão de Pessoal.

Art. 7.º A Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Estado de São Paulo, terá a lotação que fôr aprovada por decreto.

Art. 8.º Este Decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de setembro de 1945.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — QUADRO PERMANENTE

I — Cargos isolados de provimento em Comissão

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Ministro de Es- tado	X	—	—	Q.U.-P.P.	1	Ministro de Es- tado	X	—	—	
1	Presidente do Cons. Nac. do Trabalho	R	—	—	Q.U.-P.P.	1	Presidente do Cons. Nac. do Trabalho	R	—	—	
1	Diretor S.E.P.T.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor S.E.P.T.	P	—	—	
1	Diretor D.N.I. ..	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor D.N.I. ..	P	—	—	
1	Diretor Geral D. N. I. C.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor Geral D. N. I. C.	P	—	—	
1	Diretor I.N.T..	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor I.N.T..	P	—	—	
1	Diretor D.N.P.I.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor D.N.P.I.	P	—	—	
1	Diretor Geral D.N.T.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor Geral D.N.T.	P	—	—	
1	Diretor D. N. S. P. C.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor D. N. S. P. C.	P	—	—	
1	Diretor S.At. ..	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor S.At. ..	P	—	—	
1	Diretor D.A. ..	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor D.A.	P	—	—	
1	Diretor de De- partamento D. J. T.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de De- partamento D. J. T.	P	—	—	
1	Diretor de De- partamento D. P. S.	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de De- partamento D. P. S.	P	—	—	
2	Diretor de Divi- são D. J. T.	N	—	—	Q.U.-P.P.	2	Diretor de Divi- são D. J. T.	N	—	—	
1	Diretor de Divi- são D.P.-D.A.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.P.-D.A.	N	—	—	

1	Diretor de Divi- são D.M. - D.A.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.M. - D.A.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.O. - D.A.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.O. - D.A.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.H.S.T.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.H.S.T.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.O.A.S.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.O.A.S.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D. Fisc..	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D. Fisc..	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.C.-D.P.S.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.C.-D.P.S.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.F.-D.P.S.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.F.-D.P.S.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D.I.-D.P.S.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D.I.-D.P.S.	N	—	—
1	Diretor de Divi- são D. C. R.- D. P. S.....	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divi- são D. C. R.- D. P. S.....	N	—	—
1	Diretor de Servi- ço S.I.P. ...	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Servi- ço S.I.P. ...	N	—	—
1	Diretor D. N. I.- H. I.	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor D. N. I.- H. I.	L	—	—
1	Chefe do Serv. Admin. C.N.T.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Chefe do Serv. Admin. C.N.T.	N	—	—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exec-dentes	Vagos	Quatro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exec-dentes	Vagos	Observações
1	Engenheiro Chefe C. N. T...	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Engenheiro Chefe C. N. T...	L	—	—	
1	Inspetor D. N. S. P. C.	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Inspetor D. N. S. P. C.	M	—	—	
1	Inspetor D. N. S. P. C.	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Inspetor D. N. S. P. C.	L	—	—	
4	Inspetor D. N. S. P. C.	K	—	—	Q.U.-P.P.	4	Inspetor D. N. S. P. C.	K	—	—	
1	Síndico D.N.I.C.	K	—	—	Q.U.-P.P.	1	Síndico D.N.I.C.	K	—	—	
1	Procurador Geral P. P. S. ...	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Procurador Geral P. P. S. ...	P	—	—	
1	Procurador Geral P. J. T.	F	—	—	Q.U.-P.P.	1	Procurador Geral P. J. T.	P	—	—	
1	Chefe do Serviço de Comunicações	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Chefe do Serviço de Comunicações	M	—	—	
1	Diretor de Divisão D. E.-D. N. I. C.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divisão D. E.-D. N. I. C.	N	—	—	
1	Diretor de Divisão D. R. C.-D. N. I. C..	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divisão D. R. C.-D. N. I. C..	N	—	—	
1	Diretor de Divisão D. C. F.-D. N. I. C..	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor de Divisão D. C. F.-D. N. I. C..	N	—	—	
1	Diretor S. D. T.	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Diretor S. D. T.	N	—	—	

1	Delegado Reg. do Trab. (Amazo- nas)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Amazo- nas)	L	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Pará) .	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Pará) .	M	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Mara- nhão)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Mara- nhão)	L	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Piauí)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Piauí)	L	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Ceará)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Ceará)	M	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Rio G. do Norte)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Rio G. do Norte)	M	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Paraíba)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Paraíba)	M	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Pernam- buco)	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Pernam- buco)	N	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Alagoas)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Alagoas)	M	—	—
1	Delegado Reg. do Trab. (Sergipe)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Sergipe)	M	—	—
	Delegado Reg. do Trab. (Bahia)	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Bahia)	N	—	—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Delegado Reg. do Trab. (Espírito Santo)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Espírito Santo)	L	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Rio de Janeiro)	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Rio de Janeiro)	N	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Minas Gerais)	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Minas Gerais)	N	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Paraná)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Paraná)	M	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Santa Catarina)	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Santa Catarina)	M	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Rio G. do Sul)	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Rio G. do Sul)	N	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Goiás)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Goiás)	L	—	—	
1	Delegado Reg. do Trab. (Mato Grosso)	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trab. (Mato Grosso)	L	—	—	
1	Delegado Reg. do Trabalho (São Paulo)	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Delegado Reg. do Trabalho (São Paulo)	P	—	—	

II — Cargos isolados de provimento efetivo

1	Consultor Médico	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Consultor Médico	N	—	—	
1	Consult. Jurídico	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Consult. Jurídico	N	—	—	
1	Consultor Técnico	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Consultor Técnico	N	—	—	
1	Auditor	N	—	—	Q.U.-P.P.	1	Auditor	N	—	—	
1	Assistente Jurídico	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Assistente Jurídico	L	—	—	
8	Presidente de Cons. Regional	N	—	—	Q.U.-P.P.	8	Presidente de Cons. Regional	N	—	—	
11	Procurador P.J.T.	N	—	—	Q.U.-P.P.	11	Procurador P.J.T.	N	—	—	
9	Procurador P.P.S.	N	—	—	Q.U.-P.P.	9	Procurador P.P.S.	N	—	—	
8	Procurador Regional C.R.T.	M	—	—	Q.U.-P.P.	8	Procurador Regional C.R.T.	M	—	—	
45	Presidente de Junta J. T. . .	L	—	—	Q.U.-P.P.	45	Presidente de Junta J. T. . .	L	—	—	
6	Procurador Adjunto C. R. T.	L	—	—	Q.U.-P.P.	6	Procurador Adjunto C. R. T.	L	—	—	
10	Perito de Propriedade Industrial	L	—	—	Q.U.-P.P.	10	Perito de Propriedade Industrial	L	—	—	
1	Inspetor de Seguros	K	—	—	Q.U.-P.P.	1	Inspetor de Seguros	K	—	—	
1	Tesoureiro D. A.	J	—	1	Q.U.-P.P.	1	Tesoureiro D. A.	J	—	1	Condicionado à supressão de 1 Tesoureiro, padrão L, do Q. S.
2	Ajudante de Tesoureiro D. A.	F	—	1	Q.U.-P.P.	2	Ajudante de Tesoureiro D. A.	F	—	1	Condicionado à supressão de 1 Ajudante de Tesoureiro, padrão H, do Q. S.

III — Carreiras

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisório	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Almoxarife	J	—	1	Q.U.-P.P.	1	Almoxarife	J	—	1	
1	Almoxarife	I	—	—	Q.U.-P.P.	1	I	1	—	
1	Almoxarife	I	—	—	Q.U.-P.S.	1	H	—	—	
1	Almoxarife	H	—	—	Q.U.-P.P.	1	G	—	—	
1	Almoxarife	G	—	—	Q.U.-P.P.	1	F	—	—	
1	Almoxarife ..	F	1	—	Q.U.-P.P.	2				
6			1	1		6			1	1	

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO PROPOSTA						
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	
—	Arquivista	K	3	—	—	Q.U.-P.P.	—	Arquivista	K	3	—		
3	Arquivista	H	—	—	3	Q.U.-P.P.	3	H	—	3		
5	Arquivista	G	—	—	5	Q.U.-P.P.	5	G	—	5		
7	Arquivista	F	—	—	7	Q.U.-P.P.	7	F	—	7		
10	Arquivista	E	—	12	10	Q.U.-P.P.	12	E	—	9	12	
3	Aux. de arquivista	E	—	—	—	Q.U.-P.S.							
28			3	12	25		27			3	24	12	

Obs. — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 27.

3	Atuário	N	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	Atuário	N	—	—	—
3	M	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	M	—	—	—
5	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	L	—	—	—
7	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	7	K	—	—	—
18			—	—	—		18			—	—	—

1	Bibliotecario	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	Bibliotecário	L	—	—	—
1	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	K	—	—	—
1	J	—	—	1	Q.U.-P.P.	1	J	—	1	—
2	I	—	2	—	Q.U.-P.P.	2	I	—	—	2
5			—	2	1		5			—	1	2

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos quando forem providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 5.

2	Bibliotec. Auxiliar	H	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	Bibliotec. Auxiliar	H	—	2	—
2	G	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	G	—	2	—
4	F	—	—	4	Q.U.-P.P.	4	F	—	4	—
5	E	—	8	—	Q.U.-P.P.	5	E	—	—	8
13			—	8	3		13			—	8	8

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 13.

2	Contador	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	2	Contador	L	—	—	—
2	K	1	—	—	Q.U.-P.P.	2	K	1	—	—
3	J	—	—	3	Q.U.-P.P.	3	J	—	3	—
4	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	I	—	—	—
5	H	—	2	—	Q.U.-P.P.	5	H	—	—	2
16			1	2	3		16			1	3	2

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe J. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 16.

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO PROPOSTA						
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	
50	<i>Dactilógrafo</i>	E	—	—	50	Q.U.-P.P.	100	<i>Dactilógrafo</i>	E	—	100	—	
157	D	—	50	—	Q.U.-P.P.	157	D	—	—	100	
207				50	50		257				100	100	

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe E. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 257.

<i>Dactiloscopista</i>							<i>Dactiloscopista</i>						
2	L	—	—	1	Q.U.-P.P.	3	L	—	2	—	
3	K	—	—	1	Q.U.-P.P.	5	K	—	3	—	
4	J	—	—	2	Q.U.-P.P.	7	J	—	5	—	
5	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	9	I	—	4	—	
6	H	16	—	—	Q.U.-P.P.	12	H	—	—	14	
20			16		4		26				14	14	

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 36.

<i>Dactiloscopista Auxiliar</i>							<i>Dactiloscopista Auxiliar</i>						
5	G	—	—	5	Q.U.-P.P.	12	G	—	12	—	
10	F	—	—	10	Q.U.-P.P.	23	F	—	23	—	
15	E	—	2	10	Q.U.-P.P.	45	E	—	40	35	
30				2	5		80				75	35	

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. No conjunto das carreiras de Dactiloscopista Auxiliar do Q.P. e Dactiloscopista do Q.S., o total de cargos providos não poderá ser superior a 80.

1	<i>Desenhista</i>	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Desenhista</i>	L	—	—	
1	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	K	—	—	
2	J	—	—	1	Q.U.-P.P.	2	J	—	1	
2	I	1	—	—	Q.U.-P.P.	2	I	1	—	
6			1		1		6			1	1	
2	<i>Economista</i>	N	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	<i>Economista</i>	N	—	2	—
3	M	—	—	2	Q.U.-P.P.	3	M	—	2	—
4	L	—	—	4	Q.U.-P.P.	4	L	—	4	—
5	K	—	—	5	Q.U.-P.P.	5	K	—	5	—
6	J	—	13	—	Q.U.-P.P.	6	J	—	—	13
20				13	13		20			—	13	13

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 20.

1	<i>Engenheiro</i>	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Engenheiro</i>	K	—	—	
1	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	J	—	—	
2			—	—	—		2			—	—	
1	<i>Engenheiro de Se-</i>	N	—	—	1	Q.U.-P.P.	1	<i>Engenheiro de Se-</i>	N	—	1	—
1	<i>gurança do Tra-</i>	M	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>gurança do Tra-</i>	M	—	—	—
2	<i>balho</i>	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	2	<i>balho</i>	L	—	—	—
2	K	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	K	—	2	—
2	J	—	5	—	Q.U.-P.P.	2	J	—	—	3
8			—	5	3		8			—	3	3

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 8.

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
102	<i>Escrutário</i>	G	—	—	2	Q.U.-P.P.	140	<i>Escrutário</i>	G	—	40	—
204	F	—	—	4	Q.U.-P.P.	270	F	—	70	—
310	E	—	6	10	Q.U.-P.P.	406	E	—	106	110
616			—	6	16		816				216	110

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. No conjunto das carreiras de Escrivão do Q.P., Escrivão do Q.S. e Auxiliar de Escrita do Q.S., o total de cargos ocupados não poderá ser superior a 816.

3	<i>Estatístico</i>	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	<i>Estatístico</i>	L	—	—	—
3	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	K	—	—	—
3	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	J	—	—	—
5	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	I	—	—	—
14			—	—	—		14			—	—	—
4	<i>Estatístico Auxiliar</i>	H	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	<i>Estatístico Auxiliar</i>	H	—	—	—
5	G	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	G	—	—	—
7	F	—	—	—	Q.U.-P.P.	7	F	—	—	—
10	E	—	—	—	Q.U.-P.P.	10	E	—	—	—
26			—	—	—		26			—	—	—
1	<i>Examinador de Marcas</i>	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Examinador de Marcas</i>	K	—	—	—
2	J	—	—	1	Q.U.-P.P.	2	J	—	1	—
3	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	3	I	—	—	—
4	H	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	H	—	—	—
5	G	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	G	—	—	—
7	F	—	—	—	Q.U.-P.P.	7	F	—	—	—
22			—	—	1		22			—	1	—

Fiscal de Seguros						Fiscal de Seguros						
4	L	1	—	—	Q.U.-P.P.	4	L	1	—	
5	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	K	—	—	
6	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	6	J	—	—	
7	I	—	—	6	Q.U.-P.P.	7	I	—	6	
12	H	—	5	—	Q.U.-P.P.	12	H	—	5	
34			1	5	6		34			1	6	5

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe I. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 34.

10	Guarda-Livros	G	—	—	10	Q.U.-P.P.	10	Guarda-Livros	G	—	10	—
12	F	—	—	10	Q.U.-P.P.	12	F	—	10	—
16	E	—	20	—	Q.U.-P.P.	16	E	—	—	20
38			—	20	20		38			—	20	20

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 38.

Inspetor de Imigração						Inspetor de Imigração						
3	L	—	—	1	Q.U.-P.P.	3	L	—	1	—
6	K	—	—	2	Q.U.-P.P.	6	K	—	2	—
9	J	—	—	3	Q.U.-P.P.	9	J	—	3	—
12	I	—	—	6	Q.U.-P.P.	12	I	—	6	—
18	H	—	—	1	Q.U.-P.P.	18	H	—	1	12
48			—	—	13		48			—	13	12

Observações — Os cargos provisórias serão suprimidos a medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 48.

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO PROPOSTA						
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	
	<i>Inspetor de Indús- tria e Comércio</i>							<i>Inspetor de Indús- tria e Comércio</i>					
1	L	—	—	1	Q.U.-P.P.	1	L	—	1	—	
1	K	—	—	1	Q.U.-P.P.	1	K	—	1	—	
2	J	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	J	—	2	—	
2	I	—	—	2	Q.U.-P.P.	2	I	—	2	—	
3	H	—	6	3	Q.U.-P.P.	3	H	—	3	6	
9			—	6	9		9			—	9	6	

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 9.

	<i>Inspetor de Providência</i>							<i>Inspetor de Providência</i>				
3	L	6	—	—	Q.U.-P.P.	3	L	6	—	—
4	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	K	—	—	—
5	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	5	J	—	—	—
6	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	6	I	—	—	—
8	H	—	—	—	Q.U.-P.P.	8	H	—	—	—
26			6	—	—		26			6	—	—

								<i>Inspetor do Trabalho</i>				
4	Inspetor do Trabalho	L	—	—	2	Q.U.-P.P.	15	L	—	13	
9	Inspetor do Trabalho	K	—	—	6	Q.U.-P.P.		K	—	19	
3	Chefe de Divisão Reg do Trabalho.	K	—	—	—	Q.U.-P.S.	25				
14	Inspetor do Trabalho	J	—	—	14	Q.U.-P.P.	40	J	—	40	
19	Inspetor do Trabalho	I	—	—	19	Q.U.-P.P.	60	I	—	20	
24	Inspetor do Trabalho	H	—	43	—	Q.U.-P.P.	90	H	—	23	132
73			—	43	41		230			—	155	132

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. No conjunto das carreiras de Inspetor do Trabalho do Q.P. e do Q.S., o total de cargos providos não poderá ser superior a 230.

	<i>Médico</i>							<i>Médico</i>				
1	M	—	—	—	Q.U.-P.P.	1	M	—	—	—
2	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	2	L	—	—	—
2	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	2	K	—	—	—
3	J	—	—	2	Q.U.-P.P.	3	J	—	2	—
4	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	I	—	2	—
4	H	—	9	—	Q.U.-P.P.	4	H	—	—	5
16			—	9	4		16			—	4	5

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 16.

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO PROPOSTA						
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	
								Médico do Trabalho					
3	Médico do Trabalho	M	—	—	1	Q.U.-P.P.	3	M	—	1	—	
4	Médico do Trabalho	L	—	—	2	Q.U.-P.P.	4	L	—	2	—	
5	Médico do Trabalho	K	—	—	4	Q.U.-P.P.	5	K	—	4	—	
6	Médico do Trabalho	J	—	—	5	Q.U.-P.P.	6	J	—	5	—	
8	Médico do Trabalho	I	—	15	—	Q.U.-P.P.	9	I	—	—	14	
1	Perito em oactilos- copia cunha	I	—	—	—	Q.U.-P.S.							
27			—	15	12		27			—	12	14	

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 27.

								Oficial Administra- tivo				
20	Oficial Administra- tivo	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	25	L	—	0	—
30	Oficial Administra- tivo	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	35	K	—	4	—
1	Chefe de Seção (Dir. Org. Trabalho) ..	K	—	—	—	Q.U.-P.S.		K	—	4	—
40	Oficial Administra- tivo	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	45	J	—	5	—
2	Chefe de Seção (Dir. Adm.)	J	—	—	—	Q.U.-P.S.		J	—	5	—
50	Oficial Administra- tivo ..	I	—	—	—	Q.U.-P.P.	55	I	—	5	—
60	Oficial Administra- tivo	H	—	—	—	Q.U.-P.P.	65	H	—	5	17
203			—	—	—		225			—	22	17

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 225.

	Tecnologista							Tecnologista				
4	M	—	—	—	Q.U.-P.P.	4	M	—	—	—
7	L	—	—	—	Q.U.-P.P.	7	L	—	—	—
10	K	—	—	—	Q.U.-P.P.	10	K	—	—	—
14	J	—	—	—	Q.U.-P.P.	14	J	—	—	—
35			—	—	—		35			—	—	—

IV -- Funções gratificadas

334

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$	Quadro	Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$
3	Membro—Comissão de Eficiência	9.600,00	Q. U.-P. P.	3	Membro — Comissão de Eficiência	9.600,00
1	Secretário — Comissão de Eficiência	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário — Comissão de Eficiência	4.200,00
1	Secretário do Diretor — D. A.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D.A.	5.400,00
1	Auxiliar do Diretor — D. A. ..	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Auxiliar do Diretor — D.A.	3.000,00
1	Secretário do Diretor — D. M. — D. A.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D. M. — D. A.	4.200,00
3	Chefe de Seção — D.M. — D.A.	5.400,00	Q. U.-P. P.	3	Chefe de Seção — D.M. — D.A.	5.400,00
1	Secretário do Diretor — D. O. — D. A.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D. O. — D. A.	4.200,00
2	Chefe de Seção — D.O. — D.A.	5.400,00	Q. U.-P. P.	2	Chefe de Seção — D.O. — D.A.	5.400,00
1	Secretário do Diretor — D. P. — D. A.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D. P. — D. A.	4.200,00
4	Chefe de Seção — D.P. — D.A.	5.400,00	Q. U.-P. P.	4	Chefe de Seção — D.P. — D.A.	5.400,00
1	Administrador — A.P.T. — D.A.	6.600,00	Q. U.-P. P.	1	Administrador — A.P.T. — D.A.	6.600,00
1	Zelador — A.P.T. — D.A.	4.800,00	Q. U.-P. P.	1	Zelador — A.P.T. — D.A.	4.800,00
1	Chefe de Portaria — A.P.T.—D.A.	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Portaria — A. P. T. — D. A.	3.000,00
3	Chefe de Seção — S.Cm. — D.A.	5.400,00	Q. U.-P. P.	3	Chefe de Seção — S.Cm. — D.A.	5.400,00
1	Secretário do Diretor — Serv. Atuarial	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — Serv. Atuarial	4.200,00

ATOS DO PODER EXECUTIVO

4	Chefe de Seção — D.J.T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	4	Chefe de Seção — D.J.T.	5.400,00
1	Secretário — D.J.T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário — D.J.T.	4.200,00
5	Chefe de Seção — D.P.S.	5.400,00	Q. U.-P. P.	5	Chefe de Seção — D.P.S.	5.400,00
1	Secretário — D.P.S.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário — D.P.S.	4.200,00
5	Chefe de Seção — Serv. Adm. — J. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	5	Chefe de Seção — Serviço Adm. — J. T.	5.400,00
1	Secretário — Serv. Adm. — J.T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário — Serv. Adm. — J.T.	4.200,00
8	Secretário — Cons. Regional do Trabalho	4.200,00	Q. U.-P. P.	8	Secretário — Conselho Regional do Trabalho	4.200,00
45	Secretário — Junta de Conc. e Julgamento	3.000,00	Q. U.-P. P.	45	Secretário — Junta de Conciliação e Julgamento	3.000,00
1	Secretário — Proc. Prev. Social	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário — Proc. Prev. Social	4.200,00
1	Secretário do Diretor — C. R. P. Industrial	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — C. R. P. Industrial	4.200,00
1	Secretário do Diretor — D. N. I.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D. N. I.	4.200,00
1	Secretário do Diretor — D.N.P.I.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D.N.P.I.	4.200,00
2	Chefe de Divisão — D. N. P. I.	6.600,00	Q. U.-P. P.	2	Chefe de Divisão — D.N.P.I. ..	6.600,00
4	Chefe de Seção — D. N. P. I.	5.400,00	Q. U.-P. P.	4	Chefe de Seção — D. N. P. I. ..	5.400,00
1	Chefe de Seção de Comunicações D. N. P. I.	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção de Comunicações D. N. P. I.	3.000,00
1	Secretário do Diretor — D. N. S. P. C.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — D. N. S. P. C.	4.200,00
1	Secretário da 4. ^a Circunscrição D. N. S. P. C.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da 4. ^a Circunscrição D. N. S. P. C.	4.200,00
1	Secretário do Diretor — I. N. T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor — I. N. T.	4.200,00
7	Chefe de Divisão — I. N. T. ..	5.400,00	Q. U.-P. P.	7	Chefe de Divisão — I. N. T.	5.400,00
6	Chefe de Seção — I. N. T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	6	Chefe de Seção — I. N. T.	4.200,00
1	Chefe de Oficina — I. N. T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Oficina — I. N. T.	4.200,00
1	Chefe de Portaria — I. N. T.	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Portaria — I. N. T.	3.000,00

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$	Quadro	Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$
1	Coordenador do Curso de Metrologia — I. N. T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Coordenador do Curso de Metrologia — I. N. T.	4.200,00
1	Secretário do Diretor Geral — D. N. I. C.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor-Geral — D. N. I. C.	5.400,00
1	Secretário do Presidente — C.N.T.	6.600,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Presidente — C.N.T.	6.600,00
1	Secretário do Conselho Pleno — C. N. T.	6.600,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Conselho Pleno — C. N. T.	6.600,00
1	Secretário da C.J.T. — C.N.T.	6.600,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do C.J.T. — C.N.T.	6.600,00
1	Secretário da C.P.S. — C.N.T.	6.600,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do C.P.S. — C.N.T.	6.600,00
2	Auxiliar do Presidente — C.N.T.	4.200,00	Q. U.-P. P.	2	Auxiliar do Presidente — C.N.T.	4.200,00
1	Secretário do Diretor-Geral — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor-Geral — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seção de Identificação — S. I. P. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe da Seção de Identificação — S. I. P. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seção de Emissão de Carteiras — S.I.P. — D.N.T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe da Seção de Emissão de Carteiras — S.I.P. — D.N.T.	5.400,00
1	Chefe da Seção de Cad. e Reg. Profissional — S.I.P. — D.N.T.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe da Seção de Cad. e Reg. Profissional. — S.I.P. — D.N.T.	5.400,00

1	Chefe da Seção de Contrôlo — S. I. P. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Org. Reg. Sind. — D.O.A.S. — D.N.T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Assist. Sind. — D. O. A. S. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Contr. Contab. — D. O. A. S. — D. N. T. ..	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Coloc. de Trabalh. — D. O. A. S. — D. N. T. ..	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Insp. Trabalho — D. F. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seção de Multas — D. F. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seção de Recursos — D. F. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Higiene Trab. — D. H. S. T. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Assist. Mulher e Menor — D.H.S.T. — D.N.T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Seq. Segur. Trabalho D. H. S. T. — D. N. T.	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe da Turma de Administra- ção — D. N. T.	4.200,00	Q. U.-P. P.

1	Chefe da Seção de Contrôlo — S. I. P. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Org. Reg. Sind. — D. O. A. S. — D. N. T. ..	5.400,00
1	Chefe da Seq. Assist. Sind. — D. O. A. S. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Contr. Contab. — D. O. A. S. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Coloc. de Trabalh. D. O. A. S. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Insp. Trabalho — D. F. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seção de Multas — D.F. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seção de Recursos — D. F. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Higiene Trab. — — D. H. S. T. — D. N. T. ..	5.400,00
1	Chefe da Seq. Assist. Mulher e Menor — D.H.S.T. — D.N.T.	5.400,00
1	Chefe da Seq. Segur. Trabalho D. H. S. T. — D. N. T.	5.400,00
1	Chefe da Turma de Administra- ção — D. N. T.	4.200,00

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$	Quadro	Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 1. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 1. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 2. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 2. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 3. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 3. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 4. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 4. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 5. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 5. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 6. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 6. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 7. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 7. ^a Reg.)	3.000,00
1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 8. ^a Reg.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário da Proc. Regional (J. T. — 8. ^a Reg.)	3.000,00
1	Chefe de Secretaria (P. G. J. Trabalho)	6.000,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Secretaria (P. G. J. Trabalho)	6.000,00

<i>Departamento Nacional de Indústria e Comércio</i>				<i>Departamento Nacional de Indústria e Comércio</i>			
1	Chefe de Seção (S. A. — D. N. I. C.)	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S. A. — D. N. I. C.)	4.200,00	
1	Chefe de Seção (S. E. — D. E. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S. E. — D. E. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção S.E.C. — D.E. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.I.E. — D.E. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S.I.E.—D.E.— D. N. I. C.	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.I.E. — D.E. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S.C. — D.C.E. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.C. — D.C.E. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S.F. — D.C.F. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.F. — D.C.F. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S. At.—D.C.F.— D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S. At. — D. C. F. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S.R.I. — D.R.C. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.R.I. — D.R.C. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe de Seção (S. E. R. — D. R. C. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S.E.R. — D.R.C. — D. N. I. C.)	5.400,00	
1	Chefe do Arquivo (A.D.R.C. — D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe do Arquivo (A. D. R. C. — D. N. I. C.)	5.400,00	

SITUAÇÃO PROPOSTA				SITUAÇÃO ATUAL		
Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$	Quadro	Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. E. — D. N. I. C.)	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário de Diretor de Divisão (D. E. — D. N. I. C.)	4.200,00
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. C. F. — D. N. I. C.) ...	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário de Diretor de Divisão (D. C. F. — D. N. I. C.) ...	2.200,00
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. R. C. — D. N. I. C.) ...	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário de Diretor de Divisão (D. R. C. — D. N. I. C.) ..	4.200,00
1	Auxiliar do Diretor-Geral (D. G. — D. N. I. C.)	3.000,00	Q. U.-P. P.	1	Auxiliar de Diretor-Geral (D. G. — D. N. I. C.)	3.000,00
1	Administrador da Galeria (D. N. I. C.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Administrador da Galeria (D. N. I. C.)	5.400,00
<i>Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho</i>				<i>Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho</i>		
1	Secretário do Diretor (S.E.P.T.)	4.200,00	Q. U.-P. P.	1	Secretário do Diretor (S.E.P.T.)	4.200,00
1	Chefe de Seção (S. T. — S. E. P. T.)	5.400,00	Q. U.-P. P.	1	Chefe de Seção (S. T. — S. E. P. T.)	5.400,00

1	Chefe de Seção (S. C. I. — S. E. P. T.)	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe de Seção (S. P. S. — S. E. P. T.)	5.400,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe de Seção (S. E. A. — S. E. P. T.)	6.000,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe de Seção (S.A. — S.E.P.T.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
1	Chefe de Seção (S.M. — S.E.P.T.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
<i>Serviço de Documentação</i>			
1	Secretário do Diretor (S.D.T.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
<i>Departamento Nacional do Trabalho</i>			
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. O. A. S.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. H. S. T.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. F.)	4.200,00	Q. U.-P. P.
1	Auxiliar do Diretor-Geral (D.G. — D. N. T.)	3.000,00	Q. U.-P. P.

1	Chefe de Seção (S.C.I. — S.E. P. T.)	5.400,00
1	Chefe de Seção (S. P. S. — S. E. P. T.)	5.400,00
1	Chefe de Seção (S. E. A. — S. E. P. T.)	6.000,00
1	Chefe de Seção (S.A. — S.E.P.T.)	4.200,00
1	Chefe de Seção (S.M. — S.E.P.T.)	4.200,00
<i>Serviço de Documentação</i>		
1	Secretário do Diretor (S.D.T.)	4.200,00
<i>Departamento Nacional do Trabalho</i>		
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. O. A. S.)	4.200,00
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. H. S. T.)	4.200,00
1	Secretário de Diretor de Divisão (D. F.)	4.200,00
1	Auxiliar do Diretor-Geral (D.G. — D. N. T.)	3.000,00

QUADRO SUPLEMENTAR

342

I) — Cargos isolados de provimento em comissão

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
de cargos Nº.	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
6	Diretor	N	—	—	Q.U.-P.S.	6	Diretor	N	—	—	
1	Chefe da Deleg. Reg. em Santos	M	—	—	Q.U.-P.S.	1	Chefe da Deleg. Reg. em Santos	M	—	—	
4	Chefe de Seção (Dir. Fiscal do Trab.)	K	—	—	Q.U.-P.S.	4	Chefe de Seção (Dir. Fiscal do Trab.)	K	—	—	
1	Chefe de Seção (Dir. Org. do Trab.)	K	—	—	Q.U.-P.S.	1	Chefe de Seção (Dir. Org. do Trab.)	K	—	—	
6	Chefe de Divis. Reg. do Trab.	K	—	—	Q.U.-P.S.	6	Chefe de Divis. Reg. do Trab.	K	—	—	
3	Chefe de Seção da Dir. Ad. ...	J	—	—	Q.U.-P.S.	3	Chefe de Seção da Dir. Ad. ...	J	—	—	

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

II) — Cargos isolados de provimento efetivo

1	Ajudante de Te- soureiro	H	—	—	Q.U.-P.P.	1	Ajudante de Te- soureiro	H	—	—
1	Assistente Jurí- dico	P	—	—	Q.U.-P.P.	1	Assistente Jurí- dico	P	—	—
3	Chefe de Por- taria	H	—	—	Q.U.-P.P.	3	Chefe de Por- taria	H	—	—
1	Chefe de Por- taria	G	—	—	Q.U.-P.P.	1	Chefe de Por- taria	G	—	—
4	Diretor	N	—	—	Q.U.-P.P.	4	Diretor	N	—	—
1	Inspetor-Chefe ..	M	—	—	Q.U.-P.P.	1	Inspetor-Chefe ..	M	—	—
10	Inspetor Regio- nal	K	—	—	Q.U.-P.P.	10	Inspetor Regio- nal	K	—	—
1	Pagador	H	—	—	Q.U.-P.S.	1	Pagador	H	—	—
1	Telefonista	D	—	—	Q.U.-P.S.	1	Telefonista	D	—	—
1	Tesoureiro	L	—	—	Q.U.-P.P.	1	Tesoureiro	L	—	—
1	Tradutor	K	—	—	Q.U.-P.P.	1	Tradutor	K	—	—

III) — Carreiras

1	Atendente	E	—	—	Q.U.-P.P.	1	Atendente	E	—	—
2	D	—	—	Q.U.-P.P.	2	D	—	—
3			—	—		3			—	—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
14	Fotógrafo	F	—	—	Q.U.-P.S.	14	<i>Auxiliar de</i>				
1	Tradutor	E	—	—	Q.U.-P.S.	16	<i>Escrita</i>	F	—	—	
22	Auxiliar de Fo- tógrafo	D	—	—	Q.U.-P.S.	25		E	—	15	
3	Auxiliar de Da- ctiloscopista ..	D	—	—	Q.U.-P.S.			D	—	—	
12	Continuo	C	—	—	Q.U.-P.S.	12		C	—	—	
20	Servente	B	—	—	Q.U.-P.S.	20		B	—	—	
72			—	—		87			—	15	
1	<i>Carpinteiro</i>	F	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Carpinteiro</i>	F	—	—	
1		E	—	—	Q.U.-P.P.	1		E	—	—	
2			—	—		2			—	—	
9	<i>Continuo</i>	G	—	—	Q.U.-P.P.	9	<i>Continuo</i>	G	—	—	
5		F	—	—	Q.U.-P.P.	5		F	—	—	
4		E	—	—	Q.U.-P.P.	4		E	—	—	
18			—	—		18			—	—	

1	Cozenheiro	D	—	—	Q.U.-P.P.	1	Cozenheiro	D	—	—
1			—	—		1			—	—
1	Subchefe do Ar- quivo Dactilos- cópico	J	—	—	Q.U.-P.S.	1	Dactiloscopista	J	—	—
—		—	—	—	—	2		I	—	2
—		—	—	—	—	3		H	—	3
3	Arquivista de fi- chas dactilos- cópicas	G	—	—	Q.U.-P.S.	5		G	—	2
5	Dactiloscopista	F	—	—	Q.U.-P.S.	8		F	—	3
—		—	—	—	—	12		E	—	12
17	Auxiliar de dacti- liscopista	D	—	—	Q.U.-P.S.	17		D	—	—
26			—	—		48			—	22
1	Eletricista	H	—	—	Q.U.-P.P.	1	Eletricista	H	—	—
1		G	—	—	Q.U.-P.P.	1		G	—	—
2			—	—		2			—	—
13	1.º Escrivurário	H	—	—	Q.U.-P.S.	15	Escrivurário	H	—	2
21	2.º Escrivurário	G	—	—	Q.U.-P.S.	25		G	—	4
—		—	—	—	—	35		F	—	35
33	3.º Escrivurário	E	—	—	Q.U.-P.S.	146		E	—	—
38	4.º Escrivurário	D	—	—	Q.U.-P.S.				—	—
75	5.º Escrivurário	C	—	—	Q.U.-P.S.				—	41
180			—	—		221			—	—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	<i>Farmacêutico</i>	H	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Farmacêutico</i>	H	—	—	
1			—	—		1			—	—	
2	<i>Foguista</i>	D	—	—	Q.U.-P.P.	2	<i>Foguista</i>	D	—	—	
2			—	—		2			—	—	
1	<i>Fotógrafo</i>	G	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Fotógrafo</i>	G	—	—	
1			—	—		1			—	—	
10	Comissário	J	—	—	Q.U.-P.S.	10	<i>Inspetor do Trabalho</i>	J	—	—	
—	—	—	—	—	12	I	—	12	
40	Inspetor	H	—	—	Q.U.-P.S.	42	H	—	—	
2	1.º Escriturário .	H	—	—	Q.U.-P.S.	43	G	—	—	
39	Inspetor-auxiliar	G	—	—	Q.U.-P.S.						
4	2.º Escriturário .	G	—	—	Q.U.-P.S.	31	F	—	31	
—	—	—	—	—	34	E	—	—	
30	Auxiliar de Fis- calização	E	—	—	Q.U.-P.S.				—	—	
2	3.º Escriturário .	E	—	—	Q.U.-P.S.				—	—	
2	4.º Escriturário .	D	—	—	Q.U.-P.S.				—	—	
129			—	—		172			—	43	

2 3	<i>Maquinista Marítimo</i>	G F	— —	— —	Q.U.-P.P. Q.U.-P.P.	2 3	<i>Maquinista Marítimo</i>	G F	— —	— —
3			—	—		5			—	—
1 2	<i>Marinheiro</i>	D C	— —	— —	Q.U.-P.P. Q.U.-P.P.	1 2	<i>Marinheiro</i>	D C	— —	— —
3			—	—		3			—	—
1 2 4 1	Motorista	G F E D	1 1 — —	— — 2 —	Q.U.-P.P. Q.U.-P.P. Q.U.-P.P. Q.U.-P.S.	2 3 2 1	<i>Motorista</i>	G F E D	— — — —	— — — —
8			2	2		8			—	—
3 1 1 2 2	<i>Patrão</i>	G F E D C	— — — — —	— 1 1 2 —	Q.U.-P.P. Q.U.-P.P. Q.U.-P.P. Q.U.-P.P. Q.U.-P.P.	3 1 1 2 2	<i>Patrão</i>	G F E D C	— — — — —	— 1 1 2 —
9			—	4		9			—	4

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Cargo ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	<i>Pedreiro</i>	E	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Pedreiro</i>	E	—	—	
1			—	—		1			—	—	
1	<i>Pintor</i>	E	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Pintor</i>	E	—	—	
1		D	—	—	Q.U.-P.P.	1		D	—	—	
2			—	—		2			—	—	
1	<i>Prático de Farmácia</i>	E	—	—	Q.U.-P.P.	1	<i>Prático de Farmácia</i>	E	—	—	
1			—	—		1			—	—	
5	Procurador do Trabalho	M	—	—	Q.U.-P.S.	7	<i>Procurador</i>	M	—	2	
20	Procurador do Trabalho	L	—	—	Q.U.-P.S.	20		L	—	—	
24	Procurador Ad- junto	J	—	—	Q.U.-P.S.	24		J	—	—	
49			—	—		51			—	2	

IV) — Funções gratificadas

350

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$	Quadro	Núm. de funções	Função	Gratificação anual Cr\$
1	Assistente do Del. Regional	7.200,00	C. U.-P. S.	1	Assistente do Delegado Regional em São Paulo	7.200,00
7	Chefe de Seção	3.600,00	C. U.-P. S.	7	Chefe de Seção da Delegacia Regional em São Paulo	3.600,00

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N.º 7.978 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre consignações em folhas de pagamento dos ex-funcionários e ex-extranumerários do Departamento Estadual do Trabalho, que, em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, passaram à condição de servidores públicos federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Considerando que de acordo com o disposto no Decreto-lei número 7.128, de 7 de dezembro de 1944, passaram à condição de servidores federais todos os funcionários e extranumerários do extinto Departamento Estadual do Trabalho, que não optaram pelo serviço público estadual;

Considerando que, entre os referidos servidores, muitos mantinham transações com instituições de previdência e cooperativismo, garantidas as liquidações de débitos por descontos nas folhas de pagamento, de acordo com leis estaduais que isso permitiam;

Considerando que no Decreto-lei n.º 312, de 3 de março de 1938, está disposto que a averbação de novas consignações para desconto em folhas de pagamento só deverá ser feita em favor de determinadas instituições, entre as quais não se encontram as acima referidas;

Considerando, no entretanto, que no próprio Decreto-lei n.º 312, acima citado, abriu-se uma exceção para as importâncias correspondentes a contratos bi-laterais celebrados na forma da legislação anterior e já consignadas e averbadas, permitindo-se que os respectivos descontos se efetuassem até liquidação final;

Considerando, finalmente, que cumpre ressaltar os interesses da instituição que transigiu com servidores públicos estaduais sob a garantia da averbação para desconto em folha, permitida pela legislação estadual;

Decreta:

Art. 1.º Até liquidação final continuarão a ser descontadas em folha de pagamento as importâncias já consignadas e averbadas até 9 de dezembro de 1944 e correspondentes a con-

tratos bi-laterais celebrados na forma da legislação do Estado de São Paulo, entre ex-funcionários e ex-extranumerários do extinto Departamento Estadual do Trabalho, que, por força do disposto no Decreto-lei n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, passaram à condição de servidores públicos federais e as seguintes instituições: Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo e Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.º 7.979 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1945

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.115, de 5 de abril de 1940:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.115, de 5 de abril de 1940, cuja redação foi alterada pelo Decreto-lei n.º 6.927, de 5 de outubro de 1944, para vigorar até 31 de dezembro de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica fixado em seis meses o interstício mínimo para a promoção dos aspirantes a oficial do posto de 2.º tenente da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.980 — DE 20 DE
SETEMBRO DE 1945

Modifica o critério da contagem de tempo de serviço para promoção dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A antiguidade de classe e o interstício para promoção e transferência dos funcionários, nos casos especiais a que se refere este Decreto-lei, serão contados de acordo com o disposto nos artigos seguintes, aplicando-se subsidiariamente, a legislação geral.

Art. 2.º Quando houver fusão de classes do mesmo padrão de vencimentos, de duas ou mais carreiras, os funcionários contarão, na nova classe, a antiguidade de classe que tiverem na data da fusão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se aos casos de reclassificação de cargo, de uma carreira em outra, ou de cargo isolado em carreira.

Art. 3.º Quando houver elevação de nível inferior de vencimentos de uma carreira, com a fusão de classes sucessivas, a antiguidade dos funcionários, na classe que resultar da fusão, será contada do seguinte modo:

I — Os funcionários da classe inicial contarão a antiguidade que tiverem nessa classe, na data da fusão;

II — Os funcionários das classes superiores a inicial contarão a soma das seguintes parcelas:

a) a antiguidade que tiverem na classe a que pertencerem na data da fusão; e

b) a antiguidade que tenham tido nas classes inferiores da carreira, nas datas em que foram promovidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se aos casos em que simultaneamente se operar a fusão de classes sucessivas e a fusão de carreiras ou reclassificação de cargos, isolados ou de carreira.

Art. 4.º Para os efeitos do disposto neste Decreto-lei, a antiguidade do ocupante de cargo isolado será apurada pelo tempo líquido de efetivo exercício no cargo, como se fôsse integrante de classe.

Art. 5.º O interstício para promoção e transferência, nos casos previstos neste Decreto-lei, será apurado de acordo com as mesmas normas estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 6.º Na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate, terá preferência o funcionário que tiver mais tempo de serviço público na Prefeitura do Distrito Federal, persistindo o empate, o que tiver sucessivamente, prole, o casado, e o mais idoso.

Art. 7.º Em igualdade de condições de merecimento, proceder-se-á ao desempate por ordem de antiguidade e, a seguir, pela forma determinada no art. 6.º.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.981 — DE 20 DE
SETEMBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Fundação Abrigo do Cristo Redentor" do pagamento dos tributos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937 decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a "Fundação Abrigo do Cristo Redentor" a partir da data de sua constituição, de todos os impostos taxas e emolumentos da competência do Distrito Federal salvo os que recaírem sobre os atos de comércio que a mesma Entidade praticar na colocação de sua produção industrial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.982 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00, a verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1943), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 05 — Assinaturas de notas e títulos

12 — Caixa de Amor-tização Cr\$ 600.000.00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.983 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

Concede à Associação dos Servidores Cíveis do Brasil aforamento do terreno acrescido de marinha que menciona, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluído das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de

novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha caracterizado pelos elementos técnicos constantes do Processo n.º 123.186-45 do Ministério da Fazenda e que constitui o lote n.º cinco (5), partes dos lotes ns. seis (6), quatro (4) e três (3) da Quadra n.º doze (12) da planta de retificação dos limites dos lotes das Quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n.º 3.085, situados na freguesia de São José, no Distrito Federal, e que figura como lote n.º 3, da Quadra 12, com a área de mil e vinte e três metros quadrados (1.023 m²), na planta de loteamento das Quadras 11, 12, 12-B 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A da mesma Esplanada do Castelo, modificativa do mencionado projeto número 3.085, arquivada sob o n.º 1.106 na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Art. 2.º Fica concedido à Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, com sede na Capital Federal, sob as condições especificadas neste decreto-lei, o aforamento do terreno a que se refere o artigo anterior.

§ 1.º O terreno destinar-se-á à construção do edifício-sede da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil.

§ 2.º Enquanto o domínio útil do terreno pertencer ao patrimônio da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, ficará a mesma isenta do pagamento do foro.

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União lavrar-se-á em livro próprio o contrato de aforamento do terreno de que trata o art. 1.º deste decreto-lei, o qual valerá como escritura pública para efeito de sua transcrição no Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento, e sua transcrição no Registro de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Fica permitido à Associação dos Servidores Cíveis do Brasil hipotecar o terreno ora aforado com as benfeitorias que nele se fizerem, bem como arrendar ou alugar as partes do

imóvel desnecessárias às instalações de sua sede.

Art. 5.º O domínio útil do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às benfeitorias que se incorporarem ao solo, nos seguintes casos:

a) se a sociedade civil Associação dos Servidores Cíveis do Brasil não der ao citado terreno dentro de cinco (5) anos, salvo caso de força maior devidamente comprovada, a juízo do Ministro da Fazenda, a utilização prevista no § 1.º do art. 2.º deste decreto-lei;

b) se a sociedade deixar de preencher suas finalidades sociais; e

c) se se extinguir, exceto se for substituída por outra entidade com os mesmos objetivos sociais.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.984 DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração devida aqueles que trabalham em empresas de radiodifusão, obedecida a classificação da atividade prevista no presente decreto-lei, não será inferior aos níveis mínimos fixados pelas tabelas que o acompanham.

Art. 2.º Consideram-se empresas de radiodifusão os serviços de emissão radiofônica de publicidade, música, notícias, comentários, espetáculos e quaisquer outras manifestações afins ou peculiares, destinadas a ser livremente recebidas pelo público,

excluídas apenas aquelas exploradas diretamente pela administração pública federal, estadual e municipal.

Art. 3.º As funções em que se desdobram as atividades radiofônicas, serão assim classificadas:

a) funções em comissão: diretor, diretor artístico e diretor musical;

b) funções permanentes: Locução — locutor, locutor auxiliar e locutor anunciador; Redação — produtor, comentarista, redator, redator de publicidade, noticiarista e reporter; Locução artística — supervisor, rádio-locutor protagonista, rádio-locutor coadjuvante e contra-regra; Discoteca — discotecário e auxiliar de discotecário; Auxiliar de estúdio.

Art. 4.º Para os efeitos do presente decreto-lei considera-se:

a) Diretor, aquele que tem o encargo e a responsabilidade da orientação e coordenação das atividades e serviços da estação radiofônica;

b) Diretor artístico, aquele que tem o encargo e a responsabilidade do setor artístico da estação radiofônica, compreendendo a escolha e seleção dos elementos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento da programação;

c) Diretor musical, aquele que, guardando subordinação ao diretor artístico, tem o encargo e a responsabilidade do preparo e ensaio do repertório musical e conseqüente apresentação dos números confiados à execução de músicos e cantores;

d) Locutor, aquele que tem o encargo de efetuar uma das seguintes modalidades de locução:

1.º, apresentação dos programas de estúdio e leitura de crônicas e comentários;

2.º, apresentação e movimentação dos programas de auditório;

3.º, irradiação das competições desportivas, desenvolvendo, simultaneamente ou não, os comentários que elas comportem;

e) Locutor auxiliar, aquele que tem o encargo da apresentação dos programas de gravações, além de coadjuvar o locutor em qualquer das modalidades de locução;

f) Locutor anunciador, aquele que tem o encargo da atuação geral nos programas constituídos por gravações, cumprindo-lhe ainda, apresentar os

denominados programas vivos que se intercalem no transcurso do período de trabalho consecutivo que lhe couber;

g) Produtor, aquele que além da incumbência de redigir, tem o encargo de criar e planejar programas radiofônicos;

h) Comentarista, aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir matéria de crítica ou orientação, através de comentários ou crônicas;

i) Redator, aquele que tem o encargo de redigir programas cujas idéias básicas lhe sejam fornecidas;

j) Redator de publicidade, aquele que tem o encargo de redigir matéria tipicamente comercial;

l) Noticiarista, aquele que, coadjuvando nos trabalhos comuns de redação, tem o encargo de colher e redigir informações desprovidas de apreciações ou comentários;

m) Reporter, aquele que tem o encargo de colher e preparar para a irradiação, notícias e informações, segundo determinação que receba ou conforme designação prévia;

n) Supervisor, aquele que tem o encargo e a responsabilidade do preparo e ensaio da locução artística;

o) Rádio locutor protagonista, aquele que, na locução artística tem a seu cargo os desempenhos de maior relevância nos programas;

p) Rádio-locutor coadjuvante, aquele que tem a seu cargo a participação nos programas de radio locução artística, geralmente respondendo pelo desempenho de papéis complementares ou necessários ao desenvolvimento da respectiva ação;

q) Contra regra, aquele que tem o encargo de secundar as representações rádio artísticas promovendo a sonofonia que elas requeiram e velando pela oportunidade da entrada ou saída dos intérpretes;

r) Discotecário-programador, aquele que tem o encargo de organizar a discoteca da estação radiofônica, realizar a programação das audições constituídas por gravações e colaborar na preparação das emissões de rádio-locução artística;

s) Discotecário, aquele que tem o encargo de velar pela discoteca da estação radiofônica e colaborar na

preparação das emissões de rádio-locução artística;

t) Auxiliar de discotecário, aquele que tem o encargo de auxiliar os serviços da discoteca e substituir eventualmente o discotecário;

u) Auxiliar de estúdio, aquele que tem o encargo de auxiliar os serviços de estúdio no correr das transmissões;

Art. 5.º A função de locutor anunciador requer com caráter obrigatório a existência da que corresponde ao locutor, respeitada a proporção de um locutor para dois locutores anunciadores.

Parágrafo único. Caso contrário, o locutor anunciador será considerado locutor.

Art. 6.º Equivale à locução esportiva a função do locutor que tenha, precipuamente, o encargo da irradiação de reportagens levadas a efeito fora do recinto da estação radiofônica.

Parágrafo único. Não se compreende como reportagem o programa de estúdio realizado fora do recinto da estação radiofônica.

Art. 7.º Na hipótese do profissional de atividade radiofônica, independentemente da natureza da função que exercer, participar de irradiação rádio-artística, eventual ou permanentemente, ser-lhe-á assegurado, consoante o desempenho que lhe caiba como locutor protagonista ou coadjuvante, um acréscimo de salário não inferior a 40 % ou 60 % (quarenta ou sessenta por cento) do nível mínimo correspondente que consta para o grupo Locução-artística na tabela destinada à respectiva localidade.

Parágrafo único. No caso do grupo Locução, as percentagens, respectivamente, serão de 30 % e 40 % (trinta por cento e quarenta por cento).

Art. 8.º Não se compreende no regime do presente decreto-lei aquele que, como colaborador e sem caráter de emprêgo, exerça atividade radiofônica.

Art. 9.º Não haverá incompatibilidade entre o exercício das funções em que se descobrem as atividades radiofônicas e o de qualquer função remunerada, ainda que pública, assim como não prevalecerá, quanto à classifica-

ção respectiva, a distinção entre serviço diurno e serviço noturno.

Art. 10. A duração normal do trabalho, suscetível de elevação nos termos da legislação em vigor, será:

a) de cinco horas para aqueles que sejam compreendidos pelos grupos Locução e Redação;

b) de seis horas para dos componentes do grupo Locução artística;

c) de oito horas para os restantes.

Art. 11. No grupo Locução não poderá o trabalho consecutivo exceder a 2 (duas) horas, observado o descanso mínimo de 1 (uma) hora entre os períodos.

Art. 12. No grupo Locução artística:

a) não poderá o trabalho consecutivo exceder a 3 (três) horas, observado o descanso mínimo de 1 (uma) hora entre os períodos;

b) não será deduzido da respectiva duração normal o período destinado a ensaios.

Art. 13. Quando a prestação de serviços à determinada empresa se fizer com redução da duração normal do trabalho, o salário será pago à base-hora.

Parágrafo único. Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser concluído à base-hora, o total da remuneração devida não poderá perfazer, por mês, quantia inferior à soma de cinquenta vezes o valor da hora que, representando a maior quantia, consta da tabela destinada à respectiva localidade.

Art. 14. Se o trabalho fôr prestado a mais de uma empresa radiofônica, o ajuste do salário em cada uma será de valor nunca inferior a 50 % (cinquenta por cento) do nível mínimo, fixado pelo presente decreto-lei para a correspondente função.

Art. 15. O profissional designado para servir fora da cidade ou vila para qual tenha sido contratado, não poderá:

a) perceber importância inferior a do nível mínimo de remuneração que vigore naquela localidade;

b) sofrer redução, caso se observe nível inferior.

Art. 16. Para os efeitos do presente decreto-lei, as localidades do

território nacional são classificadas nas seguintes categorias:

1.^a — Cidades que contem mais de 1.000.000 de habitantes: Rio de Janeiro e São Paulo;

2.^a — Cidades que contem mais de que 100.000 habitantes: Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba;

3.^a — Cidades que contem mais de 50.000 habitantes: Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, São Luís, Campos, Natal e Aracaju;

4.^a — Cidades ou vilas que contem mais de 35.000 habitantes: Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias;

5.^a — Cidades ou vilas que contem mais que 20.000 habitantes: Teresina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Baurú, Piracicaba, Olinda, Bage, Jundiá, Ponta Grossa, Araraquara, Taubaté, Livramento, Florianópolis. São Carlos, Marília, Caruaru, Sete Pontes (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, São João del Rei, Nilópolis, Parnaíba, Uberlândia, Uruguaiana, Franca e Nova Iguaçu;

6.^a — Cidades e vilas que contem menos que 20.000 habitantes.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante provocação dos sindicatos representativos das categorias interessadas e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, determinar as alterações que julgar devidas na classificação das localidades, prevista neste artigo.

Art. 17. Para velar pela reestruturação dos quadros de profissionais, através da revisão dos lançamentos que figurem na Carteira Profissional, ajustando-os ao presente decreto-lei, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará uma comissão especial, de caráter transitório, composta de 1 (um) representante do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, e, em falta do órgão sindical representativo, e de 2 (dois) da Associação Brasileira de Rádio, respectivamente eleitos nos grupos de em-

pregados e empregadores, a qual funcionará sob a presidência do primeiro.

Art. 18. A execução e a fiscalização das disposições do presente decreto-lei, o valor das multas sua aplicação, seus recursos e sua cobrança, regulam-se pelo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao salário mínimo, e pelo que estatui o Decreto-lei n.º 2.162, de 1 de maio de 1940.

Art. 19. A aplicação do presente decreto-lei não poderá ser motivo de redução de salário, nem prejudicará situações de direito adquirido.

Art. 20. As tabelas que o acompanham vigorarão pelo prazo de (3) anos, suscetível de prorrogação por igual período.

Parágrafo único. Aplica-se-lhes na alteração, respeitado o que couber, o

disposto na Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao salário mínimo.

Art. 21. As dúvidas suscitadas na execução do presente decreto-lei serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 22. O presente Decreto-lei entrará em vigor a data de sua publicação no *Diário Oficial*, exceto quanto ao pagamento dia do mês subsequente ao da respectiva assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.984, DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

FUNÇÕES EM COMISSÃO

Localidades	Funções em Comissão	Níveis mínimos da gratificação mensal em dinheiro, incluído o nível da função permanente, quando houver (Cr\$)
Rio de Janeiro e São Paulo	Diretor	4.000,00
	Diretor-artístico	3.000,00
	Diretor-musical	2.700,00
Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba	Diretor	3.000,00
	Diretor-artístico	2.500,00
	Diretor-musical	2.200,00
Maceló, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, São Luis, Campos, Natal, Aracaju	Diretor	2.500,00
	Diretor-artístico	2.100,00
	Diretor-musical	1.900,00
Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias	Diretor	2.200,00
	Diretor-artístico	2.000,00
	Diretor-musical	1.700,00
Terezina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Baurú, Piracicaba, Olinda, Bage, Juiz de Fora, Ponta Grossa, Araraquara, Taubaté, Livramento, Florianópolis, São Carlos, Marília, Caruaru, Sete Pontes (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, São João del-Rei, Nilópolis, Parnaíba, Uberlândia, Uruguaiana, Franca e Nova Iguaçu	Diretor	2.000,00
	Diretor-artístico	1.700,00
	Diretor-musical	1.500,00
Cidades ou vilas que contem menos de 20.000 habitantes	Diretor	1.800,00
	Diretor-artístico	1.500,00
	Diretor-musical	1.400,00

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.984, DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela 1 — Grupo Locução

Localidades	Funções Permanentes	Remuneração em dinheiro correspondente ao numero de horas de trabalho diário (Cr\$)						
		Diárias						Mensal
		1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	5. ^a hora	Total	
Rio de Janeiro e São Paulo.	Locutor	24,00	24,00	16,00	10,00	6,00	80,00	2.000,00
	Locutor auxiliar	19,00	19,00	13,00	8,00	5,00	64,00	1.600,00
	Locutor anunciador	15,00	15,00	11,00	7,00	4,00	52,00	1.300,00
Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba.	Locutor	20,00	20,00	14,00	9,00	5,00	68,00	1.700,00
	Locutor auxiliar	15,00	15,00	11,00	7,00	4,00	52,00	1.300,00
	Locutor anunciador	13,00	13,00	9,00	6,00	3,00	44,00	1.100,00
Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, São Luiz, Campos, Natal e Aracaju.	Locutor	17,00	17,00	11,00	7,00	4,00	56,00	1.400,00
	Locutor auxiliar	13,00	13,00	9,00	6,00	3,00	44,00	1.100,00
	Locutor anunciador	11,00	11,00	8,00	5,00	3,00	38,00	950,00
Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias.	Locutor	15,00	15,00	10,00	7,00	3,00	50,00	1.250,00
	Locutor auxiliar	11,00	11,00	8,00	5,00	3,00	38,00	950,00
	Locutor anunciador	10,00	10,00	7,00	4,50	2,50	34,00	850,00
Terezina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Bauru, Piracicaba, Olinda, Bage, Jundiá, Ponta Grossa, Araraquara, Taubaté, Livramento, Florianópolis, São Carlos, Marília, Caruaru, Sete Pontes (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, S. João del Rei, Nilópolis, Parnaíba, Uberlândia, Uruguaiana, Franca e Nova Iguaçu.	Locutor	13,00	13,00	9,00	6,00	3,00	44,00	1.100,00
	Locutor auxiliar	10,00	10,00	7,00	4,50	2,50	34,00	850,00
	Locutor anunciador	9,00	9,00	6,00	4,00	2,00	30,00	750,00
Cidade e vilas que contém menos de 20.000 habitantes.	Locutor	12,00	12,00	8,00	5,00	3,00	40,00	1.000,00
	Locutor auxiliar	9,00	9,00	6,00	4,00	2,00	30,00	750,00
	Locutor anunciador	8,00	8,00	6,00	4,00	2,00	28,00	700,00

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.984 DE SETEMBRO DE 1945

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela II — Grupo Redação

Localidades	Funções Permanentes	Níveis mínimos em dinheiro Cr\$		
		Por hora	Diários	Mensais
Rio de Janeiro e São Paulo	Produtor	18,40	92,00	2.300,00
	Comentarista	15,20	76,00	1.900,00
	Redator	14,40	72,00	1.800,00
	Red. publicidade	12,80	64,00	1.600,00
	Noticiarista	11,20	56,00	1.400,00
	Reporter	8,80	44,00	1.100,00
Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba	Produtor	12,40	62,00	1.550,00
	Comentarista	10,40	52,00	1.300,00
	Redator	10,00	50,00	1.250,00
	Red. publicidade	8,80	44,00	1.100,00
	Noticiarista	7,20	36,00	900,00
	Repórter	5,60	28,00	700,00
Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, São Luis, Campos, Natal e Aracaju	Produtor	9,60	48,00	1.200,00
	Comentarista	8,00	40,00	1.000,00
	Redator	7,60	38,00	950,00
	Red. publicidade	6,80	34,00	850,00
	Noticiarista	5,60	28,00	700,00
	Repórter	4,80	24,00	600,00

Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias	Produtor	7,60	38,00	950,00
	Comentarista	6,40	32,00	800,00
	Redator	6,00	30,00	750,00
	Red. publicidade	5,20	26,00	650,00
	Noticiarista	4,80	24,00	600,00
Teresina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Baurú, Piracicaba, Olinda, Bagé, Jundiá, Ponta Grossa, Ara- raguara, Taubaté, Livramento, Flo- rianópolis, São Carlos, Marília, Ca- ruaru, Sete Pontas (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, São João del Rei, Nilópolis, Parnaíba, Uber- lândia, Uruguaiana, Franca e Nov: Iguaçu	Repórter	4,40	22,00	550,00
	Produtor	5,60	28,00	700,00
	Comentarista	4,80	24,00	600,00
	Redator	4,40	22,00	550,00
	Red. publicidade	4,00	20,00	500,00
Cidades ou vilas que contem meno que 20.000 habitantes	Noticiarista	3,84	19,20	480,00
	Repórter	3,60	18,00	450,00
	Produtor	4,80	24,00	600,00
	Comentarista	4,00	20,00	500,00
	Redator	3,60	18,00	450,00
	Red. publicidade	3,44	17,20	430,00
	Noticiarista	3,36	16,80	420,00
	Reporter	3,20	16,00	400,00

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.984, DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela III — Grupo Locução artística

Localidades	Funções Permanentes	Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)							
		Diária							Mensal
		1.ª hora	2.ª hora	3.ª hora	4.ª hora	5.ª hora	6.ª hora	Total	
Rio de Janeiro e São Paulo.	Supervisor	26,00	26,00	19,00	14,00	10,00	5,00	100,00	2.500,00
	Rádio-locutor prota- nista	15,00	15,00	12,00	9,00	6,00	3,00	60,00	1.500,00
	Rádio-locutor coadju- vante	8,00	8,00	6,00	5,00	3,00	2,00	32,00	800,00
	Contra-regra	12,00	12,00	10,00	7,00	5,00	2,00	48,00	1.200,00
Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Belém Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba.	Supervisor	22,00	22,00	16,00	12,00	8,00	4,00	84,00	2.100,00
	Rádio-locutor prota- nista	13,00	13,00	9,00	7,00	5,00	2,00	50,00	1.250,00
	Rádio-locutor coadju- vante	7,00	7,00	5,00	4,00	3,00	2,00	27,00	675,00
	Contra-regra	11,00	11,00	8,00	5,00	3,00	2,00	40,00	1.000,00
Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, S. Luís, Campos, Natal e Aracaju.	Supervisor	18,00	18,00	13,00	10,00	7,00	4,00	70,00	1.750,00
	Rádio-locutor prota- nista	11,50	11,50	7,50	6,00	3,50	2,00	42,00	1.050,00
	Rádio-locutor coadju- vante	6,00	6,00	4,00	3,00	2,00	1,00	22,00	550,00
	Contra-regra	9,00	9,00	6,00	5,00	3,00	2,00	34,00	850,00
Rio Grande, Sorocaba,	Supervisor	16,00	16,00	12,00	9,00	6,00	3,00	62,00	1.550,00

Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias.	Rádio-locutor protagonista	10,00	10,00	7,00	5,00	3,00	2,00	37,00	925,00
	Rádio-locutor coadjuvante	5,00	5,00	3,00	2,50	1,50	1,00	18,00	450,00
	Contra-regra	8,00	8,00	5,50	4,50	3,00	1,00	30,00	750,00
Teresina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Bauri, Piracicaba, Olinda, Bagé, Jundiá, Ponta Grossa, Araraquara, Taubaté, Livramento, Florianópolis, S. Carlos, Marília, Caruaru, Sete Pontes (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, S. João del Rei, Nilópolis, Parhaiba, Uberlândia, Uruguaiana, Franca e Nova Iguaçu.	Supervisor	14,00	14,00	11,00	8,50	5,00	3,00	55,00	1.375,00
	Rádio-locutor protagonista	9,00	9,00	6,00	4,00	3,00	2,00	33,00	825,00
	Rádio-locutor coadjuvante	4,50	4,50	3,00	2,50	1,50	1,00	17,00	425,00
	Contra-regra	7,00	7,00	5,00	4,00	2,00	1,00	26,00	650,00
Cidades e vilas.	Supervisor	13,50	13,50	10,00	7,50	5,00	2,50	52,00	1.250,00
	Rádio-locutor protagonista	8,00	8,00	6,00	4,00	2,50	1,50	30,00	750,00
	Rádio-locutor coadjuvante	4,00	4,00	3,00	2,50	1,50	1,00	16,00	400,00
	Contra-regra	6,00	6,00	4,00	3,00	2,00	1,00	22,00	550,00

TABELA A QUE SE REFERE o ART. 1.º DO DECRETO-LEI N.º 7.984 DE 21 DE SETEMBRO DE 1945

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela IV — Grupo Discoteca

Localidades	Funções Permanentes	Remuneração máxima em dinheiro (Cr\$)		
		Hora de Trabalho	Dia de 8 horas de Trabalho	Mês
Rio de Janeiro e São Paulo.	Discotecário-programador	10,00	80,00	2.000,00
	Discotecário	6,00	48,00	1.200,00
	Auxiliar de discotecário	4,00	32,00	800,00
	Auxiliar de estúdio (*)	4,00	32,00	800,00
Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba.	Discotecário-programador	8,37	67,00	1.675,00
	Discotecário	5,37	43,00	1.075,00
	Auxiliar de discotecário	3,37	27,00	675,00
	Auxiliar de estúdio (*)	3,37	27,00	675,00
Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pe- lotas, São Luiz, Campos, Natal e Aracaju.	Discotecário-programador	7,00	56,00	1.400,00
	Discotecário	4,50	36,00	900,00
	Auxiliar de discotecário	2,75	22,00	550,00
	Auxiliar de estúdio (*)	2,75	22,00	550,00
Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias.	Discotecário-programador	6,25	50,00	1.250,00
	Discotecário	4,00	32,00	800,00
	Auxiliar de discotecário	2,37	19,00	475,00
	Auxiliar de estúdio (*)	2,37	19,00	475,00

Teresina. Neves. Campina Grande.	Discotecário-programador	5,50	44,00	1.100,00
Uberaba. Bauru. Piracicaba. Olinda.	Discotecário	3,50	28,00	700,00
Bage. Jundiá. Ponta Grossa. Ara-	Auxiliar de discotecário	2,12	17,00	425,00
raquara. Taubate. Livramento. Flo-	Auxiliar de estúdio (*)	2,12	17,00	425,00
rianópolis. São Carlos. Marília. Ca-				
ruaru. Sete Pontes (vila). Rio Pre-				
to. Rio Claro. Campo Grande. São				
João del Rei. Nilópolis. Parnaíba.				
Uberlândia. Uruguaiana. Franca e				
Nova Iguaçu.				
Cidades e vilas, etc.	Discotecário-programador	5,00	40,00	1.000,00
	Discotecário	3,12	25,00	625,00
	Auxiliar de discotecário	2,00	16,00	400,00
	Auxiliar de estúdio (*)	2,00	16,00	400,00

(*) O auxiliar de estúdio é aquele que tem o encargo de auxiliar os serviços do estúdio no correr das transmissões, não constituindo, portanto, função específica do grupo "Discoteca".

DECRETO-LEI N.º 7.985 — DE 22 DE
SETEMBRO DE 1945

*Cria as 2.ª e 3.ª Companhias de
Manutenção*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São criadas as 2.ª e 3.ª Companhias Especiais de Manutenção, com efetivos idênticos ao da 1.ª Companhia Especial de Manutenção e mediante o aproveitamento dos elementos que constituem os respectivos Núcleos, as quais terão como sedes provisórias as mesmas em que se acham alojados aqueles Núcleos.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 7.986 — DE 22 DE
SETEMBRO DE 1945

*Retifica o Decreto-lei n.º 7.506, de 30
de abril de 1945, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica retificado o Decreto-lei n.º 7.506, de 30 de abril de 1945, para o efeito de reduzir a 1 (uma) as 2 (duas) funções gratificadas de Contador Secional a que se refere o artigo 2.º.

Art. 2.º Este decreto-lei vigorará a partir de 3 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.987 — DE 22 DE
SETEMBRO DE 1945

*Autoriza a aquisição, pela União, do
domínio útil de um terreno, em Ni-
terói, Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É autorizada a aquisição, pela União, do domínio útil do terreno de marinha n.º 1.026 situado na Rua Barão de Jaceguai, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, aforado ao Senhor Antônio Diniz da Mota, conforme consta do título expedido em 6 de maio de 1941, pela Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Este imóvel destina-se à ampliação das instalações da Diretoria do Armamento da Marinha.

Art. 3.º A despesa resultante, na importância de Cr\$ 28.000.00 (vinte e oito mil cruzeiros), correrá à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 7.988 — DE 22
SETEMBRO DE 1945

*Dispõe sobre o ensino superior de
ciências econômicas e de ciências
contábeis e atuariais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º O ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciên-

cias contábeis e atuariais far-se-á em dois cursos seriados, a saber:

1. Curso de ciências econômicas.
2. Curso de ciências contábeis e atuariais.

CAPÍTULO II

DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 2.º O curso de ciências econômicas será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. Economia política.
3. Valor e formação de preços (I).
4. Contabilidade geral.
5. Instituições de direito público.

Segunda série

1. Estrutura das organizações econômicas.
2. Valor e formação de preços (II).
3. Moeda e crédito.
4. Geografia econômica.
5. Estrutura e análise de balanços.
6. Instituições de direito privado.

Terceira série

1. Repartição da renda social.
2. Comercio internacional e câmbios.
3. Estatística metodológica.
4. História econômica.
5. Ciência das finanças.
6. Ciência da administração.

Quarta série

1. Evolução da conjuntura econômica.
2. Política financeira.
3. História das doutrinas econômicas.
4. Estudo comparado dos sistemas econômicos.
5. Estatística econômica.
6. Princípios de sociologia.
aplicados à economia.

CAPÍTULO III

DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Art. 3.º O curso de ciências contábeis e atuariais será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática.
2. Estatística geral e aplicada.

3. Contabilidade geral.
4. Ciência da administração.
5. Economia política.

Segunda série

1. Matemática financeira.
2. Ciência das finanças.
3. Estatística matemática e demográfica.
4. Organização e contabilidade industrial e agrícola.
5. Instituição de direito público.

Terceira série

1. Matemática atuarial.
2. Organização e contabilidade bancária.
3. Finanças das empresas.
4. Técnica comercial.
5. Instituições de direito civil e comercial.

Quarta série

1. Organização e contabilidade de seguros.
2. Contabilidade pública.
3. Revisões e pericia contábil.
4. Instituições de direito social.
5. Legislação tributária e fiscal.
6. Prática de processo civil e comercial.

CAPÍTULO IV

DA VIDA ESCOLAR NOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Art. 4.º Do candidato à matrícula inicial tanto no curso de ciências econômicas como no curso de ciências contábeis e atuariais exigir-se-á a apresentação do certificado de licença clássica ou de licença científica ou do diploma de conclusão de qualquer dos cursos comerciais técnicos, e que preste concurso vestibular.

Art. 5.º Aos alunos que concluírem o curso de ciências econômicas conferir-se-á o grau de bacharel em ciências econômicas; aos que concluírem o curso de ciências contábeis e atuariais, o grau de bacharel em ciências contábeis e atuariais.

Parágrafo único. O título de doutor será conferido ao candidato que,

dois anos pelo menos depois de graduado, defender tese original de excepcional valor.

Art. 6.º Os demais termos da vida escolar, nos cursos de que trata o presente Decreto-lei, reger-se-ão segundo os preceitos gerais da legislação do ensino superior.

CAPÍTULO V

DA FACULDADE NACIONAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 7.º A Faculdade Nacional de Política e Economia, criada, na Universidade do Brasil, pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais, e bem assim de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Art. 8.º A organização administrativa e didática da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas será definida pelo seu regimento e seu regulamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9.º Ficam extintos, a partir do ano escolar de 1946, o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, de que trata o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931.

§ 1.º Os alunos, ora matriculados num dos cursos de que trata este artigo, poderão concluí-lo segundo o plano de estudos ora revogado, ou adaptar-se ao correspondente curso, definido pelo presente decreto-lei, na série adequada aos conhecimentos adquiridos.

§ 2.º Aos bacharéis em ciências econômicas, diplomados de acordo com a legislação ora revogada, são assegurados os mesmos direitos que corresponderem aos bacharéis em ciências econômicas diplomados nos termos do presente decreto-lei.

§ 3.º Aos contadores e atuários diplomados de acordo com a legislação anterior, são atribuídos os mesmos direitos que se assegurarem aos ba-

charéis em ciências contábeis e atuariais diplomados nos termos do presente decreto-lei.

Art. 10. Os estabelecimentos de ensino, reconhecidos pelo Governo Federal, que ora ministrem o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, definidos pelo Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, deverão adaptar-se, a partir do ano escolar de 1946, aos planos de estudos fixados no presente decreto-lei.

Art. 11. Para execução do presente decreto-lei, baixara o Ministro da Educação e Saúde as instruções necessárias.

Art. 12. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.939 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para despesas a cargo da Comissão de Financiamento da Produção.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) a cargo da Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

**DECRETO-LEI N.º 7.990 — DE 24
DE SETEMBRO DE 1945**

Concede o prazo de noventa dias a trabalhadores braçais para apresentarem prova de quitação com o serviço militar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º Aos trabalhadores braçais da União, dos Estados e Municípios é concedido o prazo de noventa dias, a partir da data do presente decreto, para apresentarem a prova de quitação com o serviço militar, exigido no artigo 12, alínea "b", do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945.

Parágrafo único. Para os que forem admitidos em data posterior à do presente decreto o prazo de noventa dias será contado da data da admissão.

Art. 2.º Compete aos órgãos interessados providenciar junto à Circunscrição de Recrutamento competente, sobre a regularização da situação militar de seus trabalhadores.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
P. Góes Monteiro

**DECRETO-LEI N.º 7.991 — DE 24
DE SETEMBRO DE 1945**

Suspende a execução do art. 7.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942, e torna sem efeito o licenciamento de oficiais, nos termos do mesmo artigo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa até 30 de março de 1946 a execução do art. 7.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942.

Art. 2.º O Ministro da Guerra poderá conceder, mediante requerimento dos interessados, licenciamento dos oficiais que não desejarem gozar das vantagens constantes do art. 1.º do presente decreto-lei.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
P. Góes Monteiro

**DECRETO-LEI N.º 7.992 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Guerra, no corrente exercício, o crédito suplementar de Cr\$ 421.956,40, à Verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 421.956,40), em reforço à Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Guerra, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério concedida por Decreto-lei n.º 7.607, de 2-6-45, aos professores constantes da relação anexa, conforme especificação abaixo:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Cr\$

S/c n.º 16 — Gratificações
de magistério 421.956,40

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

A. de Sousa Costa.

Quadro demonstrativo da importância necessária ao pagamento, no corrente exercício, das gratificações concedidas aos professores vitalícios abaixo, de acordo com o Decreto-lei n.º 7.607, de 21-6-45, calculadas a contar da data da publicação no *Diário Oficial*.

Pôsto — Nome — Importância	Cr\$
Coronel Agrícola da Câmara Lobo Bethlem ..	5.808,20
Coronel Alberto Leyraud ..	5.808,20
Coronel Alcides de Oliveira Fabricio	10.250,00
Coronel Alonso de Oliveira	10.250,00
Coronel Américo Carvalho de Meneses	5.808,20
Coronel Américo dos Santos Carvalho	5.808,20
Coronel André Bernardino Chaves	5.808,20
Coronel Antero Martins Leal	5.808,20
Coronel Antônio de Carvalho Lima	10.250,00
Coronel Artur Paulino de Sousa	10.250,00
Tito	5.808,20
Coronel Astórico de Queiroz	10.250,00
Coronel Artur Rodrigues	10.250,00
Coronel Augusto de Araújo Dória	10.250,00
Coronel Augusto da Cunha Duque Estrada	5.808,20
Coronel Azor Brasileiro de Almeida	10.250,00
Coronel Carlos Artur Passos Pimentel	10.250,00
Coronel Carlos Autran Dourado	5.808,20
Coronel Cassilandro de Oliveira Vernes	5.808,20

Coronel César Monte de Almeida	5.808,20
Coronel Clarindo Mey ..	5.808,20
Coronel Conrado Félix Serra de Sampaio	10.250,00
Coronel Eurico Figueiredo Sampaio	5.808,20
Coronel Fernando Barreto Pinto	5.808,20
Coronel Francisco D'Ávila Garcez	10.250,00
Coronel Francisco Ferreira Alves dos Reis ..	5.808,20
Coronel Heitor Alberto Carlos	5.808,20
Coronel Hércules Eduardo Weaver	10.250,00
Coronel Hymeneu da Cunha Louzada	10.250,00
Coronel João Alcides da Cunha	10.250,00
Coronel João Dionísio da Silva Pereira	10.250,00
Coronel João da Rocha Maia	5.808,20
Coronel João da Silva Leal	5.808,20
Coronel José Lessa Bastos	5.808,20
Coronel José Maria de Castro Neves	5.808,20
Coronel José Martins de Arruda	5.808,20
Coronel José Pio Borges de Castro	5.808,20
Coronel José Pires de Carvalho Albuquerque ..	10.250,00
Coronel Juvêncio da Silva Gomes	10.250,00
Coronel Lafaíete Cruz ..	5.808,20
Coronel Leopoldo Frederico Teixeira de Campos ..	10.250,00
Coronel Luis Gonzaga Borges da Fonseca ..	10.250,00
Coronel Luis Lisboa Braga ..	10.250,00
Coronel Mário Cruz	10.250,00
Coronel Mário Lima de Moraes Coutinho	10.250,00
Coronel Otacilio de Oliveira	10.250,00
Coronel Otávio Garcia Barão	10.250,00
Coronel Pedro Mariani Serra	5.808,20
Coronel Plínio Pereira Alves	10.250,00
Ten. Cel. Roberto Pereira dos Santos Lisboa	9.567,50

Coronel Rômulo Teles Pessoa	5.808,20
Ten. Cel. Vicar Parente de Paula Pessoa	9.567,50
Coronel Sinésio de Farias.	5.808,20
Coronel Vitalino Tomás Alves	5.808,20
Total	421.956,40

DECRETO-LEI N.º 7.993 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o actual orçamento do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no actual orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. n.º 13 — Móveis e artigos de ornamentação, máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fição e tecelagem de seda;

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

03 — Divisão do Material

	Cr\$
Passa de	2.698.307,00
Para	2.932.307,00
Aumento de	234.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 36 — Serviços Contratuais
08 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais

Cr\$

Passa de	468.000,00
Para	234.000,00
Redução de	234.000,00

Parágrafo único. As alterações deste artigo referem-se às dotações da Contadoria Geral da República.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.994 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Anexo 21 do Orçamento Geral da República para 1945 — Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944 — o crédito suplementar de oito mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$... 8.400,00) à Verba que especifica.

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas
S/C-31 — “aluguel ou arrendamento de imóveis, fôros, seguros de bens móveis ou imóveis”.

	Cr\$
13 — Justiça do Trabalho	
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento...	8.400,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.995 — DE 24
DE SETEMBRO DE 1945

Cria uma taxa especial destinada ao melhoramento e reaparelhamento dos portos organizados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando a presente necessidade de reaparelhar os principais portos nacionais, para que os mesmos possam atender devidamente ao novo surto do comércio e da navegação de após guerra;

Considerando que as dificuldades de aquisição de material novo ou de conservação durante a guerra obrigaram a aparelhagem existente a um esforço e desgaste excessivos, de modo que os programas de reaparelhamento ascendem a cifras elevadas;

Considerando que a receita ordinária, proveniente da arrecadação das taxas portuárias normais, atualmente em vigor, não permite às respectivas administrações a obtenção dos recursos necessários à execução dos programas projetados de reaparelhamento;

Considerando que o montante das inversões exigirá a realização de vultosas operações de financiamento, com o conseqüente serviço de juros e amortização, bem como a fixação das indispensáveis garantias;

Considerando, finalmente, que o valor médio da tonelagem movimen-

tada comporta a criação de uma sôbre-taxa razoável, destinada à amortização das operações de crédito que se verificarem precisas para o imediato e urgente reaparelhamento dos portos, e a aplicação criteriosa e controlada dessa taxa redundará em melhora dos respectivos serviços e conseqüentemente em economia para os transportes marítimos, decreta:

Art. 1.º É criada a taxa de emergência, cobrável, por tonelada de carga movimentada, nos portos cujas administrações estejam a cargo da União, de autarquias ou de concessionário, mediante prévia autorização do Governo Federal.

Art. 2.º A taxa de emergência, ora criada, destina-se a amortizar as operações de crédito para financiamento dos programas de melhoramentos e aparelhamento compreendidos em projetos, orçamentos e memoriais justificativos, devidamente aprovados pelas autoridades competentes.

Art. 3.º A taxa de emergência não poderá exceder de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por tonelada de carga movimentada, e somente será cobrada nos portos autorizados, conforme os artigos 1.º e 2.º d'este Decreto-lei, e sua fixação será feita, em cada caso, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º O produto dessa taxa de emergência será recolhido, pela respectiva administração do porto, ao Banco do Brasil, em prazo não excedente de uma semana, em conta especial que só poderá ser movimentada com a finalidade prevista e mediante autorização expressa do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 5.º As operações de crédito para os financiamentos previstos no artigo 2.º, serão autorizadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas que fixará, em cada caso, prazo, juros, e demais condições que se fizerem necessárias, inclusive a intervenção da União, na movimentação da conta especial de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas promoverá junto aos Institutos de Assistência Social e estabelecimentos de crédito, as necessárias providências para rea-

lização das operações da espécie Je que trata o presente Decreto-lei.

Art. 6.º As administrações de portos a cargo da União, de autarquias, ou de concessionário, prestarão contas semanalmente, da arrecadação da taxa de emergência, e mensalmente, da aplicação do empréstimo e das obras realizadas, a fim de o Ministério da Viação e Obras Públicas exercer fiscalização direta sobre a arrecadação e poder determinar a suspensão da sua cobrança, uma vez atingida a finalidade da fixação (artigo 2.º).

Parágrafo único. O Banco do Brasil, para os fins do artigo 4.º, parte final, fornecerá mensalmente, ao Ministério da Viação, o saldo de cada uma das contas especiais.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.996 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1945

Altera o art. 5.º do Decreto-lei número 6.919, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Sal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.919, de 3 de outubro de 1944, o seguinte parágrafo:

“§ 3.º Os atuais empregados do I.N.S., que estiverem percebendo gratificações de Gabinete, de representação do Instituto junto ao Conselho de Tarifas e Transportes, ou ainda, para compensar quebra de caixa, poderão continuar a perceber

essas vantagens, observadas as seguintes condições:

a) deixarão de fazer jus a qualquer dessas vantagens desde que, a qualquer título venham a perceber salário igual ou maior que a soma do salário atual e essa vantagem;

b) não serão computados, para os efeitos do disposto na alínea anterior, os aumentos gerais de salário;

c) deixarão de fazer jus a qualquer dessas vantagens desde que lhes sejam atribuídas funções diferentes das que atualmente executam e em razão das quais lhes foram concedidas essas vantagens”.

Art. 2.º Este decreto-lei vigorará a partir de 5 de outubro de 1944.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N.º 7.997 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria dos serventuários e funcionários da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A aposentadoria dos serventuários e funcionários da Justiça do Distrito Federal é regulada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e mais legislação especial sobre o assunto.

Art. 2.º A aposentadoria dos serventuários que percebem vencimentos dos cofres da União é regulada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 3.º Para efeito de aposentadoria e recolhimento de contribuições, ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, dos serven-

tuários que não percebem vencimento dos cofres públicos, servirão de base os seguintes padrões de vencimento:

a) padrão *P* para os tabelhões de notas, oficiais de registro, escrivães das Varas de Orfãos e Sucessões e da Fazenda Pública, e distribuidores;

b) padrão *N* para os escrivães das Varas Cíveis, de Família, contadores e partidores e avaliadores, inventarian-tes, testamenteiro e tutor, depositários e liquidante judiciais.

c) padrão *M* para os porteiros dos auditórios;

d) padrões *J*, *H* e *G*, respectivamente, para os escreventes substitutos, juramentados e auxiliares dos officios a que se refere a letra *a* acima;

e) padrões *H*, *G* e *E*, respectivamente, para os escreventes substitutos, juramentados e auxiliares dos demais officios.

Art. 4.º A aposentadoria poderá ser promovida a requerimento do interessado ou *ex-officio*.

§ 1.º A aposentadoria *ex-officio* será promovida por iniciativa do Corregedor ou a este pedida pelo Juiz a que estiver subordinado o serventuário, ou, ainda, mediante representação do Ministério Público.

§ 2.º Será aposentado o escrevente, não remunerado pelos cofres da União, que depois de haver gozado doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, não fôr julgado em condições de reassumir o exercício do cargo.

Art. 5.º Para a aposentadoria será computado, além do tempo cuja contagem se assegura aos funcionários públicos, o do serviço prestado em qualquer officio ou repartição de justiça do Distrito Federal, constante da respectiva matrícula.

Art. 6.º Fica extinto o Officio do 11.º Distribuidor da Justiça do Distrito Federal, passando ao actual 6.º Distribuidor, da mesma Justiça, a incumbência da distribuição de todos os ti-

tulos e documentos destinados a registro pelos respectivos officios.

Parágrafo único. O arquivo e os serventuários auxiliares do officio extinto são transferidos, automaticamente, para o Officio do 6.º Distribuidor, devendo o Corregedor fazer as necessárias apostilas nos titulos de nomeação dos serventuários ora transferidos, aos quais são asseguradas as garantias e vantagens dos seus cargos efetivos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.998 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1945

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 18 do Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 12 — Gratificação por serviço extraordinário

24 — Imprensa Nacional Cr\$ 200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.999 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1945

Cede ao Governo Francês o imóvel que menciona

O Presidente da República,

Considerando ter ficado sem efeito a cessão feita à Universidade do Brasil, por termo de 18 de agosto de 1938, do terreno sito na Ponta do Calabouça, entre a Praça do Manifesto, a Avenida Coronel Fulgêncio e a Avenida Presidente Wilson, para construção do edifício com a denominação de “Casa de França”, para instalação e funcionamento do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, de que tratam a Lei Federal n.º 4.634, de 8 de agosto de 1923 e o Decreto-Municipal n.º 3.118, de 14 de agosto de 1926;

Considerando que não chegou a constituir-se a fundação denominada “Casa dos Amigos de França” de que trata o Decreto-lei n.º 2.033, de 27 de fevereiro de 1940, à qual fôra destinado pela União Federal e a Prefeitura do Distrito Federal o lote número 1, da Quadra 9, constante do mapa anexo ao Decreto-lei n.º 1.146, de 13 de março de 1939, para nele se construir a sede social da fundação, onde se instalaria também, o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura;

Considerando o louvável desejo manifestado pelo Governo Francês, por intermédio de seu Embaixador acreditado junto ao Governo Brasileiro, de, com propósito de reciprocidade, obter terreno para a construção, nesta

Capital, de edifício destinado não só à Chancelaria da Embaixada e do Consulado Geral da República Francesa, bem como à instalação adequada ao funcionamento do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura desta Capital, além de outras obras de difusão da cultura francesa que o Governo tencione criar ou patrocinar, tudo constituindo a “Casa de França; e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Governo Brasileiro cede gratuitamente ao Governo Francês o lote 1 da Quadra 9 da Esplanada do Castelo de forma perfeitamente retangular, com 64.00 metros de largura, na Avenida Presidente Wilson, igual dimensão nos fundos, e 20.00 metros de cada lado, e a área de 1378.00m2, o qual confronta pela frente com a Avenida Presidente Wilson, nos fundos com a área interna da dita quadra e o Edifício Giraud, do lado esquerdo com a Avenida Aparício Borges, onde se lhe acrescenta uma área de 7.00 metros de fundos por 14.00 metros de largura, cuja parte térrea será ocupada por uma galeria contigua à do Edifício Giraud com o qual confronta, tudo conforme a planta de locação do mesmo lote levantada pela Secretaria Geral de Viacão e Obras, da Prefeitura do Distrito Federal, sob n.º 347, em 1 de junho do corrente ano, aprovada pelo Prefeito do Distrito Federal.

Art. 2.º No lote acima descrito, o Governo da República Francesa se obriga a construir, dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação deste Decreto-lei edifício cujo gabarito e demais requisitos de estrutura e arquitetura obedecerão em tudo às normas e regras prescritas na legislação para edificações nas áreas do Castelo e do Calabouço.

Nesse edifício, além da Chancelaria da Embaixada da França e do Consulado Geral da República Francesa, terá instalação adequada ao seu funcionamento o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura desta Capital, além de outras obras de difusão da

cultura francesa, que o mesmo Governo tencione criar ou patrocinar, tudo constituindo a "Casa de França".

Art. 3.º Se, dentro do prazo fixado no artigo precedente, não tiver sido concluída, salvo por motivo relevante que fôr alegado e a juízo do Prefeito, a construção do edificio a que se refere o art. 2.º, resolve-se a presente cessão, de pleno direito, revertendo o terreno, com as construções levantadas, ao domínio da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 4.º Se, em qualquer tempo, o Governo Francês desistir de utilizar o edificio construído para qualquer dos fins declarados no art. 2.º, reverterá o mesmo para a Prefeitura do Distrito Federal, mediante pagamento do valor das construções nele levantadas, conforme avaliação a que então se procederá, vedada a alienação do mesmo a terceiros, ou a sua utilização para outros fins que não os declarados no art. 2.º.

Art. 5.º Este decreto-lei servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis, para o nome do Governo Francês do terreno descrito no art. 1.º.

Art. 6.º Revogam-se o Decreto-lei n.º 2.038, de 27 de fevereiro de 1940, bem como o termo de cessão de 18 de agosto de 1938, e tôdas as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 8.000, DE 26 DE SETEMBRO DE 1945

Altera carreiras e cria funções gratificadas no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qual se incorpora a carreira de igual denominação do Quadro Suplementar desse Ministério.

Art. 2.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Escrivão de

Polícia do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 3.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto nos artigos anteriores serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério.

Art. 4.º As promoções, da classe K, à classe L da carreira de Comissário de Polícia e da classe J à classe K da de Escrivão de Polícia, dependerão de conclusão de curso de aperfeiçoamento da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública e obedecerão à respectiva ordem de classificação, preenchidos os requisitos gerais, estipulados em lei e regulamento.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública, as seguintes funções gratificadas.

Anuais

- 1 — Escrivão-Chefe de Cartório da Corregedoria, com Cr\$ 4.200,00
- 30 — Escrivão-Chefe de Cartório (Distritos Policiais) com Cr\$ 4.200,00

Art. 6.º Para atender, nos últimos quatro meses do corrente ano, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.256.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do

Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

S-c n.º 01 — Pessoal Permanente 00
— Pessoal Civil:

77 — Quadros do Ministério Cr\$ 1.212.800,00

Consignação III — Vantagens

S-c n.º 09 — Funções gratificadas 00
— Pessoal Civil:

04 — Departamento de Administração:

06 — Divisão do Pessoal

Cr\$ 43.400,00

Cr\$ 1.256.200,00

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA						Provi-
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos		sórios
—	—	—	—	—	27	<i>Comissário de Polícia</i>	M	—	27	—	—
10	Comissário de Polícia	L	—	—	Q. P.	37	L	—	17	—	—
10	Comissário de Polícia	L	—	—	Q. P.						
20	Comissário de Polícia	K	—	16	Q. P.	52	K	—	28	—	—
20	Comissário de Polícia	K	—	—	Q. P.						
30	Comissário de Polícia	J	—	24	Q. P.	72	J	—	36	—	—
30	Comissário de Polícia	J	—	—	Q. P.						
50	Comissário de Polícia	I	—	38	Q. P.	95	I	—	—	108	—
40	Comissário de Polícia	I	—	—	Q. S.						
100	Comissário de Polícia	H	—	38	Q. P.						
23	Comissário de Polícia	H	—	—	Q. S.							
333			—	116					—	108	108	

Observações — Os cargos provisórios serão supridos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 160.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Quadro Permanente

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	<i>Escrivão de Polícia</i>						<i>Escrivão de Polícia</i>				
—	—	—	—	—	6	L	—	6	—
3	K	—	—	Q. P.	12	K	—	9	—
7	J	—	—	Q. P.	24	J	—	17	—
12	I	—	—	Q. P.	48	I	—	36	—
23	H	—	—	Q. P.	70	H	—	—	68
35	G	—	—	Q. P.						
50	F	—	—	Q. P.						
130			—	—		160					

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 223.

DECRETO-LEI N.º 8.001 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1945

Abre crédito especial ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para mudança e instalação do Departamento Nacional de Informações e do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para a mudança e a instalação do Departamento Nacional de Informações e do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

Parágrafo único. Correrão à conta do referido crédito, os aluguéis do Departamento Nacional de Informações no corrente exercício.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.002 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Engenheiro do Quadro II — E. F. C. B. — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Engenheiro do Quadro II — extinto — Estrada de Ferro Central do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos será feito com recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E.F.C.B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. cargos de	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
17	N	—	—	II	36	N	—	19	
19	M	—	—		39	M	—	20	
39	L	—	—		39	L	—	—	
22	K	—	—		22	K	—	—	
97						136				39	

DECRETO-LEI N.º 8.003 — DE 26
DE SETEMBRO DE 1945

Concede pensão especial à viúva e ao filho menor de José Rafael de Azeredo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à viúva e ao filho menor de José Rafael de Azeredo, ex-Engenheiro (DNPRC-DNOS), classe L, do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, falecido em consequência de acidente ocorrido quando no exercício de suas funções, uma pensão especial na importância de Cr\$ 617,00 (seiscentos e dezessete cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial de que trata este artigo é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.004 — DE 27 DE
SETEMBRO DE 1945

Restabelece, em todo o território nacional, a matrícula de condutores de veículos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecida, em todo o território nacional, a matrícula de condutores de veículos, habilitados na categoria de profissionais, e desde que exerçam efetivamente a profissão.

Art. 2.º A matrícula a que se refere o artigo anterior, instituída com ca-

ráter obrigatório, será concedida sem qualquer onus, pela repartição de trânsito do município de domicílio do condutor.

Art. 3.º O documento de matrícula em automóveis, ônibus, caminhões, "camionnettes", motocicletas e similares, bem assim nos veículos de tração animal ou manual, conterá indicações que permitam verificar as características do veículo e quem o pode conduzir.

Parágrafo único. Esse documento, fornecido com observância do disposto no Decreto-lei n.º 2.235, de 27 de maio de 1940, somente terá validade junto à carteira de habilitação e demais documentos de porte obrigatório.

Art. 4.º A matrícula deverá ser renovada sempre que houver alteração com referência ao proprietário ou a espécie do veículo.

Art. 5.º As empresas de transporte, garages e oficinas, as repartições de trânsito poderão conceder matrícula de um ou mais condutores para vários veículos, de acordo com as necessidades do serviço e as normas estabelecidas em regulamentos locais.

Art. 6.º Em caso de infração ou acidente, e sob pena de caber-lhes a responsabilidade, ficam os proprietários de veículos obrigados a fornecer a autoridade as indicações necessárias à efetivação da penalidade que for aplicável aos condutores, profissionais ou amadores, aos quais hajam confiado a direção de veículos.

Art. 7.º A quem quer que admita a seu serviço condutor profissional sem observância do Decreto-lei n.º 2.235, de 27 de maio de 1940, será aplicada, pela repartição de trânsito, multa de Cr\$ 500,00.

Art. 8.º Não será concedida nova matrícula se o proprietário ou condutor estiver em débito quanto a multas oriundas de infração dos regulamentos de trânsito.

Art. 9.º A matrícula e a baixa respectiva serão concedidas independentemente de requerimento.

Art. 10. O motorista ou o motociclista habilitado como amador poderá conduzir, eventualmente, qualquer veículo de passageiro, exceto o de aluguel.

Art. 11. Ao motorista ou motociclista habilitado como amador é facul-

tado dirigir veículo em o qual se utilize placa "Experiência".

Art. 12. Os chefes de repartição pública deverão remeter anualmente às autoridades fiscalizadoras do trânsito uma relação dos motoristas profissionais que dirigem veículos oficiais.

Art. 13. A validade da matrícula prevalecerá em todo o território nacional, observado o disposto no Código Nacional de Trânsito quanto ao trânsito fora do município por onde houver sido expedida a licença do veículo.

Art. 14. A baixa não será concedida se o condutor estiver em débito relativamente a multas impostas pela repartição de trânsito, ou a contribuições destinadas à previdência social.

§ 1.º Pela baixa não será cobrado qualquer emolumento.

§ 2.º Ao proprietário de veículo será facultado requerer baixa da matrícula

do condutor que houver estado a seu serviço, quando o mesmo não a tenha solicitado.

Art. 15. Em caso de baixa, a renovação da matrícula, decorridos cinco anos, somente será permitida após novos exames médico e prático de direção.

Art. 16. A condução de veículo com falta de matrícula, ou depois de concedida a baixa ao mesmo relativa, será punida com a multa de Cr\$ 50,00.

Art. 17. O presente Decreto-lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

ANEXO

..... (Designação da Repartição)	 N.º do veículo	 P A	 Em de de 19.....	 Assinatura do Funcionário																	
..... CONTROLE DE MATRICULA		<table border="1" style="margin: auto;"> <tr> <td>AP</td> <td>AA</td> <td>CP</td> <td>CA</td> </tr> <tr> <td>OP</td> <td>OA</td> <td>M</td> <td>CAR</td> </tr> </table> Categoria		AP	AA	CP	CA	OP	OA	M	CAR	MATRÍCULA		Veículo n.º Categoria: Concedida ao titular da carteira de habilitação n.º de		<table border="1" style="margin: auto;"> <tr> <td>AP</td> <td>AA</td> <td>CP</td> <td>CA</td> </tr> <tr> <td>OP</td> <td>OA</td> <td>M</td> <td>CAR</td> </tr> </table>		AP	AA	CP	CA	OP	OA	M	CAR
AP	AA	CP	CA																						
OP	OA	M	CAR																						
AP	AA	CP	CA																						
OP	OA	M	CAR																						
Ao Sr. (Nome do Condutor)		Carteira n.º de Prontuário n.º (Prefixo)		foi concedida matrícula em de de 19.....		Observações		Baixa em de de Assinatura do Funcionário																	

O documento de matrícula *deverá ter as dimensões de 160 mm x 106 mm, na parte destinada ao arquivo da repartição*, podendo ser impresso em cartolina se o arquivamento for em fichários.

Convenções — AP, automóvel particular; AA, automóvel de aluguel; CP, caminhão particular; CA, caminhão de aluguel; OP, ônibus particular; OA, ônibus de aluguel; M, motocicleta; CAR, carroças e outros veículos.

Para o prefixo correspondente ao Estado, observar-se-ão o ANEXO V do Decreto-lei n.º 3.651 de 25 de setembro de 1941 e a Resolução n.º 66 do Conselho Nacional do Trânsito, referente aos Territórios Federais.

Deverão ser riscadas no documentos as convenções que não interessarem.

**DECRETO-LEI N.º 8.005 — DE 27
DE SETEMBRO DE 1945**

Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.199, de 28 de dezembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 1.º do Decreto-lei número 7.199, de 28 de dezembro de 1944, mantida a redação do seu parágrafo único: "Art. 1.º Fica autorizada a concessão, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de uma subvenção em favor da Fundação Brasil Central, até o máximo de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00) anuais".

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 8.006 — DE 27
DE SETEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "União dos Cegos do Brasil" do pagamento do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei número 93, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a "União dos Cegos do Brasil", na forma dos arts. 15 e 16 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, do pagamento do imposto predial relativo ao imóvel de sua propriedade, situado na Rua Clarimundo de Melo n.º 215, a partir do corrente exercício e enquanto nele funcionarem os serviços de

assistência e beneficência mantidos pela referida Instituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 8.007 — DE 27
DE SETEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para aquisição de material e execução de trabalhos de pequena hidrografia sanitária pelo Serviço Nacional de Malária

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério, para atender a despesas com a aquisição de material e a execução de trabalhos de pequena hidrografia sanitária pelo Serviço Nacional de Malária, sendo:

Cr\$

Material:

Aquisição de inseticida dicloro- difenil- triclo- roetano (DDT)	1.500.000,00
---	--------------

Serviços e encargos:

Serviço de combate à malária no Km 47 da Estrada Rio-São Paulo, sede do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, e na Seção Piramema do Núcleo Colonial de Santa Cruz.	2.500.000,00
	<hr/>
	4.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.008 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1945

Autoriza o Ministério da Guerra a celebrar contrato para a aquisição de instrumentos óticos militares e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando a grande falta de instrumentos óticos de que se ressentem o equipamento do Exército; considerando o interesse que advém para a defesa e a economia nacionais da instalação de uma fábrica de ótica no país; e tendo em vista o que consta do processo protocolado na Secretaria da Presidência da República sob n.º 24.280 de 1944, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a contratar com técnicos que, ao seu juízo, melhor possam atender às finalidades visadas, a manufatura de instrumentos óticos necessários ao Exército, em fábrica que os referidos técnicos se obriguem a instalar no país.

Parágrafo único. O Ministério da Guerra poderá ceder aos contratantes, mediante arrendamento, a maquinaria da fábrica de ótica adquirida ao governo norte-americano nos termos da "lei de empréstimo e arrendamento".

Art. 2.º Para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o contrato de que trata o art. 1.º, fica aberto àquele Ministério o crédito especial de

setenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 70.000.000,00) com vigência até o encerramento do exercício de 1955, para utilização em parcelas anuais de sete milhões de cruzeiros (Cr\$ 7.000.000,00) em contratos particulares de encomendas, a partir do exercício de 1946.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor nesta data.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Gôes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.009 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para despesas com a Conferência Interamericana para manutenção da paz e segurança do Continente.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) oriundas da Conferência Interamericana para manutenção da paz e segurança do Continente, a realizar-se nesta Capital, em outubro do corrente ano.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.010 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 7.319.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de sete milhões, trezentos e dezenove mil cruzeiros (Cr\$ 7.319.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n.º 15 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 06 — Auxílios, Contribuições e Subvenções

03 — Subvenções

28 — Conselho Nacional do Serviço Social

Cr\$

a) Pagamento das subvenções concedidas de conformidade com a legislação em vigor .. 7.319.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.011 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1945

Estende às cooperativas dos produtores de lã os favores previstos no Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outubro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam estendidos às cooperativas de produtores de lã, que para a construção, aparelhagem e adaptação de armazéns e depósitos para o recebimento e a conservação da lã, se adaptarem às condições previstas no Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outubro de 1944 e no seu Regulamento, os favores concedidos pelo mesmo Decreto-lei.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N.º 8.012 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1945

Estabelece as bases de organização para as atividades sociais e desportivas dos servidores públicos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reconhecida, como entidade máxima de direção das atividades sociais e desportivas dos servidores públicos de todas as órbitas de governo, a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, criada em 8 de fevereiro de 1943, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º No Distrito Federal, Estados, Municípios e Territórios, haverá entidades vinculadas de direção das atividades sociais e desportivas dos servidores públicos, subordinadas à entidade mencionada no art. 1.º.

Art. 3.º Nos Ministérios, Secretarias, Prefeituras, ou órgão do sistema descentralizado, haverá, onde couber, uma Associação constituída por seus servidores, destinada à prática de atividades sociais e desportivas, subordinadas às entidades mencionadas no art. 2.º.

Art. 4.º Nas entidades mencionadas no art. 3.º, que possuam subdivisões de grande lotação de pessoal, poderão ser criados grêmios constituídos pelos servidores das referidas subdivisões, destinadas à prática de atividades sociais e desportivas, sob a direção das entidades mencionadas no art. 3.º.

Art. 5.º As Associações e os seus grêmios, entidades básicas da organização nacional das atividades sociais e desportivas dos servidores públicos, constituem os centros em que aquelas atividades são ensinadas e praticadas.

Art. 6.º São extensivos aos desportos dos servidores públicos todos os favores instituídos para os desportos em geral e entidades congêneres.

Art. 7.º Os benefícios de que trata o presente Decreto-lei são extensivos a esposa e filhos menores de 18 anos dos servidores públicos.

Art. 8.º — Ficam instituídos: Os jogos nacionais dos Servidores Públicos com o caráter de competição nacional, a ser realizada de quatro em quatro anos, por ocasião do Dia do Servidor Público; os Jogos desportivos dos Servidores Públicos com o caráter de competição regional, a serem realizados anualmente; e os jogos desportivos com o caráter local, a serem realizados anualmente. Fica considerada como I Jogos Nacionais, a Olimpíada dos Servidores Públicos, realizada em outubro de 1944.

Art. 9.º A Associação dos Servidores Cívicos do Brasil e demais entidades instituídas por este Decreto-lei deverão providenciar a aprovação de seus Estatutos e Regulamentos, na conformidade da legislação vigente e obedecendo as normas ora estabelecidas.

Art. 10. A prática das atividades sociais e desportivas por parte dos servidores públicos é de caráter facultativo.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góis Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.013 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a contagem do tempo de efetivo serviço e sobre os proventos da inatividade dos militares da Reserva Remunerada ou Reformados das Forças Armadas, quando designados para funções da atividade, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O exercício efetivo de serviço previsto nas Organizações das Forças Armadas prestado por militares da Reserva Remunerada ou Reformados da Aeronáutica, do Exército ou da Marinha, designados para funções da atividade, assegura-lhes direito à percepção dos vencimentos integrais dos respectivos postos e graduações, calculados pela tabela vigente, se porventura, já não os tenham obtido em seu limite máximo, consoante as disposições em vigor.

Art. 2.º Quando o tempo de serviço assim prestado, acrescido ao calculado por ocasião da transferência

para a Reserva Remunerada ou Reforma, atingir a mais de trinta anos, poderão os militares, quando ocorrer enfermidade comprovada, ou por haverem atingido a idade de sessenta e oito anos, ser afastados das funções que estiverem exercendo, com os vencimentos integrais dos seus postos ou graduações, calculados de acôrdo com a tabela a êsse tempo em vigor, reificando-se, para tanto e por decreto, o ato anterior da transferência para a inatividade.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese de haver o interessado atingido a idade fixada neste artigo, a dispensa só será realizada por conveniência do serviço, ou da disciplina, ou mediante inspeção de saúde, feita por junta médica designada pelo respectivo Ministro, na qual fique provado que as condições de saúde do militar são de molde a impedir a sua continuação nas funções da atividade que estiver exercendo.

Art. 3.º Será permitido aos militares de que tratam os artigos anteriores contribuir para o montepio dos postos ou graduações imediatamente superiores, se, nos termos do presente Decreto-lei, contarem mais de trinta ou quarenta anos de serviço, de acôrdo com a legislação própria em vigor.

Art. 4.º As disposições contidas nos artigos 2.º e 3.º do presente Decreto-lei não serão aplicáveis, em hipótese alguma, aos militares que, designados para funções da atividade, nelas não tenham permanecido ou venham a permanecer, qualquer que seja o motivo, por período igual ou maior de dez anos consecutivos.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 3.014 — DE 29
DE SETEMBRO DE 1945

Cria o "Arquivo Geral da Aeronáutica" e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Aeronáutica, o Arquivo Geral da Aeronáutica (A.G.A.), diretamente subordinado ao Ministro de Estado e que terá por finalidade registrar, classificar e arquivar os documentos remetidos pelos outros órgãos da Aeronáutica.

Art. 2.º O Arquivo Geral será chefiado por oficial da reserva da Aeronáutica, ou funcionário civil, designado pelo Ministro, por proposta do Chefe do Gabinete.

Parágrafo único. Quando a designação recair em funcionário civil, ser-lhe-á atribuída a gratificação de função a que se refere o artigo seguinte.

Art. 3.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, a função gratificada de Chefe do Arquivo Geral da Aeronáutica, com a gratificação anual de Cr\$... 5.400,00.

Art. 4.º Para atender, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução do disposto no art. 3.º fica aberto ao Ministério da Aeronáutica, Anexo n.º 13, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito Suplementar de Cr\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas. 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica.

Art. 5.º Dentro de 60 dias, a partir da publicação deste Decreto-lei, será expedido, por decreto, o Regimento do A.G.A.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.015 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1945

Altera o artigo 1.º do Decreto-lei número 7.147, de 12 de dezembro de 1944:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º do Decreto-lei número 7.147, de 12 de dezembro de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º O Serviço de Saúde da Aeronáutica, criado pelo Decreto-lei número 4.848, de 20 de outubro de 1942, será dirigido por um Diretor, Brigadeiro Médico, e será constituído dos seguintes órgãos:

— Diretoria do Serviço de Saúde da Aeronáutica (D. S. S. Aer.).

— (Depósitos de Material Sanitário (D. M. S.)).

— Institutos de Biologia e de Pesquisas (I. B. S. e I. P. S.).

— Serviços de Saúde de Zonas Aéreas (S. S. Z. Aer.).”

Art. 2.º O Ministério da Aeronáutica providenciará a regulamentação do S. S. Aer. dentro de 60 dias.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.016 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1945

Torna extensivos ao Ministério da Aeronáutica dispositivos constantes dos Decretos-leis ns. 6.749 e 6.750, de 29 de julho de 1944:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extensivos ao Ministério da Aeronáutica os dispositivos a seguir constantes do Decreto-lei número 6.749, de 29 de julho de 1944, e relativos ao planejamento e execução de obras e equipamentos:

I — Art. 2.º e respectivos incisos e parágrafos, excetuados a segunda parte do § 2.º e o § 5.º e suas alíneas;

II — Art. 3.º e respectivo parágrafo único.

Art. 2.º Aplicam-se igualmente ao Ministério da Aeronáutica os preceitos abaixo, estatuidos no Decreto-lei número 6.750, de 29 de julho de 1944, e concernentes à fiscalização e execução de obras e equipamentos:

I — Arts. 1.º, 3.º a 6.º, 3.º e 9.º, e respectivos incisos e parágrafos;

II — Art. 2.º e respectivos incisos e § 1.º;

III — Art. 7.º e respectivos §§ 1.º e 2.º.

Art. 3.º Mesmo quando referentes ao Ministério da Aeronáutica, ficam sujeitas à regulamentação que for expedida para os Decretos-leis ns. 6.749 e 6.750 de 29 de julho de 1944, inclusive à feita na forma da última parte do artigo 9.º e do artigo 12, respectivamente, daqueles diplomas legais, as disposições a seguir:

I — Limites de honorários previstos no art. 2.º § 1.º do Decreto-lei número 6.749, de 29 de julho de 1944;

II — Tabelas de pagamento de ajustes mencionados no art. 2.º § 2.º do Decreto-lei n.º 6.749, de 29 de julho de 1944;

III — Limites de retribuição a que alude o art. 6.º do Decreto-lei número 6.750, de 29 de julho de 1944.

Art. 4.º Para aplicação das providências de que trata este Decreto-lei, é órgão competente a Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica.

Art. 5.º A fim de substituir os Registros a que se referem o art. 2.º,

§ 5.º, e o art. 10, respectivamente, dos Decretos-leis ns. 6.749 e 6.750 de 29 de julho de 1945, caberá ao Diretor da Diretoria de Obras do Ministério da Aeronáutica prestar ao Diretor da Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, as informações por este solicitadas, guardadas as necessárias precauções, quando o caráter reservado ou sigiloso das obras o exigir.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.017, DE 29
DE SETEMBRO DE 1945

Autoriza a garantia do Banco do Brasil S.A. para a operação que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a dar garantia ao Export-Import Bank de Washington, na operação de financiamento de trinta e oito milhões de dólares americanos (US\$ 38.000.000.00), pagável no prazo de dez (10) anos, em prestações semestrais, aos juros de quatro por cento (4%) ao ano, para compra nos Estados Unidos da América de quatorze (14) navios cargueiros de 7.500 toneladas dw, cada um.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 8.018 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1945

Revigora o Decreto-lei n.º 6.679, de 13 de julho de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' revigorado, no corrente ano escolar, inclusive quanto aos concursos de habilitação para matrícula nos estabelecimentos de ensino superior no ano de 1946, o Decreto-lei n.º 6.679, de 13 de julho de 1944.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.019 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a vida escolar do estudante expedicionário e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O estudante expedicionário poderá realizar os trabalhos e provas escolares, bem como os exames do curso interrompido, em qualquer estabelecimento de ensino congênere, federal, reconhecido ou autorizado.

§ 1.º Os trabalhos, provas e exames, realizados de acordo com este artigo, serão feitos, independentemente do pagamento de qualquer taxa, mediante requerimento ao diretor, instruído com a prova do serviço militar realizado.

§ 2.º Se o expedicionário permanecer incorporado às fôcas armadas, a direção do estabelecimento de ensino designará, para a realização desses atos escolares, os dias em que, para esse fim, for concedida a licença necessária pela autoridade militar competente.

§ 3.º Nos casos em que não tenham sido satisfeitas as exigências mínimas de frequência e trabalhos escolares, poderá o expedicionário submeter-se a exame completo da disciplina quando o requerer.

§ 4.º Quando os exames de que trata este artigo forem feitos fora do período regulamentar, o estudante poderá repeti-los em segunda época, decorrido o prazo mínimo de dois meses.

Art. 2.º Após a desincorporação, poderá o expedicionário, independentemente das épocas e interstícios regulamentares, realizar exames completos das disciplinas em que, por causa dos deveres militares, não tenha sido promovido.

§ 1.º Nas disciplinas em que haja trabalhos práticos, o conselho técnico-administrativo estabelecerá o prazo mínimo do estágio preparatório, anterior a esses exames.

§ 2.º Para a realização desse estágio serão facilitados, ao candidato, todos os meios de estudo e todos os ensinamentos que o preparem para as provas.

Art. 3.º Ficarão dispensados do exame final completo os alunos que tenham obtido na prova parcial final nota equivalente ou superior à média regulamentar para a promoção.

Art. 4.º Os exames de que tratam os artigos anteriores poderão realizar-se sem estrita obediência à seriação regulamentar, quando o conhecimento da disciplina, a juízo do conselho técnico-administrativo, não depender de aprovação em matéria lecionada numa das séries antecedentes.

Parágrafo único. Aprovado de acordo com este artigo, ficará o estudante isento de outra vez cursar a disciplina, quando promovido à série respectiva.

Art. 5.º Os estabelecimentos de ensino facilitarão ao expedicionário o estudo das disciplinas em atraso, mediante cursos de emergência, teóricos e práticos, inclusive das disciplinas do concurso de habilitação, a cujas provas poderá submeter-se depois de matriculado.

§ 1.º Esses cursos serão ministrados pelo professor ou por seus assistentes para esse fim indicados.

§ 2.º O professor providenciará para que sejam fornecidas ao expedicionário as preparações de aulas, oportunamente distribuídas aos seus colegas e os sumários das lições dadas.

Art. 6.º O expedicionário que necessitar de um prazo mais ou menos longo para o seu reajustamento integral, físico ou psíquico, terá garantidos os benefícios estabelecidos nos artigos anteriores, quando se restabelecer.

Art. 7.º O estudante que, embora incorporado às forças armadas, tenha permanecido aquartelado no país, terá direito às facilidades escolares estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 8.º A administração escolar facilitará, na medida do possível, a colocação dos expedicionários como internos, monitores ou auxiliares técnicos.

Art. 9.º O Ministério da Educação e Saúde providenciará a criação de bolsas de estudo ou a concessão da gratuidade do ensino, até a conclusão do curso, em favor do expedicionário, que o necessitar.

Art. 10. No plano geral de assistência que se estabelecer para os expedicionários e respectivas famílias, incluir-se-á o estudante que houver servido na guerra.

Art. 11. Os estabelecimentos de ensino de localidade em que funcione centro de preparação de oficiais da reserva ou núcleo de preparação de oficiais da reserva organizarão, na medida do possível, horário que permita ao estudante, matriculado num ou noutro, frequentar as aulas e trabalhos escolares.

Parágrafo único. As lições e trabalhos suplementares, eventualmente necessários, serão dados pelo professor ou assistente para esse fim designado.

Art. 12. O aluno, matriculado em centro de preparação de oficiais da reserva ou núcleo de preparação de oficiais da reserva, terá relevadas as faltas às aulas e trabalhos escolares, quando as der em virtude de atividades militares. Passado o impedimento poderá prestar em segunda chamada, as provas e exames a que não tenha podido comparecer.

Art. 13. Nos casos omissos, resolverá o conselho técnico-administrativo.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, fi-

cando. revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.020 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1945

Transforma em ajudantes de tesoureiro os cobradores da dívida ativa da União e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica abolida a atribuição de percentagem sobre o produto da cobrança amigável, atualmente a cargo dos cobradores da dívida ativa da União, cujos lugares são suprimidos, passando as respectivas funções a ser exercidas por ajudantes de tesoureiro da Recebedoria do Distrito Federal.

Art. 2.º Ficam incluídos no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, a serem suprimidos à medida que vagarem, vinte (20) cargos isolados, de provimento efetivo, de ajudante de tesoureiro, padrão 31, da Recebedoria do Distrito Federal, nos quais são providos os atuais cobradores da dívida ativa da União, cujos títulos de nomeação serão apostilados pelo Serviço do Pessoal do Ministério.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos de cobrador da dívida ativa da União fica assegurado o pagamento da diferença entre a remuneração que perceberam no biênio 1943-1944 e os vencimentos do padrão a que passam a pertencer.

Art. 3.º Ficam criados dez (10) cargos isolados, de provimento efetivo, de Ajudante de Tesoureiro, padrão I, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda (Recebedoria do Distrito Federal), os quais serão providos à medida que forem suprimidos os cargos

de igual natureza a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º Para atender, no período de 1.º de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de quinhentos e vinte e sete mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 527.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente Orçamento deste Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	408.000,00
--	------------

Consignação V — Outras despesas com pessoal

S/c. n.º 26 — Diferença de vencimentos	
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional	
06 — Serviço do Pessoal.	119.200,00
	<hr/>
	527.200,00
	<hr/>

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de setembro de 1945.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.021 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os balanços do exercício de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em

vista o parecer do Tribunal de Contas sobre os balanços do exercício financeiro de 1944, aprovado em sessão especial de 24 de agosto de 1945, decreta:

Artigo único. Ficam aprovados, para os efeitos do art. 131 do Regulamento Geral da Contabilidade Pública, a que se refere o Decreto número 15.783, de 8 de novembro de 1922, os balanços financeiro e patri-

monial do exercício de 1944, inclusive o balanço a parte das operações relacionadas com o estado de guerra, organizados pela Contadoria Geral da República.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

APENSO

Figuram neste apenso

- I - os decretos-leis que expedidos em trimestres anteriores foram publicados depois do segundo dia útil do segundo trimestre de 1945.
- II - as reproduções e as retificações publicadas no segundo trimestre de 1945, referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

DECRETO-LEI N.º 7 337 — DE 8 DE MARÇO DE 1945

Altera a classe 6.ª da Nova Tarifa das Alfândegas, mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940

RETIFICAÇÃO

Artigo 139 — Alcatifas e Tapetes:

	Unidades	Direitos	
		Cr\$ Geraes	Cr\$ Mínimos
Grossos, próprios para escadas e corredores.	Kg P.B.	25,60	20,00
Aveludados:			
De pêlo alto grosseiro, com fundo ou assento de estôpa ou cânhamo (capachos).....	Kg P.R.	30,80	25,00
De pêlo alto ou curto, macio:			
Apresentando pelo avesso, fôrro ou assento de tecido grosso de algodão, linho ou cânhamo, ainda que apareçam alguns fios do aveludado	Kg P.R.	51,20	41,60
Sem o sobredito avesso, fôrro ou assento...	Kg P.R.	76,80	62,40
Próprios para calçado	Kg P.R.	51,20	41,60
Não especificados:			
Apresentando pelo avesso, fôrro ou assento de tecido grosso de algodão, linho ou cânhamo, ainda que apareçam alguns fios da face externa.....	Kg P.R.	25,60	20,80
Sem o sobredito avesso, fôrro ou assento....	Kg P.R.	51,20	41,60
Próprios para calçado	Kg P.R.	39,20	31,20

Nota n.º 27-A — Os tapetes com tela ou cadeia de cânhamo, algodão ou linho, que apresentarem o avesso encoberto por fios de lã, reproduzindo os desenhos do aveludado, ficarão sujeitos às taxas correspondentes aos desprovidos de avesso, fôrro ou assento grosseiro.

Os tapetes com franjas da mesma matéria, algodão ou linho, não estão sujeitos à aprovação prevista na segunda parte da nota n.º 37.

DECRETO-LEI N.º 7.661 — DE 21 DE

JUNHO DE 1945

Lei de Falências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

LEI DE FALÊNCIAS

TÍTULO I

Da caracterização e declaração da falência

SEÇÃO PRIMEIRA

Da caracterização da falência

Art. 1.º Considera-se falido o comerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a ação executiva.

§ 1.º — Torna-se líquida, legitimando a falência a obrigação provada por conta extraída dos livros comerciais e verificada, judicialmente, nas seguintes condições:

I — a verificação será requerida pelo credor ao juiz competente para decretar a falência do devedor (art. 7.º) e far-se-á nos livros de um ou de outro, por dois peritos nomeados pelo juiz, expedindo-se precatória quando os livros forem de credor domiciliado em comarca diversa;

II — se o credor requer a verificação da conta nos próprios livros, estes deverão achar-se revestidos das formalidades legais intrínsecas e extrínsecas e a conta comprovada nos termos do art. 23, n.º 2, do Código Comercial; se nos livros do devedor, será este citado para, em dia e hora marcados, exhibi-los em juízo, na forma do disposto no art. 19, primeira alínea, do Código Comercial.

III — a recusa de exibição ou a irregularidade dos livros provam contra o devedor, salvo a sua destruição ou perda em virtude de força maior;

IV — os peritos apresentarão o laudo dentro de três dias e, julgado por sentença o exame, os respectivos autos serão entregues ao requerente, independentemente de tras-

lado, não cabendo dessa sentença recurso algum;

V — as contas assim verificadas consideram-se vencidas desde a data da sentença que julgou o exame.

§ 2.º Ainda que líquidos consideram-se vencidas desde a data da sentença que julgou o exame.

Art. 2.º Caracteriza-se, também, a falência, se o comerciante:

I — executado, não paga, não deposita a importância, ou não nomeia bens à penhora dentro do prazo legal;

II — procede a liquidação precipitada ou lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos;

III — convoca credores e lhes propõe dilação, remissão de créditos ou cessação de bens;

IV — realiza ou, por atos inequívocos tenta realizar, com o fito de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade do seu ativo a terceiro, credor ou não;

V — transfere a terceiro o seu estabelecimento sem o consentimento de todos os credores, salvo se ficar com bens suficientes para solver o seu passivo;

VI — dá garantia real a algum credor sem ficar com bens livres e desembaraçados equivalentes às suas dívidas, ou tenta essa prática, revelada a intenção por atos inequívocos;

VII — ausenta-se sem deixar representante para administrar o negócio, habilitado com recursos suficientes para pagar os credores; abandona o estabelecimento; oculta-se ou tenta ocultar-se, deixando furtivamente o seu domicílio.

Parágrafo único. Consideram-se praticados pelas sociedades os atos dessa natureza provenientes de seus diretores, gerentes ou liquidantes.

Art. 3.º Pode ser declarada a falência:

I — do espólio do devedor comerciante;

II — do menor, com mais de dez anos, que mantém estabeleci-

nenta comercial, com economia própria;

III — da mulher casada que, sem autorização do marido, exerce o comércio, por mais de seis meses, fora do lar conjugal;

IV — dos que, embora expressamente proibidos, exercem o comércio

Art. 4.º A falência não será declarada, se a pessoa contra quem for requerida, provar:

I — falsidade do título da obrigação;

II — prescrição;

III — nulidade da obrigação ou do título respectivo;

IV — pagamento da dívida, embora depois do protesto do título, mas antes de requerida a falência;

V — requerimento de concordata preventiva anterior à citação;

VI — depósito judicial oportunamente feito;

VII — cessação do exercício do comércio há mais de dois anos, por documento hábil do registro de comércio o qual não prevalecerá contra a prova de exercício posterior ao ao registrado;

VIII — qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência.

§ 1.º Se requerida com fundamento em protesto levado a efeito por terceiro, a falência não será declarada, desde que o devedor prove que podia ser oposta ao requerimento do autor do protesto qualquer das defesas deste artigo.

§ 2.º Não será declarada a falência da sociedade anônima depois de liquidado e partilhado o seu ativo, e do espólio depois de um ano da morte do devedor.

Art. 5.º Os sócios solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações sociais não são atingidos pela falência da sociedade, mas ficam sujeitos aos demais efeitos jurídicos que a sentença declaratória produza em relação à sociedade falida. Aos

mesmos sócios, na falta de disposição especial desta lei, são extensivos todos os direitos e, sob as mesmas penas, todas as obrigações que cabem ao devedor ou falido.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao sócio de responsabilidade solidária que há menos de dois anos se tenha despedido da sociedade, no caso de não terem sido solvidas, até a data da declaração da falência, as obrigações sociais existentes ao tempo da retirada. Não prevalecerá o preceito, se os credores tiverem consentido expressamente na retirada, feito novação, ou continuado a negociar com a sociedade, sob a mesma ou nova firma.

Art. 6.º A responsabilidade solidária dos diretores das sociedades anônimas e dos gerentes das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, estabelecida nas respectivas leis; a dos sócios comanditários (Código Comercial, art. 314), e a do sócio oculto (Código Comercial, art. 305), serão apuradas, e tornar-se-ão efetivas, mediante processo ordinário, no juízo da falência, aplicando-se ao caso o disposto no art. 50, § 1.º.

Parágrafo único. O juiz, a requerimento do síndico, pode ordenar o sequestro de bens que bastem para efetivar a responsabilidade.

SEÇÃO SEGUNDA

Da declaração judicial da falência

Art. 7.º É competente para declarar a falência o juiz em cuja jurisdição o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fora do Brasil.

§ 1.º A falência dos comerciantes ambulantes e empresários de espetáculos públicos pode ser declarada pelo juiz do lugar onde sejam encontrados.

§ 2.º O juízo da falência é indivisível e competente para todas as ações e reclamações sobre bens, interesses e negócios da massa falida, as quais serão processadas na forma determinada nesta lei.

§ 3.º Não prevalecerá o disposto no parágrafo anterior para as ações, não reguladas nesta lei; em que a massa falida seja autora ou litis-consorte.

Art. 8.º O comerciante que, sem relevante razão de direito, não pagar no vencimento obrigação líquida, deve, dentro de trinta dias, requerer ao juiz a declaração da falência, expondo as causas desta e o estado dos seus negócios, e juntando ao requerimento:

I — o balanço do ativo e passivo com a indicação e a avaliação aproximada de todos os bens, excluídas as dívidas ativas prescritas;

II — a relação nominal dos credores comerciais e civis, com a indicação do domicílio de cada um, importância e natureza dos respectivos créditos;

III — o contrato social, ou, não havendo, a indicação de todos os sócios ou os estatutos em vigor, mesmo impressos da sociedade anônima.

§ 1.º Tratando-se de sociedade em nome coletivo de capital e indústria, em comandita simples, ou por cotas de responsabilidade limitada, o requerimento pode ser assinado por todos os sócios, pelos que gerem a sociedade ou têm o direito de usar a firma, ou pelo liquidante. Os sócios que não assinem o requerimento podem opor-se à declaração da falência e usar dos recursos admitidos nesta lei.

§ 2.º Tratando-se de sociedade por ações, o requerimento deve ser assinado pelos seus representantes legais.

§ 3.º O devedor apresentará, com o requerimento, os seus livros obrigatórios, os quais permanecerão em cartório para serem entregues ao síndico, logo após o compromisso d'este.

§ 4.º No seu despacho, o juiz mencionará a hora em que recebeu o requerimento e, no mesmo ato, assinará os termos de encerramento dos livros obrigatórios, lavrados pelo escrivão.

Art. 9.º A falência pode também ser requerida :

I — pelo cônjuge sobrevivente, pelos herdeiros do devedor ou pelo inventariante, nos casos dos arts. 1.º e 2.º, n.º I;

II — pelo sócio, ainda que comanditário, exibindo o contrato social, e pelo acionista da sociedade por ações, apresentando as suas ações;

III — pelo credor, exibindo título do seu crédito, ainda que não vencido, observadas conforme o caso, as seguintes condições:

a) o credor comerciante, com domicílio no Brasil, se provar ter firma inscrita, ou contrato ou estatutos arquivados no registro de comércio;

b) o credor com garantia real se a renunciar ou, querendo mantê-la, se provar que os bens não chegam para a solução do seu crédito; esta prova será feita por exame pericial, na forma da lei processual, em processo preparatório anterior ao pedido de falência se este se fundar no artigo 1.º, ou no prazo do artigo 12 se o pedido tiver por fundamento o artigo 2.º;

c) o credor que não tiver domicílio no Brasil, se prestar caução às custas e ao pagamento da indenização de que trata o art. 20.

Art. 10. Os títulos não sujeitos a protesto obrigatório devem ser protestados para o fim da presente lei, nos cartórios de protesto de letras e títulos onde haverá um livro especial para o seu registro.

§ 1.º O protesto pode ser interposto em qualquer tempo depois do vencimento da obrigação, e o respectivo instrumento, que será tirado dentro de três dias úteis, deve conter: a data, a transcrição, por extrato, do título com as principais declarações nele inseridas, pela ordem respectiva: a certidão da intimação do devedor para pagar, a resposta dada ou a declaração da falta da resposta; a certidão de não haver sido encontrado, ou de ser desconhecido ou estar ausente o devedor, casos em que a intimação será feita por edital, afixado à porta do cartório e, quando possível, publicado pela imprensa; assinatura do oficial do protesto e, se possível, a do portador.

§ 2.º O livro de registro, de que cogita este artigo, pode ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa, e dos seus assentos se darão as certidões que forem pedidas.

Art. 11. Para requerer a falência do devedor com fundamento no art. 1.º, as pessoas mencionadas no art. 9.º devem instruir o pedido com a prova da sua qualidade e com a certidão do protesto que caracteriza a impontualidade do devedor.

§ 1.º Deferindo a petição, o juiz mandará citar o devedor para, dentro de vinte e quatro horas, apresentar defesa.

Feita a citação, será o requerimento apresentado ao escrivão, que certificará, imediatamente, a hora da sua entrada, de que se conta o referido prazo. Se o devedor não for encontrado, far-se-á a citação por edital, com o prazo de três dias para a defesa.

Findo o prazo, ainda que a revelia do devedor, o escrivão o certificará e fará os autos conclusos ao juiz para sentença.

§ 2.º Citado, poderá o devedor, dentro do prazo para defesa, depositar a quantia correspondente ao crédito reclamado, para discussão da sua legitimidade ou importância, elidindo a falência.

Feito o depósito, a falência não pode ser declarada, e se for verificada a improcedência das alegações do devedor, o juiz ordenará, em favor do requerente da falência, o levantamento da quantia depositada, ou da que tiver reconhecido como legitimamente devida.

Da decisão do juiz cabe agravo de petição.

§ 3.º Ao devedor que alegue matéria relevante (art. 4.º), o juiz pode conceder, a seu pedido, o prazo de cinco dias para provar a sua defesa, com intimação do requerente. Findo esse prazo, serão os autos conclusos, imediatamente, para sentença.

§ 4.º Tratando-se de sociedade em nome coletivo, de capital e indústria, em comandita simples, ou por cotas de responsabilidade limitada, pode qualquer sócio opor-se à declaração

da falência, nos termos do parágrafo anterior, se a sociedade, por seu representante, não comparecer para se defender ou se a falência não tiver sido requerida por outro sócio.

Art. 12. Para a falência ser declarada nos casos do art. 2.º, o requerente especificará na petição os fatos que a caracterizam, juntando as provas que tiver e indicando as que pretenda aduzir.

§ 1.º O devedor será citado para defender-se, devendo apresentar, em cartório, no prazo de vinte e quatro horas, os seus embargos, instruindo-os com as provas que tiver e indicando outras que entenda necessária à defesa.

§ 2.º Se o devedor citado não comparecer, correrá o processo à revelia; se não for encontrado, o juiz nomeará curador que o defenda.

§ 3.º Não havendo provas a realizar, o juiz proferirá a sentença; se as houver, o juiz recebendo os embargos, determinará as provas que devam ser realizadas, e procederá a uma instrução sumária, dentro do prazo de cinco dias, decidindo em seguida.

§ 4.º Durante o processo, o juiz, de ofício ou a requerimento do credor, poderá ordenar o sequestro dos livros, correspondência e bens do devedor, e proibir qualquer alienação destes, publicando-se o despacho, em edital, no órgão oficial. Os bens e livros ficarão sob a guarda de depositário nomeado pelo juiz, podendo a nomeação recair no próprio credor requerente.

§ 5.º As medidas previstas no parágrafo anterior cessarão por força da própria sentença que degenerar a falência.

Art. 13. Para os fins dos artigos 11 e 12, a citação das sociedades far-se-á na pessoa dos seus representantes legais.

Art. 14. Praticadas as diligências ordenadas pela presente lei, o juiz, no prazo de vinte e quatro horas, proferirá a sentença, declarando ou não a falência.

Parágrafo único. A sentença que declarar a falência:

I — conterà o nome do devedor, o lugar do seu principal estabelecimento e o gênero de comércio; os nomes dos sócios solidários e os seus domicílios; os nomes dos que forem, a esse tempo, diretores, gerentes ou liquidantes das sociedades por ações ou por cotas de responsabilidade limitada;

II — indicará a hora da declaração da falência, estendendo-se, em caso de omissão, que se deu ao meio dia;

III — fixará, se possível, o termo legal da falência, designando a data em que se tenha caracterizado esse estado, sem poder retrotraí-lo por mais de sessenta dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento, ou do despacho ao requerimento inicial da falência (arts. 8.º e 12), ou da distribuição do pedido de concordata preventiva;

IV — nomeará o síndico, conforme o disposto no art. 69 e seus parágrafos;

V — nomeará o prazo (art. 80) para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos;

VI — providenciará as diligências convenientes ao interesse da massa, podendo ordenar a prisão preventiva do falido ou dos representantes da sociedade falida, quando requerida com fundamento em provas que de demonstrem a prática de crime definido nesta lei.

Art. 15. O resumo da sentença declaratória da falência será, dentro de vinte e quatro horas, depois do recebimento dos autos em cartório:

I — afixado à porta do estabelecimento do falido;

II — remetido, pelo escrivão, por protocolo ou sob registro postal, com recibo de volta, ao representante do Ministério Público, ao registro do comércio e à Câmara Sindical dos Corretores.

§ 1.º Esse resumo referirá os elementos da sentença determinados no parágrafo único do art. 14, podendo o escrivão usar, para esse fim, de fórmulas impressas.

§ 2.º Dentro do prazo de três horas, o escrivão comunicará às estações telegráficas e postais que existirem no lugar, a falência do devedor e o nome do síndico, a quem deverá ser entregue a correspondência do falido.

§ 3.º No registro do comércio, em livro especial, serão lançados o nome do falido, o lugar do seu domicílio, o juízo e o cartório em que a falência se processa.

Art. 16. A sentença declaratória da falência será, imediatamente, publicada por edital, providenciando o escrivão para que o seja no órgão oficial, e o síndico, se a remessa comportar, em outro jornal de grande circulação.

Parágrafo único. O escrivão certificará o cumprimento das diligências determinadas neste artigo e das do art. 15, incorrendo, no caso de falta ou negligência, na pena de suspensão por seis meses e de perda de todas as custas, além de responder pelos prejuízos que ocasionar.

Art. 17. Da sentença que declarar a falência, pode o devedor, o credor ou o terceiro prejudicado, agravar de instrumento.

Parágrafo único. Pendente o recurso, o síndico não pode vender os bens da massa, salvo no caso previsto pelo art. 73.

Art. 18. A sentença que decretar a falência com fundamento no art. 1.º pode ser embargada pelo devedor, processando-se os embargos em autos separados, com citação de quem requereu a falência, admitindo-se a assistência o síndico e qualquer credor.

§ 1.º O embargante apresentará os embargos deduzidos em requerimento articulado, no prazo de dois dias contados daquele em que for publicado no órgão oficial o edital do art. 16, podendo o embargado contestá-los em igual prazo.

§ 2.º Decorrido o prazo para contestação, os autos serão conclusos ao juiz que determinará as provas a serem produzidas e designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, a qual se realizará com

observância do disposto no art. 95 e seus parágrafos.

§ 3.º Da decisão do juiz cabe agravo de petição.

§ 4.º Os embargos não suspendem os efeitos da sentença declaratória da falência, nem interrompem as diligências e atos do processo.

§ 5.º Quando a falência fôr declarada por decisão da segunda instância, os embargos serão processados em primeira e remetidos, para julgamento, ao tribunal que a declarou.

Art. 19. Cabe agravo de petição da sentença que não declarar a falência.

Parágrafo único. A sentença que não declarar a falência, não terá autoridade de coisa julgada.

Art. 20. Quem por dolo requerer a falência de outrem, será condenado, na sentença que denegar a falência, em primeira ou segunda instância, a indenizar ao devedor, liquidando-se na execução da sentença as perdas e danos. Sendo a falência requerida por mais de uma pessoa, serão solidariamente responsáveis os requerentes.

Parágrafo único. Por ação própria, pode o prejudicado reclamar a indenização, no caso de culpa ou abuso do requerente da falência denegada.

Art. 21. Reformada a sentença declaratória, será tudo restituído ao antigo estado, ressalvados, porém, os direitos dos credores legitimamente pagos e dos terceiros de boa fé.

Parágrafo único. O resumo da sentença revocatória da falência será remetido às entidades e autoridades mencionadas no art. 15, n.º 2 e parágrafo 2.º, e publicado na forma do art. 16.

Art. 22. Não sendo possível fixar na sentença declaratória o termo legal da falência, ou devendo ser êle retificado em face de elementos obtidos posteriormente, o juiz deve fixá-lo ou fazer a retificação até o oferecimento da exposição do síndico (art. 103).

Parágrafo único. Do provimento que fixar ou retificar o termo legal da falência, na sentença declaratória ou interlocutória, podem os interessados agravar de instrumento.

TÍTULO II

Des efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência

SEÇÃO PRIMEIRA

Des efeitos quanto aos direitos dos credores

Art. 23. Ao juízo da falência devem concorrer todos os credores do devedor comum, comerciais ou civis, alegando e provando os seus direitos.

Parágrafo único. Não podem ser reclamados de falência:

I — as obrigações a título gratuito e as prestações alimentícias;

II — as despesas que os credores individualmente fizerem para tomar parte na falência, salvo custas judiciais em litígio com a massa;

III — as penas pecuniárias por infração das leis penais e administrativas.

Art. 24. As ações ou execuções individuais dos credores, sobre direitos e interesses relativos à massa falida, inclusive as dos credores particulares de sócio solidário da sociedade falida, ficam suspensas, desde que seja declarada a falência até o seu encerramento.

§ 1.º Achando-se os bens já em praça, com dia definitivo para arrematação, fixado por editais, far-se-á esta, entrando o produto para a massa. Se, porém, os bens já tiverem sido arrematados ao tempo da declaração da falência, somente entrará para a massa a sobra, depois de pago o exequente.

§ 2.º Não se compreendem nas disposições deste artigo, e terão prosseguimento com o síndico, as ações e execuções que, antes da falência, haviam iniciado:

I — os credores por títulos não sujeitos a rateio;

II — os que demandarem quantia ilíquida, coisa certa, prestação ou abstenção de fato.

§ 3.º Aos credores referidos no n.º II fica assegurado o direito de pedir a reserva de que trata o art. 130, e, uma vez tornado líquido o seu direito,

serão, se fôr o caso, incluídos na falência, na classe que lhes fôr própria.

Art. 25. A falência produz o vencimento antecipado de todas as dividas do falido e do sócio solidário da sociedade falida, com o abatimento dos juros legais, se outra taxa não tiver sido estipulada.

§ 1.º As debêntures são admitidas na falência pelo valor do tipo de emissão.

§ 2.º Não têm vencimento antecipado as obrigações sujeitas a condição suspensiva, as quais, não obstante, entram na falência, sendo o pagamento diferido até que se verifique a condição.

§ 3.º As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas, se as obrigações nêles estipuladas se venceram em virtude da falência.

Art. 26. Contra a massa não correm juros, ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal.

Parágrafo único. Executam-se desta disposição os juros das debêntures e dos créditos com garantia real, mas por êles responde, exclusivamente, o produto dos bens que constituem a garantia.

Art. 27. O credor de obrigação solidária concorrerá pela totalidade do seu crédito às massas dos respectivos coobrigados falidos, até ser integralmente pago.

§ 1.º Os rateios distribuídos serão anotados no respectivo título pelos síndicos das massas, e o credor comunicará às outras o que de alguma recebeu.

§ 2.º O credor que, indevida e maliciosamente, receber alguma quantia dos coobrigados solventes ou das massas dos coobrigados falidos, fica obrigado a restituir em dôbro, além de pagar perdas e danos.

Art. 28. As massas dos coobrigados falidos não têm ação regressiva umas contra as outras. Se, porém, o credor ficar integralmente pago por uma ou por diversas massas coobrigadas, as que houverem pago terão direito regressivo contra as demais, em proporção à parte que pagaram e àquela que cada uma tinha a seu cargo.

Parágrafo único. Se os dividendos que couberem ao credor em todas as massas coobrigadas, excederem da importância total do crédito, o excesso entrará para as massas na proporção acima referida. Se os coobrigados eram garantes uns dos outros, aquêle excesso pertencerá, conforme a ordem das obrigações, às massas dos coobrigados que tiverem o direito de ser garantidas.

Art. 29. Os co-devedores solventes e os fiadores do falido e do sócio solidário da sociedade falida, podem apresentar-se na falência por tudo quanto houverem pago e também pelo que mais tarde devam pagar, se o credor não pedir a sua inclusão na falência, observados, em qualquer caso, os preceitos legais que regem as obrigações solidárias.

Art. 30. Aos credores que tenham apresentado a declaração de crédito de que trata o art. 82, ficam garantidos os direitos seguintes, desde o momento da declaração da falência:

I — intervir, como assistentes, em quaisquer ações ou incidentes em que a massa seja parte ou interessada;

II — fiscalizar a administração da massa, requerer e promover no processo da falência o que fôr a bem dos interesses dos credores e da execução da presente lei, sendo as despesas que fizerem indenizadas pela massa, se esta auferir vantagem;

III — examinar, em qualquer tempo, os livros e papéis do falido e da administração da massa, independentemente de autorização do juiz.

Art. 31. Os credores podem constituir procurador para representá-los na falência, sendo lícito a uma só pessoa ser procurador de diversos credores.

§ 1.º A procuração pode ser transmitida por telegrama, telefonema ou radiograma, mediante minuta autêntica exibida à estação expedidora, que mencionará essa circunstância na transmissão.

§ 2.º O procurador fica habilitado a tomar parte em qualquer ato ou deliberação da massa, fazer declarações

de crédito e receber intimações independentemente de poderes especiais. A procuração com cláusula *ad judicium* confere ao procurador os poderes previstos na lei processual civil.

Art. 32. São considerados representantes dos credores na falência:

I — os administradores, gerentes ou liquidantes das sociedades e prepostos com poderes de administração geral;

II — Os procuradores *ad negotia*, embora sem poderes especificados para falência;

III — o leito pela assembleia geral dos debenturistas;

IV — os representantes de incapazes e o inventariante

Art. 33. Se não forem integralmente pagos pelos bens do falido e dos sócios de responsabilidade solidária, os credores terão, encerrada a falência, o direito de executar os devedores pelos saldos de seus créditos, observado o disposto no art. 133.

SEÇÃO SEGUNDA

Dos efeitos quanto à pessoa do falido

Art. 34. A declaração da falência impõe ao falido as seguintes obrigações:

I — assinar nos autos, desde que tenha notícia da sentença declaratória, termo de comparecimento, com a indicação do nome, nacionalidade, estado civil, rua e número da residência, devendo ainda declarar, para constar do dito termo:

a) as causas determinantes da falência, quando pelos credores requerida;

b) se tem firma inscrita, quando a inscreveu, exibindo a prova;

c) tratando-se de sociedade, os nomes e residências de todos os sócios, apresentando o contrato, se houver, bem como a declaração relativa à inscrição da firma, se for caso;

d) o nome do contador ou guarda-livros encarregado da escrituração dos seus livros comerciais;

e) os mandatos que porventura tenha outorgado, indicando o seu objeto e o nome e endereço do mandatário;

f) quais os seus bens imóveis, e quais os móveis, que não se encontram no estabelecimento;

g) se faz parte de outras sociedades, exibindo, no caso afirmativo, o respectivo contrato;

II — depositar em cartório, no ato de assinar o termo de comparecimento, os seus livros obrigatórios, a fim de serem entregues ao síndico, depois de encerrados por termos lavrados pelo escrivão e assinados pelo juiz;

III — não se ausentar do lugar da falência, sem motivo justo e autorização expressa do juiz, e sem deixar procurador bastante, sob as penas cominadas na lei; quando a permissão para ausentar-se for pedida sob alegação de moléstia, o juiz designará o médico para o respectivo exame;

IV — comparecer a todos os atos da falência, podendo ser representado por procurador, quando ocorrerem motivos justos e obtiver licença do juiz;

V — entregar, sem demora, todos os bens, livros, papéis e documentos ao síndico, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros;

VI — prestar, verbalmente ou por escrito, as informações reclamadas pelo juiz, síndico, representante do Ministério Público e credores, sobre circunstâncias e fatos que interessem à falência;

VII — auxiliar o síndico com zelo e lealdade;

VIII — examinar as declarações de crédito apresentadas;

IX — assistir ao levantamento e à verificação do balanço e exame dos livros;

X — examinar e dar parecer sobre as contas do síndico.

Art. 35. Faltando ao cumprimento de qualquer dos deveres que a presente lei lhe impõe, poderá o falido ser preso por ordem do juiz, de ofício ou a requerimento do representante do Ministério Público, do síndico ou de qualquer credor.

Parágrafo único. A prisão não pode exceder de sessenta dias, e do despacho que a decretar cabe agravo de

instrumento, que não suspende a execução da ordem.

Art. 36. Além dos direitos que esta lei especialmente lhe confere, tem o falido o de fiscalizar a administração da massa, de requerer providências conservatórias dos bens arrecadados e o que fôr a bem dos seus direitos e interesses, podendo intervir, como assistente, nos processos em que a massa seja parte ou interessada, e interpor os recursos cabíveis.

Parágrafo único. Se, intimado ou avisado pela imprensa, não comparecer ou deixar de intervir em qualquer ato da falência, os atos ou diligências correrão à revelia, não podendo em tempo algum sobre eles reclamar.

Art. 37. Ressalvados os direitos reconhecidos aos sócios solidariamente responsáveis pelas obrigações sociais, as sociedades falidas serão representadas na falência pelos seus diretores, administradores, gerentes ou liquidantes, os quais ficarão sujeitos a todas as obrigações que a presente lei impõe ao devedor ou falido, serão ouvidos nos casos em que a lei prescreve a audiência do falido, e incorrerão na pena de prisão nos termos do art. 35.

Parágrafo único. Cabe ao inventariante, nos termos deste artigo, a representação do espólio falido.

Art. 38. O falido que fôr diligente no cumprimento dos seus deveres, pode requerer ao juiz, se a massa comportar, que lhe arbitre módica remuneração, ouvidos o síndico e o representante do Ministério Público.

Parágrafo único. A requerimento do síndico ou de qualquer credor que alegue causa justa, ou de ofício, o juiz pode suprimir a remuneração arbitrada, que, de qualquer modo, cessa com o início da liquidação.

SEÇÃO TERCEIRA

Dos efeitos quanto aos bens do falido

Art. 39. A falência compreende todos os bens do devedor, inclusive direitos e ações, tanto os existentes na época de sua declaração, como os que

forem adquiridos no curso do processo.

Parágrafo único. Declarada a falência do espólio, será suspenso o processo do inventário, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 37.

Art. 40. Desde o momento da abertura da falência, ou da decretação do sequestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens e dele dispor.

§ 1.º Não pode o devedor, desde aquele momento, praticar qualquer ato que se refira direta ou indiretamente, aos bens, interesses, direitos e obrigações compreendidos na falência, sob pena de nulidade, que o juiz pronunciará de ofício, independentemente de prova de prejuízo.

§ 2.º Se, entretanto, antes da publicação da sentença declaratória da falência ou do despacho de sequestro, o devedor tiver pago no vencimento título à ordem por ele aceito ou contra ele sacado, será válido o pagamento, se o portador não conhecia a falência ou o sequestro, e se, conforme a lei cambial, não puder mais exercer útilmente os seus direitos contra os coobrigados.

Art. 41. Não se compreendem na falência os bens absolutamente impenhoráveis.

Parágrafo único. Serão arrecadados os livros, máquinas, utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao exercício da profissão do falido, que não forem de módico valor.

Art. 42. A falência não atinge a administração dos bens dotais e dos particulares da mulher e dos filhos do devedor.

SEÇÃO QUARTA

Dos efeitos quanto aos contratos do falido

Art. 43. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser executados pelo síndico, se achar de conveniência para a massa.

Parágrafo único. O contraente pode interpellar o síndico, para que, dentro de cinco dias, declare se cumpre

ou não o contrato. A declaração negativa ou o silêncio do síndico, findo esse prazo, dá ao contraente o direito à indenização, cujo valor, apurado em processo ordinário, constituirá crédito quirografário.

Art. 44. Nas relações contratuais abaixo mencionadas, prevalecerão as seguintes regras:

I — o vendedor não pode obstar a entrega das coisas expedidas ao falido e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor;

II — se o falido vender coisas compradas e o síndico resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador pôr à disposição da massa as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos;

III — não havendo o falido entregue coisa móvel que vendera a prestações, e resolvendo o síndico não executar o contrato, a massa restituirá ao comprador as prestações recebidas pelo falido;

IV — a restituição de coisa móvel comprada pelo falido, com reserva de domínio do vendedor, far-se-á, se o síndico resolver não continuar a execução do contrato, de acôrdo com o disposto no art. 344 e seus parágrafos do Código do Processo Civil;

V — tratando-se de coisas vendidas a termo, que tenham cotação em Bolsa ou mercado, e não se executando o contrato pela efetiva entrega daquelas e pagamento do preço, prestar-se-á a diferença entre a cotação do dia do contrato e a da época da liquidação;

VI — na promessa de compra e venda de imóveis, aplicar-se-á a legislação respectiva;

VII — se a locação do imóvel ocupado pelo estabelecimento do falido estiver sob o amparo do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, sómente poderá ser decretado o despejo se o atraso no pagamento dos alugueres exceder de dois meses e o sín-

dico, intimado, não purgar a mora dentro de dez dias.

Art. 45. As contas correntes com o falido consideram-se encerradas no momento da declaração da falência, verificando-se o respectivo saldo.

Art. 46. Compensam-se as dívidas do falido vencidas até o dia da declaração da falência, provenha o vencimento da própria sentença declaratória ou da expiração do prazo estipulado.

Parágrafo único. Não se compensam:

I — os créditos constantes de título ao portador;

II — os créditos transferidos depois de decretada a falência, salvo o caso de sucessão por morte;

III — os créditos, ainda que vencidos antes da falência, transferidos ao devedor do falido, em prejuízo da massa, quando já era conhecido o estado de falência, embora não judicialmente declarado.

Art. 47. Durante o processo da falência fica suspenso o curso de prescrição relativa a obrigações de responsabilidade do falido.

Art. 48. Se o falido fizer parte de alguma sociedade, como sócio solidário, comanditário ou cotista, para a massa falida entrarão sómente os haveres que na sociedade elle possuir e forem apurados na forma estabelecida no contrato. Se este nada dispuser a respeito, a apuração far-se-á judicialmente, salvo se, por lei ou pelo contrato, a sociedade tiver de liquidar-se, caso em que os haveres do falido, sómente após o pagamento de todo o passivo da sociedade, entrarão para a massa.

Parágrafo único. Nos casos de condomínio de que participe o falido, deduzir-se-á do quinhão a este pertencente o que fôr devido aos outros condôminos em virtude daquele estado.

Art. 49. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, acerca de negócios que interessam à massa falida, continua em vigor até que seja revogado expressamente pelo síndico, a quem o mandatário deve prestar contas.

Parágrafo único. Para o falido cessar o mandato ou comissão que houver recebido antes da falência, salvo os que versem sobre matéria estranha ao comércio.

Art. 50. Os acionistas e os sócios de responsabilidade limitada são obrigados a integralizar as ações ou cotas que subscreveram para o capital, não obstante quaisquer restrições, limitações ou condições estabelecidas nos estatutos, ou no contrato da sociedade.

§ 1.º A ação para a integralização pode ser proposta antes de vendidos os bens da sociedade e apurado o ativo, sem necessidade de provar-se a insuficiência deste para o pagamento do passivo da falência.

§ 2.º A ação pode compreender todos os devedores ou ser especial para cada devedor solvente.

Art. 51. Nas sociedades comerciais que não revestirem a forma anônima, nem a de comandita por ações, o sócio de responsabilidade limitada que delas se despedir, retirando os fundos que conferira para o capital, fica responsável, até o valor desses fundos, pelas obrigações contraídas e perdas havidas até o momento da despedida, que será o do arquivamento do respectivo instrumento no registro do comércio.

Parágrafo único. A responsabilidade estabelecida neste artigo cessa nos termos do parágrafo único do art. 5.º, e será apurado na forma do disposto no art. 6.º.

SEÇÃO QUINTA

Da revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência

Art. 52. Não produzem efeito relativamente à massa, tenha ou não o contratante conhecimento do estado econômico do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores:

I — o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal da falência, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título;

II — o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal da falência, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato;

III — a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal da falência, tratando-se de dívida contraída antes desse termo; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada;

IV — a prática de atos a título gratuito, salvo os referentes a objetos de valor inferior a Cr\$ 1.000.00, desde dois anos antes da declaração da falência;

V — a renúncia a herança ou a legado, até dois anos antes da declaração da falência;

VI — a restituição antecipada do dote ou a sua entrega antes do prazo estipulado no contrato antenupcial;

VII — as inscrições de direitos reais, as transcrições de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis, realizadas após a decretação do sequestro ou a declaração da falência, a menos que tenha havido prenotação anterior; a falta de inscrição do ônus real dá ao credor o direito de concorrer à massa como quirografário, e a falta de transcrição dá ao adquirente ação para haver o preço até onde bastar o que se apurar na venda do imóvel;

VIII — a venda, ou transferência de estabelecimento comercial ou industrial, feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao falido bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, dentro de trinta dias, nenhuma oposição fizeram os credores à venda ou transferência que lhes foi notificada; essa notificação será feita judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos.

Art. 53. São também revogáveis, relativamente à massa, os atos praticados com a intenção de prejudicar

credores, provando-se a fraude do devedor e do terceiro que com elle contratar.

Art. 54. Os bens devem ser restituídos à massa em espécie, com todos os accessórios, e, não sendo possível, dar-se-á a indenização.

§ 1.º A massa restituirá o que tiver sido prestado pelo contraente, salvo se do contrato ou ato não auferiu vantagem, caso em que o contraente será admitido como credor quirografário.

§ 2.º No caso de restituição, o credor reassumirá o seu anterior estado de direito e participará dos rateios, se quirografário.

§ 3.º Fica salva aos terceiros de boa fé a ação de perdas e danos, a todo tempo, contra o falido.

Art. 55. A ação revocatória deve ser proposta pelo síndico, mas, se o não fôr dentro dos trinta dias seguintes à data da publicação do aviso a que se refere o art. 114 e seu parágrafo, também poderá ser proposta por qualquer credor.

Parágrafo único. A ação pode ser proposta:

I — contra todos os que figuraram no ato, ou que, por efeito d'elle, foram pagos, garantidos ou beneficiados;

II — contra os herdeiros ou legatários das pessoas acima indicadas;

III — contra os terceiros adquirentes:

a) se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do falido de prejudicar os credores;

b) se o direito se originou de ato mencionado no art. 52;

IV — contra os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas no número anterior.

Art. 56. A ação revocatória correrá perante o juiz da falência e terá curso ordinário.

§ 1.º A ação sómente poderá ser proposta até um ano, a contar da data da publicação do aviso a que se refere o art. 114 e seu parágrafo.

§ 2.º A apelação será recebida no efeito devolutivo, no caso do art. 52, e em ambos os efeitos, no caso do art. 53.

§ 3.º O juiz pode, a requerimento do síndico, ordenar, como medida preventiva, na forma da lei processual civil, o sequestro dos bens retirados do patrimônio do falido e em poder de terceiros.

§ 4.º Do despacho do juiz que indeferir o sequestro, cabe agravo de petição, e do que o ordenar, agravo de instrumento.

Art. 57. A ineficácia do ato pode também ser oposta como defesa em ação ou execução, perdendo a massa o direito de propor a ação de que trata o artigo anterior.

Art. 58. A revogação do ato pode ser decretada, embora para celebração d'elle houvesse precedido sentença executória, ou fôsse consequência de transação ou de medida assecuratória para garantia da dívida ou seu pagamento. Revogado o ato, ficará rescindida a sentença que o motivou.

TÍTULO III

Da administração da falência

SEÇÃO PRIMEIRA

Do síndico

Art. 59. A administração da falência é exercida por um síndico, sob a immediata direção e superintendência do juiz.

Art. 60. O síndico será escolhido entre os maiores credores do falido, residentes ou domiciliados no fôro da falência, de reconhecida idoneidade moral e financeira.

§ 1.º Não constando dos autos a relação dos credores, o juiz mandará intimar pessoalmente o devedor, se estiver presente, para apresentá-la em cartório dentro de duas horas, sob pena de prisão até trinta dias.

§ 2.º Se credores, sucessivamente nomeados, não aceitarem o cargo, o juiz, após a terceira recusa, poderá nomear pessoa estranha, idônea e de boa fama, de preferência comerciante.

§ 3.º Não pode servir de síndico:

I — o que tiver parentesco ou afinidade até o terceiro grau com o falido ou com os representantes da so-

cidade falida, ou dêles fôr amigo, inimigo ou dependente;

II — o cessionário de créditos, que o fôr desde três meses antes de requerida a falência;

III — o que, tendo exercido cargo de síndico em outra falência, ou de comissário em concordata preventiva, foi destituído, ou deixou de prestar contas dentro dos prazos legais, ou havendo-as prestado, as teve julgadas más;

IV — o que já houver sido nomeado pelo mesmo juiz síndico de outra falência há menos de um ano, sendo, em ambos os casos, pessoa estranha à falência;

V — o que, há menos de seis meses, recusou igual cargo em falência de que era credor;

§ 4.º Até quarenta e oito horas após a publicação do aviso referido no art. 63, n.º 1, qualquer interessado pode reclamar contra a nomeação do síndico em desobediência a esta lei. O juiz, atendendo às alegações e provas, decidirá dentro de vinte e quatro horas, e do despacho cabe agravo de instrumento.

§ 5.º Se o síndico nomeado fôr pessoa jurídica, declarar-se-á no termo de que trata o art. 62 o nome de seu representante, que não poderá ser substituído sem licença do juiz.

Art. 61. A função de síndico é indelegável, podendo êle, entretanto, constituir advogado quando exigida a intervenção d'este em juízo.

Parágrafo único. A massa não responde por quaisquer honorários de advogados que funcionarem no processo da falência como procuradores do síndico.

SEÇÃO SEGUNDA

Dos deveres e atribuições do síndico

Art. 62. O síndico, logo que nomeado, será intimado pessoalmente, pelo escrivão, a assinar em cartório dentro de vinte e quatro horas, termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e de assumir todas as responsabilidades inerentes à qualidade de administrador.

Parágrafo único. No ato da assinatura d'esse termo, entregará, em cartório, a declaração de seu crédito, em uma só via, com os requisitos prescritos no art. 82. Se os títulos comprobatórios do crédito não estiverem em seu poder, dirá onde se encontram, e junta-los-á à declaração no prazo a que alude o art. 14, parágrafo único, n.º V.

Art. 63. Cumpre ao síndico, além de outros deveres que a presente lei lhe impõe:

I — para maior publicidade à sentença declaratória da falência e avisar, imediatamente, pelo órgão oficial, o lugar e hora em que, diariamente, os credores terão à sua disposição os livros e papéis do falido e em que os interessados serão atendidos;

II — receber a correspondência dirigida ao falido, abri-la em presença d'este ou de pessoa por êle designada, fazendo entrega daquela que se não referir a assunto de interesse da massa;

III — arrecadar os bens e livros do falido, e tê-los sob a sua guarda, conforme se dispõe no título IV, fazendo as necessárias averiguações, inclusive quanto aos contratos de locação do falido, para os efeitos do art. 44, n.º VII, e dos parágrafos do art. 116;

IV — recolher, em vinte e quatro horas, ao estabelecimento que fôr designado nos termos do art. 209, as quantias pertencentes à massa, e movimentá-las na forma do parágrafo único do mesmo artigo;

V — designar, comunicando ao juiz, perito contador, para proceder ao exame da escrituração do falido, e ao qual caberá fornecer os extratos necessários à verificação dos créditos, bem como apresentar, em duas vias, o laudo do exame procedido na contabilidade;

VI — chamar avaliadores, oficiais onde houver, para avaliação dos bens, quando desta o síndico não possa desempenhar-se;

VII — escolher para os serviços de administração os auxiliares necessários, cujos salários serão previamente ajustados, mediante aprovação do

juiz, atendendo-se aos trabalhos e à importância da massa;

VIII — fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos interessados sobre a falência e administração da massa, e dar extratos dos livros do falido, para prova, nas verificações ou impugnações de créditos; os extratos merecerão fé, ficando salvo à parte prejudicada provar-lhes a inexactidão;

IX — exigir dos credores, e dos prepostos que serviram com o falido, quaisquer informações verbais ou por escrito; em caso de recusa, o juiz, a requerimento do síndico, mandará vir à sua presença essas pessoas, sob pena de desobediência, e as interrogará, tomando-se os depoimentos por escrito;

X — preparar a verificação e classificação dos créditos pela forma regulada no título VI;

XI — comunicar ao juiz para os fins do art. 200, por petição levada a despacho nas vinte e quatro horas seguintes ao vencimento do prazo do artigo 14, parágrafo único, n.º V, o montante total dos créditos declarados;

XII — apresentar em cartório, no prazo marcado no art. 103, a exposição ali referida;

XIII — representar ao juiz sobre a necessidade da venda de bens sujeitos a fácil deterioração ou de guarda dispendiosa;

XIV — praticar todos os atos conservatórios de direitos e ações diligenciar a cobrança de dívidas ativas e passar a respectiva quitação;

XV — remir penhores e objetos legalmente retidos, com autorização do juiz e em benefício da massa;

XVI — representar a massa em juízo, como autora, mesmo em processos penais, como ré ou como assistente, contratando, se necessário, advogado cujos honorários serão previamente ajustados e submetidos à aprovação do juiz;

XVII — transigir sobre dívidas e negócios da massa, ouvindo o falido, se presente, e com licença do juiz;

IX — apresentar, depois da publicação do quadro geral de credores (art. 96, § 2.º) e do despacho que de-

cidir o inquérito judicial (art. 109 e § 2.º) e no prazo de cinco dias contados da ocorrência que entre aquelas se verificar por último, relatório em que:

a) exporá os atos da administração da massa, justificando as medidas postas em prática;

b) dará o valor do passivo e o do ativo, analisando a natureza deste;

c) informará sobre as ações em que a massa seja interessada, inclusive pedidos de restituição e embargos de terceiro;

d) especificará os atos suscetíveis de revogação, indicando os fundamentos legais respectivos;

XX — promover a efetivação da garantia oferecida, no caso do parágrafo único do art. 191;

XXI — apresentar, até o dia dez de cada mês seguinte ao vencido, sempre que haja recebimento ou pagamento, conta demonstrativa da administração que especifique com clareza a receita e a despesa; a conta, rubricada pelo juiz, será junta aos autos;

XXII — entregar ao seu substituto, ou ao devedor concordatário, todos os bens da massa em seu poder, livros e assentos da sua administração, sob pena de prisão até sessenta dias.

Art. 64. Iniciada a liquidação (art. 114 e seu parágrafo único), o síndico fica investido de plenos poderes para todos os atos e operações necessários à realização do ativo e ao pagamento do passivo da falência, conforme o disposto no título VIII.

Art. 65. Se o síndico não assinar o termo de compromisso dentro de vinte e quatro horas após a sua intimação, não aceitar o cargo, renunciar, falecer, fôr declarado interdito, incorrer em falência ou pedir concordata preventiva, o juiz designará substituto.

Art. 66. O síndico será destituído pelo juiz, de ofício, ou a requerimento, ato do representante do Ministério Público ou de qualquer credor, no caso de exceder qualquer dos prazos que lhe são marcados nesta lei, de infringir quaisquer outros deveres que

lhe incumbem ou de ter interesses contrários aos da massa.

§ 1.º O síndico e o representante do Ministério Público serão ouvidos antes do despacho do juiz, salvo quando a destituição tenha por fundamento excesso de prazo pelo síndico, caso em que será decretada em face da simples verificação do fato.

§ 2.º Destituindo o síndico, o juiz nomeará o seu substituto, e do despacho que decretar a destituição, ou deixar de fazê-lo, cabe agravo de instrumento.

Art. 67. O síndico tem direito a uma remuneração, que o juiz deve arbitrar, atendendo à sua diligência, ao trabalho e à responsabilidade da função e à importância da massa, mas sem ultrapassar de 6% até Cr\$ 100.000,00; de 5% sobre o excedente até Cr\$ 20.000,00; de 4% até Cr\$ 500.000,00; de 3% sobre o excedente até Cr\$ 1.000.000,00; de 2% sobre o que exceder de Cr\$ 1.000.000,00.

§ 1.º A remuneração é calculada sobre o produto dos bens ou valores da massa, vendidos ou liquidados pelo síndico. Em relação aos bens que constituírem objeto de garantia real, o síndico perceberá comissão igual a que, em conformidade com a lei, fôr devida ao depositário nas execuções judiciais.

§ 2.º No caso de concordata, a percentagem não pode exercer a metade das taxas estabelecidas neste artigo, e é calculada somente sobre a quantia a ser paga aos credores quirográficos.

§ 3.º A remuneração será paga ao síndico depois de julgadas suas contas.

§ 4.º Não cabe remuneração alguma ao síndico nomeado contra as disposições desta lei, ou que haja renunciado ou sido destituído, ou cujas contas não tenham sido julgadas boas.

§ 5.º Do despacho que arbitrar a remuneração cabe agravo de instrumento, interposto pelo síndico, credores ou falido.

Art. 68. O síndico responde pelos prejuízos que causar à massa, por sua

má administração ou por infringir qualquer disposição da presente lei.

Parágrafo único. A autorização do juiz, ou o julgamento das suas contas, não isentam o síndico de responsabilidade civil e penal, quando não ignorar o prejuízo que do seu ato possa resultar para a massa ou quando infringir disposição da lei.

Art. 69. O síndico prestará contas da sua administração, quando renunciar o cargo, fôr substituído ou destituído, terminar a liquidação, ou tiver o devedor obtido concordata.

§ 1.º As contas, acompanhadas de documentos probatórios, serão prestadas em processo apartado, que apensará, afinal, ou autos da falência.

§ 2.º O escrivão fará publicar aviso de que as contas se acham em cartório, durante dez dias, à disposição do falido e dos interessados, que poderão impugná-las.

§ 3.º Decorrido o prazo do aviso, e realizadas as necessárias diligências, serão julgadas pelo juiz, ouvido o representante do Ministério Público, e, se houver impugnação, o síndico.

§ 4.º Da sentença cabe agravo de petição.

§ 5.º O síndico será intimado a entrar, dentro de quarenta e oito horas, com qualquer alcance, sob pena de prisão até sessenta dias.

§ 6.º Na sentença que reconhecer o alcance, o juiz pode ordenar o sequestro de bens do síndico, para assegurar indenização da massa, prosseguindo a execução, na forma da lei.

§ 7.º Se o síndico não prestar contas dentro de dez dias após a sua destituição ou substituição, ou após a homologação da concordata, e de trinta dias após o término da liquidação, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, determinará a sua intimação pessoal para que as preste no prazo de cinco dias; decorrido o prazo sem serem prestadas, o juiz expedirá contra o revel mandado de prisão até sessenta dias, ordenando que o seu substituto organize as contas,

tendo em vista o que aquêle recebeu e o que, devidamente autorizado despendeu.

TÍTULO IV

Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido

Art. 70. O síndico promoverá, imediatamente após o seu compromisso, a arrecadação dos livros, documentos e bens do falido, onde quer que estejam, requerendo para êsse fim as providências judiciais necessárias.

§ 1.º A arrecadação far-se-á com assistência do representante do Ministério Público, convidado pelo síndico. Opondo-se o falido à diligência ou dificultando-a, o síndico pedirá ao juiz o auxilio de oficiais de justiça.

§ 2.º O síndico levantará o inventário e estimará cada um dos objetos nêle contemplados, ouvindo o falido, consultando faturas e documentos, ou louvando-se no parecer de avaliadores, se houver necessidade.

§ 3.º O inventário será datado e assinado pelo síndico, pelo representante do Ministério Público e pelo falido, se presente, podendo êste apresentar, em separado, as observações e declarações que julgar a bem dos seus interesses; se o falido recusar a sua assinatura, far-se-á constar do auto a recusa. O auto será entregue em cartório até três dias após a arrecadação.

§ 4.º Os bens penhorados ou por outra forma apreendidos, salvo tratando-se de ação ou execução que a falência não suspenda, entrarão para a massa, cumprindo o juiz deprecar, a requerimento do síndico, às autoridades competentes; a entrega dêles.

§ 5.º No mesmo dia em que iniciar a arrecadação, o síndico apresentará os livros obrigatórios do falido ao juiz, para o seu encerramento, caso este já não tenha sido feito nos termos dos artigos 3.º, parágrafo 3.º, e 34.º n.º II.

§ 6.º Serão referidos no inventário:

I — os livros obrigatórios e os auxiliares ou facultativos do falido, designando-se o estado em que se acham, número e denominação de cada um, páginas escrituradas, data do início da escrituração e do último lançamento, e se os livros obrigatórios estão revestidos das formalidades legais;

II — dinheiro, papéis, documentos e demais bens do falido;

III — os bens do falido em poder de terceiro, a título de guarda, depósito, penhor, ou retenção;

IV — os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se esta circunstância.

§ 7.º Os bens referidos no parágrafo anterior serão individuais quanto possível. Em relação aos imóveis, o síndico, no prazo de quinze dias após a sua arrecadação, exhibirá as certidões do registro de imóveis, extraídas posteriormente à declaração da falência, com tôdas as indicações que nêle constarem.

Art. 71. A arrecadação dos bens particulares do sócio solidário será feita ao mesmo tempo que a dos bens da sociedade, levantando-se inventário especial de cada uma das massas.

Art. 72. Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do síndico ou de pessoa por êste escolhida, sob a responsabilidade dêle, podendo o falido ser incumbido da guarda de imóveis e mercadorias.

Art. 73. Havendo entre os bens arrecadados alguns de fácil deterioração ou que se não possam guardar sem risco ou grande despesa, o síndico, mediante petição fundamentada, representará ao juiz sobre a necessidade da sua venda, individuando os bens a serem vendidos.

§ 1.º Ouvidos o falido e o representante do Ministério Público, o juiz, se deferir, nomeará leiloeiro e mandará que conste do alvará a discriminação dos bens.

§ 2.º O produto da venda será, pelo leiloeiro, recolhido ao estabelecimen-

to designado para receber o dinheiro da massa (art. 209), juntando-se aos autos a nota do leilão e a segunda via do recibo do banco.

Art. 74. O falido pode requerer a continuação do seu negócio; ouvidos o síndico e o representante do Ministério Público sobre a conveniência do pedido, o juiz, se deferir, nomeará, para geri-lo, pessoa idônea, proposta pelo síndico.

§ 1.º A continuação do negócio, salvo caso excepcional, a critério do juiz, somente pode ser deferida após o término da arrecadação e juntada dos inventários aos autos da falência.

§ 2.º O gerente, cujo salário, como os dos demais prepostos, será contratado pelo síndico mediante aprovação do juiz, ficará sob a imediata fiscalização do síndico e lançará os assentos das operações em livros especiais, por este abertos, numerados e rubricados.

§ 3.º O gerente assinará, nos autos, termos de depositário dos bens da massa que lhe forem entregues, e de bem e fielmente cumprir os seus deveres, prestando contas ao síndico.

§ 4.º As compras e vendas serão a dinheiro de contado; em casos especiais, concordando o síndico e o representante do Ministério Público, o juiz poderá autorizar compras para pagamento no prazo de trinta dias. As vendas, salvo autorização do juiz, não poderão ser efetuadas por preço inferior ao constante da avaliação.

§ 5.º O gerente recolherá, diariamente, ao estabelecimento designado para receber o dinheiro da massa (art. 209), as importâncias recebidas no dia anterior, e, no fim de cada semana, apresentará, para serem juntadas aos autos, que se formarão em separado:

I — as relações das mercadorias adquiridas e vendidas e respectivos preços, caracterizando os negócios que, na conformidade do parágrafo anterior, tiverem sido feitos a prazo;

II — a demonstração das despesas gerais correspondentes à semana, in-

clusive aluguel e salários de prepostos.

§ 6.º O juiz, a requerimento do síndico ou dos credores, ouvido o representante do Ministério Público, pode cassar a autorização para continuar o negócio do falido.

§ 7.º Cessará a autorização se o falido não pedir concordata no prazo do art. 178, ou, se o tiver feito, quando julgado, em primeira instância, o seu pedido.

Art. 75. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados foram insuficientes para as despesas do processo, o síndico levará, imediatamente, o fato ao conhecimento do juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, marcará por editais o prazo de dez dias para os interessados requererem o que for a bem dos seus direitos.

§ 1.º Um ou mais credores podem requerer o prosseguimento da falência, obrigando-se a entrar com a quantia necessária às despesas, a qual será considerada encargo da massa.

§ 2.º Se os credores nada requererem, o síndico, dentro do prazo de oito dias, promoverá a venda dos bens porventura arrecadados e apresentará o seu relatório, nos termos e para os efeitos dos parágrafos 3.º, 4.º e 5.º do art. 200.

§ 3.º Proferida a decisão (art. 200, § 5.º), será a falência encerrada pelo juiz nos respectivos autos.

TÍTULO V

Do pedido de restituição e dos embargos de terceiro

Art. 76. Pode ser pedida a restituição de coisa arrecadada em poder do falido quando seja devida em virtude de direito real ou de contrato.

§ 1.º A restituição pode ser pedida, ainda que a coisa já tenha sido alienada pela massa.

§ 2.º Também pode ser reclamada a restituição das coisas vendidas a crédito e entregues ao falido nos quinze dias anteriores ao requerimento da

falência, se ainda não alienados pela massa.

Art. 77. O pedido de restituição deve ser cumpridamente fundamentado e individualizar a coisa reclamada.

§ 1.º O juiz mandará autuar em separado o requerimento e documentos que o instruírem, e ouvirá o falido e o síndico, no prazo de três dias para cada um, valendo como contestação a informação ou parecer contrário do falido ou do síndico.

§ 2.º O escrivão avisará aos interessados, pelo órgão oficial, que se acha em cartório o pedido, sendo-lhe concedido o prazo de cinco dias para apresentarem contestação.

§ 3.º Havendo contestação e deferidas ou não as provas porventura requeridas, o juiz designará, dentro dos vinte dias seguintes, audiência de instrução e julgamento, que se realizará com observância do disposto no art. 95 e seus parágrafos.

§ 4.º Da sentença do juiz podem interpor agravo de petição o reclamante, o falido, o síndico e qualquer credor, ainda que não constante, contando-se o prazo da data da mesma sentença.

§ 5.º A sentença que negar a restituição, pode mandar incluir o reclamante na classificação que, como credor, por direito lhe caiba.

§ 6.º Não havendo contestação, o juiz, ouvido o representante do Ministério Público, e se nenhuma dúvida houver sobre o direito do reclamante, determinará, em quarenta e oito horas, a expedição de mandado para a entrega da coisa reclamada.

§ 7.º As despesas da reclamação, quando não contestada, são pagas pelo reclamante e, se contestada, pelo vencido.

Art. 78. O pedido de restituição suspende a disponibilidade da coisa, que será restituída em espécie.

§ 1.º Se ela tiver sido subrogada por outra, será esta entregue pela massa.

§ 2.º Se nem a própria coisa nem a subrogada existirem ao tempo da restituição, haverá o reclamante o valor estimado, ou, no caso de venda de uma ou outra, o respectivo preço. O pedido de restituição não autoriza, em

caso algum, a repetição de rateios distribuídos aos credores.

§ 3.º Quando diversos reclamantes houverem de ser satisfeitos em dinheiro e não existir saldo bastante para o pagamento integral, far-se-á rateio entre eles.

§ 4.º O reclamante pagará à massa as despesas que a coisa reclamada ou o seu produto tiverem ocasionado.

Art. 79. Aquele que sofrer turbacão ou esbulho na sua posse ou direito, por efeito da arrecadação ou do seqüestro, poderá, se não preferir usar do pedido de restituição (art. 76), defender os seus bens por via de embargos de terceiro.

§ 1.º Os embargos obedecerão à forma estabelecida na lei processual civil.

§ 2.º Da sentença que jugar os embargos, cabe agravo de petição, que pode ser interposto pelo embargante, pelo falido, pelo síndico ou por qualquer credor, ainda que não contestante.

TÍTULO VI

Da verificação e classificação dos créditos

SEÇÃO PRIMEIRA

Da verificação dos créditos

Art. 80. Na sentença declaratória da falência, o juiz marcará o prazo de dez dias, no mínimo, e de vinte, no máximo, conforme a importância da falência e os interesses nela envolvidos, para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos.

Art. 81. O síndico, logo que entrar no exercício do cargo, expedirá circulares aos credores que constarem da escripturação do falido, convidando-os a fazer a declaração de que trata o art. 82, no prazo determinado pelo juiz.

§ 1.º As circulares, que podem ser impressas, conterão o texto do art. 82 e serão remetidas pelo correio, sob registro, com recibo de volta. Os credores, conforme a distância em que

se acharem, podem ser convidados por telegrama.

§ 2.º O síndico é responsável por quaisquer prejuízos causados aos credores pela demora ou negligência no cumprimento desta obrigação, e somente se justificará exibindo o certificado do registro do correio, ou o recibo da estação telegráfica, que provem ter feito, oportunamente, o convite.

Art. 82. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores comerciais e civis do falido e, em se tratando de sociedade, os particulares dos sócios solidariamente responsáveis, são obrigados a apresentar, em cartório, declarações por escrito, em duas vias, com a firma reconhecida na primeira, que mencionem as suas residências ou as dos seus representantes ou procuradores no lugar da falência, a importância exata do crédito, a sua origem, a classificação que, por direito, lhes cabe, as garantias que lhes tiverem sido dadas, e as respectivas datas, e que especifique, minuciosamente, os bens e títulos do falido em seu poder, os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo na data da declaração da falência, observando-se o disposto no art. 25.

§ 1.º A primeira via da declaração, o credor juntará o título ou títulos do crédito, em original, ou quaisquer documentos. Se os títulos comprobatórios do crédito estiverem juntos a outro processo, poderão ser substituídos por certidões de inteiro teor, extraídas dos respectivos autos.

§ 2.º Diversos créditos do mesmo titular podem ser compreendidos numa só declaração, especificando-se, porém, cada um deles.

§ 3.º O representante dos debenturistas será dispensado da exibição de todos os títulos originais, quando fizer declaração coletiva do crédito.

§ 4.º O escrivão dará sempre recibo das declarações do crédito e documentos recebidos.

Art. 83. A medida que fôr recebido as declarações de crédito, o escrivão entregará as segundas vias ao

síndico, e organizará, com as primeiras e documentos respectivos, os autos das declarações de crédito.

Art. 84. Ao receber a segunda via das declarações de crédito, o síndico exigirá do falido, ou, no caso do art. 34, n.º III, de seu representante, informação por escrito sobre cada uma. A vista dessa informação, e dos livros, papéis e assentos do falido, e de outras diligências que se efetuarem, o síndico consignará por escrito o seu parecer, fazendo-o acompanhar do extrato da conta do credor.

§ 1.º A informação do falido e o parecer do síndico serão dados na segunda via de cada declaração, à qual serão juntos os extratos de contas e os documentos oferecidos pelo falido e pelo síndico.

§ 2.º Quando a informação ou o parecer forem contrários à legitimidade, importância ou classificação do crédito, serão havidos como impugnação, para os efeitos dos parágrafos 1.º e 2.º do art. 88, podendo o falido ou o síndico indicar outras provas que julgarem necessárias, para demonstrar a verdade do alegado.

Art. 85. Na declaração de crédito do síndico, o falido dará a sua informação, por escrito, nos cinco dias seguintes ao da entrega em cartório.

§ 1.º O síndico apresentará, dentro do prazo do art. 14, parágrafo único, n.º V, para serem juntos aos autos das declarações de crédito, o extrato da sua conta nos livros do falido e os títulos comprobatórios do seu crédito que, porventura, não tenha exibido (art. 62, parágrafo único).

§ 2.º Nas vinte e quatro horas seguintes ao vencimento do prazo do artigo 14, parágrafo único, n.º V, o síndico, em petição que contenha a relação dos credores que declararem os seus créditos, requererá a nomeação de dois deles para que, até o fim do prazo do art. 87, examinem o seu crédito, dando parecer na única via da respectiva declaração.

Art. 86. Nos cinco dias seguintes ao decurso do prazo do art. 14, parágrafo único, n.º V, o síndico entregará em cartório, para serem jun-

tos aos autos das declarações de crédito, as segundas vias, pareceres e documentos respectivos, acompanhados das seguintes relações:

I — dos credores que declararam os seus créditos, dispostos na ordem determinada no art. 102 e seu parágrafo 1.º, mencionando os seus domicílios bem como o valor e a natureza dos créditos;

II — dos credores que não fizeram a declaração do art. 82, mas constantes dos livros do falido, documentos atendíveis e outras provas, mencionados na mesma ordem e com as mesmas indicações do n.º I.

Art. 87. Findo o prazo do artigo anterior, as declarações de crédito poderão ser impugnadas, dentro dos cinco dias seguintes, quanto à sua legitimidade, importância ou classificação.

Parágrafo único. Têm qualidade para impugnar, todos os credores que declararem seu crédito e os sócios ou acionistas da sociedade falida.

Art. 88. A impugnação será dirigida ao juiz por meio de petição, instruída com os documentos que tenha o impugnante, o qual indicará as outras provas consideradas necessárias.

§ 1.º Cada impugnação será autuada em separado, com as duas vias da declaração e os documentos a ela relativos, para esse fim desentranhados dos autos das declarações de crédito.

§ 2.º Terão uma só autuação as diversas impugnações ao mesmo crédito.

Art. 89. Para desistir da impugnação, o impugnante deverá pagar as custas e despesas devidas. Não havendo outros impugnantes, o escrivão fará publicar, por conta do desistente, aviso aos interessados, de que, no prazo de cinco dias, poderão prosseguir na impugnação.

Art. 90. Decorridos os cinco dias marcados no art. 87, s credres impugnados terão o prazo de três dias para contestar a impugnação, juntando os documentos que tiverem e indicando outros meios de provas que reputem necessários.

Art. 91. Findo o prazo do artigo anterior, será imediatamente aberta vista ao representante do Ministério Público, dos autos das declarações de crédito e das impugnações, para que, no prazo de cinco dias, dê o seu parecer.

Art. 92. Voltando os autos, o escrivão os fará imediatamente conclusos a juiz que, no prazo de cinco dias:

I — julgará os créditos não impugnados, e as impugnações que entender suficientemente esclarecidas pelas alegações e provas apresentadas pelas partes, mencionando, de cada crédito, o valor e a classificação.

II — proferirá, em cada uma das restantes impugnações, despacho em que:

a) designará audiência de verificação de crédito, a ser realizada dentro dos vinte dias seguintes, que não poderão ser ultrapassados, determinando, se houver necessidade, expediente extraordinário para a sua realização;

b) deferirá, ou não, as provas indicadas, determinando, de ofício, as que entender convenientes e nomeando perito, se fôr o caso.

Art. 93. Nomeado perito, os interessados, no prazo de três dias, poderão apresentar, em cartório, seus quesitos.

Parágrafo único. O perito deverá apresentar o laudo, em cartório, até cinco dias antes da data marcada para a audiência.

Art. 94. Quarenta e oito horas antes de cada audiência de verificação de crédito, o escrivão fará conclusos ao juiz os autos da impugnação de crédito respectiva.

Art. 95. A audiência de verificação de crédito será iniciada pela realização das provas determinadas, que obedecerão à seguinte ordem: depoimentos dos impugnantes e do impugnado, declarações do falido e inquirição de testemunhas.

§ 1.º Terminadas as provas, o juiz dará a palavra, sucessivamente, ao impugnante, ao impugnado e ao representante do Ministério Público, se presente, pelo prazo de dez minutos

improrrogáveis para cada um, e em seguida proferirá sentença.

§ 2.º A ausência de qualquer das partes ou dos seus procuradores, do falido, de testemunhas ou do representante do Ministério Público, não impedirá o juiz de proferir a sentença.

§ 3.º O escrivão lavrará, sob ditado do juiz, ata que contenha o resumo do ocorrido na audiência e a sentença, sendo os depoimentos tomados em apartado.

§ 4.º A ata, assinada pelo juiz e pelo escrivão e, se presentes, pelos procuradores e pelo representante do Ministério Público, será junta aos autos da impugnação, acompanhada dos depoimentos, assinados pelo juiz, escrivão e depoentes.

Art. 96. Na conformidade das decisões do juiz, o síndico imediatamente organizará o quadro geral dos credores admitidos à falência, mencionando as importâncias dos créditos e a sua classificação, na ordem estabelecida no art. 102 e seu parágrafo 1.º.

§ 1.º Os credores particulares de cada um dos sócios solidários serão incluídos no quadro, em seguida aos credores sociais, na mesma ordem.

§ 2.º O quadro, assinado pelo juiz e pelo síndico, será junto aos autos da falência e publicado no órgão oficial dentro do prazo de cinco dias, contados da data da sentença que haja ultimado a verificação dos créditos.

Art. 97. Das decisões do juiz, na verificação dos créditos, cabe agravo de petição ao prejudicado, ao síndico, ao falido e a qualquer credor, ainda que não tenha sido impugnante.

§ 1.º O agravo, que não terá efeito suspensivo, pode ser interposto até cinco dias depois daquele em que for publicado o quadro geral dos credores, e será processado nos autos da impugnação.

§ 2.º Se não for interposto recurso da decisão do juiz na impugnação de créditos, os respectivos autos serão apensados aos das declarações de crédito.

Art. 98. O credor que se não habilitar no prazo determinado pelo juiz, pode declarar o seu crédito por peti-

ção em que atenderá às exigências do artigo 82, instruindo-a com os documentos referidos no parágrafo 1.º do mesmo artigo.

§ 1.º O juiz determinará a intimação pessoal do falido e do síndico, os quais, com observância do disposto no art. 84 e no prazo de três dias para cada um, se manifestarão sobre o pedido, em seguida ao que o escrivão fará publicar aviso para que os interessados apresentem, dentro do prazo de dez dias, as impugnações que entenderem.

§ 2.º Decorrido o prazo para impugnação dos interessados, o escrivão fará vistas dos autos ao representante do Ministério Público, que, no prazo de três dias, dará o seu parecer.

§ 3.º Com o parecer do representante do Ministério Público, os autos serão conclusos ao juiz para os fins previstos no art. 92, cabendo, da sentença que julgar o crédito, recurso de agravo de petição, que não terá efeito suspensivo.

§ 4.º Os credores retardatários não têm direito aos rateios anteriormente distribuídos.

Art. 99. O síndico ou qualquer credor admitido podem, até o encerramento da falência, pedir a exclusão, outra classificação, ou simples retificação de quaisquer créditos nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou de documentos ignorados na época do julgamento do crédito.

Parágrafo único. Esse pedido obedecerá ao processo ordinário, cabendo da sentença o recurso de agravo de petição.

Art. 100. Os credores admitidos à falência por sentença passada em julgado, podem requerer a restituição dos documentos que instruíram a sua declaração de crédito, nos quais o escrivão certificará o desentranhamento, mencionando a classificação e o valor com que o crédito foi admitido.

Parágrafo único. Os documentos que houverem instruído declarações de crédito impugnadas, serão restituídos na forma prevista neste artigo, mas deles ficará traslado se a impugnação tiver versado matéria de

falsidade julgada procedente, a restituição dos documentos somente se dará depois de julgada ou prescrita a ação penal.

Art. 101. O juiz ou tribunal que, por fundamento de fraude, simulação ou falsidade, excluir ou reduzir qualquer crédito, mandará, na mesma sentença, que o escrivão tire cópia das peças principais dos autos e da sua sentença ou acórdão, a fim de ser, no prazo de dez dias, encaminhada ao representante do Ministério Público, para os fins penais.

SEÇÃO SEGUNDA

Da classificação dos créditos

Art. 102. Ressalvada a preferência dos credores por encargos ou dívidas da massa (art. 124), a classificação dos créditos, na falência, obedece à seguinte ordem:

I — créditos com direitos reais de garantia;

II — créditos com privilégio especial sobre determinados bens;

III créditos com privilégio geral;

IV — créditos quirografários.

§ 1.º Preferem a todos os créditos admitidos à falência, a indenização por acidente do trabalho e os outros créditos que, por lei especial, gozarem essa prioridade.

§ 2.º Têm privilégio especial:

I — os créditos a que o atribuírem as leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta lei;

II — os créditos por aluguer do prédio locado ao falido para seu estabelecimento comercial ou industrial, sobre o mobiliário respectivo;

III — os créditos a cujos titulares a lei confere o direito de retenção, sobre a coisa retida; o credor goza, ainda, do direito de retenção sobre os bens móveis que se acharem em seu poder por consentimento do devedor, embora não esteja vencida a dívida, sempre que haja conexidade entre esta e a coisa retida, presumindo-se que tal conexidade, entre comerciantes, resulta de suas relações de negócios.

§ 3.º Têm privilégio geral:

I — os créditos a que o atribuírem as leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta lei;

II — os créditos dos Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, pelas contribuições que o falido dever;

III — os créditos dos empregados, em conformidade com a decisão que fôr proferida na Justiça do Trabalho;

§ 4.º São quirografários os créditos que, por esta lei, ou por lei especial, não entram nas classes I, II e III deste artigo, os saldos dos créditos não cobertos pelo produto dos bens vinculados ao seu pagamento e o restante de indenização devida aos empregados.

TÍTULO VII

Do inquérito judicial

Art. 103. Nas vinte e quatro horas seguintes ao vencimento do dobro do prazo marcado pelo juiz para os credores declararem os seus créditos (artigo 14, parágrafo único, n.º V) o síndico apresentará em cartório, em duas vias, exposição circunstanciada, na qual, considerando as causas da falência, o procedimento do devedor, antes e depois da sentença declaratória, e outros elementos ponderáveis, especificará, se houver, os atos que constituem crime falimentar, indicando os responsáveis e, em relação a cada um, os dispositivos penais aplicáveis.

§ 1.º Essa exposição, instruída com o laudo do perito encarregado do exame da escrituração do falido (art. 63, n.º V), e quaisquer documentos, concluirá, se fôr caso, pelo requerimento de inquérito, exames e diligências, destinados à apuração de fatos ou circunstâncias que possam servir de fundamento à ação penal (Código de Processo Penal, art. 209).

§ 2.º As primeiras vias da exposição e do laudo e os documentos formarão os autos do inquérito judicial e as segundas vias serão juntas aos autos da falência.

Art. 104. Nos autos do inquérito judicial, os credores podem, dentro dos cinco dias seguintes ao da entrega da exposição do síndico, não so requerer o inquérito, caso o síndico o não tenha feito, mas ainda alegar e requerer o que entenderem conveniente à finalidade do inquérito pedido.

Art. 105. Findo o prazo do artigo anterior, os autos serão feitos, imediatamente, com vista ao representante do Ministério Público, para que, dentro de três dias, opinando sobre a exposição do síndico, as alegações dos credores e os requerimentos que hajam apresentado, alegue e requeira o que for conveniente à finalidade do inquérito, ainda que este não tenha sido requerido pelo síndico ou por credor.

Art. 106. Nos cinco dias seguintes, poderá o falido contestar as arguições contidas nos autos do inquérito e requerer o que entender conveniente.

Art. 107. Decorrido o prazo do artigo anterior, os autos serão imediatamente concluso ao juiz que em quarenta e oito horas, deferirá ou não as provas requeridas, designando dia e hora para se realizarem as referidas, dentro dos quinze dias seguintes, que não poderão ser ultrapassados, determinando expediente extraordinário, se necessário.

Art. 108. Se não houver provas a realizar ou realizadas as deferidas, os autos serão imediatamente feitos com vista ao representante do Ministério Público, que, no prazo de cinco dias, pedirá a sua apensação ao processo da falência ou oferecerá denúncia contra o falido e outros responsáveis.

Parágrafo único. Se o representante do Ministério Público não oferecer denúncia, os autos permanecerão em cartório pelo prazo de três dias, durante os quais o síndico ou qualquer credor poderão oferecer queixa.

Art. 109. Com a denúncia, ou, se esta não tiver sido oferecida, decorrido o prazo do parágrafo único do artigo anterior, haja ou não queixa, o escrivão fará, imediatamente, conclusão dos autos. O juiz, no prazo de cinco dias, se não tiver havido ofere-

cimento de denúncia ou de queixa ou se não receber a que tiver sido oferecida, determinará que os autos sejam apensados ao processo da falência.

§ 1.º Não tendo sido oferecida queixa, o juiz, se considerar improcedentes as razões invocadas pelo representante do Ministério Público para não oferecer denúncia, fará remessa dos autos do inquérito judicial ao procurador geral, nos termos e para os fins do art. 28 do Código de Processo Penal. A remessa será feita pelo escrivão, no prazo de quarenta e oito horas, e o procurador geral se manifestará no prazo de cinco dias, contados do recebimento dos autos.

§ 2.º Se receber a denúncia ou queixa, o juiz, em despacho fundamentado, determinará a remessa imediata dos atos ao juiz criminal competente para prosseguimento da ação nos termos da lei processual penal.

§ 3.º Antes da remessa dos autos ao juiz criminal, o escrivão extrairá do despacho cópia que juntará aos autos da falência.

Art. 110. Recebida a denúncia ou queixa por fato verificável mediante simples inspeção nos livros do falido, ou nos autos, e omitido na exposição do síndico, o juiz o destituirá por despacho proferido nos autos da falência.

Art. 111. O recebimento da denúncia ou da queixa obstará, até sentença penal definitiva, a concordata suspensiva da falência (art. 177).

Parágrafo único. Na falência das sociedades, produzirá o mesmo efeito o recebimento da denúncia ou da queixa contra seus diretores, administradores, gerentes ou liquidantes.

Art. 112. O recurso do despacho que não receber a denúncia ou a queixa, não obstará ao pedido de concordata, desde que feito antes de seu provimento; e a concordata, uma vez concedida na pendência do recurso, prevalecerá até sentença condenatória definitiva.

Art. 113. A rejeição da denúncia ou da queixa, observado o disposto no art. 43, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, não impe-

de o exercício da ação penal (art. 194), quer esta se refira aos mesmos fatos nela arguidos, quer a fatos destes distintos.

Parágrafo único. O recebimento da denúncia ou da queixa, nesses casos, não obstará à concordata.

TÍTULO VIII

Da liquidação

SEÇÃO PRIMEIRA

Da realização do ativo

Art. 114. Apresentado o relatório do síndico (art. 63, n.º XIX), se o falido não pedir concordata, dentro do prazo a que se refere o art. 178, ou se a que tiver pedido lhe fôr negada, o síndico, nas quarenta e oito horas seguintes, comunicará aos interessados, por aviso publicado no órgão oficial, que iniciará a realização do ativo e o pagamento do passivo.

Parágrafo único. Se tiver sido recebida denúncia ou queixa (art. 109, § 2.º), o síndico, nas quarenta e oito horas seguintes à apresentação do relatório, providenciará a mesma publicação.

Art. 115. Publicado o aviso referido no artigo anterior e seu parágrafo, os autos serão conclusos ao juiz para marcar o prazo da liquidação, iniciando imediatamente o síndico a realização do ativo, com observância do que nesta lei se determina.

Art. 116. A venda dos bens pode ser feita englobada ou separadamente.

§ 1.º Se o contrato de locação estiver protegido pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, o estabelecimento comercial ou industrial do falido será vendido na sua integridade, incluindo-se na alienação a transferência do mesmo contrato.

§ 2.º Verificada, entretanto, a inconveniência dessa forma de venda, o síndico pode optar pela resolução do contrato e mandar vender separadamente os bens.

Art. 117. Os bens da massa serão vendidos em leilão público, anunciando com dez dias de antecedência, pelo

menos, se se tratar de móveis, e com vinte dias, se de imóveis, devendo estar a ele presente, sob pena de nulidade, o representante do Ministério Público.

§ 1.º O leiloeiro é da livre escolha do síndico, servindo nos lugares onde não houver leiloeiro, o porteiro dos auditórios ou quem suas vezes fizer. Quanto ao produto da venda, observar-se-á o disposto no § 2.º do art. 73.

§ 2.º O arrematante dará um sinal nunca inferior a vinte por cento; se não completar o preço, dentro em três dias, será a coisa levada a novo leilão, ficando obrigado a prestar a diferença porventura verificada e a pagar as despesas, além de perder o sinal que houver dado. O síndico terá, para cobrança, ação executiva, devendo instruir a petição inicial com a certidão do leiloeiro.

§ 3.º A venda dos imóveis independente de outorga uxória.

§ 4.º a venda de valores negociáveis na Bolsa será feita por corretor oficial.

Art. 118. Pode também o síndico preferir a venda por meio de propostas, desde que a anuncie no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação, durante trinta dias, intervaladamente, chamando concorrentes.

§ 1.º As propostas, encerradas em envelopes lacrados, devem ser entregues ao escrivão, mediante recibo, e abertas pelo juiz, no dia e hora designados nos anúncios, perante o síndico e os interessados que compareceram, lavrando o escrivão o auto respectivo, por todos assinado, e juntando as propostas aos autos da falência.

§ 2.º O síndico, em vinte e quatro horas, apresentará ao juiz a sua informação sobre as propostas, indicando qual a melhor. O juiz, ouvindo, em três dias, o falido e o representante do Ministério Público, decidirá, ordenando, se autorizar a venda, a expedição do respectivo alvará.

§ 3.º Os credores podem fazer as reclamações que entenderem, até o

momento de subirem os autos à conclusão do juiz.

Art. 119. Os bens gravados com hipoteca serão levados a leilão na conformidade da lei processual civil, notificado o credor, por despacho do juiz, sem prejuízo do disposto nos arts. 821 e 822 do Código Civil.

§ 1.º Se o síndico, dentro de trinta dias, após a publicação do aviso a que se refere o art. 114 e seu parágrafo, não notificar o credor hipotecário do dia e hora em que se realizará a venda do imóvel hipotecado, poderá o credor propor a ação competente e terá o direito de cobrar as multas que no contrato tiverem sido estipuladas, para o caso de cobrança judicial.

§ 2.º Se a venda do imóvel for urgente, como nos casos do art. 762, n.º I, do Código Civil, o credor, justificando os fatos alegados, poderá pedir ao juiz a venda imediata do imóvel hipotecado.

§ 3.º Serão também levados a leilão os bens dados em anticrêse.

Art. 120. Os bens que constituírem objeto de direito de retenção serão vendidos também em leilão, sendo intimados os possuidores para entregá-los ao síndico.

§ 1.º Fica salvo ao síndico o direito de remir aqueles bens em benefício da massa, se achar da conveniência desta.

§ 2.º Os credores pignoratícios conservam o direito de mandar vender a coisa apenhada, se tal faculdade lhes foi conferida expressamente, no contrato, prestando contas ao síndico. Se, porém, não tiverem ficado com tal faculdade, poderão notificar o síndico para, dentro de oito dias, reunir a coisa dada em penhor; se o síndico não achar de conveniência para a massa a remissão da coisa, deverá notificar o credor para que dela lhe faça entrega, na forma deste artigo.

§ 3.º Se o síndico, dentro de dez dias, a contar da data do recebimento da coisa, não notificar o credor do dia e hora do leilão, poderá este propor contra a massa a ação competente, e terá direito de cobrar as multas

que, no contrato, tiverem sido estipuladas para o caso de cobrança judicial.

Art. 121. O síndico não pode, sem ordem judicial, cobrar dividas com abatimento, ainda que as considere de difícil liquidação.

Art. 122. Credores que representem mais de um quarto do passivo habilitado, podem requerer ao juiz a convocação de assembléia que delibere em termos precisos sobre o modo de realização do ativo, desde que não contrários ao disposto na presente lei, e sem prejuízo dos atos já praticados pelo síndico na forma dos artigos anteriores, sustando o prosseguimento da liquidação ou o decurso de prazos até a deliberação final.

§ 1.º A convocação dos credores será feita por edital, mandando publicar pelo síndico, com a antecedência de oito dias, e do qual constarão lugar, dia e hora designados.

§ 2.º Na assembléia, a que deve estar presente o síndico, o juiz presidirá os trabalhos, cabendo-lhe vetar as deliberações dos credores contrárias às disposições desta lei.

§ 3.º As deliberações serão tomadas por maioria calculada sobre a importância dos créditos dos credores presentes. No caso de empate, prevalecerá a decisão do grupo que reunir maior número de credores.

§ 4.º Nas deliberações relativas ao patrimônio social, somente tomarão parte os credores sociais; nas que se relacionarem com o patrimônio individual de cada sócio, concorrerão os respectivos credores particulares e os credores sociais.

§ 5.º Do ocorrido na assembléia, o escrivão lavrará ata que conterá o nome dos presentes e será assinada pelo juiz. Os credores assinarão lista de presença que, com a ata, será junta aos autos da falência.

Art. 123. Qualquer outra forma de liquidação do ativo pode ser autorizada por credores que representem dois terços dos créditos.

§ 1.º Podem ditos credores organizar sociedade para continuação do ne-

gocio do falido, ou autorizar o síndico a ceder o ativo a terceiro.

§ 2.º O ativo somente pode ser alienado, seja qual for a forma de liquidação aceita, por preços nunca inferiores aos da avaliação, feita nos termos do § 2.º do art. 70.

§ 3.º A deliberação dos credores pode ser tomada em assembléia, que se realizará com observância das disposições do artigo anterior, exceto a do § 3.º; pode ainda ser reduzida a instrumento, público ou particulares caso em que será publicado aviso para ciência dos credores que não assinarem o instrumento, os quais, no prazo de cinco dias, podem impugnar a deliberação da maioria.

§ 4.º A deliberação dos credores depende de homologação do juiz e da decisão cabe agravo de instrumento, aplicando-se ao caso o disposto no parágrafo único do art. 17.

§ 5.º Se a firma de liquidação adotada for de sociedade organizada pelos credores, os dissidentes serão pagos, pela maioria, em dinheiro, na base do preço da avaliação dos bens, deduzidas as importâncias correspondentes aos encargos e dívidas da massa.

SEÇÃO SEGUNDA

Do pagamento aos credores da massa

Art. 124. Os encargos e dívidas da massa são pagos com preferência sobre todos os créditos admitidos à falência ressalvado o disposto no art. 125.

§ 1.º São encargos da massa:

I — as custas judiciais do processo da falência, dos seus incidentes e das ações em que a massa for vencida;

II — as quantias fornecidas à massa pelo síndico ou pelos credores;

III — as despesas com a arrecadação, administração, realização do ativo e distribuição do seu produto, inclusive a comissão de síndico;

IV — as despesas com a moléstia e o enterro do falido que morrer na indigência, no curso do processo;

V — os impostos e contribuições públicas a cargo da massa e exigíveis durante a falência;

VI — as indenizações por acidente no trabalho que, no caso de continuação de negócio do falido, se tenha verificado nesse período.

§ 2.º São dívidas da massa:

I — as custas pagas pelo credor que requereu a falência;

II — as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos, praticados pelo síndico;

III — as obrigações provenientes de enriquecimento indevido da massa.

§ 3.º Não bastando os bens da massa para o pagamento de todos os seus credores, serão pagos os encargos antes das dívidas, fazendo-se rateio, em cada classe, se necessário.

SEÇÃO TERCEIRA

Do pagamento aos credores da falência

Art. 125. Vendidos os bens que constituam objeto de garantia real ou de privilégio especial, e descontadas as custas e despesas da arrecadação, administração, venda, depósito ou comissão do síndico, relativas aos mesmos bens, os respectivos credores receberão imediatamente a importância dos seus créditos, até onde chegar o produto dos bens que asseguram o seu pagamento.

§ 1.º O credor anticrético haverá, do produto da venda, o valor atual, à taxa de seis por cento ao ano, dos rendimentos que pudessem receber em compensação da dívida.

§ 2.º Se não ficarem pagos do seu capital e juros, esses credores serão incluídos, pelo saldo do capital, entre os quirografários, independentemente de qualquer formalidade.

§ 3.º A dívida proveniente de salários do trabalhador agrícola será paga, antes dos créditos hipotecários ou pignoratícios, pelo produto da colheita para a qual houver aquêle concorrido com o seu trabalho.

§ 4.º O produto da venda dos bens que constituam objeto de hipoteca ou de penhor industrial, agrícola ou

pecuário, a favor de credores que ainda não tenham declarado os seus créditos, será retido pela massa até regular habilitação do crédito. A quantia retida distribuir-se-á como rateio final da liquidação, se o credor, intimado pelo síndico, não declarar o seu crédito dentro de dez dias.

Art. 126. Os credores com privilégio geral serão pagos logo que haja dinheiro em caixa.

Parágrafo único. Concorrendo credores privilegiados em igualdade de condições, serão pagos em rateio, se o produto dos bens não chegar para todos.

Art. 127. Pagos os credores privilegiados, o síndico passará a satisfazer os credores quirografários, distribuindo rateio todas as vezes que o saldo em caixa bastar para um dividendo de cinco por cento.

§ 1.º A distribuição será comunicada por aviso publicado no órgão oficial e, se a massa comportar, em outro jornal de grande circulação.

§ 2.º Os pagamentos serão anotados nos respectivos títulos originais ou naqueles que houverem servido para a verificação dos créditos, e deles os credores passarão recibo.

§ 3.º Os rateios não reclamados dentro de sessenta dias depois da publicação do aviso, serão depositados, em nome e por conta do credor, no estabelecimento designado para receber os dinheiros da massa (art. 209).

Art. 128. Concorrendo na falência credores sociais e credores particulares dos sócios solidários, observar-se-á o seguinte:

I — os credores da sociedade serão pagos pelo produto dos bens sociais;

II — havendo sobra, será rateada pelas diferentes massas particulares dos sócios de responsabilidade solidária, na razão proporcional dos seus respectivos quinhões no capital social, se outra coisa não tiver sido estipulada no contrato da sociedade;

III — não chegando o produto dos bens sociais para pagamento dos credores sociais, estes concorrerão, pelos

saldos dos seus créditos, em cada uma das massas particulares dos sócios, nas quais entrarão em rateio com os respectivos credores particulares.

Párrafo único. Pelos bens apurados nos termos dos arts. 5.º, párrafo único, e 51, serão pagos apenas os créditos anteriores à retirada dos sócios.

Art. 129. Se a massa comportar o pagamento do principal e dos juros, será restituída ao falido a sobra do que houver.

Art. 130. O juiz, a requerimento dos interessados, ordenará a reserva, em favor destes, até que sejam decididas as suas reclamações ou ações, das importâncias dos créditos por cuja preferência pugnam, ou dos rateios que lhes possam caber.

Parágrafo único. Se o interessado a favor do qual foi ordenada a reserva, deixar correr os prazos processuais da reclamação ou ação, sem exercer o seu direito, se não preparar os autos dentro de três dias depois de esgotado o último prazo, se protelar ou criar qualquer embaraço ao processo, o juiz, a requerimento do síndico, considerará sem efeito a reserva.

Art. 131. Terminada a liquidação e julgadas as contas do síndico (artigo 69), este, dentro de vinte dias, apresentará relatório final da falência, indicando o valor do ativo e o do produto da sua realização, o valor do passivo e o dos pagamentos feitos aos credores, e demonstrará as responsabilidades com que continuará o falido, declarando cada um delas *de per se*.

Parágrafo único. Findo o prazo sem a apresentação do relatório, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, determinará a intimação pessoal do síndico para que o apresente no prazo de cinco dias; decorrido este sem a apresentação, o juiz destituirá o síndico e atribuirá ao representante do Ministério Público a incumbência de organizar o relatório no prazo marcado neste artigo.

Art. 132. Apresentando o relatório final, deverá o juiz encerrar, por sentença, o processo da falência.

§ 1.º Salvo caso de força maior, devidamente provado, o processo da falência deverá estar encerrado dois anos depois do dia da declaração.

§ 2.º A sentença de encerramento será publicada por edital e dela caberá agravo de petição.

§ 3.º Encerrada a falência, os livros do falido serão entregues a este, subsistindo, quanto à sua conservação e guarda, as obrigações decorrentes das leis em vigor. Pendente, porém, ação penal por crime falimentar, os livros ficarão em cartório até que passe em julgado a respectiva sentença.

Art. 133. É título hábil, para execução do saldo (art. 33), certidão de que conste a quantia por que foi admitido, o credor e por que causa quanto pagou a massa em rateio e quanto ficou o falido a dever-lhe na data do encerramento da falência.

TÍTULO IX

Da extinção das obrigações

Art. 134. A prestação relativa às obrigações do falido recomeça a correr no dia em que passar em julgado a sentença de encerramento da falência.

Art. 135. Extingue as obrigações do falido:

I — o pagamento, sendo permitida a novação dos créditos com garantia real;

II — o rateio de mais de quarenta por cento, depois de realizado todo o ativo, sendo facultado o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem, se para tanto não bastou a integral liquidação da massa;

III — o decurso do prazo de cinco anos, contado a partir do encerramento da falência, se o falido, ou o sócio gerente da sociedade falida, não tiver sido condenado por crime falimentar.

IV — o decurso do prazo de dez anos, contado a partir do encerramento da falência, se o falido, ou o sócio gerente da sociedade falida, tiver sido condenado a pena de detenção por crime falimentar.

Art. 136. Verificada a prescrição ou extinção das obrigações nos termos dos artigos 134 e 135, o falido ou o sócio solidário da sociedade falida pode requerer que seja declarada por sentença a extinção de todas as suas obrigações.

Art. 137. O requerimento será autuado em separado, com os respectivos documentos, e publicado, por edital com o prazo de trinta dias, no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação.

§ 1.º Dentro do prazo do edital, qualquer credor ou prejudicado pode opor-se ao pedido do falido.

§ 2.º Findo o prazo, o juiz com audiência do falido, se tiver havido oposição, e com a do representante do Ministério Público, tendo cada um, cinco dias para falar, proferirá, em igual prazo, a sentença.

§ 3.º Se o requerimento fôr anterior ao encerramento da falência (artigo 135, n.º I), o juiz, ao declarar extintas as obrigações, encerrará a falência.

§ 4.º Da sentença cabe agravo de petição.

§ 5.º Passada em julgado a decisão, extintas as obrigações, encerrará a falência.

§ 6.º A sentença que declarar extintas as obrigações, será publicada por edital e comunicada aos mesmos funcionários e entidades avisados da falência.

Art. 138. Com a sentença declaratória da extinção de suas obrigações, fica autorizado o falido a exercer o comércio, salvo se tiver sido condenado ou estiver respondendo a processo por crime falimentar, caso em que se observará o disposto no art. 197.

TÍTULO X

Das concordatas

SEÇÃO PRIMEIRA

Disposições Gerais

Art. 139. A concordata é preventiva ou suspensiva, conforme fôr pedida

em juízo antes ou depois da declaração da falência.

Art. 140. Não pode impetrar concordata:

I — o devedor que deixou de arquivar, registrar, ou inscrever no registro do comércio os documentos e livros indispensáveis ao exercício legal do comércio;

II — o devedor que deixou de requerer a falência no prazo do art. 8.º;

III — o devedor condenado por crime falimentar, furto, roubo, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes, concorrência desleal, falsidade de pecuniato contrabando crime contra o privilégio de invenção ou marcas de indústria e comércio e crime contra a economia popular;

IV — o devedor que há menos de cinco anos houver impetrado igual favor ou não tiver cumprido concordata há mais tempo requerida.

Art. 141. O devedor que exerce indevidamente o comércio é dispensado dos requisitos de ns. I e II do artigo antecedente, se o seu passivo quirografário for inferior a Cr\$ 50.000,00.

Parágrafo único. Para o efeito do disposto neste artigo, considerar-se-á, no caso de concordata preventiva, o valor declarado pelo devedor na lista a que se refere o art. 139, parágrafo único, n.º V, e no caso de concordata suspensiva, o valor apurado no quadro geral dos credores.

Art. 142. No prazo do aviso do n.º II do artigo 174, ou do edital do art. 181, os credores podem opor embargos ao pedido de concordata, por petição fundamentada, em que indicarão as provas que entendam necessárias.

Art. 143. São fundamentos de embargos à concordata:

I — sacrifício dos credores maior do que a liquidação na falência ou impossibilidade evidente de ser cumprida a concordata, atendendo-se, em qualquer dos casos, entre outros elementos, à proporção entre o valor do ativo e a percentagem oferecida;

II — inexactidão do relatório, laudo e informação do síndico, ou do comissário, que facilite a concessão da concordata;

III — qualquer ato de fraude ou de má fé que influja na formação da concordata.

Parágrafo único. Tratando-se de concordata preventiva, constituirá fundamento para os embargos a ocorrência de fato que caracterize crime falimentar.

Art. 144. Decorrido o prazo sem apresentação de embargos, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que proferirá sentença, concedendo a concordata pedida.

Parágrafo único. Havendo embargos, o devedor, nas quarenta e oito horas seguintes ao vencimento do prazo dos mesmos, pode apresentar contestação, indicando as provas do alegado.

Art. 145. Findo o prazo do parágrafo único do artigo anterior, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que, em quarenta e oito horas, proferirá despacho, deferindo as provas que entender e designando, para julgamento dos embargos, audiência a ser realizada dentro dos dez dias seguintes, que não poderão ser ultrapassados, determinando, se houver necessidade, expediente extraordinário para a sua realização.

§ 1.º A audiência de julgamento dos embargos será realizada com observância do disposto no art. 95 e seus parágrafos, devendo a sentença observar o disposto no parágrafo único do art. 180, quando o julgamento versar concordatas processadas conjuntamente.

§ 2.º Havendo um só embargante, a desistência dos embargos fica sujeita ao disposto no art. 89.

Art. 146. Da sentença que conceder ou não a concordata, os embargantes ou o devedor podem interpor agravo de instrumento, contando-se o prazo da data da sentença.

Art. 147. A concordata concedida obriga a todos os credores quirografários, comerciais ou civis, admitidos ou não ao passivo, residentes no país ou fora dele, ausentes ou embargantes.

§ 1.º Se o concordatário recusar o cumprimento da concordata a credor

quirografário que se, não habilitou, pode este acionar o devedor, pela ação que couber ao seu título, para haver a importância total da percentagem da concordata.

§ 2.º O credor quirografário excluído, mas cujo crédito tenha sido reconhecido pelo concordatário, pode exigir deste o pagamento da percentagem da concordata, depois de terem sido pagos todos os credores habilitados.

Art. 148. A concordata não produz novação, não desonera os coobrigados com o devedor, nem os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso.

Art. 149. Enquanto a concordata não fôr por sentença julgada cumprida (art. 155), o devedor não pode, sem prévia autorização do juiz, ouvido o representante do Ministério Público, alienar ou onerar seus bens imóveis ou outros sujeitos a cláusulas da concordata; outrossim, sem o consentimento expresso de todos os credores admitidos e sujeitos aos efeitos da concordata, não lhe é permitido vender ou transferir o seu estabelecimento.

Parágrafo único. Os atos praticados pelo concordatário com violação deste artigo, são ineficazes relativamente à massa, no caso de rescisão da concordata.

Art. 150. A concordata pode ser rescindida:

I — pelo não pagamento das prestações nas épocas devidas ou inadimplemento de qualquer outra obrigação assumida pelo concordatário;

II — pelo pagamento antecipado feito a uns credores, com prejuízo de outros;

III — pelo abandono do estabelecimento;

IV — pela venda de bens do ativo a preço vil;

V — pela negligência ou inação do concordatário na continuação do seu negócio;

VI — pela incontinência de vida ou despesas evidentemente supérfluas ou desordenadas do concordatário;

VII — pela condenação, por crime falimentar, do concordatário ou dos diretores, administradores, gerentes ou liquidantes da sociedade em concordata.

§ 1.º A falência ou a rescisão da concordata de sociedade em que houver sócio solidário, importa a rescisão da concordata deste com os seus credores particulares.

§ 2.º A falência do sócio solidário ou a rescisão da sua concordata importa a rescisão da concordata da sociedade.

Art. 151. Pode requerer a rescisão da concordata qualquer credor admitido e sujeito aos seus efeitos.

§ 1.º Intimado o devedor e, no prazo de vinte e quatro horas, contestado ou não o pedido, o juiz, procedendo, se necessário, a instrução sumária no prazo de três dias, proferirá sentença.

§ 2.º Se o pedido se fundar no n.º I do artigo anterior, o concordatário pode ilidí-lo efetuando o pagamento ou cumprindo a obrigação; nos casos dos ns. II a VI e do parágrafo 2.º, pode evitar a rescisão depositando em juízo todas as prestações, vencidas e vincendas, e cumprido as outras obrigações assumidas.

§ 3.º Na sentença que rescindir concordata preevntiva, o juiz declarará a falência, observando o disposto no parágrafo 1.º do art. 162; na que rescindir concordata suspensiva, reabrirá a falência, observando o disposto nos ns. V e VI do parágrafo único do art. 14 e ordenando que o síndico reassuma suas funções.

Art. 152. Rescindida a concordata, a falência prosseguirá nos termos desta lei, mas a realização do ativo será iniciada logo após a avaliação dos bens, para o que o síndico providenciará a publicação do aviso referido no artigo 114.

Parágrafo único. Se a rescisão tiver sido de concordata suspensiva:

I — o síndico promoverá novo processo de inquérito judicial, em conformidade com o disposto no título VII;

II — na aplicação da Seção V do Título II, a ineficácia dos atos a que se referem os ns. I e II do art. 52 será declarada quando praticados

dentro dos três meses anteriores à sentença de rescisão.

Art. 153. Os credores anteriores à concordata, independentemente de nova declaração, concorrerão à falência pela importância total dos créditos verificados, deduzidas as cotas que tiverem recebido na concordata.

§ 1.º Se o concordatário houver pago a uns mais do que a outros, aqueles terão de restituir o excesso à massa, se esta não preferir completar o pagamento aos outros, igualando todos.

§ 2.º É lícito aos credores posteriores à concordata pôr à disposição dos credores anteriores a quantia necessária ao pagamento da percentagem oferecida pelo devedor, para os excluir da falência.

§ 3.º A rescisão não libera as garantias, pessoais ou reais, que, porventura, assegurem o cumprimento da concordata, mas por estas somente se pagarão o credores anteriores.

Art. 154. Os credores posteriores à concordata, enquanto esta não fôr julgada cumprida, estão sujeitos, para requerer a falência do concordatário, ao juízo da concordata, onde o pedido será processado em apartado.

Parágrafo único. Na decretação da falência, o juiz observará o disposto no parágrafo 3.º do art. 151, e a sentença produzirá os mesmos efeitos da sentença de rescisão da concordata, apensando-se os autos ao processo desta.

Art. 155. Pagos os credores, e cumpridas as outras obrigações assumidas pelo concordatário, deve este requerer ao juiz seja julgada cumprida a concordata, instruindo o seu requerimento com as respectivas provas.

§ 1.º O juiz mandará tornar público o requerimento, por edital, no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação, marcando o prazo de dez dias, para a reclamação dos interessados.

§ 2.º Findo o prazo, o juiz julgará cumprida ou não a concordata, depois de ouvir o devedor se alguma reclamação tiver sido formulada, e o representante do Ministério Público.

§ 3.º Da sentença podem agravar de petição os interessados que hajam reclamado, ou o concordatário.

§ 4.º A sentença que julgar cumprida a concordata, declarará a extinção das responsabilidades do devedor e será publicada por edital.

§ 5.º A sentença que der por cumprida concordata suspensiva, encerrará a falência e será comunicada aos mesmos funcionários e entidades dela avisados.

SEÇÃO SEGUNDA

Da concordata preventiva

Art. 156. O devedor pode evitar a declaração da falência, requerendo ao juiz, que seria competente para decretá-la, lhe seja concedida concordata preventiva.

§ 1.º O devedor, no seu pedido, deve oferecer aos credores quirografários por saldo de seus créditos, o pagamento mínimo de:

I — 40%, se fôr à vista;

II — 60%, se fôr a prazo, o qual não poderá exceder de dois anos, devendo ser pagos pelo menos dois quintos no primeiro ano.

§ 2.º O pedido de concordata preventiva da sociedade não produz quaisquer alterações nas relações dos sócios, ainda que solidários, com os seus credores particulares.

Art. 157. São representados no processo da concordata preventiva:

I — o espólio do devedor, pelo inventariante devidamente autorizado pelos herdeiros;

II — o devedor interdito, pelo seu curador;

III — a sociedade anônima, pelos seus diretores, de acordo com a deliberação da assembleia dos acionistas;

IV — as demais sociedades, pelo sócio que tiver qualidade para obrigar a sociedade;

V — as sociedades em liquidação, pelo liquidante, devidamente autorizado.

Art. 158. Não ocorrendo os impedimentos enumerados no art. 140,

cumprir ao devedor satisfazer as seguintes condições:

I — exercer regularmente o comércio há mais de dois anos;

II — possuir ativo cujo valor corresponda a mais de cinquenta por cento do seu passivo quirografário; na apuração desse ativo, o valor dos bens que constituam objeto de garantia será computado tão somente pelo que exceder da importância dos créditos garantidos;

III — não ser falido ou, se o foi, estarem declaradas extintas as suas responsabilidades;

IV — não ter título protestado por falta de pagamento.

Art. 159. O devedor fundamentará a petição inicial explicando, minuciosamente, o seu estado econômico e as razões que justificam o pedido.

Parágrafo único. A petição será instruída com os seguintes documentos:

I — prova de que não ocorre o impedimento do n.º I do art. 140;

II — prova do requisito exigido no n.º I do artigo anterior;

III — o contrato social em vigor, em se tratando de sociedade;

IV — o último balanço e o levantado especialmente para instruir o pedido, inventário de todos os bens, relação das dívidas ativas e demonstração da conta de lucros e perdas;

V — lista nominativa de todos os credores, com o domicílio e a residência de cada um, e a natureza e importância dos respectivos créditos.

Art. 160. Com a petição inicial, o devedor apresentará os livros obrigatórios, que serão encerrados pelo escrivão, por termos assinados pelo juiz.

§ 1.º O escrivão certificará nos autos a formalidade de encerramento dos livros, os quais ficarão depositados em cartório para serem entregues ao devedor, se deferida a concordata.

§ 2.º No mesmo ato, o devedor depositará em mãos do escrivão, mediante recibo, a quantia necessária para as custas e despesas até a publicação do edital a que se refere o n.º I do § 1.º do artigo seguinte.

Art. 161. Cumpridas as formalida-

des do artigo anterior, o escrivão fará, imediatamente, os autos conclusos ao juiz, que, se o pedido não estiver formulado nos termos da lei, ou não vier devidamente instruído, declarará, dentro de vinte e quatro horas, aberta a falência, observando o disposto no parágrafo único do artigo 14.

§ 1.º Estando em termos o pedido, o juiz determinará seja processado, proferindo despacho em que:

I — mandará expedir edital de que constem o pedido do devedor e a integral do despacho, para que seja publicado no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação;

II — ordenará a suspensão de ações e execuções contra o devedor, por créditos sujeitos aos efeitos da concordata;

III — marcará, observando o disposto no artigo 80, prazo para os credores sujeitos aos efeitos da concordata apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos;

IV — nomeará comissário, com observância do disposto no art. 60 e seus parágrafos;

V — marcará prazo para que o devedor torne efetiva a garantia porventura oferecida.

§ 2.º Excluem-se da disposição do n.º II do parágrafo anterior as ações e execuções que não tiveram por objeto o cumprimento de obrigação líquida, cujos credores serão incluídos, se fôr o caso, na classe que lhes fôr própria, uma vez tornado líquido o seu direito.

Art. 162. O juiz decretará a falência, dentro de vinte e quatro horas, se, em qualquer momento do processo, houver pedido do devedor ou ficar provado:

I — existência de qualquer dos impedimentos enumerados no art. 140;

II — falta de qualquer das condições exigidas no art. 158;

III — inexistência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo único do art. 159.

§ 1.º Decretando a falência, o juiz proferirá sentença em que:

I — observará o disposto no art. 14, parágrafo único, ns., I, II, III e VI;

II — nomeará síndico o comissário, salvo se houver motivos para afastá-lo do cargo;

III — marcará prazo (art. 80) para que apresentem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos os credores anteriores ao pedido da concordata, não sujeitos aos seus efeitos, os posteriores ao mesmo pedido e, em se tratando de sociedade, os credores particulares dos sócios solidários;

IV — ordenará as diligências previstas nos artigos 15 e 16.

§ 2.º Da decisão do juiz cabe agravo de instrumento.

Art. 163. O despacho que manda processar a concordata preventiva, determina o vencimento antecipado de todos os créditos sujeitos aos seus efeitos, cessando o curso de juros.

Art. 164. Compensar-se-ão as dívidas vencidas nos termos prescritos no artigo 46 e seu parágrafo.

Art. 165. O pedido de concordata preventiva não resolve os contratos bilaterais, que continuam sujeitos às normas do direito comum.

Parágrafo único. As contas correntes consideram-se encerradas na data do despacho que manda processar a concordata, verificando-se o saldo; entretanto, tendo em vista a natureza do contrato, o juiz poderá autorizar o movimento da conta nos termos do artigo 167.

Art. 166. Ressalvadas as relações jurídicas decorrentes de contrato com o devedor, cabe na concordata preventiva pedido de restituição, com fundamento no art. 76, prevalecendo, para o caso do parágrafo 2.º, a data do requerimento da concordata.

Art. 167. Durante o processo da concordata preventiva, o devedor conservará a administração dos seus bens e continuará com o seu negócio, sob fiscalização do comissário. Não poderá, entretanto, alienar imóveis ou constituir garantias reais, salvo evi-

dente utilidade, reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o comissário.

Art. 168. O comissário, logo que nomeado, será intimado pessoalmente, pelo escrivão, para assinar em cartório, dentro de vinte e quatro horas, termo de bem e fielmente desempenhar os deveres que a presente lei lhe impõe. Ao assinar o termo, entregará em cartório a declaração do seu crédito, com observância do disposto no parágrafo único do art. 62.

Art. 169. Ao comissário incumbem:

I — Avisar, pelo órgão oficial, que se acha à disposição dos interessados, declarando o lugar e a hora em que será encontrado;

II — expedir aos credores as circulares de que trata o parágrafo 1.º do art. 81, e preparar a verificação dos créditos pela forma regulada na seção primeira do título VI;

III — verificar a ocorrência dos fatos mencionados nos ns. I, II e III do art. 162, requerendo a falência se fôr o caso;

IV — fiscalizar o procedimento do devedor na administração dos seus haveres, enquanto se processa a concordata;

V — examinar os livros e papéis do devedor, verificar o ativo e o passivo e solicitar dos interessados as informações que entender úteis;

VI — designar perito contador, para os trabalhos referidos no art. 63, n.º V e, se necessário, chamar avaliadores que o auxiliem, mediante salários contratados de acordo com o devedor, ou, se não houver acordo, arbitrados pelo juiz;

VII — averiguar e estudar quaisquer reclamações dos interessados e emitir parecer sobre as mesmas;

VIII — verificar se o devedor praticou atos suscetíveis de revogação em caso de falência;

IX — promover a efetivação da garantia porventura oferecida pelo devedor, recebendo-a, quando necessário, em nome dos credores e com a assistência do representante do Ministério Público;

X — apresentar em cartório, até cinco dias após a publicação do quadro de credores, acompanhado do lau-

do do perito, relatório circunstanciado em que examinará:

a) o estado econômico do devedor, as razões com que tiver justificado o pedido, a correspondência entre o ativo e o passivo para os efeitos da exigência contida no n.º II do art. 158, as garantias porventura oferecidas e as probabilidades que tem o devedor de cumprir a concordata;

b) o procedimento do devedor, antes e depois do pedido da concordata, e, se houver, os atos revogáveis em caso de falência e os que constituam crime falimentar, indicando os responsáveis, bem como, em relação a cada um, os dispositivos penais aplicáveis.

Art. 170. O comissário tem direito a uma remuneração, que o juiz deve arbitrar atendendo à sua diligência, ao trabalho, à responsabilidade da função e à importância da concordata, calculando-a sobre o valor do pagamento prometido aos credores quirografários e sendo ela limitada à terça parte das porcentagens previstas no artigo 67.

§ 1.º Não cabe remuneração alguma ao comissário nomeado contra as disposições desta lei, ou que haja renunciado ou sido destituído.

§ 2.º Do despacho que arbitrar a remuneração, cabe agravo de instrumento, que poderá ser interposto pelo concordatário e pelo comissário.

§ 3.º Nos casos em que o comissário passe a exercer o cargo de síndico, perderá a remuneração regulada neste artigo, cabendo-lhe a que é atribuída ao novo cargo.

Art. 171. O comissário será substituído ou destituído nos mesmos casos em que o síndico, observando-se, respectivamente, o disposto nos arts. 65 e 66 e seus parágrafos.

Art. 172. O devedor que requerer concordata preventiva, deve consentir que os seus credores, com a antecedência precisa, lhe examinem os livros e papéis e extraíam os apontamentos e as cópias que entenderem.

Parágrafo único. Os credores, por sua vez, são obrigados a fornecer, ao juiz e ao comissário, ou a qualquer

credor que o requeira, informações precisas e a exhibir os documentos necessários e os seus livros, na parte relativa aos negócios que tiverem com o devedor.

Art. 173. A verificação dos créditos será feita com observância do disposto na seção primeira do título VI.

Art. 174. Entregue o relatório do comissário (art. 169, n.º X), o escrivão, dentro de vinte e quatro horas:

I — se o devedor não tiver exibido, até então, prova do pagamento dos impostos relativos à profissão, federais, estaduais e municipais, e das contribuições devidas ao Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões do ramo de indústria ou comércio a que pertencer, fará os autos conclusos ao juiz para que este, com observância do parágrafo 1.º do art. 162, decrete a falência;

II — se o devedor tiver cumprido aquela exigência, fará publicar, no órgão oficial, aviso aos credores de que durante cinco dias poderão opor embargos à concordata (arts. 142 a 146).

Art. 175. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data da sentença que a conceder, devendo o concordatário, dentro dos trinta dias seguintes à mesma data e sob pena de declaração da falência, pagar as custas e despesas do processo, a remuneração devida ao comissário, e, se a concordata for a vista, a porcentagem devida aos credores quirografários.

Art. 176. Negando a concordata preventiva, o juiz declarará a falência do devedor, proferindo sentença em que observará o disposto no art. 162, parágrafo 1.º.

Parágrafo único. O síndico, logo após a arrecadação e avaliação dos bens, promoverá a publicação do aviso a que alude o art. 114, e, em seguida, procederá à realização do ativo e pagamento do passivo, na conformidade do título VIII, ressalvada em benefício do devedor a disposição do parágrafo único do artigo 132.

SEÇÃO TERCEIRA

Da concordata suspensiva

Art. 177. O falido pode obter, observadas as disposições dos artigos 111 a 113, a suspensão da falência, requerendo ao juiz lhe seja concedida concordata suspensiva.

Parágrafo único. O devedor, no seu pedido, deve oferecer aos credores quirografários, por saldo de seus créditos, o pagamento mínimo de:

I — 35%, se fôr a vista;

II — 50%, se fôr a prazo, o qual não poderá exceder de dois anos, devendo ser pagos pelo menos dois quintos no primeiro ano.

Art. 178. O pedido de concordata suspensiva será feito dentro dos cinco dias seguintes ao do vencimento do prazo para a entrega, em cartório, do relatório do síndico (art. 63, n.º XIX).

Art. 179. O pedido de concordata de sociedade depende do consentimento:

I — de todos os sócios de responsabilidade solidária, nas sociedades em nome coletivo, e em comandita simples ou por ações;

II — da unanimidade dos sócios, nas sociedades de capital e indústria e por cotas de responsabilidade limitada;

III — da assembléia dos acionistas da sociedade anônima, pela forma regulada na lei especial.

Art. 180. O pedido de concordata de sociedade em que haja sócio solidário que exerça individualmente o comércio, deve ser acompanhado do pedido de concordata do sócio com os seus credores particulares, o qual está sujeito às mesmas condições estabelecidas no parágrafo único do art. 177.

Parágrafo único. As concordatas serão processadas e julgadas conjuntamente, e nenhuma será concedida se qualquer delas tiver de ser negada.

Art. 181. Verificando que o pedido está formulado nos termos desta lei, o juiz mandará publicá-lo por edital que o transcreva, intimando os credores de que durante cinco dias po-

derão opor embargos à concordata (arts. 142 a 146).

Parágrafo único. Se o devedor tiver oferecido garantia para assegurar o cumprimento da concordata, o juiz, no despacho, marcará prazo para que a mesma se efetive.

Art. 182. Negada a concordata, o síndico providenciará a publicação do aviso a que se refere o art. 114, para iniciar a realização do ativo e pagamento do passivo.

Parágrafo único. O juiz, mediante requerimento fundamentado do devedor, ouvidos o síndico e o representante do Ministério Público, pode permitir que, para a venda de determinados bens, se aguarde o julgamento do recurso a que se refere o art. 146.

Art. 183. Passada em julgado a sentença que conceder a concordata, os bens arrecadados serão entregues ao concordatário, que readquirirá direito à sua livre disposição, com as restrições estabelecidas no artigo 149; se a concordata fôr de sociedade em que haja sócio solidário não comerciante, este receberá, ao mesmo tempo, os bens que lhe pertençam, readquirindo idêntico direito, sem outras restrições que as das cláusulas da concordata.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data em que passar em julgado a mesma sentença, devendo o concordatário, dentro dos trinta dias seguintes a essa data e sob pena de reabertura da falência:

I — pagar os encargos e dívidas da massa e os créditos com privilégio geral;

II — exhibir a prova das quitações referidas no n.º I do art. 174;

III — pagar a porcentagem devida aos credores quirografários, se a concordata fôr a vista.

Art. 184. Aos credores particulares do sócio solidário não comerciante de sociedade em concordata, será passada, para executarem o seu devedor, carta de sentença que contenha, além da íntegra da sentença declaratória da falência ou do despacho que reconheceu o devedor como sócio soli-

dário, indicação da quantia pela qual o credor foi admitido e por que causa e o teor da sentença que concedeu a concordata da sociedade.

Art. 185. O falido que não tenha pedido concordata na oportunidade referida no art. 173, pode fazê-lo a qualquer tempo, mas o seu pedido e respectivo processo não interrompem, de modo algum, a realização do ativo e o pagamento do passivo.

TÍTULO XI

Dos Crimes falimentares

Art. 186. Será punido o devedor com detenção, de seis meses a três anos, quando concorrer com a falência algum dos seguintes fatos:

I — gastos pessoais, ou de família, manifestamente excessivos em relação ao seu cabedal;

II — despesas gerais do negócio ou da empresa injustificáveis, por sua natureza ou vulto, em relação ao capital, ao gênero do negócio, ao movimento das operações e a outras circunstâncias análogas;

III — emprêgo de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração da falência, como vendas, nos seis meses a ela anteriores, por menos do preço corrente, ou a sucessiva reforma de títulos de crédito;

IV — abuso de responsabilidade de mero favor;

V — prejuízos vultosos em operações arriscadas, inclusive jogos de Bôlsa;

VI — inexistência dos livros obrigatórios ou sua escrituração atrasada, lacunosa, defeituosa ou confusa;

VII — falta de apresentação do balanço, dentro de sessenta dias após a data fixada para o seu encerramento, a rubrica do juiz sob cuja jurisdição estiver o seu estabelecimento principal.

Parágrafo único. Fica isento da pena nos casos dos ns. VI e VII deste artigo, o devedor que, a critério do juiz da falência, tiver instrução insufficiente e explorar comércio exiguo.

Art. 187. Será punido com reclusão por um a quatro anos, o devedor que, com o fim de criar ou assegurar injusta vantagem para si ou para outrem, praticar, antes ou depois da falência, algum ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores.

Art. 188. Será punido o devedor com a mesma pena do artigo antecedente, quando com a falência concorrer algum dos seguintes fatos:

I — simulação de capital para obtenção de maior crédito;

II — pagamento antecipado de uns credores em prejuízo de outros;

III — desvio de bens, inclusive pela compra em nome de terceira pessoa, ainda que cônjuge ou parente;

IV — simulação de despesas, de dívidas ativas ou passivas e de perdas;

V — perdas avultadas em operações de puro acaso, como jogos de qualquer espécie;

VI — falsificação material, no todo ou em parte, da escrituração obrigatória ou não, ou alteração da escrituração verdadeira;

VII — omissão, na escrituração obrigatória ou não, de lançamento que dela devia constar, ou lançamento falso ou diverso do que dela devia ser feito;

VIII — destruição, inutilização ou supressão, total ou parcial, dos livros obrigatórios;

IX — ser o falido leiloeiro ou corretor.

Art. 189. Será punido com reclusão de um a três anos:

I — qualquer pessoa, inclusive o falido, que ocultar ou desviar bens da massa;

II — quem quer que, por si ou interposta pessoa, ou por procurador, apresentar, na falência ou na concordata preventiva, declarações ou reclamações falsas, ou juntar a elas títulos falsos ou simulados;

III — o devedor que reconhecer como verdadeiros créditos falsos ou simulados;

IV — o síndico que der informações, pareceres ou extratos dos livros do falido inexatos ou falsos, ou que apre-

sentar exposição ou relatórios contrários à verdade.

Art. 150. Será punido com detenção, de um a dois anos, o juiz, o representante do Ministério Público, o síndico, o perito, o avaliador, o escrevão, o oficial de justiça ou o leiloeiro que, direta ou indiretamente, adquirir bens da massa, ou, em relação a eles, entrar em alguma especulação de lucro.

Art. 191. Na falência das sociedades, os seus diretores, administradores, gerentes ou liquidantes são equiparados ao devedor ou falido, para todos os efeitos penais previstos nesta lei.

Art. 192. Se o ato previsto nesta lei constituir crime por si mesmo, independentemente da declaração da falência, aplica-se a regra do art. 51, parágrafo 1.º do Código Penal.

Art. 193. O juiz, de ofício ou a requerimento do representante do Ministério Público, do síndico ou de qualquer credor, pode decretar a prisão preventiva do falido e de outras pessoas sujeitas a penalidade estabelecida na presente lei.

Art. 194. A inobservância dos prazos estabelecidos no art. 108 e seu parágrafo único não acarreta decadência do direito de denúncia ou de queixa. O representante do Ministério Público, o síndico ou qualquer credor podem, após o despacho de que tratam o art. 109 e seu parágrafo 2.º, e na conformidade do que dispõem os artigos 24 e 62 do Código de Processo Penal, intentar ação penal por crime falimentar perante o juiz criminal da jurisdição onde tenha sido declarada a falência.

Art. 195. Constitui efeito da condenação por crime falimentar a interdição do exercício do comércio.

Art. 196. A interdição torna-se efetiva logo que passe em julgado a sentença, mas o seu prazo começa a correr do dia em que termine a execução da pena privativa de liberdade.

Art. 197. A reabilitação extingue a interdição do exercício do comércio, mas somente pode ser concedida após o decurso de três ou de cinco anos, contados do dia em que termine a

execução, respectivamente, das penas de detenção ou de reclusão, desde que o condenado prove estarem extintas por sentença as suas obrigações.

Art. 198. O requerimento de reabilitação será dirigido ao juiz da condenação acompanhado de certidão de sentença declaratória da extinção das obrigações (art. 136).

Parágrafo único. O juiz ouvirá o representante do Ministério Público e proferirá sentença, da qual, se negar a reabilitação, caberá recurso em sentido estrito.

Art. 199. A prescrição extintiva da punibilidade de crime falimentar opera-se em dois anos.

Parágrafo único. O prazo prescricional começa a correr da data em que transitar em julgado a sentença que encerrar a falência ou que julgar cumprida a concordata.

TÍTULO XII

Das disposições especiais

Art. 200. A falência cujo passivo for inferior a Cr\$ 50.000,00 será processada sumariamente, na forma do disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1.º Verificando, pela comunicação do síndico a que se refere o artigo 63, n.º XI, que o montante do passivo declarado pelos credores é inferior à quantia referida neste artigo, o juiz mandará que os autos lhe sejam conclusos e nêles proferirá despacho em que:

I — determinará que a falência seja processada sumariamente, designando, dentro dos dez dias seguintes, dia e hora para a audiência de verificação e julgamento dos créditos;

II — mandará que o síndico publique, imediatamente, no órgão oficial, aviso aos credores que lhes dê ciência da sua determinação e designação.

§ 2.º Na audiência, o síndico apresentará as segundas vias das declarações de crédito, com o seu parecer e informação do falido, e o juiz, ouvindo os credores que tenham impugnações a fazer e os impugnados, pro-

ferirá sentença de julgamento dos créditos, da qual, nos cinco dias seguintes, poderá ser interposto agravo de instrumento.

§ 3.º Nas quarenta e oito horas seguintes à audiência, o síndico apresentará em cartório, em duas vias, relatório no qual exporá sucintamente a matéria contida nos artigos 103 e 63, n.º XIX.

§ 4.º A segunda via do relatório será junta aos autos da falência, e com a primeira via e peças que o acompanhem, serão formados os autos do inquérito judicial, nos quais o falido, nas quarenta e oito horas seguintes, poderá apresentar a contestação que tiver; decorrido esse prazo, os autos serão, imediatamente, feitos com vista ao representante do Ministério Público, que, no prazo de três dias, pedirá sejam apensados ao processo da falência ou oferecerá denúncia contra o falido e demais responsáveis.

§ 5.º Com a promoção do representante do Ministério Público, os autos serão conclusos ao juiz, que, dentro de três dias, decidirá, observadas, no que forem aplicáveis, as disposições dos artigos 109 e 111.

§ 6.º Não tendo havido denúncia ou rejeitada a que tiver sido oferecida, o devedor, nas quarenta e oito horas seguintes à sentença, pode pedir concordata, à qual os credores podem opor-se, em igual prazo, decidindo o juiz em seguida.

§ 7.º Não pedida ou negada a concordata, ou recebida a denúncia, o síndico iniciará, imediatamente, a realização do ativo e pagamento do passivo, na forma do título VIII.

Art. 201. A falência das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, não interrompe esses serviços, nem a construção das obras necessárias constantes dos respectivos contratos.

§ 1.º Se, entretanto, a parte das obras em construção não prejudicar o serviço regular na parte já construída e em funcionamento, o juiz, ouvida a autoridade administrativa competente, o síndico e os representantes

da empresa falida e atendendo aos contratos, aos recursos e vantagens da massa e ao benefício público, pode ordenar a suspensão de tais obras.

§ 2.º Declarada a falência de tais empresas, a entidade administrativa concedente será notificada para se fazer representar no processo e nomear o fiscal de que trata o parágrafo seguinte. A falta ou demora da nomeação do fiscal não prejudica o andamento do processo da falência.

§ 3.º Os serviços públicos e as obras prosseguirão sob a direção do síndico, junto ao qual haverá um fiscal nomeado pela entidade administrativa concedente. Esse fiscal será ouvido sobre todos os atos do síndico relativos àqueles serviços e obras, inclusive sobre a sua organização provisória e nomeação do pessoal técnico, e poderá examinar todos os livros, papéis, escrituração e contas da empresa falida e do síndico e requerer o que for a bem dos interesses a seu cargo. A autoridade administrativa concedente dará ao seu fiscal as devidas instruções para a observância dos contratos, e as divergências dele com o síndico serão decididas pelo juiz.

§ 4.º Depende de autorização da autoridade administrativa concedente a transferência da concessão e direitos que dela decorram.

TÍTULO XIII

Das disposições gerais

Art. 202. Os pedidos de falência e os de concordata preventiva estão sujeitos a distribuição obrigatória, segundo a ordem rigorosa da apresentação. Esses pedidos serão entregues, imediatamente, pelo distribuidor ao escrivão a quem houverem sido distribuídos.

§ 1.º A distribuição do pedido previne a jurisdição para qualquer outro da mesma natureza, relativo ao mesmo devedor. A verificação de conta (artigo 1.º, § 1.º) e a execução (art. 2.º, n.º 1) não previnem a jurisdição para conhecimento do pedido de falência contra o devedor.

§ 2.º As ações que devam ser propostas no juízo da falência, estão sujeitas à distribuição por dependência, para o efeito do registro.

Art. 203. Os processos de falência e de concordata preventiva e dos seus incidentes preferem a todos os outros na ordem dos feitos, em qualquer instância.

Art. 204. Todos os prazos marcados nesta lei são peremptórios e continuos, não se suspendendo em dias feriados e nas férias, e correm em cartório, salvo disposição em contrário, independentemente de publicação ou intimação.

Parágrafo único. Os prazos que devam ser contados das publicações referidas no artigo seguinte, correrão da data da sua primeira inserção no órgão oficial.

Art. 205. A publicação dos editais, avisos, anúncios e quadro geral dos credores será feita por duas vezes, no órgão oficial, da União ou dos Estados, indicará o juízo e o cartório, e será precedida das epígrafes "Falência de..." ou "Concordata Preventiva de...".

§ 1.º O escrivão certificará sempre, nos autos, a data da primeira publicação no órgão oficial.

§ 2.º Nas comarcas que não sejam as das capitais dos Estados, ou Territórios, além da publicação determinada neste artigo, os editais, avisos, anúncios e quadro geral dos credores serão afixados na sede do juízo; se na comarca houver jornal diário, essas publicações nele serão reproduzidas.

§ 3.º Tratando-se de publicações que exijam larga divulgação, como a de venda dos bens da massa, o síndico pode, se a massa comportar, mandar reproduzi-las em outros jornais do lugar e de fora.

Art. 206. As intimações serão feitas pessoalmente às partes ou ao seu representante legal ou procurador, por oficial de justiça ou pelo escrivão.

§ 1.º No Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ou Territórios, as intimações serão feitas pela publicação dos atos no órgão oficial, salvo

aquelas que, por preceito desta lei, devam ser feitas pessoalmente.

§ 2.º Os Governos da União e dos Estados mandarão publicar, gratuitamente, nos respectivos órgãos oficiais, no dia seguinte ao da entrega dos originais, os despachos, intimações e notas de expediente dos cartórios.

Art. 207. O processo dos agravos de petição e de instrumento será o comum.

§ 1.º Em segunda instância, o relator terá o prazo de dez dias para o exame dos autos, e, na sessão do julgamento, a cada uma das partes será concedida a palavra pelo prazo de dez minutos.

§ 2.º O acórdão proferido em recurso de agravo de instrumento pode ser executado mediante certidão do julgado.

Art. 208. Os processos de falência e de concordata preventiva não podem pagar por falta de preparo, o qual será feito oportunamente, incorrendo os escrivães que os tiverem parados por mais de vinte e quatro horas, em pena de suspensão, imposta mediante requerimento de qualquer interessado.

§ 1.º Somente as custas devidas pela massa, e depois de regularmente contadas nos autos pelo contador do juízo, podem ser pagas pelo síndico. Entre aquelas custas se incluem as relativas às contestações e impugnações do síndico e do falido.

§ 2.º A massa não pagará custas a advogados dos credores e do falido.

§ 3.º O escrivão que exceder qualquer dos prazos marcados nesta lei, perderá metade das custas vencidas até o prazo excedido, penalidade que, sem prejuízo de outras previstas em lei, será imposta pelo juiz, a requerimento de qualquer interessado.

Art. 209. As quantias pertencentes a massa devem ser recolhidas ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, suas agências ou filiais. Se no lugar não houver essas agências ou filiais, o juiz designará estabelecimento bancário de notória idoneidade. Onde não existir nenhum desses estabelecimentos, os depósitos serão feitos em mãos do síndico.

Parágrafo único. As quantias depositadas não podem ser retiradas senão por meio de cheques nominativos, em que será mencionado o fim a que se destina a retirada, assinados pelo síndico e rubricados pelo juiz.

Art. 210. O representante do Ministério Público, além das atribuições expressas na presente lei, será ouvido em toda ação proposta pela massa ou contra esta. Caber-lhe-á o dever, em qualquer fase do processo, de requerer o que fôr necessário aos interesses da justiça, tendo o direito em qualquer tempo de examinar todos os livros, papéis e atos relativos à falência.

Parágrafo único. Pelos atos que praticar, não lhe poderá ser atribuída comissão, ou porcentagem, por conta da massa.

Art. 211. Os exames e verificações periciais de que trata esta lei, devem ser feitos por contadores habilitados na forma da legislação em vigor. Onde não os houver, serão nomeadas pessoas de notória idoneidade, versadas na matéria.

Art. 212. Para a remuneração das pessoas referidas neste artigo, observar-se-á o seguinte:

I — o perito designado pelo síndico (art. 63, n.º V), perceberá, por todos os serviços que prestar, o salário que fôr arbitrado pelo juiz, até o máximo de Cr\$ 1.000,00; tratando-se de trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa comportar e o juiz autorizar, ajustar o salário do perito além daquele máximo;

II — os peritos nomeados para a verificação de contas de que trata o art. 1.º, parágrafo 1.º, perceberão o salário máximo de Cr\$ 150,00 para cada um;

III — o depositário de que trata o § 4.º do art. 12, perceberá a quarta parte das taxas estipuladas no regimento de custas para os depositários judiciais, e nada perceberá se tiver sido o requerente da falência ou a pessoa sobre a qual tenha recaído a nomeação de síndico;

IV — o avaliador, oficial ou não, perceberá as custas na conformidade do estabelecido no respectivo regimento;

V — o leiloeiro não perceberá da massa, na venda dos bens desta, nenhuma comissão, cabendo-lhe, apenas, a comissão que, na forma da lei, fôr devida pelo comprador.

Art. 213. Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda do país, pelo câmbio do dia em que fôr declarada a falência ou mandada processar a concordata preventiva, e só pelo valor assim estabelecido serão considerados para todos os efeitos desta lei.

TÍTULO XIV

Das disposições transitórias

Art. 214. Esta lei entrará em vigor no dia 1 de novembro de 1945.

Art. 215. Na sua aplicação será observado o disposto no art. 2.º e seu parágrafo do Código Penal e no art. 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Art. 216. A falência já declarada e a concordata preventiva já requerida, ao entrar em vigor esta lei, obedecerão, quanto ao seu processo, à lei anterior.

Art. 217. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho.
Agamenon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 7.684 — DE 28 DE JUNHO DE 1945

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar

RETIFICAÇÃO

Na 2.ª linha do art. 2.º

Onde se lê:

Cargos da carreira...

Leia-se:

Cargos vagos da carreira...

DECRETO-LEI N.º 7.697 — DE 3 DE JULHO DE 1945

Altera a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao mesmo Ministério e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O próximo concurso para essa carreira será realizado para o provimento de 7 cargos da classe L, 8 da classe K e todas as vagas da classe J, obedecida a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 3.º Para atender, no segundo semestre do corrente ano, à despesa com o provimento dos cargos das classes L e K, mencionados no artigo anterior, fica aberto, ao Ministério da

Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito de Cr\$ 214.800,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 4.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 214.800,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos cruzeiros) da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, 04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional, 06 — Serviço de Pessoal, do Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de julho de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
A. de Souza Costa

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe de padrão	dentes Exce-	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe de	Exce-dentes	Vagos	Provi-sórios
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
2	N	—	—	—	7	N	—	5	—
5	M	—	—	—	10	M	—	5	—
11	L	—	6	—	16	L	—	11	—
17	K	—	11	—	24	K	—	18	—
35	J	—	—	—	35	J	—	—	—
70			—	17		92			—	39	

Observações: — No conjunto das carreiras de Engenheiro do Q.P., Engenheiro de padrões alfabéticos do Q.S. e Engenheiros de padrões numéricos do Q.S., o total de cargos preenchidos não poderá ser superior a 92.

DECRETO-LEI N.º 7.698 — DE 3 DE
JULHO DE 1945

*Altera a carreira de Arquivista do
Quadro Único — Parte Permanen-
te — do Ministério do Trabalho,
Indústria e Comércio, e dá outras
providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Arquivista do Quadro Único. — Parte Permanen-

te — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
1	<i>Arquivista</i>	K	2	—	Q.U.-P.P.	—	<i>Arquivista</i>	K	3	—	—
2	J	—	2	Q.U.-P.P.	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	3	H	—	3	—
—	—	—	—	—	5	G	—	5	—
—	—	—	—	—	7	F	—	7	—
—	—	—	—	—	10	E	—	10	12
3			2	2		25			3	25	12

Observações: — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores.

O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 25.

1945

IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1945 — VOLUME VII

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

1946

**IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL**

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

Págs.		Págs.	
11. <i>Justiça</i> . Lei Constitucional de 30-10-45. Emenda o art. 92 da Constituição. Pub. D.O. de 1-11-45	3	15. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 15-11-45. Dispõe sobre os poderes da Assembléia Constituinte e do Presidente da República. Pub. D. O. de 26-11-45	4
12. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 7-10 de 1945. Revoga o art. 177 da Constituição	3	16. <i>Justiça, Marinha, Guerra Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 30-11-45. Revoga o artigo 186 da Constituição Pub. D. O. de 30-11-45	5
13. <i>Justiça, Guerra, Trabalho, Marinha, Aeronáutica, Viação, Agricultura, Educação, Exterior, Fazenda</i> . Lei Constitucional de 12-11-45. Dispõe sobre os poderes constituintes do Parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945. Pub. D. O. de 13-10-45	3	17. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 3-12-45. Revoga o art. 179 da Constituição. Pub. D. O. de 12-12-45	5
14. <i>Justiça, Marinha, Guerra Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 17-11-45. Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e a guarda e o emprego da economia popular. Pub. D. O. de 24-11-45	4	18. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Lei Constitucional de 11-12-45. Revoga o parágrafo único do art. 96 da Constituição. Pub. D. O. de 14-12-45	6

	Págs.		Págs.
8.022. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 1-10-45. Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. Pub. D. O. de 3-10-45 ..	6	8.030. <i>Educação, Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 3-10-45. Incorpora ao patrimônio da União o Hospital Pedro Ernesto e dá outras providências. Pub. D. O. de 5-10-45	10
8.023. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 1-10-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 228.400,00, às verbas que especifica, e dá outras providências. Pub. D. O. de 3-10-45	7	8.031. <i>Agricultura, Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 3-10-45. Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco. Pub. D. O. de 9-10-45	10
8.024. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 1-10-45. Torna sem efeito o Decreto-lei número 6.053, de novembro de 1943, que deu nova redação ao art. 7383 da Conciliação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Pub. D. O. de 3-10-45 ...	8	8.032. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 3-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para subscrição de ações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, e dá outras providências. Pub. D. O. de 5-10-45	12
8.025. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 2-10-45. Cria cargos de Conselheiro Comercial no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D. O. de 5-10-45	8	8.033. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 7.388, de 21 de agosto de 1943. O Presidente da República, usando. Pub. D. O. de 6-10-45	12
8.026. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 2-10-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 13.612,50 para pagamento da vantagem (Pessoal) que indica. Pub. D. O. de 4-10-45	9	8.034. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Aceita a doação, feita à União, de um imóvel de propriedade do Estado de São Paulo. Pub. D. O. de 6-10-45 ..	13
8.027. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 2-10-45. Aumenta o número de membros da Junta Especial instituída pelo Decreto-lei número 7.401, de 20 de março de 1945. Pub. D. O. de 4-10-45 ..	9	8.035. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Retifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.540, de 10 de maio de 1945. Pub. D. O. de 6-10-45	13
8.028. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 2-10-45. Altera o processo de cálculo da contagem de tempo de serviço aéreo. Pub. D. O. de 4-10-45	9	8.036. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Define o regime de seguro social dos empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. Pub. D. O. de 6-10-45	14
8.029. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 2-10-45. Isenta do imposto de selo os estabelecimentos de ensino, sob inspeção oficial. Pub. D. O. de 4-10-45	10	8.037. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à "Associação da Companhia Santa Ursula" isenção dos impostos que menciona. Pub. D. O. de 6-10-45	14

	Págs.		Págs.
8.038. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto de 4-10-45. Altera carreira no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Pub. D. O. de 6-10-45	14	destinado ao Instituto Agrônomico do Norte para aquisição e instalação de geradores elétricos. Pub. D. O. de 9-10-45 ..	9
8.039. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Altera as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 6.341, de 11 de março de 1944. Pub. D. O. de 6-10-45	16	8.047. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-10-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 216.000,00 para despesas decorrentes de doação feita por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa. Pub. D. O. de 9-10-45	19
8.040. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D. O. de 6-10-45	16	8.048. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-10-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 1.161,30 para pagamento de gratificação de magistério. Pub. D. O. de 9-10-45	19
8.041. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-10-45. Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 83.299,80 para pagamento do acréscimo de 30 % de que trata o art. 94, inciso V, da Lei n.º 2.544, de 4 de janeiro de 1912. Pub. D. O. de 6-10-45	16	8.049. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-10-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.034.445,00 para despesas com a Fábrica Nacional de Motores. Pub. D. O. de 9-10-45 ..	20
8.042. <i>Guerra, Exterior.</i> Decreto-lei de 5-10-45. Restabelece o cargo de Adido Militar brasileiro na França. Pub. D. O. de 8-10-45	17	8.050. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-10-45. Extingue as Coletorias Federais em Mossoró e Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte; cria, em substituição, as Mesas de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró e de 2.ª Ordem em Canguaretama, e dá outras providências. Pub. D. O. de 10-10-45	20
8.043. <i>Guerra, Exterior.</i> Decreto-lei de 5-10-45. Restabelece o cargo de Adido Militar do Brasil em Roma. — Pub. D. O. de 8-10-45	17	8.051. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Extingue a Contadoria Seccional junto a Estrada de Ferro Tocantins e dá outras providências. Pub. D. O. de 10-10-45	21
8.044. Decreto-lei de 5-10-45. Altera os quadros de funcionários do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Pub. D. O. de 5-11-45	17	8.052. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Altera um dispositivo do Decreto-lei n.º 7.709, de 5 de julho de 1945. Pub. D. O. de 23-10-45	22
8.045. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 6-10-45. Modifica o Decreto-lei n.º 5.447, de 30 de abril de 1943. Pub. D. O. de 9-10-45 ..	18	8.053. <i>Marinha, Guerra Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Altera um dispositivo do De-	
8.046. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-10-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros)			

	Págs.		Págs.
creto-lei n.º 7.270, de 25 de janeiro de 1945. Pub. D. O. de 10-10-45	25	3.062. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 9-10-45. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D. O. de 10-10-45	28
8.054. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Retifica o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.814, de 21 de agosto de 1944. Pub. D. O. de 10-10-45	25	8.063. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 10 de outubro de 1945. Dispõe sobre as eleições para Governadores e assembleias legislativas dos Estados e dá outras providências. Pub. D. O. de 10 de outubro de 1945	28
8.055. <i>Viação, Fazendas.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Incorpora ao patrimônio nacional os terrenos remanescentes das desapropriações realizadas pela Companhia Docas da Bahia. Pub. D. O. de 10-10-45	25	8.064. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Institui o Registro Especial de Estabelecimentos de Produção, Estandarização e Engarrafamento de Vinhos e Derivados, e dá outras providências. Pub. D. O. de 12-10-45	29
8.056. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 8-10-45. Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 7.206, de 29 de dezembro de 1944, e dá outras providências. Pub. D. O. de 10-10-45	25	8.065. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. Pub. D. O. de 12-10-45	30
8.057. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 9-10-45-45. Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. Pub. D. O. de 30-10-45 ..	26	8.066. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Revoga o Decreto-lei n.º 7.801, de 30 de julho de 1945. Pub. D. O. de 12-10-45 ..	32
8.058. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 9-10-45. Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado, de provimento em comissão e dá outras providências. Pub. D. O. de 11-10-45	26	8.067. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Concede isenção do imposto do selo. Pub. D. O. de 12-10-45	32
8.059. <i>Educação, Fazendas.</i> Decreto-lei de 9-10-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 1.586,70 para pagamento de gratificação de magistério. Pub. D. O. de 11-10-45	27	8.068. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Abre ao Conselho de Colonização o crédito de Cr\$. 8.000,00, suplementar à verba que especifica. Pub. D. O. de 12-10-45	32
8.060. <i>Educação, Fazendas.</i> Decreto-lei de 9-10-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 1.045,20, para pagamento de gratificação de magistério. Pub. D. O. de 11-10-45	27	8.069. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Dispõe sobre a gratificação de Secretário do Diretor do Departamento de Previdência Social, do Conselho Nacional do Trabalho. Pub. D. O. de 12-10-45	32
8.061. <i>Educação Fazenda.</i> Decreto-lei de 9-10-45. Abre, ao Ministério e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 16.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. de 11-10-45	27	8.070. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 10-10-45. Altera a carreira de	

Págs.		Págs.
	Operário de Artes Gráficas do Ministério da Guerra. Pub. D. O. de 12-10-45	33
8.071.	Educação. Decreto-lei de 10-10-45. Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pela extinta Escola Superior de Mecânica e Eletricidade de São Paulo. Pub. D. O. de 12-10-45	35
8.072.	Fazenda. Decreto-lei de 11-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. de 13-10-45	35
8.073.	Agricultura, Trabalho, Educação. Decreto-lei de 11-10-45. Prorroga o prazo de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 7.669, de 22 de junho de 1945. Pub. D. O. de 13-10-45	35
8.0674.	Agricultura, Fazenda. Decreto-lei de 11-10-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$..... 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para os fins que especifica. Pub. D. O. de 13-10-45	36
8.075.	Educação. Decreto-lei de 11-10-45. Prorroga o prazo de funcionamento da junta especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945. Pub. D. O. de 13-10-45	36
8.076.	Justiça. Decreto-lei de 11-10-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Instituto Hahnemaniano do Brasil dos emolumentos que menciona. Pub. D. O. de 13-10-45	36
8.077.	Justiça, Fazenda. Decreto-lei de 11-10-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. de 13-10-45	37
8.078.	Trabalho, Fazenda. Decreto-lei de 11-10-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. de 13-10-45	37
8.079.	Trabalho. Decreto-lei de 11-10-45. Altera a redação do art. 7.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Pub. D. O. de 13-10-45	37
8.080.	Trabalho. Decreto-lei de 11-10-45. Altera dispositivos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes à Organização Sindical. Pub. D. O. de 13-10-45	38
8.081.	Justiça, Fazenda. Decreto-lei de 11-10-45. Dispõe sobre a arrecadação do imposto de vendas e consignações no Distrito Federal. Pub. D. O. de 12-10-45	39
8.082.	Viagem, Fazenda. Decreto-lei de 12-10-45. Eleva padrão de vencimentos de cargos em comissão do Ministério da Viação e Obras Públicas, e abre crédito suplementar a mesmo Ministério. Pub. D. O. de 15-10-45	39
8.083.	Educação, Fazenda. Decreto-lei de 12-10-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.40,00, para pagamento de gratificação de magistério. Pub. D. O. de 15-10-45	39
8.084.	Agricultura, Fazenda. Decreto-lei de 12-10-45. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.451,60, para pagamento de salário. Pub. D. O. de 15-10-45	40
8.085.	Agricultura. Decreto-lei de 12-10-45. Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 4.521, de 24 de julho de 1942. Pub. D. O. de 15-10-45	40

	Págs.		Págs.
3.086. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 12-10-45. Torna sem aplicação importância que especifica e abre, sem aumento de despesas, crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Pub. D. O. de 15-10-45	40	8.095. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 15 de outubro de 1945. Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a conceder à "Companhia de Hotéis Turistas do Brasil" pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso e gozo de um terreno situado na Avenida Pasteur nas condições que estabelece e dá outras providências. Pub. D.O. de 17 de outubro de 1945.....	47
3.087. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. Pub. D. O. de 17-10-45	41	8.096. <i>Justiça.</i> Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	47
3.088. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito dito especial de Cr\$ 4.183,20, para pagamento de notas de papel-moeda. Pub. D. O. de 17-10-45 ...	44	8.097. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 16 de outubro de 1945. Fixa normas para a movimentação dos oficiais subalternos do Exército e dá outras providências. Pub. D.O. de 18-10-45.....	47
3.089. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Desapropria, para fins de utilidade pública, duas casa e respectivos terrenos em Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. D. O. de 17-10-45 ..	44	3.098. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 16 de outubro de 1945. Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. no D O P782086.....	48
3.090. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Declara insubsistente o Decreto-lei n.º 4.312, de 8 de outubro de 1942. Pub. D. O. de 17-10-45	45	D.O. de 18-10-45.....	48
3.091. <i>Marinha.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Concede melhoria de reforma a um oficial da Armada. Pub. D. O. de 17-10-45 ...	45	8.099. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 16-10-45. Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.525,00, para liquidação de compromissos assumidos nos exercícios de 1936 e 1937. Publicado D.O. de 18-10-45.....	49
3.092. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Altera a redação do art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.569, de 3 de junho de 1944. Pub. D. O. de 17-10-45.	45	3.100. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 17-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.437.735,00, para pagamento de dívidas decorrentes de requisições. Pub. D.O. de 19-10-45	49
3.093. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.186,70, para pagamento de salário. Pub. D. O. de 17-10-45	46	3.101. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 17 de outubro de 1945. Altera carreira no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências. Pub. D.O. de 19-10-45.....	50
3.094. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 15-10-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. de 17-10-45	46	3.102. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 17-10-45. Concede pensão especial à viúva de Alberto Martins Tôrres. Pub. D.O. de 19-10-45	52

	Págs.		Págs.
8.103. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 17-10-45. Concede auxílio a técnicos estrangeiros para despesas de viagem. Pub. D.O. de 19-10-45.....	52	8.110. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 à verba que especifica. Pub. D.O. de 20-10-45..	55
8.104. <i>Fazenda, Trabalho.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Dôa à Fundação Brasil Central patentes de invenção, marcas de fábrica, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda incorporadas ao Patrimônio Nacional e dá outras providências. Pub. D.O. de 19-10-45.....	52	8.111. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	55
8.105. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 18 de outubro de 1945. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que o Dr. Carlos Guinle vai fazer à União, de terreno situado no Estado do Rio de Janeiro. Pub. D.O. de 20-10-45.....	53	8.112. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 20 de outubro de 1945.....	55
8.106. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Suspende até 31 de dezembro do corrente ano a cobrança dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina e dá outras providências. Pub. D.O. de 20-10-45.....	53	8.113. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 20 de outubro de 1945.....	55
8.107. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 769.573,80, para liquidação de despesas. Pub. D.O. de 20 de outubro de 1945.....	54	8.114. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 6.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 20-10-45.....	56
8.108. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 400.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 20-10-45	54	8.115. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-10-45. Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 22-10-45.....	56
8.109. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 18-10-45. Abre crédito suplementar ao Ministério da Agricultura. Pub. D.O. de 20-10-45	54	8.116. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 19 de outubro de 1945. Considera caduca a concessão outorgada à "Brasunido Sociedade Anônima" pelo Decreto-lei número 2.618, de 23 de setembro de 1940. Pub. D.O. de 22 de outubro de 1945.....	56
		8.117. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 7.500.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 22-10-45.....	57
		8.118. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-10-45. Transfere ao Estado do Rio de Janeiro uma área de terreno si-	

	Págs.		Págs.
tuada no Município de Itaqui, no mesmo Estado, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22 de outubro de 1945.....	57	1.457,10, para atender ao pagamento de salários devidos a Paulo Emílio de Oliveira Cruz. Pub. D.O. de 25-10-45.....	63
8.119. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 19-10-45. Estabelece as idades limites para a permanência no serviço ativo dos Oficiais combatentes e das Classes Anexas da Marinha de Guerra. Pub. D.O. de 20-10-45.....	58	8.127. <i>Agricultura, Justiça, Trabalho</i> . Decreto-lei de 24-10-45. Altera e dá nova redação ao Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural. Pub. D.O. de 27-10-45...	63
8.120. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 19-10-45. Altera carreira no Quadro Suplementar do Ministério da Marinha. Pub. D.O. de 22-10-45.....	59	8.128. <i>Justiça, Marinha, Fazenda, Guerra, Viação, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Dispõe sobre a isenção de que cogita o Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-10-45	68
8.121. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 22 de outubro de 1945. Fixa os cargos do pessoal do magistério da Prefeitura do Distrito Federal e dá outra s providências. Pub. D.O. de 24-10-45.....	61	8.129. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Dispõe sobre a inversão de bens pelas sociedades que menciona em ações de estabelecimentos bancários de depósito e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-10-45	68
8.122. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 22-10-45. Dispõe sobre o cancelamento de dívidas do imposto predial e dá outras providências. Pub. D.O. de 24 de outubro de 1945.....	62	8.130. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Dispõe sobre o pagamento de taxas referentes ao segundo período do último ano dos cursos de ensino superior. Pub. D.O. de 27-10-45	69
8.123. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 22-10-45. Concede pensão aos herdeiros de Luís Napoleão do Amaral. Pub. D.O. de 24-10-45.....	62	8.131. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 47.450,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 27-10-45	69
8.124. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 23-10-45. Concede pensão especial aos filhos menores de Agenor Martins de Sousa. Pub. D.O. de 25-10-45	62	8.132. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Cede ao Governo do Estado de Mato Grosso o imóvel que menciona. Pub. D.O. de 27-10-45	69
8.125. <i>Trabalho</i> . Decreto-lei de 23-10-45. Filia ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os condutores profissionais de veículos de serviços oficiais e de instituições paraestaduais ou autárquicas e dá outras providências. Pub. D.O. de 25-10-45.	63	8.133. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Sociedade Educadora da Infância e Juventude, isenção do imposto que menciona. Pub. D.O. de 27-10-45.	70
8.126. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 23-10-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$			

Págs.	Págs.
8.134. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a exonerar do imposto territorial e das taxas com o mesmo cobradas os terrenos desapropriados pela Prefeitura do Distrito Federal, na forma que menciona. Pub. D. O. de 27-10-45	feitos em 1934 e 1935. Pub. D. O. de 29-10-45..... 73
8.135. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Cria a Comissão de Publicações Oficiais. Pub. D.O. de 27-10-45	70
8.136. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para reparos e readaptação do Palácio Tiradentes. Pub. D.O. de 26-10-45.	71
8.137. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Cria, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal um cargo de Capitão Secretário, e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-10-45.	72
8.138. <i>Trabalho, Fazenda</i> . Decreto-lei de 25-10-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 550.000,00, para despesas com a Delegação do Brasil à 27. ^a Conferência Internacional do Trabalho. Pub. D. O. de 27-10-45.....	72
8.139. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Abre ao Ministério de Viação e Obras Públicas o crédito de Cr\$ 350.000,00, suplementar à Verba 3 — "Serviços e Encargos". Pub. D.O. de 29-10-45.	73
8.140. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 4.943,60 para pagamento de fornecimentos	74
8.141. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Altera o parágrafo único do art. 1. ^o do Decreto-lei n. ^o 8.118, de 19 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 29-10-45	74
8.142. <i>Marinha, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 1.800.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 29-10-45....	74
8.143. <i>Exterior, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 29-10-45.	74
8.144. <i>Exterior, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-10-45. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 190.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 29-10-45.	75
8.145. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 28-10-45. Cria a Comissão Organizadora de Assistência Social aos Servidores do Estado e dá outras providências. Pub. D.O. de 30-10-45.	75
8.146. <i>Agricultura</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Altera dispositivos dos Estatutos anexos ao Decreto-lei n. ^o 7.825, de 4 de agosto de 1945. Pub. D.O. de 3-11-45.	78
8.147. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	78
8.148. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Estabelece sob novos moldes o controle da produção, distribuição e consumo dos artefatos de borracha no país e	

	Págs.		Págs.
dá outras providências. Pub. D.O. de 14-11-45.	78	Decreto-lei n.º 8.090, de 15 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 8-11-45.	85
8.149. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> ...	79	8.159. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 3-11-45. Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo do Exército, de oficiais subalternos da reserva convocados e de praças, e dá outras providências. Pub. D.O. de 8-11-45.	85
8.150. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Modifica um dispositivo do Regulamento para o Quadro de Estado Maior do Exército. Pub. D.O. de 6-11-45.	79	8.160. <i>Guerra, Fazenda</i> . Decreto-lei de 3-11-45. Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para ocorrer a despesas com obras e instalações do Polígono de Marambaia. Pub. D.O. de 9-11-45.	87
8.151. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Cria o Serviço de Moto-Mecanização da 1.ª Região Militar. Pub. D.O. de 6-11-45...	80	8.161. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-11-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 10-11-45.	83
8.152. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Institui no Exército Pagadorias de Inativos e Pensionistas. Pub. D.O. de 6-11-45	80	8.162. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 7-11-45. Interpreta disposições do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945. Pub. D.O. de 8-11-45.	88
8.153. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 29-10-45 Estabelece as bases de organização do Salão Nacional de Belas Artes, e dispõe sobre outras medidas de proteção às artes plásticas em todo o país. Pub. D.O. de 6-11-45	84	8.163. <i>Justiça, Fazenda, Trabalho</i> . Decreto-lei de 7-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 7.375, de 13 de março de 1945 e restaura o artigo 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940. Pub. D.O. de 19-11-45..	88
8.154. <i>Guerra, Fazenda</i> . Decreto-lei de 29-10-45. Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 108.475,20 à verba que especifica. Pub. D.O. de 3-11-45.	84	8.164. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 9-11-45. Dá competência aos Tribunais Regionais e aos juizes de direito para conhecer de atos dos Prefeitos municipais. Pub. D.O. de 9-11-45.	89
8.155. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 1-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 8.063, de 10 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 3-11-45...	84	8.165. <i>Guerra, Marinha, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 9-11-45. Torna extensivo aos oficiais do Exército e da Aeronáutica o disposto nos arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 8.119, de 19 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 12-11-45.	89
8.156. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 1-11-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para despesas com as eleições de 2 de dezembro de 1945. Pub. D.O. de 3-11-45.	84		
8.157. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 3-11-45. Revoga o artigo 143 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945. Pub. D.O. de 5-11-45.	85		
8.158. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 3-11-45. Torna insubsistente o			

	Págs.		Págs.
8.166. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 9-11-45. Concede o direito devoto a brasileiros incorporados às forças armadas durante a guerra, e dá outras providências. Pub. D.O. de 12-11-45....	89	de o crédito especial de Cr\$ 125.000,00 para pagamento de subvenção extraordinária à União dos Escoteiros do Brasil. Pub. D.O. de 21-11-45.	93
8.167. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Agricultura, Viação, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 9-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945. Pub. D.O. de 13-11-45.	90	8.174. <i>Educação, Justiça</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Cobrança judicial de taxa de consumo de água no Distrito Federal. Pub. D.O. de 27-11-45.	93
8.168. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 9-11-45. Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.887, de 21 de agosto de 1945. suprime e cria cargos isolados, de provimento em comissão e dá outras providências. Pub. D.O. de 14-11-45.	90	8.175. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 8.040, de 4 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 21-11-45..	94
8.169. <i>Fazenda, Justiça, Guerra, Trabalho, Aeronáutica, Viação, Agricultura, Educação, Exterior, Marinha</i> . Decreto-lei de 12-11-45. Concede um abono de emergência aos servidores civis e militares da União. Pub. D.O. de 13-11-45.	91	8.176. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 4.693, de 16 de setembro de 1942. Pub. D.O. de 24-11-45..	94
8.170. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 12-11-45. Dispõe sobre o patrimônio de partidos dissolvidos. Pub. D.O. (suplemento) de 13-11-45.	91	8.177. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 16-11-45. Dá atribuição aos juizes eleitorais. Pub. D.O. de 16-11-45.	95
8.171. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Cria cargos isolados de provimento efetivo e suprime funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 17-11-45. Rep. D.O. de 19-11-45....	92	8.178. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 19-11-45. Torna sem efeito a concessão outorgada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Decreto n.º 19.293, de 30-7-945 e dá outras providências. Pub. D.O. de 20-11-45	95
8.172. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D.O. de 21-11-45.	93	8.179. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 19-11-45. Acrescenta dois parágrafos ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945. Pub. D.O. de 27-11-45.	96
8.173. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 14-11-45. Abre ao Ministério da Educação e Saú-		8.180. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 19-11-45. Reorganiza o Quadro de Intendência da Aeronáutica. Pub. D.O. de 26-11-45.	96
		8.181. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 19-11-45. Divide o território nacional em Distritos Navais e dá outras providências. Pub. D.O. de 23-11-45.	96
		8.182. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	97

	Págs.		Págs.
8.183. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-10-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 179.250,00, para despesas com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre questões marítimas. Pub. D.O. de 23-11-45...	97	seus atuais alunos da terceira e quarta séries. Pub. D.O. de 27-11-45.	101
8.184. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-11-45. Cria e extingue cargos no Ministério da Guerra e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-11-45...	98	8.192. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Dispõe sobre a concessão anual de bolsas de estudos na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Pub. D.O. de 22-1-45.	102
8.185. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 19-11-45. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 23-11-45.	98	8.193. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Dispõe sobre promoção no corrente ano letivo. Pub. D.O. de 22-11-45.	102
8.186. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 19-11-45. Dispõe sobre o processo e julgamento dos crimes da competência do extinto Tribunal de Segurança Nacional. Pub. D.O. de 24-11-45.	99	8.194. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Revoga os Decretos-leis n.º 2.072, de 8 de março de 1945, n.º 2.310, de 14 de fevereiro de 1940, n.º 4.101, de 9 de fevereiro de 1942, e n.º 5.045, de 5 de dezembro de 1942. Pub. D.O. de 22-11-45.	103
8.187. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 19-11-45. Dispõe sobre o pessoal em exercício no extinto Tribunal de Segurança Nacional. Pub. D.O. de 24-11-45.	100	8.195. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Altera disposições do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939. Pub. D.O. de 22-11-45.	103
8.188. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Dispõe sobre o afastamento de Prefeitos municipais. Pub. D.O. de 20-11-45.	100	8.196. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Altera disposições do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Pub. D.O. de 22-11-45.	104
8.189. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Concede pensão especial a Júlia Prudente de Moraes, filha de Prudente José de Moraes Barros, ex-Presidente da República. Pub. D. O. de 23-11-45.	101	8.197. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Revoga o Decreto-lei n.º 8.025, de 2 de outubro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-11-45.	106
8.190. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Restabelece cargo e dá outras providências. Pub. D.O. de 23-11-45.	101	8.198. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.887, de 21 de agosto de 1945, extingue e cria cargos isolados e funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-11-45.	106
8.191. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 20-11-45. Disposições relativas ao curso comercial básico e a		8.199. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho,</i>	

	Págs.		Págs.
<i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 21-11-45. Altera o art. 72 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939. Pub. D.O. de 24-11-45.	108	8.207. <i>Justiça, Fazenda, Educação.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Altera a redação dos artigos 1.594 e 1.612 do Código Civil, revoga o decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1939, e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-11-45.	112
8.200. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 21-11-45. Altera a redação dos §§ 3.º e 4.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941. Pub. D.O. de 24-11-45.	103	8.208. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca criada pelo Decreto-lei n.º 5.030, de 4 de dezembro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 5.530, de 28 de maio de 1943. Pub. D.O. de 23-11-34.	113
8.201. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 21-11-45. Altera o Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943. Pub. D.O. de 24-11-45.	109	8.209. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Estende aos servidores que menciona, da Prefeitura do Distrito Federal, as vantagens do Decreto-lei n.º 17.905, de 27 de fevereiro de 1945. Pub. D.O. de 27-11-45.	114
8.202. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Restabelece o cargo de Diretor da Secretaria do Senado Federal. Pub. D.O. de 22-11-45.	110	8.210. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito Suplementar de Cr\$ 894215,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 27-11-45.	114
8.203. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Torna extensivo aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal o abono de emergência concedido aos servidores civis e Militares da União. Pub. D.O. de 27-11-45.	111	8.211. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, para ocorrer o pagamento de gratificação pela execução de serviço técnico. Pub. D.O. de 27-11-45.	115
8.204. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 27-11-45.	111	8.312. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 27-11-45.	115
8.205. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Altera sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 24-11-45.	112	8.213. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para despesas da Fábrica Nacional de Motores. Pub. D.O. de 26-11-45.	117
8.206. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 22-11-45. Incorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências. Pub. D.O. de 24-11-45.	112		

	Págs.		Págs.
8.214. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 23-11-45. Dispõe sobre o crédito especial aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.169, de 12 de novembro de 1945. Pub. D.O. de 26-11-45.	117	8.223. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 26 de novembro de 1945. Suspende, temporariamente, a execução da alínea <i>l</i> do art. 12 do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945 e altera a alínea <i>c</i> do citado Decreto-lei. Pub. D.O. de 30-11-45.	120
8.215. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para prosseguimento e completamento das obras de ligação rodoviária do Sul com o Norte do País. Pub. D.O. de 26-11-45.	117	8.224. <i>Exterior, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-11-45. Dispõe sobre o cargo isolado de Redator-Chefe dos Anais no Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores. Pub. D.O. de 30-11-45.	120
8.216. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 23-11-45. Concede o direito de voto, onde se encontrarem aos eleitores que menciona. Pub. D.O. de 26-11-45.	118	8.225. <i>Justiça, Educação, Trabalho</i> . Decreto-lei de 27-11-45. Dispõe sobre a carreira de Farmacêutico dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. Pub. D.O. de 7-12-45.	121
8.217. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 23-11-45. Dispõe sobre a isenção de impostos nas aquisições de imóveis feitas por oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira. Pub. D.O. de 26-11-45.	118	8.226. <i>Justiça, Agricultura, Educação, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 27-11-45. Dispõe sobre as carreiras de Dentista dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Saúde e Justiça e Negócios Interiores. Pub. D.O. de 12-12-45.	124
8.218. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 23-11-45. Altera a redação do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945. Pub. D.O. de 28-11-45.	118	8.227. <i>Guerra, Fazenda</i> . Decreto-lei de 27-11-45. Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.710,00 para atender à despesa com o pagamento de diferença de salário. Pub. D.O. de 30-11-45.	123
8.219. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 26-11-45. Extingue os Conselhos Administrativos. Pub. D.O. de 26-11-45.	118	8.228. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 27-11-45. Regula a situação dos oficiais da extinta Polícia Militar do Território do Acre e sua inclusão nos Quadros da Polícia Militar do Distrito Federal. Pub. D.O. de 1 de dezembro de 1945.	128
8.220. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-11-45. Autoriza a mobilização das reservas de ouro disponíveis no país e no estrangeiro. Pub. D.O. de 28-11-45.	119	8.229. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Fixa o subsídio dos Deputados e Senadores e dá outras providências. Pub. D.O. de 1-12-45.	129
8.221. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 26-11-45. Dispõe sobre prestação de exame especial de educação física. Pub. D.O. de 23-11-45.	119		
8.222. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 26-11-45. Dá nova redação aos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.417, de 13 de julho de 1939. Pub. D.O. de 28-11-45.	119		

Págs.	Págs.
8.230. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Abre crédito suplementar de Cr\$ 250.000,00 à lotação que especifica. Pub. D.O. de 1-12-45.....	130
8.231. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Declara feriados, em todo o território nacional, para efeitos forenses, os dias 3 a 15 de dezembro. Pu. D.O. de 1-12-45.....	130
8.232. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Dispõe sobre atribuições do Advogado da Polícia Militar do Distrito Federal. Pub. D.O. de 1 de dezembro de 1945.....	131
8.233. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Dá a denominação de "Regimento Tiradores" ao 11.º Regimento de Infantaria. Pub. D.O. de 30 de novembro de 1945.....	131
8.234. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Altera o Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944. Pub. D.O. de 30-11-45.....	131
8.235. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei número 7.070, de 23 de novembro de 1944. Pub. D.O. de 4-12-45....	132
8.236. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.729,00, para pagamento de gratificações de magistério. Pub. D.O. de 4-12-45.....	132
8.237. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 247.000,00 à verba que especifica. Pub. D.O. de 4-12-45....	132
8.238. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$	
150.000,00 para atender a despesas com solenidades de formatura em estabelecimentos de ensino da Universidade do Brasil. Pub. D.O. de 3-12-45.	133
8.239. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Revoga dispositivos do Decreto-lei número 3.969, de 23 de dezembro de 1941, e do Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941. Pub. D.O. de 1-12-45.....	133
8.240. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-11-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 300.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 30 de novembro de 1945.....	134
8.241. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 27 de novembro de 1945. Altera a redação do art. 206 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, e do seu parágrafo único. Pub. D.O. de 28-11-45	134
8.242. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 225.670,00, para o fim que especifica. Pub. D.O. de 30 de novembro de 1945.....	134
8.243. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 30-11-45.....	135
8.244. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 464.806,09, para atender aos gastos iniciais da Organização Internacional Provisória da Aviação Civil. Pub. D.O. de 30-11-45	134
8.245. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-11-45. Abre ao	

	Págs.		Págs.
Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 8.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 4-12-45...	136	8.253. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Marinha.</i> Decreto-lei de 29 de novembro de 1945. Altera a redação do art. 197 do Decreto-lei n.º 1.713, de 23 de outubro de 1939. Pub. D.O. de 12 de dezembro de 1945.....	139
8.246. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Abre ao Conselho de Emigração e Colonização o crédito de Cr\$ 45.200,00, suplementar à verba que especifica. Pub. D.O. de 30-11-45.....	136	8.254. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 29-11-45. Altera o Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945	140
8.247. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 23-11-45. Altera o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho. Pub. D.O. de 30-11-45	136	8.255. <i>Marinha.</i> Decreto-lei de 30-11-45. Autoriza a aquisição de um automóvel na cidade de Santos, Estado de São Paulo. Pub. D.O. de 4-12-45.....	140
8.248. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 29-11-45. Dispõe sobre a Comissão Executiva do Leite criada pelo Decreto-lei n.º 2.384, de 10 de julho de 1940. Pub. D.O. de 23-11-45.....	137	8.256. <i>Marinha, Viação.</i> Decreto-lei de 30-11-45. Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM) e dá outras providências. Pub. D.O. de 4-12-45.....	140
8.249. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 29-11-45. Dispõe sobre a situação jurídica dos empregados das empresas incorporadas ao patrimônio da União. Pub. D. O. de 29-11-45.....	137	8.257. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 30-11-45. Concede autonomia às Caixas Econômicas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso, e dá outras providências. Pub. D. O. de 4-12-45.....	141
8.250. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 29 de novembro de 1945. Suspende por noventa dias a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a farinha de trigo. Pub. D.O. de 1-12-45..	138	8.258. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 30 de novembro de 1945. Inclui cargo na carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. Pub. D.O. de 7-12-45.....	142
8.251. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 29-11-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 11.750,00. Pub. D.O. de 1-12-45.....	138	8.259. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 30-11-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 7-12-45	142
8.252. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 29-11-45. Suprime a contribuição de empregados para a Legião Brasileira de Assistência, a que se refere o art. 2.º, alínea a, do Decreto-lei n.º 4.830, de 15 de outubro de 1942. Pub. D.O. de 1-12-45.....	139	8.260. <i>Marinha, Fazenda.</i> Decreto-lei de 30-11-45. Cria no Tribunal Marítimo Administrativo dois cargos isolados. Pub. D. O. de 6-12-45.....	143

Págs.	Págs.
8.261. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 30 de novembro de 1945. Altera as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista e Dactiloscopista-Auxiliar e Detetive. Pub. D.O. de 4-12-45.....	143
8.262. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 30 de novembro de 1945. Altera a carreira de Comissário de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. D.O. de 4-12-45.....	147
8.263. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 30 de novembro de 1945. Cria taxas adicionais sobre preços do carvão nacional e dá outras providências. Pub. D.O. de 1 de dezembro de 1945.....	149
8.264. <i>Guerra, Justiça</i> . Decreto-lei de 1-12-45. Dispõe sobre gabaritos de construções nos bairros do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. Pub. D.O. de 7-12-45	149
8.265. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 1-12-45. Cria, transforma e eleva cargos isolados, de provimento efetivo e em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. D.O. de 7-12-45.....	150
8.266. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 1-12-45. Cria e transforma cargos isolados de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 7-12-45.....	151
8.267. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 3 de dezembro de 1945. Prorroga, no corrente exercício, o prazo para publicação dos orçamentos dos Estados e municípios. Pub. D.O. de 4-12-45.....	151
8.268. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 3 de dezembro de 1945. Revoga o Decreto-lei n.º 3.366, de 25 de junho de 1941. Pub. D.O. de 4-12-45	152
8.269. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 3 de dezembro de 1945. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos imóveis que menciona. Pub. D.O. de 5-12-45.....	152
8.270. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 3-12-45. Altera disposições do Decreto-lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939. Pub. D.O. de 5-12-45	152
8.271. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 8-12-45. Dispõe sobre as subvenções concedidas aos Diretores Acadêmicos dos estabelecimentos federais de ensino. Pub. D.O. de 5-12-45.....	155
8.272. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 3-12-45. Organiza como unidade técnico administrativa a Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil. Pub. D.O. de 5-12-45..	156
8.273. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 4-12-45. Dá nova organização às Forças Navais dos Estados Unidos do Brasil. Pub. D.O. de 6-12-45.....	157
8.274. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 4-12-45. Restabelece o regime de compra e venda em Bolsa para os títulos ao portador. Pub. D.O. de 7-12-45.....	158
8.275. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 4 de dezembro de 1945. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 2.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 7-12-45...	158
8.276. <i>Trabalho</i> . Decreto-lei de 4-12-45. Modifica o Decreto-lei n.º 7.977, de 20 de setembro de 1945. Pub. D.O. de 7-12-45...	158
8.277. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 4-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República, na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 7-12-45.....	159

	Págs.		Págs.
3.278. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 8 de dezembro de 1945.....	159	8.266. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 5 de dezembro de 1945. Aprova o Acôrdio Ortográfico para a unidade da língua portuguesa. Publicado no D.O. de 8-12-45'....	164
3.279. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 8-12-45.....	159	8.287. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Altera e cria carreiras nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica. Pub. D. O. de 10-12-45.....	164
3.280. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-12-45. Cria no Quadro Permanente do Ministério da Guerra a carreira de Alfaiate, altera a de Artífice do Quadro Suplementar e abre crédito suplementar. Pub. D. O. de 8-12-45.....	160	3.288. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 936,00, para pagamento de gratificação de representação. Pub. D. O. de 13-12-45.....	170
3.281. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 4 de dezembro de 1945. Extingue o Depósito do Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira. Pub. D.O. de 8 de dezembro de 1945.....	162	3.289. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$. 143.000,00 às verbas que especifica. Pub. D.O. de 13-12-45..	170
3.282. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 4 de dezembro de 1945. Dispõe sobre transformação de unidades-escolas. Pub. D.O. de 8-12-45	162	3.290. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Cria a Escola de Agronomia da Amazônia. Pub. D.O. de 7-12-45.....	171
3.283. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 4 de dezembro de 1945. Concede pensão especial à viúva de um oficial. Pub. D.O. de 8-12-45..	162	3.291. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Cria um Hospital de Primeira Classe na 2. ^a Zona Aérea. Pub. D.O. de 11-12-45	171
3.284. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 4-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra. Pub. D.O. de 8-12-45.	162	3.292. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 5 de dezembro de 1945. Declara feriado para efeitos forenses o dia 8 de dezembro. Pub. D.O. de 8-12-45.	172
3.285. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 4 de dezembro de 1945. Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 395.986,00 para pagamento de diferença de vencimentos a Professores Militares. Pub. D.O. de 8-12-45....	163	3.293. <i>Exterior.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Dispõe sobre o cargo isolado de Contabilista, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores. Pub. D.O. de 7-12-45.....	172
		3.294. <i>Exterior, Fazenda.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Cria cargos de Redatores no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 7 de dezembro de 1945.....	172

Págs.	Págs.
8.295. <i>Fazenda, Agricultura, Trabalho.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Autoriza a concessão de um abono de emergência ao pessoal das autarquias federais. Pub. D.O. de 7-12-45.....	pagamento de salários devidos a Matilde Matarazzo Gargiulo. Pub. D. O. de 12-12-45 176
173	
8.296. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra. Pub. D.O. de 8 de dezembro de 1945.....	8.303. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Altera a legislação tributária da Prefeitura do Distrito Federal. Pub. D.O. de 12-12-45.
173	176
8.297. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 5-12-45. Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra. Pub. D. O. de 8 de dezembro de 1945.....	8.304. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Transforma a Comissão de Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas do Distrito Federal. Pub. D.O. de 12-12-45.
173	178
8.298. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 5 de dezembro de 1945. Cria cargo isolado no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências. Pub. D.O. de 6-12-45... ..	8.305. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Suprime dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho. Pub. D.O. de 12-12-45 178
173	
8.299. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 6 de dezembro de 1945. Transfere ao Ministério da Viação e Obras Públicas as atribuições dadas à Coordenação da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 6771, de 7 de agosto de 1944. Pub. D.O. de 12 de dezembro de 1945.....	8.306. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei número 7.961, de 18 de setembro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 12-12-45..
174	179
8.300. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Cria cursos técnicos na Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. Pub. D.O. de 12-12-45.....	8.307. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 3-12-45. Altera a redação do art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.496, de 26 de abril de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 3-12-45.
174	179
8.301. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto de 6-12-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, para atender ao pagamento de salários devidos a Matilde Matarazzo Gargiulo. Pub. D.O. de 12-12-45.....	8.308. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Dispõe sobre a autonomia técnico-administrativa do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências. Pub. D.O. de 12-12-45.
176	180
8.302 — <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$..... 15.000,00, para atender ao pa-	8.309. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências. Pub. D.O. de 8-12-45.
	183
	8.310. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 6-12-45. Dispõe sobre promoção de funcionários do extinto Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 8-12-45.
	184

	Págs.		Págs.
8.311. <i>Vição, Fazenda, Trabalho</i> . Decreto-lei de 6-12-45. Cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados, substituindo o Decreto-lei n.º 7.995, de 24 de setembro do corrente ano e dá outras providências. Pub. D.O. de 13-12-45.	184	indenização decorrente de desapropriação de terrenos situados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Pub. D.O. de 14-12-45.	191
8.312. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	187	8.320. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$. 155.000,00, para os serviços que menciona. Pub. D.O. de 14-12-45.	192
8.313. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Dispõe sobre jornais e empresas jornalísticas pertencentes aos governos da União, dos Estados e das entidades autárquicas. Pub. D.O. de 7-12-45.	187	8.321. <i>Agricultura</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Altera o parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.208, de 22 de novembro de 1945. Pub. D.O. de 12-12-45.	192
8.314. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Cria e inclui cargos na lotação permanente da Alcaçôa de magistério. Pub. D.O. de 10-12-45.	187	8.322. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Torna extensivo aos servidores dos Territórios Federais o abono de emergência concedido aos servidores civis e militares da União. Pub. D.O. de 8-12-45.	192
8.315. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Dispõe sobre gratificação de magistério. Pub. D.O. de 11-12-45.	188	8.323. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Altera o efetivo do Corpo de Fusileiros Navais. Pub. D.O. de 10-12-45.	193
8.316. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Altera a carreira de Arquivologista do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 14-12-45.	189	8.323-A. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Vição, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Reorganiza o Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) e dá outras providências. Pub. D.O. de 11-12-45.	193
8.317. <i>Vição, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Prorroga a vigência do crédito aberto pelo art. 2.º, do Decreto-lei número 6.646, de 29 de junho de 1944. Pub. D.O. de 14-12-45.	191	8.324. <i>Exterior, Fazenda</i> . Decreto-lei de 8-12-45. Dispõe sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 10-12-45.	194
8.318. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$. 200.000,00; à Verba que especifica. Pub. D.O. de 14-12-45.	191	8.325. <i>Exterior</i> . Decreto-lei de 8-12-45. Dispõe sobre o pessoal do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 10-12-45. Ret. D.O. de 12-12-45.	197
8.319. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 7-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 580.000,00 para pagamento de		8.326. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 8-12-45. Altera a carreira de	

Págs.	Págs.
Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Pub. D.O. de 10-12-45. 207	8.334. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Anula o disposto no art. 3.º do Decreto-lei número 6.773, de 7 de agosto de 1944. Pub. D.O. de 13-12-45. 205
8.327. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Revoga o Decreto-lei n.º 4.937, de 1942 e dá outras providências. Pub. D.O. de 14-12-45. 202	8.335. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Cria e extingue Unidades de Aviação. Pub. D. O. de 12-12-45. 205
8.328. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Dispõe sobre o provimento de cargos vagos nas classes intermediárias e finais carreiras de funcionários civis do Ministério da Guerra. Pub. D.O. de 14-12-45. 202	8.336. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Altera sedes normais de estacionamento de Unidades de Aviação. Pub. D.O. de 12-12-45. 206
8.329. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra. Pub. D.O. de 14-12-45. 202	8.337. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$. 68.320,30 para pagamento à "The Amazon Telegraph Company, Limited". Pub. D.O. de 14-12-45. 206
8.330. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Dá nova denominação ao 1.º Batalhão de Infantaria Motorizado. Pub. D.O. de 14-12-45. 204	8.338. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 2.600,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 14-12-45 206
8.331. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição do seu domínio útil e da casa nêle existente. Pub. D.O. de 12-12-45. 204	3.339. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 14-12-45. 207
8.332. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil. Pub. D.O. de 13-12-45. 204	8.340. <i>Fazenda, Agricultura</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Cede à Sociedade Brasileira de Educação o imóvel que menciona. Pub. D.O. de 14-12-45. 207
8.333. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Desapropria, para fins de utilidade pública o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa existente. Pub. D.O. de 13-12-45. .. 205	8.341. <i>Agricultura</i> . Decreto-lei de 10-12-45 Modifica dispositivos do decreto-lei n.º 6.922, de 4 de outubro de 1944, e dá outras providências. Pub. D.O. de 13-12-45. 208
	8.342. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Uniformiza o regime de promoção nas faculdades e escolas superiores. Pub. D.O. de 13-12-45. 208
	8.343. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Transfere o Serviço

	Págs.		Págs.
de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o Departamento Nacional de Saúde. Pub. D.O. de 13-12-45.	210	8.352. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Prorroga o prazo estabelecido no Decreto-lei número 6.622, de 22 de junho de 1944. Pub. D.O. de 14-12-45.	216
8.344. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Declara sem efeito o Decreto-lei n.º 7.122, de 4 de dezembro de 1944. Pub. D.O. de 13-12-45.	210	8.353. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.527, de 24 de maio de 1944. Pub. D.O. de 14-12-45.	217
8.345. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Dispõe sobre habilitação para exercício profissional. Pub. D.O. de 13-12-45.	210	8.354. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Dispõe sobre a promoção e reforma de oficiais subalternos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pub. D.O. de 14-12-45.	217
8.346. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Altera disposição do Decreto-lei n.º 8.272, de 3 de dezembro de 1945. Pub. D.O. de 13-12-45.	211	8.355. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Dispõe sobre a designação dos substitutos dos Intervenitores. Pub. D.O. de 14-12-45.	217
8.347. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Da nova redação aos arts. 5.º, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Pub. D.O. de 13-12-45.	211	8.356. <i>Justiça, Viação</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Dispõe sobre a manifestação do pensamento por meio da radiodifusão. Pub. D.O. de 22-12-45.	217
8.348. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 10-12-45. Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores das autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 13-12-45.	214	8.357. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial. Pub. D.O. de 14-12-45.	218
8.349. <i>Educação Fazenda</i> . Decreto-lei n.º to-lei de 11-12-45. Dá nova redação aos arts. 3.º e 4.º do Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944. Pub. D.O. de 14-12-45.	215	8.358. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Altera carreira no Quadro Especial do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D.O. de 14-12-45.	218
8.350. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 11-12-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, para o fim que especifica. Pub. D.O. de 14-12-45.	215	8.359. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Prorroga até 31 de março de 1946 o prazo para isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6.443, de 27 de abril de 1944, e 7.577, de 22 de maio de 1945. Pub. D.O. de 14-12-45.	220
8.351. <i>Trabalho, Fazenda</i> . Decreto-lei de 12-12-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, em favor da Comissão Executiva Têxtil. Pub. D.O. de 14-12-45.	216	8.360. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Decreto-lei de 13-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 13-12-45.	220
		8.361. <i>Justiça, Marinha, Trabalho, Exterior, Fazenda, Viação</i> ,	

Págs.	Págs.
<i>Agricultura, Educação, Trabalho Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Dispõe sobre a prioridade de ingresso, no serviço público federal, dos candidatos habilitados em concurso que, como convocados os voluntários, tenham tomado parte em operações de guerra. Pub. D. O. de 26-12-45.	Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 500,00 à verba que especifica. Pub. D.O. de 15-12-45. 224
8.362. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Cria, no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quatro funções gratificadas de chefe de Seção do Serviço Actuarial (S.At.) e dá outras providências. Pub. D. O. de 20-12-45.	220
8.363. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Revoga o título — “Dos contratos de trabalho na Indústria Têxtil”, constante do Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944, e dá outras providências. Pub. D.O. de 15-12-45.	221
8.364. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a alienar o imóvel que menciona. Pub. D. O. de 15-12-45.	222
8.365. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Orça a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício de 1946. Pub. D.O. de 15-12-45.	222
8.366. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Concede pensão à viúva de Renato Machado Werneck. Pub. D.O. de 20-12-45.	223
8.367. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.960.000,00 para despesas com o fornecimento de notas de com o fornecimento de notas de papel-moeda. Pub. D.O. de 15-12-45.	224
8.368. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Abre ao Ministério da	
8.369. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1.200,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 15-12-45	225
8.370. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Trabalho, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Assegura aos militares, magistrados e funcionários civis, transferidos para a Reserva Remunerada, reformados ou aposentados, as vantagens decorrentes de quaisquer aumentos de remuneração que forem concedidos até 31 de dezembro de 1946. Pub. D.O. de 22-12-45.	225
8.371. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 14-12-45. Torna extensiva, à criação e utilização do cavalo trotador, a legislação sobre fomento da produção do puro sangue de corrida. Pub. D.O. de 19-12-45.	226
8.372. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 14-12-45. Dispõe sobre promoção de funcionários dos quadros do Ministério da Aeronáutica. Pub. D.O. de 17-12-45.	226
8.373. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 14-12-45. Cria o “Fundo Aeronáutico. Pub. D.O. de 17 de dezembro de 1945	226
8.384. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 14 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a administração do Lóide Brasileiro, Património Nacional. Pub. D.O. de 17-12-45	227
8.375. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 14-12-45. Fixa os vencimentos e vantagens, no estrangeiro, do pessoal militar da Seção de Guarda, e dispõe sobre a manutenção do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia (Itália). Pub. D.O. de 22 de dezembro de 1945	227

	Págs.		Págs.
8.376. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 15 de dezembro de 1945. Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado, de provimento em comissão, e dá outras providências. Pub. D.O. de 18-12-45 ..	228	sentado fora do primeiro prazo fixado para apresentação e incorporação às fileiras do Exército. Pub. D.O. de 22 de dezembro de 1945	331
8.377. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 15 de dezembro de 1945. Revoga o Decreto-lei n.º 6.262, de 2 de maio de 1944, sobre importação de vidro plano. Pub. D.O. de 18 de dezembro de 1945	228	8.384. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no D.O.	231
8.378. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 15 de dezembro de 1945. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.562.309,90, para despesas decorrentes das incorporações previstas no Decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942. Pub. D.O. de 18 de dezembro de 1945	228	8.385. <i>Agricultura</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar um acordo com o Estado de São Paulo, visando a instalação, por este último, de um serviço para a produção de sementes de milho híbrido. Pub. D.O. de 19 de dezembro de 1945	231
8.379. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 17 de dezembro de 1945. Cria a função gratificada de Auxiliar de Comissão, no Ministério da Aeronáutica. Pub. D.O. de 20-12-45	229	8.386. <i>Agricultura</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura. Rep. D. O. de 20-12-45..	232
8.380. <i>Aeronáutica. Marinha. Guerra</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Cria o Quadro de Farmacêuticos de Aeronáutica e dá outras providências. Pub. D.O. de 22 de dezembro de 1945	229	8.387. <i>Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 20-12-45.	234
8.381. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 17 de dezembro de 1945. Torna extensivo aos Capitães da Reserva de 2.ª Classe que serviram na F. E. B., os benefícios do Decreto-lei n.º 8.159, de 3-11-45, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45 ..	230	8.388. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45.	234
8.382. <i>Guerra, Fazenda</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Prorroga a vigência de crédito extraordinário aberto ao Ministério da Guerra. Pub. D.O. de 22-12-45 ..	230	8.389. <i>Marinha</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Reorganiza os Centros de Instrução da Marinha. Pub. D.O. de 22-12-45.	236
8.383. <i>Guerra</i> . Decreto-lei de 17 de dezembro de 1945. Isenta de culpa os cidadãos da classe de 1924, que foram declarados insubmissos, por terem se apre-		8.390. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. Pub. D.O. de 19-12-45.	236
		8.391. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Dispõe sobre a aposentadoria de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Pub. D. O. de 19-12-45.	237
		8.392. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 17-12-45. Dispõe sobre a apo-	

Págs.	Págs.
sentadoria de Olímpio Olinto de Oliveira. Pub. D.O. de 19-12-45. 237	3.401. <i>Agricultura, Justiça, Fazenda, Educação.</i> Decreto-lei de 19-12-45. Revoga os Decretos-leis ns.º 5.893, de 19 de outubro de 1943 e 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, exceto as disposições dos arts. 104 a 118, e seus parágrafos, revigorando o Decreto-lei n.º 581, de 1 de agosto de 1933 e a Lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Pub. D.O. de 28-12-45 247
8.392. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 17-12-45. Concede autonomia, administrativa, financeira; didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Pub. D.O. de 20-12-45. 237	8.402. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Autoriza a extinção dos Departamentos Estaduais de Informações. Pub. D.O. de 22-12-45 248
8.394. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 17-12-45. Altera disposições do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Pub. D.O. de 19-12-45. 242	8.403. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Revoga o item VII do art. 11 da consolidação dos dispositivos regulamentares da Ordem dos Advogados do Brasil. Pub. D.O. 22-12-45 248
8.395. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Altera sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 20-12-45. 242	8.404. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto de 20-12-45. Cria e transforma cargos isolados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45 .. 248
8.396. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 13-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas crédito suplementar à Verba específica. Pub. D.O. de 20-12-45. 243	8.405. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Altera a carreira de Guarda-Civil do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. D.O. de 22-12-45. 249
8.397. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 18-12-45. Altera o art. 48 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939. Pub. D.O. de 20-12-45. 243	8.406. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Altera carreiras no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. D.O. de 22-12-45 251
8.398. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 18-12-45. Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. Pub. D.O. de 19-12-45. 244	8.407. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Altera e inclui, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carreira de Radiotelegrafista do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45. 253
8.399. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 19-12-45. Altera e cria carreiras no Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica. Pub. D.O. de 21-12-45. 244	8.408. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 20-12-45. Cria e eleva cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do
8.400. <i>Justiça, Fazenda, Agricultura, Trabalho.</i> Decreto-lei de 19-12-45. Extingue a Coordenação da Mobilização Econômica e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45. 246	

	Págs.		Págs.
Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22 de dezembro de 1945.	255	de Cr\$ 190.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945	263
8.409. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 20-12-45. Altera e cria carreiras nos Quadros Suplementar e Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45	255	8.416. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Extingue a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) e dá outras providências. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945.	263
8.410. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 20-12-45. Altera a carreira de Escrivão de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. D.O. de 22-12-45.	257	8.417. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Faz doação à Prefeitura Municipal de Sapé, no Estado da Paraíba, do imóvel que menciona. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945	264
8.411. <i>Trabalho</i> . Decreto-lei de 20-12-45. Altera a carreira de Médico do Trabalho do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45 ..	260	8.418. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Isenta do pagamento de laudêmio a transferência de aforamento de terreno acrescido de marinha, que menciona, e do edifício nêlê construído. Pub. D.O. de 24-12-45. ..	264
8.412. <i>Trabalho</i> . Decreto-lei de 20-12-45. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45	262	8.419. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Autoriza o provimento imediato de cargos vagos, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945	265
8.413. <i>Justiça, Fazenda, Viação, Educação, Trabalho</i> . Decreto-lei de 20-12-45. Dispõe sobre os vencimentos de ocupantes efetivos de cargos de diretor de antigas diretorias gerais de Secretarias de Estado, departamentos nacionais, de alguns Ministérios, Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Tribunal de Contas. Pub. D.O. de 22-12-45.	262	8.420. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Transforma denominações de cargos do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. Pub. D.O. de 22-12-45 ..	265
8.414. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Cria uma função de Despachante Aduaneiro junto à Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo. Pub. D.O. de 24-12-45	263	8.421. <i>Agricultura, Trabalho</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Dispõe sobre a concessão de abono aos servidores de empresas de energia elétrica. Pub. D.O. de 22 de dezembro de 1945	266
8.415. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar		8.422. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1.989.129,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945.	266

Págs.	Págs.
8.423. <i>Trabalho, Fazenda.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 180.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 22-12-45 267	de 1943, que regula a cobrança e fiscalização do imposto de renda. Pub. D.O. de 23-12-45. 269
8.424. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.500.000,00, para pagamento a concessionários de portos. Pub. D.O. de 24-12-45. 267	8.431. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Dá nova redação aos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 6.455, de 29 de abril de 1944. Pub. D.O. de 27-12-45 .. 271
8.425. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Suspende a execução do Decreto-lei n.º 7.930, de 3 de setembro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 24-12-45 267	8.432. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Altera as carreiras de Detetive dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45. 272
8.426. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, para pagamento de auxílio. Pub. D.O. de 24 de dezembro de 1945 268	8.433. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Altera a carreira de Comissário de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Pub. D.O. de 28 de dezembro de 1945 276
8.427. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 3.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D.O. de 24-12-45 268	8.434. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Prorroga o prazo para a publicação dos orçamentos municipais. Pub. D.O. de 27 de dezembro de 1945 278
8.428. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Aprova o projeto e orçamento para execução das obras de defesa da Praia de Iracema no porto de Fortaleza, por conta do Governo Federal. Pub. D.O. de 24-12-45 269	8.435. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que menciona. Pub. D.O. de 27 de dezembro de 1945 278
8.429. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 21-12-45. Considera de interesse do Governo da União o prolongamento do molhe de abrigo do porto de Fortaleza, em Mocuripe, e aprova projeto e orçamento respectivo. Pub. D.O. de 24-12-45 269	8.436. <i>Exterior.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Revoga o Decreto-lei n.º 7.246, de 16 de janeiro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-12-45 . 279
8.430. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro	8.437. <i>Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Regula situação dos Cadetes de Intendência. Pub. D.O. de 28-12-45 279
	8.438. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 28-12-45 280
	8.439. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Regula o serviço de armazenagem nos portos organizados e dá outras providências. Pub. D.O. de 2-1-45 ... 280

	Págs.		Págs.
8.440. <i>Justiça, Fazenda, Agricultura e Trabalho.</i> Decreto-lei de 24-12-45. Estabelece normas para a aquisição, pelo Banco de Crédito da Barracha S. A., do acervo das concessões de Balterra e Fordlândia, no Estado do Pará, pertencentes à Companhia Ford Industrial do Brasil e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45 .	286	mento do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 28-12-45	291
8.441. <i>Agricultura e Trabalho.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Revoga o Decreto-lei n.º 3.421, de 21 de dezembro de 1945. Pub. D.O. de 28-12-45	298	8.448. <i>Justiça e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para obras de reparo e ampliação de instalações. Pub. D.O. de 28-12-45 .	292
8.442. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Dispõe sobre a situação dos músicos militares. Pub. D.O. de 28-12-45.	238	8.449. <i>Trabalho, Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Revoga o Decreto-lei n.º 8.145, de 28 de outubro de 1945, cria a Comissão de Assistência Social aos Servidores do Estado e dá outras providências. Pub. D.O. de 28 de dezembro de 1945	293
8.443. <i>Guerra, Marinha, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 26 de dezembro de 1945. Extingue os órgãos da Justiça Militar organizada pelo Decreto-lei número 6.396, de 1 de abril de 1944 e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45.	289	8.450. <i>Trabalho, Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Institui o regime de assistência médica e hospitalar dos servidores federais e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45	294
8.444. <i>Guerra, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedista e dá outras providências. Pub. D.O. de 28-12-45	289	8.451. <i>Agricultura.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Dispõe sobre a aposentadoria de Antônio Martins Viana Estigarribia. Pub. D.O. de 28-12-45.	295
8.445. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Cria o Quadro de Topógrafo do Serviço Geográfico do Exército. Pub. D.O. de 28-12-45.	290	8.452. <i>Agricultura e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República. Pub. D.O. de 28-12-45	295
8.446. <i>Viação e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Altera, sem aumento de despesa o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos para 1945", na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 28-12-45	290	8.453. <i>Agricultura e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 119.416,10. Pub. D.O. de 28 de dezembro de 1945.	205
8.447. <i>Viação e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o orça-		8.454. <i>Agricultura e Fazenda.</i> Decreto-lei de 26-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para 1945, na	

Págs.	Págs.
parte relativa ao Ministério da Agricultura. Pub. D.O. de 28-12-45.	296
8.455. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Restabelece o regime de organização e funcionamento das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências. Pub. D.O. de 27-12-45 ..	296
8.456. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Autoriza adiantamento sobre "Certificados de Prêmio" emitidos pelo Departamento Nacional do Café. Pub. D.O. de 28-12-45	297
8.457. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Pub. D.O. de 28-12-45.	297
8.458. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Dispõe sobre o registro dos estatutos das sociedades desportivas. Pub. D.O. de 28 de dezembro de 1945	298
8.459. <i>Educação e Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Dispõe sobre a matéria de que trata o Decreto-lei n.º 5.698, de 22 de julho de 1943. Pub. D.O. de 28-12-45	298
8.460. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Pub. D.O. de 28-12-45.	299
8.461. <i>Exterior, Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Dá nova redação ao Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, que dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco. Pub. D.O. de 28-12-45.	304
8.462. <i>Justiça e Fazenda</i> . Decreto-lei de 26-12-45. Cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas no D.F.S.P. e dá outras providências. Pub. D.O. de 31-12-45.	304
8.463. <i>Viação, Justiça, Fazenda</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências. Pub. D.O. de 29-12-45.	305
8.464. <i>Viação Fazenda</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Cria, no Quadro I — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas três funções gratificadas de chefe de seção da Divisão do Orçamento do Departamento de Administração e dá outras providências. Pub. D.O. de 29-12-45.	315
8.465. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender aos servidores da Prefeitura, por intermédio do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., os imóveis que menciona. Pub. D.O. de 29-12-45.	316
8.466. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação das Filhas de Maria Imaculada para o serviço Doméstico, do imposto que menciona. Pub. D.O. de 29-12-45... ..	316
8.467. <i>Justiça</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro dos impostos que menciona. Pub. D.O. de 29-12-45.	316
8.468. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 27-12-45. Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 282.025,40 para reforço da verba que especifica. Pub. D.O. de 28-12-45.	317
8.469. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto de 27-12-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$. 5.000.000,00, a verba que especifica. Pub. D.O. de 28-12-45.	317

Págs.	Págs.
8.470. <i>Guerra, Fazenda, Viação.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Autoriza o Ministério da Guerra a transferir um terreno para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D.O. de 29-12-45. 318	zo estabelecido no Decreto-lei n.º 4.232, de 6 de abril de 1942. Pub. D. O. de 29-12-45 323
8.471. <i>Fazenda, Justiça.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Dispõe sobre operações do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A. Pub. D.O. de 29-12-45.... 318	8.477. <i>Educação.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Eleva padrão de vencimentos. Pub. D. O. de 29-12-45 3323
8.472. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Estende aos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal as isenções e franquias que menciona. Pub. D. O. de 29-12-45. 318	8.478. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 54.000.000,00, para classificação de despesa. Pub. D. O. de 29-12-45 323
8.473. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Cria dois estabelecimentos de ensino secundário na Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências. Pub. D.O. de 29-12-45. 319	8.479. <i>Exterior.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Aprova a Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional e a Convenção sobre o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, concluídos em Bretton da América, a 22 de julho de Woods, N. H., Estados Unidos da América, a 22 de julho de 1944, por ocasião da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, assinadas pelo Brasil, na mesma data. Pub. D. O. de 29-12-45 323
8.074. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, os imóveis que menciona e dá outras providências. Pub. D. O. de 29-12-45 319	8.0480. <i>Educação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Altera as carreiras de Médicos Sanitaristas dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D. O. de 29-12-45 324
8.475. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Altera carreiras nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dispondo sobre o direito a nomeação de servidores para cargos da carreira de Inspetor do Trabalho e dá outras providências. Pub. D. O. de 29-12-45 320	8.481. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Dá nova redação a dispositivos do Código da Propriedade Industrial, a que se refere o Decreto-lei n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945. Pub. D. O. de 28-12-45 326
8.476. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 27-12-45. Fixa o término do pra-	

Págs.		Págs.
8.482.	<i>Viação.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Geral de Iluminação (I. G. I.), que mento Nacional de Iluminação passa a denominar-se Depacta-e Gás (D. N. I. G.), e dá outras providências. Pub. D. O. de 2-1-46 328	8.486. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I. F. O. C. S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D. N. O. S.). Pub. D. O. de 2-1-46 .. 333
8.483.	<i>Viação.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Transforma a função de Assistente Jurídico, referência XXI, da T. N. M. da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas no cargo isolado de Assistente Jurídico — D. N. O. C. S., padrão L, do Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D. O. de 31-12-45 3329	8.487. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45 334
8.484.	<i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Cria, no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, as carreiras de Agrônomo D. N. O. C. S. e Biologista — D. N. O. C. S. e o cargo, isolado, de Hidrologista — D. N. O. C. S., padrão L, e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45 329	8.488. <i>Trabalho.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Prorroga o prazo de vigência dos depósitos bancários, fixado pelo artigo 6.º do regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho, aprovado de Decreto n.º 18.809, de 5 de junho de 1945, estabelece a elevação gradual das reservas das sociedades e instituições que operam em seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45 3336
8.485.	<i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Altera, no Quadro I — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Engenheiro — I. F. O. S., que passa a denominar-se Engenheiro — D. N. O. C. S., e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45 330	8.489. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos", na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. D. O. de 29-12-45 336
		8.490. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Suprime o Quadro Suplementar do D. A. S. P., e dá outras providências. Pub. D. O. de 2-1-46 337

	Págs.		Págs.
8.491. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$.		8.497. <i>Fazenda, Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Orçamento e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1946. Pub. D. O. de 31-12-45	344
12.000,00, para pagamento de gratificação de representação. Pub. D. O. de 31-12-45	339		
8.492. <i>Justiça.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Dispõe sobre as eleições de Governador e Assembleia Legislativa dos Estados. Pub. D. O. de 31-12-45	339	8.498. <i>Viação.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Altera as carreiras de Serventes e Continuo do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45	345
8.493. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Dispõe sobre a concessão de empréstimos de emergência a estabelecimentos bancários. Pub. D. O. de 31-12-45	339	8.499. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 3.510, de 16 de agosto de 1941. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	347
8.494. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Modifica disposições sobre a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. e dá outras providência. Pub. D. O. de 31-12-45	340	8.500. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Transfere para o patrimônio da Fábrica Nacional de Motores, o próprio da União denominado "Fazenda Mato Grosso", situado no 3.º Distrito do Município do Rio de Janeiro. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	3347
8.495. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Transfere à Superintendência da Moeda e do Crédito as atribuições de que trata o Decreto-lei n.º 6.419, de providências. Pub. D. O. de 31-12-45	340	8.501. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$. 14.940.500,00 para despesas com a Fábrica Nacional de Motores. Pub. D. O. de 31-12-45	347
8.496. <i>Fazenda, Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 28-12-45. Orçamento Geral da República para o exercício de 1946. Pub. D. O. de 31-12-45	342	8.502. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 29-12-45. Abre ao Minis-	

	Págs.		Págs.
tério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para reparação dos danos causados à cidade de Petrópolis pela enchente de março do corrente ano. Pub. D. O. de 31-12-45	348	8.510. <i>Viação, Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 2.384.000,00, às verbas que especifica. Pub. D. O. de 31-12-45	351
8.503. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 29-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito de Cr\$ 36.834,50, para classificação de despesa. Pub. D. O. de 31-12-45	348	8.511. <i>Guerra.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — (Suplementar) de 31-12-45	352
8.504. <i>Agricultura, Fazenda.</i> Decreto-lei de 29-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 76.800,00 para pagamento de serviços de asseio e higiene, e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45	349	8.512. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Concede aumento geral aos servidores civis, militares, reformados, inativos e pensionistas, e dá outras providências. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	353
8.505. <i>Justiça, Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Cria três cargos de Ajudante de Tesoureiro na Alfândega do Rio de Janeiro. Pub. D. O. de 31-12-45	349	8.513. <i>Agricultura, Marinha, Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Cria Auditorias de Aeronáutica e de outras providências. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	362
8.506. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 31 de dezembro de 1945. Cria três cargos de Ajudante de Tesoureiro na Alfândega do Rio de Janeiro. Pub. D. O. de 31 de dezembro de 1945	350	8.514. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Dispõe sobre a vigência do Decreto-lei número 3.397, de 18 de dezembro de 1945, e dá outras providências. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	362
8.507. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Cria uma segunda coletoria federal no município de Teresinha, no Estado do Piauí, e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45	350	8.515. <i>Guerra, Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.516,00, para pagamento de obras no Jardim Botânico. Pub. — (Suplemento) de 31-12-45	363
8.508. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda. Pub. D. O. de 31-12-45	350	8.516. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 31 de dezembro de 1945. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.516,00, para pagamento de	
8.509. <i>Fazenda.</i> Decreto-lei de 31-12-45. Cria uma Coletoria Federal no Município de Carlos Chagas, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Pub. D. O. de 31-12-45 ..	3351		

	Págs.		Págs.
obras no Jardim Botânico. Publicado no D. O. de 31-12-45...	363	8.523. <i>Justiça, Faenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Altera o Orçamento Geral da República na parte referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	366
8.517. <i>Agricultura, Fazenda</i> . Do Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.145,90, decreto-lei de 31-12-45. Abre ao para pagamento de obras realizadas em 1934, no Entrepósito Federal de Pesca. Pub. DL O. — (Suplemento) de 31-12-45	364	8.524. <i>Educação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 345.600,00 à verba que especifica. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	367
8.518. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 226.754,90, à verba que especifica. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	364	8.525. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 31 de dezembro de 1945. Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para o corrente exercício	367
8.519. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 257.550.000,00, para auxílio à Estrada de Ferro Central do Brasil. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	364	8.526. Decreto-lei de 31-12-45. da Pesca, criada pelo Decreto-Extingue a Comissão Executiva lei n.º 5.030, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	367
8.520. <i>Viação, Fazenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4.229, de 2 de abril de 1942, prorrogada sucessivamente pelo de números 6.037, de 23 de dezembro de 1944. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	365	8.527. Decreto-lei. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	367
8.521. <i>Viação, Faenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar à verba que especifica. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45	365	8.528. Decreto-lei de 31-12-45. Cria, no Ministério da Agricultura, o Serviço Ambulante de Vendas de Produtos Hortícolas ou de Granjas e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	367
8.522. <i>Fazenda</i> . Decreto-lei de 31-12-45. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 15.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — (Suplemento) de 31-12-45 ...	365	8.529. Decreto-lei de 2-1-46. Lei Orgânica do Ensino Primário. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	367
		8.530. Decreto-lei de 2-1-46. Lei Orgânica do Ensino Normal. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	367
		8.531. Decreto-lei de 2-1-46. Dispõe sobre a realização dos exames de que trata o art. 91, da Lei Orgânica do ensino secundário	

Págs.		Págs.
	dário. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 367	dito aberto pelo art. 2.º do Decreto n.º 6.571, de 8-6-44 .. 368
3.532.	Decreto-lei de 2-1-46. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, curso de emergência para a formação e aperfeiçoamento de professores de trabalhos manuais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 367	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.533.	Decreto-lei de 2-1-46. Subordina diretamente ao Ministério, sem aumento de despesa, a Biblioteca adstrita ao Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 368	8.538. Decreto-lei de 2-1-46. Modifica a incidência do imposto de consumo sobre fumo, constante da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto-lei n.º 7.404, de 22-8-45. 368
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.3354.	Decreto-lei de 2-1-46. Passa a Diretoria subordinadas imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 368	8.539. Decreto-lei de 2-1-46. Altera a denominação da carreira de Polícia Fiscal do Ministério da Fazenda e dá outras providências 368
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.535.	Educação. Decreto-lei de 2 de janeiro de 1946. Passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 368	3.540. Decreto-lei de 2-1-46. Cria, no Corpo de Fuzileiros Navais, a Companhia de Transporte 368
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.536.	Decreto-lei de 2-1-45. Dá organização ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, do de, criado pelo art. 40 da Lei Ministério da Educação e Saúde n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 368	8.541. Decreto-lei de 2-1-46. Altera as carreiras de Patrão Maquinista Marítimo, Foguista e Marinheiro e dá outras providências 368
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.537.	Decreto-lei de 2-1-46. Prorroga a vigência do crédito aberto pelo art. 2.º do Decreto n.º 6.571, de 8-6-44 .. 368	8.542. Decreto-lei de 2-1-46. Dispõe sobre o pessoal da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior e da Contadoria Secional junto à mesma Delegacia e dá outras providências 369
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
3.538.	Decreto-lei de 2-1-46. Cria, no Corpo de Fuzileiros Navais, a Companhia de Transporte 368	8.543. <i>Justiça, Viação.</i> Decreto-lei de 3-1-46. Dispõe sobre o processo administrativo previsto no Decreto-lei n.º 8.356, de 12 de dezembro de 1945, e dá outras providências. Pub. D.O. de 3-1-46 369

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
7.917. <i>Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 30-8-45. Dispõe sobre a zona de proteção dos aeroportos Planta a que se refere o artigo 7.º. Ret. D.O. de 10-10-45.	372	7.967. <i>Justiça, Marinha, Guerra, Exterior, Fazenda, Viação, Agricultura, Educação, Trabalho, Aeronáutica</i> . Decreto-lei de 18-9-45. Dispõe sobre a imigração e Colonização, e dá outras providências. Pub. D.O. de 6-10-45	378
7.938. <i>Educação</i> . Decreto-lei de 6-9-45. Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica, do ensino comercial. Ret. no D.O. de 18-12-45. ...	373	7.984. Decreto-lei de 21-9-45. Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências. Retificado D.O.	391
7.961. <i>Trabalho</i> . Decreto-lei de 18-9-45. Dispõe sobre a remuneração mínima dos que, com o caráter de emprêgo, trabalham em atividades médicas de natureza privada e dá outras providências. Ret. no D.O. de 10-10-45	373	8.002. <i>Viação</i> . Decreto-lei de 26-9-45. Altera a carreira de Engenheiro do Quadro II — E. F. C. B. — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. Retificado D.O. de 23-10-45	391

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no quarto trimestre de 1945, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no Índice

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

(*) LEI CONSTITUCIONAL N.º 11, DE 30 DE OUTUBRO DE 1945

Emenda o art. 92 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Artigo único. O art. 92 da Constituição fica assim redigido :

“Art. 92. Os juizes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer quaisquer outras funções públicas salvo nos serviços eleitorais e cargos em comissão e de confiança direta do Presidente da República ou dos Intervenitores Federais nos Estados. A violação dêste preceito importa a perda do cargo judiciário e de tôdas as vantagens correspondentes.”

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 12 — 7 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o art. 177 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Artigo único. Fica revogado o artigo 177 da Constituição, restabelecido

pela Lei Constitucional n.º 2 de 16 de maio de 1938.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os poderes constituintes do Parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando que o Tribunal Superior Eleitoral interpretou como sendo constituintes os poderes que, nos termos da Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, a Nação vai outorgar ao Parlamento nas eleições convocadas para 2 de dezembro de 1945;

Considerando a conveniência de pôr termo às controvérsias então suscitadas a respeito do julgado, em torno da legitimidade e da extensão dos poderes

que a Nação delegará ao Parlamento, decreta:

Art. 1.º Os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte, para votar, com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil.

Parágrafo único. O Conselho Federal passa a denominar-se Senado Federal.

Art. 2.º Promulgada a Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passarão a funcionar como Poder Legislativo ordinário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

P. Goes Monteiro.

R. Carneiro de Mendonça.

Jorge Dodsworth Martins.

Armando I. Trompowsky.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 14 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1945

Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e a guarda e o emprego da economia popular.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto o Tribunal de Segurança Nacional a que se refere o art. 173 da Constituição, emendado pela Lei Constitucional n.º 7, de 30 de setembro de 1942.

Art. 2.º Serão processados e julgados, na forma que a lei determinar, pelos juizes e Tribunais referidos no art. 90 da Constituição, os crimes que atentam contra:

I) a existência, a segurança e a integridade do Estado;

II) a guarda e o emprego da economia popular.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

P. Goes Monteiro.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 15 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os poderes da Assembléia Constituinte e do Presidente da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que não só os Deputados e os Senadores, mas o Presidente da República vão receber simultaneamente, a 2 de dezembro próximo, a investidura de poderes constituintes e de governo na mesma eleição;

Considerando que a Assembléia Constituinte foi convocada com poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do país;

Considerando que só depois de promulgada a Constituição passarão a Câmara, dos Deputados e o Senado Federal a funcionar em separado para o exercício de legislatura ordinária;

Considerando que as novas atribuições do Presidente da República serão fixadas na Constituição que a Assembléia promulgar;

Considerando que, enquanto a Assembléia funcionar como Constituinte, a administração do país não prescin-

dirá de providências de natureza legislativa;

Considerando, finalmente, a necessidade de providências preparatórias para o regular funcionamento da Assembléia Constituinte, decreta:

Art. 1.º Em sua função constituinte terá o Congresso Nacional, eleito a 2 dezembro próximo, poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do país, ressalvada a legitimidade da eleição do Presidente da República.

Art. 2.º Enquanto não fór promulgada a Nova Constituição do país, o Presidente da República, eleito simultaneamente com os Deputados e Senadores, exercerá todos os poderes de legislatura ordinária e de administração que couberem à União, expedindo os atos legislativos que julgar necessários.

Art. 3.º O período presidencial do Presidente eleito a 2 dedezembro de 1945, e a duração da legislatura eleita na mesma data, serão os que forem estabelecidos pela Assembléia Constituinte na Constituição, para os Presidentes e legislaturas futuras.

Art. 4.º Ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral incumbe instalar a Assembléia Constituinte e presidir à sessão seguinte, para a eleição do Presidente da Assembléia que lhe dirigirá os trabalhos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Conrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 16 — DE
30 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o artigo 186 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o artigo 186 da Constituição, que declarou em todo o país o estado de emergência.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Conrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 17 — DE
3 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o art. 179 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o artigo 179 da Constituição, que determina seja constituído o Conselho da Economia Nacional até a instalação do Parlamento Nacional.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Conrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 18 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o parágrafo único do art. 96 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o parágrafo único do art. 96 da Constituição.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Doria

Jorge Dodsworth Martins

Canrobert Pereira da Costa

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

Mauricio Joppert da Silva

Theodoreto de Camargo

Raul Leitão da Cunha

R. Carneiro de Mendonça

Armando F. Trompowsky

DECRETO-LEI N.º 8.022 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1945

Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas três Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede, respectivamente, em Pelotas, São Leopoldo, com jurisdição sobre a Comarca de Cai, e Porto Alegre (terceira), no Estado do Rio Grande do Sul (4.ª Região).

Art. 2.º Compete ao Departamento de Justiça do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho, promover a instalação das novas Juntas.

Art. 3.º Os vogais das Juntas a que se refere o art. 1.º ou os suplentes,

na ausência daqueles, perceberão a gratificação de representação de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por audiência a que comparecerem, até o máximo de 20 (vinte) por mês.

Art. 4.º Ficam criados, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Parte Permanente, os seguintes cargos isolados, de provimento efetivo:

1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, padrão L.

1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de São Leopoldo, padrão L.

1 — Presidente da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, padrão L.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Parte Permanente, as seguintes funções gratificadas:

1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de São Leopoldo — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre — Cr\$ 3.000,00 anuais.

Art. 6.º Para atender à despesa com execução do disposto nos artigos 3.º, 4.º e 5.º deste decreto-lei e com a admissão do pessoal extranumerário, fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 92.600,00 (noventa e dois mil e seiscentos cruzeiros) às seguintes dotações do anexo 21 do Orçamento vigente, Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944:

VERBA I — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/C 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal... Cr\$ 31.200,00

*Consignação II — Pessoal Extranu-
merário*

S/C 05 — Mensalistas

04 — Departamento de
Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal... 29.800,00

S/C 06 — Diaristas

04 — Departamento de
Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal... 4.600,00

Consignação III — Vantagens

S/C 09 — Funções gratificadas

04 — Departamento de
Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal... 3.000,00

S/C 14 — Gratificação de represen-
tação

04 — Departamento de
Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal... 24.000,00

Art. 7.º Para ocorrer às despesas (Material) com a instalação e o funcionamento, inclusive aluguel de casas ou salas, dos órgãos de que trata este decreto-lei, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 92.000,00 (noventa e dois mil cruzeiros).

Art. 8.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de setembro de 1945.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1945,
124.º da Independência e 57.º da Repú-
blica.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.023 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, In-
dústria e Comércio o crédito suple-
mentar de Cr\$ 228.400,00, às verbas
que especifica, e dá outras providên-
cias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e vinte e oito mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 228.400,00), em reforço das Verbas 1 — Pessoal e 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n.º 21 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação II — Pessoal Extranu-
merário*

Cr\$

S/c. n.º 04 — Contratados

04 — Departamento de Ad-
ministração

06 — Divisão do Pessoal... 58.400,00

S/c. n.º 05 — Mensalistas

04 — Departamento de Ad-
ministração

06 — Divisão do Pessoal... 44.000,00

S/s. n.º 06 — Diaristas

04 — Departamento de Ad-
ministração

06 — Divisão do Pessoal... 24.000,00

Consignação IV — Indenizações

S/c. n.º 23 — Diárias

04 — Departamento de Ad-
ministração

06 — Divisão do Pessoal... 12.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

*Consignação II — Material de
Consumo*

Cr\$

S/c. n.º 19 — Combustíveis;
material de lubrificação
e limpeza de máquinas;
material para conser-
vação de instalações,
de máquinas e de apa-
relhos; sobressalentes
de máquinas e de via-
turas; artigos de ilumi-
nação

04 — Departamento de Ad-
ministração

03 — Divisão do Material 40.000,00

S/c. n.º 25 — Matérias pri-
mas e produtos manu-
faturados ou semina-
faturados destina-
dos a qualquer trans-
formação

04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	50.000,00
	<hr/>
	228.400,00
	<hr/>

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina às despesas do Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 2.º As duas parcelas correspondentes a Verba "Material" poderão ser utilizadas sob a forma de adiantamentos.

Art. 3.º Ficam revogados a alínea o do art. 4.º e o parágrafo único do art. 23, ambos do Decreto n.º 22.789, de 1 de junho de 1933, e o item 6.º e parágrafo único do art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 22.981, de 25 de julho de 1933.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.024 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1945

Torna sem efeito o Decreto-lei número 6.053, de 30 de novembro de 1943, que deu nova redação ao art. 738 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem efeito o Decreto-lei n.º 6.053, de 30 de novembro de 1943, que deu nova redação ao artigo 738 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.025 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1945

Cria cargos de Conselheiro Comercial no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, três cargos isolados de provimento efetivo, padrão M, de Conselheiro Comercial.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a criação dos cargos a que se refere o artigo anterior, e representação, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, Anexo 20 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil cruzeiros), em reforço das seguintes dotações:

Verba I — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente
Cr\$

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente..... 27.000,00

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 14 — Gratificação de representação 105.000,00

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.026 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.612,50 para pagamento da vantagem (Pessoal) que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta.

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.612,50 (treze mil seiscentos e doze cruzeiros e cinquenta centavos) para pagamento, como vantagem complementar, da gratificação de representação mensal de US\$ 75,00 (setenta e cinco dólares) no período de 11 (onze) meses, devidos a Estélio Morais, extranumerário-mensalista, assistente de ensino, referência XVII, da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, o qual esteve nos Estados Unidos da América, em gozo dos benefícios de uma bolsa de estudos, com que foi contemplado pela Universidade de Michigan.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.027 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1945

Aumenta o número de membros da Junta Especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aumentada de dois membros a Junta Especial insti-

tuida pelo Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.028 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1945

Altera o processo de cálculo na contagem de tempo de serviço aéreo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Considerando que o processo para o cálculo de tempo de serviço aéreo dos militares da Aeronáutica, a classificação dos vôos e os métodos empregados para o seu registro, nos moldes da Lei n.º 5.168, de 13 de janeiro de 1927 e do Regulamento baixado com o Decreto n.º 18.339, de 9 de agosto de 1928, não mais se ajustam as necessidades da Aeronáutica;

Considerando que as demais vantagens conferidas a esses militares, decorrentes da atividade aérea, já se acham reguladas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares da Aeronáutica, baixado com o Decreto-lei n.º 4.162, de 9 de março de 1942, decreta:

Art. 1.º O cálculo do tempo de serviço aéreo para os militares obrigados ao "vôo como tripulantes" passa a ser feito na base de um ano de serviço para cada trezentas (300) horas de vôo, até o limite de cinco (5) anos.

§ 1.º Para os efeitos da inatividade a contagem de tempo de cinco (5) anos a que se refere este artigo será feita em dobro.

§ 2.º Ao apurar-se o tempo de serviço as frações superiores a cinquenta (50) horas, serão arredondadas para cem (100) correspondendo a seis (6) meses de serviço; as demais frações não serão computadas.

Art. 2.º O atual registro de vôo será encerrado, na data em que entrar em vigor o presente Decreto-lei, sendo feito o cálculo do tempo de serviço aéreo nos moldes das disposições até então vigentes.

Art. 3.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a baixar instruções regulando a classificação dos vôos, o seu registro, os símbolos e as abreviaturas a serem adotados na Força Aérea Brasileira.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.029 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1945

Isenta do imposto do sêlo os estabelecimentos de ensino, sob inspeção oficial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Ficam isentos do imposto do sêlo os estabelecimentos de ensino, de qualquer ramo ou grau, quando sob inspeção oficial.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema
A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N.º 8.030 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1945

Incorpora ao patrimônio da União o Hospital Pedro Ernesto e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incorporado ao patrimônio da União o Hospital Pedro Ernesto, de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, e que está sendo por ela construído.

§ 1.º A incorporação compreende o terreno, as edificações concluídas ou em andamento, bem como o material adquirido pela Prefeitura do Distrito Federal para ultimização das obras e instalações.

§ 2.º A incorporação considerar-se-á efetivada, por força do presente Decreto-lei, devendo o Ministério da Educação e Saúde providenciar o recebimento dos bens incorporados, procedendo ao respectivo inventário.

Art. 2.º O Ministério da Educação e Saúde dará prosseguimento às obras de construção e adaptação do Hospital Pedro Ernesto, para que nele se instalem as clínicas e outros serviços científicos e técnicos da Faculdade Nacional de Medicina, até que fiquem concluídas as instalações hospitalares da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Parágrafo único. Uma vez concluídas as instalações hospitalares referidas no artigo anterior, os bens ora incorporados ao patrimônio da União, reverterão ao patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.
Agamemnon Magalhães.
A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N.º 8.031, DE 3 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e fóro

na cidade do Rio de Janeiro, destinada a realizar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do Rio São Francisco.

Parágrafo único. Na organização da Sociedade, que se denominará Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, observar-se-ão as normas constantes dos Estatutos anexos ao presente decreto-lei.

Art. 2.º O capital inicial da Companhia será de quatrocentos milhões de Cruzeiros (Cr\$ 400.000.000,00) representado por :

a) duzentas mil (200.000) ações ordinárias do valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma;

b) duzentas mil (200.000) ações preferenciais sem direito a voto, e com direito ao dividendo privilegiado mínimo de seis por cento (6 %), no valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma.

§ 1.º As ações de que trata a alínea a. serão subscritas pelo Tesouro Nacional e integralizadas em sete (7) parcelas anuais, sendo a primeira parcela no valor de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00) integralizada no ato de subscrição e o restante em seis (6) parcelas anuais de igual valor.

§ 2.º As ações preferenciais serão oferecidas à subscrição pública.

Art. 3.º As despesas com a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco correrão à conta de créditos a serem consignados para esse fim.

Art. 4.º O capital da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco poderá ser aumentado, cabendo sempre à União cinquenta e um por cento (51 %), no mínimo, das ações ordinárias, podendo a emissão de ações preferenciais atingir à proporção do capital — que for permitida em lei.

Art. 5.º Os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, as Caixas Econômicas Federais e as demais entidades autárquicas ficam autorizadas a subscrever ações preferenciais ou adquirir, nos termos do art. 6.º, ações ordinárias da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

§ 1.º Enquanto os lucros líquidos da Companhia apurados anualmente não permitirem a distribuição de dividendo de seis por cento (6 %) ao ano das ações preferenciais, a União Federal garantirá às mencionadas instituições aquele juro ou a diferença verificada entre o dividendo que for distribuído e aquela taxa de juros de seis por cento (6 %).

§ 2.º Se ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, a União Federal será posteriormente indenizada pelas instituições, logo que elas recebam os excessos que couberem a tais ações, na forma do art. 6.º dos Estatutos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Art. 6.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a ceder a empresas nacionais e às entidades mencionadas no art. 5.º até quarenta e nove por cento (49 %) das ações ordinárias que o Tesouro Nacional subscrever na organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, realizada a primeira prestação de dez por cento (10 %) e pelo valor desta.

Art. 7.º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco será administrada por um presidente e três diretores eleitos pela assembléia geral, na forma da legislação em vigor, pelo prazo de quatro (4) anos, podendo ser renovado o mandato.

Parágrafo único. O representante da União nas Assembléias Gerais será de livre escolha do Presidente da República.

Art. 8.º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco gozará de isenção de direitos de importação para consumo, das taxas e demais tributos a que estiverem sujeitos os materiais e equipamentos que importar, desde que destinados a suas instalações e à conservação e exploração das mesmas, bem como de isenção, durante o prazo de dez (10) anos, de todos os impostos federais, estaduais e municipais.

Art. 9.º Os oficiais das Forças Armadas, os funcionários públicos civis da União, dos Estados e dos Municípios e os servidores das entidades autárquicas podem servir na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em função de nomeação ou eletiva, me-

diante autorização do Presidente da República, perdendo apenas o vencimento ou remuneração do posto ou cargo efetivo, — salvo os eleitos para o Conselho Fiscal, hipótese em que lhes ficam também asseguradas essas vantagens.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.032 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para subscrição de ações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$... 200.000.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a subscrição a ser feita, pelo Tesouro Nacional, das duzentas mil (200.000) ações ordinárias no valor de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00), da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Para atender às despesas previstas no artigo anterior, fica o Ministro da Fazenda autorizado a emitir apólices da Dívida Pública da União até a importância de duzentos e trinta e dois milhões e quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros (Cr\$ 232.558.000,00).

Parágrafo único. As apólices serão do tipo "Diversas Emissões", nominativas ou ao portador, e vencerão os juros de cinco por cento (5 %) ao ano.

Art. 3.º O crédito especial aberto por este Decreto-lei terá a vigência de oito (8) exercícios, possibilitando, assim, a integralização parcelada das ações que o Tesouro subscrever, nos termos do § 1.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.033 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Altera dispositivos do Decreto-lei número 7.888, de 21 de agosto de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 7.888, de 21 de agosto de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º O Grupamento das Unidades-Escolas será comandado por um Coronel com o curso de Estado-Maior, dispondo de um estado-maior a ser fixado, e terá a seguinte composição:

- Regimento Escola de Infantaria
- Regimento Escola de Cavalaria
- Regimento Escola de Artilharia
- Batalhão Escola de Engenharia
- Companhia Escola de Transmissões
- Companhia Escola de Saúde.

— Companhia Escola de Intendência

— Companhia Escola de Manutenção.”

“Parágrafo único. A organização dessas Unidades-Escolas corresponderá às necessidades de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo”.

“Art. 7.º Subordinado diretamente ao Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo funcionará um Núcleo de Recompentamento das Unidades-Escolas, comandado por um Coronel das armas, que se destina a manter os efetivos em praças de fileiras, especialistas e cabos dessas unidades”.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.034 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Aceita a doação, feita à União, de um imóvel de propriedade do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aceita, para todos os efeitos, a doação que o Estado de São Paulo fez à União de um terreno situado na rua Marechal Deodoro, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, com a área de mil trezentos e setenta metros quadrados (1.370 m²), com trinta e nove metros e vinte e cinco centímetros (39,25 m) de frente, trinta e seis metros (36,00 m) pelo lado direito, trinta e cinco metros e vinte e cinco centímetros (35,25 m) pelo lado esquerdo e quarenta metros (40,00 m) pelos fundos e confrontante pelo lado direito com terrenos de propriedade de Joaquim Orlik Luz e Francisco Barbosa Ferreira, pelo lado esquerdo com o Grupo Escolar “Coronel Francisco Martins” e pelos fundos

com a rua General Teles, no qual o Governo Federal construiu um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica, conforme escritura de 25 de abril de 1944, transcrita no Cartório do Registro de Imóveis da cidade de Franca, no livro próprio n.º 3v., à fl. 166, sob o n.º 9.277, de 2 de maio de 1944 e cujo traslado e certidão constam do processo fichado no Ministério da Fazenda sob o n.º 50.990, de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 8.035 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Retifica o art. 1.º do Decreto-lei número 7.540, de 10 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo número 160.912-45, decreta:

Art. 1.º Fica alterado o artigo primeiro (1.º) do Decreto-lei n.º 7.540, de 10 de maio de 1945, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1.º A viúva e filhos menores de Jaci Soto Maior Lagos, morto em consequência de atentado de que foi vítima em 25 de janeiro de 1943, na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, quando no exercício do cargo de agente fiscal do imposto de consumo, é concedida uma pensão especial, na importância mensal de mil e cem cruzeiros (Cr\$ 1.100,00).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.036 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Define o regime de seguro social dos empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a partir da vigência deste Decreto-lei, os empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dos órgãos regionais respectivos.

Art. 2.º O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e órgãos regionais respectivos pagarão a contribuição que por lei incumbe aos empregadores, proporcional à dos seus empregados.

Art. 3.º Não se aplicam aos empregados segurados por este Decreto-lei, em exercício na data de sua promulgação, os limites de idade consignados para inscrição no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.037 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à "Associação da Companhia Santa Úrsula" isenção dos impostos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder à "Associação da Companhia Santa Úrsula" isenção do pagamento dos impostos de transmissão devidos pela aquisição

dos imóveis sitos na Rua Farani n.º 63 a 75, e na Rua Pinheiro Machado junto e depois do n.º 95, destinados à construção do edifício onde funcionará a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Instituição.

Art. 2.º A presente autorização não abrange a taxa de serviços públicos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 8.038 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Altera carreira no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acordo com a tabela anexa, a carreira de Veterinário do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro deste ano, à despesa com o provimento de 13 (treze) cargos vagos da classe inicial da carreira, fica aberto, ao Ministério da Agricultura — Anexo n.º 14 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Suconsignação 01 — Pessoal Permanente, 04 — Departamento de Administração, 06 Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de outubro de 1945.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Veterinário</i>						<i>Veterinário</i>				
40	J	—	3	Q. P.	40	J	—	3	
60	I	—	14	Q. P.	60	I	—	14	
80	H	—	39	Q. P.	90	H	—	49	
180				56		190				66	

DECRETO-LEI N.º 8.039 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Altera as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 6.341, de 11 de março de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nas tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 6.341, de 11 de março de 1944, referentes ao Quadro Suplementar — Cargos isolados de provimento efetivo, extintos quando vagarem, cujas funções serão exercidas, de futuro, por extranumerários — fica feita a seguinte alteração:

Onde se lê:

6 — Professor (C. Pedro II — I), padrão K:

Leia-se:

4 — Professor (C. Pedro II — E), padrão K, e 2 — Professor (C. Pedro II — I), padrão K.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI n.º 8.040 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Secretário, instituída para a Junta Especial a que se refere o Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945.

Art. 2.º Este decreto-lei vigorará a partir de 21 de setembro de 1945.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.041 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 83.299,80 para pagamento do acréscimo de 30 % de que trata o art. 94, inciso V, da Lei n.º 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de oitenta e três mil duzentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$... 83.299,80), para pagamento do acréscimo de 30 %, sobre os vencimentos, de que trata o art. 94, inciso V, da Lei n.º 2.544, de 4 de janeiro de 1912, e a que fizeram jus, nos exercícios de 1913 a 1936, Antenor Mário Peixoto, Augusto da Silva Bordalo, Francisco Manuel Fontoura, Ismael Alves de Moura, Júlio Pereira da Costa Verdilhão, Antônio da Fonseca Monteiro, Paulo Bastos, Antônio da Silva Carvalho, Eusébio Vieira da Cunha e Belmiro Gomes da Costa, na qualidade de auxiliares de várias oficinas da Imprensa Nacional, sendo:

Antenor Mário Peixoto	
de 7 de maio de 1913 a 21 de setembro de 1923 Cr\$	7.581,00
Augusto da Silva Bordalo	
de 7 de maio de 1913 a 8 de fevereiro de 1927 Cr\$	10.422,30
Francisco Manuel Fontoura	
de 7 de maio de 1913 a 2 de dezembro de 1928 Cr\$	11.812,50

Ismael Alves de Moura	
de 7 de maio de 1913 a 31	
de outubro de 1936 Cr\$	16.873,50
Júlio Pereira da Costa	
Verdilhão	
de 7 de maio de 1913 a 26	
de setembro de 1928 Cr\$	7.923,00
Antônio da Fonseca	
Monteiro	
de 7 de maio de 1913 a 25	
de outubro de 1924 Cr\$	5.110,50
Paulo Bastos	
de 7 de maio de 1913 a 5	
de agosto de 1928 Cr\$..	8.175,00
Antônio da Silva Car-	
valho	
de 7 de maio de 1913 a 28	
de fevereiro de 1925 Cr\$	6.261,00
Eusébio Vieira da	
Cunha	
de 7 de maio de 1913 a 12	
de novembro de 1921 Cr\$	4.585,50
Belmiro Gomes da	
Costa	
de 7 de maio de 1913 a 29	
de dezembro de 1921 Cr\$	4.555,50
Total	Cr\$ 83.299,80

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.042 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1945

Restabelece o cargo de Adido Militar brasileiro na França

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido o cargo de Adido Militar brasileiro junto à Embaixada do Brasil na França.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 8.043 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1945

Restabelece o cargo de Adido Militar do Brasil em Roma

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido o cargo de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Roma.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI N.º 8.044 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1945

Altera os quadros de funcionários do Ministério da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam introduzidas, nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda, as seguintes alterações:

I — O cargo isolado, de provimento efetivo, de Intendente, padrão K, do Quadro Suplementar, fica incluído, conforme a tabela anexa, na classe K da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente.

II — O cargo isolado, de provimento efetivo, de Fotógrafo, padrão 12, do Quadro Suplementar, fica incluído, conforme a tabela anexa, na classe I da carreira de Arquivista do mesmo Quadro.

III — O cargo da classe 26 da carreira de Intendente do Quadro Suplementar fica incluído, conforme a tabela anexa, na mesma classe da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro.

IV — O cargo da classe B da carreira de Cozinheiro, do Quadro Suplementar, fica transformado em Marinheiro, padrão B, isolado, de provimento efetivo, do mesmo Quadro.

V — Os cargos isolados, de provimento efetivo, de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro, do Quadro Permanente, ficam alterados na forma das tabelas anexas, que contêm a sua relação integral.

VI — Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, as carreiras de Almojarife, Arquivista, Bibliotecário, Bibliotecário-auxiliar, Dactilógrafo, Desenhista, Desenhista-Auxiliar, Escriturário, Estatístico, Estatístico-Auxiliar, Oficial Administrativo e Polícia Fiscal, todas do Quadro Permanente.

VII — Fica constituída, na forma das tabelas anexas, com as atuais classes extintas da carreira de Desenhista do Quadro Permanente, a carreira de Desenhista de padrões alfabéticos do Quadro Suplementar.

Art. 2.º Os funcionários cuja situação é alterada pelo disposto neste decreto-lei terão seus títulos apostilados pelo Serviço do Pessoal do Ministério.

Art. 3.º Fica assegurada ao Fotógrafo, padrão 12, incluído na classe I da carreira de Arquivista do Quadro Suplementar, a diferença de vencimentos de Cr\$ 100,00 mensais.

Parágrafo único. Cessará o pagamento dessa diferença, quando, a qualquer título, o funcionário passar a perceber vencimento igual ou superior a Cr\$ 1.600,00.

Art. 4.º Os funcionários da carreira de Desenhista de padrões alfabéticos do Quadro Suplementar, a que se refere o item VII do art. 1.º, terão ingresso na classe I da carreira de Desenhista do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade de classe e merecimento, alternadamente, após 730 dias de efetivo exercício na classe H.

Art. 5.º Para atender à execução do disposto neste decreto-lei, fica

aberto ao Ministério da Fazenda — Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 6.736.500,00 (seis milhões, setecentos e trinta e seis mil e quinhentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Parágrafo único. Essa importância será levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente, para ser aplicada no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 6.º Este decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de outubro de 1945.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.045 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1945

Modifica o Decreto-lei n.º 5.447, de 30 de abril de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca autorizada a sustar e a restabelecer, quando assim reputar de interesse para a produção nacional, a obrigatoriedade do emprego da fécula ou amido de mandioca, nos serviços de engomagem de fios e acabamento de tecido e nos trabalhos de estampania das fábricas de fiação e nas tecelagens existentes no País.

Art. 2.º As deliberações de que trata o artigo anterior terão a forma prevista no art. 5.º do Decreto n.º 5.531 de 28 de maio de 1943.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

DECRETO-LEI N.º 8.046 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) destinado ao Instituto Agrônômico do Norte para aquisição e instalação de geradores elétricos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para atender às despesas (Material) com a aquisição e instalação de dois geradores elétricos do Instituto Agrônômico do Norte.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Pará.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.047 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$... 216.000,00 para despesas decorrentes de doação feita por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de duzentos e dezesseis mil cruzeiros (Cr\$ 216.000,00) para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes de doação feita por intermédio da Embaixada do Brasil em

Lisboa; inclusive acondicionamento e transporte dos côches doados para o Museu Histórico Nacional.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro em Nova York, ficando à disposição da Embaixada do Brasil em Lisboa.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.048 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 1.161,30 para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.161,30 (mil cento e sessenta e um cruzeiros e trinta centavos) para atender ao pagamento de gratificação de magistério (Pessoal), relativa ao período de 4 de outubro a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Francisco de Castro Araújo, Professor Catedrático (F.N.M. — U.B.), padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.049 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.034.445,00 para despesas com a Fábrica Nacional de Motores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de seis milhões, trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 6.034.445,00) para ocorrer às despesas com o prosseguimento da construção, instalações e operação da Fábrica Nacional de Motores, sendo:

	Cr\$
Para pessoal	3.434.445,00
Obras, desapropriações e equipamentos	2.000.000,00
Manutenção compreendendo tôdas as despesas de salários, diárias, correio, telefones, alugueis e mais despesas da Comissão da referida Fábrica, nos Estados Unidos da América do Norte, inclusive transporte e seguros de materiais para o Brasil	600.000,00
	<hr/> 6.034.445,00

Parágrafo único. As parcelas de crédito indicado neste artigo serão automaticamente distribuídas: a primeira ao Ministério da Viação e Obras Públicas; a segunda, ao Tesouro e a terceira à Delegacia do Tesouro Brasileiro em New York.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

(*) DECRETO-LEI N.º 8.050 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1945

Extingue as Coletorias Federais em Mossoró e Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte; cria, em substituição, as Mesas de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró e de 2.ª Ordem em Canguaretama, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintas as Coletorias Federais de Mossoró e Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Ficam criadas as Mesas de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró e de 2.ª Ordem em Canguaretama, subordinadas à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Rio Grande do Norte, as quais terão por sede os respectivos Municípios.

Art. 3.º Fica transferido respectivamente para as Mesas de Rendias ora criadas todo o acervo das Coletorias Federais extintas por este Decreto-lei.

Art. 4.º Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda as funções gratificadas de Administradores das Mesas de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró e de 2.ª Ordem em Canguaretama.

Parágrafo único. Ao Administrador da Mesa de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró fica fixada a gratificação de função de sete mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 7.200,00) anuais e ao da de 2.ª Ordem em Canguaretama a de seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00) também anuais.

Art. 5.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), destinado a atender às despesas de qualquer natureza, inclusive material, adaptações e equipamentos para as instalações necessárias ao funcionamento das repartições referidas no art. 2.º e distribuído da seguinte forma:

	Cr\$
Mesa de Rendias de 1.ª Ordem em Mossoró	3.000,00
Mesa de Rendias de 2.ª Ordem em Canguaretama..	2.000,00

Art. 6.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de dez mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 10.800,00), em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumérico

S/c. 06 — Diaristas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 7.500,00

Consignação III — Vantagens

S/c. 09 — Funções gratificadas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 3.300,00

Cr\$ 10.800,00

Parágrafo único. A dotação de sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 7.500,00), constante deste artigo, destina-se à admissão de diaristas, sendo destacados dessa verba cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) para a Mesa de Rendas de 1.ª Ordem em Mossoró, e os restantes dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00) para a de 2.ª Ordem em Canguaretama.

Art. 7.º Ficam em disponibilidade os coletores e escrivães das coletorias federais extintas por força deste Decreto-lei, os quais devem ser aproveitados de acordo com o item II do artigo 193 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 8.º Aplicam-se às repartições ora criadas, no que couber, o disposto na legislação vigente.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.051 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1945

Extingue a Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Tocantins e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Tocantins, transferida para a administração da Fundação Brasil Central, *ex-vi* do Decreto-lei n.º 7.173, de 19 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Fica suprimida a função gratificada de Contador Seccional na Estrada de Ferro Tocantins, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

(*) DECRETO-LEI N.º 8.052 — DE 8
DE OUTUBRO DE 1945

*Altera um dispositivo do Decreto-lei
n.º 7.709, de 5 de julho de 1945.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O artigo 6.º do Decreto-lei n.º 7.709, de 5 de julho de 1945, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6.º — São as seguintes as características da medalha “Sangue do Brasil”:

— bronze, com as dimensões de 35 milímetros de largura, por 45 de altura. No anverso o sabre das Armas da República, sobre um resplendor cujo foco se encontra na cruzeta e se irradia em todas as direções do campo. Coroando a lâmina do sabre, três estrelas esmaltadas de vermelho, representam os três ferimentos recebidos pelo General Sampaio, no dia

do seu natalício e da sua maior glória, em 24 de maio de 1866, data da Batalha de Tuiuti.

Envolvendo o campo da medalha, dois ramos de “Pau Brasil” lembram a Pátria e as origens do seu nome glorioso. Uma faixa arqueada, entre os dois ramos e sobre a lâmina, ostenta o distico: Sangue do Brasil.

O reverso consta dos mesmos ramos de “Pau Brasil”, já descritos, que envolvem o campo da medalha, onde se ostenta a esfera da Bandeira Nacional.”

Art. 2.º — O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

P. Góis Monteiro.



MEDALHA
"SANGUE DO BRASIL"
 DIPLOMA

Nome:.....

Posto:.....

Local do ferimento:.....

.....

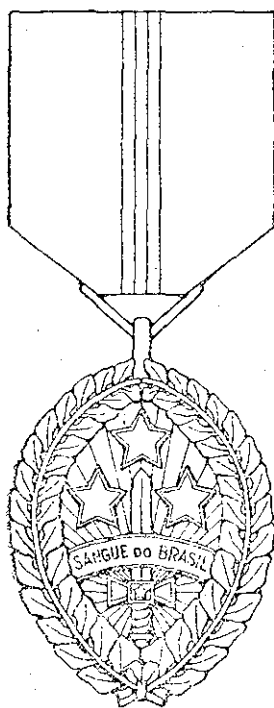
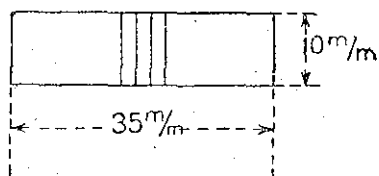
Data do ferimento:.....

.....

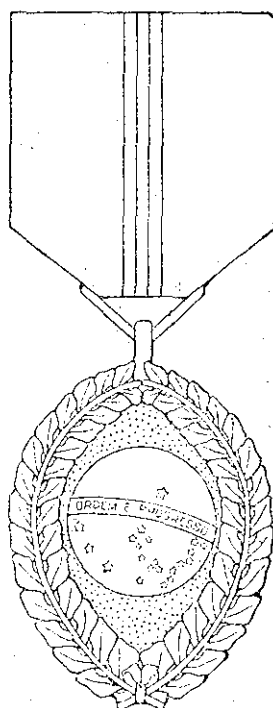
 MINISTRO DA GUERRA

LUIZ ALVES DE OLIVEIRA

LUIZ ALVES DE OLIVEIRA



ANVERSO



REVERSO

DIMENSÕES

 $35\text{ mm} \times 45\text{ mm}$

DECRETO-LEI N.º 8.053 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1945

*Altera um dispositivo do Decreto-lei
n.º 7.270, de 25 de janeiro de 1945*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º A alínea *c*, do art. 1.º, do Decreto-lei n.º 7.270, de 25 de janeiro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

“e) Tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia”.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS/

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.054 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1945

Retifica o art. 4.º do Decreto-lei número 6.814 de 21-8-1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.814, de 21-8-1944 onde se lê Base Aérea de Pôrto Alegre 1.ª Classe, leia-se Base Aérea de Canóas 1.ª Classe.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.055 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1945

Incorpora ao patrimônio nacional os terrenos remanescentes das desapropriações realizadas pela Companhia Docas da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo número 19.357-45, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporados ao patrimônio nacional, de acordo com o termo de recebimento e plantas, que com este baixam, devidamente rubricados, todos os terrenos remanescentes das desapropriações realizadas pela Companhia Docas da Bahia, entre o Mercado do Ouro e a Avenida Jequitatã e seus prolongamentos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.056 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1945

Torna sem efeito o Decreto-lei número 7.206, de 29 de dezembro de 1944, e dá outras providências.

O Presidente da República, atendendo ao que lhe foi solicitado pelo Governo do Estado do Pará e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem efeito o Decreto-lei n.º 7.206, de 29 de dezembro de 1944, que autorizou o arrendamento da Estrada de Ferro Bragança ao Estado do Pará, tornando-se, também, insubsistente o contrato decorrente do aludido Decreto-lei, celebrado em 6 de março de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N.º 8.057 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todos os servidores serão admitidos por ato do Presidente do Instituto, e por ele promovidos, removidos, transferidos, readmitidos e demitidos.

Art. 2.º Aplica-se aos extranumerários do Instituto, no que couber, a legislação em vigor no Serviço Público Federal.

Art. 3.º Os servidores do Instituto, além do salário da função ou cargo, só poderão perceber:

a) salário-família;

b) gratificação anual;

c) gratificação de função;

d) gratificação de representação quando em serviço no estrangeiro, arbitrada pelo Presidente da República;

e) ajuda de custo, de acordo com o disposto no Capítulo V do Título II do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939;

f) diárias para indenização de alimentação e pousada, de acordo com o disposto no Capítulo IV, Título II, do mesmo Decreto-lei e respectiva regulamentação;

g) gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de acordo com a regulamentação que for expedida pelo Presidente do Instituto;

h) auxílio para diferenças de caixa, de acordo com o disposto no Capítulo VIII do Título II do Decreto-

lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, e respectiva regulamentação.

Art. 4.º A supressão e extinção de cargos e funções serão feitas nas referências de menor salário, após a realização das promoções e melhorias.

Art. 5.º Cabe ao Presidente do Instituto suprimir e extinguir cargos e funções extintos e excedentes, constantes dos quadros e tabelas.

Art. 6.º Aos empregados do Instituto que foram classificados nas carreiras de Escriturário do Quadro Permanente e Servente do Quadro Suplementar fica assegurado o ingresso nas carreiras de Oficial Administrativo e Continuo dos mesmos Quadros, independentemente de concurso ou prova, quando atingirem a classe final das respectivas carreiras obedecida a ordem de antiguidade.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.058 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1945

Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado, de provimento em comissão, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal: um (1) cargo isolado de Diretor de Estabelecimento, padrão N, de provimento em comissão.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente do presente Decreto-lei, fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir crédito até a im-

portância de Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros), suplementar à verba própria do orçamento da Prefeitura do Distrito Federal, para o corrente exercício.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 8.059 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.586,70 para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.586,70 (mil e quinhentos e oitenta e seis cruzeiros e setenta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Ernesto de Moraes Leme, Professor (F. D. S. Paulo), padrão M, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.060 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.045,20, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.045,20 (mil e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos) para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 13 de outubro a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a José de Lima Siqueira, Professor Catedrático (E. N. M. — U. B.), padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.061 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 16.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dezesseis mil cruzeiros (Cr\$ 16.000,00) à Verba 1 — Pessoal, do Anexo 15 — Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 14 — Gratificação
le representação.

14 — Departamento de
Administração
06 — Divisão do
Pessoal Cr\$ 12.000,00

*Consignação IV — In-
denizações*
Subconsignação 22 —

Ajuda de custo

14 — Departamento de
Administração
06 — Divisão do
Pessoal Cr\$ 4.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1945,
124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.062 — DE 9 DE
Outubro de 1945

*Cria função gratificada no Quadro
Permanente do Ministério da Edu-
cação e Saúde*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para a Comissão Nacional do Livro Didático, a função gratificada de secretário (C.N.L.D.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro deste ano, à despesa com o disposto no artigo anterior, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 1.050,00 (mil e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pes-

soal, consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de outubro de 1945.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.063, DE 10 DE
OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre as eleições para Governadores e assembleias legislativas dos Estados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As eleições para Governadores e assembleias legislativas dos Estados realizar-se-ão no dia 2 de dezembro deste ano, conjuntamente com as de Presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Para as eleições de Governador prevalecem as mesmas inelegibilidades estabelecidas no artigo 56 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945, exigindo-se para o registro dos candidatos o afastamento definitivo dos cargos referidos nas letras a e b do mesmo artigo até 30 dias antes das eleições.

Art. 2.º Os Interventores e Governadores deverão outorgar, dentro do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei, as cartas constitucionais dos Estados respectivos, nos termos do disposto no art. 181 da Constituição de 10 de novembro de 1937.

Parágrafo único. Nas cartas constitucionais outorgadas, nos termos deste artigo, será fixado o número de membros das assembleias legislativas.

Art. 3.º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções que se tornarem necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Goes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.064 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1945

Institui o Registro Especial de Estabelecimentos de Produção, Standardização e Engarrafamento de Vinhos e Derivados, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, em caráter obrigatório e gratuito, o Registro Especial de Estabelecimentos de Produção, Standardização e Engarrafamento de Vinhos e Derivados, para todos os estabelecimentos, existentes ou que vierem a existir no país, e que produzam, engarrafem ou standardizem vinho e derivados.

Parágrafo único. Esse registro fica a cargo do Instituto de Fermentação, do S. N. P. A., do C. N. E. P. A., do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A inscrição no registro instituído por este Decreto-lei somente será concedida aos estabelecimentos cujos proprietários ou arrendatários estiverem devidamente inscritos ou que se façam previamente inscrever,

como produtores, engarrafadores ou importadores de vinhos e derivados, no Registro Vitivinícola, mantido pelo Instituto de Fermentação, do S. N. P. A., do C. N. E. P. A., do Ministério da Agricultura, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 549, de 20-10-37, combinado com o art. 19 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 2.499, de 16-3-38 e art. 47, item I, do Regimento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 16.787, de 11-10-44.

Art. 3.º A inscrição no Registro Vitivinícola será privativa e obrigatória, a partir desta data, para:

I — Produtores de vinhos de mesa, de vinhos licorosos, de vinhos espumantes, de vinhos de frutas, de vinhos compostos, de vinagres, de aguardentes de vinho, de conhaques, de aguardentes de frutas, de conhaque de frutas, de conhaques compostos, de aguardentes compostas e de sucos de uva e de outras frutas;

II — engarrafadores de quaisquer desses produtos nacionais ou estrangeiros;

III — importadores de quaisquer desses produtos de procedência estrangeira, embora não procedendo ao seu engarrafamento.

Parágrafo único. Ficam isentos de inscrição no Registro Vitivinícola os comerciantes desses produtos, nacionais ou estrangeiros, desde que recebam os mesmos já engarrafados de firmas individuais ou coletivas, devidamente registradas.

Art. 4.º Ficam revogados o Decreto n.º 9.429, de 22-5-42, e os §§ 8.º e 9.º do art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 2.499, de 16-3-38.

Parágrafo único. De conformidade com o que estipula este artigo fica dispensado o uso da "Etiqueta de Inspeção".

Art. 5.º O livre trânsito e o controle dos volumes de vinho e derivados, em todo o território nacional, passarão a ser exercidos unicamente pelo Certificado de Análise mencionado no § 1.º do art. 20 do Regulamento

aprovado pelo Decreto n.º 2.499, de 16-3-38, e do qual constará, obrigatoriamente, a numeração dos volumes a que se referir.

Art. 6.º O Presidente da República expedirá normas para o cumprimento d'este Decreto-lei.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apolônio Salles.

DECRETO-LEI N.º 8.065, DE 10 DE
OUTUBRO DE 1945

*Altera a carreira de Continuo do
Quadro Suplementar do Ministério
da Fazenda.*

O Presidente da República, usando

da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo -	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo -	Classe ou	Exce-	Vagos	Obs.
	<i>Continuo</i>						<i>Continuo</i>				
12	G	—	—	Q. S.	28	G	—	16	
32	F	—	—	Q. S.	42	F	—	10	
44						70				26	

**DECRETO-LEI N.º 3.066 — DE 10
DE OUTUBRO DE 1945**

*Revoga o Decreto-lei n.º 7.801, de 30
julho de 1945*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.801, de 30 de julho de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 3.067 — DE 10
DE OUTUBRO DE 1945**

Concede isenção do imposto do selo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam isentos do imposto do selo os requerimentos e demais papéis apresentados a autoridades administrativas, com o fim de obter a liberação dos "Certificados de Equipamento" e dos "Depósitos de Garantia" instituídos pelo Decreto-lei número 6.225, de 24 de janeiro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 3.068 — DE 10
DE OUTUBRO DE 1945**

Abre ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito de Cr\$ 8.000,00, suplementar à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 7 — Conselho de Imigração e Colonização, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 1.º de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

Subconsignação 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens.

	Cr\$
Passa de	40.000,00
Para	28.000,00

Consignação II — Material de Consumo

Subconsignação 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência.

	Cr\$
Passa de	12.000,00
Para	24.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

**DECRETO-LEI N.º 3.069, DE 10 DE
OUTUBRO DE 1945**

Dispõe sobre a função gratificada de Secretário do Diretor do Departamento de Previdência Social, do Conselho Nacional do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada, para Cr\$ 5.400,00 anuais, a gratificação da função de Secretário do Diretor do Departamento de Previdência Social, do Conselho Nacional do Trabalho.

do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, na importância de Cr\$ 1.200.00 anuais, correrá a conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal, Anexo n.º 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Orçamento Geral da República, para 1945.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.073, DE 10 DE OUTUBRO DE 1945

Altera a carreira de Operário de Artes Gráficas do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Operário de Artes Gráficas do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Operário de Artes Gráficas</i>						<i>Operário de Artes Gráficas</i>				
3	I	—	—	Q. S.	6		I	—	3	
6	H	—	—	Q. S.	11		H	—	3	
16	G	—	—	Q. S.	16		G	—	1	
22	F	—	—	Q. S.	22		F	—	1	
10	E	—	—	Q. S.	10		E	—	1	
3	D	—	—	Q. S.	6		D	—	3	
6	C	—	—	Q. S.	6		C	—	1	
66						77				11	

DECRETO-LEI N.º 8.071 DE 10 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pela extinta Escola Superior de Mecânica e Eletricidade de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e atendendo à procedência e à relevância das razões que apoiaram a resolução da junta especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945, relativamente à situação dos diplomados pela extinta Escola Superior de Mecânica e Eletricidade de São Paulo e constante do processo n.º 71.131-45-MES, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o registro dos diplomas de engenheiro expedidos pela extinta Escola Superior de Mecânica e Eletricidade de São Paulo a alunos que nela concluíram o respectivo curso e aos quais, em virtude da decisão do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, foram concedidas carteiras profissionais de "engenheiros licenciados" pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6.ª Região.

Art. 2.º Os favores constantes do artigo anterior serão concedidos também a outros alunos da mesma escola que tenham concluído o curso e venham a ficar em idêntica situação.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.072 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação VI — Pessoal Adido e em Disponibilidade

S/c. n.º 29 — Pessoal em disponibilidade

24 — Diretoria da Despesa Pública Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.073 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Prorroga o prazo de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 7.669, de 22 de junho de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. único. O Decreto-lei n.º 7.669, de 22 de junho de 1945, entrará em vigor, devidamente regulamentado, em 1 de julho de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.074 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para os fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas (Serviços e Encargos) com a execução dos serviços de inseminação artificial em animais no Estado do Rio Grande do Sul, a cargo do Departamento Nacional da Produção Animal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.075 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Prorroga o prazo de funcionamento da junta especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por três meses, além dos seis meses decorridos da data de sua instalação, o prazo de funcionamento da junta especial instituída pelo Decreto-lei número 7.401, de 20 de março de 1945.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N.º 8.076 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Instituto Hahnemanniano do Brasil dos emolumentos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar o Instituto Hahnemanniano do Brasil dos emolumentos para construção de edifício destinado a Hospital e Escola, na Rua Frei Caneca n.º 94.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

DECRETO-LEI N.º 8.077 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre a aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados a despesas de material da Justiça dos Territórios Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados às despesas de material da Justiça dos Territórios Federais serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e postos à disposição dos Juizes, no Banco do Brasil, na conformidade das quantias consignadas a cada comarca pelas tabelas orçamentárias de discriminação da despesa.

§ 1.º Os Juizes poderão retirar as importâncias de que necessitarem, até atingir, em cada trimestre, a quarta parte do crédito anual concedido.

§ 2.º Os saldos do primeiro trimestre passam ao segundo e assim su-

cessivamente até o último trimestre do exercício.

§ 3.º No caso de substituição do juiz, dentro de um exercício, o substituído entregará ao substituto a comprovação das quantias recebidas e gastas, contra recibo, de que a primeira via ficará no processo. A comprovação das despesas que efetuar com os recursos recebidos de seu antecessor, o novo juiz anexará as contas prestadas pelo substituído.

Art. 2.º Os créditos consignados à Justiça dos Territórios Federais, no exercício vigente, para despesas de material, já distribuídos às Delegacias Fiscais nos Estados serão entregues, na sua totalidade e de uma só vez, aos respectivos Juizes, na conformidade das delegações de competência expedidas.

Art. 3.º O texto d'este Decreto-lei será transmitido telegraficamente, pelo Ministério da Fazenda, às Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas, Pará, Paraná e Mato Grosso, para execução imediata do disposto no artigo precedente.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.078 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n.º 21 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

Subconsignação 23 — Diárias

04 — Departamento de Administração

Cr\$.

06 — Divisão do Pessoal 200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.079 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Altera a redação do art. 7.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 7.º do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943:

“Art. 7.º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando fôr, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

- a)
- b)
- c) aos funcionários públicos da

União, dos Estados e dos Municípios, e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições.

d) aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos.

Parágrafo único. Aos trabalhadores ao serviço de empresas industriais da União, dos Estados e dos Municípios, salvo aqueles classificados como funcionários públicos, aplicam-se os preceitos da presente Consolidação."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.080 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Altera dispositivos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes à Organização Sindical

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A alínea *a* do artigo 529, e parágrafo único do artigo 530, o parágrafo 3.º do artigo 531, artigo 532 e respectivo parágrafo, e a alínea *c* do artigo 555, todos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Alínea *a* do art. 529 — Ter o associado mais de seis meses de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício de atividade ou da profissão;

"Parágrafo único do art. 530 — É vedada a reeleição, para o período imediato, de um terço dos membros da diretoria e do conselho fiscal das entidades sindicais.

"Parágrafo 3.º do art. 531 — Concorrendo mais de uma chapa, poderá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio designar o presidente da sessão eleitoral, desde que o requeiram os associados que encabeçarem as respectivas chapas.

"Art. 532. As eleições para a renovação da diretoria e do conselho fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de 60 dias e mínimo de 30 dias, antes do término

do mandato dos dirigentes em exercício.

"§ 1.º Não havendo protesto na ata da assembleia eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de 15 dias a contar da data das eleições, a posse da diretoria eleita independe da aprovação das eleições pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

"§ 2.º Competirá à diretoria em exercício, dentro de 30 dias da realização das eleições e não tendo havido recurso, dar publicidade ao resultado do pleito, fazendo comunicação ao órgão local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da relação dos eleitos, com os dados pessoais de cada um e a designação da função que vai exercer.

"§ 3.º Havendo protesto na ata da assembleia eleitoral ou recurso interposto dentro de 15 dias da realização das eleições, competirá à diretoria em exercício encaminhar, devidamente instruído, o processo eleitoral ao órgão local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que o encaminhará para decisão do Ministro de Estado. Nesta hipótese, permanecerão na administração, até despacho final do processo: a diretoria e o conselho fiscal que se encontrarem em exercício.

"§ 4.º Não se verificando as hipóteses previstas no parágrafo anterior, a posse da nova diretoria deverá se verificar dentro de 30 dias subsequentes ao término do mandato da anterior.

"Alínea *c* do art. 555 — que criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo Governo".

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, aplicando-se às eleições sindicais já convocadas.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.081 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre a arrecadação do imposto de vendas e consignações no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O imposto de vendas e consignações, sera cobrado no Distrito Federal, a base da mesma taxa que prevalecer nos demais Estados que compreendem a região geo-económica de que faz parte a Capital da República.

Art. 2.º Além da cota percentual de que trata o art. 2.º do Decreto-lei n.º 118, de 29 de dezembro de 1937, a União entregará a Prefeitura do Distrito Federal a totalidade do produto do acréscimo da arrecadação diária do imposto de vendas e consignações proveniente da aplicação do disposto no artigo 1.º do presente Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS;
Agamenon Magalhães.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.082 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1945

Eleva padrão de vencimentos de cargos em comissão do Ministério da Viação e Obras Públicas, e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, do padrão N para o padrão O, os vencimentos dos dois cargos isolados de provimento em comissão, de Chefe de Distrito (I. F. O. C. S.), do Quadro I —

Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Para atender a despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, no período de 1.º de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, Anexo n.º 22, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00 (tres mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão de Pessoal

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1.º de outubro de 1945.

Art. 4.º Regoem-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS;
João de Mendonça Lima.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.083 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.440,00, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 1944,

conforme dispõe o Decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Donaldson Medina Quintela, Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.084 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.451,60, para pagamento de salário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.451,60 (mil quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e sessenta centavos), para atender, no período de 7-12-44 a 31-12-44, ao pagamento do salário de Jacira Pereira de Campos, desenhista contratado, do Serviço Florestal.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.085 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1945

Altera dispositivos do Decreto-lei número 4.521, de 24 de julho de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 11 do Decreto-lei n.º 4.521, de 24 de julho de 1942, fica substituído pelo seguinte:

"Art. 11. A Comissão Nacional do Gasogênio determinará as regiões do país em que deve haver obrigatoriedade do uso de gasogênio nos veículos automóveis, fixando as percentagens respectivas."

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

DECRETO-LEI N.º 8.086 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1945

Torna sem aplicação importância que especifica e abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 3.868.868,90 (três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito cruzeiros e noventa centavos), correspondente ao saldo existente, do crédito especial, parcela destinada à despesa com o pessoal permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, aberto pelo Decreto-lei número 7.272, de 25 de janeiro de 1945.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da

República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 3.868.863,90 (três milhões oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito cruzeiros e noventa centavos), em reforço da seguinte dotação.

VERBA I — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão de Pessoal

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 3.087 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas seis Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, com sede, respectivamente, três no Distrito Federal (1.ª Região), duas em São Paulo, Estado de São Paulo (2.ª Região) e uma em Salvador, Estado da Bahia (5.ª Região).

Art. 2.º Compete ao Departamento de Justiça do Trabalho, auxiliado, quando necessário, pelos Conselhos Regionais do Trabalho e Delegacias Regionais do Trabalho, promover a instalação das novas Juntas.

Art. 3.º Os vogais das Juntas a que se refere o art. 1.º ou os suplentes, na ausência daqueles, perceberão a gra-

tificação de representação de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por audiência a que comparecerem, até o máximo de 20 (vinte) por mês.

Art. 4.º Ficam criados, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seguintes cargos isolados, de provimento efetivo:

1 — Presidente da 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, padrão L.

1 — Presidente da 8.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, padrão L.

1 — Presidente da 9.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, padrão L.

1 — Presidente da 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, padrão L.

1 — Presidente da 8.ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, padrão L.

1 — Presidente da 3.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador, padrão L.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes funções gratificadas:

1 — Secretário da 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da 8.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da 9.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da 8.ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo — Cr\$ 3.000,00 anuais.

1 — Secretário da 3.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador — Cr\$ 3.000,00 anuais.

Art. 6.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 334.400,00 (trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros) às seguintes

dotações do Anexo 21 do Orçamento vigente, Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal

Permanente

Cr\$

S/C 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão do Pessoal ..

46.800,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

S/C 05 — Mensalistas

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão do Pessoal ..

36.000,00

S/C 06 — Diaristas

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão do Pessoal ..

7.200,00

Consignação III — Vantagens

S/C 09 — Funções gratificadas

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão do Pessoal ..

4.500,00

S/C 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração
06 — Divisão do Pessoal ..

36.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material

Permanente

S/C 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas à biblioteca ou coleções

04 — Departamento

de Administração

03 — Divisão do Material .

3.000,00

S/C 09 — Material de ensino e educação; material artístico; insígnias e bandeiras; instrumentos de música;

04 — Departamento de Administração
03 — Divisão do Material .

2.100,00

S/C 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas,

aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratórios, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericultura, indústria de fiação e tecelagem de seda.

04 — Departamento de Administração
03 — Divisão do Material .

111.500,00

Consignação II — Material de Consumo

S/C 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência.

04 — Departamento de Administração
03 — Divisão do Material

15.000,00

S/C 19—Combustíveis, material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações; de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação.		esgoto e lixo.	
04 — Departamento de Administração		13 — Justiça do Trabalho	
03 — Divisão do Material	6.000,00	03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	6.000,00
S/C 28 — Vestuário, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos.		S/C 31—Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis.	
04 — Departamento de Administração		13 — Justiça do Trabalho	
03 — Divisão do Material	3.000,00	03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	36.000,00
Consignação III — Diversas Despesas		S/C 32 — Assinatura de órgãos oficiais	
S/C 29—Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transportes de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.		13 — Justiça do Trabalho	
13 — Justiça do Trabalho		03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	600,00
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	3.000,00	S/C 35 — Despesas mudas de pronto pagamento	
S/C 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e enfiagem de roupas; taxas de água,		13 — Justiça do Trabalho	
		03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	600,00
		S/C 37 — Iluminação, força motriz e gás.	
		13 — Justiça do Trabalho	
		03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	1.800,00
		S/C 38—Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês.	
		13 — Justiça do Trabalho	
		03 — Juntas de Conciliação e Julgamento	1.500,00
		S/C — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.	
		02 — Ligeiros reparos, adaptações e	

conservação de bens imóveis.	
13 — Justiça do Trabalho	
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento .	12.000,00
S/C 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens.	
13 — Justiça do Trabalho	
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento .	600,00
S/C 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	
13 — Justiça do Trabalho	
03 — Juntas de Conciliação e Julgamento .	1.200,00
	<hr/>
	334.400,00

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.088 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.183.687,20, para pagamento de notas de papel-moeda.

O Presidente da República, usando da atribuição que l'he confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatro milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 4.183.687,20), que será distribuído à Delegacia do

Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender à despesa (Serviços e Encargos) proveniente de fornecimentos de notas de papel-moeda, efetuados pela firma "American Bank Note Company", na conformidade do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 214.692-45, a saber:

	US\$
17.000.000 de cédulas de Cr\$ 1,00, das séries 361. ^a a 530. ^a , pelo preço de..	136.000,00
9.000.000 de cédulas de Cr\$ 2,00, das séries 411. ^a a 500. ^a , pelo preço de..	72.000,00
26.000.000 de cédulas, pelo preço de	208.000,00
Despesas de transporte e seguro	1.184,36
	<hr/>
	209.184,36

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.089 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Desapropria, para fins de utilidade pública, duas casas e respectivos terrenos em Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que l'he confere o artigo 180 da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública a desapropriação de dois imóveis, com os respectivos terrenos, situados na Cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, de propriedade do Sr. Ito Weidlich, o primeiro com a

área coberta de 117,17 m² e avaliado em Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), e o segundo com a área coberta de 80,90 m², avaliado em Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Art. 2.º Destinam-se os imóveis de que trata o artigo 1.º à residência de oficiais em serviço na Cidade de Ijuí.

Art. 3.º Em caso de desapropriação mediante acôrdo, prevaleça o preço de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) a ser pago por conta dos recursos da Caixa Geral de Economias da Guerra.

Art. 4.º Para efeito de imediata imissão de posse do imóvel de que trata o artigo 1.º, é também declarada urgente a desapropriação que se tem em vista, ficando o Ministério da Guerra autorizado a promover a respectiva efetivação, com isenção de qualquer imposto de selo ou emolumento.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

P. Góes Monteiro

DECRETO-LEI N.º 8.090 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Declara insubsistente o Decreto-lei número 4.812, de 8 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º Fica insubsistente o Decreto-lei n.º 4.812, de 8 de outubro de 1942, que dispõe sobre a requisição de bens móveis e imóveis, necessários às forças armadas e à defesa passiva da população, e dá outras providências.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.091 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Concede melhoria de reforma a um oficial da Armada

O Presidente da República, considerando a relevância dos serviços que o Capitão de Mar e Guerra Graduado, reformado, convocado, Braz Dias de Aguiar tem prestado ao Brasil, em comissões do Ministério das Relações Exteriores, desde 1928, quando passou à inatividade, até o presente, sem interrupção e, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art.º 1.º Fica considerado reformado no posto efetivo de Capitão de Mar e Guerra o Capitão de Mar e Guerra Graduado, reformado, Braz Dias de Aguiar, sendo-lhe asseguradas, a partir desta data, todas as vantagens relativas a vencimentos, montepio militar e meio soldo, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N.º 8.092 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Altera a redação do art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.569, de 8 de junho de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.569, de 8 de junho de 1944, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º As benfeitorias serão indenizadas, sem prejuízo da desocupação regulada nos arts. 3.º e 4.º das áreas em que estejam situadas, imediatamente após processos sumários de avaliação, à cargo da Comissão instituída no art. 2.º

§ 1.º É fixado o prazo de 60 dias, a contar da entrada em vigor deste Decreto-lei, para esta Comissão executar e concluir seus trabalhos de avaliação, podendo para esse fim solicitar colaboração dos órgãos integrantes do Ministério da Agricultura.

§ 2.º O laudo da avaliação será submetido pela Comissão à aprovação do Ministro da Agricultura, que, se o homologar, ordenará, em seguida, o pagamento da indenização aos interessados à conta dos créditos abertos para esse fim”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.093 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.186,70, para pagamento de salários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.186,70 (nove mil cento e cinquenta e seis cruzeiros e setenta centavos), para atender ao pagamento da despesa (Pessoal) referente aos salários de Werner Goecks, contratado, da Di-

visão de Caça e Pesca, no período de 15-9-44 a 31-12-44.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI n.º 8.094 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 18 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação V — Outras despesas com Pessoal, s/c 25 — Substituições. 00 — Pessoal Civil, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

(*) DECRETO-LEI N.º 8.095 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a conceder a "Companhia de Hotéis Turistas do Brasil" pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso e gozo de um terreno situado na Avenida Pasteur nas condições que estabelece e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 21 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a conceder a "Companhia de Hotéis Turistas do Brasil", pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso e gozo do terreno descrito nos arts. 1.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.146, de 13 de março de 1939, para nele construir um hotel para turistas, de acordo com as exigências da Prefeitura do Distrito Federal e mediante as seguintes condições:

a) o prazo de 30 (trinta) anos da concessão é improrrogável;

b) findo o prazo de 30 (trinta) anos, reverterão para a Prefeitura do Distrito Federal, sem qualquer indenização por parte desta, o terreno, as benfeitorias e os edifícios no mesmo existentes.

Art. 2.º Fica o Prefeito do Distrito Federal expressamente autorizado a vender à "Companhia de Hotéis Turistas do Brasil" — dentro do prazo de 30 (trinta) anos referido no artigo anterior, o terreno, pelo preço e condições que a Prefeitura do Distrito Federal, por seus órgãos competentes, estipular, tendo em vista não só o valor do mesmo terreno, como o prazo que faltar para a reversão das benfeitorias e edifícios existentes.

Art. 3.º Fica o Prefeito do Distrito Federal, igualmente, autorizado a, no contrato da concessão a que se refere o art. 1.º, estipular os favores a serem concedidos à "Companhia de Hotéis Turistas do Brasil" e as obrigações desta para com a Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57 da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 8.096

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.097 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1945

Fixa normas para a movimentação dos oficiais subalternos do Exército e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e reconhecendo a necessidade de alterar as disposições que regulam a movimentação dos oficiais subalternos do Exército em face das atuais exigências do serviço, decreta:

Art. 1.º O exercício das funções de oficial subalterno no Exército, nos postos de Aspirante a 1.º Tenente, inclusive, passa a ser privativamente como arregimentado, salvo os casos previstos no artigo 4.º do presente Decreto.

§ 1.º Todos os oficiais subalternos atualmente em funções fora da tropa, tais como ajudantes de ordens, oficiais mobilizadores, cargos burocráticos ou administrativos nas Repartições ou Estabelecimentos Militares devem ser substituídos por Capitães, de preferência modernos.

§ 2.º Enquanto os quadros de oficiais subalternos não satisfizerem ao preenchimento dos claros existentes na tropa, as funções de instrutores e auxiliares de instrutor só serão exercidas por oficiais subalternos nos Estabelecimentos de Ensino quando pela Lei de Promoção essas funções forem consideradas como de serviço arregimentado em Unidade de Tropa; no demais casos os claros serão preenchidos com Capitães, de preferência modernos.

Art. 2.º Nenhum oficial subalterno será promovido a Capitão sem que tenha completado 5 anos de efetivo serviço como arrematado, inclusive no posto de Aspirante.

Art. 3.º Fica vedada a matrícula nas Escolas de Estágio Maior Técnica do Exército aos oficiais subalternos.

Parágrafo único. Excetuam-se desta medida os oficiais subalternos da Ativa já matriculados nos referidos estabelecimentos, e os da Reserva que satisfizerem os requisitos regulamentares para admissão à Escola Técnica do Exército.

Art. 4.º Os oficiais subalternos da ativa serão indicados à habilitação com um dos cursos especializados do Exército atendidas suas preferências em as quantidades prefixadas para a matrícula. Essa indicação compulsória deve incidir sobre os Primeiros Tenentes mais modernos e os Segundos Tenentes após um ano de permanência no posto.

Parágrafo único. Os oficiais habilitados com o curso especializado devem ser designados para servir pelo período de 2 anos em corpo de tropa, em funções de sua especialidade.

Art. 5.º A convocação dos oficiais da Reserva será anual e periódica, com a duração de um ano. Far-se-á de conformidade com o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva de modo a poderem os oficiais convocados participar de um período completo de instrução.

§ 1.º Um terço, pelo menos, das vagas nos quadros de subalternos nas Unidades de Tropa deve ser preenchido com oficiais da Reserva convocados, aptos ao exercício das funções de Instrutores e comandantes de Sub-Unidades.

§ 2.º Antes de serem designados deverão receber uma instrução adequada no Centro de Recompentamento das Unidades-Escola na 1.ª Região Militar, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva ou nos corpos em que forem classificados.

§ 3.º Ficarão dispensados desse curso os que forem designados para fazer um dos cursos especializados, sob a condição de completarem o tempo de

serviço em corpo de tropa e na especialidade.

Art. 6.º Os oficiais da Reserva de 1.ª Classe poderão permanecer no Exército até o limite de idade, observado, no que lhes corresponder, o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva.

Parágrafo único. Os oficiais que completarem 35 anos de idade poderão ser transferidos para exercer funções burocráticas preferencialmente, na medida das possibilidades.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góis Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.093 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública, as seguintes funções gratificadas, com Cr\$ 5.400,00 anuais, cada uma:

- 1 Secretário do Corregedor (C — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (D. P. M. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (D. P. T. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (D. I. C. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (S. A. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (S. M. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (S. Tp. — D. F. S. P.).
- 1 Secretário do Diretor (S. T. — D. F. S. P.).

1 Secretário do Diretor (G. C. — D. F. S. P.).

1 Secretário do Diretor (I. F. P. — D. F. S. P.).

1 Secretário do Diretor (I. M. L. — D. F. S. P.).

1 Secretário do Comandante (P. E. — D. F. S. P.).

1. Secretário da Escola de Polícia (E. P. — D. P. T. — D. F. S. P.).

Art. 2.º Ficam suprimidas, nos mesmos Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas:

1 Secretário do Inspetor Geral (I. G. P.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

1 Secretário do Inspetor (I. G. C.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

1 Secretário do Inspetor (I. T.), com Cr\$ 4.200,00 anuais.

1 Secretário do Diretor (D. G. E. C.), com Cr\$ 3.000,00 anuais.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro deste ano, à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 9.100,00 (nove mil e cem cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães,
A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N.º 8.099 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.525,00, para liquidação de compromissos assumidos nos exercícios de 1936 e 1937.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério

do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 3.525,00 (três mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros), para pagamento de serviços extraordinários prestados em 1936 e 1937 (Pessoal), por inspetores de imigração, de acordo com os processos que acompanham a exposição de motivos 22-45 do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.º 8.100 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.437.735,00, para pagamento de dívidas decorrentes de requisições

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros (Cr\$ 1.437.735,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de dívidas julgadas procedentes pela Comissão Central de Requisições e relacionadas no Processo n.º 147.773 de 1945, do Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.101 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1945

*Altera carreira no Quadro Suplemen-
tar do Ministério da Fazenda e dá
outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acôrdo com a tabela anexa, a carreira de Operário de Artes Gráficas do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Operário de Ar- tes Gráficas</i>						<i>Operário de Ar- tes Gráficas</i>				
—	—	—	—	Q.S.	4	I	—	4	
4	H	—	—	Q.S.	8	H	—	4	
15	G	—	—	Q.S.	15	G	—	—	
31	F	—	—	Q.S.	31	F	—	—	
25	E	—	—	Q.S.	25	E	—	—	
44	D	—	—	Q.S.	44	D	—	—	
17	C	—	—	Q.S.	17	C	—	—	
11	B	—	—	Q.S.	11	B	—	—	
147			—	—		155			—	8	

**DECRETO-LEI N.º 8.102 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1945**

*Concede pensão especial à viúva de
Alberto Martins Tôrres.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a Maria José Xavier da Silveira Tôrres, viúva do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alberto Martins Tôrres, uma pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. O benefício instituído neste artigo substitui o montepio civil deixado pelo *de cujus*.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.
A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.103 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1945**

Concede auxílio a técnicos estrangeiros para despesas de viagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos técnicos estrangeiros contratados para funções na Divisão de Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, que não tiveram o contrato renovado será concedido um auxílio para as despesas da viagem de regresso ao país de origem, correspondente a dois meses do salário, desde que a rescisão do contrato não tenha sido por eles solicitada.

Art. 2.º Para atender no corrente exercício às despesas decorrentes do disposto neste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.
A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.104 — DE 18 DE
OUTUBRO DE 1945**

Dôa à Fundação Brasil Central patentes de invenção, marcas de fábrica, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda incorporadas ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais, marcas de indústria e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda concedidas pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial ou nele registrados, incorporados ao Patrimônio Nacional pelo Decreto-lei número 6.915, de 2 de outubro de 1944 e que tenham sido representados, controlados ou usados sob qualquer modalidade pelas firmas Companhia Química "Merck" Brasil S.A., A Química "Bayer" Ltda., Farmaco Ltda. e Instituto Behring de Terapêutica Experimental, ora sob regime de liquidação, nos termos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, ficam doados à Fundação Brasil Central.

Parágrafo único. Os resultados da exploração industrial, comercial, de arrendamento e "royalties" dos bens referidos neste artigo serão aplicados nos serviços médicos, assistenciais e

preventivos mantidos pela referida Fundação.

Art. 2.º O Banco do Brasil S. A., como agente especial do Governo providenciará no sentido de ser feita a imediata avaliação do ativo e passivo das firmas mencionadas no artigo 1.º, para o efeito de aquisição dos respectivos acervos pela Fundação Brasil Central.

Art. 3.º O Departamento Nacional da Propriedade Industrial fará em seus livros a averbação deste Decreto-lei para efeito de transferência da propriedade dos bens ora doados.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrários.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.105 — DE 18
DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que o Dr. Carlos Guinle vai fazer à União, de terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que o Dr. Carlos Guinle vai fazer à União, de terreno de sua propriedade, destinado ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, situado na mencionada Serra, no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, com a área de dois mil trezentos e trinta metros quadrados (2.330 m²), com 25 metros de frente, 88 metros pelo lado direito, 81 metros pelo lado esquerdo e 28 metros pelos fundos, confrontando pelo lado esquerdo com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e nos demais pela "Granja Comari", conforme os elementos constantes do processo número 183.497-45.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.106 — DE 18
DE OUTUBRO DE 1945

Suspende até 31 de dezembro do corrente ano a cobrança dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, até 31 de dezembro do corrente ano, a cobrança dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina em substância ou em preparação para uso terapêutico.

Art. 2.º Os prazos estipulados nos Decretos-leis ns. 6.686, de 13 de julho de 1944, e 7.405, de 22 de março de 1945, consideram-se sem solução de continuidade, ficando assegurada aos importadores a restituição das somas que a título de direitos e taxas hajam pago para o desembaraço da penicilina no período compreendido entre a extinção do prazo do primeiro e o início da vigência do segundo, referidos naqueles Decretos-leis.

Parágrafo único. Serão, ainda, restituídas as importâncias que, porventura, tenham sido recolhidas a título de depósitos, como direitos e taxas devidos pelo desembaraço da penicilina.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.107 — DE 18
DE OUTUBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 769.576,80, para liquidação de despesas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 769.576,80), para liquidação da despesa (Material) decorrente da aquisição de material destinado à Escola Técnica Nacional e à Escola Técnica de São Luís, de que trata o processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 38.406-45.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.
A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.108 — DE 18
DE OUTUBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 400.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191 de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 15 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas S/c. n.º 41 — Passagens, transporte

de pessoal e de suas bagagens
04 — Departamento de
Administração

Cr\$

03 — Divisão do Material 400.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.
A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.109 — DE 18
DE OUTUBRO DE 1945**

Abre crédito suplementar ao Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura — Anexo n.º 14 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1945 — o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, Subconsignação 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens, 01 — Gabinete do Ministro, 01 — Gabinete do Ministro.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apollônio Sales.
A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.110 — DE 18 DE
OUTUBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 à Verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trinta mil cruzeiros

(Cr\$ 30.000,00) à Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República em vigor (Decreto-lei n.º 7.191 de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 35 — Serviços clínicos e de hospitalização

29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

a) Prestados a educandos Cr\$ 30.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apolonio Sales.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.111

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.112 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 22 — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Verba 1 — Pessoal

Consignação V — Outras despesas com pessoal

S/c. n.º 25 — Substituições

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
João de Mendonça Lima.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.113 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo número 20 — Ministério das Relações Exteriores, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 20 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens
01 — Secretaria de Estado

Cr\$

a) Recepções, hospedagens e demais homenagens a serem prestadas a representantes dos governos estrangeiros e personalidades ilustres em visita ao Brasil 100.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.114 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000,00, a verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 17 — Ministério da Guerra, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue: ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA GUERRA

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 09 — Comissões e Despesas no Exterior
17 — Diretoria de

Intendência . . . Cr\$ 6.000.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.115 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (art. 3.º, anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas despesas

Subconsignação 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis.

34 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais:

Cr\$

Passa de 115.500,00

Para 122.020,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 35 — Serviços clínicos e de hospitalização.

34 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais:

Cr\$

Passa de 30.000,00

Para 23.430,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.116 — DE 19 OUTUBRO DE 1945

Considera caduca a concessão outorgada à "Brasunido Sociedade Anônima" pelo Decreto-lei n.º 2.618, de 23 de setembro de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 180 da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo número 23.347-45, do Serviço de Comunicações do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica considerada caduca a concessão outorgada à "Brasunido Sociedade Anônima" pelo Decreto-lei n.º 2.618, de 23 de setembro de 1940, para construção, uso e gozo, sem ônus para a União, de uma estrada de ferro eletrificada, ligando Camapuã a Andrelândia, e de um porto para embarque de minérios, em Angra dos Reis, de conformidade com o que preceitua o mencionado decreto-lei.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N.º 8.117 — DE 19
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 7.500.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de sete milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 7.500.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 16 — MINISTÉRIO
DA FAZENDA

Verba 2 — Material

Consignação I — Material Permanente

Cr\$

S/c. 04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de tele-

visão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios.

13 — Casa da Moeda... 1.000.000,00

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de visturas; artigos de iluminação.

13 — Casa da Moeda... 500.000,00

S/c. 25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação.

13 — Casa da Moeda... 6.000.000,00

7.500.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.118 — DE 19
DE OUTUBRO DE 1945

Transfere ao Estado do Rio de Janeiro uma área de terreno situada no Município de Itaguaí, no mesmo Estado, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido ao Estado do Rio de Janeiro o domínio pleno sobre uma área de terreno situada no Município de Itaguaí, desmembrada da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Parágrafo único. O Governo do Estado do Rio de Janeiro providenciará o estabelecimento de um núcleo colonial agro-industrial, de modo a ser aproveitada a área em aprêço sob o regime de pequena propriedade, podendo ser transferidos a terceiros os trabalhos de instalação do referido núcleo.

Art. 2.º As confrontações da área referida no artigo anterior delimitam-se como a seguir:

“Testada sobre a Estrada Rio-São Paulo, a partir do ponto em que esta atravessa a “garganta” entre as serras da Viúva Graça e do Cambraia; pelo lado sul, a partir do mesmo ponto, na garganta, e montando pelo divisor de águas da serra do Cambraia até o ponto de coordenadas 22º 41’ 1” de latitude sul e 43º 41’ 22” de longitude oeste (meridiano de Greenwich), seguindo daí em linha reta, rumo de leste, atravessando a estrada da Mangueira até encontrar o rio Guandú; pelos lados de leste e nordeste, montando o curso do Guandú até a confluência deste com o Ribeirão das Lages, e, acima desse ponto, subindo o curso do Ribeirão dos Macacos, ou Santana, até encontrar a estrada de Fontes, sendo que esta delimitação confronta com os limites do Município de Vassouras, ao longo dos cursos d’água referidos; pelo lado norte, seguindo a estrada de Fontes até a Estrada Rio-São Paulo, seguindo por esta, lado oeste até o ponto inicial da garganta entre as serras da Viúva Graça e do Cambraia, fechando assim o polígono”.

Parágrafo único. Dessa área de terreno fica excluída da transferência de que trata o artigo 1.º a Fazenda do Pau Cheiroso, situada entre a estrada da Mangueira, o paralelo de 22º 41’ 1” de latitude sul e o rio Guandú, cujos limites, porém, deverão ser fixados definitivamente, continuando, portanto, a referida fazenda sob o domínio da União.

Art. 3.º Na Diretoria do Serviço do Patrimônio da União lavrar-se-á o ato de efetivação da transferência da área de terreno citada no artigo an-

terior em livro da repartição e que valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis, devendo constar do termo respectivo os limites já fixados na fazenda do Pau Cheiroso referida no artigo 2.º, parágrafo único.

Parágrafo único. Nenhum imposto de selo incidirá sobre essa transferência.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.119 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1945

Estabelece as idades limites para a permanência no serviço ativo dos Oficiais combatentes e das Classes Anexas da Marinha de Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As idades limites para a permanência no serviço ativo, dos Oficiais combatentes e das Classes Anexas da Marinha de Guerra, serão as seguintes:

Vice-Almirante	64 anos
Contra-Almirante	62 anos
Capitão de Mar e Guerra	60 anos
Capitão de Fragata	58 anos
Capitão de Corveta	54 anos
Capitão-Tenente	50 anos
Primeiro Tenente	46 anos
Segundo Tenente	43 anos

Art. 2.º Para os Quadros de Oficiais, cujo posto mais elevado é inferior a Capitão de Fragata (Cirurgiões-Dentistas, Oficiais Auxiliares da Marinha, Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais, Patrões-Mores (em extinção), Maquinistas (em extinção), Professores do Ensino Elementar (em extinção), Práticos dos Rios da Prata, Baixo e Médio Paraná, Paraguai e Costa, e Segundos Tenentes Mestres de Música), os limites de idade serão:

Capitão de Corveta	60 anos
Capitão Tenente	58 anos
Primeiro Tenente	56 anos
Segundo Tenente	54 anos

Art. 3.º As transferências para a Reserva Remunerada dos Officiais que, na data da publicação d'êste decreto-lei, já tiverem atingido a idade limite referida no artigo 1.º, só serão efetuadas depois de preenchidas as vagas abertas no pósto superior.

Art. 4.º Aos Officiais Gerais transferidos para a Reserva Remunerada, até 31 de dezembro de 1945, em virtude da execução d'êste decreto-lei, serão asseguradas as vantagens do Decreto-lei n.º 3.364, de 21 de junho de 1941, tornado extensivo à Marinha pelo Decreto-lei n.º 3.544, de 22 de agosto de 1941.

Art. 5.º Aos Officiais transferidos para a Reserva Remunerada, até 31 de dezembro de 1945, em consequência da aplicação do artigo 1.º d'êste decreto-lei, ficam asseguradas as vantagens relativas a aumentos de vencimentos que forem concedidos até àquella data.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Henrique A. Guilhem

DECRETO-LEI N.º 8.120 — DE 19
DE OUTUBRO DE 1945

Altera carreira no Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acôrdo com a tabela anexa, a carreira de Servente do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Henrique A. Guilhem.

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>				
39	E	—	—	Q.S.	54	E	—	15	
58	D	—	—	Q.S.	80	D	—	22	
83	C	—	—	Q.S.	90	C	—	7	
60	B	—	—	Q.S.	60	B	—	—	
240			—	—		284			—	44	

DECRETO-LEI N.º 8.121 — DE 22
DE OUTUBRO DE 1945

Fixa os cargos do pessoal do magistério da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acôrdo com o artigo 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os cargos relativos às funções do magistério na Prefeitura do Distrito Federal serão os constantes da Tabela I anexa, que faz parte integrante dêste Decreto-lei.

Art. 2.º Os atuais professores de curso primário, Padrão F, G, H, I, J, passam a constituir uma categoria única, com os mesmos direitos e deveres, sob a denominação de professores de curso primário, o que constará da apostila nos respectivos títulos.

Artigo 3.º Os professores de curso primário terão o vencimento inicial fixado em Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros) e aumentos quinquêniais correspondentes a 20 % dêsse vencimento inicial.

§ 1.º Será computado para efeito do aumento quinquenal todo e qualquer tempo de serviço líquido prestado efetivamente no exercício da função de Professor na Prefeitura do Distrito Federal.

§ 2.º A partir do dia imediato em que o professor de curso primário houver completado um novo quinquênio, ser-lhe-á adicionado ao vencimento a cota de aumento correspondente.

§ 3.º Serão incorporadas ao vencimento inicial, a partir da data desta lei, tantas cotas de aumento quantos forem os quinquênios apurados na forma do parágrafo anterior, até ao limite máximo de cinco quinquênios.

Art. 4.º Para o reajustamento dos quadros atuais às disposições do artigo anterior proceder-se-á do seguinte modo:

a) os professores de curso primário, que pertençam atualmente ao padrão F passarão a perceber, a partir de 1.º de janeiro de 1946, os vencimentos de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros), computando-se seu tempo líquido de serviço efetivo, com

exclusão de qualquer tempo anterior à posse, para o aumento quinquenal a que se refere o artigo 3.º desta lei;

b) nos demais casos, os professores de curso primário têm os vencimentos fixados em Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros) e mais tantos aumentos quinquêniais quantos forem os quinquênios apurados na forma do § 1.º do artigo 3.º desta lei.

Art. 5.º Ficam criados no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal 250 (duzentos e cinquenta) cargos de Diretor de Estabelecimento — Padrão M — de provimento em comissão.

Parágrafo único. Ficam cancelados no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal 250 (duzentos e cinquenta) cargos de Diretor de Estabelecimento — Padrões K e L.

Art. 6.º Os professores primários, inclusive os atuais Diretores de Estabelecimento, efetivos, bem assim os demais membros do magistério, que completarem 25 (vinte e cinco) anos de serviços líquidos, poderão ser aposentados, a pedido ou *ex-officio*, com os vencimentos da atividade.

§ 1.º A aposentadoria a pedido poderá ser concedida independente de inspeção de saúde.

§ 2.º A aposentadoria *ex-officio* será justificada por inspeção médica que prove achar-se o membro do magistério inválido para o exercício do cargo.

Art. 7.º O quadro do magistério é o que está fixado no Decreto-lei número 7.849, de 9 de agosto de 1945, sómente podendo ampliar-se, de forma gradativa, quanto aos professores primários, de acôrdo com as conveniências do ensino e tendo-se em conta os recursos orçamentários.

Art. 8.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir os créditos necessários à execução dêste Decreto-lei.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1945.º 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

**TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI
N.º 8.121 — DE 22 DE OUTUBRO
DE 1945**

Professor de Artes.
Professor de Educação Física.
Professor de Curso Normal.
Professor de Curso Primário.
Professor de Curso Primário Suple-
tivo.
Professor de Curso Secundário.
Professor de Curso Secundário Su-
pletivo.
Professor de Curso Técnico.
Técnicos de Educação.
Diretores de Escola efetivos (*).
Diretores de Internato efetivos (*).
Diretores de Externato efetivos (*).
Diretores de Estabelecimentos, em
comissão (250).

**DECRETO-LEI N.º 8.122 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1945**

*Dispõe sobre o cancelamento de di-
vidas do imposto predial e dá outras
providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do Decreto-lei n.º 96 de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a mandar cancelar as dividas relativas ao imposto predial dos exercícios anteriores a 1938, referentes a prédios situados na zona rural e de valor locativo anual igual ou inferior a Cr\$ 1.200,00.

§ 1.º O cancelamento de que trata este artigo é extensivo aos demais tributos e contribuições cobrados juntamente com o imposto predial.

§ 2.º Quando se tratar de dividas ajuizadas, o seu cancelamento importará a exoneração das custas judiciais respectivas, por acaso devidas.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

**DECRETO-LEI N.º 8.123 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1945**

*Concede pensão especial aos herdeiros
de Luis Napoleão do Amaral*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida aos herdeiros de Luis Napoleão do Amaral, ex-servidor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial a que se refere este artigo, é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

**DECRETO-LEI N.º 8.124 — DE 23
DE OUTUBRO DE 1945**

*Concede pensão especial aos filhos
menores de Agenor Martins de
Souza.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida aos filhos menores de Agenor Martins de Souza, ex-guarda-fios, referência VI, extra-numerário-mensalista da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Santa Maria da Boca do Monte —

(*) A extinguir à medida que vagem, passando a ser providos em comissão.

Ministério da Viação e Obras Públicas, falecido em consequência de acidente ocorrido quando no exercício de suas funções, uma pensão especial na importância de Cr\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A Pensão especial de que trata este artigo é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.125 — DE 23
DE OUTUBRO DE 1945

Filia ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os condutores profissionais de veículos de serviços oficiais e de instituições paraestatais ou autárquicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São considerados segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os condutores profissionais de veículos de serviços oficiais e de instituições paraestatais ou autárquicas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos condutores de veículos que, em razão de sua função sejam segurados obrigatórios de outra instituição de previdência.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.126 — DE 23 DE
OUTUBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.457,10, para atender ao pagamento de salários devidos a Paulo Emilio de Oliveira e Cruz.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.457,10 (mil quatrocentos e cinquenta e sete cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento dos salários devidos a Paulo Emilio de Oliveira e Cruz, correspondentes ao período de 1 de janeiro a 6 de fevereiro do corrente ano, durante o qual desempenhou, no Serviço de Documentação do mesmo Ministério, a função de pesquisador de documentos sobre assuntos de educação, cultura, saúde e assistência.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.127 — DE 24
DE OUTUBRO DE 1945

Altera e dá nova redação ao Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Cada Município terá uma Associação Rural, de que poderão fa-

zer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas, agrícola, extrativa, pastoril ou industrial, e também técnicos ligados a essas atividades.

§ 1.º Para os efeitos deste Decreto-lei, é considerado no exercício da profissão rural todo aquele que for proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural.

§ 2.º Estabelecimento rural é o imóvel destinado ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem animal e vegetal, à criação, à criação, à invernagem ou engorda de animais e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades.

§ 3.º É facultada a existência de associações de caráter regional, desde que os ruralistas de dois ou mais municípios vizinhos, economicamente tributários, considerem impraticáveis associações municipais, a juízo da Federação das Associações Rurais, que autorizará a instalação e determinará o local da sede.

Art. 2.º A Associação Rural, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do artigo anterior, terá a área territorial correspondente à do município a que pertencer.

§ 1.º A Associação Rural promoverá a fundação e o desenvolvimento de núcleos rurais nos distritos compreendidos em sua área territorial.

§ 2.º Os núcleos rurais serão filiados obrigatoriamente a associações em cujas área territorial estiverem, e serão dirigidos por um delegado designado pela diretoria da Associação Rural, dentre os associados residentes no distrito.

§ 3.º Quando o núcleo rural localizado na sede de município apresentar condições de vida própria, será transformado em associação, desde que assim o delibere a maioria dos associados estabelecidos no respectivo município.

Art. 3.º São mantidas as instituições que, sob a forma de associações civis, congregam os que exercem atividades rurais, para defesa dos in-

teresses respectivos, bem assim os seus órgãos de caráter federativo.

§ 1.º Tais instituições, se resolverem pleitear a qualidade de associação ou federação, nos termos deste Decreto-lei, a fim de gozarem das vantagens e prerrogativas correspondentes, poderão continuar, ressalvada a hipótese de confusão, com os nomes que já possuem.

§ 2.º As instituições rurais especializadas, quando reconhecidas como órgão representativo da especialidade no Estado, no Distrito Federal ou Território Federal, poderão ser admitidas na respectiva Federação das Associações Rurais.

Art. 4.º As sociedades de agricultura, em regular funcionamento, sediadas nas capitais dos Estados ou dos Territórios Federais, em que não existam entidades rurais em caráter federativo, poderão ser investidas das funções e prerrogativas de federação das Associações Rurais.

Art. 5.º Dentro do prazo de sessenta dias, contados da vigência deste Decreto-lei, as instituições a que se referem os artigos 3.º e 4.º, devem manifestar ao Ministério da Agricultura sua deliberação quanto ao disposto nesses artigos.

Parágrafo único. Não havendo instituição no Município ou, se a existente não manifestar a. Ministério da Agricultura a deliberação de se adaptar a este Decreto-lei, cabe ao Prefeito, no prazo de noventa dias e na forma estabelecida no regulamento, promover a fundação da associação rural do Município, caso não o tenham feito, livremente, os interessados.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO RURAL

Art. 6.º As pessoas naturais ou jurídicas que se dedicam às atividades rurais, contarão, para sua organização, com as seguintes instituições:

a) Associações Rurais, que a esta Decreto-lei se adaptarem ou em virtude dele forem criadas;

b) Federação das Associações Rurais e as entidades investidas de suas funções e prerrogativas; e

c) Confederação Rural Brasileira.

Parágrafo único. A sede das associações será onde o município tiver o seu governo, salvo o caso do parágrafo terceiro do artigo primeiro; a das federações, no Distrito Federal, nas capitais dos Estados ou dos Territórios Federais e a da Confederação Rural Brasileira, na Capital da República.

Art. 7.º A Associação Rural, constituída nos termos do artigo primeiro dêste Decreto-lei, terá três órgãos:

a) Assembléia Geral, constituída pelos sócios, no gozo pleno dos direitos sociais;

b) Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, dentre os sócios; e

c) Comissão Fiscal, eleita pela Assembléia Geral.

Art. 8.º As Federações das Associações Rurais terão área territorial correspondente à dos Estados ou dos Territórios Federais respectivos.

Art. 9.º A Confederação Rural Brasileira exercerá a sua atividade em qualquer ponto do país.

Art. 10. A Confederação Rural Brasileira, as Federações das Associações Rurais e as Associações Rurais, estas por intermédio dos seus órgãos superiores, uma vez instaladas, remeterão ao Ministério da Agricultura, devidamente autenticados, os documentos relativos à fundação e instalação, a fim de ser instaurado o processo de reconhecimento que as investirá das funções e prerrogativas dêste Decreto-lei.

Art. 11. As Federações das Associações Rurais serão instaladas de conformidade com o disposto em regulamento que for baixado.

Art. 12. A Federação das Associações Rurais, constituída pelas associações de sua área respectiva, terá quatro órgãos:

a) Assembléia Geral, constituída pelos presidentes das associações rurais;

b) Conselho Deliberativo, eleito pela Assembléia Geral, dentre os sócios das associações rurais;

c) Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, dentre os sócios das associações rurais; e

d) Comissão Fiscal, eleita pela Assembléia Geral.

Art. 13. A Assembléia Geral das Sociedades de Agricultura, referidas no artigo quarto, quando investidas das funções e prerrogativas de Federação

das Associações Rurais, será constituída por dois representantes de seus sócios individuais e pelos presidentes das associações federadas.

Art. 14. A Confederação Rural Brasileira, constituída pelas Federações das Associações Rurais ou entidades investidas de suas funções e prerrogativas, terá quatro órgãos:

a) Assembléia Geral, constituída por dois representantes de cada Federação, ou entidade investida dessa prerrogativa, sendo um o respectivo presidente, elevando-se êsse número na proporção de mais um por grupo de trinta associações rurais federadas;

b) Conselho Superior, integrado de trinta membros eleitos pela Assembléia Geral entre os sócios das associações rurais federadas;

c) Diretoria, composta de um presidente, três vice-presidentes, 1.º e 2.º secretários, 1.º e 2.º tesoureiros e dez (10) diretores técnicos, eleitos em Assembléia Geral, dentre os sócios das associações rurais federadas; e

d) Comissão Fiscal, eleita pela Assembléia Geral.

Art. 15. A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição rural mais antiga, com ação em todo o país, terá na Assembléia da Confederação Rural Brasileira dois representantes, cabendo-lhe, ainda, a representação como órgão federativo do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prerrogativa concedida à Sociedade Nacional de Agricultura, de representação na Confederação Rural Brasileira, poderá ser outorgada, também, a outras instituições de âmbito nacional existentes, a juízo da Assembléia Geral da Confederação Rural Brasileira e, nas Federações das Associações Rurais, às instituições de âmbito estadual, também a juízo da Assembléia Geral.

Art. 16. Os mandatos da diretoria, da comissão fiscal e dos conselhos das Associações Rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira não poderão exceder de três anos.

Parágrafo único. Os conselheiros serão renovados anualmente pelo terço.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 17. As associações rurais, reconhecidas nos termos deste Decreto-lei, órgãos de defesa, representação e técnicos consultivos do governo municipal, e, por intermédio dos seus órgãos superiores, dos Estados, dos Territórios Federais e do Governo Federal, terão as seguintes atribuições:

a) congregar, em seu seio, todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem animal e vegetal;

b) colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exerçam atividades rurais;

c) articular os elementos da classe rural a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;

d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;

e) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;

f) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "Casa Rural de" (segue-se o nome do município), para sede social;

g) manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender perante a federação os interesses e aspirações de seus sócios;

i) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

j) difundir noções de higiene visando, principalmente, a melhoria das condições do meio rural;

l) promover o ensino profissional de interesse agro-pecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;

m) organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

q) organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitada a legislação em vigor;

r) executar, se essa tarefa lhe for cometida, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;

s) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses econômicos;

t) realizar periodicamente, com a assistência do governo, exposições agro-pecuárias distritais, municipais ou regionais; e

u) desempenhar atribuições que, por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público.

Art. 18. As Federações das Associações Rurais, reconhecidas nos termos deste Decreto-lei, órgãos de defesa, representação e técnico consultivo do Governo do Estado, Território, do Distrito Federal ou do Governo Federal, terão as atribuições seguintes:

a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;

b) articular as associações rurais do Estado ou do Território Federal respectivo, promovendo entre elas entendimento e efetiva colaboração;

c) orientar as atividades das associações rurais dentro das diretrizes estabelecidas de conformidade com os interesses econômicos gerais da unidade federativa;

d) cooperar para a efetivação no Estado, no Território Federal ou em determinada região, dos planos econômicos indicados pela Confederação Rural Brasileira;

e) pleitear os direitos e interesses da classe rural;

f) estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da Confederação Rural Brasileira, ao Governo Federal, as medidas consideradas necessárias ao desenvolvimento agro-pecuário do Estado ou do Território;

g) organizar um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do Estado ou do Território;

h) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio a "Casa Rural de" (segue-se o nome do Estado ou do Território), para sede social;

i) orientar e promover a organização de associações rurais;

j) dirimir e resolver as questões que se suscitarem entre as associações rurais; e

l) promover a realização de congressos e exposições agro-pecuárias.

Art. 19. A Confederação Rural Brasileira, instalada e reconhecida, nos termos deste Decreto-lei, órgão de defesa, representação, e técnico consultivo do Governo Federal, terá as seguintes atribuições:

a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural do país;

b) promover entendimento entre as federações;

c) pleitear os direitos e interesses da classe rural;

d) estudar as medidas necessárias ao desenvolvimento e à prosperidade da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, e sugerir-las aos poderes públicos, pugnando pela sua adoção;

e) promover e realizar, congressos e exposições nacionais;

f) interessar-se pela representação nacional nos certames internacionais;

g) realizar e, quando fôr o caso, participar da representação nacional em conferências e congressos internacionais;

h) adotar e fazer adotar pelas Federações das Associações Rurais e pelas Associações Rurais as medidas que interessem às atividades rurais;

i) criar um centro de informações sobre a vida rural do país;

j) auxiliar as Federações e, por intermédio destas, as Associações Rurais em todos os seus empreendimentos; e

l) resolver as questões que surgirem entre as federações e, em grau de recurso, entre estas e as associações rurais.

Art. 20. As Associações Rurais, as instituições especializadas, as Federações das Associações Rurais ou as entidades investidas das suas funções e prerrogativas e a Confederação Rural Brasileira poderão receber delegação dos governos municipais, territoriais, estaduais e do Governo Federal para, mediante acordos ou convênios, executarem serviços especiais.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

Art. 21. O patrimônio das Associações Rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira é constituído, respectivamente:

a) das jóias e contribuições de sócios, das associações e das federações;

b) da cota-parte das taxas criadas ou que venham a ser criadas e lhes forem atribuídas;

c) das subvenções e auxílios;

d) das doações e legados;

e) das rendas patrimoniais; e

f) dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores.

Art. 22. Fica respeitado, para todos os efeitos, o patrimônio das instituições existentes, inclusive das que pleitearem a qualidade de associação rural ou de federação das associações rurais, ou que de suas prerrogativas e funções forem investidas.

Art. 23. Os pedidos de subvenções e auxílios aos governos dos Estados e dos Territórios Federais serão encaminhados pelas respectivas federações e os pedidos ao Governo Federal, pela Confederação Rural Brasileira.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Fica mantida a comissão nomeada, nos termos do artigo treze do Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril

de 1945, e investida de poderes para promover a fundação das entidades de que trata este Decreto-lei até que se instale a Confederação Rural Brasileira.

Art. 25. Todas as autoridades federais, estaduais, territoriais e municipais, deverão colaborar para o cumprimento do disposto nesse Decreto-lei e seu regulamento.

Art. 26. As dúvidas a que este Decreto-lei der lugar, serão resolvidas, mediante consulta, pelo Ministro da Agricultura.

Art. 27. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Sales

Agamemnon Magalhães

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N.º 8.128 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre a isenção de que cogita o Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A isenção de imposto, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, fica estendida pelo prazo e nas condições nele previstas, aos oficiais e praças da Marinha de Guerra e da Força Aérea Brasileira que hajam tomado parte ativa em operações no teatro de guerra da Itália e em combóios e patrulhamentos consequentes da guerra em que o Brasil esteve empenhado.

§ 1.º Gozarão dos benefícios deste artigo os tripulantes dos navios da Marinha Mercante torpedeados pelo inimigo, e as viúvas e filhos menores do militar falecido em consequência de operações de guerra.

§ 2.º A prova de haver tomado parte ativa nessas operações de guerra será feita mediante certificado, com

firmas reconhecidas, fornecido pelo Ministério a que pertencer ou tenha pertencido o beneficiário, passado pelo departamento próprio e subscrito pelo respectivo Ministro.

§ 3.º A competência de que cogita o artigo 2.º, letra "a", do Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, é estendida aos Comandantes dos Comandos Navais e das Zonas Aéreas.

Art. 2.º O imposto, cuja isenção é concedida pelo Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, será exigido:

1.º — quando o imóvel for transferido a terceiros que não sejam descendentes do beneficiário;

2.º — sobre o excesso, quando a aquisição ultrapassar Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art. 3.º O direito conferido às viúvas e herdeiros necessários, na forma deste Decreto-lei e do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.974, de 20 de setembro de 1945, será exercido em representação do militar falecido.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Agamemnon Magalhães

Henrique A. Guilhem

A. de Souza Costa

P. Góes Monteiro

João de Mendonça Lima

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 8.129 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre a inversão de bens pelas sociedades que menciona em ações de estabelecimentos bancários de depósito e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — As entidades brasileiras de assistência social, as filantrópicas, desportivas ou culturais, com personalidade jurídica comprovada, não se compreendem na proibição do art. 3.º

do Decreto-lei n.º 3.182, de 9 de abril de 1941.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1925, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Gustavo Capanema
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.130 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Dispõe sobre o pagamento de taxas referentes ao segundo período do último ano dos cursos de ensino superior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O aluno regularmente matriculado em estabelecimento de ensino superior dependente do Ministério da Educação e Saúde poderá, ao cursar o último ano ou série, obter dispensa do pagamento das taxas relativas ao segundo período letivo, desde que o requeira e se obrigue a indenizar, posteriormente, a União.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N.º 8.131 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 47.450,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta e sete mil, qua-

trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 47.450,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 16 — MINISTÉRIO DA FAZENDA

Verba 1 — Pessoal

Consignação II — Pessoal
Extranumerário

S-c. n.º 06 — Diaristas:

Cr\$.

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional	
06 — Serviço do Pessoal	47.450,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Administração do Edifício da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.132 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Cede ao Governo do Estado de Mato Grosso o imóvel que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica doado ao Governo do Estado de Mato Grosso o domínio pleno do imóvel situado na Rua Amando de Oliveira, lote número quinze (15), no bairro de Amambai, no Município e Cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, com a área de dois mil e dezesseis metros quadrados (2.016 m²), com trinta e seis metros (36,00 m) por cinquenta e seis metros (56,00 m), limitando ao Norte com a Rua Amando de Oliveira, ao Sul com o lote número treze (13), ao Nascente com o lote núme-

ro quatorze (14) e ao Poente com o lote número dezesseis (16), onde se acha edificado um prédio com sete (7) salas, varanda e demais dependências, conforme planta e elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 53.806, de 1945.

Parágrafo único. Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União de Mato Grosso, assinar-se-á um termo em livro da repartição, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, independente de imposto de selo, custas ou emolumentos.

Art. 2.º O prédio será utilizado, exclusivamente, para instalação e funcionamento de um grupo escolar.

Art. 3.º O domínio do imóvel mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, se ao mesmo não fôr dado o destino previsto no art. 2.º.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

(*) DECRETO-LEI N.º 8.133 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Sociedade Educadora da Infância e Juventude, isenção do imposto que menciona.

O Presidente da República

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a conceder à Sociedade Educadora da Infância e Juventude isenção do pagamento do imposto

de transmissão, e somente deste, para aquisição, por Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros) de área de terreno com 133m x 149m x 150,50m x 133m, sita na Estrada Dona Castorina, na Gávea, desmembrada do n.º 462, e a partir da esquina par da rua Marquês de Sabará, destinada a construção de estabelecimento de ensino, com reserva de pavilhão para instrução primária, gratuita, às crianças pobres do bairro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães

(*) DECRETO-LEI N.º 8.134 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a exonerar do imposto territorial e das taxas com o mesmo cobradas os terrenos desapropriados pela Prefeitura do Distrito Federal, na forma que menciona.

O Presidente da República

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a exonerar do imposto territorial e das taxas com o mesmo cobradas, os terrenos desapropriados na forma da legislação vigente.

§ 1.º Para gozar da exoneração, deverão os proprietários ou usufrutuários apresentar requerimento, no qual declararão, expressamente, aceitar o valor que serviu de base à cobrança do imposto territorial no exercício anterior ao do decreto de desapropriação, como preço válido para a indenização desta.

§ 2.º A exoneração será concedida a partir da vigência do decreto de desapropriação e perdurará até que a mesma se efetive ou incorra em caducidade, não cabendo aos proprietários ou usufrutuários o direito de haver resti-

tução de tributos pagos até a data em que a requererem.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

DECRETO-LEI N.º 8.135 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1945

*Cria a Comissão de Publicações
Oficiais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão de Publicações Oficiais (C.P.O.), que funcionará junto à Imprensa Nacional.

Art. 2.º A C.P.O. tem por finalidade promover a supervisão, coordenação e sistematização das atividades relacionadas com as publicações oficiais do governo federal, bem como estabelecer normas para sua edição, impressão e distribuição, tendo em vista os imperativos de natureza econômica, adequabilidade e conveniência administrativa cabíveis em cada caso.

Art. 3.º A C.P.O. se constitui de:

I — O diretor da Imprensa Nacional;

II — Os diretores dos Serviços de Documentação do D.A.S.P. e dos Ministérios;

III — Um representante do Departamento Nacional de Informações (D.N.I.), designado pelo Diretor Geral do mesmo;

IV — Um representante do Instituto Nacional do Livro, designado pelo Diretor do mesmo;

V — Um representante da Biblioteca Nacional, designado pelo Diretor da mesma;

VI — Um representante da Divisão de Organização e Coordenação (D.C.) do D.A.S.,..., designado pelo Presidente do mesmo.

§ 1.º A C.P.O. será presidida pelo Diretor da Imprensa Nacional, que, em seus impedimentos eventuais, será substituído por um membro da C.P.O. por ele designado.

§ 2.º Para substituí-los nas suas faltas e impedimentos terão os membros da C.P.O., mediante designação da autoridade competente para designá-los, um suplente, de preferência os seus substitutos na função pública que exerçam.

§ 3.º A C.P.O. terá um secretário designado pelo seu Presidente dentre os servidores da Imprensa Nacional.

Art. 4.º A C.P.O. reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente.

Art. 5.º O comparecimento às sessões da C.P.O. constitui encargo obrigatório dos seus membros, que justificarão suas faltas com a antecedência de, pelo menos, quarenta e oito horas.

Art. 6.º O exercício da função de membro da C.P.O., que não autorizará a percepção de vantagens, será considerado serviço relevante.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

enrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.136 — DE 25
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para reparos e readaptação do Palácio Tiradentes.

O Presidente da República, usando

<i>Pessoal</i>	Cr\$	Cr\$
Para pagamento de serviços extraordinários, fora das horas de expediente	50.000,00	50.000,00
<i>Material</i>		
a) Para aquisição de móveis e reparos nos existentes	600.000,00	
b) Para execução de serviços de limpeza, pintura e readaptação do prédio	350.000,00	950.000,00
		<hr/> 1.000.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para atender às despesas com a reparação e readaptação do Palácio Tiradentes, assim distribuídas:

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.137 — DE 25
DE OUTUBRO DE 1945

Cria, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal um cargo de Capitão Secretário, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado um cargo de Capitão Secretário no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2.º O art. 98 do Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98. O cargo de Secretário será exercido por um Capitão tendo para auxiliar um Primeiro-Tenente Sub-Secretário, ambos da escolha do Comandante.”

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de dez mil, oitocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$... 10.840,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal — do vigente orçamento (anexo 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c 01 — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Militar

20 — Corpo de Bombeiros do D. F. Cr\$ 10.440,00

Consignação III — Vantagens

S/c 21 — Gratificações Militares

01 — Pessoal Militar

20 — Corpo de Bombeiros do D. F. Cr\$ 400,00

Cr\$ 10.840,00

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.133 — DE 25
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 550.000,00, para despesas com a Delegação do Brasil à 27.ª Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quinhentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 550.000,00), que será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional, para classificação das despesas (Serviços e Encargos) com a Delegação do Brasil à 27.ª Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.139 — DE 26
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de Cr\$ 350.000,00, suplementar à Verba 3 — “Serviços e Encargos”.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito

de trezentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 350.000,00), suplementar à Verba 3 — “Serviços e Encargos”, Consignação I — Diversos, Subconsignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções, 03 — Subvenções, 16 — Comissão de Marinha Mercante, a — Subvenção a linhas de navegação deficitárias.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.140 — DE 26
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 4.943,60 para pagamento de fornecimentos feitos em 1934 e 1935.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quatro mil novecentos e quarenta e três cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 4.943,60) para atender ao pagamento à firma Carlos Osternack e Comp. de fornecimentos feitos à Fazenda Experimental de Criação em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, de que trata o processo fichado no Ministério da Fazenda sob o n.º 56.374-44.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.141. — DE 26
DE OUTUBRO DE 1945

Altera o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.118, de 19 de outubro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.118, de 19 de outubro de 1945:

“O Governo do Estado do Rio de Janeiro instalará na área transferida, ou concederá a terceiros, o direito de fazê-lo, com os ônus e vantagens que estipular, inclusive a transferência do imóvel, um núcleo agro-industrial, de modo, porém, a ser aproveitada parte do mesmo imóvel em regimen de pequena propriedade.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.142. — DE 26
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 1.800.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão e oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.800.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 19 — Ministério da Marinha, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 19 — MINISTÉRIO DA MARINHA

Verba 1 — Pessoal

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

S/c. n.º 27. Outras despesas
03. Salário-família

Cr\$

19. Diretoria de Fazenda 1.800.000,00

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.143. — DE 26 DE
OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 20 — Ministério das Relações Exteriores, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

EXTERIORES

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 31. Representação e propaganda no exterior

01. Secretaria de Estado

Cr\$

a) Representação do Brasil em Congressos, Conferências e Reuniões a realizarem-se no estrangeiro, bem como em todas aquelas em que comparecer, de conformidade com

o art. 3.º do Decreto-lei
n.º 1.565, de 5 de setem-
bro de 1939 1.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57 da República.

GETULIO VARGAS.
P. Leão Veloso.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.144 — DE 26
DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 190.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e noventa mil cruzeiros (Cr\$ 190.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 20 — Ministério das Relações Exteriores, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

ANEXO N.º 20 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens
01 — Secretaria de Estado

b) Para custeio das despesas com as comemorações do centenário do Barão do Rio Branco Cr\$ 190.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina às despesas com a cunhagem da medalha de prata comemorativa do primeiro centenário do Barão do Rio Branco, insti-

tuida pelo Decreto-lei n.º 7.547, de 14 de maio de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
P. Leão Veloso.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.145 — DE 28
DE OUTUBRO DE 1945

Cria a Comissão Organizadora de Assistência Social aos Servidores do Estado e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão Organizadora de Assistência Social aos Servidores do Estado (C.O.A.S.S.E.), diretamente subordinada ao Presidente da República, incumbida de:

a) organizar o plano geral de assistência médica e hospitalar, nas suas diversas modalidades, e outros tipos de serviços de assistência, aos servidores do Estado e suas famílias, no território nacional, e propor ao Governo Federal as medidas necessárias à sua execução;

b) promover a prestação da assistência médico-social;

c) promover inquéritos, investigações e pesquisas técnicas, bem como a preparação e o aperfeiçoamento do pessoal técnico, necessários à execução e ao desenvolvimento do plano de assistência social aos servidores do Estado e suas famílias;

d) administrar e fiscalizar, no Distrito Federal, as obras de construção e aparelhamento do Hospital dos Servidores do Estado (H.S.E.) e serviços conexos, organizar e instalar os seus serviços hospitalares, guardar e conservar os prédios, o equipamento e o material existentes, e propor ao Governo Federal as medidas necessárias ao seu funcionamento;

e) supervisionar, no início do funcionamento, as atividades do H.S.E.

Art. 2.º A Comissão será presidida pelo Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) e se comporá de mais 5 membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1.º Dentre os seus membros, o Presidente da República designará um Vice-Presidente da Comissão.

§ 2.º Os membros da Comissão, com exceção do Presidente, farão jus à gratificação de representação de Cr\$ 200,00 por sessão a que comparecerem, até o máximo de 10 sessões por mês.

Art. 3.º Para desempenho de suas atribuições a Comissão instituirá os órgãos auxiliares que forem necessários, os quais ficarão subordinados a um Diretor Executivo, designado pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo único. O Diretor Executivo participará das reuniões da Comissão, sem direito de voto.

Art. 4.º A Comissão disporá dos seguintes fundos, que depositará no Banco do Brasil ou em outra instituição oficial de crédito, para sua livre movimentação e aplicação:

a) créditos orçamentários e adicionais destinados ao Hospital dos Servidores do Estado;

b) contribuição do Governo Federal, na forma do Decreto-lei número 6.694, de 14 de julho de 1944;

c) contribuição eventual dos Estados, Territórios, Municípios, Distrito Federal e entidades paraestatais ou autárquicas;

d) rendimentos produzidos pela aplicação do capital e das disponibilidades;

e) receitas diversas, provenientes da prestação de serviços;

f) outras fontes de renda que lhes forem atribuídas.

Parágrafo único. Os créditos de que tratam as alíneas a e b, após a publicação das leis que os consignarem, serão automaticamente registrados e distribuídos pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional e postos no Banco do Brasil à disposição da Comissão.

Art. 5.º As despesas da Comissão serão autorizadas pelo seu Presidente ou por quem dele receber delegação de competência por escrito.

Art. 6.º A aquisição de material, a execução de obras e a prestação de serviços contratuais serão precedidas de:

a) coleta de preços, para as operações inferiores a Cr\$ 50.000,00;

b) concorrência administrativa, para as de valor compreendido entre Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 150.000,00; e

c) concorrência pública, para as superiores a Cr\$ 150.000,00.

§ 1.º Se o preço obtido em concorrência exceder o crédito disponível, poderá o fornecimento do material ou a execução das obras ser adjudicado ao licitante que tenha apresentado a proposta mais vantajosa, feita a reobra a executar, para que se enquadre na despesa prevista, observados os preços unitários da referida proposta.

§ 2.º A concorrência pública ou administrativa poderá ser substituída por coleta de preços, qualquer que seja o valor da operação:

a) por motivos de ordem técnica ou econômica ou circunstâncias imprevistas, a juízo do Presidente da República;

b) para a aquisição de materiais que constituam objeto de privilégio, ou que só possam ser adquiridos diretamente dos produtores exclusivos, ou seus representantes, também exclusivos;

c) para a compra de produtos industriais do Estado;

d) para a aquisição de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, que os contratantes tenham deixado de realizar dentro dos prazos convencionados, correndo, em tais casos, a diferença de preço, se houver, por conta do faltoso, independentemente de outras penalidades contratuais, aplicáveis pelo inadimplemento das obrigações assumidas;

e) para aquisição de material, execução de obra ou prestação de serviço, diretamente no estrangeiro ou em

cidade diferente daquela onde tenham sede a Comissão, suas agências ou órgãos a ela subordinados.

Art. 7.º A juízo do Presidente da República, as obras poderão ser realizadas por administração direta, caso em que a compra do respectivo material obedecerá ao disposto no artigo anterior.

Art. 8.º Para a realização de despesas miudas ou de pronto pagamento poderão ser concedidos adiantamentos a servidores em exercício na Comissão.

Parágrafo único. Os adiantamentos serão aplicados dentro de 90 dias do seu recebimento, e a prestação de contas será feita à Comissão, até 30 dias depois de esgotado esse prazo.

Art. 9.º A Comissão admitirá pessoal à conta dos próprios recursos, com os salários constantes de tabela aprovada pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Independentemente dessa tabela, poderá ser admitido pessoal para obras, bem como técnicos nacionais ou estrangeiros, para o desempenho, por prazo certo, de funções especializadas.

Art. 10. A Comissão poderá requisitar funcionários públicos federais, na forma do art. 214 do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, e funcionários estaduais ou municipais, na forma da legislação vigente.

Art. 11. A Comissão promoverá com os demais órgãos da administração pública, federal, estadual, municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, bem assim, com entidades paraestatais ou autárquicas, os entendimentos e relações necessários aos serviços e interesses do programa de assistência.

Art. 12. Até 31 de março de cada ano, a Comissão apresentará, ao Presidente da República, relatório circunstanciado de suas atividades no ano anterior e, por intermédio do Ministério da Fazenda, os balanços financeiro e patrimonial e a prestação de contas de sua gestão.

Parágrafo único. Ao encaminhar os balanços e a prestação de contas à aprovação do Presidente da República, o Ministério da Fazenda emitirá parecer sobre a exatidão das operações declaradas, em confronto com a documentação.

Art. 13. Ficam incorporados aos fundos da Comissão os saldos das contas correntes do Conselho Administrativo do Hospital dos Servidores do Estado, atualmente existentes em instituições de crédito.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados o Decreto-lei n.º 5.211, de 20 de janeiro de 1943, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 8.146 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1945

Altera dispositivos dos Estatutos anexas ao Decreto-lei n.º 7.825, de 4 de agosto de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e, considerando que o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica julgou conveniente o deferimento do que requereu o Governo do Estado do Rio de Janeiro, decreta:

Art. 1.º Ficam modificados os Estatutos da Empresa Fluminense de Energia Elétrica, aprovados pelo Decreto-lei n.º 7.825, de 4 de agosto de 1945, redigindo-se como se segue os seguintes dispositivos:

“Art. 4.º § 1.º As ações preferenciais de 2.ª espécie terão preferência, ainda cumulativa, na distribuição de dividendo até 7 %, em relação às outras classes de ações, e as ações preferenciais de 1.ª espécie, de 8 %, ainda cumulativas, em relação às ações ordinárias.”

"Art. 5.º As ações ordinárias serão realizadas de uma só vez e as preferenciais em cinco prestações de 20 % (vinte por cento): a primeira, no ato da subscrição, e as demais no prazo de seis meses, em datas fixadas pela diretoria. As ações preferenciais poderão ser realizadas de uma só vez, gozando desde então da preferência cumulativa de dividendos, que só se contará a partir da data da sua integralização."

Art. 2.º Ao art. 27 acrescenta-se terceiro parágrafo com a seguinte redação:

"Art. 27 § 3.º A distribuição obedecerá às normas sobre acumulação de dividendos dos arts. 4.º § 1.º, e art. 5.º."

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N.º 8.147

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.148 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1945

Estabelece sob novos moldes o controle da produção, distribuição e consumo dos artefatos de borracha no país e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Durante a vigência do acordo sobre a borracha, celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em 3 de março de 1942, e prorrogado em 27 de junho e 14 de agosto de 1945, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, com a finalidade de atender às necessidades do mercado interno e nos termos do parágrafo único do art. 3.º do Decreto-lei n.º 4.523, de 25 de julho de 1942, exercerá o controle da

produção, distribuição e consumo de artefatos de borracha no país, do modo previsto nos artigos seguintes.

Art. 2.º Para o cumprimento do disposto no art. 1.º *in fine*, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington compete:

a) promover e realizar entendimentos com entidades públicas e privadas no sentido de garantir o suprimento de matérias primas e equipamentos necessários à indústria nacional de artefatos de borracha;

b) acompanhar as atividades daquela indústria, através das informações que à mesma solicitar e por ela lhe forem fornecidas;

c) fixar até 31 de janeiro de 1946, se julgar necessário, as cotas de consumo de borracha e de matérias primas destinadas a cada um dos estabelecimentos da referida indústria;

d) fixar, se também julgar necessário, as cotas de consumo interno dos artefatos de borracha, bem como as destinadas à exportação para o estrangeiro.

Art. 3.º A Comissão de Controle dos Acordos de Washington incumbida, ainda, no exercício da atribuição que lhe é conferida no art. 1.º *in fine*, adotar as seguintes providências:

a) por intermédio do Banco de Crédito da Borracha S.A., manter nos centros industriais de artefatos de borracha "stocks" de borracha suficientes para assegurarem o regular funcionamento dos estabelecimentos manufatureiros;

b) por intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., controlar a exportação e importação de todos os artefatos de borracha.

Parágrafo único. Os órgãos de que tratam as letras a e b, na execução do disposto nas mesmas, deverão observar as normas que a Comissão de Controle dos Acordos de Washington julgar conveniente estabelecer.

Art. 4.º Os artefatos de borracha apreendidos por motivo de contrabando ou tentativa de contrabando, desde que no processo administrativo ou judicial respectivo tenha sido até a data da publicação deste Decreto-lei proferida decisão condenatória definitiva

reconhecendo a existência daquela infração, ou da referida tentativa, poderão ser vendidos ou utilizados do modo que a Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington determinar.

Parágrafo único. Fica ressalvado o direito à adjudicação de percentagens sobre o produto da apreensão que, na forma estabelecida em lei, couber a quaisquer pessoas, revertendo o que restar do referido produto, em favor da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington.

Art. 5.º As mercadorias e utilidades pertencentes à Rubber Development Corporation e existentes em seu poder ou de terceiros à ordem da mesma ou por ela compradas no país ou importadas do estrangeiro, poderão, mediante prévia audiência da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington, ser adquiridas e alienadas pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., que nessas operações gozará da isenção de impostos, taxas e direitos aduaneiros assegurados à Rubber Development Corporation, na sua qualidade de agência do Governo dos Estados Unidos da América em funcionamento no Brasil.

Art. 6.º O Decreto-lei n.º 7.204, de 29 de dezembro de 1944, vigorará somente até a data de 31 de janeiro de 1946.

Art. 7.º Ficam revogados o Decreto-lei n.º 6.122, de 18 de dezembro de 1943, e o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 14.834, de 23 de fevereiro de 1944, sem prejuízo da entrega dos pneumáticos e câmaras de ar usados que à Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington deverá ser feita pelos vendedores e revendedores que, até a publicação deste Decreto-lei, os receberam, no ato da venda ao público, de pneumáticos e câmaras de ar novos; ficam, também, revogados os Decretos-leis ns. 5.428, de 27 de abril de 1943, e 7.553, de 17 de maio de 1945.

Art. 8.º A Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington expedirá as necessárias instruções para o fiel cumprimento deste Decreto-lei.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.149

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.150 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1945

Modifica um dispositivo do Regulamento para o Quadro de Estado-Maior do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, resolve:

Art. 1.º O artigo 5.º do Regulamento para o Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto-lei número 5.190, de 14 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º O Quadro de Estado-Maior da Ativa compreende 3 categorias:

a) oficiais para as diversas funções de Estado-Maior que dispensam a condição de arma. (Anexo 2);

b) oficiais de cada arma para as funções de Estado-Maior privativas da arma (Anexo 3);

c) oficiais para as funções de Estado-Maior que não as previstas nos anexos 2 e 3.

§ 1.º Os oficiais das categorias a, b e c referidas no presente artigo, constituem, respectivamente, o “Quadro de Estado-Maior Geral (Q. E. M. G.), Quadro de Estado-Maior Privativo (Q. E. M. P.) e o Quadro de Estado-Maior Complementar (Q. E. M. C.).

§ 2.º Os oficiais da categoria c não preencherão vagas nos Quadros de Estado-Maior Geral ou Privativo, nos quais só ingressarão à medida que neles forem criadas as funções correspondentes, na sua arma ou posto.

§ 3.º Os oficiais do Quadro de Estado-Maior da Reserva constituem, na

reserva, quadros análogos, de acôrdo com a natureza da função de Estado-Maior que irão desempenhar nos seus destinos de mobilização.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.151 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1945

Cria o Serviço de Motomecanização da 1.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criado, para organização imediata, o Serviço de Motomecanização da 1.ª Região Militar, com o efetivo previsto no Anexo 3 ao Decreto n.º 9.803, de 26 de junho de 1942.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
P. Góes Monteiro

DECRETO-LEI N.º 8.152 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1945

Institui no Exército Pagadorias de Inativos e Pensionistas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam instituídos no Exército órgãos do Serviço de Intendência, com a denominação de Pagadorias de Inativos e Pensionistas, destinados a centralizar o pagamento a todos os inativos militares e pensionistas provisórios e vitalícios do Ministério da Guerra.

Art. 2.º No Distrito Federal, é desde já criada a Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio (P. In. P. do Rio), diretamente subordinada à Subdiretoria de Fundos do Exército e

chefiada por Tenente-Coronel Intendente do Exército.

Art. 3.º Quando justificada a necessidade, a juízo do Ministro da Guerra, serão organizadas Pagadorias de Inativos e Pensionistas Regionais (P. In. P. R.), subordinadas administrativamente e disciplinarmente aos Comandos de Regiões Militares e chefiadas por Majores Intendentes do Exército.

Art. 4.º A instalação da Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio será realizada no dia da extinção da atual Pagadoria Central da F.E.B., com o aproveitamento de todo o pessoal e aparelhamento material existentes.

§ 1.º Os funcionários civis (oficiais administrativos, escriturários e dactilógrafos) e os extranumerários (mensalistas e diaristas), existentes na atual Pagadoria Central da F.E.B., serão aproveitados na Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio, com a extinção daquela e instalação desta.

§ 2.º A tabela numérica ordinária de extranumerário mensalista da Pagadoria Central da Força Expedicionária Brasileira, criada pelo Decreto n.º 15.911, de 26 de junho de 1944, e as tabelas de extranumerários diaristas custeadas pela respectiva dotação orçamentária, já aprovadas pelo Ministro da Guerra para aquela repartição, passarão a ser da Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio.

Art. 5.º As P. In. P. R. serão dotadas de pessoal militar constante dos quadros de efetivos aprovados pelo Ministro da Guerra e pessoal civil extranumerário de acôrdo com a legislação vigente.

Art. 6.º A Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio competirá:

I — Estudar os processos de habilitação e expedir os títulos de pensão de montepio militar, meio soldo, especial, vitalícia e condicional, que anteriormente à instalação do órgão eram da competência do Estabelecimento de Fundos da 1.ª Região Militar e da Pagadoria Central da F.E.B.

II — Pagar os vencimentos e vantagens:

a) a Ministros do Supremo Tribunal Militar e professores civis que se acharem em disponibilidade, residen-

res no território da 1.^a Região Militar;

b) a oficiais e praças julgados incapazes definitivamente, residentes no território da 1.^a Região Militar, enquanto aguardarem reforma;

c) a funcionários civis julgados incapazes definitivamente, afastados de suas repartições e estabelecimentos e residentes no território da 1.^a Região Militar, enquanto aguardarem aposentadoria.

III — Pagar os proventos da inatividade:

a) a inativos militares, residentes no território da 1.^a Região Militar, com exceção dos que o devam ser pelo Asilo de Inválidos da Pátria;

b) a oficiais e praças inativos que, a qualquer título, se acharem exercendo funções no Ministério da Guerra, em unidades administrativas sediadas no território da 1.^a Região Militar.

Art. 7.^o As P. In. P. R. a organizar nas Regiões Militares terão os mesmos encargos atribuídos à P. In. P. do Rio, relativamente a inativos militares e pensionistas provisórios e vitalícios, residentes na zona territorial das respectivas Regiões.

Parágrafo único. Com exceção da concernente a herdeiros do pessoal da Força Expedicionária Brasileira, que é da competência da P. In. P. do Rio, a habilitação a pensões militares será processada nas P. In. P. R., depois da instalação destes órgãos, que expedirão os respectivos títulos.

Art. 8.^o A regulamentação deste decreto-lei será integrada na revisão dos dispositivos sobre órgãos de Fundos do Serviço de Intendência do Exército.

Art. 9.^o O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

GETULIO VARGAS

P. Góes Monteiro

DECRETO-LEI N.^o 8.153 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1945

Estabelece as bases de organização do Salão Nacional de Belas Artes, e dispõe sobre outras medidas de proteção às artes plásticas em todo o país.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DO SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Art. 1.^o O Salão Nacional de Belas Artes, organizado anualmente, destina-se à exibição de trabalhos de artistas nacionais e estrangeiros.

Art. 2.^o O Salão Nacional de Belas Artes compreenderá sete divisões, a saber:

I. Divisão de arquitetura.

II. Divisão de escultura.

III. Divisão de gravura.

IV. Divisão de pintura.

V. Divisão de desenho.

VI. Divisão de artes gráficas.

VII. Divisão de artes aplicadas.

Art. 3.^o Cada divisão do Salão Nacional de Belas Artes terá duas seções, a saber:

a) seção geral;

b) seção moderna.

Parágrafo único. A discriminação de que trata o presente artigo prevalecerá para efeito da inscrição e admissão, assim como da premiação, mas não influirá necessariamente na disposição dos trabalhos, os quais, em cada divisão, poderão, se parecer conveniente, agrupar-se num só conjunto.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DO SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Art. 4.^o Para dirigir, em cada ano, a constituição e o funcionamento do Salão Nacional de Belas Artes, formar-se-á o Conselho de Organização, composto de duas comissões, a saber:

I. Comissão Geral.

II. Comissão Moderna.

§ 1.^o Cada comissão será constituída de três membros, eleitos, em

abril de cada ano, mediante escrutínio secreto, pelos respectivos artistas, que hajam sido admitidos em ano anterior, no elenco geral ou no elenco moderno do Salão Nacional de Belas Artes. As comissões funcionarão com plena autonomia.

§ 2.º. O Ministro da Educação e Saúde designará o presidente do Conselho de Organização.

Art. 5.º Os atos deliberativos, referentes ao Salão Nacional de Belas Artes, serão proferidos pelos jüris.

Parágrafo único. Para cada seção geral, assim como para cada seção moderna, será constituído um júri de três membros, dois dos quais designados respectivamente pela Comissão Geral e pela Comissão Moderna e o terceiro eleito pelo respectivo elenco de artistas expositores.

Art. 6.º. O exercício das funções de membro das comissões ou dos jüris será gratuito.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO E DA ADMISSÃO

Art. 7.º. O candidato requererá a inscrição de seus trabalhos perante a Comissão Geral ou perante a Comissão Moderna. A inscrição será requerida com a entrega dos trabalhos que o artista pretenda expor.

Parágrafo único. Não será permitido ao mesmo artista pleitear a inscrição de trabalhos perante as duas comissões.

Art. 8.º. É da exclusiva competência do júri, em cada seção, deliberar sobre a admissão dos trabalhos que devam figurar no Salão Nacional de Belas Artes.

Parágrafo único. A admissão independe do julgamento do júri quando o candidato já possua a medalha de prata pelo menos.

CAPÍTULO IV

DOS PRÊMIOS

Art. 9.º. Aos artistas expositores poderão ser conferidos os seguintes prêmios:

1. Medalha de ouro.
2. Medalha de prata.
3. Medalha de bronze.
4. Menção honrosa.

§ 1.º. Os prêmios de que trata este artigo serão, em cada seção, conferidos pelo respectivo júri.

§ 2.º. A premiação, em cada seção, estará limitada a uma medalha de ouro e a três medalhas de prata. Poderá haver, para cada seção, mais de um dos demais prêmios.

Art. 10. Poderão ser ainda concedidos os seguintes prêmios:

1. Viagem no estrangeiro.
2. Viagem no país.

§ 1.º. O prêmio de viagem no estrangeiro consistirá numa bolsa de estudo para dois anos; o prêmio de viagem no país constará de uma bolsa de estudo para um ano.

§ 2.º. Para efeito da concessão dos prêmios de que trata este artigo, as seções gerais formarão um elenco de artistas, e as seções modernas, outro elenco de artistas. A cada elenco corresponderá um prêmio de viagem no estrangeiro e um prêmio de viagem no país.

§ 3.º Os prêmios, correspondentes ao elenco geral e ao elenco moderno, serão conferidos, separadamente a cada um deles, pela congregação dos jüris das respectivas seções.

§ 4.º Os prêmios de que trata este artigo só poderão ser concedidos a brasileiro nato. Exigir-se-á ainda do candidato prova de quitação com o serviço militar.

§ 5.º O beneficiário do prêmio de viagem no estrangeiro ou do prêmio de viagem no país deverá, sob pena de perdê-lo, seguir viagem dentro do prazo de três meses contados da data do pagamento da primeira prestação. O beneficiário perderá igualmente o prêmio se não executar plenamente o plano que lhe haja sido fixado para a viagem de estudo. Essas exigências só serão alteradas por motivo de força maior, a juízo do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 11. Haverá ainda o prêmio de medalha de honra, a ser concedido segundo o critério estabelecido no § 2.º do artigo anterior.

Parágrafo único. A medalha de honra será concedida por deliberação do elenco geral ou do elenco moderno, num só escrutínio secreto e me-

diantes dois terços de votos, só podendo participar da votação, que será secreta, expositores que possuam a medalha de prata pelo menos. Para essa votação, cada elenco deverá constituir-se de vinte e cinco expositores no mínimo.

Art. 12. Qualquer dos prêmios de que tratam os artigos anteriores poderá deixar de ser concedido, a juízo da entidade competente para concedê-lo.

Art. 13. Os expositores, quando membros do Conselho de Organização ou dos júris, não poderão concorrer aos prêmios.

Art. 14. A entrega dos prêmios do Salão Nacional de Belas Artes far-se-á em sessão solene.

CAPÍTULO V

DA AQUISIÇÃO OFICIAL DE TRABALHOS EXPOSTOS

Art. 15. Os trabalhos pertencentes ao expositor premiado com viagem no estrangeiro ou viagem no país serão desde logo incorporados ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, independentemente de qualquer pagamento.

Art. 16. — O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional promoverá a aquisição de trabalhos expostos, na medida da competente dotação orçamentária, mediante indicação da Comissão Geral e da Comissão Moderna. Os trabalhos adquiridos serão destinados:

- a) aos museus federais;
- b) aos museus não federais filiados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Parágrafo único. Do oramento do Ministério da Educação e Saúde constará anualmente a necessária dotação especial destinada aos fins do presente artigo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS SOBRE O SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Art. 17. O Salão Nacional de Belas Artes será, em cada ano, inaugurado no dia 1 de agosto, e permanecerá aberto durante um mês.

Art. 18. O Salão Nacional de Belas Artes funcionará no edifício do Museu Nacional de Belas Artes, ou, quando se tornar possível, noutro local, na capital da República, designado pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 19. O Ministro da Educação e Saúde, no primeiro trimestre de cada ano:

a) designará o secretário geral e o demais pessoal de secretaria do Salão Nacional de Belas Artes;

b) baixará, para reger-lhe a organização, as necessárias instruções regulamentares.

Art. 20. A fraude com relação a autoria de trabalho apresentado assim como o desacato aos órgãos de direção do Salão Nacional de Belas Artes ou a qualquer de seus membros constituem faltas graves.

§ 1.º Ao expositor que cometer qualquer das faltas indicadas neste artigo será aplicada, conforme a gravidade do caso, uma das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) proibição de ingressar no recinto do Salão Nacional de Belas Artes;
- c) exclusão dos trabalhos apresentados;
- d) proibição de, no ano seguinte ou nos dois anos seguintes, requerer inscrição no Salão Nacional de Belas Artes.

§ 2.º As penalidades indicadas no parágrafo anterior serão aplicadas pelo Conselho de Organização, salvo a última que só poderá ser aplicada pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 21. É proibida, salvo com expresso consentimento do autor, a cópia de qualquer trabalho exposto.

Art. 22. O Conselho de Organização providenciará a publicação de um catálogo minudente e ilustrado do Salão Nacional de Belas Artes.

Art. 23. Encerradas as atividades do Salão Nacional de Belas Artes, pelas o Conselho de Organização apresentará ao Ministro da Educação e Saúde relatório circunstanciado.

Art. 24. Do orçamento do Ministério da Educação e Saúde constarão as dotações necessárias à organização anual do Salão Nacional de Belas Artes

assim como à concessão dos seus prêmios.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional proporcionará, na medida de seus recursos, a cooperação necessária a que anualmente se realize, em cada Estado, um salão estadual de belas artes, organizado nos termos e com as finalidades do Salão Nacional de Belas Artes.

Art. 26. O Salão Nacional de Belas Artes, no corrente ano, organizar-se-á de acordo com as diretrizes do presente Decreto-lei, devendo o Ministro da Educação e Saúde, para esse fim, tomar desde logo as necessárias providências.

Art. 27. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.154 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 108.475,20 à verba que especifica:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e oito mil quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 108.475,20) em reforço à Verba 1 — Pessoal, do Orçamento vigente do Ministério da Guerra (Anexo 17 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944) como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IX — Etapas e Auxílios
Subconsignação 36 — Etapas de alimentação

17 — Diretoria de Intendência — Cr\$ 108.475,20.

Art. 2.º O crédito, a que se refere o artigo anterior, destina-se ao pagamento das etapas de almoço aos servidores civis do Parque Central de Motomecanização, de que trata o artigo 120 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19.602, de 13-9-945, de 15 de outubro a 31 de dezembro deste ano, incorporando-se à subconsignação 25 (sob alínea “k”) da Verba 1 — Pessoal, do Orçamento Analítico daquele Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
P. Góes Monteiro
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N.º 8.155 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 8.063, de 10 de outubro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.063, de 10 de outubro de 1945, e todos os atos dele decorrentes.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.156, DE 1 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para as despesas com as eleições de 2 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito

especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com as eleições a se realizarem em 2 de dezembro de 1945, incluídas as referentes aos processos de apuração e de proclamação dos eleitos.

Parágrafo único. O crédito referido será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto, no Banco do Brasil em conta especial, para livre movimentação pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.915, de 30 de agosto d'este ano.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.157 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o artigo 143 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o artigo 143 do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945, e declarada a nulidade de pleno direito de todos os atos praticados com fundamento no referido dispositivo.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Doria

DECRETO-LEI N.º 8.158, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1945

Torna insubsistente o Decreto-lei número 8.090, de 15 de outubro de 1945

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica insubsistente o Decreto-lei n.º 8.090, de 15 de outubro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.159, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo do Exército, de oficiais subalternos da reserva convocados e de praças, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É facultado aos oficiais subalternos da reserva de 1.ª e 2.ª classes, das armas, médicos e intendentes, convocados, em serviço na F. E. B., ou que, durante o período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945 hajam servido por mais de um ano:

a) o ingresso definitivo nos quadros do Exército ativo após a conclusão dos cursos da Escola Militar ou da Escola de Saúde do Exército;

b) a permanência nas fileiras, como convocados, até a idade limite, com faculdade de transferência para a reserva remunerada após 25 anos de serviço:

1 — a todos os da 1.ª classe;

2 — aos da 2.ª classe que revelaram conduta excepcional nos campos de batalha e no esforço de guerra;

c) o licenciamento com promoção ao posto imediato ao que tinham no campo de batalha, independente de

interstício, aos oficiais de 2.^a classe, portadores de medalha de campanha.

Art. 2.^o As praças promovidas a oficial em campanha e por atos de bravura, ficam equiparadas, para os efeitos do presente Decreto-lei, aos oficiais da reserva de 1.^a classe.

Art. 3.^o É facultado aos subtenentes e sargentos, que possuírem medalha de campanha:

a) o ingresso nos quadros de oficiais das armas, de intendentes e médicos, após a conclusão dos cursos da Escola Militar ou da Escola de Saúde do Exército;

b) a permanência nas fileiras, até a idade limite, com faculdade de transferência para a reserva após 25 anos de serviço.

Art. 4.^o Aplica-se o disposto no artigo 3.^o aos cabos e soldados portadores da cruz de combate de 1.^a classe ou condecoração equivalente (estrêla de prata americana).

Art. 5.^o Para matrícula na Escola de Saúde do Exército será exigido aos oficiais:

a) idade máxima de 35 anos referidos, a 1 de março de 1946;

b) conceito favorável de seu comandante, chefe ou diretor, e da autoridade técnica à qual estiver subordinado;

c) aptidão física comprovada em inspeção de saúde.

§ 1.^o Esses oficiais serão matriculados com o posto que têm, independentemente de concurso, e farão um estágio de 2 (dois) meses, exclusive exames, com programa de ensino proposto pela Diretoria de Saúde do Exército e aprovado pelo Ministro da Guerra.

§ 2.^o A habilitação desses oficiais será apreciada de acordo com os artigos 31 a 45 do Decreto n.^o 4.791, de 20 de outubro de 1939.

§ 3.^o Após a conclusão do estágio serão nomeados primeiros tenentes médicos da ativa, sendo a colocação no Almanaque de acordo com a classificação meritória obtida. Em caso de empate na classificação, vigorará o tempo de operações de guerra, data de convocação, sucessivamente.

Art. 6.^o Aplica-se o disposto no artigo 5.^o às praças referidas nos artigos 3.^o e 4.^o, que possuírem diploma de médico.

Parágrafo único. Essas praças, ao se matricularem na Escola de Saúde, serão nomeadas segundos tenentes estagiários.

Art. 7.^o Para o ingresso na Escola Militar será exigido aos oficiais:

a) idade máxima de 26 anos, referidos a 1 de março de 1946;

b) conceito favorável de seu comandante ou chefe;

c) aptidão física comprovada em inspeção de saúde.

Parágrafo único. Esses oficiais serão matriculados independentemente de concurso, com o posto que têm, sendo classificados, findo o curso, por ordem de merecimento intelectual, vigorando, sucessivamente, em caso de empate, o tempo de operações de guerra e a data da convocação.

Art. 8.^o Ao concluírem o curso previsto no artigo anterior serão os oficiais inscritos no Almanaque na situação de agregados, imediatamente abaixo do último oficial de igual posto já promovido; e assim permanecerão até que, por sua colocação na classificação intelectual na turma a que pertencem, lhes toque a vez de inclusão no respectivo quadro.

Parágrafo único. A antiguidade de posto (1.^o e 2.^o tenente) será contada a partir da data da desagregação e inclusão no quadro.

Art. 9.^o Aplica-se o disposto no artigo 7.^o às praças referidas nos artigos 3.^o e 4.^o, que possuírem o certificado do curso secundário pelo regime anterior ao da Lei n.^o 4.244, de 9 de abril de 1942, ou do atual curso científico ou clássico.

Parágrafo único. As praças não possuidoras do certificado acima, será facultada a matrícula nas Escolas Preparatórias, mediante prova a ser organizada pela Diretoria do Ensino do Exército, caso tenham menos de 23 anos de idade. Ao efetuarem matrícula perderão o respectivo posto.

Art. 10. Aos oficiais e praças que forem desligados das Escolas, salvo

por conclusão de curso, applica-se:

a) aos de 1.^a classe: permanência no serviço ativo;

b) aos de 2.^a classe: licenciamento ou, se o desejarem, permanência no serviço ativo na mesma situação que os de 1.^a classe, caso tenham revelado conduta excepcional no campo de batalha ou no esforço de guerra;

c) às praças: permanência no serviço ativo, caso não prefiram o licenciamento.

Parágrafo único. Quando o desligamento fôr por motivo disciplinar, applica-se a legislação atualmente vigente.

Art. 11. Os officiaes e praças de que trata o presente Decreto-lei não poderão ser promovidos durante os respectivos cursos.

Art. 12. Os officiaes da ativa, em igualdade de pósto, têm precedência sobre os da reserva convocados.

Art. 13. As matriculas de que trata o presente Decreto-lei serão efetuadas em 1946.

§ 1.^o Na Escola de Saúde do Exército, se o número de candidatos fôr maior que o número de vagas existentes no respectivo quadro, preferencialmente serão matriculados:

1 — officiaes e praças possuidores da cruz de combate de 1.^a classe, ou condecoração equivalente (estrela de prata americana);

2 — officiaes e praças possuidores de medalha de campanha;

3 — officiaes com maior tempo de convocação.

§ 2.^o Se fôr avultado o número de candidatos aos cursos da Escola Militar, excepcionalmente poderá haver matrícula em 1947, mas somente para aquêles que fizerem as declarações de acôrdo com o art. 15. A preferência para a matrícula obedecerá ao critério estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 14. Os officiaes subalternos da reserva de 2.^a classe, possuidores de diploma de dentista, têm preferência para admissão como extranumerário-mensalista, de acôrdo com a legislação vigente.

Art. 15. Os officiaes que quiserem gozar das disposições do presente Decreto-lei deverão requerer às Diretorias competentes, dentro do prazo de

60 (sessenta) dias, a contar da data desta publicação, citando o dispositivo em que desejam ser enquadrados.

Art. 16. As praças requererão, dentro do prazo acima, aos respectivos comandantes, chefes ou diretores.

Art. 17. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.^o 8.160 — DE 3. DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para ocorrer a despesas com obras e instalações do Polígono da Marambaia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta da Exposição de Motivos n.^o 646, de 31 de outubro de 1945, do Ministério da Guerra, decreta:

Art. 1.^o Fica aberto ao Ministerio da Guerra o crédito especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00) com vigência até 31 de dezembro de 1946, para atender a despesas com obras e instalações do Polígono da Marambaia.

Art. 2.^o O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1945, 124.^o da Independência e 57.^o da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góes Monteiro.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.161, DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue :

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

Cr\$

S/c.n.º 12 — Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reservado	
29 — Departamento Federal de Segurança Pública	4.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.162, DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1945

Interpreta disposições do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º A presidência do Tribunal Superior Eleitoral compete ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e, enquanto durar o afastamento deste,

ao vice-presidente do mesmo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945.

Parágrafo único. O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, assumindo a presidência, convocará um dos ministros do Supremo Tribunal Federal para substituí-lo, enquanto durar o seu impedimento.

Art. 2.º Os membros dos Tribunais Eleitorais que deixarem os cargos para o exercício de funções inerentes ao Poder Executivo serão substituídos, provisoriamente, nos Tribunais onde serviam; cessado o impedimento reassumirão os cargos de que eram titulares.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.163, DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 7.375, de 13 de março de 1945 e restaura o artigo 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.375, de 13 de março de 1945, e restaurado o art. 105 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

R. Carneiro de Mendonça

DECRETO-LEI N.º 8.164, DE 9 DE
NOVEMBRO DE 1945

Dá competência aos Tribunais Regionais e aos juizes de direito para conhecer de atos dos Prefeitos municipais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, nas capitais dos Estados, e os juizes de direito, nas demais comarcas do país, são competentes para conhecer e decidir, desde a publicação desta lei até o dia 3 de dezembro de 1945, dos atos dos Prefeitos municipais contrários à exata observância das leis eleitorais.

Parágrafo único. Nas comarcas onde houver mais de um juiz, a competência será do mais antigo.

Art. 2.º Reconhecida pelo presidente do Tribunal, ou juiz, a falta de isenção do Prefeito no cumprimento dos deveres de seu cargo, pela infração prevista no artigo anterior, será ele desde logo afastado do exercício das suas funções, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Parágrafo único. O presidente do Tribunal, ou o juiz, quando fôr caso, comunicará imediatamente ao Interventor a sua decisão a fim de que seja dado substituto ao Prefeito responsável.

Art. 3.º Da decisão do juiz, ou presidente do Tribunal, em processo ordenado pela forma que julgar compatível com a natureza e a urgência da medida reclamada, caberá recurso para o Tribunal Regional, dentro do prazo de cinco dias, sem efeito suspensivo.

Art. 4.º O disposto nesta lei não importa restrição à faculdade do Interventor de exonerar ou demitir os Prefeitos municipais.

Art. 5.º Os Tribunais Regionais poderão baixar as instruções que julgarem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.165 — DE 9 DE
NOVEMBRO DE 1945

Torna extensivo aos oficiais do Exército e da Aeronáutica o disposto nos arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei número 8.119, de 19 de outubro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos oficiais do Exército e da Aeronáutica transferidos para a Reserva Remunerada até 31 de dezembro do corrente ano, em consequência da aplicação da respectiva lei especial sobre permanência no serviço ativo, ficam assegurados os benefícios previstos nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 8.119, de 19 de outubro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góes Monteiro.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.166 — DE 9 DE
NOVEMBRO DE 1945

Concede o direito de voto a brasileiros incorporados às forças armadas durante a guerra, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os brasileiros incorporados às forças armadas durante a guerra com a Alemanha e a Itália, poderão votar em qualquer mesa receptora, mediante exibição do certificado de desincorporação, posterior a 2 de outubro de 1945.

Art. 2.º Os oficiais que, em virtude de impedimento criado pelo serviço ativo, não tenham sido alistados até 2 de outubro de 1945, poderão também votar em qualquer mesa receptora, mediante prova do impedimento, fornecida pelo respectivo Ministério.

Art. 3.º Os eleitores admitidos a votar nos termos dos artigos anteriores assinarão seus nomes em folha de papel que o presidente da mesa receptora destinar a essa votação, e onde, após cada assinatura e a indicação do documento exibido, lançará sua rubrica.

Parágrafo único. No documento exibido, o presidente da mesa receptora mencionará o fato de haver o portador votado na respectiva seção, lançando a data e sua rubrica.

Art. 4.º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções que julgar convenientes à execução desta lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.167 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.666 de 22 de junho de 1945.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

Theodoreto Camargo.

Mauricio Joppert da Silva.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.168 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.387, de 21 de agosto de 1945, suprime e cria cargos isolados, de provimento em comissão e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo n.º 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei número 7.387, de 28 de agosto de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

Divisão de Polícia Técnica (D. P. T.)

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (D. P. M.).

Divisão de Intercâmbio e Coordenação (D. I. C.)

Divisão de Polícia Política e Social (D. P. S.)

Corregedoria (C.)

Delegacia de Costumes e Diversões (D. C. D.)

Delegacia de Roubos e Falsificações (D. R. F.)

Delegacia de Economia Popular (D. E. P.)

Delegacia de Vigilância (D. V.)

Delegacia de Menores (D. M.)

7 Delegacias Regionais (D. R.)

Serviço de Trânsito (S. T.)

Guarda Civil (G. C.)

Polícia Especial (P. E.)

Instituto Félix Pacheco (I. F. P.)

Instituto Médico Legal (I. M. L.)

Serviço de Transportes (S. Tp.)

Serviço Médico (S. M.)

Serviço de Administração (S. A.)

Art. 2.º Fica suprimido, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1 cargo isolado de provimento em comissão de Delegado (D. O. P. — D. F. S. P.), padrão O.

Parágrafo único. A dotação correspondente a esse cargo será levada a crédito da conta corrente do respectivo Quadro.

Art. 3.º Ficam criados, no mesmo Quadro, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

1 Diretor de Divisão (D. P. S. — D. F. S. P.) — padrão P.

- 1 Delegado (D.Se.P. — D.F.S.P.)
— padrão N.
1 Delegado (D.S.S. — D.F.S.P.)
— padrão N.

Art. 4.º Para atender, no atual exercício, à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo 18, do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito suplementar de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente — Sub-consignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 5.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.169, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1945

Concede um abono de emergência aos servidores civis e militares da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica concedido a todos os servidores federais, civis e militares, ativos e inativos e em disponibilidade, um abono de emergência igual à importância que perceberem ou lhes fôr devida no mês de novembro corrente, a título de vencimento, remuneração, gratificação de função, de magistério e de representação, salário, provento e pensão.

Parágrafo único. O abono de emergência a que se refere este artigo será feito no correr do mês de dezembro deste ano, com observância das mesmas normas para o pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista, sem novas exigências.

Art. 2.º Para atender à despesa prevista neste decreto-lei, fica aberto um crédito especial de trezentos milhões de

cruzeiros (Cr\$ 300.000.000,00), com a seguinte discriminação :

I — Pessoal Permanentemente, inclusive gratificação de função, de magistério e de representação ...	182.200.000,00
II — Pessoal Extra-numerário	77.200.000,00
III — Pessoal em Disponibilidade	100.000,00
IV — Inativos	32.000.000,00
V — Pensionistas ...	8.500.000,00

Art. 3.º O crédito especial de que trata este decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para ser movimentado pela Diretoria da Despesa Pública.

Parágrafo único. Incumbe a cada um dos Ministérios demonstrar e requisitar ao Diretor da Despesa Pública a redistribuição do crédito necessário ao atendimento das despesas decorrentes deste decreto-lei.

Art. 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a baixar instruções para a execução do presente decreto-lei.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

A. de Sampaio Dória.

P. Goes Monteiro.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando I. Trompowsky.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Rail Leitão da Cunha.

P. Leão Veloso.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.170, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o patrimônio de partidos dissolvidos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Aos partidos dissolvidos pelo Decreto-lei n.º 37, de 2 de dezembro

de 1937, que se filiaram ou se coligaram a partidos nacionais, fica assegurado o patrimônio que tinham na data da dissolução.

Parágrafo único. Consideram-se válidos os atos de filiação que os partidos dissolvidos tenham praticado, com observância dos respectivos estatutos até a publicação do Decreto-lei n.º 8.157 de 3 de novembro de 1945.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.171 — DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1945

Cria cargos isolados de provimento efetivo e suprime funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituinte, decreta:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública, trinta cargos isolados, de provimento efetivo, de Delegado de Polícia (D.P. — D.F.S.P.), padrão O.

Art. 2.º Nos cargos ora criados, serão aproveitados os antigos delegados distritais da extinta Polícia Civil do Distrito Federal que atualmente integram a carreira de Comissário de Polícia e foram assegurados na função por força do art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.947, de 30-12-39, completando o número de trinta comissários bacharéis em Direito, indicados pelo Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Ficam suprimidas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores trinta funções gratificadas de Delegado de Distrito (D.P. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. A dotação correspondente a essas funções será levada a crédito da conta corrente do respectivo Quadro.

Art. 4.º A substituição dos delegados de Polícia, em seus impedimentos legais, caberá aos ocupantes da carreira de Comissário de Polícia, diplomados em Direito.

Art. 5.º O provimento dos cargos isolados de Delegado de Polícia nas vagas que ocorrerem no quadro será feito dentre os comissários de Polícia bacharéis em Direito que atingirem as duas classes finais da respectiva carreira, procedendo-se para esse fim, a concurso de títulos.

Art. 6.º Para o provimento, em comissão, dos cargos de direção do Departamento Federal de Segurança Pública, excetuadas as atuais Divisões e os cargos técnicos, terão preferência os delegados de Polícia.

Parágrafo único. Entendem-se como cargos técnicos a direção do Instituto Médico Legal, Instituto Felix Pacheco, Serviço Médico, Serviço de Transportes, Gabinete de Exames Periciais, Guarda Civil e Serviço de Trânsito.

Art. 7.º Ficam revogados: o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 8.000, de 26-9-45 e o art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.929, de 3-9-45.

Art. 8.º Fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 18 do Orçamento Geral da República para 1945), para atender, no corrente exercício, às despesas com execução deste Decreto-lei, o crédito suplementar de Cr\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos cruzeiros), em reforço da Verba I — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.172, DE 14
DE NOVEMBRO DE 1945

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para a Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação, as seguintes funções gratificadas:

Cr\$

10 Chefe de Portaria (E. T. Manaus, E. T. S. Luis, E. T. Recife, E. T. Salvador, E. T. Vitória, E. T. S. Paulo, E. T. Pelotas, E. T. Belo Horizonte, E. T. Goiânia, E. T. Curitiba), com a gratificação anual de	3.000,00
10 Chefe de Portaria (E. I. Belém, E. I. Teresina, E. I. Fortaleza, E. I. Natal, E. I. João Pessoa, E. I. Maceió, E. I. Aracaju, E. I. Campos, E. I. Florianópolis, E. I. Cuiabá), com a gratificação anual de...	3.000,00

Art. 2.º Para atender, no atual exercício, às despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, Anexo 15 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas. 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.173, DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 125.000,00 para pagamento de subvenção extraordinária à União dos Escoteiros do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de cento e vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 125.000,00), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do referido Ministério, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da subvenção extraordinária de igual importância, concedida à União dos Escoteiros do Brasil.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.174, DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1945

Cobrança judicial de taxa de consumo de água no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A cobrança judicial das taxas de consumo de água no Distrito Federal, correspondente aos exercícios em que êses serviços eram executados pelo Governo Federal; continuará a se processar pelos Primeiros Offícios das Varas da Fazenda Pública, onde funcionarão para êsse fim os representante da Fazenda Municipal.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.
A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.175, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 8.040, de 4 de outubro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.040, de 4 de outubro de 1945, que suprimiu, a partir de 21 de setembro do corrente ano, a função gratificada de secretário, instituída para a junta especial a que se refere o Decreto-lei n.º 7.401, de 20 de março de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.176, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 4.693, de 16 de setembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 4.693, de 16 de setembro de 1942, e restabelecidos os artigos seguintes do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Art. 80 —

§ 2.º O aposentado não poderá reverter à atividade se contar mais de cinquenta e oito anos de idade.

Art. 113. Os regimentos de determinação:

I — para a repartição, o período de trabalho diário;

II — para cada função, o número de horas diárias de trabalho;

III — para uma ou outra, o regime de trabalho em turnos consecutivos, quando for aconselhável, indicando o número certo de horas de trabalho exigíveis por mês;

IV — quais os funcionários, que, em virtude das atribuições que desempenham, não estão obrigados a ponto.

Art. 145. O funcionário gozará, obrigatoriamente, por ano, vinte dias consecutivos de férias, observada a escala que for organizada.

§ 1.º É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2.º Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

Art. 147. Caberá ao chefe da repartição ou do serviço organizar, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço.

§ 1.º O chefe da repartição ou do serviço não será compreendido na escala.

§ 2.º Organizada a escala, será esta imediatamente publicada no órgão oficial.

Art. 151

VIII — No caso previsto no art. 180.

Art. 180. A funcionária casada com funcionário federal, ou militar do Exército ou da Armada, terá direito a licença, sem vencimento ou remuneração, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação,

em outro ponto do território nacional ou estrangeiro.

Parágrafo único — A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído, e vigorará pelo tempo que durar a comissão ou nova função do marido.

Art. 191. O funcionário adquire estabilidade depois de:

I — Dois anos de exercício, quando nomeado em virtude de concurso.

II — Dez anos de exercício nos demais casos.

Art. 192. O funcionário que houver adquirido estabilidade só poderá ser demitido em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo.

Art. 246. A autoridade que tiver ciência ou notícia da ocorrência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, por meios sumários ou mediante processo administrativo.

Parágrafo único. O processo administrativo precederá sempre a demissão do funcionário.

Art. 2.º O art. 165 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, volta a vigorar com a sua redação primitiva.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

P. Góes Monteiro.

P. Ledo Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Casemiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 3.177 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1945

Dá atribuição aos juizes electorais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Sem prejuízo de suas atribuições legais, poderão os juizes vitalícios, nas respectivas comarcas, ou termos, responder cumulativamente pelo expediente das prefeituras municipais, quando os Interventores não puderem dar de vez substituto efetivo aos prefeitos que exonerarem ou demitirem.

Art. 2.º Esta lei terá a vigência de vinte dias a contar da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 3.178 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1945

Torna sem efeito a concessão outorgada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto número 19.293, de 30-7-945 e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica declarada sem feito a concessão outorgada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo decreto n.º 19.293, de 30 de julho de 1945, e rescindido de pleno direito, independentemente de quaisquer formalidades administrativas, o contrato decorrente dessa concessão, celebrado no Ministério da Viação e Obras Públicas, em 21 de agosto de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.179 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1945

Acrescenta dois parágrafos ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

São acrescentados dois parágrafos ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945.

§ 1.º Este artigo, só entrará em vigor um ano após a data de sua publicação.

§ 2.º Para fins do disposto neste artigo, no cômputo da arregimentação, contar-se-á como serviço arregimentado o tempo decorrente entre a exclusão e inclusão na nova unidade em que o oficial subalterno tenha sido classificado ou transferido por necessidade do serviço.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góes Monteiro.

DECRETO-LEI N.º 8.180 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1945

Reorganiza o Quadro de Intendência da Aeronáutica

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo da Constituição, e

Considerando que o Quadro de Intendência da Aeronáutica, ao ser criado, teve efetivo provisório, conforme se infere do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.876, de 3 de dezembro de 1941;

Considerando que o efetivo inicial nesse quadro se tornou insuficiente para atender às necessidades dos serviços que lhe são atribuídos na Força Aérea Brasileira decreta:

1.º O Quadro de Intendência da Aeronáutica é reorganizado, passando a ter a seguinte constituição:

Brigadeiro Intendente da Aeronáutica 1

Coronel Intendente da Aeronáutica 4
Tenente-Coronel Intendente da Aeronáutica 8
Major Intendente da Aeronáutica 16
Capitão Intendente da Aeronáutica 42
Primeiro Tenente Intendente da Aeronáutica 60
Segundo Tenente Intendente da Aeronáutica e Aspirante Intendente da Aeronáutica — Variável.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.181 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1945

Divide o território nacional em Distritos Navais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Estados, os Territórios Federais e as ilhas oceânicas, para efeito de defesa nacional a cargo do Ministério da Marinha, ficam divididos em regiões, denominadas Distritos Navais e distribuídas da seguinte forma:

1.º *Distrito Naval* — Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, parte de Goiás (do Município de Porto Nacional exclusiva, para o Sul), São Paulo e Distrito Federal, Ilhas da Trindade e Martim Vaz — sede na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

2.º *Distrito Naval* — Estados de Sergipe e Bahia e Arquipélago dos Abrolhos — sede em Salvador.

3.º *Distrito Naval* — Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Território de

Fernando de Noronha, Ilhas Rocas e Penedos. São Pedro e São Paulo — sede em Recife.

4.º *Distrito Naval* — Estados do Amazonas, Pará, parte de Goiás (do Município de Porto Nacional inclusive, para o Norte), Maranhão e Piauí e Territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá — sede em Belém.

5.º *Distrito Naval* — Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Território de Iguazu — sede em São Francisco.

6.º *Distrito Naval* — Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porá — sede em Ladário.

Art. 2.º A autoridade dos Comandantes dos Distritos Navais se estende a todo litoral marítimo, estreitos, canais, baías, enseadas, portos, ilhas litoraneas, bacias fluviais, lagos e lagoas existentes nos Estados, nos Territórios e nas ilhas oceânicas sob sua jurisdição.

Art. 3.º Os Distritos Navais ficam diretamente subordinados ao Estado-Maior da Armada e devem manter entre si estreita cooperação e entendimento.

Art. 4.º Para a organização e execução de medidas de segurança e defesa, os Comandantes dos Distritos Navais têm autoridade sobre todas as repartições e estabelecimentos do Ministério da Marinha, existentes na zona de sua jurisdição, continuando, porém, estes subordinados, para fins técnicos ou administrativos, às Diretorias ou Serviços de cuja organização façam parte.

Art. 5.º O Comando dos Distritos Navais é atribuído a Oficial General do Quadro Ordinário do Corpo de Oficiais da Armada.

Art. 6.º Para a execução do presente Decreto-lei será baixado o respectivo Regulamento.

Art. 7.º Ficam desde já instalados os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 6.º Distritos Navais. O 5.º Distrito Naval será instalado quando for julgado conveniente pelo Ministro da Marinha.

Art. 8.º Nos casos de estado de emergência ou de guerra, quando se tornar necessário e a juízo do Governo, os serviços de navegação fluviais e lacustres, com todo o aparelhamento e organização do pessoal, ficarão subordinados aos respectivos Distritos Navais.

Art. 9.º O Governo, tendo em consideração as exigências da defesa nacional, poderá criar e instalar outros Distritos Navais, desmembrados dos especificados em o artigo 1.º, determinando suas sedes, bem como modificar a jurisdição territorial ora adotada.

Art. 10. As sedes dos Distritos Navais poderão ser transferidas para outros locais, a critério do Governo, de acordo com os interesses da defesa nacional.

Art. 11. A Base Naval de Natal, ora em construção, passará à jurisdição do 3.º Distrito Naval, quando julgado oportuno.

Art. 12. Ficam expressamente revogados os Decretos n.º 10.359, de 31 de agosto de 1942, e n.º 10.446 A, de 14 de setembro de 1942.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES

Jorge Dodswoorth Martins

DECRETO-LEI N.º 8.182

Alinda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.183 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 179.250,00, para despesas com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre questões marítimas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de cento e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 179.250,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre questões marítimas, a realizar-se em Londres, durante o corrente mês.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.184 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1945

Cria e extingue cargos no Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, o cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor da Secretaria, padrão M, do Supremo Tribunal Militar.

Art. 2.º Fica transferido para o Quadro Suplementar do mesmo Ministério, onde será extinto quando vagar, o cargo isolado, de provimento efetivo, de Subsecretário, padrão L, do referido Tribunal.

Art. 3.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 15 de novembro d'este ano a 31 de dezembro de 1946, fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$... 39.000,00 (trinta e nove mil cruzeiros).

Art. 4.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 15 de novembro de 1945.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Góis Monteiro.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.185 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, a função gratificada de Chefe do Arquivo (A. — S. C. — D. A.) do Serviço de Comunicações, do Departamento de Administração, com a gratificação de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro d'este ano, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, Anexo n.º 20, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.186 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre o processo e julgamento dos crimes da competência do extinto Tribunal de Segurança Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O processo e o julgamento dos crimes atribuídos em lei ao extinto Tribunal de Segurança Nacional, competem:

I — aos juízes e Tribunais militares, os que, por definição ou equiparação legal, atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social;

II — aos juízes e Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os que, por definição ou equiparação legal, atentarem contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.

§ 1.º O processo será o comum, observado o Código de Processo Penal Militar, para os crimes de que trata o item I, e o Código de Processo Penal para os de que trata o item II.

§ 2.º Aos crimes referidos nos ns. I e II deste artigo aplicam-se, respectivamente, as disposições da legislação militar e da comum, referentes a fiança.

Art. 2.º Ao Supremo Tribunal Federal compete conhecer e decidir dos *habeas-corpus* oriundos de processos julgados definitivamente pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional; e ao Supremo Tribunal Militar e aos Tribunais de Apelação, as revisões criminais; em qualquer caso serão presentes ao Tribunal os autos originais.

Art. 3.º Os processos de que houver resultado condenação e os que se achem em andamento serão remetidos dentro de 10 dias:

I — os referentes aos crimes mencionados no art. 1.º, n.º I, ao Procurador Geral da Justiça Militar;

II — os relativos aos crimes referidos no item II do art. 1.º, aos Pro-

curadores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1.º Recebidos os processos, os órgãos do Ministério Público competentes promoverão desde logo as diligências que entenderem de direito.

§ 2.º É facultado ao juiz repetir o interrogatório do réu bem como os atos e termos processuais subsequentes.

§ 3.º As apelações já interpostas serão julgadas pelo Supremo Tribunal Militar ou pelos Tribunais de Apelação, conforme o caso.

Art. 4.º Os processos recebidos pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional, quando os indiciados não tenham sido ainda denunciados, serão devolvidos à delegacia policial de origem, para a remessa ao Juízo competente.

Art. 5.º Os processos arquivados e os findos, e o arquivo do extinto Tribunal de Segurança Nacional serão remetidos ao Arquivo Nacional.

Art. 6.º Fica suspenso, por 90 dias, o prazo de prescrição das ações penais da competência do extinto Tribunal de Segurança Nacional, salvo se, antes desse prazo, forem iniciados, ou tiverem andamento, na justiça competente, os respectivos processos.

Art. 7.º Ficam suspensos os prazos e demais termos processuais das causas em curso no extinto Tribunal de Segurança Nacional desde a data da publicação da Lei Constitucional n.º 14, de 17 de novembro de 1945; tais prazos recomeçarão a correr da data em que fôr divulgado no jornal encarregado das publicações oficiais, edital dando notícia do recebimento do processo.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

**DECRETO-LEI N.º 8.187 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre o pessoal em exercício no extinto Tribunal de Segurança Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição e lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Os ministros, procuradores e advogado de ofício do extinto Tribunal de Segurança Nacional, que forem titulares de cargos de provimento efetivo, re-assumirão o respectivo exercício dentro do prazo de 30 dias, os demais ficarão em disponibilidade.

§ 1.º Aos ministros serão assegurados os vencimentos integrais.

§ 2.º Os procuradores e o advogado de ofício terão os vencimentos dos cargos que ocuparem, e os que não tiverem cargos terão os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos das carreiras de Oficial Administrativo e Servente, do Quadro da Justiça, Parte Permanente e Parte Suplementar, lotados no extinto Tribunal de Segurança Nacional, serão lotados, de acordo com a conveniência do serviço, nas Secretarias do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

Art. 3.º Os cargos de carreira de Escrivão, do Quadro da Justiça, Parte Permanente, que estiverem providos, são transferidos para a carreira de Escrivão de Polícia, do Quadro Permanente, fundidos os das classes F e G na classe H; os cargos não providos consideram-se suprimidos.

Art. 4.º As funções constantes das tabelas numéricas ordinária e suplementar, de extranumerários menselistas e diaristas do extinto Tribunal de Segurança Nacional, serão transferidas, conforme a conveniência do serviço, para as tabelas das Secretarias do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

Art. 5.º Os títulos dos funcionários e extranumerários, atingidos por

esta Lei, serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 6.º Os funcionários e extranumerários do extinto Tribunal de Segurança Nacional permanecerão em exercício, pelo prazo de 15 dias, a fim de se incumbirem da remessa de processos aos órgãos e repartições que a lei determinar.

Art. 7.º Ficam suprimidas as funções gratificadas constantes do Quadro da Justiça, Parte Permanente, e referentes ao extinto Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

**DECRETO-LEI N.º 8.188 DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre o afastamento de Prefeitos municipais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, Decreta:

Art. 1.º — São afastados do exercício de seus cargos, desde a data da presente lei até 3 de dezembro do corrente ano, todos os Prefeitos municipais, que eram, no mês de outubro último, membros de diretórios locais de partidos políticos.

Art. 2.º — Os juizes de direito vitálicos responderão pelo expediente das prefeituras nos municípios, sede de Comarcas ou termos, e indicarão pessoas idôneas para responder, sob sua superintendência, pelo expediente nos demais municípios das mesmas Comarcas e termos.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1945, 124º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.189 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1945

Concede pensão especial a Júlia Prudente de Moraes, filha de Prudente José de Moraes Barros, ex-Presidente da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Júlia Prudente de Moraes, filha de Prudente José de Moraes Barros, ex-Presidente da República, uma pensão especial de mil cruzeiros mensais (Cr\$ 1.000,00), enquanto viver.

Art. 2.º A pensão especial referida no artigo anterior é devida a partir da publicação desta lei, correndo a respectiva despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.190 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1945

Restabelece cargo e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido, a partir de 19 de janeiro de 1940, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Professor catedrático (E. P. Bahia), padrão L, da cadeira de Estatística, Economia Política e Finanças, da Escola Politécnica da Bahia, extinto pelo Decreto n.º 5.134, de 17 de janeiro de 1940.

Parágrafo único. O padrão desse cargo é considerado elevado a M, a partir de 28 de dezembro de 1940, em

virtude do Decreto-lei n.º 2.895, de 21 dos referidos mês e ano.

Art. 2.º Reverte à atividade, como ocupante do cargo a que se refere o art. 1.º, o Professor catedrático Otávio Mangabeira, aposentado por decreto de 9 de agosto de 1938, ficando-lhe assegurada, a partir da data da publicação desse decreto, a percepção da diferença entre os proventos da aposentadoria e os vencimentos do referido cargo.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente da execução do presente decreto-lei, no período de 17 de agosto de 1938 a 31 de dezembro deste ano, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 235.090,10 (duzentos e trinta e cinco mil e noventa cruzeiros e dez centavos), que será automaticamente registrado e distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia.

Parágrafo único. A Delegacia Fiscal promoverá o necessário encontro de contas, deduzindo do crédito especial a que se refere o art. 3.º o provento de aposentadoria já percebido pelo referido Professor catedrático.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.191 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1945

Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao aluno que concluir o curso de contabilidade previsto pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, será conferido o diploma

de técnico em contabilidade, em substituição ao diploma de guarda-livros e com direito às prerrogativas asseguradas por lei a este título.

Art. 2.º O diploma de técnico em contabilidade conferido aos alunos presentemente matriculados na terceira e na quarta séries do curso comercial básico, será apostilado, no ato do registro de que trata o § 2.º do art. 36 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, com a declaração explícita de que o seu titular gozará, para os efeitos do exercício profissional, das prerrogativas asseguradas por lei aos contadores.

Art. 3.º O diplomado pelo curso comercial básico, satisfeitas as demais exigências de ordem geral, terá preferência no provimento de função ou cargo de auxiliar de escritório e de dactilógrafo das empresas particulares que recebam favores do governo, das instituições autárquicas e dos serviços públicos.

Art. 4.º Aos portadores do diploma de auxiliar de escritório será permitida, sem a observância do limite mínimo de idade, a obtenção do certificado de licença ginasial, de acordo com o regime estabelecido no título VII do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão de Cunha.

DECRETO-LEI N.º 3.192 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a concessão anual de bolsas de estudos na Escola Nacional Educação Física e Desportos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Serão anualmente concedidas bolsas de estudos para que se

matriculem na Escola Nacional de Educação Física e Desportos os três melhores classificados nos diversos cursos de educação física, mantido nos diferentes Estados.

Art. 2.º As bolsas terão o caráter de estágio.

Art. 3.º De acordo com as possibilidades orçamentárias, deverão ser expedidas, pelo Ministério da Educação e Saúde, instruções anuais que determinarão:

a) qual o número de bolsas concedidas aos residentes em cada Estado;

b) quais os cursos para os quais serão concedidas bolsas;

c) quais as obrigações dos beneficiários; e

d) quais os auxílios que lhes serão concedidos.

Art. 4.º Os beneficiários das bolsas de que trata este Decreto-lei ficarão dispensados do pagamento de quaisquer taxas escolares, correndo por conta do Governo Federal as despesas como o transporte de ida e volta dos mesmos.

Art. 5.º Será incluída anualmente, no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, uma dotação destinada a fazer face às despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão de Cunha.

DECRETO-LEI N.º 3.193 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre promoção no corrente ano letivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição e atendendo às múltiplas causas que determinaram a irregularidade do corrente ano letivo, decreta:

Art. 1.º O estudante que, por motivo relevante, não atingir em 1945 os mínimos de frequência exigidos no curso respectivo, poderá ser promovido neste ano se alcançar as notas

regulamentares em vigor para a habilitação nas provas, exercícios escolares e exames.

Parágrafo único. A relevância do motivo será apreciada pelo diretor ou pelo inspetor, conforme se trate de estabelecimento de ensino federal equiparado ou reconhecido, cabendo recurso para o Ministro da Educação e Saúde.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.194 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga os Decretos-leis n.º 2.072, de 8 de março de 1940, n.º 2.310, de 14 de junho de 1940, n.º 4.101, de 9 de fevereiro de 1942, e n.º 5.045, de 5 de dezembro de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os Decretos-leis n.º 2.072, de 8 de março de 1940, n.º 2.310, de 14 de junho de 1940, n.º 4.101, de 9 de fevereiro de 1942, e n.º 5.045, de 5 de dezembro de 1942, referentes à Juventude Brasileira.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.195 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei número 1.190, de 4 de abril de 1939:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos e parágrafos do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, abaixo indicados, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 31. O candidato à matrícula, como aluno regular, na primeira série de qualquer dos cursos ordinários deverá:

1. Apresentar, mediante requerimento ao diretor da Faculdade:

a) prova de conclusão dos cursos fundamental e complementar, ou de um dos cursos do colégio;

b) carteira de identidade e atestado de idoneidade moral;

c) certificado de sanidade física e mental;

d) certidão de nascimento, passada pelo oficial do registro civil;

e) documento de quitação com o serviço militar, se fôr brasileiro em idade militar.

2. Submeter-se ao concurso de habilitação.

§ 1.º A exigência da alínea a deste artigo poderá ser substituída, para inscrição no concurso de habilitação, pelo diploma, devidamente registrado, de qualquer curso superior reconhecido.

§ 2.º Serão também dispensados, nos termos do parágrafo anterior e com as seguintes restrições:

a) os sacerdotes, religiosos e ministros de culto que tenham concluído regularmente os estudos em seminário idôneo, para os cursos de filosofia, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, e pedagogia;

b) os professores normalistas com o curso regular de pelo menos seis anos e exercício magisterial na disciplina escolhida, para os de pedagogia, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história;

c) os professores já registrados no Departamento Nacional de Educação, com exercício eficiente por mais de três anos nas disciplinas do curso em que pretendam matricular-se;

d) os autores de trabalhos publicados em livro, considerados de excepcional valor pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade, no curso correspondente ao assunto científico, literário, filosófico ou pedagógico em apreço."

"Art. 61. O provimento nos cargos de professor catedrático efetivo será feito por concurso de títulos e de provas, de acordo com a legislação federal do ensino em vigor.

§ 1.º Para a inscrição no concurso destinado ao primeiro provimento efetivo, o exercício como catedrático interino por dois anos consecutivos na própria Faculdade poderá suprir a exigência da alínea I do art. 51 do Decreto número 19.351, de 11 de abril de 1931.

§ 2.º Fica assegurada aos candidatos já admitidos *ex-officio* a respectiva inscrição, desde que satisfaçam as demais exigências do art. 51 do Decreto n.º 19.351, referido no parágrafo antecedente."

Art. 2.º Ao art. 51 do Decreto-lei número 1.190, de 4 de abril de 1939, é acrescentado o seguinte parágrafo:

"§ 5.º Os diplomas de bacharel, licenciado e doutor, expedidos pela Faculdade Nacional de Filosofia, suprirão a exigência do certificado de conclusão do curso complementar, para a inscrição no concurso de habilitação à matrícula inicial em qualquer dos estabelecimentos brasileiros de ensino superior."

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.196 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta.

Art. 1.º O art. 13 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13. Os alunos dos cursos de formação, ministrados em aulas diurnas, deverão, para efeito de promoção, provar frequência regular nas seguintes práticas educativas:

a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos;

b) canto orfeônico, obrigatório até a idade de dezesseis anos;

c) instrução pré-militar, para os alunos do sexo masculino, até atingirem a idade própria da instrução militar.

§ 1.º As sessões de práticas educativas serão realizadas nas escolas que satisfaçam o mínimo das exigências regulamentares, quanto às instalações, ou nos centros especializados que vierem a ser constituídos para esse fim.

§ 2.º O ensino da religião poderá ser incluído, sem caráter obrigatório, entre as práticas educativas."

Art. 2.º O § 1.º do art. 17 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º O período letivo terá início a 15 de março e o período de férias a 15 de dezembro, destinando-se também a descanso os dez últimos dias de junho."

Art. 3.º O art. 18 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. O período semanal dos trabalhos escolares, nos cursos de formação, será de dezoito a vinte e uma horas."

Art. 4.º O art. 19 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943,

passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19. A distribuição do tempo de cada semana e matéria do horário escolar, e será determinada pela direção dos estabelecimentos de ensino comercial antes do início do período letivo e com observância do número obrigatório de aulas semanais de cada disciplina."

Art. 5.º Os §§ 1.º 2.º e 3.º do art. 22 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"§ 1.º Os exames de admissão para os candidatos à matrícula inicial no curso comercial básico versarão sobre português, matemática, geografia e história do Brasil."

§ 2.º Será considerado aprovado o candidato que obtiver, além de nota igual ou superior a quatro em cada disciplina como média das notas de prova escrita e prova oral, média igual ou superior a cinco no conjunto das disciplinas."

§ 3.º Os estabelecimentos de ensino comercial que exigirem exames de admissão para a matrícula inicial em qualquer dos cursos comerciais técnicos, indicarão as disciplinas sobre que devam versar esses exames."

Art. 6.º Os §§ 2.º 3.º e 4.º do citado art. 22 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passam a ser, respectivamente, §§ 4.º, 5.º e 6.º.

Art. 7.º O art. 27 do Decreto-lei n.º 6.141 de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27. Excetuados os meses em que se realizem as provas parciais, será dada, nos demais, pelo pelo respectivo professor, em cada disciplina e a cada aluno, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento, verificado por meio de exercícios variados."

§ 1.º Ao aluno que, por falta de comparecimento, não puder ter o seu aproveitamento devida-

mente avaliado, será atribuída a nota zero.

§ 2.º A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina."

Art. 8.º Os § 2.º e § 4.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"§ 2.º Realizar-se-ão as provas parciais na primeira quinzena de junho e na segunda de novembro."

"§ 4.º Permitir-se-á a segunda chamada, na primeira prova parcial, até sessenta dias após a sua realização, e, na segunda, antes da terminação das provas finais."

Art. 9.º Os § 3.º e § 4.º do art. 32 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"§ 3.º Não poderá prestar prova final, na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas ou a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas práticas educativas, e, na segunda época, o que tiver incidido no dobro das mesmas faltas."

"§ 4.º Poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de força maior."

Art. 10. O § 2.º do art. 33 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º A nota final de cada disciplina será a média ponderada de quatro elementos: a nota anual de exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais e da prova final. A esses elementos se atribuirão respectivamente os pesos dois, dois, três e três."

Art. 11. O n.º 2 e o § 2.º do artigo 36 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"2. Aos que concluem os cursos de comércio e propaganda, de contabilidade, de estatística, de administração ou de secretariado, respectivamente, o diploma de técnico em comércio e propaganda, técnico em contabilidade, técnico em estatística, assistente de administração ou secretário."

"§ 2.º Os diplomas de que trata o presente artigo estarão sujeitos à inscrição no registro competente do Ministério da Educação e Saúde, a fim de que os seus titulares possam gozar de preferência para o provimento de cargos iniciais da carreira, com a qual se relacionem os estudos feitos, das instituições autárquicas e do serviço público, além das prerrogativas asseguradas em lei a esses diplomas."

Art. 12. O art. 49 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49. Somente os estabelecimentos de ensino comercial federais, equiparados e reconhecidos poderão usar qualquer das denominações estabelecidas pelo art. 8.º, ou manter qualquer dos cursos indicados nos arts. 4.º e 5.º, ou expedir qualquer dos diplomas indicados pelo art. 36 desta Lei."

Art. 13. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 8.197 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 8.025, de 2 de outubro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.025, de 2 de outubro de 1945.

Art. 2.º Ficam sem efeito os decretos de 3 de outubro de 1945, que nomearam, de acordo com o art. 14, item I, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, Amílcar Dutra de Menezes, Licurgo Ramos da Costa e Miguel Franchini Neto, para exercerem os cargos de Conselheiro Comercial, padrão M do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, criados pelo Decreto-lei n.º 8.025, de 2 de outubro de 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.198 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.887, de 21 de agosto de 1945, extingue e cria cargos isolados e funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei número 7.887, de 21 de agosto de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º O D.F.S.P. compõe-se de:

Divisão de Polícia Política e Social (D.P.S.)

Divisão de Polícia Técnica (D. P.T.)

Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras (D.P.M.)

Divisão de Intercâmbio e Coordenação (D.I.C.)

Divisão de Administração (D.A.) Corregedoria (C.)

Delegacia de Costumes e Diversões (D.C.D.)

Delegacia de Roubos e Falsificações (D.R.F.)

Delegacia de Economia Popular (D.E.P.)

Delegacia de Vigilância (D.V.)

Delegacia de Menores (D.M.)

30 Distritos Policiais (D.P.)

Serviço de Trânsito (S.T.)

Guarda Civil (G.C.)

Polícia Especial (P.E.)

Instituto Félix Pacheco (I.F.P.)

Instituto Médico Legal (I.M.L.)

Serviço Médico (S.M.)

Serviço de Transportes (S.Tp.)

Art. 2.º Fica extinto no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores 1 (um) cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor (S.A. — D.F.S.P.), padrão O.

Art. 3.º Ficam extintas no mesmo Quadro e Ministério 1 (uma) função gratificada de Chefe da Seção do Matera, da Polícia Civil do Distrito Federal, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00 e 7 (sete) funções gratificadas de Delegado Regional de Polícia (D.R. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 12.000,00.

Parágrafo único. As dotações correspondentes as extinções a que se refere este Decreto-lei serão levadas a crédito da conta corrente do respectivo Quadro.

Art. 4.º Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Departamento Federal de Segurança Pública 1 (um) cargo isolado, de Diretor de Divisão (D.A. — D.F.S.P.), padrão P.

Art. 5.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Departa-

mento Federal de Segurança Pública as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe de Seção (S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 12.000,00.

1 — Chefe de Seção (S.Mt. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 9.600,00.

1 — Chere de Seção (S.O. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 9.600,00.

1 — Chefe de Seção (S.E. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 9.600,00.

1 — Chefe de Seção (S.C. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 9.600,00.

1 — Chefe de Seção (S.Ob. — D.D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 9.600,00.

1 — Chefe de Turma (T.L.P. — S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.M.P. — S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.D.P. — S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.C.P. — S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.F.P. — S.P. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe de Turma (T.A.M. — S. Mt. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.C.M. S. Mt. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.Ab.M. — S. Mt. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.Ap.M. — S. Mt. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.P.O. — S.O. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe de Turma (T.C.O. — S.O. — D.A. — D.F.S.P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe de Turma (T. F. O. — S. O. — D. A. — D. F. S. P.), com a gratificação anual de Cr\$.... 5.400,00.

1 Chefe de Turma (T. R. I. — S. C. — D. A. — D. F. S. P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe de Turma (T. E. P. — S. C. — D. A. — D. F. S. P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe de Turma (T. O. R. — S. C. — D. A. — D. F. S. P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe de Arquivo (A. — S. C. — D. A. — D. F. S. P.), com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

Art. 6.º Os cargos de Diretores das Divisões de Polícia Técnica, Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras, Intercâmbio e Coordenação, Administração e Corregedor do D. F. S. P., serão providos em caráter efetivo, aproveitando-se os atuais ocupantes cujos títulos serão apostilados pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 7.º Enquanto não se proceder à revisão e modificação do Regulamento do Departamento Federal de Segurança Pública, fica autorizado o Chefe de Polícia a baixar instruções relativas às alterações introduzidas na organização do mesmo Departamento.

Art. 8.º Para atender no corrente exercício à despesa decorrente deste decreto-lei, ficam abertos, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945) os créditos de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) suplementar à Verba I — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Sub-consignação 01 — Pessoal Permanente — e de Cr\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco cruzeiros) suplementar à Verba I — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 9.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*A. de Sampaio Dória.
J. Pires do Rio.*

DECRETO-LEI N.º 3.199 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera o art. 72 do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 72 do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 1.795, de 22 de novembro de 1939, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72. A remoção prevista no item I do artigo anterior será feita mediante ato do Ministro de Estado e a prevista no item II, mediante ato do chefe da repartição ou serviço”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.200, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação dos §§ 3.º e 4.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os §§ 3.º e 4.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3. O processo, devidamente instruído, será submetido a despacho do Ministro de Estado ou diri-

gente de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, para a devida autorização.

§ 4.º Autorizada a aposentadoria, o serviço de pessoal expedirá a portaria de concessão e a ordem de transferência, as quais serão assinadas pelo respectivo diretor e publicadas no órgão oficial".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário:

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Conrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.201, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 4.º 30, 31, 32 e 45 do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º O preenchimento das funções de extranumerário obedecerá ao disposto neste Decreto-lei".

"Art. 30. Para admissão em função de S. F. em que o ingresso se fizer mediante atestado de capacidade, diploma, certificado de curso, carta profissional ou outro documento comprovante de capacidade, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M. por intermédio do respectivo S.P., quando o houver:

I — Exigirá do candidato a apresentação dos seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira;

b) prova de capacidade para a função;

c) atestado de vacina, fôlha corrida, ou atestado de boa conduta passado por dois funcionários; e

d) prova de quitação com o serviço militar.

II — Examinará os documentos e a admissão, sob o ponto de vista legal e administrativo.

III — Suomete a candidato a exame médico, para a verificação do estado de sanidade e de capacidade física para a função.

IV — Promoverá a expedição da portaria de admissão, assinando-a, e junto à D.P., a sua publicação, se não possuir órgão oficial, e a abertura do assentamento individual e da ficha financeira, se na D.P. ou S.P. da repartição central correspondente não estiver esse serviço centralizado.

V — Organizara o processo de admissão e o remeterá imediatamente à D.P., juntando apenas a prova de capacidade para a função ou cópia devidamente autenticada e cópia da respectiva portaria, arquivando os demais documentos.

§ 1.º A D.P. examinará a admissão sob os aspectos que julgar convenientes e restituirá o processo ao chefe de serviço, se não houver objeção, submetendo-o, porém, em caso contrário, à decisão do Ministro.

§ 2.º O chefe de serviço providenciará:

a) a dispensa imediata do mensalista, sob pena de responsabilidade pecuniária, além da punição disciplinar, se a admissão não houver sido aprovada pelo Ministro; ou

b) as anotações necessárias na portaria de admissão, na hipótese de parecer favorável da D.P. ou homologação do ato pelo Ministro.

§ 3.º O mensalista dispensado não terá direito a qualquer ressarcimento".

"Art. 31. Para admissão em função de S.F. em que o ingresso se fizer mediante títulos, prova de execução ou publicação de trabalho, de exercício profissional e outros, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M., por intermédio do respectivo S. P., quando o houver:

I — Exigirá do candidato a apresentação de documentos comprovantes de capacidade para a função e o remeterá ou uma cópia autenticada, com a proposta, ao D.A.S.P., indicando a referência, a S. F., o motivo de vacância, e a localidade da lotação.

II — O D.A.S.P. examinará a proposta, inclusive sob o aspecto da prova de capacidade, e restituirá o processo à D.P., se não houver objeção. Caso contrário, submeterá a proposta à decisão do Presidente da República.

III A D.P. fará imediata comunicação ao chefe de serviço da solução que fôr adotada.

IV — Se a proposta for aprovada, o chefe do serviço proponente, recebendo a comunicação ou o processo, procederá na forma do item I, alíneas *a*, *c* e *d*, e dos itens III e IV do art. 30".

Art. 32. A admissão em função de S.F., em que o ingresso se fizer mediante prova, será assim processada:

I — O D.A.S.P. indicará, diretamente, ao chefe de serviço em cuja T.N.M. houver vaga, candidato habilitado em prova para preenchê-la.

II — O chefe de serviço:

a) observado o disposto no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 5.848, de 23 de setembro de 1943, submeterá o candidato a exame médico, para verificação do estado de saúde e capacidade física para a função;

b) exigirá do candidato a apresentação do certificado de habilitação e procederá na forma do item IV do art. 30. Publicada a

portaria, dará exercício ao candidato; e

c) exigirá, depois, a apresentação dos documentos indicados nas alíneas *a*, *c* e *d* do item I do artigo 30".

"Art. 45. A melhoria de salário será proposta ao Ministro de Estado, pelo chefe de serviço a que corresponder a T.N.M., por intermédio da D.P.

Parágrafo único — Autorizada a melhoria, a D.P. fará a devida comunicação ao chefe de serviço, que expedirá a respectiva portaria".

Art. 2.º Fica revogado o parágrafo único do art. 4.º do Decreto-lei número 5.175, citado.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodswoth Martins.

Conrobert Pereira da Costa.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 3.202, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Restabelece o cargo de Diretor da Secretaria do Senado Federal

O Presidente da República, resolve

Considerando que o Decreto n.º 3.300, de 6 de novembro de 1941, não incluiu entre os cargos do Congresso Nacional — I (Senado Federal) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores o de Diretor da Secretaria que se achava vago;

Considerando que a próxima reunião do Senado Federal, a ser eleito em 2 de dezembro do corrente ano, torna necessário preparar desde já a Secre-

taria daquela Casa Legislativa para o oportuno desempenho da tarefa que lhe vai caber e que para esse fim há necessidade de dotar a referida Secretaria de um Director;

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido, no Quadro do Congresso Nacional — I Senado Federal — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores o cargo isolado, de provimento efetivo, padrão O, de Director da Secretaria.

Art. 2.º Para ocorrer às despesas com o referido cargo, no corrente exercício, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito suplementar de Cr\$ 6.000,00 à verba 1 — Pessoal — Consignação I — Pessoal Permanente — Sub-consignação 61 — Pessoal Permanente — 00 — Pessoal Civil — 32 — Quadro do Congresso Nacional do Orçamento Geral da República para 1945 (anexo n.º 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores).

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.203 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Torna extensivo aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal o abono de emergência concedido aos servidores civis e militares da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal o abono de emergência a que se refere o Decreto-lei n.º 8.169, de 12 de novembro de 1945, na forma do seu artigo 1.º e parágrafo único.

Art. 2.º Para a execução do presente Decreto-lei fica o Prefeito do

Distrito Federal autorizado a abrir os créditos especiais necessários e a baixar instruções.

Art. 3.º Os créditos especiais que forem abertos serão considerados automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.204 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica feita no Anexo 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191 de 23 de dezembro de 1944), a seguinte alteração:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas
S-C41 — Passagens, transporte de Pessoal e de suas bagagens

14 — Justiça dos Territórios	
01 — Comarcas do Território do Acre	15.000
02 — Comarcas do Território do Amapá	9.000
03 — Comarcas do Território do Guaporé	6.000
04 — Comarcas do Território do Iguaçu	12.000
05 — Comarcas do Território de Ponta Porã	15.000
06 — Comarcas do Território do Rio Branco	3.000
Total	60.000

Passa para

14 — Justiça dos Territórios..	60.000
--------------------------------	--------

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.205 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas despesas Subconsignação 37 — Iluminação, força motriz e gás

10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

Cr\$

Passa de 104.525,00

Para 102.525,00

05 — Instituto de Fermentação

Passa de 30.000,00

Para 32.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.206 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Incorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporadas ao patrimônio nacional seis mil quatrocentos e quarenta e quatro (6.444) ações da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A., de Santa Catarina, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, pertencentes à Berliner Handels-Gesellschaft, de Berlim, Alemanha.

Art. 2.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a, quando julgar conveniente, praticar todos os atos necessários à transformação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. em sociedade essencialmente brasileira, mediante a venda em concorrência ou subscrição pública das ações incorporadas a pessoas naturais ou jurídicas brasileiras.

Art. 3.º Fica extinta a administração federal, cessando as atribuições do administrador nomeado de acordo com o art. 11 do Decreto-lei n.º 4.807, de 7 de outubro de 1942, logo que constituída e empossada a Diretoria da sociedade.

Parágrafo único. Efetuada a alienação referida no art. 2.º será convocada a Assembléia Geral que procederá a eleição de nova diretoria.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.207 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação dos artigos 1.594 e 1.612 do Código Civil, revoga o Decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1939, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a vigorar com a seguinte redação o artigo 1.594 do Código Civil:

Art. 1.594. A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado, ou ao do Distrito Federal, se o de *cujus* tiver sido domiciliado nas respectivas circunscrições, ou se incorporarão ao domínio da União, se o domicílio tiver sido em território ainda não constituído em Estado.

Parágrafo único. Se não forem notoriamente conhecidos, os colaterais ficarão excluídos da sucessão legítima após a declaração de vacância."

Art. 2.º Passa a vigorar com a seguinte redação o artigo 1.612 do Código Civil:

"Art. 1.612. Se não houver cônjuge sobrevivente, ou êle incorrer na incapacidade do artigo 1.611, serão chamados a suceder os colaterais até o terceiro grau."

Art. 3.º Adquirindo o domínio dos bens arrecadados, a União, o Estado a aplicá-los em fundações destinadas ou o Distrito Federal ficam obrigados ao desenvolvimento do ensino universitário, e o Ministério Público respectivo velará por essa aplicação.

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto no art. 25 do Código Civil, quando os bens forem insuficientes para a criação de institutos universitários.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando os Decretos-leis n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1939; n.º 2.254, de 30 de maio de 1940; n.º 2.859, de 12 de dezembro de 1940; n.º 6.609, de 21 de junho de 1944, e o art. 4.º do Decreto-lei n.º 2.590, de 17 de setembro de 1940.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Doria

J. Pires do Rio

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 8.208 — DE 22
DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca criada pelo Decreto-lei número 5.030, de 4 de dezembro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 5.530, de 28 de maio de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Governo Federal intervirá na Comissão Executiva da Pesca mediante a designação, pelo Presidente da República, de um interventor para a mesma.

Art. 2.º A escolha do interventor poderá recair em funcionário público federal, estadual ou municipal, oficial das forças armadas ou pessoa estranha ao serviço público.

Parágrafo único. O interventor designado, que exercerá a intervenção sem prejuízo das funções de seu cargo ou posto, perceberá, a título de gratificação de representação, a importância mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), que será paga à conta dos recursos da Comissão Executiva da Pesca.

Art. 3.º O interventor designado exercerá as atribuições conferidas à Comissão Executiva da Pesca no Decreto-lei de sua criação, dependendo, porém, de prévia autorização do Ministro da Agricultura, os atos de que decorrerem encargos financeiros para a Comissão, assim como a admissão de qualquer servidor para os seus trabalhos.

Art. 4.º O interventor designado deverá apresentar ao Ministro da Agricultura, dentro do prazo de 60 dias a contar de sua designação, um relatório pormenorizado das condições de funcionamento da Comissão Executiva da Pesca e da sua situação financeira e patrimonial.

§ 1.º No relatório referido neste artigo o interventor proporá as medidas julgadas aconselháveis à regularização dos encargos afetos à Comissão Executiva da Pesca, inclusive a sua extinção, se esta medida for julgada aconselhável aos interesses da economia nacional.

§ 2.º No caso de ser julgada conveniente a extinção da Comissão Executiva da Pesca, o relatório proporá a forma de liquidação dos compromissos existentes, o destino a ser dado ao respectivo patrimônio, a transferência de suas atribuições para outro órgão da administração e o aproveitamento do pessoal em exercício.

Art. 4.º A partir da data da publicação deste Decreto-lei, são considerados exonerados de suas funções os atuais membros da Comissão Executiva da Pesca.

Art. 5.º O Ministro da Agricultura expedirá as instruções necessárias para execução deste Decreto-lei.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 3.209 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

Estende aos servidores que menciona, da Prefeitura do Distrito Federal, as vantagens do Decreto n.º 17.905, de 27 de fevereiro de 1945.

O Presidente da República, considerando que os Oficiais e Fiscais de Vigilância, Vigilantes-Chefes, Vigilantes-Ajudantes e Vigilantes do Departamento de Vigilância da Secretaria Geral do Interior e Segurança, em razão das funções que exercem, estão sujeitos aos mesmos riscos que os seus colegas do Departamento Federal de Segurança Pública;

Considerando que os funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública — Guardas-Civis, Inspectores do Tráfego e Investigadores da Polícia Civil — *ex-vi* do art. 220 do Decreto n.º 17.905, de 27 de fevereiro de 1945, não são recolhidos como criminosos comuns, ao Presídio do Distrito Federal, quando presos preventivamente; e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei número 96, de 22 de novembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os Oficiais e Fiscais de vigilância, Vigilantes-Chefes, Vigilantes-Ajudantes e os Vigilantes, quando se acharem em funções estritamente políticas, serão recolhidos a quartéis ou à prisão especial, à disposição da autoridade competente, uma vez sujeitos à prisão antes da condenação definitiva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 3.210, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito Suplementar de Cr\$ 89.215,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de oitenta e nove mil, duzentos e quinze cruzeiros (Cr\$ 89.215,00), em reforço da seguinte dotação do vigente orçamento (anexo n.º 22, do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas despesas

Subconsignação 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem; carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, carga e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

12 — Estrada de Ferro São Luís-Te-
rezina — Cr\$ 89.216,00.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em
vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva,
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.211, DE 23 DE
NOVEMBRO DE 1945

*Abre ao Ministério da Justiça e Ne-
gócios Interiores o crédito especial
de Cr\$ 5.000,00, para ocorrer o pa-
gamento de gratificação pela exe-
cução de serviço técnico.*

O Presidente da República; usando
da atribuição que lhe confere o artigo
180, da Constituição decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério
da Justiça e Negócios Interiores o cré-

dito especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco
mil cruzeiros) para, nos termos do
art. 123, do Decreto-lei n.º 1.713, de
23 de outubro de 1939, combinado com
o art. 1.º letra p, do Decreto n.º 5.062,
de 27 de dezembro do mesmo ano, acor-
rer a despesa (Pessoal) com o paga-
mento de gratificação pela execução
de trabalho técnico por Eugênio La-
pagesse, Perito, padrão I, do Q. S.,
do Departamento Federal de Segu-
rança Pública.

Art. 2.º O crédito referido será au-
tomaticamente registrado e distribuído
pelo Tribunal de Contas à Tesouraria
do mencionado Departamento.

Art. 3.º Este Decreto-lei, entrará em
vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória,
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.212 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

*Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equi-
pamentos" para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras
Públicas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o
art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo n.º 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas
— do orçamento "Plano de Obras e Equipamentos" para o corrente ano
(Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), alterado pelos Decre-
tos-leis ns. 7.635 e 7.678, de 12 e 26 de junho de 1945, respectivamente, fica
introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fis-
calização

02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização

32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

a) — Início da construção da Estrada Bagé-Aceguá e da ponte
sobre o Rio Ibicui, no Estado do Rio Grande do Sul
Passa de Cr\$ 5.000.000,00
Para Cr\$ 2.000.000,00

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anterio-
res e sua fiscalização; instalações, aparelhagem e equipamento

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios ante-
riores e sua fiscalização

31 — Departamento Nacional de Estrada de Ferro	
01 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro	
d) — Prolongamento da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, de Apucarana a Guaira	
Passa de	Cr\$ 15.000.000,00
Para	Cr\$ 8.000.000,00
e) — Prosseguimento da construção do trecho ferroviário Contendas — Brumado-Monte Azul	
Passa de	Cr\$ 40.000.000,00
Para	Cr\$ 42.750.000,00
i) — Prosseguimento da construção do trecho ferroviário Itapipoca-Sobral	
Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 4.250.000,00
32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	
a) — Conclusão do revestimento a asfalto da rodovia União e Indústria, até Juiz de Fora	
Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 5.800.000,00
b) — Prosseguimento da construção da rodovia Rio-Bahia	
Passa de	Cr\$ 20.000.000,00
Para	Cr\$ 23.500.000,00
c) — Conclusão da rodovia Engenheiro Passos-Rezende-Barra Mansa	
Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 5.500.000,00
d) — Prosseguimento da construção da rodovia Rio-Pôrto Alegre	
Passa de	Cr\$ 12.000.000,00
Para	Cr\$ 14.000.000,00
e) — Prosseguimento da construção da rodovia Rio-São Paulo	
Passa de	Cr\$ 10.000.000,00
Para	Cr\$ 11.100.000,00
g) — Prosseguimento da construção da variante na rodovia Rio-Petrópolis, para ligação com a Avenida Brasil (DF)	
Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 5.500.000,00
h) — Conservação dos trechos das rodovias: Rio-Bahia; Rio-Petrópolis-Teresópolis; Rio-São Paulo; Rio-Pôrto Alegre e União e Indústria	
Passa de	Cr\$ 15.000.000,00
Para	Cr\$ 18.600.000,00
34 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais	
g) — Construção do pôrto de São Luís do Maranhão	
Suprimida a dotação de	Cr\$ 4.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.213 — DE 23 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para despesas da Fábrica Nacional de Motores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de diferenças de preços em materiais já recebidos, a cargo da Comissão da Fábrica Nacional de Motores nos Estados Unidos da América.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, à disposição do Chefe da Comissão da Fábrica Nacional de Motores, nos Estados Unidos da América.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.214 — DE 23
DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o crédito especial aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei número 8.169, de 12 de novembro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O crédito especial de trezentos milhões de cruzeiros (Cr\$

300.000.000,00) a que se refere o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 8.169, de 12 de novembro de 1945, considera-se aberto ao Ministério da Fazenda.

Art. 2.º A Contadoria Geral da República demonstrará, por Ministérios, Presidência da República e Órgãos a esta diretamente subordinados, a despesa efetuada à conta do crédito a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.215 — DE 23 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para prosseguimento e complementação das obras de ligação rodoviária do Sul com o Norte do País.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), para atender à despesa (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis), com o prosseguimento e complementação das obras da ligação rodoviária do Sul com o Norte do País, nos trechos de Porto Alegre-São Paulo, São Paulo-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Areal, Areal-Teófilo Otoni e Teófilo Otoni-Feira de Santana.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Maurício Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.*

DECRETO-LEI N.º 8.216 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

Concede o direito de voto, onde se encontrarem aos eleitores que mencionam.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É permitido votar onde se encontrar a 2 de dezembro de 1945, ao eleitor que, depois de encerrado o alistamento, deixou de ocupar cargo público, ou o de entidade autárquica ou paraestatal, no lugar de sua inscrição, bem como ao eleitor que, no exercício de função pública, civil ou militar, se achar afastado de sua zona eleitoral, na mesma ou em diversa circunscrição.

Parágrafo único. O voto dado nos termos deste artigo será tomado em separado.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.217 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a isenção de impostos nas aquisições de imóveis feitas por oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As transações imobiliárias atingidas pelos dispositivos dos Decretos-leis ns. 7.974, de 20-9-1945, e 8.128, de 25-10-1945, fica concedida, no Distrito Federal e nos Territórios, isenção do imposto devido pela trans-

crição do título no Registro de Imóveis, e, bem assim, dispensa do pagamento das taxas remuneratórias de serviços que são arrecadadas com os impostos de transmissão e de transcrição.

Art. 2.º Os Interventores ficam autorizados a decretar as medidas legislativas necessárias à concessão de favores idênticos.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.218 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação do art. 3.º do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º, letra z, do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945, fica assim redigido:

z) autorizar o registro de jornais ou periódicos, bem como de agências telegráficas ou de informações, nacionais ou estrangeiras, ouvindo os órgãos de classe.

Art. 2.º Fica restabelecida a competência dos órgãos do Ministério da Fazenda para concessão de favores aduaneiros relativos à importação de papel destinado à imprensa.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.219 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Extingue os Conselhos Administrativos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos os Conselhos Administrativos.

Art. 2.º Os Interventores exercerão as atribuições que os Decretos-leis ns. 1.202, de 8 de abril de 1939, 5.511, de 21 de maio de 1943, e 7.518, de 3 de maio de 1945, conferiam aos extintos Conselho Administrativos.

Parágrafo único. Os atos que o Interventor praticar no exercício de atribuições conferidas aos extintos Conselhos Administrativos serão referendados por todos os Secretários de seu governo.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.220 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Autoriza a mobilização das reservas de ouro disponíveis no país e no estrangeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a mobilizar, por intermédio do Banco do Brasil S.A., para o pagamento de despesas legais, as reservas de ouro e divisas, disponíveis no país e no estrangeiro, no propósito especial de defender-se a moeda brasileira, no seu câmbio de comércio exterior e no seu poder de compra no mercado interno.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.221 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre prestação de exame especial de educação física

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos médicos assistentes de educação física e desportos, dos estabelecimentos de ensino do grau secundário ou de associações desportivas, não habilitados na forma da lei, mas que estejam exercendo a função há mais de quatro anos, facultar-se-á o registro definitivo na repartição competente do Ministério da Educação e Saúde, uma vez que, no prazo de um ano, contado da data da publicação deste Decreto-lei, sejam aprovados em exame especial, realizado em escola de educação física federal ou reconhecida.

Parágrafo único. O Ministro da Educação e Saúde baixará as instruções necessárias à realização do exame especial de que trata o presente artigo.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.222 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Dá nova redação aos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.417, de 13 de julho de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Os arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.417, de 13 de julho de 1939, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º. A autorização para uso do livro didático, de autoria, seja no todo ou em parte, de algum membro da Comissão Nacional do Livro Didático, será requerida ao Ministério da Educação e Saúde, com observância do disposto no art. 12 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Recebido o livro, submetê-lo-á o Ministro da Educação e Saúde ao parecer de dois cate-dráticos da especialidade ou de disciplinas congêneres, com exer-

cício em escolas superiores, oficiais ou reconhecidas.

Parágrafo único. Esses catedráticos serão escolhidos dentre uma lista organizada pelo Conselho Nacional de Educação, na qual não figurem nomes de autores de livros didáticos, que, em qualquer tempo, tenham sido submetidos à apreciação da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 3.º. Observar-se-á, quanto ao processo de autorização do livro didático, de que trata o artigo anterior, o disposto nos arts. 13 e 14 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, cabendo ao Ministro da Educação e Saúde resolver afinal sobre a autorização de uso".

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 3.223 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1945

Suspende, temporariamente, a execução da alínea "l" do art. 12 do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945 e altera a alínea c do citado Decreto-lei.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, no corrente ano, a execução do disposto no artigo 12, letra l, do Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, que aprova disposições sobre o serviço militar e dá outras providências.

Art. 2.º A alínea c do art. 12, do Decreto-lei a que se refere o art. 1.º, passa a ter a seguinte redação:

"alínea c) assinar contrato com o governo federal, estadual ou

municipal, antes de haver completado 30 anos de idade".

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 3.224 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o cargo isolado de Redator-Chefe dos Anais do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cargo isolado de provimento efetivo de Redator-Chefe dos Anais, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, fica com o vencimento elevado do padrão L para N, e transferido deste para o Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a elevação do padrão de vencimentos do cargo a que se refere o presente Decreto-lei, fica desde já destacada da conta-corrente do Quadro Permanente, a importância de Cr\$ 600,00 (novecentos cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.225 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a carreira de Farmacêutico dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acôrdo com a tabela anexa, e transferida para o Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carreira de Farmacêutico do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Ficam alteradas, de acôrdo com as tabelas anexas, as carreiras de Farmacêutico dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde, e do Quadro Suplemen-

tar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei serão apostilados pelas respectivas Divisões de Pessoal.

Art. 4.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos das contas-correntes dos respectivos Quadros.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

122

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sório
—	<i>Farmacêutico</i>	—	—	—	—	2	<i>Farmacêutico</i>	L	—	2	—
3	K	—	1	—	2	K	—	—	—
3	J	1	—	—	3	J	1	—	—
4	I	—	1	—	5	I	—	2	—
4	H	—	—	—	7	H	—	—	3
5	G	—	1	1					
19			1	3	1	19			1	4	3

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 19.

QUADRO ESPECIAL

—	<i>Farmacêutico</i>	—	—	—	—	1	<i>Farmacêutico</i>	L	—	1	
1	K	—	1	Q. E. .	1	K	—	1	
1	J	—	—	Q. E. .	1	J	—	—	
2	I	—	—	Q. E. .	2	I	—	—	
4	H	—	—	Q. E. .	4	H	—	—	
8			—	1		9				2	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

							<i>Farmacêutico</i>				
—	—	—	—	—	1	L	—	1	—
—	—	—	—	—	1	K	—	1	—
—	—	—	—	—	1	J	—	1	—
—	—	—	—	—	1	I	—	1	—
2	Farmacêutico	H	—	—	Q. S.	2	H	—	—	4
4	Farmacêutico	G	—	—	Q. S.			—	—	4
6						6				4	4

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 6.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMERCIO

QUADRO SUPLEMENTAR

	<i>Farmacêutico</i>						<i>Farmacêutico</i>				
—	—	—	—	—	1	L	—	1	
—	—	—	—	—	1	K	—	1	
—	—	—	—	—	1	J	—	1	
—	—	—	—	—	1	I	—	1	
1	H	—	—	Q. S.	1	H	—	—	
1						5				4	

DECRETO-LEI N.º 8.226 — DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre as carreiras de Dentista dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Saúde e Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de acordo com as tabelas anexas, as carreiras de Dentista dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dos Quadros Suplementares dos Ministérios da Agricultura e da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos por este decreto-lei serão apostilados pelos órgãos de pessoal respectivos.

Art. 3.º Este decreto-lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1946.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Theódureto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

Armando F. Trompowsky.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
—	<i>Dentista</i>	—	—	—	—	1	<i>Dentista</i>	L	—	1	—
1	K	—	1	Q. P.	2	K	—	2	—
2	J	—	2	Q. P.	4	J	—	4	—
4	I	—	4	Q. P.	6	I	—	6	—
7	H	—	7	Q. P.	12	H	—	—	13
11	G	14	—	Q. P.			—	—	—
25			14	14		25			—	13	13

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 25.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO SUPLEMENTAR

—	Dentista	—	—	—	—	1	Dentista	L	—	1	
—	—	—	—	—	1	K	—	1	
—	—	—	—	—	1	J	—	1	
—	—	—	—	—	1	I	—	1	
1	G	—	—	Q. S.	1	H	—	—	
1						5			—	4	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

—	Dentista	—	—	—	—	2	Dentista	L	—	2	—
2	K	—	—	Q. P.	2	K	—	—	—
2	J	—	—	Q. P.	2	J	—	—	—
2	I	—	—	Q. P.	2	I	—	—	—
2	H	—	—	Q. P.	2	H	—	—	2
2	G	—	—	Q. P.	2			—	—	
10			—	—		10			—	2	2

Observações — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vãos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 10.

QUADRO ESPECIAL

—	<i>Dentista</i>	—	—	—	—	1	<i>Dentista</i>	L	—	1	—
1	K	—	—	Q. E.	1	K	—	—	—
2	J	—	—	Q. E.	2	J	—	—	—
2	I	—	—	Q. E.	2	I	—	—	—
1	H	—	—	Q. E.	1	H	—	—	—
6						7			—	1	—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

—		—	—	—	—	1	<i>Dentista</i>	L	—	1	—
—	—	—	—	—	1	K	—	1	—
—	—	—	—	—	1	J	—	1	—
—	—	—	—	—	1	I	—	1	—
1	H	—	—	Q. S.	2	H	—	—	—
1	G	—	—	Q. S.			—	—	—
2						6			—	4	—

DECRETO-LEI N.º 8.227 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.710,00 para atender à despesa com o pagamento de diferença de salário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.710,00 para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento de salário do extranumerário-contrado Antônio Olímpio Coelho Franco, referente ao período de 9 de novembro de 1944 a 31 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.228 — DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Regula a situação dos oficiais da extinta Polícia Militar do Território do Acre e sua inclusão nos Quadros da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Polícia Militar do Distrito Federal, paralelamente ao ordinário, um quadro especial, denominado Quadro A, no qual serão incluídos os oficiais da extinta Polícia Militar do Território do Acre, na forma do art. 2.º do Decreto-lei n. 7.360, de 6 de março de 1945, e do disposto nesta lei.

Art. 2.º A inclusão no Quadro A dar-se-á a partir do desligamento da extinta Polícia Militar do Território do Acre.

Art. 3.º A colocação no Almanaque dos Oficiais dos quadros Ordinário e A obedecerá às seguintes prescrições:

a) em cada quadro, os oficiais do Quadro A conservarão a classificação por ordem de merecimento intelectual, em cada turma ou ordem de antiguidade, de modo que o primeiro de uma turma fique imediatamente abaixo do último da turma anterior e o mais antigo do Quadro A figure logo após ao do Quadro Ordinário que o preceder de acordo com este princípio;

b) com relação aos oficiais do Quadro A, a colocação será feita de modo que imediatamente abaixo ou acima de cada oficial do Quadro Ordinário fique o oficial daquele quadro do mesmo número, diferenciado apenas pela aposição ao seu número da letra A;

c) a ordem de colocação será mantida para todos os postos da hierarquia militar, para os quais exista o Quadro A;

d) a antiguidade, nos postos de 2.º e 1.º tenente, do Quadro A, corresponderá à do oficial do mesmo número do Quadro Ordinário; a precedência em cada par, será firmada pelos preceitos regulamentares.

Art. 4.º O acesso aos postos da hierarquia militar dos oficiais pertencentes ao Quadro A será regulado pela legislação em vigor para a Polícia Militar do Distrito Federal, com as modificações constantes dos artigos seguintes.

Art. 5.º A promoção por antiguidade caberá aos dois oficiais que houverem atingido o número 1 de seus quadros, respectivamente, Ordinário e A.

Art. 6.º Nas promoções por antiguidade, quando o oficial de número 1 dos quadros Ordinários e A não satisfizerem os requisitos exigidos para promoção, esta recairá sobre o de nú-

mero 2 do Quadro que tiver o de número 1 impedido.

Art. 7.º Nas promoções por merecimento concorrerão, indistintamente, oficiais de ambos os quadros; se recair em official do Quadro Ordinário, nenhuma promoção se fará no Quadro A; se em official do Quadro A, será este transferido para o Ordinário, preenchendo a vaga aberta.

Art. 8.º Nas promoções aos postos unicamente providos pelo princípio de merecimento ou por livre escolha, não serão applicadas as disposições do artigo anterior; nesse caso, far-se-á uma única promoção e se recair em official do Quadro A, terá elle ingresso no Quadro Ordinário.

Art. 9.º Por morte, demissão ou reforma de official do Quadro A, os demais officials do mesmo quadro terão acesso em posto ou antiguidade, como se inexistente fosse o Quadro Ordinário.

Art. 10 Por morte, demissão ou reforma de official do Quadro Ordinário, que tenha correspondente no Quadro A, os demais officials do Quadro Ordinário terão acesso ou numeração alterada, como se inexistente fosse o Quadro A.

Art. 11 Os aumentos parciais dos quadros decorrentes das promoções por antiguidade serão computados na reorganização da Polícia Militar do Distrito Federal, ou mediante aumento de efectivos ou ampliação de serviços.

Art. 12 Os officials que não possuírem o curso da Escola Profissional ou o curso de Aperfeiçoamento de Officials da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como os que não preencherem os requisitos previstos na lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, modificada pelo Decreto-lei n.º 6.928, de 5 de outubro de 1944, somente depois de satisfeitas essas exigências poderão ser incluídos no Quadro Ordinário e ter acesso de posto.

Art. 13 Os officials do Quadro A concorrerão, indistintamente, com os officials do Quadro Ordinário, no desempenho de comandos e comissões regulamentares.

Art. 14 Os officials médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários serão incluídos nos quadros respectivos, observadas as prescrições estabelecidas para o quadro de combatentes.

Art. 15 Os officials anistiados serão reincluídos, nos termos da lei que concedeu a anistia e do disposto nos artigos anteriores.

Art. 16 Para atender à execução do disposto nesta lei, fica aberto no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 664.098,10 (seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e oito cruzeiros e dez centavos), assim discriminados:

Cr\$ 502.973,10 para pagamento de vencimentos militares, no período de 5 de setembro de 1945 a 31 de dezembro de 1946;

Cr\$ 89.125,00 para pagamento de ajuda de custo;

Cr\$ 72.000,00 para pagamento de passagens.

Art. 17 Fica extinto o Quadro Especial da Polícia Militar do Distrito Federal, a que se refere Decreto n.º 24.551, de 3 de julho de 1934.

Art. 18 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.229 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Fixa o subsídio dos Deputados e Senadores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Deputados e Senadores, enquanto estiver reunido o Congresso, vencerão o subsídio mensal de Cr\$

4.000,00, e mais Cr\$ 200,00 por sessão a que comparecerem, e terão uma ajuda de custo anual de 3.000,00.

Art. 2.º O Governo comporá as Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com a mesma organização que tinham a 10 de novembro de 1937.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES
A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.230 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1945

*Abre crédito suplementar de Cr\$...
250.000,00 à dotação que especifica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), em reforço da Verba Pessoal 1. — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 12 — Gratificação por serviço extraordinário

Cr\$
24 — Imprensa Nacional . 250.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
A. de Sampaio Dória.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.231 — DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Declara feriados, em todo o território nacional, para efeitos forenses, os dias 3 a 15 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que aos Juizes de Direito e vitalícios, compete, por lei, a presidência das Juntas Apuradoras das eleições a se realizarem em 2 de dezembro próximo;

Considerando que consulta ao interesse nacional que essa fase das mesmas eleições, a se iniciar no dia imediato ao da sua realização, esteja concluída no mais breve prazo;

Considerando que, para esse fim, há necessidade de conferir aquela função ao maior número de juizes, função que, por lei ainda, pretere a qualquer outra;

Considerando o que lhe representou, a propósito, o Tribunal Superior Eleitoral, decreta:

Art. 1.º São considerados feriados, para efeitos forenses, os dias 3 a 15 de dezembro de 1945, salvo:

- a) para os tribunais de superior instância;
- b) para os officios de notas, de registros e outros;
- c) para todos os atos do registro civil.

Parágrafo único. Os juizes não convocados para o serviço eleitoral poderão conhecer e decidir, durante o período referido neste artigo e de acordo com as leis de organização judiciária, os *habeas-corpus*, mandados de segurança e as medidas preventivas de natureza civil.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.232 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre atribuições do Advogado da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As atribuições de consultor jurídico a que se refere o art. 4.º do Decreto n.º 21.947, de 12 de outubro de 1932, serão exercidas pelo Advogado do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Justiça da Polícia Militar do Distrito Federal), sem prejuízo das atribuições atuais.

Art. 2.º Fica elevado para padrão K o cargo isolado de Advogado, a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.233 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Dá a denominação de "Regimento Tiradentes" ao 11.º Regimento de Infantaria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando:

— que constitui dever de civismo perpetuar-se a memória dos grandes vultos de nossa nacionalidade, principalmente daqueles que sacrificaram a vida em holocausto à grandeza da Pátria;

— que a cidade de São João d'El-Rei, no Estado de Minas Gerais, onde tem sede o 11.º Regimento de Infantaria, serviu de berço ao protomártir da nossa Independência e daí partiu um dos maiores contingentes

que integraram a Fôrça Expedicionária Brasileira

Decreta:

Art. 1.º O 11.º Regimento de Infantaria, com sede em São João d'El-Rei, passa a denominar-se "Regimento Tiradentes".

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.234 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera o Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944, que cria, no Exército, as condecorações denominadas "Medalha de Guerra", "Medalha de Campanha" e "Cruz de Combate", passa a ter a seguinte redação:

"A Medalha de Guerra é destinada a premiar os oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo Governo dentro ou fora do país, e também as Unidades e Subunidades (destacadas) que tenham tido, no mínimo, quatro meses de serviço efetivo de defesa do litoral e arquipélago de Fernando de Noronha."

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Canrobert Pereira da Costa

DECRETO-LEI N.º 8.235 DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Prorroga-se a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei número 7.070, de 23 de novembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica prorrogado, até o encerramento do exercício de 1946, a vigência do crédito especial de quatro milhões, trezentos e noventa e um mil e novecentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 4.391.970,00), aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo Decreto-lei n.º 7.070, de 23 de novembro de 1944, para atender às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos), com a execução das obras de reforço do abastecimento d'água a Santa Cruz, a cargo do Serviço Federal de Águas e Esgotos.

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.236 DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.729,00, para pagamento de gratificações de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.729,00 (Três mil setecentos e vinte e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificações de magistério, relativa ao período de 22 de março a 31 de dezembro de 1944, conforme dispõe o

Decreto-lei n.º 2.835, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Oto Hugo Heinrich Karl Rothe, Professor Catedrático (E. N. Q. — U. B.), padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.
Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.237 DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 247.000,00 à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e quarenta e sete mil cruzeiros (Cr\$ 247.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n.º 15, do Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de Pessoal.	
01 — Seleção.	
04 — Departamento de Administração.	
05 — Divisão do Pessoal	247.000,00
	<hr/>

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

j) Escola Nacional de Educação Física e Desportos	10.000,00
l) Escola Anexa de Farmácia	10.000,00
	<hr/>
	150.000,00

DECRETO-LEI N.º 8.238 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender a despesas com solenidades de formatura em estabelecimentos de ensino da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender, como auxílio, a despesas (Serviços e Encargos) com as solenidades de formatura nos seguintes estabelecimentos de ensino:

	Cr\$
a) Faculdade Nacional de Medicina	20.000,00
b) Faculdade Nacional de Direito	20.000,00
c) Faculdade Nacional de Filosofia (bacharéis e licenciados)	20.000,00
d) Escola Nacional de Engenharia	20.000,00
e) Faculdade Nacional de Odontologia	10.000,00
f) Escola Nacional de Belas Artes	10.000,00
g) Escola Nacional de Música	10.000,00
h) Escola Nacional de Química	10.000,00
i) Escola Ana Néri	10.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.239 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1945

Revoga dispositivos do Decreto-lei número 3.969, de 23 de dezembro de 1941 e do Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os artigos 1.º e 6.º do Decreto-lei n.º 3.969 de 23 de dezembro de 1941 e o art. 100 do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 3.240 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1945

*Abre ao Ministério da Viação e Obras
Públicas o crédito suplementar de
Cr\$ 300.000,00, à verba que especifi-
fica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), em reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos, Anexo 22 do vigente Orçamento da República, como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 40 — Serviço de transporte postal

30 — Departamento dos Correios e Telégrafos

a) Condução de malas e encomendas postais por administração, ajuste ou contrato por intermédio de qualquer pessoa, empresa ou meio de transporte Cr\$ 300.000,00.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Maurício Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.*

DECRETO-LEI N.º 3.241 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1945

*Altera a redação do artigo 206 do
Decreto-lei n.º 1.713, de 23 de outubro de 1933, e do seu parágrafo único.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 206 do Decreto-lei n.º 1.713, de 23 de outubro de 1933, e seu parágrafo único, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206. Poderá ser aposentado, na forma deste Estatuto, no cargo que exerça em comissão, o funcionário, ocupante, ou não, de cargo de provimento efetivo, que contar mais de quinze anos de exercício efetivo e ininterrupto em cargo, ou cargos de provimento em comissão.

Parágrafo único. Poderá também ser aposentado em cargo de provimento em comissão o funcionário que houver exercido por mais de quinze anos, interpoladamente, cargo, ou cargos de provimento em comissão, desde que conte mais de cinquenta anos de serviço público”.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*A. de Sampaio Doria.
Jorge Duasworth Martins.
Canrobert Pereira da Costa.
P. Leão Veloso.
J. Pires do Rio.
Maurício Joppert da Silva.
Theodoro de Camargo.
Raul Leitão da Cunha.
R. Carneiro de Mendonça.
Armando F. Trompowsky.*

DECRETO-LEI N.º 3.242 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1945

*Abre ao Ministério das Relações Ex-
teriores o crédito especial de Cr\$
225.670,00, para o fim que especifi-
fica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e vinte e cinco mil seiscientos e setenta cruzeiros (Cr\$ 225.670,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes do pagamento do abono de emergência criado pelo Decreto-lei n.º 8.169, de

12 de novembro corrente, ao pessoal da Comissão de Limites do mesmo Ministério, correspondendo Cr\$ 75.000,00 à Primeira Divisão e Cr\$ 150.670,00, a Segunda Divisão.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.243 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1945

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

1 — Técnico de Material, padrão K.

1 — Técnico de Orçamento, padrão K.

1 — Técnico de Pessoal, padrão K.

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos criados por este Decreto-lei não poderão ser transferidos para a carreira de Diplomata.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a criação dos cargos a que se refere o presente Decreto-lei, fica destacada da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores a importância de Cr\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.244 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 464.806,00, para atender aos gastos iniciais da Organização Internacional Provisória de Aviação Civil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e seis cruzeiros (Cr\$ 464.806,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos gastos iniciais (Serviços e Encargos) da Organização Internacional Provisória de Aviação Civil, criada pelo Acórdão Provisório de Aviação Civil Internacional, aprovado por Decreto-lei n.º 7.951, de 11 de setembro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.245 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 8.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) à seguinte dotação do Anexo 15 — Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal... 8.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.246 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito de Cr\$ 45.200,00 suplementar à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta e cinco mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 45.200,00) à verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens, Subconsignação 14 — Gratificação de representação, do anexo 7, art. 3 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944, na forma abaixo:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens
Cr\$

Sub-consignação 14 — Gratificação de representação 45.200,00

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.247 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1945

Altera o art. 4.º do Decreto-lei número 6.920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho, a alínea e parágrafo seguintes:

“e) Gratificação anual, equivalente, no máximo, ao salário mensal da função.

Paraágrafo único. Os atuais ocupantes das funções, em comissão, de Presidente, Secretário-Geral e Delegado Regional (S. Paulo), do I.N.P., poderão continuar a perceber, a título precário as respectivas gratificações de representação de Cr\$ 2.500,00, Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ 900,00 mensais, que lhes foram concedidas pela Junta Deliberativa.”

Art. 2.º Ficam revogados o Decreto-lei n.º 7.220, de 30 de dezembro de 1944, e demais disposições em contrário.

Art. 3.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 7 de outubro de 1944.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.248, DE 23
DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a Comissão Executiva do Leite criada pelo Decreto-lei número 2.334, de 10 de julho de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Governo Federal intervirá na Comissão Executiva do Leite mediante a designação, pelo Presidente da República, de um interventor para a mesma.

Art. 2.º — A escolha do interventor poderá recair em funcionário público federal, estadual ou municipal, oficial das forças armadas ou pessoa estranha ao serviço público.

Parágrafo único — O interventor designado, que exercerá a intervenção sem prejuízo das funções de seu cargo ou posto, perceberá, a título de gratificação de representação, a importância mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), que será paga à conta dos recursos da Comissão Executiva do Leite.

Art. 3.º — O interventor designado exercerá as atribuições conferidas à Comissão Executiva do Leite no decreto-lei de sua criação e em seu regulamento, dependendo, porém, de prévia autorização do Ministro da Agricultura, os atos de que decorrerem encargos financeiros para a Comissão, assim como a admissão de qualquer servidor para os seus trabalhos.

Art. 4.º — O interventor designado deverá apresentar ao Ministro da Agricultura, dentro do prazo de 60 dias a contar de sua designação, um relatório pormenorizado das condições de funcionamento da Comissão Executiva do Leite, da sua situação financeira e patrimonial e das condições do mercado e das regiões produtoras do leite.

§ 1.º — No relatório referido neste artigo o interventor proporá as medidas julgadas aconselháveis à regulamentação dos encargos afetos à Comissão Executiva do Leite, inclusive a sua extinção, se esta medida for julgada aconselhável aos interesses da economia nacional.

§ 2.º — No caso de ser julgada conveniente a extinção da Comissão Executiva do Leite, o relatório proporá a forma de liquidação dos compromissos existentes, o destino a ser dado ao respectivo patrimônio, a transferência de suas atribuições para outro órgão da administração e o aproveitamento do pessoal em exercício.

Art. 5.º — O Interventor designado para a Comissão Executiva do Leite poderá solicitar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Agricultura, a designação de funcionários civis ou oficiais das forças armadas para prestar-lhes assistência no exercício de suas funções.

Parágrafo único — Aos funcionários civis ou oficiais das forças armadas, designado nos termos deste artigo, poderá ser paga, sem prejuízo dos vencimentos do respectivo cargo ou posto, uma gratificação à conta dos recursos da Comissão Executiva do Leite, arbitrada pelo Ministro da Agricultura.

Art. 6.º — A partir da data da publicação deste Decreto-lei, são considerados exonerados de suas funções os atuais membros da Comissão Executiva do Leite.

Art. 7.º — O Ministro da Agricultura expedirá as instruções que forem necessárias para a perfeita execução deste Decreto-lei.

Art. 8.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.249, DE 29 DE
NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a situação jurídica dos empregados das empresas incorporadas ao patrimônio da União.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando a necessidade de dar solução às controversias surgidas em

torno à natureza dos empregados das empresas incorporadas ao patrimônio da União ou por ela administradas;

Considerando que deve ser respeitado o regime jurídico a que obedeciam os antigos empregados admitidos antes daquela incorporação ou administração;

Considerando que os empregados admitidos depois de incorporação ou administração dos prepostos da União devem ser regulados por um regime peculiar ao direito público e dada a maneira por que foram providos, equiparados aos extranumerários da União;

Considerando, porém, a natureza especial do patrimônio daquelas empresas, decreta:

Art. 1.º Aos empregados das empresas incorporadas ao patrimônio da União ou por esta administradas, serão aplicadas as normas da legislação trabalhista, quando admitidos antes da incorporação ou administração, e as da legislação sobre extranumerários da União, se nomeados posteriormente, com os mesmos direitos e vantagens, inclusive aqueles já consagrados sobre Previdência Social.

Art. 2.º Os dissídios oriundos das relações de trabalho serão resolvidos, quanto aos referidos empregados, para os primeiros, pela justiça do trabalho, e para os segundos, por via administrativa, com recurso para a justiça comum.

Art. 3.º A execução das sentenças proferidas contra as empresas de que trata este decreto-lei seguirá o mesmo rito das execuções contra a Fazenda Pública.

Art. 4.º Fica revogado o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei número 8.079, de 11 de outubro de 1945.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e aplica-se aos processos em curso, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.250 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1945

Suspende por noventa dias a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a farinha de trigo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, pelo prazo de noventa (90) dias, a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a farinha de trigo incluída no art. 245 da atual Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º A importação do produto a que se refere o artigo anterior dependerá de autorização previa do Coordenador da Mobilização Econômica, lançada no pedido da firma importadora a qual mencionará a quantidade de farinha de trigo a ser importada e o nome do país exportador.

Art. 3.º Os favores aduaneiros de que trata o art. 1.º deste Decreto-lei poderão ser suspensos pelo Coordenador da Mobilização Econômica, quando verificada a existência no Brasil de trigo em grão indispensável ao consumo interno.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES
J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.251 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 11.750,00.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio —

Anexo 21 do Orçamento Geral da República para 1945 — Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944 — o crédito suplementar de onze mil setecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 11.750,00) à verba que especifica.

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas
S/c — 31 “Aluguel ou arrendamento de imóveis, fóros, seguros de bens móveis ou imóveis”.

15 — Delegacias Regionais Cr\$ 11.750,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

*R. Carneiro de Mendonça
J. Pires do Rio*

DECRETO-LEI N.º 8.252 — DE 29
DE NOVEMBRO DE 1945

Suprime a contribuição de empregados para a Legião Brasileira de Assistência, a que se refere o art. 2.º, alínea “a”, do Decreto-lei número 4.830, de 15 de outubro de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica abolida a contribuição de 0,5 % sobre o salário dos associados ou segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões a que alude a alínea “a” do art. 2.º do Decreto-lei n.º 4.830, de 15 de outubro de 1942.

Art. 2.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 4.830, de 15 de outubro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º O Governo assegurará à Legião Brasileira de Assistência, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma contribuição especial, constituída:

a) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores sujeitos aos Institutos e Caixas de Aposentado-

ria e Pensões, correspondente a 0,5 % (meio por cento) sobre o montante dos salários pagos a seus empregados;

b) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere a alínea anterior.”

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1946.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

R. Carneiro de Mendonça

DECRETO-LEI N.º 8.253 — DE 29
DE NOVEMBRO DE 1945

Altera a redação do art. 197 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 197 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fora dos casos previstos no artigo anterior, poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde, os funcionários que contarem mais de trinta e cinco anos de efetivo exercício e forem julgados merecedores desse prêmio pelos bons e leais serviços prestados à administração pública”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Douglas Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

**DECRETO-LEI N.º 3.254 — DE
29 DE NOVEMBRO DE 1945**

Altera o Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 23 e 32 do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, vigorarão com a redação seguinte:

— Art. 23. Dentro do prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da data de sua instalação, submeterá a Comissão Organizadora ao Presidente da República o relatório de seus trabalhos, com as conclusões dos estudos realizados, bem como os planos e o projeto aludidos nos itens II e III do artigo anterior.

— Art. 32. O Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho adotará, desde logo, as providências necessárias para a atualização das tomadas de contas dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, podendo para esse fim, comissionar excepcionalmente servidores dessas instituições, estranhos ao quadro de pessoal das interessadas.

Art. 2.º Ficam revogados o inciso IV do art. 27 e o art. 33 do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, e restabelecidas as atribuições, pelos citados dispositivos, modificadas.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

**DECRETO-LEI N.º 3.255 — DE 30
DE NOVEMBRO DE 1945**

Autoriza a aquisição de um imóvel na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, por trezentos e cin-

quenta mil cruzeiros (Cr\$ 350.000,00), do imóvel com a área de 7.500,00 m² (sete mil e quinhentos metros quadrados) situado à Avenida Rei Alberto, na cidade de Santos, de propriedade de Manuel Limia Panin.

Art. 2.º Esse imóvel destina-se a instalações navais, no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º A despesa resultante deverá correr à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

**DECRETO-LEI N.º 3.256 — DE 30
DE NOVEMBRO DE 1945**

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM) e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM fará arrecadar ao seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ele inútil ou não, desde que tenha matéria prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante remessa, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acôrdo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de carga ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por êle alienado.

Art. 4.º Os cascos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão alienados pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua exploração, por pessoa considerada idônea, mediante concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade ao concessionário de recolher ao DARM uma caução, arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato foi fielmente observado, e caducará em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado má fé ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitania dos Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.

Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939, e assim liberado o comércio e as transações sobre metais que eram por ela controlados e de propriedade extranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10. O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste Decreto-lei, submetendo-o oportunamente à aprovação do Presidente da República.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 3.257 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Concede autonomia às Caixas Econômicas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente, da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que o art. 76 do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto número 24.427, de 19 de junho de 1934, já havia determinado providenciasse o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais a organização, na forma do mencionado Regulamento, das Caixas Econômicas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados;

Considerando que a acumulação da economia popular e das reservas de capitais, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso já aconselha a existência, em cada um deles, de uma Caixa Econômica Federal autônoma, decreta:

Art. 1.º E' concedida autonomia às Caixas Econômicas anexas as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso, as quais passarão a denominar-se:

Caixa Econômica	Federal	do
Amazonas.		
Caixa Econômica	Federal	do
Pará.		
Caixa Econômica	Federal	do
Maranhão.		
Caixa Econômica	Federal	do
Ceará.		
Caixa Econômica	Federal	do
Espírito Santo.		
Caixa Econômica	Federal	de
Santa Catarina.		
Caixa Econômica	Federal	de
Mato Grosso.		

Art. 2.º As Caixas de que trata o artigo anterior ficam incluídas na quarta (4.ª) classe, de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 5.415, de 16 de abril de 1943, aplicando-se-lhes a legislação a que obedecem as Caixas Econômicas Federais.

Art. 3.º Os membros do Conselho Administrativo de cada uma das novas Caixas autônomas, em número de três (3), a serem nomeados na conformidade do art. 8.º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, receberão a remuneração mensal de três mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$..... 3.500,00).

Art. 4.º A entrega, pelo Tesouro Nacional, às novas Caixas autônomas, dos respectivos saldos de "Depósitos" far-se-á parceladamente, à medida das necessidades de cada uma, mediante requisição devidamente justificada, feita ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, por intermédio do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.258 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Inclui cargo na carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incluído, na carreira de Marinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, a partir de 1 de outubro de 1941, um cargo da classe 2, de que é ocupante Raimundo Gomes da Silva.

Art. 2.º A despesa com a adoção dessa medida será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.259 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) em reforço da seguinte dotação do vigente orçamento

(anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 "MATERIAL"

Consignação III "Diversas Despesas"

Subconsigna 37 — Iluminação, força motriz e gás.

Cr\$

31. Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

16. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro 50.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.260 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Tribunal Marítimo Administrativo dois cargos isolados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, um cargo isolado de Procurador, padrão P, e outro de Adjunto de Procurador, padrão M.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Marinha, no Anexo n.º 19 do Orçamento Geral da República para o ano de 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 7.500,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, Pessoal Permanente, Subconsignação 01.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.261 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Altera as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista, Dactiloscopista-Auxiliar e Detetive.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista e Detetive, do Quadro Permanente e Dactiloscopista-Auxiliar e Detetive do Quadro Suplementar, tôdas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Ficam incorporadas, às carreiras de Dactiloscopista e Detetive do Quadro Permanente, as carreiras de Dactiloscopista-Auxiliar e Detetive do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto nos artigos anteriores serão apostilados pelo Diretor da Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública, excetuados os ocupantes das carreiras de Dactiloscopista e Dactiloscopista-Auxiliar, cujos títulos serão apostilados pelo Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
12	Escrivão de Po- licia	K		9	Q.P.	6	Escrivão de Po- licia	L		3	Q.P.
24	Escrivão de Po- licia	J		17	Q.P.	12	Escrivão de Po- licia	K		4	Q.P.
1	Escrivão (do Tri- bunal de Se- gurança)	J		—	QJ/PP						
48	Escrivão de Po- licia	I		36	Q.P.	24	Escrivão de Po- licia	J		11	Q.P.
1	Escrivão (do Tri- bunal de Se- gurança)	I		—	QJ/PP						
70	Escrivão de Po- licia	H	38	—	Q.P.	48	Escrivão de Po- licia	I	62	—	Q.P.
2	Escrivão (do Tri- bunal de Se- gurança)	H		—	QJ/PP						

4	Escrivão (do Tribunal de Segurança).....	F		—	QJ/PP	70	Escrivão de Polícia	H		66	Q.P.
162			38	62		160			62	84	
9	Dactiloscopista..	L		8	Q.P.	10	Dactiloscopista..	L		7	Q.P.
13	Dactiloscopista..	K		11	Q.P.						
17	Dactiloscopista..	J		16	Q.P.	15	Dactiloscopista..	K		7	Q.P.
7	Dactiloscopista-Auxiliar.....	J		—	Q.P.						
22	Dactiloscopista..	I		8	Q.P.	20	Dactiloscopista..	J	1		Q.P.
7	Dactiloscopista-Auxiliar.....	I			Q.S.						
27	Dactiloscopista..	H			Q.P.	30	Dactiloscopista..	I	7		Q.P.
10	Dactiloscopista-Auxiliar.....	H			Q.S.						
16	Dactiloscopista-Auxiliar.....	G			Q.S.	45	Dactiloscopista..	H		7	Q.P.
22	Dactiloscopista-Auxiliar.....	F			Q.S.						
150				43		120			8	21	

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO PROPOSTA				
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Vagos	Quadro
5	Detetive	K	1	Q.P.	10	Detetive	L	6	Q.P.
10 9	Detetive Detetive	J I	6 —	Q.S. Q.S.	25	Detetive	K	16	Q.P.
20 6	Detetive Detetive	I I	20 —	Q.P. Q.P.	65	Detetive	J	60	Q.P.
35 6	Detetive Detetive	H H	31 —	Q.P. Q.S.	125	Detetive	I	60	Q.P.
65 42	Detetive Detetive	G G	51 —	Q.P. Q.S.					
100 80	Detetive Detetive	F F	37 —	Q.P. Q.S.	275	Detetive	H	132	Q.P.
90 468	Detetive	E	— 146	Q.S.	500			274	

DECRETO-LEI N.º 8.262 — DE 30
DE NOVEMBRO DE 1945

*Altera a carreira de Comissário de
Polícia do Ministério da Justiça e
Negócios Interiores.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta: .

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanentes pelo Diretor da Divisão de Adm. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Serão incluídos na classe L da carreira de Comissário de Polícia os 52 (cinquenta e dois) ocupantes da classe I anteriormente

à publicação do Decreto-lei n.º 8.000, de 26 de setembro de 1945.

Art. 2.º Os decretos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pelo Diretor da Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto no presente Decreto-lei será atendida pelo crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei n.º 8.000, de 26 de setembro de 1945.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

143

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
17	Comissário de Polícia.....	K	—	—	Q.P.	17	Comissário de Polícia.....	N	—	—	Q.P.
33	Comissário de Polícia.....	J	—	—	Q.P.	33	Comissário de Polícia.....	M	—	—	Q.P.
138	Comissário de Polícia.....	I	—	—	Q.P.	45	Comissário de Polícia.....	L	7	—	Q.P.
						55	Comissário de Polícia.....	K	31	—	Q.P.
						65	Comissário de Polícia.....	J	—	65	Q.P.
188						215			38	65	

Observação: Dos 65 cargos de Classe "J", 28 serão preenchidos imediatamente e os restantes à medida que forem sendo suprimidos os excedentes.

DECRETO-LEI N.º 8.263 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria taxas adicionais sobre preços do carvão nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Como medida de emergência e até que o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia cumpra o disposto na letra *d* do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2.666 e no art. 10 do Decreto-lei n.º 2.667, ambos de 9 de outubro de 1940, ficam as empresas que exploram jazidas de carvão mineral no território nacional autorizadas a cobrar, a partir de 1 de novembro, as seguintes taxas adicionais sobre as que são estabelecidas pelo Decreto-lei número 6.771, de 7 de agosto de 1944:

a) carvões produzidos no Rio Grande do Sul, Cr\$ 12,00 por tonelada;

b) carvões produzidos em Santa Catarina:

1 — carvão “lavador”, Cr\$ 14,00 por tonelada;

2 — carvão “graúdo”, Cr\$ 15,50 por tonelada;

3 — carvão “escolhido”, Cr\$ 18,00 por tonelada.

Parágrafo único. Sobre os carvões produzidos no Rio Grande do Sul será cobrada mais, por tonelada, a taxa de Cr\$ 4,25, até 31 de dezembro de 1946, para compensar as despesas com os aumentos de salários, que foram iniciadas em maio do corrente ano.

Art. 2.º Essas taxas adicionais se destinam ao aumento de salários dos empregados; todo e qualquer saldo que, eventualmente, possa ser verificado, terá a aplicação que for determinada pelo Governo Federal.

Art. 3.º O acréscimo da receita resultante da aplicação das taxas, referidas neste Decreto-lei, deverá ser escriturado numa conta especial, intitulada “taxa adicional”, a qual será movimentada de acordo com o que preceitua o Decreto n.º 19.117, de 6 de julho do corrente ano.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.264 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre gabaritos de construções nos bairros do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 4.541, de 31 de julho de 1942, salvo no que se refere à letra *a* do item I do artigo 1.º desse Decreto-lei, que proíbe qualquer construção, à proximidade do Forte Duque de Caxias, nos terrenos atualmente ocupados pela Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, e nos terrenos da avenida Atlântica, desde a praça Almirante Júlio de Noronha até o Edifício Tietê, bem como nos terrenos contíguos com frente para a rua Gustavo Sampaio.

Art. 2.º Nos bairros do Leme, Copacabana e Ipanema nenhuma construção, cuja parte mais elevada esteja acima de cinquenta metros (50,00) de altitude, a contar do nível médio do mar, será feita sem prévia audiência do Ministério da Guerra.

Art. 3.º No bairro do Leblon o gabarito de construções independe de restrições por parte do Ministério da Guerra.

Art. 4.º Nas imediações do Forte de Copacabana as altitudes máximas dos edifícios a contar no nível médio do mar, serão:

a) Vinte metros (20,00), nas áreas compreendidas entre a rua Francisco Otaviano, lado ímpar, avenida Francisco Behring e terrenos do Forte de Copacabana;

b) Trinta metros (30m.00), nas áreas compreendidas entre a rua Francisco Otaviano, lado par, Avenida Atlântica, Rua Joaquim Nabuco, lado ímpar, e Avenida Vieira Souto;

c) Quarenta metros (40m.00), nas áreas compreendidas entre a rua Joaquim Nabuco, lado par, avenida Atlântica, avenida Rainha Elizabeth, lado ímpar, e avenida Vieira Souto.

Art. 5.º As restrições impostas pelos artigos 2.º e 4.º dizem também respeito às construções destinadas aos serviços públicos federais ou municipais.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.265 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, transforma e eleva cargos isolados, de provimento efetivo e em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor (S. M. — D. F. S. P.), padrão N, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fica transformado em cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor (S. M. — D. F. S. P.), padrão O, do mesmo Quadro e Ministério.

Art. 2.º O cargo isolado, de provimento efetivo de Tesoureiro da Polícia Civil do Distrito Federal, padrão K, e os 3 (três) cargos isolados, de provimento efetivo, de Ajudante de Tesoureiro da Polícia Civil do Dis-

trito Federal, padrão G, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ficam transformados em Tesoureiro (T. — D. A. — D. F. S. P.), padrão N e 3 (três) Ajudante de Tesoureiro (A. T. — D. A. — D. F. S. P.), padrão J do mesmo Quadro e Ministério.

Art. 3.º Ficam elevados do padrão N para o padrão O e do padrão M para o padrão N, os vencimentos dos cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretor (S. T. — D. F. S. P.) e de Diretor (S. Tp. — D. F. S. P.), do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão:

1 — Chefe da Garage (G. S. Tp. — D. F. S. P.), padrão L.

1 — Chefe da Assistência Policial (A. P. — S. Tp. — D. F. S. P.), padrão L.

Art. 5.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública 1 (um) cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor do Museu (M. — D. P. T. — D. F. S. F.), padrão N.

Art. 6.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pela Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 7.º Para atender no corrente exercício à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito de Cr\$ 13.100.00 (treze mil e cem cruzeiros) suplementar à verba — Pessoal, Consignação 1 — Pessoal Permanente. Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de dezembro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.266 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria e transforma cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transformados em cargos isolados de provimento efetivo de Perito Criminal (P.C. — G.E.P. — D.P.T. — D.F.S.P.), padrão M, e incluídos no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores 5 (cinco) cargos de Perito Policial, padrão I, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Parágrafo único. Os funcionários atingidos pelo presente Decreto-lei terão os seus títulos apostilados na Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública, 30 (trinta) cargos isolados, de provimento efetivo, de Perito Criminal (P.C. — G.E.P. — D.P.T. — D.F.S.P.), padrão M.

Art. 3.º Para o provimento dos cargos ora criados, o Diretor do G.E.P. selecionará, entre os atuais ocupantes em comissão, aqueles que já demonstraram capacidade e, bem assim, outros técnicos aproveitáveis, submetendo a classificação ao Chefe de Polícia do D.F.S.P., a quem competirá fazer as indicações para a respectiva nomeação.

Parágrafo único. As vagas que resultarem do selecionamento referido neste artigo serão providas, posteriormente, mediante concurso, de acordo com a legislação que vigorar.

Art. 4.º Para atender no corrente exercício à despesa decorrente deste Decreto-lei fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito de Cr\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente; Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de dezembro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.267 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga, no corrente exercício, o prazo para publicação dos orçamentos dos Estados e municípios.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 15 de dezembro, no corrente exercício, o prazo de que trata o art. 4.º da codificação aprovada pelo Decreto-lei número 2.416, de 17 de julho de 1940.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

**DECRETO-LEI N.º 8.268 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1945**

*Revoga o Decreto-lei n.º 3.366, de 25
de junho de 1941*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o disposto no Decreto-lei n.º 3.366, de 25 de junho de 1941.

Art. 2.º A municipalidade da Capital do Estado de São Paulo estabelecerá os entendimentos e tomará as providências que se tornarem necessárias para assegurar a continuidade dos serviços de que trata o referido decreto-lei, atendidos os interesses da coletividade e as necessidades técnicas, econômicas, administrativas e financeiras da sua execução.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

**DECRETO-LEI N.º 8.269 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos imóveis que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar a permuta dos terrenos abaixo descritos:

1) terreno de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, compreendendo o lote 1 da Quadra 7 do projeto n.º 4.553, situado na esquina da Avenida Aparício Borges com a Avenida Presidente Wilson, de forma retangular, com 20,00 m de testada para a Avenida Aparício Borges, 17,61 m pelo lado direito, 17,61 m pela Aveni-

da Presidente Wilson e 20,00 m pela linha dos fundos, confrontando com o lote n.º 2 da mesma quadra; avaliado em Cr\$ 5.617.500,00 (cinco milhões, seiscentos e dezessete mil e quinhentos cruzeiros).

2) terreno de propriedade de Jael Pinheiro de Oliveira Lima e outros, compreendendo o lote n.º 19 da Quadra 15-A da Avenida Perimetral, de forma retangular, com 19,50 m de frente, pela Avenida Perimetral, 20,00 m pela Rua Santa Luzia, 20,00 m pelo lado esquerdo confrontando com o lote n.º 26 da referida quadra; 19,50 m pela linha dos fundos, confrontando com quem de direito; avaliado em Cr\$ 4.057.750,00 (quatro milhões, cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º A permuta de que trata o artigo anterior será feita mediante pagamento à Prefeitura do Distrito Federal da importância de Cr\$ 1.559.750,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta cruzeiros), correspondente à diferença apurada entre os valores dos imóveis cuja permuta é autorizada.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

**DECRETO-LEI N.º 8.270 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1945**

Altera disposições do Decreto-lei número 1.212, de 17 de abril de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939, são acrescentados a alínea e o parágrafo seguintes:

“e) instituir centros de educação física, destinados à prática dos exercícios físicos e à disseminação das normas científicas a que deverão obedecer.

Parágrafo único. Os centros de que trata a última alínea do pre-

sente artigo serão distribuídos pelo Distrito Federal, de acordo com a possibilidade da sua instalação."

Art. 2.º Os arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 9.º, 12, 21 e 26 do Decreto-lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º A Escola Nacional de Educação Física e Desportos ministrará os seguintes cursos:

- a) superior de educação física;
- b) educação física infantil;
- c) técnica desportiva;
- d) massagem;
- e) medicina aplicada à educação física e aos desportos."

"Art. 3.º O curso superior de educação física será realizado em três anos, para o ensino das seguintes disciplinas:

Primeiro ano:

- 1. Higiene aplicada.
- 2. Socorros de urgência.
- 3. Metodologia da educação física.
- 4. História e organização da educação física e dos desportos.
- 5. Educação física geral.
- 6. Desportos aquáticos e náuticos.
- 7. Desportos terrestres individuais.

- 8. Desportos terrestres coletivos.
- 9. Desportos de ataque e defesa.
- 10. Ginástica rítmica.

Segundo ano:

- 1. Cinesiologia aplicada.
- 2. Fisiologia aplicada.
- 3. Metabologia aplicada.
- 4. Metodologia da educação física.
- 5. Educação física geral.
- 6. Desportos aquáticos e náuticos.
- 7. Desportos terrestres individuais.

- 8. Desportos terrestres coletivos.
- 9. Desportos de ataque e defesa.
- 10. Ginástica rítmica.

Terceiro ano:

- 1. Fisioterapia aplicada.
- 2. Psicologia aplicada.
- 3. Biometria aplicada.
- 4. Metodologia da educação física e dos desportos.
- 5. Educação física geral.

6. Desportos aquáticos e náuticos.

7. Desportos terrestres individuais.

8. Desportos terrestres coletivos.

9. Desportos de ataque e defesa.

10. Ginástica rítmica.

Parágrafo único. A revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar."

"Art. 4.º O curso de educação física infantil terá a duração de um ano, para o ensino das seguintes disciplinas:

- 1. Cinesiologia aplicada.
- 2. Higiene aplicada.
- 3. Fisiologia aplicada.
- 4. Fisioterapia aplicada.
- 5. Psicologia aplicada.
- 6. Biometria aplicada.
- 7. Socorros de urgência.
- 8. Metodologia da educação física.

9. História e organização da educação física e dos desportos.

10. Educação física geral.

11. Desportos aquáticos.

12. Desportos terrestres individuais.

13. Desportos terrestres coletivos.

14. Ginástica rítmica.

§ 1.º O ensino de fisioterapia limitar-se-á ao da ginástica de correção; o de socorro de urgência bem como o de biometria visarão ministrar conhecimentos gerais; o de psicologia, assim como o de cinesiologia tratarão unicamente de problemas relativos à criança, e o de história e organização da educação física e dos desportos terá em vista somente os desportos considerados no curso.

§ 2.º A promoção nas disciplinas de ns. 11, 12, 13 e 14 se fará pela apuração da frequência mínima e do aproveitamento conseguido.

§ 3.º A revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar."

"Art. 5.º. O curso de técnica desportiva terá a duração de um ano para o ensino das seguintes disciplinas:

1. Cinesilogia aplicada.
2. Fisiologia aplicada.
3. Psicologia aplicada.
4. Metodologia dos desportos.
5. História e organização da educação física e dos desportos.

6. Desportos de especialização.

Parágrafo único. A revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar".

"Art. 6.º. O curso de massagem terá a duração de um ano para o ensino das seguintes disciplinas:

1. Higiene aplicada.
2. Fisiologia aplicada.
3. Fisioterapia aplicada.
4. Traumatologia desportiva e socorros de urgência.
5. Educação física geral.
6. Desportos aquáticos e náuticos.
7. Desportos terrestres individuais.
8. Desportos terrestres coletivos.
9. Desportos de ataque e defesa.
10. Ginástica rítmica.

§ 1.º. No ensino da educação física e dos desportos, os trabalhos práticos e as lições teóricas deverão ter em vista o exercício profissional do massagista, que deve conhecer o funcionamento e as reações musculares.

§ 2.º. A promoção nas disciplinas números 6, 7, 8, 9 e 10 se fará pela apuração da frequência mínima e do aproveitamento.

§ 3.º. A revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar".

"Art. 7.º. O curso de medicina aplicada à educação física e aos desportos terá a duração de um ano para o ensino das seguintes disciplinas:

1. Higiene aplicada.
2. Cinesilogia aplicada.
3. Fisiologia aplicada.

4. Fisioterapia aplicada.
5. Psicologia aplicada.
6. Biometria aplicada.
7. Metabologia aplicada.
8. Traumatologia aplicada.
9. Metodologia da educação física e dos desportos.
10. História e organização da educação física e dos desportos.
11. Educação física geral.
12. Desportos aquáticos e náuticos.
13. Desportos terrestres individuais.
14. Desportos terrestres coletivos.
15. Desportos de ataque e defesa.
16. Ginástica rítmica.

§ 1.º Nas aulas de educação física e dos desportos, a prática e a teoria devem ser ensinadas, com o fim de apurar no médico os conhecimentos relativos ao funcionamento e às reações fisiológicas do organismo.

§ 2.º A promoção nas cadeiras números 11, 12, 13, 14, 15 e 16 se fará pela verificação da frequência mínima e do aproveitamento.

§ 3.º A revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar.

"Art. 9.º As disciplinas lecionadas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos constituem matéria das seguintes cadeiras:

- I. Anatomia humana e higiene aplicada.
- II. Cinesilogia aplicada.
- III. Fisiologia aplicada.
- IV. Fisioterapia aplicada.
- V. Psicologia aplicada.
- VI. Biometria aplicada.
- VII. Metabologia aplicada.
- VIII. Traumatologia desportiva e socorros de urgência.
- IX. Metodologia da educação física e dos desportos.
- X. História e organização da educação física e dos desportos.
- XI. Educação física geral masculina.

XII. Educação física geral feminina.

XIII. Desportos aquáticos e náuticos masculinos.

XIV. Desportos aquáticos femininos.

XV. Desportos terrestres individuais.

XVI. Desportos terrestres e coletivos.

XVII. Desportos de ataque e defesa.

XVIII. Ginástica rítmica."

"Art. 12. O provimento nos cargos de professor catedrático efetivo será feito por concurso de títulos e de provas, de acôrdo com a legislação federal do ensino em vigor.

§ 1.º Para o efeito do provimento funcionará, enquanto a congregação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos não dispuser de dois terços de professores catedráticos, a congregação de outros estabelecimentos federais de ensino, escolhida, em cada caso, pelo Ministro da Educação e Saúde.

§ 2.º Para a inscrição no curso destinado ao primeiro provimento efetivo, o exercício como catedrático interino por dois anos consecutivos na própria Faculdade poderá suprir a exigência da alínea I do art. 51 do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931."

Art. 21. Será exigido ainda:

a) do candidato à matrícula no primeiro ano do curso superior de educação física e no curso de massagem, o certificado de licença ginásial;

b) do candidato à matrícula no curso de técnica desportiva, o diploma de licenciado em educação física;

c) do candidato à matrícula no curso de educação física infantil, o diploma de normalista;

d) do candidato à matrícula no curso de medicina aplicada à educação física e aos desportos, o diploma de médico, devidamente registrado.

Parágrafo único. Para os candidatos ao curso de medicina da educação física e dos desportos e ao curso de educação física, infantil, os exames vestibulares constarão de provas práticas, salvo se o número de candidatos exceder o de vagas, caso em que serão os concorrentes obrigados às provas intelectuais escritas e orais."

"Art. 26. Os exercícios escolares em todos os cursos terão por fim afazer os alunos, de ambos os sexos, à prática da educação física geral e dos desportos, e aos alunos do sexo feminino, também a aprendizagem da ginástica rítmica. Destinar-se-ão mais:

a) no curso superior de educação física e no curso de educação física infantil, a dar aos alunos de ambos os sexos os conhecimentos necessários para a direção da educação física geral e aos do sexo feminino também os relativos à direção da ginástica rítmica;

b) no curso de técnica desportiva, a preparar o futuro profissional para o treinamento dos desportos em geral e especialmente de um ou dois escolhidos entre os esportes ensinados na Escola."

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.271 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre as subvenções concedidas aos Diretórios Acadêmicos dos estabelecimentos federais de ensino.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A subvenção aos Diretórios Acadêmicos dos estabelecimentos fe-

gerais de ensino, a que se refere o artigo 105 do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, será fixada, para cada Diretório, no Orçamento da União, em relação ao número de alunos matriculados no ano letivo imediatamente anterior.

§ 1.º Para o cálculo da subvenção, será considerada a cota de Cr\$ 30,00 por aluno matriculado, desprezando-se, no total, as frações inferiores a Cr\$ 100,00.

§ 2.º A subvenção não poderá ser inferior a Cr\$ 6.000,00.

Art. 2.º A subvenção será entregue ao Presidente do Diretório Acadêmico, que comprovará a sua aplicação perante o Conselho Técnico-Administrativo do estabelecimento de ensino.

§ 1.º Na oportunidade da mudança de diretoria, o Presidente do Diretório Acadêmico transferirá ao seu substituto o saldo da subvenção, ficando obrigado a comprovar, dentro de trinta dias, a importância aplicada sob sua responsabilidade.

§ 2.º O Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde somente providenciará o pagamento de nova subvenção quando o estabelecimento de ensino comunicar a aprovação da prestação de contas da subvenção anterior.

Art. 3.º As regras estabelecidas nos arts. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto-lei n.º 5.693, de 22 de julho de 1943, alterado pelo Decreto-lei n.º 6.839, de 21 de setembro de 1944, são aplicáveis às subvenções federais aos Diretórios Acadêmicos, regulados pelo presente Decreto-lei.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.272 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1945

Organiza como unidade técnico-administrativa a Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica organizada a Faculdade Nacional de Farmácia a que se refere o art. 4.º da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, na qual será ministrado o ensino de que tratam os arts. 212 e 216 do Decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931.

Parágrafo único. Na organização prevista neste artigo, serão aproveitados os atuais professores privativos da Faculdade Nacional de Farmácia, que funciona anexa à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, bem como o material didático pertencente às respectivas cadeiras.

Art. 2.º Serão extensivas à Faculdade Nacional de Farmácia, enquanto não for expedido o seu regulamento, as disposições que lhe forem aplicáveis do regulamento baixado com o Decreto número 20.865, de 31 de dezembro de 1931, para a referida Faculdade de Medicina, devendo, entretanto, ser constituído de três membros o Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade ora organizada.

Art. 3.º Até que disponha a Faculdade Nacional de Farmácia das instalações necessárias a todas as cadeiras compreendidas na seriação do curso de farmácia, o ensino das disciplinas, que não tiverem tais recursos didáticos, continuará a ser feito, mediante acôrdo, nas instalações da Faculdade Nacional de Medicina.

Art. 4.º Os professores privativos da atual Faculdade Nacional de Farmácia passarão a ter a designação de professores catedráticos, cabendo-lhes as mesmas prerrogativas e, a partir do próximo exercício financeiro, as mesmas vantagens conferidas aos professores catedráticos da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

§ 1.º As regalias a que se refere este artigo serão extensivas aos professores

que forem providos, nos termos da legislação federal do ensino em vigor, nas cadeiras no regime atual lecionadas por professores da Faculdade Nacional de Medicina.

§ 2.º Igualmente, a partir do próximo exercício financeiro, aos atuais assistentes da Faculdade Nacional de Farmácia e aos posteriormente nomeados, à medida que forem feitos os provimentos referidos no parágrafo anterior, caberão as vantagens e prerrogativas conferidas aos assistentes da mencionada Faculdade Nacional de Medicina.

Art. 5.º Para atender às despesas da Faculdade Nacional de Farmácia serão transferidas as dotações destinadas no orçamento da Faculdade Nacional de Medicina ao custeio da atual Faculdade Nacional de Farmácia.

Art. 6.º Enquanto funcionar a Faculdade Nacional de Farmácia no edifício da Faculdade Nacional de Medicina, exercerá o diretor desta, cumulativamente, a direção da nova Faculdade.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.273 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova organização às Forças Navais dos Estados Unidos do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As forças navais da República dos Estados Unidos do Brasil compreendem uma Esquadra, duas Forças Navais isoladas, uma Flotilha Hidrográfica e duas Flotilhas Fluviais.

Art. 2.º A Esquadra terá sede nesta Capital e será uma força de combate organizada e constituída das unidades que se tornarem necessárias, juntamente com os navios auxiliares para as suas operações. Dela farão

parte tôdas as forças e navios da Marinha de Guerra nacional, excetuadas as forças e navios isolados, a Flotilha Hidrográfica e as Flotilhas Fluviais.

Art. 3.º As forças isoladas denominar-se-ão: Força Naval do Nordeste e Força Naval do Sul, com sede, respectivamente, nos Estados de Pernambuco e Santa Catarina. A Flotilha Hidrográfica terá sede nesta Capital e as Flotilhas Fluviais, denominadas Flotilha do Amazonas e Flotilha de Mato Grosso, terão sede, a primeira nos Estados do Amazonas ou do Pará e a segunda no Estado de Mato Grosso.

Art. 4.º As unidades não classificadas na Esquadra ficarão subordinadas aos Comandos dos Distritos Navais, onde forem sediadas, para fins de operações.

Art. 5.º O Comando em Chefe da Esquadra será exercido por Vice-Almirante do Corpo da Armada e os Comandos das Forças isoladas e das Flotilhas por Oficial do posto de Capitão de Mar e Guerra do mesmo Corpo.

Parágrafo único. O Comando em Chefe da Esquadra poderá ser exercido cumulativamente com o de uma das frações da Esquadra e o das Forças e Flotilhas pelo Comandante mais antigo de um dos navios que as compoñham.

Art. 6.º Aplicam-se às Forças Navais ora criadas, tôdas as disposições em vigor relativamente às forças e navios da Armada e não mencionados na presente Lei.

Art. 7.º Os reparos periódicos dos navios pertencentes às forças navais, ou navios isolados, serão feitos, de preferência, nos Arsenalis e Oficinas das Bases em que estiverem sediados; os reparos accidentais ou de emergência, entretanto, serão efetuados onde o Estado-Maior da Armada julgar mais conveniente.

Art. 8.º A distribuição dos navios pelas forças navais e flotilhas será determinada pelo Ministro da Marinha, de acôrdo com as conveniências do serviço e as necessidades das operações navais.

Art. 9.º A Força Naval do Sul ora criada, sômente será constituída quan-

do fôr julgado oportuno, pelo Ministro da Marinha.

Art. 10. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.274, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Restabelece o regime de compra e venda em Bolsa para os títulos ao portador

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica revogado o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 5.475, de 11 de maio de 1943 e, conseqüentemente, restabelecida a aplicação do disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.344, de 13 de junho de 1939, às operações sobre títulos ao portador da Dívida Pública federal, estadual ou municipal.

Art. 2.º. O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.275, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 2.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de

dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo 16 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas

Despesas

Cr\$

S/c. n.º 37 — Iluminação,
força motriz e gás
11 — Alfândegas 2.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Alfândega de Belém.

Art. 2.º. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.276 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Modifica o Decreto-lei n.º 7.977, de 20 de setembro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica introduzida na Tabela IV — Funções gratificadas — anexa ao Decreto-lei n.º 7.977, de 20 de setembro de 1945, que desdobrou o Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em Quadro Permanente e Quadro Suplementar, a seguinte modificação:

Onde se lê, na “situação atual” e na “situação proposta”

1 Secretário do Diretor —

C.R.P. Industrial, com Cr\$ 200,00 anuais

Leia-se:

1 Secretário — C.R.P. Industrial, com Cr\$ 4.200,00 anuais.

Art. 2.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 29 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.277 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República, na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo n.º 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), fica introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

s/c 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens

01 — Gabinete do Ministro

Cr\$

Passa de 100.000,00

Para 130.000,00

VERBA 4 — EVENTUAIS

Consignação I — Diversos

s/c 01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas

01 — Gabinete do Ministro

Cr\$

Passa de 50.000,00

Para 20.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.278 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00 à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento geral do Ministério da Viação e Obras Públicas (anexo n.º 22, do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como se segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S-c 40 — Serviço de transporte postal.

30 — Departamento dos Correios e Telégrafos.

b) Pagamento às companhias de navegação aérea, pelo transporte de correspondência e encomendas postais, na forma das disposições em vigor — Cr\$ 5.000.000,00.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.279 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo n.º 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do orçamento do "Plano de Obras e

Equipamentos", para o corrente ano (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), alterado pelos Decretos-leis ns. 7.635, 7.678 e 8.212, de 12 e 26 de junho e 23 de novembro de 1945, respectivamente, fica introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

Consignação I — Obras

- 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento
- 01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização
- 30 — Departamento dos Correios e Telégrafos
- f) Prosseguimento da construção da agência de Campinas, (São Paulo)
- | | |
|----------------|--------------|
| Passa de | 1.195.500,00 |
| Para | 395.500,00 |
- 03 — Reconstrução e ampliação de edifícios, inclusive reforma e ampliação de suas instalações
- 30 — Departamento dos Correios e Telégrafos. 800.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.280 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria no Quadro Permanente do Ministério da Guerra a carreira de Alfaiate, altera a de Artífice do Quadro Suplementar e abre crédito suplementar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, conforme tabela anexa, no Quadro Permanente

do Ministério da Guerra, a carreira de Alfaiate.

Parágrafo único. Os funcionários transferidos para a carreira a que se refere este artigo, conforme relação nominal anexa, terão seus títulos apostilados pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Artífice do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 3.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, ao Ministério da Guerra, Anexo n.º 17, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito suplementar de Cr\$ 545.550,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros), em reforço da seguinte dotação:

VERBA I — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

17 — Diretoria de Intendência

Parágrafo único. O reforço da Subconsignação acima destina-se às majorações de vencimentos e ao provimento dos seguintes cargos que, desde já, se consideram dotados:

- 1 de Alfaiate, classe I.
- 9 de Alfaiate, classe H.
- 1 de Alfaiate, classe G.
- 15 de Alfaiate, classe E.
- 11 de Artífice, classe I.
- 39 de Artífice, classe H.
- 47 de Artífice, classe G.
- 17 de Artífice, classe F.
- 26 de Artífice, classe E.

Art. 4.º Este Decreto-lei vigorará a partir do dia 1 de outubro de 1945.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observ.
1	Artifice.....	I	—	—	Sup.	25	Artifice	I	—	24	
11	Artifice.....	H	—	—	Sup.	50		H	—	39	
53	Artifice.....	G	—	—	Sup.	100		G	—	47	
138	Artifice.....	F	—	—	Sup.	155		F	—	17	
264	Artifice.....	E	—	—	Sup.	290		E	—	26	
333	Artifice.....	D	—	—	Sup.	333		D	—	—	
18	Artifice.....	C	—	—	Sup.	18		C	—	—	
819					971	971				153	

QUADRO PERMANENTE

							Alfaiate			
1	Artifice.....	I	—	—	Sup.	5	I	—	4
1	Artifice.....	H	—	—	Sup.	15	H	—	14
10	Artifice.....	G	—	—	Sup.	30	G	—	20
11	Artifice.....	F	—	—	Sup.	50	F	—	39
11	Artifice.....	F	—	—	Sup.	70	E	—	35
22	Artifice.....	E	—	D	Sup.					
2	Artifice.....	C	—	—	Sup.					
58						170				112

**DECRETO-LEI N.º 3.281 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1945**

Extingue o Depósito do Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto, a partir de 1 de dezembro do corrente ano, o Depósito de Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira, criado por Decreto-lei n.º 6.263, de 14 de fevereiro de 1944.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

**DECRETO-LEI N.º 3.282 — DE 4
DEZEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre transformação de unidades-escolas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — A fim de constituir as Unidades-Escolas de que trata o Decreto-lei n.º 7.833, de 21 de agosto de 1945, que criou o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, são transformadas as seguintes unidades:

- o Batalhão Escola em "Regimento Escola de Infantaria";
- o Grupo Escola em "Regimento Escola de Artilharia";
- o Regimento Andrade Neves em "Regimento Escola de Cavalaria", continuando com a designação de "Regimento Andrade Neves";
- a Companhia Escola de Engenharia em "Batalhão Escola de Engenharia".

Art. 2.º — O Ministro da Guerra baixará os atos necessários à organização das unidades de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 3.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

**DECRETO-LEI N.º 3.283 DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1945**

Concede pensão especial à viúva de um oficial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.269, de 14 de maio de 1941, a Maria Aparecida Paiva Barroso, viúva do Capitão Márcio Pinheiro Barroso, visto haver o referido oficial falecido em consequência de moléstia adquirida em serviço.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

**DECRETO-LEI N.º 3.284 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1945**

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Guerra (Anexo 17 do De-

creto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Conservação II — Material de Consumo

S/c 20 — Arreamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico.

Cr\$

Passa de	18.100.000,00
Para	15.400.000,00

(redução de Cr\$ 2.700.000,00).

S/c 25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação.

Cr\$

Passa de	95.113.697,00
Para	97.813.697,00

(aumento de Cr\$ 2.700.000,00).

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.285 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 395.086,00 para pagamento de diferença de vencimentos a Professores Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de trezentos e noventa e cinco mil e oitenta e seis cruzeiros (Cr\$ 395.086,00), para atender ao pagamento da diferença de vencimentos, em virtude de sentença ju-

diciária, aos Professores Vitalícios como abaixo discrimina:

1 — Ao Professor Vitalício Coronel da Reserva José de Araripe Macedo, a importância de cento e vinte mil e seiscentos e setenta e oito cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 120.678,10), relativa ao período de 12 de fevereiro de 1938 a 31 de dezembro de 1944, inclusive;

2 — Ao Professor Vitalício Coronel da Reserva Heitor Cajati, a importância de oitenta mil novecentos e um cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 80.901,50), relativa ao período de 9 de julho de 1933 a 31 de dezembro de 1944, inclusive;

3 — Ao Professor Vitalício Coronel da Reserva Fenelon Bomilcar da Cunha, a importância de cento e quinze mil e seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 115.634,60), relativa ao período de 9 de julho de 1938 a 31 de dezembro de 1944, inclusive;

4 — Ao Professor Vitalício Coronel da Reserva Alfredo Severo dos Santos Pereira, pelo inventariante General Dr. Alvaro Carlos Tourinho, a importância de setenta e sete mil e oitocentos e setenta e um cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 77.871,80), relativa ao período de 12 de fevereiro de 1938 a 14 de novembro de 1944, inclusive;

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.286, DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1945

*Aprova o Acôrdo Ortográfico para a
unidade da lingua portuguesa*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Acôrdo para a unidade ortográfica da língua portuguesa, resultante dos trabalhos da Conferência Inter-acadêmica de Lisboa, e publicado em anexo ao presente Decreto-lei.

Art. 2.º Em cumprimento das condições do Acôrdo Ortográfico, incumbir-se-á a Academia Brasileira de Letras de adaptar às normas nele fixadas as instruções para a publicação do Vocabulário da Língua Portuguesa.

Art. 3.º A Academia Brasileira de Letras encarregar-se-á, igualmente, da elaboração de um Vocabulário Ortográfico Resumido, exemplificativo das normas estabelecidas no Acôrdo, e de nova edição, consequentemente refundida, de seu Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Art. 4.º Terão caráter oficial, servindo de padrão à escrita vernácula, assim para o ensino no país, como para as repartições públicas, e independentemente de nova aprovação do Governo, os Vocabulários organizados pela Academia Brasileira de Letras, nos termos das instruções a que se refere o art. 2.º.

Art. 5.º O Ministério da Educação e Saúde baixará oportunamente portaria em que consigne a obrigatoriedade, nas escolas, da ortografia regulada pelo Acôrdo inter-acadêmico, tendo em vista as conveniências de ensino, a suficiente difusão dos Vocabulários acadêmicos e os prazos que forem razoáveis para a adaptação dos livros didáticos, sem prejuízo de autores e editores.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodureto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.287 DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1945

*Altera e cria carreiras nos Quadros
Permanente e Suplementar do Mi-
nistério da Aeronáutica.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, Decreta:

Art. 1.º — Ficam alteradas, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Almojarife, Arquivista, Dactilógrafo, Escriturário e Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º — Fica criada, conforme a tabela anexa, nos mesmos Quadro e Ministério, a carreira de Enfermeiro.

Art. 3.º — Fica criada, conforme a tabela anexa, no Quadro Suplementar do mesmo Ministério, a carreira de Motorista.

Art. 4.º — A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da Conta Corrente dos Quadros.

Art. 5.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA -- QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Provisórios	Vagos	Quadro	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
1	Almoxarife	J	—	—	Q.P.	1		J	—	—	—
2		I	—	1	"	2		I	—	1	—
2		H	—	1	"	3		H	—	2	—
3		G	—	1	"	4		G	—	2	—
3		F	4	—	"	5		F	—	2	5
11			4	3		15	Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 15.		—	7	5

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	Arquivista						Arquivista				
2	H	—	—	Q.P.	2	H	—	—	—
3	G	—	—	"	4	G	—	1	—
4	F	—	—	"	5	F	—	1	—
5	E	—	—	"	6	E	—	1	2
14			—	—		17	Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 17.		—	3	2
	Dactilógrafo						Dactilógrafo				
7	E	—	7	Q.P.	25	E	—	25	—
14	D	—	—	"	45	D	—	31	25
21			—	7		70				56	25

						Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos da classe E. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 70.				
						Enfermeiro				
					2	J	—	2	
					4	I	—	4	
					6	H	—	6	
					12	G	—	12	
					20	F	—	20	
					33	E	—	33	44
					77			—	77	44
						Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 77.				

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA — QUADRO SUPLEMENTAR

168

ANOS DO FOMER EXECUTIVO

CARREIRA OU CARGO						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Num. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obser- vações
	Escriturário						Escriturário				
20	G	—	—	Q.P.	40	G	—	20	—
35	F	—	2	"	60	F	—	27	—
55	E	—	—	"	90	E	—	35	47
110			—	2		190	Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 190.		—	82	47
	Oficial Administrativo						Oficial Administrativo				
4	L	—	—	Q.P.	8	L	—	4	
5	K	—	—	"	10	K	—	5	
7	J	—	—	"	15	J	—	8	

9		I	—	—	"	20		I	—	11	—
11		H	—	—	"	25		H	—	14	28
36			—	—		78			—	42	28
							Observações - Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das clas- ses superiores. O total de cargos providos na car- reira não poderá ser superior a 78.				
1	Motorista	G	—	—	Q.S.	2	Motorista	G	—	1	
—		—	—	—	—	3		F	—	3	
3		E	—	—	Q.S.	3		E	—	—	
						8				4	

DECRETO-LEI N.º 8.283 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 936,00, para pagamento de gratificação de representação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 936,00 (novecentos e cinquenta e seis cruzeiros), para atender ao pagamento da despesa (Pessoal), referente a gratificação de representação a que fez jus o Assistente de Ensino XVII, Roberto Meireles de Miranda, da Escola Nacional de Agronomia, em gozo de uma bolsa de estudos nos Estados Unidos da América do Norte, no período de 20 de novembro a 31 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.289 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 143.000,00 às verbas que especifica:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil cruzeiros) em refêrço às Verbas 1 — Pessoal e 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo número 14 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

Subconsignação 23 — Diárias

04 — Departamento de Administração

Cr\$

06 — Divisão do Pessoal .. 50.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

Subconsignação 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carros, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores — em viagem; seguros de transporte.

20 — Departamento Nacional da Produção Mineral

Cr\$

02 — Divisão de Águas 40.000,00

Subconsignação 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

20 — Departamento Nacional da Produção Mineral

Cr\$

02 — Divisão de Águas, 50.000,00

Subconsignação 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

20 — Departamento Nacional da Produção Mineral

Cr\$

02 — Divisão de Águas 3.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.290 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1945

*Cria a Escola de Agronomia da
Amazônia.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Escola de Agronomia da Amazônia, com sede em Belém, Estado do Pará.

Art. 2.º A Escola de Agronomia da Amazônia tem por fim preparar agrônomos para o meio típico do norte do país, dedicando-se às especialidades e interesses da economia rural da região, mas regendo-se em suas diretrizes didáticas pelo instituto federal padrão.

Art. 3.º Funcionará anexa ao Instituto Agronômico do Norte, com sede principal no edifício anteriormente destinado às novas instalações do Aprendizado Agrícola "Manuel Earrata".

Art. 4.º A Escola de Agronomia da Amazônia viverá, até ulterior deliberação, em regime de estreita cooperação com o Instituto Agronômico do Norte, utilizando-se para os seus trabalhos de todas as dependências e equipamentos deste.

Art. 5.º Considerar-se-á como nova atribuição para os técnicos contratados já existentes, ou que venham a existir, no Instituto Agronômico do Norte o desempenho das funções de magistério na Escola de Agronomia da Amazônia, conforme a possibilidade de aproveitamento de cada um.

Art. 6.º Até que lhe seja dada uma organização própria, quando conveniente, a Escola de Agronomia da Amazônia seguirá as normas regulamentares estabelecidas para a Escola Nacional de Agronomia.

Art. 7.º A Escola de Agronomia da Amazônia será posta em funcionamento por partes, resolvendo-se o provimento de suas cadeiras, até onde for possível, de acordo com o previsto no art. 5.º deste Decreto-lei, ou por

meio de contratos de professores à conta de dotações orçamentárias já existentes para o Ministério da Agricultura.

Art. 8.º Até ulterior deliberação, atuará simultaneamente como diretor da Escola de Agronomia da Amazônia o atual diretor do Instituto Agronômico do Norte.

Art. 9.º Fica o diretor da Escola de Agronomia da Amazônia autorizado a propor as adaptações e providências necessárias ao imediato funcionamento da instituição ora criada.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.291 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1945

*Cria um Hospital de Primeira Classe
na 2.ª Zona Aérea.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado na 2.ª Zona Aérea, de acordo com o disposto no § 3.º do art. 28 do Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 19.688, de 29 de setembro de 1945, um Hospital de Primeira Classe, cuja sede será em Recife.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.292 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Declara feriado para efeitos forenses o dia 8 de dezembro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Será feriado em todo o território nacional, para efeitos forenses, o dia 8 de dezembro, consagrado à Justiça.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.293 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o cargo isolado de Contabilista, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cargo isolado de provimento efetivo de Contabilista, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, fica com o vencimento elevado do padrão K para L.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a elevação do padrão de vencimentos do cargo a que se refere o presente Decreto-lei, fica desde já destacada da conta-corrente do Quadro Permanente, a importância de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros).

Art. 3.º A Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores apostilará o decreto do ocupante do cargo a que se refere o art. 1.º deste decreto-lei.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

DECRETO-LEI N.º 8.294 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria cargos de Redatores no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

- 1 — Redator, padrão L.
- 2 — Redator, padrão K.
- 2 — Redator, padrão J.

Art. 2.º O cargo isolado, de provimento efetivo, padrão L, de Redator do Serviço de Informações, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, fica transformado no de Redator, padrão N, e transferido deste para o Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Parágrafo único. O título de funcionário atingido por este decreto-lei será apostilado pelo órgão de pessoal do Ministério.

Art. 3.º Os ocupantes dos cargos a que se refere o presente decreto-lei não poderão ser transferidos para a carreira de Diplomata.

Art. 4.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto no Ministério das Relações Exteriores, anexo n.º 20 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos cruzeiros), suplementar à Verba 1.º — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Consignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.295 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza a concessão de um abono de emergência ao pessoal das autarquias federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as autarquias federais autorizadas a conceder ao seu pessoal um abono de emergência nunca superior à importância paga ou devida no mês de novembro do corrente ano, a título de vencimento, salário, gratificação de função e de representação.

Parágrafo único. O abono de emergência será pago no mês de dezembro relativo à despesa do pessoal, e considerados os recursos disponíveis, que serão utilizados proporcionalmente, quando insuficientes.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.296 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Guerra — Anexo n.º 17 do Orça-

mento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$.. 107.600,00 (cento e sete mil e seiscentos cruzeiros) em reforço da Verba

1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 17 — Diretoria de Intendência.

Art. 2.º Este Decreto-lei vigorará a partir de 1.º de novembro de 1945.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.297 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Guerra — Anexo n.º 17 do Orçamento Geral da República para 1945 — o crédito suplementar de Cr\$.. 10.600,00 (dezenove mil cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 17 — Diretoria de Intendência.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.298, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria cargo isolado no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e

lotado na Divisão do Imposto de Renda o cargo de Tradutor, padrão K.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de dois mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 2.200,00), à Subconsignação 01, Consignação I — Pessoal Permanente — da Verba 1 — Pessoal — do orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.299 DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Transfere ao Ministério da Viação e Obras Públicas as atribuições dadas à Coordenação da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 6.771, de 7 de agosto de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas ao Ministério da Viação e Obras Públicas as atribuições dadas à Coordenação da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 6.771, de 7 de agosto de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.300 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria cursos técnicos na Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, na Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, os cursos técnicos de química industrial e de mineração e metalurgia.

§ 1.º Os cursos técnicos de que trata o presente artigo serão mantidos enquanto não forem instaladas as escolas técnicas a que se refere os arts. 4.º e 7.º do Decreto-lei n.º 4.127, de 28 de fevereiro de 1942.

§ 2.º O curso técnico de química industrial funcionará na sede da Escola Nacional de Química e o de mineração e metalurgia na da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Art. 2.º A direção dos cursos técnicos de que trata o presente decreto-lei será confiada a professores catedráticos da Escola Nacional de Química e da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, designados pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 3.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções gratificadas:

1 superintendente do curso de química industrial: Cr\$ 6.600,00 anuais.

1 superintendente do curso de mineração e metalurgia: Cr\$ 6.600,00 anuais.

Parágrafo único. O tempo de serviço prestado na direção dos cursos técnicos será considerado para efeito de gratificação de magistério.

Art. 4.º Para atender, no mês de dezembro do corrente ano, ao pagamento das despesas decorrentes da execução do presente decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito de Cr\$ 1.100,00 (mil e cem cruzeiros), suplementar à verba 1 — Pessoal, consignação III — Vantagens, subconsignação 09, item 34

— Departamento de Administração,
08 — Divisão do Pessoal, anexo 15, do
orçamento em vigor.

Art. 5.º. O presente decreto-lei en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em
contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de
1945, 124.º da Independência e 57.º da
República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 3.301 — DE 6
DE DEZEMBRO DE 1945**

*Altera, sem aumento de despesa, o or-
çamento especial do Plano de Obras
e Equipamentos.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 160 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam sem aplicação as se-
guintes dotações do orçamento espe-
cial do Plano de Obras e Equipa-
mentos, para o exercício de 1945 (De-
creto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro
de 1944), na parte referente ao Mi-
nistério da Educação e Saúde:

Conservação I — Obras

- 02. Prosseguimento e conclusão de
obras iniciadas em exercícios an-
teriores e sua fiscalização, insta-
lações, aparelhamento e equipa-
mento
- 01. Prosseguimento e conclusão de
obras iniciadas em exercícios an-
teriores e sua fiscalização
- 34. Departamento Nacional de Saúde
- 13. Serviço Federal de Águas e Es-
gotos

Cr\$

- a) Prosseguimento das
obras complementa-
res para a adução
do Ribeirão das La-
ges, revisão de hi-
drômetros e trata-
mento de água..... 2.790.169,70
- b) Prosseguimento das
obras destinadas à
extensão da rede de
esgotos..... 4.634.263,50

- c) Prosseguimento dos
serviços de abaste-
cimento d'água para
os novos pavilhões
da Cidade das Me-
ninas..... 143.119,50

7.567.552,70

- 02. Instalações, aparelhamento e equi-
pamento
- 34. Departamento Nacional de Saúde
- 13. Serviço Federal de Águas e Es-
gotos

- a) Aquisição e assenta-
mento de válvulas e
peças especiais nas
redes de abastece-
mento de água..... 200.000,00

- b) Aquisição e assenta-
mento de hidrantes
e peças complemen-
tares..... 500.000,00

- c) Substituição de equi-
pamento nos ser-
viços de abastece-
mento de água..... 31.700,00

731.700,00

Art. 2.º Fica feita a seguinte alte-
ração no orçamento especial do Plano
de Obras e Equipamentos para o
exercício de 1945 (Decreto-lei núme-
ro 7.213, de 30 de dezembro de 1944,
alterado pelo Decreto-lei n.º 7.865, de
14 de agosto de 1945), na parte refe-
rente ao Ministério da Educação e
Saúde:

Conservação III — Disponibilidade

- 05. Dotação destinada às despesas de-
correntes de projetos novos ou al-
teração de projetos, obras a serem
iniciadas ou em prosseguimento,
equipamentos diversos, desapropri-
ação ou aquisição de imóveis
segundo autorização do Presidente
da República

- 04. Departamento de Administração

- 04. Divisão de Obras

Passa de..... 8.491.298,90
Para..... 16.190.556,70

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em
vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.302 DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, para atender ao pagamento dos salários devidos a Matilde Matarazzo Gargiulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), para atender ao pagamento dos salários devidos a Matilde Matarazzo Gargiulo, correspondentes ao período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1944, durante o qual lecionou língua e literatura italiana na Faculdade Nacional de Filosofia.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.303 DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a legislação tributária da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e de acordo com o art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam abolidos, no Distrito Federal, os seguintes impostos, taxas e rendas:

a) imposto sobre animais, na parte referente à matrícula (ns. 346 a 351 da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 2.740, de 4 de novembro de 1940), sem prejuízo das medidas de vigilância sanitária animal, consignadas no Decreto n.º 7.805, de 19 de julho de 1944;

b) imposto de turismo, regulado pelo Decreto n.º 121, de 14 de novembro de 1936;

c) imposto de licença para tráfego de carrinhos ou carrocinhas a mão para entrega de gêneros, ou não, bicicletas e veículos pequenos de tração animal, destinados a passeio de crianças;

d) taxa de numeração de ambulantes e de veículos, não sujeitos ao imposto de licença;

e) taxa de expediente, regulada pelo Decreto-lei n.º 242, de 11 de fevereiro de 1938, exceto quanto às rubricas constantes do artigo 1.º, § 1.º, letras a e c, elevadas respectivamente a Cr\$ 4,00 e Cr\$ 3,00; § 2.º, letras a e c § 7.º, elevadas a Cr\$ 4,00, e à multa cominada no § 10, letra d;

f) emolumento de inumações em sepultura raza nos cemitérios municipais e taxas consignadas nos números 316 a 318 da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 2.740, de 4 de novembro de 1940;

g) contribuição de calçamento, ressaltadas as dívidas existentes bem como a aplicação do regime de contribuição de melhoria, que vier a ser adotado;

h) imposto de transmissão *inter vivos* na arrematação de bens móveis em leilão ou hasta pública, previsto no art. 2.º do Decreto número 4.613, de 2 de janeiro de 1934;

i) imposto de sub-rogação de bens inalienáveis ou gravados com cláusulas de qualquer natureza, previsto no art. 2.º n.º 12, do Decreto número 4.613, de 2 de janeiro de 1934 e Decreto n.º 2.110, de 5 de abril de 1940;

j) taxa de averbação, regulada no Decreto-lei n.º 246, de 4 de fevereiro de 1938;

k) imposto de letreiros, placas e taboletas de colégios e ginásios, fiscalizados pelo governo federal;

l) emolumentos da caderneta de registro fiscal da propriedade;

m) imposto fixo e de selo nos bilhetes para ingresso nos teatros, entradas de cinema até Cr\$ 3,00, circos, clubes dramáticos, sociedades de amadores, concêrto, conferências e recitais, a que se refere o Decreto número 4.613, de 2 de janeiro de 1934;

n) taxas sobre matrículas, exames e diplomas, arrecadadas na Secretaria Geral de Educação e Cultura, por força do art. 106 do Decreto n.º 121 de 14 de novembro de 1936.

Art. 2.º Os cassinos pagarão por dia de funcionamento efetivo Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), nos períodos de janeiro a abril, novembro e dezembro, e Cr\$ 40.000,00 no período de maio a outubro, abolidas ainda a parte variável e a metade da renda dos ingressos, mas sem prejuízo dos tributos comuns devidos.

Art. 3.º O imposto de transmissão *inter-vivos* da propriedade imobiliária será cobrado na razão de 8 %, abolindo-se, porém, o de transcrição, regulado nos Decretos-leis ns. 46, de 2 de janeiro de 1934, 250, de 4 de fevereiro de 1938, e 1.294, de 25 de maio de 1939, e a taxa de serviços municipais.

Art. 4.º O imposto de veículos será cobrado na seguinte base:

a) automóveis para passageiros, de aluguel — Cr\$ 250,00;

b) outros automóveis, inclusive os destinados a transporte coletivo de mais de 10 passageiros — Cr\$ 300,00;

c) motocicletas e triciclos a motor — Cr\$ 100,00;

d) placa de experiência — Cr\$ 500,00;

e) veículos de tração animal de 4 rodas — Cr\$ 500,00;

f) idem de duas rodas — Cr\$ 300,00.

§ 1.º Os veículos de tração animal, providos de pneumáticos, gozarão da redução de 50 %, bem como os de tráfego exclusivo na zona rural.

§ 2.º É mantida a isenção de carroças particulares de lavradores e hortelãos, exclusivamente utilizadas no transporte de seus produtos, e registradas sem qualquer emolumento.

Art. 5.º A quitação de tributos devidos à Prefeitura, para o desembaraço das guias de transmissão, se restringirá ao período iniciado em 1 de janeiro de 1938, ressalvada a cobrança, em forma regular, de débitos anteriores e dos relativos à contribuição para calçamento de qualquer exercício, exclusivamente contra o alienante devedor.

Parágrafo único. É mantido o regime de quitação separada de taxas de águas e esgotos até que os serviços a elas relativos sejam concentrados no Departamento da Renda Imobiliária.

Art. 6.º A multa de mora sobre impostos pagos fora do exercício será de 10 % sobre o débito calculado ao tempo de seu encerramento, sendo elevado a 20 % com o início da cobrança judicial, promovida logo depois de um ano da amigável, no Departamento do Contencioso Fiscal.

Art. 7.º Quando a Prefeitura propuser base para o pagamento do imposto de transmissão de propriedade *inter vivos*, com a qual o interessado não concorde, poderá este recolher a diferença, a título de depósito, para imediato desembaraço da guia.

§ 1.º O depósito será conservado nos cofres municipais com esse caráter, para pronta restituição total ou parcial, sem dependência de registro de despesa, até final decisão administrativa e ainda até o desfecho de processo judicial, se for iniciada ação dentro em três meses daquela, mediante prévia comunicação do juízo ao Departamento de Rendas Diversas.

Art. 8.º O imposto de transmissão de propriedade, nos casos de cessão de promessa de venda, procuração em causa própria ou irrevogável e venda a pessoa a declarar, incidirá sobre a parte do preço já satisfeito até a data da transferência.

§ 1.º É igualmente tributável a rescisão de promessa de venda, em fraude desse tributo, podendo ser o imposto cobrado, a todo tempo, em que se verificar a existência do ato, de qualquer dos contratantes.

§ 2.º A taxa será aplicada pela metade, quando recair a promessa sobre

terrenos loteados sob o regime do Decreto-lei n.º 53, de 1937, e ainda, quando não estiver ela registrada no cartório de imóveis, não constar de escritura pública ou ressalvar expressamente a faculdade de arrendimento.

Art. 9.º O imposto de transmissão *causa mortis* continuará a ser cobrado, de acordo com o Decreto-lei número 2.224, de 23 de maio de 1940, suprimidas as tabelas relativas a colaterais além do terceiro grau.

Parágrafo único. Fica mantida a taxa adicional sobre o imposto relativo às cotas dos herdeiros residentes no estrangeiro.

Art. 10. Em caso de venda de imóvel até a partilha, será atendida, para mais ou para menos, a alteração de valor verificada em praça ou leilão.

Parágrafo único. Se o pagamento do imposto se demorar por mais de um ano a partir da avaliação, a Prefeitura poderá requerer outra, sem prejuízo da aplicação do Decreto-lei n.º 351, de 24 de março de 1938.

Art. 11. As presentes modificações da legislação tributária do Distrito Federal, que continua plenamente em vigor nas partes não alteradas, serão aplicadas a partir do exercício de 1946 e atendidas no respectivo orçamento.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.304 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Transforma a Comissão de Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A Comissão do Plano da Cidade, criada pelo Decreto núme-

ro 6.092, de 8 de novembro de 1937, fica transformada em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2.º O Departamento de Urbanismo será dirigido por um Diretor, padrão P, cargo que fica criado, bem como dois de Chefes de Serviço, sendo um Técnico, padrão N, e outro de Correspondência, padrão L, cargos esses que serão providos em comissão.

Art. 3.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a redistribuir os serviços da Secretaria Geral de Viação e Obras, tendo em vista os interesses da Cidade e o maior rendimento de trabalho especializado nos seus diversos Departamentos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.305 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Suprime dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que, pela Lei Constitucional n.º 14, de 17 de novembro de 1945, foi extinto o Tribunal de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida para a habilitação ao registro da profissão jornalística, a que se refere o artigo 310 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, a exigência contida na alínea c do artigo 311 da mesma Constituição.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.306 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei n.º 7.961, de 18 de setembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As alíneas *a* e *b* do § 1.º do art. 22 do Decreto-lei n.º 7.961, de 18 de setembro de 1945, passam a ter a seguinte redação:

a) a verificação, em cada caso, da real situação económica, financeira e patrimonial da sociedade, bem como da efetiva constatação das suas finalidades exclusivas de caridade e beneficência;

b) a circunstância de não distribuir a sociedade, a qualquer título, dividendos, bonificações, gratificações ou auxílios aos seus diretores ou associados, por conta dos resultados financeiros da entidade, salvo os que rigorosamente se enquadraram nos planos de beneficência ou assistência aos associados.

Art. 2.º Ficam introduzidos os seguintes parágrafos no art. 22 do Decreto-lei n.º 7.961, de 18 de setembro de 1945:

§ 3.º O Conselho Nacional do Serviço Social, para instrução dos processos de isenção, deverá solicitar ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as informações quanto às condições de custo de vida e de salário locais, comunicando ao mesmo Serviço, para fins de estatística e registro, todas as decisões tomadas quanto às isenções previstas neste artigo.

§ 4.º Dentro do prazo de 60 dias, os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde deverão expedir em conjunto as normas gerais que regularão os processos de isenção a serem examinados pelo Conselho Nacional do Serviço Social.

Art. 3.º Fica estabelecido o prazo de 90 dias a contar da publicação deste decreto-lei para que as entidades interessadas requeiram, se assim entenderem, a isenção a que se refere o art. 22 do Decreto-lei n.º 7.961, de 18 de setembro de 1945.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em execução na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.307 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a redação do art. 3.º, do Decreto-lei n.º 7.496, de 26 de abril de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 7.496, de 26 de abril de 1945, fica alterado para o seguinte:

“Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Distrito Federal, assinar-se-á, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 13.249, de 1945, o contrato de aforamento, com a cláusula de que há isenção do fôro que se calcular enquanto o domínio útil do terreno aforado fizer parte do patrimônio da Sociedade Brasileira de Química.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Re-

gistro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

§ 3.º Nenhum ônus ou contribuição fiscal, federal ou municipal, gravará a qualquer título o terreno aforado, de que trata o presente Decreto-lei, estendendo-se os favores deste parágrafo às benfeitorias e construções que no mesmo se fizerem.

§ 4.º A Sociedade Brasileira de Química, para a finalidade da construção do edifício-sede mencionado no parágrafo único do art. 2.º, poderá contrair, com qualquer entidade autárquica ou de economia mista ou privada, empréstimo em dinheiro, com garantia anticrética de duração não excedente de quinze anos, ficando permitido à mesma Sociedade dar em locação parte do edifício "Casa da Química", cuja renda se destina à realização dos fins especificados no art. 2.º, do Título I, de seus Estatutos, ou com garantia hipotecária do domínio útil do terreno aforado, ficando entendido que, em caso de sub-rogação de direitos, à entidade mutuante passarão as obrigações impostas à Sociedade foreira mutuária.

§ 5.º Nenhuma alteração estatutária poderá modificar, sem prévia autorização do Governo, o dispositivo dos Estatutos ora em vigor, que manda reverter à União, em caso de extinção da Sociedade, o respectivo patrimônio constituído por sua sede com as respectivas instalações e benfeitorias.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.308 DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a autonomia técnico-administrativa do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Departamento dos Correios e Telégrafos, órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, passará a funcionar com autonomia técnico-administrativa, observadas as limitações estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 2.º — A direção do Departamento dos Correios e Telégrafos será exercida por um Diretor Geral, de livre escolha e nomeação do Presidente da República e subordinado diretamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º — Caberá ao Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, assistido por um Conselho Administrativo e pelos demais órgãos do Departamento, traçar a orientação das atividades dos serviços postais e de telecomunicações, observados as convenções, os acordos e regulamentos internacionais.

Parágrafo único — A constituição e competência do Conselho Administrativo serão determinadas no regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 4.º — As tarifas dos serviços postais e de telecomunicações serão fixadas em lei, observados as convenções, os acordos e regulamentos internacionais e tendo em vista os estudos realizados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos sobre o custo da exploração dos serviços e as condições econômicas das diferentes regiões geográficas do país.

Parágrafo único — No caso de necessidades imprevistas e de solução inadiável, o Ministro da Viação e Obras Públicas, à vista de proposta do Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, poderá autorizar, em caráter provisório, a criação de taxas para serviços novos.

Art. 5.º — Anualmente, o Diretor Geral dos Correios e Telégrafos encaminhará ao Ministro da Viação e Obras Públicas, na época fixada, em lei, o programa econômico-financeiro para o exercício seguinte, justificando a estimativa da receita e a previsão da despesa.

Art. 6.º — No Orçamento Geral da República a renda do Departamento dos Correios e Telégrafos continuará a constituir Receita da União e a despesa será atendida por dotação global.

Parágrafo único — Os recursos concedidos ao Departamento dos Correios e Telégrafos no Plano de Obras e Equipamentos serão aplicados na conformidade da legislação atinente ao referido plano.

Art. 7.º — A dotação global a que se refere o artigo anterior será considerada automaticamente registrada pelo Tribunal de Contas e distribuída ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 8.º — Promulgado o Orçamento Geral da República, o Diretor Geral dos Correios e Telégrafos submeterá à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, até 15 de janeiro, a discriminação da despesa do Departamento, dentro da dotação global concedida na forma do art. 6.º.

Parágrafo único — Enquanto não for aprovada a discriminação a que se refere este artigo, o Departamento dos Correios e Telégrafos poderá pô-la em execução, considerando-se ratificados com a aprovação os atos expedidos naquele período.

Art. 9.º — Durante o exercício financeiro, o Ministro da Viação e Obras Públicas, atendendo a necessidades supervenientes, poderá alterar a discriminação da despesa a que se refere o artigo anterior, mediante proposta do Diretor Geral dos Correios e Telégrafos.

Art. 10 — A Contadoria Geral da República manterá Contadorias Seccionais junto ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 11 — O Tribunal de Contas julgará, *a posteriori*, a comprovação

das despesas do Departamento dos Correios e Telégrafos sujeitas a seu registro.

Art. 12 — O Diretor Geral dos Correios e Telégrafos poderá celebrar contratos cujas despesas se enquadrem na discriminação aprovada e, para esse fim, delegar poderes aos Diretores Regionais.

Art. 13 — Os contratos de construções, reparações, instalações e de aquisição de material, cujas despesas tenham de ser realizadas em mais de um exercício, ficarão sujeitos à aprovação prévia do Ministro da Viação e Obras Públicas; e aqueles cujo valor total ultrapassar de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) dependerão, ainda de registro prévio do Tribunal de Contas.

Art. 14 — Os contratos para execução de serviços, construções, reparações, instalações e de aquisição de material serão precedidos de concorrência ou coleta de preços conforme instruções aprovadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 1.º — Quando as condições peculiares à região em que tenham de ser executados os contratos tornarem impraticável a concorrência ou a coleta de preços, bem como em casos especiais ou urgentes, o Ministro da Viação e Obras Públicas poderá autorizar a dispensa daquelas formalidades, para a celebração de contratos de construções, reparações, instalações e de aquisição de material.

§ 2.º — Nas mesmas condições excepcionais a que se refere o parágrafo anterior, o Diretor Geral dos Correios e Telégrafos poderá dispensar a concorrência ou a coleta de preços para a celebração de contratos de execução de serviços.

Art. 15 — A aquisição de material será efetuada diretamente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, observadas as normas adotadas pelo Departamento Federal de Compras e as estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sempre que se adaptarem ao regime de autonomia previsto neste decreto-lei.

Art. 16. O Departamento dos Correios e Telégrafos poderá manter ofi-

cinas gráficas próprias, localizadas de forma que atendam, com presteza, às necessidades dos serviços nas diferentes regiões do país.

Parágrafo único. A padronização adotada no Serviço Público Civil será mantida nos impressos e modelos que não forem de uso privativo do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 17. Os serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos serão executados por funcionários e extranumerários.

§ 1.º Os funcionários integrarão um quadro constituído de carreiras e cargos isolados.

§ 2.º Os extranumerários serão somente admitidos para a execução de serviços de natureza transitória, de condução de malas, de trabalhos braçais e de construções, reparações e instalações.

Art. 18. As carreiras serão estruturadas de forma que atendam à lotação dos serviços de caráter permanente.

Art. 19. As carreiras de classe final até "H" e as de classe inicial "I" ou superior terão uma só entrância. As carreiras com classes inferiores e superiores à classe "H" terão duas entrâncias.

Art. 20. Os cargos de classe até "H" serão providos mediante ato do Diretor Geral dos Correios e Telégrafos e os demais por decreto.

Parágrafo único. O Diretor Geral poderá delegar poderes aos Diretores Regionais para prover os cargos iniciais de determinadas carreiras.

Art. 21. A admissão de extranumerários será feita pela forma que for estabelecida na regulamentação do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 22. Quando a ocorrência de vaga, em classe inicial inferior a "H", depender de promoção, o claro na carreira poderá ser preenchido, a título precário, atribuindo-se ao admitido os proventos da classe inicial da carreira respectiva.

Parágrafo único. A admissão de que trata este artigo será feita pelo Diretor Geral dos Correios e Telégrafos.

Art. 23. O Departamento dos Correios e Telégrafos poderá contratar técnicos, nacionais ou estrangeiros, para funções auxiliares de orientação, planejamento e execução.

Art. 24. A seleção de pessoal será feita pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, observadas as normas gerais adotadas no Serviço Público Civil que se adaptem ao regime de autonomia previsto neste decreto-lei e às necessidades peculiares aos seus serviços.

Art. 25. O processamento dos atos relativos a pessoal será feito no Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 26. Para proceder aos estudos necessários à reorganização do Departamento dos Correios e Telégrafos é criada uma Comissão de Planejamento, que funcionará sob a presidência do Diretor Geral, reunindo-se, pelo menos, três vezes por semana.

Art. 27. A Comissão de Planejamento será constituída de 8 membros, designados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, sendo 4 do Departamento dos Correios e Telégrafos e 4 de livre escolha dentre pessoas de notória competência e tirocinio em assuntos técnicos, administrativos e contábeis que se relacionem com as atividades do mesmo Departamento.

§ 1.º Por proposta da Comissão de Planejamento poderão ser constituídas subcomissões técnicas para elaborarem ante-projetos, de acordo com diretrizes traçadas pela Comissão.

§ 2.º O Diretor Geral dos Correios e Telégrafos designará um secretário para a Comissão de Planejamento, os membros das subcomissões técnicas e os servidores necessários aos trabalhos das mesmas.

Art. 28. Os membros da Comissão de Planejamento serão designados dentro de quinze dias da data da publicação deste decreto-lei e iniciarão os seus trabalhos imediatamente.

Art. 29. Competirá à Comissão de Planejamento estudar e elaborar projetos:

a) de reestruturação administrativa do Departamento dos Correios e Telégrafos;

b) de regulamentos de pessoal, de material e de contabilidade próprios ao Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo em vista o regime de autonomia previsto neste decreto-lei e os princípios gerais adotados no Serviço Público Civil;

c) de discriminação — tipo da despesa do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro de um sistema de contabilização industrial;

d) de reorganização e reestruturação do quadro e das tabelas de pessoal, estabelecendo as carreiras e os cargos isolados conforme a especialização exigida e a responsabilidade decorrente das atribuições e funções e determinando a quantidade de cargos de cada carreira ou isolados, com o fim de lotar os serviços de caráter permanente;

e) de um plano de telecomunicações que atenda às necessidades atuais do tráfego telegráfico e às previsíveis em futuro razoável, utilizados os recursos da moderna técnica de comunicações;

f) de um plano de manutenção de material, fixando a localização dos respectivos centros, com oficinas para reparo, recuperação e, só eventualmente, confecção, bem como estabelecendo os escalões para a realização desse serviço;

g) de regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Parágrafo único. Caberá à Comissão de Planejamento estudar e propor a adoção de outras providências necessárias à reorganização do Departamento dos Correios e Telégrafos e orientar a implantação do regime de autonomia previsto neste decreto-lei.

Art. 30. Os projetos elaborados pela Comissão de Planejamento e as propostas que a mesma apresentar, de acordo com o que dispõe o art. anterior e seu parágrafo único, serão submetidos à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 31. O Governo regulamentará a execução deste decreto-lei, expedindo os atos relativos aos assuntos previstos no art. 29.

Art. 32. A Comissão de Planejamento será extinta por ato do Governo, quando concluídos os seus trabalhos.

Art. 33. Continua em vigor no Departamento dos Correios e Telégrafos a atual legislação até que sejam regulamentadas as disposições deste decreto-lei.

Art. 34. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — José Linhares. — Maurício Joppert da Silva. — J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.309 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade a construção, conservação, melhoramentos e polícia das estradas de rodagem federais.

Art. 2.º A competência e estrutura do D.N.E.R. serão estabelecidas no respectivo regimento, que fixará, também, a competência dos órgãos do Departamento e definirá as atribuições de seus funcionários.

Art. 3.º Ficam incluídos no Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas:

1 — Cargos em comissão

2 — Diretor de Divisão (de Estudos e Projetos e de Construção e Conservação), Pa-drão P.

II — Funções gratificadas, anuais

	Cr\$
1 — Chefe de Serviço (de Administração)	9.600,00
1 — Assistente Técnico	10.800,00
6 — Chefe de Seção (de Estudos e Traçados de Obras d'Arte; de Investigações Técnico-Econômicas; de Construção; de Conservação; de Tráfego)	9.600,00
1 — Chefe do Laboratório Central	10.800,00
1 — Chefe do Serviço de Equipamento Mecânico	10.800,00
20 — Chefe de Distrito Rodoviário	10.800,00
3 — Chefe de Seção (de Pessoal, de Material, de Orçamento)	5.400,00
1 — Chefe de Seção (de Comunicações)	3.000,00
1 — Chefe da Biblioteca	2.400,00
1 — Chefe da Portaria	2.400,00
1 — Secretário do Diretor Geral	5.400,00

Art. 4.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, no mês de dezembro do corrente ano, ficam abertos, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para 1945, os seguintes créditos suplementares:

I — de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação 01 — Pessoal Permanente — 04 — Departamento de Administração — 06 — Divisão do Pessoal;

II — de Cr\$ 28.150,00 (vinte e oito mil cento e cinquenta cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 09 — Funções gratificadas — 04 — Departamento de Administração — 06 — Divisão do Pessoal.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados a Lei número 467, de 31 de julho de 1937; o Decreto-lei n.º 1.134, de 6 de março

de 1939, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Jopper da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.310 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre promoção de funcionários do extinto Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os cargos vagos existentes no extinto Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, em virtude de alteração das respectivas carreiras, poderão ser preenchidos por promoção, independentemente do interstício de setecentos e trinta (730) dias a que se refere o artigo 48 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, quando não houver funcionário que satisfaça aquela exigência.

Art. 2.º O funcionário promovido sem interstício, na forma do artigo 1.º, não poderá obter nova promoção antes de decorridos dois anos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.311 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados, substituindo o Decreto-lei n.º 7.995, de 24 de setembro do corrente ano e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando a urgente necessidade de melhorar e ampliar o aparelhamento dos principais portos nacionais, para que possam atender devidamente, ao surto do comércio e da navegação de após guerra e ao desenvolvimento das regiões a que servem;

Considerando que as dificuldades de aquisição, durante a guerra, de máquinas e materiais, obrigou o aparelhamento existente nos portos, a esforços e desgastes excessivos, sem a conveniente conservação e impediu a ampliação dêsse aparelhamento, de modo que, os programas de realizações indispensáveis e urgentes, exigem o dispêndio de importâncias que ascendem a elevadas cifras;

Considerando que a receita bruta arrecadada nesses portos e decorrente das taxas portuárias normais, em vigor, nos referidos portos, não permite às respectivas administrações a obtenção dos recursos necessários à execução dos aludidos programas de realizações;

Considerando que o montante das inversões a serem feitas exigirá a realização de operações de crédito, que serão de considerável vulto, para muitos dos referidos portos, com os consequentes encargos de juros e amortização;

Considerando, finalmente, que o valor médio das mercadorias movimentadas nos aludidos portos, comporta a criação de uma taxa razoável, cujo produto constitua uma receita especialmente destinada a atender aos encargos de juros e amortização das operações de crédito que se verificarem precisas, para a imediata e urgente realização do melhoramento e ampliação do aparelhamento dos ditos portos, e que a utilização criteriosa e controlada dessa receita especial, redundará em melhora dos serviços portuários em benefício da economia nacional,

Decreta:

Art. 1.º. É criada a taxa de emergência, cobrável sobre a tonelagem de mercadorias movimentadas de ou para navio ou embarcação auxiliar, nos portos cuja administração esteja

a cargo da União, de autarquias, ou de concessionários, mediante prévia autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º. O produto da taxa de emergência ora criada, destina-se a atender aos encargos de juros e amortização das operações de crédito que as administrações ou os concessionários dos referidos portos realizem para o financiamento das obras, serviços e aquisições necessárias ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos ditos portos, compreendidas em relações-programas que sejam submetidas ao estudo do Ministério da Viação e Obras Públicas, com a estimativa do respectivo custo e devidamente justificadas, e que sejam aprovadas pelo Ministro.

Art. 3.º. A taxa de emergência será de Cr\$ 0,005 (cinco décimos de centavos), por quilograma de mercadoria movimentada, mas, será aplicada somente, nos portos em que a cobrança fôr autorizada, para o fim estabelecido no art. 2.º, dêste Decreto-lei, cabendo ao Ministro da Viação e Obras Públicas fixar a data em que essa cobrança deva ser iniciada.

Art. 4.º. O produto dessa taxa de emergência será recolhido, pela respectiva administração do porto, semanalmente, ao Banco do Brasil, em conta especial, que só poderá ser movimentada com a finalidade prevista no art. 2.º e de acôrdo com o que determina o § 2.º do art. 5.º, dêste Decreto-lei.

Art. 5.º. As operações de crédito a que se refere o art. 2.º dêste Decreto-lei, serão estudadas e tratadas pelas administrações ou pelos concessionários dos portos cujas relações-programas de obras, serviços e aquisições tenham sido, devidamente, aprovadas como determina o mesmo artigo. Essas operações de crédito serão submetidas à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, com a indicação da respectiva modalidade, taxa de juros, prazo de amortização e outros detalhes que sejam de interesse para seu perfeito julgamento. As aludidas operações de crédito só poderão ser realizadas me-

dante expressa autorização do mesmo Ministro.

§ 1.º O ato do Ministro da Viação e Obras Públicas autorizando qualquer das operações de crédito referidas neste artigo, empenha, automaticamente, como garantia dessa operação de crédito o produto da taxa de emergência, criada por este Decreto-lei e arrecadada no pórtio para o qual a aludida operação fôr realizada.

§ 2.º O Ministro da Viação e Obras Públicas dará conhecimento ao Banco do Brasil, do ato com que autorizar a realização da operação de crédito e comunicará a importância dos encargos dessa operação, para cuja cobertura a administração ou o concessionário do pórtio em causa, fica autorizado a movimentar a conta especial de que trata o art. 4.º d'este Decreto-lei.

§ 3.º Desde que em qualquer tempo, durante o prazo de amortização da operação de crédito realizada, se verifique que o saldo da conta especial referida no art. 4.º, d'este Decreto-lei, ascende a importância superior à necessária para cobrir os encargos de juros e amortização dessa operação, durante três anos, o Ministro da Viação e Obras Públicas poderá determinar a aplicação da importância excedente, ao aumento da quota dos aludidos encargos, destinada à amortização, reduzindo, assim, o prazo da dita operação.

§ 4.º A cobrança da taxa de emergência cessará, por determinação do Ministro da Viação e Obras Públicas, nos portos em que a respectiva conta especial de que trata o art. 4.º, d'este Decreto-lei acuse saldo disponível suficiente para os juros a pagar e para a amortização do remanescente da operação de crédito realizada, amortização que, nesse caso, será levada a efeito, imediatamente.

Art. 6.º O Ministro da Viação e Obras Públicas reconhecendo urgência na execução de determinadas obras, serviços e aquisições constantes da relação-programa aprovada, para melhor atender às exigências do tráfego dos portos que, pelo vulto

dessas obras, serviços e aquisições requeiram operações de crédito a longo prazo, cuja realização é mais demorada, autorizará a administração ou concessionário do pórtio em causa, a realizar uma operação temporária a curto prazo, por crédito bancário ou em Instituto de Assistência Social, obtendo os recursos precisos para aquelas obras e aquisições de maior urgência.

Parágrafo único. A essa operação de crédito temporária a curto prazo, cujo saldo devedor será resgatado desde que se realize a operação de crédito a longo prazo, applica-se o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 5.º d'este Decreto-lei.

Art. 7.º Ficam autorizados os Institutos de Assistência Social a aplicar, de acôrdo com sua conveniência, reservas de que disponham, no financiamento das obras e aquisições de que trata este Decreto-lei.

Art. 8.º O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, por intermédio dos Chefes dos Distritos de Fiscalização, requisitará do Banco do Brasil, semestralmente, ou quando essa providência se tornar necessária, extratos das contas especiais a que se refere o art. 4.º d'este Decreto-lei, demonstrando o respectivo movimento, no período decorrido depois da última informação, dessa natureza, que tiver recebido. Esses extratos de contas serão enviados ao Ministro da Viação e Obras Públicas, devidamente informados, para os efeitos do disposto nos parágrafos 3.º e 4.º, do art. 5.º.

Art. 9.º Nenhuma parcela das despesas que forem pagas pelas administrações de portos a cargo de concessionários, com o produto de qualquer das duas modalidades de operações de crédito previstas nos artigos 5.º e 6.º d'este Decreto-lei poderá ser computada como despesa de custeio, ou incorporada à conta patrimonial, ou de capital, que essas administrações mantenham em sua contabilidade.

Art. 10.º O Ministro da Viação e Obras Públicas baixará instruções para a fiel execução d'este Decreto-

lei, regulando a contabilização da arrecadação e aplicação do produto da taxa de emergência, bem como, da utilização do produto das operações de crédito que forem realizadas, de forma a assegurar a conveniente fiscalização do emprêgo da receita especial criada, nos portos nacionais, por este, Decreto-lei, com a finalidade de beneficiar a economia nacional.

Parágrafo único. A aplicação indevida do produto de operações de crédito, referido neste artigo, constitui falta grave de administração do porto que assim proceder, punível com as sanções regulamentares, ou contratuais, a que estiver sujeita.

Art. 11. O presente Decreto-lei substitui o Decreto-lei n.º 7.995, de 24 de setembro do corrente ano e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.312

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.313, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre jornais e empresas jornalísticas pertencentes aos governos da União, dos Estados e das entidades autárquicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que não é próprio dos governos, de índole democrática, manter jornais de doutrinação ou de informação;

Considerando que, para publicação dos atos do governo, bastam os jornais oficiais;

Considerando que a pregação de princípios pela imprensa e noticiário público é função da imprensa particular, partidária ou não;

Considerando que estão sempre prontos os jornais particulares a publicar as informações que o governo entenda dar ao público;

Considerando que não deve o poder público entrar em concorrência mercantil com as empresas particulares de nenhuma espécie; Decreta:

Art. 1.º A divulgação obrigatória dos atos do governo competirá aos jornais oficiais da União ou nos Estados.

Art. 2.º As empresas de publicação e editoras de jornais, revistas ou livros de qualquer natureza pertencentes à União ou aos Estados, serão postas a venda, mediante concorrência pública, a cargo do Ministério da Fazenda, ou das Secretarias da Fazenda nos Estados, dentro de trinta dias contados da publicação desta lei.

Parágrafo único Serão igualmente postas a venda as ações que os governos da União e dos Estados ou as entidades paraestatais ou autárquicas possuam em empresas de publicidade.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.314 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria e inclui cargos na lotação permanente da Alfândega de Jaguarão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e incluídos na lotação permanente

da Alfândega de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, os seguintes cargos:

- 1 — Almoxarife
- 2 — Dactilógrafo
- 1 — Arquivista
- 8 — Escriturário
- 3 — Oficial Administrativo
- 14 — Polícia Fiscal.

Art. 2.º A despesa de Cr\$ 43.900,00 (quarenta e três mil e novecentos cruzeiros), no atual exercício, decorrente do disposto neste Decreto-lei, correrá à conta do crédito aberto pelo artigo 8.º do Decreto-lei n.º 7.837, de 7 de agosto de 1945.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.315 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cálculo da gratificação de magistério, a que se referem os Decretos-leis ns. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, 4.667, de 8 de setembro de 1942, e 6.660, de 5 de julho de 1944, obedecerá às seguintes normas:

I — ao cabo de 10 anos, a gratificação será igual à diferença entre o padrão de vencimento do cargo efetivo e o padrão imediatamente superior;

II — ao cabo de 20 anos, será igual à diferença entre o padrão de ven-

cimento do cargo efetivo e o padrão que se seguir, na escala, ao imediatamente superior.

Art. 2.º O regime de gratificação de magistério, a que se referem o artigo anterior e as leis citadas, fica extensivo aos ocupantes efetivos dos seguintes cargos:

I — Do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde:

a) Professor, padrão K, da Escola Nacional de Música;

b) Professor, padrão K, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos;

c) Professor, padrões I, J e K, e Instrutor, padrão J, das Escolas Técnicas e Industriais;

d) Professor, padrões I, J e K, e Instrutor, padrão J, do Instituto Benjamin Constant;

e) Professor, padrão J, do Colégio Pedro II.

II — Do Quadro Suplementar do mesmo Ministério:

Professor, padrão K, do Colégio Pedro II.

Art. 3.º Para efeito da concessão da gratificação, será considerado de efetivo exercício no magistério o tempo de serviço em que o funcionário exercer função gratificada de Professor-Chefe ou Instrutor-Chefe, das Escolas Técnicas e Industriais, ou Chefe de Ensino, do Instituto Benjamin Constant.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1946.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.316 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Arquivologista do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, na forma da Tabela anexa, a carreira de Arquivologista do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente exercício, à despesa com provimento de nove (9) cargos da classe I da carreira de Arquivologista, fica desde já destacada da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério, a impor-

tância de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, anexo 20 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
1	<i>Arquivologista</i>	L	—	1	—	2	<i>Arquivologista</i>	L	—	2	—
2	K	—	2	—	3	K	—	3	—
3	J	—	3	—	5	J	—	5	—
4	I	—	—	6	9	I	—	5	10
10				6	6	19				15	10

OBSERVAÇÕES: Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os cargos vagos das classes superiores. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 10.

DECRETO-LEI N.º 8.317 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga a vigência do crédito aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei número 6.646, de 29 de junho de 1944:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1946, a aplicação da parcela de trinta e dois milhões, sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois cruzeiros (Cr\$ 32.065.572,00) que, à conta, do crédito especial de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000,00), aberto pelo Decreto-lei n.º 6.646, de 29 de junho de 1944, e prorrogada até o encerramento do exercício de 1945, pelo Decreto-lei n.º 7.188, de 22 de dezembro de 1944, foi destinada à aquisição de trilhos *relayers*.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.318 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00, à Verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo 14 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23-12-44), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c 21 — Forragem e outros alimentos para animais

19 — Departamento Nacional da Produção Animal

04 — Divisão do Fomento da Produção Animal — Cr\$ 200.000,00.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.319 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 580.000,00 para pagamento de indenização decorrente de desapropriação de terrenos situados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da indenização decorrente da desapropriação de terrenos no Estado do Rio de Janeiro, ordenada pelo Decreto-lei n.º 6.875, de 15 de setembro de 1944, nos termos da avaliação procedida pela comissão prevista no art. 3.º do mesmo decreto-lei.

Art. 2.º Fica sem aplicação no Anexo 4 — Ministério da Agricultura, do Plano de Obras e Equipamentos para o corrente exercício, aprovado pelo Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944, a dotação de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), atribuída ao Serviço Florestal para a aquisição de terrenos destinados à Estação Experimental de Quina (Consignação II — Desapropriação e Aquisição de Imóveis; Sub-consignação 04 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis).

Art. 3.º O crédito especial aberto pelo art. 1.º deste decreto-lei será distribuído ao Tesouro Nacional e colocado no Banco do Brasil à disposição do Procurador Regional da República no

Estado do Rio de Janeiro para atender ao pagamento da indenização mencionada.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.320 — DE 7
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 155.000,00, para os serviços que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros) para atender às despesas (Obras e Equipamentos) com as adaptações que se fizerem necessárias para a instalação de Almoxarifado da Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º O crédito de que trata o presente Decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.321 — DE 7
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera o parágrafo único do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 8.208, de 22 de novembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o parágrafo único do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 8.208, de 22 de novembro de 1945:

“O interventor designado, que exercerá a intervenção sem prejuízo das funções do seu cargo ou posto, perceberá, a título de gratificação de representação, a importância mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), que será paga à conta dos recursos da Comissão Executiva da Pesca”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.322 DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1945

Torna extensivo aos servidores dos Territórios Federais o abono de emergência concedido aos servidores civis e militares da União.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos servidores dos Territórios Federais, civis e militares, o abono de emergência, a que se refere o Decreto-lei número 8.169, de 12 de novembro de 1945, na forma do parágrafo único do respectivo artigo 1.º.

Art. 2.º A despesa, com a execução do disposto no artigo anterior, correrá à conta do crédito especial aberto pelo artigo 2.º do Decreto-lei número 8.169, de 12 de novembro de 1945.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.323 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera o efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais fica acrescido dos seguintes oficiais:

- 5 Capitães-Tenentes.
- 10 Primeiros-Tenentes.
- 20 Segundos-Tenentes.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

LEGISLAÇÃO

Organizado o D. A. S. P.:

DECRETO-LEI N.º 8.323-A — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1945

Reorganiza o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e atendendo ao que dispõe o artigo 67 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) diretamente subordinado ao Presidente da República, é um órgão de estudo e orientação dos problemas da administração pública, exercendo as suas atividades no sentido de cooperação e articulação com os órgãos do serviço civil federal.

Parágrafo único. As atividades executivas e fiscalizadoras de administração geral ou específica competirão aos órgãos ministeriais próprios.

Art. 2.º Compete ao D. A. S. P., além das atribuições que lhe confere o art. 67 da Constituição:

a) seleccionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias do Supremo Tri-

bunal Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e os do magistério e da magistratura;

b) promover a readaptação e aperfeiçoamento dos servidores civis da União;

c) apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.

Art. 3.º O D. A. S. P. será constituído das seguintes Divisões:

Divisão do Orçamento e Organização — D. O.

Divisão de Pessoal — D. P.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento — D. S. A.

Divisão de Edifícios Públicos — D. E. P.

Serviço de Documentação — S. D.

Serviço de Administração — S. A.

Art. 4.º O D. A. S. P. será dirigido por um Diretor Geral, padrão R, de immediata confiança do Presidente da República, nomeado em comissão.

Art. 5.º Ficam transferidos para o Departamento Federal de Compras, do Ministério da Fazenda, o Conselho de Administração de Material, criado pelo Decreto-lei n.º 5.715, de 31 de julho de 1943 e a Divisão de Material, criada pelo Decreto-lei n.º 579, de 30 de julho de 1933, que atualmente integram o D. A. S. P.

Art. 6.º Fica criado, junto ao D. A. S. P., o Conselho de Administração (C. A.), órgão integrante dos sistemas de orçamento, organização, pessoal e construção de edifícios públicos, em substituição ao Conselho Deliberativo (C. D.), criado pelo art. 9.º, do Decreto-lei n.º 579, de 30 de julho de 1933 e ao Conselho de Administração de Pessoal (C. A. P.), criado pelo Decreto-lei n.º 5.937, de 28 de outubro de 1943.

Art. 7.º O C. A. terá por finalidade promover a melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos de organização, de pessoal, de orçamento e os relativos à construção de edifícios públicos.

Art. 8.º O C. A. compõe-se:

I — quando convocado para estudar problemas de organização: — do Diretor da D. O. do D. A. S. P. e dos Presidentes das Comissões de Eficiência dos Ministérios;

II — quando convocado para estudar problemas de orçamento: — do Diretor da D. O. do D. A. S. P. e dos Diretores das Divisões de Orçamento dos Ministérios;

III — quando convocado para estudar problemas de pessoal: — dos Diretores da D. P. e da D. S. A. do D. A. S. P. e dos Diretores das Divisões e Serviço de Pessoal dos Ministérios;

IV — quando convocado para estudar questões referentes à construção de edifícios públicos: do Diretor da D. E. P. do D. A. S. P. e dos Diretores das Divisões de Obras dos Ministérios.

Art. 9.º As reuniões do C. A. serão presididas pelo Diretor Geral do D. A. S. P.

Parágrafo único. Auxiliará os seus trabalhos o Secretário do Diretor Geral do D. A. S. P.

Art. 10. O C. A. terá atribuição consultiva e orientadora, pronunciando-se pela maioria dos seus componentes.

Art. 11. Ficam extintos três cargos de Diretor de Divisão, padrão R, bem como as gratificações de função relativas aos órgãos extintos, constantes do Quadro Permanente do D. A. S. P.

Art. 12. O Diretor Geral do D. A. S. P. submeterá ao Presidente da República, dentro do prazo de 15 dias, o novo regimento do D. A. S. P., na conformidade do disposto neste decreto-lei.

Art. 13. Dentro de 15 dias a partir da data da vigência deste decreto-lei, o Diretor Geral do D. A. S. P. apresentará ao Presidente da República a lotação do D. A. S. P. com a distribuição do pessoal excedente, funcionários e extranumerários, pelos órgãos ministeriais.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 3 324, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 1.º O Ministro de Estado das Relações Exteriores é o auxiliar do Presidente da República na direção da política exterior do Brasil.

CAPÍTULO II

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES

EXTERIORES

Art. 2.º O Ministério das Relações Exteriores, chefiado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar a direção e assegurar a execução da política exterior do Brasil.

Art. 3.º O Ministério das Relações Exteriores terá a seguinte organização:

- a) Secretaria de Estado (S. E.);
- b) Missões diplomáticas (M. D.);
- c) Repartições consulares (R. C.);
- d) Serviço Jurídico (S. J.);
- e) Comissão de Eficiência (C. E.);
- f) Seção de Segurança Nacional (Sc. S. N.);

- g) Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (C. N. F. E.);
- h) Instituto Rio Branco (I. R. B.).

§ 1.º Ficam subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores as representações brasileiras junto a organizações internacionais, bem como os demais órgãos e serviços federais no exterior, ainda que dependentes, administrativamente, de outros Ministérios.

§ 2.º A forma de subordinação destes últimos órgãos será regulada por decreto do Executivo.

§ 3.º Excetuam-se do disposto nos parágrafos anteriores a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e as comissões de caráter puramente militar.

Art. 4.º A Secretaria de Estado compreenderá:

I — Departamento Político, Econômico e Cultural (D. P. E. C.), constituído de:

- a) Divisão Política (D. Po.);
- b) Divisão Econômica e Comercial (D. E. C.);
- c) Divisão de Cooperação Intelectual (D. C. I.);

- d) Divisão de Fronteiras (D. F.).

II — Departamento Diplomático e Consular (D. D. C.), constituído de:

- a) Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais (D. A. I.);
- b) Divisão do Cerimonial (D. C.);
- c) Divisão Consular (D. Cn.);
- d) Divisão de Passaportes (D. Pp.).

III — Departamento de Administração (D. A.), constituído de:

- a) Divisão do Pessoal (D. P.);
- b) Divisão do Material (D. M.);
- c) Divisão do Orçamento (D. O.);
- d) Serviço de Comunicações (S. C.);
- e) Mecanografia (M.).

IV — Serviço de Documentação (S. D.).

Art. 5.º As Missões Diplomáticas compreenderão:

- a) Embaixadas;
- b) Legações.

Art. 6.º As Repartições consulares compreenderão:

- a) Consulados Gerais;
- b) Consulados;
- c) Consulados Privativos;
- d) Consulados Honorários.

Art. 7.º A constituição e as atribuições dos diferentes órgãos do Ministério das Relações Exteriores serão fixadas em regulamento.

Parágrafo único. A Comissão de Eficiência, a Seção de Segurança Nacional, o Instituto Rio Branco e a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes continuarão a reger-se pelas leis respectivas.

Art. 8.º Os trabalhos do Ministério das Relações Exteriores serão executados por funcionários pertencentes aos seus quadros e por pessoal extra-numerário, admitido na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA DE ESTADO

Art. 9.º A Secretaria de Estado, chefiada pelo Secretário Geral, é o órgão central de administração do Ministério; tem por finalidade auxiliar, diretamente, o Ministro de Estado na direção e execução da política exterior do Brasil, na orientação, centralização e superintendência dos Serviços diplomático e consular e na gestão dos demais negócios afetos à sua pasta.

CAPÍTULO IV

DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Art. 10. As Missões diplomáticas destinam-se a assegurar a manutenção de boas relações entre o Brasil e os Estados em que se acham acreditadas e a proteger os direitos e interesses do Brasil e dos Brasileiros.

Art. 11. As Missões diplomáticas

deverão orientar as atividades das Repartições consulares de carreira com sede nos países em que se acham acreditadas, no tocante aos assuntos de caráter político e econômico, sem prejuízo do disposto no art. 17.

Art. 12. As Missões diplomáticas serão criadas ou suprimidas por decreto do Executivo, que lhes fixará a categoria, a jurisdição e a sede.

Art. 13. A juízo da Secretaria de Estado, poderão as Missões diplomáticas ser encarregadas do serviço consular.

Parágrafo único. Ao Serviço consular das Missões diplomáticas, aplicar-se-á, no que couber, o disposto para as Repartições consulares de carreira.

Art. 14. Os Chefes de Missões diplomáticas serão Embaixadores ou Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários, segundo se tratar de Embaixada ou Legação.

CAPÍTULO V

DAS REPARTIÇÕES CONSULARES

Art. 15. As Repartições consulares destinam-se a promover o comércio e a navegação entre o Brasil e os distritos de sua jurisdição, bem como a proteger as pessoas e os interesses dos Brasileiros.

Art. 16. As Repartições consulares serão criadas ou suprimidas por decreto do Executivo, que lhes fixará a categoria e a sede.

Parágrafo único. A jurisdição das Repartições consulares será determinada pela Secretaria de Estado de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 17. As Repartições consulares de carreira serão diretamente subordinadas à Secretaria de Estado no tocante aos assuntos administrativos e consulares, recebendo, porém, das Missões diplomáticas, a orientação de que trata o art. 11.

Art. 18. Os Consulados Privativos e os Honorários serão subordinados às Repartições consulares de carreira ou

às Missões diplomáticas com sede no país onde se acharem situados, ou diretamente à Secretaria de Estado, de acordo com as conveniências da administração.

Art. 19. Os Consulados Gerais serão chefiados por funcionários da classe M da carreira de "Diplomata", na qualidade de Cônsules Gerais; os Consulados, por funcionários das classes L e K, na qualidade de Cônsules.

Art. 20. Os Consulados Privativos serão dirigidos por Cônsules Privativos.

Art. 21. Os Consulados Honorários serão chefiados por Cônsules Honorários.

Art. 22. As funções consulares honorárias serão exercidas por cidadãos brasileiros ou, na falta destes, por estrangeiros de comprovada idoneidade e destacada posição social.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes funções gratificadas:

1 — Secretário Geral (S. G.) — Cr\$ 24.000,00 anuais;

1 — Diretor do Instituto Rio Branco (I. R. B.) — Cr\$ 18.000,00 anuais;

1 — Chefe do Departamento (D. P. E. C.) — Cr\$ 20.400,00 anuais.

Art. 24. Ficam transformadas e classificadas no Departamento Político, Econômico e Cultural, (D. P. E. C.) as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe de Divisão (D. Po. — D. P. E. C.) — Cr\$ 10.800,00 anuais;

1 — Chefe de Divisão (D. F. — D. P. E. C.) — Cr\$ 10.800,00 anuais;

1 — Chefe de Divisão (D. C. I. — D. P. E. C.) — Cr\$ 10.800,00 anuais;

1 — Chefe de Divisão (D. E. C. — D. P. E. C.) — Cr\$ 10.800,00 anuais;

1 — Auxiliar de Chefe de Departamento (D. P. E. C.) — Cr\$ 5.400,00 anuais;

1 — Auxiliar de Chefe de Departamento (D. P. E. C.) — Cr\$ 3.000,00 anuais.

Art. 25. Os títulos de designação dos ocupantes das funções gratificadas a que se refere o artigo anterior serão apostilhados pelo órgão do pessoal.

Art. 26. Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com as funções gratificadas criadas pelo artigo 23, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, Anexo n.º 20, do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos cruzeiros), Suplementar à Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 27. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

8 DE DEZEMBRO DE 1945
DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o pessoal do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DE "DIPLOMATA"

Art. 1.º A admissão à "carreira de "Diplomata" será para a classe J, mediante concurso de provas ou títulos.

§ 1.º Em ambos os concursos só poderão inscrever-se brasileiros natos; se os candidatos forem casados, deverão

sê-lo com pessoa de nacionalidade brasileira.

§ 2.º Somente o Presidente da República poderá autorizar qualquer exceção à exigência de terem nacionalidade brasileira os cônjuges dos candidatos.

Art. 2.º O estágio probatório dos funcionários nomeados para a classe inicial da carreira de "Diplomata" deverá ser feito na Secretaria de Estado.

Art. 3.º Os funcionários da carreira de "Diplomata" só poderão casar com pessoas de nacionalidade brasileira e mediante prévia autorização do Ministro de Estado.

§ 1.º Somente o Presidente da República poderá autorizar qualquer exceção a esta regra.

§ 2.º A transgressão deste artigo, devidamente comprovada, determinará a exoneração do funcionário.

§ 3.º Quando os nubentes forem funcionários públicos federais, um deles terá que se exonerar do cargo, devendo ambos firmar uma declaração, estabelecendo qual o atingido pela medida.

Art. 4.º A designação dos funcionários da carreira de "Diplomata" para o exercício de funções diplomáticas ou consulares será feita por decreto do Executivo.

Art. 5.º Os Embaixadores serão nomeados em comissão e escolhidos dentre os funcionários da classe N da carreira de "Diplomata".

§ 1.º Excepcionalmente, a nomeação poderá recair em pessoa estranha à carreira de "Diplomata", brasileiro nato, maior de 35 anos, de reconhecido mérito e com relevantes serviços prestados ao Brasil.

§ 2.º A comissão de Embaixador cessará automaticamente com o termo do mandato do Presidente da República que houver feito a nomeação.

Art. 6.º Os Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários serão escolhidos dentre os funcionários das classes N e M da Carreira de "Diplomata".

Art. 7.º Quando necessário, poderão ser designados funcionários da classe M da carreira de "Diplomata" para ter exercício em Embaixadas, na qualidade de Ministros-Conselheiros.

Art. 8.º As funções de Primeiro, Segundo e Terceiro Secretário das Missões diplomáticas serão exercidas, respectivamente, por funcionários das classes L, K e J da carreira de "Diplomata".

§ 1.º Aos funcionários da classe L, da carreira de "Diplomata", colocados nos dois terços superiores, poderá o Ministro de Estado conferir o título de Conselheiro, até o número total de doze.

§ 2.º Os Terceiros Secretários serão escolhidos dentre os funcionários da classe J, já confirmados.

Art. 9.º Os funcionários da carreira de "Diplomata" terão, no Brasil, o título de última função diplomática ou consular que tenham exercido no exterior.

§ 1.º Quando promovido, os referidos funcionários terão o título da função diplomática ou consular imediatamente superior.

§ 2.º Os funcionários que ainda não tiveram servido no exterior terão o título da função consular correspondente à sua classe.

Art. 10. Os funcionários das classes L, K e J de carreira de "Diplomata" deverão servir, efetivamente, no mínimo, dois anos em cada posto e, no máximo, seis anos consecutivos no exterior.

§ 1.º A Secretaria de Estado é considerada posto para os efeitos deste artigo.

§ 2.º Excepcionalmente e para determinados postos, poderá o prazo de

permanência nos mesmos ser reduzido, a critério do Ministro de Estado, de acordo com as possibilidades da administração e a conveniência do serviço.

Art. 11 As promoções serão feitas de conformidade com a legislação geral, respeitadas, porém, as seguintes disposições:

a) Os boletins de merecimento dos funcionários da carreira de "Diplomata" serão apreciados, em conjunto, por uma comissão composta do Secretário Geral e dos Chefs do Departamento de Administração e da Divisão do Pessoal. Esta Comissão, sempre que observar manifesta parcialidade nas ponderações conferidas, recorrerá, *ex-officio*, ao Ministro de Estado, que as poderá alterar;

b) As promoções às classes N e M obedecerão exclusivamente ao critério do merecimento.

Art. 12 Os funcionários das classes N e M da carreira de "Diplomata", que contarem mais de dez anos de bons serviços prestados ao Ministério das Relações Exteriores, poderão ser, excepcionalmente, postos em disponibilidade, por conveniência do serviço público.

§ 1.º Esses funcionários contarão o tempo em que permanecerem em disponibilidade como de efetivo serviço, podendo ser designados para exercer funções correspondentes à sua classe.

§ 2.º Se não reverterem à atividade, no prazo máximo de cinco anos, serão aposentados compulsoriamente.

§ 3.º Caso sejam designados para função no exterior e enquanto permanecerem no exercício da mesma, ficará suspenso o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 13. A aposentadoria compulsória, ou por invalidez, dos funcionários da carreira de "Diplomata" será regulada pela lei geral, na base da respectiva remuneração no Brasil.

§ 1.º Serão aposentados compulsoriamente os que atingirem os seguintes limites de idade: Classe N — 65 anos; Classe M — 62 anos; Classe L — 60 anos; Classe K 55 anos.

§ 2.º Poderão também ser aposentados *ex-officio*, a critério do Governo, os funcionários da carreira de “Diplomata” que hajam completado 35 anos de efetivo exercício na carreira.

Art. 14. As férias ordinárias dos funcionários da carreira de “Diplomata” serão reguladas pela legislação geral.

§ 1.º Os funcionários das classes “N” e “M” da carreira de “Diplomata”, depois de quatro anos consecutivos de exercício no exterior, terão direito a quatro meses de férias ordinárias, para serem gozadas no Brasil.

§ 2.º No ano em que tiverem gozado férias extraordinárias, não terão direito a férias ordinárias.

§ 3.º Os chefes de Missão diplomática ou de Repartição consular só poderão gozar férias ordinárias fora do território em que tiverem jurisdição mediante prévia autorização da Secretaria de Estado.

§ 4.º Nenhum funcionário poderá gozar férias ordinárias ou extraordinárias antes de um período mínimo de seis meses de efetivo exercício no posto.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO E DE VANTAGENS

Art. 15. Os funcionários da carreira de “Diplomata” receberão o vencimento ou a remuneração correspondente aos seus cargos.

§ 1.º A remuneração será constituída pelo vencimento acrescido da representação.

§ 2.º Os que estiverem servindo no exterior, terão representação variável, fixada em tabela especial, revista anualmente e aprovada por Decreto do Executivo, e estabelecida de con-

formidade com os índices do custo de vida e os encargos de representação em cada posto.

§ 3.º Os funcionários nas condições do parágrafo anterior terão as seguintes percentagens, calculadas sobre a respectiva representação: 10 % (classes “N” e “M”) ou 15 % (classes “L”, “K”, ou “J”, se forem casados ou servirem de arrimo a mãe viúva; e 5%, por filho menor ou filha solteira, até o máximo de dois, que vivam em sua companhia, ou cuja subsistência esteja a seu cargo, equiparados, para esse fim, os enteados e os tutelados e curatelados que não possuam recursos próprios.

§ 4.º Os funcionários da carreira de “Diplomata”, quando em exercício no Brasil, receberão a representação correspondente a dois terços do respectivo vencimento.

§ 5.º Aos funcionários da classe inicial só será atribuída a representação, após a confirmação.

§ 6.º Aplicar-se-á o disposto no § 2.º do presente artigo aos funcionários que vierem ao Brasil em férias extraordinárias ou chamados a serviço.

Art. 16. Quando no exercício da função de Encarregado de Negócios ou de Encargo de Repartição Consular, os funcionários da carreira de “Diplomata” terão suas respectivas representações acrescidas de um suplemento, que será fixado em tabela especial, revista periodicamente e aprovada por Decreto do Executivo.

Art. 17. As ajudas de custo e as diárias dos funcionários da carreira de “Diplomata” serão regulados por lei especial.

Art. 18. Os Cônsules e Vice-Cônsules honorários, quando em exercício, perceberão, a título de gratificação e na forma fixada em regulamento, com importância proporcional aos emolumentos que arrecadarem.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. O Ministro de Estado, no desempenho das suas funções, terá como auxiliares pessoais funcionários do Ministério das Relações Exteriores, de sua livre escolha.

Parágrafo único. Em nenhum caso poderá aproveitar pessoas estranhas ao Ministério.

Art. 20. O Secretário Geral, os Chefes de Departamentos e os Chefes de Divisão da Secretaria de Estado serão escolhidos dentre os funcionários da carreira de "Diplomata" e designados por Decreto do Executivo.

§ 1.º O Secretário Geral, substituto eventual do Ministro de Estado, será escolhido dentre os funcionários da classe "N".

§ 2.º Os Chefes de Departamento serão escolhidos dentre os funcionários das classes "N" ou "M". Os de Divisão dentre os funcionários das classes "M" ou "L".

§ 3.º Os Chefes de Serviço serão escolhidos dentre os funcionários, das classes "M" ou "L", da carreira de "Diplomata", ou dentre os funcionários do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e designados por Decreto do Executivo.

Art. 21. Os cargos de Cônsul Privativo serão de provimento efetivo e os seus ocupantes nomeados por Decreto do Executivo, mediante proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, devendo a escolha recair em brasileiros natos, de comprovada idoneidade e que estiverem familiarizados com o meio onde irão exercer as suas atividades.

Art. 22. Aos ocupantes dos cargos isolados, padrão "M", de Cônsul Privativo não se aplicarão as disposições relativas aos funcionários da carreira de "Diplomata".

Parágrafo único. Os referidos funcionários só poderão servir em Con-

sulados Privativos e não terão direito algum a transferência para cargos de carreira.

Art. 23. As funções consulares honorárias serão exercidas por cidadãos brasileiros ou, na falta destes, por estrangeiros de comprovada idoneidade e destacada posição social.

Parágrafo único. Os Cônsules honorários serão nomeados por Decreto do Executivo e os Vice-Cônsules honorários por portaria do Ministro de Estado.

Art. 24. Poderão ser nomeados, para os Consulados Honorários, Vice-Cônsules honorários, que substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos.

Art. 25. As funções diplomáticas e consulares são incompatíveis com as de agente, delegado ou representante de qualquer firma ou sociedade comercial, com sede no Brasil ou no exterior.

§ 1.º Essa proibição abrange todas as sociedades ou agremiações de propaganda, permanentes ou temporárias, excetuando-se as de caráter exclusivamente cultural ou beneficente.

§ 2.º Excetuam-se dessa proibição os serventuários honorários, que, entretanto, deverão fazer declaração escrita sobre as organizações comerciais, culturais ou humanitárias de que façam ou venham a fazer parte.

Art. 26. Os cargos isolados de Conselheiros Comerciais, padrão "M", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, são de livre nomeação do Presidente da República e serão exercidos, no exterior, junto às Missões diplomáticas.

§ 1.º Os Conselheiros Comerciais terão as mesmas vantagens pecuniárias, concedidas aos funcionários da classe "M" da carreira de "Diplomata", designados para exercer as funções de Cônsul Geral, sendo-lhes igualmente extensivos os benefícios assegurados àqueles funcionários pela legislação vigente, na parte relativa a férias e licenças.

QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadros	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	<i>De "Diplomata"</i>						<i>De "Diplomata"</i>				
25	N	—	—	Q.P.	29	N	—	4	—
48	M	—	—	Q.P.	54	M	—	6	—
70	L	—	—	Q.P.	85	L	—	15	—
90	K	—	—	Q.P.	110	K	—	20	—
100	J	—	—	Q.P.	120	J	—	20	—
333						398				65	

Art. 27. Nenhum funcionário da carreira de "Diplomata", classe "M", poderá ser Chefe de Missão sem que tenha servido no mínimo, dois anos numa Missão diplomática, dois anos numa Repartição consular e dois anos na Secretaria de Estado.

Parágrafo único. Ficam isentos do disposto neste artigo, os funcionários da carreira de "Diplomata" que, ao entrar em vigor o presente decreto, já pertençam às classes L e M.

Art. 28. Ficam revogados os Decretos-leis ns. 791, de 14 de outubro de 1938, e 5.206, de 19 de janeiro de 1943.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1.º Nas promoções por antiguidade para a classe "L" da carreira de "Diplomata", serão contemplados, alternadamente, os funcionários provenientes dos antigos corpos diplomático e consular, de acordo com a respectiva classificação.

Art. 2.º Ficam assegurados os direitos dos funcionários beneficiados pelo art. 4.º das Disposições Transitórias do Decreto-lei n.º 791, de 14 de outubro de 1938.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

DECRETO-LEI N.º 3.326, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da

tabela anexa, a carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1.º As promoções aos cargos das classes intermediárias e final da carreira de Diplomata, criados pelo presente decreto-lei, serão efetuadas independentemente dos requisitos e formalidades prescritas nos arts. 48 e 49 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, e 34 e 35 do Decreto n.º 2.290, de 28 de janeiro de 1938.

§ 2.º Os cargos da classe inicial da carreira de Diplomata, até um terço (vinte e um) dos criados e decorrentes do disposto no presente decreto-lei, serão providos, mediante concurso de títulos entre os servidores do Ministério das Relações Exteriores, de 18 anos a 35 anos de idade, realizado na Secretaria de Estado, de acordo com as instruções baixadas pelo Ministro de Estado.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o provimento dos cargos a que se refere o artigo anterior, fica aberto no Ministério das Relações Exteriores, Anexo n.º 20 do Orçamento Geral da República para 1945, o crédito de Cr\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.327 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 4.937, de 9 de novembro de 1942 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta da Exposição de Motivos n.º 633, de 5 de dezembro de 1945, do Ministério da Guerra, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 4.937, de 9 de novembro de 1942, que define a condição de interesse militar dos estabelecimentos fabris necessários à indústria bélica do país.

Art. 2.º Deixam de ser considerados de interesse militar os estabelecimentos fabris como tal declarados em virtude do art. 1.º do Decreto-lei número 4.937, de 9 de novembro de 1942.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.328 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o provimento de cargos vagos nas classes intermediárias e finais de carreiras de funcionários civis do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para o provimento dos cargos vagos nas classes intermediárias e finais das carreiras de funcionários civis do Ministério da Guerra, poderão ser promovidos os servidores que contarem mais de trezentos e sessenta e cinco dias de efetivo exercício na classe, desde que não existam outros com o interstício de setecentos e trinta dias, dispensados, no primeiro provimento, os prazos regulamentares.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.329 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada na forma da tabela anexa, a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro, aproveitando-se os saldos resultantes dos cargos iniciais das diversas carreiras do mesmo Quadro.

Art. 3.º Serão nomeados Continuo da classe inicial:

a) em primeiro lugar os Serventes, classe E, cujo direito já está assegurado pelo Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937,

b) em segundo lugar os Serventes da classe E, que tinham, antes da Lei n.º 284, de 23 de outubro de 1936, a denominação de Continuo, respeitada a ordem de antiguidade na classe;

c) quando alcançaram a nomeação todos os Serventes que tinham a denominação de Continuo as vagas iniciais da carreira serão preenchidas pelos Serventes, classe E, sob o regime comum de promoção, para o que a carreira de Continuo será considerada prolongamento da carreira de Servente.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
6 4	<i>Continuo</i>						<i>Continuo</i>				
	G	—	—	Q.S.	35	G	—	29	
	F	—	—	Q.S.	22	F	—	18	
										47	

DECRETO-LEI N.º 8.330 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1945

*Dá nova denominação ao 1.º Batalhão
de Infantaria Motorizado*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a denominar-se 1.º Batalhão de Infantaria Moto-Mecanizado o 1.º Batalhão de Infantaria Motorizado, elemento integrante do Grupamento de Infantaria, de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.812, de 21 de agosto de 1944.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.331 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1945

Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa nêle existente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição e de acordo com o § 2.º do art. 2.º, combinado com as letras a e b do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica desapropriado, por utilidade pública, o domínio direto do terreno com a área de 1.472,00 m² situado à Rua Araguaia n.º 290, cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, o qual, em virtude da concessão feita pela carta de Sesmaria n.º 76, de 6 de janeiro de 1605, do então Governador Geral, pertence à Prefeitura Municipal de Natal.

Art. 2.º Fica autorizada a aquisição pela União, por quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) do domínio útil do mesmo terreno, que se acha aforado ao Sr. Julião Pereira de Brito e da casa nêle existente.

Art. 3.º O imóvel em aprêço destina-se à ampliação das instalações da Base Naval de Natal.

Art. 4.º A despesa resultante deverá correr à conta dos recursos do "Fundo Naval".

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.332 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1945

Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição do seu domínio útil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição e de acordo com o § 2.º do art. 2.º, combinado com as letras a e b do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica desapropriado, por utilidade pública, o domínio direto do terreno com a área de 534,62 m² próximo à Rua Araguaia, cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, o qual, em virtude da concessão feita pela carta de Sesmaria n.º 76, de 6 de janeiro de 1605, do então Governador Geral, pertencente à Prefeitura Municipal de Natal.

Art. 2.º Fica autorizada a aquisição pela União, por mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 1.400,00), do domínio útil do mesmo terreno, que se acha aforado ao Sr. Francisco Olinto Bezerra.

Art. 3.º O imóvel em aprêço destina-se à ampliação das instalações da Base Naval de Natal.

Art. 4.º A despesa resultante deverá correr à conta dos recursos do "Fundo Naval".

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.333 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Desapropria, para fins de utilidade pública o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa nêle existente.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com o § 2.º do art. 2.º, combinado com as letras a e b do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º. Fica desapropriado, por utilidade pública, o domínio direto do terreno com a área de 1.911,00 m², com frente para a Rua Araguaia e fundos para a Rua Manuel Vitorino, cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, o qual, em virtude da concessão feita pela carta de Sesmaria n.º 76, de 5 de janeiro de 1605, do então Governador Geral, pertence a Prefeitura Municipal de Natal.

Art. 2.º. Fica autorizada a aquisição pela União, por vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) do domínio útil do mesmo terreno, que se acha aforado à Sra. D. Maria Rosa da Silva e outros e da casa nêle existente.

Art. 3.º. O imóvel em aprêço destina-se à ampliação das instalações da Base Naval de Natal.

Art. 4.º. A despesa resultante deverá correr à conta dos recursos de "Fundo Naval".

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.334 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Anula o disposto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.773, de 7 de agosto de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica revogado o disposto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.773, de 7 de agosto de 1944.

Art. 2.º. Passa a figurar como artigo 3.º o art. 4.º do Decreto-lei citado no art. 1.º.

Art. 3.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.335 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria e extingue Unidades de Aviação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. É criada, na 5.ª Zona Aérea, o 4.º Grupo de Caça, integrando, com o atual 3.º Grupo de Caça, o 3.º Regimento de Aviação e tendo também como sede a Base Aérea de Porto Alegre.

Art. 2.º. Fica extinto o 2.º Grupo de Bombardeio, Picado criado pelo Decreto-lei n.º 6.796, de 17 de agosto de 1944 e atualmente seu efetivo.

Art. 3.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.336 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera sedes normais de estacionamento de Unidades de Aviação

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 de Constituição, e tendo em vista o que estabelece o art. 36 do Decreto-lei n.º 6.365, de 22 de março de 1944, decreta:

Art. 1.º O 2.º Regimento de Aviação passa a ser constituído dos seguintes grupos:

1.º Grupo de Bombardeio Leve

2.º Grupo de Bombardeio Leve

Esses grupos terão sede na Base Aérea de Cumbica.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Armando F. Trompowsky

DECRETO-LEI N.º 8.337 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 68.320,30 para pagamento à "The Amazon Telegraph Company, Limited".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito

especial de sessenta e oito mil trezentos e vinte cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 68.320,30) para pagamento (Serviços e Encargos) de despesas decorrentes da incorporação ao Patrimônio Nacional, na forma contratual, das instalações e bens da "The Amazon Telegraph Company, Limited".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Maurício Joppert da Silva

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.338 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 2.600,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de dois mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 2.600,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo número 22 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

S/c n.º 22 — Ajuda de custo

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

Cr\$

14 — Rêde de Viação Cearense 2.600,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Maurício Joppert da Silva

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 3.339 — DE 10
DE DEZEMBRO DE 1945

*Altera, sem aumento de despesa, o
Orçamento Geral da República*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo número 16 — Ministério da Fazenda, ao Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n.º 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e da referência

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

03 — Divisão do Material

Passa de Cr\$ 1.673.431,00

Para Cr\$ 1.473.431,00
(Redução de Cr\$ 200.000,00)

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capacidades; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

03 — Divisão do Material

Passa de Cr\$ 202.000,00

Para Cr\$ 402.000,00
Aumento de Cr\$ 200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.340 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1945

Cede à Sociedade Brasileira de Educação o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica doado à Sociedade Brasileira de Educação o domínio pleno do terreno com a área de dez mil metros quadrados (10.000 m²), situado no bairro "Cidade Jardim", no perímetro urbano do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, o qual é de forma retangular e confronta ao Norte com a Avenida do Comércio, na extensão de 84,00 m, a Oeste com uma rua projetada no terreno da Inspetoria da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, na extensão de 119,05 m, ao Sul com o terreno da referida Inspetoria, na extensão de 84,00 m, e finalmente a Leste com a rua Sinval de Sá na extensão de 119,05 m, conforme planta e elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 207.740-45.

Parágrafo único. — Na Delegacia de Serviço do Patrimônio da União em Belo Horizonte, assinar-se-á termo em livro da repartição independente de qualquer imposto de selo ou emolumentos, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

Art. 2.º O terreno ora doado se destina exclusivamente à ampliação das instalações e demais dependências do Ginásio Lóiola, com sede em Belo Horizonte e pertencente à mesma Sociedade.

Art. 3.º O domínio pleno do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenizações de qualquer espécie, até a quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, se ao mesmo não for dado dentro do prazo de 3 (três) anos, o destino previsto no art. 2.º.

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

Theodureto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.341 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Modifica dispositivos do decreto-lei n.º 6.922, de 4 de outubro de 1944, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º do decreto-lei n.º 6.922, de 4 de outubro de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1.º É obrigatória a marcação para efeitos de identificação dos animais vacinados contra o aborto infeccioso (*Brucella abortus*).

§ 1º A marcação de que trata este artigo será feita a ferro candente no lado esquerdo da cara do animal, com marca representada por uma circunferência com quatro centímetros (0,04) de diâmetro, sendo terminantemente proibida a aposição de qualquer outra marca naquele local.

§ 2º Ficam isentos da marcação referida neste artigo os bovinos inscritos em registros genealógicos, em cujos certificados de inscrição será declarado pela entidade encarregada do registro, à vista de documentação hábil, que o animal foi vacinado contra o aborto infeccioso.

§ 3º Constitui documento hábil para os efeitos do parágrafo anterior, o certificado firmado por veterinário do Ministério da Agricultura e das Secretarias ou Diretorias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.”

Art. 2.º Fica suspensa, pelo prazo de um ano, a execução do artigo 4.º do decreto-lei n.º 6.922, de 4 de outubro de 1944.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.342 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Uniformiza o regime de promoção nas faculdades e escolas superiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art 1.º Nos estabelecimentos de ensino superior em que o regime de promoção depender de duas provas parciais escritas e uma oral, final, as duas primeiras serão realizadas, respectivamente, na primeira quinzena do mês de junho e na segunda do de novembro.

§ 1.º O aluno que, satisfeitas as demais exigências regulamentares, obtiver média três ou quatro, nas provas parciais escritas, poderá submeter-se, no fim do ano letivo, a exame completo, constante de prova escrita e oral ou prático-oral, de uma ou mais disciplinas da série em que estiver efetivamente matriculado.

§ 2.º Os exames finais constarão de prova escrita e prova oral ou prático-oral, realizando-se esta somente depois de concluída a primeira.

§ 3.º A prova escrita será processada e julgada de acordo com o disposto para a realização das provas parciais escritas.

§ 4.º A prova oral ou prático-oral obedecerá ao regime estabelecido para a prova final, salvo quanto aos pontos, que serão os do programa de ensino da cadeira. A fim de que

verse a prova sobre três pontos distintos do programa, cada um dos examinadores determinará o sorteio do ponto que lhe couber, antes de iniciar a respectiva arguição.

§ 5.º A nota do julgamento em cada disciplina será a média, conservados os respectivos valores exatos, entre as notas obtidas na prova escrita e na prova oral ou práctico-oral, considerando-se habilitado o candidato que assim alcançar grau cinco ou superior.

§ 6.º O aluno matriculado condicionalmente em uma série poderá, depois de aprovação na matéria dependente, ser promovido em primeira época à série imediatamente superior, se atingir as médias numéricas regulamentares.

Art. 2.º Fica restabelecida, em todos os institutos de ensino superior do país, a segunda época de exames, na primeira quinzena do mês de março.

§ 1.º A inscrição para esses exames será feita mediante requerimento ao diretor, apresentado entre 10 e 20 de fevereiro.

§ 2.º Poderão candidatar-se a esses exames:

I. O estudante que, satisfeitas as exigências regulamentares para inscrição nos exames da primeira época, não tenha a eles comparecido por motivo justo.

II. O estudante reprovado na primeira época em uma ou duas disciplinas.

III. O estudante que não tenha podido ser promovido no fim do ano letivo por insatisfação dos mínimos regulamentares, mas que tenha realizado, pelo menos, metade dos trabalhos e exercícios escolares respectivos.

§ 3.º Os exames de segunda época constarão de provas escritas e orais ou práctico-orais, realizadas estas depois de concluídas as primeiras, e, ainda, de prova gráfica para o desenho. As provas escritas serão processadas de acôrdo com o disposto para

a realização das provas parciais; as orais ou práctico-orais serão realizadas, igualmente, como as finais; e as gráficas constarão de um trabalho gráfico proposto pela comissão examinadora e executado e julgado segundo o regime das provas parciais.

§ 4.º A nota de julgamento, em cada cadeira, será a média, conservados os respectivos valores exatos, entre as notas obtidas na prova escrita e na prova oral ou práctico-oral, considerando-se habilitado o candidato que assim alcançar nota final cinco ou superior.

§ 5.º Para os efeitos de promoção dos alunos que, dependendo apenas da prova oral ou práctico-oral para a promoção no fim do ano letivo, por motivo justo a deixarem para a segunda época, a nota final de aprovação em cada cadeira será a média aritmética entre a das duas provas parciais escritas já realizadas e a nota do julgamento da prova oral em segunda época.

§ 6.º Considerar-se-á insubsistente a prova escrita realizada, em segunda época se, na mesma ocasião, não prestar o seu autor a prova oral ou práctico-oral respectiva.

§ 7.º O aluno que deixar para a segunda época o exame de matéria dependente não poderá ser promovido senão mediante exame completo nas disciplinas da série em que estivera condicionalmente matriculado.

Art. 3.º A fim de não serem perturbados os trabalhos escolares, pelos exames de segunda época, o ano letivo será iniciado a 15 de março e terminado a 15 de novembro.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.343 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Transfere o Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o Departamento Nacional de Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para o Departamento Nacional de Saúde, a partir de 1 de janeiro de 1946, o Serviço, de Biometria Médica, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Parágrafo único. O Serviço de Biometria Médica será diretamente subordinado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde.

Art. 2.º O Ministro de Estado da Educação e Saúde determinará as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência, e 57.º da República.

José Linhares.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.344 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Declara sem efeito o Decreto-lei número 7.122, de 4 de dezembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica declarado sem efeito o Decreto-lei n.º 7.122, de 4 de dezembro de 1944, que criou o Colégio Bernardo de Vasconcelos e o Colégio Marquês de Olinda, como estabelecimentos oficiais de ensino secundário no Distrito Federal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José Linhares

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 8.345 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre habilitação para exercício profissional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Só é permitido o exercício das profissões de protéticos, massagistas, óticos práticos, práticos de farmácia, práticas de enfermagem, parteras práticas e profissões similares, em todo o território nacional, a quem estiver devidamente habilitado e inscrito no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e nos respectivos serviços sanitários, nos Estados.

Parágrafo único. A inscrição de que trata o presente artigo é obrigatória para os protéticos, proprietários de oficinas isoladas ou que trabalhem em oficinas anexas a consultórios.

Art. 2.º Para cumprimento das instruções necessárias à habilitação nas profissões de que trata o artigo anterior, expedidas pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde, na conformidade do que dispõe o art. 6.º do Regimento do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, baixado pelo Decreto n.º 9.810, de 1 de julho de 1942, a respectiva banca examinadora deverá ser designada pelo referido diretor geral, no Distrito Federal, e pelos diretores dos departamentos estaduais de saúde, nos Estados.

§ 1.º O Ministro da Educação e Saúde arbitrará as gratificações a serem concedidas, como honorários pelos serviços prestados, aos membros das bancas examinadoras e aos de-

mais serventuários que tomarem parte nos trabalhos das provas de habilitação de que trata o presente decreto-lei.

§ 2.º Os candidatos à inscrição nas provas de habilitação sobre que versa o presente decreto-lei pagarão a taxa de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 3.346 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera disposição do Decreto-lei número 3.272, de 3 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º do Decreto-lei n.º 3.272, de 3 de dezembro de 1945, conservados os seus parágrafos passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º. O professores privativos ou não, da atual Faculdade Nacional de Farmácia passarão a ser designados professores catedráticos, padrão M, com as prerrogativas destes e, a partir do próximo exercício financeiro, as mesmas vantagens conferidas aos professores catedráticos da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 3.347 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Da nova redação aos arts. 5.º, 15, 19, 20, 24, 25, 23, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 5.º, 15, 19, 20, 24, 25, 23, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário: o ginásio e o colégio.

§ 1.º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2.º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, um dos dois cursos de segundo ciclo, ou ambos.”

“Art. 15. As disciplinas do curso científico terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Espanhol. 5) Matemática. 6) Física. 7) Química. 8) História Geral. 9) Geografia Geral. 10) Desenho.

Segunda série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História Geral. 9) Geografia Geral. 10) Desenho.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física. 4) Química. 5) Biologia. 6) História do Brasil. 7) Geografia do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho.”

“Art. 19. A educação física constituirá uma prática educativa obrigatória, para todos os alunos de curso diurno, até a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único. A educação física será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior, nos próprios estabelecimentos, ou em centros especializados, que para esse fim se constituam.”

"Art. 20. A educação militar será dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física.

Parágrafo único. A extensão e as disciplinas da educação militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra."

"Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e sentimento de brasilismo.

§ 1.º Para a formação da consciência patriótica, serão utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, serem posta em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2.º Incluir-se-á nos programas de História do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássicos e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3.º. A prática do canto orfeônico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário, de funcionamento diurno, para todos os alunos de primeiro ciclo".

"Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. E' preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.

2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas.

3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar".

"Art. 28. O ano escolar, no ensino secundário, dividir-se-á em dois períodos letivos e em dois períodos de férias, a saber:

a) períodos letivos, de 15 de março a 15 de junho, e de 1 de julho a 15 de dezembro;

b) períodos de férias, de 15 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho.

§ 1.º. Haverá trabalhos escolares diariamente, excetuados os dias festivos.

§ 2.º. Poderão realizar-se exames no decurso das férias".

"Art. 35. A matrícula far-se-á de 1 a 10 de março.

§ 1.º. A concessão de matrícula, como aluno regular dependerá, quanto à primeira série, de ter o candidato satisfeito as condições de admissão e, quanto às outras, de ter ele conseguido suficiência na série anterior. A concessão de matrícula a candidato que pretenda fazer estudos como aluno ouvinte rege-se-á pelo disposto no § 2.º do artigo 29, desta lei.

§ 2.º. No ato da matrícula para ingresso nos estudos do segundo ciclo, o candidato declarará a sua opção pelo curso clássico ou pelo curso científico. Caso a opção recaia sobre o curso clássico, cumprirá-lhe-á acrescentar se prefere o currículo com grego ou o currículo sem grego. Se a opção recair sobre o curso clássico com grego, deverá o candidato escolher, dentre as duas línguas vivas estrangeiras do curso ginásial, aquela em cujo estudo queira aperfeiçoar-se".

"Art. 36. E' permitida a transferência de um para outro estabe-

lecimento de ensino secundário, durante os meses de janeiro e fevereiro. Nos demais meses, poderão ser efetivadas transferências, a juízo do Ministério da Educação e Saúde, mediante petição do interessado ou por iniciativa da direção do estabelecimento”.

Art. 38. Cada aluno de estabelecimento de ensino secundário possuirá uma caderneta, ou ficha de modelo aprovado, em que se lançará o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso, com os exames de admissão, até a conclusão dos estudos”.

“Art. 39. Os trabalhos escolares não excederão a 24 (vinte e quatro) horas semanais no curso ginasial e a 28 (vinte e oito) horas semanais nos cursos clássico e científico”.

“Art. 43. A educação física será dada a grupos organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários, serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com assistência do médico do estabelecimento, cabendo-lhe, em entendimento com a respectiva direção, resolver sobre os casos de dispensa periódica ou permanente.”

“Art. 45. A partir de abril e exceptuados os meses em que se realizam provas escritas, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento. Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero.

Parágrafo único. A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina.”

“Art. 49. Serão escritas as duas provas parciais, salvo as de desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico, que serão práticas.

§ 1.º As provas parciais serão prestadas perante o professor da disciplina.

§ 2.º A primeira prova parcial será realizada na primeira quinzena de junho, e a segunda, a partir de 16 de novembro.

§ 3.º Facultar-se-á segunda chamada ao aluno que à primeira não tiver comparecido por doença impeditiva do trabalho escolar, ou por motivo de luto em consequência de falecimento de parente próximo.

§ 4.º Permitir-se-á segunda chamada, na primeira prova parcial, até quarenta dias após a sua realização, e, na segunda, até o dia da terminação das provas finais.

§ 5.º Dar-se-á a nota zero ao aluno que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior, ou ao que não comparecer à segunda chamada.

§ 6.º As provas parciais serão feitas durante prazo máximo de oito dias, não se realizando, no entanto, mais que duas provas, por dia. No decurso dessas provas, poderão ser interrompidas as aulas.”

“Art. 50. A prova final, realizada em dezembro, perante banca examinadora, será oral, salvo em desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico, nos quais será prática.

§ 1.º Não poderá prestar prova final o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões dadas em educação física.

§ 2.º Facultar-se-á segunda chamada para a prova final, nas condições do § 3.º do art. 49.

§ 3.º O aluno que, com a prova final, não satisfaça a primeira das condições de habilitação referida no art. 51, ou, que, havendo satisfeito a essa condição, não haja obtido em uma, ou em duas das disciplinas, a nota final quatro, pelo menos, poderá requerer exame de segunda época.

§ 4.º O exame de segunda época constará de prova escrita e oral, ou de prova escrita e prática, e para elas se expedirão instruções especiais.

§ 5.º A nota do exame de segunda época será a média aritmética das notas da prova escrita e prova oral, ou prática."

"Art. 51. Considerar-se-á habilitado:

I — Para efeito de promoção, o aluno que satisfizer às duas condições seguintes: a) nota global cinco, pelo menos, no conjunto das disciplinas; b) nota final quatro, pelo menos, em cada disciplina;

II — Para efeito de prestação de exames de licença, o aluno que satisfizer as duas condições mencionadas na alínea anterior e que não houver faltado a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões de educação física.

§ 1.º A nota global será a média aritmética das notas finais de todas as disciplinas.

§ 2.º A nota final de cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de promoção, será a média ponderada de quatro elementos: a nota anual de exercícios, e as notas da primeira e da segunda provas parciais e da prova final. A esses elementos se atribuirão, respectivamente, os pesos dois, dois, três e três.

§ 3.º No caso, porém, de exames de segunda época, a nota final de cada disciplina será a média ponderada da nota anual de exercícios, notas da primeira e segunda prova parcial e nota do exame de segunda época, com os seguintes pesos: dois, um, dois e cinco.

§ 4.º A nota final de cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de prestação dos exames de licença, será a média ponderada de três elementos: a nota anual de exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais. A esses elementos se atri-

buirão, respectivamente, os pesos três, três e quatro."

"Art. 35. Cada estabelecimento de ensino secundário organizará um regimento destinado a definir de modo especial a sua organização e a sua vida escolar, e bem assim o seu regime disciplinar, claramente definido para os respectivos corpos docente, discente e administrativo."

"Art. 38. A contribuição exigida dos alunos pelos estabelecimentos particulares de ensino secundário será módica e cobrar-se-á segundo as tabelas que cada um deverá remeter ao Ministério da Educação e Saúde, antes do início do ano letivo."

"Art. 91. Aos maiores de dezessete anos será permitida a obtenção do certificado de licença ginasial, em consequência dos estudos realizados particularmente, sem a observação do regime escolar exigido por esta lei.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946, ficando revogadas as disposições em contrário.

Fio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 3.348 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores das autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os servidores das entidades autárquicas jurisdicionadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, quando atacados de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lèpra ou paralisia que os im-

peça de se locomoverem, ou inválidos em consequência de acidente ocorrido no desempenho de suas atribuições, ou de doença profissional, receberão dos cofres das respectivas entidades, quando aposentados, seja qual for o tempo de serviço, a diferença entre os seus vencimentos ou salários normais e os que lhes forem pagos pelas Instituições de Previdência Social, nos termos do Decreto n.º 13.225, de 24 de agosto de 1943, e do Decreto-lei n.º 6.165, de 31 de dezembro de 1943.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.349 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação aos artigos 3.º e 4.º do Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 3.º e 4.º do Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944, suprimido o parágrafo único do art. 3.º, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º A dotação que for fixada no orçamento da despesa do Ministério da Educação e Saúde, com base na estimativa da receita correspondente, será automaticamente distribuída à Tesouraria do Departamento de Administração a fim de que seja creditada em conta especial aberta no Banco do Brasil para o Fundo Nacional do Ensino Primário.

Art. 4.º A contribuição voluntária de qualquer pessoa física ou

jurídica de direito público ou privado para o Fundo Nacional do Ensino Primário será creditada na Conta aberta no Banco do Brasil”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.350 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao pagamento, no período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1945, da diferença entre os vencimentos dos cargos de Juiz Federal na Seção do Ceará, padrão O, da extinta Justiça Federal e de Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal, padrão N do Quadro da Justiça — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.351 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, em favor da Comissão Executiva Têxtil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), para atender, no corrente exercício, ao financiamento dos serviços e encargos decorrentes da execução do Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944, e da Portaria número 249, de 31 do mesmo mês e ano, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição do presidente da Comissão Executiva Têxtil para ser aplicado na forma dos arts. 8.º e 10 do Decreto-lei n.º 7.265, de 24 de janeiro de 1945.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.352 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga prazo estabelecido no Decreto-lei n.º 6.622, de 22 de junho de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, de 31 de dezembro de 1945 para 31 de março de

1947, o termo de vigência dos Certificados de Prêmio da safra 44-45, a que se refere a cláusula 6.ª do Convênio dos Estados Cafeeiros de 19 de junho de 1944, aprovado pelo Decreto-lei n.º 6.622, de 22 de junho de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.353 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.527, de 24 de maio de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.527, de 24 de maio de 1944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º Para os cursos de visitadoras sociais, educadoras familiares, puericultoras e nutricionistas, será exigido, como base de conhecimentos gerais, o certificado ginasial ou outro diploma de nível secundário, procedendo-se para as vagas restantes a exame de admissão destinado à apuração dos conhecimentos que for determinada”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.354 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a promoção e reforma de oficiais subalternos da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O oficial subalterno da Polícia Militar do Distrito Federal que contar mais de trinta anos de serviço e fôr o número um de seu posto, caso estiver sem acesso por mais de seis anos, poderá ser promovido ao posto imediatamente superior, independente de diploma da Escola Profissional ou de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Nesse caso, a promoção seguir-se-á automaticamente a reforma do oficial beneficiado.

Art. 2.º Esta Lei terá a vigência de 60 dias a contar de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.355 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a designação dos substitutos dos Interventores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Interventor será substituído nos seus impedimentos por um de seus Secretários, por ele designado.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.356 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a manifestação do pensamento por meio da radiodifusão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da constituição, decreta:

Art. 1.º Não depende de censura prévia a manifestação do pensamento por meio do rádio, respondendo, entretanto, cada um pelos abusos que cometer.

§ 1.º As peças, teatrais, novelas e congêneras, porém, emitidos por meio do rádio, estão sujeitos à fiscalização já imposta por lei às representações teatrais.

§ 2.º Essa fiscalização será exercida, no Distrito Federal e nos Estados, pelos órgãos incumbidos da censura teatral e suas infrações serão punidas na forma da legislação vigente.

Art. 2.º As irradiações caluniosas e injuriosas, devidamente apuradas em processo administrativo, promovido a requerimento de qualquer interessado, serão punidas, sem prejuízo da ação penal cabível, com as seguintes penalidades, impostas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas:

a) suspensão das irradiações pelo prazo de 10 dias;

b) suspensão por 30 dias, na segunda infração;

c) cassação da licença ou autorização na terceira infração.

Parágrafo único. Não será renovado o contrato das empresas que incidirem nas infrações dêsse artigo.

Art. 3.º As novas outorgas de contrato de exploração dos serviços de radiodifusão serão precedidas de concorrência pública, e apuradas, além das exigências da legislação vigente, as seguintes, que, sucessivamente, estabelecerão a precedência dos concorrentes:

a) o que melhores condições de idoneidade mora. oferecer;

b) o que melhores vantagens financeiras proporcionar ao Governo;

c) o que não estiver no gozo da exploração de outras estações de radiodifusão.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.357 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para a Divisão de Obras do Departamento de Administração, a função gratificada de Chefe das Oficinas (C. Of.-D. Ob. — D. A.) com Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste decreto-lei no período de 1 de dezembro dêsse ano a 31 de dezembro de 1946, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei vigorará a partir de 1 de dezembro de 1945.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pirés do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.358 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera carreira no Quadro Especial do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Prático de Laboratório do Quadro Especial do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º A despesa com o provimento dos cargos vagos da carreira será atendida com os recursos da corrente do Quadro.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO ESPECIAL

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Prático de Labo- ratório</i>						<i>Prático de Labo- ratório</i>				
2	G	—	—	Q.E.	4	G	—	2	
3	F	—	—	Q.E.	7	F	—	4	
6	E	—	1	Q.E.	10	E	—	5	
13	D	—	—	Q.E.	13	D	—	—	
16	C	—	—	Q.E.	16	C	—	—	
40				1		50				11	

DECRETO-LEI N.º 8.359 — DE 12
DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga até 31 de março de 1946 o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6.443, de 27 de abril de 1944, e 7.577, de 22 de maio de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 31 de março de 1946 o prazo de isenção da cobrança dos direitos aduaneiros e taxas que incidem sobre o cimento Portland ou Romano, de que tratam os Decretos-leis ns. 6.443, de 27 de abril de 1944, e 7.577, de 22 de maio de 1945.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.360 DE 13 DE
DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º — Ficam feitas no Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

Subconsignação 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.

02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis.

04 — Departamento de Administração

04 — Divisão de Obras

Cr\$

Passa de 100.000,00

Para 140.000,00

19 — Departamento Nacional da Produção Animal

02 — Divisão de Caça e Pesca

Cr\$

Passa de 397.000,00

Para 357.000,00

Artigo 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.361 — DE 13 DE
DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a prioridade de ingresso, no serviço público federal, dos candidatos habilitados em concurso que, como convocados ou voluntários, tenham tomado parte em operações de guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que é justa a adoção, por parte do Governo, de medidas que recompensem, de alguma forma, aqueles que, convocados ou voluntários, prestaram serviços ao país nas operações de guerra, integrando nossos forças armadas;

Considerando que em tais operações, durante as atividades desenvolvidas em terra, no mar e no ar, os que delas participaram se desviaram dos seus interesses relacionados com a vida civil para o cumprimento de um dever nobilitante e glorioso, decreta:

Art. 1.º Nos concursos e provas de habilitação realizadas para provimento de cargos ou funções de extranumerários no Serviço Público Federal serão feitas duas séries de classificação, à vista dos resultados obtidos pelos candidatos.

§ 1.º A primeira série será constituída daqueles que, convocados ou voluntários, tenham prestado serviço ativo militar e tenham tomado parte em operações de guerra.

§ 2.º A segunda série será constituída dos demais candidatos.

Art. 2.º As nomeações ou admissões para cargos ou funções de extranumerários serão feitas em primeiro lugar dos candidatos classificados na primeira série, a que se refere o § 1.º do artigo anterior, só podendo ser aproveitados os da segunda série, depois de esgotada a lista de classificação da primeira série.

Art. 3.º A prova de que o candidato tomou parte em operações de guerra será fornecida pela repartição competente dos Ministérios militares.

Art. 4.º O disposto neste decreto-lei applica-se igualmente a todas as autarquias e entidades paraestatais.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.362 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quatro funções gratificadas de chefe de Seção do Serviço Atuarial (S.At.) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as funções gratificadas de chefe da Seção de Seguros Sociais (So. 3), chefe da Seção de Acidentes (Sc. A), chefe da Seção de Seguros Privados e Capitalização (Sc. C) e chefe da Seção de Pesquisas Atuariais (Sc. P.), as quais serão exercidas por atuários do referido Quadro, designados pelo Diretor do S. Atuarial.

Parágrafo único. E' fixada em Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) a gratificação anual de cada uma das funções a que se refere este artigo.

Art. 2.º A dotação de Cr\$ 21.600,00, correspondente à despesa resultante do disposto no art. 1.º e seu parágrafo, será incluída no Orçamento Geral da República para o próximo exercício.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entra em vigor em 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.363 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o título — “Dos contratos de trabalho na Indústria Têxtil”, constante do Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando que, dadas as condições da situação internacional, não mais vigora o estado de guerra, declarado pelo Decreto n.º 10.538, de 31 de agosto de 1942;

Considerando que não mais prevalece, qual decorrência do restabelecimento da ordem pública e tranquilidade política, o estado de emergência, proclamado pelo art. 186 da Constituição.

Considerando que a volta à normalidade há de corresponder à extinção progressiva das disposições de exceção, reintegrando o país no pleno domínio da legislação comum;

Considerando, enfim, que, se a execução de compromissos de natureza especial, contraídos no estrangeiro, aconselha que perdure a mobilização da indústria têxtil, contrastando, a regularidade das relações entre empregado e empregador evidencia que elas não mais solicitam um tratamento especial, pois, encontram na Consolidação das Leis do Trabalho a normalidade dos preceitos que as conduzem e rejam, e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o título — “Dos contratos de trabalho na Indústria Têxtil” — que, parte integrante do Decreto-lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944, é formado pelos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º e seus parágrafos.

Art. 2.º Ficam também revogados os arts. 19, 20, 21 e 22 e seus parágrafos, constantes do Capítulo VI — “Das penalidades”, assim como os arts. 27 e 28 das “Disposições finais e transitórias”.

Art. 3.º Os dissídios decorrentes de contrato de trabalho serão dirimidos pela Justiça do Trabalho na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial*, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.364 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a alienar o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a alienar em concorrência pública, o imóvel sito na rua Ferdinando Laboriau, junto e antes do n.º 71, de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, com as seguintes dimensões e confrontações: 7,12 m, em linha reta, pela rua Ferdinando Laboriau; 12,56 m, pela curva de concordância dos alinhamentos das ruas Ferdinando Laboriau e Gratidão; 14,67 m, em linha reta, de frente pela rua Gratidão; 15,12 m, aos fundos e, finalmente, 22,67 ms., pelo lado esquerdo, por onde confronta com o n.º 71 da rua Ferdinando Laboriau. Área total de 329,00 m² (trezentos e vinte e nove metros quadrados).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

(*) DECRETO-LEI N.º 3.365 —DE 13 DE DEZEMBRO DE 1945

Orga a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1946

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 180 da Constituição da República e 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O orçamento geral do Distrito Federal para o exercício de 1946, estima a Receita em Cr\$ 916.300.000,00 (novecentos e dezesseis milhões e trezentos mil cruzeiros) e calcula a Despesa em Cr\$ 908.814.070,00 (novecentos e oito milhões oitocentos e quatorze mil e setenta cruzeiros).

Art. 2.º A Receita, conforme o anexo n.º 1, será realizada com o produto do que fôr arrecadado sob os seguintes títulos e sub-títulos:

I — *Receita Ordinária*

a) Receita tributária:

	Cr\$	Cr\$
Impostos	668.900.000,00	
Taxas	88.400.000,00	757.300.000,00

b) Receita patrimonial 22.000.000,00

c) Receita industrial 43.000.000,00

d) Receitas diversas 23.000.000,00

845.300.000,00

II — *Receita Extraordinária* 71.000.000,00

916.300.000,00

Art. 3.º A Despesa, discriminada em anexos, distribuir-se-á da seguinte forma:

I — Pessoal 475.241.900,00

II — Material:

a) Permanente 34.245.000,00

b) Consumo 99.533.231,00 133.878.231,00

III — Despesas Diversas:

a) Imóveis 13.200.000,00

b) Encargos Correntes 39.596.499,00

c) Subvenções e auxílios 33.397.100,00

d) Serviços adjudicados 99.628.418,00

e) Obrigações 110.631.922,00

f) Eventuais 2.700.000,00 299.693.939,00

908.814.070,00

Art. 4.º Fazem parte integrante do presente Decreto-lei, os anexos que o acompanham, especificando a Receita e discriminando a Despesa, com a indicação da respectiva legislação.

Art. 5.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias, para a antecipação da Receita, até o máximo de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 6.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a aplicar o saldo, que vier a verificar-se da execução dõste Decreto-lei, em serviços hospitalares e de educação, na proporção de 50% para cada um.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

(*) N. do SPH — Os anexos referidos no presente Decreto-lei serão nu-

**DECRETO-LEI N.º 8.366 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945**

*Concede pensão especial à viúva de
Renato Machado Werneck.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à viúva de Renato Machado Werneck, ex-Engenheiro Residente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, falecido em consequência de agressão sofrida quando no exercício de suas funções, uma pensão especial de Cr\$ 930,00 (novecentos e trinta cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão especial a que se refere este artigo é devida a partir da data da vigência do presente Decreto-lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.367 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.960.000,00 para despesas com o fornecimento de notas do papel-moeda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dezoito milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 18.960.000,00), para atender à despesa (Serviço e

Encargos), decorrente do contrato a ser celebrado com a firma Thomaz De La Rue & Co. Limited, de Londres, Inglaterra, para o fornecimento de cento e dezoito milhões e quinhentas mil (118.500.000) cédulas de papel-moeda, ao preço total de duzentas e trinta e sete mil libras (£237.000-00-00).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.368 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 500,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.º 37 — Iluminação, fôrca motriz e gás

Cr\$

10 — Agências Fiscais 500,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Mesa de Rendias Alfandegada de São Sebastião (Estado de São Paulo).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.369 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1.200,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Cr\$

S/c. n.º 19 — Auxílio para Diferenças de Caixa

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal ... 1.200,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.370 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1945

Assegura aos militares, magistrados e funcionários civis, transferidos para a Reserva Remunerada, reformados ou aposentados, as vantagens decorrentes de quaisquer aumentos de remuneração que forem concedidos até 31 de dezembro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica assegurada aos militares, magistrados e funcionários civis, transferidos para a Reserva Remunerada, reformados ou aposentados, a partir de trinta de outubro do corrente ano, a vantagem decorrente de quaisquer aumentos de remuneração, que forem concedidos até 31 de dezembro de 1946, fazendo-se revisão nos cálculos de proventos de inatividade, porventura já fixados na época do aumento.

Parágrafo único. O cálculo será proporcional ao tempo de serviço apurado nos termos da legislação vigente, se os beneficiados não tiverem feito jus ao estipêndio integral da atividade nos cargos, postos e graduações, cujos vencimentos houverem sido aumentados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Doria

Jorge Dodsworth Martins

Canrobert Pereira da Costa

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

Maurício Joppert da Silva

Theodureto de Camargo

Raul Leitão da Cunha

R. Carneiro de Mendonça

Armando F. Trompowsky

DECRETO-LEI N.º 8.371 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1945

Torna extensiva, à criação e utilização do cavalo trotador, a legislação sobre fomento da produção do puro sangue de corrida.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que há conveniência em fomentar a criação do cavalo de trote, principalmente para tração ligeira;

Considerando que a realização de competições hípias entre animais dessa categoria, com exploração de apostas, permitirá a obtenção de recursos para incentivar a sua criação; e

Considerando que medida semelhante foi adotada pelos poderes públicos para fomentar a produção do puro sangue de carreira, decreta:

Art. 1.º As disposições do Decreto n.º 24.646, de 10 de julho de 1934, exceto aquelas do inciso II do art. 5.º e as do art. 6.º, seus incisos e parágrafo único, ficam extensivas à criação e utilização do cavalo trotador de puro sangue.

Art. 2.º Em instruções organizadas pelo Departamento Nacional da Produção Animal, e aprovadas pelo Ministro da Agricultura, serão regulamentados o serviço de fiscalização e os demais necessários à execução deste Decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.372 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre promoção de funcionários dos quadros do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para o provimento dos cargos vagos nas classes intermediá-

rias e finais das carreiras de funcionários civis do Ministério da Aeronáutica, poderão ser promovidos os servidores que contarem mais de trezentos e sessenta e cinco dias de efetivo exercício na classe, desde que não existam outros com o interstício de setecentos e trinta dias, dispensados, no primeiro provimento, dos prazos regulamentares.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.373 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria o "Fundo Aeronáutico"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Aeronáutica, o "Fundo Aeronáutico".

Art. 2.º Esse Fundo será constituído pelos saldos das dotações orçamentárias, apurados no balanço da gestão anual e de quaisquer receitas que lhe forem expressamente atribuídas.

Parágrafo único. No período adicional, serão compensadas as dotações deficientes com os recursos das que tenham deixado saldo.

Art. 3.º O "Fundo Aeronáutico" será empregado em proveito da Aeronáutica.

Parágrafo único. Servirá, ainda, para efetuar o pagamento de dívidas passivas, reconhecidas após o encerramento do exercício, desde que as respectivas dotações orçamentárias tenham deixado saldo.

Art. 4.º O Ministério da Aeronáutica providenciará a regulamentação deste decreto-lei dentro de trinta dias.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.374 — DE 14
De DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a administração do Loide Brasileiro, Patrimônio Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Loide Brasileiro, Patrimônio Nacional, será administrado pela União, por intermédio de um diretor, de livre nomeação e demissão do Presidente da República e quatro superintendentes (Técnico, Comercial, Financeiro, Navegação e Tráfego) e um tesoureiro, propostos por aquele diretor e nomeados em comissão, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. As atribuições do diretor e dos superintendentes serão fixadas no regulamento da empresa.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.375 — DE 14 DE
DEZEMBRO DE 1945

Fixa os vencimentos e vantagens, no estrangeiro, do pessoal militar da Seção de Guarda, e dispõe sobre a manutenção do Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia (Itália).

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O pagamento dos vencimentos e vantagens, com exceção de

etapas, no estrangeiro, a oficiais e praças que constituem a Seção de Guarda do Cemitério Militar Brasileiro, de Pistóia (Itália), será efetuado em moeda estrangeira, pelo quádruplo do valor em cruzeiros, na razão do dólar americano a Cr\$ 13,00.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, os soldados são considerados engajados.

Art. 2.º A alimentação do pessoal militar da Seção, durante a permanência no exterior e até a data do embarque, via marítima, no regresso, será custeada pelo Estado e subordinada às seguintes normas:

a) os víveres serão fornecidos pela Diretoria de Intendência do Exército;

b) os quantitativos de subsistência, rancho e despesas diversas serão fixados pelo Ministro da Guerra.

Art. 3.º É assegurado o direito à percepção da etapa suplementar, aos sargentos, e da de família, a todas as praças que a esta fizerem jus, calculadas pelo valor normal em papel.

Art. 4.º Ao pessoal militar da Seção, inclusive os cabos e soldados, será concedida, na ida para a Itália, a ajuda de custo, correspondente a um mês de vencimentos, calculada na forma do art. 1.º do presente decreto-lei, não cabendo qualquer abono por ocasião do regresso, com base nos §§ 1.º e 2.º, art. 93, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

Art. 5.º Ao pessoal militar oriundo da Força Expedicionária, que ainda permanece na Seção de Guarda, em Pistóia, e tem os vencimentos e vantagens regulados pelo Decreto-lei número 6.497, de 13 de maio de 1944, somente será aplicado o disposto neste decreto-lei, a partir de 1.º de janeiro de 1946.

Art. 6.º O Ministro da Guerra baixará os atos administrativos para que, dentro do Orçamento Geral da República, sejam atribuídos, anualmente, ao Comandante da Seção de Guarda, os quantitativos necessários para atender às despesas de conservação do cemitério e outras imprevistas.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.376 — DE 15
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado, de provimento em comissão, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, (um) 1 cargo isolado de Chefe de Serviço de Controle, padrão N, de provimento em comissão, do Departamento de Parques, da Secretaria Geral de Viação e Obras.

Art. 2.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir o crédito especial para atender, em 1945, e 1946, à despesa com o pagamento do pessoal a que se refere o presente Decreto-lei e o Decreto-lei n.º 8.304, de 6 do corrente mês.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.377 — DE 15
DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 6.462, de 2 de maio de 1944, sobre importação de vidro plano.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 6.462, de 2 de maio de 1944.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.378 — DE 15
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.562.309,90, para despesas decorrentes das incorporações previstas no Decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dezoito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e nove cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 18.562.309,90), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para pagamento (Serviços e Encargos) à Companhia Vale do Rio Doce S. A., destinado à final liquidação de despesas decorrentes das incorporações de que trata o Decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República,

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.379 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria a função gratificada de Auxiliar de Comissão, no Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e atendendo as razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, decreta:

Art. 1.º Fica criada no Ministério da Aeronáutica a função gratificada de auxiliar da Comissão de Desapropriação de Terras no Galeão, a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.343, de 13 de junho de 1939, com a gratificação de Cr\$ 500,00 mensais.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto no artigo anterior correrá à conta dos créditos abertos à comissão referida.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.380 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria o Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A fim de atender às necessidades do serviço, é criado no Serviço de Saúde da Aeronáutica o Quadro de Farmacêuticos, cujo efetivo inicial será o seguinte:

Tenente-Coronel	1
Major	2
Capitão	4
1.º Tenente	8

Art. 2.º O recrutamento dos componentes do Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica processar-se-á de acordo com o art. 4.º do Decreto-lei n.º 3.872, de 2 de dezembro de 1941.

Art. 3.º Para constituição inicial do Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica serão transferidos, por decreto do Governo, mediante opção:

a) os oficiais farmacêuticos do Corpo de Saúde do Exército e da Armada que tenham o Curso de Química Biológica aplicada à Aviação e que servem ou já serviram na aeronáutica;

b) os oficiais farmacêuticos do Corpo de Saúde do Exército e da Armada que na data da criação do Ministério da Aeronáutica serviam na Aeronáutica;

c) os oficiais farmacêuticos do Corpo de Saúde do Exército e da Armada que, a juízo da Diretoria de Saúde da Aeronáutica, tenham especialidade que interesse à Aeronáutica.

Parágrafo único. Os oficiais farmacêuticos de que trata o presente artigo serão transferidos, a critério do Governo, mediante proposta do Ministro da Aeronáutica, para o Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica, com os postos que tiverem em seus quadros de origem, na data de transferência, e ocuparão na escala hierárquica números correspondentes às suas antiguidades relativas.

Art. 4.º É fixado o prazo de trinta (30) dias, após a publicação deste decreto, para a constituição inicial do Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica, como estabelece o art. 3.º, vigorando o critério de recrutamento por concurso a ser fixado de acordo com o disposto no art. 2.º para as admissões a serem feitas posteriormente a esse prazo.

Art. 5.º As promoções dos oficiais do Quadro de Farmacêuticos da Aeronáutica serão feitas, até ulterior deliberação, de acordo com as prescrições do Regulamento Provisório de Promoções para os oficiais da Força Aérea Brasileira.

Art. 6.º Para as promoções iniciais, resultantes da criação do Quadro de

Farmacêuticos da Aeronáutica, serão considerados como requisitos indispensáveis:

- a) interstício mínimo no pósto;
- b) robustez física comprovada em inspeção de saúde.

Parágrafo único. Considera-se como promoção inicial, para efeito d'êste artigo, a primeira promoção de cada oficial que constituir inicialmente o Quadro de Farmacêuticos, após a presente data.

Art. 7.º A transferência para a Reserva dos Oficiais do Quadro de Farmacêuticos será regulada por lei especial.

Art. 8.º As atribuições dos farmacêuticos de que trata o presente Decreto-lei, serão reguladas em instruções oportunamente baixadas pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowski

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.381 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1945

Torna extensivo aos Capitães da Reserva de 2.ª Classe que serviram na F. E. B., os benefícios do Decreto lei n.º 8.159, de 3-11-45, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e, em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra, decreta:

Art. 1.º É tornado extensivo, a título excepcional, aos Capitães da Reserva de 2.ª Classe, das armas, médicos e intendentess, que estiveram em

serviço na Força Expedicionária Brasileira (F. E. B.), na Itália, o disposto no Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de novembro de 1945.

Art. 2.º O limite de idade estabelecido no art. 7.º do Decreto-lei número 8.159, de 3 de novembro de 1945, será de 30 (trinta) anos, para os oficiais que estiveram em serviço na Força Expedicionária Brasileira, na Itália.

Art. 3.º O licenciamento dos oficiais da Reserva de 2.ª Classe portadores da Medalha de Campanha, poderá ser feito no pósto imediato ao que tinham no campo de batalha, independentemente de interstício, se contemplados pelo Comandante da F. E. B. em proposta de promoção.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.382 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga a vigência de crédito extraordinário aberto ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1946, a vigência do crédito extraordinário aberto ao Ministério da Guerra na forma do Decreto-lei reservado n.º 6.636-A, de 27-6-44.

Art. 2.º O presente Decreto-lei vigorará a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.333 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1945

Isenta de culpa os cidadãos da classe de 1924, que foram declarados insubmissos, por terem se apresentado fora do primeiro prazo fixado para apresentação e incorporação às fileiras do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando que o Ministério da Guerra prorrogou, por necessidade do serviço, na 1.ª Zona Militar, até 10 de dezembro do corrente ano, o prazo fixado para apresentação e incorporação dos cidadãos convocados pertencentes à classe de 1924, decreta:

Art. 1.º Ficam isentos de culpa os cidadãos da classe de 1924, residentes na 1.ª Zona Militar, que se apresentaram depois da data fixada no primeiro prazo para incorporação às fileiras do Exército, por efeito da convocação de classe e que foram declarados insubmissos.

Parágrafo único. Os termos de insubmissão já lavrados são considerados insubsistentes devendo ser arquivados onde se encontrarem e nas condições em que estiverem.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.384

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.385 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar um acôrdo com o Estado de São Paulo, visando a instalação, por este último, de um serviço para a produção de sementes de milho híbrido.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a firmar um acôrdo com o Governo do Estado de São Paulo, visando a instalação, por este último, de um serviço para a produção, em larga escala, de sementes de milho híbrido.

Art. 2.º Para a instalação do referido serviço, o Ministério da Agricultura porá à disposição da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo da continuidade de seu programa de trabalhos experimentais, a Estação Experimental de Ipanema do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, com todos os seus bens imóveis, móveis e semoventes.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado mediante entendimento entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Art. 3.º O Ministério da Agricultura ampliará para 2.500 hectares a área atual da Estação Experimental de Ipanema, às expensas da Fazenda de Ipanema da Divisão do Fomento da Produção Vegetal.

Art. 4.º O Ministério da Agricultura distribuirá no próximo exercício de 1946 os créditos necessários para a manutenção e funcionamento da Estação Experimental de Ipanema, até 1.º de julho de 1946, passando suas despesas a serem custeadas, a partir desta data, pelo Governo do Estado de São Paulo.

Art. 5.º O atual chefe da Estação Experimental de Ipanema passará à disposição do Governo do Estado de São Paulo, a fim de colaborar no serviço de produção de sementes de milho híbrido, com prejuízo dos venci-

mentos de seu cargo efetivo, ficando-lhe, porém, assegurada a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais.

Art. 6.º Os extranumerários atualmente em exercício na Estação Experimental de Ipanema passarão, a partir de 1.º de julho de 1946, a receber os respectivos salários pelo Estado de São Paulo, podendo, todavia, ser readmitidos pelo Governo Federal no caso de extinção ou rescisão do acôrdo a ser assinado em virtude deste Decreto-lei.

Art. 7.º No caso de extinção ou rescisão do acôrdo referido no artigo 1.º, o Governo do Estado de São Paulo restituirá ao Ministério da Agricultura, dentro do prazo de um ano a contar da data da rescisão, a Estação Experimental de Ipanema, com todas as suas instalações em condições de perfeito funcionamento, ficando, porém, reservado ao mesmo Governo o direito de retirar todos os bens móveis e semoventes por ele adquiridos durante a vigência do acôrdo.

Art. 8.º No acôrdo a ser assinado o Governo do Estado de São Paulo comprometer-se-á a:

a) criar um serviço de produção, em larga escala, de sementes de milho híbrido, com sede na atual Estação Experimental de Ipanema;

b) dar amplas facilidades para o treinamento de certo número de agrônomos do Ministério da Agricultura, a fim de se especializarem na produção de sementes híbridas de milho;

c) colaborar, por intermédio do seu Instituto Agrônomo, no planejamento e no estudo das possibilidades de emprego de sementes híbridas de milho nos Estados do Sul e Centro do País, de preferência limítrofes com o Estado de São Paulo;

d) fornecer material básico, sem prejuízos para o Estado de São Paulo, aos Estados referidos no item anterior;

e) ampliar, com os bens móveis e imóveis necessários, a Estação Experimental de Ipanema, para fazer face às necessidades do serviço a ser nela instalado;

f) facilitar e custear a execução dos experimentos atualmente em execução

na Estação Experimental de Ipanema, **bem como de outros ensaios** considerados necessários pela Diretoria do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, ao qual serão comunicados os resultados obtidos.

Art. 9.º O Ministério da Agricultura designará um técnico do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas para fiscalizar a execução do acôrdo a ser assinado com o Estado de São Paulo.

Art. 10.º A partir de 1.º de julho de 1946, todas as rendas da Estação Experimental de Ipanema passarão a ser arrecadadas pelo Estado de São Paulo.

Art. 11.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

(*) DECRETO-LEI N.º 8.386, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto no presente Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

(*) N. da S. Pbl. — Reproduz-se por ter saído desacompanhado da tabela que se refere o art. 1.º, no *Diário Oficial*, Seção I, edição de 30 de dezembro de 1945.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Continuo</i>						<i>Continuo</i>				
7	G	—	—	Q.S.	7	G	—	—	
6	F	—	—	Q.S.	7	F	—	1	
2	E	—	—	Q.S.	2	E	—	—	
15						16			—	1	

DECRETO-LEI N.º 8.387 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945.

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n.º 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de Dezembro de 1944, como segue:

VERBA 2 — MATERIAL.

Consignação III — Diversas Despesas.

S/c. n.º 40 — “Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.”

01 — “Adaptações, consertos e conservação de bens móveis.”

29 — Departamento Federal de Segurança

Cr\$

Pública 150.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.388 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de acordo com a tabela anexa, a carreira de Contínuo, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observ.
	<i>Continuo</i>						<i>Continuo</i>				
3	G	—	—	Q.S.	5	G	—	2	
5	F	—	—	Q.S.	7	F	—	2	
4	E	—	—	Q.S.	4	E	—	—	
12			—	—		16			—	4	

DECRETO-LEI N.º 8.389 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945.

*Reorganiza os Centros de Instrução
da Marinha.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os "Centros de Instrução da Marinha" serão estabelecimentos destinados a ministrar, em seus diversos graus, a instrução profissional especializada ao pessoal militar, da ativa ou da reserva, da Marinha de Guerra.

Art. 2.º Os Centros serão constituídos por agrupamentos de Escolas de Especialidades, funcionando sob uma direção única numa mesma base, de preferência no mesmo local.

Parágrafo único. Por conveniência do serviço poderão funcionar, também, nos Centros de Instrução, as Escolas destinadas à formação de Instrutores.

Art. 3.º Normalmente cada Escola atenderá a uma das especialidades constantes do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, podendo, porém, ser, por conveniência do ensino, reunidas em uma só Escola especialidades correlatas.

Art. 4.º Serão imediatamente organizados, de acordo com as normas acima, os Centros de Instrução do Rio de Janeiro e de Natal, aos quais serão dadas, respectivamente, as denominações de "Almirante Wandenkolk" e "Almirante Tamandaré".

Art. 5.º A discriminação das Escolas que devam funcionar em cada Centro será feita por ato do Ministro da Marinha.

Art. 6.º Os Centros de Instrução da Marinha ficarão subordinados, técnica e administrativamente, à Diretoria do Ensino Naval.

Art. 7.º O Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha será expedido oportunamente.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

DECRETO-LEI N.º 8.390 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945.

*Cria cargos no Quadro Permanente
do Ministério da Aeronáutica e dá
outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

2. Assistente de Pessoal, padrão — J

3. Assistente de Orçamento, padrão — J.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a criação dos cargos a que se refere o presente Decreto-lei, fica destacada da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica a importância de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros).

Art. 3.º Os ocupantes dos cargos a que se refere o presente Decreto-lei não poderão ser transferidos para a carreira de Técnico de Orçamento e Técnico de Pessoal.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

**DECRETO-LEI N.º 8.391 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945.**

Dispõe sobre a aposentadoria de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo número 25.613, de 1941, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, decreta:

Art. 1.º Fica aposentado, de acôrdo com o art. 196, item I, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, no cargo, em comissão, de Diretor (B. N.), padrão P, da Biblioteca Nacional, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

**DECRETO-LEI N.º 8.392 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre a aposentadoria de Olímpio Olinto de Oliveira

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta de processo n.º 42.939, de 1941, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, decreta:

Art. 1.º Fica aposentado, de acôrdo com o art. 196, item I, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, Olímpio Olinto de Oliveira, no cargo, em comissão, de Diretor Geral (D. N. C.), padrão P, do Departamento Nacional da Criança, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

**DECRETO-LEI N.º 8.393 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1945**

Concede autonomia, administrativa, financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Art. 1.º A Universidade do Brasil, instituição de ensino superior, cujos fins estão fixados na Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, passará a ser pessoa jurídica, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos do presente Decreto-lei.

Art. 2.º A Universidade do Brasil será imediatamente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino e institutos científicos e de pesquisa:

- Faculdade Nacional de Medicina.
- Faculdade Nacional de Direito.
- Faculdade Nacional de Odontologia.
- Faculdade Nacional de Filosofia.
- Faculdade Nacional de Arquitetura.
- Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.
- Faculdade Nacional de Farmácia.
- Escola Nacional de Engenharia.
- Escola Nacional de Belas Artes.
- Escola Nacional de Música.
- Escola Nacional de Minas e Metalurgia.
- Escola Nacional de Química.

Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Escola de Enfermeiras Ana Néri.

Instituto de Eletrotécnica.

Instituto de Psicologia.

Instituto de Psiquiatria.

Instituto de Biofísica.

Art. 3.º Para mais completa realização de seus fins, a Universidade do Brasil poderá incorporar outros estabelecimentos de ensino e institutos técnico-científicos, bem como estabelecer acordos com entidades e organizações, oficiais ou privadas.

Parágrafo único. A incorporação de que trata este artigo dependerá de prévia autorização do governo, sempre que acarretar novos encargos para o orçamento da União.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 4.º O patrimônio da Universidade será formado:

a) pelos bens móveis e imóveis, que constituem suas instalações, ora pertencentes ao Domínio da União, e que lhe serão transferidos, em consequência da execução deste Decreto-lei;

b) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por ela adquiridos;

c) pelo legados e doações, regulamentarmente aceitos;

d) pelos saldos de rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 5.º Serão reincorporados aos patrimônios das unidades universitárias e, como tais, incorporados ao patrimônio da Universidade do Brasil, quaisquer bens patrimoniais aos mesmos pertencentes e que tenham passado para o Patrimônio Nacional em obediência a legislação anterior.

Art. 6.º A aquisição de bens patrimoniais, por parte da Universidade, independe da aprovação do Governo Federal; mas a alienação desses bens somente poderá ser efetivada após homologação expressa do Presidente da República, ouvido o Ministro da Educação e Saúde.

Art. 7.º A Universidade poderá receber doações sem encargo, ou com ele, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeio de serviços determinados, em qualquer das suas unidades.

Art. 8.º Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma da Lei e de seu Estatuto, permitida, porém, a inversão de uns e de outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 9.º A administração da Universidade do Brasil será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Universitária;
- b) Conselho de Curadores;
- c) Conselho Universitário;
- d) Reitoria.

Art. 10. A Assembléia Universitária será composta por todos os professores catedráticos e representantes do corpo técnico, do pessoal administrativo e do corpo discente, na forma estabelecida no Estatuto da Universidade do Brasil.

Art. 11. A Assembléia Universitária se reunirá ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente quando convocada pelo Reitor, para assunto de alta relevância, que interesse à vida conjunta dos institutos universitários.

Art. 12. Competirá à Assembléia Universitária:

- a) tomar conhecimento do plano anual de trabalhos da Universidade;
- b) tomar conhecimento dos relatórios das atividades e realizações do ano anterior;
- c) assistir à entrega dos diplomas honoríficos de doutor e professor;
- d) eleger o seu representante no Conselho de Curadores.

Art. 13. Constituem o Conselho de Curadores:

- a) o Reitor da Universidade, como presidente;
- b) um representante do Conselho Universitário;

c) um representante da Assembléia Universitária, que poderá ser professor ou pessoa de notória idoneidade e reconhecido valor no ramo de atividade;

d) um representante da Associação de Antigos Alunos da Universidade;

e) um representante das pessoas físicas ou jurídicas, que tenham feito doações à Universidade;

f) um representante do Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. O Ministro da Educação e Saúde presidirá às reuniões do Conselho de Curadores a que comparecer.

Art. 14. São atribuições do Conselho de Curadores:

a) ratificar a nomeação e a dispensa dos diretores;

b) propor ao governo a substituição do Reitor, antes de findo o triênio de sua nomeação;

c) aprovar os orçamentos organizados pelo Conselho Universitário;

d) autorizar as despesas extraordinárias, não previstas nos orçamentos dos institutos universitários, que atendam a necessidades do ensino;

e) aprovar a prestação de contas, de cada exercício, feita ao Reitor pelos diretores dos institutos universitários;

f) aprovar a prestação final de contas anualmente apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada ao Ministro da Educação e Saúde;

g) resolver sobre a aceitação de legados e donativos, e deliberar sobre a administração do patrimônio da Universidade;

h) aprovar os regulamentos dos serviços universitários;

i) autorizar acordos entre as unidades universitárias e sociedades industriais, comerciais ou particulares para a realização de trabalhos ou pesquisas;

j) aprovar a tabela do pessoal extraordinário e as normas propostas para sua admissão;

k) autorizar a criação de prêmios pecuniários propostos pelo Conselho Universitário;

l) autorizar a abertura de créditos especiais ou suplementares.

Art. 15. Integram o Conselho Universitário:

a) os diretores dos estabelecimentos de ensino;

b) um representante de cada uma das congregações;

c) os diretores dos institutos técnico-científicos;

d) o presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Art. 16. Ao Conselho Universitário compete:

a) exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade;

b) aprovar os regimentos internos, organizados para cada uma das unidades universitárias;

c) aprovar as propostas dos orçamentos anuais das unidades universitárias, remetidas ao Reitor pelos respectivos diretores;

d) aprovar o orçamento da Reitoria e suas dependências;

e) propor ao Conselho de Curadores o contrato de professores;

f) autorizar as alterações de lotação dos funcionários administrativos da Reitoria e das unidades universitárias propostas pelo Reitor;

g) resolver sobre os mandatos universitários e os cursos e conferências de extensão;

h) deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral e aprovar iniciativas ou modificações no regime do ensino e pesquisas, não determinadas em regulamentos, propostas por qualquer das unidades universitárias, respeitados os limites em que se exerce a autonomia universitária;

i) decidir sobre a concessão do título de professor *honoris causa* e o de professor emérito;

j) propor ao Conselho de Curadores a criação e concessão de prêmios pecuniários ou honoríficos destinados ao estímulo e recompensa de atividades universitárias;

k) deliberar, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades;

l) deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, inclusive sobre o fechamento de cursos e mesmo de qualquer das unidades universitárias;

m) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;

n) deliberar sobre questões omissas do Estatuto e dos regulamentos e regimentos.

Art. 17. A Reitoria, representada na pessoa do Reitor, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias.

§ 1.º O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício, ou aposentados, eleitos, em lista triplíce e por votação uninominal pelo Conselho Universitário.

§ 2.º A nomeação do Reitor se fará pelo prazo de três anos, findo o qual poderá haver recondução, mediante nova proposta do Conselho Universitário, ratificada pelo Conselho de Curadores.

Art. 18. São atribuições do Reitor, dentre outras que o Estatuto estabelecer:

a) organizar, ouvidos os diretores das unidades universitárias, os planos de trabalho anual e submetê-los ao Conselho Universitário;

b) organizar, ouvido o Conselho Universitário, os projetos de orçamento anual e submetê-los ao Conselho de Curadores;

c) administrar as finanças da Universidade;

d) admitir, transferir e dispensar o pessoal extraordinário;

e) transferir, de acordo com a conveniência do serviço, o pessoal administrativo de uma para outra das unidades universitárias;

f) exercer o poder disciplinador.

Parágrafo único. O Reitor apresentará ao Conselho de Curadores, anualmente, ou quando solicitado, completo relatório da situação orçamentária e das atividades universitárias.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 19. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços da Universidade, conservação, renovação, e ampliação de suas instalações, serão provenientes de:

a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União, na forma do art. 23;

b) dotações, a título de subvenção, que lhe atribuírem os Estados, o Distrito Federal e municípios;

c) doações que a esse título receber de pessoas físicas ou jurídicas;

d) renda da aplicação de bens patrimoniais;

e) retribuição das atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;

f) taxas e emolumentos escolares;

g) receita eventual.

CAPÍTULO V

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 20. O regime financeiro da Universidade obedecerá aos seguintes preceitos:

a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;

b) o orçamento obedecerá aos princípios da universalidade e da unidade;

c) a proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;

d) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que estabelecer o Estatuto;

e) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais desde que as necessidades de serviço o exijam e haja recursos disponíveis.

Art. 21. Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.

Art. 22. A prestação anual de contas será feita até 28 de fevereiro, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

a) balanço patrimonial;

b) balanço econômico;

c) balanço financeiro;

d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;

e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada;

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. A lei que fixar anualmente a despesa da União consignará a subvenção necessária ao pagamento de todo o pessoal permanente e extranumerário da Universidade e ainda a de material indispensável aos serviços dos estabelecimentos de ensino e dos institutos técnico-científicos que a constituam.

§ 1.º. A dotação referente aos servidores públicos lotados na Universidade do Brasil será distribuída à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde, que efetuará o pagamento, seguindo as folhas de exercício expedidas pela Reitoria.

§ 2.º. A dotação destinada a material será depositada no início de cada exercício financeiro no Banco do Brasil, a disposição do Reitor da Universidade.

§ 3.º. O Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde providenciará para que, encerrado o exercício financeiro, qualquer saldo existente à conta de pessoal seja incorporado à conta de bens patrimoniais da Universidade, por intermédio do Banco do Brasil.

Art. 24. O Estatuto da Universidade, que será aprovado por decreto, disporá sobre a organização e orientação geral dos trabalhos didáticos, admissão de professores e alunos, seus direitos e deveres, e regime disciplinar, atendidos os seguintes pontos:

a) a Universidade praticará sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos peculiares ao seu funcionamento;

b) o regime didático obedecerá aos padrões mínimos fixados na lei federal, salvo quanto à seriação;

c) as condições gerais de nomeação, licenciamento, demissão e aposentação dos servidores públicos, lotados na Universidade do Brasil, são as estabelecidas na legislação federal;

d) a Universidade não poderá dispensar o concurso de títulos e de provas para a admissão de professores efetivos;

e) o exercício da docência-livre não constitui acumulação vedada por lei;

f) a Reitoria será o órgão central da Universidade, nela devendo ser processadas as inscrições, realizadas as matrículas e transferências, pagas as taxas escolares e outras, feitas as concorrências para aquisição de material e autorizadas as despesas, bem como outros atos de gestão;

g) a direção de cada um dos estabelecimentos da Universidade será exercida por um diretor, nomeado pelo Reitor, *ad-referendum* do Conselho de Curadores, dentre os professores catedráticos efetivos em exercício ou aposentados, eleitos em listas triplete por votação uninominal da congregação respectiva;

h) as Faculdades e Escolas serão organizadas em departamentos, constituindo o professorado em quadros de uma carreira de acesso gradual e sucessivo;

i) os departamentos serão dirigidos por um chefe, escolhido dentre os respectivos professores catedráticos, por proposta do diretor e designação do Reitor;

j) segundo as suas conveniências específicas, essas unidades definirão e regularão o regime de tempo integral para os professores e auxiliares de ensino.

Art. 25. As disposições do Estatuto ou dos regulamentos que, direta ou indiretamente, acarretem para a União obrigações não definidas neste decreto-lei, serão considerados insubsistentes enquanto não forem aprovadas por leis federais.

Art. 26. Ficam assegurados todos os direitos em cujo gozo se acham os membros do corpo docente e demais servidores, administrativos e técnicos, atualmente lotados na Reitoria e em todos os estabelecimentos universitários.

Parágrafo único. Todas as ocorrências relativas à vida funcional dos servidores públicos a que se refere este artigo serão, ato contínuo, comunicadas à Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, para os devidos assentamentos.

Art. 27. O Governo Federal reconhecerá, como oficialmente válidos, para os efeitos legais, os diplomas pro-

fissionais, os certificados de estudos, os boletins de exames e análises, os atestados, pareceres, projetos e demais atos regularmente expedidos ou realizados por qualquer das dependências da Universidade.

Art. 28. A equiparação de universidades será feita mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, respeitadas, em qualquer caso, as exigências mínimas do Estatuto da Universidade do Brasil.

Art. 29. O Reitor apresentará, dentro de trinta dias, ao Ministro da Educação e Saúde, para regulamentação do presente decreto-lei, o projeto de Estatuto da Universidade do Brasil, elaborado pelo Conselho Universitário.

Art. 30. Até que seja decretado o Estatuto da Universidade do Brasil, esta se regerá pelos decretos n.º 19.851 e n.º 19.852, de 11 de abril de 1931, pela lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, e pelas disposições legais posteriores que as alterarem, em tudo que não contrariarem as determinações do presente decreto-lei.

Art. 31. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.394 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera disposições do Decreto-lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o art. 32 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 5.º Poderá prestar exames de segunda época, escritos e orais ou

práticos, o aluno que não atingir a média global ou o que não atingir a média mínima para a promoção numa ou duas disciplinas.

§ 6.º Quando a inabilitação fôr nos dois grupos poderá repetir o exame de uma das disciplinas de cada um deles.

§ 7.º Quando a inabilitação fôr em um só grupo poderá submeter-se a exame de uma ou de duas das respectivas disciplinas.

§ 8.º As provas escritas do exame de segunda época substituirão, para todos os efeitos e com o mesmo peso, as segundas provas parciais do ano letivo anterior”.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro 1945, 122.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.395 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944) as seguintes alterações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

23 — Diárias

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Cr\$

Passa de 4.543.800,00

Para 4.513.800,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

- 17 — Expedições científicas
23 — Serviço de Proteção aos índios

Cr\$
Passa de 600.000,00
Para 630.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.396 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas crédito suplementar à Verba específica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1945) o crédito de Cr\$ 5.005.500,00 (cinco milhões, cinco mil e quinhentos cruzéis), suplementar à Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Subconsignação 03 — Auxílios, contribuições e subvenções — 03 — Subvenções — 31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — 04 — Estrada de Ferro Central do Brasil — a) — Subvenção correspondente a despesas com pessoal permanente (*ex-vi* do art. 28 do Decreto-lei n.º 3.306, de 24-5-1941), crédito destinado a atender ao pagamento do abono de emergência aos funcionários do extinto Quadro II do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.397 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera o art. 48 do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 48 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 48. Não poderá ser promovido o funcionário que não tenha o interstício de setecentos e trinta dias de efetivo exercício na classe, salvo se, na mesma classe, nenhum outro o houver completado.

Parágrafo único. O funcionário promovido sem interstício, na forma da parte final deste artigo, não poderá obter nova promoção antes de decorridos dois anos de efetivo exercício”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.398, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Técnico de Pessoal, padrão K.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a criação do cargo a que se refere o presente Decreto-lei, fica destacada da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica a importância de Cr\$... 2.200,00, (dois mil e duzentos cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.399 — DE 19
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera e cria carreiras no Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Ope-

rário de Aviação do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. Os funcionários cujos cargos continuam a integrar a carreira a que se refere este artigo são os constantes da relação nominal anexa.

Art. 2.º Fica criada, no mesmo Quadro, a carreira de Artífice, na forma da tabela anexa.

Art. 3.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pela Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Obs.
—	—	—	—	—	—	4	Operário de Aviação	J	—	4	
4	Operário de Aviação	I	—	—	Q.S.	10	—	I	—	6	
7	Operário de Aviação	H	—	—	Q.S.	20	—	H	—	13	
34	Operário de Aviação	G	—	—	Q.S.	37	—	G	—	3	
24	Operário de Aviação	F	—	—	Q.S.	24	—	F	—	—	
2	Operário de Aviação	E	—	—	Q.S.	2	—	E	—	—	
71	—	—	—	—	—	97	—	—	—	26	
—	—	—	—	—	—	5	Artífice	I	—	5	
5	Operário de Aviação	H	—	—	Q.S.	7	—	H	—	2	
14	Operário de Aviação	G	—	—	Q.S.	14	—	G	—	—	
24	Operário de Aviação	F	—	—	Q.S.	24	—	F	—	—	
13	Operário de Aviação	E	—	—	Q.S.	7	—	E	—	—	
56	—	—	—	—	—	57	—	—	—	7	

DECRETO-LEI N.º 8.400 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1945

Extingue a Coordenação da Mobilização Econômica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a 1.º de janeiro de 1946 a Coordenação da Mobilização Econômica, encerrando-se dentro de 60 dias, contados daquela data, as atividades administrativas da mesma (entrega do material permanente e do arquivo, prestação de contas e outras).

Art. 2.º São transferidos para as repartições estatais abaixo indicadas, na situação em que se encontram (pessoal admitido de acordo com o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, material em uso e dependências ocupadas), os seguintes órgãos:

1.º Para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

a) Setor da Produção Industrial (Escritório Central e Escritórios Regionais de São e Rio Grande do Sul), com as atribuições previstas na Portaria n.º 21, de 19 de novembro de 1942, do Coordenador da Mobilização Econômica;

b) Comissão Nacional de Preços, com as atribuições previstas nas Portarias ns. 405, de 6 de setembro, 411, de 9 de outubro, 415, de 27 também de outubro, e 424, de 30 de novembro, todas de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

2.º Para o Conselho Federal de Comércio Exterior:

a) Serviço de Controle da Exportação e Importação dos Gêneros Alimentícios, que já funciona no referido Conselho, com as atribuições previstas na Portaria n.º 382, de 14 de junho de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

b) Serviço de Licenciamento de Despachos dos Produtos Importados, com as atribuições previstas na Portaria n.º 286, de 23 de setembro de 1944, do Coordenador da Mobilização Econômica.

3.º Para o Ministério da Agricultura (Departamento Nacional da Produção Mineral): — Setor Produção Mineral, com as atribuições previstas nas Portarias ns. 177, de 27 de dezembro de 1943, 223 e 224, ambas de 15 de maio, 248, de 31 de julho, 253, de 1.º de agosto, todas de 1944, 373, de 25 de maio, e 377, de 1.º de junho, estas de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 3.º Ficam a cargo das autoridades máximas das repartições de que trata o artigo anterior (Ministros de Estado e Diretor Geral), as seguintes medidas:

a) reestruturação e adaptação das atribuições dos órgãos que passam para a respectiva jurisdição;

b) extinção dos mesmos órgãos, à medida que se tornar dispensável o funcionamento de cada um deles;

c) nomeação e exoneração dos servidores dos mencionados órgãos, nos termos da Ordem de Serviço n.º 43, de 20, publicada no *Diário Oficial* de 22, tudo de dezembro de 1944, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Parágrafo único. Os servidores dos órgãos que forem extintos (letra b deste artigo), poderão ser aproveitados, a critério do Governo, nos respectivos Ministérios ou no Conselho Federal de Comércio Exterior, ou noutras repartições federais, observadas as disposições vigentes sobre admissão de extranumerários, no que lhes sejam aplicáveis.

Art. 4.º Os poderes conferidos ao Coordenador da Mobilização Econômica, bem como as atribuições que lhes foram dadas e diplomas legais, cessarão a 1.º de janeiro de 1946.

§ 1.º O disposto neste artigo não atinge as atribuições administrativas do Coordenador, respeitado o prazo a que se refere o art. 1.º, segunda parte.

§ 2.º Os poderes e atribuições gerais do Coordenador, que não possam cessar na data da extinção da Coordenação da Mobilização Econômica, são transferidos para as autoridades federais ou estaduais que tratam dos respectivos assuntos em tempo de paz.

§ 3.º O Presidente da República expedirá os atos indispensáveis à marcha regular dos assuntos sujeitos à ação da Coordenação, quando se tornar necessário esclarecer o que determina o parágrafo anterior.

§ 4.º O Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura elaborará o plano de abastecimento de carnes a partir de 1946, competindo-lhe observar e fazer cumprir as prescrições da Portaria número 416, de 29 de outubro de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 5.º Serão transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e para o Conselho Federal de Comércio Exterior as parcelas das dotações do Orçamento da Coordenação da Mobilização Econômica que serão propostas pelo Coordenador dentro do prazo previsto na segunda parte do art. 1.º deste decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda indenizará a Imprensa Nacional, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — S/c 53 — Instalação e Manutenção de Setores, Serviços e Contrôles — do Orçamento de que trata este artigo, as despesas decorrentes da impressão de seis (6) volumes de umas trezentas (300) páginas e dois mil (2.000) exemplares cada um, da obra que está sendo elaborada sobre as atividades da Coordenação da Mobilização Econômica, desde sua criação até a data de sua extinção.

Art. 6.º As atribuições conferidas ao Coordenador da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 8.250, de 29 de novembro de 1945, serão transferidas ao Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, a partir da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória

J. Pires do Rio

Theodureto de Camargo

R. Carneiro de Mendonça

DECRETO-LEI N.º 8.401 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga os decretos-leis ns. 5.893, de 19 de outubro de 1943 e 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, exceto as disposições dos arts. 104 a 118, e seus parágrafos, revigorando o decreto-lei n.º 581, de 1 de agosto de 1938 e a lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que o Primeiro Congresso de Cooperativismo encareceu a necessidade da modificação da atual legislação cooperativista do país;

Considerando que são inúmeros e reiterados os pedidos formulados de vários pontos do país no sentido de serem feitas com urgência tais modificações;

Considerando, afinal, que a consolidação da legislação cooperativista nacional se impõe o que, entretanto, demanda estudos amplos que, pela sua natureza, convém sejam apreciados pelos futuros órgãos legislativos, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os Decretos-leis ns. 5.893, de 19 de outubro de 1943 e 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, exceto as disposições dos arts. 104 a 118 e seus respectivos parágrafos referentes à Caixa de Crédito Cooperativo, e revigorados o Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932 e o Decreto-lei n.º 581, de 1 de agosto de 1938 e seu regulamento.

Art. 2.º As cooperativas constituídas na vigência dos decretos-leis ora revogados, assim como aquelas que aos mesmos se tenham adaptado, poderão continuar a reger-se por seus atuais estatutos; mas não lhes é permitido reformá-los, nem prorrogar o prazo de sua duração, sem que observem os dispositivos dos decretos agora revigorados.

Art. 3.º A fiscalização das cooperativas em geral é de competência do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, que poderá

delegar suas atribuições aos órgãos técnicos dos Estados.

Art. 4.º O Ministério da Agricultura poderá derimir as dúvidas que surgirem na aplicação deste decreto-lei, baixando as instruções necessárias a sua execução.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.402 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza a extinção dos Departamentos Estaduais de Informações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que não é próprio dos governos de índole democrática manter órgãos de propaganda e de publicidade, decreta:

Art. 1.º Ficam os Interventores autorizados a extinguir os Departamentos Estaduais de Informações.

Art. 2.º Fica revogado o art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.557, de 4 de setembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 4.935, de 21 de novembro de 1942.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.403 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o item VII do art. 11 da consolidação dos dispositivos regulamentares da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o item VII do art. 11 da consolidação dos dispositivos regulamentares da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, alterado pelo Decreto n.º 24.631, de 9 de julho de 1934, e pelo Decreto-lei n.º 4.803, de 6 de outubro de 1942.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.404 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria e transforma cargos isolados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

1 — Chefe do Serviço de Informações (C.S.I. — D.P.S. — D.F.S.P.), padrão N.

12 — Inspetores de Polícia Política (I.P.P. — D.P.S. — D.F.S.P.), padrão L.

Art. 2.º Passam a ser de provimento efetivo os cargos isolados em comissão de Chefe da Assistência Poli-

cial (A.P. — S.Tp. — D.F.S.P.), padrão L, e de Diretor do Museu (M. — D.P.T. — D.F.S.P.), padrão N, apostilando-se os títulos dos seus ocupantes na Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Para atender no corrente exercício à despesa decorrente deste Decreto-lei fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1945) o crédito de dezessete mil trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 17.350,00) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pesosal Permanente.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 17 de dezembro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.405 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Guarda-Civil do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada na forma da tabela anexa, que faz parte integrante deste Decreto-lei, a carreira de Guarda-Civil, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Os cargos serão providos da seguinte forma: Os 30 cargos da classe L serão providos pelos 20 atuais ocupantes da classe H e os 10 de maior antiguidade na classe G, os 50 da classe K pelos 50 restantes da classe G, os 150 da classe J pelos 150 ocupantes da classe F, os 250 da classe I pelos 250 mais antigos da classe E, os 350 da classe H pelos restantes 349 ocupantes da classe E e o de maior antiguidade na classe D e os 500 da classe G pelos de maior antiguidade na classe D.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto no presente Decreto-lei, serão apostilados pela Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
140	Guarda-civil ..	H	—	120	Q. P.	30	Guarda-civil ..	L	—	—	
260	Guarda-civil ..	G	—	200	Q. P.	50	Guarda-civil ..	K	—	—	
500	Guarda-civil ..	F	—	350	Q. P.	150	Guarda-civil ..	J	—	—	
800	Guarda-civil ..	E	—	201	Q. P.	250	Guarda-civil ..	I	—	—	
1.500	Guarda-civil ..	D	—	571	Q. P.	350	Guarda-civil ..	H	—	—	
—	—	—	—	—	500	Guarda-civil ..	G	—	—	
—	—	—	—	—	800	Guarda-civil ..	F	—	372	
3.200						2.130					

DECRETO-LEI N.º 8.406 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera carreiras no Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada na forma da tabela anexa, a carreira de Polícia Marítimo e Aéreo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qual se incorpora a carreira de igual denominação do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes do padrão 12, serão incluídos na

classe L; os de padrão 10, na classe K; os de padrão 8, na classe J; os de padrão 7 e 6 na classe I; e os das classes F, E e D, na classe H.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste Decreto-lei serão apostilados pela Divisão de Administração do D.F.S.P.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Polícia Marítimo e Aéreo</i>						<i>Agente de Po- lícia Marítimo e Aéreo</i>				
6	12	—	—	Q.S.	6	L	—	—	
6	10	—	—	Q.S.	8	K	—	2	
10	8	—	—	Q.S.	12	J	—	2	
13	7	—	—	Q.S.	20	I	—	2	
5	6	—	—	Q.S.						
3	F	—	—	Q.P.	34	H	—	3	
4	E	—	—	Q.P.		*				
24	D	—	—	Q.P.						
71						80				9	

DECRETO-LEI N.º 8.407 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera e inclui, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carreira de Radiotelegrafista do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada, na forma da tabela anexa e incluída no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carreira de Radiotelegrafista do Quadro Suplementar dêsse Ministério.

Parágrafo único. Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pela Divisão

de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º As vagas existentes na classe inicial serão providas mediante concurso, tendo preferência aquêle que pertencerem à Série Funcional de Radiotelegrafista, da T.N.M. do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
—	—	—	—	—	2	Rádotelegrafista	L	—	2	Q. P.
1	Rádotelegrafista	J	—	—	Q. S.	3	Rádotelegrafista	K	—	2	Q. P.
2	Rádotelegrafista	I	—	—	Q. S.	5	Rádotelegrafista	J	—	3	Q. P.
4	Rádotelegrafista	H	—	—	Q. S.	8	Rádotelegrafista	I	—	4	Q. P.
6	Rádotelegrafista	G	—	—	Q. S.	12	Rádotelegrafista	H	—	6	Q. P.
2	Rádotelegrafista	F	—	—	Q. S.	20	Rádotelegrafista	G	—	18	Q. P.
15						50				35	

DECRETO-LEI N.º 8.408 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria e eleva cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, do padrão E para o padrão G, os vencimentos de trinta e sete (37) cargos isolados, de provimento efetivo, de Oficial de Diligência, do Departamento Federal de Segurança Pública, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pela Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, três (3) cargos isolados, de provimento efetivo, de Oficial de Diligência, do Departamento Federal de Segurança Pública, padrão G.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.409 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera e cria carreiras nos Quadros Suplementar e Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Fica criada, na forma da tabela anexa, a carreira de Motorista Policial no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Departamento Federal de Segurança Pública.

Parágrafo único. Os cargos serão providos da seguinte forma: Os 5 cargos da classe I serão preenchidos pelos 3 atuais ocupantes da classe G e os 2 de maior antiguidade na classe F; os da classe H pelos 15 de antiguidade seguinte da classe F; na classe G os 9 restantes da classe F; aproveitando-se nos demais cargos os servidores que atualmente exercem idêntica função no Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo artigo anterior serão apostilados na Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 4.º Ficam suprimidos da lotação do Departamento Federal de Segurança Pública vinte e nove (29) cargos de motoristas.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
3	<i>Motorista</i>	G	—	—	Q.S.	5	<i>Motorista Policial</i>	—	—	—	—
2	F	—	—	Q.S.	15	I	—	—	—
15	F	—	—	Q.S.	30	H	—	—	—
9	F	—	—	Q.S.	50	G	—	21	—
29						100	F	—	50	—
						200	E	—	100	—
4	<i>Motorista</i>	G	—	—	Q.S.	1	<i>Motorista</i>	G	—	—	—
32	F	—	—	Q.S.	6	F	—	—	—
5	E	—	2	Q.S.	5	E	—	2	—
41						12					

DECRETO-LEI N.º 8.410 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Escrivão de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada na forma da tabela anexa, que faz parte integrante dêste Decreto-lei, a carreira de Escrivão de Polícia, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Os cargos serão providos da seguinte forma: os 6 cargos da classe M serão ocupados pelos 3 atuais ocupantes da classe K e os 3 de maior antiguidade na classe J, os 12 da classe L pelos 5 restantes da classe J e os 7 de maior antiguidade na classe I, os 29 da classe K pelos 6 restantes da classe I e pelos 23 ocupantes da classe H anteriormente

ao Decreto-lei n.º 8.000, de 26-9-45, publicado no *Diário Oficial* de 28-9-45, os 58 da classe J pelos 35 ocupantes da classe G e os 21 de maior antiguidade na classe F anteriormente ao citado Decreto-lei n.º 8.000 e 2 da classe H do extinto Tribunal de Segurança Nacional, e, finalmente, ficarão ocupados os cargos da classe I pelos demais funcionários das classes F e pelos interinos.

Art. 2.º Os títulos dos funcionários atingidos pelo disposto no presente Decreto-lei, serão apostilados pela Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

258

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
							<i>Escrivão de Polícia</i>				
6	Escrivão de Po- lícia	L	—	6	P.	—	—	—	—	—
12	Escrivão de Po- lícia	K	—	9	P.	6	M	—	—	—
3	Escrivão de Po- lícia	J	—	—	P.	—	—	—	—	—
21	Escrivão de Po- lícia	J	—	17	P.	—	—	—	—	—
1	Escrivão de Po- lícia (T.S.N.).	J	—	—	Q.J.P.P.	12	L	—	—	—
7	Escrivão de Po- lícia	I	—	—	P.	—	—	—	—	—
41	Escrivão de Po- lícia	I	—	36	P.	—	—	—	—	—
1	Escrivão de Po- lícia (T.S.N.).	I	—	—	Q.J.P.P.	25	K	4	—	—
23	Escrivão de Po- lícia	H	—	—	P.	—	—	—	—	—
2	Escrivão de Po- lícia (T.S.N.).	H	—	—	Q.J.P.P.	50	J	8	—	—

ATOS DO PODER EXECUTIVO

56	Escrivão de Po- lícia	H	—	—	P.	—	—	—	—	—
59	Escrivão de Po- lícia	H	—	—	P.	—	—	—	—	—
4	Escrivão de Po- lícia (T.S.N.).	F	—	—	Q.J.P.P.	80	I	—	17	—
236				68		173			12	17	

Observação: Dos 17 cargos vagos da classe "I" 5 poderão ser preenchidos imediatamente e 12 à medida que se extinguirem os excedentes. Os 68 cargos provisórios da classe "H" constantes do Decreto-lei número 8.000, de 26-9-45, D. O. de 28-9-45, foram incluídos na primeira coluna da situação atual.

DECRETO-LEI N.º 8.411 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Médico do Trabalho do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A carreira de Médico do Trabalho do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fica alterada, na forma da tabela anexa.

Art. 2.º Fica criada, no Quadro Suplementar do referido Ministério, de acordo com a tabela anexa, a carreira de Médico do Trabalho.

Art. 3.º Na carreira a que se refere o artigo anterior, serão incluídos os

atuais Médicos do Trabalho, transferidos de outras carreiras.

Art. 4.º A Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do referido Ministério apostilará os decretos dos funcionários de que trata o art. 3.º do presente Decreto-lei.

Art. 5.º As despesas com a execução deste Decreto-lei serão atendidas com o saldo da conta-corrente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO SUPLEMENTAR

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

261

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
							<i>Médico do Trabalho</i>				
						2	M	—	—	
						2	L	—	1	
						2	K	—	2	
						2	J	—	1	
						2	I	—	—	
						10			—	4	
	<i>Médico do Trabalho</i>						<i>Médico do Trabalho</i>				
3	M	—	1	—	3	M	—	3	—
4	L	—	2	—	4	L	—	4	—
5	K	—	4	—	5	K	—	5	—
6	J	—	5	—	6	J	—	6	—
9	I	—	—	14	9	I	—	—	18
27				12	14	27				18	18

Observações: Os cargos vagos somente poderão ser providos, por transferência, após nomeados todos os habilitados no concurso para provimento da carreira.

DECRETO-LEI N.º 3.412 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1945

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a função gratificada de Encarregado da Turma de Garage (T. G. — D. A.) com a gratificação de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) anuais.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei correrá à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 Divisão do Pessoal, Anexo n.º 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 3.413 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre os vencimentos de ocupantes efetivos de cargos de diretor de antigas diretorias gerais de Secretarias de Estado, departamentos nacionais, de alguns Ministérios, Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Tribunal de Contas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São fixados no padrão R, da escala-padrão de vencimentos ane-

xa ao Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, os vencimentos de artigos ocupantes efetivos de cargos de diretor compreendidos nas disposições do art. 28 da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, que ainda se acham em atividade, sendo: seis de Secretaria de Estado, diretores gerais, respectivamente, das antigas Diretorias Gerais do Expediente e de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde, das de Contabilidade dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação e Obras Públicas e da Diretoria Geral do Expediente deste último Ministério; um diretor geral da Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; um diretor do Tribunal de Contas e dois diretores gerais dos Departamentos Nacionais de Propriedade Industrial e Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os títulos de nomeação dos mencionados diretores serão apostilados pelos competentes Ministros de Estado, mantida a denominação de diretor geral assegurada pelo art. 28 da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, sendo extintos esses cargos a medida que vagarem.

Art. 2.º A despesa que decorre do disposto no art. 1.º, será custeada no ano em curso por conta dos saldos das respectivas verbas do pessoal e, no próximo exercício financeiro, por conta das dotações próprias do orçamento ou de crédito que fôr aberto para tal fim.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.414 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria uma função de Despachante Aduaneiro junto à Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo número 38.999-44, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma função de Despachante Aduaneiro junto à Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo, a qual será exercida por Carmo Angerami e extinta quando vagar.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.415 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 190.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de cento e noventa mil cruzeiros (Cr\$ 190.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 16 do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

Cr\$

S/c. n.º 37 — Iluminação,
força motriz e gás

04 — Diretoria Geral da
Fazenda Nacional

03 — Divisão do Mate-
rial Cr\$ 190.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Administração do Edifício da Fazenda (Cr\$ 150.000,00) e à Alfândega do Rio de Janeiro (Cr\$ 40.000,00).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.416 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Extingue a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintas a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.), instituída pelo Decreto-lei n.º 5.813, de 14 de setembro de 1943, e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Washington (C.C.A.W.) e criada pelo Decreto-lei n.º 5.044, de 4 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Excetuando o bem imóvel de que trata o artigo seguinte, é transferido à C.C.A.W. o ativo e passivo da C.A.E.T.A.

Parágrafo único. Na liquidação do ativo e passivo de que trata este artigo, a C.C.A.W. aplicará, no que couber, o disposto nos acordos relativos ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, aprovados, respectivamente, pelo Decreto-lei n.º 5.813, de 14 de setembro de 1943, e Decreto número 14.535, de 19 de janeiro de 1944.

Art. 3.º É incorporado ao patrimônio nacional o imóvel rural denominado "Sítio Corcovado", antigo "Sítio Cocorote", situado no lugar Serrinha, do distrito Porangaba, do município de Fortaleza, no Estado do Ceará, adquirido em 22 de junho de 1942 pelo extinto Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S.E.M.T.A.), da Coordenação da Mobilização Econômica e atualmente sob a administração da C.A.E.T.A.

Art. 4.º As atribuições conferidas ao Superintendente da S.A.V.A. pelo art. 3.º do Decreto-lei n.º 5.044, de 4 de dezembro de 1942, passam à competência da C.C.A.W., que as exercerá, sempre que julgar necessário, ficando, também, transferido para esta o acervo dos bens da S.A.V.A.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.417 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Faz doação à Prefeitura Municipal de Sapé, no Estado da Paraíba, do imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica doado à Prefeitura Municipal de Sapé, no Estado da Paraíba, o domínio pleno do terreno e benfeitorias existentes na Rua Epitácio Pessoa n.º 112, naquela cidade, tendo aquela a área de duzentos e

(*Continua na página seguinte*)
quarenta e um metros e noventa decímetros quadrados (241,90 m²), confrontando, ao Norte, com o prédio de n.º 160; ao Sul, com o de n.º 118, ambos da Rua Epitácio Pessoa; a Leste, com a mesma Rua Epitácio Pessoa; e, a Oeste, com terreno de propriedade particular.

Parágrafo único. Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado da Paraíba, assinar-se-á termo em livro da Repartição, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, independentemente de imposto de selo, custas e emolumentos.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.418 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Isenta do pagamento de laudêmio a transferência de aforamento de terreno acrescido de marinha, que menciona, e do edifício nele construído.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, atendendo ao que expôs o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, decreta:

Art. 1.º Fica isenta do pagamento de laudêmio a transferência ajustada entre Antônio Leite e sua mulher e outros, como outorgantes promitentes vendedores, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como promitente outorgado comprador, do domínio útil do terreno acrescido de marinha designado por lote n.º 3, da quadra 8, da Esplanada do Castelo, com a área de trezentos e oitenta metros quadrados (380 m²), situado na rua projetada que liga as Avenidas Perimetral e Aparício Borges, entre as Avenidas Beira-Mar e Presidente Wilson, bem como do Edifício que, sob a denominação de "Ouro Fino", foi construído no mesmo terreno e onde se acha instalada a sede do aludido Instituto.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.419 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza o provimento imediato de cargos vagos, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o provimento imediato de quatro (4) cargos isolados de Adjunto de Procurador da Fazenda Pública, padrão K, vagos, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, constantes das tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 1.347, de 7 de dezembro de 1939.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de oito mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 8.800,00), em reforço da Verba I — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

Cr\$

S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente 8.800,00

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.420 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Transforma denominações de cargos do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que, pelo Decreto-lei n.º 8.308, de 6 de dezembro de 1945, foi concedida autonomia técnico-administrativa ao Departamento dos Correios e Telégrafos;

Considerando que, principalmente sob esse regime a nomenclatura dos órgãos que constituem aquele Departamento deve obedecer a um critério uniforme;

Considerando, por isso mesmo, que, havendo no referido Departamento quatro órgãos com atribuições idênticas, dentro da esfera de ação de cada um, todos imediatamente subordinados à Diretoria Geral, não se justifica sejam dois deles denominados "diretorias" e os outros dois "chefias de serviço", tanto mais que nestes dois últimos a função de chefe é exercida por um diretor;

Considerando que aos órgãos citados estão afetas as mesmas responsabilidades e encargos atribuídos às divisões que compõem o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a Estrada de Ferro Central do Brasil;

Considerando que os chefes de divisão nessas repartições percebem vencimentos correspondentes ao Padrão P, enquanto que os vencimentos dos diretores de Correios e de Telégrafos, e os dos diretores que exercem as funções de chefes dos serviços do Pessoal e do Material, estão fixados no Padrão N;

Considerando que não se justifica essa desigualdade de vencimentos, visto que o Departamento dos Correios e Telégrafos tem âmbito nacional mais vasto do que aquelas repartições, além de manter extensas ligações internacionais;

Considerando que as denominações abreviadas "SRP" seguidas de um número, adotadas pelo artigo 11 do Decreto n.º 3.082, de 17 de setembro de 1938, para designar as seções incumbidas dos serviços de pessoal nas diretorias regionais de Correios e Telégrafos, são meramente convencionais e não exprimem com propriedade a natureza dos serviços que lhes compete executar,

Decreta:

Art. 1.º O Serviço Regional do Pessoal (SRP-2) e o Serviço de Material do Departamento dos Correios e Telégrafos passam a denominar-se, respectivamente, Diretoria do Pessoal e Diretoria do Material.

Art. 2.º O Serviço de Pessoal nas diretorias regionais de Correios e Telégrafos passa a denominar-se, simplesmente, "Seção de Pessoal", abolidas as expressões abreviadas e numéricas de que trata o art. 11 do Decreto n.º 3.082, de 17 de setembro de 1938.

Art. 3.º Ficam elevados do Padrão N para o Padrão P os vencimentos dos cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretores de Correios, de Telégrafos, de Pessoal e de Material.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

DECRETO-LEI N.º 8.421 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a concessão de abono aos servidores de empresas de energia elétrica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as empresas de fornecimento de energia elétrica para serviços públicos autorizadas a pagar a seus servidores no corrente mês de dezembro, por conta dos saldos credores existentes na conta "Taxa Adicional do Decreto-lei n.º 7.524" criada pelo decreto n.º 19.117, de 6 julho de 1945, um abono correspon-

dente às importâncias recebidas pelos mesmos, a título de vencimentos e salários, no mês de novembro deste ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodureto de Camargo.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.422 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1.969.129,00, a verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e nove cruzeiros (Cr\$ 1.969.129,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo número 22 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1945), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 36 — Serviços Contratuais:

41 — Inspetoria Geral de Iluminação (Decreto n.º 7.668, de 18 de novembro de 1909).

a) Iluminação; instalações e suas modificações, remoção de postes e demais serviços contratuais Cr\$ 1.969.129,00.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

José Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.423 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 180.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de cento e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 180.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas despesas
S/c. n.º 30 — Águas e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo.

04 — Departamento de Administração:

Cr\$

07 — Administração do

Palácio do Trabalho ... 180.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.424 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.500.000,00, para pagamento a concessionários de portos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 5.500.000,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos), devido, por conta da arrecadação, no corrente exercício, do imposto adicional de dez por cento (10 %) sobre os direitos de importação, aos concessionários dos portos do Ceará, Cabedelo, Recife, Maceió, Bahia, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, Paranaguá e São Francisco, em virtude de contratos celebrados com o Governo Federal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.425 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1945

Suspende a execução do Decreto-lei n.º 7.930, de 3 de setembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa a execução do Decreto-lei n.º 7.930, de 3 de se-

tembro de 1945, e, em consequência, restabelecida a legislação anterior, que dispõe sobre vendas imobiliárias e de mercadorias, a prestações, mediante sorteio, e sobre distribuição de prêmios.

Art. 2.º O Ministro da Fazenda nomeará uma comissão, composta de dois funcionários e dois representantes dos interessados para, sob a orientação do Diretor das Rendas Internas, rever a mesma legislação, consolidando-a, atualizando-a e propondo a expedição de nova lei sobre o assunto e a regulamentação respectiva.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.426 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, para pagamento de auxílio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o auxílio previsto no artigo 10 do Decreto-lei n.º 4.181, de 16 de março de 1942, relativamente à arrecadação da "Cota de Estatística" no exercício de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.427 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 3.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 16 do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Cr\$

S/c n.º 30 — Reposições e Restituições

24 — Diretoria da Despesa Pública 3.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.428 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Aprova o projeto e orçamento para execução das obras de defesa da Praia de Iracema no porto de Fortaleza, por conta do Governo Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, de acordo com a Exposição de Motivos n.º 92-G/M de 21 de dezembro de 1945, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e

Considerando que o desmonte da praia é consequência do projeto elaborado pelo Governo Federal, sem que caiba responsabilidade ao Estado do Ceará, decreta:

Art. 1.º As obras de proteção da Praia de Iracema serão executadas por conta do Governo Federal.

Art. 2.º Ficam aprovados o projeto e orçamento que com este baixam, devidamente rubricados, na importância total de Cr\$ 2.623.000,00 (dois milhões seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), referentes às obras de defesa da Praia de Iracema, no porto de Fortaleza.

Art. 3.º As despesas decorrentes serão atendidas à conta dos recursos que forem consignados no Plano de Obras e Equipamentos.

Art. 4.º Este decreto-lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.429 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1945

Considera de interesse do Governo da União o prolongamento do molhe de abrigo do porto de Fortaleza, em Mocuripe, e aprova projeto e orçamento respectivos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 180 da Constituição e de acordo com a exposição de motivos constante do Processo n.º 32.010-45, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica considerado de interesse do Governo Federal e será executado por conta deste o prolongamento do molhe do porto de Fortaleza, em Mocuripe, na extensão de 1.000 metros a contar do extremo do projeto aprovado pelo Decreto-lei n.º 544, de 7 de julho de 1938.

Art. 2.º Fica aprovado o prolongamento do quebra-mar da ponta de Mocuripe no porto de Fortaleza, com a extensão de 1.000 (mil) metros, visando alcançar a profundidade de 11 (onze) metros, com o emprego de 1.000.000 (um milhão) de toneladas de pedra com orçamento total de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros).

Art. 3.º As despesas correrão por conta das quantias consignadas anualmente no orçamento especial do Plano de Obras e Equipamentos.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.430 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, que regula a cobrança e fiscalização do imposto de renda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º, o § 3.º do art. 5.º, a letra e, ns. I e II e o § 5.º do art. 20, o art. 26 e § 3.º, o art. 44 e parágrafo único, o art. 48 e parágrafo único, o § 1.º do art. 63, o § 3.º do art. 108, o

art. 133 e a letra a do art. 145 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, passarão a ser observados, a partir de 1.º de janeiro de 1946, com a seguinte redação:

“Art. 1.º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), apurada de acordo com este Decreto-lei, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão.”

Art. 5.º:

“§ 3.º A remuneração de que trata a alínea c do inciso I do § 1.º não poderá exceder a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), anuais, quando o capital do beneficiado não for superior a cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00); ultrapassando o capital essa quantia, a remuneração poderá atingir a vinte por cento (20 %) dele, até o limite máximo de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00) anuais.”

Art. 20:

“e) os encargos de família, à razão de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00) anuais para o outro cônjuge e de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00) para cada filho menor ou inválido ou filha solteira ou viuva sem arrimo, obedecidas as seguintes regras:

I — na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, somente ao cabeça do casal cabe a isenção de vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00) do art. 26 e os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos;

II — no caso de dissolução da

sociedade conjugal, em virtude de desquite ou anulação de casamento, a cada cônjuge cabe a isenção de vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00) do art. 26 e o abatimento relativo aos filhos que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do artigo 327 do Código Civil.

§ 5.º No caso do n.º I, da letra e, deste artigo, calcular-se-á quanto ao outro cônjuge, o imposto complementar aplicando à porção de renda até trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00) a taxa de um por cento (1 %).”

“Art. 26 As taxas progressivas são as seguintes:

Até Cr\$ 24.000,00	Isento
Entre Cr\$ 24.000,00 e Cr\$ 30.000,00	1%
Entre Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 60.000,00	3%
Entre Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 90.000,00	5%
Entre Cr\$ 90.000,00 e Cr\$ 120.000,00	7%
Entre Cr\$ 120.000,00 e Cr\$ 150.000,00	9%
Entre Cr\$ 150.000,00 e Cr\$ 200.000,00	12%
Entre Cr\$ 200.000,00 e Cr\$ 300.000,00	13%
Entre Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 400.000,00	15%
Entre Cr\$ 400.000,00 e Cr\$ 500.000,00	17%
Entre Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 600.000,00	18%
Entre Cr\$ 600.000,00 e Cr\$ 700.000,00	19%
Acima de Cr\$ 700.000,00	20%

§ 3.º As taxas constantes da tabela, a partir de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), serão acrescidas de um adicional sobre a

renda, que será cobrado com o imposto complementar e vigorará no exercício de 1946".

"Art. 44 As pessoas jurídicas pagarão, sobre os lucros apurados de acôrdo com este Decreto-lei, o imposto proporcional de seis por cento (6 %) e o imposto adicional de dois por cento (2 %), exceto as sociedades civis que pagarão, sobre os mesmos lucros, o imposto proporcional de três por cento (3%) e o imposto adicional de um por cento (1 %).

Parágrafo único Os impostos adicionais de que trata este artigo serão cobrados com o imposto proporcional e vigorarão no exercício financeiro de 1946".

"Art. 48. A isenção de vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00) do art. 26 será considerada no exercício financeiro em que ocorrer o falecimento do contribuinte.

Parágrafo único. Nos exercícios subsequentes, se a renda líquida for superior a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), calcular-se-á o imposto complementar aplicando a porção de renda até trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00) a taxa de um por cento (1 %), sem se atender ao limite de isenção, observando-se, daí em diante, as taxas progressivas constantes do art. 26".

Art. 63:

"§ 1.º Não haverá essa obrigação para as pessoas físicas, salvo exigência da autoridade fiscal, quando a soma dos rendimentos brutos não exceder a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), anuais."

Art. 108:

"§ 3.º Não serão prestadas infor-

mações sobre rendimentos pagos, salvo quanto a juros, dividendos, lucros e alugueis, quando as respectivas importâncias não excederem a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00) desde que as pessoas que os tiverem recebido não percebam rendimentos de outras fontes."

"Art. 133. As repartições pagadoras federais, estaduais e municipais, as entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista não pagarão vencimentos, depois de 30 de abril, aos funcionários e militares que percebam vencimentos totos superiores a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00) anuais, sem que estes exibam o recibo de entrega da declaração de rendimentos."

Art. 145:

"a) de cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00) a duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) se o contribuinte, pessoa física, demonstrar, dentro do prazo de esclarecimentos, que sua renda líquida não excedeu a vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.000,00), ou, em se tratando de pessoa jurídica, se provar, nesse prazo, não ter apurado lucro de acôrdo com as disposições deste Decreto-lei."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.431 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação aos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 6.455, de 29 de abril de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 6.455, de 29 de abril de 1944, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º Ficam isentas da subscricao compulsória de “Obrigações de Guerra”, de que trata o artigo 5.º da Decreto-lei n.º 4.739, de 5 de outubro de 1942, as pessoas físicas cuja renda líquida não exceder a cento e vinte mil cruzsiros (Cr\$ 120.000,00) anuais.”

“Art. 2.º A isenção de que trata o artigo anterior não compreende as cotas relativas ao exercício financeiro de 1945.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.432 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera as carreiras de Detetive dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada em uma única carreira, de conformidade com a tabela anexa, que faz parte integrante deste Decreto-lei, as carreiras

de Detetive dos Quadros Permanente e Suplementar e incluídas no Quadro Permanente.

Art. 2.º Os cargos serão providos da seguinte maneira: os 10 da classe L pelos 4 ocupantes da classe K do Quadro Permanente, pelos 3 ocupantes mais antigos da classe I do Quadro Suplementar e pelos 3 ocupantes mais antigos da classe J do Quadro Permanente; os 25 da classe K pelos 3 restantes na classe J do Quadro Suplementar, pelos 5 ocupantes da classe I do Quadro Suplementar, pelos 4 ocupantes da classe H do Quadro Permanente, pelos 6 ocupantes da classe H do Quadro Suplementar, por 1 ocupante mais antigo da classe G do Quadro Permanente e pelos 6 mais antigos da classe G do Quadro Suplementar; os 65 da classe J pelos demais 34 ocupantes da classe G do Quadro Suplementar, pelos demais 14 ocupantes da classe G do Quadro Permanente, pelos 16 mais antigos da classe F do Quadro Suplementar e pelo ocupante mais antigo na classe F do Quadro Permanente; os 125 da classe I pelos demais 62 ocupantes da classe F do Quadro Suplementar e pelos 63 mais antigos da classe F do Quadro Permanente; os 275 da classe H pelo último ocupante da classe F do Quadro Permanente e pelos 2 únicos ocupantes da classe E do Quadro Suplementar, ficando 272 cargos vagos.

Art. 3.º A antiguidade a que se refere o artigo anterior é a de classe, apurada em 31 de outubro do corrente ano.

Art. 4.º Os decretos dos funcionários atingidos por este Decreto-lei se-

rão apostilados pela Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou pad.	Exc.	Vagos	Observações
4	Detetive	K	—	—	P	10	<i>Detetive</i>				
3	Detetive	J	—	—	P		L	—	—	
3	Detetive	J	—	—	S						
1	Detetive	K	—	—	P	25					
3	Detetive	J	—	—	S						
5	Detetive	I	—	—	S						
4	Detetive	H	—	—	P		K	—	—	
6	Detetive	H	—	—	S						
1	Detetive	G	—	—	S						
6	Detetive	G	—	—	S						
7	Detetive	J	—	2	P	65					
3	Detetive	J	—	—	S						
34	Detetive	G	—	—	S		J	—	—	
14	Detetive	G	—	—	S						
16	Detetive	F	—	—	S						
1	Detetive	F	—	—	F						

20	Detetive	I	—	20	P	125	I	—	—	
1	Detetive	I	—	—	S						
62	Detetive	F	—	—	S						
63	Detetive	F	—	—	P						
31	Detetive	H	—	31	P	275	H	—	272	
51	Detetive	G	—	51	P						
1	Detetive	G	—	—	S						
36	Detetive	F	—	33	P						
2	Detetive	F	—	—	S						
4	Detetive	E	—	—	S						
382				137		500				272	

DECRETO-LEI N.º 8.433 — DE 24
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Comissário de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Serão incluídos, respectivamente, nas classes L e K da carreira de Comissário de Polícia, os 52 (cinquenta e dois) ocupantes da classe I e os 86 (oitenta e seis) ocupantes da classe H anteriormente à publicação do Decreto-lei n.º 8.000, de 26 de setembro de 1945.

Art. 2.º Os decretos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pelo Diretor da Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto no presente Decreto-lei será atendida pelo crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei n.º 8.000, de 26 de setembro de 1945.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 4 de dezembro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LENHARES.

A. de Sampaio Dória.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou pad.	Exc.	Vagos	Observações
27	Comissário de Polícia	M	—	27	—	17	Comissário de Polícia				
37	Comissário de Polícia	L	—	17	—		N	—	—	
52	Comissário de Polícia	K	—	28	—						
72	Comissário de Polícia	J	—	36	—		M	—	—	
95	Comissário de Polícia	I	—	—	108	45	L	7	—	
						55	K	21	—	
						65	J	—	28	
283				108	108	215			28	28	

DECRETO-LEI N.º 8.434 — DE 24
DE DEZEMBRO DE 1945

*Prorroga o prazo para a publicação
dos orçamentos municipais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo para a publicação das leis orçamentárias dos municípios.

Parágrafo único. Compete aos Interventores aprovar os orçamentos municipais.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria

DECRETO-LEI N.º 8.435 — DE 24
DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que menciona.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar a permuta dos seguintes imóveis:

Área de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal:

Terreno s/n.º, situado à Rua Imbuzeiro, antiga "Um", lado par e distante 179m,50 do alinhamento par da Rua Licínio Cardoso, com as seguintes dimensões e confrontações: área 4.378m2,00, tendo a forma de um quadrilátero irregular e que mede: 1.ª linha — 134m,30 fazendo frente para a Rua "Um"; 2.ª linha — 29m,20 confrontando com quem de direito; 3.ª linha — 134m,30 confrontando com o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha

Auxiliar) e 4.ª linha — 36m,00 confrontando com terrenos de propriedade da Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro.

Área de propriedade da Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro:

Terreno s/n.º, situado à Rua Conselheiro Mayrink, junto e antes do imóvel n.º 224-A da mesma rua, com as seguintes dimensões e confrontações: área 4.378m2,00, ocupada pelo leito da Rua Conselheiro Mayrink, tendo a forma de um polígono irregular de cinco lados e que mede: 1.ª linha — 8m,00, confrontando com quem de direito; 2.ª linha — 222m,50 confrontando com quem de direito; 3.ª linha — 157m,50 confrontando, também, com quem de direito; 4.ª linha — 8m,50 confrontando com o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar) e 5.ª linha — 376m,00 confrontando com a Rua Conselheiro Mayrink.

§ 1.º Para compensar a diferença apurada entre os valores dos terrenos descritos no art. 1.º, fica a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro obrigada a executar a terraplenagem das áreas de propriedades da Prefeitura do Distrito Federal, situadas entre a Rua Dr. Garnier e o limite dos terrenos da dita Companhia, devendo esse atêrro ficar ao nível do meio fio da Rua Dr. Garnier.

§ 2.º Para o fim mencionado no § 1.º, fica, ainda, a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro obrigada a fazer o atêrro de toda a área de terreno pertencente à Prefeitura do Distrito Federal e compreendida entre a Rua Dr. Garnier, a Rua Licínio Cardoso, a Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar) e os limites de propriedade atual da referida Companhia, devendo esse atêrro ficar dez (10) centímetros acima do meio-fio das citadas ruas, dos terrenos limítrofes e do leito da linha aludida, não assistindo à dita Companhia direito a indenização pela instalação de um desvio que a Prefeitura

ra, há tempo, mandou fazer na Pedreira do Irajá, devendo essa instalação ser retirada pela mesma Companhia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.436 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 7.246, de 16 de janeiro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.246, de 16 de janeiro de 1945.

Art. 2.º A partir da publicação da presente lei passa a revigorar o Decreto-lei n.º 3.820, de 13 de janeiro de 1941, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 3.º O Representante terá direito a uma gratificação de representação correspondente à remuneração do funcionário de sua categoria, na base do posto em que tiver sede a Repartição Internacional do Trabalho.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Velloso.

DECRETO-LEI N.º 8.437 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1945

Regula situação dos Cadetes de Intendência

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os alunos do Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica terão a denominação de Cadetes de Intendentes e ficarão sujeitos às mesmas normas e disposições legais a que se acham subordinados os Cadetes do Ar.

Art. 2.º Os Cadetes de Intendência terão os mesmos direitos, vencimentos, vantagens e regalias concedidas aos Cadetes do Ar, ressalvados os decorrentes de especialidade.

Parágrafo único. Aos atuais Sub-Oficiais e Sargentos do Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica, já matriculados em quaisquer dos Cursos de Formação da Aeronáutica, fica assegurado o direito à percepção dos vencimentos e gratificação de aeronáutica que tinham no ato da matrícula e enquanto durar o seu curso.

Art. 3.º Até ser expedido o Regulamento respectivo, aplicam-se aos Cadetes de Intendência as demais disposições contidas na Portaria n.º 355, de 20 de outubro de 1944, baixada pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.438 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1945

*Altera, sem aumento de despesa, o
Orçamento Geral da República*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo número 18 — Ministério da Justiça, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação V — Outras despesas
com Pessoal*

Subconsignação 27 — Outras despesas
38 — Administração do Território do
Guaporé

Cr\$

Passa de 9.575.000,00
Para 8.075.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

*Consignação IV — Outras despesas
com Material*

Subconsignação 43 — Outras despesas
38 — Administração do Território
do Guaporé

Cr\$

Passa de 5.021.000,00
Para 6.521.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.439 — DE 24
DE DEZEMBRO DE 1945

*Regula o serviço de armazenagem nos
portos organizados e dá outras pro-
vidências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º As mercadorias depositadas nos armazéns, pátios, pontes ou

depósitos pertencentes às administrações dos portos organizados (art. 2.º do Decreto n.º 24.447, de 22 de junho de 1934) estão sujeitas ao pagamento de armazenagem (Decreto n.º 24.508, de 29 de junho de 1934), seja qual for a sua procedência ou destino, ressalvadas as exceções estabelecidas neste Decreto-lei.

§ 1.º As exceções a que este artigo se refere não compreendem a dispensa de armazenagem de mercadorias que venham a ser beneficiadas por isenção ou redução de direitos, armazenagem essa que será sempre devida e calculada na conformidade do art. 4.º deste Decreto-lei.

§ 2.º Nos portos organizados, os armazéns e outros recintos contíguos aos cais ou pontes acostáveis serão utilizados de preferência para a armazenagem das mercadorias de importação por via d'água, quer do exterior, quer por cabotagem.

Art. 2.º A armazenagem é devida desde o dia de entrada das mercadorias nos armazéns e demais recintos mencionados no art. 1.º até o dia da sua saída e será calculada e cobrada pela forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 3.º Nos portos organizados o serviço de armazenagem comportará as seguintes modalidades, previstas nos arts. 9.º, 10, 11 e 12, do Decreto n.º 24.508, de 29 de junho de 1934:

1 — Armazenagem interna — a que estão sujeitas as mercadorias de importação do exterior e de importação por cabotagem, as mercadorias em trânsito e de navios arribados, e ainda as mercadorias de exportação por cabotagem, com navio designado para embarque imediato, que as administrações dos portos possam receber em recintos contíguos aos cais. A armazenagem interna será calculada pela aplicação das percentagens e taxas que constarem da tabela "D", da tarifa portuária a que se refere o art. 23 do Decreto n.º 24.508, de 29 de junho de 1934, a qual é substituída pela que vai anexa ao presente Decreto-lei.

2 — Armazenagem externa — a que estão sujeitas as mercadorias nacionais ou nacionalizadas, de importação ou exportação, que a administração do porto receba, em depósito, por conveniência dos respectivos donos, em armazéns ou pátios das instalações portuárias, observada a restrição do parágrafo único deste artigo. A armazenagem externa será calculada pela aplicação das taxas da tabela E da tarifa portuária supra referida.

3 — Armazenagem em armazéns gerais — a que estão sujeitas as mercadorias que as administrações dos portos recebam em depósito por conveniência dos respectivos donos, com os direitos e obrigações definidos na Lei n.º 1.102, de 21 de novembro de 1903 e que será calculada pela aplicação das taxas da tabela F, da tarifa portuária acima mencionada.

4 — Armazenagem especial — a que estão sujeitas determinadas mercadorias que, por sua natureza, exigem instalações especiais, ou que, pelas condições de armazenagem, escapam ao regime da alínea 2. A armazenagem especial será calculada pela aplicação das taxas das tabelas G, da supra referida tarifa portuária.

Parágrafo único. As mercadorias nacionais ou nacionalizadas a que fazem menção os incisos 1, 2 e 3, não poderão ser armazenadas nos recintos mencionados no art. 1.º, desde que sejam os mesmos destinados ao recebimento de mercadorias de importação do exterior.

Art. 4.º As percentagens que constarem das taxas gerais da tabela D de cada porto, aplicam-se:

I — Se forem estrangeiras as mercadorias:

a) sobre a importância integral dos direitos de importação a que essas mercadorias estiverem sujeitas, estabelecidos na tabela de "direitos mínimos" da tarifa das alfândegas em vigor;

b) sobre os valores comerciais constantes dos documentos oficiais de importação, quando as mercadorias fo-

rem declaradas livres de direitos pela mesma tarifa, por qualquer lei especial que lhe seja incorporada ou por convênio ou convenção internacional.

II — Se as mercadorias forem nacionais ou nacionalizadas:

a) para volumes de conteúdo homogêneo, sobre o valor comercial das mercadorias que constarem de uma pauta organizada pela administração do porto em vista as cotações oficiais e reais da praça, e aprovada pelo órgão fiscalizador do Porto. Esta pauta será revista e aprovada de 6 em 6 meses;

b) para volumes de conteúdo heterogêneo ou que contenham mercadorias não compreendidas na pauta em vigor, sobre o valor declarado para o seguro desses volumes ou, na falta desse elemento, sobre o valor que o representante da administração do porto arbitrar, ouvida a parte interessada.

Art. 5.º A armazenagem das mercadorias inflamáveis, explosivas, corrosivas, agressivas ou oxidantes será cobrada aplicando-se o dôbro das percentagens ou taxas gerais que forem estabelecidas na tabela D, de acordo com este Decreto-lei, excetuando-se o caso de armazenagem em instalações especiais, quando se aplicarão as taxas das tabelas G, da tarifa portuária relativas a essas espécies de mercadorias observado o disposto no artigo 13 deste Decreto-lei.

Art. 6.º As mercadorias em trânsito, de que trata o art. 7.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934, e as pertencentes a navios arribados terão a armazenagem calculada pela aplicação das taxas especiais respectivas da tabela D, da tarifa portuária, e, se as mercadorias forem das espécies previstas no art. 5.º deste Decreto-lei essas taxas serão aplicadas em dôbro.

Art. 7.º As mercadorias entregues aos respectivos donos e que para esse fim sejam transportadas pelas administrações dos portos e depositadas nas plataformas externas dos armazéns ou em outros lugares que sejam dependências das instalações portuárias ao alcance do transporte urbano,

e que não forem daí renovadas até 16 horas do segundo dia útil imediato ao da entrega, ficarão sujeitas ao pagamento de uma multa igual à armazenagem correspondente ao primeiro período de 30 dias e à remoção para outro local das instalações portuárias, de acôrdo com a conveniência da Administração do Porto, onde ficarão sob o regime de armazenagem externa, até serem retiradas ou levadas a leilão público, de acôrdo com o que estabelece o art. 23.

Parágrafo único. A importância da multa, as despesas de remoção e o preço da armazenagem externa a que as mercadorias referidas neste artigo, ficarão sujeitas, correrão por conta dos respectivos donos, que só as poderão retirar depois de saldado esse débito.

MERCADORIAS ESTRANGEIRAS

Art. 8.º A armazenagem interna das mercadorias estrangeiras será calculada e cobrada pela aplicação da percentagem de 1% durante o primeiro período de 30 dias, estabelecido obrigatoriamente, para todos os portos organizados, e das percentagens que forem aprovadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, por proposta das administrações dos portos, para os períodos adicionais de 30 dias. Essas percentagens serão estabelecidas na tabela D da atirfa portuária.

Parágrafo único. Quando fôr conveniente, para o descongestionamento dos recintos contíguos aos cais e mediante autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas, as administrações dos portos poderão reduzir a 15 dias, os períodos de 30 dias a que se refere este artigo.

Art. 9.º A partir da data do pagamento dos direitos aduaneiros e demais impostos e taxas a que as mercadorias estrangeiras depositadas estiverem sujeitas, fica assegurado, aos respectivos donos, o prazo de 8 dias úteis, para efetuarem a retirada dessas mercadorias, nada lhes sendo cobrado por esse período adicional de armazenagem.

§ 1.º Esse prazo de 8 dias poderá ser prorrogado pelo chefe da reparti-

ção depositária que fixará novo prazo, desde que a demora na retirada da mercadoria seja motivada por afluência de serviço, por dificuldades da repartição aduaneira ou da administração do porto, ou por erro ou falta por parte de seus empregados.

§ 2.º No caso de despachos aduaneiros em que não haja pagamento de direitos, o prazo de 8 dias a que se refere este artigo será contado da data da numeração desses despachos ou das portarias de isenção pela repartição aduaneira, e do pagamento das taxas portuárias a que as mercadorias estiverem sujeitas.

Art. 10. Decorrido o prazo de 8 dias a que se refere o art. 9.º, ou o de prorrogação, no caso previsto no parágrafo 1.º, desse artigo, sem que a mercadoria tenha sido retirada, ficará esta sujeita ao pagamento de armazenagem adicional, calculada em dôbro, desde a data em que se vencer a armazenagem que já houver sido paga.

Excetuam-se os seguintes casos:

1 — de ser julgada procedente questão suscitada pela parte e que tenha dado lugar à demora na saída da mercadoria, ou de prover essa demora de fato alheio, tanto à vontade dos empregados fiscais como à da parte, caso em que a armazenagem adicional será calculada simples, desde a data em que se vencer a armazenagem que já houver sido paga;

2 — de ser julgada improcedente questão suscitada por empregado fiscal, de que tenha resultado a demora na saída da mercadoria, sem se verificar falta ou erro de classificação, ou cálculo, cometido pela parte, caso em que nenhuma armazenagem mais será cobrada.

Parágrafo único. As excessões especificadas neste artigo só têm aplicação nos casos de demora no desembaraço das mercadorias, cujos direitos aduaneiros e outros impostos e taxas arrecadados pelas repartições aduaneiras e administrações dos portos já tenham sido pagos e não nos ocorrentes em fases anteriores do processo de despacho.

Art. 11. As mercadorias despachadas sobre água e que permanecerem nos cais e demais recintos do porto mencionados no art. 1.º, gozarão de isenção completa do pagamento de armazenagem quando forem retiradas até às 16 horas do sexto dia útil, contados daquele em que tiver sido iniciada a respectiva descarga.

§ 1.º Se o prazo estabelecido neste artigo fôr excedido, as mercadorias não retiradas incidirão em armazenagem, que será cobrada de acôrdo com o que determina o art. 8.º.

§ 2.º No caso previsto no parágrafo 1.º, se a retenção das mercadorias se der em consequência de questão suscitada pelos empregados fiscaes dentro do prazo de isenção e que seja resolvida a favor dos donos dessas mercadorias, será cobrada armazenagem, applicando-se por periodos de 30 dias, até ao desembaraço de tais mercadorias, a percentagem estabelecida no art. 8.º, para o primeiro desses periodos.

§ 3.º Quando a descarga das mercadorias de que trata este artigo fôr retardada por motivos alheios à vontade de seus donos e, desta forma, prejudicar a isenção de que as mesmas gozam as administrações dos portos, deverão prorrogar o prazo estabelecido para a sua retirada.

Art. 12. As mercadorias e objetos mencionados nos ns. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16 e 36 do art. 11, do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, e ainda as mercadorias e peças accessórias importadas para uso de aeronaves e navios de guerra, bem como de navios-escola, ainda que mercantes, de nações amigas, e aquelas pertencentes às respectivas tripulações, gozarão de completa isenção de pagamento de armazenagem durante os primeiros trinta dias, a contar da data de seu depósito nos armazéns ou locais definidos no art. 1.º.

§ 1.º Expirado o prazo de isenção, as mercadorias e objetos referidos neste artigo ficarão sujeitos ao pagamento de armazenagem, como qualquer outra mercadoria, excluindo-se,

porém, na contagem do prazo dessa armazenagem, aquele periodo de isenção.

§ 2.º Quando não se fizer a classificação aduaneira das mercadorias ou objetos referidos neste artigo, para conhecimento dos respectivos direitos, as percentagem fixadas na tabela D de armazenagem serão, para o cálculo da armazenagem devida, applicadas ao valor comercial dessas mercadorias ou objetos e, se não houver prova desse valor, será o mesmo arbitrado pelo chefe da repartição depositária, ouvida a parte interessada.

Art. 13. As mercadorias recebidas nos portos organizados em instalações especiais, onde devam permanecer depois de nacionalizadas, ficarão sujeitas ao regime de armazenagem interna, até serem desembaraçadas pelas autoridades aduaneiras, passando então ao regime que lhe competir, de acôrdo com a espécie da instalação em que estiverem armazenadas.

Art. 14. O produto da arrematação das mercadorias sujeitas a direitos de importação e que respondam pelo pagamento de armazenagem às administrações dos portos organizados, quando insuficientes para o pagamento da importância desses direitos e do preço de armazenagem devida, será adjudicado proporcionalmente à Fazenda Nacional e às ditas administrações, não cabendo a estas, quinhão maior.

MERCADORIAS NACIONAIS OU NACIONALIZADAS

Art. 15. As mercadorias nacionais ou nacionalizadas, impetadas por cabotagem ou entregues às administrações dos portos para embarque imediato em navio designado e que sejam depositadas nos recintos dessas administrações, definidos no art. 1.º, deste Decreto-lei, gozarão de isenção completa do pagamento de armazenagem:

a) quando de importação por cabotagem, desde que sejam retiradas até 16 horas do sexto dia útil, contados a partir da data em que tiver sido iniciada a descarga;

b) quando de exportação, desde que o embarque tenha lugar até o sexto dia

útil, contado da data em que a mercadoria tiver sido recebida pela administração do porto.

Art. 16. Expirados os prazos previstos no artigo anterior, as mercadorias ficarão sujeitas ao pagamento de armazenagem interna se forem de importação ou se de exportação, desde que hajam sido depositadas em recintos contíguos aos cais; ao pagamento e armazenagem externa, se de exportação, depositadas em outros recintos das instalações portuárias. A armazenagem interna será calculada pela aplicação das percentagens e taxas da tabela D, da tarifa portuária em vigor; a armazenagem externa pela aplicação das taxas da tabela E, da mesma tarifa.

Art. 17. As mercadorias de exportação referidas no art. 15 poderão ser armazenadas em qualquer dos recintos mencionados no art. 1.º desde que não sejam utilizados para o recebimento de mercadorias de importação do exterior.

§ 1.º Em casos especiais, as administrações dos portos, mediante prévia aprovação dos respectivos órgãos fiscalizadores e da alfândega, poderão dividir u mou mais armazéns, por parede sólida e contínua, prologando-se até a cobertura, em dois compartimentos distintos, destinados, respectivamente, a mercadorias importadas do estrangeiro e a mercadorias nacionais.

§ 2.º Desde que haja carência de espaço para a armazenagem das mercadorias de exportação de que trata este artigo, nos recintos contíguos aos cais, as mercadorias de importação por via d'água terão preferência sobre as de exportação.

Art. 18. Dos donos das mercadorias referidas no art. 17, as administrações dos portos cobrarão o preço dos seguintes serviços que prestarem a essas mercadorias:

a) a descarga do veículo que conduzir as mercadorias ao local em que serão armazenadas, se esse transporte for feito por estranhos a essas administrações; o preço desse serviço será calculado pela aplicação da taxa

respectiva, da tabela M, da tarifa portuária;

b) o transporte das mercadorias que forem armazenadas fora de recintos contíguos aos cais, em virtude da ocorrência prevista no § 2.º do art. 17, do local em que estiverem armazenadas para o local do embarque, sendo o preço desse transporte calculado pela aplicação da taxa respectiva, da tabela H, da tarifa portuária em vigor.

Parágrafo único. A cobrança de transporte, prevista na alínea b, não se aplica às mercadorias armazenadas em recintos contíguos aos cais, mesmo quando tenham de ser transportadas pelas administrações dos portos, para o costado dos navios.

Art. 19. As mercadorias referidas no art. 17 que forem armazenadas em recintos contíguos aos cais e não tiverem embarcado no prazo estabelecido na alínea b, do art. 15, poderão ser removidas pelas administrações dos portos, por conta dos respectivos donos, para outros recintos das instalações portuárias, onde ficarão armazenadas, sob o regime de armazenagem externa, à disposição dos referidos donos.

Art. 20. — Quaisquer mercadorias nacionais ou nacionalizadas, que não exijam, para sua guarda, instalações especiais, respeitadas a preferência estabelecida no § 2.º do art. 17, poderão ser armazenadas por conveniência dos respectivos donos e para ulterior destino, sob o regime de armazenagem externa, em qualquer dos recintos das instalações portuárias, não alfandegado, onde a administração do porto as possa receber e depositar.

Parágrafo único — A armazenagem de que trata este artigo será cobrada pelas administrações dos portos aos donos das mercadorias armazenadas, por períodos de três meses sem que, com esses pagamentos, se interrompa a continuidade da armazenagem, para os efeitos da aplicação das taxas respectivas.

Art. 21. Será concedida aos donos das mercadorias nacionais ou nacionalizadas, armazenagem gratuita, pelo prazo de dois dias úteis para efetuar a sua retirada dos armazéns, prazo

que será contado a partir da data do pagamento da armazenagem e de outras taxas devidas pelas respectivas mercadorias.

Parágrafo único. As administrações dos portos poderão prorrogar o prazo estabelecido neste artigo, desde que a retirada das mercadorias seja retardada por afluência de serviço ou por erro ou falta de seus empregados.

Art. 22. Nenhuma armazenagem será devida durante o período de retenção de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por motivo de questões suscitadas pelas administrações dos portos, desde que essas questões sejam resolvidas a favor dos donos dessas mercadorias.

Art. 23. As administrações dos portos promoverão a venda, em leilão público, das mercadorias nacionais ou nacionalizadas que estejam depositadas nos recintos das instalações portuárias, desde que ocorra qualquer dos seguintes casos:

a) quando os donos dessas mercadorias declararem, por escrito, que as abandonam;

b) quando, tratando-se de mercadorias de importação por cabotagem, não sejam despachadas para saída no prazo de 90 dias, contado da data da respectiva descarga;

e) quando as mercadorias referidas na alínea b, ou as mencionadas no artigo 7.º, apesar de despachadas para saída, deixarem de ser retiradas por seus donos, no prazo de 30 dias contados da data do respectivo despacho;

d) quando, tratando-se de mercadorias facilmente perecíveis, importadas por cabotagem e depositadas em armazéns comuns, não sejam despachadas para saída no prazo de 8 dias, contado da data da respectiva descarga;

c) quando as mercadorias referidas na alínea d, apesar de despachadas para saída, deixarem de ser retiradas por seus donos, no prazo de 5 dias, contado da data do respectivo despacho;

f) quando, tratando-se de mercadorias armazenadas sob o regime de armazenagem externa, a que se refere o art. 20 os respectivos donos deixa-

rem de pagar às administrações dos portos o preço dessa armazenagem no prazo de 60 dias contado da data do respectivo vencimento de acordo com o que determina o parágrafo único desse mesmo art. 20.

§ 1.º As administrações dos portos poderão conceder prazos maiores que os estabelecidos nas alíneas d e e, deste artigo declarando a concessão por escrito ao receberem as mercadorias em depósito: poderão, também, reduzir esses prazos, para determinadas mercadorias perecíveis, desde que essa redução seja autorizada pelos órgãos fiscalizadores à vista de solicitações justificadas que lhes dirijam as referidas administrações.

§ 2.º De cada venda de mercadorias armazenadas que realizar de acordo com o disposto neste artigo, as administrações dos portos darão comunicação detalhada aos respectivos órgãos fiscalizadores.

Art. 24. Do produto da venda em leilão público de mercadorias armazenadas, que se realizem de acordo com o que determina o art. 23, as administrações dos portos recolherão a seus cofres a parcela correspondente ao débito dos donos das mercadorias, por serviços portuários a elas prestados e farão o depósito judicial do saldo, para ser reclamado por quem de direito fôr.

Parágrafo único — Desde que a administração do porto tenha de promover leilão público de mercadorias, nos casos previstos nas alíneas a b e d do art. 23, dará, imediatamente, aviso de seu ato, por escrito e mediante protocolo, à Comissão de Marinha Mercante e ao armador que houver realizado o transporte das mercadorias referidas, ou aos representantes dessas duas entidades no porto em causa, para que possam comparecer em Juízo, reclamando, do saldo do produto do leilão, que fôr depositado, de acordo com o que determina este artigo, a parcela a que tiver direito, por frete ou diferença de frete que seja devido pelos donos das aludidas mercadorias, em virtude daquele transporte.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As administrações dos portos organizados deverão submeter à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, dentro do prazo de sessenta dias, contado da data da publicação deste Decreto-lei, por intermédio dos órgãos fiscalizadores, novas tabelas D das respectivas tarifas portuárias, obedecendo ao modelo anexo.

Art. 26. No modelo da tarifa portuária, aprovado pelo Decreto número 24.508, de 29 de junho de 1934, fica alterado para 5.000 quilogramas o peso máximo dos volumes referidos nas taxas 1, das tabelas E, e G-5, relativas, respectivamente, à armazenagem externa e à especial de volumes pesados.

Art. 27. Os órgãos de fiscalização dos portos levarão ao conhecimento do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, a carência de espaço para armazenamento nos portos que fiscalizam para que este promova, pelos meios competentes, a pronta construção de novos armazéns, ou o acréscimo de novos pavimentos, nos existentes.

§ 1º No caso de construção ou reconstrução de armazéns, nos recintos contíguos aos cais, nos portos organizados, tais armazéns deverão ser projetados com dois pavimentos, pelo menos.

§ 2º Nos portos ainda de pequeno tráfego, a juízo do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o segundo pavimento dos armazéns, referidos neste artigo, poderá ter sua construção adiada para quando o tráfego a exigir, mas, as fundações dos armazéns deverão ser sempre executadas para suportar dois pavimentos, no mínimo.

Art. 28. A armazenagem nos portos não organizados continuará a ser cobrada pelas Alfândegas e mesas de rendas, que observarão as regras do presente Decreto-lei, no que lhes for aplicável.

Art. 29. O presente Decreto-lei entrará em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em con-

trário, salvo para as mercadorias já recolhidas aos recintos previstos no art. 1.º, na data de sua vigência.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.440 — DE 24
DE DEZEMBRO DE 1945

Estabelece normas para a aquisição, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia, no Estado do Pará, pertencentes à Companhia Ford Industrial do Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o resolvido no processo número 49.039, de 1945, da Secretaria da Presidência da República, Decreta:

Art. 1.º — A aquisição, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia, no Estado do Pará, de propriedade da Companhia Ford Industrial do Brasil, autorizada por despacho presidencial no processo número 49.039, de 1945, da Secretaria da Presidência da República, obedecerá às normas estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 2.º — A aquisição será feita livre e desembaraçada de qualquer crédito de terceiros contra o acervo adquirido, e efetuada pelo preço já ajustado de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 3.º — A aquisição abrangerá todos os bens que constituem o acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil, executados, apenas, o seguinte:

a) quaisquer quantias ou depósitos existentes em caixa, em estabelecimentos bancários ou em mãos de terceiros, em nome da Companhia.

b) quaisquer contas a receber de terceiros, inclusive reclamações de seguros;

c) tôdas e quaisquer mercadorias encomendadas ou em trânsito, que ainda não tenham chegado às concessões de Fordlândia e Belterra, na data da publicação d'êste Decreto-lei.

Art. 4.º — Na conformidade do ajuste já estabelecido, o Banco de Crédito da Borracha S. A., em 31 de dezembro do ano corrente, entrará na posse do acêrvo da Companhia Ford Industrial do Brasil, inclusive das concessões de Fordlândia e Belterra, cuja transferência ao referido Banco fica o Estado do Pará autorizado a efetuar.

Art. 5.º — A transação a que se refere êste Decreto-lei será isenta de quaisquer impostos, taxas ou emolumentos federais, estaduais e municipais, passando, o Banco de Crédito da Borracha S. A. a gozar de tôdas as isenções e favores fiscaes atribuidos à Companhia Ford Industrial do Brasil.

Art. 6.º — Nos termos da resolução do Conselho Federal do Comércio Exterior de 11 de novembro de 1941 aprovada por despacho do Presidente da República de 11 de dezembro de 1941 e publicada no *Diário Oficial* (Seção I) de 12 de janeiro de 1942, à página 540, são considerados rurais, em sua totalidade, os serviços da Companhia Ford Industrial do Brasil bem como todos os seus empregados, inclusive para os efeitos do art. 7.º, alínea b, da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e da Previdência Social, ainda não estendida nas atividades privadas, aos trabalhadores rurais.

Parágrafo único — Ficam cancelados quaisquer débitos porventura escripturados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões em desacôrdo com o disposto neste artigo.

Art. 7.º — Os empregados do acêrvo vendido e transferido pela Companhia Ford Industrial do Brasil ao Banco de Crédito da Borracha S.A. não serão afetados pela venda e cessão, eis que acompanham dito acêrvo e passam a ser da responsabilidade do novo empregador, na conformidade do

disposto no art. 137, alínea g, da Constituição Federal.

Art. 8.º — O Banco de Crédito da Borracha S. A. transferirá o acêrvo adquirido da Companhia Ford Industrial do Brasil para o patrimônio da União, a fim de ser o mesmo incorporado à entidade autárquica que fôr organizada pelo Ministério da Agricultura para a realização de trabalhos experimentais e de ensino de agricultura tropical na região amazônica.

Art. 9.º — Até a definitiva organização da entidade autárquica prevista no artigo anterior, o Banco de Crédito da Borracha S. A. delegará ao Instituto Agronômico do Norte, do Ministério da Agricultura, a direção técnica e administrativa do acêrvo adquirido, para que o Banco colocará à disposição daquele Instituto os créditos necessários.

Art. 10 — A despesa com a aquisição a que se refere êste Decreto-lei, correrá à conta do "Fundo Especial" do Banco de Crédito da Borracha S. A. de que trata o art. 9.º do Decreto-lei n.º 4.451, de 9 de julho de 1942.

Parágrafo único — A conta do mesmo "Fundo Especial" correrão as despesas, até o máximo de Cr\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), com o custeio, durante dois anos, do acêrvo adquirido da Companhia Ford Industrial do Brasil.

Art. 11 — Ficam o Ministério da Agricultura e a Comissão de Contrôlle dos Acordos de Washington autorizados a resolver de comum acôrdo toda e qualquer questão relacionada com a aquisição, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., do acêrvo da Companhia Ford Industrial do Brasil, e com a manutenção dos serviços respectivos.

Art. 12 — Será constituída uma comissão integrada por um representante do Ministério da Agricultura, um representante da Comissão de Contrôlle dos Acordos de Washington e um representante do Banco de Cré-

dito da Borracha S. A., para receber o acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil S. A. e proceder ao respectivo inventário.

Art. 13 — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1945. — 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

J. Pires do Rio.

Theodoreto de Camargo.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.441, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 8.421, de 21 de dezembro de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.421, de 21 de dezembro de 1945, que dispõe sobre a concessão de um abono, no corrente mês de dezembro, aos servidores das empresas de fornecimento de energia elétrica para serviços públicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.442 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a situação dos músicos militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os músicos de 1.ª, de 2.ª, de 3.ª e de 4.ª classes passam a denominar-se primeiro sargento, segundo sargento, terceiro sargento e cabo, músicos.

Art. 2.º Ficam respectivamente equiparados, para todos os efeitos, aos primeiros, segundos, terceiros sargentos e cabos, os músicos de primeira, de segunda, de terceira e de quarta classes.

Parágrafo único. Aos atuais músicos de quarta classe fica assegurada a percepção de todos os vencimentos e vantagens, em cujo gozo se encontram.

Art. 3.º As disposições deste Decreto-lei são aplicáveis aos músicos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.443 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Extingue os órgãos da Justiça Militar organizada pelo Decreto-lei n.º 6.396, de 1 de abril de 1944 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando que, com o regresso da Força Expedicionária Brasileira, não é mais necessário que continue funcionando a Justiça Militar que foi organizada para acompanhá-la em operações de guerra,

Decreta:

Art. 1.º Ficam extintos os órgãos da Justiça Militar organizada pelo Decreto-lei n.º 6.396, de 1 de abril de 1944, passando suas atribuições a ser exercidas, em primeira instância, pelas Auditorias da 1.ª Região Militar e, em segunda, pelo Supremo Tribunal Militar, na forma do mesmo diploma.

Parágrafo único. A distribuição dos processos e o julgamento da apelação, no referido Tribunal, rege-se pelas normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

Art. 2.º O inquérito ou documentos relativos ao crime, assim como os processos em andamento, serão remetidos ao auditor da 1.ª Auditoria da 1.ª Região Militar, que os distribuirá de conformidade com o art. 90 do Código de Justiça Militar.

Art. 3.º A composição do Conselho de Justiça de que trata o art. 6.º do Decreto-lei n.º 6.396, na parte referente aos juizes militares, será feita mediante sorteio, nos termos do artigo 12 do Código da Justiça Militar.

Art. 4.º Compete ao auditor da 1.ª Auditoria da 1.ª Região Militar executar as sentenças proferidas antes da vigência deste Decreto-lei, inclusive as que dependam de recurso.

Art. 5.º Os autos dos processos findos e os livros e documentos da Secretaria do Conselho Supremo serão arquivados no Supremo Tribunal Militar.

Art. 6.º O pessoal da Justiça Militar Especial deve voltar às suas primitivas funções, providenciando o Ministério da Guerra a desconvocação respectiva.

Art. 7.º Fica estipulado o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Decreto-lei para que o Conselho Supremo de Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira e as respectivas Auditorias encerrem seus trabalhos e apresentem os respectivos relatórios.

Art. 8.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

Jorge Dodsworth Martins.

Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.444 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas (E. Prqd), destinada à formação da tropa dessa especialidade.

Parágrafo único. O Comando da Escola de Paraquedistas caberá a um oficial superior com o curso de Estado Maior, de preferência especializado.

Art. 2.º Integrarão a Escola de Paraquedistas, além dos órgãos de administração constituídos por duas Companhias de tropa da Escola, um Corpo de alunos constituídos por duas Companhias de Infantaria, uma Bateria de Artilharia, uma Seção de Engenharia e uma Companhia de Especialistas com pelotões de transmissões, destruições e conservadores-artífices.

Art. 3.º o Ministério da Aeronáutica atenderá às necessidades em transporte aéreo da Escola de Paraquedistas, segundo seus programas de instrução e ensino.

Parágrafo único. A unidade aérea destinada a esse fim deverá ser suprida em pessoal e material, pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º Os Ministérios da Guerra e da Aeronáutica baixarão, conjuntamente, normas e instruções que regu-

lem o funcionamento coordenado dos órgãos permanentes, destinados ao adestramento do corpo de alunos da Escola e da tropa que a integra.

Art. 5.º O Ministério da Guerra baixará instruções para a instalação progressiva da Escola de Paraquedistas, sua organização e funcionamento, bem assim determinará sobre o regime especial da tropa paraquedista, vantagens a lhe serem abonadas, uniformes e distintivos adequados.

Art. 6.º Fica o Ministério da Guerra autorizado, desde já, a instalar um Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, que servirá de base à organização da Escola prevista neste decreto-lei.

Parágrafo único. — Para a instalação do Núcleo previsto neste artigo o Governo abrirá os créditos necessários.

Art. 7.º — Ficam os Ministérios da Aeronáutica e da Guerra autorizados a planejar e propor a criação de uma Escola de Pilotos de Planadores e outros órgãos necessários ao desenvolvimento progressivo das tropas aero-terrestres, em geral.

Art. 8.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.
Armando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.445 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria o Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército.

Art. 2.º O Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército compor-se-á de 20 2os. tenentes, 50 1os. sargentos e 80 2os. sargentos, todos da Reserva técnica do Exército, classificados na categoria de "auxiliares técnicos" prevista no Regulamento que baixou com o Decreto-lei número 1.484, de 3 de agosto de 1939.

Parágrafo único. Ao pessoal deste Quadro incumbe a realização das tarefas de campo necessárias ao levantamento cartográfico.

Art. 3.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra autorizado a baixar as instruções que regulem o recrutamento do pessoal para o Quadro de Topógrafos, o seu acesso e os seus direitos e deveres.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

DECRETO-LEI N.º 8.446 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos para 1945", na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo n.º 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para o corrente ano (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), alterado pelos Decretos-leis ns. 7.635, 7.678, 8.212, 8.279, de 12 e 26 de junho, 23 de novembro e 4 de dezembro de 1945, respectivamente, fica introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

Consignação I — Obras

- 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.
- 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.
- 31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.
- 06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.
- a) — Construção de edifícios

Cr\$

346.000,00

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento.

Cr\$

- 01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.
- 31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.
- 01 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.
- e) — Prosseguimento da construção do trecho Contendas — Brumado — Monte Azul.
- Passa de
- Para

42.750.000,00

43.204.000,00

16 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Cr\$

- e) — Prosseguimento dos serviços de construção e reaparelhamento de locomotivas, carros e vagões.
- Passa de
- Para

5.000.000,00

4.200.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.447 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (artigo 3.º anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas despesas

Subconsignação 41-04-03 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens.

Passa de Cr\$ 114.000,00

Para Cr\$ 144.000,00

Subconsignação 41-33 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens.

Passa de Cr\$ 40.000,00

Para Cr\$ 10.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.448 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para obras de reparo e ampliação de instalações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de um milhão e cem mil cruzeiros (Cr\$ 1.100.000,00), para atender à despesa (Obras e Equipamentos) com a execução de urgentes obras de reparo no edifício do Supremo Tribunal Federal, bem assim para ampliação das respectivas instalações.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, à disposição do Diretor da Divisão de Obras do mesmo Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

José LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.449 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945**

Revoga o Decreto-lei n.º 8.145, de 28 de outubro de 1945, cria a Comissão de Estudos de Assistência Social aos Servidores do Estado e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão de Estudos de Assistência Social aos Servidores do Estado (C.E.A.S.S.E.), diretamente subordinada ao Presidente da República, incumbida de:

a) elaborar o plano geral de assistência médica e hospitalar, nas suas diversas modalidades, e outros tipos de serviço de assistência, aos servidores do Estado e suas famílias, no território nacional, e propor ao Governo Federal as medidas necessárias à sua execução;

b) promover inquéritos, investigações e pesquisas técnicas, bem como a elaboração dos programas para a preparação e o aperfeiçoamento do pessoal técnico, necessários à execução e ao desenvolvimento do plano de assistência social aos servidores do Estado e suas famílias;

c) entrar em entendimento com os demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, bem assim com entidades paraestatais ou autárquicas, no interesse da organização do plano geral de assistência a ser elaborado.

Art. 2.º A Comissão será constituída de um Presidente e seis membros, designados pelo Presidente da República, sendo um representante do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e cinco técnicos em organização de medicina e assistência sociais.

Parágrafo único. Os membros da Comissão, inclusive o Presidente, farão jus à gratificação de representação de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) por sessão a que compareçam, até o máximo de dez (sessões) por mês.

Art. 3.º Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão instituirá os órgãos auxiliares que forem necessários, admitindo à custa de seus recursos próprios o pessoal técnico e administrativo indispensável.

Parágrafo único. A Comissão poderá requisitar não só funcionários públicos federais, na forma do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, como estaduais ou municipais, de acôrdo com a respectiva legislação.

Art. 4.º Para ocorrer às despesas com os estudos técnicos e demais trabalhos a executar será posto à disposição da Comissão de Estudos o crê-

dito de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) a ser destacado da dotação de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00), prevista no orçamento da União e destinada ao Hospital dos Servidores do Estado.

Parágrafo único. O crédito de que trata o presente artigo, automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional, será posto no Banco do Brasil à disposição da Comissão.

Art. 5.º As despesas da Comissão serão autorizadas pelo seu Presidente ou por quem dele receber delegação de competência por escrito.

Art. 6.º Para a realização de despesas miúdas ou de pronto pagamento poderão ser concedidos adiantamentos a servidores em exercício na Comissão.

Parágrafo único. Os adiantamentos serão aplicados dentro de 90 dias do seu recebimento e a prestação de contas será feita à Comissão até trinta (30) dias depois de esgotado esse prazo.

Art. 7.º Dentro do prazo de 180 dias, a contar da data de sua instalação, deverá a Comissão submeter ao Presidente da República, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o relatório de seus trabalhos com as conclusões dos estudos realizados, bem como os planos e os projetos aludidos no art. 1.º deste decreto-lei.

Parágrafo único. Ao encaminhar o relatório de seus trabalhos deverá a Comissão apresentar os balanços e a prestação de contas à aprovação do Presidente da República, cabendo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio emitir parecer sobre a exatidão das operações declaradas, em confronto com a documentação.

Art. 8.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Ficam revogados o Decreto-lei número 8.145, de 23 de outu-

bro de 1945, o Decreto-lei número 5.211, de 20 de janeiro de 1943, e as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

R. Carneiro de Mendonça

A. de Sampaio Dória

Jorge Dodsworth Martins

Canrobert Pereira da Costa

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

Mauricio Joppert da Silva

Theodoreto de Camargo

Raul Leitão da Cunha

Armando F. Trompowsky

DECRETO-LEI N.º 8.450 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1945

Institui o regime de assistência médica e hospitalar dos servidores federais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) prestará assistência médica e hospitalar aos servidores federais e seus beneficiários, dentro dos recursos que forem proporcionados pelo Governo da União.

§ 1.º A assistência médica e hospitalar poderá ser prestada diretamente ou mediante contratos com outras entidades oficiais ou com particulares.

§ 2.º São considerados beneficiários as pessoas das famílias dos servidores federais, nas condições previstas no art. 3.º do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1941.

§ 3.º São excluídos da assistência prevista neste Decreto-lei os contribuintes obrigatórios de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões em que seja prestada assistência médica e hospitalar.

Art. 2.º O IPASE poderá estender a assistência médica e hospitalar às entidades paraestatais ou autarquias, Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal, por meio de convênios e contribuição própria.

Art. 3.º. O IPASE, além da assistência prevista no art. 1.º, poderá proporcionar outras modalidades de assistência social, inclusive sob a forma de serviços de alimentação e subsistência, de caráter autosuficiente.

Art. 4.º. Os serviços de assistência médica e hospitalar serão gratuitos ou parcialmente remunerados, de acordo com o nível econômico das várias classes dos servidores.

Parágrafo único. Os serviços previstos nos arts. 1.º e 3.º, mediante remuneração total, poderão ser estendidos aos mutuários do Instituto como tais definidos no art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940.

Art. 5.º. Ficam transferidos para o patrimônio do IPASE o Hospital dos Servidores do Estado do Distrito Federal, compreendendo prédios em construção e respectivos terrenos, instalações, equipamentos e demais material existente e já adquirido para o mesmo Hospital, bem como os saldos das contas correntes referidas no artigo 13 do Decreto-lei n.º 8.145, de 28 de outubro de 1945.

Art. 6.º. Enquanto não forem criados outros recursos especiais, o Governo Federal recolherá anualmente ao IPASE, como contribuição para assistência dos servidores do Estado:

a) a importância correspondente a 40 % (quarenta por cento) da Taxa de Educação e Saúde, na forma do Decreto-lei n.º 6.694, de 14 de julho de 1944;

b) a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), parte do crédito de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), destinado ao Hospital dos Servidores do Estado, no orçamento da União.

§ 1.º. Na corrente exercício de 1945 a contribuição do Governo Federal será representada por 25 % (vinte e cinco por cento) da referida Taxa de Educação e Saúde.

§ 2.º. Os créditos de que trata o presente artigo serão automaticamente registrados e distribuídos pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional e depositados no Banco do Brasil à disposição do IPASE.

Art. 7.º. Os serviços de assistência médica e hospitalar a cargo do IPASE serão custeados pelo fundo especial constituído na forma do art. 37 do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, ao qual se incorporará:

a) as importâncias correspondentes à contribuição do Governo Federal, nos termos do artigo anterior;

b) a importância correspondente ao valor dos bens transferidos na forma do art. 5.º, computando-se: os terrenos, pelo valor de avaliação; os prédios em construção, pelo custo das obras realizadas até a data da transferência, e o equipamento e material existente, pelo custo de aquisição escripturado;

c) os saldos das contas correntes a que se refere o art. 5.º;

d) a contribuição eventual dos Estados, Territórios, Municípios, Distrito Federal e entidades paraestatais ou autárquicas;

e) as receitas diversas, provenientes da prestação de serviços.

Art. 8.º. Caberá ao presidente do IPASE criar os cargos e funções destinados ao pessoal necessário ao funcionamento dos serviços de assistência previstos no presente decreto, não se aplicando a esse pessoal o disposto no Decreto-lei n.º 5.527, de 28 de maio de 1943.

Art. 9.º. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 87.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

A. de Sampaio Dória.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

Arnando F. Trompowsky.

DECRETO-LEI N.º 8.451 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a aposentadoria de Antônio Martins Viana Estigarribia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao Capitão reformado do Exército, Engenheiro Militar Antônio Martins Viana Estigarribia, que exerce, como extranumerário contratado, a função de Chefe da Seção de Orientação e Fiscalização do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, conceder-se-a, quando aposentado nessa função, independentemente da apuração do tempo de serviço, provento igual ao salário percebido pelo mesmo, no exercício da aludida função.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

DECRETO-LEI N.º 8.452 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944, modificado pelo Decreto-lei n.º 7.794, de 27-7-45), as seguintes alterações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

Subconsignação 22 — Ajuda de custo

Cr\$

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Passa de 1.726.400,00

Para 1.716.800,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 1 — Diversos

Subconsignação 36 — Serviço contratual

Cr\$

27 — Serviço de Meteorologia

a) Pagamento as Missões salesianas, conforme contrato, de serviço de observações meteorológicas em estações situadas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso.

Passa de 195.480,00

para 205.080,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.453 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 119.416,10

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 119.416,10 (cento e dezenove mil e quatrocentos e dezesseis cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento da despesa referente a serviços extraordinários das obras que foram executadas na reforma da Estação de Expurgo de Produtos Vegetais, a Rua do Equador n.º 130, nesta Capital, dependência do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.454 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para 1945, na parte relativa ao Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas no Anexo número 4 — Ministério da Agricultura, do Plano de Obras e Equipamentos (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944), as seguintes alterações:

Conservação I — Obras

S/c 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciada em exercícios anteriores e sua fiscalização

11 — Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

a) Construção da Usina de Gás e Rede de Distribuição

Cr\$

Passa de 3.197.000,00
Para 2.316.579,00

b) Obras da Estação de Tratamento de Águas e Esgotos

Cr\$

Passa de 1.840.900,00
Para 1.342.877,80

Inclui-se:

Cr\$

e) Granja Avícola da Patióba 167.108,20

f) Serviços complementares da Rede Telefônica 53.250,00

g) Conclusão dos três edifícios escolares da Universidade Rural 405.245,00

02 — Instalações, aparelhamento e equipamento

Cr\$

11 — Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

a) Instalação de diversas dependências da Universidade Rural nos edifícios escolares 752.840,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 3.455 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Restabelece o regime de organização e funcionamento das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os serviços das Caixas Econômicas Federais serão executados pelos funcionários que exercerem cargo ou função constante dos quadros organizados pelos respectivos Conselhos Administrativos, nos termos do art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1934.

Art. 2.º O Regulamento referido no art. 1.º continua em vigor com as alterações anteriores ao Decreto-

lei n.º 5.527, de 28 de maio de 1943, e mais as seguintes:

I — A alínea b, do art. 26, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) aplicar penas disciplinares aos funcionários das respectivas Caixas, na conformidade do estabelecido no presente Regulamento”.

II — Ao art. 31, acrescenta-se a seguinte alínea:

g) nomear, exonerar, promover, conceder licença, remover, transferir, designar para exercer função gratificada e aposentar funcionários, na forma do Regulamento Interno, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de dezembro de 1934.”

Art. 3.º A despesa total com a gratificação que perceber o pessoal de cada Caixa, semestralmente, não poderá exceder de 30% (trinta por cento) dos resultados apurados nos respectivos balanços, dependendo o pagamento de aprovação do Conselho Superior.

Art. 4.º Fica elevado a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) o limite de depósitos populares, com juros, nas Caixas Econômicas Federais.

Art. 5.º Os depósitos populares feitos nas Caixas Econômicas Federais são imprescritíveis.

§ 1.º Quando a conta desses depósitos ficar sem movimento, durante 30 (trinta) anos contados da última entrada ou retirada, recolher-se-á o respectivo saldo ao Tesouro Nacional, onde será escriturado em conta especial, sem juros à disposição do depositante ou de seus sucessores legais.

§ 2.º Não se considera sem movimento a conta cujo titular houver apresentado à Caixa sua caderneta para contagem e lançamento de juros.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.456 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Autoriza adiantamento sobre “Certificados de Prêmio” emitidos pelo Departamento Nacional do Café.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Departamento Nacional do Café autorizado a pagar, como adiantamento, até trinta por cento (30%) do valor dos “Certificados de Prêmio” emitidos nos termos dos Decretos-leis ns. 6.622 e 7.623, de 22 de junho de 1944 e 11 de junho de 1945.

Art. 2.º O Departamento Nacional do Café regulamentará, por meio de Resoluções, a forma desse pagamento.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.457 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 5.º do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931 (Esta-

tutos das Universidades Brasileiras) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5.º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

I. Congregar, em unidade universitária pelo menos três institutos de ensino superior, dois dos quais estejam entre os seguintes: faculdade de filosofia, faculdade de direito, faculdade de medicina, faculdade de engenharia.

II. Dispor de capacidade didática ai compreendidos professores, laboratórios e demais condições para eficiente ensino;

III. Dispor de recursos financeiros concedidos pelos poderes públicos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência das atividades universitárias.

IV. Submeter-se às normas gerais estabelecidas na legislação federal.

Parágrafo único. Sempre que, na constituição de uma universidade, entre os dois institutos de que trata este artigo, figure uma faculdade de filosofia o terceiro instituto poderá "ser dos de padrão já definidos em lei federal, ou não, uma vez que, por seus objetivos e organização, convenha aos interesses do ensino, a juízo do Conselho Nacional de Educação".

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

DECRETO-LEI N.º 8.458 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre o registro dos estatutos das sociedades desportivas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nos termos do art. 127, parágrafo único, do Decreto número 4.857, de 9 de novembro de 1939, não serão registrados pelos oficiais de registro os estatutos de sociedades, cujo funcionamento dependa de homologação e aprovação do governo ou de órgão que exerça função delegada do poder público.

Parágrafo único. Aplica-se a exigência deste artigo, no que respeita aos respectivos órgãos de fiscalização, às sociedades desportivas de qualquer categoria e de âmbito nacional, regional ou local.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.459 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a matéria de que trata o Decreto-lei n.º 5.698, de 22-7-1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Atendendo às dificuldades de transportes verificadas ainda no decurso do corrente ano, e

Considerando que a falta da subvenção concedida nos termos do Decreto-lei n.º 5.698, de 22 de julho de 1943, prejudica menos as instituições do que aos realmente necessitados dos seus benefícios,

Decreta:

Artigo único. O Conselho Nacional de Serviço Social apreciará os pedidos de subvenção para 1946, entrados depois de 30 de abril, quando estiver devidamente justificado o não cumpri-

mento do disposto no art. 7.º do referido Decreto-lei.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.460 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO
LIVRO DIDÁTICO

Art. 1.º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos, salvo daqueles total ou parcialmente escritos em língua estrangeira, quando destinados a uso de alunos nas escolas primárias.

Art. 2.º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1.º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2.º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3.º A partir da data a ser fixada pelo Ministro da Educação e Saúde, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas primárias, normais, profissionais e secundárias, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei; mas é dever dos professores orientar os alu-

nos, a fim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

Art. 4.º Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação e Saúde, para que sejam adotados no ensino primário, normal, profissional e secundário.

Art. 5.º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado.

Parágrafo único. A direção das escolas primárias, normais, profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderá, relativamente ao ensino dêsses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6.º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, desde que seja observada a orientação didática dos programas escolares, ficando vedado, porém, o ditado de lições constantes dos compêndios ou o de notas relativas a pontos dos programas.

Art. 7.º Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos; mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8.º Constitui uma das principais funções das caixas escolares das escolas primárias, dar às crianças necessitadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

Art. 9.º A publicação oficial de livros didáticos, para uso nos estabelecimentos de ensino do país, será atribuição do Instituto Nacional do Livro, segundo a regulamentação que for estabelecida.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 10. Para os efeitos desta lei funcionará no Ministério da Educação e Saúde, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 11. A Comissão Nacional do Livro Didático compor-se-á de quinze membros, nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

Art. 12. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário a autorização de seu uso;

b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;

c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país.

Art. 13. A Comissão Nacional do Livro Didático funcionará por meio de sub-comissões especializadas, que se reunirão e decidirão separada e independentemente.

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de um presidente, que será designado pelo Ministro de Estado, dentre os membros da Comissão.

Art. 14. Poderá o Ministro da Educação e Saúde designar comissões especiais de três ou cinco membros para proceder ao exame e julgamento dos livros didáticos cuja matéria não seja da especialidade das sub-comissões referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se trate de livro didático, de autoria, seja no todo ou em parte, de algum membro

da Comissão Nacional do Livro Didático, procederá o Ministro na forma estabelecida no art. 25.

Art. 15. Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático perceberão, a título de gratificação, cinquenta cruzeiros por sessão a que comparecerem, limitado o pagamento ao máximo de dez sessões por mês.

§ 1.º Não poderá realizar-se, num mesmo dia, mais de uma sessão.

§ 2.º Por parecer emitido sobre o valor das obras sujeitas ao seu julgamento, perceberá o relator setenta e cinco cruzeiros se se tratar de livro destinado ao ensino primário ou ao primeiro ciclo do ensino de segundo grau; e cem cruzeiros, se se tratar de livro para o colégio, ensino normal, ou de nível técnico.

§ 3.º Os membros das comissões especiais, que forem designados na forma do art. 14 e seu parágrafo, perceberão, cada um, cem cruzeiros por parecer que emitirem, e, bem assim, os catedráticos designados na forma do art. 25.

Art. 16. Os serviços administrativos da Comissão Nacional do Livro Didático serão chefiados por um funcionário designado pelo Ministro da Educação e Saúde.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 17. A autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação e Saúde, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados, nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esboços, que da mesma forem parte integrante.

Art. 18. As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático, que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Serviço de Comunicações do Ministério.

§ 1.º Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático

proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de uso.

2.º A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações ou correções a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, poderá a obra, depois de modificada ou corrigida, ser usada, cabendo, todavia, à Comissão Nacional do Livro Didático, em qualquer tempo, declarar cassada a autorização, se as modificações ou correções recomendadas não tiverem sido devidamente realizadas.

§ 3.º Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos anteriores, será a solução publicada e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número do registro de que trata o art. 24 desta lei.

Art. 19. Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista de originais dactilografados, poderá formular ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único. Depois de impresso, deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Art. 20. Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Art. 21. As reedições de livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes adições ou alterações, independentemente de nova petição mas deverão ser comunicadas à Comissão do Livro Didático; caso sejam nelas incluídas tais adições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Art. 22. De cada livro, cujo uso fôr autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático registro especial, devidamente numerado, de que constem tôdas as indicações a êle relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

Art. 23. O Ministério da Educação e Saúde fará publicar semestralmente, no *Diário Oficial*, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos de ensino e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único. A menção de cada livro será acompanhada de tôdas as indicações a que se refere o art. 22 desta lei.

Art. 24. Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: "Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde". Em seguida, entre parêntese, declarar-se-á ainda o número do registro feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n...).

Art. 25. Quando se tratar de autorização para uso de livro didático, de autoria, seja no todo ou em parte, de algum membro da Comissão, o Ministro da Educação e Saúde submetê-lo-á ao parecer de dois catedráticos da especialidade, ou de disciplinas congêneres, com exercício em escolas superiores, oficiais ou reconhecidas.

§ 1.º Estes catedráticos serão escolhidos dentre uma lista organizada pelo Conselho Nacional de Educação, na qual não figurem nomes de autores de livros didáticos da disciplina, em qualquer tempo submetidos à apreciação da Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 2.º Observar-se-á, quanto ao processo de autorização, o disposto nos arts. 18 e 19 desta lei, cabendo ao Ministro resolver afinal sobre a autorização de uso.

CAPÍTULO IV

DAS CAUSAS QUE IMPEDEM A AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 26. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;

b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime democrático;

c) que envolva qualquer ofensa às autoridades constituídas, às forças armadas, ou às demais instituições nacionais;

d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;

e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao valor e ao destino do povo brasileiro;

f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;

g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;

h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais e raças;

i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;

j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;

k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 27. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou de gíria, quer pela obscuridade do estilo;

b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;

c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos precei-

tos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;

d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;

e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 28. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 29. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida por lei.

Art. 30. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa, ou de orientação pedagógica, considerado, porém, o que se dispõem nas letras i do art. 26, e c do art. 27.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Fica proibida a prática de atos de propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro de escolas e repartições públicas.

Parágrafo único. A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Art. 32. É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de livros didáticos, ainda que tais atos sejam praticados fora das repartições ou estabelecimentos em que trabalham.

Art. 33. Uma vez autorizado o uso do livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 34. Serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do artigo 21 desta lei, fizer constar do livro didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 31 e 33 desta lei, a multa de mil a cinco mil cruzeiros;

b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 3.º ou do art. 32 desta lei, e ainda aos diretores das escolas primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir da data a ser fixada, na forma do art. 3.º, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem cruzeiros a dois mil cruzeiros, se não forem empregados públicos, ou se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias.

§ 1.º Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da alínea a deste artigo.

§ 2.º A reincidência, nos casos da alínea b deste artigo, acarretará aos responsáveis a demissão do cargo ou dispensa da função que ocuparem.

Art. 35. As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos servidores públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos servidores públicos estaduais e municipais, respectivamente, pelas autoridades estaduais e municipais.

Art. 36. As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão umas as outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Art. 37. Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver, dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Art. 38. Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela reinci-

dência nos casos da alínea b do art. 34 desta lei.

Art. 39. Será apreendida a edição dos livros didáticos que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde sem que essa autorização tenha sido concedida.

Art. 40. Verificando que, apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático que, por incidir numa ou mais hipóteses previstas nos arts. 26 e 27 desta lei, seja manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação e Saúde, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia, providenciará a apreensão da respectiva edição.

Art. 41. Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até a data da publicação do presente decreto-lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Art. 42. Os exemplares de livros didáticos, impressos ou dactilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 deste decreto-lei, não são sujeitos ao selo previsto no n.º 60 da tabela B, que acompanha o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Art. 43. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial*, e será divulgado pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e dos Territórios.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.461 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação ao Decreto-lei número 7.473, de 18 de abril de 1945, que dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério das Relações Exteriores, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, o Instituto Rio Branco (I.R.Br.).

Art. 2.º O Instituto Rio Branco terá por finalidade:

I — a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;

II — o ensino das matérias exigidas para o ingresso na carreira de Diplomata;

III — a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;

IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;

V — colaborar com o Serviço de Documentação na realização de pesquisas sobre assuntos relacionados com a finalidade do Ministério.

Art. 3.º Dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei, serão baixados, por decreto do Presidente da República, o regimento do Instituto e o regulamento de seus cursos.

Art. 4.º Para atender, no presente exercício, às despesas decorrentes deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES
P. Leão Veloso
J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 8.462 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1945

Cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas no D.F.S.P. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Departamento Federal de Segurança Pública o Serviço de Censura de Diversões Públicas diretamente subordinado ao Chefe de Polícia.

Art. 2.º As atribuições da Divisão de Cinema e Teatro do Departamento Nacional de Informações passam a ser exercidas pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas, com exclusão daqueles a que se refere o art. 3.º, alíneas a e b do Decreto-lei n.º 5.077, de 29 de dezembro de 1939.

Art. 3.º Passam a integrar a lotação do D.F.S.P. 7 cargos de Censor, padrão M, do Quadro Suplementar do M.J.N.I., que são incluídos no Quadro Permanente.

Art. 4.º Fica suprimido o cargo de Censor padrão N do Quadro Suplementar e ficam criados 3 cargos de Censor, padrão M, do Quadro Permanente e incluídos na lotação do D.F.S.P.

Art. 5.º Fica criada a função gratificada de Chefe de Serviço do Serviço de Censura de Diversões Públicas do D.F.S.P. com a gratificação anual de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Art. 6.º Passam a fazer parte da Tabela Numérica de mensalistas do D.F.S.P. 3 funções de Mestre, referência XVI consignados da T.N.M. do D.N.I.

Art. 7.º Até que seja expedido o regulamento de Serviço de Censura de Diversões Públicas, vigorarão os dispositivos legais que se referem à censura das casas de diversões, baixando o Chefe de Polícia as instruções que se tornarem necessárias.

Art. 8.º O material de cabine de projeção e respectivo equipamento existentes na Divisão de Cinema e Teatro serão transferidos para o De-

partamento Federal de Segurança Pública.

Art. 9.º Para atender nos últimos quinze dias do corrente ano, à despesa com o disposto neste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) em reforço à Verba I — Pessoal do vigente orçamento do M.J.N.I. (anexo 18 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23-12-1944), como se segue:

VERBA I — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/C n.º 01 — Pessoal Permanente

00 — Pessoal Civil

77 — Quadros do Ministério

Cr\$ 4.500,00

Consignação III — Vantagens

S/C n.º 09 — Funções gratificadas

60 — Pessoal Civil

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Cr\$ 500,00

Cr\$ 5.000,00

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória

J. Pires do Rio

DECRETO-LEI N.º 3.463 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cria o Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 160 da Constituição, e

Considerando que a estrada de rodagem, graças ao grau de perfeição já

atingido pelo automóvel, representa hoje elemento de fundamental importância no sistema de viagem interna de qualquer país;

Considerando que à União compete prover ao estabelecimento, conservação e melhoramento progressivo das estradas de rodagem de interesse geral, o que, se em muitos casos poderá resultar da coordenação racional da ação dos Estados, em muitos outros exigirá a ação direta do Poder Central;

Considerando que à União interessa estimular a obra rodoviária dos Estados e, por meio destes, a dos Municípios ;

Considerando que os Congressos Nacionais de Estradas de Rodagem e o 1.º Congresso Geral de Transportes recomendaram ao Governo que se conferisse autonomia financeira e administrativa ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

Considerando que a autonomia financeira é condição indispensável da autonomia administrativa, e consiste essencialmente em destinar determinadas rendas ou cotas de rendas à aplicação exclusiva a determinado serviço;

Considerando que o desenvolvimento rodoviário do Brasil, é, graças à imensidade do território pátrio, um trabalho gigantesco a desafiar a energia realizadora de muitas gerações;

Considerando que o regime de autonomia deve ter como corolário o da efetiva responsabilidade do pessoal encarregado da execução do serviço;

Considerando que a autonomia administrativa do Departamento não pode ser absoluta, mas deve enquadrar-se dentro de normas gerais previamente traçadas para as suas diversas atividades;

Considerando as atinências do problema rodoviário com os interesses da defesa nacional, e

Considerando tudo o mais que lhe representou o Ministro de Estado dos Negócios da Viagem e Obras Públicas, decreta:

CAPÍTULO I

DOS FINS E CARÁTER DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Art. 1.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, entidade subordinada diretamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas, é erigido em pessoa jurídica, com autonomia administrativa e financeira, e passa a reger-se pelas disposições do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Neste Decreto-lei são consideradas equivalentes as expressões "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem" e "Departamento Nacional".

Art. 2.º Ao Departamento Nacional, compete:

a) Executar ou fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção e reconstrução e melhoramentos das estradas compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, inclusive pontes e demais obras complementares;

b) conservar permanentemente as estradas federais;

c) exercer a polícia do tráfego nas estradas federais;

d) realizar os estudos necessários à revisão periódica, pelo menos, de cinco em cinco anos, do Plano Rodoviário Nacional;

e) conceder e fiscalizar os serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas federais, de acordo com a legislação respectiva;

f) promover, sempre que necessário, a revisão do Código Nacional do Tráfego;

g) auxiliar financeiramente os Estados, Territórios e Distrito Federal, mediante as condições estabelecidas neste Decreto-lei, no desenvolvimento de sistemas rodoviários regionais;

h) organizar e manter atualizado, com a colaboração dos Estados, os mapas geral e parciais da rede rodoviária do País;

i) colligir e coordenar, permanentemente, elementos informativos e dados estatísticos de interesse para a administração rodoviária;

j) manter um serviço permanente de informações ao público sobre itinerários, distâncias, condições técnicas, estado de conservação e recursos disponíveis ao longo das estradas do país, bem como sobre serviços regulares de transporte rodoviário coletivo de passageiros e mercadorias;

k) prestar ao Governo todas as informações solicitadas sobre assuntos relativos a viação rodoviária;

l) propor ao Governo as alterações do presente Decreto-lei e todas as leis sobre viação rodoviária que se fizerem necessárias, nomeadamente as relativas a entrada dos agentes das administrações rodoviárias nas propriedades públicas e particulares para a realização de estudos; a indenização de danos derivados dos estudos; a desapropriações; ao direito de vizinhança com as estradas de rodagem; a interferência das estradas com outros serviços públicos, de utilidade pública, ou de interesse particular; a travessia de cidades e povoados por estradas federais e estaduais; a abandono e fechamento de estradas; a responsabilidade das administrações rodoviárias por acidentes consequentes de defeitos de construção e conservação das estradas; a responsabilidade civil dos transportadores rodoviários; a concessão de estradas de rodagem a empresas particulares; a concessões de serviços de transporte coletivo de passageiros; a responsabilidade civil e criminal por danos às estradas de rodagem e por crimes e contravenções contra a segurança de circulação, e a propriedade dos veículos;

m) divulgar, por meio de boletins e outras formas de publicidade, trabalhos de estradas de rodagem e estudos sobre técnica, economia e administração rodoviárias;

n) propor ao Governo a representação do Brasil em Congressos internacionais de estradas de rodagem;

o) promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais de estradas de rodagem, bem como os internacionais que devam realizar-se no Brasil;

p) exercer quaisquer outras atividades compatíveis com as leis e ten-

dentes ao desenvolvimento da viação rodoviária.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO

Art. 3.º O Departamento Nacional terá a seguinte organização:

I — Órgãos deliberativos:

a) Conselho Rodoviário

b) Conselho Executivo

II — Órgão fiscal

Delegação de controle

III — Órgãos executivos:

a) Diretoria Geral

b) Divisões e Serviços Técnicos

c) Procuradoria Judicial

d) Serviço de Administração.

Art. 4.º O Conselho Rodoviário será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros natos:

a) um Presidente;

b) um representante do Estado Maior do Exército;

c) um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

d) um representante do Ministério da Fazenda;

e) um representante do Ministério da Agricultura;

f) um representante da Federação Brasileira de Engenheiros;

g) um representante da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil;

h) o Diretor Geral do Departamento.

§ 1.º O Presidente deverá ser engenheiro civil de reconhecida competência e idoneidade, estranho aos quadros do funcionalismo federal, de livre escolha do Presidente da República.

§ 2.º Os membros mencionados nas alíneas b a g, serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação dos órgãos e entidade representados.

§ 3.º O representante da Federação Brasileira de Engenheiros terá um mandato de três anos, não podendo o mesmo representante servir em dois períodos sucessivos.

Art. 5.º Nas reuniões do Conselho, os chefes dos serviços rodoviários dos Estados, Territórios e Distrito Fe-

deral serão admitidos a participar, sem direito a voto, nos debates de assuntos de interesse das respectivas circumscrições.

Art. 6.º Com permissão ou a convite do Presidente, poderão participar das reuniões, sem direito a voto, pessoas julgadas capazes de contribuir para a elucidação das questões da alçada do Conselho Rodoviário.

Art. 7.º A orientação superior do Departamento Nacional será exercida pelo Conselho Rodoviário, ao qual compete deliberar, por iniciativa própria ou do Diretor Geral, sobre:

a) a regulamentação do presente Decreto-lei;

b) as modificações do Plano Rodoviário Nacional;

c) o estabelecimento das condições técnicas mínimas, inclusive faixa de domínio, e trans-tipo para o cálculo das pontes e obras de arte correspondentes as diversas classes de estradas de rodagem;

d) os programas e orçamentos anuais de trabalho do Departamento apresentados pelo Diretor Geral;

e) as operações de crédito necessárias à execução dos programas anuais de trabalhos;

f) a aprovação dos planos rodoviários dos Estados, Territórios e Distrito Federal e dos programas anuais de aplicação dos auxílios financeiros federais;

g) a distribuição do Fundo Rodoviário Nacional nos termos deste Decreto-lei;

h) a suspensão do auxílio financeiro a Estado, Território ou Distrito Federal, que deixe de satisfazer às condições para o seu recebimento;

i) a aprovação dos relatórios e prestações de contas anuais do Diretor Geral;

j) os contratos-padrões para a adjudicação de serviços, sob os diferentes regimes de execução;

l) o regimento do Departamento Nacional;

m) as tabelas numéricas de mensalistas e diaristas;

n) dúvidas de interpretação ou consequentes de omissões deste Decreto-lei;

o) anteprojetos de lei sobre viação rodoviária.

Art. 8.º As deliberações do Conselho Rodoviário serão tomadas por maioria relativa de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, no caso de empate, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo único. O Diretor Geral não terá direito a voto nas deliberações a que se refere a alínea i do artigo anterior.

Art. 9.º As deliberações do Conselho Rodoviário serão obrigatória e imediatamente submetidas à apreciação do Ministro da Viação e Obras Públicas, ao qual cabe a decisão final sobre as matérias constantes das alíneas c, d, g, h, i, j e n, e encaminhamento ao Presidente da República, devidamente informados, dos assuntos constantes das alíneas a, b, e, f, l, m e o.

Parágrafo único. Ter-se-ão por aprovadas as deliberações do Conselho Rodoviário em assuntos das alíneas c, d, g, h, i, j e n, desde que o Ministro da Viação e Obras Públicas não as veto ou modifique até 30 dias após lhe serem encaminhadas à decisão.

Art. 10. Ao representante do Estado Maior do Exército caberá o direito de recorrer, com efeito suspensivo, para o Ministro da Viação e Presidente da República, conforme o caso, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar a defesa ou a segurança militar do País.

Art. 11. Os membros do Conselho Rodoviário perceberão uma gratificação de Cr\$ 200,00 por sessão a que comparecerem, até o máximo de Cr\$. 1.000,00 mensais.

Art. 12. Formarão o Conselho Executivo:

- a) o Diretor Geral do Departamento Nacional;
- b) os Chefes de divisões, seções e serviços técnicos;
- c) o procurador judicial;
- d) o chefe dos serviços administrativos.

Art. 13. Compete ao Conselho Executivo, além de outras funções que forem atribuídas no Regimento:

a) manifestar-se sobre os assuntos mencionados nas alíneas de a a h, e de j a o, do art. 7.º.

b) baixar e rever, pelo menos de dois em dois anos, os manuais de instrução para os diversos serviços do Departamento Nacional;

c) julgar a classificação das propostas em concursos para a adjudicação de serviços nos diversos regimes de execução e, em última instância, os recursos interpostos por concorrentes;

d) resolver sobre a adjudicação de serviços quando não aparecerem concorrentes;

e) propor motivadamente ao Presidente do Conselho Rodoviário a instauração de processo administrativo contra o Diretor Geral do Departamento Nacional, bem como a sua suspensão preventiva;

f) ordenar a instauração de processo contra qualquer funcionário do Departamento Nacional, quando o Diretor Geral já não o tiver feito pelo mesmo fato;

g) tomar conhecimento do andamento geral dos trabalhos do Departamento Nacional;

h) deliberar sobre qualquer consulta que lhe for submetida pelo Diretor Geral.

Art. 14. O Conselho Executivo reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros que estiverem de serviço na sede central.

Art. 15. Constituirão a Delegação de Contrôlo:

a) um contador da Contadoria Geral da República;

b) um funcionário do corpo instrutivo do Tribunal de Contas;

c) um funcionário do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 16. O Ministro da Viação designará o funcionário do Departamento de Administração e solicitará da Contadoria Geral da República e do Tribunal de Contas, respectivamente, a designação dos outros membros da Delegação.

Art. 17. A Delegação de Contrôlo compete exercer a mais ampla fiscalização sobre a administração finan-

ceira do Departamento Nacional, podendo, para esse fim, examinar a qualquer tempo a escrituração e a documentação. O Regimento do Departamento Nacional atribuir-lhe-á, além de outras, as seguintes funções:

- a) examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e as prestações de contas anuais apresentadas pelo Diretor Geral ao Conselho Rodoviário;
- b) examinar todos os contratos do Departamento e aprovar os que estiverem conformes com as normas estabelecidas no Regulamento competente e aprovadas pelo Conselho Rodoviário;
- c) exercer controle sobre a aquisição, o arrendamento, o aluguel e alienação de materiais e outros bens patrimoniais;

d) responder com presteza a todas as consultas que o Diretor do Departamento Nacional lhe formular sobre assuntos de Contabilidade e Administração financeira.

Art. 18. A Delegação de Controle comunicará ao Diretor Geral do Departamento, por escrito, qualquer irregularidade que encontrar, ficando o Diretor obrigado a dar-lhe, dentro de 10 dias úteis, conhecimento das providências que tiver tomado para sanar a irregularidade ou punir os responsáveis; se as irregularidades forem de responsabilidade do Diretor, a Delegação de Controle comunicá-las-a ao Presidente do Conselho Rodoviário.

Art. 19. Ao Diretor Geral compete:

- a) elaborar e submeter ao Conselho Rodoviário os programas anuais e orçamentos de trabalhos, acompanhados dos respectivos estudos técnicos e econômicos;
- b) dirigir e fiscalizar a execução dos programas de trabalhos do Departamento Nacional;
- c) promover a apresentação pelos Estados, Territórios e Distrito Federal, dos respectivos planos rodoviários regionais e submetê-los, devidamente informados, à aprovação do Conselho Rodoviário;
- d) opinar sobre os programas de trabalhos a serem executados pelos

Estados, Territórios e Distrito Federal com auxílio financeiro previsto neste Decreto-lei e submetê-los à aprovação do Conselho Rodoviário;

e) representar o Departamento Nacional, ativa e passivamente, em juízo, pessoalmente ou por delegado expressamente designado;

f) ordenar pagamentos e autorizar suprimentos e adiantamentos regularmente processados;

g) movimentar, nos termos do regulamento competente, as contas do Departamento no Banco do Brasil;

h) assinar os contratos de serviços, obras e aquisições, previamente aprovados pelo Conselho Executivo;

i) apresentar ao Conselho Rodoviário, com parecer da Delegação de Controle, os balancetes mensais e, no tempo devido, com os pormenores necessários, os relatórios anuais e as prestações de contas do Departamento Nacional;

j) submeter, devidamente informados, a conhecimento e deliberação do Conselho Rodoviário, quaisquer outros assuntos da competência deste;

l) submeter prontamente a conhecimento e deliberação do Conselho Executivo e da Delegação de Controle todas as matérias de competência destes;

m) entender-se ou corresponder-se, diretamente, com quaisquer autoridades e entidades oficiais ou privadas, sobre assuntos de interesse do Departamento Nacional, menos com o Presidente da República;

n) presidir o Conselho executivo e participar do Conselho Rodoviário;

o) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Regimento.

Art. 20. As atribuições das Divisões e Serviços Técnicos, da Procuradoria Judicial e dos Serviços de Administração serão estabelecidas no Regimento.

CAPÍTULO III

DA RECEITA E DA CONTABILIDADE DO DEPARTAMENTO

Art. 21. A receita do Departamento Nacional será formada com os seguintes recursos:

a) a cota que lhe cabe do Fundo Rodoviário Nacional, criado neste Decreto-lei;

b) as dotações orçamentárias votadas pelo Congresso;

c) o produto de operações de crédito realizadas nos termos deste Decreto-lei ou em virtude de leis especiais;

d) o produto de juros de depósitos bancários de quantias pertencentes ao Departamento Nacional;

e) o produto de aluguéis de bens patrimoniais do Departamento Nacional;

f) o produto das multas por infrações ao Código Nacional de Trânsito cometidas na estradas federais e outras aplicadas pelo Departamento Nacional;

g) o produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais do Departamento Nacional, que se tornarem desnecessários aos seus serviços;

h) renda de serviços e fornecimentos excepcionalmente prestados a outros departamentos públicos e a terceiros;

i) legados, donativos e outras rendas que, por sua natureza, devam competir ao Departamento Nacional.

Art. 22. Os recursos da dotação orçamentária serão entregues pelo Tesouro Nacional, como suprimentos, e por duodécimos, até o dia 15 de cada mês, ao Departamento Nacional. Estes suprimentos independem de comprovação perante o mesmo Tesouro.

Art. 23. As multas e outras rendas serão arrecadadas diretamente pelo Departamento Nacional.

Art. 24. O Departamento Nacional terá um serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro-orçamentário, industrial e patrimonial, que abrangerá:

a) documentação e escrituração das receitas;

b) o controle orçamentário;

c) a documentação e escrituração das despesas pagas ou a pagar;

d) o preparo, processo e recebimento das contas de fornecimentos e serviços prestados a terceiros;

e) o processo e pagamento das con-

tas de fornecimentos e serviços recebidos;

f) preparo, processo e pagamento das contas de medições de obras contratadas;

g) o registro do custo global e analítico dos diversos serviços e obras;

h) o registro dos valores patrimoniais e o levantamento periódico do seu inventário e estado.

Art. 25. A contabilidade financeiro-orçamentária será organizada de modo a registrar a previsão e arrecadação das receitas do Departamento Nacional, as verbas e consignações do orçamento anual aprovado pelo Conselho Rodoviário e Ministro da Viação e Obras Públicas, as autorizações de despesas emitidas pelo Diretor Geral e os correspondentes empenhos de verbas.

Art. 26. A contabilidade industrial terá por fim estabelecer os custos dos estudos, das construções e melhoramentos das estradas, da aquisições de outros bens patrimoniais, da conservação das estradas e de outros serviços do Departamento Nacional, bem como o desdobramento analítico dos custos das diversas fases ou partes dessas obras, aquisições e serviços, segundo uma subdivisão adequada e uniforme.

Art. 27. Os balanços anuais do Departamento Nacional aprovados pelo Conselho Rodoviário e Ministro da Viação e Obras Públicas serão, em tempo próprio, enviados à Contadoria Geral da República para publicação conjuntamente com os balanços gerais da União.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

Art. 28. Fica criado o Fundo Rodoviário Nacional, destinado à construção, conservação e melhoramentos das rodovias compreendidas no Plano Rodoviário Nacional e a auxílio federal aos Estados, Territórios e Distrito Federal para a execução dos sistemas rodoviários regionais respectivos.

Art. 29. O Fundo Rodoviário Nacional será constituído pelo produto do imposto único federal sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no país, criado pelo Decreto-lei número 2.615, de 21 de setembro de 1940, ficando extinto o Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios criado pelo aludido Decreto-lei.

Art. 30. A renda do imposto único federal referido no artigo anterior será recolhida ao Banco do Brasil, em conta especial sob a denominação "Fundo Rodoviário Nacional", à ordem e disposição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 31. Do Fundo Rodoviário Nacional 40% (quarenta por cento) constituirão receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os 60% (sessenta por cento) restantes serão rateados entre os Estados, Territórios e Distrito Federal da seguinte forma:

36% proporcionalmente ao consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos;

12% proporcionalmente à população;

12% proporcionalmente à superfície.

CAPÍTULO V

DO AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS

Art. 32. Para participarem do auxílio estabelecido no artigo anterior, deverão os Estados:

a) ter um Departamento ou Reparação de Estradas de Rodagem em moldes aprovados pelo Departamento Nacional;

b) subordinar as suas atividades a um plano rodoviário elaborado e pe-

riódicamente revisto de acordo com o Departamento Nacional;

c) dar execução sistemática a esse plano mediante programas anuais previamente aprovados pelo Departamento Nacional;

d) adotar a classificação de estradas e os tipos para o cálculo de pontes e obras de arte estabelecidos pelo Departamento Nacional;

e) submeter a aprovação do Departamento Nacional os planos de operações de crédito, quando garantidas pela cota do Fundo Rodoviário Nacional;

f) aplicar integralmente em estradas de rodagem;

1.º) a cota que lhes couber do Fundo Rodoviário Nacional;

2.º) a receita de quaisquer tributos estaduais, que incidam sobre o automobilismo e o transporte rodoviário e mais a dotação orçamentária que, com a receita aludida, perfaza, no mínimo, importância equivalente a 50% do montante do auxílio federal;

3.º) o produto das taxas de melhoria dos terrenos marginais às rodovias, se as houver;

4.º) o produto das multas por contravenções ao Código Nacional de Trânsito, cometidas nas rodovias estaduais;

5.º) o produto de operações de crédito realizadas com a garantia das receitas a que se refere esta alínea.

g) prestar assistência técnica aos municípios no planejamento e execução de estradas e caminhos municipais.

Art. 33. Os Estados ficam obrigados a provar ao Departamento Nacional o cumprimento das condições

do artigo anterior, a prestar-lhe anualmente contas promenorizadas da aplicação das cotas do Fundo Rodoviário Nacional que lhes forem distribuídas, acompanhadas de relatório sobre o andamento da execução de seus respectivos planos rodoviários.

Art. 34. O Departamento Nacional poderá conhecer diretamente das atividades rodoviárias estaduais, a fim de verificar o cumprimento das condições para o recebimento do auxílio financeiro, cumprindo aos Estados facilitar-lhe todos os meios necessários a esse fim, e ainda dar-lhe conhecimento de todas as leis, decretos e regulamentos que se referirem a tributos incidentes sobre o automobilismo e o transporte rodoviário.

Art. 35. O não cumprimento das condições estabelecidas nos três artigos anteriores importará na suspensão do auxílio financeiro federal, mediante prévia notificação, ressalvado ao Estado o direito de recurso ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 36. Enquanto os recursos mencionados no artigo 32, alínea f, não atingirem a importância global de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) anuais, fica o Estado dispensado da exigência constante da alínea a, do mesmo artigo, e o Departamento Nacional tomará a si o encargo de aplicar a respectiva cota do auxílio federal na execução do plano rodoviário estadual.

Art. 37. As cotas de auxílio financeiro federal distribuídas aos Estados poderão ser sacadas diretamente do Banco do Brasil, por trimestre vencido, acrescidas dos respectivos juros, de acordo com autorização de Diretor Geral do Departamento Nacional, dada em relação discriminativa organizada pelo Conselho Rodoviário.

Art. 38. Reverterão ao Departamento Nacional as cotas do auxílio financeiro federal do Estado que, notificado da suspensão do auxílio, não regularizar a sua situação no prazo de seis meses.

Art. 39. O Distrito Federal e os Territórios Federais ficam equiparados a Estados para o efeito e recebimento do auxílio financeiro, não se lhes aplicando, porém, o artigo 32.

Art. 40. As condições para o Distrito e os Territórios Federais receberem o auxílio financeiro serão fixadas em acordos especiais entre o Departamento Nacional e os respectivos Governos, aprovados pelo Conselho Rodoviário e pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

CAPÍTULO VI

DO PESSOAL

Art. 41. O pessoal do Departamento Nacional será constituído de contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros, sem prejuízo do exercício regular e direitos dos funcionários do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, lotados, na data deste Decreto-lei, no Departamento Nacional, cujos cargos de menor vencimento, quando de carreira, e os isolados, irão sendo suprimidos à medida que vagarem.

Art. 42. O orçamento da despesa do Departamento Nacional consignará, separadamente, as importâncias destinadas ao pagamento dos contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros, funções gratificadas e dos funcionários ainda existentes.

Art. 43. Anualmente será submetida à aprovação do Presidente da República a tabela numérica de mensalista e diarista.

Art. 44. O Conselho Rodoviário elaborará o Regulamento do Pessoal do Departamento Nacional, a ser expedido pelo Presidente da República.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. O Departamento Nacional, mediante acordos, aprovados pelo Conselho Rodoviário, poderá delegar aos Estados cujos departamentos rodoviários satisfaçam às exigências do art. 32 deste Decreto-lei, os encargos dos estudos, construção, conservação e policia das estradas compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, bem como os de concessão e fiscalização dos serviços de transporte coletivo de passageiros nessas estradas.

Art. 46. Objetivando a uniformidade de orientação e o constante progresso da técnica e administração rodoviárias, o Departamento Nacional promoverá anualmente uma reunião dos Diretores e tecnicos dos serviços rodoviários estaduais para exposição e discussão amplas de realizações, métodos de trabalho e estudos técnicos e teóricos e experimentais.

Art. 47. Ficam isentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras as máquinas e veículos que o Departamento Nacional adquira para a construção e conservação de estradas de rodagem, pontes e demais obras de arte.

Art. 48. Ficam subordinados ao Departamento Nacional tôdas as Comissões, atualmente incumbidas de serviços de estradas de rodagem federais, integrantes do Plano Rodoviário Nacional, devendo-se estender a elas os mesmos métodos e processos

que prevaleçam para os demais serviços do Departamento Nacional.

Art. 49. Ficam os Institutos de Previdência Social autorizados a realizar operações de crédito com o Departamento Nacional, com garantia da cota do Fundo Rodoviário Nacional, que lhe foi atribuída neste Decreto-lei.

Parágrafo único. Essas operações serão realizadas à taxa máxima de juros de 7% a.a. e prazo de 20 anos, não podendo os encargos anuais relativos ao serviço de juros e amortização de empréstimo ser superior a 50% da cota do Fundo Rodoviário que cabe ao Departamento Nacional.

Art. 50. Observadas as limitações do parágrafo único do artigo precedente, o Presidente da República poderá autorizar o Departamento Nacional a realizar operações de empréstimo em estabelecimentos de crédito nacionais ou estrangeiros.

Art. 51. O produto das operações de crédito realizadas pelo Departamento Nacional só poderá ser empregado em obras novas e aquisições de máquinas para a construção de estradas, devendo observar-se sempre que possível que o prazo do empréstimo não seja superior à duração dessas obras ou à vida econômica das máquinas.

Parágrafo único. Em nenhum caso as obras de conservação de estradas poderão ser consideradas obras novas.

Art. 52. Se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vier a ser extinto, passarão para a União todos os direitos e obrigações decorrentes dos atos por ele praticados.

Art. 53. As transações do Departamento Nacional se farão mediante

os mesmos instrumentos, as mesmas formalidades, perante os mesmos officios e registros públicos e sob os mesmos regimentos de custas e emolumentos aplicáveis aos atos da mesma natureza, praticados pela Fazenda Nacional; nos Correios, Telégrafos, Alfândegas e empresas de transporte e de serviços de utilidade pública gozará o Departamento Nacional das mesmas vantagens que competirem a outros serviços públicos federais.

Art. 54. Para as causas judiciais em que fôr parte o Departamento Nacional, será competente o mesmo fôro dos feitos da Fazenda Nacional.

Art. 55. Ao ser aprovado, nos termos dêste Decreto-lei, o projeto de construção de uma rodovia federal, fica declarada de utilidade pública a faixa de domínio correspondente.

Parágrafo único. Se, dentro do prazo de cinco anos, da data de aprovação do projeto, o Departamento Nacional não tiver promovido a desapropriação, dar-se-á caducidade da declaração de utilidade pública.

Art. 56. São declarados de utilidade pública, para seu aproveitamento pelo Departamento Nacional, as pedreiras, os depósitos de areias ou outros quaisquer materiais necessários às obras das estradas, situadas nas proximidades destas, desde que não se encontrem em exploração comercial.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57. A regulamentação do presente Decreto-lei poderá ser feita por partes, de conformidade com as exigências dos serviços.

Art. 58. Enquanto não fôr expedida a regulamentação do presente Decreto-lei, os casos urgentes dela dependentes serão, sob proposta do Diretor Geral, resolvidos, em caráter provisório, pelo Conselho Rodoviário, cujas decisões subirão, conforme o disposto no artigo 9.º, à aprovação do Ministro

da Viação e Obras Públicas ou do Presidente da República.

Art. 59. Até a expedição do novo Regimento do Departamento Nacional, continuará vigorando o aprovado pelo Decreto n.º 20.164, de 7 de dezembro de 1945.

Art. 60. Enquanto não estiver constituído o Conselho Rodoviário, suas atribuições serão exercidas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 61. O Conselho Rodoviário se considerará constituído e entrará no exercício de suas funções na data em que se acharem regularmente nomeados o presidente e a maioria de seus membros.

Art. 62. Nos quatro primeiros anos da vigência dêste Decreto-lei, o Fundo Rodoviário Nacional, de que tratam os artigos 28 e 29, será constituído sucessivamente de 60%, 70%, 80% e 90% do produto do imposto único federal sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no País.

Art. 63. Continuam em vigor, com as mesmas destinações, os saldos dos créditos especiais abertos em favor do Departamento Nacional e de outras obras rodoviárias federais, que passarão à sua administração.

Art. 64. As estradas de rodagem, situadas no Nordeste, compreendidas no Plano Rodoviário Nacional e atualmente a cargo da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas passarão, dentro de cinco anos, à jurisdição do Departamento Nacional, cabendo à Inspetoria ajustar nesse prazo, a organização de seus serviços, tendo em vista êsse objetivo.

Art. 65. Na vigência do prazo de que trata o artigo anterior, o Departamento Nacional poderá delegar à Inspetoria Federal os encargos que lhe são cometidos pelo artigo 36 do presente Decreto-lei.

Art. 66. O Departamento Nacional poderá prosseguir, até atingir a pri-

meira cidade, qualquer obra rodoviária já iniciada, ainda que não conste do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 67. As atividades do Departamento Nacional se concentrarão inicialmente na execução do programa de construções e melhoramentos das rodovias federais consideradas de primeira urgência, constante da relação que com este baixa, assinada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, visando a sua conclusão no prazo de cinco anos.

Art. 68. Durante a execução do programa a que se refere o artigo anterior, os Estados, Territórios e Distrito Federal ficam obrigados, a juízo do Departamento Nacional, a aplicar até 30% (trinta por cento) das cotas do auxílio federal que lhes tocarem, nas obras do referido plano, executadas em seus respectivos territórios.

Art. 69. Este Decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 1946.

Art. 70. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

Programa de construções e melhoramentos de primeira urgência dos troncos do plano Rodoviário Nacional, a que se refere o art. 67, do Decreto-lei n.º 8.463, de 27 de dezembro de 1945.

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Lages a Curitiba;

Rodovia Transversal do Paraná, construção do trecho Prudentópolis a Iguazu;

Rodovia Transversal do Rio Grande do Sul, construção do trecho Porto Alegre a Uruguaiana;

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Teófilo Ottoni a Feira de Santana;

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Jaguarão a Porto Alegre;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução do trecho Rio a São Paulo;

Ligação São Paulo-Belo Horizonte, construção de toda a ligação;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução e melhoramentos do trecho São Paulo a Capela da Ribeira;

Rodovia Getúlio Vargas melhoramentos do trecho Capela da Ribeira a Curitiba;

Rodovia Getúlio Vargas, melhoramentos do trecho Lages a Porto Alegre;

Rodovia Getúlio Vargas, melhoramentos do trecho Rio de Janeiro a Areal;

Rodovia Transversal do Paraná, melhoramentos do trecho Curitiba a Prudentópolis;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução e melhoramentos no trecho Areal a Teófilo Ottoni;

Rodovia Getúlio Vargas, melhoramentos do trecho Belém (Pernambuco) a Fortaleza;

Rodovia Transversal do Paraná, melhoramentos do trecho Paranaíba-Curitiba.

DECRETO-LEI N.º 8.464 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, no Quadro I — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas três funções gratificadas de chefe de seção da Divisão do Orçamento do Departamento de Administração e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Ficam criadas na Divisão do Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas três funções gratificadas de chefe de seção, com a gratificação mensal de quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 450,00) cada uma, de designação do respectivo Diretor.

Art. 2.º. A dotação de Cr\$ 16.200,00 correspondente à despesa de que trata o artigo anterior, será incluída no Orçamento Geral da República para o próximo exercício.

Art. 3.º. O presente Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Maurício Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.*

**DECRETO-LEI N.º 8.465 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender aos servidores da Prefeitura, por intermédio do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., os imóveis que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, por intermédio da carteira hipotecária do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., 76 (setenta e seis) casas e 28 (vinte e oito) apartamentos, situados na Rua Baronesa do Engenho Novo, com testada também pela Rua Peçanha da Silva.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

**DECRETO-LEI N.º 8.466 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação das Filhas de Maria Imaculada para o Serviço Doméstico, do imposto que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar a Associação das Filhas de Maria Imaculada para o Serviço Doméstico, com sede nesta Capital, do imposto de transmissão relativo ao imóvel sito na Rua Voluntários da Pátria n.º 143, antigo n.º 59, que adquire para ampliação de sua Escola Santo Adolfo, enquanto esta funcionar com o caráter de gratuidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

**DECRETO-LEI N.º 8.467 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro dos impostos que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31, do Decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar o Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, na forma dos arts. 15 e 16 do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, do pagamento dos impostos territorial e predial relativos ao imóvel sito na Rua Antônio Lage n.º 42.

Parágrafo único. Os benefícios deste Decreto-lei abrangerão:

a) o imposto territorial devido a partir de julho de 1941 e até setembro de 1942;

b) o imposto predial a partir de setembro de 1942 e enquanto um de seus pavimentos estiver cedido para funcionamento de escola da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

DECRETO-LEI N.º 8.468 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 282.025,40 para reforço da verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de duzentos e oitenta e dois mil e vinte e cinco cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$.... 282.025,40) em reforço da verba 3.ª — “Serviços e Encargos”, do Anexo número 5 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 3.ª — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n.º 06 — Auxílios, contribuições e subvenções

01 — Auxílios

c) Para o recenseamento

geral da República.. Cr\$ 282.025,40

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para entrega imediata da respectiva importância ao Instituto interessado.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.469 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 15 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

Cr\$

S/c. n.º 22 — Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos preparados; animais para corte; gêlo; artigos para fumantes

04 — Departamento de Administração

03 — Divisão do Mate-

rial 5.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.470 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Ministério da Guerra a transferir um terreno para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a transferir para a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas um terreno da União, com as dimensões de 30 metros de frente por 35 metros de fundo, destinado à construção do prédio da Agência Postal Telegráfica de Clevelândia, no Estado do Pará.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

*Canrobert Pereira da Costa
J. Pires do Rio
Mauricio Joppert da Silva*

**DECRETO-LEI N.º 8.471 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre operações do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É facultado ao Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A.:

- a) receber, em conta corrente, depósitos limitados e populares;
- b) fazer quaisquer operações de crédito não proibidas aos bancos de crédito hipotecário e agrícola;
- c) operar em crédito industrial, mediante penhor ou outra garantia, sendo indispensável a garantia hipotecária quando o prazo das operações exceder de 5 anos.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória

J. Pires do Rio

**DECRETO-LEI N.º 8.472 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Estende aos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal as isenções e franquias que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º As isenções e franquias concedidas a funcionários civis da União para aquisição e uso de casas de moradia, constantes do Decreto-lei n.º 6.016, de 22 de novembro de 1943 e de outros preceitos federais e municipais, são extensivas aos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, desde que o financiamento seja feito pelas mesmas entidades referidas naqueles diplomas, pelo Montepio dos Empregados Municipais ou pelo Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

**DECRETO-LEI N.º 8.473 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Cria dois estabelecimentos de ensino secundário na Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam criados na Prefeitura do Distrito Federal dois estabelecimentos de ensino secundário, os quais receberão as denominações de "Ginásio Barão do Rio Branco" e "Ginásio Benjamin Constant".

§ 1.º O primeiro desses estabelecimentos será instalado no próprio da Prefeitura do Distrito Federal situado na Estrada Marechal Rangel n.º 31, em Madureira, e funcionará em dois turnos, em regime de externato misto.

§ 2.º O "Ginásio Benjamin Constant" funcionará em regime de externato masculino e será instalado no prédio construído aos fundos do edifício da atual Escola Técnica de Santa Cruz, na Estação de Matadouro.

Art. 2.º Ficam criados no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal 2 (dois) cargos de Diretor de Estabelecimento, padrão N, e 2 (dois) de Chefe de Serviço de Secretaria, padrão L, todos de provimento em comissão.

Art. 3.º Dentro de trinta dias a contar da data da presente lei, o Secretário Geral de Educação e Cultura submeterá à aprovação do Prefeito do Distrito Federal o regulamento dos citados estabelecimentos de ensino secundário, os quais ficarão subordinados ao Departamento de Educação Técnico-Profissional da referida Secretaria e ministrarão ensino inteiramente gratuito.

Art. 4.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir os créditos necessários à execução deste Decreto-lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria

**DECRETO-LEI N.º 8.474 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945**

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, os imóveis que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender, em concorrência pública, as lojas designadas pelos ns. 82-A, 82-B e 90-A da Rua Baroneza do Engenho Novo e 489-A, 489-B e 519-A, da Rua Peçanha da Silva.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no artigo anterior e efetivação da revenda dos imóveis a que se refere o art. 1.º do Decreto Municipal n.º 8.099, de 12 de maio de 1945, fica também autorizado o desmembramento, em partes, ideais, da área em que assenta o conjunto de prédios aludidos no referido decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

DECRETO-LEI N.º 8.475 — DE 27 DE
DEZEMBRO DE 1945

Altera carreiras nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dispondo sobre o direito a nomeação de servidores para cargos da carreira de Inspetor do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição decreta:

Art. 1.º As carreiras de Inspetor do Trabalho dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ficam alteradas de acordo com as tabelas anexas.

Art. 2.º Ficam transferidos para o Quadro Suplementar os atuais ocupantes efetivos de cargos do Quadro Permanente do referido Ministério.

Parágrafo único. Os decretos de nomeação dos funcionários atingidos por este artigo serão apostilados pelo Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração.

Art. 3.º Fica assegurada a nomeação, em caráter efetivo, dos servidores que, por ocasião da vigência da Lei 284, de 28 de outubro de 1936, ou do Decreto-lei n.º 6.479, de 9 de maio de 1944, exerciam função de fiscalização das leis de proteção ao trabalho.

§ 1.º Os servidores beneficiados por este artigo serão incluídos na carreira de Inspetor do Trabalho do Quadro

Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nas classes correspondentes ao vencimento ou salário que percebiam em 9 de maio de 1944.

§ 2.º Somente poderão ser beneficiados os servidores que, na data da publicação deste decreto-lei, possuam 10 ou mais anos de serviço público, aplicando-se a essa contagem o disposto no § 3.º do art. 96 do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 4.º Os servidores beneficiados por este decreto-lei deverão, dentro de 60 dias contados da data da sua publicação, habilitar-se à nomeação em requerimento dirigido ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, acompanhado das certidões comprobatórias do tempo de serviço público.

Art. 5.º Esgotado o prazo a que se refere o artigo anterior, providenciará o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a revisão da carreira de Inspetor do Trabalho, do Quadro Suplementar, criando-se os cargos necessários à inclusão de todos os beneficiados.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

R. Carneiro de Mendonça

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provi- sórios
	<i>Inspetor do Trabalho</i>						<i>Inspetor do Trabalho</i>				
15	L	—	13	—	4	L	—	4	—
25	K	—	19	—	9	K	—	9	—
40	J	—	40	—	14	J	—	14	—
60	I	—	60	—	19	I	—	19	—
90	H	—	23	132	24	H	—	—	46
230				155	132	70				46	46

OBSERVAÇÃO — Os cargos vagos desta carreira só poderão ser providos por transferência após a nomeação de todos os habilitados no concurso a ser realizado.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO SUPLEMENTAR

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos		Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos		Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
—	<i>Inspetor do Trabalho</i>	—	—	—	—	6	<i>Inspetor do Trabalho</i>	L	—	3	
—	—	—	—	—	8	K	—	5	
10	J	—	—	—	10	J	—	—	
12	I	—	12	—	12	I	—	12	
42	H	—	—	—	42	H	—	—	
43	G	—	—	—	43	G	—	—	
31	F	—	31	—	31	F	—	31	
34	E	—	—	—	34	E	—	—	
172				43		186				54	

DECRETO-LEI N.º 8.476 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Fixa o término do prazo estabelecido no Decreto-lei n.º 4.232, de 6 de abril de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição, que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os prazos a que se referem os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei número 4.232, de 6 de abril de 1942, relativos às invenções industriais, e às marcas de indústria e de comércio, serão considerados suspensos até 30 de junho de 1946.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

R. Carneiro de Mendonça

DECRETO-LEI N.º 8.477 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Eleva padrão de vencimento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado de L para M o padrão de vencimento do cargo de Professor catedrático (C. P. II), do Colégio Pedro II (Externato e Internato), do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Os decretos dos funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior serão apostilados pelo Diretor do Pessoal do respectivo Ministério.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1946.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

DECRETO-LEI N.º 8.478 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 54.000.000,00, para classificação de despesa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cinquenta e quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 54.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para classificação da despesa (Serviços e Encargos) decorrente da incorporação ao patrimônio nacional dos bens e direitos existentes em território nacional da "Brazil Land, Cattle and Packing Company", operada por força do Decreto-lei n.º 2.436, de 22 de julho de 1940.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.479 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

Aprova a Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional e a Convenção sobre o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, concluídas em Bretton Woods, N. H., Estados Unidos da América, a 22 de julho de 1944, por ocasião da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, assinadas pelo Brasil, na mesma data.

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição, resolve:

Aprovar as Convenções sobre o Fundo Monetário Internacional e sobre o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, con-

cluídos em Bretton Woods, N. H., Estados Unidos da América, a 22 de julho de 1944, por ocasião da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, e assinadas pelo Brasil na mesma data.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

P. Leão Veloso.

DECRETO-LEI Nº 8.480 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera as carreiras de Médico Sanitarista dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 160 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, as carreiras de Médico Sanitarista dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º A antiguidade de classe, para efeito de promoção, será, nas classes correspondentes aos novos padrões, a mesma dos ocupantes nas classes de que provieram em função do disposto no presente Decreto-lei.

Art. 3.º Serão apostilados, pelo Diretor do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, os decretos dos atuais ocupantes dos cargos das carreiras citadas, atribuindo-lhes os respectivos padrões conforme propostos na tabela anexa.

Art. 4.º Para todos os efeitos, inclusive os de promoção, ficam dispensados de apresentação do certificado do Curso de Saúde Pública os atuais ocupantes das carreiras de Médico Sanitarista do Ministério da Educação e Saúde, desde que contem mais de dez anos de serviço na função sanitária.

Art. 5.º Para atender à despesa com a execução do disposto neste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 1.687.200,00 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil e duzentos cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Pessoal do orçamento em vigor do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1946.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
—	<i>Médico Sanita- rista</i>	—	—	—	Q.P.	12	<i>Médico Sanita- rista</i>	O	—	—	
—	—	—	—	Q.P.	14	N	—	—	
14	M	—	2	Q.P.	23	M	—	—	
13	L	—	—	Q.P.	32	L	—	—	
23	K	—	—	Q.P.	40	K	—	—	
32	J	—	—	Q.P.	—	—	—	—	
44	I	—	—	Q.P.	—	—	—	—	
126						121					
—	<i>Médico Sanita- rista</i>	—	—	—	Q.E.	3	<i>Médico Sanita- rista</i>	O	—	1	
—	—	—	—	Q.E.	8	N	—	1	
3	M	—	1	Q.E.	39	M	—	—	
8	L	—	1	Q.E.	15	L	—	—	
39	K	—	—	Q.E.	—	—	—	—	
15	J	—	—	Q.E.	—	—	—	—	
65						65					

DECRETO-LEI N.º 8.481 — DE 27
DE DEZEMBRO DE 1945

Dá nova redação a dispositivos do Código da Propriedade Industrial, a que se refere o Decreto-lei número 7.903, de 27 de agosto de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a ter a redação consignada no presente Decreto-lei os seguintes dispositivos do Código da Propriedade Industrial, a que se refere o Decreto-lei n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945:

-- Art. 3.º, alínea c: a repressão de falsas indicações de proveniência;

-- Art. 4.º As garantias outorgadas por este Código consistem no direito ao uso e exploração exclusivos do respectivo objeto e às medidas de proteção que estatui, sendo concedidas sem prejuízo dos direitos de terceiros.

-- Art. 5.º As disposições deste Código são extensivas aos pedidos de privilégios e registros de marcas diretamente depositados no Brasil, e àqueles que, depositados no estrangeiro, gozem de vantagens asseguradas por tratados ou convenções.

-- Art. 9.º Aquele que, antes de requerer patente, pretenda fazer experiência ou exhibições públicas da invenção, sem prejudicar o requisito da novidade, poderá pedir ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial o arquivamento do relatório descritivo de sua invenção, dispensadas as formalidades de exame e publicação aplicáveis aos privilégios de invenção.

-- Art. 13. E' privilegiável como *desenho industrial* toda disposição ou conjunto de linhas ou de cores, ou linhas e cores, aplicáveis, com o fim industrial, à ornamentação de certo produto, empregando-se qualquer meio manual, mecânico ou químico, singelamente ou combinados.

-- Art. 14. Além dos mencionados nos arts. 12 e 13, são também

suscetíveis de proteção legal os modelos e desenhos industriais que, embora não se apresentem inteiramente novos, realizem combinações originais de elementos conhecidos, ou disposições diferentes de elementos já usados, de modo que dêem aos respectivos objetos aspecto geral característico.

-- Art. 17, alínea b: ter as dimensões de 33 x 21 centímetros, com moldura traçada em quadro, por linhas singelas, deixando a margem de dois centímetros em toda a extensão;

-- Art. 25. Qualquer que seja a exigência, feita em virtude do disposto no artigo precedente, deverá ser cumprida dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do despacho, sob pena de ser o processo arquivado.

-- Art. 27. Surgindo oposição de terceiros, será o pedido submetido a novo exame.

-- Art. 31. Do despacho que conceder, ou denegar, a patente de desenho ou modelo industrial, caberá recurso dentro do prazo de sessenta dias.

-- Art. 32, parágrafo único. Tratando-se de processo em grau de recurso, a modificação prevista neste artigo somente será realizada mediante a apresentação de novo pedido. Ficará, nesse caso, ressalvada a prioridade, desde que o depósito de novo pedido se efetue dentro do prazo improrrogável de noventa dias, contados da data da publicação do despacho ratificativo.

-- Art. 74. As invenções de caráter sigiloso serão guardadas no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, em cofre forte, enviando-se cópias delas, ou a terceira via de que trata o artigo 17, § 3.º, alínea a, ao Estado Maior do Ministério a que interessar.

-- Art. 77, n.º 1: as de invenção e modelo de utilidade, se não forem pagas as anuidades nos prazos legais, ressalvado o

caso de restauração previsto no art. 206.

— Art. 81, parágrafo único. Se o pronunciamiento do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial fôr pelo cancelamento da patente, será o processo encaminhado *ex-officio* para decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. No caso contrário, será, desde logo, arquivado o pedido de cancelamento.

— Art. 83, n.º 4: se houver o autor, no relatório descritivo do invento, desatendido às prescrições do art. 17, § 2.º, alínea b.

— Art. 87. As ações de nulidade de patente serão processadas e julgadas segundo o domicílio do réu, no Distrito Federal, nos Territórios Federais e nas Capitais dos Estados, pelo juiz competente para conhecer dos feitos da Fazenda Pública, em que seja interessada a União Federal, com recurso para o Supremo Tribunal Federal.

— Art. 93, parágrafo único. Os nomes e as denominações necessárias, usuais ou vulgares, as letras, os algarismos ou números e, bem assim, os sinais, figuras ou símbolos de uso comum são inapropriáveis, desde que tenham relação com os produtos ou artigos a distinguir, e somente poderão ser registrados como marca, quando revestirem suficiente forma distintiva.

— Art. 133. Esgotados os prazos de recursos, e destes não se tendo valido qualquer interessado, dar-se-á por findo o processo administrativo, sendo expedidos os atos complementares e definitivos do registro.

— Art. 157. As ações de nulidade de registro serão processadas e julgadas segundo o domicílio do réu, no Distrito Federal, nos Territórios Federais e nas Capitais dos Estados, pelo juiz

competente para conhecer dos feitos da Fazenda Pública, em que seja interessada a União Federal, com recurso para o Supremo Tribunal Federal, e terão curso ordinário, podendo qualquer delas ser cumulada com a de indenização.

— Art. 183. A infração de privilégio que tenha por objeto a invenção de novos meios ou processos ou aplicação nova de meios ou processos conhecidos será verificada por meio de vistoria, podendo o juiz ordenar a apreensão dos objetos ou produtos obtidos pelo contrafator, com o emprego do meio ou processo privilegiado.

— Art. 191. Todos os prazos, quer de oposição e recursos, quer de exigências e notificações, quer outros consignados neste Código contam-se a partir da data da publicação de que trata o artigo anterior. Sempre, porém, que se vencerem aos sábados, serão os prazos prorrogados até o primeiro dia útil.

— Art. 192. Quando não estiver previsto prazo para o cumprimento de exigência ou pagamento de taxa, fica estabelecido o de noventa dias, sob pena de serem os processos arquivados.

— Art. 214. A pessoa domiciliada no estrangeiro, para depositar marca ou patente, deverá, desde logo, constituir procurador hábil, domiciliado no país, que a represente perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. O mandato, que poderá conter poderes para receber primeiras citações, será arquivado no Departamento, na forma do disposto no artigo precedente.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor simultaneamente com o de n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945, do qual é parte integrante.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

DECRETO-LEI N.º 8.482, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Geral de Iluminação (I. G. I.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Iluminação e Gás (D. N. I. G.), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 186 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Inspetoria Geral de Iluminação (I. G. I.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas (M. V. O. P.), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, passa a denominar-se Departamento Nacional de Iluminação e Gás (D. N. I. G.) e tem por finalidade promover, orientar e instruir tôdas as questões relativas à iluminação, pública e particular, produção e distribuição do gás combustível.

Art. 2.º Para cumprimento das atribuições definidas no artigo anterior o D. N. I. G. compõe-se de:

a) Divisão de Iluminação Pública (D. I. P.) subdividida em:

Seção de Serviços de Fiscalização e Informações (S. F. I.)

Seção de Projetos (S. P.);

b) Divisão de Instalações Elétricas (D. I. E.) subdividida em:

Seção de Instalações Elétricas Particulares (S. I. E. P.)

Seção de Aferição de Medidores (S. A. M.);

c) Divisão de Gás (D. G.) subdividida em:

Seção de Instalações Particulares (S. I. P.)

Seção de Aferição de Medidores (S. A. M.);

d) Divisão de Laboratório Central (D. L. C.)

e) Serviço de Administração (S. A.) subdividido em:

Seção de Expediente (S. E.)

Seção de Pessoal (S. P.)

Seção de Material (S. M.)

Seção de Comunicações (S. C.)

Arquivo (A.)

Biblioteca (B.)

Portaria (P.)

Art. 3.º Fica transformado em Diretor Geral (D. N. I. G.), padrão R, o atual cargo isolado, de provimento em comissão, de Inspetor Geral (I. G. I.), do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º Ficam criados, no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

1 — Diretor de Divisão (D. N. I. G. — D. I. P.) padrão P.

1 — Diretor de Divisão (D. N. I. G. — D. I. E.), padrão P.

1 — Diretor de Divisão (D. N. I. G. — D. G.), padrão P.

1 — Diretor de Divisão (D. N. I. G. — D. L. C.), padrão P.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe do Serviço de Administração, com Cr\$ 10.800,00 anuais.

1 — Chefe da Seção de Serviços de Fiscalização e Informações, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Projetos, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Instalações Elétricas Particulares, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Aferição de Medidores da D. I. E., com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Instalações Particulares, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Aferição de Medidores da D. G., com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Expediente, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Pessoal, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Material, com Cr\$ 5.400,00.

1 — Chefe da Seção de Comunicações, com Cr\$ 3.000,00.

1 — Chefe do Arquivo, com Cr\$... 3.000,00.

1 — Chefe da Biblioteca, com Cr\$ 3.000,00.

1 — Chefe da Portaria, com Cr\$... 3.000,00.

1 — Secretário do Diretor Geral, com Cr\$ 5.400,00.

Art. 6.º Ficam suprimidas, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe de Seção Regional do Pessoal, com Cr\$ 3.000,00.

1 — Secretário do Inspetor Geral, com Cr\$ 4.200,00.

1 — Chefe de Portaria, com Cr\$... 3.000,00.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.483 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Transforma a função de Assistente Jurídico, referência XXI, da T.N.M. da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas no cargo isolado de Assistente Jurídico — D. N. O. C. S., padrão L, do Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada no cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Jurídico — D. N. O. C. S., padrão L, do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas a atual função de Assistente Jurídico, referência XXI, da Tabela Numérica de Mensalista da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Art. 2.º Para atender, no exercício de 1946, à despesa decorrente do cargo ora criado, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos cruzeiros).

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.

DECRETO-LEI N.º 8.484 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, as carreiras de Agrônomo D. N. O. C. S. e Biologista — D. N. O. C. S. e o cargo, isolado, de Hidrologista — D. N. O. C. S., padrão L, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Agrônomo D. N. O. C. S., composta dos seguintes cargos:

2 da classe M

3 da classe L

5 da classe K

Art. 2.º Ao primeiro provimento desses cargos, poderão concorrer apenas os agrônomos legalmente habilitados, que estejam servindo, ou hajam servido, pelo tempo mínimo de 5 (cinco) anos, na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, quer como extranumerário, quer como pessoal para obras.

Art. 3.º Fica igualmente criada, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Biologista — D. N. O. C. S., composta dos seguintes cargos:

1 da classe M

2 da classe L

2 da classe K

Art. 4.º Ao primeiro provimento dêsses cargos poderão concorrer apenas os médicos, veterinários e agrônomos, legalmente habilitados e que estejam servindo, ou hajam servido, pelo tempo mínimo de 5 (cinco) anos, na Comissão de Piscicultura da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Art. 5.º Fica ainda criado, no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, o cargo isolado, de provimento efetivo, de Hidrologista D. N. O. C. S., padrão L.

Art. 6.º Ao seu primeiro provimento, poderão concorrer apenas os que, na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, tenham exercido, ou estejam exercendo, como extranumerário, funções equivalentes às desse cargo.

Art. 7.º Para preenchimento dos cargos de carreira e do cargo isolado, ora criados, deverão realizar-se concursos de títulos, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com instruções a serem baixadas pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 8.º Os títulos sobre os quais versarão os concursos serão os seguintes, dando-se preferência aos concorrentes que, na data deste Decreto-lei, estiverem servindo na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas:

— exercício de funções de chefia ou de direção na referida Inspetoria;

— tempo de efetivo exercício, excedente de 5 (cinco) anos, nos trabalhos da mesma Inspetoria; e

— importância dos serviços realizados e das responsabilidades assumidas pelos concorrentes.

Parágrafo único. A título subsidiário, poderão ser também apreciadas outras credenciais de que os concorrentes possam fazer prova.

Art. 9.º Para atender, no exercício de 1946, à despesa correspondente aos cargos criados pelo presente Decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros).

Art. 10. O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.485 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, no Quadro I — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Engenheiro — I. F. O. S., que passa a denominar-se Engenheiro — D. N. O. C. S., e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Engenheiro — I. F. O. S., do Quadro I — Parte Permanente do Ministério de Viação e Obras Públicas, a qual passa a denominar-se carreira de Engenheiro — D. N. O. C. S.

Art. 2.º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, será efetuado, de conformidade com instruções a serem baixadas pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, um concurso de títulos para o provimento inicial dos seguintes cargos da referida carreira de Engenheiro — D. N. O. C. S.

- 2 da classe "N".
- 4 da classe "M".
- 8 da classe "L".
- 11 da classe "K".

Art. 3.º A esses cargos, poderão concorrer os engenheiros civis, ou legalmente habilitados para o exercício de funções correspondentes, de acordo com o Decreto n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e que estejam

servindo, ou hajam servido, pelo mínimo de 5 (cinco) anos, na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, quer como funcionários ou extranumerários, quer no pessoal de obras.

Art. 4.º Os títulos sobre os quais versará o concurso são os seguintes, dando-se preferência aos concorrentes que, na data da publicação deste Decreto-lei, estiverem servindo na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas:

- exercício de funções de chefia ou de direção na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas;

- tempo de efetivo exercício, excedente de 5 (cinco) anos, nos trabalhos de defesa contra as secas, com prioridade para o exercício no Nordeste;

- importância dos serviços executados e das responsabilida-

des assumidas pelos concorrentes.

Parágrafo único. A título subsidiário, poderão ser também apreciadas outras credenciais de que os concorrentes possam fazer prova.

Art. 5.º Para atender, no exercício de 1946, à despesa correspondente aos cargos ora criados, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$.. 597.600,00 (quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 6.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO I — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos		Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos		Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Engenheiro</i> <i>I.F.O.S.</i>						<i>Engenheiro</i> <i>D.N.O.C.S.</i>				
2	N	—	—	Q.P.	8	N	—	6	
4	M	—	—	Q.P.	10	M	—	6	
6	L	—	—	Q.P.	12	L	—	6	
8	K	—	4	Q.P.	14	K	—	10	
10	J	—	7	Q.P.	—	J	3	—	
30						44			3		

DECRETO-LEI N.º 8.486 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D. N. O. C. S.).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D. N. O. C. S.), com sede na Capital Federal, e tem por finalidade a realização de todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 175, de 7 de janeiro de 1936, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação.

Art. 2.º — Para cumprimento dos encargos que lhe estão atribuídos no art. precedente, o D. N. O. C. S., compõe-se de:

- 1 Divisão Técnica (D. T.) subdividida em:
 - Seção de Estudos e Projetos (S. E. P.)
 - Seção de Obras e Equipamentos (S. O. E.).
 - Seção de Conservação, Exploração e Patrimônio (S. C. E. P.).
- 1 Serviço de Administração (S. A.) subdividido em:
 - Seção de Comunicações (S. C.).
 - Seção do Pessoal (S. R. P.-8).
 - Seção de Material (S. M.).
 - Seção de Orçamento (S. O.).
- 1 Serviço de Documentação (S. D.).
- 4 Distritos (D.).
 - 1 Serviço de Estudos (S. E.).
 - 1 Serviço Agro-Industrial (S. A. I.).
 - 1 Serviço de Piscicultura (S. P.).

Art. 3.º — Além desses órgãos permanentes, o Diretor Geral do D. N. O. C. S. poderá constituir comissões de estudos e de obras, ou de estudos e obras, com sedes e fins definidos em cada caso especial.

Art. 4.º — O Primeiro Distrito abrange os Estados do Ceará e do

Piauí; o Segundo Distrito, os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte; o Terceiro Distrito, os Estados de Pernambuco e Alagoas e o Quarto Distrito, os Estados da Bahia e de Sergipe.

§ 1.º — A sede do Primeiro Distrito será a cidade de Fortaleza; a do Segundo, a de João Pessoa; a do Terceiro, a de Arcoverde e a do Quarto Distrito, a de Salvador.

§ 2.º — As sedes dos Distritos poderão ser provisoriamente transferidas, para outras localidades, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, mediante proposta do Diretor Geral do D. N. O. C. S.

Art. 5.º — As sedes dos Serviços de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura serão fixadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas mediante proposta do diretor geral do D. N. O. C. S.

Art. 6.º — Fica transformado no cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de provimento em comissão, o atual, de Inspetor de Obras Contra as Secas.

Art. 7.º — Ficam transformados em cargos de Chefe de Distrito do D. N. O. C. S., de provimento em comissão, padrão P, os atuais, de Chefe de Distrito da I. F. O. C. S., padrão O.

Art. 8.º — Fica transformado em função gratificada de Chefe de Seção de Estudos e Projetos (S. E. P.) a atual função gratificada de Chefe da Seção Técnica, com Cr\$ 7.800,00 anuais.

Art. 9.º — As atuais funções gratificadas de Secretário e de Chefe de Portaria da I. F. O. C. S. ficam transformadas nas de Secretário do Diretor Geral e Chefe de Portaria do D. N. O. C. S., respectivamente com Cr\$ 5.400,00 e Cr\$ 3.600,00 anuais; ambas deverão ser exercidas por funcionários designados pelo Diretor Geral. A gratificação de função do Chefe da Seção do Pessoal fica elevada para Cr\$ 5.400,00 anuais.

Art. 10 — Ficam criados no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas os seguintes cargos de provimento em comissão: 1 Diretor da Divisão Técnica, padrão P. 2 Chefes de Distrito, padrão O.

1 Chefe do Serviço de Estudos, padrão O.

1 Chefe do Serviço Agro-Industrial, padrão P.

1 Chefe do Serviço de Piscicultura, padrão O.

Art. 11 — Ficam criadas, no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas as seguintes funções gratificadas:

1 de Chefe do Serviço de Administração com Cr\$ 9.600,00 anuais.

1 de Chefe de Serviço de Documentação, com Cr\$ 5.400,00.

1 Chefe da Seção de Obras e Equipamentos, com Cr\$ 7.800,00 anuais.

1 Chefe da Seção de Conservação, Exploração e Patrimônio, com Cr\$ 7.800,00 anuais.

1 de Chefe da Seção de Comunicações, com Cr\$ 4.800,00 anuais.

1 de Chefe da Seção do Material, com Cr\$ 5.400,00 anuais.

1 de Chefe da Seção de Orçamento, com Cr\$ 5.400,00 anuais.

1 de Secretário do Diretor da Divisão Técnica, com Cr\$ 4.200,00 anuais.

1 de Secretário do Chefe do Serviço de Administração, com Cr\$ 4.200,00 anuais.

9 de Ajudante de Chefe do Distrito e de Serviço (de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura) com Cr\$ 7.000,00 anuais.

2 de Chefes de Secretaria de Distrito, com Cr\$ 5.400,00 anuais.

5 de Chefes de Secretaria de Distrito e de Serviço (de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura) com Cr\$ 4.200,00 anuais.

2 de Chefe de Contabilidade do Distrito, com Cr\$ 5.400,00 anuais.

5 de Chefe de Contabilidade de Distrito e de Serviço (de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura) com Cr\$ 3.600,00 anuais.

Art. 12 — Fica suprimida a função gratificada de Chefe da Seção de Estatística, Contabilidade e Material, de Cr\$ 7.800,00 anuais.

Art. 13 — Para atender à despesa com a execução deste decreto-lei no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 483.600,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 14 — O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.487 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 159 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Oficial Administrativo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos será feito com os recursos da conta corrente do Quadro, independentemente as promoções, no primeiro provimento de prazos regulamentares.

Art. 3.º Fica transferida da Verba I — Pessoal — consignação II — Pessoal Extranumerário — 05 — Mensalistas — 04 — Departamento de Administração — 08 — Divisão do Pessoal — do anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1945, para a mesma Verba — Consignação I — Pessoal Permanente — Subconsignação 01 — Pessoal Permanente — 31 — Quadro I — e mesmo anexo, a importância de Cr\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos cruzeiros).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

QUADRO I — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
	<i>Oficial admi- nistrativo</i>						<i>Oficial admi- nistrativo</i>				
20	L	—	—	I	35	L	—	15	I
28	K	—	—	—	40	K	—	12	—
38	J	—	—	—	45	J	—	7	—
43	I	—	—	—	50	I	—	2	—
58	H	—	—	—	55	H	3	—	—
192						225			3	36	

**DECRETO-LEI N.º 8.488 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Prorroga o prazo de vigência dos depósitos bancários, fixado pelo artigo 6.º do regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho, aprovado de Decreto n.º 18.802, de 5 de junho de 1945, estabelece a elevação gradual das reservas das sociedades e instituições que operam em seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1948 o prazo de vigência dos depósitos bancários a que se refere o art. 6.º do regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 18.809, de 5 de junho de 1945.

§ 1.º Durante o transcurso do período de prorrogação, vigoram, respeitadas no que couber, as prescrições da legislação progressiva, ficando, entretanto, revogado o Decreto-lei número 3.010, de 31 de janeiro de 1941.

§ 2.º Aos empregados que em 10 de novembro de 1944 possuíam fiança bancária é facultado, a partir de 1 de janeiro de 1946, a realização do depósito bancário na forma do disposto no art. 1.º

Art. 2.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Serviço Atuarial, poderá conceder às instituições de previdência social que estiverem operando em seguro de acidentes do trabalho autorização para executarem esse seguro, com referência a:

- a) pessoal de obras da União, Estados, Território e Municípios, onde houver;
- b) empregados das autarquias;
- c) empregados das sociedades de economia mista;
- d) empregados das empresas concessionárias de serviços públicos;
- e) presidiários.

Art. 3.º Fica o diretor do Serviço Atuarial autorizado a fixar, para os exercícios financeiros de 1945 e 1946,

normas especiais de cálculo das reservas de riscos não expirados e de acidentes não liquidados, para as sociedades e instituições que operam em seguro de acidentes do trabalho.

Parágrafo único. Estas normas especiais destinar-se-ão a promover uma elevação gradual das reservas, de forma que seja dado cumprimento, no encerramento do exercício de 1947, aos artigos 26 e 27 do regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 18.809, de 5 de junho de 1945.

Art. 4.º As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei serão resolvidas pelo diretor do Serviço Atuarial.

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

**DECRETO-LEI N.º 8.489 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos", na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no vigente orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944, alterado pelo de número 7.635, de 12 de junho de 1945), na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização

01 — Estudos e projetos

33 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

a) Estudos e serviços preliminares destinados à elaboração de projetos e obras definitivas, visando o saneamento da Baixada Paranaense, nos municípios de Paranaguá, Antonina e Morretes

Cr\$

Suprimida a dotação de 1.000.000,00 (Redução: Cr\$ 1.000.000,00).

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização: instalações, aparelhamento e equipamento

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização

33 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

d) Prosseguimento das obras de saneamento no Estado do Rio Grande do Sul

Cr\$

Passa de 29.214.219,00

Para 26.214.219,00

(Redução: Cr\$ 3.000.000,00).

g) Prosseguimento das obras de saneamento da Baixada Fluminense, inclusive construção de pontes sobre a estrada Magé-Niterói

Cr\$

Passa de 31.900.000,00

Para 35.900.000,00

(Aumento: Cr\$ 4.000.000,00).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Maurício Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.490 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945

Suprime o Quadro Suplementar do D. A. S. P., e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição;

Considerando que o atual Quadro Suplementar do Departamento Administrativo do Serviço Público é constituído somente pela carreira de Técnico de Administração, cujos ocupantes foram todos nomeados em virtude de concurso de provas;

Considerando que existe, no Quadro Permanente do mesmo Departamento, idêntica carreira, com um só cargo provido até a presente data;

Considerando que também existem, no referido Quadro Permanente, as carreiras auxiliares de Técnico de Pessoal, Técnico de Orçamento, Técnico de Organização e Técnico de Seleção, cuja manutenção tem a prática do serviço revelado ser desnecessária;

Considerando que a fusão de carreiras de Quadros Suplementar e Permanente tem sido adotada, com reais vantagens, em casos semelhantes;

Considerando, ainda, a oportunidade dessa providência, em face da recente reorganização daquele Departamento; e

Considerando, por outro lado, que as atividades do citado Departamento, relativas a material, passaram, por força da mesma reorganização, para o Ministério da Fazenda;

Decreta:

Art. 1.º Fica suprimido o Quadro Suplementar (Q. S.) do Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), instituído pelo Decreto-lei n.º 6.346, de 15 de março de 1944.

Art. 2.º Fica alterada a atual carreira de Técnico de Administração, do Quadro Permanente (Q. P.) do D. A. S. P., para o efeito de, na forma da tabela anexa, à mesma serem incorporadas as carreiras de Técnico de Pessoal, Técnico de Orçamento, Técnico de Organização e Técnico de Seleção, todas do citado Quadro, bem como a de Técnico de Administração, do Q. S.

Parágrafo único — Os decretos do último provimento, dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo, serão apostilados pelo Diretor do Serviço de Administração do D.A.S.P.

Art. 3.º — Não dependerá de prazos e de fases regulamentares a pri-

meira promoção dos funcionários efetivos aos cargos vagos, constantes da tabela a que se refere o art. 2.º.

Art. 4.º — Feitas as promoções, na forma do artigo anterior, serão providas simultaneamente, conforme a classificação obtida no concurso a realizar-se de acôrdo com a legislação vigente, as vagas que existirem nas classes I, J e K.

Art. 5.º — Os cargos vagos serão providos com as dotações correspondentes aos cargos suprimidos, na conformidade da tabela anexa, e com as provenientes dos saldos existentes na conta-corrente.

Art. 6.º — Fica transferida, do Q. P. do D. A. S. P., para o Q. P. do Ministério da Fazenda, a carreira de Técnico de Material, na forma da tabela anexa.

Parágrafo único — Os decretos de provimento dos funcionários atingidos pelo disposto neste artigo serão apostilados pelo Diretor do Serviço do Pessoal do mencionado Ministério.

Art. 7.º — Todos os cargos vagos da carreira de Técnico de Material serão providos simultaneamente, de acôrdo com a classificação obtida no concurso a realizar-se.

Art. 8.º — O Ministério da Fazenda deverá propor, dentro do prazo de 30 dias, as necessárias alterações na sua lotação, para o fim de distribuição dos cargos da carreira de Técnico de Material.

Art. 9.º — A despesa imediata decorrente do disposto no art. 6.º, será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 10 — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.491 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento de gratificação de representação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de doze mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00) para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação de representação de setenta e cinco dólares (US\$ 75,00) mensais, no período de oito meses, concedida ao assistente de ensino, referência XIX, José da Cruz Paixão, que obteve autorização para se afastar do país com destino aos Estados Unidos da América, em gozo de uma bolsa de estudos.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Theodureto de Camargo.
J. Pires do Rio.*

**DECRETO-LEI N.º 8.492 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre as eleições de Governador e Assembléia Legislativa dos Estados.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que a data de 6 de maio de 1946 para as eleições de governadores e assembleias legislativas nos Estados foi marcada no pressuposto de que não se iria promulgar uma constituição nova, senão apenas emendar a de 10 de novembro de 1937;

Considerando a incoerência de se realizarem eleições para órgãos de

poder sobre cuja subsistência ainda vai pronunciar-se o congresso constituinte;

Considerando, por fim, que, embora revogado a 1 de novembro deste ano, já o Decreto n.º 8.063, de 10 de outubro de 1945, antecederá para 2 de dezembro aquela eleição,

Decreta:

Art. 1.º Ficam marcadas para 30 dias depois de promulgada a Constituição pelo Congresso Nacional, eleito a 2 de dezembro último, as eleições de governador e assembleia legislativa dos Estados, se o contrário não determinar o mesmo Congresso Nacional.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

**DECRETO-LEI N.º 8.493 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Dispõe sobre a concessão de empréstimos de emergência a estabelecimentos bancários.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Caixa de Mobilização Bancária autorizada a conceder empréstimo a estabelecimentos bancários, por prazo não superior a um (1) ano e a juros mínimos de seis por cento (6%) ao ano, mediante garantias que, a juízo da mesma Caixa, assegurem a normal liquidação no prazo fixado.

Art. 2.º Os empréstimos de emergência de que trata o artigo anterior somente serão concedidos para atender a retiradas comprovadas de depósitos.

Art. 3.º A autorização, de caráter excepcional, concedida por este Decreto-lei, vigorará somente pelo prazo de seis (6) meses.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.494 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Modifica disposições sobre a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 8.º da Lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, modificado pelo art. 1.º do Decreto-lei número 6.634, de 27 de junho de 1944, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º O limite de redesconto dos Bancos na Carteira de Redescontos, será fixado pelo Conselho dessa Carteira, não podendo exceder para cada um, a soma do seu capital e fundos de reserva, realizados no país.”

Art. 2.º É revogado o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.634, de 27 de junho de 1944, que tornava privativas da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. as operações de redescontos, não podendo, porém, a soma das operações de redescontos de cada Banco exceder ao limite máximo de que trata o art. 1.º deste Decreto-lei.

§ 1.º Cabe aos Bancos que apresentarem os títulos para redesconto a responsabilidade pela inobservância do limite máximo.

§ 2.º Os Bancos quando redescontarem títulos de outros Bancos comunicarão imediatamente o montante dos mesmos à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A.

Art. 3.º Não são redescontáveis pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. os títulos redescontados por um Banco a outro Banco.

Art. 4.º Não serão admitidos a redescontos, na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., títulos de valor inferior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00).

Art. 5.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945. 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.495 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Transfere à Superintendência da Moeda e do Crédito as atribuições de que trata o Decreto-lei número 6.419, de 13 de abril de 1944, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam à competência da Superintendência da Moeda e do Crédito as atribuições conferidas à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária pelos arts. 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do Decreto-lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944, alterado pelo Decreto-lei n.º 6.541, de 29 de maio de 1944.

Parágrafo único. A Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária volta a denominar-se Caixa de Mobilização Bancária.

Art. 2.º Os modelos de balanços e balancetes, a serem usados pelos bancos e casas bancárias, para fins de publicação estatística serão aprovados pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 3.º A inspeção dos estabelecimentos bancários far-se-á através de documentos e informações requisitados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, em impressos próprios por ela fornecidos, sendo-lhe facultado sempre que julgar necessário, efetivar a inspeção direta de qualquer estabelecimento bancário.

§ 1.º Os documentos e informações que venham a ser fornecidos pelos estabelecimentos bancários, serão tratados em caráter estritamente confidencial.

§ 2.º Verificada qualquer irregularidade, será ela comunicada ao estabelecimento bancário, implicando a inobservância das recomendações que forem feitas nas sanções legais, salvo justificação aceita pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 4.º A autorização para funcionamento, abertura de filiais ou agências de estabelecimentos bancários, ficará condicionada não só aos limites de capital vigentes, como, também, às conveniências de ordem geral, apreciadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 5.º Além do caso previsto no art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944, poderá a Superintendência da Moeda e do Crédito intervir na administração dos estabelecimentos bancários:

a) por solicitação dos administradores do estabelecimento, com indicação das causas do pedido, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal em que incorrerem os mesmos administradores, pela indicação falsa ou dolosa;

b) por iniciativa própria, quando ocorrer qualquer dos fatos mencionados nos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 6.º A Superintendência da Moeda e do Crédito, em vista do que fôr apurado por seu delegado, poderá determinar:

a) a cessação ou a permanência da intervenção, até serem eliminadas as irregularidades que lhe deram causa;

b) a entrega da direção a novos administradores, designados pela forma legal cabível na espécie;

c) a liquidação do estabelecimento;

d) qualquer outra medida legal aplicável ao caso.

Art. 7.º Na hipótese de ser determinada a liquidação extra-judicial, a Superintendência da Moeda e do Crédito poderá nomear, livremente, um delegado para acompanhá-la, com direito de veto a qualquer deliberação do liquidante, submetendo o caso à Superintendência da Moeda e do Crédito para decisão.

Parágrafo único. A liquidação poderá ser interrompida desde que os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, a juízo da Superintendência da Moeda e do Crédito, tomem a si o prosseguimento das atividades normais do estabelecimento.

Art. 8.º Os depósitos bancários chamados "populares", cujo limite não exceda de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), gozam do privilégio geral a que se refere o art. 102, § 3.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 9.º As rendas líquidas que a Superintendência da Moeda e do Crédito auferir serão creditadas a uma conta especial, para futuro rateio entre os estabelecimentos bancários, na proporção dos recolhimentos feitos e do prazo de duração dos depósitos, destinando-se ao oportuno pagamento das entradas para formação do capital do Banco Central, a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.

Art. 10. A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá empregar até trinta por cento (30 %) dos de-

pósitos à sua ordem em suprimentos à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. ou à Caixa de Mobilização Bancária, para suas operações com os estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Esses suprimentos vencerão o mesmo juro que aquêles Departamentos abonarem ao Tesouro Nacional sobre os recursos por êste fornecidos para suas operações.

Art. 11. O art. 10 do Decreto número 21.499, de 9 de junho de 1932, passa a ter a seguinte redação:

"Todos os estabelecimentos bancários estabelecidos no país ficam obrigados a manter em Caixa numerário correspondente a dez (10) e quinze (15) por cento, respectivamente, do total de seus depósitos a prazo e à vista, considerando-se à vista os de retiradas livres e aquêles cujas retiradas sejam sujeitas a aviso prévio inferior a noventa (90) dias."

Art. 12. Para os efeitos do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, são considerados depósitos a prazo aquêles cujas retiradas forem sujeitas a aviso prévio de noventa (90) dias ou mais.

Art. 13. São Considerados como numerário em Caixa, para os efeitos do art. 11 dêste Decreto-lei, os depósitos a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.

Art. 14. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.496, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Orçamento Geral da República para o exercício de 1946

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º. Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1946, o Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, discriminados pelos Anexos de ns. 1 a 22, integrantes dêste decreto-lei, sendo a Receita estimada de dez bilhões, dez milhões, cento e quarenta e oito mil cruzeiros (Cr\$ 10.010.148.000,00) e a Despesa fixada em nove bilhões, duzentos e oitenta e um milhões; setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 9.281.789.768,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação respectiva e das especificações do Anexo n.º 1, sob os seguintes grupos:

RENDA ORDINÁRIA

	Cr\$	Cr\$
I — Rendas Tributárias	8.205.050.000,00	
II — Rendas Patrimoniais	141.000.000,00	
III — Rendas Industriais	438.309.000,00	
IV — Diversas Rendas	384.876.000,00	9.169.235.000,00

RENDA EXTRAORDINÁRIA 840.913.000,00

TOTAL DA RECEITA 10.010.148.000,00

Art. 3.º. A Despesa, na forma dos Anexos de ns. 2 a 22, será realizada com a satisfação dos encargos da União e com o custeio e a manutenção dos serviços públicos, sob a seguinte distribuição:

	Cr\$
Anexo n.º 2 — Presidência da República	2.846.200,00
Anexo n.º 3 — Departamento Administrativo do Serviço Público	16.585.500,00
Anexo n.º 4. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	25.137.600,00
Anexo n.º 5 — Conselho Federal de Comércio Exterior	1.860.790,00
Anexo n.º 6 — Conselho de Imigração e Colonização ..	1.512.910,00
Anexo n.º 7 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	1.568.200,00
Anexo n.º 8 — Conselho Nacional do Petróleo	50.021.000,00
Anexo n.º 9 — Conselho de Segurança Nacional	514.640,00
Anexo n.º 10 — Coordenação da Mobilização Econômica	6.876.500,00
Anexo n.º 11 — Comissão Central de Requisições	340.300,00
Anexo n.º 12 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	2.651.880,00
Anexo n.º 13 — Ministério da Aeronáutica	875.091.328,00
Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura	354.010.744,00
Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde	638.026.714,00
Anexo n.º 16 — Ministério da Fazenda	2.813.145.452,00
Anexo n.º 17 — Ministério da Guerra	1.807.343.046,00
Anexo n.º 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	586.428.409,00
Anexo n.º 19 — Ministério da Marinha	708.839.547,00
Anexo n.º 20 — Ministério das Relações Exteriores	95.127.115,00
Anexo n.º 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	350.006.613,00
Anexo n.º 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas.	943.855.280,00
TOTAL DA DESPESA	9.281.789.768,00

Art. 4.º. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias, por antecipação de Receita, até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00).

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

*J. Pires do Rio
A. de Sampaio Doria.
Jorge Dodsworth Martins
Canrobert Pereira da Costa
P. de Leão Velloso
Mauricio Joppert da Silva
Theodoreto de Camargo
Raul Leitão da Cunha
R. Carneiro de Mendonça
Armando F. Trompowsky*

DECRETO-LEI N.º 8.497 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1946

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943,

DECRETA:

Art. 1.º A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos" no exercício de 1946 é estimada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e constituir-se-á dos recursos que forem arrecadados sob as seguintes rubricas:

1. Taxa sobre operações cambiais	300.000.000 00
2. Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação	150.000.000 00
3. Produto de cambiais provenientes do ouro remetido para o exterior	—
4. Juros das contas do Plano no Banco do Brasil ..	30.000.000 00
5. Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias de exploração comercial e industrial	50 000.000 00
6. Produto de operações de crédito	200.000.000 00
7. Saldos que forem apurados em Balanços	—
8. Eventuais	270 000.000 00

TOTAL DA RECEITACr\$ 1.000.000.000 00

Art. 2.º A Despesa do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1946, é fixada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e obedecerá a seguinte distribuição:

1. Departamento Administrativo do Serviço Público	500.000 00
2. Conselho Nacional do Petróleo	15.000 000 00
3. Ministério da Aeronáutica	90.000.000 00
4. Ministério da Agricultura	74.666.303 00
5. Ministério da Educação e Saúde	60.458.697 00
6. Ministério da Fazenda	7.000.000 00
7. Ministério da Guerra	76.000.000 00
8. Ministério da Justiça e Negócios Interiores	60.000.000 00
9. Ministério da Marinha	16.000.000 00
10. Ministério das Relações Exteriores	5.375.000 00
11. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	7 000.000 00
12. Ministério da Viação e Obras Públicas	588.000.000 00

TOTAL DA DESPESACr\$ 1.000.000.000 00

Art. 3.º Faz parte integrante deste decreto-lei a tabela que o acompanha de discriminação das despesas do "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a promover as operações de crédito que se fizerem necessárias, até o limite previsto na rubrica n.º seis (6) do artigo 1.º deste decreto-lei.

Art. 5.º. O presente decreto-lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 1946.

Art. 6.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

J. Pires do Rio

A. Sampaio Doria

Jorge Dodsworth Martins

Canrobert Pereira da Costa

P. de Leão Velloso

Mauricio Joppert da Silva

Theodorureto de Camargo

Raul Leitão da Cunha

R. Carneiro de Mendonça

Armando F. Trompowsky

DECRETO-LEI N.º 8.498 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945

Altera as carreiras de Servente e Contínuo do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma da tabela anexa, as carreiras de Servente e Contínuo do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto-Lei será atendida com os recursos da conta corrente do Quadro, devendo ser levada a seu crédito a dotação correspondente às futuras extinções dos cargos iniciais.

Art. 3.º Terão preferência para promoção à classe F da nova carreira de Contínuo:

a) em primeiro lugar, os Serventes da classe E cujo direito já esteja assegurado pelo Decreto-lei n.º 145, de 1937;

b) em segundo lugar, os Serventes da classe E que tinham, antes da lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, a denominação de Contínuo, respeitada entre eles a ordem de antiguidade na classe.

Art. 4.º Serão apostilados pelo Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, do Ministério da Viação e Obras Públicas, os decretos dos funcionários cujos cargos foram alterados por este Decreto-lei.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO I — PARTE SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de Núm.	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
10	<i>Continuo</i>	G	—	—	I-P.S.	20	<i>Continuo</i>	G	—	10	I-P.S.
6	F	—	—		30	F	—	24	
16					40	E	—	5	
	<i>Servente</i>				I-P.S.	35	D	—	—	
35	E	—	—		13	C	—	—	
35	D	—	—							
13	C	—	—							
83						138				39	

**DECRETO-LEI N.º 8.499 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Torna sem efeito o Decreto-lei número 3.510, de 16 de agosto de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem efeito o Decreto-lei n.º 3.510, de 16 de agosto de 1941, que autoriza a transferência do próprio da União "Fazenda Mato Grosso" para o patrimônio da Obra de Assistência aos Mendigos Desamparados da Cidade do Rio de Janeiro (Abrigo Cristo Redentor).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

Mauricio Joppert da Silva.

**DECRETO-LEI N.º 8.500 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Transfere para o patrimônio da Fábrica Nacional de Motores, o próprio da União denominado "Fazenda da Mato Grosso", situado no 3.º Distrito do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando que, pelo Decreto-lei n.º 215, de 18 de janeiro de 1941, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriada a favor da Fábrica Nacional de Motores, uma gleba de terra da "Fazenda Mato Grosso" e que, por ser próprio da União, não foi processada, cabendo ao Governo Federal a sua cessão;

Considerando que o restante da aludida Fazenda é necessário às obras complementares da Fábrica Nacional de Motores;

Considerando que a área total da "Fazenda Mato Grosso" já está, a título precário, ocupada com diversas obras da Fábrica Nacional de Motores e que fica limitada, na sua quase totalidade, por terras já pertencentes ao patrimônio da Fábrica Nacional de Motores,

Decreta:

Art. 1.º Fica transferida para o patrimônio da Fábrica Nacional de Motores, dando-se posse automática e imediata, ao próprio da "União" denominado "Fazenda Mato Grosso", situado no 3.º Distrito do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, com 238 alqueires geométricos mais ou menos, e com as seguintes confrontações: pelos fundos, com a Fazenda de "Petrópolis", antiga Fazenda "Imperial", por um lado, com a Fazenda da "Posse" (atual Fábrica Nacional de Motores), por outro lado, com terras de Francisco da Costa Rodrigues Júnior (desapropriadas para a Fábrica Nacional de Motores), por outro lado, com Francisco Soares da Silva Iguaçu (atual Fábrica Nacional de Motores) e, finalmente, com terras de Pedro Lago.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.
J. Pires do Rio.

**DECRETO-LEI N.º 8.501 — DE 28
DE DEZEMBRO DE 1945**

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 14.940.500,00 para despesas com a Fábrica Nacional de Motores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de catorze milhões, no-

vecentos e quarenta mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 14.940.500,00), para atender às despesas (obras, desapropriações e aquisição de imóveis e equipamentos) com o prosseguimento da construção, instalações e operação da Fábrica Nacional de Motores, sendo:

	Cr\$
Para pessoal (inclusive abono)	5.537.500,00
Para obras, desapropriações, materiais, equipamentos e operação da Fábrica etc.	9.403.000,00
	<hr/> 14.940.500,00 <hr/>

Parágrafo único. As parcelas do crédito indicado neste artigo serão automaticamente distribuídas: a primeira, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; e a segunda, ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.502 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para reparação dos danos causados à cidade de Petrópolis pela enchente de março do corrente ano.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), para fazer face às despesas (obras, desapropriações e aquisição de imóveis) com

os serviços de reparação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dos danos causados à cidade de Petrópolis pela enchente de março do corrente ano.

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 36.834,50, para classificação de despesa.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de trinta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 36.834,50), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para classificação da despesa (Material) decorrente do arrendamento, no período de 1 de janeiro a 27 de junho de 1945, do imóvel denominado "Cabanana Cinco Cruzes", sito no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, ocupado pela Divisão de Fomento da Produção Animal, do mesmo Ministério, bem assim da resultante dos emolumentos relativos à escritura de compra e venda do citado imóvel, adquirido pela União Federal ao Banco do Brasil S. A.

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.504, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 76.800,00 para pagamento de serviços de asseio e higiene, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de setenta e seis mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 76.800,00), para atender às despesas (Material) com o pagamento dos serviços de asseio e higiene, eletuados durante o primeiro (1.º) semestre do corrente ano, em dois (2) edifícios do mesmo Ministério.

Parágrafo único — O crédito de que trata este artigo será distribuído à Tesouraria do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — Fica sem aplicação a parcela de setenta e seis mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 76.800,00) na dotação de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) atribuída àquele Ministério, no Orçamento Geral da República para o corrente exercício, na Verba 2 — Material — Consignação III — Diversas Despesas, subconsignação 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção etc., 04 — Departamento de Administração, 03 — Divisão do Material.

Art. 3.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.505, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 369.099,90, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de trezentos e sessenta e nove mil e noventa e nove cruzeiros e noventa centavos (Cr\$.. 369.099,90), em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação II — Material de Consumo

S/c n.º 21 — Forragem e outros alimentos para animais.

Cr\$

30 — Polícia Militar do Distrito Federal 369.099,90

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.506 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria três cargos de Ajudante de Tesoureiro na Alfândega do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda (Alfândega do Rio de Janeiro),

três cargos isolados de provimento efetivo, padrão I, de Ajudante de Tesoureiro.

Art. 2.º — Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n.º 01 — Pessoal Permanente 4.500,00

Art. 3.º—O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.507 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria uma segunda coletoria federal no município de Teresina, no Estado do Piauí, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma segunda coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Teresina, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A coletoria atualmente existente no município de Teresina passará a denominar-se “primeira” da cidade, cabendo à segunda coletoria a zona sul, delimitadas ditas zonas pela linha que atravessa a cidade no sentido este-oeste pelo centro da Rua Senador Teodoro Pacheco.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de “Coletor — classe C” e um (1) cargo de “Escrivão — classe B”.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de três mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 3.400,00) em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei número 7.191, de 23 de dezembro de 1944, como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	1.200,00
S/c. n.º 02 — Percentagens	2.200,00
	<hr/>
	3.400,00

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.508, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam criados, - Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, um (1) cargo isolado, de provimento efetivo, de Adjunto de Procurador da Fazenda Pública, padrão K, e um (1) cargo isolado, também de

provimento efetivo, de Procurador, padrão K, junto à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de quatro mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$. 4.400,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c. n.º 01 — Pessoal Permanente	4.400,00

Art. 3.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.509, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria uma Coletoria Federal no Município de Carlos Chagas, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º — Fica criada uma Coletoria para arrecadação das rendas federais no Município de Carlos Chagas, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "Coletor —

classe "C" e um (1) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º — Para atender à despesa decorrente deste Decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de três mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$. 3.400,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n.º 16 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n.º 01 — Pessoal Per-	Cr\$
manente	1.200,00
S/c n.º 02 — Percentagens	2.200,00
	<hr/>
	3.400,00

Art. 4.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.510, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 2.384.000,00, às verbas que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de dois milhões trezentos e oitenta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 2.384.000,00), em reforço das Verbas 2 — Material e 3 — Serviços e Encargos, ao anexo n.º 22, do Orça-

mento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), alterado pelo Decreto-lei número 8.277, de 4 de dezembro de 1945, como se segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de consumo

	Cr\$
S/c n.º 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalação, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas, artigos de iluminação.	
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.	
08 — Estrada de Ferro Goiás	1.974.000,00

Consignação III — Diversas despesas

S/c n.º 29 — Acondicionamento e embalagem; gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias, transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.	
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.	
08 — Estrada de Ferro Goiás	100.000,00
S/c n.º 41 — Passagens, Transporte de pessoal e de suas bagagens ..	50.000,00
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.	
08 — Estrada de Ferro Goiás	50.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c n.º 01 — Acidentes do trabalho.	
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.	
08 — Estrada de Ferro Goiás	80.000,00
S/c n.º 18 — Indenizações.	
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.	
08 — Estrada de Ferro Goiás	180.000,00
Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.	
Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.511 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 17 do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

S/c. n.º 27 — Outras despesas

03 — Salário-família

Cr\$

17 — Diretoria de Inten-
dência 2.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.512 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Concede aumento geral aos servidores civis, militares, reformados nativos e pensionistas, e as outras providências

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confiere o artigo 180 da Constituição decreta:

Art. 1.º Ficam elevados os padrões numéricos e alfabéticos de vencimentos dos funcionários civis da União, na conformidade das tabelas anexas I e II.

Art. 2.º Ficam elevados os vencimentos do pessoal militar da ativa do Exército da Armada e da Aeronáutica bem como da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na conformidade das tabelas anexas III, IV, V, VI e VII.

Art. 3.º Ficam elevadas as referências de salário dos extranumerários mensialistas a que se refere o Decreto n.º 17.022 de 31 de outubro de 1944, na conformidade da tabela anexa VIII.

Art. 4.º Fica concedido aos reformados, inativos, pessoal em disponibilidade e pensionistas civis e milita-

res da União, o aumento dos respectivos proventos e pensões na mesma base estabelecida no aumento concedido aos servidores civis e militares por este Decreto-lei e conforme a tabela de percentagens anexa (IX).

Parágrafo unico O aumento a que se refere este artigo vigorará a partir de 1 de janeiro de 1946.

Art. 5.º A concessão do aumento a que trata o artigo anterior independe de registro, previo do Tribunal de Contas, ficando os órgãos pagadores autorizados a efetuar imediatamente o respectivo pagamento.

Parágrafo unico Os reformados inativos e pensionistas ficam obrigados a apresentar seus títulos a repartição competente para apostila no prazo improrrogavel de noventa (90) dias a contar da vigencia deste Decreto-lei sob pena de ser suspenso o respectivo pagamento, ate que satis-
façam a exigencia

Art. 6.º O Instituto de Previdência e Assistencia dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) acrescentará aos proventos de aposentadoria dos extranumerários da União a importância do aumento fixado neste Decreto-lei e será indenizado na forma dos parágrafos seguintes

§ 1.º Semestralmente o I.P.A.S.E. remeterá a Diretoria da Despesa Pública a relação das importancias pagas em virtude do aumento.

§ 2.º A soma dessas importancias será recolhida pelo Ministerio da Fazenda ao Banco do Brasil S.A. a crédito do I.P.A.S.E., dentro de trinta (30) dias a partir do recebimento da relação

Art. 7.º As Caixas de Aposentadoria e Pensões que tiverem a seu cargo o pagamento de proventos de aposentadoria a servidores civis da União também acrescentarão, a esses proventos, a importância do aumento fixado neste Decreto-lei e serão indenizadas pelo modo previsto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.769 de 28 de outubro de 1941.

Art. 8.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.370, de 13 de dezembro de 1944.

Art. 9.º Os salários dos extranumerários contratados ficam elevados na mesma base das referencias constar

tes da tabela anexa (VIII) relativa aos extranumerários-mensalistas

§ 1.º Nos casos em que não forem iguais o salário atual de contratado e o de mensalista, o do primeiro fica equiparado ao vencimento da Tabela II a que corresponder.

§ 2.º Quando não houver equivalência atual entre o salário de contratado e o de mensalista, nem entre o salário de contratado e o vencimento de funcionário, o do primeiro fica enquadrado na referência ou padrão mais próximo, ou quando houver equidistância na referência ou padrão imediatamente superior.

Art. 10. Os salários dos extranumerários diaristas ficam aumentados, de acordo com o seguinte critério:

I — quando a diária for inferior ou igual a quarenta cruzeiros (Cr\$ 40,00) será aumentada de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) fixos;

II — quando a diária for superior a quarenta cruzeiros (Cr\$ 40,00) será aumentada de cinquenta por cento (50 %).

Art. 11. Os salários dos extranumerários tarefeiros ficam aumentados mediante elevação de cinquenta por cento (50 %) no preço unitário da tarefa.

Parágrafo único. Sempre que da elevação a que se refere este artigo resultar o aumento inferior a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) sobre o salário médio mensal, atual, o preço unitário da tarefa será aumentado até atingir aquele limite.

Art. 12. O vencimento e o salário dos servidores federais e municipais dos Territórios ficam aumentados na conformidade deste Decreto-lei e suas tabelas.

Art. 13. Os funcionários sujeitos ao regime de remuneração terão o aumento correspondente ao padrão dos cargos de que são ocupantes.

Parágrafo único. Os funcionários a que se refere este artigo continuarão a perceber apenas dois terços (2/3) do padrão de vencimentos, além das percentagens a que têm direito por lei.

Art. 15. Os vencimentos e demais vantagens devidos a funcionários civis e aos militares quando em serviço no exterior e bem assim os limites máximo e mínimo de diárias nos casos de serviço fora da sede, no país, serão regulados por lei especial.

Art. 16. As despesas resultantes deste Decreto-lei serão atendidas em 1946, pelas dotações próprias as quais serão oportunamente suplementadas.

Art. 17. Este decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1946.

Art. 18. As dúvidas suscitadas na execução deste Decreto-lei serão dirimidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*A. de Sampaio Dória.
Jorge Dodsworth Martins.
Canrobert Pereira da Costa.
P. Leão Veloso.
J. Pires do Rio.
Maurício Joppert da Silva
Teodoreto de Camargo.
Raul Leitão da Cunha.
R. Carneiro de Mendonça.
Armand. F. Trompowsky*

TABELA I QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31-XII-45

ESCALA DE PADRÕES NUMÉRICOS DE VENCIMENTOS

CLASSE OU PADRÃO	ATUAL		NOVO	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
1	450	5.400	950	11.400
2	550	6.600	1.050	12.600
3	650	7.800	1.150	13.800
4	750	9.000	1.250	15.000
5	900	10.800	1.400	16.800
6	1.000	12.000	1.500	18.000
7	1.100	13.200	1.650	19.800
8	1.200	14.400	1.800	21.600
9	1.300	15.600	1.950	23.400
10	1.400	16.800	2.100	25.200
11	1.500	18.000	2.250	27.000
12	1.600	19.200	2.400	28.800
13	1.800	21.600	2.700	32.400
14	1.900	22.800	2.850	34.200
15	2.000	24.000	3.000	36.000
16	2.100	25.200	3.150	37.800
17	2.200	26.400	3.300	39.600
18	2.300	27.600	3.450	41.400
19	2.400	28.800	3.600	43.200
20	2.600	31.200	3.900	46.800
21	2.800	33.600	4.200	50.400
22	2.900	34.800	4.350	52.200
23	3.000	36.000	4.500	54.000
24	3.200	38.400	4.800	57.600
25	3.500	42.000	5.250	63.000
26	3.800	45.600	5.700	68.400
27	4.000	48.000	6.000	72.000
28	4.100	49.200	6.150	73.800
29	4.300	51.600	6.450	77.400
30	4.700	56.400	7.050	84.600
31	5.100	61.200	7.650	91.800

TABELA II, QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

ESCALA DE PADRÕES ALFABÉTICOS DE VENCIMENTOS

CLASSE OU PADRÃO	ATUAL		NOVO	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
A	350	4.200	850	10.200
B	450	5.400	950	11.400
C	550	6.600	1.050	12.600
D	650	7.800	1.150	13.800
E	750	9.000	1.250	15.000
F	900	10.800	1.400	16.800
G	1.100	13.200	1.650	19.800
H	1.300	15.600	1.950	23.400
I	1.500	18.000	2.250	27.000
J	1.800	21.600	2.700	32.400
K	2.200	26.400	3.300	39.600
L	2.600	31.200	3.900	46.800
M	3.000	36.000	4.500	54.000
N	3.500	42.000	5.250	63.000
O	4.000	48.000	6.000	72.000
P	4.500	54.000	6.750	81.000
Q	5.100	61.200	7.500	90.000
R	5.500	66.000	8.250	99.000
S	6.000	72.000	9.000	108.000
T	6.500	78.000	9.750	117.000
U	7.000	84.000	10.500	126.000
V	7.500	90.000	11.250	135.000
X	8.000	96.000	12.000	144.000
Y	8.500	102.000	12.750	153.000
Z	9.000	108.000	13.500	162.000
Z-1	9.500	114.000	14.250	171.000
Z-2	10.000	120.000	15.000	180.000

TABELA III QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

ESCALA DE VENCIMENTOS DO PESSOAL DO EXÉRCITO

PÔSTO	ATUAL		NOVO	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
Gal. Divisão	5.800	69.600	8.700	104.400
Gal. Brigada	5.030	60.360	7.550	90.600
Coronel	4.150	49.800	6.200	74.400
Tte. Coronel	3.600	43.200	5.400	64.800
Major	3.160	37.920	4.750	57.000
Capitão	2.610	31.320	3.950	47.400
1.º Tenente	2.060	24.720	3.100	37.200
2.º Tenente	1.730	20.760	2.600	31.200
Aspirante a Oficial	1.330	16.560	2.050	24.600
Sub-Tenente	1.330	16.560	2.050	24.600
Sargento ajudante	1.000	12.000	1.500	18.000
1.º Sargento-Músico de 1.ª classe...	870	10.440	1.400	16.800
2.º Sargento-Músico de 2.ª classe...	758	9.096	1.300	15.600
3.º Sargento-Músico de 3.ª classe...	660	7.920	1.200	14.400
Músico de 4.ª classe	450	5.400	800	9.600
Cabo ou Cabo Motorista	342	4.104	700	8.400
Soldado Clarim de 1.ª classe	342	4.104	550	6.600
Soldado Clarim de 2.ª classe	314	3.768	500	6.000
Soldado Artif. ou Mot. engajado...	314	3.768	418	5.016
Soldado Engajado	296	3.552	360	4.320
Soldado Eng. Esp. e Mecânico	296	3.552	360	4.320
Soldado Clarim de 2.ª cl. Mobilizável.	284	3.408	340	4.080
Soldado Artif. Mobilizável	243	2.916	324	3.888
Soldado Esp. Mobilizável	171	2.052	228	2.736
Cadete 1.º e 2.º Ano	90	1.080	120	1.440
Cadete 3.º Ano	150	1.800	200	2.400
Soldado Artif. não Mobilizável	104	1.248	138	1.656
Soldado Conscrito Mobilizável	84	1.008	100	1.200
Alunos das Esc. Preparatórias	75	900	100	1.200
Soldado Eng. Empregado	296	3.552	360	4.320
Soldado Mob. Empregado	84	1.008	100	1.200
Soldado não Mob. Empregado	32	384	40	480
Sold. Vol. Conscr. não Mobil	32	384	40	480

TABELA IV QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31-XII-45

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA MARINHA

Pôsto	Atual		Novo	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
Vice-Almirante	5.800	69.600	8.700	104.400
Contra-Almirante	5.030	60.360	7.550	90.600
Cap. de Mar e Guerra	4.150	49.800	6.200	74.400
Cap. de Fragata	3.600	43.200	5.400	64.800
Cap. de Corveta	3.160	37.920	4.750	57.000
Cap. Tenente	2.610	31.320	3.950	47.400
1.º Tenente	2.060	24.720	3.100	37.200
2.º Tenente	1.730	20.760	2.600	31.200
Guarda-Marinha	1.380	16.560	2.050	24.600
Aspirante do últ. ano	150	1.800	200	2.400
Aspirante em geral	90	1.080	120	1.440
Sub-Oficial	1.330	16.560	2.050	24.600
1.º Sarg. ou Mús. 1.ª cl.	870	10.440	1.400	16.800
2.º Sarg. ou Mús. 2.ª cl.	753	9.036	1.300	15.600
3.º Sarg. ou Mús. 3.ª cl.	660	7.920	1.200	14.400
Cabo ou Talheiro de 1.ª geral	312	4.104	700	8.400
1.ª cl. ou T.A. 2.ª geral	310	3.720	600	7.200
2.ª cl. Sold. Naval ou T.A. 3.ª cl.	293	3.552	500	6.000
Grumetes, sorteados ou recrutados do C. F. Navais	225	2.700	300	3.600
Aprend. de marinheiro	15	180	20	240

TABELA V QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Posto	Atual		Novo	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
Marechal do Ar	—	—	—	—
Major Brigadeiro do Ar	5.800	69.600	8.700	104.400
Brigadeiro do Ar	5.030	60.360	7.550	90.600
Coronel Aviador ou Coronel	4.150	49.800	6.200	74.400
Tte. Coronel Aviador ou Tte.-Coronel	3.600	43.200	5.400	64.800
Major Aviador ou Major	3.160	37.920	4.750	57.000
Capitão Aviador ou Capitão	2.610	31.320	3.950	47.400
1.º Tenente Aviador ou 1.º Tenente	2.060	24.720	3.100	37.200
2.º Tenente Aviador ou 2.º Tenente	1.730	20.760	2.600	31.200
Aspirante a Oficial	1.380	16.560	2.050	24.600
Sub-Oficial	1.380	16.560	2.050	24.600
1.º Sargento	870	10.440	1.400	16.800
2.º Sargento	758	9.096	1.300	15.600
3.º Sargento	660	7.920	1.200	14.400
Cabo	342	4.104	700	8.400
1.º Sargento Músico Contra-Mestre	1.090	12.000	1.500	18.000
Músico de 1.ª Classe	870	10.440	1.400	16.800
Músico de 2.ª classe	758	9.096	1.300	15.600
Músico de 3.ª classe	660	7.920	1.200	14.400
Soldado C.T. Eng. (1.ª classe)	372	4.464	550	6.600
Soldado C.T. Eng. (2.ª classe)	314	3.768	500	6.000
Soldado C.T. Mob. (1.ª classe)	342	4.104	520	6.240
Soldado C.T. Mob. (2.ª classe)	284	3.408	360	4.320
Soldado de 1.ª classe	314	3.768	500	6.000
Soldado de 2.ª classe engajado	236	2.832	360	4.320
Soldado de 2.ª classe mobilizável	225	2.700	300	3.600
Soldado de 2.ª classe não mobilizável	75	900	100	1.200
Cosmeiro da classe Mór	870	10.440	1.500	18.000
Cosmeiro de 1.ª classe	730	8.760	1.200	14.400
Cosmeiro de 2.ª classe	590	7.080	900	10.800
Alfaiate da classe Mór	870	10.440	1.500	18.000
Alfaiate de 1.ª classe	730	8.760	1.200	14.400
Alfaiate de 2.ª classe	590	7.080	900	10.800
Barbeiro da classe Mór	590	7.080	1.000	12.000
Barbeiro de 1.ª classe	534	6.408	800	9.600
Barbeiro de 2.ª classe	492	5.904	1.000	12.000
Sapateiro da classe Mór	590	7.080	1.000	12.000
Sapateiro de 1.ª classe	534	6.408	800	9.600
Sapateiro de 2.ª classe	492	5.904	600	7.200
Copeiro da classe Mór	492	5.904	1.000	12.000
Copeiro Arrumadeiro de 1.ª classe	435	5.220	800	9.600
Copeiro Arrumadeiro de 2.ª classe	375	4.500	600	7.200
Cadete Curso prévio	90	1.080	120	1.440
Cadete do 1.º Ano	90	1.080	120	1.440
Cadete do 2.º Ano	120	1.440	160	1.920
Cadete 3.º Ano	150	1.800	200	2.400

TABELA VI QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31-XII-45

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR

Pôsto	Atual		Novo	
	Mensal Cr\$	Anual Cr\$	Mensal Cr\$	Anual Cr\$
Tenente-Coronel . . .	3.600	43.200	5.400	64.800
Major	3.160	37.920	4.750	57.000
Capitão	2.610	31.320	3.950	47.400
1.º Tenente	2.060	24.720	3.100	37.200
2.º Tenente	1.730	20.760	2.600	31.200
Aspirante a Oficial . .	1.380	16.560	2.050	24.600
Sarg. aj. ou Intendente	1.000	12.000	1.500	18.000
1.º Sarg. ou Mus. 1.ª cl.	870	10.440	1.400	16.800
2.º Sarg. ou Mus. 2.ª cl. e artifice	758	9.096	1.300	15.600
3.º Sarg. ou Mus. 3.ª cl. e artifice	660	7.920	1.200	14.400
Cabo de Esquadra e Cabo artifice	434	5.208	700	8.400
Soldados	355	4.260	472,80	5.673,60
Corneteiros	385	4.620	550	6.600

TABELA VII QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945 — VENCIMENTOS DO PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS.

PÔSTO	ATUAL		NOVO	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
Tenente-Coronel	3.600	43.200	5.400	64.800
Major	3.160	37.920	4.750	57.000
Capitão	2.610	31.320	3.950	47.400
1.º Tenente	2.060	24.720	3.100	37.200
2.º Tenente	1.730	20.760	2.600	31.200
Aspirante a Oficial	1.380	16.560	2.050	24.600
Sargento Ajudante	1.000	12.000	1.500	18.000
1.º Sargento	870	10.440	1.400	16.800
2.º Sargento	758	9.096	1.300	15.600
3.º Sargento	660	7.920	1.200	14.400
Músico de 1.ª classe	870	10.440	1.400	16.800
Músico de 2.ª classe	758	9.096	1.300	15.600
Músico de 3.ª classe	660	7.920	1.200	14.400
Cabo de Esquadra	453	5.436	700	8.400
Bombeiro de 1.ª classe	380	4.560	480	5.760
Bombeiro de 2.ª classe	350	4.200	470	5.640
Bombeiro de 3.ª classe	301	3.612	460	5.520
Bomb. Tambores Corneteiros	410	4.920	550	6.600

TABELA VIII QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31-12-45
ESCALA DE REFERÊNCIAS DE SALÁRIOS DE EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS

REFERÊNCIAS	ATUAL		NOVA	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
I	250	3.000	750	9.000
II	300	3.600	800	9.600
III	350	4.200	850	10.200
IV	400	4.800	900	10.800
V	450	5.400	950	11.400
VI	500	6.000	1.000	12.000
VII	550	6.600	1.050	12.600
VIII	600	7.200	1.100	13.200
IX	650	7.800	1.150	13.800
X	700	8.400	1.200	14.400
XI	750	9.000	1.250	15.000
XII	800	9.600	1.300	15.600
S/N	850	10.200	1.350	16.200
XIII	900	10.800	1.400	16.800
XIV	1.350	12.000	1.500	18.000
S/N	1.020	12.240	1.550	18.600
S/N	1.075	12.900	1.600	19.200
XV	1.100	13.200	1.650	19.800
S/N	1.150	13.800	1.700	20.400
XVI	1.200	14.400	1.800	21.600
XVII	1.200	15.600	1.950	23.400
XVIII	1.400	16.800	2.100	25.200
XIX	1.500	18.000	2.250	27.000
XX	1.600	19.200	2.400	28.800
XXI	1.700	20.400	2.550	30.600
S/N	1.710	20.520	2.600	31.200
XXII	1.900	21.600	2.700	32.400
XXIII	1.900	22.800	2.850	34.200
XXIV	2.000	24.000	3.000	36.000
XXV	2.100	25.200	3.150	37.800
XXVI	2.200	26.400	3.300	39.600
XXVII	2.300	27.600	3.450	41.400
XXVIII	2.400	28.800	3.600	43.200
XXIX	2.500	30.000	3.750	45.000
XXX	2.500	31.200	3.900	46.800
XXXI	2.700	32.400	4.050	48.600
XXXII	2.800	33.600	4.200	50.400
XXXIII	2.900	34.800	4.350	52.200
XXXIV	3.000	36.000	4.500	54.000
S/N	3.500	42.000	5.250	63.000
S/N	4.000	48.000	6.000	72.000

TABELA IX QUE ACOMPANHA O DECRETO-LEI N.º 8.512, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945 — PERCENTAGEM PARA CONCESSÃO DO AUMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS.

Provento ou pensão	% de aumento
Até 250	200,0
De + de 250 até 300	170,0
De + de 300 até 350	145,0
De + de 350 até 400	125,0
De + de 400 até 450	115,0
De + de 450 até 500	100,0
De + de 500 até 550	95,0
De + de 550 até 600	85,0
De + de 600 até 650	80,0
De + de 650 até 700	75,0
De + de 700 até 750	70,0
De + de 750 até 800	65,0
De + de 800 até 850	60,0
De + de 850 até 900	55,0
De + de 900	50,0

DECRETO-LEI N.º 8.513 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria Auditorias de Aeronáutica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 150 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas duas Auditorias de Aeronáutica, de segunda entrância, com sede na Capital Federal, privativas para os processos da Aeronáutica.

Art. 2.º A essas auditorias, designadas por ordem numérica, é cometida jurisdição na 3.ª Zona Aérea, aplicando-se-lhes o Código de Justiça Militar, inclusive na parte especial referente às Auditorias de Marinha.

Art. 3.º Para preenchimento inicial das vagas de Auditor, Promotor, Advogado, Escrivão, Escrevente e seus substitutos, terá preferência o pessoal do Quadro da Justiça Militar que tenha sido convocado e servido na Força Ex-

pedicionária Brasileira, durante a campanha na Itália.

Art. 4.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

2 — Auditores de 2.ª entrância (J.M.) padrão P.

2 — Promotores de 2.ª entrância (J.M.) padrão L.

2 — Advogados de 2.ª entrância (J.M.) padrão H.

2 — Escrivães de 2.ª entrância (J.M.) padrão I.

2 — Oficiais de Justiça de 2.ª entrância (J.M.) padrão F.

4 — Escreventes de 2.ª entrância (J.M.) padrão H.

Parágrafo único. Para cada um dos cargos, nas Auditorias haverá dois substitutos, designados na conformidade do Decreto-lei n.º 3.581, de 3 de setembro de 1941.

Art. 5.º Para atender, no próximo ano, à despesa com a execução, no disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 312.000,00.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

*Armando F. Trompowsky
Jorge Dodsworth Martins
Canrobert Pereira da Costa
J. Pires do Rio*

DECRETO-LEI 8.514 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a vigência do Decreto-lei 8.397, de 18 de dezembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 150 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Decreto-lei 8.397, de 18 de dezembro de 1945, que alterou o artigo 48, do Decreto-lei 1.713, de 23

de outubro de 1939, é considerado em vigor a partir da data de sua publicação, aplicando-se às promoções do terceiro quadrimestre de 1945.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

Jorge Dodsworth Martins.

Canrobert Pereira da Costa.

P. Leão Veloso.

J. Pires do Rio.

Maurício Joppert da Silva.

Theodoreto de Camargo.

Raul Leitão da Cunha.

R. Carneiro de Mendonça.

Armando F. Tronspowsky.

situação da firma, por parte da Agência Especial de Defesa Econômica, tendo em vista o Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Canrobert Pereira da Costa.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.516 — DE 31
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.516,90, para pagamento de obras no Jardim Botânico.

DECRETO-LEI N.º 8.515 — DE 31
DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 764.111,20, para pagamento de material incorporado ao acervo do mesmo Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de setecentos e oitenta e quatro mil, cento e onze cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 764.111,20), a fim de atender à despesa com o pagamento de material de transmissões e electricidade pertencente à firma W. Weng & Companhia e incorporado ao acervo do mesmo Ministério, para utilização nos órgãos e dispositivos de defesa estabelecidos na 7.ª Região Militar.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será distribuído ao Tesouro Nacional, que providenciará quanto ao depósito da importância respectiva no Banco do Brasil S. A.

Art. 3.º O levantamento do depósito fica condicionado ao exame da

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.516,90 (cem mil quinhentos e dezesseis cruzeiros), para pagamento de despesas com as alterações introduzidas nas obras realizadas no Jardim Botânico do Serviço Florestal, conforme consta do processo S. C. 37.529-45.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

LEI N.º 8.517 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.145.30, para pagamento de obras realizadas em 1934, no Entrepasto Federal de Pesca.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.145,30 (oito mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) para pagamento a Antônio Cid Loureiro, de obras executadas no Edifício do Entrepasto Federal de Pesca em 1934.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945. — 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Theodoreto de Camargo.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI — N.º 8.518 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 226.754,90, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de duzentos e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 226.754,90), em reforço da seguinte dotação do vigente orçamento (anexo n.º 22 do Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

Subconsignação 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas, material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação.

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

03 — Estrada de Ferro
Bragança Cr\$ 226.754,90

Art. 2.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Maurício Joppert da Silva
J. Pires do Rio.*

DECRETO-LEI N.º 8.519 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para auxílio à Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00), para auxílio (Serviços e Encargos) à Estrada de Ferro Central do Brasil, tendo em vista o vulto dos compromissos a cargo da mesma ferrovia, decorrentes de empreendimentos de natureza urgente.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.520 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4.229, de 2 de abril de 1942, prorrogada sucessivamente pelos de ns. 6.037, de 23 de dezembro de 1943 e 7.111, de 4 de dezembro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Rica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1946, a vigência do crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo Decreto-lei número 4.229, de 2 de abril de 1942, para atender às despesas com a dragagem do canal de acesso ao porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e cujo período de vigência foi estendido, sucessivamente, aos exercícios de 1944, e 1945, por força dos Decretos-leis números 6.037, de 25 de novembro de 1943 e 7.117, de 4 de dezembro de 1944.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.521 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas crédito suplementar à Verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n.º 22 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1945), o crédito de Cr\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal — Consignação II — Pessoal extranumerário — 05 — Diaristas — 04 — Departamento de Administração — 06 — Divisão do Pessoal, destinado a atender ao pagamento dos salários devidos a diaristas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, durante os meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Mauricio Joppert da Silva.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.522 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 15.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$... 15.000.000,00), em reforço da Verba 5 — Dívida Pública do Anexo número 16 do Orçamento Geral da Re-

pública Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

VERBA 5 — DÍVIDA PÚBLICA

Consignação II — Dívida Flutuante

Cr\$

S/c. n.º 04 — Juros Diversos, Comissões e Corretagens

03 — Juros de depósitos das Caixas Econômicas e Montes de Socorro 15.000.000,00

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.523 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera o Orçamento Geral da República na parte referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam introduzidas as seguintes alterações no Anexo 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do vigente Orçamento Geral da República:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c 31 — Aluguél ou arrendamento de imóveis; fôros; seguros de bens móveis e imóveis.

04 — Departamento de Administração
03 — Divisão do Material

Passa de Cr\$ 2.463.000,00
Para Cr\$ 2.403.000,00
(Redução de Cr\$ 60.000,00).

S/c 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

04 — Departamento de Administração
04 — Divisão do Material

Passa de Cr\$ 241.600,00
Para Cr\$ 301.600,00
(Aumento de Cr\$ 60.000,00).

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.524 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 345.000,00 a verba que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trezentos e quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 345.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos —, do Anexo n.º 15 — Ministério da Educação e Saúde, do vigente Orçamento Geral da República (Decreto-lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944), como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

51 — Serviços Educativos e Culturais.

63 — Serviço Nacional de Teatro — Cr\$ 345.000,00.

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha.

J. Pires do Rio.

DECRETO-LEI N.º 8.525 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para o corrente exercício.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam feitas as seguintes alterações no Anexo 4 — Ministério da Agricultura, do Orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para o corrente exercício (Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944):

Consignação I — Obras.

01 — Estudos e projetos; Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.

02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.

19 — Departamento Nacional da Produção Animal.

02 — Divisão de Caça e Pesca.

Onde se lê:

b) Obras no Refúgio de Animais em Gerais, Bahia Cr\$ 125.000,00

Lê-se:

b) Início das obras da Estação Experimental de Piscicultura no km 47 da rodovia Rio-São Paulo — Cr\$... 125.000,00.

Art. 2.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

*Theodoreto de Camargo.
J. Pires do Rio.*

DECRETO-LEI N.º 8.526 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Extingue a Comissão Executiva da Pesca, criada pelo Decreto-lei número 5.030, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.527

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.528 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Cria, no Ministério da Agricultura, o Serviço Ambulante de Vendas de Produtos Horticólos ou de Granjas e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.529 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946

Lei Orgânica do Ensino Primário.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.530 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946

Lei Orgânica do Ensino Normal

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.531 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946

Dispõe sobre a realização dos exames de que trata o art. 91, da Lei Orgânica do ensino secundário.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.532 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946

Cria, no Ministério da Educação e Saúde, curso de emergência para a formação e aperfeiçoamento de professores de trabalhos manuais.

Ainda não foi publicado no *Diário*

DECRETO-LEI N.º 8.533 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Subordina diretamente ao Ministro, sem aumento de despesa, a Biblioteca adstrita ao Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.534 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.535 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Passa a Diretoria subordinada imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.536 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Dá organização ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Ministério da Educação e Saúde, criado pelo art. 40 da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.537 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.571, de 8 de junho de 1944.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.538 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Modifica a incidência do imposto de consumo sobre fumo, constante da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.539 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Altera a denominação da carreira de Polícia Fiscal do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.540 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Cria, no Corpo de Fuzileiros Navais, a Companhia de Transporte.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.541 — DE 2 DE
JANEIRO DE 1946

Altera as carreiras de Patrão Maquinista Marítimo, Foguista e Marinheiro e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.542 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946

Dispõe sobre o pessoal da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior e da Contadoria Seccional junto à mesma Delegacia e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 8.543, DE 3 DE JANEIRO DE 1946

Dispõe sobre o processo administrativo previsto no Decreto-lei n.º 8.356, de 12 de dezembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e

Considerando que o Decreto-lei n.º 8.356, de 12 de dezembro de 1945, estabelece a liberdade de manifestação do pensamento, respondendo cada um pelos abusos que cometer;

Considerando que a radiodifusão é concedida pelo Governo para atender às altas finalidades culturais e facilitar ao público o conhecimento da situação política, econômica e financeira do país;

Considerando que o uso da concessão tem degenerado em retaliações de ordem pessoal, apesar de proibido em lei veicular injúrias e calúnias a pretexto de críticas dos atos das autoridades;

Considerando que para o efeito de punição em casos de injúrias e calúnias é necessário estabelecer processo rápido e eficiente para apuração de responsabilidades, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Consura de Diversões Públicas é o órgão compe-

tente, no Distrito Federal, para instaurar os processos administrativos a que se refere o art. 3.º do Decreto-lei n.º 8.356, de 12 de dezembro de 1945.

Art. 2.º O julgamento das infrações definidas no mencionado decreto-lei, para os fins nêles previstos, compete, conforme o local da irradiação, aos Chefes de Polícia ou à autoridade policial mais elevada dos Estados ou do Distrito Federal, os quais ficam autorizados a baixar instruções do competente processo.

Art. 3.º Quando se tratar de irradiação contrária à moral e aos bons costumes, ou contiver calúnia ou injúria contra a pessoa do Presidente da República ou dos Ministros de Estado e a mesma puder ser apreciada a qualquer tempo, por haver sido fotografada em repartição policial diretamente subordinada à Chefia de Polícia, a infração será julgada de plano, independentemente de processo administrativo e de provocação de qualquer interessado.

Art. 4.º Apurada a infração a que alude o art. 3.º, cabe à Chefia de Polícia adotar as medidas necessárias para fazer cessar a irradiação, comunicando o fato ao Ministro da Viação e Obras Públicas para os fins de cancelamento da licença à rádio infratora.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Doria.

Maurício Joppert da Silva.

APENSO

Figuram neste apenso

- I — os decretos-leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do segundo dia útil do terceiro trimestre de 1945;
- II — as reproduções e as retificações publicadas no terceiro trimestre de 1945, referentes a decretos expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1945

DECRETO-LEI N.º 7.917, DE 30 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a zona de proteção dos aeroportos
Planta a que se refere o art. 7.º:

DECRETO-LEI N.º 7.938 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica, do ensino comercial:

RETIFICAÇÃO

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.938, de 6 de setembro de 1945, publicado no *Diário Oficial* n.º 204, Seção I, de 10 do mesmo mês de setembro, tem a seguinte redação:

“Art. 2.º. O art. 2.º do Decreto-lei número 6.142, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação: “Art. 2.º. Os alunos que hajam concluído a primeira série do curso de auxiliar do comércio e os que hajam concluído a primeira ou a segunda série do curso propedêutico poderão adaptar-se, em qualquer época, à série adequada do curso comercial básico”

DECRETO-LEI N.º 7.961 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a remuneração mínima dos que, com o caráter de emprego, trabalham em atividades médicas de natureza privada e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração devida àqueles que, com o caráter de emprego, trabalham em atividades médicas de natureza privada ou em tarefas auxiliares, classificadas pelo presente Decreto-lei, não será inferior aos níveis mínimos, previstos nas tabelas que o acompanham.

Art. 2.º A classificação de atividades ou tarefas, desdobrando-se por funções, dentro do grupo respectivo, será a seguinte:

a) funções em comissão: Clínica — diretor, chefe de serviço e chefe de clínica — Laboratório — diretor e chefe de serviço;

b) funções permanentes: Clínica — assistente — Laboratório — assistente;

c) funções auxiliares: — Laboratorista, microscopista, auxiliar de radiologia e interno.

Art. 3.º O grupo Clínica compreende o médico clínico, propriamente dito, o médico cirurgião e o grupo Laboratório abrange o médico laboratorista e o médico analista, a estes equiparando-se o médico sanitarista.

Art. 4.º Não se compreende na classificação de atividades ou tarefas, previstas neste Decreto-lei nem se subordina à composição de grupo, obrigando ao pagamento de remuneração, o estágio efetuado para a especialização ou melhoria de tirocínio, desde que não exceda ao prazo máximo de um (1) ano e permita a sucessão regular no quadro de beneficiandos.

Art. 5.º Além das funções especificadas no art. 2.º e que correspondem à própria denominação, considera-se laboratorista aquele que, executando trabalhos de rotina, tem por incumbência o suprimento do material e conservação de equipamento.

Art. 6.º A duração normal do trabalho, suscetível de elevação nos termos da legislação em vigor, será:

a) de quatro (4) horas para aqueles que sejam compreendidos pelo grupo Clínica, inclusive o médico radiologista e o auxiliar de radiologia;

b) de seis (6) horas para aqueles que sejam abrangidos pelo grupo Laboratório;

c) de oito (8) horas para os restantes.

Art. 7.º As vinte e quatro (24) horas de trabalho semanal do grupo Clínica, quando se tratar de plantão noturno poderão ser, por motivo de conveniência do serviço e mediante mútuo assentimento, distribuídas em dois períodos: um de doze (12) e os restantes de seis (6) horas.

Art. 8.º O profissional, designado para servir fora da cidade ou vila para qual tenha sido contratado, não poderá:

a) perceber importância inferior a do nível mínimo de remuneração que vigore naquela localidade;

b) sofrer redução, caso se observe nível inferior.

Art. 9.º Para os efeitos do presente Decreto-lei, as localidades do território nacional são classificadas nas seguintes categorias:

1.ª Cidades que contem mais que 1.000.000 habitantes: Rio de Janeiro e São Paulo.

2.ª Cidades que contem mais que 100.000 habitantes: Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Santos, Fortaleza, Niterói e Curitiba.

3.ª Cidades que contem mais que 50.000 habitantes: Maceió, Campinas, João Pessoa, Juiz de Fora, Manaus, Santo André, Pelotas, São Luís, Campos, Natal e Aracaju.

4.ª Cidades ou vilas que contem mais que 35.000 habitantes: Rio Grande, Sorocaba, Ribeirão Preto, Petrópolis, Vitória, Santa Maria e Duque de Caxias.

5.ª Cidades ou vilas que contem mais que 20.000 habitantes: Terezina, Neves, Campina Grande, Uberaba, Bauru, Piracicaba, Olinda, Bagé, Jundiá, Ponta Grossa, Araraquara, Taubaté, Livramento, Florianópolis, São Carlos, Marília, Caruaru, Sete Pontes (vila), Rio Preto, Rio Claro, Campo Grande, São João del Rei, Nilópolis, Paranapiaba, Uberlândia, Uruguaiana, Franca e Nova Iguaçu.

6.ª Cidades ou vilas que contem menos de 20.000 habitantes.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante provocação dos sindicatos representativos das categorias interessadas e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, determinar as alterações que julgar devidas na classificação das localidades previstas neste artigo.

Art. 10. Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser concluído à base-hora, o total da remuneração devida não poderá perfazer quantia inferior à soma de vinte cinco (25) vezes o valor da primeira hora que vigore na respectiva localidade.

Art. 11. A aplicação do presente Decreto-lei não poderá ser motivo de redução de salário, nem prejudicará situações de direito adquirido.

Art. 12. As tabelas que acompanham o presente Decreto-lei vigorarão pelo prazo de três (3) anos, suscetível de prorrogação por igual período.

Parágrafo único. Aplica-se-lhes na alteração, respeitado o que couber, o prescrito pela Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao salário mínimo.

Art. 13. A partir da vigência do presente Decreto-lei, o valor das indenizações estatuídas na Consolidação das Leis do Trabalho e que venham a ser devidas, será desde logo calculado e pago de conformidade com os níveis de remuneração nele fixados.

Art. 14. A execução e fiscalização das disposições do presente Decreto-lei o valor das multas, sua aplicação, seus recursos e sua cobrança, regulam-se pelo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao salário mínimo e pelo que estatui o Decreto-lei n.º 2.162, de 1 de maio de 1940.

Art. 15. A cobrança judicial de honorários médicos, até o montante de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) será processada por ação executiva, valendo a declaração do médico, fundada em seus assentamentos, como título de dívida hábil, para o ingresso na execução.

Parágrafo único. Para gozar os favores deste artigo, deverá o médico manter assentamentos referentes à sua atividade profissional, com as discriminações necessárias e submetê-los, quando seja o caso, à verificação judicial.

Art. 16. A ação de cobrança de honorários médicos prescreverá no prazo de cinco (5) anos, contados da data da prestação do último serviço.

Art. 17. O dever de prestar assistência judiciária, por parte dos Sindicatos Médicos aos respectivos associados, é extensivo à ação de cobrança de honorários até o montante de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros.)

Art. 18. Para os fins de previdência social os médicos que não sejam contribuintes obrigatórios de institutos ou caixas de aposentadoria e pensões ou de instituição de previdência para servidores públicos, serão considerados contribuintes facultativos do

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, observadas as condições vigentes para essa classe de contribuintes.

Art. 19. A inscrição dos médicos nas condições do art. 17, far-se-á de acordo com o salário por eles declarado, até o limite de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e a sua contribuição será recolhida em dobro ao estabelecimento bancário que o Instituto designar, nos prazos e nas condições da legislação vigente.

Art. 20. Aos médicos que exerçam a profissão como empregados para mais de um empregador, é lícito contribuir cumulativamente pelos salários efetivamente recebidos nos diversos empregos, até o máximo de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cabendo aos respectivos empregadores concorrer com as suas cotas, na proporção dos salários por eles pagos.

Art. 21. Dentro de cento e vinte (120) dias da vigência do presente Decreto-lei, a inscrição dos médicos a que alude o art. 17, far-se-á independentemente do exame médico e limite de idade.

Art. 22. As instituições de fins exclusivamente caritativos, cujos meios de manutenção não comportem o pagamento dos níveis mínimos de salários, constante das tabelas que acompanham o presente Decreto-lei, será facultado requerer ao Conselho Nacional do Serviço Social isenção total ou redução na aplicação das mesmas tabelas por prazo não excedente a dois (2) anos, suscetível de prorrogação, mediante novo requerimento.

§ 1.º A isenção para ser concedida deve subordinar-se:

a) à audiência do órgão sindical representativo da classe médica, sempre que possível da base territorial respectiva, e, bem assim, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

b) à circunstância de não manter pessoal remunerado acima do salário mínimo local.

§ 2.º A isenção a que se refere o presente artigo poderá ser declarada em cada caso, na fase da execução de sentença proferida em litígio trabalhista, pelo juízo ou tribunal competente, podendo, contudo, a execução ser reaberta, independente de qualquer prazo prescricional, sempre que o interessado prove alteração superveniente das condições econômicas da instituição.

Art. 23. As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 24. O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação no *Diário Oficial*, exceto quanto ao pagamento de salários, os quais serão devidos a partir do dia 1 de novembro do ano corrente, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 127.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

NÍVEIS MÍNIMOS DA REMUNERAÇÃO DOS MÉDICOS

FUNÇÕES EM COMISSÃO

Tabela I — Grupo Clínico

Remuneração mínima mensal em dinheiro (Cr\$), das funções em comissão, correspondente ao máximo de 4 horas de trabalho diário, salvo para a de Diretor

Categorias	Diretor	Chefe de serviço	Chefe de Clínica
1. ^a	3.600,00	2.700,00	2.500,00
2. ^a	3.020,00	2.260,00	2.100,00
3. ^a	2.550,00	1.910,00	1.770,00
4. ^a	2.300,00	1.730,00	1.600,00
5. ^a	2.050,00	1.540,00	1.420,00
6. ^a	1.830,00	1.370,00	1.270,00

Tabela II — Grupo Laboratório

Remuneração mínima mensal em dinheiro (Cr\$), das funções em comissão, correspondente ao máximo de 6 horas de trabalho diário, salvo para a de Diretor

Categorias	Diretor	Chefe de Serviço
1. ^a	3.600,00	3.400,00
2. ^a	3.020,00	2.850,00
3. ^a	2.550,00	2.410,00
4. ^a	2.300,00	2.170,00
5. ^a	2.050,00	1.940,00
6. ^a	1.830,00	1.730,00

FUNÇÕES PERMANENTES

Tabela III — Grupo Clínico

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Assistente, inclusive o médico radiologista

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	30,00	30,00	20,00	14,00	94,00	2.350,00
2. ^a	25,00	25,00	17,00	12,00	79,00	1.975,00
3. ^a	21,00	21,00	14,00	10,00	66,00	1.650,00
4. ^a	19,00	19,00	13,00	9,00	60,00	1.500,00
5. ^a	17,00	17,00	11,00	8,00	53,00	1.325,00
6. ^a	15,00	15,00	10,00	7,00	47,00	1.175,00

Tabela IV — Grupo Laboratório

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Assistente

Categorias	Dia						Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	5. ^a hora	6. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	30,00	25,00	20,00	18,00	16,00	13,00	122,00	3.050,00
2. ^a	25,00	21,00	17,00	15,00	13,00	11,00	102,00	2.550,00
3. ^a	21,00	18,00	14,00	13,00	11,00	9,00	86,00	2.150,00
4. ^a	19,00	16,00	13,00	12,00	10,00	8,00	78,00	1.950,00
5. ^a	17,00	14,00	11,00	10,00	9,00	7,00	68,00	1.700,00
6. ^a	15,00	13,00	10,00	9,00	8,00	7,00	62,00	1.550,00

FUNÇÕES AUXILIARES

Tabela V — Auxiliar de Radiologia

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	10,00	10,00	8,00	6,00	34,00	850,00
2. ^a	8,40	8,40	6,70	4,90	28,40	710,00
3. ^a	7,10	7,10	5,60	4,20	24,00	600,00
4. ^a	6,40	6,40	5,00	3,80	21,60	540,00
5. ^a	5,70	5,70	4,60	3,40	19,40	485,00
6. ^a	5,10	5,10	4,00	3,00	17,20	430,00

Tabela VI — Interno

Remuneração em dinheiro, correspondente ao número de horas de trabalho diário (Cr\$)

Categorias	Dia				Remuneração	
	1. ^a hora	2. ^a hora	3. ^a hora	4. ^a hora	Total	mensal
1. ^a	8,00	8,00	5,30	3,70	25,00	625,00
2. ^a	6,60	6,60	4,50	3,10	20,80	520,00
3. ^a	5,60	5,60	3,80	2,60	17,60	440,00
4. ^a	5,00	5,00	3,40	2,40	15,80	396,00
5. ^a	4,60	4,60	3,00	2,00	14,20	355,00
6. ^a	4,00	4,00	2,70	1,90	12,00	315,00

Tabela VII — Microscopista e Laboratorista
Remuneração mínima em dinheiro (Cr\$)

Categoria	Hora de Trabalho	Dia de 8 horas de trabalho	Mês
1. ^a	4,25	34,00	850,00
2. ^a	3,55	28,40	710,00
3. ^a	3,00	24,00	600,00
4. ^a	2,70	21,60	540,00
5. ^a	2,42	19,40	485,00
6. ^a	2,15	17,20	430,00

DECRETO-LEI N.º 7.967 DE 18 DE SETEMBRO DE 1945

Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessário, cessada a guerra mundial, imprimir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país, decreta:

TÍTULO I

Da entrada de estrangeiros no Brasil

CAPÍTULO I

ADMISSÃO

Art. 1.º Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2.º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

Art. 3.º A corrente imigratória espontânea de cada país não ultrapassará anualmente a cota de dois por cento sobre o número dos respectivos nacionais que entraram no Brasil desde 1 de janeiro de 1884 até 31 de dezembro de 1933. O órgão competente poderá elevar a três mil pessoas a cota de uma nacionalidade e promo-

ver o aproveitamento dos saldos anteriores.

Parágrafo único. Quando se criar novo Estado, ser-lhe-á fixada uma cota, tendo-se em vista especialmente a nacionalidade ou as nacionalidades nele incluídas.

Art. 4.º Estão excluídos da cota: caráter temporário;

b) a estrangeira casada com brasileiro, ou viúva de brasileiro, e o estrangeiro casado com brasileira;

c) o estrangeiro que viajar em companhia do filho brasileiro;

d) os imigrantes introduzidos no país de acordo com o estabelecido no Capítulo I do Título III.

Art. 5.º As autoridades brasileiras competentes no exterior poderão conceder os seguintes vistos:

I — Visto de trânsito;

II — Visto temporário;

III — Visto temporário especial;

IV — Visto permanente;

V — Visto permanente especial;

VI — Visto oficial;

VII — Visto diplomático.

visto ao estrangeiro poderá estender-se a pessoas que viram na sua dependência, observado o disposto no art. 11.

Art. 6.º O visto de trânsito será concedido ao estrangeiro que pretenda passar pelo território nacional com destino a outro país, desde que não se demore mais de 30 dias.

Art. 7.º O visto temporário será concedido ao estrangeiro que não pretenda demorar-se mais de 180 dias.

Parágrafo único. A classificação de temporário compreende as seguintes categorias:

- a) turistas;
- b) cientistas, professores e homens de letras, em viagem cultural;
- c) pessoas em viagem de negócios;
- d) artistas, desportistas e congêneres.

Art. 8.º O visto temporário especial será concedido ao estrangeiro que necessitar demorar-se no país mais de 180 dias, sem intenção de nêle fixar-se.

Parágrafo único. A classificação de temporário especial compreende as seguintes categorias:

- a) estudantes e beneficiários de bolsa de estudos;
- b) encarregados de missão de estudos com assentimento do Governo Federal;
- c) técnicos e professores contratados.

Art. 9.º O visto permanente será concedido ao estrangeiro que estiver em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nêle pretenda fixar-se.

Art. 10. O visto permanente especial será concedido ao estrangeiro que, estando nas condições do artigo anterior, seja excluída a cota de acordo com o estabelecido na letra d do artigo 4.º.

Parágrafo único. A concessão de visto permanente especial depende de prévia seleção e classificação pela autoridade competente.

Art. 11. Não se concederá visto ao estrangeiro:

- I — menor de 14 anos de idade, salvo se viajar em companhia de seus pais, ou responsáveis, ou vier para a sua companhia;
- II — indigente ou vagabundo;
- III — que não satisfaça as exigências de saúde prefixadas;
- IV — nocivo à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- V — anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada;
- VI — condenado em outro país por crime de natureza que, segundo a lei brasileira, permita sua extradição.

Art. 12. Para obter visto permanente, o estrangeiro deve apresentar à autoridade consular:

- I — passaporte;
- II — prova de saúde.

§ 1.º O estrangeiro maior de 60 anos, que não viajar em companhia ou para junto de pessoa de sua família, deve provar que dispõe, para sua subsistência, de renda mensal estabelecida pelo órgão competente.

§ 2.º Pela concessão de visto permanente serão cobrados os emolumentos constantes da tabela anexa.

§ 3.º Será gratuita a concessão de visto permanente especial, a que se refere o art. 10.

Art. 13. Para obter visto temporário, ou temporário especial, o estrangeiro deve apresentar à autoridade consular:

- I — passaporte;
- II — prova de saúde;
- III — prova de meios de subsistência.

§ 1.º Os artistas, desportistas e congêneres apresentarão mais a prova de possuir contrato, visado pela autoridade brasileira competente. Essa prova será feita junto à autoridade consular ou ao Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º Poder-se-á exigir prova de que o estrangeiro está, de direito e de fato, autorizado a regressar, dentro de dois anos, ao país onde reside, ou de que é nacional.

§ 3.º O órgão competente poderá, em determinados casos, dar permissão às autoridades consulares para que dispensem as provas a que se referem os incisos II e III.

§ 4.º Os turistas incluídos em listas coletivas poderão, igualmente, sob a responsabilidade da empresa que promover a viagem, ser dispensados de prova de saúde e de meios de subsistência.

§ 5.º Pelo visto temporário, outemporário especial, serão cobrados os emolumentos constantes da tabela anexa.

Art. 14. Ao estrangeiro classificado comotemporário, ou temporário especial, mediante reciprocidade, ou acordo, será concedida gratuidade do visto consular.

Art. 15. Para obter visto de trânsito, o estrangeiro deve apresentar:

- I — passaporte;

II — prova de saúde.

§ 1.º Não é necessário o visto de trânsito para o estrangeiro que escala no território do Brasil em viagem contínua. O estrangeiro nessas condições não poderá sair da circunscrição que lhe fôr designada pela autoridade local competente. A autoridade de fiscalização arrecadará, quando necessário, mediante recibo, os documentos de origem, que serão restituídos ao estrangeiro por ocasião do reembarque.

§ 2.º Pelo visto de trânsito serão cobrados os emolumentos constantes da tabela anexa.

§ 3.º O órgão competente poderá, em determinados casos, autorizar as autoridades consulares a dispensar a prova a que se refere o inciso II.

Art. 16. A validade de qualquer dos vistos é de noventa dias, contados da data de sua concessão, podendo ser prorrogada por igual prazo, paga nova taxa.

Parágrafo único. O visto deve estar válido no momento em que o portador inicie, no exterior, a viagem contínua para o Brasil.

CAPÍTULO I

EMPRESAS DE TRANSPORTE

Art. 17. Somente poderão transportar estrangeiros para o Brasil as empresas que, para este fim, possuam registro na repartição competente.

Art. 18. Não será concedido registro à embarcação que não apresentar condições adequadas de higiene.

Art. 19. A empresa que transportar para o Brasil estrangeiro que fôr impedido de desembarcar será obrigada a mantê-lo e repatriá-lo.

Art. 20. As empresas de transporte ficam obrigadas a entregar às autoridades de fiscalização, antes da saída, a ficha de embarque de cada estrangeiro que viajar para o exterior.

Art. 21. As empresas ficam responsáveis pelas bagagens dos imigrantes, indenizando-os em caso de extravio ou violação, avallado o prejuízo pela repartição competente.

CAPÍTULO III

DESEMBARQUE

Art. 22. A embarcação procedente do exterior estará sujeita à inspeção de acôrdo com o estabelecido nos regulamentos e nas instruções das autoridades competentes.

Art. 23. A entrada de estrangeiros far-se-á somente pelos pontos onde houver a fiscalização necessária.

Art. 24. Não será permitida a entrada de estrangeiro sem visto regular para o Brasil. Ainda que com o visto e a documentação em ordem, não desembarcará o estrangeiro objeto de qualquer dos impedimentos referidos no artigo 11.

Art. 25. Para os fins de fiscalização, todo estrangeiro deverá apresentar à autoridade, quando atravessar a fronteira ou desembarcar, o passaporte e a ficha consular de qualificação.

§ 1.º A autoridade poderá, excepcionalmente, exigir a apresentação dos documentos exibidos às autoridades consulares brasileiras para a obtenção do visto.

§ 2.º Nenhum estrangeiro poderá desembarcar sem que o passaporte tenha recebido o visto da autoridade de fiscalização.

§ 3.º Aos menores até 18 anos, incluídos em passaporte coletivo, não se aplica o disposto neste artigo.

Art. 26. Será identificado no ato de inspeção o estrangeiro classificado como permanente:

I — que não se demorar no ponto de desembarque tempo suficiente para registrar-se;

II — que não possuir ficha consular de qualificação;

II — que desembarcar sob condição;

IV — que fôr objeto de impedimento suscitado pela autoridade policial.

Art. 27. Das decisões das autoridades em serviço cabe pedido de reconsideração, que não terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido, dentro de quarenta e oito horas, à autoridade superior.

Art. 28. Quando se fizer necessário, a autoridade, mediante termo de responsabilidade assinado pela empresa transportadora, ou caução em dinheiro correspondente ao preço da passagem de volta, poderá retirar de bordo o estrangeiro sobre cuja situação haja dúvida e mantê-lo sob custódia até solução final, ou autorizar, excepcionalmente, o desembarque.

Art. 29. O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir o passageiro impedido, prestando a repartição competente uma caução, pecuniária ou fidejussora de cinco a quinze mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 15.000,00), que será levantada mediante prova de desembarque no exterior autenticada por autoridade consular brasileira.

§ 1.º A caução poderá ser prestada no ato do registro da empresa mediante assinatura de termo anual.

§ 2.º Tratando-se de aeronave ou transporte terrestre, a obrigação de reconduzir o passageiro impedido compete à empresa, que será responsável pelas despesas de manutenção até o embarque.

TÍTULO II

Da estada em território do Brasil

CAPÍTULO I

REGISTRO E FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O estrangeiro maior de 18 anos está obrigado a apresentar-se a registro perante o serviço local dentro de oito dias úteis, contados de sua entrada no país, prorrogáveis quando sobrevierem motivos de força maior.

§ 1.º O menor de 18 anos, ao completar esta idade, deverá registrar-se, dentro de quinze dias úteis, perante a autoridade competente em cuja jurisdição residir.

§ 2.º Ao estrangeiro registrado como permanente será fornecido um documento comprobatório de sua identidade e da condição em que se encontra em território brasileiro.

§ 3.º O portador de visto diplomático ou oficial está isento de registro.

§ 4.º Aos portadores de visto oficial que venham ao Brasil em função oficial, mas não diplomática, e aos funcionários e empregados de missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras o Ministério das Relações Exteriores concederá uma carteira de identidade especial.

Art. 31. O estrangeiro que se apresentar do país por prazo superior a dois anos está obrigado, no regresso, a comparecer ao serviço de registro local, dentro de oito dias, para revalidar o seu registro.

Art. 32. Para obter o registro o estrangeiro deverá entregar o passaporte e os documentos apresentados no consulado. O passaporte será restituído independentemente de requerimento e os demais documentos serão arquivados pela autoridade processante.

Parágrafo único. O registro do estrangeiro que entrar no país como temporário será gratuito e far-se-á mediante anotação no passaporte por ocasião do desembarque.

Art. 33. Somente os permanentes e os temporários incluídos nas letras b, c e d do art. 7.º, e letra c do art. 8.º, devidamente registrados, poderão exercer atividade remunerada no Brasil.

CAPÍTULO II

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTRADA E TRANSFORMAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 34. Ao estrangeiro, registrado como temporário que possuir documento de nacionalidade, o serviço de registro local poderá conceder, até o máximo de seis meses, prorrogação do prazo de estada no país. Nos demais casos, a prorrogação será concedida pelo órgão federal competente.

§ 1.º A prorrogação será concedida na categoria em que estiver incluído o estrangeiro e não importa levantamento das restrições quanto ao exercício de atividade remunerada.

§ 2.º Quando se tratar de estrangeiro classificado no art. 7.º parágrafo único, letra d, a prorrogação será concedida mediante contrato visado pela autoridade competente, e do qual conste a obrigação do repatriamento, findo o prazo de prestação de serviços.

§ 3.º Não será concedida a prorrogação quando houver contraindicação do rde policial.

§ 4.º Pela prorrogação do prazo de estada será cobrada a taxa constante da tabela anexa.

Art. 35. Ao estrangeiro registrado como temporário poderá ser concedida a transformação de sua classificação para permanente, desde que se verifique satisfazer as condições de admissibilidade e pague a taxa fixada na tabela anexa.

CAPÍTULO III

SAÍDA E RETORNO

Art. 36. Para deixar o território brasileiro, o estrangeiro registrado como permanente deverá obter visto de saída, mediante o pagamento da taxa constante da tabela anexa e

nas condições estabelecidas pelos dispositivos regulamentares.

Art. 37. O estrangeiro registrado como permanente que se ausentar do Brasil pelo prazo de um ano, prorrogável por outro ano, a critério da autoridade consular, poderá regressar mediante a apresentação do documento comprobatório da sua permanência legal, no país.

Parágrafo único. O estrangeiro cônjuge de brasileiro, o estrangeiro viúvo de brasileira e a estrangeira viúva de brasileiro, assim como os que viajarem com filhos brasileiros, gozarão da mesma faculdade pelo prazo de dois anos, prorrogável por igual período.

TÍTULO III

Povoamento

CAPÍTULO I

IMIGRAÇÃO DIRIGIDA

Art. 38. Realiza-se imigração dirigida quando o poder público, empresa ou particular promoverem a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os.

§ 1.º Dar-se-á preferência a famílias que contem pelo menos com 3 pessoas, aptas para o trabalho, entre quinze e cinquenta anos.

§ 2.º São equiparadas ao poder público, para o disposto neste Capítulo, as instituições por ele consideradas de utilidade pública para os fins de imigração.

Art. 39. A imigração dirigida será controlada pelo órgão competente do Governo da União e só poderá ser promovida mediante sua licença prévia, de cujo título constarão as condições de autorização, inclusive as do contrato do recrutamento.

Parágrafo único. O controle do recrutamento e a aceitação dos imigrantes no exterior serão atribuídos a técnicos de imigração e saúde.

Art. 40. As empresas referidas no art. 38 classificam-se em:

I — empresas de imigração, como tais consideradas as que selecionam, transportam, hospedam e encaminham agricultores e trabalhadores industriais;

II — empresas de colonização, como tais consideradas as que recebem e localizam, em terras de sua propriedade, os imigrantes introduzidos pelo poder público ou pelas empresas do tipo I, e lhes prestam assistência;

III — empresas mistas, compreendendo as atividades dos tipos precedentes.

Art. 41. As empresas que pretendem exercer as atividades do tipo I deverão registrar-se no serviço federal de imigração, satisfazendo os seguintes requisitos:

I — capital mínimo integralizado de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00);

II — prova de que dispõe de local apropriado para o alojamento dos imigrantes;

III — prova de constituição legal.

Art. 42. As empresas que pretendem exercer as atividades do tipo II deverão registrar-se no serviço federal de colonização, satisfazendo as seguintes exigências:

I — capital mínimo integralizado de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00);

II — prova de propriedade das terras e de que se encontram registradas de conformidade com o Decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1937;

III — plano de aproveitamento das terras, de acordo com as disposições do Capítulo II;

IV — prova de constituição legal.

Art. 43. As empresas que pretendem exercer as atividades do tipo III deverão satisfazer as exigências estipuladas para os dois tipos precedentes, fixado o capital mínimo de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00) milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00).

Art. 44. O requerimento de licença deverá ser acompanhado de provas de

registro no serviço federal competente e de quitação dos impostos federais estaduais e municipais, e indicar:

a) estimativa do número de imigrantes e famílias, nacionalidades e aptidões;

b) localização dos imigrantes e quando for o caso, plano de colonização;

c) pontos de embarque no exterior e de desembarque no Brasil.

§ 1.º Do requerimento constará, ainda, a garantia de satisfazer a parte interessada os seguintes compromissos:

I — receber, hospedar e encaminhar os imigrantes de acordo com as disposições regulamentares;

II — legalizar a situação dos imigrantes perante a autoridade competente;

III — promover o transporte dos mesmos até às localidades a que se destinam, sob fiscalização da autoridade para tal fim designada;

IV — provar que o imigrante se localizou no lugar de destino;

V — comunicar qualquer ocorrência havida no transporte dos imigrantes sob sua responsabilidade.

§ 2.º Quando se tratar de empresas a que se referem os incisos II e III do art. 40, o titular da licença obriga-se a apresentar ao órgão que a expediu, seis meses após a localização dos imigrantes, um relatório sobre as condições de vida e de trabalho de cada grupo, ou do núcleo em que se estabelecerem. Igual relatório será prestado, anualmente, até que cessem as relações contratuais entre a empresa e o colono.

Art. 45. O estrangeiro que houver entrado no Brasil no sistema da imigração dirigida, a que se refere o artigo 38, tendo sido contratado para exercer trabalho determinado, não poderá, dentro do prazo contratual, salvo autorização do órgão competente e rescisão ou modificação do contrato, dedicar-se a atividade diferente.

Parágrafo único. Essa obrigatoriedade edeverá ser mencionada com destaque no visto consular e no documento comprobatório de sua permanência legal no país.

CAPÍTULO II

COLONIZAÇÃO

Art. 46. Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais.

Art. 47. A colonização é considerada de utilidade pública, cabendo à União e aos Estados desenvolver a colonização oficial e fomentar e facilitar a de iniciativa privada.

Art. 48. A colonização pode ser feita:

I — pelo povoamento de áreas baldias ou de fraca densidade demográfica;

II — pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação e a concessão, entre outras, de facilidades para aquisição de terras ou benfeitorias.

Art. 49. Denomina-se núcleo colonial o conjunto dos terrenos divididos conforme dispõe o inciso II do artigo anterior e a legislação vigente.

Art. 50. Nos núcleos coloniais, 30 % dos lotes, no mínimo, deverão ser concedidos ou vendidos a colonos brasileiros; o restante será distribuído equitativamente, até ao máximo de 25 % (vinte e cinco por cento), a cada uma das outras nacionalidades.

Parágrafo único. Na falta de colonos brasileiros, parte dos lotes a eles reservados poderá, com autorização do órgão competente, ser ocupada por estrangeiros, de preferência portugueses.

Art. 51. Cabe ao órgão competente do Governo Federal fiscalizar a aplicação dos dispositivos legais regulamentares nos núcleos coloniais fundados pelos governos dos Estados, dos municípios ou por iniciativa particular.

Parágrafo único. Aos Estados que possuem serviços de imigração e colonização devidamente aparelhados, o Governo Federal poderá delegar, mediante convênio, a fiscalização dos núcleos municipais e particulares.

Art. 52. A criação e a administração dos núcleos coloniais deverão obedecer a um plano que observe as condições que forem estabelecidas no regulamento desta lei.

Art. 53. A empresa de colonização só poderá receber e localizar imigrantes depois de aprovado o plano respectivo.

Art. 54. O núcleo colonial de iniciativa particular está obrigado ao registro no serviço federal de colonização, além do instituído pelo Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937.

Art. 55. Para efeito de registro, a pessoa natural ou jurídica proprietária de terras situadas em zonas rurais, que as divida em lotes, nas condições previstas pelo art. 58, inciso II, e pelo Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, deverá remeter ao serviço federal de colonização a certidão do registro exigido pelo referido Decreto-lei e dos documentos mencionados nos incisos I, II e III do art. 1.º do mesmo Decreto-lei, assim, como a relação nominal dos adquirentes ou compromissados, discriminando-se o número do lote, o valor da venda e a nacionalidade do comprador.

§ 1.º Os documentos referidos neste artigo deverão ser remetidos ao serviço federal de colonização dentro do prazo de 120 dias, mediante registro postal. A remessa deverá ser comunicada por telegrama ao serviço federal de colonização mencionando a data e o número do registro.

§ 2.º O serviço remeterá, mediante o registro postal, o certificado correspondente ao recebimento dos documentos.

Art. 56. A fim de fiscalizar o cumprimento do que dispõe o artigo anterior, os cartórios de registro de imóveis a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro

de 1937, deverão remeter ao serviço federal de colonização, dentro do prazo de 60 dias, uma relação, em ordem cronológica, dos registros efetuados nas respectivas circunscrições, mencionando a denominação do imóvel e o nome e a nacionalidade dos proprietários ou co-proprietários.

TÍTULO IV

Da organização dos Serviços de Colonização

Art. 57. O Governo da União promoverá por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em colaboração com o órgão competente, a criação e a sistematização dos serviços oficiais de colocação nas sedes de todos os municípios, afim de examinar e atender à necessidade de mão de obra por meio de imigração interna e da introdução de trabalhadores estrangeiros.

Art. 58. As repartições centrais de colocação nos Estados e nos Territórios ou, enquanto essas não existirem, as repartições centrais de estatística, remeterão ao órgão competente do Governo da União, na falta ou excesso de mão de obra local, as relações dos pedidos ou ofertas de trabalho agrícola e de terras, nos vários municípios necessários, especialmente quanto a:

- a) número de trabalhadores avulsos ou constituídos em família;
- b) valor dos salários;
- c) custo ou padrão de vida;
- d) salubridade e assistência médica;
- e) meio de transporte da capital do Estado ao local de destino ou de procedência dos trabalhadores ou colonos;
- f) natureza do trabalho oferecido ou procurado;
- g) cláusulas principais do contrato de locação de serviços;
- h) preços das terras, condições de venda, de arrendamento ou de parceria agrícola.

Art. 59. As organizações centrais de sindicatos de classes nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal remeterão ao órgão competente do Governo da União, na falta ou excesso de mão de obra local, as relações dos pedidos ou ofertas de operários para indústria.

Art. 60. As propriedades agrícolas, desde que necessitem receber por intermédio de órgãos oficiais, trabalhadores nacionais ou estrangeiros, ficam obrigadas a registro nos serviços oficiais de colocação criados de acordo com o art. 57.

O registro constará do seguinte:

- a) nome da propriedade e sua situação (município, distrito e estação ou porto fluvial que a serve);
- b) nome e endereço do proprietário;
- c) área;
- d) via de comunicação e distância à sede do município ou do distrito;
- e) número, naturalidade, nacionalidade dos trabalhadores que nela empreguem a sua atividade;
- f) salários e condições dos arrendamentos e percerias agrícolas e modelo da caderneta de assentamentos fornecida aos seus operários ou empregados agrícolas para os fins do parágrafo único do art. 759, do Código Civil.
- g) área das terras cultivadas, dos campos e das matas.

Art. 61. Compete aos serviços mencionados no art. 57, a fiscalização e proteção dos operários ou empregados agrícolas, quanto ao privilégio assegurado pelo Código Civil, arts. 759, parágrafo único, e 1.566, n.º VIII, obrigando o lavrador ou empregador rural a possuir, para sua escrituração agrícola, um livro de contas correntes, e a fornecer ao seu operário ou empregado agrícola, uma caderneta, aberta, numerada em todas as folhas, e escriturada pelo proprietário, seu representante ou preposto, depositário ou possuidor do prédio rural, tendo os

lançamentos em ordem cronológica das parcelas de débito e crédito, e encerrada mensalmente, com a declaração do saldo devedor ou credor, reconhecida pela assinatura do proprietário ou das pessoas supracitadas.

TÍTULO V

Das infrações e penalidades

Art. 62. As infrações ao disposto nesta lei serão punidas na conformidade dos artigos seguintes:

Art. 63. Introduzir-se o estrangeiro no Brasil, sem estar devidamente autorizado para isto:

I — Se satisfizer as condições de admissibilidade e fôr, afinal, admitido, multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00 (duzentos a mil cruzeiros).

II — Se não satisfizer as condições mencionadas no item anterior: deportação.

Art. 64. Deixar de registrar-se perante a autoridade competente dentro do prazo estabelecido: multa de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por mês de atraso.

Art. 65. Demorar-se no território nacional, ao esgotar-se o prazo legal: multa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por dia de demora após o termo concedido pela notificação.

Art. 66. Empregar ou manter em seu serviço estrangeiro em situação irregular: multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 (cem a quinhentos cruzeiros).

Art. 67. Deixar a empresa de transporte de responder pelo sustento e repatriação do estrangeiro impedido de desembarcar: multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 25.000,00 (mil a vinte e cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência.

Parágrafo único. A autoridade se reserva o direito de, nos casos de reincidências sucessivas, cassar o registro da empresa.

Art. 68. Infringir as decisões das autoridades em serviço: multa de Cr\$

100,00 a Cr\$ 500,00 (cem a quinhentos cruzeiros), sem prejuízo das sanções penais.

Art. 69. Deixar a pessoa natural ou jurídica de cumprir o disposto no artigo 55: multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 10.000,00 (mil a dez mil cruzeiros), acrescida de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) diários, a partir da notificação e a critério da autoridade.

Art. 70. Deixar de cumprir o disposto nos itens I a V do artigo 44, § 1.º: multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00 (mil a cinco mil cruzeiros) dobrada nas reincidências, a juízo da autoridade competente: cassação do registro e da autorização para funcionar, nos casos de reincidências sucessivas.

Parágrafo único. A notificação do extravio do estrangeiro isenta o notificante da multa, se não houver ocorrido dolo ou culpa, mas não das despesas de reembarque, se esta medida se tornar necessária, a juízo da autoridade.

Art. 71. Infringir ou deixar de observar qualquer disposição desta lei ou do seu regulamento, para a qual não se haja cominado sanção especial: multa de Cr\$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Art. 72. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base o respectivo auto.

§ 1.º O auto deverá relatar circunstancialmente o fato da infração e conter sua classificação.

§ 2.º Depois de assinado pela autoridade, o auto será submetido à assinatura do infrator, ou de seu representante e das testemunhas que assistirem à lavratura.

§ 3.º Se o infrator, ou seu representante não puder ou não quiser assinar o auto, disto se fará menção.

Art. 73. É competente para lavrar o auto de infração a autoridade federal, estadual ou municipal, incumbida de aplicar esta lei, dentro de suas respectivas atribuições.

Art. 74. Lavrado o auto de infração, a autoridade processante determinará seja o infrator intimado para, dentro de dez dias úteis, apresentar defesa escrita ou cumprir a pena cominada.

§ 1.º A defesa poderá ser escrita ou oral. No caso de defesa oral, as declarações do infrator serão tomadas por termo, assinado pelo declarante, duas testemunhas, e encerrado pela autoridade.

§ 2.º Findo o prazo estabelecido, o processo subirá a julgamento.

§ 3.º Do despacho que aplicar penalidade haverá recurso para a instância superior respectiva, dentro de dez dias úteis da intimação.

§ 4.º Interposto o recurso em tempo hábil, a autoridade que houver dado início ao processo remetê-lo-á, dentro de cinco dias úteis à autoridade superior.

§ 5.º Da decisão da instância superior que mantiver o despacho recorrido caberá pedido de reconsideração dentro de cinco dias úteis da intimação.

§ 6.º Proferida a decisão final, a autoridade julgadora devolverá, em cinco dias úteis, o processo à repartição de origem.

Art. 75. Cabe às autoridades de imigração, com o concurso das autoridades de polícia, conhecer das infrações dos arts. 63, 67, 68, 69 e 71.

Art. 76. Cabe às autoridades de polícia, com o concurso das autoridades de imigração, conhecer das infrações dos arts. 64, 65 e 66.

Art. 77. Em caso de interposição de recurso, a multa será depositada em moeda corrente.

§ 1.º Decidido o recurso a autoridade processante, por despacho nos autos, oficiará à repartição depositária para o levantamento da importância.

§ 2.º O levantamento da multa se processará por uma "guia de levantamento", que será o comprovante de despesa ou depósito.

§ 3.º Negado provimento ao recurso, a autoridade processante utilizará a importância da multa, aporndo e inutilizando as estampilhas nos próprios autos.

Art. 78. Não ficam sujeitos a penalidade por omissão de registro:

I — A mulher casada com brasileiro, ou viúva de brasileiro;

II — a mulher que não exerça atividade remunerada;

III — o estrangeiro que tiver filho brasileiro;

IV — o estrangeiro que residir no Brasil há mais de dez anos;

V — os agricultores e trabalhadores rurais.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. As taxas, emolumentos e multas, quando coorados por autoridades estaduais, serão pagos metade em selo de imigração e metade em estampilhas estaduais.

Art. 80. A ficha consular de qualificação é obrigatória e individual para todos os estrangeiros, ainda quando incluídos em passaporte brasileiro. Excetuam-se, tão somente, os turistas que viajarem com lista coletiva, os menores no caso do § 3.º do art. 25, e os portadores de títulos de registro permanente.

Art. 31. Em caso de excursão turística, a entidade que promover a viagem poderá preparar, sob sua responsabilidade, uma lista coletiva para cada grupo de vinte turistas. Essa lista será visada pela autoridade consular.

Parágrafo único. Pelo visto na lista coletiva serão cobrados os emolumentos constantes da tabela anexa.

Art. 82. A Saúde compete verificar as condições sanitárias das embarcações e dos passageiros e tripulantes.

Parágrafo único. Para verificar as condições sanitárias das embarcações o médico do serviço de saúde prece-derá a bordo as demais autoridades.

Art. 83. As autoridades de Imigração cabe examinar os documentos apresentados pelo estrangeiro, fiscalizando a observância do disposto nesta lei quanto às condições de entrada no território do Brasil. Cabe-lhe igualmente, em caso de inadimplimento daquelas condições, opor os seus impedimentos e os suscitados por qual-quer das autoridades em serviço.

Parágrafo único. Enquanto não ficar estabelecida a centralização dos serviços a que se refere o art. 96, a identificação dos estrangeiros inclui-dos no inciso I do art. 26 continua-rá a ser feita pelo Departamento Na-cional de Imigração, conforme as nor-mas da legislação anterior.

Art. 84. Em caso de impedimento, suscitado por qualquer das autoridades em serviço, a autoridade de Imigra-ção anotará o fato na ficha consular de qualificação e no passaporte que ficará retido.

Parágrafo único. O impedimento suscitado pela Saúde ou pela Polícia não será levantado sem o seu consen-timento escrito.

Art. 85. A Polícia cumpre assegu-rar a boa ordem dos trabalhos de fis-calização do desembarque e fazer rei-peitar as decisões das autoridades em serviço.

Art. 86. Havendo reciprocidade, ou acôrdo, equipara-se ao passaporte, para os fins desta lei, a carteira ou cédula de identidade expedida no estrangeiro por autoridade competente.

Art. 87. Aos nacionais dos Estados limítrofes o órgão competente poderá permitir a entrada e livre circulação nos municípios fronteiriços dos seus respectivos países. Bastará, para êsse fim, a prova de identidade.

Parágrafo único. Os estrangeiros re-feridos neste artigo terão o tratamento reservado aos temporários autorizados a exercer trabalho remunerado.

Art. 88. A gratuidade concedida, por acôrdo, aos vistos de turismos es-tende-se aos estudantes e beneficiá-rios de bolsa de estudos.

Art. 89. Quando do visto consular não constar a classificação do estran-geiro, ou tiver havido engano na classificação, a autoridade de Imigra-ção o completará ou corrigirá.

Art. 90. Esta lei sômente se apli-cará aos portadores de vistos diplo-máticos ou oficiais nos casos em que a êles expressamente se refere.

Art. 91. O passageiro poderá de-sembarcar noutro ponto que não o do destino. A ocorrência deverá ser anotada na lista dos dois pontos em questão, pelas autoridades competen-tes.

Art. 92. Aos serviços de registro de estrangeiro incumbem, dentro das res-pectivas jurisdições, o registro e a fis-calização dos estrangeiros.

Art. 93. O órgão competente esti-pulará os casos em que os documen-tos em idioma estrangeiro não neces-sitam ser traduzidos para apresenta-ção no serviço de registro.

Art. 94. A deportação far-se-á para o país de origem ou para outro que o país de origem ou de procedência do estrangeiro ou para outro que con-sinta em recebê-lo. No caso, de não ser possível efetivar a responsabili-dade do transportador e quando, não

fôr possível ao deportando, ou a alguém por êle, ocorrer às despesas com a viagem, esta será custeada pelo poder público, caso em que, a critério da autoridade competente, a deportação se transformará em expulsão do território nacional.

§ 1.º A deportação não será feita quando houver razão para supor que ela importará extradição.

§ 2.º Não sendo exequível a deportação imediata, o estrangeiro será recolhido a um acolônia penal agrícola, ou empregado em obras públicas, nas condições fixadas pela autoridade.

Art. 95. O Conselho de Imigração e Colonização passará a ser constituído de treze membros que servirão em comissão. Dêstes, sete serão de livre nomeação do Presidente da República e seis serão os diretores do Departamento Nacional de Imigração Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras, o chefe da Divisão de Passaportes e o representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Divisão de Terras e Colonização e Serviço de Saúde dos Portos.

Parágrafo único. Os membros do Conselho perceberão a gratificação de representação de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) por sessão a que comparecerem.

Art. 96. Enquanto o Governo não reorganizar os serviços de imigração, colonização e correlatos, centralizando a competência para superintender, orientar, dirigir e coordenar a entrada, distribuição e fixação de estrangeiros, em território nacional, a colonização e a colocação e a migração interestadual de trabalhadores, caberá ao Conselho de Imigração e Colo-

nização resolver os casos omissos e, ao seu Presidente, coordenar os serviços a que se refere esta lei, os quais continuarão a ser executados pelos órgãos existentes com as atribuições definidas nas leis e nos regulamentos em vigor. O Conselho exercerá, ainda, diretamente ou por delegação, as atribuições previstas por esta lei e não conferidas expressamente a outro órgão.

Art. 97. O Conselho de Imigração e Colonização procederá, dentro do prazo de 90 dias, ao Cadastro da mão-de-obra que deva ser suprida mediante a introdução de imigrantes e apresentará à aprovação do Presidente da República o plano e o orçamento dos serviços de seleção e fomento da imigração.

Art. 98. O Governo abrirá os créditos necessários à execução desta lei.

Art. 99. Fica aprovada a tabela anexa de emolumentos consulares e taxas, a que se refere a presente lei.

Art. 100. Continuam em vigor os dispositivos legais e regulamentares vigentes que não contrariarem esta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

P. Góes Monteiro.

P. Leão Veloso.

A. da Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

**Tabela de emolumentos e taxas a que se refere o Decreto-lei n.º 7.967,
de 18 de setembro de 1945**

EMOLUMENTOS CONSULARES

Vistos em passaporte de estrangeiro:

Permanente, temporário (viagem de negócios; artistas, desportistas e congêneres)	Cr\$ 100,00
--	-------------

Temporário (turistas; trânsito; cientistas, professores e homens de letras, em viagem cultural); temporário especial	Cr\$ 40,00
--	------------

Visto em lista coletiva: — Tantas vezes
dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) quantas fo-
rem as pessoas incluídas na lista.

TAXAS

Prorrogação de prazo ao estrangeiro re- gistrado como temporário.....	Cr\$ 100,00 — por pessoa
Autorização de permanência.....	Cr\$ 500,00 — por pessoa
Visto de saída.....	Cr\$ 25,00 por passaporte

Observações

- I — E' isenta de taxa a prorrogação de prazo, ou autorização de permanência, estendida a pessoa incluída no passaporte do estrangeiro que a obteve.
- II — A prorrogação, ou autorização de permanência, estendida a quem viva na dependência econômica do estrangeiro que a obteve, obriga somente ao pagamento da quinta parte da taxa, por pessoa.
- III — E' isenta de taxa a autorização de permanência concedida a agricultores, técnicos rurais e trabalhadores qualificados que pretendam exercer a sua profissão. Nesse caso, o beneficiário da isenção ficará sujeito à condição estipulada no art. 45.

**DECRETO-LEI N.º 7.984 — DE 21
DE SETEMBRO DE 1945**

Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências.

RETIFICAÇÕES

Art. 3.º, alínea b,

Onde se lê:
discotecário e auxiliar de discotecário

Leia-se:
discotecário-programador, discotecário
e auxiliar de discotecário.

Art. 4.º, letra o,

Onde se lê:
os desempenhos de maior relevância
nos programas

Leia-se:
o desempenho dos papéis de maior relevância nos respectivos programas.

Art. 7.º,

Onde se lê:
locutor protagonista ou coadjuvante

Leia-se:
rádio-locutor protagonista ou rádio-locutor coadjuvante.

Art. 11,

Onde se lê:
não poderá o trabalho consecutivo exceder a 2 (duas) horas, observado o descanso mínimo de 1 (uma) hora entre os períodos

Leia-se:
não poderá o trabalho consecutivo exceder a 3 (três) horas, observado o descanso mínimo de 2 (duas) horas entre os períodos.

Art. 17,

Onde se lê:
designados nos grupos de empregados e empregadores

Leia-se:
eleitos nos grupos de empregados e empregadores.

Art. 22,

Onde se lê:
exceto quanto ao pagamento dia do mês subsequente ao da respectiva assinatura

Leia-se:
exceto quanto ao pagamento dos salários, os quais somente serão devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da respectiva assinatura.

**DECRETO-LEI N.º 8.002 — DE
26 DE SETEMBRO DE 1945**

Altera a carreira de Engenheiro do Quadro II — E. F. C. B. — do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Engenheiro do Quadro II — Extinto — Estrada de Ferro Central do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos será feito com recursos da conta corrente do Quadro, independentemente as promoções, no primeiro provimento, de prazos regulamentares e dispensado o interstício.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO II — EXTINTO — E. F. C. B.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe de padrão	Exce- dentes	Vagos	Obs.
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
17	N	—	—	II	36	N	—	19	
19	M	—	—		39	M	—	20	
39	L	—	—		39	L	—	—	
22	K	—	—		22	K	—	—	
97						136				39	

- *A IMPRENSA NACIONAL* iniciou, em 1940, a edição do *EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL*.
- *Publicado trimestralmente, aparece no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro.*
- *Contém as ementas classificadas pela ordem numérica das leis e alfabética dos assuntos.*
- *Indica as datas em que foram publicadas, reproduzidas ou retificadas no "Diário Oficial".*
- *O EMENTÁRIO do quarto trimestre de 1945 é um complemento deste volume.*

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1
Agência I: Ministério da Fazenda
Agência II: Pretório

I. N. — Divulgação — n.º 491

Cr\$ 20,00